COLÓQUIOS | Lusofonia

Diversidades culturais
Línguas, culturas e dialectos minoritários

ATAS

V COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

DO REINO DA GALIZA ATÉ AOS NOSSOS DIAS: A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

V COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Bragança, 2-4 de outubro de 2006

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Dr. CHRYS CHRYSTELLO

[University of Brighton, UK (ACL Mentor, Assoc. for Computational Linguistics,

Information Technology Research Institute) e Helsinki University, Finland

(Reviewer Translation Studies Department Publications)]

Vogais:

Dr. ÂNGELO CRISTÓVÃO, Associação de Amizade Galiza-Portugal

Dra. HELENA CHRYSTELLO, (Mestre) Escola EB1 Maia

Dr. ELEUTÉRIO ALVES, Diretor do Departamento Sociocultural da CMB

(Câmara Municipal de Bragança)

SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO

Presidido por:

HELENA CHRYSTELLO

Com o apoio do Departamento Sociocultural da CMB:

Dr. Alexandre Castro, DSC, CMB

Anabela Pereira, Posto de Turismo Municipal

Voluntários:

Célia Cármen Cordeiro

Alunos e Ex-Alunos do IPB, liderados por Marco Paz

ÍNDICE

Discurso de abertura do presidente da Comissão Executiva, **Chrys Chrystello**

Prólogo, **Ângelo Cristóvão**

Tema 1. Galiza
A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspetivas num novo estatuto autonómico, Alexandre Banhos
A língua galega: perspetiva histórica e contributo para a sua compreensão, António Bento
Aos 100 anos da *Real Academia Gallega de la Coruña*: Mais uma análise de discurso, António Gil Hernández
A promoção da língua portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega. Uma política linguística de fronteira. Carlos Figueiras
Fazer jornalismo em português na Galiza, Gerardo Uz (Minho M.)
Caminhos para a reintegraçom: os média portugueses na Galiza. Héctor Canto (Plataforma)
O dicionário eletrónico Estraviz, Isaac Alonso Estraviz
1. Introdução à historiografia do folclore galego-português, José Luís do Pico Orjais
Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interações do galego com o português, Lino Moreira da Silva
Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica em uso na Galiza, Luís Fontenla Figueroa
Visión e revisión de Rosalía de Castro na historiografia literária, Maria Vilariño
Os marcadores conversacionais como marca de cortesia no Galego atual, Marisa Moredo Leirado
2. Um novo projeto: a Academia Galega da Língua Portuguesa, José-Martinho Montero Santalha
O Corpus Musicum Gallæciæ, Rudesindo Soutelo
A atividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas, Teresa Carro
A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. Xavier Vilhar Trilho
A língua do romanceiro transmontano e a sua proximidade com o galego: algumas questões sintáticas, Xosé Manuel Sánchez Rei
Algumas considerações a propósito do português na Galiza, Xosé Ramón Freixeiro
Dicionário da língua portuguesa arcaica – uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português, Zenóbia C M Cunha
Tema 2: Tradução
O *Schriftstella* (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa, Adelaide Chichorro
A edição bilingue, Anabela Mimoso
Línguas minoritárias e a importância da tradução, Barbara Terseglav
O lugar do tradutor no mundo hodierno, Isabelle Oliveira
Os Cursos Superiores de Tradução no Brasil e uma Proposta para Introdução do Ensino dos Aplicativos Computadorizados de Auxílio à Tradução, Kelson Santos Araújo & Jacqueline H. Araújo
O tradutor e o problema da multicultura, Regina Célia Carvalho Pereira Da Silva

DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA, CHRYS CHRYSTELLO

Senhor Dom Xosé Carlos Sierra, Delegado em Ourense da Consellaria de Cultura da Xunta de Galicia
Sr. Vice-Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Caseiro
Sr. Presidente do IPB (Instituto Politécnico de Bragança), Dr. Sobrinho Teixeira
Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Fátima Fernandes
Demais entidades
Ilustres Conferencistas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero dar graças ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara por continuar a dar o seu patrocínio a este raro evento cultural do panorama português. Pelo quarto ano apoia, sem hesitações, esta iniciativa com caráter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é atualmente proporcionada aos habitantes de Bragança. Agradecimentos são igualmente merecidos ao Dr. Eleutério Alves, diretor do Departamento Sociocultural e ao Dr. Alexandre Castro do mesmo serviço. É igualmente devido o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Miranda do Douro que todos os anos se associa a nós promovendo livros e cultura mirandesa. O nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respetivamente, Marco Paz, Alexandra Machado Reis, Ana Botelho. Por fim, os nossos agradecimentos para o Dr. Ângelo Cristóvão que conseguiu reunir este importante leque de oradores que nos vão falar do tema principal: a Galiza, durante dois dos três dias do Colóquio sem esquecer uma palavra de lembrança pelo nosso patrono desde o início, o embaixador professor doutor José Augusto Seabra que nos deixou há pouco mais de dois anos e a cuja memória dedicamos sempre o primeiro dia de trabalhos destinados aos Estudos de Tradução.

Todos os anos tem sido norma minha evocar a história, e falar um pouco da Bragança ancestral. Sem o conhecimento da História de nada serve o saber contemporâneo e devemos servir-nos daquilo que a História nos deixou para não repetirmos erros do passado que deram lugar à extinção de grandes civilizações as quais não souberam aprender os ensinamentos dessa mesma história que se repete e perpetua.

Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por milhares estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes decorrentes da sua rica história, e a sua modernização está bem patente. Do Teatro ao Centro Cultural Municipal, Bragança dispõe já dum apreciável leque de oferta cultural.

Vamos pois partilhar convosco um pouco da História desta terra.

A antiga Cidade, de origem neolítica, foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona atual da Sé. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que ora podem ser observados em mostra na sala de exposições aqui neste piso. Mais se sabe que ao avizinhar de meados do século X, – contemporaneamente, portanto, ao repovoamento da região vimaranense pelo conde Ermenegildo Gonçalves e por sua consorte, a célebre Mumadona – as terras de Bragança eram senhoriadas por um irmão daquele, o conde Paio Gonçalves. Com o andar dos tempos, essa tenência veio a encabeçar-se num dos ramos dos Mendes, e em julho de 1128 senhoriava-a aquele Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento de 7 de julho desse ano mostra integrado na corrente política de apoio ao movimento de independência que se afirmava sob a égide do moço infante. Ainda no mesmo século mas já nos seus fins, em 1199, as desavenças de D. Sancho I com o rei de Leão Afonso IX – motivadas por razões políticas e acentuadas por ter este repudiado sua esposa, a infanta D. Teresa, filha do monarca português – estenderam a luta a Bragança, sofrendo a terra, e as fortificações então porventura existentes, os efeitos do cerco posto pelo rei leonês, até serem disso libertadas pela ação de D. Sancho.

Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, o Rei D. Sancho I no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com grandes

privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo no lugar de Benquerença, pertencente aos frades beneditinos do Mosteiro de Castro de Avelãs.

No reinado de D. Afonso IV (1325-57), são atribuídas à vila as terças das igrejas da região "para repairamento dos muros". Este facto é confirmado numa carta escrita por D. Fernando, onde afirma que a cerca está deteriorada e a requerer muitos trabalhos, finalmente levados a cabo em finais desse século. A Torre de Menagem é então construída tendo demorado 30 anos a concluir. De arquitetura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras, as suas linhas apresentam semelhanças com alguns castelos ingleses, do mesmo período. Em 1464, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade a pedido do 2º Duque, D. Fernando de Bragança, e a partir daí cresceu depressa. Em 1560 construí-se o colégio dos Jesuítas.

Bragança desenvolveu-se ao abrigo do seu castelo, aninhada num terreiro de quase três hectares, defendido por uma linha de muralhas com o vértice orientado a Oeste, sentido em que cresceu o arrabalde, depois incorporado na vila. Aí, entre dois dos torreões que lhe servem de reforço, rasga-se a Porta chamada de Santo António, defendida por uma barbacã, na qual se situa, a Porta da Vila, denominação que deve ter sido anterior aquela – pois a barbacã é de construção posterior à muralha, como sugere a diversidade de estilos das referidas entradas, de volta redonda a primeira e ogival a segunda. Na face oposta a esse lado, abria-se a Porta da Traição, habitual saída de recurso de volta para os campos, porta esta que, conjuntamente com a adjacente muralha, foi há pouco reconstruída. Adossada exteriormente à muralha, na sua face norte, acha-se a Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Destas tragédias sobressaem a da infanta D. Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de D. Leonor, infeliz esposa, e injusta vitima, do muito ciumento D. Jaime, Duque de Bragança. Na face sul, um saliente quadrangular termina pelo chamado Poço d'el-rei, construção de defesa duma cisterna, da qual lhe adveio o nome. Aqui se viria a edificar a famosa Domus Municipalis, Com uma forma de pentágono irregular, a sua singularidade não se limita à arquitetura, de que é exemplar único em toda a Península Ibérica. De origem misteriosa, os historiadores não conseguem datar com precisão a época da sua construção. Enquanto alguns autores a situam no século XII, outros defendem a teoria de que terá sido erguida no século XV, sendo o seu estilo românico civil tardio.

Outras teses chegam a atribuir-lhe uma raiz romana ou grega. Ao certo, sabe-se que foi sobretudo um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada – a "Sala d'Água" -, tendo o piso térreo sem divisões e com uma bancada de granito ao longo das paredes – a Casa da Câmara" – servido como lugar de reunião dos "homens bons" do concelho, a partir do século XVI. Poderá igualmente ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, já que a cidade era um importante ponto de passagem.

Ultrapassado o século XIII, e quando recentemente falecido D. Dinis, cuja ação se fizera sentir no incremento dos trabalhes construtivos do castelo, novamente esteve este em estado de alarme. Com efeito, D. Afonso IV, subindo ao trono em 1325, logo moveu perseguição contra o mais idoso dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches, confiscando-lhe os bens que possuía em Portugal; e este, em defesa dos seus interesses, moveu guerra ao monarca, vindo da vila de Albuquerque, onde então residia, invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo, até que, por intervenção da Rainha Santa, se fez a paz. Século e meio depois, no decurso da campanha de 1369, movida contra D. Fernando por Henrique I de Castela, a resistência de Bragança foi dominada pelas tropas castelhanas, que se assenhorearam da vila, tudo voltando, porém, a posse portuguesa ao assentar-se a paz de Alcoutim (1371). Nos anos de crise dinástica e de guerra que se seguiram à morte de D. Fernando, as versatilidade políticas do alcaide João Afonso Pimentel fizeram mudar de mão, por mais de uma vez, o castelo de Bragança. Partidário da herdeira do trono, D. Beatriz, e de seu marido, o rei de Castela, só em 1386, e por diligências do condestável reconheceu a autoridade de D. João I; porém, doze anos depois, tendo o rei deixado sem castigo o assassinato de sua filha, D. Brites, praticado pelo marido, alcaide de Évora, Martim Afonso de Melo, resolveu, como represália, voltar ao partido do monarca castelhano, e, emigrando para Castela, fez-lhe menagem do seu castelo, o qual, com a povoação, só em 1400 foi restituído a Portugal, pelo assentamento de tréguas negociado em Segóvia.

Nos séculos seguintes ainda se mantiveram as vicissitudes de Bragança e de seu castelo inseridas na história geral da Nação. Em 1580, por ocasião da segunda crise dinástica portuguesa, subsequente à morte do cardeal-rei D, Henrique, foi aquela terra uma das primeiras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, D. António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas, enviadas pelo Marquês de Sarria à invasão de Trás-os-Montes, em 1808, ergueu-se valorosamente contra o invasor napoleónico.

Situada no alto da colina da Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal, Extinto em 1958, o Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, alberga atualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Percorrê-los é ficar a conhecer um pouco mais da nossa História e ter oportunidade de refletir como todo o equipamento

bélico usado era afinal tão inofensivo, se comparado com as novas armas de destruição maciça. Vale a pena começar pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. O primeiro piso, além da cisterna, apresenta, na Sala do Gungunhana, interessantes artefactos utilizados por diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial em África. A partir do segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, num total de 14 divisões, desde a Sala D. Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, estando patente em cada uma, o armamento utilizado na época correspondente. Assim, às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do século XVII, as carabinas e sabres do século seguinte. O primeiro conflito mundial termina a extensa coleção, com uma série de fotografias e postais mostrando soldados portugueses na frente da batalha. No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas rodeadas de muros baixos crescem figueiras, cerejeiras e legumes, mas a ânsia de verdura dos seus moradores não parece satisfeita pelos extensos contornos do Parque Natural de Montesinho que se avista do cimo das muralhas. Os jardins prolongam-se nas vielas estreitas, em vasos muitas vezes improvisados onde crescem flores de todas as cores. Logo que chega a primavera, cada pedaço de solo bravio enche-se de papoilas e malmequeres, sobrevoados por bandos agitados de pardais. Junto à fachada oeste do castelo, abrigado agora por uma alameda de grandes plátanos, encontra-se o velho pelourinho, onde eram castigados os criminosos da época medieval. Curiosamente, a coluna está assente sobre uma figura suíno-mórfica, a que os locais chamam de "Porca da Vila", e que representa um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, o seu culto era uma prática caraterística dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços, cujas extremidades são decoradas com carrancas.

Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguedo. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença altiva do Parque Natural de Montesinho
(http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html).

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à Catedral Velha, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade. Da Rua Direita, subindo pela “Costa Grande” entramos no labirinto da Cidadela com ruas de aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. Depois de admirada a Domus Municipalis devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar. Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre Museu Abade de Baçal (http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt), que aguarda a vossa prolongada visita.

Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal, este ano aqui recriado durante as Festas da Cidade.

Em 1906 chegou o comboio a Bragança. O Espaço Museológico de Bragança fica situado no centro da cidade, na área da antiga estação ferroviária e ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação términos da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional e do Porto à Póvoa e Famalicão. Durante a década de 60 constroem-se a Escola Industrial e o Liceu Emídio Garcia. Em 2004 foi inaugurado o local onde hoje estamos. O novo Centro Cultural Municipal de Bragança veio dar uma nova vida ao antigo edifício, com cerca de 400 anos, onde funcionou a Escola Preparatória Augusto Moreno. O edifício reconstruído – que também foi um Colégio de Jesuítas até 1759 e Seminário Diocesano até 1766 – dá agora lugar a um espaço adaptado às novas valências “orientadas para a promoção de atividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras”. Na Casa da Cultura de Bragança está instalada uma biblioteca municipal, um conservatório de música e um espaço dedicado à “memória da cidade”. A biblioteca municipal ocupa uma área de 1.830 metros quadrados. O conservatório de música ocupa uma área de 591 metros quadrados. Já o espaço dedicado à “memória da

cidade" é uma área onde se poderá ver, através de registos gráficos, documentação histórica, maquetas interativas e outras exposições, a "evolução" de Bragança enquanto cidade. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos caretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e aqui disponíveis como tiveram oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes.

***

Quando em 2001 preparamos o início destes COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA – sob a égide do nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra – queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsidiodependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

De 2002 em diante os Colóquios têm-se realizado em Bragança, graças ao apoio da CMB na sua aposta de combate à insularidade em termos culturais. Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; cada vez mais existe Lisboa e o resto progressivamente passou a ser apenas paisagem. É muito raro os locais do interior, os locais mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua. Com a saída de serviços vitais à fixação de pessoas no interior, com todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que de Lisboa. Por outro lado, conseguiu-se que estes colóquios se tornassem graças à nossa persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática. Os Colóquios caraterizam-se pela sua independência de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes contando com o apoio, ao nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual.

"O povo de Bragança tem ainda uma curiosidade. Neste distrito fala-se um português ainda mais vernáculo do que o português corrente. O certo é que em Bragança, fruto do seu isolamento ao longo de 400 anos – a via IP4 chegou a Bragança em 1991 – permitiu que se mantivesse um falar mais próximo do português originalmente correto do que aquele que se fala nas grandes urbes e que serve normalmente depois para padrão da língua portuguesa falada"

"A intenção destes colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma ata cheia de boas intenções com as conclusões, estes colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do colóquio em que intervieram. "

Estes Colóquios podem (eventualmente) ser ainda marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa. Pelo quarto ano consecutivo teremos o apoio inequívoco da Câmara Municipal de Bragança que vai editar em livro as Atas dos quatro últimos Colóquios.

Este ano, pela primeira vez teremos dois concertos (Piano e Guitarra) no seio dos Colóquios (hoje e amanhã, aqui mesmo pelas 21.00 horas) mostrando que a realidade da Lusofonia – tal qual a entendemos – não se restringe à mera discussão linguística. Igualmente se manteve uma pequena Mostra de Artesanato e haverá uma Mostra de Livros, o que só vem demonstrar a vitalidade e a – cada vez mais lata – abrangência destes Colóquios. Por outro lado, a componente lúdica e cultural destes Colóquios tem permitido nos últimos anos, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caraterizada por almoços entre participantes e passeios culturais ao Parque Natural de Montesinho, a Rio de Onor e à Cidadela, em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se têm perpetuado a nível pessoal e profissional. As pessoas conseguem dispor de tempo para trocarem impressões, falarem de projetos, partilharem ideias e metodologias, fazerem conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informal que são os Colóquios Anuais da Lusofonia que neste momento já movimentam cerca de duas mil pessoas através da sua rede.

Este ano estão representadas as seguintes Universidades: Corunha, Vigo, Santiago de Compostela, Valhadolid, Salamanca, Coimbra, Minho, Évora, Madeira, Açores, Ljubljana (Eslovénia), Université Lumière Lyon2 (França),

Università Degli Studi Suor Orsola Benincasa de Nápoles (Itália), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) do Brasil e Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, e as seguintes Associações: MDL (Movimento de Defesa da Língua (Galiza), Associação de Amizade Galiza-Portugal, AGAL, Plataforma para a emissom das rádios e televisons portuguesas na Galiza, Confraria Queirosiana, Arte Tripharia (Galiza). Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que "de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português". Por isso "não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países".

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto de bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma conivência. Detestamos o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. Nestes colóquios alertámos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno. Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Nas comunidades PALOP as novas gerações falam os dialetos locais e aprendem inglês relegando o Português para níveis residuais.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. O tão apregoado Acordo Ortográfico, ao contrário do que muitos defendem tem uma importância diminuta; até pelo próprio número de falantes o Português do Brasil será o mais importante. Devemos deixar que a língua siga o seu rumo natural e seja cada vez mais viva em vez de a amordaçarmos a Acordos Ortográficos. A língua não se decreta! Todos nos entendemos mesmo com grafias diferentes. A língua deve evoluir ao sabor de cada país com palavras distintas, grafias e vivências diferentes. Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida enquanto franceses e ingleses estão bem ativos. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador Portugal. A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc. Dos países onde está instituída que estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca há dias: Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar. Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais. O Professor António Damásio, autor do livro "O erro de Descartes" – demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos afirmar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Há 5 anos que sonho com este colóquio dedicado a este tema tão especial. Desde o primeiro ano que temos tido uma representação da Galiza em todos os Colóquios. Porém, até hoje nunca os galegos se mostraram com

forças para aceitarem o desafio. Estou convencido de que uma vez por todas serão capazes de deixarem de olhar para o próprio umbigo e pensarem no que é melhor para todos e participarem construtivamente neste evento. Urge-me registar que pela primeira vez se conseguiram reunir debaixo dum mesmo teto, as correntes intelectuais divergentes da Galiza, que têm passado os anos de costas voltadas uns para os outros, sem conseguirem estabelecer uma união e convergência na luta comum que é a preservação da língua de todos nós. Para tal muito devemos ao incansável trabalho do Dr. Ângelo Cristóvão membro dos Comités destes Colóquios e presença habitual em colóquios anteriores. Resta-me apelar aos presentes para que saibam escutar e debater de forma tolerante as opiniões divergentes que aqui se irão expor, na certeza de que só o compromisso, a concertação e a união de esforços poderá levar ao engrandecimento da grande pátria universal que é a língua portuguesa, independentemente da nacionalidade dos seus falantes, independentemente das suas convicções políticas ou religiosas. É neste momento histórico de viragem que se espera surjam os grandes inspiradores, capazes de aglutinar sob uma plataforma comum vários pontos de vista divergentes. Sabemos que a divisão só favorece aqueles que não acreditam na vitalidade e no relevo da língua que falamos. Ainda no ano passado aqui se discutiu como a língua do povo colonizador português serviu para aglutinar a resistência timorense contra os invasores indonésios e atualmente serve para enriquecer o próprio idioma local Tétum. Tal como os timorenses que lutaram durante mais de 24 anos pela sua independência podem os galegos aspirar a que a sua língua seja universalmente falada no seio da Comunidade Autónoma da Galiza como membros de pleno direito daquela Lusofonia em que acreditamos. Espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar.

PRÓLOGO *POR ÂNGELO CRISTÓVÃO*

Nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua atividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura.

Em 1987 participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", publicada posteriormente na revista Agália. Desde esse mesmo ano colabora ativamente na Comissão Sociolinguística da AGAL, sendo o seu coordenador até 1990, em que publica na revista Noves de Sociolinguística (Barcelona) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", reeditada na revista Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística (Braga).

Em novembro de 2004 publica a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. (AAG-P, Braga). O livro é lançado pelo autor em 26 de novembro de 2004, durante a realização do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal, em que e exerce a função de secretário.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES PUBLICADAS

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in Nós, núm. 16-20, pp. 139-146.
(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in Agália, n.º 14 (verão), pp. 157-177.
(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. IV-V, n.º 14-20, pp. 123-127.
(1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, pp. 237-254.
(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in Noves de Sociolingüística, n.º 9, Barcelona, pp. 3-33.
(1992): "Language Planning: Atitudes", in Atas I Congreso de Planificación Linguística, Santiago de Compostela, pp. 383-400.
(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero". Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". Vol. I, Comunicações suprimidas, n.º 2.
(2003): "Paradoxos da Galiza", Semanário Transmontano, 3 de julho. Na internet: <http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>

(2004): "Questione della lingua: introdução e bibliografia", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 de setembro. Na internet: <http://www.questione.org/node/view/210>
(2004): (Org.) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal. Braga.

A LUSOFONIA GALEGA: PROCESSOS E MODELOS DESDE 1980, ÂNGELO CRISTÓVÃO

No texto estudamos brevemente a situação existente na altura da chamada «transición» política espanhola, em que os estudantes e utentes em geral receberam um galego castelhanizado, aprendido como matéria de segundo nível dentro do ensino oficial espanhol, ou de forma autodidata, sem mais autoridade e critério de correção que o costume dos escritores e a sua proximidade com o padrão castelhano, a língua da alfabetização. A literatura existente demonstra como este galaico-castelhano, promovido oficialmente desde a aprovação da autonomia política para a Galiza, recebeu um processo de padronização coerente com o papel secundário que a constituição espanhola de 1978 estabelece para as "lenguas propias", regionais. Demonstramos, com exemplos práticos, a coerência e mútua solidariedade entre os valores associados ao galego (a noção da língua), as atitudes (visíveis em diversos textos publicados e nas políticas linguísticas desenvolvidas) e os comportamentos (usos linguísticos, orais e escritos).
Em clara oposição aos âmbitos oficiais, a lusofonia galega, entendida como o conjunto dos utentes ativos e conscientes do português da Galiza tem vindo a crescer, qualitativa e quantitativamente desde que, nos começos da década de 80, foram criadas algumas associações culturais comummente conhecidas pelo nome de reintegracionistas, incidindo especialmente no hábito da escrita correta da língua. Estas organizações, através das suas atividades de investigação, divulgação, publicação e dinamização sociocultural, iniciaram, nos âmbitos de incidência mais imediata (o dos intelectuais e, especificamente, o universitário) um processo de mudança radical para tornar o português galego - herdado na forma de língua regional castelhanizada - na língua nacional da Galiza. Neste trabalho estudamos as mudanças das últimas décadas que afetam à noção da língua, aos modelos organizativos e às políticas a desenvolver. Ao mesmo tempo salientamos alguns dos desafios que o próprio desenvolvimento da questione della língua *trará para o primeiro plano da atenção pública.*

0. Introdução

Os Colóquios da Lusofonia têm tratado, desde 2001, a situação da língua portuguesa nas suas diversas perspetivas. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as suas problemáticas no mundo. A organização decidiu dedicar a edição de 2006 à Galiza sob o título «Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza». Além de outorgar-lhe a máxima difusão pelos canais habituais, foram enviados convites de participação a um amplo leque de entidades públicas e privadas, cujas respostas estão refletidas nas comunicações que agora são publicadas. Existia o convencimento de que a convocatória do Colóquio e a cidade de Bragança constituíam um contexto apropriado e atraente para a participação, num mesmo espaço, das diversas sensibilidades existentes a respeito da língua da Galiza, das diversas entidades culturais que, em linhas de atuação semelhantes, mantêm divergências sobre a forma de escrever, defender e promover o galego, o português da Galiza. É justo agradecer a participação de todos os oradores, e lamentar a ausência de outros que, querendo participar, por diversos motivos ficaram excluídos. Para o sucesso do Colóquio contribuíram também os intérpretes Isabel Rei e Yerko Ivánovic, guitarrista e pianista cujos concertos e estreias musicais merecem todo o respeito e gratidão.
Os depoimentos reproduzidos neste livro permitem obter uma ideia geral sobre a situação, posicionamentos e perspetivas do português na Galiza. O debate produzido teve lugar por decisão dos participantes. Naturalmente, o colóquio não pretendeu substituir nenhuma função nem encerrar nenhum tema. Antes ao contrário, tentou servir como contexto para o início ou consolidação da colaboração entre as diversas entidades associativas participantes. As comunicações sobre o tema das traduções têm sido constantes em todos os colóquios, constituem um elemento de continuidade e uma janela aberta para outras culturas e realidades linguísticas, que nos enriquecem mutuamente. Se for preciso ressaltar uma iniciativa entre as apresentadas esta é sem dúvida a proposta de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Defendida pelo Professor Doutor Martinho Montero Santalha, que lembrava a antiguidade da ideia e a adequação do contexto de Bragança para o seu lançamento, este ambicioso projeto recebeu a maior quantidade de comentários no debate posterior. O texto, a gravação da intervenção e a transcrição dos debates receberam uma ampla difusão em diversos meios da internet, e constitui um empreendimento de grande envergadura

cuja consolidação poderá significar um salto qualitativo para a Galiza na defesa e ilustração da sua língua nacional.

Para um cidadão português comum pode resultar difícil perceber a problemática do português na Galiza, começando por não identificar o galego como uma das variedades do português. Mesmo no caso de ter alguns conhecimentos sobre a questão, e admitir que «o galego», com os seus sotaques e léxico diferenciados, é uma das formas da língua portuguesa, a afirmação contradiz o discurso político «correto», tornado em hábito cultural maioritário, que se resiste a reconhecer a Galiza como nação lusófona. Então, que fazem estes galegos, no fim de contas, espanhóis, a quererem aprender português? A questão perde essa simplicidade aparente quando começamos a observar a realidade sem preconceitos e com alguma atenção. No caso de um sociolinguista notável, e provavelmente o mais importante do âmbito peninsular, o catalão Lluís Aracil, o seu interesse pelas línguas como factos sociais surgiu quando, indo pela rua, sentiu uma mãe a falar em catalão com as amigas, enquanto falava só em castelhano ao filho. Era claro – razoava ele – que, se todos os pais se comportassem assim, o catalão desapareceria numa geração. A pertinência desta cita reside em que, na Galiza de 2006, sob diversas formas, continuam a produzir-se esses comportamentos. É essa espécie de esquizofrenia social que tem lugar no terreno da língua, a história, a música ou política, que motivou diversos esforços de investigação e reflexão dos estudiosos galegos presentes no V Colóquio da Lusofonia.

As dificuldades para os portugueses, em geral, perceberem em toda a sua dimensão a questão da língua na Galiza não se explicam pela singularidade galaica, mas pela especificidade portuguesa, pelos hábitos linguísticos e culturais de uma nação unilíngue ou, dito por outras palavras, sem experiência de convivência com outras línguas no seu território (se excetuarmos o ásture-leonês de Miranda do Douro). As situações de contacto linguístico, a implicarem a necessidade de aprender mais de uma língua ou mais de uma variedade da mesma língua, não apenas como opção pessoal, mas principalmente como norma social estabelecida, transmitida e reproduzida, são um caso muito frequente, em todo o planeta. Quanto uma situação de contacto de línguas se torna continuada no tempo, estabelece-se uma norma de atuação social e, por consequência, pessoal, em resposta a essa situação, que se torna rotineira até tornar-se inconsciente, não reflexiva. Por exemplo, até há poucas décadas, os galegos, em geral, não refletiam, não punham em questão a obrigação social de aprender castelhano, e a exclusão total da sua língua do sistema de ensino, da igreja, da justiça, da comunicação social, etc. Eram os hábitos aprendidos, transmitidos principalmente pela família, a escola, a igreja e a administração pública, alicerçados na repressão política do estado espanhol, que garantiam a reprodução desse comportamento linguístico de submissão ao castelhano, que puniam qualquer tipo de dissidência através de diversos mecanismos de coação. A tomada de consciência de grupos pequenos, mas ativos, de pessoas organizadas em associações culturais e políticas, já a começos do século XX, mas especialmente desde a década de 1960, iniciou um processo de mudança na situação do português galego, primeiro nas camadas mais ativas e conscientes de intelectuais, transmitido depois a todas as ordens da vida social, num processo que continua na hora presente e demorará algumas décadas em atingir o seu alvo. As questões que em 1980 se apresentavam publicamente a respeito da língua, a chamada *questão do galego*, tinham a ver com o rango legal da língua e, secundariamente, com a discussão sobre normas para a escrita. É claro que, se a luta do século XX se concentrou em conseguir a oficialidade do galego, a pergunta e o debate sobre qual galego se deveria difundir e ensinar ficou preterida por diversos motivos, num segundo plano, ou "para momentos mais propícios". Na altura da queda do regime franquista, em 1975, era um problema não apenas pendente, mas escassamente esboçado, tratado e discutido. Se na altura de 1980 se registam duas linhas linguísticas claramente diferenciadas e divergentes nos níveis universitários, o debate não chegava suficientemente ao público em geral, e a consigna na comunicação social era "poupar essa discussão à população". Foi esse atraso, e essa indefinição, o contexto que aproveitou a Aliança Popular, depois Partido Popular - que tomaria as rédeas do governo da Junta da Galiza para promover a castelhanização gramaticalizada, institucionalizada, sob a cobertura "científica" do Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega.

1. O CONTEXTO LEGAL

Vejamos qual é o rango do galego no plano legal. A década de 1980 começa no plano institucional com a criação da Comunidade Autónoma da Galiza, cujo estatuto de autonomia foi concedido pela constituição espanhola de 1978, instrumento principal da chamada *transición española*. No *Estatuto de Autonomia para Galicia* o galego fica à par do castelhano no rango oficial, mas várias sentenças do Tribunal Constitucional espanhol assinalaram, em 1986, a hierarquia linguística indiscutível: nas comunidades autónomas com duas línguas oficiais, só o castelhano é sujeito do direito e dever de ser aprendido. Para o galego, basco e catalão foi denegado explicitamente, em sentença do Tribunal Constitucional espanhol, o *dever* de os cidadãos o conhecerem. Em rigor, estas línguas e o seu uso só podem ser sujeito de direito. No caso da Galiza, este direito,

nas relações com a administração, está condicionado à coincidência de o recetor - o interlocutor - conhecer igualmente o galego, e de ter vontade de o utilizar. Basta, no âmbito administrativo, o funcionário alegar desconhecimento da língua da Galiza para anular este direito ao cidadão. Por outro lado, os organismos públicos têm o dever de ensinar "o galego" mas não podem obrigar a utilizá-lo. Por conta, sempre que um cidadão espanhol solicitar o uso do castelhano, na Galiza, as administrações púbicas estão obrigadas a atendê-lo nessa língua. Em último caso, o uso do galego depende da vontade dos cidadãos residentes na Comunidade Autónoma. Em suma, os galegos continuam a ser discriminados por uma legislação antidemocrática, endereçada a conseguir a inveterada pretensão do estado espanhol, a supremacia do castelhano, e a aniquilação ou, pelo menos, a subordinação das outras línguas. Permanece, contudo, o *prémio de consolação*, porquanto é reservado para "las demás lenguas" (ignominiosamente anónimas na *Constitución*) o rango de *léngua propia*, neologismo e eufemismo do que antes era denominado língua popular, regional, vernácula ou *patois*.

2. DA EXCLUSÃO À APROPRIAÇÃO: O CASTELHANO COMO MODELO DA "LÍNGUA GALEGA"

Para entendermos o processo de padronização do português da Galiza deveríamos ter em conta os antecedentes, que se remontam aos fins do século XIX. A literatura demonstra que a necessidade de aproximação do português era comummente admitida entre os escritores galeguistas mas, na prática, o uso mais estendido era a aplicação da ortografia do castelhano, por ser esta a língua em que era alfabetizada a população, mesmo os escritores. Isto acontecia na primigénia Real Academia Galega (instituída em 1906) e nas Irmandades da Fala históricas (nascidas em 1916). Esta situação deve ser entendida no seu contexto, em que não havia possibilidade de levar a termo um projeto galeguizador real. Nas décadas seguintes, desde âmbitos oficiais do Estado Espanhol e da República Portuguesa, foram promovidos, esporadicamente, eventos culturais para salientar a unidade da língua e a cultura galego-portuguesa, como os Encontros Galaico-Minhotos da década de 1960. Tratava-se de atos folclóricos, frequentemente apoiados ou organizados pelas autoridades franquistas e salazaristas, sem maior transcendência. A cultura do galeguismo, quer na primeira fase, quer na sua etapa antifranquista, incluía uma noção do galego como *fala do pobo*, como língua popular, o que em grande medida se situa nos antípodas de toda e qualquer língua nacional. Isto pode ser facilmente demonstrado, quer pelas análises de discurso, quer por uma leitura atenta dos textos. Esta noção foi assumida pela generalidade dos dirigentes do nacionalismo galego desde a década de 1960, em que iniciaram um labor político que, com o passar do tempo, seria finalmente capitalizado pelo Bloque Nacionalista Galego, especialmente a partir da década de 80. É verdade que durante o século XX se registaram várias controvérsias em revistas especializadas e correio privado sobre a *questione della língua*. Mas foi só nos fins da década de 1970 que a discussão sobre o modelo de galego, especialmente sobre a ortografia, se tornou objeto de controvérsia pública. A razão parece evidente: era a altura em que, pela primeira vez na história, existia o contexto político para a língua da Galiza se tornar oficial e, por consequência, existirem âmbitos de poder académico, político e económico. Nesse contexto de queda da ditadura, as instituições espanholas decidiram mudar a estratégia política. O estado não podia manter a velha política explicitamente repressiva contra as línguas diferentes do castelhano. Era preciso mudar as formas para manter os velhos privilégios, a antiga hierarquia. No nosso caso, o que antes da *Transición Española* era desprezo e exclusão do galego em todas as ordens da vida pública, como discurso e prática oficiais, foi mudado para uma política planificada de apropriação académica e institucional, para promover uma forma do galego extremamente castelhanizada, o que garantia a continuidade da hegemonia linguística e ideológica, os velhos privilégios provenientes da ditadura. O passo principal nesta política foi o chamado Decreto Filgueira (decreto de castelhanização), produzido de costas viradas ao Parlamento Autónomo, em 1983, dando caráter oficial às normas do ILG, assumidas pela RAG em 1982. Nesse contexto iniciaram um processo com duas vertentes: por um lado, os intentos de coação da «dissidência linguística» oposta à castelhanização; por outro, a apropriação da legitimidade académica e institucional. O galego tem rango de língua oficial mas, de facto, esse direito não pode ser exercido pelos cidadãos em muitos aspetos da vida pública, pela oposição institucionalizada contra qualquer progresso no uso do galego em âmbitos anteriormente exclusivos do castelhano, com é o caso justiça. Em contradição com a legalidade e as suas declarações, os sucessivos governos da Junta da Galiza, do Partido Popular, dedicaram mais esforços à defesa das normas galaico castelhanas, do que à defesa do direito real dos utentes ao uso do galego. Isto concretizou-se no início, pela inspeção escolar, de expedientes sancionadores contra professores do ensino primário e secundário que incluíam nos conteúdos explicações sobre a existência da tendência reintegracionista, sobre o português ou a lusofonia. Pessoas como Jesus Sanches Sobrado, Manuel Zebral, António Gil, Manuel Alonso Nozeda, João Guisan, Isaac Estraviz ou Jesus Peres Bieites, foram objeto de intimidação ou repressão, por motivos linguísticos. Há também casos de pessoas que perdem o seu emprego pelo facto de serem «lusistas».

A respeito da chamada *luta normativa*, Pérez Barreiro-Noya, num artigo publicado na revista em *Portuguese Studies* (Londres, Volume 6, 1990), comentava o contexto produzido pelo Decreto de Castelhanização de 1983 (traduzo): *Dada a complexidade da situação [inícios da década de 80], incluindo a ausência de entusiasmo popular pelo uso da língua, a única atitude sensata teria sido promulgar um conjunto de regras como tentativa provisória e meramente indicativa, no intuito de incorporar gradualmente de todas as variedades individuais do Galego que poderiam provar o seu valor à luz da experiência e grau de aceitação.*

Teria sido necessário um longo debate, em que as vozes a favor da persistente orientação do processo cara ao Português teriam tido a oportunidade de ser ouvidos e, dado o peso das razões históricas, filológicas e, no fim de contas, também práticas para a sua aceitação, poderiam atingir o objetivo da reintegração». (P. 203)

Pérez acertava no diagnóstico, mas a história da normativização da língua da Galiza apanhou o caminho contrário. Os detentores do poder político e académico não pretendiam qualquer acordo, mas uma imposição por todos os meios possíveis do seus pontos de vista. Um assunto que devia ser debatido publicamente, foi fechado apressadamente nos começos da década de 80. O debate foi negado, e a orientação na linha do português foi objeto de perseguição pública. No nível académico, os promotores do galaico castelhano decidiram, em meados da década de 80, que lhes prejudicava debater publicamente sobre a questão da língua. Foi quando tiveram a constatação de que o poder político os apoiava decididamente e colocava o ILG no centro das decisões sobre o galego. O último debate formal e em igualdade de condições, entre conceções contrapostas sobre a *questione della língua* foi a dos Encontros Labaca (1984, as ponências foram publicadas por Ediciós do Castro, Corunha), sob o título "Que Galego na escola?". Durante os últimos 25 anos o desprestígio dos castelhanistas galegos cresceu em toda a parte, dentro e fora da Galiza, em Portugal e especialmente nas comunidades autónomas de Catalunha e Valência, por semelhança com o isolacionismo valenciano. Neste contexto difícil cresceu e desenvolveu-se o reintegracionismo linguístico.

O paradoxo da noção de língua que promove o movimento reintegracionista, ou a *lusofonia galega*, consiste em que, pretendendo recuperar para a língua e o país o modelo clássico - em que se faz uma clara distinção entre oralidade e escrita; língua popular e língua culta - está a introduzir uma espécie de revolução, indo da desagregação dialetal ao fomento da unidade, do populismo à língua nacional. Este paradoxo não define tanto o movimento de recuperação linguística, como a situação da Galiza. O seu *leit-motiv* é aplicar ao galego os critérios das línguas nacionais e, neste sentido, manter-se afastado das modas, os oportunismos políticos e as necessidades partidaristas. Os processos que desenvolveu o movimento lusófono galego durante os últimos 30 anos têm duas vertentes principais. Em primeiro lugar, a legitimação académica, através de inúmeras publicações e revistas especializadas, como Nós, O Ensino, Temas de O Ensino, Cadernos do Povo, Agália, etc., e por outro, a criação de um forte movimento associativo, que realiza uma ampla atividade de dinamização sociocultural, através de congressos, seminários, aulas de língua, e fomento da cultura em geral.

A participação galega nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa marcou um ponto de inflexão e um distanciamento entre associações que fizeram uma opção claramente lusófona, e outras que permaneceram num reintegracionismo que ainda não aceita as convenções gráficas da língua comum. Com os Acordos de 1986 no Acordo do Rio de Janeiro, e de Lisboa em 1999, inicia-se o discurso da lusofonia galega. Na Galiza de 2006 continua a ser objeto de controvérsia a existência de dois modelos, em parte coincidentes, em parte divergentes. Por um lado, o discurso reintegracionista de *uma língua com três normas autónomas,* reticente à unidade da língua escrita, e o lusófono, de *uma norma com variações.* Neste sentido, o Acordo de 1990 incluía a realização de um vocabulário ortográfico comum da língua, com participação de todos os países de língua portuguesa, incluída a Galiza, em que cada palavra incluísse os significados e variações na escrita existentes.

As diferenças entre as associações lusófonas galegas podem explicar-se atendendo ao intuito ideológico inerente às suas atividades, situado entre dois polos aparentemente contraditórios: a procura da legitimidade interna e a integração plena na lusofonia. Apesar de todo o trabalho realizado nestas décadas, o movimento ainda tem de demonstrar que a Galiza merece fazer parte da lusofonia. Para além das considerações sobre direitos históricos, que ninguém põe em causa, ou do mérito da participação da Comissão Galega nos Acordos Ortográficos, que muito poucos discutem já, o futuro só pode ser ganho com organizações sólidas e solventes nos níveis académico e social. Como disse inúmeras vezes o professor António Gil, é preciso criar textos para construirmos contextos adequados. As pessoas e entidades implicadas deveriam propiciar a colaboração nos âmbitos em que for possível. No meu entender, e cada vez no de mais gente, a disputa sobre o modelo de língua para o português da Galiza só pode resolver-se com a aceitação generalizada das convenções gráficas da língua comum, e a assunção do discurso da unidade como garante da unidade e do futuro, conjugado com o reconhecimento das pronúncias, os sotaques, as especificidades lexicais e também, se for o caso, verbais, que têm o seu lugar de expressão privilegiado na literatura.

Ângelo Cristóvão

SINOPSES, BIODADOS E TRABALHOS FINAIS

Tema 1 - Galiza

A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspetivas num novo estatuto autonómico

1. ***Alexandre Banhos, sociólogo***

Alexandre Banhos

FORMAÇOM ACADÉMICA

– Licenciatura em sociologia, especialidade de Populaçom (demografia e ordenamento do território) (Complutense)
– Master em Gestom de Qualidade da Formaçom (UNED)
– Curso de especializaçom em Direito Tributário (Faculdade de Direito – Compostela)

OUTRA FORMAÇOM

– Habilitaçom de Inspetor de Serviços da Administraçom Pública
– Gestor de Pessoal
– Formaçom em matéria de Direito, especialmente administrativo o ligado a gestom de pessoal e tributário.
– Formaçom na análise de estruturas administrativas e dos seus processos internos.
– Formaçom prática na redaçom e elaboraçom de disposições administrativas, ordens, decretos, rascunhos de leis, elaboraçom de propostas organizativas.

ATIVIDADES

– Membro da Comissom Geral de Formaçom Contínua nas Administrações Públicas (estado espanhol) (1999-2005), e
Membro da Comissom Permanente da Comissom Geral. (Estatal)
– Membro da Comissom de qualidade nas administrações públicas (Estatal)
– Membro da Comissom de novas tecnologias nas administrações públicas (Estatal)
– Membro da FEMP, da sua comissom de acordos de gestom e modernizadores nos governos locais. (Fui pessoa consultada na elaboraçom do rascunho da lei das grandes cidades -logo de modernizaçom do governo local).
– Membro da Subcomissom de Formaçom nas administrações locais da FEMP
– Membro do Conselho Reitor da EGAP (Escola Galega de Admin. Pública).
– Membro da Comissom de Planos de Formaçom da EGAP
– Membro do Conselho de Expertos do INAP em matéria de formaçom (Estatal)
– Membro do Comité latino-americano de Administraçom para o desenvolvimento (CLAD)
(tendo participado ativamente nos congressos de Buenos Aires, Lisboa, Madrid, Panamá)
Em representaçom de organismos do estado no âmbito da formaçom por duas vezes estivem em Tessalónica na agência europeia de Formaçom, e outras duas na Direçom Geral de Educaçom da Comissom Europeia em Bruxelas.

ATIVIDADES II

– Participei como relator nos Congressos sobre a língua galego-portuguesa na Galiza nº
III. – "A língua galega e as atividades sindicais"
IV "O modelo de normalizaçom da Junta da Galiza um modelo de substituiçom linguística".
V. – "A ordenaçom do território e a língua na construçom dum modelo linguístico dominante".
– Primeiro congresso da Galiza sobre segurança e higiene no Trabalho: "A política de custos sociais e a sua repercussom, e a segurança e higiene no trabalho"
Tenho pronunciado conferências sobre os mais variados temas e ante os mais variados auditórios.
– No Instituto Andaluz de Administración Pública (IAAP): "El Clima de las unidades administrativas y la evaluación del Rendimiento"
– Como formador de gestores de formaçom nas AALL organizada pola FEMP e a deputaçom de Alicante: " La selección de gestores y la detección de necesidades formativas"
– Em Valência organizado polo INAP e a Generalitat Valenciana: "A formaçom contínua no estado espanhol"
– Na Universidade Católica de Lisboa " Galiza fronteira entre Portugal e Espanha"
– A convite da Câmara de Tomar. "Uma Proposta de ordenamento do território português desde uma perspetiva europeia"
– A convite das Câmaras de Braga e Vila Verde "Porque há que dizer não no referendo sobre regionalização"
– A Convite do movimento vizinhal do Porto: Porto eixo clave para a Galiza sermos nós em Portugal"
– Várias conferências e mesas redondas com os membros do sindicato local português Stal

– Múltiplas exposições públicas na Galiza sobre as mais diversas questões, por ex. Ano 2000 ano Castelao, em várias localidades: Sobre a Vida e a Obra de Castelao.
– Várias sobre "Como falamos, falamos de nós".

ATIVIDADES III

– De Formador: dando aulas de direito, economia e tributaçom,
– Como membro de equipas de avaliaçom do desenvolvimento do trabalho na administraçom galega.
– Dando charlas formativas a empregados das administrações sindicalizados na CIG, sobre diversas questões e membros de ANPAS.
– Na selecçom de pessoal para a administraçom pública nos grupos A, B, em várias ocasiões e com umha variedade grande de conteúdos que foi desde examinar a licenciados em galego a valorar arquitetos.

ATIVIDADES IV

– Publicaçom de artigos em revistas científicas, AGÁLIA e outras, sobre os seguintes temas:
– Linguísticos, sobre organizaçom do território, política, história análises jurídicas económicas, ecológicas…
– Coautor do livro editado em Portugal sobre o relacionamento da Galiza e Portugal ed. Arracada.
– Publicaçom de artigos em múltiplas revistas e jornais
– Colaborador habitual semanal d'A Nosa Terra de 1982 a 1989, publicando sob os nomes de CBA, ABC, CB, BC, CAB e artigos sem assinatura
– Editor e colaborador de imprensa sindical.
– Autor do primeiro plano de normalizaçom linguística da Administraçom
– Autor dum informe para a Comissom Europeia sobre a situaçom linguística na Galiza.
– Autor de parte da denúncia do estado espanhol ante o Conselho de Europa polo incumprimento da Carta Europeia das línguas.
– Autor dum modelo de deteçom de necessidades formativas.
– Autor dumha carta de serviços dumha entidade pública.
– Autor da documentaçom técnica dumha concessom de águas vizinhal.
– Autor de vários estatutos de comunidades de montes e assessor de comunidades de montes
– Hai que sinalar que tenho utilizado mais de meio centenar de pseudónimos, e tenho escrito milhares de páginas, muitas delas de intervençom imediata sobre os mais diversos temas, alguns dos meus heterónimos mais conhecidos som José Chão de Lamas, e César Munhiz.
– Colaborador atual de Novas da Galiza e a Peneıra.

DADOS PESSOAIS

Nome: Alexandre Banhos Campo

FORMAÇOM ACADÉMICA

– Licenciatura em sociologia, especialidade de Populaçom (demografia e ordenamento do território) (Complutense)
– Master em Gestom de Qualidade da Formaçom (UNED)
– Curso de especializaçom em Direito Tributário (Faculdade de Direito Compostela)

OUTRA FORMAÇOM

– Habilitaçom de Inspetor de Serviços da Administraçom Pública
– Gestor de Pessoal
– Formaçom em matéria de Direito, especialmente administrativo o ligado a gestom de pessoal e tributário.
– Formaçom na análise de estruturas administrativas e dos seus processos internos.
– Formaçom prática na redaçom e elaboraçom de disposições administrativas, ordens, decretos, rascunhos de leis, elaboraçom de propostas organizativas.

Atividades

– Membro da Comissom Geral de Formaçom Contínua nas Administrações Públicas (estado espanhol)(1999-2005), e Membro da Comissom Permanente da Comissom Geral. (Estatal)
– Membro da Comissom de qualidade nas administrações públicas (Estatal)
– Membro da Comissom de novas tecnologias nas administrações públicas (Estatal)
– Membro da FEMP, da sua comissom de acordos de gestom e modernizadores nos governos locais. (Fum pessoa consultada na elaboraçom do rascunho da lei das grandes cidades -logo de modernizaçom do governo local).
– Membro da Subcomissom de Formaçom nas administrações locais da FEMP
– Membro do Conselho Reitor da EGAP (Escola Galega de Admom. Pública).
– Membro da Comissom de Planos de Formaçom da EGAP
– Membro do Conselho de Expertos do INAP em matéria de formaçom (Estatal)

– Membro do Comité latino-americano de Administraçom para o desenvolvemento (CLAD)
(tendo participado ativamente nos congressos de Buenos Aires, Lisboa, Madrid, Panamá)
Em representaçom de organismos do estado no âmbito da formaçom por duas vezes estivem em Tesalónica na agência europeia de Formaçom, e outras duas na Direcçom Geral de Educaçom da Comissom Europeia em Bruxelas.

Atividades II

– Participei como relator nos Congressos sobre a língua galego-portuguesa na Galiza nº
III.– "A língua galega e as atividades sindicais"
IV.- "O modelo de normalizaçom da Junta da Galiza um modelo de substituiçom linguística".
V.– "A ordenaçom do território e a língua na construçom dum modelo linguístico dominante".
– Primeiro congresso da Galiza sobre segurança e higiene no Trabalho: "A política de custos sociais e a sua repercussom, e a segurança e higiene no trabalho"
Tenho pronunciado conferências sobre os mais variados temas e ante os mais variados auditórios.
– No Instituto Andaluz de Administración Pública (IAAP): "El Clima de las unidades administrativas y la evaluación del Rendimiento"
– Como formador de gestores de formaçom nas AALL organizada pola FEMP e a deputaçom de Alicante: " La selección de gestores y la detección de necesidades formativas"
– Em Valencia organizado polo INAP e a Generalitat Valenciana: "A formaçom contínua no estado espanhol"
– Na Universidade Católica de Lisboa " Galiza fronteira entre Portugal e Espanha"
– a convite da Câmara de Tomar. "Uma Proposta de ordenamento do território português desde uma perspetiva europeia"
– A convite das Câmaras de Braga e Vila Verde "Porque há que dizer não no referendo sobre regionalização"
– A Convite do movimento vizinhal do Porto: Porto eixo clave para a Galiza sermos nós em Portugal"
– Várias conferências e mesas redondas com os membros do sindicato local português Stal
– Múltiplas exposições públicas na Galiza sobre as mais diversas questões, por ex. Ano 2000 ano Castelao, em várias localidades: Sobre a Vida e a Obra de Castelao.
– Várias sobre "Como falamos, falamos de nós"

Atividades III

-De Formador: dando aulas de direito, economia e tributaçom,
-Como membro de equipas de avaliaçom do desenvolvemento do trabalho na administraçom galega.
– Dando charlas formativas a empregados das administrações sindicalizados na CIG, sobre diversas questões e membros de ANPAS..
– Na selecçom de pessoal para a administraçom pública nos grupos A, B, em várias ocasiões e com umha variedade grande de conteúdos que foi desde examinar a licenciados em galego a valorar arquitetos.

Atividades IV

-Publicaçom de artigos em revistas científicas, AGÁLIA e outras, sobre os seguintes temas:
– Linguísticos, sobre organizaçom do território, política, história análises jurídicas económicas, ecológicas…
– Coautor do livro editado em Portugal sobre o relacionamento da Galiza e Portugal edt. Arracada.
– Publicaçom de artigos em múltiplas revistas e jornais
– Colaborador habitual semanal d'A Nosa Terra de 1982 a 1989, publicando sob os nomes de CBA, ABC, CB, BC, CAB e artigos sem assinatura
– Editor e colaborador de imprensa sindical.
– Autor do primeiro plano de normalizaçom linguística da Administraçom
- Autor dum informe para a Comissom Europeia sobre a sutuaçom linguística na Galiza.
- Autor de parte da denúncia do estado espanhol ante o Conselho de Europa polo incumprimento da Carta Europeia das línguas.
- Autor dum modelo de detecçom de necessidades formativas .
– Autor dumha carta de serviços dumha entidade pública.
– Autor da documentaçom técnica dumha concessom de águas vizinhal.
– Autor de vários estatutos de comunidades de montes e assessor de comunidades de montes
– hai que sinalar que tenho utilizado mais de meio centenar de pseudónimos, e tenho escrito milhares de páginas, muitas delas de intervençom imediata sobre os mais diversos temas, alguns dos meus heterónimos mais conhecidos som José Chão de Lamas, e César Munhiz.
- colaborador atual de Novas da Galiza e a Peneira

A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspetivas num novo estatuto autonómico

1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE "OFICIALIZAÇÃO" DO PORTUGUÊS DA GALIZA, MODERNAMENTE

O século XIX começa com a guerra peninsular contra do francês, chamada da *Independência* em puros termos espanhóis. O primeiro antecedente dessa guerra peninsular foi a Guerra das Laranjas em 1801, da que ainda fica a vergonha da ocupação ilegítima de Olivença[1], nunca reconhecida por Portugal nem pelo direito internacional. Porém, em Portugal o assunto não está na mesa da política, um feito muito esquisito olhado desde a outra beira da raia. A guerra produziu a quebra do poder central -castelhano (espanhol) - e os galegos tiveram que agir por eles mesmos. Para mover o povo galego à resistência, a *Junta de Galicia* permite a difusão de cantigas populares que incitem ao patriotismo. Esse é o primeiro momento, o proémio do que a partir do 1830-50 vai dar lugar, em palavras de Murguia, ao *Rexurdimento*. Todos os galegos, homens e mulheres, eram analfabetos na sua língua, desconheciam a sua história, os textos medievais... Os escritores mais cultos que iniciam o *Rexurdimento* v.g. Joám Manuel Pintos, levantam, ao começarem a escrever, o debate ortográfico. De facto, Pintos escreve *A Gaita Gallega* com g e j, seguindo a pauta que corresponderia a partir do latim, evidência que ficou oculta nas edições atuais *deturpadas/normalizadas*. Aí começa o nosso debate ortográfico, que salvo nas pessoas mais cultas de funda formação latinista, é levado a cabo por quem só conhece as normas ortográficas da língua castelhana, que funcionam para eles como verdadeiras normas "naturais". Em fins do século XIX, diversos estudiosos começam a recuperar a literatura e o galego medieval, e pedem que se volte a uma escrita mais etimológica e mais ligada à tradição histórica da língua. Entre outros muitos exemplos podem pôr-se o de Manuel R. Rodrigues, ao analisar a "Crónica Troiana" em 1899.

As falas da Galiza, ou português da Galiza, conhecido popularmente como galego, não eram nem são – e assim o vão mostrar –, uma língua sem história dum povo sem história, mas uma velha língua romance cheia de história, e na que não se podia estar partindo de zero, pois também não éramos nenhum povo da periferia mundial do século XIX, descoberto por "europeus". O cerne do debate sempre era o mesmo e muito simples: ao serem os galegos, em grande medida, analfabetos - e os poucos alfabetizados estão-no na língua de Castela ter-se-á que aguardar a que esta situação tenha remate para podermos pôr o remédio. No *nacionalismo galego* o *debate* acompanha todo o seu que fazer; se olharmos, por exemplo, o jornal *A Nosa Terra* histórica (1917-22), agora reeditado, e se começarmos pelo seu primeiro volume, o leitor olhará, praticamente em todos os números, o debate ortográfico. O debate, como não podia ser de outra maneira, era uma questão não fechada, e não vou cansar agora com todas as polémicas, discussões e opções que sobre tão importante tema se deram entre 1850 e 1936, só vos direi uma cousa: todos os que defendiam sempre utilizar o modelo ortográfico do espanhol, usavam um único argumento, o citado antes, o que continua a ser utilizado presentemente: – *na Galiza todos somos alfabetizados só em espanhol, e isto é o que nos ensinaram. Quando chegar o momento de termos escolas galegas já se resolverá o assunto.* Mas alguns dos polemizadores com muito siso apontavam: olhai, quem defende a incúria fica na incúria!

Para o nacionalismo galego tudo isto, até datas muito recentes, independentemente do seu comportamento na escrita, representava uma tautologia: galego e português são a mesma língua, é dizer, falas e variedades dum único diassistema. Isso fora afirmado por Murguia nos Jogos Florais de Tui 1890, e ele que foi o primeiro Presidente da Real Academia Galega mantê-lo-ia sempre. Não há nenhum vulto no nacionalismo desta altura a afirmar algo diferente. No ano de 1906[2] nasce a *Real Academia Gallega*, impulsada pelos emigrantes na Havana. Não nasce, nem pretende, nem figura nos seus Estatutos, para ser uma *academia da língua*, ainda que entre os seus objetivos figura a edição dum dicionário. Poucos anos depois e muito devagarinho, começa a fazer um dicionário do que foram editando cadernetas mas que não chegou a rematar-se nem a publicar-se, e fazia-se sendo o *Dicionário da Academia*, em ortografia histórico-etimológica. Em Vigo estão as cadernetas, e a cumprida informação histórica sobre o *debate*, na Fundação Penzol. Se o leitor puder, vá, e olhará como estes factos históricos que semelham tão desconhecidos (ou melhor dito, tão ocultados), apareceram com total normalidade.

Nos anos 20 segue este prometeico debate da Galiza sobre normativização nos mídia galeguistas/nacionalistas (logicamente aos alheios a esse credo, o galego ou português da Galiza nada lhes importa), e a fins dos anos vinte começa a dar-se uma certa política, uma "Koiné" sobre achegamento gráfico ao Português[3]. Quer dizer, ao velho tronco, ao galego histórico. Assim temos usos escritos como a separação do pronome por traço, vocabulário técnico comum... No Congresso de 1934 do Partido Galeguista acorda-se impulsar essa via. Cria-se uma comissão para elaborar umas normas de escrita para o galego e um dicionário no Seminário de Estudos

[1] O território ocupado pelos espanhóis, corresponde-se exatamente ao que ocupam os atuais municípios da Estremadura espanhola, de Olivença e Taliga.
[2] A iniciativa começara em 1904 na Havana.
[3] Dizia Ramom Vilar Ponte, que quanto melhor era o galego mais português seria. "Quanto mais galego o galego é, mais português é; quanto mais português o português é, mais galego é".

Galegos[4]. No 1933, seguindo esse modelo, as Irmandades da Fala publicam o seu vocabulário castelhano-galego. O seu modelo vai ser o da escrita histórica, que é adotada pela *Mocidade galeguista*[5] no mês de abril de 1936.

1.1. O FRANQUISMO

A ditadura franquista[6] estendeu o seu manto do terror sobre os cidadãos; diz *Paul Preston* na sua excelente biografia de Franco que ele, por cima de qualquer outra cousa ou consideração, foi um mestre no manejo do terror, do terror como arma política ao serviço do poder, de controlo de vontades. E diz o professor *Ramom Maiz* na sua tese, minuciosa obra de contagem de assassinados/as no terror incivil, que na Galiza o número dos "passeados" chega a uma cifra situada entre vinte e cinco, e trinta mil pessoas. Ainda no ano 52 na memória anual do Fiscal Geral do Estado, este lembrava, que a magnanimidade de Franco fizera que nos anos passados, os milheiros e milheiros de condenados a morte pelo aparelho judiciário apenas ultrapassaram os 12.800 *agarrotados*[7]. A ditadura estendeu a ignorância sobre o próprio na Galiza, a gente nova ficou cortada na sua comunicação com tudo o criado no nosso país antes da guerra, e com os vultos de antes, que estavam fugidos ou mortos. Uma outra vez como Prometeu, na Galiza tínhamos que recomeçar de zero. No dia da pátria do ano 1950 nasce em Compostela a editorial *Galaxia*. Na realidade, esta editorial era a limitada estrutura que ficava no país do Partido Galeguista[8], concretamente das suas mocidades. E será esta editorial, dentro da sua pequena anarquia ortográfica, que vai ter um role relevante na configuração escrita do galego na Ditadura.

A respeito do galego utilizado pela editora, esta não empregou um padrão uniforme, ainda que na documentação interna nem se conheciam segundas formas do artigo, e usava-se uma base vocabular que agora chamariam de raiz "lusista", e a respeito da ortografia dos autores, em geral respeitava-se o seu particular idioleto ortográfico, editando-se livros também em ortografia plenamente reintegrada com farda histórica e comum com o além-Minho. No prólogo de "*Lua a Além-Mar*" do saudoso professor *Guerra da Cal*, figura uma nota da editora que diz:

"Empregamos grafia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela podem ser representados sem se deturpar o caráter da nossa peculiaridade idiomática. Moveu-nos a isto duas razóns, ao nosso ver validamente justificadoras: — a primeira, a evidência de que o sistema gráfico vigente até hoje entre nós non tem base alguma respeitável nem histórica nem científica; a segunda, e ainda mais importante, é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vencelhos tradicionais das nossas letras com o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à cal, tanto pola verba, canto pelo espírito pertencemos. Non fazemos nisto senóm seguir o conselho venerável do patriarca Murguia que já recomendou a unificaçóm linguística com Portugal, apontando que nela estava o porvir do nosso idioma".

Até o ano 72 na revista da editorial, GRIAL, na que se plasma o ideário Galaxia, vai ter artigos em distintas normativas, incluídas as plenamente reintegradas ou padrão português. Na metade dos sessenta, na editorial dera-se um debate, para duma vez por todas, começar a ser sérios no aspeto da normativa, e adotar um padrão mais homologável com as formas do galego oficiais no além-Minho, o próprio Ramom Pinheiro, firma-se como um dos mais "lusistas" nesse momento, mas depois, o facto de estimar que o povo galego esteja só alfabetizado em espanhol, punha-lhe dificuldades à tarefa, e decidiu-se seguir da mesma forma, mas com o compromisso de no futuro encetar duma vez esse caminho. Porém tudo acabou numa deriva na que se aceitou um padrão ortográfico regional espanhol plenamente assumido. A década de 70 significa um processo de *aggiornamento* da editora, com um papel como o de qualquer uma empresa editorial, e um achegamento do "Pinheirismo"[9], que esqueceu todo velho compromisso galeguista, e o trabalho que este exigia, de restabelecimento do partido galeguista na clandestinidade, para mudar num achegamento às forças espanholas da *transição* política, pois tentava-se conseguir algo de sombra dos novos poderes que institucionalmente emergiam[10].

---

[4] Seminário de Estudos Galegos sim era uma verdadeira academia, será por isso que as suas dependências e fundos, criação do melhor do nosso país continuam sem ser devoltos, é dizer: trespassados à administração autonómica galega. E do que sobreviveu, muito continua apagado polo estado que se apoderou dos seus fundos.

[5] s juventudes do Partido Galeguista.

[6] Não confundir coa ditadura do general Franco em Portugal, durante três anos da primeira década do século XX.

[7] Garrote, sistema tradicional castelhano de executar.

[8] Declarações de Julio Garcia Santiago, um dos galeguistas fundadores de Galaxia, num encontro da AGAL.

[9] Ramom Pinheiro, foi o líder do Partido Galeguista no interior, que guiou o seu processo de desartelhamento organizativo reduzindo-o a atividade cultural (Galaxia). A sua dura estadia no cárcere franquista e a sua ideologia temerosa do comunismo que percebia ameaçador sobre o mundo, influiu decisivamente no seu comportamento.

[10] Ramom Pinheiro foi deputado do PSOE na 1ª legislatura do Parlamento Galego, num PSOE liderado por Paço Vázquez, com posterioridade alcaide memo e colonial na cidade da Crunha, a qual infelizmente sob o seu mandato, não deixou de piorar todos os seus rubros comparando-a com outras semelhantes. Foi a Crunha a cidade onde algum *galáctico (de Galaxia)*

Esse role do *Pinheirismo* significou a renúncia a qualquer proposta normativa que reintegrasse o galego na sua farda histórica, e a aceitação implícita de as normas do castelhano *"língua nacional espanhola"*, ser as normas *per se* do galego por ser uma língua do estado espanhol; e que toda a deturpação do galego pela pressão esmagadora do espanhol, constituía uma *pura evolução natural*. Se o galego era, sob o nome de português, língua normal noutros estados (afirmação tautológica do nacionalismo galego sempre), esta nova *aceitação* significava, em consequência, que o português e o galego eram línguas distintas e estranhas uma da outra, e que qualquer fala d'além das fronteiras administrativas espanholas era, obviamente, algo estrangeiro, o que de acordo com a sua raiz etimológica, significa *estran*ho[11]. Esta perceção da língua será assumida pelos poderes espanhóis entusiastas da mesma, e pelas autoridades regionais.

2. A NORMATIVIZAÇÃO PÓS-FRANQUISTA DO PORTUGUÊS DA GALIZA, E A NORMALIZAÇÃO DOS USOS DA LÍNGUA

Suponho que as pessoas da Galiza, que estejam entrando na faixa dos cinquenta anos e mais, lembrarão os debates que havia no nacionalismo sobre a língua e a norma na altura dos setenta, que podem ser resumidos assim: O primeiro é a libertação social e o socialismo, o demais virá depois (sic) – *per se* –. E por enquanto, a incúria continuava a governar-nos. Que norma se usava no português da Galiza? Graficamente direi que uma inconcreção com duas variedades. Quer dizer, o português da Galiza tinha normas por aproximação ou por distanciamento entre espanhol e português, dependendo do grau de formação pessoal de quem escrever (ou a sua conceção do que devia ser a Galiza e o seu povo), porque a língua na Galiza continuava a carecer de norma formalizada e padronizada.

Também deve ser dito que no país não se reclamava socialmente a formalização padrão do português, coisa que sim acontecia nos anos anteriores à guerra. No fim de contas, depois de quarenta anos de ditadura e cortada a comunicação, éramos mais analfabetos do próprio, ou melhor dito, muito mais e profundamente alfabetizados em espanhol, língua que cada vez era mais internalizada em muitos galegos e galegas, como também sua.

Ao longo da década de 70, que na Galiza pode afirmar-se ter encetado com as mobilizações universitárias do 68 em Compostela, fazia-se cada vez mais patente que o franquismo estava nos seus derradeiros momentos, e que o pós-franquismo ou o que vier logo, dalgum jeito deveria regrar a utilização das línguas não castelhanas, pois o principal problema do estado espanhol continuava a ser a integração das nações não castelhanas. O português da Galiza estava como estava, e começou-se a perceber a importância da sua formalização, curiosamente, mais por setores ligados – por dizê-lo de alguma maneira – ao "*espanholismo*", melhor dito ao *establishment institucional*, do que ao nacionalismo. O que era o galego naquela altura para a ciência linguística? Melhor do que responder é dar-vos este exemplo: antes do ano 1970 não existe nenhum livro de linguística publicado no estado espanhol e, por suposto, no mundo[12], que afirme as falas galegas constituírem um idioma diferente do português. Todos confirmam que fazia parte do mesmo diassistema do português. A Academia Galega, na sua história, nunca se atreveu a fazer uma afirmação rotunda contra a unidade da língua. Defender essa *tese* vai ser o eixo da existência do ILG, elemento fulcral na formalização do galego como variedade regional espanhola e distinta do português (*é para eles outra língua*).

2.1. O PROCESSO DA FORMALIZAÇÃO DAS NORMAS

No ano 1971 produz-se o primeiro intento de publicitar uma norma, pois pela Academia Galega forma elaboradas outras, sobre as que afirma Carvalho Calero no livro "Conversas em Compostela" (pag.182)

> *"A minha aportaçom a estas normas foi tam particular como geral, pode-se dizer que as figem quase na sua totalidade, tendo em conta algumhas observaçons doutros colegas".E segue " há que ler com olhos desprovistos de teas de aranha e observar-se-á que estam implícitas nesta codificaçom as linhas*

Domingos Garcia Sabell sob o guarda-chuva de realidade Galega e apoiado na UCD e AP e logo PSOE, sempre os partidos espanhóis, gabou o pacovasquismo e ocupou o triste fado de delegado do governo espanhol na Galiza, levando-o isso a fazer vários recursos contra do português da Galiza. O verdadeiramente bobo nesta personagem, consiste ter sido, ao mesmo tempo, Presidente nessa mesma altura da Academia Galega.

[11] Isto está também presente no tratamento que da língua galega fazem instituições como o ILG, que para o galego de fora do território administrativo, das quatro províncias do ministro Isabelino Javier de Burgos, (agora comunidade autónoma), andam fazendo subnormas específicas. Pelo contrário, o Estatuto republicano, afirmava a natureza nacional galega da Faixa Leste (territórios do Eu-Návia, Berzo, Portelas...) e punha as bases para que aquela divisão administrativa do estado não se convertesse em divisora da nação galega, e tratar de reintegrar esse espaço na comunidade autónoma galega republicana.

[12] Fora do estado espanhol ainda continua a ser basicamente assim, apesar do esforço do PP e as suas pitorescas cátedras de galego nas mais diversas universidades, enquanto aqui se nega, e até chegaram a anular o curso de galego da Universidade da Crunha porque o percebiam como variedade do diassistema galego-português.

gerais que depois se desenvolverom dentro dumha política linguística de aceitaçom do sistema geral (o do português) ao que o galego pertence".

No ano 72 cria-se a cátedra de filologia galego-portuguesa na Universidade Compostelana, e é nomeado titular o Professor Carvalho Calero. Esta Cátedra dá lugar pela primeira vez, à existência de pessoal qualificado em língua galega e, claro, ligado com tal Cátedra, *já não todos vão ser analfabetos*. Nos anos 70 na Universidade de Santiago, ganham força à medida que se pesquisa e se estuda o galego, as propostas de cara a reintegração da nossa língua, numa farda própria e coerente com a sua história e a sua realidade presente como português da Galiza. Por outra banda, unido ao departamento de Hispânicas, e ao institucionalismo no quadro espanhol, no ano 71 cria-se o *Instituto de la Lengua Gallega* (ILG) – como instituto universitário de investigação - por um professor asturiano, Constantino Garcia, que é membro da Academia Asturiana além de o ser agora da Galega[13], e que concebe o galego - língua que não falava e nunca chegará a dominar - como um *bable*, uma variedade regional.

Em 1971 como uma encenação, o ILG tirou do prelo o *famoso* (pelo seu sucesso) *Gallego I*", que seria seguido em 72 pelo *Gallego II* e, em 74, *Galego III*. Os livros pretendiam afrontar a carência social de falta de formação *dos galegos no galego, e de manuais de formação*, para adequá-los às necessidades dos novos tempos que já se sentiam. Concebiam a formação na língua dentro do sistema linguístico central espanhol, negando as relações das falas galego-portuguesas. Neste método estudo de galego do ILG, apresenta-se um modelo de língua galega separada do romanço ibérico ocidental, com inventos de palavras muito peculiares – *televexo, guiandeiro*... (eis *o seu diferencialismo*), e um modelo de escrita baseado nas normas da "língua por essência para os galegos desta conceção, o castelhano; e virada contra as normas da Academia Galega de 1971 (eis o "*oficialismo tão particular*" do ILG desde as origens). No *Galego III* é antológica a definição e aclaração do que é lusismo, sobre todo olhando as escolhas terminológicas de apoio como muito bem tem examinado o professor Valentim Fagim[14].

Em 77, (faço recordação de que o ditador Franco morrera em novembro de 1974) aparece a primeira proposta formalizada de norma do ILG (já visível nos seus *gallegos*), num livrinho intitulado *"Bases prá Unificación das Normas Linguísticas do Galego"* sob o guarda-chuva do limiar do Presidente da Academia Domingos Garcia-Sabell[15]. Esta será a única norma do ILG na que participaram pessoas alheias a esse organismo, o que se nota nos comentários e pegadas que se acham na mesma, v.g. nela aparecem entre outras, formas como *amábel*, que nunca seria utilizado pelo ILG.

Em 1977 nasce a ASPG[16] organizada, fundamentalmente, por professores ligados ao BNPG. A recém-nascida associação estava imersa no debate da língua (qual modelo) pois os professores que davam aulas naqueles dias

---

[13] É um facto muito curioso a enorme quantidade de relações pessoais que existem entre a Academia de la Llingua Asturiana e a Galega, vários da Galega, são membros ou correspondentes; mas com certeza não há na RAG nenhum correspondente com instituições similares de Portugal...

[14] Fenómenos diferenciatístas (IV) Instituto da Lingua Galega -Gallego III- Universidade de Compostela 1974 <O Lusismo> "Tódolos diferencialismos se esplican por unha fuxida da identidade ou semellanza co castelán e, como o galego e o portugués son polas diverxentes dun mesmo toro, coidan moitos que a renovación do galego ten que vir através do portugués. Os lusizantes, xá que logo, razonan mais ou menos deste xeito: sendo como foron galego e portugués a mesma cousa, ó quedaren politicamente separados Galicia e Portugal, producíuse un estancamento no cultivo do galego que duróu hastra mediá-lo século pasado. Mentres tanto o portugués continuóu facéndose unha lingua culta importante, enriquecendo o seu vocabulário con préstamos latinos, gregos, franceses, amerindios, asiáticos, africanos, ingleses, etc. e pulindo outros médios de espresión. Sendo así, lóxicamente. o portugués culto de hoxe, tamén constituirá o estrato culto do galego. Pró a realidade linguística bota abaixo esa apreciación teórica; porque desde hai 600 anos pra acó tanto a lingua portuguesa popular, coma a galega, tiveron a súa propia deriva, diverxente en moitos casos. Lembremos, por exemplo, as diferencias notables que se abriron no térreo da fonética e mesmo no da morfoloxía. Por outra banda, non convén esquencer que en Galicia síntese desde hai moito tempo a influencia do adstrato castelán. que ven operando como língua de cultura na nosa terra. Esto provocóu que o galego popular se fixera permeable a certas diverxencias entre as polas galega e portuguesa. Pra sermos, xá que logo, consecuentes co noso principio de no xebrar excesivamente o galego culto do popular (de xeito que aquel non sexa letra morta prós galegos), témonos que pronunciar contra a portuguesización do galego. Se queremos ter unha norma operante teremos que estraela do uso. Non quixéramos, por otra (sic) banda, que o noso antilusismo fora interpretado como antilusismo integral. Ben ó contrario, sómo-los primeiros en estimá-lo admirable pobo portugués. Ora ben. en materia linguística somos radicalmente enxebristas, é dicir, «separatistas» no primitivo sentido da palabra. Vede tamén a nosa postura com respecto ó castelán en lecíóns de mais adiante. Non se pode facer unha clasificación sistemática dos lusismos porque os escritores galegos, en xeral. Conocen bastante mal o português, razón pola que sóio entranlusismos esporádicos, á maioria deles pertencentes ó lésico. Exemplos: podemos considerar como mostra de lusismos fonéticos aqueles que consisten na eliminación dun yod: estudar, estudante, muto, truta...; morfolóxicos: ele no canto de «el». a desinencia verbal -ste no canio de –ches (cantaste por cantaches, o sufixo -bel ou -vel no canto de -ble {amável) entre outros; lésicos: achar «atopar» xornal «diario» «periódico», ar «aire», termo «término», diabo «diablo», degredar «decretar», banir «desterrar», xanela «ventano», isolado «aislado», só «soío». garavata «corbata», rédea «ramal», rosto «rostro», liberdade «libertade», ate «hastra», paixón «pasión». comezar «comenzar», sen «sin», estrada «carretera», próprio «propio», mas «pró», coñecer «conocer», cidade <<ciudad», esquecer «esquencer», etc.

[15] A Academia Galega tem toda a sua documentação interna desde 1936 até a década de 90 em espanhol.

[16] Inicialmente tentou-se legalizar como *Instituto Socio-Pedagóxico galego*, adotando o nome de Associação ao não ser aceite legalmente o de Instituto.

de duros conflitos, pediam umas normas claras a respeito da formalização. No curso 79-80 o galego passa a ser uma matéria optativa, e à ASPG, os seus associados reclamam uma norma para ministrar nas aulas. Em 1979 a ASPG faz uma proposta (*as primeiras mecanografadas*) de normas sob o título de *"Orientacións para a Escrita do Noso Idioma"* destinadas ao professorado nacionalista adscrito ao BNPG, que seriam reeditadas em 1980[17].

2.2. A FORMALIZAÇÃO DESDE AS INSTITUIÇÕES AUTONÓMICAS

No momento da concessão à Galiza dum regime pré-autonómico, havia uma língua própria o português da Galiza, em processo de formalização ortográfica com vários modelos: o modelo da Cátedra de Galego, o do ILG, o da Academia, e um modelo híbrido, o da ASPG. Disse que no reino de Espanha não se legisla sobre língua[18], pois são instituições independentes as que fixam as normas, as modificam e aplicam, sem que o poder político as discuta; não há um espanhol oficializado por lei frente a outro que não for. Existem a Academia Espanhola e as academias dos países americanos com o seu dicionário e gramática normativos comuns[19].
Em 79 institui-se a pré-autonomia, e começa a utilizar-se internamente o galego acastrapado e diverso (o de cada utente), pois na realidade o português na Galiza era uma língua sem normalizar e sem arroupamento formal para a sua apresentação externa (*e interna*) de uma *auctoritas* admitida por todos. Aqui tínhamos um totuum revolutum. Para o poder político ficou claro que era necessário regular essa situação, simples questão de viabilidade no caminho que se abria de descentralização e de reconhecimento parcial dos direitos nacionais da Galiza. O segundo Conselheiro em aceder à responsabilidade da pasta da Cultura, Alejandrino Fernandez Barreiro, decide a criação duma Comissão Linguística[20] para estabelecer uma norma ortográfica para o galego,

[17] Um bocado antes de que apareceram as normas da Junta 1980, as *de mínimos.* Que seriam saudadas desde a ASPG e desde o nacionalismo como magníficas
[18] Cita de António Gil Hernández.
[19] O modelo do castelhano é de enorme sucesso para manter a unidade internacional da língua, com o grande valor que isso supõe. O Institut de Estudis Catalans, que pretende usar o mesmo modelo, formaliza as normas de Castelló em 1938. Na altura escritores valencianos aceitam pequenas modificações unificadoras.
[20] Para uma história da ortografia galega (Agália n.º 2 pagina 223). O relatório de 1979 por Ricardo CARVALHO CALERO: "Durante a realizaçom da Primeira Reuniom Galega de Estudos Clássicos, que tivo lugar em Santiago e em Pontevedra, do 2 ao 4 de julho de 1979, o Conselheiro de Educação e Cultura da Junta da Galiza, Dom Alejandrino Fernández Barreiro, estabeleceu contacto comigo a fim de conversar a propósito dos problemas da língua galega que afetavam ao seu Departamento. O Conselheiro solicitou a minha colaboraçom para o tratamento de aqueles problemas. Mas estes estavam já postos, e de algum modo conduzidos, por entom, pois o Sr Fernández Barreiro *fixera algum nomeamento e recebara alguma informaçom sobre o particular, e o seu antecessor no cargo, dom Marino Dónega Rozas, é de supor que nom se despreocupasse totalmente dessas questons. Mas até a data indicada, ninguém solicitara de mim tipo algum de assessoramento ou concurso.*
Expressei ao senhor Fernández a minha opiniom sobre a conduçom do assunto no passado, tanto polo seu antecessor como por el mesmo; e como tal opiniom nom coincidisse com as reflexadas na política seguida, especialmente pola concepçom do idioma como realidade à vez geográfica e histórica, o Conselheiro propuxo-me a designaçom, para integrar-se no aparato da Conselharia, de uma persoa que representasse a postura crítica que eu manifestava, para que esta postura gravitasse devidamente no campo das resoluções que se adotassem no futuro. Dei-lhe entom o nome de um linguista que poderia encher essa funçom — que nunca chegou a desempenhar- e mostrei-me disposto a nom negar ao Conselheiro o assessoramento pessoal que me fosse, em cada caso, requerido, sem que isto supusesse adscriçom pola minha parte à titularidade de posto algum na burocracia autonómica Sem embargo, sucessivas entrevistas revelarem que o senhor Conselheiro desejava constituir uma Comissom de Linguística, integrada por técnicos, que elaborasse umas normas ortográficas às que se ativesse a Junta, e que a minha disponibilidade nom oficial como eventual assessor nom se avinha com os seus planos, nos que me assinava a funçom de presidente da projetada Comissom. Discutimos essa possibilidade e chegamos a um acordo, segundo o cal se formaria uma Comissom integrada por professores com título de doutor ou licenciado, expertos em linguística, que fôrom quatro professores numerários de universidade e quatro do ensino médio. A Comissom ficou organizada como segue:
Dom Ricardo Carvalho Calero, Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago.
Dom José Luis Pensado Tomé, Catedrático de Filologia Românica da Universidade Salamanca
Don António Santamarina Fernández, Agregado de Filologia Românica Universidade de Santiago.
Dom José Luís Rodriguez Fernández, Adjunto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Santiago.
Dom Ramón Martínez López, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado. Antigo professor da Universidade de Austin, Texas (U. S. A.).
Dom José Filgueira Valverde, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.
Dom Isidoro Millam Gonçalez-Pardo, Catedrático de Grego do Instituto Rosalia de Castro, de Santiago.
Dom Manuel Vidám Torreira, Agregado de Latim do Instituto de Bacharelato de Monelos (A Corunha).
Os nomeamentos fôrom resultado de um acordo entre o Conselheiro e o Presidente da Comissom. Da exclusiva responsabilidade de aquel fôrom as designações de Dom Ricardo Carvalho Calero, Dom José Filgueira Valverde, Dom António Santamarina Fernández e Dom Manuel Vidám Torreira. Eu propuxem, e o Conselheiro aceitou sem discuti-los, os nomes dos restantes membros da Comissom. Mesmo eu fixem as gestons que conduzirem à aceitaçom desses nomeamentos polos senhores designados à proposta minha. Como é evidente, inspirei-me no feito de que todos e/es erãoconhecidos como investigadores no campo da filologia galega. Lembremos, por exemplo, as edições de Sarmiento por Pensado, da traduçom da Grande e General Estória por Martínez, de Joám Airas por Rodriguez, ou os Comentários a antifona da Cantiga de Cabanilhas por Millam. Em questons de normativizaçom da língua, alguns trabalharam algo, outros nada. Mas todos se consideravam aptos para o labor de assessoramento técnico que caracterizava à Comissom Como era natural, a proposta de normativa ortográfica devia elaborar-se mediante a formulaçom duma ponência que logo passasse ao pleno da Comissom. Por aconselharem-no asserazons de facilidade e eficácia, propuxem que aquela ponência estivesse constituída polos três

e cuja constituição e objetivos foi publicada no Boletín Oficial da Xunta de Galicia (BOXG) nº 3 de junho 1980)[21]. A Comissão estava formada por catedráticos e professores técnicos em linguística, ligados a universidades, a Academia e o ILG. No BOXG n.º 10, Publicam-se: *As normas ortográficas do idioma galego.*

No seu limiar, formosíssima peça literária, é onde está a filosofia da que se tira a ideia da expressão ***normas de mínimos***, por permitir a própria norma um avanço para formas coerentes com a história linguística da nossa língua, a do romanço ibérico ocidental a que pertence, e convidando nas próprias normas, às instituições mais cultas, e dizer às universidades, a utilizar a forma histórica própria do galego. Nesse mesmo BOXG nº 10, figurava a reunião da Comissão Mixta que generalizava a aula de galego no curso 1980-81.

Em 1980 o ILG, que participara na elaboração das normas da Junta de Galiza, tentará travá-las republicando as *"Bases Pra Unificación das Normas Linguísticas do Galego",* (uma forma de questionar as normas da Junta)[22]. Na apresentação *se diz que são a reedição das de 1977*, mas de facto têm mudanças fundamentais, e começa-se a mover um monte de fios, para que o Ministério de Educação, que fazia geral o galego como optativa no ensino (aprovado pela Comissão Mixta BOXG nº 10), sendo naquela altura do Ministério que dependia o ensino); não aceite as normas da Junta da Galiza, e assim, a meio de Resolução do Ministério (BOE agosto do 1980) acaba-se declarando que as normas da Junta da Galiza só servem para eles, e juridicamente a administração do estado nenhuma dependência tem deles. Na própria Comissão Mixta *Estado-Junta*, inclui o Ministério os membros do ILG, e sob o peregrino argumento, de que não há que criar traumas aos nenés formados em espanhol *(com algo um chisco dissimil).*

Pelo seu lado a ASPG, em *1981,* reforma as suas *Orientaçóns* radicalmente*, para fazê-las verdadeiramente* reintegracionistas. Foi curioso o facto de o cerne do debate da reforma para convencer a maioria dos membros, tenha sido, por um lado, que o reintegracionismo era o desenvolvimento lógico da norma de mínimos, e que havia que pular pelo seu avanço; por outro, *que nos não podemos ficar atrás das normas da Junta, ao fim de contas é espanholismo da UCD*[23].

3. O ALCANCE DAS NORMAS DA JUNTA DA GALIZA: ASPETOS JURÍDICOS

Que alcance tinham aquelas normas da Junta da Galiza? A resposta é muito simples, a que lhe derem os utentes. A administração pode impor umas normas a si própria ao não existir norma concreta e *real* alguma para as falas portuguesas da Galiza, *mas o seu alcance social é o que os galegos quiserem*[24], dado que o galego

---

professores da Universidade de Santiago que formavam parte da Comissom: o Catedrático Carvalho, o Agregado Santamarina e o adjunto Rodríguez. Os três pertenciam à Faculdade de Filologia, e, portanto tinham os seus despachos na mesma planta do mesmo edifício, a planta quinta do edifício numemero 1 da Praça de Maçarelos, antigo Colégio de Exercitantes fundada polo arcebispo Yermo, cujas armas ostenta a fachada. Aceitada por unanimidade e sem discussom esta proposta, começamos imediatamente as sessons de trabalho no despacho do Presidente, Chefe do Departamento de Filologia Galega. Trabalhamos arreu, e chegamos a acordos unânimes que, por suposto, era o resultado muitas vezes de transacçons, pois na ponência estavam representados distintos pontos de vista sobre a orientaçom da ortografia do idioma. Mas devo dizer que jamais se negárom por ninguém os princípios que alguém professasse. Havia matizes na valorizaçom que procedia dar aos 'feitos históricos ou à sincronia atual, à atençom às normas vigentes noutras áreas galego-portuguesas e à recetividade social. Mas todo o mundo -os três que éramos- considerava todos esses fatores dignos de ser tidos em conta. Jamais houvo votaçom, de jeito que os acordos se tomarom por unanimidade, como dixem. Nalguns casos certamente despois de prolongados debates. Mas sempre se achaou uma fórmula que assumirem todos os presentes. Nengum dos membros da Ponência estivo ausente em sessom alguma das celebradas. Houvo, pois, frequentes transações, mas nada se acordou por maioria -que teria de ser de dous votos contra um -senom por geral consenso. Quando nalgum ponto nom se logrou a unanimidade, o que nunca ocorreu en questons fundamentais, esse ponto nom se incluiu no texto com o que se entende ser opcional a soluçom. Nom lembro mais que um caso desta classe. Quando uma forma verbal acabada em consoante nasal vai seguida do pronome de terceira persoa, que representa o objeto direto da acçom transitiva, ou um predicado atributivo, esse pronome o, a, os, as, antigamente lo, la, los, las, conserva, assimilada por aquela consoante nasal final do verbo, a própria consoante inicia/ (l>n). Entom caberia escrever, dentro do sistema da ponência, mataron-no (forma mais etimológica), ou mataron-o, e mesmo mataro-no (forma mais fonética). O mesmo son-no (so-no): Es ti: profesor? Son-no. Claro que o son. Nom ficando convencida a ponência, como unidade, da superioridade duma grafia sobre a outra, nom se incluiu esse ponto na precetiva,

[21] BOXG (Boletin Oficial da Xunta de Galicia), no que toman estado as normas e disposições

[22] Publicam-se ao mes e pico de ser aprobadas as "oficias" da Xunta. As da ASPG, do 80 em cámbio foram públicadas dous meses antes, e ASPG uma vez saidas as "oficiais", falou já a prol de estas.

[23] Entre os impulsores da nova orientação figuravam vultos como Francisco Rodrigues (atual parlamentário do Bloco no Parlamento de Madri) e Pilar Garcia Negro, que menos dum ano depois moveram a organização dividindo-a e expulsando da mesma aos mais dos reintegracionistas, e obrigando-a a renunciar a esse avanço, voltando às *Orientacións para a Escrita do Noso Idioma,* curiosamente*,* não para as normas Junta 1980; e atribuíndo-lhe a condição de *mínimos*, sem caminhar para nenhures, a essa proposta ossificada da ASPG. Isto será defendido pólo BNG e o seu entorno social até a aceitação da política oficial com a língua e a sua história da "Xunta" sob o guarda-chuvas da reforma das normas do 2003, e para esse caminho voltaram a ser decisivos a intervenção desses dous importantes vultos políticos.

[24] Toda norma ortográfica é em princípio uma convenção, a sua força é a que lhe derem os seus utentes; toda norma deve fazer-se dentro do que é a história interna da língua, e para ter êxito deve ser aceite e ter a seu favor as pessoas mais comprometidas com a língua, aquelas que vão gerar as dinâmicas para o sucesso na sua implantação. Partindo desses princípios, a norma de mínimos, a da Junta 1980, reunia essas caraterísticas, foi feita com consenso, teve o apoio de todos os setores comprometidos com a língua, especialmente do entorno nacionalista (que é fulcral), afirmava-se reintegracionista, no

é língua oficial mas não se estabelece legalmente (sobre isso já falei que não se legisla) que tenha que ter uma forma determinada. Na norma chamada *de mínimos*, a da Junta de 1980, editou-se muita cousa, desde o melhor dicionário atual do galego, o *Sotelo Blanco* (Estraviz), até à melhor gramática para o ensino prático (Via Láctea: *Gramática para a Aprendizaxen da Língua Galega*), ou os trabalhos gramaticais e linguísticos de Freixeiro Mato. Esses *mínimos*, como leva visto o leitor, receberam uma oposição radical de toda a "inteligentsia" espanhola, - *A Galiza por este caminho deixa de ser Espanha, e põe-se lhe dificuldades adicionais aos nenos e nenas*. Há uma tautologia na Sociolinguística, "quanto mais próximo é o código duma língua a respeito de outra com a que está em contacto (ou misturada) ou, se além disto o código de B é o de A, mais difícil é a sua conservação, por não dizer impossível, e ainda mais se o modo de vida que sustinha a língua se está derrubando". E isso sabe-o qualquer estudioso honrado a respeito do que são as cousas. O ano 1982 é de transferência das competências em matéria do ensino do Governo Central à Junta da Galiza. E no mundo do ensino, apoiado na norma de mínimos, avançava o uso dum galego que ia recuperando a sua farda histórica, porém frente a isso produziu-se o Decreto 173/82 de 17 de novembro de *"Normativización"* publicado no DOG de 20 de abril de 1983[25], imposto com fortíssima resistência social dos setores mais comprometidos com a

---

sentido que a própria dinâmica da norma encaminhava os utentes para o rego do português internacional, de onde não deveria ter saído o galego. Esta norma foi boicotada por todos os comprometidos decisivamente com a nossa estatização (regionalização). No galego dá-se um facto muito particular a respeito de línguas como o catalão ou o basco. A língua de aquém-Minho está num estado chamado Espanha, e a língua do além-Minho num estado chamado Portugal onde tem o ornamento da normalidade estatal (nacional), semelha para os castelhano-espanhóis, que qualquer feito racional que rompa um pouco essa barbaridade cultural de não permitir a língua funcionar como uma, está a pôr em perigo a "integridade de Espanha", a pouco que se investigue, vê-se que a fronteira política é a causa determinante de decisões político-culturais que se tomam no país. Frente à norma de mínimos de 1980, a norma de 1983, elaborada sem consenso, é defendida ferrenhamente por aqueles que não acreditam no galego nem o usam. E é buque ensenha da "normalización lingüística" que realiza um governo galego indiferente ao galego e à Galiza, tem em contra a totalidade de pessoas que no país estão comprometidas com a língua, incluídas as suas forças político-sociais. Como me dizia um dia um alto cargo da *Junta* relacionado com o tema, "dedicamos imensa quantidade de dinheiro, pressões e energias, não a promocionar o galego e a sua recuperação, mas a garantir que, na Galiza a norma de 83 se implantava e se rejeitava o lusismo".

[25] O problema que se apresentava, no período chamado de *transição*, no que à recuperação de pautas democráticas se refere, é que levava necessariamente à recuperação de usos das línguas antes negadas, mas nom todas tinham construída uma farda, que dizer, um modelo de escrita ortográfica apresentável e respeitado. Além da nossa, havia outras línguas nas que não existia uma verdadeira formalização. Já comentei o curioso facto da abundante comunidade de relações que se produz entre a Real Academia Galega e Academia de la Llingua Asturiana, acrescentado ainda mais agora pelo facto de os homens e mulheres do ILG terem entrado em grande número na Real Academia Galega; vou deter-me um pouco e fazer uma pequena análise do caso Asturiano, por ter muito de elucidativo a respeito do que se passa na Galiza, e infelizmente não ser muito conhecido. Nas Astúrias, sob o nome de falas *bables* há vários retalhos da velha língua leonesa, da que ficam restos nalguns vales do norte de Leão, algo no Berço nor-oriental, e na zona Mirandesa em Portugal, achando-se pegadas do leonês nos falares de gentes do norte da Extremadura, Salamanca, Samora, e Leão, especialmente na metade ocidental desses territórios. O Leonês não tem nenhuma proposta normativa uniforme, e neste momento a única zona que realmente tem um certo grau de normalidade, pode dizer-se que é a que ocupa o Mirandês (35.000 pessoas), para quem o galego-português funciona como língua teto, e do que está tirada a sua ortografia (curiosamente nas últimas publicações asturianas afirma-se literalmente que o asturiano se fala nas Astúrias, nos vales do norte de Leão e na área de Miranda do Douro). O ásture-leonês, segundo definição de Méndez Pidal, ou *galor* (galaico oriental; galego-português e galor procedem, ambos, duma única variedade de baixo latim conhecida como proto-galaico, segundo definição de Coseriu), nas Astúrias está dividido em três dialetos fundamentais, com bastantes sub-variedades locais, conhecidas pelos seus falantes como bables. E o Central, que ocupa a zona demográfica mais importante, pode dizer-se que vai de oeste a leste, de Grau até às Arriondes/Cangas de Onís. Do Oriental, que vai desse ponto até ao território que os asturianistas chamam a *fastera oriental*, e alguma das suas caraterísticas linguísticas acham-se em falas do ocidente Cântabro, e do norte oriental de Leão. A variedade ocidental, do centro para o oeste, vai desde Grau, desembocadura do Nalom/Narcea, até à Serra do Ranhadoiro. Esta variante ocidental tem quatro subdialetos principais nas Astúrias. Nas Astúrias ao oeste da Serra do Ranhadoiro temos já falas do português da Galiza *(para o galego português do território do Eu-Návia -aquém do Ranhadoiro - o ILG tem elaborada uma subnorma) quando o mesmo critério poderia estendê-lo a todas as outras comarcas da Galiza, basta estudar as isoglossas. Muito esforço dedicam os do ILG à procura de diferenças, e pouco a defender a língua no seu conjunto, e justinho ao revês do que fazem os linguistas do espanhol).* Na segunda metade do século XX, curiosamente a partir da década de 60, começou a haver nas Astúrias quem começou a chamar-lhe *asturiano* às falas conhecidas como *bables* polos falantes, esquecendo-se totalmente do velho leonês, ou galor; ásture-leonês, se for procurada uma clara definição geográfica. A começos da década de setenta (1974) nasceu a entidade político-cultural Conceyu-Bable em Madrid, que na sua curta vida teve o grande sucesso de popularizar o nome de Asturiano como substituto do Babel. À chegada do regime preautonómico, que afastou Astúrias e Leão (leão, Samora, Salamanca) – e uniu este último com Castela - significou o nascimento da Academia de la Llingua Asturiana em dezembro de 1980 –criada por Decreto do Conseyu Rexional. O primeiro que pede a recém-nada Academia é a elaboração duma norma de escrita da *llíngua*, para que possa ser usada polos utentes (administração, ensino, escritores...). No ano 1981, quase dous anos antes de sair à luz as normas que correspondem ao conhecido como *Decreto Filgueira*, viram a luz as normas elaboradas pola Academia Asturiana, baseadas nas variedades centrais dos bables (com muita pegada vocabular oriental, e escasa das variedades ocidentais, pois noutro caso podia-lhes sair um asturiano muito achegado às falas galegas), facto que reconhece a Academia, já no prólogo de apresentação da norma. Essas normas são de muito interesse, polo que segue: São muito semelhantes na sua estrutura e estilo às do ILG; têm um tratamento das consoantes cultas (g,j), distinto de todas as línguas românicas, e só comum com o que se produz no galego *rexional*. Tanto na conceção do asturiano como do galego *rexional*, o castelhano-espanhol deve continuar a ser a língua de interelação. Obviamente, não se aspira a nenhuma verdadeira normalização. As regras da Academia Espanhola funcionam como verdadeiras normas que estão sobre todo o processo de elaboração de normas: acentuação, uso e nome das letras, etc. (disto foi verdadeira mostra um programa especial da Televisão Galega em que interrogava os académicos da Academia Galega, a propósito de a Academia Espanhola tornar o

normalização da língua e o seu avanço social, estávamos ante outro trabalho *cañi*[26] da pena Filgueira Valverde[27]. Joam Coromines, – o maior romanista e linguista peninsular – daquela ainda vivo, numa carta ao jornal *La Voz de Galicia* denunciou o facto com estas palavras – *galegos assim caminhais cara ao vosso suicídio linguístico*... O Decreto 173/82 derroga as normas publicadas no Boletín Oficial da Xunta de Galicia nº 10 e nele, como anexo[28] aprovam-se umas normas em que se declara ser elaboração conjunta e por acordo do ILG e da Academia Galega[29]. Curiosamente estas duas instituições nos seus próprios estatutos não têm competência alguma sobre norma da língua galega. A Academia Galega não é da Língua até ao BOE (Boletín Oficial del Estado) de 4 março de 2000, em que aparece a reforma dos seus velhos Estatutos para dar-lhe competência, parcial, na matéria[30].

Que alcance têm estas normas do ponto de vista legal? Como dizia, a que quiserem dar os utentes; nelas não há o sintagma *galego oficial*. A Administração pode exigir o seu uso internamente[31] (o que não é pouco) e mais nada, ainda que muito fazem pela via dos subsídios, prémios, compras de publicações, censuras jornalísticas, sempre interpretando-as do jeito mais restrito. O Tribunal Superior de Justiça de Galiza tem vindo a aclarar parcialmente a questão, pois o intento de imposição deu lugar a diversa jurisprudência, na sentença sobre os Estatutos da Universidade de Vigo, e em várias sentenças sobre a língua no ensino e o direito de cátedra. Reproduzo um *considerando* para que possa ser observado o alcance disso que alguns chamam *norma oficial*:

Tribunal Superior de Justiça da Galiza (Proceso n° 01/0001112/1995)

> "*Considerando que, en principio no resulta función de la Sala la de valoración ortográfica de los escritos procesales — determinando el de Galicia en su artículo 5 que la lengua propia de esta es el gallego, ahora bien, esta específica designacion alude a una de las modalidades existentes en el área lingüistíca llamada ibérica occidental de las varias que presenta. (gallega, portuguesa, brasileña, angolana, etc.); en paralelo - a lo que ocurre en el área linguística denominada, ibérica, central con sus respetivas variedades (castellana, andaluza, peruana, argentina, etc.); y, por supuesto, en el área, lingüística, ibero oriental con las suyas (cataĺana, valenciana, balear); una prueba de esa amplitud en el enjuiciamiento al respecto há sido la aceptación a efectos de validez procesal, dentro ambas de la variante idiomática gallega, de las corrientes llomadas normativista y reintegracionista; la primera patrocinada a efectos de la Administración Pública, por una norma de ella emanada (con soluciones que ofrecen mayor facilidad para las pesonas escolarizadas en la ortografía castellana y dirigidas sobre todo a lectores del propio país gallego) y la segunda patrocinada por la Associação Galega da Língua (con soluciones acordes con la etimologia de las palabras, tratando también de reintegrar al idioma,*

"ch" e ao "ll" em dígrafos e, por tanto, deixarem de ser letras do alfabeto espanhol). O sucesso do galor corre paralelo ao do galego, contudo vai mais avançado. Olhemos para esse êxito: do ponto de vista sociológico a situação do processo de normalização, ou melhor, da especial proteção que o Estatuto de Autonomia dispõe para o bable, pode-se definir por poucas palavras: que esta língua em Astúrias se esvaece, melhor dito dissolve-se por cima (não há ninguém em Astúrias não pertencente a setores muito populares que a use), desaparecendo totalmente por baixo, ficando pegadas no peculiar castelhano do principado, onde se rastejam os giros "bables". A única variedade que resiste um chisco melhor é, curiosamente, a occidental e nas zonas de contacto com o galego, na medida em que este resistir. Há, de todos os jeitos, um aspeto cheio de enorme interesse nas duas normas, galega e asturiana: o tratamento dos grupos cultos: Na norma galega (ILG), de início força-se a pronúncia ordinária dos falantes, para manter as formas castelhanas, (ver *Estudo Crítico* das Normas -Agal). Na norma asturiana inicialmente trata-se de manter certo verniz "rexional" (copio literal polo seu interesse) ponto *1.4: Grupos Consonánticos Cultos:palabres emprestaes del llatín y griegu sobre tou, que tienen combinación de delles consonantes que nun se dan asina na fala la xente....*cita os grupos... continua com uns comentários sobre o que faz o povo e depois diz: *Hai que tener bien nidies estes oservaciones: A) convién mantener el grupo consonánticu cuandu puea dase equivocu: ex: polípticu/políticu, constar/costar, ata/ata. B) Convién buscar la palabra asturiana afayaiza ensín necesidá de dir a la gueta´l cultismu. C) Dellos cultismus que nel momentu presente mos lleguen pel castellán foron ya adataos al asturião munchayá y ye esa la espresión que taría bien caltener seye tonicu´l ditongu. Ex.: direuto, perfeutu, reutu, pauto, aición, direición, preceuto, proyeuto...correutu, esauto, efeutu, conceuto, afeutu, impautu...*

[26] Gíria madrilena,

[27] Numa entrevista ao Sr. Filgueira (o Sr. era membro da Comissão das normas Junta '80), no jornal La Voz De Galicia, ao dia seguinte da publicação do Decreto (21-4-1983), manifesta, *que as* normas *eram necessárias porque os nenos estão alfabetizados en espanhol e não se lle pode criar confusões e problemas, um mesmo sistema vai facilitar o avanço do galego.* E digo eu, deste jeito, procede-se a separar o galego do aquém-Minho do galego do além-Minho, que deveria funcionar como elemento vivificador e de correção, cordão umbilical necessário com o mundo na nossa língua. (eis a nossa regionalización espanhola).

[28] O anexo do Decreto foi sofrendo contínuas modificações, não publicadas sistematicamente até à reedição desse anexo no ano 1999, essa pequena reforma do anexo é em geral desconhecida, deve-se basicamente à pressão social dos que não estão na linha da norma, e nela estenderom as terminações patrimoniais em "-zom" e outros aspetos definidos em 82 como *pecados de lusismo*.

[29] Confirmo que a nossa moribunda Academia nada teve a ver com o texto.

[30] Porém a Lei 3/83 da Galiza, numa disposição adicional, sim fixa a Academia Galega como critério de autoridade em matéria de escrita.

[31] As normas que têm a resistência dos utentes, das pessoas mais comprometidas com a língua, não têm defesa. Olhai a quantidade de esforços e dinheiro dedicado à sua imposição, e olhai o resultado nos usos linguísticos. As normas são a outra cara da moeda do processo estupefaciente de substituição linguística vivido na Galiza.

> *las que le pertenecen de cuando el uso notarial, judicial y literario del mismo, lo que da como resultado. coincidencias parciales con atrás variantes del área y, por tanto un alcance internacional); de esa postura abierta es muestra el hecho, no solo de haber sido la sala, - formando parte de la Audiencia Territorial -, el primer Organo jurisdicional que dictó en la época moderna una sentencia en gallego (la de 27 de marzo de 1985), sino el haber continuado, poniendo. otras varias después, indistintamente en una, u otra de las dos corrientes ortográficas de mención; —"*

Como se pode ver-se, a Sentença faz referência a duas normas: a da Junta da Galiza e à da AGAL[32] [33], estas são atualmente as únicas duas verdadeiras normas que se utilizam no país. O que temos, pois, são aproximações ou afastamentos duma ou da doutra. É dizer, a gente normalmente não vai desde a primeira – na que o espanhol é o padrão de correção por essência – até à segunda, sem um período de aprendizagem e treino.

Pelo demais o sucesso da norma *Xunta 1982,* verdadeiro elemento chave da chamada normalização linguística dos nossos governos, temo-lo à vista: No ano 79, segundo o informe FOESSA, na Galiza o 81 per cento da população tinha de língua habitual o galego, no ano 98 segundo estudo do Conselho da Cultura Galega só é habitual no 56 % per cento da população. No ano 81 o galego era maioritário em todas as faixas etárias. No ano 98 o galego é língua manifestamente minoritária em todos os menores de 20 anos (e as cifras desde então demonstram-se pavorosas). Nos últimos vinte anos perdeu-se o 70 per cento dos falantes. Eis o resultado de 20 anos de *normalização*. Eis o resultado de todo um mundo de miúdos, moços e moças, que experimentaram o processo de "normalización", e que comprovaram aquele *galego* no ensino. Chegados aqui, acho ter explicado o termo *ortografia de mínimos,* equivalente a ortografia *oficial* da Junta 1980, pois tal e como figurava no limiar das normas do 1980, estas sabiam-se no início dum processo que só poderia ter êxito se rematava a ortografia do galego reintegrando-se na sua farda histórica, e a sua origem era tão oficial como a do *lindo* castrapo no que foça atualmente o DOG[34] – e que com precisão matemática, resulta paralelo ao espanhol[35].

3.1. A REGULAÇÃO LEGISLATIVA DA LÍNGUA DA GALIZA

No ano 1981, mediante a Lei Orgânica 1/81 de 6 de abril, aprova-se o *Estatuto de Autonomia da Galiza*. O seu artigo 5 refere-se ao reconhecimento dos direitos linguísticos dos galegos, neste artigo determina-se:

> 5.1- A Língua própria da Galiza é o Galego.
>
> 5.3- Garantem-se os direitos dos falantes na comunidade autónoma a dirigirem-se à administração e a serem atendidos em galego ou castelhano.
>
> 5.4- A não serem discriminados por isso.

Mas essa obriga de serem atendidos...não é oposição para que uma das línguas, o galego, tenha o caráter de própria, como vem repetidamente estabelecendo a jurisprudência, e de cara à língua própria tem especiais obrigas a administração pública.

No art. 27, e dentro do título de *competências* está a competência exclusiva nas seguintes matérias... no ponto 20: promoção e ao ensino da língua galega. Em desenvolvimento desta competência estatutária, e de garantia dos direitos dos cidadãos galegos, no ano 1983 publica-se a Lei 3/83 de *Normalización Linguística* (DOG.14.7.83).

---

[32] A Associaçom Galega da Língua (AGAL) é uma organização que nasce em setembro do 1981, com missão estatutária na codificação da língua contribuindo a normalização do padrão do galego, entre outras. Entre os seus órgãos têm uma Comissom linguística Da AGAL fizaram e fazem parte os mais importantes vultos e estudiosos da língua da Galiza e aliás do estrangeiro: Carvalho Calero, Manuel Rodrigues Lapa..... Durante os seus 20 anos de existência tem uma produção sem comparação na Galiza, como 5 impressionantes Congressos Internacionais sobre a Língua, com participação de professores de todos os continentes. Em 83 publica uma análise científica pormenorizada das Normas da Junta de 82. Em 85 o *Prontuário Ortográfico*, e logo *Guia prático dos verbos galegos conjugados; Manual de galego científico*; *Dicionário quadrilingue de Zoologia*; *Curso prático de galego*; *Atas dos Congressos*, e a sua revista científica trimestral *Agália*, entre outra muitíssima cousa, sem esquecermos o PGL: http://www.agal-gz.org Hoje em dia, a nível de criação científica no debate sobre a língua, o posicionamento do ILG é insustentável (que seria dessa postura sem o apoio – por vezes cenoura - dos partidos espanhóis e dos seus psicofantes) a pouco que se olhar à luz da ciência. O reintegracionismo ganhou muitos espaços sociais, porque tem detrás todo um imenso trabalho, a AGAL funcionou nestes anos como a verdadeira Academia do país.

[33] As normas da Agal, olhadas sem óculos, são basicamente as normas da Academia de Ciências de Lisboa, com pequenas diferenças (til de nasalidade, e pouca cousa mais) são por tanto umas normas de transição de cara ao estabelecimento pleno da norma portuguesa (na que se exprime com toda naturalidade o galego com todos os seus particularismos, e de facto usa-se também na revista AGALIA); tê esse pequeno clique de separação com a norma padrão portuguesa, simplesmente para na altura real na que estamos na Galiza, não posa ser apresentada como não galega. É perfeitamente integradora para os seus utentes no espaço lusófono, e mantendo certos sinais identitários que no momento presente são fáceis de explicar teoricamente, mas incapazes de o poder fazer praticamente. A norma da AGAL é também, por outra banda, na realidade, o desenvolvimento radical da normativa de mínimos da Junta de 1980; numa leitura aberta da mesma, até pode entender-se incluída nessa norma de mínimos.

[34] Diario Oficial de Galicia – jornal oficial onde se publicam as normas legais para vigorar.

[35] Isso é a negação da linguística, mas que se lhe vai fazer.

Nos artigos. 1º, 2º e 3º recolhe-se in extenso o artigo 5 do Estatuto de Autonomia, engadindo o direito a atuar em galego ante os Tribunais de Justiça. No artigo 4.1 Declara-se o galego como a *língua oficial das instituições da comunidade autónoma*, *da sua administração, da administração local e das entidades públicas dependentes.* No artigo 6.3 Fixa a obriga de promover os poderes públicos, o uso normal oral e escrito da língua galega como meio de relação com os cidadãos.
No artigo 10.1 Fixa a toponímia em galego
O artigo 11.1 Implica para a administração a obriga de capacitar o pessoal da administração no conhecimento e domínio da língua galega. Como pode ser observado, nas leis com referência ao idioma próprio da Galiza fala-se do galego; e a esse galego não se lhe adicionam adjetivos alguns. Pelo demais na Galiza não existem mais leis que tratem especificamente do idioma nacional, salvo algum artigo em outras leis como a reguladora da função pública, (artigo 33), onde se faz referência, para os empregados públicos, da obriga de acreditar o conhecimento do galego[36], porém fazendo-se sempre uma interpretação tão restritiva desta obriga de tal jeito que a mesma se entende como *obriga de entender e interpretar um texto administrativo*, num galego que agora se converteu na prática administrativa, numa língua exatamente paralela à castelhana no âmbito semântico das palavras, e sem esquecer que como dizia Lluis Aracil, qualquer palavra castelhana pelo facto de o ser já pode ser galega, e não estará nunca acusada do pecado de lusismo[37].
E no âmbito do ensino, onde se tem desenvolvido mais a normativa, se, além disto, valorizamos o papel fundamental que tem esta atividade na socialização de conteúdos linguísticos, e se sabemos que o ensino foi o elemento fulcral da socialização do espanhol na Galiza, entendemos a sua necessidade qualquer que for o objetivo linguístico final. Ora, se partirmos do princípio que no processo seletivo dos professores não há que acreditar o conhecimento da língua galega, e que esta se limita aos professores específicos dessa matéria, é muito fácil compreender que o ensino continua a ser um elemento fulcral na socialização de usos do espanhol entre os galegofalantes, como tem posto de relevo os mais recentes trabalhos de pesquisa sociológica, nos que se constata que os nenos que entram na escola falando em galego, são, com grande sucesso, socializados no espanhol, porém nada se produz no sentido contrário. Não consegue garantir aos galegofalantes a permanência e a instalação normal na sua própria língua, nem sequer dentro do que a *ideologia oficial substitucionista* chama *bilinguismo harmónico*.
Em todos estes processos, o debate normativo, serviu para utilizar perfeitamente aos validadores da Conceição ilhada e regional do galego, como elementos ideológicos de apoio das políticas substitucionistas, ao além da vontade que, alguns persoeiros de entre eles, manifestarem (mas os feitos são teimudos). No ano 2001 o Diretor Geral de Política linguística da Junta da Galiza, o Sr. E Moreiras[38] impulsou a elaboração dum plano de normalização linguística, cousa já feita na Catalunha e no Pais Vasco, dentro do que se vem chamando *language Planning.* O resultado foi um verdadeiro desiderato, onde os pontos fracos da língua eram a vez os fortes, e no que falta toda temporização, e isso enquadrado num modelo substitucionista como bem é exprimido na apresentação do Plano. O tal Plano foi aprovado pela unanimidade do Parlamento galego o dia 22 de setembro de 2004, sem que até agora se tenha traduzido em mudanças efetivas da política linguística substitucionista, nem no impulso às medidas estabelecidas timidamente no Plano, e isso com independência de acharmos na Galiza um governo de coligação socialista nacionalista, onde a língua própria, frente à imposta, era constante e retoricamente citada no acordo de governo que deu luz à coligação[39].

3.2. AS MODIFICAÇÕES NORMATIVAS. A INTEGRAÇÃO DO BLOCO NACIONALISTA GALEGO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES NO QUADRO INSTITUÍDO PARA O PORTUGUÊS NA GALIZA.

A normativa do ILG sofreu de jeito constante modificações ao longo dos anos, sempre ante a pressão social, e sempre no sentido da integração de formas e termos considerados antes por essa normativa como lusismos inadmissíveis. No ano 92 republicam-se as normas com modificações substanciais a respeito das originais de 10 anos antes. Porém, as organizações mais numerosas do nacionalismo galego continuavam sem aceitar esse modelo de normativa, e defendendo retoricamente, ainda que sem muito valor prático, as normas de mínimos, não as da Junta pré-autonómica, mas as elaboradas pela ASPG no ano 99, não como uns mínimos de

[36] A interpretação que fazem as autoridades da obriga de acreditar o conhecimento do galego é tão chamativa, que a nenhum castelhano de nação lhe causa dificuldades para conseguir a sua acreditação.
[37] Lluis Aracil, revista Agália nº 17.
[38] Para fazer isso foi determinante a minha relação pessoal com o Diretor Geral, o convencimento para tomar a iniciativa e até o contributo dum rascunho de plano para a administração e ensino da minha autoria.
[39] Neste governo de coligação socialista-nacionalista, a qualidade da língua que se usa polos conselheiros (ministros) do governo é bastante deficiente, incluídos os nacionalistas, e todos eles exprimem-se com muita mais qualidade e cuidado em espanhol, que no português da Galiza, no que qualquer cousa serve, e nada indica socialmente, nem positiva nem negativa de quem fala.

reintegração, de voltar à farda comum, mas como um objeto ossificado e do que inconsequentemente não se desenvolveu nenhum aspeto formativo na própria militância.
Em fins dos anos 90 pessoas da ASPG reúnem com outras do ILG, que depois da integração de Esquerda Galega no Bloco Nacionalista Galega estavam já caminhando cara à sua órbita, para fazer uma proposta de consenso normativo. No ano 2001 estava elaborada uma modificação das normas, que se apresentavam como *de concórdia*, ainda que tecnicamente implicava a aceitação de todo o processo normativo levado a cabo até daquela com o aval do ILG. Levada essa proposta *de concordai* entre o Instituto da Língua Galega e a Associación Socio-Pedagóxica Galega com a bênção de Francisco Rodrigues e Pilar Garcia Negro – dirigentes do partido que controla a Frente BNG, que decidem nesta matéria –, foi rejeitada pela Real Academia Galega, sob as pressões do Partido Popular, quer dizer, a vontade de Manuel Fraga[40] ILG e ASPG, não desistirão do consenso normativo. Reúnem-se de novo, a ASPG, quer dizer, o entorno Bloco, com as gentes do ILG, e aceitam capar a proposta de concórdia naqueles aspetos que fazia que as normas até daquela usadas ficaram como não normativas, reduzindo substancialmente as modificações, em muitos aspetos em inferior medida que as introduzidas na republicação do ano 92. Esta norma de concórdia, devidamente capada, foi aprovada pela RAG no ano 2003[41].

4. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO PORTUGUÊS DA GALIZA. MUDANÇAS QUE SE ALVISCAM NO FUTURO.

O acordo de governo da coligação PSOE-BLOCO tem muita referência à língua; mas as necessidades normativas da língua galega estão absolutamente ausentes, limitando-se o acordo à vontade de aplicar o Plano de Normalização que citava antes. A ausência de um compromisso para elaborar uma lei da língua nacional da Galiza, de reforma da Lei do Conselho da Cultura, e a ausência do Bloco no anteprojeto de Lei de Reforma da Lei da Função Pública, de tanta importância neste campo, falam infelizmente mal do que nos pode trazer este governo nesta matéria: a simples continuação da política de substituição só que com um sócio, se cabe na

[40] Comentário humorístico sobre este feito da minha autoria, publicado no jornal A Nossa Terra naquela altura: O ASUNTO NORMATIVO São muitas as pessoas que se têm dirigido à CIG de São Caetano solicitando algumha aclaração sobre o assunto engraçado do acordo normativo *concordial*, v.g.- um Subdiretor Geral de Mergulho e Interiores com Vistas para o Mar com destino em comissão de serviços em Política Linguística, ouvido o Sr. Currás, diz-nos que os seus chefes não se aclaram, e diz, "sabendo como sei que aí tendes conexões diretas com o Mosad, e além disto, assessorais ao mediador Cabo-Verdiano para o assunto da guerra mais-do-que santa no território afegão" prego-vos que me esclareçais. Tras umha detida pesquisa, olhai o resultado:
1-Consultado o Cambrige Linguistic Atlas, o Guinnes of Knowledge, Rheinisische Zeitung –Corpus Linguarum -" e multiplas conexões na Internet, descobrimos que o galego é o português. São cientificamente duas variedades, ou falas dum mesmo diassistema: o galego-português-brasileiro, é dizer codialectos dumha mesma língua.
2- A Galiza histórica está dividida em dous estados, Hespanha e Portugal, na Hespanha os galegos
(praticamente) todos são alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua.
3- Na Galiza do aquém-Minho há quem defende "para que imos complicar aos galegos e galegas conhecendo a sua língua, pois se já conhecem o espanhol, e todo o que seja de interesse está em castelhano ou nele lhe virá"
4- Segundo informe da ONU, na Galiza administrativa espanhola (ainda que não o pareça) ha certa
autonomia política e, claro, algumha cousa fazem em galego, vejamos que fixo essa autonomia.
a)- No ano 80-junho (BOXG nº 10) publicou umhas normas, nas que participarom todos, e forom chamadas de mínimos, pois nas mesmas se diz que pouco a pouco (a medida que nos desanalfabetizarmos) usaremos o galego bem e fetém, e poderemos ir contentos polo mundo.
b) Em abril de 83 (DOG nº 36), anulam-se as anteriores normas, para não complicar a vida aos galegos e galegas. E não importa muito o galego à oficialidade, sempre que se pode come-lo caldo, o caldo da sopa boba que comem alguns com a normativa.
5- As normas de 83 foram elaboradas só polo ILG, e aprovadas pola RAG, numha sessão plenária de 10 minutos, com ausência de mais dum terço dos membros. A Academia Galega, que não o é da língua, faz o que o poder dixit.
6- O grande sucesso da norma do 83. Olhai: qualquer cousa que for espanhol é galego (pois noutro caso seria estrangeira ou portuguesa), logo vem a deriva cara o espanhol, - fonética e morfossintática -. Isso sim nas escolas aprende-se que o português é tão estrangeiro quanto o Russo. Que se passou com esta política, que além de ir a nossa língua cara abaixo, todo aquele que crê no galego não a usa: não a usam nem escritores, nem professores, nem partidos políticos galegos, nem sindicatos..., ninguém que acredite no galego a usa. Quem a defende, pois, os da sopa boba, os cicutas da norma, Paco Vasques e amigos. Onde se vai assim?
7-Como não se vai a nengures, e até parecia que o BLOCO (polo que diziam) podia governar já, e no seu programa figurava restabelecer a oficialidade das normas de consenso, (as da Xunta 1980), propõem-lhe os do ILG aos do Bloco um acordo onde se aceita algo do que figurava nas normas do 80, sem tocar a acentuação castelhana, nem a ortografia castelhana, e assim eles fazem-se da mesma vezeira, e santificam o destrabalho feito no galego.
8- Se o Bloco governasse aprovavam-se para pexar qualquer avanço, mas como não ganhou o professor Fraga, dixit, não imos mudar, nem umha vírgula, a nossa política de substituição linguística que tanto sucessso está a ter. E a singular Academia assentiu, pois tanto lhe tem o futuro do galego; e o povo, a continuar a ser analfabeto, que para algo há de servir o espanhol: para dissimulá-lo Informação proporcionada por Isaac Ibrahim, agente do Mossad infiltrado com progesterona, por não sei que de não ficar prenhado.

[41] O mais simpático do assunto, se não fosse dar-se a rendição nesta matéria do Bloco, se tivesse mantido uma atitude mais coerente, é provável que no ano 2001o poder político espanhol tivesse admitido aquele pequeno avanço normativo

Galiza, mais *vilego*[42] e jacobino (o PSOE espanhol). Desde o nacionalismo governante apresentam-se todas as esperanças na modificação do Estatuto de Autonomia da Galiza, de aí que para fazer uma análise de futuro, sejam os aspetos jurídicos da proposta estatutária do Bloco, como máximos da reclamação, o melhor guia. Reproduzo a seguir a análise feita por mim recentemente, posta à disposição dos cargos do Bloco, abstendo-me do estudo de aspetos políticos como são os de oportunidade ou as questões das possibilidades reais de sacar algo avante, que possa pelo menos parar a desfeita substitutiva na que vive submersa a sociedade galega.

5. ANALISE JURÍDICA DA PROPOSTA ESTATUTÁRIA DO BNG NO CAMPO DA LÍNGUA, E MEDIDAS QUE ENTENDO DEVERIAM INFORMAR O NOVO ESTATUTO.

Um estatuto autonómico é uma lei orgânica, que vai mais alo, pois forma parte do entravado constitucional. As disposições estatutárias, salvo aquelas medidas que pela sua precisão sejam imodificáveis e alicerce sobre que montar as futuras normas; não são diretamente aplicáveis senão, que o jeito como se apliquem virá estabelecido nas leis de desenvolvimento; ou até pode ser pior, pois nunca se chegarem a aplicar por não ser desenvolta a legislação que faria essas disposições reais. Para pôr um exemplo, no Estatuto galego do 81 em vigor, no artigo 27 estabelece-se, que a Galiza estrutura-se (politicamente e organizativamente) em freguesias e comarcas. Passaram 25 anos e ainda nada está desenvolto com respeito a esse mandato estatutário. Todos os elementos declarativos e enfáticos do Estatuto, são como ao final fiquem nas leis de desenvolvimento e naquelas normas que precisam e fixam as declarações enfáticas do Estatuto. Na proposta de estatuto elaborada por unha comissão do BNG e posta no Parlamento a disposição dos outros grupos como elemento de debate, vou apontar todos as referencias a ver com a língua e aquelas aspetos que no debate parlamentar deverão ser completados, para tentar introduzi-las no processo de debate no relatório parlamentar; visando assim fixar uns elementos que deveriam ter um certo caráter absolutamente infranqueável para nós.

5.1. O TEXTO ESTATUTÁRIO E A LÍNGUA NACIONAL

Na proposta de Estatuto do BNG, concentra-se de jeito bastante exaustivo o tema da língua no artigo 3, ficando ao além do artigo, só aspetos que dum jeito colateral mas que deveriam ser importantes, tocam o tema; passa um algo, como no estatuto de autonomia em vigor, que concentra o tema da língua no artigo 5 (artigo que estava copiado literalmente do Estatuto Catalão de Sau). O Artigo 3 tem 11 apartados, nos que dum jeito avançado com respeito a redação do artigo 5 atual tenta-se fixar as extremas linguísticas duma administração, e aparato público, que se entende há funcionar, e ainda mais vendo as caraterísticas sociolinguísticas da Galiza, como elemento galeguizador. (Não vou comentar os apartados que acho não dão lugar a debate).

O artigo 3.1 diz: "O galego é a língua própria da Galiza. Todos os cidadãos e cidadãs têm a obriga de conhecê-lo e o direito de usá-lo"

Simplesmente fazer um apontamento, esse apartado pode ser a trampa saduceia parlamentar para que se retirem finalmente outros apartados muito mais importantes sob a ótica de que tendo já o dever, a cousa está feita. Pois o dever, no caso de o T. Constitucional não botar um jarro de água fria ao povo galego com esse assunto[43] é algo a interpretar pelos tribunais de justiça e não pelas autoridades políticas, é dizer o Superior Tribunal de Justiça da Galiza na via contenciosa, e o Constitucional. E poderíamos estar no paradoxo, (e a alguma sentença já ditada me remeto), de que já o cento per cem dos galegos e galegas cumpriram o dever de conhecer a língua, item mais que quase o cento per cem dos cidadãos do estado cumprirem o dever de conhecer a língua, pois o que pode ser galego nalguns casos não passa infelizmente duma modalidade dialetal do castelhano, (há quem faz castelhano até em galego). Pois numa sentença do STG do 99 fixa-se em grande medida o que é conhecer galego, como algo igual, a ser-se capaz de entender um texto galego e entender uma comunicação em galego. (e que galego?)[44] [45].

[42] Vil*ego*, na Galiza, apresenta-se contrário *a de aldeia*, os das vilas castelhanizados, as aldeias fieis à língua.

[43] Na lei 3/83 de normalização linguística figurava esse dever no artigo 1º; não tivo efeito social e sim levou a um grave revés social a interpretação que fiz o constitucional no 85, quando o anulou.

[44] Porque os castelhanos não entendiam o galego dos nossos labregos do XIX como conta Pintos, para eles era o mesmo sotaque do português, que tampouco entendem. A modificação da fonética nos últimos tempos foi demolidora.

[45] Nos últimos anos o modelo ortofónico ensinado do galego baseia-se assim mesmo no do castelhano. Ao faltar um modelo culto de língua não só escrito senão tamém ortofónico, o baleiro e ocupado polo modelo da língua dominante. De facto não é que se fale menos galego, é que a sua qualidade prosódica diminuiu radicalmente. E interessante ao respeito ler o artigo de Aracil publicado no n.º 17 da revista Agália.

O dever está bem, quando há medidas que vão no caminho de fazer necessária a língua, para igualar o estatus jurídico dum jeito que vai cara igualdade real com a língua castelhana, porém se isso vai ser moeda de câmbio e vai servir para desfazer outras propostas mais importantes não podemos fazer aí a guerra[46].

O apartado 3.3, diz: *"Os poderes públicos garantirão os direitos linguísticos dos galegos e galegas, potenciarão o emprego da língua em todos os campos da vida pública, cultural e informativa e disporão os médios necessários para facilitar o seu conhecimento. Todos os funcionários e trabalhadores ao seu serviço tenhem a obriga de o usar no desempenho das suas funções. O emprego do castelhano realizara-se a emprego de parte."*

Todo neste apartado implica desenvolvimento legislativo posterior que indicará, o como é que isso se vai levar a cabo; é dizer: uma Lei da Língua da Galiza, uma Lei da Função Pública... Acho por tanto que para dar eficácia, como logo explico, há que precisar já alguns aspetos dos citados neste apartado, noutros artigos do Estatuto.

O apartado 3.5, vem a precisar o apartado 3.3 dum jeito relevante, este apartado é mui importante, e ainda que a concretização vai dar-se no desenvolvimento legislativo posterior, mas nele estão-se fixando alicerces futuros. Cumpre já refletir esta concreção nalguns outros artigos, como logo exporei. O apartado 3.6. trata da língua nacional do ensino. Não vou citar o relevante que é o ensino no processo de socialização da língua galega, como o foi e o está sendo no processo de substituição linguística que vivemos. O feito de ser o galego língua oficial do ensino em todos os níveis educativos concretiza-se nos subapartados que vou assinalar:

a) O alunado tem o direito a receber o ensino em galego no primeiro ensino.

O facto de estabelecer que é um direito e não um dever, (os deveres são exigíveis e os direitos renunciáveis), da possibilidade ao legislador de fixar como se exerce esse direito e com quem, etc. e que falam os pais sobre direitos? Ademais ao tratar a universalidade dos alunos nos centros e não a necessária existência de centros em galego, ligado com o direito em todos os lugares, a termos centros exclusivos em galego (direito linguístico que logo comentarei ao pedir o alargamento do apartado de direitos, junguido ao objetivo sociolinguístico da <compactação dos falantes>), faz bastante fraco este direito.

b) O pessoal docente, deverá fazer uso da língua galega no exercício das suas funções educativas conforme se estabelecer legalmente.

Este subapartado ademais de estar em condicional, assunto nada superficial em questões jurídicas, não fixa em realidade um mínimo sobre o que se construir a futura norma, em realidade está deixando todo a disposição do legislador futuro, pois esse é o sentido do CONFORME.

c) A língua galega será objeto de ensino obrigatório...

Teria muita mais força jurídica a prol do galego, estabelecer que a língua castelã será de ensino obrigatório, pois esse ensino obrigatório da língua castelã, em realidade estaria excluindo-a de ser a língua do ensino[47]. E se pormos em relação isto, com o apartado d), vemos que a língua veicular no ensino vai ser o castelhano (como é atualmente) pois, o apartado d) disse: *Que as administrações promoveram o uso progressivo do galego como língua veicular em todos os níveis educativos.*

A redação toda em condicional sem marcar nenhum mínimo ao legislador, faz que o apartado da língua galega não suponha nenhum câmbio radical do que há.

O 3.7 diz *"O conhecimento da língua galega será requerimento obrigado para o exercício na Galiza da representação política e das funções administrativas, notariais, registrais e judiciais"*. Acho que se teria que separar a função política das funções administrativas (já estão no 3.5), e notariais e judiciais (sobre todo vista a leitura no parlamento espanhol do estatuto catalão), e ligar estas últimas com os direitos dos galegos e galegas. Este apartado ao centrar-se no conhecimento (juridicamente conhecimento e uso são cousas totalmente distintas), em realidade se não se conetar com direitos exigíveis e que devem que (in)formar as leis, está-se debilitando os apartados anteriores. A função administrativa, ao dar aqui essa nova leitura, desconetada dos direitos linguísticos, e segundo pela difícil constitucionalidade da representação política e a simples obriga de conhecer. Já citava antes, que a obriga, segundo o Supremo Tribunal da Galiza, pode cumpri-la praticamente qualquer espanhol (sou consciente que exagero, mas é para fazer luz). Acho que na redação definitiva do estatuto o relatório parlamentar teria que regular estes aspetos nos artigos do âmbito judicial e notarial.

O apartado 3.9. Acho que em vez de dar esse grande poder a RAG, que não é unha Academia Normativa da língua, conforme aos seus próprios estatutos e por tanto juridicamente[48]. Penso que aí a redação mais acaída e que se deveria tentar no relatório parlamentar, era determinar que a RAG e as demais Instituições dedicadas ao estudo e fomento da língua e a sua padronização, e estabelecer um conselho da língua nacional (por ex. nos

[46] Recentes declarações do porta-voz parlamentar do PSOE aceitando esse dever, parecem ir nesse sentido

[47] Na proposta de Estatuto do Fórum Carvalho Calero, fórum do que sou Presidente (texto elaborado por 9 pessoas das que sete pertencem ao BNG), utilizava-se este tipo de circunlóquio reforçador indireto da língua galega, quando se sinalava por ex. que na administração garantirão-se escritórios de atendimento preferente ou exclusivo em castelhano, etc.

[48] A forma de sinalar que o é, do seu artigo 2, em realidade tira esse valor, pois di: somo-lo porque outros o dizem (disposiçom adicional lei 3/83).

termos do anteprojeto de Lei de reforma do Conselho da Cultura elaborado e entregue a Conselheira), como elemento fixador do padrão. E como esse anteprojeto de lei está sem aprovar, incluir uma disposição final onde se precise esse conselho social da língua.

O 3.10 diz: *"O governo Galego fomentará o emprego do galego nas zonas galegofalantes do exterior de Galiza"*

Penso que isso também há que recolhe-lo no apartado dos direitos dos galegos e galegas, neste ponto, pode ser para o relatório também de utilidade, trabalhos como os do Fórum Carvalho Calero[49]. Quiçá a palavra fomento não é juridicamente a mais acaída, pois a Galiza carece de competências nesses territórios, já que logo, este tipo de cousas há que faze-las de forma indireta e com um respeito escrupuloso às administrações desses territórios ainda que sejam como som. O governo galego conveniará com as administrações desses territórios o respeito aos direitos linguísticos dos seus moradores. O "Fomento" há que fazê-lo com vias indiretas, ajudas as associações, organizações e outras galegófonas desses territórios, o estabelecimento neles do sistema político galego[50] etc. Escrever o fomento nesses termos, poderia ser declarado inconstitucional.

O apartado 3.11 diz: "A língua galega, como parte do sistema Galego-português, será difundida, em toda a sua produção cultural, nos países de língua portuguesa"

Na primeira parte do apartado fai-se a única definição do galego que há no estatuto. Entendo que é mui positiva, porém o corolário a essa definição deveria ser: e as instituições galegas assinaram acordos de colaboração em matéria linguística côas autoridades dos PALOP's e solicitaram o participarem nos organismos internacionais a ver com o sistema galego-português (língua). (de aí a colaboração nos termos desse Conselho da Língua citado antes) A segunda parte do apartado a ver coa difusão, mudá-la-ia do lugar, pois como está, em realidade funciona juridicamente debilitando a definição que se acaba de fazer.

Que é difundir a língua nos países de língua portuguesa? Os leitorados de política linguística? A difusão tipo recente Expolíngua de Lisboa? Ademais como se difunde? Como parte do sistema galego-português? Além do artigo 3, centrado na língua, na proposta de Estatuto do BNG há outros artigos a tratar da língua, eis:

> *Disposição adicional segunda*
> *Primeiro parágrafo "O Parlamento da Galiza reclamará das Cortes gerais que declarem a língua galega idioma oficial dos órgãos centrais do estado"*

Acho que no debate do relatório parlamentar deve mudar-se, o declararem oficial dos órgãos centrais do estado, por declara-la oficial no estado. Declarar oficial no estado não tem porque significar nenhum novo estatus para o espanhol na Galiza nem para o galego em Espanha. Oficial no estado significa que os galegos e galegas podem se dirigir aos órgãos do estado na sua língua, e que nos órgãos de representação esta é língua dos mesmos. Não que os galegos tenham direito algum a serem atendidos em galego em Madrid (O modelo europeu e mundial de reconhecimento de várias línguas oficiais num estado vai normalmente ligados ao reconhecimento de espaços territoriais próprios da de cada língua (ex. Bélgica, Suíça, Índia, Sul-África, União Europeia. O modelo distinto, no que parece estar-se pensando no caso da proposta, só existiu na URSS e até há pouco em Canada, e que na prática enfraquecia as línguas das "minorias estaduais", mas não seria esse modelo aceitável
no estado espanhol).

O Segundo parágrafo diz: "*Como língua da Galiza, será de uso oficial no Senado, em quanto que câmara de representação territorial, assim como, no seu caso, no congresso dos deputados. Reconhecer-se-á ademais o seu emprego pelos representantes galegos nas instituições da União Europeia como língua Oficial da mesma*".

Este segundo parágrafo está bem até o ponto onde começa o sublinhado. Porém entendo que a parte sublinhada há que suprimi-la no debate do relatório parlamentar, a não ser que se procurem pejos onde não existem. Na União Europeia são oficiais as línguas que o são nos seus estados. No 3.11 dizíamos que o galego é parte do sistema galego-português e sob essa forma mais ou menos aproximativa nada de problemas temos tido os galegos para usa-la na Europa, pois o galego sob o nome de português é língua oficial europeia. Não vou lembrar os deputados nacionalistas no Parlamento Europeu, e pessoas por eles convidadas ao mesmo, como se exprimiram em galego sem nenhuma dificuldade. Eu próprio em Bruxelas na Direção Geral de Educação no ano 2002, reclamei intérprete de português num encontro e exprimi-me em galego sem problema algum; não ponhamos barreiras onde não as há, dando razão com este boomerang a todos os que vem defendendo no processo de substituiçom, a espanholização do galego. Pois ademais do nulo valor jurídico na matéria, que tem o facto de escrever isso no estatuto, ao ser isso uma competência da União Europeia, que já tem estabelecido numa diretiva o procedimento de oficialização, a qual diz, que são línguas oficiais as que o sejam dos estados membros. Na Disposição adicional segunda aparece: "O parlamento da Galiza reclamará dos parlamentos das

[49] O Fórum Carvalho Calero é um organismo da sociedade civil que elaborou uma proposta de reforma Estatutária que está a disposição da sociedade galega e do Parlamento da Galiza

[50] O BNG nas suas 11 assembleias nacionais leva opondo-se ao reconhecimento dos territórios da Faixa Leste como de acçom política galega, o que faz ainda mais chamativa a proposta.

comunidades autónomas às que atualmente pertencem comarcas limítrofes de fala galega, que a declarem cooficial no território dos concelhos dessas comarcas e nos órgãos institucionais centrais das respetivas comunidades autónomas" Parece-me excelente esta disposição adicional, que está relacionada com o artigo 3.10. Ainda que o jeito no que está redigida, pode ser melhorada. Porque só dirigir-se aos parlamentos? O Tema da Galiza negado, acho que é um no que há que ser firme e flexível a vez para ser eficaz[51]. O modelo do artigo 12 do estatuto catalám, parece excelente, eis: ***ARTICLE 12. ELS TERRITORIS AMB VINCLES HISTÒRICS. LINGÜÍSTICS I CULTURALS AMB CATALUNYA***.- *La Generalitat ha de promoure la comunicació, l'intercanvi cultural i la cooperació amb les comunitats i els territoris, pertanyents o no a l'Estat espanyol, que tenen vincles històrics, lingüístics i culturals amb Catalunya. A aquests efectes, la Generalitat i l'Estat, segons que correspongui, poden subscriure convenis, tractats i altres instruments de collaboració en tots els àmbits, que poden incloure la creació d'organismes comuns.*

5.2. OUTROS ASPETOS DO ESTATUTO PROPOSTO POLO BNG

Na proposta de estatuto há ademais em muitos apartados, carências fulcrais e falta de concreção a ver com o português da Galiza, mas acho que aqui e nesta breve nótula, ultrapassa a simples análise jurídica do que há.

6. NOTA FINAL

Neste breve trabalho não entro na situação jurídica da língua portuguesa da Galiza na Franxa Leste, por figurar segundo acredito, que entre os participantes neste Colóquio vão estar pessoas que tratarão o assunto dum jeito especializado e com mais pormenor. Finalmente a análise feita não move muito a esperança sobre o futuro do português na Galiza, mas para umas gentes ocultadas em Portugal, e para quem leva tanto tempo remando contra a corrente e sobrevivendo nalguma medida, sempre cabe a possibilidade dum milagre.

A Língua Galega: perspetiva histórica e contributo para a sua compreensão

2. António Maria Veloso Bento, *(Dept.º de Ciências da Educação, Universidade da Madeira, Portugal)*

ANTÓNIO MARIA VELOSO BENTO

Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Massachusetts – Lowell, Estados Unidos. Fez curso de pós-mestrado em Psicologia Escolar na Universidade de Massachusetts – Boston, Estados Unidos e Mestrado em Educação na mesma Universidade. Os seus interesses de Investigação são os seguintes: Administração e Gestão Escolar, Liderança organizacional, Indisciplina nas escolas, Processos e métodos de investigação e Globalização da educação. É professor auxiliar no Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira.

A LÍNGUA GALEGA: PERSPETIVA HISTÓRICA E CONTRIBUTO APARA A SUA COMPREENSÃO

Enquanto até meados ou fins do séc. XIV, podemos falar de um galego-português (Galaico-Português) devido a uma quase total identidade entre a língua de Portugal e a do Noroeste da Península ou seja da província da Galiza, a partir dessa altura quebra-se essa unidade e cada língua segue separadamente a sua evolução.

De facto, a falta de individualidade política da Galiza fez estagnar o Galego na sua evolução, fazendo-o sofrer uma certa influência do espanhol que todavia, não apagou o parentesco com o português.

É a partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 que se estabelecem medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego. O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação.

Pode-se dizer que a comunidade Galega aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social, e histórica.

A presente comunicação pretende perspetivar a evolução histórica da língua Galega e argumentar que a preservação da língua Galega tem importantes implicações sociológicas, culturais e psicológicas para toda a comunidade Galega.

INTRODUÇÃO

[51] Da proposta do Fórum Carvalho Calero que trata bastante estes temas pode-se tirar algumha ideia para melhorar o projeto no debate do relatório parlamentar.

> *"… o nome de Galiza substituiu ao de Gallaecia e que Galiza nace da loba romana e que se nutre dos seus úberes uberrimos".*
>
> *Ricardo Calero (1981, pág. 5*)

A Galicia é uma região autónoma situada a noroeste de Espanha na qual as línguas Galega e Espanhola têm um estatuto oficial. A política de Espanha confere um estatuto oficial e igual a ambas as línguas, protege o direito de todos os Galegos de usarem qualquer língua e encoraja a promoção da língua galega.
A língua galega derivou do latim no canto noroeste da Península Ibérica. Nos primórdios da Idade Média a língua galega era um meio de expressão oral naquela região e, depois, em consequência da expansão dos Reinos Católicos, na região que é atualmente Portugal.
A língua galega era, no início, como todas as línguas latinas uma língua normalizada usada por todas as classes sociais no país (Rodrigues, 1991).
A identidade também é um fator chave na manutenção da língua como se pode ver no estudo de Vega Ballesteros sobre o galego em Zamora:

> *El mantenimiento del gallego refuerza el grado de adhesión al grupo con el que está linguistica, histórica y culturalmente, es decir, con el bloque oriental gallego de la provincia de Orense y la lengua funciona como um marcador que determina la distancia com respecto a la lengua y la identidade castellano-leonesa. (1998, p. 254)*

Noções de lealdade linguística estão-se a tornar mais prevalentes ao mesmo tempo que a comunidade aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social, e histórica.
O desenvolvimento do Galego nos últimos cinquenta anos tem mudado completamente o seu prestígio de uma língua usada somente nos espaços rurais para uma língua usada nos jornais, filmes, administração e Governo.
A partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 estabeleceram-se medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego. O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação. Além disso a Real Academia Galega estabelece-se como um organismo regulador da língua galega

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Embora o galego partilhe as suas origens e desenvolvimento inicial com o Português, a independência formal de Portugal no fim do século XII efetivamente cortou o seu contacto e colaboração.
Em 1095, a área que agora compreende Galiza e Portugal foi dividida em duas por Afonso VI de Castela o qual deu as terras a sul do rio Minho a Henrique de Burgandy como um dote para sua filha. Quando o seu filho, Afonso Henriques assegurou a possessão desta terra e se proclamou primeiro rei de Portugal em 1128, um ponto de viragem na história da parte oeste da península histórica foi marcado. A partir daí, a história da Galiza passaria a ser interligada com a dos reinos das Astúrias, Leão e Castela.
Em 1143, Portugal tornou-se independente. Contudo, a Galiza permaneceu parte do Reino de Leão até à morte do seu rei Afonso IX em 1230. A subsequente ascensão ao trono do seu filho, Fernando III, Rei de Castela uniu a Galiza definitivamente ao seu Reino. A partir daí, a orientação política e linguística da região passou a ser para Este e Espanha porque se tornou integrada definitivamente com Castela e Leão.
As consequências subsequentes sociolinguísticas e linguística para a Galicia desta integração e unificação foram consideráveis. Do século XII ao século XV foi a idade áurea da literatura Galega, e a língua Galega tornou-se a língua por excelência para a poesia lírica trovadoresca através da Península Ibérica. Contudo, no fim do período medieval, a literatura galega entrou em declínio. A nobreza da Galiza, vencida na batalha depois de apoiar os vencidos nas batalhas dinásticas pela coroa de Castela, foram despojados das suas terras pela nobreza Castelhana recentemente empossada pelo casamento entre Fernando, herdeiro da coroa de Aragão e Isabel, irmã do rei de Castela.
Conhecidos pelos Reis Católicos, a sua estratégia política era de centralizar o Estado Espanhol à volta de Castela através da monarquia absoluta, Catolicismo e imposição de uma cultura oficial castelhana e a língua castelhana em todas as regiões incluindo a Galiza. Este processo de unificação teve sucesso em restaurar a legitimidade do poder real na nobreza e pela subjugação, em parte acabou com a desordem interna entre os vários reinos dentro da Península, abrindo assim as fundações do Estado Espanhol.

Deste modo, a nobreza Castelhana, indiferente à cultura e língua galega, estabeleceram a língua Castelhana como a oficial na Galiza e como um símbolo de estatuto social para as classes dominantes. Esta imposição de uma língua estrangeira que partilhava uma origem comum no Latim levou a contactos e interferências entre as duas. Esse facto, por sua vez, teve um grande impacto no sistema fonético e lexical da variedade galega. Consequentemente, começou a diversificar-se do Português mas mantendo-se muito menos inovativo que o Castelhano.

A política intervencionista de Castela deu ímpeto ao processo de declínio do Galego nas classes altas da sociedade e impediu a consolidação do Galego como uma língua literária. De facto, durante os séculos XVI, XVII e XVIII o galego perdeu o seu estatuto social como veículo da lírica Hispânica dentro de Castela.

Enquanto a língua Castelhana se tornou consolidada e codificada, e embora a língua galega continuasse a ser o normal meio de comunicação para praticamente para toda a população local, era raramente usada na escrita. Assim, a língua tornou-se extremamente fragmentada e enfraquecida, aparecendo pelo fim do século XVI como antiquada, rústica e até cómica. Assim, aparecendo o castelhano como a língua de prestígio e poder, as classes baixas e as populações rurais da região começaram a equacionar o seu uso do galego com o seu baixo estatuto social. Esta situação manteve-se até muito recentemente na Galiza. O castelhano era considerado dominante, usado em contextos formais e o galego, dominado, reservado para o uso dentro de casa e em contextos informais.

IMPORTANTES DATAS HISTÓRICAS:

Eis alguns marcos cronológicos importantes na evolução da língua galega:

1228 – Documento mais antigo escrito em galego "Foro do bo do Castro Caldelas" outorgado por Afonso IX
1905 – Criação da RAG (Real Academia Galega)
1931 – Foi criado o Partido Galeguista
1939 – Franco sobe ao poder
1975 – Morte do General Franco
1981 – Estatuto de Autonomia
1982 – Lei de Normalización Linguistica
1984 – O galego passou a ser usado no Parlamento da Galicia
1985 – Foi criada a Radio Autonômica Galega
1985 – Foi criada a Televisão Galega

Por volta de 1860, a língua galega começou a ser usada em trabalhos literários. No início de 1900, a língua galega começa a parecer em atos públicos. Finalmente, em 1936, foi elaborada legislação (Estatuto de Autonomia) garantindo um estatuto igual ao galego e ao espanhol na região administrativa. A iniciativa legislativa foi estrangulada pela erupção da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), ao fim da qual se estabeleceu uma forte ditadura centralizada de tipo militar e patriótico (General Franco). Foi apenas depois da morte de Franco, em 1975, e com a aprovação da Lei papar a reforma Politica de 1976 que a estrutura legal se estabeleceu para a oficialização e promoção e defesa da língua galega (assim como da língua Catalã e Basca).

Após a morte de Franco em 1975, a Galicia começou a sair da sua identidade inferiorizada como uma região retrógrada e pouco desenvolvida: a urbanização e a industrialização desenvolveram-se rapidamente e em 1978 foi ratificada a Constituição, com o estatuto de Autonomia e a criação do governo autónomo (Xunta). O artigo número cinco do Título Preliminar do Estatuto de Autonomia define claramente as aspirações linguísticas da região:

(a) *A lingua propria de Galicia é o galego*
(b) *Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.*
(c) *O s poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.*
(d) *Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua*

A criação das Normas Ortográficas requereu o ensino obrigatório do Galego através da região e o seu uso pelo governo e mass media, de acordo com os Artigos 12 e 18 da Lei de Normalização Linguistica:

Artigo 12: *O galego, como lingua propria de Galicia, é tamén lingua oficial no ensino en tódolos niveis educativos.*

Artigo 18: *O galego será a lingua usual nas emisoras de radio e televisión nos demais medios de comunicación social sometidos a xestión ou competencia das institutións da Comunidade Autónoma*.

A lealdade à língua é um pré-requisito indispensável para evitar a interferência e a sua subsequente mudança de valores e domínios para a variedade dominante. O otimismo geral em relação à sobrevivência do Galego

deve-se potencialmente aos esforços da Xunta em instilar o sentido de lealdade na população nos últimos 20 anos. A perda da língua galega significaria perder uma identidade coletiva
Parece que alguma mudança em relação à reaceitação e reuso da língua Galega em domínios inicialmente reservados somente ao Castelhano está ocorrendo e a geração mais jovem está pelo menos a reconhecer o Galego como um símbolo da sua identidade regional.

SITUAÇÃO Sociopolítica

Das três línguas regionais Espanholas, a galega, falada na parte noroeste da Península Ibérica, mostra a maior dimensão numérica. O galego é falado por cerca de 68.6% da região da Galiza comparado com 52% do Catalão e a menos de 30% da língua Basca (O´Donnell, 2000).
Fatores históricos, económicos e políticos influenciaram a situação sociolinguística da Galiza e causaram o seu desenvolvimento em diferentes direções das regiões Catalã e da Basca. O isolamento da Galiza do resto de Espanha, assim como o seu pobre desenvolvimento económico fez com que a região fosse pouco atrativa para os migrantes falantes do espanhol.
Estes fatores (isolamento geográfico, privação económica, pobreza e fraco desenvolvimento) favoreceram a manutenção da língua galega.
È de notar que grande progresso foi feito pelos "revivalistas" da língua galega na última parte do século XIX e primórdios do século XX que tiveram sucesso em restaurar a língua galega na forma escrita para fins educativos e literários. Os seus esforços atingiram o seu ápice em 1936 através de uma proposta de um Estatuto de Autonomia para a Galiza altura em que foi dada equiparação á língua espanhola. Houve depois um interregno, durante a ditadura de Franco, para se reconhecerem em 1981 (transição para a democracia) diferenças regionais, culturais e linguísticas.
Há autores (O´Rourke, 2003) que argumentam que apesar da dimensão numérica dos falantes galegos, a manutenção da língua galega está longe de ser certa e definitiva. O´Rourke considera que o número decrescente dentro das novas gerações em conservarem o galego é preocupante.
Paulston (1994) apresenta um quadro conceptual para a predição da manutenção ou perda de uma língua minoritária. No geral, ela afirma que os grupos étnicos dentro de um estado não moderno, dada a oportunidade e incentivo, geralmente mudam para a língua do grupo dominante.
De acordo com Paulston, tradicionalmente, estudos sobre a sociologia da língua identificaram três fatores principais que levam à manutenção de uma língua minoritária: 1) limites autoimpostos 2) isolamento geográfico e limites impostos externamente na forma de negação a cesso a produtos e serviços, especialmente, trabalho e 3) situação diglóssica onde duas línguas existem numa situação de distribuição funcional.
A segunda e a terceira – falta de mobilidade social, isolamento geográfico das áreas rurais, e persistência de uma relativamente estável diglossia, são responsabilizadas pela manutenção da língua galega através dos anteriores quatro séculos.

CONCLUSÃO:

Esta comunicação tinha como objetivo essencial fazer uma breve retrospetiva histórica da língua galega e refletir sobre a importância da manutenção da língua em termos culturais, ideológicos e identitários.
Joshua Fishman afirma que cada língua que desaparece é uma parte importante da história que morre. Por outro lado, ele também defende as várias vantagens para o indivíduo de manter as capacidades bilingues.
A constituição espanhola (artigo 3) é bem clara na defesa da língua galega assim como das outras línguas minoritárias. Artigo 3 da Constituição Espanhola:

1. O Castelhano é a língua espanhola oficial no Estado. Todos os espanhóis têm a obrigação de o saber e o direito de o usar.
2. O resto das línguas espanholas também será oficiais nas suas respetivas Comunidades de acordo com os seus Estatutos.
3. A riqueza das diferentes variedades linguísticas de Espanha é um património cultural e será objeto de um respeito especial e proteção.

Numa sociedade onde duas ou mais línguas estão em conflito, se a língua menor beneficia da lealdade dos seus falantes a população envidará esforços para assegurar o direito de a usar no seu dia a dia e manterá a sua forma mais "pura" (a forma estandardizada). Assim, a língua torna-se numa questão simbólica. Se, contudo, a população como um todo, sente pouca ou nenhuma lealdade pela língua menor, então usá-la-ão cada vez menos. Por último, será ou esquecida ou relegada para o uso idiossincrático por uns poucos defensores dela.

Parece que as atitudes positivas da população e dos poderes institucionais sobre a sua língua galega têm sido um fator chave no desenvolvimento e manutenção do Galego.

Bibliografia

Baker, C. (1996). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters
Beswick, J (2002). Galician Language Planning and Implications for Regional Identity: Restoration or elimination? *National Identities 4* (3).
Edwards, J. (1994). *Multilingualism*. Routledge. New York.
Fishman, J. (1980). Bilingualism and Biculturalism as Individual and Social Phenomena. *Journal of Multilingual and Multicultural Development 1*, 3-17.
Fishman, J. (1990). What is Reversing Language Sift (RLS) and how can it succeed? *Journal of Multilingual and Multicultural Development 1*, (1-2), 5-36.
Fishman, J. (1994). Critiques of Language Planning. *Journal of Multilingual and Multicultural Development 15* (1-2), 91-99.
O´Donnell, P. (2000). Crossing the Line in Quebec and Catalonia: The Consequences of the Linguistically Mixes Marriage. *Language Problems and Language Planning 24* (3), 239.
Paulston, C. B. (1994). *Linguistic Minorities in Multilingual Setting: Implications for Language Policies*. John Benjamins: Amesterdam
Rodriguez, F. (1991). *Conflito Linguístico e Ideologia na Galiza*. Laiovento, Santiago de Compostela: Espanha.
Vega Ballesteros, F. (1998). "El multilingualismoen Sanabria (Zamora). Situatión linguistica atual del Gallego Exterios". Problemas Sociolingüísticos. *Interlinguística 7*.
Touriño, A. (2002). Gallegos en Madrid: Actitudes y mantenimiento de la lengua gallega. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos 7*

Aos 100 anos da Real Academia Gallega de La Coruña: mais uma análise de discurso

3. António Gil Hernández www.lusografia.org

António Gil Hernández

Nado em Valhadolid (Castela-Espanha), licenciado em "Filosofía y Letras" pela Universidade de Compostela. Estudou a obra do escritor Miguel Delibes, também valhisoletano. Desde os anos 80 está a trabalhar sobre o que se passa na Galiza: contribuindo para a fundação da AGAL e pertence a AAG-P. Publicada a obra 'Teses reintegracionistas' no volume coletivo QUE GALEGO NA ESCOLA? nas Eds. do Castro, SILÊNCIO ERGUEITO (1996). Em (2006) a Associação de Amizade Galiza-Portugal publicou TEMAS DE LINGUÍSTICA POLÍTICA.

AOS 100 ANOS DA REAL ACADEMIA GALLEGA DE LA CORUÑA
Mais uma análise de discurso

Sobre os textos proferidos na «Sesión inaugural del 30 de Septiembre de 1906» realizada na «Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos» para a «Constitución de la Academia» analiso as duas tendências discursivas dominantes:

a) A representada nas palavras de Manuel Murguia, «Señor académico Presidente» e na exposição de Manuel Lago González, que poderíamos considerar "reintegracionista". Assim diz Murguia: *«[...] no se borra tan dácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes en Portugal y sus dominios, doce en el Brasil.»*

b) A representada no «Mensaje que la Diretiva de la Asociación Iniciadora y Protetora de la Academia Gallega dirige a tan docta Corporación con motivo de su inauguración oficial» e no «Discurso del Excelentísimo Señor Don Leandro de Saralegui y Medina». Explica la citada Diretiva: *«[...] la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo, tiene el triste privilegio de representar todos los desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, [...] sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico [...] Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo*.»

Acrunha, 27 de junho de 2006

::::::::::::::::::::::::::::::::::::::

0.- BREVE HISTÓRIA

Tomo do sítio RAG: http://www.realacademiagalega.org/ os seguintes dados:

> *A necesidade da creación dunha Academia [...] non chegará a frutificar ata o 30 de setembro de 1906, data oficial da súa constitución de iure no salón da Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos. [...]*
>
> *Anteriormente, no ano 1895, atopamos un antecedente próximo na constitución da Comisión Xestora para a creación da Academia Galega sobre a base dunha sociedade, Folklore Gallego, presidida por Emilia Pardo Bazán. [...]*
>
> *[A emigração] seguiu moi estreitamente a loita da cultura galega por acadar un **espazo diferenciado** no que reivindicar unha **identidade propia**. [...]*

Em 1905, Fontenla Leal e Curros Enríquez tomam a iniciativa de fundar na Havana a *Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega*, cujos correspondentes na Galiza são os integrantes da *Cova Céltica*. Manuel Murguia presidia as suas reuniões na *Livraria Regional* de Ugio Carré Aldao, situada na rua Rego de Água.

Esta primeira etapa da Real Academia Galega (1906-1923) marcada pola presidência do Patriarca non estará isenta de polémicas e duros enfrontamentos.

Desde o 20 de maio de 1906 é publicado o *Boletín de la Real Academia*.

A «segunda etapa da Real Academia Galega (1923-1936)» foi presidida por «Andrés Martínez Salazar (1923) *[«astorgano pero plenamente integrado en la cultura gallega, con una importante obra en su haber y sobre todo con una extraordinaria capacidad empresarial siempre en relación con la cultura*» (J. R. Fernández B. 1986: 340)], Francisco Ponte Blanco (1923-1926), Eladio Rodríguez González (1926-1934) [«autor de importantes obras y, sobre todo, del *Diccionario de la Lengua Gallega*» (ib.)] e Manuel Lugrís Freire (1934-1935) [«*de Sada, pero incorporado al grupo intelectual de La Coruña, autor de muchas composiciones, debiendo destacarse su dedicación al teatro gallego» (ib.)].*

A terceira etapa (1942-1977), marcada pela guerra civil (1936-1939), é definida pela «semiclandestinidade»: «Acceden á presidencia Manuel Casás Fernández (1942-1960) e Sebastián Martínez Risco y Macías (1960-1977)». Do primeiro, que fora "alcalde de La Coruña" de 1915 a 1917 e de 1925 a 1927 (ib.: 401 e 406) diz o atual presidente da RAG:

> *En el año 1936, el 24 de diciembre, es nombrado accidentalmente [...], sin duda por las buenas relaciones con el nuevo régimen [...]. En 1940 pasa de Presidente accidental a Presidente Interino hasta que em 1942 adquiere la Presidencia con carácter definitivo. (J. R. Fernández B. 1986: 340)*

Na quarta etapa (1977-...) Domingo García-Sabell (1977-1997) verifica as seguintes atuações:

> *a) o acordo, no 1982, entre a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega en materia de Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego, [...]; b) o recoñecemento á RAG na Lei de Normalización Lingüística; c) a creación, primeiro, do **seminario de lexicografía** [...] e, máis tarde, do **seminario de sociolinguística** (que realizaría o Mapa sociolíngüístico galego, [...]).*

Francisco Fernández del Riego (1997-2001) e Xosé R. Barreiro Fernández (2001-...) são os últimos presidentes da RAG.

1.- DISCURSO DOMINANTE E DISCURSO DOMINADO

1.1.- ORDENS OU MODOS DE SER

Em A. Gil Hernández 2006: 160-162, sobre as reflexões de A. Wilden (por sua vez sobre as análises de Lacan), referi a Nação à *Ordem do Simbólico*, enquanto à *Ordem do Imaginário* adscrevi o Estado (ou em geral tudo o atinente ao estado [moderno]). Tento agora concretizar essas referências e confrontá-las com os discursos sobre a *Galeguidade*, em que os textos inaugurais da RAG se acham inscritos, mas habituais na Galiza (= "Comunidad Autónoma de Galicia" [CAG], e faixa ocidental do "Principado de Astúrias" [PA] e da "Comunidad Autónoma de Castilla y León" [CACyL]; alguns incluem os "Tres Lugaris" da "Comunidad Autónoma de Extremadura" [CAE]).

As reflexões de A. Wilden induzem-me a conferir a situação sociopolítica da Galiza com os modos de ser — ***real*** ou primário, ***imaginário*** ou secundário e ***simbólico*** ou terciário—, interdependentes (A. Wilden 1972.1979: 212), que, aliás, podem ser confrontados, na teoria de Charles S. Peirce, com os interpretantes dos signos icónico [***ícones***], deítico [***índices***] e linguístico [***símbolos***] respetivamente (A. Tordera 1978: 128-134); deixo o tema para outra ocasião.

1.1.1.- MODOS DE SER INDIVIDUAIS E SOCIOPOLÍTICOS

1.1.1.1.- MODO DE SER REAL

O ***modo real*** abrange o que costuma entender-se por real ou diretamente percetível. Como no estádio da história em que nos achamos é privilegiado o indivíduo e o que o indivíduo valida, julgo, ao caso, a hipótese de na Galiza tomar por reais (ainda) os fenómenos que o indivíduo assim estima. Assinalo, entre outros possíveis:

1.º As falas galegas percebidas como diferentes das castelhanas.

2.º O povoamento rural notoriamente disperso na Galiza, a respeito do castelhano.

3.º As festas populares, a fomentarem a convivência dum jeito peculiar.

1.1.1.2.- MODO DE SER IMAGINÁRIO

O ***modo imaginário*** é «o reino das imagens, das duplicidades (da doblez, do fingimento, da hipocrisia até) e da identificação especular.» Neste modo «não há o Outro, mas apenas os outros» (A. Wilden 1972.1979: 96). A essência do modo imaginário fica expressa na disjunção *aut / aut*.

Como acima disse, do ponto de vista sociopolítico, atribuo este modo à organização estatal, que, ao caso, é o RdE, em processo avançado de "estatização nacional". Em correspondência com os fenómenos referidos no *modo real*, assinalo:

1.º A imposição da língua castelhana como oficial do estado, factualmente nacional do RdE.

2.º As demarcações municipais e provinciais, segundo a legalidade do RdE.

3.º As festas nacionais, estatuídas no RdE, ultimamente o *Día de la Fiesta Nacional* (12 de outubro) e o *Día de la Constitución Española* (6 de Diciembre).

1.1.1.3.- MODO DE SER SIMBÓLICO

No ***modo simbólico*** «o sujeito pode dizer *eu*: ele ou ela passam da relação imaginária de sujeito-objeto e de objeto-objeto à que os fenomenólogos denominam *intersubjetividade* do Simbólico» (A. Wilden 1972.1979: 60). O modo simbólico fica exprimido na reciprocidade *et / et*.

Do ponto de vista sociopolítico, confiro este modo com a nação e, ao caso, com os traços nacionais que, embora definhados, ainda persistem entre as gentes galegas:

1.º A perceção de os indivíduos galegos falarem um idioma diverso da língua castelhana, embora duvidem como deva ser caraterizado.

2.º A evidência de o povoamento rural disperso distinguir, no RdE, a Galiza, apesar de não ser reconhecido no ordenamento legal espanhol.

3.º A convivência que (ainda) pervive nas festas populares, mesmo nas municipalizadas ou institucionalizadas. Curiosamente em bastantes delas é celebrado um produto próprio do lugar.

1.1.2.- "DESORDEM" INCUTIDA NOS MODOS DE SER

É comummente admitido o facto de na Modernidade o estado ser instrumento do Capital, que, ao longo do tempo, desde a Revolução industrial na Inglaterra (séc. XVIII), o configura sobre o modelo revolucionário francês (1789-1804) reformado por Napoleão (1804-1814). Seja como for, o estado moderno reordenou as relações entre pessoas para as descarnar ao jeito das relações entre objetos (A. Wilden 1972.1979: 71). A reciprocidade (*et / et*), que define o modo de ser simbólico e se patenteia nas *relações de solidariedade*, foi subsumida na disjunção (*aut / aut*), que define as *relações de poder* próprias do modo de ser imaginário, dominante no estado do Novo Regime.

As *nações*, dantes reinos coexistentes amiúde sob um mesmo monarca, ficam subordinadas aos interesses, políticos, do estado, tornado em "Nation", *per se* República, sem monarca. Destarte, o ***modo de ser imaginário***, distintivo do *estado*, subsume e ajusta gradualmente as formas do ***modo de ser simbólico***, próprio da *nação*, de modo que a mediação, procurada e realizada nela como comunidade, fica atravancada por o *estado*, que se erige em coletividade única, excludente e digna de ser representada como tal, em razão do fim e do meio, simultâneos e absolutos. A seguir tento exemplificar o discurso sobre tal processo substitutório nalgumas citações de textos jornalísticos, publicados nos dias em que redijo estas notas.

1.º Muitos são relativos à língua castelhana, imposta na Galiza como oficial do estado e nacional do RdE, sobre a "propia", a "galega", dentre os quais apenas cito umas afirmações de Esperanza Guisán: «Cómo ser buen gallego» (LVG, 05 de julho de 2006):

> *Que se aleguen razones culturales para conservar determinadas costumbres y tradiciones me parece aceptable [...]. Pero el recurso a la descalificación moral me parece deleznable. ¿Cómo y quién puede demostrar que se es mejor gallego por hablar en gallego? ¡Como si los caciques de antes y de siempre no hablaran en gallego! ¡Como si nuestros enemigos fueran los de más allá de Piedrafita. [...] Ser buen gallego es ser ciudadano del mundo y tener las ventanas abiertas para la comunicación con todos los demás. Ello no impide que trabajemos y nos esforcemos por enriquecer la cultura, en castellano y en gallego, que hemos recibido como un legado histórico los ciudadanos nacidos en Galicia.*

2.º As demarcações municipais e provinciais do RdE foram impostas ao povoamento rural, notoriamente disperso na Galiza, em 1833. Eis alguns dos critérios com que o afrancesado Javier de Burgos y del Olmo (Motril, Granada 1778 - Madrid 1849), secretário de estado de fomento em 1833, «estableció la división territorial por provincias, basándose en los planteamientos del Nuevo Régimen pero tomando como base la antigua división en reinos de España»:

> *En el proyecto [...] subyace la idea de las provincias como estructuras territoriales, que no políticas o históricas, el diseño provincial, siendo principalmente funcional, era el reflejo de la política uniformada liberal propia de 1833.*
>
> *Su proyecto carecía de censo oficial de población [...], su aportación se reduce a su carácter de afrancesado [ao modo das prefecturas francesas] [...].*
>
> *Su criterio basado en elementos de juicio como la salubridad, la influencia de las sedes episcopales o la parcialidad de aceptar presiones de las ciudades en su lucha por la capitalidad, hacen del Real Decreto de Javier de Burgos el modelo provincial que permanece vigente en 2004. (Vid. «El siglo XIX y la revolución liberal»)*

3.º As festas nacionais, estatuídas no RdE, como podem ser o *Día de la Fiesta Nacional* (12 de outubro) e o *Día de la Constitución Española* (6 de Diciembre), opõem-se às festas populares, a fomentarem a convivência da gente.

A) Cito uma notícia em que «A Mesa critica la ausencia de la cultura gallega en fiestas» (LOC, 3 de agosto de 2006); ligam-se nela o não uso da língua "propia" e a sobreposição institucional:

> *A Mesa pola Normalización Lingüística ha denunciado la ausencia del gallego y de grupos gallegos en las fiestas. [...]*
>
> *El alcalde negó ayer las acusaciones de A Mesa y recordó que el pregón de las fiestas, a cargo de la artista Teté Delgado, fue en gallego: "Si empezamos el día 31 con Berrogüeto y ayer (el martes), que yo sepa, escuchamos un pregón en un magnífico gallego. En la inauguración de la Feria del Libro, salvo que tenga un problema disléxico, hablé en gallego", matizó Losada.*

B) Na seção «Encuesta» (LOC, 2 de agosto de 2006), à pergunta "¿Cree que un mes es demasiado tiempo para las fiestas?" Carmen Figueroa, "ama de casa", responde:

> *No sé si deberían durar más, pero yo tengo la sensación de que no son las fiestas tradicionales. Para mí no son fiestas. No hay barracas, únicamente conciertos. Antes la gente bajaba y tomaba algo, salían todos beneficiados. Desde los hosteleros hasta los niños, que disfrutaban más de todo.*

1.2.- DISCURSOS REFERIDOS À LÍNGUA DA GALIZA

Passo a examinar os discursos sobre a língua na Galiza ("española"). Para melhor entendê-los, lembro o conceito de *língua oficial* e de *língua nacional*, que defini em A. Gil Hdez 1987: 247-334, sobre R. A. Hudson (1980.1981: 131-139) e R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975: *passim*):

> A ***língua oficial*** acha-se ligada ao exercício do Poder num dado território [...]. Os seus usos, explicitamente institucionalizados, sobrepõem-se a determinados processos comunicativos e interferem os restantes; neste sentido cabe afirmar que obedece[m] a um certo *princípio de mediação*, objetivável enquanto rende efeitos de *validação jurídica aos cidadãos*. Por outro lado, a ***língua nacional*** [...] define a pertença dos indivíduos à Comunidade Linguística e garante a existência diferenciada desta num território dado. Os seus usos não apenas possibilitam a comunicação "espontânea", mas sobretudo evidenciam a solidariedade entre os usuários; neste sentido pode dizer-se que se rege[m] por um certo *princípio de imediação* (ib.: 280-281; *Vid.* 278-285).

Os usos da *língua nacional* (acho) condizem com o ***modo simbólico***, que alicerça na conjunção *et / et*, até ao ponto de exprimirem a convivência entre pessoas, circunstanciadas por *relações de solidariedade*, de regra satisfatórias (ou ocasionalmente insatisfatórias).

Porém, os usos da *língua oficial* quadram com o ***modo imaginário***, que se baseia na disjunção *aut / aut*. Evidencia-se neles o relacionamento dos órgãos do estado com o cidadão, cuja caraterística dominante é a abstração (ou inconcreção), a explicar e exprimir relações de poder, únicas admissíveis nos âmbitos institucionais.

Apesar de o estado-RdE procurar que a *língua oficial* exerça as funções da *língua nacional*, de facto nos discursos sobre a língua, emitidos em ocasiões institucionais, prevalece a inconcreção. Em A. Gil Hernández 1984.1986: 98-120, ao examinar o discurso sobre a "língua galega", analisei duas séries de ***procedimentos retorizadores***, abstrativos, que denominei ***constritivos*** (a *elipse do agente e/ou do instrumento*, a *qualificação redutora* e a *negação* parcial) e ***translativos*** (a *metonimização* ou translação abstrativa e consequencial, e a *metaforização*).

Julguei então que esses procedimentos foram utilizados pela "filoloxía oficial", assente nas Universidades "españolas" da CAG, apenas para conformar a "língua galega" como "língua rexional". Porém, hoje acho que são também empregados para particularizar a língua oficial e nacional do RdE com a diferença, aqui só apontada, de que, aplicados à "língua rexional", ocultam traços distintivos essenciais e portanto a aviltam, enquanto, aplicados à língua oficial-nacional, a singularizam em excesso e consequentemente a magnificam.

Seja como for, esses procedimentos amostram o facto de os discursos Filológico e "filolóxico" procurarem dous géneros de legitimação: pelo primeiro, a língua castelhana fica declarada oficial e nacional do RdE; pelo segundo, a "galega", "língua de seu" não-portuguesa, é conformada como "lengua también oficial", mas de nenhum jeito língua nacional. Destarte tais discursos não apenas convêm, mas sobretudo patenteiam a "nova" organização sociopolítica do RdE, de que a CAG é parte do todo que o reino é.

Contudo, nos textos sobre a língua castelhana parecem elaborados com retorização paradoxal, porque, sendo de preferência diretivos e informativos, neles predominam procedimentos que esperavelmente seriam utilizados para exprimir as relações de solidariedade.

2.- DISCURSOS ACADÉMICOS (1906)

Passo a considerar quatro textos lidos ou ditos no ato inaugural da RAG em 30 de setembro de 1906, que distribuo em duas secções. Na primeira examino a «*Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial*» e o «*Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina*». Na segunda reflito levemente sobre o «Elogio de la lengua gallega», do Manuel Lago González, na altura presbítero e depois arcebispo de Compostela, e sobre o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguia.

2.1.- TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER IMAGINÁRIO

a) «MENSAJE [da] DIRECTIVA DE LA ASOCIACIÓN INICIADORA Y PROTECTORA DE LA ACADEMIA GALLEGA...»

No início afirma-se com retórica de contundência quase militar, ao jeito do séc. XIX:

> *¡Adelante, señores Académicos! Las huestes intelectuales que foran la cruzada de patriotas, reconocen en vosotros a sus jefes irreemplazables, y al proclamaros sus caudillos invictos y rendiros acatamiento y pleitesía, depositan en vuestras manos la enseña, cuyo lema: Todo por y para la cultura de Galicia, es garantía de acierto y nuncio de visctoria en las incruentas lides modernas. (BRAG 6-7: 132)*

Imediatamente, com igual retórica, faz-se esta observação:

> *Os atribuirán finalidades políticas; tal vez designios criminales; pero esto es tan absurdo, tan inconcebible, que ni siquiera merece refutarse. Para hacer política, no es ciertamente un centro educativo lo más indicado: la política se hace en el partido, en el mitin, en la plaza pública, nunca en el sereno recinto académico, cuya atmósfera esterilizada, propia sólo para desarrollar el polen fecundo de la vida culta, rechaza como otros tantos gérmenes de muerte todo fermento de pasión y origen de disputa. (Ib.: 133)*

A oposição, genérica, de "cultura" (na letra «desarrollar el polen fecundo de la vida culta») face a "política" (cuja verificação decorre, respetivamente, no «centro educativo» e no «partido», no «mitin», na «plaza pública») e a oposição, particularizada, de «atmosfera esterilizada» face a «gérmenes de muerte» (dentre os possíveis, são citados «fermento de pasión» e «origen de disputa») permitem deixar elidida a identificação dos acusadores ao tempo que no cotexto se acumulam as metáforas relativas a «cultura» (e língua).

Nas alíneas seguintes situa-se a Galiza-Galicia no lugar nacionalitário que lhe corresponde:

> *Por otra parte, la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo [XIX, tiene el triste privilegio de representar todoslos desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, y aunque no sea más que por eso, sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico, cuya independencia de acción es garantía, la más firme, de la regeneración de nuestro pueblo, hoy por esas causas sumido en la ignorancia, desorientado, vacilante, y casi sin noción de sus deberes y derechos colectivos.*
>
> *Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo.*
>
> *Galicia, si quiere fijar su personalidad como región de ilustre abolengo; si, celosa de sus tradiciones, abriga la legítima aspiración de conservar su peculiar fisonomía, lo primero que necesita es unificar su lenguaje, su dulcísima habla, que de día en día va perdiendo su pureza a fuerza de mixtificarse, ya con la adopción de voces exóticas, bien con la caprichosa aplicación de los vocablos, ora con el abuso de neologismos —de procedencia dudosa—, y, sobre todo, una sintaxis arbitraria que, de no ponérsele coto, daría al traste con el idioma predilecto de Alfonso X, del Sabio. (Ib.: 133-134)*

A oposição «Pátria» [España] vs. «pátria nativa» ["Galicia"] esclarece, dentro do *modo de ser imaginário* (*aut* / *aut*), o lugar que ocupa a «dulcísima habla» perspetivada desde a "estatalidade", quer dizer, desde a língua oficial, a castelhana, que também não é denominada no texto:

Tócaos ahora entrar libremente en el ejercicio de vuestra altísima misión. Bajo el lema «Colligit, Expurgat, Innovatque», inspirándoos en sus elevados preceptos, acometeréis en primer término la formación de un Diccionario y la Gramática oficial de nuestra lengua; y tanto para éste como para los demás fines, deberéis solicitar el apoyo y protección del poder central [do RdE] que viene prestando, con excelente sentido nacional [de "España"], a las Academias provinciales que florecen en Andalucía, Aragón, Valencia y Cataluña. (Ib.: 134).

b) «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina»

Vale a pena ler com atenção o parágrafo inicial:

Galicia, tan rica en recuerdos, poseedora de tantos tesoros históricos, literarios y artísticos, tan apta para los avances de la cultura y el progreso humano, y, en una palabra, no menos digna de ser estudiada y enaltecida, por todos los conceptos, que la primera de nuestras distintas regiones peninsulares, es, tal vez, si no la última, una de las menos atendidas y más olvidadas de todas ellas, hasta el extremo de no haberse borrado todavía el común pensar y sentir del resto de España —por mucho que nos hagamos la ilusión de creer lo contrario—, las viejas y tenaces preocupaciones de que hemos sido objeto mucho tiempo y de que debiera haber desaparecido ya hasta el recuerdo. (Ib.: 141)

Saliento a identificação, persistente hoje, de "Península" e "España", com preterição de Portugal. Aliás, "Galicia", "región española", não deve tomar-se como expressão habitual na época, mas como conceção, dominante então e hoje, do todo ("España") a incluir a parte ("región"). Por don Leandro conhecer a organização da "España" do Medievo, pode afirmar a seguir:

[...] Galicia no está todavía, ni con mucho, a la altura del progreso científico y literario de otros antiguos estados independientes de la Península, con los que puede y debe aspirar a competir dignamente. (Ibídem)

Deixo de lado umas preciosas citações e transcrevo as que melhor evidenciam o meu intento:

Porque si no ha tenido jamás la significación política y militar de algunos otros reinos o señoríos de la España cristiana de la Reconquista y pudo haber dejado, por lo tanto, de figurar en primer término en los anales de la patria común, Galicia se relaciona por la crítica de nuestros días como uno de los principales factores de la vida nacional, bajo el punto de vista de su influencia en el proceso de la cultura y civilización ibéricas, hasta el extremo de que, sin estudiar primero los hábitos y los monumentos, las instituciones y las costumbres, la historia y la tradición del país gallego, jamás será posible remontarse al origen de muchos y muy importantes caracteres del orden social, literario y artístico de los grandes pueblos hermanos de la Península. (Id.: 144-145)

Acabo com o parágrafo conclusivo:

Lejos de infundir temores de que debamos preocuparnos por un solo momento siquiera, la realización del santo ideal que perseguimos nos aproximará cada vez más, en el éxtasis de fecundas emulaciones, a las restantes provincias de España, elevando a la altura de los suyos los preciados y hoy desconocidos títulos de nuestras antiguas grandzas; rico y copioso venero de riqueza histórica y de cultura nacional que abre ancho campo a la noble ambición de la Academia Gallega, cuyos primeros frutos no han de hacerse esperar mucho tiempo [...] (Ib.: 164)

Em suma, o discurso do modo imaginário (estado, "España") domina em todo o caso o discurso do modo simbólico (nação, Galiza), porquanto, sendo a Galiza apenas parte do estado, a entidade que lhe puder ser atribuída tem de alicerçar justamente no reconhecimento dela que fizer o estado.

2.2.- TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER SIMBÓLICO

a) «Elogio de la lengua gallega»

Manuel Lago González, arcebispo de Compostela por entre 1924 e 1925, elevou um elogio da língua galega, de que cito alguns trechos, significativos. Diz quase no início do discurso:

[...] Se ha constituido esta Academia para estudiar juntamente con la Historia y la Literatura de Galicia, la Lengua dulcísima que pronuncian nuestros labios, esta lengua que por su constitución intima, si bien no por su desarrollo en el campo de las letras, me ha parecido siempre (y perdonadme si juzgáis que exagero) la más hermosa de las lenguas neolatinas y aun acaso la más bella de cuantas se hablan en el mundo. (Ib.: 137-138)

É desde o entusiasmo pela sua língua que deve entender-se o que, depois de fazer um breve percurso pela história da língua da Galiza, a respeito da castelhana, afirma:

El descubrimiento de los antiguos cancioneros gallegos ha traído al campo de la literatura y de la filología románicas tesoros de valor inapreciable, que antes sólo nos era permitido vislumbrar en una frase del Marqués de Santillana. (Ib. 138)

Reflete abaixo sobre as relações entre a língua nacional, a castelhana, e a "regional". A meu ver, a observação de partida, e fulcral, acha-se na seguinte observação:

> *[...] El gallego va entonces a la cabeza de la literatura del Mediodía de Europa, y de tal modo absorve las energías de la inspiración ibérica, que hasta los poetas del Cancionero de Baena rinden tributo a la lengua galaica y componen sus versos más primorosos en el habla de Macías. (Ibídem)*

A seguir aponta para a língua, símbolo da nação, capaz de ultrapassar as fronteiras e limitações do estado, como na realidade aconteceu, ao longo da história, com o Galego:

> *Con el predominio del castellano desaparece por largo espacio el gallego literario, pero la lengua se conserva pura y evoluciona poco a poco en los labios de nuestros aldeanos, y antes de surgir de nuevo ataviada con galas de fiesta, palpita de gozo, sin duda viendo como a portuguesa, su hija, adquiere grandeza y cobra bríos para dar al mundo la epopeya de O Lusíadas, que con la gloria del reino de D. Manuel esparce por las naciones civilizadas acentos y palabras y frases nacidas en el corazón de Galicia. Era un gallego nuevo, un gallego transformado el que sonaba al otro lado del Miño y subía a las tablas con Gil Vicente y a los púlpitos con Vieira, pero gallego al cabo en su origen con la mayor parte de las bellezas de la lengua galaica. (Id.: 140)*

b) «Discurso del Señor Académico Presidente»

Seja como for, é Murguia (acho) quem exprime com maior certeza as relações entre o Galego e o castelhano, enquanto língua nacional e oficial, respetivamente:

> *Nueva es la Academia, cosa naciente, de la cual el país gallego tiene derecho a esperar que a su amparo florezca cuanto es nuestro y nos pertenece en el dominio de la inteligencia, esto es, lengua, poesía, historia, arte, cuanto se relaciona con nuestro pasado, cuanto constituye nuestro presente, cuanto tiene el deber de preparar el porvenir de este pueblo combatido por los destinos contrarios. (Ib. 126)*

Murguia situa-se numa perspetiva, reiterada no discurso, que, abrangendo passado, presente e porvir, invoca a concreção, própria do modo de ser simbólico, face à abstração, caraterística do modo de ser imaginário. É nesse sentido que pode entender-se o seu intento de interpretar a «Mensaje [da] Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...». Veja-se:

> *Ellos nos lo han dicho: quieren que empecemos por el estudio del idioma que hablamos hace más de diez siglos. Hacen bien; pueblo que olvida su lengua es un pueblo muerto. Quieren asimismo que penetremos en los abismos de la producción popular gallega, pues en ellos viven todavía las creencias, los sentimientos, el alma entera de Galicia. [...] Quieren, en fin, que recogiendo las reliquias del pasado e iluminándolas con la clara luz de los conocimientos actuales, tratemos de estudiarlas y darlas a conocer, haciéndolas propias y tan amables del hombre actual como lo fueron de los que nos han precedido, una vez nos hablan con voz potente, de su pasado, —para nuestro conocimiento, más que oscuro—, pero tan lleno de la vida de nuestro pueblo, que, de conocerlas por entero, de haberlas estudiado bajo todos los aspectos, podíamos decir que conocíamos el alma entera de esa familia de hombres pacientes. (Ibidem)*

Adiante, num como eco do discurso pronunciado nos Jogos florais de Tui (24 de junho de 1891) e para reivindicar a língua galega como nacional, torna-se em testemunha do acontecido durante o séc. XIX na Galiza, "región" duma "España" em processo de vertebração dolorosa:

> *Lo primero nuestra lengua.*
>
> *Puedo decirlo, porque de ello soy por mis años testigo irrefutable. Cuando yo era niño, todos a mi alrededor hablaban gallego. Cincuenta años bastaron para que las clases elevadas, que antes no entendían cometer falta, usando el lenguaje que todos entendían, hayan cambiado. No les bastó abandonar la casa paterna y desertar del campo de combate, sino que habiendo sido los que iniciaron este movimiento de regeneración, pusieron bien pronto entre lo que nos pertenece y los nuevos pensamientos, que vienen a ampararlo, una profunda y dolorosa barrera. Siguiéronles en esta obra de exterminio, los insensatos, el mundo oficial con su fuerza incontrastable, la ignorancia de muchos, el despego de algunos, la petulancia de unos cuantos y, sobre todo, el creciente trato con los extraños, a quienes llegamos hasta permitir que maltraten el habla de nuestros padres, cubriéndola con el lodo se sus invectivas y proclamando a cada instante que un paso más y la lengua gallega desaparece.*
>
> *No será así, no se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes de Portugal y sus dominios, doce en el Brasil. No puede perecer un lenguaje que tiene una literatura gloriosa, y nombres que son orgullo de la inteligencia humana. Por eso, y para recoger en Galicia su verdadero léxico, das a conocer su gramática, y*

> *afirmar su existencia, se fundó esta Academia. Porque el idioma de cada pueblo es el característico más puro y más poderoso de la nacionalidad. Gentes que hablan la lengua que no les es propia, es un pueblo que no se pertenece. (Ib.: 128)*

Acho que ficou suficientemente apontado o facto de Murguia se situar no modo de ser simbólico, quando procura compreender e enaltecer a língua da Galiza ao longo da história, mas com perspetiva de futuro.

3.- ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS (PROVISÓRIAS)

Nesta comunicação ao 5º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA: A LÍNGUA NA GALIZA, tentei mostrar a longa tradição dos discursos sustidos entre os interessados na Galeguidade:

1) Um (que não conflitua o discurso nacionalista espanhol, antes deriva dele) alicerça no *modo de ser imaginário* a constituir e distinguir o RdE, identificado com «la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles» (art. 2 da CE 1978). Nele se acham elementarmente inscritos a «Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...» e o «Discurso del excmo. Sr. D. Leandro de Saralegui y Medina».

2) Outro (baseado num discurso [re-] nacionalizador da Galiza e não raro interferido pelo anterior dominante no RdE) alicerça no *modo de ser simbólico* à procura de continuidade nos elementos e fatores nacionais da Galiza. Apesar da distância temporal e sociopolítica, acho representativos dele o «Elogio de la lengua gallega», de Manuel Lago González, e o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguia.

3) Tristemente continuam confrontados os dous discursos, embora cada vez menos confusos. O primeiro, se não foi gerado, está assumido pelas instituições do RdE na CAG e nas «Comunidades Autónomas» limítrofes, como, aliás, era esperável e consta nos Estatutos reformados da RAG.

4) O discurso que sustinham Manuel Lago e Manuel Murguia é hoje sustido, nem sempre com esclarecimento, por pessoas e entidades não institucionais, mas com peso na sociedade da Galiza.

5) Acho que este é o discurso que mais simpatias suscita entre pessoas e, chegado o caso, também entre determinadas instituições da Lusofonia.

O antropólogo Pierre Clastres publicou em 1974 *La société contre l'état*. Acho que a inversão do título resume bem o que pretendi patentear na comunicação: É o estado o que está (sic) contra a sociedade, entendida como nação. Continuarei a refletir pela via dos comportamentos humanos.

===

BIBLIOGRAFIA

AGAL (1984.1986), *Actas. I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, 20-24 de setembro de 1984, AGAL, Acrunha-Ourense.

I. Alonso Estravis (1987), *Estudos filologicos galegoportugueses*, Ed. Alhena, Madrid.

J. R. Barreiro Fernández (1986), *Historia de la ciudad de la Coruña*. La Voz de Galicia, Biblioteca Gallega (Serie Nova), Acrunha.

Boletín de la Real Academia Gallega, nums. 6-7 (Acrunha, 20 de novembro de 1906). Cita-se por BRAG.

P. Clastres (1974), *La société contre l'état. Recherches d'anthropologie politique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

R.E. Dowse-J. A. Huges (1986), *Sociología Política*, Alianza Editorial, Madrid. Versão castelhana de R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975), *Political Sociology*, John Wiley & Sons, London, New York, Sydney, & Toronto.

«El siglo XIX y la revolución liberal», pode consultar-se em http://club.telepolis.com/

A. Gil Hernández (1984.1986), «Aproximaçom à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da "filoloxía oficial" na Galiza (Traços fascistoides no discurso e prática [dos] isolacionistas sobre o galego)» in *Actas* 1984.1986: 81-126.

A. Gil Henández (1987), «Sobre dicionarios galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravís, diretor e autor do *Dicionário da Língua Galega* comum» epílogo a I. Alonso Estravis 1987: 247-334.

A. Gil Hernández (2006), *Temas de Linguística Política*, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

R. A. Hudson (1981), *La sociolingüística*, Ed. Anagrama, Barcelona. Versão castelhana de R. A. Hudson (1980), *Sociolinguistics*, Cambridge University Press, Cambridge.

M. Lago González (1906), «Elogio de la lengua gallega» in BRAG: 137-141.

«Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial» (1906), in BRAG: 132-135.

M. Murguia (1906), «Discurso del Señor Académico Presidente» in BRAG: 125-129.

L. de Saralegui y Medina (1906), «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina» in BRAG: 141-164.

A. Wilden (1979), Sistema y estructura. Ensayos sobre comunicación e intercambio, Alianza Editorial AU 215, Madrid. Versão castelhana de System and Structure. Essays in Communication and Exchange, Tavistock Ltd., Londres, 1972.

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA COMUNIDADE AUTÓNOMA GALEGA: UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE FRONTEIRA

4. Carlos G. Figueiras (Universidade de Santiago de Compostela, Galiza) www.usc.es

Carlos G. Figueiras

Nascido em Chantada, em 1981. Formado em Estudos Portugueses pela Universidade de Santiago de Compostela (Prémio Extraordinário do Ministério de Educación e Ciência 2005), tem participado de diferentes coletivos de ação social como a Plataforma Nunca Mais-Lisboa, surgida após o afundamento em 2002 do petroleiro Prestige frente às costas da Galiza, o Movimento Defesa da Língua (MDL), de que foi porta-voz entre 2005 e 2006, ou a Associaçom Galega da Língua (AGAL), atualmente é membro do Conselho de Redação da Revista *Agália.*

Colaborador de meios de comunicação como o jornal *Novas da Galiza* ou o *Portal Galego da Língua* na internet e tradutor para castelhano de Wenceslau de Moraes, como poeta tem publicado em diferentes revistas (*Mea Libra*, *Revista das Letras*, *Escrita Contemporânea, Agália*...) e participado em recitais celebrados na Galiza e em Portugal.

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA COMUNIDADE AUTÓNOMA GALEGA. UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE FRONTEIRA.

INTRODUÇÃO

> *Por otra parte, la plena integración de España en el contexto Europeo comporta una mayor apertura y exige un mayor grado de flexibilidad del sistema educativo. Exige también que los alumnos puedan adquirir destrezas que, como la capacidad de comunicarse –también en otras lenguas-, la de trabajar en equipo, la de identificar y resolver problemas, o la de aprovechar las nuevas tecnologías para todo ello, resultan hoy irrenunciables. Estas competencias les permitirán sacar el máximo provecho posible, en términos de formación, de cualificación y de experiencia personal, del nuevo espacio educativo europeo. Los compromisos adotados en el marco de la Unión Europea con respecto a los sistemas de educación y formación de los países miembros requieren, además, la efetiva adaptación de la realidad educativa de cada país a las nuevas exigencias, de conformidad con los procedimientos de cooperación existentes.*[52]

Este trecho pertence às disposições gerais da *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE). Neste preâmbulo apresenta-se uma lei que tem como objetivo fundamental o aumento da qualidade do sistema educativo na medida em que impulsionará a realização pessoal e o progresso social e económico do indivíduo, aumentando desta maneira o seu bem-estar individual e o bem-estar social da comunidade. O renovado sistema educativo pretender-se-á assim qualificador, integrador do maior número de alunos e, na medida do possível, ponte para a integração do aluno no mercado laboral. Um dos motivos fundamentais da reforma é a carência de destrezas que apresenta o alunado para o aproveitamento das novas possibilidades que abre a integração do Estado Espanhol no novo contexto socioeconómico europeu.

Conforme com estes pressupostos, o nosso trabalho atende à conveniência da docência da língua portuguesa nos centros de ensino galegos e compara a situação do português como segunda língua no ensino secundário galego e estremenho, pois achamos que pode ser uma boa maneira de comparar a eficácia com que o sistema educativo de ambas administrações autonómicas se prepara para o aproveitamento das vantagens socioeconómicas que se lhe pressupõem ao novo marco socioeconómico nascido da Europa das eurorregiões. Posteriormente, passaremos a analisar o posicionamento e o trabalho, nos últimos anos, das associações de língua e partidos políticos na Galiza a respeito desta situação.

AS AJUDAS COMUNITÁRIAS o apagamento das fronteiras culturais

No novo marco socioeconómico da Europa das eurorregiões, os fundos FEDER, de ajuda para o desenvolvimento das regiões europeias, cobraram uma especial importância, pois é deles que se nutre o

[52] in *Ley Orgánica de Calidad de la Educación*. B.O.E. núm. 307, 24-12-2002, pág. 45189/2002.

programa INTERREG[53], orientado a disponibilizar aos estados ajudas económicas para investimentos destinados à cooperação transfronteiriça. Estas ajudas procuram eliminar as barreiras que dificultam a conversão das eurorregiões em espaços económicos homogéneos que facilitem a presença das empresas e a mobilidade dos trabalhadores entre os estados que integram estes novos espaços económicos.

Assim podemos comprovar como dentro da Vertente A, ou de cooperação transfronteiriça, do INTERREG III se encontra a seguinte disposição:

> *A cooperação transfronteiriça visa desenvolver polos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Os Estados-Membros consagram pelo menos 50% da sua dotação total INTERREG III a esta Vertente.*

Se fizermos uma análise pormenorizada do documento que regula o INTERREG III poderemos comprovar como o texto aconselha que, para além de incentivar a cooperação económica entre os estados, estes devem impulsionar uma aproximação cultural entre os territórios incluídos dentro da área da eurorregião, atendendo especialmente ao que diz respeito à formação linguística dos seus cidadãos.

A cooperação entre os estados levar-se-á também aos domínios da investigação, do ensino, da cultura e da comunicação. Assim este documento alenta para a:

> *-Criação e utilização nesses domínios de recursos conjuntos para reforçar a competitividade da zona transfronteiriça, organização de manifestações culturais (exposições, festivais) de efeitos duradouros de cooperação e emprego…*

Portanto, a situação que se nos apresenta depois da análise dos fundos europeus para a cooperação transfronteiriça dentro das eurorregiões parece muito alentadora para a promoção de destrezas que facilitem a plena ou maior integração das pessoas dentro dos novos espaços interestatais europeus, em que a LOCE justifica a necessidade da reforma do sistema educativo e promulga como um dos seus objetivos principais.

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EXTREMADURA, um exemplo do aproveitamento do novo espaço socioeconómico europeu

Utilizaremos como ponto de partida para a nossa comparação o exemplo da política linguística seguida pela *Junta de Extremadura* para a língua portuguesa porque se apresenta como um modelo capaz de conjugar, dentro do ensino secundário, esses objetivos pretendidos na LOCE e os meios económicos que para a sua consecução fornecem os fundos disponibilizados pela União Europeia

Não podemos, nem pretendemos, esquecer que a política eurorregional transfronteiriça europeia tem e depende fundamentalmente de uns objetivos meramente económicos. Mas para a consecução desses objetivos parece inegável que os cidadãos das diferentes áreas integradas dentro de projetos interrregionais devem estar capacitados para comunicar-se com fluidez (domínio linguístico) com os seus vizinhos pertencentes a outro estado, e para saber conhecê-los e compreendê-los (domínio cultural).

Nesta linha de ação enquadram-se os projetos e atividades desenvolvidas pelo *Gabinete de Iniciativas Transfronterizas* da *Comunidad Autónoma de Extremadura*:

> *Si bien es cierto que las relaciones comerciales, cada vez más importantes entre Extremadura y Portugal, constituyen una razón de peso para aprender portugués, la motivación de los extremeños no es sólo económica, sino que atualmente saber expresarse en portugués es una aptitud muy valorada en el mercado de trabajo extremeño, especialmente en el setor sanitario y en el de la hostelería y restauración*.[54]

Parece então que desde a *Junta de Extremadura* existe a vontade de ultrapassar essas deficiências de adaptação ao novo marco socioeconómico europeu, que, como o preâmbulo da LOCE aponta, sofrem os alunos do Estado Espanhol.

Se considerarmos que a política linguística da *Comunidad Autónoma de Extremadura* pode ser um exemplo a seguir no referente à eliminação de barreiras idiomáticas, não é simplesmente por uma questão de vontades ou possíveis pressupostos de atuação. Uma breve documentação sobre a questão permite-nos ver como nesta região se tem impulsionado o estudo da língua portuguesa nos últimos anos, de uma maneira eficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo:

> *O número de alunos de português na Extremadura cresceu, em apenas oito anos, de 467 alunos para nove mil, fazendo da região aquela que, em toda a Espanha, tem maior concentração de estudantes da língua portuguesa em toda a Espanha (66%).*[55]

[53] in http://www.ccr-norte.pt/outrosic/inteiiia.php
[54] in www.gitextremadura.com/frame.asp?pagina=7&id=12
[55] in www.diariodetrasosmontes.com

> *O ensino da língua portuguesa tem aumentado nos últimos anos na comunidade autónoma da Extremadura, o que as autoridades locais justificam com a proximidade geográfica e com razões de caráter cultural e profissional.*[56]

Estes dados materializam essa vontade de interação entre culturas anteriormente citada, introduzindo no ensino secundário não só a língua europeia mais próxima geograficamente dos alunos mas também aquela que está em condições de oferecer-lhes uma melhor integração no mundo laboral. A política linguística aplicada pelo governo autonómico estremenho prioriza desta maneira os interesses meramente práticos, oferecendo dentro do desenho curricular base a possibilidade de implantação nos centros de uma cadeira optativa de língua portuguesa.

O sucesso inicial deste tipo de experiências levou à *Junta de Extremadura* a disponibilizar maiores orçamentos destinados a estas iniciativas, provindo uma parte dos mesmos dos fundos europeus e a outra da própria administração autonómica:

> *A expansão verificada, que levou à ultrapassagem da aprendizagem do Francês, levou a Junta de Extremadura a aumentar para 210 mil euros o valor do apoio concedido, sendo contemplados 101 cursos. Parte do financiamento provém de fundos do Programa Operativo de Desenvolvimento e Cooperação das Regiões Fronteiriças de Espanha e Portugal, no âmbito do Interrreg II.*[57]

Contudo, não devemos esquecer que os resultados satisfatórios obtidos com estas medidas não provêm exclusivamente da boa apresentação e publicidade destinada à sociedade que a *Junta de Extremadura* possa ter-lhes dado, pois devemos valorar também o papel ativo jogado pelos próprios recetores desta iniciativa, que faz com que a língua portuguesa se tenha situado nesta comunidade à frente de outras línguas com mais tradição dentro do sistema educativo espanhol, como pode ser o francês, que embora goze de um alto prestígio cultural, tem para os habitantes desta região uma menor utilidade prática e objetiva.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA uma aproximação ao estado da questão

De início, poderia parecer que a existência desse novo marco socioeconómico da Europa das eurorregiões e as ajudas disponibilizadas pela União Europeia para a aplicação de políticas de aproximação transfronteiriça por parte dos estados, levaria, lógica e inevitavelmente, à assunção por parte das diferentes administrações de políticas linguísticas e culturais similares à desenvolvida pela *Junta de Extremadura*.

O marco geográfico e social da eurorregião Galiza-Norte de Portugal parece equiparável ao contexto anteriormente descrito. Mas como veremos a continuação, a realidade galega é bem diferente do que inicialmente a lógica nos faria pressupor.

No dia de hoje, na Galiza, a situação do ensino do português na secundária é bem diferente do caso estremenho. Embora as condições prévias sejam similares, ou mais do que isso, melhores pela proximidade linguística existente entre as duas comunidades implicadas, encontramo-nos com que a presença da língua portuguesa nos liceus se reduz a iniciativas particulares dos centros educativos e não a iniciativas da administração.

Exemplo disto é a *Proposta para introduzir o ensino do português como segunda língua*[58], redigida em janeiro de 2001 por professores do IES Sam Paio de Tui e aprovada pelo claustro deste centro, que apontava entre as sua motivações principais a "expansom de empresas galegas que iniciam a sua aventura em Portugal", a saída de "profissionais da saúde preparados nas nossas universidades [...] pola falta de oportunidades que encontram aqui [na Galiza], em oposiçom à enorme demanda que existe atualmente em Portugal" ou o facto de que "empresas galegas radicadas aqui [na Galiza] tenham um elevado número de clientes e / ou abastecedores portugueses, o que obriga aos trabalhadores destas empresas a dominar a língua portuguesa se querem comunicar com eles com garantia de êxito". A proposta acabou por ser aceite pela resposta da Conselharia de Educação[59] em abril de 2002 e o liceu de Tui foi o primeiro centro da Galiza em lecionar aulas de língua portuguesa acolhendo-se à inclusão da segunda língua estrangeira no catálogo das matérias optativas da ESO. A ele somaram-se posteriormente outros oito centros de primária e secundária, por vontade sempre do próprio professorado, conformando uma pequena rede que cresce lentamente e à que, no próximo ano académico, incorporará o IES compostelano Gelmires I.

[56] in www.público.pt
[57] in www.diariodetrasosmontes.com
[58] in http://www.agal-gz.org/noticias/2002/20020208.htm
[59] in http://sindominio.net/mdl/?sec0=cmp&sec1=uma&sec2=ptensino&sec3=doc3

A ainda reduzida presença da matéria dentro do ensino primário, sobretudo em vilas fronteiriças da província de Ourense, está impulsionada pelo Governo Português ao abrigo do programa LALO[60]. Estas aulas inicialmente destinadas para os filhos de emigrantes portugueses, contam hoje em dia com uma boa acolhida entre os alunos galegos destes centros.

O bom funcionamento das cadeiras de língua portuguesa, tanto nestes centros de educação primária como naqueles centros de educação secundária que optaram por ofertá-la pela sua própria iniciativa e sem nenhum tipo de ajuda económica por parte da administração, faz com que não pareça errado supor que é a própria administração a que deve assumir a responsabilidade da potenciação deste tipo de políticas linguísticas eurorregionais.

A SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA - entre o desconhecimento e desorganização

Neste trabalho apresentam-se duas respostas políticas bem diferentes para duas comunidades que apresentam uma situação socioeconómica similar, facto que afeta de maneira muito importante os alunos galegos, pois diminui o seu leque de possibilidades de acesso ao mundo laboral face às maiores oportunidades que, pertencendo todos ao mesmo estado, têm os alunos estremenhos. Assim o que parece resultar de tudo isto é um sistema educativo desigual do que a administração autonómica galega é responsável, uma vez que não contribui para dotar os seus cidadãos das ferramentas necessárias para a sua adequada socialização dentro do novo contexto europeu.

É por isso que, ante o atual estado das coisas, deve ser o governo galego a responder ante esta situação de desigualdade. Tem-se produzido, durante os últimos anos, um certo debate entre os diferentes grupos parlamentares da câmara autonómica, como amostra do qual apresentamos a proposta não de lei feita pelo Bloque Nacionalista Galego (BNG) em 2003:

> O Parlamento de Galiza insta a Xunta de Galiza a:
> 1.- Estudar e prever, con aplicación no curso 2003-2004, a implantación xeneralizada, nos I.E.S. e en todos os centros onde se imparte educación secundária de todo o país, o ensino, como matéria optativa, da Língua e de Literatura Portuguesa.
> 2.- Programar, desde a Consellaria de Educación e Ordenación Universitária, con eventual colaboración doutras Consellarias, viaxes e intercámbios escolares entre os centros de ensino da Galiza e de Portugal.
> 3.- Enviar aos centros de ensino secundário do noso país materiais didáticos, incluídos audiovisuais, que podan resultar de proveito para o ensino da(s) disciplina(s) mencionadas no ponto 1.
>
> Santiago de Compostela, 3 de Febreiro de 2003
> Asdo.: Maria Pilar Garcia Negro
> Deputada do G.P. do BNG[61]

Mas o debate parlamentar que se seguiu a esta proposição, não contribuiu em medida alguma para aumentar a presença da língua portuguesa dentro do ensino secundário galego. O executivo autonómico, longe de aceitar para si o modelo de política linguística eurorregional levado a cabo na Extremadura, argumentou que correspondia aos centros educativos a oferta de uma língua estrangeira, e não ao governo. Após o debate, levou-se a cabo a votação que impediu a aprovação da proposta com a abstenção dos deputados do Partido Socialista de Galicia (PSdG) e o voto em contra do Partido Popular (PP), que representava a maioria na câmara.

Em 2006, e depois de mais de um ano de governo bipartido, PSdG-BNG, não podemos falar numa mudança real da situação, pois se bem durante os primeiros meses da legislatura parecia que o novo executivo tinha a intenção de promover aulas língua portuguesa, não existem a dia de hoje medidas, nem desenvolvidas nem projetadas pela administração, para a sua promoção no ensino obrigatório.

Desta maneira, a equiparação das possibilidades entre alunos galegos e estremenhos fica a expensas do voluntarismo dos professores do ensino secundário, que sem nenhum tipo de organização, orientação ou ajuda, têm a possibilidade, que não a responsabilidade, de inverter a situação atual.

De outra parte não podemos esquecer que uma outra das hipóteses para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório seria a solicitude maciça por parte da população, principalmente pelas associações de mães e pais de alunos, da abertura da cadeira nos seus centros de ensino. Facto que se torna

[60] Programa destinado a filhos de emigrantes para proporcionar-lhes o ensino da sua língua e cultura.
[61] in http://www.lusografia.org/amizadegp/relatorio.htm

complicado pela falta de informação que sobre este tema existe nos meios de comunicação galegos, embora as possibilidades de trabalho a Sul do Minho continuem a crescer dia a dia.

PARA A SOCIALIZAÇÃO DE UMA NECESSIDADE a organização do movimento reintegracionista

Para atingir uma política linguística que coloque a língua portuguesa no sistema educativo galego, no mínimo, ao mesmo nível de promoção que na *Comunidad Autónoma de Extremadura*, parece necessário, ante a falta de compromisso da classe política, que parte da sociedade civil se empenhe na reivindicação dos direitos dos alunos galegos a receber a educação que melhor possa contribuir para colocá-los no mercado laboral.

É pela via da informação e a organização a este respeito que o movimento reintegracionista poderia vir a tornar-se fundamental para a consecução deste objetivo e, portanto, de utilidade evidente para o conjunto da sociedade galega. Mas nos últimos anos, os coletivos reintegracionistas não passaram, na sua maioria, de expressar publicamente o seu apoio para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório, sem acometer qualquer tipo de grande campanha de promoção pública dirigida àqueles que realmente têm a chave que permitirá colocar este assunto no centro do debate político, os pais e alunos que devem exigir à administração o melhor dos sistemas educativos possíveis.

É certo que desde o ano 1998, com a sua campanha "Português no ensino desde já!", o Movimento Defesa da Língua (MDL) tentou colocar no âmbito público, com maior ou menor sucesso, o debate sobre a inclusão da língua portuguesa no ensino obrigatório, chegando a algumas escolas e liceus com material informativo e mesmo conseguindo, em 2005, depois de uma suposta manifestação de boas intenções do governo PSdG-BNG a respeito desta problemática, aumentar com o seu trabalho a atenção da imprensa para este tema.

Contudo, a reunião celebrada, a 25 de janeiro de 2006, entre a Diretora Geral da Conselharia de Educaçom e representantes do MDL, veio a confirmar que a imprensa tinha exagerado as intenções da Conselharia a esse respeito e que a possibilidade de que, em 2006, a administração fosse, por iniciativa própria, fomentar ou animar de maneira generalizada os centros para a escolha de português era inexistente, aludindo a administração dificuldades económicas derivadas da dispersão territorial da população para o desenvolvimento dessa iniciativa.

Também em janeiro de 2006, a *Confederación Intersindical Galega do Ensino* (CIG-Ensino), sindicato do âmbito do educação, anunciava uma campanha para a promoção do estudo da língua portuguesa no ensino galego centrada, inicialmente, na recolha de informação sobre a realidade atual dos estudos de língua portuguesa em território galego e os procedimento a seguir para a implantação das aulas. Numa segunda fase, CIG-Ensino tem prevista a elaboração de um relatório encaminhado a orientar os centros com interesse em ofertar estes estudos e o envio de um inquérito aos centros em que já são ofertados que permita valorizar as possibilidades de futuro que o ensino da língua portuguesa possa ter na Comunidade Autónoma Galega.

Com este estado da questão, parece que, quer por uma ou outra razão, o grau de implicação do movimento reintegracionista, ou de outro tipo de organizações, com o ensino da língua portuguesa nos centros galegos não é, a dia de hoje, suficiente para impulsionar a petição de soluções por parte de uma população que no futuro verá, sem qualquer tipo de dúvida, como os seus filhos serão os grandes beneficiados das hipotéticas mudanças na política educativa da Junta da Galiza a respeito da língua portuguesa.

Concluímos assim animando as organizações reintegracionistas para cumprir o seu papel na sociedade galega, enfrentando o problema de maneira organizada e programática e procurando soluções úteis e em positivo que contribuam, de uma parte, para aumentar as possibilidades de trabalho dos jovens galegos e, de outra, para que no futuro, uma população melhor formada, mais culta e conhecedora da variante linguística portuguesa se implique finalmente na reintegração das falas da Galiza no sistema linguístico português.

LIGAÇÕES RELACIONADAS:

Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P): http://www.lusografia.org
Associaçom Galega da Língua (AGAL): http://www.agal-gz.org
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN): http://www.ccr-norte.pt
Confederación Intersindical Galega do Ensino (CIG-Ensino): http://www.cig-ensino.com
Movimento Defesa da Língua (MDL): http://www.mdl-galiza.org

Fazer jornalismo em Português na Galiza

5. GERARDO UZ (Novas da Galiza) www.novasgz.com

Gerardo Uz Rodrigues

Nascido em Castro do Rei (Terra Chã - GALIZA), em 1983. É licenciado em Jornalismo pola Universidade de Santiago de Compostela, com as especializações em Jornalismo Multimédia e Jornalismo Audiovisual. Desde 2005 forma parte dos conselhos de redação do periódico mensal NOVAS DA GALIZA (www.novasgz.com) mais do PORTAL GALEGO DA LÍNGUA (www.agal-gz.org). Devido aos seus estudos, entre 2005 e 2006 estagiou na Agência Galega de Notícias (AGN) e na Rádio Galega; e também participou noutros projetos impressos ou eletrónicos, mas não só. Destarte, formou parte da equipa que constituiu em março de 2005 o INSTITUTO GALEGO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E DA PAZ (IGESIP), de cujo Núcleo de Estudos Mediáticos é secretário desde março de 2006, sendo um dos responsáveis pela linha de investigação sobre a aplicação das novas tecnologias a projetos de cooperação para o desenvolvimento.

FAZER JORNALISMO EM PORTUGUÊS NA GALIZA,

Hoje em dia, a maioria dos meios de comunicação na Galiza são elaborados em castelhano. Os jornalistas galegofalantes não podem realizar o seu trabalho na sua língua habitual, e as instituições públicas subvencionam os média em espanhol se cobrirem uma quota de uso do galego -ou português da Galiza, pelo que este idioma fica relegado a determinadas secções ou conteúdos -cultura, formações sindicais ou entidades vinculadas com o nacionalismo. Ambas as duas dinâmicas fazem com que o uso do galego na maioria dos meios fique politizado, ritualizado e marginalizado, banindo-se a sua presença de secções 'sérias', como a informação económica; 'importantes', como a política; ou 'populares', como os desportos. No meio deste contexto hostil criou-se em 2002 o periódico 'Novas da Galiza', que no seus princípios fundacionais se define "ao serviço da liberdade de expressão, para defender o direito da cidadania à informação plural e honesta", ao serviço da cultura e das manifestações artísticas, independente, comprometido com os movimentos sociais e soberanista, quer dizer, entendendo que a soberania nacional reside no povo galego, pelo qual "alentará o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa". Embora a sua equipa inicial estava formada sobretudo por não profissionais, paulatinamente foi-se dando um processo de substituição das pessoas com militância política por jornalistas, e atualmente a maioria dos integrantes do projeto estão licenciados em jornalismo. Nesta altura, o principal repto do periódico é assentar a sua presença nas zonas da Galiza onde atualmente se distribui e facilitar a sua receção por parte do público português -o 'Novas' pode ser mercado nas principais cidades do país, e uma modesta cifra de subscritores procedem de Portugal para continuar sendo um meio autogerido e autenticamente livre, para lá de continuar no caminho da profissionalização.

1.- Introdução

Devido a que o objeto desta comunicação é esboçar qual é que é a situação do jornalismo em português na Galiza, consideramos que é necessário aclarar duas circunstâncias que em boa parte estruturam este discurso.

A primeira delas, que o país chamado Galiza vive uma situação de dupla anormalidade. Por uma parte, porque está em questão a identidade do idioma, chamado de muitas formas diferentes –'galego', 'português', 'galego-português', 'português galego', 'português da Galiza', etc., cientificamente é impossível dissociá-lo da língua nacional de Portugal, mas que o *stablishment* galaico continua a considerar como 'língua de seu'. A outra razão desta anormalidade é que a Administração galega destina despesas orçamentais a subvencionar diferentes atividades cujo objetivo for a "promoção efetiva da língua galega", chegando-se ao absurdo de não auxiliar meios de comunicação integramente escritos em galego por não se adequarem ao padrão escrito espanholizante, mas sem qualquer problema para subsidiar meios que mormente utilizam o castelhano.

A segunda das circunstâncias a aclarar, é que o jornalismo em galego – ou 'português da Galiza não deixa de ser jornalismo. Nem melhor nem pior. Isto, que parece lógico, é algo que na Galiza muitas pessoas parece que não acabam de perceber. E com o genérico 'pessoas' referimo-nos tanto a pessoas de dentro quanto de fora dos meios de comunicação que ainda hoje se admiram porque alguns profissionais escrevem informações 'sérias' em português galego.

Dizer também que nesta comunicação, com exceção de que se indicar o contrário, os termos 'galego' e 'português' serão considerados sinónimos. Portanto, quando falarmos de 'jornalismo em português na Galiza' ou 'jornalismo em galego', estaremos referindo-nos à mesma realidade. Todavia, num dos apartados deste artigo abordar-se-á a dualidade do jornalismo em galego-isolacionista e em galego-reintegracionista; mas essa questão ficará estritamente circunscrita ao seu apartado.

2.- O galego nos meios: quota de mercado

Atualmente, fazer jornalismo em português da Galiza – independentemente de se esse 'português' seguir as normas ortográfica e morfológicas espanholizantes ou as chamadas luso-reintegracionistas- é quase impossível. Na maior parte dos meios de comunicação da Galiza, a língua veicular é o castelhano, e é a que os profissionais do jornalismo devem utilizar, e tanto faz se é a sua língua mãe ou aquela na que melhor poderiam exercer a sua competência profissional.

No melhor dos casos, o idioma fica relegado a secções com um tratamento marginal, nomeadamente Cultura. A ninguém lhe passa despercebido que isto o que faz é transmitir a ideia de que o galego não serve para fazer informações 'sérias', como as de Política ou Economia. Tampouco passou despercebida a situação para os autores do Plano de Normalização da Língua galega – ver bibliografia, que citam entre os objetivos a atingir a necessidade de "iniciar um processo de incremento anual e constante do uso do galego nos meios de comunicação públicos e privados que supere a atual situação de marginação e de acantonamento no eido cultural".

Relegar o galego a secções com pouco peso parece obedecer apenas a uma estratégia para cobrir quotas linguísticas e optar ao dinheiro público. A modo de exemplo, citar um fragmento de um editorial da Associação de Meios em Galego – consultar na bibliografia:

"*Vivem os meios editados em galego uma anómala e paradoxal situação. São um instrumento fundamental no avance e consolidação da nossa normalização linguística e cultural mas, ao tempo, ficam fora de umas políticas governamentais a favor da normalização no espaço comunicacional que seguem a preferir como destinatários principais dos seus incentivos e ajudas os meios informativos feitos em castelhano.*

O estado de coisas tem essa anormal traça. Os meios que mais se comprometem com a normalização do galego são os mais desfavorecidos pelas políticas normalizadoras dos meios. Essa assimetria derrama muitos esforços e ilusões e enche de sem-razão as políticas que invariavelmente levam praticando os governos galegos desde 1981".

Imagem 1.- Logótipo do Novas da Galiza.

A explicação que se dá é que os clientes – sejam os leitores/ouvintes/telespetadores ou diretamente outros meios de comunicação não demandam informação em galego. Ainda, na imprensa escrita diz-se também que o público objetivo tem dificuldades para ler galego. Um argumento muito semelhante utilizou-se em seu dia quanto começaram as emissões da CRTVG – Companhia de Rádio-Televisão da Galiza, e era habitual a gente admirar-se pelo facto de escutar galego e assegurar que lhe custava perceber o que se dizia – um choque até certo ponto lógico se pensarmos que na Galiza, durante mais de trinta anos, apenas se podia escutar rádio ou televisão em castelhano. Seja como for, é difícil de acreditar neste argumento hoje em dia, quando faz mais de vinte anos que nos planos de estudo são obrigatórios o ensino da língua galega e o lecionamento de diferentes matérias neste idioma – ver tabela 1.

Tabela 1.- Competência linguística em galego dos cidadãos da Comunidade Autónoma da Galiza segundo os Censos de 1991 e 2001

ANO	**Percebem**	**Falam**	**Leem**	**Escrevem**
1991	96,96 %	91,39%	49,30%	34,85%
2001	99,16%	91,04%	68,65%	57,64%
Fonte: Instituto Galego de Estatística (http://www.ige.eu)				

O que pode ser, porém, é que o público de maior idade siga sem estar afeito a ler ou escutar informação em galego. Mas a falta de costume não se deve equiparar automaticamente com rejeição. Por exemplo, na Catalunha existem mais meios integramente em catalão dos que em galego na Galiza e, ainda, todos os meios catalães com preferência pelo castelhano designam um alto número de páginas – ou tempo de emissão no

caso do audiovisual na língua vernácula. Porquê não acontece igual na Galiza? Uma das mais poderosas razões é que, contrariamente ao que vem acontecendo na Catalunha, na Galiza não houve umas elites políticas, académico-científicas e sociais comprometidas com o idioma e com o país. No caso do Executivo autonómico é tanto mais claro quando se vê a facilidade com a que meios e iniciativas em castelhano e espanholizantes recebem despesas orçamentares enquanto as autóctones e com vocação de serviço ao país devem, quase, esmolar de porta em porta.

Colocando de novo o fio de debate na porta dos meios de comunicação, é preciso lembrar que, mália aos vazios legais, os meios de comunicação recebem no Reino da Espanha a consideração de 'serviço público' – sobretudo no caso dos audiovisuais, posto que o espectro radioelétrico é "propriedade do Estado"- e contam com um regime especial dentro do que é o âmbito empresarial. Precisamente, no caso galego, ofertar informação com perspetiva galega e na língua nacional também deveria ser considerado como uma função "de serviço público", já que do que se trata é de priorizar os conteúdos de relevância para o público ao qual se pretende 'servir'. Dizer que "o público não demanda informação em galego" é subordinar o galego (-português) a regras de mercado, o qual implica uma fragrante contradição com a função de serviço público.

Ademais, também não devemos esquecer que os meios de comunicação exercem um importantíssimo papel como socializadores, mediadores e também alfabetizadores; três campos onde é necessário agir para a normalização de um idioma e, por extensão, de um país. E dizemos normalização do país, porque um país não pode estar normalizado quando a sua língua própria está marginalizada nos seus meios de comunicação, e quando essa situação está amparada direta ou indiretamente pelos poderes públicos à hora de adjudicarem subvenções.

3.- Fazer jornalismo em galego (-português): questão de militância?

Com este contexto, poder-se-ia dizer que são uns privilegiados os galegos galegofalantes que podem desempenhar a sua profissão em galego e, ainda, ganharem a vida com isso e obterem, ademais, reconhecimento; porque atualmente, as únicas possibilidades de fazer jornalismo em português na Galiza parecem ser a empresa pública galega CRTVG, iniciativas empresariais independentes – Vieiros.com, *Tempos Novos*, *A Peneira*, *Novas da Galiza*, *A Nosa Terra-*, pequenas publicações setoriais ou corporativas -como o mensal *Fouce* do Sindicato Labrego Galego ou meios que funcionam por militância e sem qualquer ânimo de lucro -como o próprio Portal Galego da Língua, www.agal.gz.org.

Precisamente, durante muito tempo fazer jornalismo em galego foi uma questão de militância

Muitas outras pessoas – não apenas jornalistas, com uma mínima sensibilidade linguística, devem optar por uma tarefa não lucrativa para desenvolvermos uma faceta da nossa profissão no idioma do nosso país. É o que se passa, em parte, com o «Novas da Galiza» ou o PGL, cujos redatores estamos aí de jeito altruísta e porque acreditamos nestes projetos como peças-chave da normalização do país e já não apenas da língua.

Isto leva a pensar que o facto de fazer jornalismo em galego continua a arrastar os velhos defeitos estruturais do passado. Entre eles, a crença de que quem faz jornalismo em galego é simplesmente por militância. Desde logo, algo disso há, posto que quem informa em galego – sabendo que não receberá facilidades e que tudo serão atrancos- é porque acredita no idioma. Ademais, muitas das iniciativas jornalísticas – com um certo sucesso em português da Galiza foram postas em andamento, nos seus duros começos, por pessoas política ou linguisticamente militantes. Mas muitas vezes a militância linguística não passou de primar a quantidade pela qualidade, em boa parte devido a que a pessoa militante deve fragmentar os seus tempos e dedicações. Cremos bem explicada esta circunstância pelo Antom Santos (2003:55-56), também redator do «Novas da Galiza»:

"*Como militantes, somos pessoas vinculadas subjetivamente a certos processos, ligadas a estes em relaçom aos nossos tempos vitais. É mui difícil assumir este desajustamento entre tempos biográficos e tempos políticos: a nossa luita transcende-nos, é difícil enxergar desde a brevidade dumha vida a verdadeira dimensom dum êxito, soma de centenas e milhares de esforços conjugados que, de certeza, nom veremos inteiramente materializados (...)*".

Atualmente, embora exista o componente da militância –do qual não se tem porque renegar, o que se procura cada vez mais é profissionalizar estes projetos; intenta-se dignificar o idioma já não só aumentando a sua presença nas informações, mas gerando conteúdo jornalístico relevante, de qualidade, com vocação de serviço público e, na medida do possível, independente, não alienado e crítico. É isto -os factos que dignifica um idioma e dá valor agregado a um projeto.

4.- O nascimento do «Novas da Galiza»: jornalismo em português da Galiza

Se a situação já é suficientemente hostil para o jornalismo feito seguindo as normas ortográficas e morfológicas espanholizantes –suscetíveis de serem subvencionadas, mais ainda o é para uma iniciativa jornalística como o

«Novas da Galiza», que não alinha com a tendência mais estendida no país de considerar as falas galegas e as portuguesas como pertencentes a idiomas diferentes –razão que automaticamente exclui esta publicação de todos os concursos públicos, como veremos.

O «Novas da Galiza» é uma publicação mensal nascida em 2002 como soma dos esforços de um conjunto de pessoas política e/ou linguisticamente militantes. O periódico definiu-se no primeiro ponto dos seus Princípios Fundacionais –ver bibliografia como um meio "ao serviço da liberdade de expressão" para "defender o direito da cidadania à informação plural e honesta". Não foi, portanto, a defesa da língua galega o primeiro dos objetivos atingir, e é aqui que começa a sua diferenciação no que diz respeito de outros projetos nascidos na militância.

A denúncia das lógicas esmagadoras do capitalismo e das suas contradições erigiu-se também como um dos sinais de identidade desta publicação. A sua renúncia de raiz à submissão a lógicas de mercado e capitalistas chega ao ponto de o periódico disponibilizar de graça todos os seus números em formato digital desde a hemeroteca da sua página web - http://www.novasgz.com/html/hemeroteca.html- um mês depois da saída do número.

Imagem 2.- Aspeto do sítio web do «Novas da Galiza» (www.novasgz.com), em cuja hemeroteca figuram todos os exemplares de graça.

No respeitante ao idioma, o periódico configura-se como uma publicação luso-reintegracionista, e isto deve-se perceber enquadrando-o na vontade de dedicar "nas suas páginas (...) espaços preferentes à informação e à reflexão sobre o idioma galego-português que nos une aos países do mundo da Lusofonia". Esta escolha de base provoca, por exemplo, que a nossa publicação seja automaticamente excluída de quaisquer ajudas públicas –que tampouco reclamámos, mesmo que essa decisão incumpre a letra da Lei de Normalização Linguística –ver bibliografia, cujos artigos 18 e 19 –do título quarto, referido ao uso do galego nos meios dizem assim:

Art.18: O galego será a língua usual nas emissoras de radio e de televisão e nos demais meios de comunicação social submetidos a gestão ou competência das instituições da Comunidade Autónoma.

Art. 19: O Governo Galego prestará apoio económico e material aos meios de comunicação não incluídos no artigo anterior.

A conceção linguística também suscita rechaço por parte de outras publicações que teoricamente deveriam apoiar o projeto. Como exemplo deste tipo de situações, assinalar apenas que quando a finais de 2005 se constituiu a base da «Asociación de Medios em Galego», o «Novas da Galiza» foi um dos primeiros meios de comunicação em solicitar a sua adesão. A solicitude, por enquanto, nem foi respondida, e hoje em dia são parte da associação meios que solicitaram mais tarde a sua entrada.

Duas das caraterísticas das quais mais se orgulha a equipa redatora do «Novas da Galiza» também aparecem nos princípios fundacionais. Por um lado, que se dedique "especial atenção aos movimentos sociais que com os seus atos e propostas conformam a Galiza do século XXI". Pelo outro, o facto de se alentar "o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa".

Nos seus inícios, como dizíamos, o projeto foi impulsionado por um grupo militante linguística e/ou politicamente. Isto condicionou, em boa medida, a inevitável vinculação do periódico com diferentes tendências políticas ou sociais, condicionando também em parte os seus conteúdos. Isto, que pode parecer coartador para um projeto nascente, não foi tal: possibilitou que as pessoas que mais reclamavam uma publicação com o ideário do «Novas da Galiza» se achegassem com agrado a ela. Isto permitiu também a popularizar a iniciativa e a conseguir colaboradores e colaboradoras de relevância com opiniões de interesse para o nosso público.

A progressiva profissionalização que encetou o periódico levou a que na altura mais da metade da equipa redatora sejam licenciados em Ciências da Comunicação a partilharem as suas tarefas no periódico com os seus trabalhos noutros meios jornalísticos. Isto contribuiu para tirar de acima a etiqueta de "jornal linguístico" –que, em todo o caso, competiria a outras iniciativas como o Portal Galego da Língua, reafirmando a vontade de defender o idioma do país, sim, mas no possível através de uma prática profissional em galego e centrando-nos em fazer todo tipo de informações na língua do país –desde a Economia aos Desportos, passando pelo associativismo de base ou o lazer, entre outros.

Também é parte da profissionalização o reparto de tarefas –redação e fotografia, maquetação, publicidade, contabilidade, logística, etc., a coordenação da equipa através de reuniões mensais do Conselho de Redação e a gestão de subscrições e envio dos exemplares para os seus domicílios.

5.- Radiografia do «Novas da Galiza»

A mudança na estrutura redacional foi progressiva, e pode-se dizer que no segundo trimestre de 2005 começou uma nova etapa na história da publicação com o câmbio mais visível na imagem corporativa e na vertebração das secções –ver imagens 1 e 2-. Algumas das novas caraterísticas técnicas são o passo das 16 páginas às 20 que atualmente disponibilizamos –com perspetiva de chegar às 24 em pouco tempo, de tamanho 29x40 centímetros. A capa, a contracapa e as páginas centrais –dedicadas a reportagens de investigação vão a cor, o qual é em parte devido a que são apartados muito cuidados pelos da maquetação.

Número 27, Fevereiro de 2005

novas da galiza

número 27

Grupos normalizadores contestam novo Plano de Normalizaçom Lingüística

ENCE desiste da construçom da papeleira em Louriçam

Plano de Resíduos da Junta ignora aumento da produçom de lixo

Associaçom *A Fouce de Ouro* quer abrir centro social no Vale da Amaía

Preocupaçom no ambientalismo porque Parque das Ilhas Atlânticas será gerido pola Junta

Mais um sindicalista condenado a prisom pola greve geral de 2001

Comunicaçom: um pulo de urgência

Jorge Paços Meirol

Ente público, couto privado

Redacçom

A menos de um ano do começo das emissons do segundo canal da Televisom da Galiza e da iminente apariçom da Televisom Digital Terrestre (TDT), o controlo político que padece a Companhia de Rádio-Televisom continua, e mais vinculado que nunca com a precariedade laboral no ente público. O medo às represálias dos altos cargos da companhia amordaça umha parte importante do quadro assalariado, que nunca chega a manter umha relaçom laboral estável com a empresa, desenvolvendo, ao mesmo tempo, tarefas que corresponderiam a trabalhadoras e trabalhadores efectivos desta entidade. Entretanto, e apesar do férreo domínio da política editorial que mantém o conselheiro da Comunicaçom Social Pérez Varela, a eventual alternância política na Junta está a provocar movimentos entre jornalistas que se mostram agora um pouco mais próximos dos partidos da oposiçom.

PÁGINA 8

NOVAS DA GALIZA à venda nos quiosques a partir de Março

Redacçom

A partir do mês que vem o nosso jornal passará a ser distribuído em todas as vilas da Galiza. E nom só isso: com um novo formato, novos conteúdos e maior número de páginas, NOVAS DA GALIZA consegue dar um passo mais no caminho da profissionalizaçom que os nossos leitores e leitoras requeriam. O crescente número de assinantes, que tem aumentado consideravelmente nos últimos meses, nom é alheio a esta evoluçom. Tampouco o é o nosso desejo de ir construindo, pouco a pouco mas com firme vontade, um meio de comunicaçom útil ao nosso país. Por isso, a equipa humana que o elaboramos e distribuimos, queremos agradecer este pequeno salto a todas e a todos os que realmente o fizestes possível, com o vosso imprescindível contributo económico, que supom para nós um enorme apoio. Jamais poderiamos ter dado este passo sem vós. Obrigado.

Cidadania transparente na sociedade globalizada

Mais de 150 ficheiros policiais guardam informaçons pessoais de grande parte da populaçom

Redacçom

A nossa vida, mesmo aquilo que consideramos que fai parte da nossa intimidade, nem sempre fica entre as paredes da nossa casa. Porque essas paredes som de vidro para as forças policiais que armazenam informaçom sobre milhons de pessoas em dezenas de ficheiros informáticos. E se alguém pensava que era preciso cometer algum delito para figurar nestes arquivos, NOVAS DA GALIZA revela neste número o verdadeiro carácter dos mesmos. Entre muitas outras informaçons, a Direcçom Geral da Polícia trabalha com dados sobre a orientaçom sexual, os passatempos, a saúde ou a filiaçom política e social de umha importantíssima parte dos cidadaos e cidadás do Estado espanhol.

PÁGINA 10

Imagem 3.- Capa do «Novas da Galiza» n.º 27 (fevereiro-março de 2005).

NÚMERO 28 | DE 15 DE MARÇO A 15 DE ABRIL DE 2005 | 1 €

NOVAS DA GALIZA

PERIÓDICO GALEGO DE INFORMAÇOM CRÍTICA

"Cumpre aproveitar os filmes que se servem da técnica do vídeo digital, mais difíceis de controlar polo sistema"

Ramiro Ledo Cordeiro, membro do Cineclube de Compostela. | PÁGINA 16 |

A Junta abre caminho às construtoras entre jazigos romanos

ESPECULAÇOM AMEAÇA PATRIMÓNIO HISTÓRICO

M. Belaman/ H. Carvalho / **Bueu, um bloco de edifícios, um importante jazigo romano e um arqueólogo nada imparcial som os protagonistas de umha das histórias que hoje ocupa as nossas páginas centrais. Som histórias nada infreqüentes que costumam passar despercebidas nos meios de comunicaçom convencionais, embora as conseqüências do seu desfecho sejam gravíssimas e, pior do que isso, irreparáveis.**

A que hoje desvendamos começa nos primeiros anos noventa quando Guillermo Alonso, presidente de Caixanova solicita a requalificaçom de uns terrenos na referida localidade do Morraço. Anos mais tarde, em 1999, ao vender os terrenos, o conhecido empresário assegurava à companhia compradora que nom ia ter problemas caso aparecessem restos arqueológicos no lugar, dado que esta zona fora considerada como de alto interesse arqueológico. E assim foi: os restos arqueológicos apareceram, e entre eles vestígios únicos na história da Galiza, mas a construçom continuou a andar, destruindo um importante jazigo romano graças aos contactos de Alonso na Direcçom Geral de Património./ Pag. 10

Nova etapa, novas expectativas

Como anunciamos no mês passado, com este número começamos umha nova etapa da nossa caminhada. Nele encontrarás, para além dos conteúdos habituais, novas secçons que tencionam completar e ao mesmo tempo diversificar o tipo de informaçom que até agora temos vindo a vos oferecer. Assim, com mais quatro páginas, recuperamos a Cronologia e o Foi dito que tínhamos deixado de publicar a partir do número 6, imprescindíveis para recapitular as declaraçons e notícias mais interessantes de cada dia do mês. Também abrimos as nossas páginas à actualidade internacional, prestando especial atençom a todo o mundo de fala galega com as Novas de além Minho, crónica mensal que assinará Nuno Gomes, o nosso novo correspondente em Portugal. Especial mençom merece também, num jornal que se tem destacado polo seu marcado carácter de análise política, o maior espaço com que daqui para diante contarám a cultura, os desportos ou o próprio lazer, tam indispensáveis para a construçom da Galiza que queremos. E, finalmente, aprofundaremos na nossa linha de investigaçom, com umha equipa mais especializada que continuará a adentrar-se naqueles assuntos que tantas vezes passam despercebidos noutros meios de comunicaçom. E tudo isto num formato mais profissional e ágil.

Maltratadores poderám substituir penas de prisom por cursos de reeducaçom

Poderám beneficiar os 80% dos agressores condenados, já que se vai aplicar a todos os que cumprem umha pena inferior aos dous anos de prisom. / 05

E AINDA...

REGANOSA está prestes a converter a Ria de Ferrol numha das áreas mais perigosas da Europa / 12

TRÊS PONTOS DE vista da esquerda portuguesa sobre os resultados das recentes Eleiçons portuguesas / 14

PROPOSTAS PARA o Novo Estatuto descobrem numerosas coincidências entre o BNG e o PSdG-PSOE / 07

Jornais em língua galega
por Antom Fernández Escudero / 2

Imagem 4.- Capa do «Novas da Galiza» n.º 28 (março-abril de 2005).

A segunda mais a terceira página incluem um artigo de opinião –que se desenvolve na seguinte, o que chamamos 'Pelourinho do Novas' -as cartas ou correios eletrónicos que nos chegam dos leitores e leitoras da publicação um editorial e um desenho humorístico de algum dos nossos muitos colaboradores gráficos -Suso Sanmartim, Pepe Carreiro, Pestinho +1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo, Farruqinho, Aduaneiros sem fronteiras, etc.
Entre as páginas 4 e 7 figuram notícias de interesse nacional, ademais de uma cronologia de factos noticiosos.
Na página 9 o protagonismo é para o nosso 'Foi Dito', uma recompilação de declarações, titulares ou destaques –salientáveis, curiosos ou mesmo indignantes nalguns casos que saíram durante o mês. A modo de exemplo, reproduzimos o 'Foi Dito' do n.º 33:

"O SPIDERMAN DO VERÃO EM OURENSE VOLTA A SER DETIDO E SOMA UM TOTAL DE 35 DETENÇONS"
Faro de Vigo (cabeçalho). 09/08/2005

"UMHA VIZINHA CONSEGUE DORMIR APÓS OITO ANOS DE LUITA CONTRA O BARULHO"
El Correo Gallego (Manchete da capa). 26/07/2005

"SOMOS NOVE COMPANHEIROS QUE MANTEMOS UMHA LUITA CONTRA O ESTADO"
Um Guarda Civil Envolvido no assassinato de Roquetas de Mar. Denuncia o "abandono" que dizem estar a sofrer. 06/08/2005

"NOM PODEMOS MATAR TODOS OS NOSSOS INIMIGOS"
Bill Clinton Denuncia perante Bush o beco sem saída que é a política de guerra Total dos EUA. 09/08/2005

"SE CONTINUAREM A CHEGAR IMIGRANTES, NALGUNS SÍTIOS GANHARÁ UM LE PEN"
José María Sánchez Fornet Secretário geral do Sindicato Unificado da Polícia (SUP). 02/08/2005

"MUTISMO NA AMI [Assembleia da Mocidade Independentista] QUE PREPARA UMHA CIMEIRA APÓS O ATENTADO FALIDO"
El Correo Gallego (manchete da capa). 26/07/2005

"VERA SAIRÁ DO CÁRCERE 24 HORAS POR SEMANA PORQUE SOFRE DEPRESSOM"
La Voz de Galicia (cabeçalho sobre o ex-secretário de Estado implicado na 'guerra suja' [contra o terrorismo]. 06/08/2005

"PASSAR TEMPO FORA DE WASHINGTON DÁ AO PRESIDENTE UMHA FRESCA Perspetiva DO QUE PREOCUPA À GENTE DA RUA"
Porta-voz da Casa Branca. 03/08/2005

A página 8 está integramente dedicada a informação internacional. Nela é necessário salientar, por méritos próprios, o espaço 'Novas de Além-Minho'; paráfrase do nome da publicação -«Novas da Galiza»- e, ao mesmo tempo, ponte aberta para a realidade portuguesa mercê as colaborações dos nossos correspondentes e colaboradores lusos, como o Duarte Ferrim, o Nuno Gomes, o Rui Pereira ou o Fernando Venâncio.
O caderno central do jornal, as páginas 10 e 11, encetam a secção 'A Fundo', uma série de reportagens de investigação ou análises em profundidade sobre questões de atualidade ou sobre outras matérias que ficam silenciadas pela maioria dos meios. Como já dissemos, estas duas páginas vão a toda cor, já que se trata de um dos espaços de maior qualidade do periódico e que contribuem a dotá-lo de identidade própria. Entre as páginas 12 e 15 há ora outras reportagens, ora entrevistas, ora artigos de opinião, sobre diferentes factos da realidade -social, económica, laboral, política, linguística, educativa ou sanitária, etc. do país.
Geralmente na página 16 inicia-se a secção cultural, onde destacamos conteúdos fixos como o 'Polos olhos De', onde um pessoeiro relevante de algum âmbito da realidade galega nos recomenda um livro, um disco e uma página web; o 'De Base', que é uma notícia ou entrevista sobre algum local social ou associação/coletivo de base do país; mais uma coluna vinculada ao Portal Galego da Língua –até faz pouco da autoria do Miguel R. Penas, e na altura gerida pelo professor Valentim Rodrigues Fagim. Nos últimos números começou a publicar-se –e com muito sucesso uma coluna sobre sexualidade que assina a nossa colaboradora Beatriz Santos.
A penúltima página dedica-se aos desportos –não apenas futebol como noutros meios; melhor dito: quase nunca o futebol é o protagonista, enquanto a última se reserva para uma entrevista em primeira pessoa –a toda cor e mais uma coluna de opinião.

Ainda, mas já fora do que seriam estritamente os conteúdos, é necessário dizer que a única publicidade que aparece em toda a publicação está nos pés das páginas. Seguindo a nossa vocação de serviço público, apenas são aceites iniciativas –a maior parte delas já 'realidades' consolidadas e com sucesso de autêntico interesse para os galegos e com vocação de serviço ao país. Falamos, por exemplo, de outros projetos comunicacionais, locais sociais, associações de base, etc.

Noutro apartado de coisas, dizíamos anteriormente que o periódico tinha nos seus inícios um público muito definido e focalizado, mas que paulatinamente o projeto se foi abrindo e popularizando. E dizíamos também que é de salientar o espaço 'Novas de Além Minho', mantido pelos nossos correspondentes e colaboradores portugueses. Pois bem, eis que como parte deste processo, o «Novas da Galiza» também tem uma modesta cifra –crescente mês a mês de assinantes em Portugal e, ainda, distribui-se em três das cidades mais importantes do país, isto é, em Braga –Centésima Página, no Porto –Livraria Utopia e Lisboa –Ler Devagar, e dentro de pouco tempo também em Coimbra.

6.- Referências bibliográficas

- Asociación de Medios en Galego (2006) 'Medios en galego. Editando o soño de Lugrís' – editorial da AMG. Disponível em http://www.vieiros.com/nova.php?Ed=1&id=50002
- Novas da Galiza (2002) 'Principios Fundacionais'. Disponível em http://www.novasgz.com/html/principios.html
- Santos Pêrez, Antom (2003) 'Reflexons sobre a Construçom Nacional Galega: História e Perspetivas' in *Agália – Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, n.º75-76, 55-84.
- Xunta de Galicia (2004). 'Plan de Normalización da Lingua Galega'.
- *Lexislación*. 'Lei de Normalización Lingüística'. Disponível em http://www.amesanl.org/lexislacion/lei3.html

Caminhos para a reintegração: os média portugueses na Galiza

6. *Héctor Daniel Canto Veiga (Plataforma para a Receção das Televisões e Rádios Portuguesas na Galiza)*

Héctor Daniel Canto Veiga

É galego e tem 21 anos. Atualmente mora em Vigo já que está a estudar Telecomunicaçons na Universidade da cidade mas criou-se na beira do Mar Cantábrico em Burela. Provem de família labrega mas seus pais estiverom ativos no movimento social dos anos setenta na Terra Chá e em Lugo. Desde a adolescência (15 anos) participa em diversas associaçons no eido da defesa e recuperaçom da cultura e da língua galega. Na sua faceta mais lúdica é gaiteiro aficionado em vários grupos. É membro ativo da "Plataforma para a emissom das rádios e televisons portuguesas na Galiza" desde 2005.

CAMINHOS PARA A REINTEGRAÇÃO: OS MÉDIA PORTUGUESES NA GALIZA

1. Breve introdução sobre a história e a situação sociolinguística da Galiza
2. Apresentação e origens da plataforma.
3. Legalidade Europeia
4. Exemplos reais: a Suíça e a Bélgica
5. Viabilidade Técnica
6. Conclusão

1. Breve introdução sobre a história e a situação sociolinguística da Galiza

A situação do galego é complexa e por isso torna-se necessário lembrar certos dados sobre a sua realidade e história antes de fazer qualquer exposição ligada à língua.

Desde que é considerado língua e não apenas dialeto do latim – por volta do século VIII –, o galego é a língua maioritária da população da Galiza. Os acontecimentos políticos entre os séculos XI e XV colocaram o Reino da Galiza sob domínio do Reino de Castela e o Condado de Portugal – logo Reino – fora da Coroa Galega. Os reis castelhanos fizeram uma purga da oligarquia e do clero galego e estes foram substituídos por oligarquia alheia. Isto provocou que o galego deixasse de ocupar o status de língua única da Galiza e que o castelhano passasse a ser a língua de uso administrativo.

Tal situação chegou herdada até aos nossos dias – século XXI – agravando-se, fazendo que em cidades como Vigo e Ferrol a população fosse maioritariamente castelhanofalante a começos do século XX.

Agora bem, é importante comentar pelo miúdo a evolução linguística da Galiza nos últimos cem anos. Na altura o galego era falado aproximadamente por um 95% da população mas a péssima situação socioeconómica da Galiza, a consequente emigração maciça cara a América primeiro e cara a Europa depois, a

perseguição do regime ditatorial do general golpista Francisco Franco – originário do Ferrol – da intelectualidade galega e dos agentes sociais; e a proibição expressa do uso do galego provocaram uma perda de falantes – e de prestígio – continua até hoje.

Na atualidade o uso pleno do galego é apenas do 55 % na população da comunidade autónoma segundo os dados do Instituto Galego de Estatística – os dados de conhecimento são do 90% aproximadamente – mas este é apenas um dos problemas.

Nos últimos 30 anos vem-se produzindo um processo de não transmissão geracional, quer dizer, os pais transmitem como língua materna o castelhano sendo o galego apenas uma língua próxima mas não própria. Isto provocou e provoca uma carência generalizada de competência linguística nas camadas etárias mais novas e uma perda de prestígio da língua e da cultura.

Aliás o galego tem, na Galiza, um status jurídico inferior ao castelhano e a sua primeira normativização plena ano 1981- foi deturpada pela intromissão política do governo da altura – do ex-ministro franquista Fraga Iribarne –. A consequência disso tal norma aproximou-se ao castelhano quando a tendência histórica e o caminho filologicamente correto era a aproximação ao padrão português. Tampouco se reconhece a possibilidade de utilizar este padrão quando se comunicar com as instituições europeias.

A atuação do governo até 2005, quando perdeu as eleições, foi apenas de imobilismo quando não de confronto ao galego e a perda de uso tanto no âmbito cientificotécnico como doméstico foram iguais quando não catalizados para pior pela sua atividade.

Porém, o galego está a ocupar um espaço importante como língua de cultura e muitos jovens recuperam o seu uso ao chegar a uma idade de consciência da sua identidade linguística, facto que dá esperanças para a sua plena normalização.

2. Apresentação da Plataforma

A "Plataforma para a receção das televisões e rádios portuguesas na Galiza" tenciona conseguir a emissão em aberto dos canais públicos do Estado português em território galego.

A nossa plataforma está formada por um grupo de agentes do associativismo galego ligado à defesa e promoção da língua que sob este alvo concreto se une para fazer força e pressão maiores. A iniciativa tem a sua origem no ano 1992 quando no seio do MDL – Movimento de Defesa da Língua – surge a ideia de reclamar o acordado pelos Estados Membros da União Europeia na Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. Porém, a proposta fica num segundo plano pela necessidade de priorizar outras campanhas e atividades com mais probabilidades de sucesso.

É em 2005 quando a ideia volta a tomar força. Isto acontece paralelamente a um reforçamento do associativismo galego potenciado nomeadamente pela comunicação via internet. Para atingir um caráter mais geral apresenta-se a iniciativa como uma plataforma aberta desligada diretamente a qualquer outro organismo ou associação, embora muitos dos seus membros fossem sócios ou colaboradores do mesmo MDL – Movimento de Defesa da Língua –, da AGAL – Associação Galega da Língua - e ainda de outros coletivos.

A motivação principal que nos move é a equiparação de castelhano e galego em termos de uso dos média audiovisuais e o cumprimento – como se verá nos pontos posteriores – dos nossos direitos linguísticos. Perante a falta de iniciativa privada, a medida mais simples e rápida é a retransmissão dos média públicos portugueses na Galiza.

Atualmente só existem na Galiza 3 emissoras – uma de televisão e duas de rádio – de âmbito nacional que emitam integramente em galego, todas de titularidade pública e uma delas é apenas *rádioformula* – só emite música e programas relacionados com ela.

No entanto, existem dois canais de televisão públicos e quatro privados que estão a emitir em castelhano na Galiza. Isto se contarmos só a emissão analógica; se adicionamos a TDT – Televisão Digital terrestre –, o número é de 18 a 1 em televisão. No caso da rádio os números são semelhantes. Mais de 10 rádios estatais ou nacionais em castelhano contra 2 nacionais e em galego.

Mas não só isso, por esta via estreitaram-se as relações seculares entre Galiza e Portugal dando-lhe um sentido mais social aos projetos económicos e culturais que nos últimos anos se estão a desenvolver entre os nossos países. Também reforçaremos a unidade linguística e cultural entre galegos e portugueses.

No âmbito mais comercial aumentaremos a competência o que certamente implicará um maior esforço em criar conteúdos de qualidade e incrementar-se-á a pluralidade informativa, algo do que Galiza tem alguma carência segundo fontes da União Europeia - *Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais*

3. Legalidade Europeia

Como já se disse, os inícios da plataforma estão ligados à Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. O português não é minoritário, nem sequer na Galiza, mas sim dentro do Estado Espanhol, e portanto está sob atenção da Carta e tem de ser tratada com especial cuidado. Este documento, que foi assinado e ratificado por todos os Estados membros, recolhe uma série de medidas para a preservação num estado de total vitalidade de todas as línguas que sendo ou não oficiais em algum estado sejam minoritárias em qualquer dos Estados membros.
Interessa-nos especialmente o artigo que fala sobre os médios de comunicação e os deveres dos estados a respeito deles.

Reprodução parcial do *Ponto 2 do Artigo 11 sobre Meios de comunicação social da Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais,* Conselho da Europa. Assinada a 2 de outubro de 1992 e ratificada a 5 de novembro do mesmo ano.

" As partes comprometem-se a garantir a liberdade de receção direta das emissões de rádio e de televisão dos países vizinhos numa língua utilizada de modo idêntico ou próximo de uma língua regional ou minoritária, e a não se oporem à retransmissão de rádio e de televisão dos países vizinhos numa tal língua. Comprometem-se, além do mais, a zelar por que nenhuma restrição de expressão e à liberdade de circulação da informação numa língua utilizada de forma idêntica ou próxima de uma língua regional ou minoritária seja imposta à imprensa escrita."

Este artigo não é era novo em 1992 dentro da legalidade europeia, mas uma adaptação da chamada Diretiva "Televisão sem Fronteiras" – Diretiva TSF – assinada em 3 de outubro de 1989, a qual tem uma série de implicações diretamente ligadas com os objetivos da nossa plataforma.
Reprodução do *ponto 1 do artigo 2º A da Diretiva 89/552/CEE "Televisão sem Fronteiras"* alterada pela *diretiva 97/36/CEE* do Conselho da Europa, transposta na *lei do Estado Espanhol 25/1994 de 12 de julho,* modificada pela *lei 22/1999 de 7 de junho,* ratificada em 9 de abril de 2001 – com dois anos de atraso segundo o pactuado.
"Os Estados membros assegurarão a liberdade de receção e não colocarão entraves à retransmissão nos seus territórios de emissões de radiodifusão televisiva provenientes de outros Estados membros por razões que caiam dentro dos domínios coordenados pela presente diretiva."

Segundo os textos de ambos os dois documentos, a realidade nos média galegos após 15 anos deveria ser bem diferente à atual. Basta ler o relatório feito por peritos para o Conselho da Europa.
Reprodução integral da *questão 961 do apartado tal do Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da Carta Europeia para as Línguas Minoritárias ou Regionais no Estado Espanhol* com data de 21 de setembro de 2005 que se refere ao ponto 2 (A) do artigo 11 da Carta.
"O Governo Espanhol não comentou nada sobre a receção na Galiza de programas de rádio ou televisão em português. O Comité de Peritos só recebeu informação limitada sobre este apartado, porém considera que este apartado está completado"

Este tipo de conclusões é frequente em todo o relatório e não só no apartado do galego, mas também em apartados de outras línguas.

Com estes três textos já podemos ter uma visão geral do objetivo primário e das travas ou facilidades legais às que se expõe mas cumpriria fazer referência ao *Estudo Jurídico* feito por Luís Magarinhos disponível na página da plataforma *www.tvsptnagaliza.tk*.

4. Exemplos reais: A Bélgica e a Suíça.

A hipótese que a União Europeia propõe não é nada que não fosse já posto em prática. A realidade é que tanto dentro como fora da União já se produziu antes e depois de serem redigidos ambos documentos sem necessidade de nenhuma promoção desde instituições europeias.

Na Suíça, provavelmente o país mais avançado em termos de sociolinguística aplicada, recebem-se livremente emissoras de rádio e televisão da Alemanha, da França, da Áustria e da Itália. A Suíça está dividida administrativamente em cantões. Com o passo do tempo esta divisão coincide quase exatamente com a distribuição linguística atual. Nos quatro cantões mais ocidentais fala-se francês, nos nove centrais alemão, a língua maioritária da Suíça e nos dois restantes, os que ocupam a esquina suloriental, fala-se romanche e italiano.

No decénio de 80 do passado século começaram a emitir em aberto as principais emissoras de televisão da França e da Alemanha para favorecerem o sentimento de unidade linguística e darem um serviço que os países não eram capazes de gerar por sim mesmos. O sucesso do experimento foi tal que com o tempo adicionaram-se mais emissoras e abriu-se a possibilidade às emissoras italianas. Aliás as empresas com maiores

possibilidades começaram a oferecer informação exclusiva de e para a Suíça e foram criados programas específicos. Hoje em dia são incontáveis as emissoras não nacionais que emitem no país.

Um caso mais próximo e mais interessante é o da Bélgica, já que como Espanha e Portugal, é membro – aliás fundador – da União Europeia. Na Bélgica produzem-se duas circunstâncias que diferem enormemente do que ocorre cá na Galiza.

A situação sociolinguística da Bélgica é algo mais simples que a da Suíça. Basicamente a região norte, Flandres, é de fala neerlandesa, dialetalmente denominada flamengo; a região sul, a Valónia, é de fala francesa, dialetalmente conhecida como valão (omitimos as regiões de contacto linguístico).

Aliás, na zona limítrofe com a Alemanha fala-se alemão – e é oficial em todo o Estado –, embora os alemães são um grupo minoritário a respeito dos dois anteriores. Pode-se ver rapidamente o paralelismo, nomeadamente, com o alemão: o português falado na Galiza, dialetalmente conhecido como galego é um dos quatro idiomas oficiais do Estado Espanhol.

A primeira das circunstâncias especiais da Bélgica é que as emissoras públicas emitem nos três idiomas oficiais do Estado sem que nenhum dos três prevaleça sobre os outros. A segunda é que existem emissoras transfronteiriças para os três grupos de falantes e como na Suíça atingiram produção própria devido às altas quotas de audiência.

5. Viabilidade técnica.

Uma vez vista a possibilidade de uma emissora transmitir legalmente além-fronteiras estatais e de comprovar dois casos reais, recentes e com uma casuística bem-parecida à galega, surgem as dificuldades técnicas que pode produzir a retransmissão radioelétrica dum canal de televisão ou rádio. De forma didática iremos expondo e resolvendo cada um dos impedimentos que se puderem produzir.

Comecemos pelos já resolvidos. A questão legal seria um dos impedimentos primários, mas como se comentou no ponto 2 o quadro jurídico europeu não impede que a emissão transfronteiriça se produzir, mas é promovido legal e institucionalmente tanto se houver ou não motivos linguísticos pelo meio.

Junto à legalidade estrita pode aparecer o problema, também jurídico, da publicidade, mas já houve pronunciamentos do Tribunal de Justiça Europeu que apoiam a tese da retransmissão transfronteiriça sempre que as emissões tanto correntes como publicitárias cumpram as leis de âmbito estatal do Estado recetor tais como o são as de proteção do menor.

O seguinte ponto que poderia ser um contratempo é o do comprimento e a excessiva ocupação do espaço radioelétrico do Estado Espanhol. Mas não é o caso. Na Espanha existem atualmente – em 2006 dois tipos de emissão, analógica e digital, tanto para rádio como para televisão. Recentemente foi ligeiramente ampliado o número de licenças analógicas – é importante dizer que a emissão analógica de televisão vai ser eliminada em 2010 – e aberta a venda de licenças de emissão para a rádio e a televisão digitais. Para que os canais portugueses retransmitirem na Galiza é importante a aparição da emissão digital, pois no espaço que ocupa um canal analógico de televisão podem ser introduzidos quatro ou cinco digitais, de facto a licença base para o formato digital é de quatro canais por emissora e não de um. Aliás, os chamados tecnicamente "canais" são colocados, no formato analógico, adjacentes com um canal vazio no meio por motivos de segurança enquanto a interferências. No caso digital este espaço não é necessário graças à precisão da emissão. Pode ser referido também o facto de que canais sem licença estão a emitir nestes canais intermédios sem causarem nenhum problema de emissão e sem que as autoridades fizessem nada por eliminá-los.

Surge assim a hipótese de que – as três empresas que emitem os quatro canais no espaço público e estatal da televisão portuguesa – ano 2006 – obtenham uma licença própria para assim evitarem qualquer tipo de atraso legal que puder provocar a oposição do governo do Estado Espanhol num suposto de isto se produzir.

Esta hipótese perde importância ao recordarmos o ponto 2 sobre a legalidade europeia. Não é necessário que uma empresa extraestatal sufra os requisitos próprios de um concurso de licenças rádiotelevisivas, mas apenas a exigência de cumprir a legalidade estatal vigente.

Tornando ao fio da exposição, o problema de espaço radioelétrico só afeta diretamente à televisão enquanto o espaço reservado para a radiodifusão na Galiza está suficientemente vazio para que isto não supor nem sequer uma preocupação.

Seguindo uma ordem semelhante ao caminho que leva um sinal desde onde for gravado a onde for ouvido ou visto, o seguinte passo seria a emissão física do sinal. Para isto são necessários uma série de "repetidores" – antenas para a repetição do sinal – que recolham o sinal vindo duma estação anterior, o processem e o re-emitam ao território que lhe for assignado. Existem dois tipos básicos de "repetidores": os que só emitem sinal a uma zona concreta e os que, aliás, enviam o sinal a outro repetidor para que este o utilize também. Então cria-se uma hierarquia de repetidores do sinal ao qual por singeleza não adicionamos os satélites já que a proximidade entre a Galiza e Portugal faz desnecessário este método. Também existe a

possibilidade de ligar estes dispositivos via fibra ótica e assim diminuir a perda de qualidade pela sua transmissão pelo ar e a combinação com todo tipo de interferências.

O facto é que perto – relativo à emissão de sinal radioelétrico – das zonas limítrofes entre a Galiza e Portugal existem repetidores que poderiam conetar-se de modo que os portugueses enviaram aos galegos o sinal que estes re-enviariam por toda a rede galega de repetidores. Outro ponto forte é que a maioria dos repetidores da Galiza está sob o controlo de uma empresa de titularidade pública chamada RETEGAL S.A a qual só teria que aguardar qualquer ordem do governo galego para o levar à prática.

Sendo mais precisos, o mais singelo seria enviar o sinal – via satélite, re-emissores ou fibra ótica até o centro principal de emissões radioelétricas da Galiza e desde lá seguir o caminho habitual de propagação.

6. Conclusão

Uma vez vistos os três parâmetros básicos ligados à mais do que possível retransmissão das televisões e rádios portuguesas na Galiza – linguístico, jurídico e técnico – só nos resta por expor o quarto, o político. Mas só cabe dizer que cumpre pressionar e fazer ver às instituições e aos nossos representantes públicos as possibilidades e interesses da nossa proposta.

Só e preciso ver que, enquanto na maior parte de Portugal se pode ver a televisão pública galega e os canais analógicos espanhóis, na Galiza não há nenhuma bondade para que o contrário se produzir.

Tanto neste como em muitos outros problemas existentes na Galiza, estão por detrás: a) a imobilidade da sociedade, herança do medo da ditadura; e b) a deixadez dos governos estatal e autonómico enquanto atingirem realmente os problemas da Galiza. Aliás, quando se fala da língua da Galiza a deixadez torna-se mesmo em oposição.

Portanto, é necessário agir com determinação mas com prudência e pressionar, quando não exigir, que os nossos direitos sejam cumpridos.

O Dicionário Eletrónico e-Estraviz

7. Isaac Alonso Estraviz (Universidade de Vigo, Galiza) *www.agal-gz.org www.agal-gz.org/estraviz*

Isaac Alonso Estraviz

Licenciado em Filosofia polas Universidades de Comilhas (1973) e Complutense de Madrid (1974) e em Filologia Românica na mesma (1977). Doutor em Filologia Galega pola Universidade de Santiago de Compostela (1999) com a tese O Falar dos Concelhos de Trasmiras e Qualedro. Em 1986, assistiu como observador ao Encontro sobre *Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, 6-12 maio de 1986 no Rio de Janeiro. Professor Titular de Didática da Língua e Literatura Galegas na Universidade de Vigo. É membro da Comissom Linguística da AGL e do Conselho de Redacçom da Revista Agália.

LIVROS PUBLICADOS

- Contos con reviravolta: arando no mencer, Castrelos, 1973
- Dicionário galego ilustrado "Nos", Nos, 1983
- Dicionário da língua galega, Alhena, 1986
- Estudos filológicos galegoportugueses, Alhena, 1987
- Dicionário da língua galega, Sotelo Blanco, 1995
- Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes: epistolário, junto com Eloísa Álvarez, Ed. do Castro, 2000
- Seis Projetos de Expressom Artística Globalizada, para crianças de 6-8 anos (em equipa), Vigo 2002

ALGUNS ARTIGOS

- «Variantes dialetais portuguesas normativizadas no galego do ILG(RAG)», in Atas III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1992, pp. 49-61.
- «Interferências linguísticas em textos castelhanos dos séculos XVI a XIX no Concelho de Cea», in O uso das línguas minoritárias na perspetiva da Europa Comunitária, AGAL, 1993, pp. 21-47.
- «Modalidades do Galego nos Concelhos de Trasmiras e Qualedro», in Atas IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, AGAL, 1996, pp. 11-20.
- «Identidade Cultural Luso-Galaica», in Atas Congresso Internacional Identidade Cultural e Cooperaçom Transfronteiriça, 1995.
- «A Literatura Popular Cantada nas Aulas de Didática da Língua e Literatura», in Língua, Literatura e Arte. Aspetos Didáticos, 1996.
- «A Lengalenga Popular Galega como Meio de Ensino». in Atas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de didáctica de la Lengua y la Literatura, Corunha, 2004, pp. 291-302.

DICIONÁRIO Eletrónico e-Estraviz

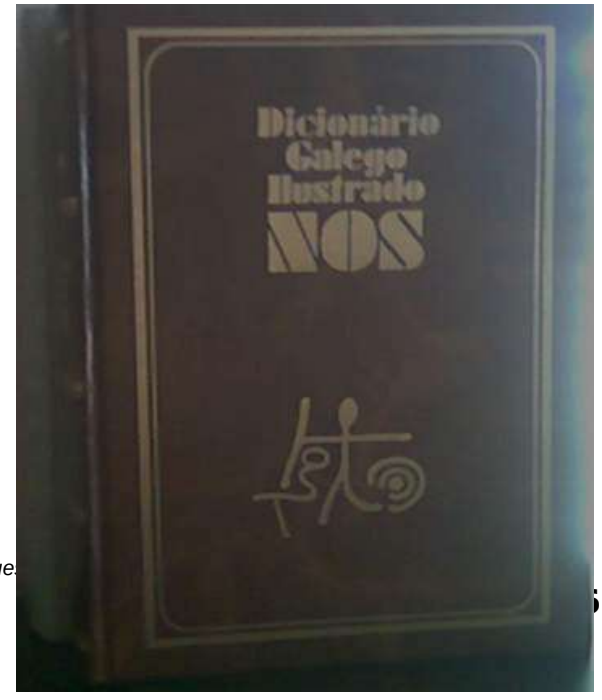
1. 0. De NOS a ALHENA. Um pouco de História

1.1. Quando em 1977 terminava os meus estudos de Românicas, a pesar de serem muito boas as ofertas por parte de Universidade, decidi dedicar-me pola minha conta à investigaçom. Queria fazer um estudo comparativo entre textos medievais da parte galega e da portuguesa para assim elaborar uma gramática e depois dedicar-me a um grande dicionário. As cousas nom correram como esperava e abandonado o primeiro projeto por falta de meios como os que há hoje, entreguei-me de cheio ao dicionário.

1.2. Um dia apareceu pola minha casa Ramom Akal pedindo-me um dicionário galego-espanhol. Eu neguei-me a esse tipo de dicionário e ofereci-lhe outra hipótese, um dicionário galego em galego. Cristina, sua mulher, apoiou a minha ideia e ficamos em que iniciava o trabalho com uma equipa imediatamente. Ele comprometera-se em pagar-me mensalmente uma quantidade para poder dedicar-me a tempo completo ao lavor encomendado. Estávamos a primeiros de junho de 1979. Reuni-me em Santiago com um grupo de pessoas para expor-lhes o projeto e ver com quem podia contar. Depois de várias viagens e quando já estávamos em andamento Akal nom dava sinais de vida. Apareceu por Madrid Bieito Ledo, gerente de Galáxia, falamos do trabalho e ele tomou muito interesse e inclusive me ofereceu melhores condições económicas. Foi entom que lhe dirigi uma carta a Akal para que se decidisse de uma vez ou se nom rompíamos a palavra dada. A sua resposta foi que nom lhe interessava.

1.3. Eu queria empregar na elaboraçom do dicionário uma ortografia próxima à portuguesa, como a do atual e-Estraviz, que já vinha empregando, como posso provar em escritos de fevereiro e setembro de 1978, mas foi impossível no contrato verbal com Akal e depois no escrito com Galáxia. Tinha que ser na ortografia que se estava a elaborar pola Comissom de Linguística. Como nom havia outra hipótese, aceitei com a condiçom de que entre parêntese iria a ortografia histórica. Deste jeito achava que podia salvar a minha dignidade de filólogo. Nisto tive reparos por parte de algum dos colaboradores que depois aceitaram sem o discutirmos mais. E assim foi aceite por Ramom Pinheiro que naquela altura tinha certa simpatia para os portugueses e mesmo sentia um grande orgulho de ter conseguido que a literatura galega tivesse cabida no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*[62] . Inclusive me salientava como o adjetivo *Galega* estava antes do que *Brasileira.* Um dia chegou a contar-me, cheio de alegria e orgulho, que estivera no Brasil proferindo uma palestra perante um grande auditório. Ele falava em galego. Depois de hora e meia de estar falando em galego um dos ali presentes pediu-lhe que lhes falasse um bocadinho em galego para ouvir como soava! O interveniente achava que estivera a falar em português e eu -disse-me ele- estivera-lhes falando em galego durante hora e meia!!

1.4. O Dicionário ia ser publicado em fascículos, depois queriam que fosse já em volumes. Eu mesmo pedira uma ajuda à Deputaçom de Ourense e Victorino Nunes prometera que seria subvencionado polas 4 Deputações, dinheiro que depois Bieito Ledo, ao rompermos o contrato, destinaria à Biblioteca da Cultura Galega de Galáxia. Ramom Pinheiro, que formara parte da comissom das Normas da Academia, nom foi tido em conta nas da Comissom de Linguística e sim Vidám Torreira que ele rejeitara nas anteriores, sentiu-se molesto e, ainda que nom estava de acordo com os do ILG, passou-se a eles e a partir de aí os probblemas para o Dicionário acrescentaram-se. Pediu-me encarecidamente que se suprimisse a ortografia entre parêntese para seguir avante com o Dicionário e aconselhou-me que fosse ter com Constantino Garcia para adaptar o Dicionário à norma que estavam elaborando. Senti-me muito ofendido, pois nom podia submeter-me ao critério de um estrangeiro que, além de tudo, sempre foi castelhano-falante. Afinal decidi romper com eles, cousa que nom esperavam e contratar com Francisco Fornos Seijas um jovem editor que estava a publicar bastante material e que se estava a arriscar demais como lhe disse uma vez que falei com ele augurando-lhe já que se seguia por esse caminho terminaria falindo, como assim foi. A Editora chamava-se NOS, segunda sílaba



62. Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário das Literaturas Portugue*

do seu apelido Fornos. Num primeiro momento os galácticos exigiam que se lhe devolvesse o dinheiro adiantado, mas depois ao verem que a cousa ia a sério Bieito Ledo pediu-me o 18 % de juros, escrito que assinei comprometendo-me a pagar num ano. Mas Pinheiro decidiu finalmente que nom se cobrassem interessses e rescindiu-se o contrato. O problema foi que eu nom lhes exigi a devoluçom de todo o material entregue e que Bieito Ledo aproveitaria imoralmente para um que ia publicar ele em *Ir Indo*, ao sair de gerente de Galáxia, com a ajuda de um dos colaboradores, José Feijó que, de furibundo lusista passou a isolacionista simplesmente por um prato de lentilhas como lhe disse em publico. Este gajo tentou enganar-me e escreveu-me uma carta dizendo que estava a elaborar um dicionário de sinónimos e pedia-me que lhe enviasse o resto do material. Pobre homem!!

1.5. O Dicionário NOS ia ser um dicionário de cinco volumes profusamente ilustrado. Em 1983 saiu o primeiro volume estando previsto os outros quatro para fevereiro de 1984. Foi muito bem acolhido. Mas a editora faliu.

Os meus colaboradores eram: Luís Cambeiro Cives, Xosé Manuel Enríquez, Xosé G. Feixó Cid (o traidor), Manuel Ferreiro Fernández, Maria do Carmo Garcia Pereiro, Anxo González Guerra, Xosé Luís Grande Grande, Vitória Ogando, Tareixa Roca e Xavier Rodríguez Baixeras. Eu escolhi o léxico, fiz um exame rigoroso e rejeitei grande parte doi léxico que estava nos dicionários galegos mas que nom era galego ou que era galego arcaico em desuso. Foi um trabalho ímprovo, pois aos colaboradores iam-lhe já indicadas as palavras e as fontes onde deviam de ir, fiz grande parte dos verbetes, corrigi e completei o material que me ia sendo entregue, sendo todo ele novamente redigido. Mesmo assim os tipógrafos fizeram das suas e ficaram mais gralhas do que se esperava.

1.6. Uma vez que a empresa faliu passamos muito tempo em entrevistas para solucionar o problema do

Dicionário. Primeiro com o editor do primeiro volume, depois com o impressor da Grande Enciclópedia Galega, Silvério Cañada, que me fez perder muito tempo para afinal exigir-me que tinha que o passar à *normativa oficial+. Mandei-o a passeio. Houve uma proposta por uma editora catalana, Artel, que rejeitei esperando solucionar as cousas de outro jeito. Depois foram ter comigo a Ferrol uma empresa de Saragoça junto com outra da Corunha, que o viram muito bem, mas que depois nom se entenderam. Intentei-o com Anaia de Madrid que falaram com Xerais de Vigo e nom lhes interessou porque estavam a trabalhar na traduçom do Anaia a galego. Afinal nada. Como o tempo estava a correr, decidimos criar uma nova editora, Alhena. E sem o pensar vi-me como autor e editor de um dicionário com um custo superior a vinte milhões de pesetas, estando na miséria!! Os membros da editora éramos: eu no desemprego, uma licenciada em Românicas de Málaga também em desemprego e um senhor de Toledo reformado. Depois havia outro pessoal: Dámaso Gutiérrez, diagramador, António Montero fotocompositor. Entram em jogo também outras pessoas que deviam dinheiro ao fotocompositor. O Dicionário organizou-se num tamanho superior, menos ilustrações, e em três volumes. Sairam os três volumes a finais de agosto, primeiros de setembro de 1986. Na primeira semana recuperou-se bastante dinheiro,seis milhões de pesetas, mas como o fotocompositor devia dinheiro por toda a parte esse dinheiro entrava e nom se via. Afinal, e para evitar entrar na cadeia por dívidas, malvendeu bastantes coleções ao distribuidor Manuel Ferreiro natural de Lugo e com domicílio em Santiago, a quem se lhe tinha dito que nom lhe vendesse nada, pois nom lhe pagaria. Vendeu-lhe os três volumes a 5.000 pts quando a venda ao público era de 25.000. Afinal cobrou só a primeira letra e quando fui eu um dia a Santiago para ver que se lhe podia embargar, comprovei que pesavam sobre os seus bens imóveis três embargos.

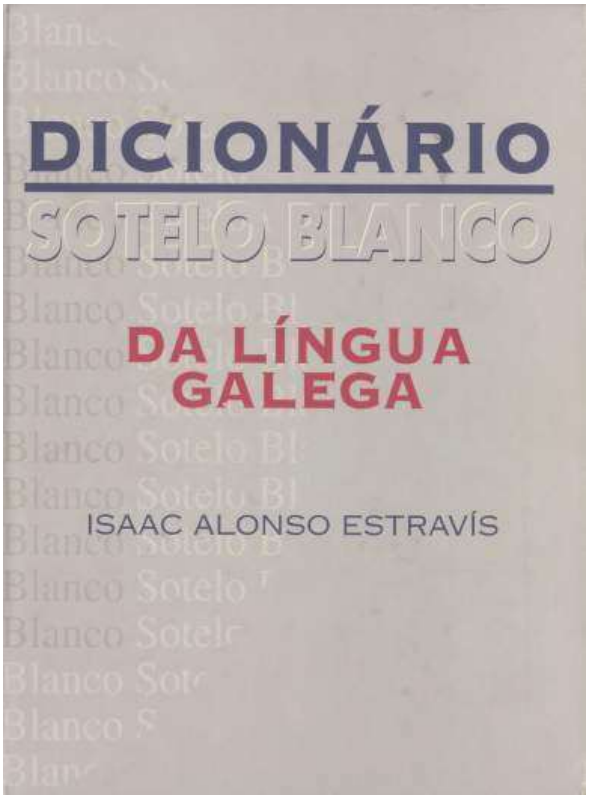
1.7. Uma vez publicado começamos a fazer algumas apresentações. Copio o que se disse na apresentaçom deste dicionário: *Trata-se do mais completo, voluminoso e melhor apresentado dicionário galego dos publicados até ao presente. Está editado na ortografia comum, indicando entre parêntese a

reintegrada. Contém: 130.000 verbetes (naquela altura nom era fácil contar as entradas, em realidade andava perto das 110.000, um milhom e meio de definições, com todos os termos genuinamente galegos e quantos pertencem ao mundo científico, exemplos da língua quotidiana, locuções, refraes, palavras afins, sinónimos, antónimos, etimologias, resumos gramaticais e conjugações de verbos regulares e irregulares, um pequeno resumo dos acontecimentos mais importantes da história da Galiza, 144 lâminas a toda cor, mapas dos 5 continentes e outros particulares, acidentes geográficos galegos: rios, rias, sistemas montanhosos, alturas geográficas e nomes dos municípios galegos, etc.+ Naquela altura, Manuel Lombao, meu amigo de Madrid, era diretor da TVE em Santiago e pediu-me para apresentar o Dicionário na TV. Fui, mas a verdade dita fez que nunca mais me chamassem. Foi a primeira e última. Na galega nem sequer a primeira. Manuel Alvar publicou um artigo muito elogioso em *La Voz de Galicia* e fez-me um formoso prólogo para uma segunda ediçom que nom chegou a sair por toda uma série de problemas com o fotocompositor.

2.0. Do Sotelo Blanco ao e-Estraviz

2.1. Uma vez esgotado o Dicionário de três volumes e nom reeditado, Sotelo Blanco pôs-se em contacto comigo para fazer um dicionário manual. Os problemas de sempre: que o dicionário tinha que ir na *normativa oficial+. Neguei-me Passaram meses e telefonou-me para me dizer que queria o dicionário nas condições em que estava. Em 1995 sai o Dicionário num só volume com 87.000 verbetes. Teve também os seus problemas por nom estar na *normativa oficial+.

2.2. Na Galiza o valor de um livro nom está na sua qualidade mas na norma que se empregue. Por isso todos eles têm *Dicionário normativo+ e isto é o selo de autenticidade. Tudo o que esteja em norma que nom seja essa está automaticamente desqualificado. A Editora sofreu também o terem nela a um membro do ILG. E o nom saberem promocioná-lo como faziam com outros livros. Nem sequer souberam aproveitar o momento em que se aprovou a ortografia de 2003, que é quase aquela na que está escrito e deixaram passar o tempo para que aparecessem novos dicionários normativos. Em realidade para esta gente o estar ou nom uma obra em normativo depende muitos da pessoa que assine o trabalho, pois Méndez Ferrín que odeia os lusistas nem escreveu nem escreve nunca nessas normativas que defende e que quere obrigar os lusistas ao seu emprego, o pobre homem o único que faz é perder o tempo despotricando contra os lusistas, que para ele somos uma das piores pestes.



3.1. Dicionário Eletrónico e-Estraviz

3.2. Em 2004 a equipa do Portal Galelgo da Língua, a melhor das páginas em galego de internet, propôs-me adaptar o Sotelo Blanco à norma Agal para publicar no PGL. Pareceu-me uma ideia genial e a única hipótese de que o dicionário fosse afinal na ortografia que tanto desejara. E depois de 25 anos vi-me finalmente livre para elaborar um dicionário galego numa ortografia digna!!

3.3. Pusemos mãos à obra e num ano estava tudo completado. Suprimiram-se alguns verbetes que nom se consideraram galegos, modificou-se alguma definiçom, e introduziram-se novos vocábulos, corrigiram-se gralhas. O Dicionário Eletrónico e-Estraviz conta hoje com 91.029 verbetes que em breve subirá a 115.000. Uma das pessoas que mais trabalhou e fez possível este Dicionário foi o Diretor do PGL, Vítor Lourenço Peres. A equipa estava constituida polas seguintes pesoas:

1. Direcçom e revisom geral: Prof. Isaac Alonso Estraviz
2. Correcçom e adaptaçom ortográfica: Sabela Agrelo Castro, Jesus Miguel Conde Llinars, Mário Herrero Valeiro, Raquel Miragaia, André Outeiro, José Manuel Outeiro, José Henrique

Peres Rodrigues, Manuela Ribeira Cascudo, Valentim R. Fagim, Miguel R. Penas, José Maria Rodrigues, José Luís Valinha, Fernando Vázquez Corredoira.
3. Coordenaçom e informática: Vítor Manuel Lourenço Peres.

3.4. A estrutura deste dicionário é a seguinte:

Como bom dicionário manual, o e-Estraviz possui o léxico mais fundamental e mais completo possível, quer dos ramos científico-técnicos quer das expressões mais populares. Por isso, inclui abundante léxico científico e popular de mais uso. No entanto, faltam muitas variantes e localismos, que os seus utentes podem empregar com pleno direito por serem tam galegas como as que estám incluídas.

Este Dicionário vai destinado para ser utilizado por toda a lusofonia, mas, nomeadamente, pola cidadania galega. Aliás, é válido para aqueles que se dizem seguidores de uma norma "isolacionista" (na realidade, ainda hoje nom há um "Dicionário Normativo Oficialista" a este nível).

A respeito da norma empregue, seguiram-se uns critérios que tentam nom marcar muitas diferenças com a norma padrom portuguesa, mas que mantém formas próprias reconhecidas como históricas do galego na norma Agal.

Assim, a modo de exemplo, mantêm-se os galeguismos: *-ám, -om, polo, pola, polos, polas, te/che (cho, cha, chos, chas), cousa,* e o léxico galego. De resto atém-se ao padrom de Portugal (algumas destas formas já aceites pola norma da Agal, como os plurais em *-ões*), do que salientamos: *-ões, afã, manhã / mão, irmão, uma, alguma, nenhum, nenhuma, f*ormas verbais, *â* travado por nasal, *homem, ordem / sémen, pólen, sim, assim, comeu-o, -a, -os, -as, pássaro* (mantém-se, porém, *páxaro* como variante galega remetendo para a forma comum).

4.0. Como procurar nele as palavras?

4.1. O dicionário está elaborado em norma Agal, como se disse anteriormente, mas serve para procurar as palavras em três normativas diferentes: se quer procurar em norma Agal ou portuguesa, tem que aparecer debaixo de pesquisar (*Acesse aqui para pesquisa compatível com ortografia ILG-RAG*] entom escreve, por exemplo **Naçom** ou **Nação**, clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai direitinho ao verbete **Naçom** e aí encontra tudo o que há nesse verbete. Mas se quer procurar na chamada normativa ILG-RAG, tem que aparecer no lugar anterior *[Acesse aqui para pesquisar só com ortografia galego-portuguesa*]. E aí escreve as palavras nessa ortografia na forma que for ou numa das variantes. Por exemplo, escreve **Xente** e clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai a **Gente.** Se a palavra admite duas variantes, como **Nazón** ou **Nación**, escreve uma delas e vai a **Naçom**.

4.2. Se o que quer procurar é uma palavra **exata** escreve essa palavra e clica em *Vá!* e aparece essa palavra exceto que nom seja galega ou esteja mal escrita. Se quer procurar palavras que comecem por uma sílaba escreve no lugar correspondente tendo na respetiva casa **começar com** e vam aparecendo os verbetes de dez em dez até que se terminem. Quando nom se conhece exatamente uma palavra este meio ajuda à sua procura. Quando quiser conhecer aquelas palavras que terminam com uma determinada sílaba escreve no lugar correspondente, tendo na respetiva casa **acabar com**. O processo é o mesmo que o anterior. Se o que quer é um vocábulo que contenha uma determinada sílaba, põe-se em **contém** e aparecem as palavras que têm essa sílaba, que pode ser no início, no meio ou no final.

5.0. A brincar com o e-Estraviz!

5.1. Quando alguém quiser jogar com as palavras vai **A brincar com o e-Estraviz** e escolhe um dos três jogos que prefira. O **Trivial e-Estraviz** é o mais completo. Se entra nele vá encontrar uma palavra e quatro definições. Tem que clicar numa delas. Se clicou certo vai sair um boneco que lhe diz: **Muito bom! É correto!** Se errou sai o boneco que lhe diz: **Lamento imenso! Errou!** e ao mesmo tempo lhe indica qual a definiçom correta.
5.2. Pode tentar fazê-lo com **Falsos Amigos**. Falsos amigos som palavras comuns a dous idiomas mas com significados diferentes. De momento há 10 níveis e cinco perguntas em cada nível. Aparece uma pergunta com três respostas das quais há que clicar uma. No caso de acertar sai o boneco e diz: **Deu no alvo!!!** No caso de errar sai o boneco e diz **Falhou!!!**
5.3. **Analogias**. Em analogias há também 10 níveis e cinco perguntas em cada, tendo cada pergunta três respostas das quais só uma é verdadeira. Ao clicar numa delas, se é verdadeira o boneco diz: **Acertou!!!** Se é falsa diz o boneco **Errou!!!** Mas tanto neste caso como nos anteriores sempre se sai ganhando porque se a resposta é errada aparece imediatamente a resposta correta.

Afinidades do folclore Galaico-Português: introdução à historiografia do folclore galaico-português

8. José Luís do Pico Orjais

José Luís do Pico Orjais

Nasceu em Ogrobe (1969) embora se considere natural da Ilha de Arouça. Atualmente combina a sua atividade profissional como docente no CEP Brea Segade de Taragonha (Rianjo) com os estudos universitários de Antropologia.

É também professor de Teoria e Método do Folclore no Conservatório de Música Tradicional e Folque de Lalim e de Historiografia da Música Tradicional Galega no curso de pós-graduação «Especialização em Música Tradicional» organizado pela Universidade de Santiago de Compostela.

Foi membro fundador do grupo folque *Leixaprén*, agrupação com a que gravou os discos *Na festa do boi* e *Gáitropos* e recebeu o primeiro prémio na Muestra Nacional de Folk para Jóvenes Intérpretes organizado pelo Instituto de la Juventud (Ministerio de Cultura de Espanha).

Faz parte do Coletivo Arma-danças e da Sociedad Ibérica de Etnomusicologia Tem dado palestras sobre o folclore galego-português por toda a Galiza, para além de os seus artigos serem publicados em imprensa e revistas especializadas como **Raigame**, **Enclave**, **Murguía**, sendo o seu último artigo «Metodologia e análise da música patrimonial» publicado no volume número 4 da revista **Etnofolk**, exemplar que ele mesmo coordenou junto com Ramom Pinheiro Almuinha. Também foi coordenador do monográfico sobre música popular e tradicional da revista Murguía, Revista Galega de Historia e dirigiu a investigação que deu no disco Os Dezas de Moneixas. As cartas *sonoras*, publicado pela editora galega Ouvirmos.

Afinidades do folclore Galaico-Português: introdução à historiografia do folclore galaico-português

«*Sob este ponto de vista as tradições populares da Galiza são do mais alto interesse; a Galiza é a província mais duramente submetida à unidade política e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ela resiste pela sua tradição lírica, em que conserva a sua ficção étnica e esse espírito local a que chama soidade, espécie de nostalgia que em Madrid se denomina a morrinha galega. Em relação à nacionalidade portuguesa, a Galiza é um fragmento que ficou de fora da integração política de um Estado galecio-português, desmembrado pelo interesse de Afonso VI para fazer o casamento das suas duas filhas com Raimundo e Henrique de Borgonha. A Galiza seguiu a sorte da unificação asturo-leonesa, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional; Portugal pela sua autonomia de nação, desenvolveu uma língua e literatura, arte, industria e a grande ação que o tornou um dos primeiros povos coloniais, e o iniciador da atividade pacífica da Europa. Tendo-se estudado as tradições portuguesas nos seus centros provinciais, Beira-Baixa, Algarve e Minho, Alentejo e Trás-os-Montes, e nas suas expansões coloniais dos Açores, Madeira e Brasil, este estudo não seria completo sem o conhecimento das fontes primordiais ou arcaicas conservadas pela Galiza, como foco da antiga unidade galecio-portuguesa» Teófilo Braga. Cancionero popular gallego. Librería de Fernando Fé: Madrid, 1885. p. IX-X*

Como pode apreciar-se no texto do mitólogo português o tema das afinidades do folclore da Galiza e Portugal vem de longe e nalguma época chegou mesmo a ser um tema recorrente. São numerosos os escritores de além e aquém Minho que se perceberam da íntima relação nos nossos costumes, os nossos trajos, os nossos cantares, etc.

Todos eles, baseando-se na observação, na intuição, no método comparativo, fornecendo dados históricos as vezes pouco contrastados, tópicos pouco críveis e nalguns casos, até excelentes trabalhos de investigação, foram criando um corpus literário acho que de grande valor e que algum dia devera de ser publicado como coletânea num único volume para uma consulta doada.

Vou tentar não comentar em excesso os diferentes autores e as suas obras, já que o espaço deste relatório não me vai permitir um falar pelo miúdo, pelo que me conformarei com apresentar alguns parágrafos que julgo representativos de cada quem.

Aqui não vai ser exposta a obra de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dada a importância da produção destes dois vultos das nossas letras, mas sim quisera citar tão só o artigo de D. Carolina, de imprescindível leitura, intitulado «*Vestígios de poesia popular gallego-portuguesa archaïca. Sua semelhança com as modernas cantigas do povo. Seu influxo provável na poesia trovadoresca*». In *Cancioneiro da Ajuda*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1990

1. ALBERTO AUGUSTO DE ALMEIDA PIMENTEL

Em 1905 saía do prelo o livro *As alegres canções do Minho* do estudioso português Alberto Augusto de Almeida Pimentel, nascido em 1849 e que faleceu em Queluz em 1925.

Neste estudo do folclore minhoto Pimentel tenta interpretar «o comportamento e mentalidade das populações do Alto Douro e do Minho, realizado através da análise do seu cancioneiro popular.» O intento está cheio de tópicos e passagens míticas além dum, por vezes, excessivo ardor religioso e anticomunista, contudo não carente de interesse.

O verdadeiro estudo dum folclore não reside no aspeto puramente formal, plano no que sempre ficam os trabalhos na Galiza acometidos, senão na análise da psique da sociedade que gera determinado folclore.

A cultura tradicional constrói-se em ordem a uma forma de seu da população que o diferencia do resto das sociedades, e que mesmo estimulada pelos mesmos incentivos, responde de jeito diferente. Acho que foi Ionescu, compositor do nacionalismo romeno, quem falou da diferença entre caráter e estilo. O estilo era algo mudável pelas modas, o caráter referia-se ao caráter popular, e algo não imposto e substancial duma sociedade.

Pimentel parece querer estudar o folclore através do caráter e só isto já faz de *As Alegres canções do Minho* uma leitura muito recomendável.

O primeiro capítulo tem um título sonoro e significativo: «Génese das canções.» O autor do Porto faz comentários muito reveladores nada mais começar:

> *«O Minho, a província mais setentrional do país, deve servir-nos de tipo na caraterização psicológica do povo do norte.*
> *Foi nesta província que primeiro pulsou a alma portuguesa. Foi aqui, numa nesga de chão desmembrado da Galiza, que se desenrolaram os mais remotos preliminares da nossa independência. É, portanto, aqui, que devemos procurar os vestígios primitivos desse espírito de nacionalidade, que depois de nos ter feito livres nos tornou grandes» p. 5-6*

A respeito da psique galaico-minhota diz:

> *«O minhoto é meio galego na pronúncia, no amor ao trabalho, na passividade sofredora, na garridice do trajo, no gosto pelo canto, na aptidão para a música, na ingenuidade primitiva dos instrumentos que tange, na devoção fervorosa aos santos da corte celeste, no entusiasmo pelas romarias, no respeito às autoridades locais e, ainda, no seu desinteresse pelos negócios gerais do Estado, ao qual se reconhece esmagadoramente ligado por duas pesadas grilhetas: o escrivão de fazenda e a lei do recrutamento.*
> *O minhoto é tão feliz quando rufa num tambor ou arranha numa viola chuleira como o galego quando assopra numa gaita-de-foles: mas um e outro têm horror igual perante o aviso da décima, e o mesmo ódio pela lei que vem arrancar-lhes os filhos para o serviço militar.»*

2. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

De todos os estudiosos das afinidades do folclore galaico-português, quiçá o que em maior medida aprofundou dando as claves para futuros estudos foi D. Fernando de Castro Pires de Lima.

- *Afinidades Galaico-Minhotas do Cancioneiro de São Simão de Novais*. Viana do Castelo, 1934
- Afinidades Galaico-Minhotas no Cancioneiro Popular. Santiago: Nós, 1931.
- *Nova contribuição para o estudo das afinidades galaico-portuguesas do cancioneiro popular*. Madrid: C. Bermejo, 1947. Publicado na «Revista de Dialectología y Tradiciones Populares», Tomo III, 1947, Cadernos 3º e 4º
- Um artigo acerca do romanceiro galaico-português publicado nas atas da 1ª e 2ª Assembleias galego-lusitanas celebradas em Braga em 1967.

O primeiro dos livros no que trata sobre afinidades começa com uma recomendação, influído pelo texto de Teófilo Braga que líamos ao princípio: «que se façam trabalhos comparativos entre Portugal e a Espanha e nomeadamente entre Portugal e a Galiza, assim como também do Brasil». Por tanto vai ser um exercício de comparação pelo que há de chegar à conclusões muito claras:

> *"Ao percorrer as páginas do Cancioneiro Popular Galego de Ballesteros, surpreende-nos a semelhança, a quasi identidade entre a poesia popular galega e portuguesa. E assim é de facto. Com pouca diferença se canta, quer no Minho, quer na Galiza o mesmo cancioneiro."*

Logo vem uma série de 60 quadras portuguesas aproximadamente das que põe ao lado outras tantas galegas, tiradas de *Cantigas populares da Arousa*, de Bouza Brey.

Também com o mesmo sistema de pares de quadras confronta cantigas por ele recolhidas em Portugal com outras galegas que Antón Fráguas Fráguas usou para ilustrar uma conferência sobre a morte na Galiza.

Começa aqui uma importante reflexão que deveria mudar o jeito de estudar a poesia tradicional, não tanto pela sua forma senão pela atitude psíquica que move à criação duma cantiga e que eu simplifico chamando "**o tópico**".

No seu livro publicado em 1947 F. Castro Pires de Lima aborda já em profundidade o tema das afinidades desde esta perspetiva. Em 1923 ele diz: «que algumas cantigas podiam ser ouvidas com maior ou menor variante nas diversas províncias de Portugal e até na Galiza, vê-se que é bem insignificante a diferença da língua, dos costumes e dos sentimentos dos dois povos que o rio Minho separa.»

Não é um problema de métricas, de melodias, de sotaques ou de ritmos, é algo que vai mais lá, algo que tem a ver com o mais íntimo da nossa personalidade como povo ou como diz D. Fernando: «a alma e a paisagem do povo galego é idêntica à alma e à paisagem do Minhoto.» Na procura de definir essa alma, acomete o professor português a análise da poesia de Rosalía de Castro. Talvez os mais importantes comentários sejam os que faz sobre a saudade.

> *«Palavra que nenhuma raça entende, que nenhum outro povo sente e que nenhuma outra língua sabe traduzir tão doce sentimento. Um dia nasceu a saudade num coração português porque só a alma portuguesa pode sentir tão complexa emoção. Evidentemente, não considero a Galiza e o Brasil povos diferentes do povo Português.»*

Além das quadras recolhidas dos Cantares Galegos, elege outras dos cancioneiros de Ballesteros, e de *As ribeiras do Tea* de Bouza Brey ou do *Cancioneiro de Noia* de Álvaro de las Casas entre outros.

Citando a Bouza Brey :

> *«Entre os cancioneiros da Galiza e Portugal, que não entanto tenhamos que contemplá-los baixo um ponto de vista geográfico como separados, não são senão dois aspetos dum mesmo e grande cancioneiro.»*

3. SANTOS JÚNIOR

Santos Júnior é, junto com Fernando de Castro Pires de Lima, um dos autores que mais e melhor compreendem o tema das afinidades. Num primeiro trabalho de 1929 publicado no Porto, já o mestre português oferecia um cabeçalho significativo: *Afinidades galaico-portuguesas de Folclore*.

Tanto nesta nota como na publicada posteriormente em 1932, o estudo fundamenta-se em que dada a origem comum, e uma atividade psicológica idêntica, as resultantes têm também de ser idênticas:

> *«A maior ou menor semelhança, e por vezes identidade, que se observa ao comparar as cantigas populares do norte de Portugal, e em especial do Minho com as da Galiza, deve ter para alguma delas a sua remota origem comum.»*
> *Mas se assim sucede nalguns casos, noutros muitos o que há é identidade de conceito, analogia de temas, e as mesmas preferências na escolha de determinados assuntos, o que nos revela que estes dois povos peninsulares têm as mesmas inclinações e tendências, consequência lógica da sensibilidade e gostos semelhantes, ligados com ideias morais afins.*
> *A linguagem do coração, na sua espontaneidade, une insoluvelmente aos dois povos, mais poderosa do que as rígidas muralhas que as condições sociais e políticas ergueram a separa-los.»*

Noutro interessante texto, o próprio Santos Júnior faz um estudo dos Cantares de Rosália de Castro chamado *Os cantares e o povo galego em alguns aspetos da sua Etnografia de há cem anos.* Porto: Imprensa Portuguesa, 1969. Este livrinho é uma interessantíssima aproximação às raízes mais profundas do nosso pais sendo, ao mesmo tempo, às do povo português, através da abra da poetisa padronesa.

Os *Cantares* são o fio condutor e o estudo, um modelo muito válido para futuros trabalhos de investigação antropológica, revisando a obra dos escritores galegos do século XIX.

A relação entre Santos Júnior e Bouza Brey não remata nas comparações dos cancioneiros da Ribeira do Tea e da Arouça com os cancioneiros do Minho, já que em 1949 o académico português publica *Paremiologia Jurídica Galaico-portuguesa*. Esta é uma coletânea de refrães em «relação mais ou menos direta com o Direito». Aqui também fica de manifesto a relação já não só literal, senão à muitas vezes citada igualdade psicológica.

4. GONÇALO SAMPAIO

Este professor de Braga recompilou um dos mais formosos cancioneiros, limitando o seu estudo ao Minho.
Como introdução há uma coletânea de escritos onde as referências à Galiza são constantes. Quando fala das toadilhas de aboiar diz que estas nada têm a ver com os cantos de arada da Galiza, mas a seguir diz que estas toadilhas são as de maior idade de entre as de país e que se podem relacionar com a flauta de pão que segundo o próprio Sampaio:

«no Minho como na Galiza, ainda é adotada atualmente, com o nome de gaita de capador, pelos capadores e guardasoleiros ambulantes.»

Quando trata do alalá define aos galegos de nossos irmãos e ao falar do coro de maçadeiras torna à Galiza, buscando a relação deste canto com os de aboiar nos modos arcaicos gregos.

Quanto ao vira, não deixa lugar a dúvidas: «é uma dança muito antiga exclusivamente galaico-minhota.» Acrescenta o que segue:

«Estou convencido de que os viras – que tendem a desaparecer, infelizmente representam hoje as danças de ronda mais antigas da nossa província, patenteando alguns, pela música, uma feição galiciana muito nítida e acentuada.»

5. VÁRIA

Nas atas da 1ª e 2ª Assembleia galego-lusitanas do 1967 publicaram-se alguns artigos intimamente relacionados com a matéria de que tratamos. Além dum estudo de Fernando Pires de Lima sobre o romanceiro galaico-português, há outros interessantíssimos que a continuação indico:

- «Os Alfaiates ou Xastres na vida e no Folclore da Galiza e Portugal» de Leandro Carré. Fala dos alfaiates na literatura popular e como o conceito é o mesmo (assim como os tópicos) tanto na Galiza como em Portugal.
- Luís Chaves escreve «Paralelismo e familiaridade entre os romanceiros português e galego». A sua comparação versa sobre os romanceiros de Leite de Vasconcelos e Leandro Carré Alvarellos.

Dado que é difícil suster um romance só galego–português fico com a ideia de Michaëlis de Vasconcelos dum romanceiro peninsular, se bem entre os romances da Galiza e de Portugal o paralelismo é impressionante, sobre tudo naqueles que mais correntes foram na tradição.

- Outro trabalho quando menos curioso é o de Porfírio A Rebelo Bonito, titulado *A importância Folclórica dos Cantos de Almuadem.*
- O mais interessante dos artigos publicados nestas atas é o de A. César Pires de Lima, tio de Fernando Pires de Lima, intitulado *Cultura galaico-portuguesa*. Aqui já não estamos a falar de afinidades, identidades ou qualquer outra coisa, mas simplesmente de Cultura galaico-portuguesa. Ele faz um pequeno comentário sobre a curiosidade da origem galega na sua paróquia, S. Tiago de Areias, no Concelho de Santo Tirso, distrito de Porto.

  Como resumo a este artigo, as palavras finais:

  "Há, sem dúvida, certas diferenças na pronúncia e no vocabulário dos dois povos vizinhos, separados aliás por um rio e até por um pequeno veio de água aqui, por uma simples trave mais além, e até confundidos sem fácil destrinça na vida do mesmo lugar, mas o facto não causa grande estranheza a quem tendo percorrido as terras minhotas, pôde notar dentro da sua província, particularidades na terminologia corrente numa e noutra margem de um rio, o Ave por exemplo, quando, afinal, hoje, as separa apenas o espaço de algumas dezenas de metros"
- Há uns anos vem-se de publicar nas atas de AGAL um trabalho titulado *Pequena Reflexão a algumas constantes líricas na poesia popular galega e portuguesa: relação a outras testemunhas hispânicas* de Maria Aliete Farinho das Dores Galhoz.

Quiçá pese ao seu pequeno formato seja o mais erudito dos trabalhos acerca do tema. Também dá uma comparação lado a lado de quadras galegas e portuguesas, mais com uma terminologia e uns comentários mais científicos e concretos. Talvez o mais importante seja uma reflexão à que não dá uma resposta clara, mas que nos é fácil intuir: como em lugares tão afastados como a Corunha e o Algarve podem dar-se quadras exatamente iguais sem existir continuidade geográfica**?**

6. FERMIM BOUÇA BREI

Não posso rematar este trabalho sem lembrar a D. Fermin Bouça Brei, jurista, poeta, folclorista e sobretudo uma pessoa que com inigualável sensibilidade se preocupou pela problemática duma nação dividida por fronteiras artificiais.

> *«Entre as notas etnográficas comuns a Galiza e Portugal que sobrevivem através da artificial fronteira política, lembrando como uma mesma gente que ocupa o território da Galiza histórica estendida até ao Doiro, topa-se a indumentária popular»*

Como se vê o professor segue na linha dos Pires de Lima ou Santos Júnior, se bem se achega a outros aspetos do folclore importantes, não só à lírica, como é o fato tradicional.

> *«O fato popular galaico-português (pois não é possível articular uma zona etnográfica vivamente caraterizada, já que não se trata senão de duas partes dum só tudo.»*

O conceito de região etnográfica, relacionado com o *kulturkreis* dos historiadores alemães fica perfeitamente explicado no seguinte texto:

> "*no costumismo, na tradição, nas práticas agrícolas, nos ritos religiosos, ainda há muito a pôr em estudo, mesmo se não precisamos, certamente de tal labor para saber que a Galiza histórica, até ao Douro, é um mesmo povo, com umas mesmas tradições e uma mesma alma saudosa.*
>
> *Por estas razões no nosso trabalho não deixamos nunca de mergulhar-nos nos estudos devidos aos etnógrafos lusitanos para achar o paralelo português à prática ou à cantiga galega que nos propomos estudar, pois o método de investigação mais cientifico precisa neste caso que o estudo se estenda a toda a região etnográfica sem que, por simples acaso da geografia política, devam separar-se jamais as porções daquele mesmo povo colocado dum lado e do outro da artificiosa fronteira, pois a verdade científica está por cima das maquinações humanas.*
>
> *As mesmas condições naturais, terra, clima, produções, no Minho e na Galiza conduzem à igualdade de costumes quando é a mesma raça a que mora nos dois territórios".*

Para rematar estas leituras sobre afinidades, um último texto para a reflexão:

> *"Decerto, além de as medidas antropológicas com os seus índices craniométricos não rechaçarem a originária comunidade de ambos os agregados étnicos, é evidente que a existência duma civilização uniforme nos remotos tempos pré-romanos se nos mostra nos monumentos pré-históricos, quer nos megalíticos, com os seus espólios cerâmicos e pétreos, quer na época do bronze com suas metalurgias de machados de talão, as suas espadas, quer na cultura do ferro com seus povoados castrexos, as suas citânias, as suas casas circulares, o seu onomástico comum, a sua arte decorativa de vasilhas e de vivendas, os seus deuses indígenas, os seus costumes guerreiros...*
>
> *Durante a invasão romana, e no período suevo sem solução de continuidade racial, viveram galegos e portugueses do Douro para acima a mesma cultura, a mesma comunidade de esforço, com um inimigo que lhes era comum. Ao fim ficaram influídos, em análoga proporção da cultura do invasor".*
>
> *"Povos assim irmãos – diz um significado escritor lusitano – devem exteriorizar também sentimentos coletivos afins, devem viver à par, devem sentir de diferente modo a como sentem outros povos, isto é, de um modo particular e muito próprio. E assim é em verdade."*

7. <u>Conclusões:</u>

Como remate ao meu relatório quisera fazer algumas reflexões a modo de conclusão. Como lusófono eu não posso entender a cultura portuguesa como uma cultura diferente da minha, a galega, senão como variantes dialetais dum único sistema que chamamos galaico-português. Isto não nos isola a respeito dos outros povos do nosso entorno peninsular e continental, mas define-nos. Como músico tradicional estou a ver esperançado uma normalização no uso do cancioneiro português entre as formações galegas, facto este de já longa tradição entre nós. Os grupos ou solistas musicais da Galiza incorporam ao seu repertório peças tradicionais portuguesas sem que resulte estranho, quando seria exótico que incluíssem canções espanholas. Há uma influência contínua de Portugal, mesmo nas agrupações mais tradicionais, como as pandeireteiras, e cada vez mais se acode a convívios com brasileiros ou à África lusófona. Algum dos programas de rádio ou TV. que emitem só música em galego, não têm maior problema para incluir bandas portuguesas, sem dar qualquer explicação.

Sinceramente, acho que a música e os músicos tradicionais e folques, na Galiza, estão a dar um exemplo de normalidade até hoje impossível noutros campos da nossa cultura comum.
José Luís do Pico Orjais

Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interações do Galego com o Português

9. Lino Moreira da Silva (Universidade do Minho, Portugal) lmoreira@iep.uminho.pt

Professor no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho e presença habitual nos Colóquios da Lusofonia.

Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interações do Galego com o Português

RESUMO:
No mundo globalizado em que vivemos, a importância das línguas prende-se, mais que nunca, não só com a dimensão e a relevância política, cultural, socioeconómica, geoestratégica… dos espaços onde são faladas, mas também, e em muitos casos sobretudo, com a *utilidade* que as mesmas línguas têm, nos mais diversos domínios, para quantos se servem delas para comunicar.
Isto, se liga diretamente com a preservação das línguas e a formação de núcleos coesos nos espaços onde as línguas se falam, liga, igualmente, em todos os domínios, com o desenvolvimento dos povos (a integração linguística como fator de desenvolvimento).
Aplicados estes aspetos às interações do Galego com o Português, é importante reconhecer algumas evidências, tais como: a origem comum das "*duas*" línguas, as ligações que, historicamente, elas mantêm entre si, a proximidade geográfica e étnico cultural dos povos que as falam… relacionando-as com as outras interações que, através da Língua Portuguesa, é possível estabelecer com povos dos cinco continentes, com as oportunidades de desenvolvimento que, entre si e com todos eles, podem ser instituídas e alimentadas.
O Autor da presente comunicação propõe-se refletir (e propor reflexão) acerca destas realidades, focalizando em especial alguns tópicos que considera essenciais, tais como: A importância das línguas no mundo de hoje. O conceito de comunidade sociolinguístico e cultural, aplicado à Língua Portuguesa e aos povos que a falam. Afinidades do Galego com o Português e da Galiza com Portugal, e consequências a tirar disso. As interações do Galego com o Português, como oportunidade mútua para o desenvolvimento.

1 - INTRODUÇÃO

No presente trabalho, vou referir-me, antes de mais, à importância das línguas no mundo de hoje e à cooperação e oportunidades de desenvolvimento nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguísticas e socioculturais (pois estas são o fundamento principal daquilo que pretendo comunicar), para depois apresentar algumas reflexões acerca da integração do Galego no espaço do Português e as interações da Galiza com Portugal (também por motivações linguísticas e socioculturais), num espírito de cooperação e oportunidades para o desenvolvimento.
Estes aspetos estão diretamente ligados com a intenção que manifesto de procurar justificar que é do interesse das partes galega e portuguesa a interação aos mais diversos domínios (tomando como referência as profundas afinidades existentes e os desafios, do presente e do futuro), e de apontar o modo como, em proposta, essa interação poderá ser efetivada.

2 – A IMPORTÂNCIA DAS LÍNGUAS NO MUNDO DE HOJE.

a) Num tempo, como o nosso, em que aparece sobremaneira relevado o papel da informação e da comunicação, é natural que surja, igualmente, em destaque o papel das línguas.
Veículo, por excelência, de informação e comunicação, as línguas apresentam-se, antes de mais, como instrumento de interação para os elementos das comunidades que as falam.
Mas as línguas não são apenas isso. Se assim fosse, seria sempre possível substituir uma língua por outra, sem que daí não resultassem prejuízos nem penalizações, para além do esforço de uma nova aprendizagem.
Não é isso que se verifica. Mais que meio de informação e comunicação, cada língua representa a alma da comunidade que a fala – consubstancia a sua identidade, a sua história, a sua cultura, as suas tradições, o seu modo de pensar e de sentir, formado e transmitido dinamicamente durante séculos.
Porque são entidades socioculturais vivas, as línguas exprimem a vida dos povos que as falam.

Mas a importância das línguas não se fica, ainda, por aí. Elas exprimem outras dimensões que, em cada tempo, assumem especificidades e se relacionam com as áreas mais diversas da existência dos povos – envolvendo dimensões sociais, económicas, empresariais, laborais, vivenciais…

b) Daí que as línguas não possam ser substituídas e devam ser consideradas. Por tudo aquilo que elas representam, a morte de qualquer língua é sempre uma perda inestimável.

Não obstante esse facto, vivendo nós num mundo globalizado, em todos os domínios, as línguas não se mantêm indiferentes a isso, assistindo-se a um fenómeno de concorrência feroz por predomínios e hegemonias. A pretexto de que o mundo é cada vez mais e aberto e necessita de um veículo de comunicação global, passa-se por cima de tudo o mais que representam as línguas e finge-se ignorar a verdadeira dimensão do problema.

No entendimento de muitos, de que o que menos conta, no mundo de hoje, são as pessoas e as realidades que as envolvem, assiste-se ao ataque das línguas mais poderosas sobre as outras, o que faz com que os perigos para as ditas línguas menores sejam muito elevados (C. Hagège, 2001).

Há intenções hegemónicas por parte de algumas línguas, que se impõem, não por aquilo que são, mas por outras dimensões a que se associam (económicas, políticas, geoestratégicas, tecnológicas, sociais… e até de moda).

A tendência a que se assiste vai no sentido de se instituir o domínio, a nível mundial, de uma ou de algumas (poucas) línguas de comunicação, aspirando o inglês a ser aceite, definitivamente, como língua de comunicação universal.

c) Porque as línguas não são apenas informação e comunicação, mas porque, através delas, são envolvidos os povos e a sua identidade, a sua cultura, os legados de todos os tipos que, do passado, chegaram até ao presente, é prioritário resistir a esta tendência.

Mau grado a dinâmica dos tempos de hoje, a solução para o problema passa, não pelo apagamento radical das línguas, mas pela introdução de práticas verdadeiramente *inter* e *multi* culturais (*inter* e *multi* linguísticas), que permitam uma cooperação humana em equilíbrio e equidade, respeitadora dos direitos de todos.

Impõe-se a instituição de normas internacionais (a nível de organismos reguladores da política, da economia, da geoestratégia…) que favoreçam o multiculturalismo, estanquem o apagamento das línguas e antes as promovam, obriguem ao respeito por todas as línguas e às suas práticas em circunstâncias de equilíbrio a definir.

Isso passa pela instituição de regras de convivência, que sem ignorar a valoração internacional a que umas línguas, mais que outras, estão sujeitas, possibilitem e estimulem a prevalência das línguas nos seus espaços geográfico-culturais.

Isso passa, necessariamente, pelo fim do monolinguismo, na escolarização, em todo o mundo, e pela definição do conjunto de línguas a considerar em cada espaço geocultural, garantindo-se o respeito por todas elas.

Isso passa, ainda, pela intensificação da investigação sobre instrumentos de tradução, traduções automáticas, meios tecnológicos coadjuvantes da comunicação.

Mas isso também passa, em alguns casos, por uma outra via: a associação de povos com base numa língua comum, a língua materna ou segunda que eles falam.

Aí intervém positivamente, antes de mais, o número de falantes da língua, que pela quantidade funcionarão como garantia para a sua preservação.

d) Mas uma língua não se pode credibilizar apenas pelo número de falantes que possui.

Pondo-se de lado fatores hegemónicos marcados pela capacidade militarista e belicista (que o futuro terá de anular, dado o potencial de desastre e ruína em que eles tendem a mergulhar o mundo), existem outros fatores que ajudarão a valorizar as línguas e a credibilizar internacionalmente os povos que as falam – nos quais se integram o potencial civilizacional e humanista, o desenvolvimento económico-social, a capacidade criativa e empreendedora, a capacidade de gerar riqueza e desenvolvimento, a eficácia das políticas sociais integradoras...

As associações de povos comunicando numa língua comum será importante, não apenas para a preservação dessa língua, mas também, e sobretudo, para a preservação daquilo que a mesma língua transporta consigo, a alma desses mesmos povos, e por aquilo que os povos falantes dessa língua serão capazes de desencadear (para si e para o mundo), no sentido da interação e do desenvolvimento.

3 – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS ESPAÇOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, TOMANDO COMO REFERÊNCIA AFINIDADES LINGUÍSTICAS E Socioculturais

a) O Português é falado, oficialmente, em todos os continentes. São 8 países, e ainda Macau e um sem número de comunidades espalhadas pelo mundo inteiro.

São mais de 200 milhões de pessoas, e a tendência é que esse número de falantes continue a crescer, ocupando a Língua Portuguesa um dos lugares de maior destaque entre as línguas do mundo. É reconhecido que "existem enormes potencialidades para a valorização e o aproveitamento do valor acrescentado" que esse número de falantes "pode trazer ao posicionamento internacional de todos os seus países" (MNE, 1995, p.129).
Trata-se de uma língua comum a um número considerável de povos com um passado com fortes ligações e afinidades históricas e culturais, correspondendo a espaços de diversidade e identidades plurais (MNE, 2004 e 2006).
Daí que não se trate de uma Língua Portuguesa "estática", "uniforme", "padronizada", mas uma Língua Portuguesa (o que se aceita como natural) *marchetada*, e a *marchetar-se* continuamente, e por isso mesmo cada vez mais rica e preparada para os desafios comunicativo-representativos, que já são de hoje, mas serão sobretudo do futuro.
Ainda assim, será necessário algum esforço unificador (diria: "sintonizador"), e sobretudo a afirmação de laços de identidade e a delineação de objetivos concertados, a todos os níveis.
Também a nível linguístico, se poderá dizer, com Gil Hernández, que "é com a afirmação da unidade que se constrói a unidade; é com a procura de motivações unificantes, e não precisamente uniformizadoras, que o processo de unidade acabará tomando corpo de firmeza (A. Gil Hernández, 2004, p.18).
b) Não pode, aqui, ser omitida, entre parêntesis, uma palavra acerca das vivências do passado, dado que as ligações e as afinidades históricas e culturais, entre os países agora ligados pela língua comum, nem sempre foram entabuladas do melhor modo. Não é ignorando essa realidade que superaremos algumas memórias negativas que chegaram até nós. Mas se não é possível recuar no tempo e desfazer erros cometidos, essa será mais uma razão para colaborarmos, com entendimentos concertados, de modo a repormos, com desenvolvimento e cooperação, hoje, aquilo que, noutras ocasiões não fomos capazes de fazer, ou não nos permitiram que fizéssemos.
c) Após séculos de relacionamento, os países de Língua Portuguesa dispõem da língua comum e das afinidades culturais que cimentaram, como elemento de coesão. Todos esses países estão em franco desenvolvimento e com um aumento populacional considerável: são velhas gerações detentoras de experiência interagindo com gerações mais jovens, dispostas a revigorar e a rasgar caminhos novos.
Aplica-se aqui um conceito de comunidade que interliga um conjunto de indivíduos e de povos, numa conjunção de interesses e deveres, de modo não identificado com a contiguidade geográfica. Será um viver *em comum*, sem habitar o mesmo território ou região, mas desenvolvendo, ainda assim, interações do mais diverso tipo, aproximando-se do conceito de "comunidade de interesses" (M. G. Ross, 1955).
Pretende-se construir, a pretexto da língua comum e de um relacionamento ao longo de séculos, uma comunidade que saiba organizar-se, e debater e ultrapassar conjuntamente os seus problemas, e marcar, com ela, posição de relevo a nível internacional.
Esta dispersão por meios geográficos não pode ser entendida como limitadora, já que o elo de ligação depende mais das afinidades e dos interesses dos interventores do que da sua proximidade geográfica.
d) No mundo bem estranho em que vivemos, em que há o perigo real de as línguas desaparecerem, ainda que o Português se encontre salvaguardado, pela vitalidade que lhe é conferida pelas comunidades que o falam, pelo mundo fora (como língua materna ou língua oficial, língua segunda, e ainda por regiões de crioulização e regiões que pretendem estabelecer laços com o Português), ele terá de ser defendido, sob pena de correr sérios riscos, como as outras línguas, em geral.
O facto de uma língua comum ser uma mais-valia para os povos que a falam, exprimindo afinidades histórico-culturais, não é suficiente. Para além disso, importa definir o que fazer com essa mais-valia, o que se liga à ativação de laços entre os povos, interações consistentes e duradoiras na defesa de interesses e persecução de objetivos comuns. Importa aproveitar as oportunidades que podem advir das especificidades existentes (nomeadamente linguísticas e culturais), promovendo, através delas, a entreajuda, a cooperação e o desenvolvimento.
Tal coordenação tem estado atribuída, em considerável medida, à CPLP, de quem um dos principais objetivos é "incrementar a cooperação, a todos os níveis, entre os seus membros, quer sejam culturais e económicos, sociais e científicos, quer no plano jurídico institucional", e ainda a defesa da língua comum e das culturas diversas entre si (CPLP, 1998, pp.710-711).
Da CPLP, espera-se que se afirme, interventiva e influentemente, de modo que, sem interferir com outros tipos de integração regional e local, que cada país e povo é livre de assumir conforme a sua vontade, possa responder às necessidades crescentes daqueles que representa e contribuir para um desenvolvimento equilibrado de todo o espaço lusófono, reforçando o relacionamento e a cooperação entre as diversas comunidades.
Há, todavia, um alerta a fazer, a propósito de "cooperação".

Para se evitarem confusões e mal entendidos, refira-se que, no ponto de vista que defendo, cooperação implica sempre solidariedade, espírito de entreajuda, *irmanização* de interesses. O conceito de "oportunidades de negócio", tanto em moda na economia de hoje, pode significar meramente querer tirar partido das debilidades dos outros e assim envenenar esta oportunidade única de que dispomos.
Está em causa um conceito renovado de cooperação e desenvolvimento, procurando-se que, das relações económicas, sejam auferidos os melhores benefícios para todos. Por isso, em vez da expressão "oportunidades de negócio", seria mais adequado falar em "oportunidades de desenvolvimento numa perspetiva de mercado" (A. Torres, 1997, p.105), o que traduz melhor o equilíbrio que se pretende instituir.
Contrariando-se o liberalismo económico desregrado, que visa promover "alguns negócios privados e nenhum desenvolvimento" (A. Torres, 1997, p.91), antes se pretende, em total paridade, "oportunidades de negócio" para todos.

4 – A INTEGRAÇÃO DO GALEGO NO ESPAÇO DO PORTUGUÊS

a) O Galego é uma língua com muita história (H. Monteagudo, 1999-a; R. Mariño Paz, 1999).
Nasce pelo século IX d. C., resultado da evolução do latim vulgar, trazido para a Península Ibérica pelos romanos, em resultado do movimento da romanização (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11), sendo falado na *Galécia*, território que abrangia o espaço que é hoje a Galiza e o norte de Portugal.
Até ao século XVI, o Galego manteve-se estreita e naturalmente ligado ao Português. Um e outro eram a mesma língua, com origens e percurso comuns. Mas, a partir desta altura (ao que não é alheio o facto de Portugal ser país independente e a Galiza não, com todas as consequências disso), o Galego, subalternizado pelo poder central espanhol, passou a servir sobretudo em situações de oralidade, sendo substituído pelo castelhano nas necessidades de expressão culta e escrita.
Inicia-se, a partir de então, um processo de deriva linguística, entre o Galego e o Português, muito mais provocado que natural (C. Hermida, 1992).
b) Depois de algumas diligências anteriores (uma parte significativa dos galegos tem-se manifestado, periodicamente, a favor da reposição da verdade linguístico-cultural da sua língua), é sobretudo a partir de meados do séc. XIX que o Galego é reivindicado para fins de língua culta (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.53 ss.).
O movimento literário e cultural do *Rexurdimento* (com Rosalía de Castro, Manuel Curros, Eduardo Pondal, Manuel Murguía…), no final desse século, assume essa mesma pretensão (R. Mariño Paz, 1999, pp.386-401), o mesmo acontecendo com a Real Academia Galega, fundada em 1906.
No período entre-guerras (1916-1936), foi dado um novo impulso ao Galego, a par do incentivo ao seu uso público (na literatura, no ensaio, no jornalismo…), e do estreitamento dos laços com Portugal.
Por exemplo, em 1918, Antão Vilar Ponte apresentou uma proposta, na Assembleia Nacionalista, no sentido de os nacionalistas Galegos solicitarem ao governo Português que se batesse pela autonomia da Galiza, com o fim de ambos os territórios estabelecerem um "regime dual", orientador de "uma grande Ibéria" (A. Villar Ponte, 1971, p. 212).
É a este período que remonta a ideia insistente da ligação do Galego ao Português, consideradas "ambas" a mesma língua (o Galego, Português da Galiza), veiculada por publicações como *A Nosa Terra* (1916-1936) e *Nós* (1920-1936), e defendida por movimentos como as *Irmandades da Fala* (1916-1931).
Em 1922, o Manifesto da Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas defende que a Galiza tem com Portugal "afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos" (R. Villares, 1997, p.198).
Também o Partido Galeguista (1931-1939) deu um forte impulso nesse sentido. A luta encetada (Ramón Otero Pedrayo, Afonso Rodríguez Castelão, Vicente Risco, Ramon Cabanillas) levou à aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza e empenhou-se na oficialização do idioma (H. Monteagudo, 1999-a, p.1300).
Em 1930, João Vicente Biqueira defendia a ligação do Galego com o Português como importante para a Espanha e para a *própria humanidade*, para a conservação de *uma Galiza totalmente galega, a falar Galego* (X. Vilhar Trilho, 2003).
A guerra civil espanhola (1936-1939) e a ditadura de Franco (1939-1975) trouxeram retrocesso para as intenções galegas, com a interdição do uso do Galego, denominado "idioma de escravos", no processo de "colonización política, cultural e lingüística" (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.15-16) que se promoveu, o que levou Rodrigues Lapa a propor o recurso a autores portugueses como suporte para a manutenção do Galego, adiantando que "o único remédio eficaz para a salvação do idioma, gravemente ameaçado", seria "uma decisiva aproximação com o Português", explicando que a expressão literária deste último seria "a forma que teria o Galego se o não tivessem desviado do caminho próprio" (M. R. Lapa, 1979, pp.63-64).

Ao mesmo tempo que a língua era afetada, intensificavam-se os problemas sociais, que levaram à emigração, indo os filhos da Galiza para outros territórios criar a riqueza que não foram estimulados a criar no seu (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

Com a restauração da democracia em Espanha, a Galiza adquire estatuto autonómico, tornando-se o Galego o seu idioma oficial. Todavia, este reconhecimento está longe de ter servido todas as aspirações galegas, pretendendo-se que corresponda ao território autónomo uma língua que exprima a sua identidade, a sua cultura e os seus valores.

E isto é perfeitamente legítimo que aconteça, num espírito de que um povo "capaz de defender a súa lingua é un povo orgulloso de si mesmo, con confianza nas súas posibilidades e, por tanto, un povo capaz de prosperar e crear riqueza", enquanto "un pobo que despreza a súa lingua ou se sente indiferente perante ela é un pobo avergoñado de si mesmo, con complexo de inferioridade, e por conseguinte incapaz de xerar a confianza no seu futuro necesaria para poder producir e progresar" (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

c) Hoje, o Galego encontra-se numa situação difícil.

É reconhecida a relativa adesão popular, com a consequente perda de falantes, o crescimento da influência do castelhano (a castelhanização do Galego, já denunciada pela Unesco), quase a única língua de alfabetização no território, com um claro afastamento do Português.

Assiste-se à despromoção do Galego, transformado num "dialeto do espanhol", uma espécie de "castelhano antigo" ou de "Português aldeão" (X. Vilhar Trilho, 2003).

Perante esta realidade, a reação galega tem-se continuado a fazer ouvir, com vozes de todos os quadrantes denunciando a situação (X. Vilhar Trilho, 2003).

Entre outras manifestações, há a registar:

- O esforço pela integração na Lusofonia, insistindo-se nas afinidades linguísticas e culturais que a Galiza possui com Portugal (um forte impulso foi dado por intelectuais como Biqueira, Castelão, Guerra da Cal, Carvalho Calero).
- A participação nas negociações para o Acordo Ortográfico, através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, nos encontros do Rio de Janeiro (1986) e de Lisboa (1990), defendendo-se a unificação ortográfica nos espaços onde se fala Português.
- A constituição de organizações não-governamentais, como as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, a Associação de Amizade Galiza-Portugal, a Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal.
- A participação na CPLP, desde a sua criação.

Ainda recentemente (setembro, de 2005), foi feita uma petição ao Parlamento Europeu, liderada pela Associação de Amizade Galiza-Portugal e pelo Movimento de Defesa da Língua (PET, 2005), solicitando que "as instituições europeias se abstenham de promover a segregação linguística das minorias nacionais", e que seja reafirmada a unidade da Língua Portuguesa, nacional ou oficial, na Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Lorosae" – a que o Parlamento Europeu deu resposta positiva, recomendando à sua Comissão de Cultura que tal seja tomado em consideração na elaboração das suas políticas.

Deste modo se reconhece que o Galego (sob o nome de Português) já é língua oficial do Parlamento Europeu e que, por isso mesmo, os "cidadãos espanhóis lusófonos" já podem usá-la nas instituições europeias.

d) Sobre se o Galego e o Português são duas línguas ou uma língua só, as opiniões têm divergido.

Embora haja quem considere o Português e o Galego línguas autónomas, partilhando caraterísticas comuns (R. López–Suevos, 1987), a tendência mais forte vai no sentido de o Português ser a língua oficial da Galiza, atendendo-se a que ele nasceu e evoluiu na Gallaecia e na Lusitânia romanas. Desse modo, a Galiza apresenta-se, cultural e linguisticamente, como uma continuação de Portugal, sendo falada, na faixa ocidental da península, apesar das variantes detetadas, uma só língua, o Galego-Português (J. Mattoso, 1992, p.14).

Sem entrar aqui em questões de pormenor, que me desviariam dos fins a que me proponho no presente trabalho, refiro apenas que me incluo no número daqueles que consideram que o Galego e o Português são a mesma língua, ainda que com algumas caraterísticas divergentes devidas a séculos de afastamento, provocado e artificial.

Num comentário geral, lembrar-se-á que as línguas não têm de ser homogéneas para manterem a sua unidade, mas antes assumem especificidades no seu percurso natural (veja-se o caso dos países de Língua Portuguesa, e ainda o que se passa com outras línguas, como o próprio castelhano, o inglês, o francês…). Deste modo, não se pode recusar ao Galego o direito de assumir as suas, sem que isso signifique que se esteja a revelar uma língua diferente.

Embora os elementos individualizadores do Galego sejam, em alguns aspetos, consideravelmente acentuados (H. Monteagudo, 1999-b, pp.122-123), a base linguística que surgiu há séculos, na *Gallaecia*, permanece a mesma em todo o espaço do Galego-Português (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11).

A designação de "Língua Galega", habitualmente usada, outra coisa não pretende exprimir que as especificidades que lhe assistem, na sua deriva linguística natural dentro do Português.
e) Outro aspeto importante a considerar é a tomada de consciência dos benefícios a recolher, de parte a parte, com o reconhecimento da identificação linguística entre o Galego e o Português.
Ligando este aspeto ao que já referi anteriormente sobre a importância das línguas, no mundo de hoje, tanto a Galiza como Portugal têm muito a ganhar com essa irmanação.
De sua parte, a Galiza tem a ganhar reconhecimento de identidade, correspondência entre nação e língua própria, reforço da autonomia, aumento do peso político e económico – em toda a Espanha, na península, na Europa e no mundo.
O Galego é falado, globalmente, por mais de 3 milhões de pessoas, repartidas pelo território da Galiza e áreas limítrofes (M. A. Fernández Rodríguez & M. A. Rodríguez Neira, 1995, p.359), e ainda por núcleos de emigrantes, na própria Espanha, na Europa e na América (H. Monteagudo, 1999-a, p.1299), mas, através do Português (o Galego, Português da Galiza), esses falantes passarão a pertencer a uma família muito mais dilatada, integrando-se no grupo dos milhões de falantes do Português, em franco crescimento, como já assinalei.
Por sua vez, Portugal tem muito a ganhar com a sua irmanação à Galiza.
Antes de mais, concordamos em que seria uma perda irreparável, para o Português e todo o mundo lusófono (X. Vilhar Trilho, 2003), a perda da carga simbólica que representa o Galego, nascido na Galécia comum, berço da Língua Portuguesa.
Depois, o Português é uma língua minoritária na Europa. Como tal, tem sido alvo de ataques velados (conscientes ou não), advindos da própria Comunidade. Ainda recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma iniciativa da Comissão Europeia para a "criação de um indicador europeu de competência linguística", para "assegurar que cada cidadão a trabalhar ou estudar na Europa domine, no futuro, pelo menos dois idiomas estrangeiros". Esse indicador europeu, destinado a "avaliar as aptidões linguísticas dos estudantes europeus", será feito "nas 5 línguas mais ensinadas na União", do que foi arredado o Português (*Jornal de Notícias*, de 28.04.2006).
Com a Galiza integrada, os falantes do Português, na península, passarão para cerca de 13 milhões, tornando o Português, com os seus falantes emigrados pela Europa, a sexta língua europeia (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol). Isso, por si só, já é significativo, mas sê-lo-á ainda mais se se atender a outras dimensões que lhe são inerentes, até relativamente à distribuição de verbas comunitárias à cultura e ao desenvolvimento (X. Vilhar Trilho, 2003),
Além disso, Portugal e Galiza, associados, darão mais credibilidade e mais força à Língua Portuguesa, em interação conjunta com todos os povos que falam Português, a cujas necessidades Portugal, sozinho, está impossibilitado de dar cabal resposta.
A força de uma região com dimensão crescente, e ainda por cima com identidade e valores culturais de base comum, contribuirá mais facilmente para o desenvolvimento mútuo.
A acrescer a isto, Portugal (em especial o norte) terá muito a ganhar com uma ligação preferencial à Galiza e em retomar, dos Galegos, a dinâmica que eles evidenciam, hoje, aos mais diversos níveis e até o otimismo de viver, que pelo lado de cá anda muito diminuído.

5 - Interações DA GALIZA COM PORTUGAL (POR MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICO-CULTURAIS), NUM ESPÍRITO DE ENTREAJUDA E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO.

a) Como já focalizei, as interações "regionizadas", centradas em "comunidades de interesses", em situações de "fragmentação" (Ph. M. Defarges, 1997, p.56), não anulam benefícios nas interações globais, mas antes as orientam num sentido mais direto e humanizado.
E se tudo pode funcionar bem nessas circunstâncias (pelo menos muito melhor do que com individualismos fátuos), naturalmente que, na persecução de interesses comuns, a contiguidade também sairá beneficiada.
Com tal contiguidade, a "localização" ("conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade… comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a autossustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas"), a "promoção das economias locais e comunitárias", procurando responder aos próprios problemas (B. S. Santos, 2001, p.77), promove uma resposta mais eficaz aos problemas de hoje.
Ora, integrando-se a Galiza, pela língua comum e pelas afinidades culturais, na mundividência do Português, participará (e colaborará) nas vantagens de pertencer ao amplo espaço da Língua Portuguesa ("regionizado", segundo "comunidades de interesses"), pelo mundo fora.

Do mesmo modo, a continuidade de espaço com Portugal (sobretudo com o norte) permitir-lhe-á estabelecer (dar e receber) interações especiais. É que, como já referi, tanto num caso como noutro não basta formar uma comunidade, mas é preciso torná-la *efetiva*, dar-lhe "utilidade", para que os cidadãos envolvidos constatem os seus efeitos e se sintam motivados a integrá-la e a lutar por ela.

É reconhecido, e muito bem, que as línguas conferem identidade e reserva cultural aos povos; mas, para se manterem, não dispensam outros atributos, que passam pela capacidade de responderem às necessidades das populações.

Podendo-se contestar, eticamente, a validade deste princípio, ele é *materialmente* real e aplicável, hoje, a todas as línguas e culturas do mundo.

b) Mas deixando de lado, aqui, as especificidades (importantíssimas, mas desviantes) envolvidas na primeira situação referida, atentemos na segunda.

Se se reconhece que Galegos e portugueses partilham afinidades de território, culturais, geopolíticas, económico-financeiras… (M. Miragaia, 1990; J. A. Cristóvão Angueira, 1991; X. Vilhar Trilho, 2003), há que tomar partido delas e desenvolver, em benefício dos mesmos cidadãos, laços que promovam a cooperação e o desenvolvimento.

Dito de outro modo, através da interação entre o Galego e o Português, e por via da identidade linguística, as afinidades histórico-culturais e a proximidade geográfica, pretende-se fazer valer outras potencialidades de que tirarão partido ambas as partes.

Tais potencialidades deverão integrar-se nos mais diversos âmbitos, desde o linguístico, ao histórico-cultural, ao etnográfico, ao tecnológico, ao económico, ao empresarial…

Sem querer individualizar responsabilidades, terei, mesmo assim, de referir que, apesar da diluição das fronteiras físicas entre os dois espaços, o rio Minho, e os demais acidentes naturais divisórios dos dois países continuam a ser uma muralha a separar a Galiza de Portugal, notados sobretudo a norte.

De um e outro lado, há sonhos no ar, como gaivotas, mas que não poisam nos barcos com comida.

Pessoalmente (e provavelmente não serei o único, nesta sala, a sofrer com isso), o que mais me incomoda é saber que estamos do lado da razão, mas nada, ou muito pouco, se tem conseguido, apesar disso.

Importa, pois, de uma vez por todas, passar das considerações aos atos e intervir: tomar consciência da realidade e dá-la a conhecer, conquistar a adesão das populações, passar da dimensão conjetural à dimensão prática, definir objetivos calculados, estabelecer prioridades, delinear estratégias e modos de agir adequados, envolver interventores competentes, avaliar periodicamente os resultados, reforçar o que resultou e reformular os fracassos, publicitar o que de positivo (mesmo que pouco) se foi conseguindo e procurar alargá-lo.

Se há iniciativas difíceis de implementar, outras existem que não implicam tantas dificuldades, e poderão até servir de motivação para outras mais abrangentes.

Seja-me permitido deixar aqui algumas sugestões, em que acredito:

- Envolver os meios de comunicação social (escrita e audiovisual), nesta causa.
- Fomentar relações políticas e socioculturais entre os dois espaços.
- Promover, conjuntamente, estratégias de defesa da unidade da língua comum e o trabalho em prol da unidade morfossintática, lexical e ortográfica galego-portuguesa.
- Fazer interagir e aproximar todas as instituições e organismos de defesa da língua comum existentes.
- Sensibilizar as editoras (em suporte papel e noutros suportes) para os temas galaico-portugueses e sua publicitação de um lado e de outro.
- Promover as edições (com destaque para temas de linguística, literatura, história) em Português da Galiza e de Portugal.
- Incentivar estudos sobre a língua comum.
- Divulgar as revistas da especialidade existentes (junto das autarquias, das instituições, das escolas, das universidades – na Galiza e em Portugal).
- Criar laços interescolares e instituições, de um e outro lados.
- Sensibilizar os jovens, das escolas em geral, e das universidades, durante os cursos e depois deles (com intuitos linguísticos e socioculturais, mas também apontando para o mundo do trabalho).
- Aproveitar as oportunidades trazidas às universidades pelo Processo de Bolonha, para estabelecer interações académicas aos mais diversos níveis.
- Cooperar, conjuntamente, na investigação e na criatividade.
- Colaborar no âmbito das ideias e do empreendedorismo.
- Promover o relacionamento, envolvendo a indústria, o comércio e os serviços, de parte a parte.
- Promover a geminação de empresas.
- Instituir galardões (simbólicos) que promovam o sucesso nas interações de empresas e instituições.

- Dar a conhecer os territórios e as suas gentes, de parte a parte.
- Instituir um "Dia da Galiza e Portugal Unidos".
- Desenvolver o turismo preferencial interregiões.
- Elaborar e publicitar roteiros turísticos e ligações a circuitos turísticos.
- Aproveitar as apostas já ganhas (e aprontar outras a ganhar), a nível do reconhecimento do património histórico e cultural, oral e imaterial da humanidade (Unesco).
- Promover a cultura comum, no que ela tem de idêntico e específico.
- Valorizar a etno-história (usos, costumes, tradições…) e as artes (música, dança, espetáculos…), como referência comum.
- Promover o espaço do Galego-Português como defesa contra globalização massificadora.

6. CONCLUSÕES

No presente trabalho, comecei por salientar a importância das línguas no mundo de hoje e a necessidade de cooperação nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguístico-culturais.
São aspetos de base, muitas vezes esquecidos, e que servem de fundamentação para os outros dois tópicos que também focalizei: a integração do Galego no espaço do Português e as interações da Galiza com Portugal (a pretexto da língua), num espírito de entreajuda e oportunidade para o desenvolvimento.
Por mais que possa não parecer, se há uma luta pela preservação da identidade, por via da língua e da cultura, por parte da Galiza, essa luta existe, igualmente, embora de maneira diferente, por parte de Portugal.
Desfeito o império português (com bons e maus momentos), ficaram os povos com quem Portugal "coabitou" (nem sempre bem, mas também nem sempre mal) ao longo de séculos, e ficou sobretudo a língua comum. No mundo acidentado em que vivemos, ameaçado continuamente por uma globalização desordenada, importa resistir, colaborando na construção de bem-estar para todos, para o que a língua comum é um importante pretexto.
O mundo que fala Português precisa de cuidar das suas referências, e elas encontram-se, em boa medida, também na Galiza. Este território autónomo no norte da península precisa de ver a sua língua reconhecida (o galego-português) de modo a reforçar, através dela, a sua identidade. São evidentes os perigos que se corre e a luta do povo galego pela sua língua terá de ser apoiada por Portugal e por todos os povos que, no mundo, falam Português.
Resulta daqui um potencial enorme de que talvez nem tenhamos, sequer, a noção do verdadeiro alcance. O objetivo último é a interação para o desenvolvimento comum, no que a Galiza e Portugal, com todos os outros países de língua portuguesa, se encontram envolvidos.
Cabe aos Galegos fazerem as suas opções, sendo claro que essas opções vão no sentido de que a sua língua é a Língua Portuguesa, embora com algumas especificidades.
Não bastando preocuparmo-nos apenas com as línguas e as culturas em si mesmas, mas sendo importante apontar para aquilo que, a pretexto delas, é possível e desejável construir, numa perspetiva de interação e desenvolvimento, importa passar das reflexões aos atos e aprontarem-se propostas condicentes com o que se pretende conseguir.
Uma Galiza verdadeiramente autónoma precisa de ter a sua língua, o galego-português, e a sua cultura reconhecidas e dignificadas. Com elas, e por meio delas, integradas num amplo espaço de identidade, o espaço do Português, novos horizontes poderão ser desenhados.

7. BIBLIOGRAFIA

CPLP (1998). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*. Lisboa & São Paulo: Verbo, vol. 7, pp.710-711.
CRISTÓVÃO ANGUEIRA, José Ângelo (1991). Nacionalismo Galego: questões a debater. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, verão 1991, pp.233-242.
DEFARGES, Philippe Moreau (1997). *A mundialização. O fim das fronteiras*. Lisboa: Piaget.
FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro A. & RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto A. (coords.) (1995). *Los usos linguísticos en Galicia*. Vigo: Xunta de Galicia [Vol. II].
FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1997). *Lingua Galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
GIL HERNÁNDEZ, António (2004). As minhas razões para acreditar na lusofonia. C*adernos do povo*, nºs 5-14, pp. 17-19.
HAGÈGE, Claude (2001). *Não à morte das línguas*. Lisboa: Piaget.

HERMIDA, Carme (1992). Os precursores da normalização. Defensa e reivindicación da Língua Galega no *Rexurdimento (1840-1891)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
LAPA, Manuel Rodrigues (1979). Estudos Galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada. Lisboa: Sá da Costa.
LÓPEZ SUEVOS, Ramón (1987). Portugal no quadro peninsular: subsídios para a análise histórica estrutural. Santiago de Compostela: Associaçom Galega da Língua.
MARIÑO PAZ, Ramón (1999). *História da Língua Galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, pp.386-401.
MATTOSO, José (1992). A formação da cultura portuguesa. In António Luís Ferronha (coord.). *Atlas da Língua Portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.14-18.
MIRAGAIA, Manuel (1990). A realidade galega no pensamento galeguista. *Agália. Revista Galega da Associaçom Galega da Língua*, nº 23, outono 1990, pp.269-288.
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal. Dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2004). *Objetivos de desenvolvimento do milénio*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
MONTEAGUDO, Henrique (1999-a). Galego. In Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XX. Lisboa & São Paulo: Editorial Verbo, pp. 1299-1301.
MONTEAGUDO, Henrique (1999-b). História social da Lingua Galega. Idioma, sociedade e cultura através do *tempo*. Vigo: Editorial Galáxia.
PET (2005). In url: "http://www.lusografia.org/amizadegp/peticao-pe.htm ".
ROSS, Murray G. (1955). *Community organization: theory, principles and practice*. Nova Iorque: Harper Internacional.
SANTOS, Boaventura Sousa (2001). Os processos da globalização. In Boaventura Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, pp.31-106.
TORRES, Adelino (1997). Mercados e desenvolvimento em África: lógicas e desafios num contexto de globalização. In José Carlos Venâncio (coord.). *O desafio africano*. Lisboa: Veja, pp.85-130.
VILHAR TRILHO, Xavier (2003). A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. In url: http://www.agal-gz.org/portugaliza/numero0/boletim00nova02.htm .
VILLAR PONTE, Antón (1971). *Pensamento e sementeira*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.
VILLARES, Ramón (1997). *Figuras da nación*. Vigo: Edicións Xerais.

Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica em uso na Galiza

10. Luís Fontenla Figueiroa www.mdl-galiza.org

Luís Fontenla Figueiroa

Licenciado em Filologia Portuguesa/Estudos Portugueses. Ativista linguístico, tem participado em diferentes movimentos e projetos sociais e culturais, sendo membro do MDL desde 1998. Atualmente trabalha no âmbito da tradução para empresas e particulares.

.

Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica em uso na Galiza

Resumo:

Este texto pretende debruçar-se sobre a utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso na Galiza.

Não procura ser um trabalho exaustivo, sendo uma primeira aproximação a quais as principais vantagens e desvantagens, isto é, a possível utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso (normas da RAG, AGAL, Padrão Português, Acordo de 1990) no desenvolvimento de um trabalho de construção do português-galego como Língua Nacional da Galiza (quer dizer, língua geral de comunicação social).

1. *Breve descrição:*

Não é intenção deste contributo negar as consequências sociais nem linguísticas que a conhecida como "guerra de normas" tem provocado na Galiza desde 1982. Também não pode ignorar que sob esse nome se

agacha uma imposição por lei da ortografia castelhana no galego administrativo assim como uma situação de silenciamento e negação das diferentes opiniões e propostas a respeito da língua.

Porém, considerei para o presente texto esse debate como suficientemente esclarecido pelos diferentes agentes sociais que promovem uma ou outra das normas, tentando dirigir a reflexão arredor das normas numa outra direção para além da legitimidade ou cientificidade de determinada norma.

Segundo a minha opinião a afinidade ideológica a uma norma determinada ou a convicção científica contribui a uma visão individual em excesso negativa das normas em uso divergentes do padrão escolhido por cada pessoa posicionada neste tema.

Assim, as referências a uma outra norma diferente da escolhida pelo utente (individual ou coletivo) têm sido e continuam a ser realizadas as mais das vezes com intenção de contestar os argumentos e escolhas normativas doutros utentes e coletivos sociais.

Tendo em consideração a dificuldade em desenvolver uma imparcialidade objetiva na escolha ou consideração de cada norma em uso pretende-se apesar de isso refletir acerca das diferentes utilidades das normas em uso na Galiza.

Não pretende ser um trabalho de caráter científico, mas se se quer um contributo de tipo ideológico, sendo uma primeira aproximação a quais as diferentes vantagens e inconvenientes, isto é, a possível utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso (normas da RAG, AGAL, Padrão Português, Acordo de 1990) no desenvolvimento de um trabalho de regeneração cultural em que diferentes agentes se encontram envolvidos.

2. *As normas em uso na Galiza*

As normas em uso na Galiza de 2006 são quatro:

-Normas da Real Academia Galega (**RAG**)

-Normas da Associaçom Galega da Língua (**AGAL**)

-Normas Padrão do Português Europeu (**Padrão**)

-Normas do Acordo de 1990 (**Acordo de 90**).

A respeito do uso destas normas estabelecemos de maneira orientativa os seus utentes coletivos:

2.1. RAG:

Usada pela administração, pelas instituições públicas e pelos partidos políticos com representação. Considerada o galego "oficial", é a norma de aprendizagem obrigada no ensino secundário nas cadeiras de Língua e Literatura Galega.

2.2. AGAL:

Usada por algumas associações culturais, centros sociais de ativismo cultural, professores, estudantes universitários, movimentos sociais e coletivos políticos da esquerda sem representação nas instituições. Norma preferente atual dos coletivos independentistas. É a norma preferente de ensino em diferentes cursos de língua realizados através de locais sociais reintegracionistas.

2.3. Padrão:

Usada por algumas associações culturais, professores e estudantes universitários. É língua de ensino nas Escolas de Línguas (EOI) de 7 cidades galegas. É também a norma de uso individual permitida a nível associativo em diferentes associações culturais ou coletivos independentistas (que promovem a AGAL como norma preferente da associação).

2.4. Acordo de 90:

Usada por um grupo reduzido de pessoas, tem a sua maior difusão através da edição de livros e diferentes atividades académicas como congressos, seminários, etc.

3.0. A fidelidade de norma:

Os utentes individuais e coletivos de cada norma são maioritariamente fieis ao discurso ideológico ou científico e às justificações teóricas da norma que usam. Sendo assim cada setor social que utiliza uma ou outra das normas procura defender a sua escolha nos diferentes âmbitos de relação e situações de uso muitas das vezes desautorizando às outras quer por erradas quer por menos improdutivas para conseguirem novos utentes.

3.1. Aproximação a uma justificação ideológica das diferentes normas:

3.1.1. RAG:

A norma do galego escolar é a única a utilizar a ortografia castelhana para a representação da língua. Justifica-se a si própria como sendo a norma que abrange todos os dialetos galegos procurando uma pretendida fórmula de consenso assente na ideia de escolher os fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social mas sem analisar em rigor o grau de castelhanização da língua. Baseia a sua historicidade

como norma escrita principalmente no século XX, em que numerosos autores galegos escreveram com a grafia castelhana). Continuando com a sua defesa ideológica seria a norma que melhor representa a situação atual da língua real em uso na sociedade entendida de maneira ampla. Define o galego mais castelhanizado das cidades como "galego urbano" (as outras normas não consideram essa mescla como um galego aceitável a considerar para a normalização) e não contrasta as suas escolhas com o português por considerá-lo uma língua diferente.

3.2.2. AGAL:

A norma da AGAL é sustentada por esta associação como a norma culta para o galego que mais se aproxima do português sem por isso deixar de preferir as escolhas mais representativas dos fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social na Galiza (nomeadamente diferenças na morfologia verbal e nominal). Defende as suas escolhas afirmando ser herdeira da grafia histórica usada na Galiza até a época moderna. É uma norma entendida como restrita ao âmbito galego e criada pelos próprios galegos, norma que pretende ser nacional inserindo-se na Lusofonia mas mantendo as peculiaridades galegas, para o que se apoia ideologicamente na diferença brasileira.

3.2.3. Padrão:

A norma Padrão é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma com maior rigor e seriedade por se encontrar fora do conflito linguístico galego, permitindo passar por alto a necessidade constante das outras normas de separar o que é castelhano daquilo que é (português) galego. Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se totalmente representadas sem diferenças ortográficas no padrão europeu. Em grande parte descarregada de conteúdo ideológico nacional a sua justificação assenta também em ser a norma da língua oficial da República portuguesa e da União Europeia.

3.2.4. Acordo de 90:

A norma de 90 é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma de toda a Lusofonia. Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se representadas pois no citado Acordo participou uma delegação de representantes da Galiza. Descarregada totalmente de conteúdo ideológico nacional (possui uma vocação internacional), a sua justificação assenta também em ser a norma aprovada por todos os países participantes com exceção da Galiza, que não possuía a capacidade nem o interesse governamental para aprová-la.

4. A capacidade de permanência das normas:

No momento atual três das normas se encontram assentes na sociedade através dos seus utentes com suficiente capacidade de sobrevivência como para descartarmos a possibilidade de invalidar alguma delas nos próximos tempos em base a uma maior força de outra norma que acabasse por ocupar o seu lugar.

Assim, é pouco provável que nos próximos tempos a norma dita oficial (RAG) desapareça em base a uma pressão social que exija a sua superação por uma norma de ortografia portuguesa (ou "histórica").

Por outro lado o uso quer da AGAL quer do Padrão assentam em convicções profundas e num projeto cultural (*lusista ou reintegracionista*) com permanência social garantida que assegura a sua sobrevivência entre os utentes atuais. Para além disso o prestígio e o ativismo linguístico deste movimento possuem a cada vez maior aceitação social.

A respeito do uso da norma de Acordo 90 o seu uso continuará restrito por enquanto a um âmbito reduzido e as probabilidades de maior difusão e uso só aumentarão no caso de se efetivar o seu uso na sociedade portuguesa.

4.1. O elemento de maior sucesso:

Agora bem, neste quadro que acabamos de definir não se encontra o elemento de maior sucesso social, que continua a ser sem dúvida o castelhano (isto é a língua espanhola), aquele que possui as melhores possibilidades de sucesso e de implantação social generalizada na Galiza, apagando as possibilidades de desenvolvimento da língua nacional.

Nesse sentido o perigo direto para a sobrevivência da língua nacional não é, no nosso entender, uma ou outra das normas, mas diretamente a língua que entra em conflito por ocupar a totalidade do espaço social de comunicação (o castelhano).

Assim um movimento social que procure trabalhar para uma mudança da situação atual de imposição linguística deveria procurar todas as ferramentas e possibilidades de trabalho para defender os espaços já conquistados e ganhar outros novos para a língua da Galiza.

Neste texto defenderemos a tentativa de analisar as normas em base às possibilidades de uso para trabalhar na defesa e maior introdução social da língua.

Defendemos também ultrapassar o chamado debate normativo em base às seguintes considerações:

-Depois de 24 anos de conflito as diferentes normas já elaboraram uma série de argumentos, justificações e propostas de introdução social em que cada escolha já recolheu os seus frutos e assentou a sua defesa ideológica face a sociedade.

-Por outro lado a norma dita oficial, que só poderá sofrer modificações no futuro em base a uma pressão social significativa, tem no seu poder a capacidade de influir nos âmbitos académicos e institucionais impondo o seu uso. Agora bem, a norma da RAG está muito próxima de alcançar o seu máximo desenvolvimento social. Dificilmente vai ter maior sucesso no futuro do que já teve, sendo que pelos argumentos e possibilidades de expansão social não conseguirá mais utentes fieis nem maior expansão social não sendo através da obrigatoriedade ou implementação de parte do governo.

-O projeto reintegracionista pela sua parte não procura modificar a norma da RAG na atualidade mas substitui-la, quer pela da AGAL, quer pelo Padrão, mas não possui na atualidade essa capacidade nem a força para impor essa mudança "desde acima", isto é desde os órgãos de poder da sociedade (lembramos a modo de exemplo que não há nenhum representante político eleito que use uma ou a outra dessas normas a nível municipal ou autonómico) pelo que só lhe resta trabalhar desde a base.

As posições e críticas a uma ou outra norma já ficaram no nosso entender totalmente esclarecidas no decorrer destes anos e a situação atual é de estabilidade da norma da RAG e de expansão progressiva das duas normas reintegracionistas que têm um uso social que começa a ser significativo (AGAL e Padrão).

Nesse sentido considera-se que se deve fazer uma análise dos elementos positivos e negativos das normas citadas para sabermos se é produtivo passar a utilizar uma ou outra para segundo que tipo de situações e intervenções.

5. Vantagens e desvantagens das normas em uso:

5.1. RAG:

É uma norma que carece de utilidade social efetiva para além da identitária (pode ser substituída pelo castelhano em qualquer âmbito de uso). Sendo obrigatório o seu ensino e o seu conhecimento unicamente para alguns postos da administração, a realidade converte-a numa obrigação para aceder a determinados postos de trabalho. Porém, uma vez conseguido o trabalho a escolha individual permite que uma pessoa possa exprimir-se em castelhano, não sendo quando houver alguma reclamação nesse sentido. É uma norma com grande permissividade do uso mesclado com o castelhano, não existindo um rigor nem uma consciência da necessidade de usar um bom galego ou de eliminar a influência do castelhano. Funciona a todos os efeitos como um castrapo, um portunhol, antes de mais pelo uso da grafia espanhola mas sobretudo por ser entendida como língua traduzida (do castelhano).

Porém possui duas vantagens de uso que não se deveriam subestimar:

-Pode exigir-se o seu uso por parte da administração para o relacionamento com os cidadãos. Nesse sentido, qualquer documento legal ou papel oficial do Estado que uma pessoa receber em castelhano pode ser reclamado para recebê-lo nesse galego. É possível que possa parecer algo sem importância, mas as reclamações à administração (quer estatal quer autonómica) para receber a informação numa língua diferente da castelhana geram uma série de situações e debates nesses lugares de trabalho, nas instâncias do governo ou entre os próprios cidadãos que não é desprezível à hora de colocar o conflito linguístico no seio da sociedade.

-Ninguém se pode negar a usá-la quando obrigado a isso dada a grande facilidade para um utente de castelhano para "traduzir" para esse galego qualquer documento ou trabalho já realizado.

5.2. AGAL:

É uma norma que possui uma grande facilidade para ajudar ou convencer pessoas que já utilizam o galego da RAG para se passarem da grafia castelhana à portuguesa. Sendo uma norma permissiva com as especificidades galegas e justificada em defender a autêntica grafia histórica do galego, procura uma norma culta e tenciona eliminar os erros de permissividade que a RAG possui face o castelhano. Coloca-se nesse sentido como a cara amável do reintegracionismo, pois *sem deixar de ser galego é também uma variedade de português*. Não destrói o discurso ideológico identitário baseado na defesa da língua como algo próprio dos galegos, nosso, particular, próprio.

Por outro lado, o seu uso não oferece vantagens laborais (não é Português), restringe o seu uso ao âmbito da Galiza autonómica e não assegura a correção dos seus utentes pois se encontra também no interior do conflito.

Para além disso a sua defesa só pode ser de tipo identitário como língua da Galiza e em muitos casos não consegue fazer de ponte para uma aceitação real da cultura portuguesa por parte dos seus utentes.

5.3. Padrão:

É uma norma que possui grande dificuldade para ganhar novos utentes dentro da militância linguística ou nacionalista. Sendo a sociedade galega recetora constante de uma imagem negativa de Portugal e de *tudo que cheire a português*, existe também uma grande adversão objetiva ao português, sendo uma das suas grandes desvantagens sociais. Porém, à margem das pessoas comprometidas (nacionalistas, reintegracionistas) o português está já de facto a ser estudado em 7 Escolas de Línguas por centenares de alunos e começa a ser uma das línguas de maior interesse para determinados setores sociais por razões laborais (ex: estudantes de medicina). Por causa da distância com o galego da RAG, marcado socialmente como não galego é por esse motivo a norma com maiores possibilidades de sucesso social fora do âmbito de defensores da língua (em falantes de castelhano, pessoas desinteressadas) ao ser entendido como uma língua estrangeira que pode vir a ser de interesse.

5.4. Acordo de 90:

É uma aposta arriscada de uso duma norma ainda não vigente, dado que assenta na ideia de que finalmente a norma irá ser aprovada e usada nos diferentes países da Lusofonia (nomeadamente em Portugal) e portanto adianta-se a possíveis acontecimentos futuros. Enquanto não for efetiva noutros países, o seu uso não oferece qualquer função de utilidade (laboral, de relação social.) ou de identidade (não é uma norma "galega"). Também não possui um uso social significado, sendo utilizada por um grupo muito reduzido pelo que carece de atrativo para um desenvolvimento social amplo.

6. Proposta de novos usos em base às vantagens que cada norma pode trazer:

Propõe-se neste texto um uso *interessado* das normas com a intenção de aumentar a sua produtividade e alcance social. Esta proposta contraria a fidelidade a uma norma determinada dos agentes sociais reintegracionistas que influem na sociedade para regaleguizá-la, defender a língua e inseri-la na Lusofonia.

A respeito das normas reintegracionistas com uso social poder-se-ia associar as normas a um "target" [63]determinado e a uma função determinada. Poder-se-ia nesse sentido destinar a norma da AGAL para uma função identitária (para dirigir-se àqueles mais nacionalistas ou entregues ao discurso mais clássico do amor à terra e à Língua).

Por outro lado poderíamos entregar uma função utilitária para a norma padrão portuguesa (para aprender uma língua útil com possibilidades laborais).

Nesse sentido uma possível estratégia seria, portanto, convencer os galeguistas (os nacionalistas, os amantes do País) que ainda escrevem em RAG para começar a escrever em AGAL pois é a norma que não destrói o seu discurso ideológico, não é uma norma castelhanista, introduz a Galiza na Lusofonia, etc..

Para um galeguista que já escreve na norma da RAG a norma da AGAL parece ser o primeiro passo natural no caminho à descoberta do português, pois não destrói de raiz todos os preconceitos ideológicos em que foi educado e que conformam em parte a sua própria identidade.

Por outro lado atendendo aos falantes de castelhano e os desinteressados do porvir da sua língua (não galeguistas) poder-se-iam elaborar campanhas de aprendizagem generalizada de português padrão através das EOI (Escolas de Línguas) ou de qualquer outro sistema de ensino (secundária). Estes alunos não estariam a aprender galego (reduzido só à Galiza, em concorrência com o castelhano mais útil e atrativo) mas uma língua internacional para se relacionar laboral ou socialmente com o Brasil, Portugal, Europa....

Para um falante de castelhano ou um utente de galego desinteressado aprender uma "nova" língua configura-se como uma melhora do seu curriculum para o mercado laboral e com toda probabilidade será passado o tempo que passe a descobrir que essa (sua) língua tem grandes potencialidades.

Além disso poderíamos marcar como estratégia exigir (individual ou coletivamente) da administração e das empresas que a sua relação connosco (como cidadãos ou como clientes) fosse sempre em galego ou português, ainda no galego dito oficial (quando não fosse possível exigi-la em português), obrigando a fazer normal o uso duma língua que não é o castelhano na administração e no mundo empresarial. Com as consequências sociais que isso pode trazer. Referimo-nos a contratos, documentos legais, publicidade, promoções...

Obrigando a um atendimento em "galego" (ainda nesse "galego" da RAG) obrigar-se-ia a numerosas pessoas com preconceitos monolingues a uma aceitação do uso de línguas diferentes da castelhana na Galiza, a uma aceitação dos direitos linguísticos doutras pessoas, a uma aceitação do outro como cidadão com direitos, direitos que devem ser respeitados.

A respeito das normas do Acordo de 90, não parece interessante estender o seu uso enquanto não for aprovada em Portugal. Pode ser de maior interesse espalhar toda a informação relacionada com esse acordo e

[63] "Target" entendido como público-objetivo a quem se dirige determinada informação ou produto.

as mudanças gráficas que poderia implicar, como elemento justificador da escolha quer da AGAL, quer do Padrão à espera duma norma internacional unificada.

Visión e revisión de Rosalía de Castro na historiografía literária

11. María Vilariño Suárez (Universidade da Corunha, Galiza) www.udc.es/principal/ga

Maria Vilariño

Nací o 15 de marzo de 1980 n'A Coruña. Licencieime en Filoloxía Hispánica no 2002 e en Filoloxía Galega no 2004 na Universidade da Coruña (UdC). Atualmente estou a cursar o segundo ano dos meus estudos de doutoramento no programa "Estudos linguístico literários do galego e do português" nesta mesma institución, centrando o meu traballo na investigación literaria, en espacial na configuración do campo literario galego.
No 2005 obtiven unha bolsa de investigación no Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (CIRP) onde participo no proxecto denominado: "Recuperación de textos xornalísticos e poéticos". Adscritas a este proxecto de investigación teño publicado como editora diferentes revistas da emigración galega en América do Sur:
"Notas lingüísticas" en A Gaita Gallega, A Habana (1885-1889), Galicia Nueva (Montevideo, 1918-1919), Arazua (Montevideo, 1929-1930) / Raza Celta (Montevideo, 1934-1935), Alma Gallega, órgano oficial de Casa de Galicia *(Montevideo, 1919-1967)* e *Galicia (Caracas, 1952-1954)*, no prelo. Teño publicado ademais os artigos "Lorenzo Varela: a paixón amorosa e a paixón recreadora" en *El Ideal Gallego* e "Manuel Lugrís e a Real Academia Galega: a renovación frustrada" en *El Ideal Gallego* con obxecto do Día das Letras Galegas de 2005 e 2006 e o libro *Escolma* do Día das Letras Galegas. De Rosalía a Manuel Lugrís Freire (1963-2006) xunto coas investigadoras María Xosé García Merino e Marta González Miranda publicado pola Xunta de Galicia. Recentemente teño presentado a comunicación "Alma Gallega, órgano oficial de Casa de Galicia (1919-1967)" no Congreso Internacional *Galicia: éxodos e retornos,* organizado polo Consello da Cultura Galega. Colaborei tamén na tradución do español ao galego da enciclopédia escolar *A aula na casa*.

Visão e revisão de Rosalía de Castro na historiografia literária

O objeto de nosso trabalho é contribuir dados significativos sobre o processo de espanholização sofrido pelo sistema literário galego através de uma figura emblemática: Rosalía de Castro, utilizando como recursos diferentes histórias da literatura galega e espanhola de diversas épocas e livros de texto. A importância destes materiais de trabalho é enormemente significativa já que graças a eles se configura uma ideia determinada na maior parte da povoação de um modelo de canon literário que mantém uma estreita relação com as ideias linguísticas que se pretendem transmitir. O processo asimilador da cultura espanhola e de seu discurso característico não se detém na figura de Rosalía em concreto nem no campo literário como marco geral senão que pretende um objetivo bem mais amplo como o é o de finalizar o processo colonizador iniciado desde o século XV sobre a língua galega chegando ao desaparecimento de seu uso ou a sua manutenção puramente ritual. Daí a versão parcial da figura de Rosalía que nos transmitiram –e seguem transmitindo– muitas das histórias da literatura espanhola e, surpreendentemente, também muitos dos textos de referência de uso comum no caso da literatura galega. Pretendemos, pois, reconhecer um conjunto de linhas básicas sobre as que boa parte da historiografía literária "oficial" tenta sustentar a figura de Rosalía de Castro prestando especial atenção às reflexões que se fazem sobre sua obra partindo do ponto de vista linguístico, biográfico e de análise de obras concretas.
A crítica literária española, através das histórias da literatura, actúa con moita máis frecuencia da que cabería esperar sobre a figura de Rosalía de Castro, deostando e simplificando a súa figura. Mais non debemos pensar que isto é unicamente característico da historiografía literaria castelá posto que a visión reducionista é máis habitual do que semella normal tamén nas historias da literatura galega. Selecionamos como mostra diferentes historias da literatura española consideradas obras clásicas dentro dos estudos literarios correspondentes, mais amplamente superadas por obras posteriores aínda que, en moitos casos, sigan a exercer unha poderosa influencia sobre novos manuais e obras modernas canto á súa concepción mais lastradas polo clasicismo no seu desenvolvemento. Así pois, a nosa escolla inclúe obras consideradas bibliografía fundamental en moitos cursos universitarios mais tamén no ensino obrigatorio que tiveron unha grande aceptación en diversas etapas dos estudos literarios.
Deste xeito a nómina completa de obras empregadas que situaremos por orde cronolóxica para apreciar a posíbel evolución dos seus puntos de partida, é a seguinte[64]:

[64] Unha das nosas principais preocupacións á hora de selecionar as obras das que faremos comentario foi a de contar con textos que abranguesen un marco cronolóxico o máis amplo posíbel e que se tratase tanto de obras como de autores ou responsábeis de publicación de recoñecido prestixio no ámbito dos estudos literarios. No caso da literatura española o número

- *Literatura castellana* de Manuel de Montoliú, 1930. [MONTOLIÚ]
- *Historia del movimiento romántico español*, tomo II de E. Allison Peers, 1954. [GREDOS 54]
- *Antología mayor de la literatura española*, *tomo IV Neoclasicismo, Romanticismo, Realismo, siglos XVIII-XIX* de Guillermo Díaz-Plaja, 1962. [ANTOLOGÍA]
- *Historia de la literatura española* de José García López, 1962.[VICENS-VIVES]
- *Manual de Historia de la Literatura Española*, Max Aub, 1966. [AUB]
- *Historia social de la literatura española (en lengua castellana),* Vol II, de Carlos Blanco Aguinaga, Julio Rodríguez Puértolas e Iris M. Zavala, 1978. [SOCIAL]
- *Historia de la literatura española*, tomo V de D. L. Shaw, 1979. [ARIEL]
- *Historia de la literatura española*, tomo IV de Juan Luís Alborg, 1980. [GREDOS 80]
- *Historia de la literatura española*, III, siglos XVIII-XIX coordinada por Jose María Díez Borque, 1980. [TAURUS]
- *Historia de la literatura española* da Editorial Cátedra, 1990. [CÁTEDRA]
- *Historia y crítica de la literatura española, tomo V Romanticismo y realismo* coordinado por Iris M. Zavala, 1982 e *tomo 5/1*, 1994. [CRÍTICA 1] e [CRÍTICA 2] respetivamente.
- *Historia de la literatura española, siglo XIX (I)* coordinada por Guillermo Carnero, 1997. [ESPASA]
- *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana), tomo V: La literatura escrita y la mujer. Del siglo XIX a la actualidad.* Baixo a coordinación de Iris Zavala, 1998. [FEMINISTA]

As principais diferenzas existentes entre os puntos de partida das análises que se fan nestas obras sobre as circunstancias vitais e de produción literaria de Rosalía de Castro residen na actitude asimilacionista da figura rosaliana da que parten as historias da literatura española, nas que, o que se tenta, é integrar a toda costa a Rosalía nun sistema literario que lle é completamente alleo. As estratexias empregadas para esta colonización cultural son diversas e van desde a non recolla de datos como a orixe galega da autora até o desprezo total pola produción en lingua galega primando exclusivamente a que está en castelán que é forzada a axeitarse á estrita definición que se fai do Romanticismo ou, nun dos casos, do Modernismo. Esta asimilación ao Modernismo ten sido tamén moi repetida e, aínda que poida non parecelo, resulta extremadamente perigosa posto que non só se trata de introducir a obra de Rosalía nun contexto que de seu non lle corresponde, senón que introduce un termo da teoría literaria cuxa correspondencia non é, nin moito menos, exata entre as literaturas do ámbito de influencia hispánico (isto é a propia literatura española mais tamén a hispanoamericana) e as pertencentes á cultura da lusofonía (na súa máis ampla extensión: Galiza, Portugal e Brasil, excluímos ás literaturas africanas en lingua portuguesa por motivos histórico-cronolóxicos evidentes). Trátase máis unha vez de forzar a poética rosaliana co fin de adaptala á periodización doutra literatura, sen considerar que é imposíbel realizar un transvase de autores, motivos e obras a un sistema literario alleo. Alén disto, moitos dos historiadores da literatura española deturpan a figura de Rosalía até o punto de resultar verdadeiramente complicado acceder as verdadeiras fontes e ter unha perspetiva veraz da súa biografía que nos foi negada durante moito tempo mais que progresivamente temos a oportunidade de redescubrir.

Como passo prévio á análise da figura rosaliana nas histórias da literatura selecionadas é importante facer unha breve referencia á relevancia que teñen estas obras como articuladoras do canon[65]. A diferenza no estadio de consolidación dos dous sistemas faise evidente na constatación de que a literatura española deriva en obras en que prima o biografismo e o recurso á segmentación cronolóxica de autores e obras, sen reservar espazo para a análise de obras ou para a crítica literaria posto que ese segmento dos estudos literarios é xa cuberto por outras obras. Porén, no sistema literario galego o papel das historias da literatura derivou cada vez máis co paso do tempo cara a análise exhaustiva e a interpretación crítica de textos e feitos o que fai que resulten obras de maior complexidade e riqueza. A selección de temas e formas non é, tampouco, a única decisión importante a tomar na realización dunha historia da literatura, a selección dos textos que ilustran e acompañan aos autores recollidos é tamén fundamental posto que o seu papel principal é o de funcionaren como reforzo e fixador das liñas teóricas que se están a expoñer.

---

de traballos sobre a época romántica é inxente, o listado que incluímos recolle aquelas de maior uso e máis recomendadas no ámbito universitario procurando unha certa pluralidade.

[65] Por simple que pareza unha gran maioría de estudantes de diversos niveis do ensino pensarán que os autores e obras non recollidos nos seus libros de texto ou manuais non teñen a suficiente calidade para figuraren alí. Esta é unha suposición do máis frecuente, case ninguén se detén a reflexionar sobre o feito de que o que aparece nun manual está aí simplemente porque alguén así o decidiu e os motivos que o levaron a incluír ou non un determinado texto ou autor ou a concederlle maior relevancia a uns sobre outros poden ser do máis variado. A súa selección pode estar condicionada polas circunstancias históricas, ideolóxicas, relixiosas, etc.

Un perfecto exemplo de como as historias da literatura son as que estabelecen o canon literario está na literatura oral. A oralidade ten sido separada sistematicamente polo estudo académico até épocas máis ben recentes e grande parte da culpa estaría na consideración previa por parte das elites culturais que deixarían forma da sistematización a literatura popular por considerala pouco culta ou pouco elaborada.

Lefevere (1992:22) reflexiona sobre estes temas, denomina "reescrita" ás diferentes informacións e transformacións que se poden dar dunha mesma obra literaria segundo os intereses vixentes en cada momento histórico. Considera que a "reescrita", sobre todo sobre dos textos considerados clásicos, inflúe moito máis sobre os lectores que a propia lectura xa que os lectores están condicionados previamente por imaxes que se manteñen por tradición e desde as que partirán ao comezar a lectura dun texto, condicionándoa por completo desde o seu inicio. Esta manipulación, que se dá sempre na medida en que existen axentes intermedios entre o texto orixinal e os lectores, é especialmente relevante nas traducións, edicións, antoloxías e historiografías, e un dos segmentos poboacionais que considera máis afetado é o dos estudantes.

A relevancia desta observación vén dada pola propia sociedade, que tende progresivamente a un preocupante isomorfismo en que o diferente é simplemente o que non actúa ou pensa como todos os demais e por esta razón é excluído, isto mesmo é que se ten conseguido con Rosalía de Castro; prescindir por completo do seu estudo sería moi complicado posto que a súa pegada segue vixente nas nosas cancións, nas nosas rúas, no noso contorno, etc. así que se opta por unha manipulación aberta que abrangue todos os elementos que a rodean; desde o seu físico, manipulado por tela considerado pouco atrativa non só para os esquemas da época senón como para ser a futura imaxe idealizada, santa, que había de representar a esencia fráxil da alma dos galegos, até a manipulación da interpretación da súa obra. Dada a imposibilidade de silenciar por completo o recordo da súa existencia o que se fai é manipular a interpretación focalizándoa nos aspetos que resulten menos problemáticos aparentemente.

Este é un os motivos que leva a que o estudo de *Cantares gallegos* predomine sobre o de *Follas Novas*, a primeira das obras pode "venderse" como popular, relacionada diretamente co espírito do pobo e tematizante dos seus costumes e tradicións mentres que *Follas* é considerada máis complicada, dunha subxectividade excesiva que impide a súa total comprensión e, ademais, cun sentimentalismo desmesurado sería froito do sufrimento vital da autora de forma que, con estratexias deste tipo, viría de iniciarse a construción da súa imaxe de nai-mártir dos pobres galegos, dos labregos e dos emigrados.

Fronte á manipulación sufrida polas obras poéticas, as obras en prosa son ignoradas case por completo, podería parecer evidente que o feito de que estean escritas en castelán é o que motiva o seu esquecemento, mais este argumento non é apropiado, entre outros motivos pola forza identitaria galega evidente en obras como *La hija del mar* que fai que non sexan tampouco comentadas dentro da literatura española[66] e porque, após a súa lectura, fica claro que o verdadeiro motivo subxacente é a forte carga revolucionaria en aspetos como a reivindicación da papel da muller, da creación literaria, da necesidade de transformación da sociedade que non resultaría axeitada (e menos de boca dunha muller) para as mentes ben pensantes da época e para as de etapas posteriores.

Dentro do conxunto de histórias da literatura española empregadas para o presente traballo hai numerosos comentarios sobre a figura de Rosalía de Castro, comentarios que nalgún caso expoñen sen ambaxes a absorción que a literatura española vén realizando da figura da nosa ilustre autora e, só en casos reducidos, contemplan a súa figura desde unha perspetiva fundamentada na realidade dos feitos e non na divagación e na imaxinación que historicamente teñen alterado a súa personalidade e a súa obra. Este último punto é o que resulta máis perigoso posto que é na análise da obra onde se produce con maior agudeza a deturpación da motivación de Rosalía para a escrita, da realidade galega e de Galiza como país baixo o control da brutal agresión constante de Castela.

A análise polo miúdo das diferentes obras selecionadas ten como finalidade descubrir as estratexias que se empregan para acadar estes obxectivos mais debemos puntualizar que moitos dos comentarios dos autores son probabelmente motivados máis polo inconsciente do xa aprendido, sabido e, polo mesmo, practicamente inamoviíbel ideoloxicamente, que por unha plena consciencia do que se está a dicir, especialmente nas obras

[66] A literatura española ignora sistematicamente a existencia destas novelas, non podemos por menos que pensar que este é un esquecemento totalmente deliberado e, mesmo, ousamos aventurar un outro motivo alén da temática socialmente revolucionaría das obras, que se concretaría no exceso de ego por parte da literatura española: é evidente que aínda que a súa lingua sexa o castelán o imaxinario do que parten as obras é o galego co que se enfrontarían cun problema de adscrición mais a isto habería que sumarlle ese feito cualificado como "ego"; o Romanticismo español é un movemento nomeadamente poético, con escasas manifestacións teatrais e case nulas na narrativa, o feito de incluíren á Rosalía narradora dentro da súa historiografía e, dado que forzan a súa figura para asentala dentro do Romanticismo, significaría que Rosalía de Castro, muller e galega (e o peor consciente e orgullosa das dúas cousas) pasase a ser a figura máis importante da narrativa da súa época, cunha obra sen parangón na literatura española do XIX. D e non pretender introducila na literatura romántica española a súa obra debería ser considerada un claro antecedente da novela de Galdós e Clarín, feito que tería idénticas consecuencias.

dos últimos anos en que determinados comentarios se deben con maior probabilidade máis ao peso da tradición que a unha reflexión seria e consciente sobre o tema. Curiosamente este é o movemento contrario ao que se dá nas historias da literatura galega onde a consciencia e a investigación rigorosa sobre Rosalía de Castro e a súa importancia son maiores conforme falamos de obras máis próximas aos nosos días, que, ao tempo presentan tamén un maior cientifismo. Trátase, en definitiva, de centrar a atención do lector nuns focos predeterminados, seguros e pouco subversivos para facer borrosa o resto da obra ou as características reivindicativas da autora. De non funcionar esta estratexia, súmaselle a invención dunha figura mítica tan bondadosa e perfecta que resulta inimaxinábel, isto é, como sinala Lefevere en referencia á deturpación da imaxe literaria de Madamme de Stäel: de "substituír á persoa real por unha figura lexendaria que resulte tan verosímil e tan exata como a dos santos da haxiografía oficial" (1992:169).

Un dos primeiros trazos empregados dentro dos textos para descaracterizar e diluír a Rosalía é a utilización de expresións do tipo "un poeta", "es un poeta" "el más importante de todos" ou "un escritor", presentes na gran maioría das obras: [MONTOLIÚ], [TAURUS], [CÁTEDRA], [CRÍTICA 1]. Este comentario non é nin moito menos inocente, a través do uso exclusivo do masculino procédese a un duplo traballo, por unha parte négase a feminidade de Rosalía, a súa propia existencia de muller que debería ser premisa principal para analizarmos a súa produción literaria e, por outra, procédese a usar un cualificativo que lle é destinado pola consideración que se ten de que a súa obra literaria non ten nada a ver coa de outras autoras da época e posteriores, retomando a idea de Pardo Bazán ao cualificar a Rosalía como "varonil" polo produto da súa escrita. A isto podemos engadirlle outros comentarios camuflados de neutros e até de feministas. Mais que revelan pola súa expresión ou ben a masculinización forzada da autora, a súa asexualización como punto "menos lesivo" deste proceso ou a súa renuncia completa a unha literatura reivindicativa do papel da muller cando é evidente que o que estaba a facer era todo o contrário. Esta suposta renuncia vén dada polas diferenzas evidentes que existen entre a poética rosaliana e a doutras autoras da súa época como ben expresou ela mesma no primeiro poema de *Follas Novas*, así en [ESPASA] podemos ler reflexións deste tipo:

> *Rosalía se mantiene al margen del movimiento femenino probablemente porque su temprano matrimonio con Manuel Murguía, un escritor conocido en la época, la aleja del círculo de poetisas que giraban en torno a Carolina Coronado. Encuentra en Murguía al mentor por el que todas suspiran, la persona culta que le recomienda lecturas y dirige sus pasos literarios. Pero hay en Rosalía una conciencia feminista patente en todas sus obras* (p. 557)

O que neste texto se sinala é que Rosalía non era quen de funcionar autonomamente, precisaba de Murguía para cultivarse (feito que todas as autoras envexarían segundo se supón) que é a un tempo quen lle impide estar non no círculo literario de Carolina Coronado senón no de "poetisas que giraban" arredor dela. Canto á primeira afirmación non só Rosalía non se mantén á marxe senón que é a verdadeira iniciadora da literatura feminista no noso país e, aínda que unha comparativa non sexa demasiado apropiada, é moito máis importante a súa reivindicación da muller para a literatura galega do que a de Coronado para a española, de considerarmos que esta existe realmente.

En [FEMINISTA] o apartado dedicado a Rosalía iníciase coa seguinte afirmación: "La temática del dolor como fator determinante de la subjetividad femenina tiene mucha importancia también en la poesía de Rosalía de Castro" (p. 61) nunha liña que pretende reivindicar o papel da escritora na literatura española e que nos suscita as seguintes preguntas: Que é exatamente o que se está a sinalar? Que a dor é o reativo preciso para que Rosalía comece a escribir? Que as súas liñas temáticas están determinadas polo seu sexo?

O argumento que máis se repite no conxunto de estudos existentes é o da consideración de Rosalía como debedora da poesía de Bécquer e, mesmo, de Espronceda (ou Campoamor) de xeito que a súa poesía non viría ser máis que unha imitación escrita pola influencia e inspiración espertada por estes autores. Naturalmente o motivo que subxace neste tipo de argumentos é a consideración de que a obra de Gustavo Adolfo Bécquer ten máis importancia que a de Rosalía de Castro, así:

> *Hay extrañas afinidades entre Rosalía de Castro, la cantora del Norte, y Gustavo Adolfo Bécquer, el andaluz, que nacieron con diferencia de pocos meses, murieron ambos prematuramente y lograron renombre con poesías de naturaleza no dispar publicadas en la fecha de su muerte, aproximadamente...Hoy [Bécquer] aparece junto a Rosalía de Castro, aunque a altura algo mayor, representando al neorromantismo del octavo decenio del XIX en la poesía lírica. [GREDOS 54]*
>
> *Su poesía direta es hermana de la de Bécquer y ha dejado su impronta en muchos, aun en la métrica. [AUB]*
>
> *Junto a la obra de Bécquer —a la que unicamente cede en importancia como precursora de la futura trayectoria de la poesía española—, estaba la de Rosalía de Castro. [ARIEL]*
>
> *Al mencionar a Bécquer mencionamos precisamente un antecedente direto para la poesía de Rosalía de Castro. Recuérdense las fechas de aparición de sus libros: si el primero, de 1863, está conectado con*

> *la lírica popular, los otros dos son de 1880 y 1884; es decir, posteriores en unos diez años a la publicación póstuma de las obras de Bécquer, aparte de los versos de este que aparecieron en revistas cuando aún vivía el poeta. [...] Si el recuerdo de Bécquer es visible en ella, el de Campoamor, menos importante, también ocurre a veces. [Luis Cernuda en CRÍTICA 1]*

De reflexionarmos no porqué de afirmacións deste tipo comprobaremos que os motivos principais son varios, en primeiro lugar un feito evidente relacionado co punto anteriormente tratado: Bécquer é home e Rosalía muller e este feito, cuxa mención pode semellar case ridícula, é determinante. A historia literaria está feita predominantemente por homes e a literatura das mulleres, aínda que fose considerada no momento da súa produción (cousa que tampouco acontecía) non ten un oco destinado para ela. A isto hai que sumarlle o segundo aspeto que tamén é recollido nestes comentarios: Bécquer é andaluz e Rosalía galega, aínda máis, podemos eliminar completamente a comparación becqueriana neste caso[7] e argumentar que a discriminación é debida ao feito de ser Rosalía galega, consciente e reivindicativa da súa galeguidade, orgullosa da súa terra e motivada por lle facer ver ao resto de España que Galiza non era unha terra de salvaxes dos que se podían aproveitar impunemente.

Evidentemente estas consideracións non resultan importantes para a literatura española que diante da figura dunha poeta xenial con parte da súa produción en castelán vese "obrigada" a asimilala e para integrala compáraa e chámaa abertamente debedora dun outro poeta que recoñece como un dos seus maiores xenios líricos e cuxa principal liña temática é claramente a sentimental; non é preciso ter en conta unha cronoloxía rigorosa que nos afirme que é Rosalía quen incita a Bécquer a ler a Heine, de quen ambos beben; non é posíbel para a literatura española recoñecer que un dos seus máis grandes poetas recibe a súa inspiración definitiva da recomendación dunha autora "de provincias"; canto ás referencias a Espronceda o máis probábel é que a súa obra formase parte da "enciclopedia cultural" rosaliana por ter esta feito a súa lectura como sería natural non só nela senón en todos os autores da época. Este argumento garda unha estreita relación co feito de se ter considerado a Rosalía como unha poeta da intuición, que se deixaba levar polo que ouvía aquí a acolá, sen coñecementos profundos de literatura e moito menos de métrica; que a un tempo podemos por en relación coa previa condición rosaliana de muller, dubídase da intelectualidade de Rosalía porque era unha muller e, como tal, non se ten en conta a súa participación en tertulias, o seu interese pola cultura nin as súas lecturas, considerando en todo caso que se trataba da influencia que sobre ela exercía Murguía como xa vimos no punto anterior.

Mais neste caso debemos mencionar unha excepción, hai varias historias da literatura española que recoñecen a Rosalía como unha verdadeira revolucionaria da poesía do seu tempo aínda que a maioría delas só ousan equiparala a Bécquer mantendo con argumento principal a "común" temática sentimental.

> *Como la de Bécquer —pero de una forma más intensa—, la poesía de Rosalía de Castro denota una ansiedad febril, una inquietud angustiosa por algo vagamente presentido [VICENS-VIVES]*

Rosalía de Castro añade otro matiz a esta corriente, aunque también pertenece al grupo germanizante de Sanz y Bécquer. A diferencia de Gustavo Adolfo, Rosalía está inserta en el mundo, y se hace portavoz de los temas del proletariado gallego. [TAURUS]

> *Si Bécquer es el primer poeta del siglo XIX en lengua castellana, idéntica primacía corresponde en su lengua vernácula a Rosalía de Castro (1837-1885), quien, además, con su reducida obra lírica en castellano, es capaz de resistir el parangón con el gran poeta sevillano, colocándose muy por encima de cualquiera de los otros poetas que fueron sus contemporáneos. [POESÍA]*

Outros temas interessantes para compreendermos mellor a abordaxe do tema rosaliano que fai a historia da literatura española son o que podemos denominar "costumismo" por unha parte e intimismo desmesurado por outra e que poremos en relación coa análise que estas historias fan da obra en galego de Rosalía de Castro, que, aínda que é un tema que non as atinxe, é tratado por moitas delas sen o menor reparo e, en moitos casos, con grande descoñecemento das circunstancias de produción destes textos.

En moitos casos, ao falar de *Cantares gallegos* afírmase que é unha obra de raíces costumistas ou folcloristas, como se estes termos fosen sinónimos perfectos, esquecendo que se trata dunha obra que afinca a súa base no popular. O costumismo non está presente nos *Cantares*, non son as composicións que integran a obra cadros fixos, descricións de ambientes e tipos estáticas sen máis senón que hai vida, enerxía e movemento que é precisamente o que Rosalía pretende resaltar e dar a coñecer de Galiza, dignificando o seu pobo, os seus costumes e tradicións e refletindo unha sociedade oprimida.

As historias da literatura española insisten en xustificar a creación de *Cantares Gallegos* na tendencia do século XIX a recrear composicións populares coa intención de chegar ao verdadeiro espírito do pobo, ao *volkgeist* mais o camiño iniciado por Rosalía non se detén na simple recreación ou admiración do popular ao pretender á absoluta dignificación e enaltecemento do seu pobo. A innovación que supón este tratamento do popular no campo literario galego é formulado do seguinte xeito pola literatura española:

> *En su primera obra, Cantares gallegos (1863), se refiere al paisaje y a los motivos capitales de la vida rural de su tierra — los amores de la aldea, las romerías, la melancólica "saudade" del campesino, obligado por la miseria a emigrar a Castilla... —, adaptando los ritmos a la poesía popular de Galicia. [VICENS-VIVES]*
>
> *La mayoría de poemas de esta colección [Cantares] están formados por canciones de amor, llenas de ternura y suaves quejas, y por poemas que expresan la sabiduría popular a veces de un modo satírico. Pero el sello de la personalidad de Rosalía es menor en éstos que en el grupo secundario de poemas en el que el tema no es el sentimiento individual sino las reacciones de la poetisa ante la misma Galicia, sus campos, sus caminos, sus lugareños y especialmente ante su situación contemporánea [a da propia Rosalía]. [ARIEL]*
>
> *Sus canciones de despedida y de ausencia reflejan los sentimientos de generaciones de emigrantes forzados al exilio por condiciones que Rosalía atribuye con resentimiento al predominio de Castilla. Aquí su poesía hace sonar una nota viril de orgullo y reproche. [ARIEL]*[67]
>
> *Rosalía publicará su primera obra fundamental, Cantares gallegos, que verán la luz en Vigo. Con esta su primera obra en lengua vernácula, todavía – como ha señalado J. L. Varela- no específicamente rosaliana, dirigida más a plasmar el espíritu del pueblo que el suyo propio*... [Poesía]

Canto a *Follas Novas* a análise responde aos mesmos prexuízos mais a temática á que se apunta constantemente é a do sentimento exacerbado, á do descontrol emocional, sen considerar que aparecen nesta obra outras moitas liñas temáticas e que o mesmo sentimento presenta opcións moi diversas. As consideracións fundamentais ao respecto desta obra residen no tratamento do prólogo; as "Dúas palabras da autora" dan pé a liñas de lectura completamente diverxentes segundo partamos da consideración ou non de que Rosalía está a empregar a ironía nas referencias que fai a atividade da escrita nas mulleres que é o elemento máis resaltado nas historias da literatura galega:

> *La segunda colección de sus poesías lleva el título de Follas novas. Si el primer libro rebosa de toda la lozanía y frescor de sus años juveniles, y seduce al ánimo del lector por el candor popular que impregna sus composiciones, en Follas novas suena una melancólica música de balada y apunta ya la amrga sonrisa del desengaño...la nota dominante es un dolor resignado y una suave tristeza. ([MONTOLIÚ],pp.787-788)*
>
> *La alusión a lo externo es ya sólo un recurso para la expresión elegíaca e lo íntimo; en este sentido la naturaleza aparece ahora como puro símbolo de su desengañada nostalgia. ([VICENS-VIVES], p. 496).*
>
> *Los poemas de las Follas novas son el fruto de una visión más profunda y melancólica. Asociar esto simplemente con el modo de ser gallego, o con el complejo de orfandad (del que Rosalía indudablemente sufría)...([ARIEL], p. 172*)

Mantense unha tendencia predominantemente tradicionalista na análise, na que o que prima, é resaltar a expresión do sentimento fronte a múltiples fatores analizábeis de *Follas novas*. [ARIEL] incorre mesmo no biografismo, liña que, mesmo se xustifica mediante o achaque a Rosalía de padecer o Complexo de Polícrates que lle impediría ser capaz de gozar da felicidade por un temor permanente a que esta remate e a dor provocada sexa máis aguda que o pracer obtivo.

Dúas obras fican fóra da análise realizada até o momento, representan tendencias ben diferenciadas na historiografía literaria española a respecto da figura de Rosalía de Castro, dúas pequenas notas mais perfectamente representativas de concepcións ideolóxicas opostas, así, [SOCIAL] (menos coñecida e afastada do uso como "manual") non reproduce a versión "oficial" que presentaba a Rosalía como debedora da obra de Bécquer senón que afirma a superior calidade da súa obra:

La poesía de Rosalía de Castro (1837-1885) es quizá incluso más interesante y rica que la del propio Bécquer

> *Su lírica gallega (Cantares Gallegos, 1863 y 1872; Follas Novas, 1880) se sale del marco del presente libro, pero es imprescindible señalar, en cualquier caso, su auténtico galleguismo y su defensa apasionada y emotiva del hecho diferencial, manifestado ello no sólo por su temática y sensibilidad, sino más en concreto también, por sus diretos y violentos ataques contra el centralismo imperante, con notas incluso sociales*.

Moi interesante en tanto non segue o ronsel habitual de comentarios sobre a saudade e o sentimentalismo que inundan a obra de Rosalía, senón que tende a unha análise do contido, dos temas tratados, dos que se salientan os políticos e sociais, a defensa que Rosalía fai da súa terra fronte ao abuso de Castela. As referencias ao tema de Castela na poesía rosaliana son moi mal consideradas habitualmente pola crítica española que as

[67] Como podemos observar este último comentario que intenta xustificar o desprezo que Rosalía mostra sobre os casteláns polos abusos que cometen sobre o seu país e a súa xente leva engadido un apunte máis de misoxinia, por escribir como escribe Rosalía mostra para Shaw en [ARIEL] un trazo de tipo viril, non sería propio, pois, dunha muller, unhas acusacións e reivindicacións semellantes.

considera "desvaríos" agudizados polo sentimento que lle provoca estar fora da súa terra e, mesmo, polo feito de non ser unha escritora recoñecida fora dela mentres que nesta obra se recoñece a temática patriótica de Rosalía mais non se despreza nin denigra, non se considera máis que froito da realidade vivida[68].

A reflexión final, a modo de conclusión, que [SOCIAL] fai sobre Rosalía de Castro resulta impresionante nunha historia da literatura española de finais dos anos setenta; vén a ser unha das máis lúcidas e veraces que é posíbel atopar condensada en poucas liñas. O texto final é o seguinte:

> *El sistema se considera obligado a defenderse de una serie de peligros ofrecidos por Rosalía de Castro: novedades formales, imaginación y sensibilidad, la «filosofía» alemana, la mujer compitiendo con el hombre, y, aunque no se dice el galleguismo frente al centralismo. La Restauración tiene sus reglas, no sólo literarias.*

Que se ofrece como reflexión a respecto dos comentarios da Real Academia Española a *En las orillas del Sar* (composicións que segundo eles "se ven oscurecidas por no pocos deslices artísticos, extravagancias de forma y nebulosidades metafísicas que generalmente proceden del prurito de imitar la escuela germana, que no siempre están al alcance de la mujer española"). Inaugurando unha tendência de comentarios rosalianos constantes durante moitos anos (aínda presentes desgrazadamente hoxe en día) e que, afortunadamente, son rebatidos ou, cando menos, postos en dúbida, por obras como [SOCIAL].

A outra obra selecionada representa a liña argumental contraria á de [SOCIAL], así en [CÁTEDRA] aparecen refletidos boa parte dos argumentos usados tradicionalmente para denigrar a imaxe rosaliana. A nota sobre Rosalía inclúese dentro do capítulo do Modernismo, nun subapartado denominado "Poetas periféricos". O primeiro que se aporta é unha referencia novamente en masculino ("El más importante de todos es la gallega Rosalía de Castro")

Sobre a sua obra en castelán as afirmacións non son nin sequera correctas e, remitíndose a comentarios de Luís Cernuda, regrésase á filiación becqueriana (e non satisfeitos con esta á de Campoamor) da obra de Rosalía que ademais é cualificada novamente de torpe ou pouco novidosa na súa composición:

> *Una de las más originales de la escrita en castellano, cuyo único libro en este idioma apareció en 1884 con el título de En las orillas del Sar. Luis Cernuda ha señalado la influencia que ejercieron en su obra Campoamor y, sobre todo, Bécquer, si bien considera que su técnica y su métrica son menos revolucionarios que los del sevillano.*
>
> *Rosalía comparte su intimismo con acentos de protesta social motivados por la postergación a que cree sometida a Galicia. (a itálica é nosa)*

Comentário final do apartado que, desde logo, non ten nada de inocente; en primeiro lugar a temática a que verdadeiramente se salienta é a introspetiva que se ve salpicada por toques de temática social, mais este tema falla desde a base posto que partiría da crenza (que se evidencia, consideran errónea) de que Galiza sufriu toda unha serie de abusos históricos baixo o dominio de Castela.

Para finalizar resumiremos unha serie de ideas que fican na mente do lector ou do investigador após consultar o apartado dedicado a Rosalía de Castro no *corpus* elixido de obras da historiografía literaria española. Teremos a imaxe dunha autora "sentimentaloide", sen cultura nin coñecementos e, polo tanto, arrastrada pola intuición na súa creación literaria, traumatizada por ser filla de nai solteira (até límites insospeitábeis se nos deixamos levar polos comentarios que estas obras realizan), tradicional e temerosa de Deus, choromiqueira e hipersensíbel, incorrendo continuamente no erro do biografismo.

A visión que se ofrece de Rosalía non é deturpada mediante a denigración; esa posibilidade vese moi reducida na atualidade dado o alcance que ten acadado a súa figura, así que o máis común é recorrer á sublimación, que é a que a transforma na "santa", na "chorosa", na figura con capacidade de sufrimento para redimirnos a todos os galegos. Este exceso é moito máis difícil de combater que o recurso ao insulto direto e é o principio xerador da imaxe que, maioritariamente, temos – galegos e non galegos – dunha muller que, nin moito menos, merece ficar reducida a ese papel baleiro de significado real pola súa salientábel loita a prol da necesidade social da igualdade de condición para homes e mulleres e polo seu intento de facer ver os abusos que España mantivera sobre o pobo e o territorio galego.

Canto às débedas que se lle atribúen a Rosalía literariamente,nomeadamente a filiación becqueriana – a maior parte delas proceden de prexuízos criados e alimentados durante anos polas historias da literatura española mais que se transvasaron a determinadas obras da literatura galega. Téndomos claro que Rosalía de Castro e a súa obra pertencen ao sistema literario galego non podemos permitirnos o luxo de intentar realizar os nosos estudos científicos partindo da mesma base que os da literatura española posto que nos atopamos en lugares

[68] Habería que sinalar tamén un feito que non por representar un pequeno detalle debe pasarnos desapercibido, ao mencionar as obras de Rosalía en galego son sinaladas dúas datas para *Cantares gallegos*, de xeito que se recoñece a primeira edición e a reimpresión feita en vida da autora; é unha forma máis de constatar que Rosalía foi unha grande autora, con éxito suficiente como para acadar unha reimpresión dunha obra poética en galego.

en contacto (por condicións xeográficas e políticas evidentes) mais totalmente diferentes, do mesmo xeito, non podemos atribuírnos os problemas na interpretación rosaliana das historias e manuais de estudo da literatura española na maior parte das ocasións, este é un erro cuxa responsabilidade é totalmente nosa

Referências Bibliográficas:

- Antonio Souto, Ana e outros. (1985) *Rosalía de Castro, unha obra non asumida*, Lugo: Edicións Xistral.
- Armas García, Celia María. (2002) *As mulleres escritoras (1860-1870). O xenio de Rosalía*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Blanco, Carmen. (1991) *Literatura galega de muller*, Vigo: Xerais.
- García Negro, María Pilar. (1996) «Literatura feminina e feminista da segunda metade do século XIX» in *Historia da literatura galega*, Vigo: A Nosa Terra/ AS-PG.
- González Besada, Augusto. (2004) *Rosalía Castro*, Vigo: A Nosa Terra.
- Lefevere, Andre. (1992) *Traducción, reescritura y manipulación del canon literario*, Salamanca: Ediciones Colegio de España.
- March, Katheleen. (1998) «A verdadeira Rosalía» in *Terra e Tempo, número 6/7*, p. 41-42.
- Pociña, Andrés e Aurora López. (2000) *Rosalía de Castro, estudios sobre a vida e a obra*, Santiago de Compostel: Laiovento.
- Riobó Sanluís, Pedro P. (1990) «Rosalía de Castro na história da literatura» in *Rosalia viva*, Vigo: A Nosa Terra, 49-53.
- Rodríguez, Francisco. (1988) *Análise sociolóxica da obra de Rosalía de Castro*, Vigo: AS-PG.
- _____(1990a) «Achegamento a unha Rosalía sen mixtificacións» in *Rosalia viva*, Vigo: A Nosa Terra, 8-19.
- _____(1990b) *Literatura galega contemporánea (problemas de método e interpretación),* Vigo: Edicións do Cumio.

Marcadores conversacionais como marca de cortesia no Galego atual

12. Marisa Moledo Leirado (Universidade da Corunha, Galiza) www.udc.es/principal/ga

Marisa Moreda Leirado

Nacín en Foz (Lugo) un 2 de outubro de 1981. Estou a cursar o segundo ano dos meus estudos de doutoramento no programa "Estudos lingüístico-literarios do galego e do portugués" na mesma universidade na que licenciei en Filoloxía Galega (2004), a Universidade da Coruña. A partir de entón a miña atividade investigadora desenvólvese fundamentalmente no ámbito da lingüística galega con traballos sobre "Recuperación da información en bibliotecas dixitais" e "algoritmos de stemming para o galego", publicados en revistas especializadas. Alén disto, teño publicado algún artigo en *El Ideal Gallego* e realizado o volume de lingua e literatura galega da enciclopedia escolar *A Aula na* Casa.

En marzo deste mesmo ano comecei a traballar como bolseira no Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades no proxecto "Recuperación de textos xornalísticos e poéticos". En relación con este colaboro como editora na revista venezolana *Galicia (Caracas, 1952-1954)*, no prelo.

MARCADORES CONVERSACIONAIS COMO MARCA DE CORTESIA NO GALEGO Atual

A conversa é uma forma de comunicação entre pessoas estreitamente ligadas ao contexto social e cultural em que se produz. Como forma de interação, os participantes da conversa desejam, no geral, que esta se realize de forma agradável tanto para eles mesmos como para os demais, e é por isso que recorrem a códigos de conduta considerados socialmente válidos pelo grupo sociocultural de que fazem parte, facilitando assim o intercâmbio comunicativo e o favorecimento das relações sociais. Isto é realizado através de meios linguísticos e não linguísticos e constituem o que neste trabalho vamos denominar cortesia.

Na linguística galega existe un grande vazio neste campo e são escassos os estudos que tratam a língua fora do contexto puramente gramatical ou semântico Porém, por se tratar a língua de um ato comunicativo, estes enfoques são insuficientes e precisa-se acudir a explicações pragmáticas para a sua completa caraterização, contribuindo assim à normalização da língua em todos os âmbitos da sociedade galega. Devemos ter em conta também a importância que tem o estudo da cortesia no galego, se pensarmos no ensino da nossa língua tanto para estudantes nativos como não nativos, especialmente no que se refere às competências sociolinguísticas e pragmáticas.

Por ser este um tema demasiado extenso para se tratar aquí, focalizaremos a nossa atenção em um dos mecanismos de cortesia do galego atual, os marcadores conversacionais, que informam indiretamente as repercussões do que se observa no ámago dos falantes, cumprindo, em ocasiões, uma função fática que se vincula à cortesia

Começaremos fazendo uma breve revisão do marco teórico e metodológico adotado na nossa pesquisa, para em seguida nos centrarmos nos resultados tirados a partir de um corpus oral analisado, atendo à atuação dos marcadores discursivos presentes, e prestando especial atenção às interferências linguísticas derivadas da imposição do castelhano, já que é no âmbito da língua oral onde, desgraçadamente, houve uma maior penetração.

Os marcadores conversacionais no galego atual

Parece necesario xustificarmos, en primeiro lugar, a escolla terminolóxica á hora de falarmos de marcadores que interveñen na comunicación oral, aos que nos refiriremos como marcadores conversacionais –denominación empregada tamén por outros estudiosos como Martín Zorraquino, Portolés Lázaro, Marcushi ou Villaça Koch– por funcionaren estas unidades na lingua oral, implicando isto a existencia de un emisor, un ou varios destinatarios e unha mensaxe que debe ser interpretada por estes. Outras denominacións posíbeis para designar a este grupo de marcadores tan heteroxéneo son "conetores fáticos", "fórmulas interolutórias", "conetores pragmáticos", "marcadores discursivos de control de contacto" etc. O feito de termos escollido a fórmula "marcadores conversacionais", e non outros, é porque consideramos que esta é unha etiqueta máis xeral que pode englobar todas as partículas que actúan na conversa, tanto formal como informal, ao tempo que non se centra unicamente nunha das súas funcións, senón que atende tanto á función textual como á función interacional. Estas dúas perspetivas –textual e interaccional– foron propostas por Luís Cortés e Matilde Camacho (2005) no seu estudo sobre os papeis dos marcadores discursivos no procesamento do discurso oral. Estes autores parten da existencia de dous macrogrupos tendo en conta as instrucións que un marcador provee ao ouvinte (2005: 144):

- Marcadores textuais: advirten o ouvinte das deducións que ten que facer para coñecer de que xeito se fala, cal é a postura do falante respecto do referente, que clase de operacións lóxico-lingüísticas se están a realizar e se o tema se encontra ao principio dun texto, no medio, no final ou se se pode continuar ou non.
- Marcadores interativos: relacionan ou articulan unidades discursivas e informan das repercusións do que se enuncia no ánimo dos falantes, tendo moito a ver as constricións culturais e a cortesía.

Os marcadores pertencentes a un ou outro grupo son complementarios, é dicir, un marcador interativo tamén axuda á cohesión e coherencia do texto e un marcador textual sempre conta, en maior ou menor medida, cunha proxección socioafetiva. Cortés e Camacho (2005: 145) din o seguinte:

> *El uso de marcadores de estruturación, que son textuales por propia naturaleza, pueden interpretarse, desde el punto de vista de la interacción, como proveedores de claridad o congruencia, como manifestación de una postura cortés y empática por parte de quien los usa, y además, se convertirán en pistas sobre esas personas: sobre su nivel cultural, sobre su talante y maneras, etc*.

En relación con isto cómpre sinalar que os marcadores poden desenvolver unha función primaria e unha función secundaria, ou mesmo varias funcións primarias ou unha función primaria e varias secundarias. Vexamos un exemplo:

> *Entonces, foi o rapaz è díxollo. Dixo:* ***Pois****, díxome esto, que cando estaba no altar lle decía que , que usté ê o que me roubaba as galiñas, que me daban dous reás*

O marcador **pois** manifesta unha función primaria textual xa que presenta un comentario novo, funcionando polo tanto como marcador iniciativo. Da mesma maneira, albergaría unha función secundaria interativa xa que, cando no se acomoda á reacción buscada acompáñase dunha subida de ton, evideciándose polo tanto a actitude do enunciador.

Marchushi (2001: 61), moi en consonancia co anterior, sinala que "observei que, quanto às funções, tais sinais ou marcadores operam sob duas formas: conversacional e sintática". Este autor brasileiro sinala que, en relación ás funcións conversacionais, estas unidades pragmáticas poden ser consideradas segundo dous aspetos: sinais producidos polos falantes, sobre os que di que "servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o principio e final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se,

autoimterpretar-se, reorganizar e reorientar o discuros etc"; e sinais producidos polos ouvintes, indicando que son producidos "durante o turno do interlocutor e geralmente em sobreposição, que servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à receção [....]".

Tras esta pequena análise dos postulados que importantes teóricos teñen a respecto dos marcadores protagonistas deste traballo, comentaremos algúns aspetos que debemos ter en conta antes de darmos unha definición dos marcadores que operan na conversa:

- Non se pode trazar un límite entre o conversacional e o non conversacional, pois todo discurso é, en esencial, dialóxico e, por tanto, marcadores máis propios do ámbito escrito aparecen nos discursos orais e viceversa.
- A determinación de pertenza de un marcador a un grupo ou a outro vén condicionada sempre polo contexto, xa que a maioría destas unidades non descritivas poden cumprir unha función diferente dependendo da situación comunicativa, ou mesmo marcadores diferentes poden realizar a mesma función.
- Os marcadores discursivos forman unha categoría aberta e polo tanto introdúcense na lingua oral, e varían ao longo do tempo, caraterística que non é tan visíbel naqueles marcadores que actúan prinicipalmente en textos escritos, ou mesmo nos textos de índole máis formal.

Téndomos en conta estes tres aspetos definimos os marcadores conversacionais como aqueles que axudan a guiar o ouvinte sobre as intencións do falante, o cal pretende salvagardar, na maioría das ocasións, a súa imaxe e a do seu recetor a través dunha relación interacional cortés. Ao utilizalos o falante pode chamar a atención do ouvinte, persuadilo para que mude de parecer etc, mais normalmente mitigando estas actitudes que poden resultar agresivas co uso destas partículas. Alén disto, os marcadores conversacionais tamén poden ir dirixidos á propia mensaxe, é dicir, estruturando o contido, mais nunca contribuíndo con información nova sobre o desenvolvemento do tópico. Asumimos por tanto neste traballo a existencia de dúas macrofuncións na organización do discurso oral: a textual e a interacional, en relación ás cales analizaremos os usos dos marcadores que operan no galego atual.

1. Marcadores conversacionais como marca de cortesía no galego atual

Como xa foi comentado unha das principais funcións dos marcadores na conversa é a de interacción, mostrando na maioría dos casos unha cooperación co interlocutor que se traduce no que nos chamaremos cortesía. Considerando isto definiremos o concepto de cortesía e analizaremos de que maneira os marcadores do galego actúan como mecanismo cortés.

1.1. Que entendemos por cortesía?

Antes de darmos unha definición de cortesía, debemos ter en conta unha serie de aspetos que interveñen na comunicación e que se evidencian polo feito de os falantes mudarmos a forma de falar en función da situación comunicativa en que nos encontremos.

Os seres humanos pretendemos ser aceptados dentro dun grupo social, e por iso tentamos proxectar unha imaxe que mostra as caraterísticas que se consideran válidas para esa comunidade. Isto é o que denominaremos imaxe postiva. Mais existe un segundo tipo de imaxe, a negativa que se carateriza polo desexo de cada persoa de manter a súa individualidade e o seu territorio, isto é, a distancia de seguranza que temos os humanos e que cando é traspasada provoca malestar. Por exemplo, se alguén nos preguntase polas nosas relacións sexuais, talvez nos sentisemos ameazados, xa que penetrarían no noso territorio de seguranza e, por tanto, estarían a realizadar un ato non cortés. Como é lóxico isto dependerá das normas que rixen cada cultura pois o que para un grupo pode ser adecuado para outro pode ser desagradábel e descortés.

Así as cousas, entendemos a cortesía como un conxunto de estratexias conversacionais destinadas a evitar ou mitigar os conflitos que poidan xurdir entre os obxectivos do emisor e dos recetores; así como o conxunto de normas sociais estabelecidas por cada sociedade para regular o comportamento dos seus membros.

Pasaremos a continuación a analizar a actuación dos marcadores do discurso como marcas cortés en galego a través de exemplos tirados do corpus da publicación *A Nosa Fala* (2003), que recolle 43 gravacións de persoas de distintas áreas da xeografía galeag coa súa correspondente transcrición. Está dispoñíbel na web do Consello da Cultura Galega (www.consellodacultura.org).

1.2. Relación entre a cortesía e os marcadores do discurso en galego

Como sinala Koch (2003: 107) a conversa é "un ato social, no interior de situações sociais que são modificadas ou mesmo constituídas através desses atos" e onde "cada indivíduo tem uma face externa ("positiva") –o modo como deseja ser visto pelos outros– " e tamén unha face interna ("negativa"), seu territorio íntimo, que não gostaria de ver invadido".

Cando o falante emite unha mensaxe tenta que o ouvinte comprenda adecuadamente o significado que este pretende transmitir e, con esa finalidade, estrutura o texto e interacciona co recetor para se asegurar do

mantemento da súa atención. Así, o falante está a realizar un ato cortés, non só satisfacendo os desexos do destinatario, senón os seus propios, xa que o intercambio comunicativo se realiza satisfactoriamente.
Vexamos isto a través de un anaco de un texto recollido en Chantada (Lugo), para despois adentrármonos máis en profundida no estudo dunha serie de marcadores que tratan, na súa maioría, de salvagardar a imaxe positiva de todos os participantes da conversa:

> *Coñeces a moitísima xènte, **ò sea**, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábreste moito **¿non?***
> *È tamên fomos a Formentèra è, nun barco, nun fèrri, desde Ibiza, è, **buèno**. Foi mui curioso, porque o primeiro que, que vimos ó chegar a Formentèra foi un, alí no puèrto, chámase o puèrto da Sabina, è o primeiro que vimos foi bar "El Rincón Gallego". **Mira**, en Formentèra, no cu do mundo. Ê unha isla preciosa, **èh**, moito máis ca Ibiza*...

A fórmula **ou sexa (ò sea)** preséntase como un marcador textual que actúa na organización do contido do discurso, e é empregado polo falante coa intención de aclarar a primeira parte do seu enunciado, facilitándolle así ao ouvinte o entendemento. **¿non?** favorece ao peche do tema, cumpre polo tanto unha función textual neste sentido, ao tempo que o falante co seu uso está a exercer unha relación de cooperación co ouvinte, buscando a súa ratificación e cumprindo polo tanto neste senso unha función interacional. O marcador ***bueno***, actúa, ao igual que **¿non?**, como marca de peche do discurso, pois a continuación o falante introduce un novo tema. **Mira** cumpre unha función interativa tentando captar o interese do ouvinte e facéndoo así partícipe do seu discurso. Xa por último a partícula **eh** é utilizada tamén para manter o contacto co interlocutor. É por tanto evidente que, o emprego de marcas que facilitan a interpretación do enunciado, provoca que a situación comunicativa se desenvolva satisfactoriamente.
*Destes marcadores, a partícula **non?** é quizais unha das máis produtivas no galego atual. Ao introducila o falante no seu discurso está a implicar o interlocutor, tentando así de mostrar unha actitude amábel, cortés cara á súa figura. Cando este marcador vai en posición medial, aínda que sexa pronunciado con entoación decrecente –típica de oracións interrogativas–, non se espera por parte do interlocutor ningún tipo de reacción direta, senón que simplemente se pretende buscar a súa aprobación (*Tèn nasas, tèn nasas entón o pulpo chega arriba **¿nò?** cando vên, a veces non vên, a veces vên, è hai que matalo. Hai un espicho que se lle mète pola boca è mátase, buè[no*]). Se a unidade non descritiva **non?** estiver situada en posición final, funcionaría como marcador de peche –na bibliografía internacional "tag questions" – invitando o ouvinte a que se produza un cambio de turno, mais sen o falante esperar tampouco unha resposta afirmativa nin negativa (*Coñeces a moitísima xènte, ò sea, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábreste moito **¿non?**).
Moi común é tamén o uso de marcadores para mitigar unha acción que pode resultar violenta para o ouvinte, tal como unha orde ou unha petición. Por exemplo neste enunciado: *Agarda **home**. Pol'o d'agora non conven que fales a nadie d'eso*, o marcador **home** funciona ao servizo da cortesía, pois tenta manter as boas relacións entre os participantes no discurso, mitigando a agresividade que pode supor o feito de dar unha orde a alguén (*Agarda*).
Tanto o marcador **home**, como o seu apócope **ho**, cumpren en galego unha función fática que se vincula á cortesía, e que se relaciona coa necesidade que as persoas temos de aprobación ante os demais. Son por tanto marcadores que cumpren unha función claramente interativa podendo desenvolver distintos valores segundo o contexto.
Un dos máis recorrentes é aquel onde o falante expresa a súa disconformidade con respecto a un feito ou a unha enunciación anterior:

> *- ¿Como estades tan flacos, eiquí? ¿Que comedes?*
> *- Comemos castañas.*
> ***-¡Òmbre!** Eiquí non pòde ser.*

Como se aprecia no fragmento proposto, o marcador **home** –que aparece sob a forma española *¡òmbre!* – está a funcionar nunha situación onde se mostra disconformidade con respecto a algo ou a alguén, podendo mesmo aparecer como enunciado autónomo expresando a mesma idea. Mais esta autonomía só é posíbel no caso de aparecer a forma non apocopada (**home**).
A través destes exemplos comprobamos que estas partículas funcionan como atenuadoras da intención do falante, sempre e cando a enunciación poida supor un ataque á imaxe positiva do interlocutor, ou co fin de reclamar a atención do ouvinte. Responden ambas as funcións ás carácterísticas propias dos vocativos – categoría gramatical da que proceden – sinaladas por autores como Mc Carthy & O'Keeffe (2003).
Cómpre destacar pequenas diferenzas entre home **e** ho**, pois mentres que o primeiro pode funcionar de forma autónoma guiando as inferencias,** ho **sempre vai acompañando un enunciado, caraterizado normalmente por ter unha carga elevada de agresividade que é minimizada co uso deste. Actúa en moitas**

ocasións con usos semellanzas aos de partículas como por favor**, moito máis presentes noutras linguas como o inglés (*please*). En galego cada vez mais se está a substituír na lingua oral, por influencias externas, o uso deste marcador polo antes nomeado, o cal cremos que non deixa de ser unha interferencia máis na nosa lingua que é preciso analizar.**

*Outra partícula discursiva con un elevado uso no galego atual, especialmente na parte máis occidental, é **lo** que procede posibelmente da apócope do advérbio* logo *que, tras se gramaticalizar e se converter en marcador do discurso, perde toda referência adverbial así como os usos que teñen a ver co valor consecutivo que conserva a forma non acopocada. Cumpre na atualidade unha función interativa que pon en contacto o falante e o ouvinte, ao tempo que lle serve ao primeiro para reafirmar o que acaba de enunciar:* Tamên, pois si, ê bonito eso, **lò**, navekhar, ver oitros bárcose, ò teu lado è saludar á xente doitros barcos ou incluso falar pola telefonía con eles*. O emisor precisa facer partícipe o recetor e asegurarse de manter a atención deste para así reforzasr a súa propia imaxe, ao tempo gaña tempo para estruturar o resto da mensaxe a favor da boa comunicación.*

*A forma non apocopada **logo**, ou o que é máis frecuente **e logo?**, é hoxe moi produtiva no galego, tanto a nivel oral como escrito, chegando a ser empregada inclusive no español falado na Galiza. A súa principal función é a de presentar o membro do discurso en que figura como consecuencia de un membro anterior, procurando así que a mensaxe sexa interpretada polo ouvinte corretamente. Alén disto, introduce en numerosas ocasións unha explicación onde o falante tenta validar como certo o enunciado emitido con anterioridade. Isto refléxase perfectamente no seguinte exemplo:* Pèro, ¿cómo que escándalo? **e lògho** è escándalo pormeter, por facer unha oferta que fixen polo fillo que se me librara do servicio de armas*. Tamén pode – maioritariamente en posición inicial – darlle énfase ao que o falante vai dicir (*¿È **lohgho** cando queiras ter moço – díxenlle eu – cando queiras ter moço, non me, non me has de falar?*), ou, cando vai en posición final, pode introducir un enunciado do que se procura unha confirmación por parte do recetor (*¿Qué iba voando, **logho**?*).*

*Un uso semellante ten **sabes?** funcionando ao servizo da cortesía ao procurar o falante co seu uso buscar a aprobación do seu recetor (*È, antes había aquí en Pereda, vamos unha ghran campiña, **¿sabes?** Entonses hai que telo aí, colghado toda a nuite. Ese è o ofisio da nécora*). Como se observa neste exemplo, este marcador discursivo axuda a restaurar a harmonía entre os interlocutores, evideciándose unha amabilidade por parte do falante que non deixa de ser unha forma de salvagardar tanto a súa imaxe positiva – sendo cortés – como a do propio ouvinte. Máis habitual que **sabes?** é a fórmula **non sabes?**, que aparece sempre en posición final ou medial, pechando en numerosas ocasións un enunciado e cedéndolle así a quenda a outro participante da conversa.*

*Caso contrario é do marcador discursivo **mais**, que pode funcionar como estratexia para gañar o turno na interacción, atuando así como marcador iniciativo (*¿**Pèro** como o desarnèghabas?*). A partícula **pero**, que como sinala Freixeiro Mato (2005: 196) é sospeitosa de ser un castelanismo no galego, aparece, fronte a **mais**, case en exclusiva no córpora que manexamos, unha mostra máis da presión que o español exerceu e exerce sobre a nosa lingua. Porén, a proba máis evidente é a do marcador **bueno**, pois o seu uso está tan estendido no galego atual que se traspasou a todos os ámbitos lingüísticos e a todos os contextos debido, en parte, á súa multifuncionalidade. Esta partícula tamén actúa a favor da cortesía, pois funciona en certos enunciados como indicador de acordo (***Bueno**, se, se a mula dá dous litros de leite cada doce horas, eu cómprolle a mula*) reforzando así a imaxe positiva do que fala e protexendo, ao mesmo tempo, a imaxe negativa do ouvinte.*

*Existen dous marcadores de procedencia verbal, **mira** e **vamos**, que tamén son moi rendíbeis na lingua. O primeiro aparece no corpus que manexamos en contextos moi diversos, cumprindo principalmente unha función fática ao se realizar unha chamada de atención sobre o ouvinte co obxectivo de que preste a atención necesaria ao enunciado que o falante vai introducir (***Mira**, unha vez na Coruña, eu e mais unha prima carnal do Vítor, do meu Vítor*). Mais unha función deste marcador é a de maximizar a ameaza do enunciado que segue, atuando por tanto, como marca de descortesía ao danar a imaxe do recetor (***Mira**, non volvas mais*). **Vamos**, representa unha unidade pragmática que, aínda tendo distintos usos discursivos, cumpre unha función fundamental de reforzamento da imaxe positiva do interlocutor que se fai máis forte por se tratar dunha forma verbal en plural, pois inclúe o ouvinte na acción enunciativa que está a desenvolver (*còlles ó mellor, còlles, dous quilos, dous quilos è medio, **vamos** o quilo vai a dúas mil...*). Neste exemplo, alén do valor antes sinalado, o marcador **vamos** cumpre unha función textual que lle facilita ao ouvinte a estruturación da infomración.*

*Segundo apunta Zorraquino (1998: 4156) o marcador **claro** é o que permite desenvolver un maior número de estratexias comunicativas de "cortesía positiva", pois co seu uso o ouvinte indícalle ao falante o seu interese pola conversa, á vez que equilibra a imaxe de ambos os interlocutores (***Claro** que iba polo aire*).*

Os marcadores comentados até o momento son os máis relevantes cuantitativamente, o cal non significa que non existan outros moitos que son moi habituais na nosa lingua, mais que polo tipo de textos deste corpus non son rexistrados. Citaremos para concluír con este apartado algúns deles máis sen facer unha caracterización tan profunda por carecermos de exemplos que poidan xustificar as nosas hipóteses canto ás súas funcións.

Respecto aos marcadores de procedencia verbal destacamos a presenza nun caso do marcador **olla!** (***¡olla!*** *Non hai fábrica que tanto diñeiro teña dado*), moi presente no portugués atual e que ten uns usos semellantes ao xa comentado **mira**. Un só exemplo achamos tamén para **escoita** (*Oíche mullèr. N'o cre naide,* ***escoita***), que aínda que garda similitude cos marcadores citados, segundo sinala Marques (2002: 36) a respecto de **ouviste**, esta unidade sería en contextos como do que partimos –posición final– "marca de conflito entre os interlocutores" pois considera que "não constitui nunca um ato de pregunta, é sempre uma ameaça que maximiza o valor ilocutivo do ato de linguagem realizado". Tamén o marcador que abre (**oíche**) este enunciado respondería ás caraterísticas citadas para **escoita**.

As interxeccións que funcionan como marcadores tamén están presentes habitualmente no galego oral. Recóllense dous casos de **eh** (***¡Eh!****, un michelín/ lè, entonces levaban, fixaran uns cestos así ghrandes, feitos especial* ***¡eh!****, iè lògho tiñan dous fondos*). No primeiro mostra a sorpresa do falante perante o enunciado pronunciado con anterioridade, e no segundo fai unha chamada de atención cara o ouvinte antes de introducir unha nova información que completa a emitida precedentemente. Outras partículas interxectivas presentes son **ah**, **oh**, **ai**, **bah** etc.

Á vista destes resultados podemos tirar unha serie de caraterísticas presentes nos marcadores discursivos que operan na conversa:

a) Chaman a atención para a mensaxe que está a ser transmitida, buscando así que non se rompa a canle comunicativa.
b) A maioría non son propios de rexistros formais, e polo tanto só operan no discurso oral.
c) Son marca de cortesía.

2. Os marcadores do discurso como reflexo da sociedade galega

O estudo dos marcadores que operan nas conversa axúdannos a achegar datos sobre a situación sociolingüística do galego.

Deterémonos, a continuación, no que ao longo do traballo fomos denominando como interferencias lingüísticas cando nos encontramos con marcadores do castelán que se introduciron no galego coas súas funcións e usos. Quizais o caso máis representativo é o do marcador ***bueno*** *pois como sinala Freixeiro Mato (2005: 111):*

> *É un verdadeiro retrouso onmipresente en calquera ato conversacional, popular ou culto, formal ou informal, desenvolvido en lingua galega e inclusive nos monólogos da máis diversa condición; a interferencia deste marcador prodúcese igualmente noutras linguas peninsulares como o catalán e o éuscaro.*

Comeza a se rexistar na nosa lingua no século XIX e na atualidade ten unha gran presenza nos discursos orais, evitándose nos textos escritos pola consciencia da súa procedencia castelá.

Outro caso salientábel de castelanismo é o de ***o sea****, do que chama a nosa atención que só se recollan no corpus dous exemplos da forma propiamente galega* ***ou sexa****. Na atualidade non é tan visíbel o seu uso, polo menos en textos formais, como o de* ***bueno****, mais é de destacar que na ligua espontánea de moitos galegofalantes é demasiado frecuente.*

Tamén o marcador discursivo **hombre** do español adquiriu nalgunhas zonas da Galiza os valores de **home**, mais parece menos perigoso para a pervivencia do galego o emprego deste por ser propio só dunha área da nosa xeografía e por ser utilizado nalgúns casos conscientemente co fin de lle dar un matiz máis enfático ao enunciado que introduce.

Todos os casos mencionados até o momento podemos consideralos dentro do grupo que chamaremos interferencias linguísticas, é dicir, os marcadores represéntanse sob a forma española aínda que normalmente manteñen os usos e valores propios do galego. Estes son visíbeis na lingua, mais non por iso menos perigosos que as interferencias pragmáticas. Así denominamos a aqueles marcadores que están a adquirir funcións propias doutros, restándolle protagonismo a aqueles que son máis característicos da nosa lingua. Un exemplo ilustrativo é o caso de **ho**, que como xa comentamos é utilizado para minimizar a ameaza que supón unha petición ou orde. Se atendemos á lingua dos nosos maiores comprobaremos como **por favor** –con valores semellantes aos de **ho**– se utiliza cunha menor frecuencia que na atualidade. Moitas veces isto achácase á falta de "educación", mais nós consideramos que máis ben habería que dicir que é unha marca de descortesía noutras linguas que se espalla á nosa. Talvez a súa produtividade no inglés é o que provoca que cada vez máis se estea a trasladar ao noso idioma, téndomos en conta o proceso de globalización que sufrimos. Mais temos que recordar que cada sociedade se rixe por unhas determinadas regras de cortesía aceptadas polos seus membros e que sería moi perigoso que estas se perdesen. Por iso, alén de atender ao seu aspeto linguístico, debemos tamén prestar atención ao aspeto pragmático, esquecido en todo o relativo ao galego e asumido –en moitas ocasións – en consonancia co español.

Outro exemplo ilustrativo da asimilacións de patróns de cortesía é a diminución no uso do imperativo, moi presente na nosa lingua fronte a outras como o español ou o inglés. Se pensamos nunha conversa mantida durante unha reunión de amigos, alguén pode dicir "pásame o sal" sen que ninguén resulte ameazado, pois o ton en que se enuncia fainos inferir que non se trata dunha orde, senón dunha petición. Se agora pensamos nun contexto semellante, mais con persoas de fala inglesa posibelmente escoitariamos *Can you give me the salt?*. Na realidade ambos os enunciados son válidos e aceptados por cada comunidade cultural, mais o último está a gañar terreo na nosa lingua, pois é sinal de boa educación a súa tradución direta: podes pasarme o sal?. Se voltaramos a vista atrás, posibelmente ningún galego utilizase tal fórmula, sen ser por iso menos cortés, pois nas normas da súa sociedade esa conduta é aceptada como válida.

Poderiamos comentar moitos máis exemplos de maracadores que se introduciron na nosa lingua durante o longo proceso de castelanización que sufrimos, mais cremos que son suficientes para nos facer unha idea da situación sociolingüística do galego na atualidade. É posíbel que no momento en que a pragmática se comece a estudar nas aulas de galego o uso destas formas diminúa, pois potenciariase o uso de marcadores propios da nosa lingua.

3. Conclusión

O obxectivo deste traballo non foi outro que o de comezar a encher o oco existente na linguística galega a respecto daqueles elementos que afectan ao ámbito pragmático, tal e como son os marcadores do discurso. Centrámonos exclusivamente naqueles que operan na conversa, pois realmente son os que mellor reflicten o estado do galego na atualidade.

Se o que se pretende é unha normalización da lingua galega, non podemos esquecer aqueles aspetos que relacionan a lingua, a cultura e a sociedade, pois son estes tres piares básicos dunha comunidade. Alén disto, o galego debe ser estudado como lingua viva, é dicir no seu uso, podendo ser isto aproveitado no ensino do galego como segunda lingua, xa que o incremento de emigrantes á nosa terra pode supor un incremento de galegofalantes, sempre e cando os galegos esteamos dispostos –e iso inclúen dispor dos medios educativos necesarios– de mostrar ao mundo a nosa cultura e a nosa lingua, mais non independentemente, senón como un conxunto.

5. Referências bibliográficas

- Cortés Rodríguez, L. & M. M. Camacho Adarve (2005) *Unidades de segmentación y marcadores del discurso: elementos esenciales en el procesamiento discursivo oral*. Madrid: Arco Libros.
- Freixeiro Mato, X. R. (2005) *Os marcadores discursivos. Conetores contraargumentativos no galego escrito*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- Koch, I. G. Villaça (2003) *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- MacCarthy, M. / O'Keeffe (2003) "What's in a Name?": Vocatives in Casual Conversations and Radio Phone-in Calls". En Pepi Leistyna e Charles F. Meyer: *Corpus Analysis. Language Structure and Language Use*. Amsterdam: Rodopi, 107-118.
- Marcushi, L.A. (2001 [1986]) *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- Marques, M. A. (2002) "Conetores fáticos e construção da relação interlocutiva". En I. M. Duarte, J. Barbosa, S. Matos & T. Hüsgen: *Encontro Conmemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística Universidade do Porto*. Vol. 2. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 31-39.

Um novo projeto: a Academia Galega da Língua Portuguesa

13. José-Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo, Galiza) www.uvigo.es

Martinho Montero Santalha

Nasceu em Cerdido (Galiza) em 1941. Frequentou o Seminário de Mondonhedo e, em Itália, realizou estudos de Teologia e Filosofia (Universidade Gregoriana de Roma). Doutorou-se em Filologia com uma tese sobre as rimas da poesia trovadoresca (em 2000, Universidade da Corunha).

Muito cedo aderiu aos movimentos a prol da reintegração linguística, convertendo-se num dos principais promotores. Durante a sua estadia em Roma (1965-1974) participou no grupo "Os Irmandinhos", preocupados pela recuperação do galego na liturgia e na sociedade em geral. Nessa altura foi um dos assinantes do "Manifesto para a supervivência da cultura galega", publicado na revista Seara Nova (dirigida por Rodrigues Lapa) em setembro de 1974. A começos da década de 80 participou na fundação de diversas associações culturais galegas, como as Irmandades da Fala, Associaçom Galega da Língua e Associação de Amizade Galiza-Portugal. Tem publicado numerosos estudos em diversas revistas e congressos internacionais, sendo um dos autores mais prolíficos e respeitados da Galiza lusófona. Atualmente é catedrático de Língua e Literatura galega na Universidade de Vigo (Campus de Ponte Vedra). Alguns dos seus textos mais representativos são:

Directrices para a reintegración linguística galego-portuguesa. Ferrol, 1979.

Método Prático de Língua Galego-Portuguesa. Ourense: Galiza Editora, 1983.
Carvalho Calero e a sua obra. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1993.
«A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro». Temas de O Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, Ponte Vedra - Braga, vol. VII-IV, nums. 27-38 (1991-1994), pp. 137-149.
Na internet: http://www.lusografia.org/mmontero.htm ou http://www.questione.org/node/405
Oxalá voltassem tempos idos! Memórias de Filipe de Amância, pajem de Dom Merlim. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1994.
As rimas da poesia trovadoresca galego-portuguesa: catálogo e análise. Corunha: Universidade da Corunha, Faculdade de Filologia, 2000, 3 volumes, 1796 pp.

Nota: esta intervenção e o debate que se seguiu estão disponíveis no formato MP3, no seguinte endereço: http://www.udc.es/dep/lx/cac/vo/20061004L01

Um novo projeto: a Academia Galega da Língua Portuguesa

Martinho Montero Santalha, professor catedrático da Universidade de Vigo, propus criação da «Academia Galega da Língua Portuguesa», na sua intervenção durante o V Colóquio Anual da Lusofonia, em Bragança. O professor solicita uma ampla e aberta colaboração, para que a Galiza tenha uma instituição

Desde há anos vem-se comentando nos ambientes reintegracionistas da Galiza a conveniência de constituir uma «Academia Galega da Língua Portuguesa». Aqui defende-se a necessidade (e mesmo a urgência) de realizar esse projeto.

Existe na Galiza, como é sabido, uma «Real Academia Galega» e outras Academias mais, quase uma dezena, entre elas a «Real Academia Galega».

A «Real Academia Galega» tinha entre os objetivos fundacionais a atenção à língua portuguesa da Galiza. Ainda que a instituição, sempre mediatizada pelas circunstâncias políticas, nunca foi muito ativa, manteve durante anos a ideia guia da unidade linguística galego-portuguesa, como fica patente pelas normativas linguísticas que promulgou. Nos últimos tempos, no entanto, essa direção mudou no sentido isolacionista.

Em princípio, dada a existência de duas ideologias contrapostas sobre a identidade da nossa língua, a Academia podia ser um foro de encontro e debate científico e sereno. Mas alguns factos recentes parecem indicar que o caminho que se quer impor à instituição não se guia por esses critérios: os últimos membros de tendência reintegracionista (nomeadamente o professor Carvalho Calero) foram marginados, os que faleceram não foram compensados, e desde há já bastante tempo só se elegem novos membros que professem a conceção isolacionista. De facto, com as incorporações do último vinténio, o controle de qualquer atividade da instituição veio a ficar em mãos do Instituto da Língua Galega, o organismo que inventou a «língua galega independente do português» e que, por isso mesmo, foi outrora feramente rebelde e opositor às diretrizes linguísticas da Academia. Por uma espécie de «síndroma de Estocolmo», a Academia foi ficando submetida ao poder do seu maior inimigo.

Vista essa situação, as perspetivas de que a «Real Academia Galega» se torne uma instituição cientificamente imparcial no assunto da língua da Galiza parecem escassas a curto prazo, e, tratando-se de uma instituição com grande dependência política, a sua evolução dependerá muito de fatores políticos e, em geral, da situação política da Galiza, que resulta difícil prever.

De todos os modos, qualquer que seja o futuro da «Real Academia Galega», para os que defendemos o caráter lusófono da Galiza é óbvio que o nosso país deve contar com uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» (de modo semelhante, por exemplo, a como os diversos países de língua espanhola possuem as suas próprias Academias da língua).

Entre outras razões, uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» é necessária para que os organismos reitores dos critérios normativos da nossa língua nos restantes países lusófonos tenham na Galiza uma instituição congénere, que ostente com pleno direito a representação da Galiza nas decisões técnicas sobre a língua comum, prescindindo –dada a particular situação da Galiza– de se o poder político do momento as ratifica ou não.

Com este projeto, não se trataria de erigir uma instituição *contra* a atual «Academia Galega», mas de uma instituição alternativa, diferente, guiada por claros princípios de unidade lusófona e de cooperação com as correspondentes instituições dos demais países de língua portuguesa, e inspirada pelo amor à verdade e por um sincero respeito a qualquer outra opinião, em leal concorrência. Nem sequer deveria excluir a colaboração, ocasional ou habitual, com a «Real Academia Galega», e a possível existência de membros comuns. Mas os

seus estatutos, os seus princípios reitores e os seus membros deverão estar clara e expressamente posicionados a favor do caráter lusófono da Galiza, excluindo de modo explícito e firme qualquer ideia de desmembração ou isolamento do território galego a respeito do restante âmbito linguístico português.

Evidentemente, esta instituição não interferiria de nenhum modo com os organismos de inspiração reintegracionista já existentes na Galiza, os quais devem seguir existindo com a maior vitalidade possível: as características e os objetivos de uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» são distintos aos de organismos de tão decisiva importância, tanto para o presente como para o futuro, como são a AGAL («Associaçom Galega da Língua»), as «Irmandades da Fala de Galiza e Portugal», a «Associação de Amizade Galiza-Portugal», o MDL («Movimento Defesa da Língua»), e outros, com os quais naturalmente a nova instituição deverá colaborar estreitamente.

Sou bem consciente de que a posta em marcha de um tal organismo tropeçará com grandes obstáculos.

Antes de mais, poderão aparecer travas de tipo jurídico, e devemos esperar que os defensores da tendência isolacionista moverão todos os seus poderosos instrumentos políticos para impedir que chegue a estabelecer-se. Mas, desde a pura justiça, nenhuma razão se poderá aduzir contra a constituição de um organismo que não existe nem se pode confundir com qualquer outro.

Logo, haverá dificuldades de tipo económico: será precisa uma sede estável numa cidade importante da Galiza –preferivelmente em Santiago– e a publicação dalgum órgão oficial.

E finalmente não deixará de haver, como sempre sucede nestes casos, os problemas de índole pessoal: por muito grande que seja o número de membros que se estabeleçam, não todas as pessoas que o merecem poderão ter cabida, o qual pode provocar em alguns ressentimento e até aversão.

Mas com todas estas dificuldades há que contar para qualquer cousa que se faça, e não creio que nenhuma delas seja insuperável se a comissão promotora souber agir com tino e com espírito aberto, alheio a todo género de sectarismo.

Corpus Musicum Gallæciæ

14. Rudesindo Soutelo www.artetripharia.com www.soutelo.eu

Natural de Tui (Galiza), estudou nos Conservatórios de Vigo, Madrid e Winterthur (Suíça). Discípulo de Rodolfo Halffter e Agustín González de Acilu em composição, e de Janos Meszaros em fagote. Em 1976 com o grupo Letrinae Musica apresenta em Compostela e Vigo o movimento novo-neo-new-dadá *Quadrado de Pi* para sacudir a infâmia que deitara no país o excrementíssimo ditador. E em 1980 funda a editora de música Arte Tripharia (www.artetripharia.com) onde gera um amplo catálogo de partituras e na atualidade publica o Corpus Musicum Gallæciæ.

Também promoveu revistas polémicas como "La Matraca", feita por estudantes do Real Conservatório S. de Música de Madrid, e "Da Capo" (Panfleto musical independiente del país). Alguns dos títulos das suas obras como o "Oppius dei" parecem ter uma intencionalidade beligerante, mas são só uma maneira algo irreverente, divertida e sonora de se rir das capelinhas de medíocres que controlam a música. Como compositor considera-se autoexcluído das máfias e grupos de poder.

Das suas últimas obras podemos destacar: *Prelúdio da Montanha Mágica*, homenagem a Thomas Mann (Piano); *Como a noite é longa*, homenagem a Fernando Pessoa (Flauta-Oboé-Clarinete); *Lábios de sabor a mar*, (Coro a cappella, com versões para Quinteto de Metais, e para Voz e Piano); *Quod nihil scitur*, homenagem ao filósofo Francisco Sanches 'o cético' e in memoriam J.M. Álvarez Blázquez (Órgão); *Tálamo e túmulo*, homenagem ao polígrafo Ricardo Carvalho Calero (Orquestra de Cordas). *Borobó* e *Manuel María*, (duos de Gaitas de fole); *Brêtema* de Dom Quixote e André, (Piano). Assim mesmo tem publicada uma coletânea de 93 artigos aparecidos na secção 'O Bardo na Brêtema' do hebdomadário galego A Nossa Terra.

Corpus Musicum Gallaeciae

A cultura é o único território que pode definir a uma comunidade, um país, uma nação. Os limites desse espaço não os determina a política senão os criadores das senhas de identidade do povo, os poetas, compositores, romancistas, pintores, cineastas, escultores...

Sem cultura não existe economia, apenas negócio, troco de bens, ou mesmo corrupção, fraude e caciquismo. E sem alta cultura também não há uma alta economia.

Alta e baixa cultura não é uma definição classista porque ambas coexistem em todas as capas sociais e interagem entre si. O grau de complexidade, elaboração estética, transcendência do ser, formação ética, é o que define uma expressão cultural e caracteriza a um povo.

Ninguém duvida da saúde da música galega, sobretudo desde que a imprópria etiqueta "celta" a inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano. Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heroica dos compositores e estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante.

A criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e a editora de música Arte Tripharia assumiu esse recto. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se. A CRTVG chegou a proibir a emissão das obras editadas no *Corpus Musicum Gallaeciae*. As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza não compraram nem um só exemplar. Após 10 anos de trabalho e com um cento de obras no catálogo, algo começa a mudar.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-a a mero consumidor. A falsa gratuidade promovida pela globalização nos está a transformar em simples mercadoria.

> "*Limites são pontos de impasse, de conflito. Pontos de encontro e de imbricações. Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais. Os territórios femininos, assim como outros, constituem combinações, territórios híbridos. Não há limites a priori. Há perceções e interpretações que podem limitá-los, mas eles se revolvem e criam outras demarcações."*

Estas são algumas considerações que a respeito dos limites do território feminino fez a Doutora Irene Tourinho da Universidade Federal de Goiás (Brasil) – investigadora de educação musical e cultura visual – como comissária da exposição "Mitos e territórios" no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Nesse território feminino é que eu enquadro a música e mesmo toda a cultura, pois esse é o único território que pode definir a uma comunidade, um país, uma nação.

Os limites desse espaço não os determina a política senão os criadores das senhas de identidade do povo, os poetas, compositores, romancistas, pintores, cineastas, escultores..., o mesmo povo. Sem cultura própria não existe uma verdadeira coesão social nem sequer uma economia própria, apenas negócio, oportunismo, ou mesmo corrupção, fraude e caciquismo. E sem alta cultura também não há uma alta economia. Alta e baixa cultura não é uma definição classista porque ambas coexistem em todas as capas sociais e interagem entre si. O grau de complexidade, elaboração estética, transcendência do ser, formação ética, é o que define uma expressão cultural e carateriza a um povo.

Se nos percebemos limitados é preciso revolvermo-nos para criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que nos limitam, mas sobretudo, criar massa crítica. A música tradicional é uma reelaboração continuada por gerações sucessivas que a corrige, emenda, pule, aprimora, eleva delicadamente o grau de complexidade e a melhora até torná-la uma expressão perfeita do povo que a exprime, para assim transmitir as suas ideias, sentimentos e emoções dum modo requintado ao tempo que singelo.

Na música culta essa complexa elaboração a realiza um compositor com o engenho, habilidade e agudeza de espírito para captar a realidade oculta da sociedade na que está imerso e fazer refletir à consciência social, daí que a maior parte das vezes, e isto é uma constante histórica, o reconhecimento do génio se produz pouco a pouco em gerações posteriores quando a sociedade consegue assimilar as suas propostas. Pelo contrário a baixa cultura não suscita dilemas, apenas entretenimento, passatempo, distração, é a cultura do vagar, lazer ou preguiça, que é algo saudável e até necessário mas quando isso predomina no corpo social então a consciência também se torna preguiçosa. "Limites são pontos de impasse, de conflito".

As multinacionais que controlam o 80% do negócio mundial da música (Universal, Sony, Warner e EMI) identificam interessadamente a cultura com o ócio para logo a pôr à venda nessas modernas quinquilharias que chamam Centros de Ócio, onde o paradigma é a comida-lixo de vistosas cores e inutilidade alimentar. Bagatelas e miudezas culturais é o que nos oferecem as multinacionais do ócio global. Aí é que ninguém duvida da saúde da música galega, essa que a imprópria etiqueta 'celta' inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano.

Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heroica dos compositores ou estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante. Mas nem toda a música alegadamente culta é alta cultura por si própria, nem toda a música popular, mesmo a de consumo de massas, é baixa cultura. Há "pontos de encontro e de imbricações", "territórios híbridos".

A música culta galega começa a sua história, escrita em cinco linhas, no século XIII, com as cantigas de Martim Códax e as de Afonso IX o sábio (X na Castela). O eminente musicólogo catalão Higínio Anglés disse que "é o maior monumento da música culta ocidental".

Anterior a estas partituras temos o indecifrável códice de Fernando I, século XI, em escritura musical neumática e mais o famoso Códice Calixtino do século XII – contemporâneo do Pórtico da Glória esculpido em pedra pelo

Mestre Mateus – e que contem as primeiras polifonias conhecidas da música ocidental, escritas ainda em tetragrama mas sem identificar aos autores nem a procedência das músicas. Devemos pois considerar a Martim Códax como o primeiro compositor galego documentado e de quem se conservam partituras. O códice com as músicas cantigas de amigo de Martim Códax foi leiloado em Londres no ano 1977 e nenhuma instituição galega ou espanhola mostrou interesse nele. Foi adquirido pela Pierpont Morgan Library de Nova Iorque.

Esse esplendor medieval da nossa cultura foi esmorecendo e assim vieram séculos obscuros para os nossos criadores musicais, ainda que a música continuava a ser cultivada tanto dentro como fora dos templos galegos, os nossos criadores foram eliminados da cena musical. Nos arquivos galegos da época encontram-se cópias de obras de grandes compositores europeus do momento, o qual induz a pensar que existia uma exigente demanda musical e uns qualificados músicos.

Por outro lado, não é casual que a história da imprensa galega comece precisamente com um livro de música, o Missale Auriense da catedral de Ourense, feito no ano 1494 em Monterrei. Mas como se explica a desaparição absoluta dos compositores galegos? Até o século XVIII o cultivo da música culta na Galiza permaneceu no entorno das Capelas de Música das Catedrais e Colegiatas, com Mestres sempre de fora. Esses Mestres escreveram muita música na Galiza e alguns mesmo de certa altura artística como é o caso do barroco navarro José de Vaquedano ou a do italiano Buono Chiodi que introduziu na Galiza o estilo clássico. Mas nenhum chegou a desenvolver caraterísticas próprias da música galega (ritmos, harmonias, temas, estilos).

Cinco séculos de total obscuridade na criação musical galega depois de dar à luz o maior monumento da música ocidental não podem depender do acaso. Após os trovadores, e com uma vida musical relevante e propícia, que está ao dia do que acontece na Europa, é difícil imaginar a carência absoluta de compositores galegos num período de tempo tão extenso. No século XIII a Galiza foi integrada na Coroa de Castela e aí começou a paulatina substituição da nobreza galega e a castelhanização das capas altas da sociedade.

A Igreja galega assumiu como próprios os interesses da coroa e teve um papel fundamental no declínio da nossa cultura, no desprestígio e marginação da língua, na desgaleguização da sociedade. Nesse empenho colonizador não podia permitir-se um Mestre de Capela, ou seja um compositor, galego, e se algum existiu foi expurgado ou obrigado a mudar a sua origem para sobreviver. Sem cultura própria não existe economia própria nem coesão social e prova disso temos ainda hoje nos jornais com as notícias de empresas galegas que se expatriam. A finais do século XVIII os ilustrados com Frei Martim Sarmiento à frente iniciam a recuperação de língua e a cultura galega.

Também a finais do XVIII começam a chegar à Galiza as companhias italianas de ópera e isto vai propiciar a construção da maioria dos teatros que se fizeram na primeira metade do século XIX, quase todos chamados de Principal. O semimonopólio musical que até esse momento tinha a Igreja vai quebrar. Não deixa de ser simbólico que seja nesse contexto quando Melchor López, Mestre de Capela de Compostela e natural de Guadalajara, compõe uns 'Vilancicos galegos'. Ao longo do século XIX a Igreja galega perdeu o esplendor económico dos séculos obscuros e com ele o controle cultural do país. É o ressurgimento ou renascimento da Galiza. A pequena burguesia, toda ela vinda de fora, levantou os teatros para desfrutar da ópera italiana e criou instituições de ensino musical. Apareceram as Sociedades Filarmónicas, Liceus, Casinos e Cafés onde a música não religiosa se expande e começam a borbotar os criadores galegos. Marcial del Adalid é o primeiro compositor relevante desse renascimento galego, chegando a utilizar melodias populares galegas e textos de Rosalía Castro.

Mas é no último terço do século quando o fervilhar de compositores galegos se manifesta com força (Baldomir, Castro 'Chané', Montes, Veiga) criando um grande número de baladas e melodias populares com textos de Rosalía, Curros Enríquez, Pondal e outros poetas. Também aparecem nessa época os primeiros orfeões que junto com as Bandas de Música que já começaram a surgir a mediados do século, vão ter um papel primordial na difusão e formação musical. E o mais importante desse período é que deu origem à primeira editora de música galega, Canuto Berea, que permitiu a difusão e consolidação da nossa incipiente criação musical.

O século XX dispersou toda essa atividade. Por uma parte os compositores galegos emigram para completar a sua formação – Gaos, Quiroga, Soutullo, Bal y Gay – e os que permanecem no país não evoluem a sua linguagem. Depois da guerra a atividade musical foi-se recuperando mas reproduzindo o esquema dos séculos obscuros onde os compositores galegos eram ignorados, tanto os exilados como as novas gerações que tiveram de sair do país para sobreviver ou desenvolver o seu labor criativo. O acontecer criativo da música culta galega sempre correu ligado ao acontecer criativo da língua, e a desgaleguização empreendida pela ditadura fascista ainda persiste tanto na sociedade como nas instituições.

No ano 1994 elaborei o primeiro projeto para criar uma coleção sistemática da música culta galega e pretendi que tal empenho fosse tutelado por uma instituição pública. Rogélio Groba e mais eu perdemos muitas horas em visitas aos responsáveis da política cultural do governo galego para explicar a necessidade de acometer tal

empreendimento histórico e abrir assim o caminho a uma indústria da música culta galega fundamentada nos compositores vivos que estão a criar a nossa identidade atual. Ninguém nos compreendeu, ou tal vez sim perceberam o perigo que a nossa proposta supunha para os objetivos desgaleguizadores daquela direita antigalega, e nada conseguimos.

Mas a criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e a editora de música Arte Tripharia assumiu esse desafio. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se. A CRTVG chegou a proibir a emissão das obras editadas no *Corpus Musicum Gallæciæ*. As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza, altamente desgaleguizados, não compraram nem um só exemplar.

Após 10 anos de trabalho e com um bom feixe de obras no catálogo, algo começa a mudar. A Rádio Galega volve a emitir as obras e mesmo está a colaborar na gravação do repertório do *Corpus Musicum Gallæciæ* para difundir. Os Conservatórios galegos estão a receber as edições por iniciativa da Conselharia de Cultura. Estão a desenvolver-se convénios com a Direção Geral de Criação e Difusão Cultural para estimular a criação de novo repertório para os grupos de câmara galegos. Há estreias de compositores galegos em concertos promovidos por instituições públicas. Tudo isto está começando a andar e ainda precisa dum longo percorrido para dar frutos, mas estamos no caminho para fortalecer uma cultura musical própria na qual se apoie uma economia e uma indústria também própria. "Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais."

Fundei a editora de música Arte Tripharia em Madrid no ano 1980 e no 2005 a transferi para Tui, na Galiza, para assentar assim o Corpus Musicum Gallæciæ no seu berço natural e continuar a lavor editora iniciada por Canuto Berea. A história demonstra que a música culta, e a cultura galega em geral, estão unidas ao acontecer da língua. Portanto se queremos inserir a música galega no mercado internacional temos de ligá-la ao devir da língua de cultura que desde a Gallæcia foi espalhada aos cinco continentes. Assim é que não só publicamos obras de compositores administrativamente galegos, senão dos culturalmente galegos, que num amplo e moderno sentido da Gallæcia abrange aos compositores de toda a lusofonia. O desenvolvimento duma cultura só é possível em liberdade. Sem uma absoluta liberdade de expressão não há uma verdadeira criação cultural. Essa liberdade só é possível se aquele que cria é totalmente independente. E na sociedade atual essa independência passa pela emancipação económica. O criador que não pode viver do seu trabalho criativo antes ou depois cede às pressões ou abandona a criação.

As multinacionais não têm interesse pela cultura senão pelos resultados económicos, pelos produtos fingidamente culturais de consumo massivo. Qualquer trabalho criativo que achegue massa crítica à sociedade é rejeitado como pernicioso para os seus interesses. As editoras independentes, e não sei por quanto tempo, ainda controlamos um 20% do mercado da música. Uma fatia do mercado constantemente ameaçada pela agressiva ação das multinacionais que ambicionam o controlo total, e para isso não duvidam em promover métodos destrutivos do mercado, como a pirataria, para assim eliminar a concorrência e se converter em ditaduras culturais globais. O curioso é que nesse empenho contam com a colaboração dos que dizem estar contra a globalização.

As editoras de música pequenas e independentes não só temos meios muito limitados para impulsar e fomentar a criação livre senão que logo padecemos o ataque dos colaboracionistas anticulturais com a pirataria massiva nos Conservatórios, Bandas de Música, Orquestras, Grupos, as descargas ilegais na rede, etc. As multinacionais já promovem o grátis total nos seus sítios de internet e a independência dos pequenos editores e dos autores, que assegura a liberdade de expressão, está ameaçada de morte. Neste caso o que está em perigo é a sobrevivência da música e de toda a cultura galega. Mas esta vez a desgaleguização vem da mão duma globalização que ultrapassa os limites até agora conhecidos.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-a a mero consumidor. A falsa gratuitidade promovida pela globalização nos está a transformar em simples mercadoria. Num jornal que se recebe gratuitamente ou numa música que se descarga livremente na rede já não somos clientes nem consumidores senão meros utentes que o jornal ou portal de internet vende aos anunciantes, portanto não temos sequer o direito a opinar ou protestar pela baixa qualidade do produto porque a mercadoria já somos nós mesmos.

"Não há limites a priori".

A Doutora Irene Tourinho concluía as considerações citadas acima com esta outra reflexão: "Somos antes de tudo seres culturais e sociais. Aprendemos com a troca, com os deslocamentos e com as passagens e paisagens de mundos diferentes."

A cultura galega, a música, como território feminino que é, tem de revolver-se e criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que a limitam, mas sobretudo, tem de criar massa crítica.

A atividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas

15. Teresa Carro www.mdl-galiza.org

Teresa Carro Sobral

Licenciada em Filologia Portuguesa pela Universidade de Santiago de Compostela, faz parte do Movimento Defesa da Língua (MDL) praticamente desde a fundação deste, partilhando esta atividade com outras de tipo social e cultural. Atualmente trabalha na distribuição de livros em língua portuguesa, combinando isto com o seu trabalho de Tradutora e Intérprete para distintos organismos e empresas.

O Movimento de Defesa da Língua (MDL) nasceu no ano 96 com o propósito de agrupar toda a pessoa que quiser trabalhar em promover a cultura e a língua galego-portuguesa desde a base, na rua, com trabalho prático.

Na altura existiam na Galiza diferentes coletivos que partilhavam estes objetivos e o MDL nasceu com espírito aglutinador de todos eles, como lugar de encontro das diferentes tendências e percetivas. Neste ano 2006 estamos de X Aniversário e já vimos realizada esta ideia, pois a dia de hoje o MDL continua a ser o ponto em comum das diferentes visões que da língua e a cultura galega têm os galegos reintegracionistas.

A atividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas

O MDL

O Movimento de Defesa da Língua (MDL) nasceu no ano 96 com o propósito de agrupar toda a pessoa que quiser trabalhar em promover a cultura e a língua galego-portuguesa desde a base, na rua, com trabalho prático.

Na altura existiam na Galiza diferentes coletivos que partilhavam estes objetivos e o MDL nasceu com espírito aglutinador de todos eles, como lugar de encontro das diferentes tendências e perspetivas. Neste ano 2006 estamos de X Aniversário e já vimos realizada esta ideia, pois a dia de hoje o MDL continua a ser o ponto em comum das diferentes visões que da língua e a cultura galega têm os galegos reintegracionistas.

Seis ideias-eixo são as que nos unem:

1.- A defesa do assemblearismo e da participaçom ativa, orgulhando-nos de ter como norma escuitar sempre todas as opiniões e promover a participaçom de tod@s na tomada de decisões.

2.- A confiança no compromisso entre os membros da organizaçom, na nossa seriedade e autodisciplina. Sempre cada pessoa escolhe com sinceridade o que pode contribuir em cada momento ao projeto comum.

3.- A liberdade normativa dentro das reintegracionistas, assim como respeito absoluto polas diferentes posturas e sensibilidades. Quem figer o trabalho é quem decide a norma que emprega.

4.- A liberdade ideológica e de pensamento, a excepçom daquelas práticas ou condutas antissociais intoleráveis.

5.- A independência de qualquer outro coletivo, organizaçom ou partido político, sendo nós mesmos quem tomamos as nossas decisões e escolhemos o nosso caminho.

6.- O trabalho prático e desde a base, atuando diretamente na sociedade, através de qualquer atividade ou campanha que promover que as pessoas escolham o galego-português como a sua língua e o reintegrado como o seu veículo. O trabalho a nível local é imprescindível à hora de normalizar.

Precisamente este último eixo será o que vou explicar mais ao pormenor. O MDL é atualmente o único coletivo existente na Galiza que trabalha desde a base da sociedade para todo o território galego. Isto quer dizer que a nossa atividade está focada a normalizar desde a sociedade civil, na rua, no dia a dia da comunidade galega. O nosso principal objetivo, agora já como coletivo ativista, é dar a possibilidade à nossa de conhecer a norma reintegracionista do galego. Para isto trabalhamos dia trás dia de diferentes maneiras. Pretendemos que as pessoas percebam um mundo aberto de possibilidades de lazer e de trabalho a partir da sua própria língua. Estas coisas tão abstratas concretizam-se em aproximar as pessoas ao cinema em língua portuguesa, em dar-lhes a possibilidade de ter as ferramentas apropriadas para ler e escrever em português, de maneira que possam trabalhar deste lado da raia ou estabelecer relações comerciais com qualquer país lusófono, para que possam ler Miguel Torga e Mia Couto, para que se desloquem até ao Porto para assistirem aos concertos das bandas portuguesas... Isto conclui-se em que tentamos dar a ver à sociedade que existe um outro mundo aberto e cheio de possibilidades através da língua própria dos galegos, o português, o galego-português, o portu-galego, o galego...em definitivo, o mundo lusófono abre umas portas maravilhosas para a sociedade galega sem esta ter que rejeitar as suas raízes, mas muito pelo contrário mantendo-se fiel e ajudando a dignificar uma língua num território onde ainda a dia de hoje continua a ser marginal e a estar marginalizada.

Pode que não se esteja a perceber bem esta questão, mas com uns exemplos ficará perfeitamente esclarecida. Bom, um galego a dia de hoje se quiser ver um programa da TV ou um filme, tem a possibilidade de ver a Televisão Pública da Galiza ou escolher entre os restantes cinco canais que se recebem todos eles em castelhano; é claro, sempre pode escolher a Galega, mas pensemos que a TPG tem um orçamento infinitamente inferior a qualquer dos outros canais pelo que a programação será pior e este galego acabará por ver qualquer dos outros em castelhano. Agora, o MDL diz, por que não podemos receber os sinais das TV's portuguesas na Galiza? Isto permitiria duas coisas principais, abrir as possibilidades de ver TV na nossa língua e abrir fronteiras culturais nesta Europa que se diz sem fronteiras. E mais uma questão para refletir, no Norte de Portugal vê-se a TPG, porque no temos a RTP na Galiza? Fica ai.

Agora analisemos a questão dum ponto de vista económico, o mundo da cutura galega sofreu muito durante o governo Fraga, esperamos que deixe de sofrer com este novo, mas este sofrimento fez com que agora esteja numa situação de precariedade e de abandono que será difícil de levantar. Dentro deste mundo da cultura está o mundo do livro, um mundo com muitas espinhas no território da Galiza, o governo do PP dedicou o dinheiro público para a edição em galego em publicar pessoas afins ao governo e traduções da literatura universal para o galego oficial; e desde o MDL perguntamos, qual o sentido destas publicações? Estes trabalhos custam uma quantidade de dinheiro impensável dos fundos públicos, e esses trabalhos já existem em português. Está mais do que demonstrado que qualquer galego alfabetizado pode ler em português sem qualquer problema sempre que se lhe facilitem umas ferramentas básicas. Pois ai é onde reside o papel hoje por hoje. Do MDL, em oferecer essas ferramentas à nossa sociedade. Como fazemos isto? Pois através de cursos de português, pensem que estudar português a dia de hoje na Galiza ainda continua a ser uma tarefa difícil; organizando ciclos de cinema em língua portuguesa para que o público assistente descubra um mundo novo de possibilidades de lazer. Enfim, são sempre atividades que demonstrem a utilidade da nossa língua e que ajuda a dignificá-la.

Durante estes dez anos de trabalho associativo orgulhamo-nos de dizer que muitos destes objetivos se foram fazendo reais com o passo do tempo. Por exemplo, o MDL foi pioneiro numa campanha em que se pedia a possibilidade de estudar português nas Escolas Oficiais de Idiomas, e hoje em quase a totalidade destas escolas se pode fazer. O MDL foi promotor duma campanha intitulada "Português no ensino, desde já" há uns meses o parlamento galego aprovava o português como língua opcional no ensino secundário.

Por outro lado também nos orgulhamos de dizer que aquele espírito aglutinador e de união com que o MDL nasceu vai-se consolidando dia trás dia. Há já algum tempo que as três organizações maioritárias reintegracionistas da Galiza trabalham conjuntamente em momentos pontuais, são Amizade, a AGAL e nós mesmos. E isto é algo muito importante na sociedade, porque se houve um tempo em que o movimento reintegracionista parecia estar desagregado e cada um trabalhava na sua parcela, hoje essa ideia está desaparecendo e o reintegracionismo mais cada vez dá uma imagem unitária e de força. E o MDL, podemos dizer que também foi pioneiro neste aspeto, nós acreditamos desde sempre na união dos coletivos reintegracionistas, nascemos com esse objetivo e continuamos a mantê-lo a dia de hoje. Por exemplo, o MDL foi promotor da chamada Assembleia da Língua que aglutinou a todas as pessoas reintegracionistas que quiseram aderir e serviu como um lugar de encontro de pessoas com interesses comuns. O MDL foi também o coletivo organizador do Fórum da Língua celebrado em fevereiro de 2004. Este fórum tinha como título "Novas estratégias para um novo reintegracionismo", nele havia 4 linhas temáticas que foram tratadas por diferentes especialistas em cada uma das matérias e serviu como motor de uma série de projetos que hoje já estão a funcionar. Por exemplo, uma das linhas era o ensino, dessa mesa saíram pessoas com um interesse comum, criar uma escola em galego, e hoje esse projeto já é realidade e chama-se "Galescolas"; outra das mesas eram os meios de comunicação e hoje existe um jornal escrito integramente em galego-português; uma outra mesa tocava o tema relacionado com os locais sociais, e podemos dizer que desque aquela altura até hoje estes já se multiplicaram.

Com estes exemplos só quero explicar que o MDL sempre apoiou e confiou nos movimentos que sirvam para unir pessoas com interesses comuns, seja qual for a cor política.. O MDL teve sempre isso como objetivo e em minha opinião a experiência diz que ainda não erramos, onde está o segredo? O segredo é que somos uma associação em que todas as pessoas contam por igual, uma associação em que ninguém pergunta nem questiona a identidade política de ninguém, e uma associação que pensa sempre em positivo para fazer uma sociedade mais feliz e aglutinadora. Daí que nos últimos tempos cada vez sejam mais numerosas as campanhas em que trabalhamos em união com o resto dos coletivos reintegracionistas. Porque aos poucos todos o reintegracionistas percebem que são mais os pontos que nos unem do que os que nos separam, daí que caminhemos todos para um objetivo comum, dados da mão.

A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística

16. Xavier Vilhar Trilho (Professor Titular de Ciência Política da Universidade de Santiago de Compostela e Presidente da Associação de Amizade Galiza-Portugal)

www.lusografia.org

Xavier Vilhar Trilho

Nascido em 1943, na vila de Cée (Galiza), embora a sua infância e adolescência transcorreu na também galega cidade da Corunha, é professor de Ciência Política na Universidade de Santiago de Compostela. Tem realizado estudos após-grau em Itália (na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma e no Instituto Universitário Europeu de Florença). Está especializado na investigação do federalismo e das políticas linguísticas presentes na regulação legal do uso público das línguas das chamadas *nacionalidades históricas* do Reino da Espanha. Sobre a temática do federalismo cabe salientar a publicação da que poderíamos qualificar a sua *opera magna*, *A remodelação "federal-confederal" do Reino da Espanha* (Editorial Laiovento, Santiago de Compostela, 2001). Sobre a temática das políticas linguísticas tem publicado inúmeros artigos, alguns deles na *Revista de Llengua i Dret* (editada pela Escola de Administração Pública da Generalidade de Catalunha), a mais prestigiosa publicação existente no Estado espanhol no campo da análise dos direitos linguísticos e das políticas linguísticas O professor Xavier Vilhar Trilho foi membro das Irmandades da Fala de Galiza e Portugal e da Comissão para a integração ortográfica da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada de 1990 para a Língua Portuguesa. Fez parte do Conselho de redação de *Nós* (Revista Internacional da Lusofonia) e faz parte do conselho científico de *Agália* (Revista de Ciências Sociais e Humanidades da *Associação Galega da Língua*) desde a sua fundação. Atualmente é presidente da *Associação de* Amizade Galiza-Portugal.

A RECÍPROCA CONVENIÊNCIA DE A GALIZA E PORTUGAL LEVAR A TERMO ALGUM TIPO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA E, NO MÍNIMO, A PLENA UNIDADE LINGUÍSTICA

SINOPSE

*A linha argumental deste trabalho desenvolve as seguintes ideias-chave: **1º** Interesse da Galiza em privilegiar as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos **2º** As relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam o caráter daquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou entre as outras regiões fronteiriças de Portugal e a Espanha, que não têm em comum a mesma língua. **3º** O necessário apoio recíproco entre a Galiza e Portugal em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, numa política de defesa da unidade da língua comum. **4º** A unificação linguística do galego com o português como a melhor e a maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal. **5º** As recíprocas vantagens económicas e de reforço da presença cultural da Galiza e Portugal na Europa e na Lusofonia, que se derivariam da reintegração ortográfica do galego no português. **6º** A natureza basilarmente cultural, portanto não essencialmente política, da unificação da variante linguística galega com a portuguesa padrão do Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa de Lisboa de 1990. **7º** O dever cultural e científico das instituições políticas e académicas da Galiza e Portugal em promover tal unificação linguística.*

A Galiza deveria privilegiar sempre, e por todos os meios, as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos. Teria de caminhar para uma associação (no mínimo, do tipo da união económica do BENELUX, constituído por BÉLgica, NEderland e LUXemburgo) com Portugal. Embora estar já na União Europeia tanto a Galiza (indiretamente, por intermédio da Espanha) quanto diretamente Portugal, a Galiza deveria fomentar as relações com Portugal, formando uma união estreita com ele, de igual modo a como a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo já a tinham feito entre si antes de contribuir à formação da Comunidade Económica Europeia, e que continuam a manter dentro da atual União Europeia. Respeito deste assunto, tem sido muito negativamente revelador ver como se tratou no Tratado pelo que se estabelece uma Constituição para a Europeia a possibilidade do chamado *alargamento interno* da União –alargamento por secessão de uma parte de um Estado membro ou por conversão dalguma das atuais regiões transfronteiriças (aquelas formadas por partes fronteiriças de dois Estados membros) num Estado membro mais ou da possibilidade de uma redução interna do número dos Estados integrantes da União por federação entre alguns deles. Nós somos da opinião que na futura Constituição da União Europeia devem figurar essas opções, para, entre outras coisas, contribuir a superar a atual intocável territorialidade dos Estados e facilitar, deste modo, uma maior união política, como seria a que mais facilmente se alcançaria entre entidades políticas das dimensões territoriais e demográficas medias que ostentam as regiões e as pequenas nações sem Estado da Europa.

Galegos e portugueses fazem parte da mesma nação, até ao ponto de que um estudioso do facto nacional na Europa ocidental, como o italiano Salvi[1], autor de *Le nazioni proibite*, estima que a Galiza é uma das "*false nazioni*" da Europa. Para Salvi, Galiza é uma falsa nação, porque não é uma das que ele chama *nazioni proibite*, quer dizer, não é daquelas nações que não conseguiram constituir o próprio Estado nacional sobre alguma parte do seu território, pois a nação galego-portuguesa, na sua prolongação portuguesa, sim conseguiu dar-se um Estado, embora parte do seu território inicial (o território da atual Galiza) faça parte do Estado espanhol e, portanto, sem Estado próprio.

Sobre o facto de a Galiza e Portugal ser ou não a mesma ou duas nações diferentes[2] e, em consequência, o tipo de ação política que teria de se derivar de uma e outra tese, há hoje pessoas na Galiza, como Miragaia[3] e Cristóvão Angueira[4], que –desde uma definição linguístico-cultural de nação se têm pronunciado pela ideia de considerar que a Galiza e Portugal são a mesma nação e de tirar conclusões políticas dessa ideia. Miragaia conclui que o reintegracionismo não se pode limitar a ser simplesmente linguístico-cultural, devendo ser também político. E Cristóvão Angueira tira a conclusão de que, se considerarmos legitimamente a língua e a nação portuguesas as nossas, ter escolhido o caminho mais difícil, o da separação de Portugal, não nos tem facilitado muito as coisas aos galegos. Em parecida direção, a chamada *Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal* reivindicava –num comunicado de 26 de setembro de 1998– que, respeito da Galiza e Portugal, a territorialidade é a da República de Portugal e a da Galiza, não entendida esta apenas como território de uma Comunidade Autónoma do Reino da Espanha, e de que "a Galiza, parte Norte de Portugal, precisa da sua livre determinação, independência e soberania para, livre, determinar a reunificação com Portugal".

Pelo contrário, na opinião de Lôpez–Suevos[5] parece claro que Galiza e Portugal são duas nações diferenciadas, embora reconheça que têm uma comunidade de cultura, e que se deve fazer uma análise histórico–comparativa que descubra, apesar da existência de evidentes elementos comuns, aqueles fatores distintivos a considerar. Daí que –não entanto admitir a inegável unidade linguístico-cultural entre a Galiza e Portugal a unificação política de ambas não seja contemplada em primeira instância por Lôpez-Suevos. E isto por três razões: 1ª) por nunca ter coalhado posições irredentistas ou unionistas[6] entre Galiza e Portugal; 2ª) porque tal coisa demonstra a pegada da história da separação de facto entre Galiza e Portugal, que está aí, e não pode ser saltada alegremente[7]; e 3ª) porque a absorção[8] não resolveria o problema galego. No pensamento de Lôpez–Suevos sobre o tema não deixam de estar presentes certas contradições e uma aceitação final indireta, após muitas reticências, da fusão de Galiza e Portugal. Por uma parte, admite que Portugal não é para a Galiza uma nação ibérica mais, inclusivamente recolhe as palavras de Vilar Ponte: "Galiza considera que ela com Portugal forma nação completa"; mas, por outra parte, escreve que, na luta pela soberania nacional, os aliados naturais da Galiza são os nacionalismos rupturistas catalão, basco e canário, esquecendo incompreensivelmente o papel que nessa luta possa jogar Portugal, não obstante afirmar também que a independência da Galiza é possível, de enveredar Galiza para Portugal. Em qualquer caso, Lôpez–Suevos não admite que se proponha como objetivo inicial a união política com Portugal. Esta unidade aparece em Lôpez–Suevos como o último estádio de um processo com as seguintes etapas: 1ª) conquista por parte da Galiza da soberania nacional; 2ª) "benelux" galego/português; 3ª) eventual confederação das nações ibéricas; e 4ª) criação no seio da formalizada união ibérica –pela dinâmica dos acontecimentos de um bloco interno galego-português. Só no suposto que unicamente a Galiza se visse no transe de ter de optar entre a Espanha e Portugal, Lôpez-Suevos optaria por uma Galiza portuguesa. Se a mínima afirmação que Lôpez-Suevos faz respeito de Portugal é a que de facto representa uma das concretizações possíveis do génio nacional galego, por que –perguntamo-nos nós a proposta para já da reunificação da Galiza e Portugal não pode representar uma das concretizações políticas da personalidade nacional galega?

Desde o nacionalismo galego dominante continua-se sem responder de forma concludentemente favorável à necessária unificação linguística plena entre o galego e o português e a um necessário relacionamento político dalgum tipo entre a Galiza e Portugal. Claro que também desde a parte portuguesa –como indica Lôpez-Suevos[9]– nunca se tentou efetivar a sério um movimento panlusista na Galiza, nem sequer como tática defensiva face aos intentos assimilacionistas do Estado espanhol, que historicamente sempre tem sido uma ameaça para a soberania portuguesa. Portugal –como diz Lôpez-Suevos– deveria estar interessado na rutura do Estado unitário espanhol, porque esta seria a pré-condição para ele poder formar parte de um Estado federal (federal assimétrico e com traços confederais, acrescentamos nós) ou de uma Confederação ibérica, onde não preponderasse a nação espanhola, assim como também poderia ser a única alternativa resolutória dos conflitos nacionalitários no Estado espanhol que não passe pela "balcanização" do mesmo.

Em qualquer caso, as relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam àquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou àquelas entre Portugal e outras regiões do Reino da Espanha fronteiriças com Portugal (a Castela-Leão, a Estremadura, e a Andaluzia), que não têm em comum a língua com as contíguas

regiões portuguesas (Trás-os-Montes e Alto Douro, a Beira Interior, o Alentejo e o Algarve). Há muitas pessoas na Galiza (entre elas as autoridades políticas autonómicas) e no Estado espanhol interessadas em limitar as relações entre a Galiza e o Portugal às relações entre a Galiza e o Norte de Portugal (Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro), entendido este espaço conjunto como uma simples região económica transfronteiriça no interior da Europa unida, esquecendo a realização da unidade linguística plena e uma possível unificação política entre essas duas partes (a galega e a portuguesa total) da mesma nação cultural. O relacionamento da Galiza é com o Portugal inteiro e não só com parte (o Norte) de Portugal.

As relações entre a Galiza e Portugal têm de ser as próprias de entre duas partes de uma mesma nação ou, se se quer, de nação a nação. A comunidade de cultura, de língua, de origem histórica, de contiguidade geográfica e de interesses económicos entre a Galiza e o Portugal deve levar a relações de tipo político-culturais. Relações que poderiam tomar diversas direções. Em qualquer caso, essas relações não poderiam deixar de consistir no recíproco apoio da Galiza ao mantimento da independência de Portugal e de apoio de Portugal a que a Galiza consiga recuperar a sua identidade nacional e inclusivamente o maior autogoverno possível. Apoio recíproco, que em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, em realizar uma política conjunta de defesa da unidade da língua comum, o que seria a melhor e maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal. Os portugueses devem defender –sem medo a serem acusados de interferir nos assuntos internos do Estado espanhol a unidade morfossintática, léxica e ortográfica de galego e português, porque tal coisa é um assunto cultural à partida, não essencialmente político, embora tenha, evidentemente, uma dimensão política. Dizemos cultural à partida porque, mesmo um cidadão espanhol, defensor a todo transe da unidade política do Reino da Espanha, poderia simultaneamente ser partidário de que o português, que se fala na parte de Reino da Espanha conhecia pelo nome de Galiza, se escreva corretamente com a sua própria ortografia, a sua ortografia histórico-etimológica, que hoje se tem consolidado no português de Portugal, forma evoluída, culta e internacional do galego.

Tem havido portugueses que superaram esse temor a ser acusados de se interferir em assuntos alheios, como é o caso do insigne Prof. Rodrigues Lapa, que têm ousado dizer –vencendo a paralisante mal entendida cortesia, muito espalhada entre os portugueses, de não opinar sobre temas controvertidos entre os galegos que "o único remédio eficaz para a salvação do idioma [galego], gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego […] Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário atual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata" [10]. Também por parte galega temos de superar o preconceito contrário ao português, efeito da colonização espanhola e do complexo de inferioridade de todo colonizado, que nos leva a desprezar todo o que nos recorda o que somos, e nada há mais próximo a nós do que é português. Contudo, tem existido no passado imediato e existe no presente a demanda da reintegração plena do galego no português, que supera esse complexo de autocolonizado. Exemplo histórico ilustre desta demanda tem sido João Vicente Biqueira, quem já em 1919 tinha dito que "O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas um português, uma forma de português (como o andaluz do castelhano) tem-se de escrever em consequência como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!"[11]. Hoje já existe na Galiza um forte movimento reintegracionista e lusista organizado, minoritário mas de grande incidência social, que não se limita à proclamação de um lusismo teórico (aquele dos que defendiam a reintegração ortográfica do galego no português mas que não chagaram a escrever com ortografia portuguesa, como foi o caso de Biqueira e de Vilar Ponte). Um lusismo com efeitos práticos, quer dizer, produtor de publicações (revistas, livros, artigos nos jornais, cartazes, faixas) e atividades realizadas numa forma muito próxima ao português ou em português, do que mesmo é exemplo este trabalho.

Os dois atuais Estados unitários da Península Ibérica, o Reino da Espanha e a República de Portugal, deveriam estar interessados mesmo em assinar um tratado internacional de união ortográfica para a escrita do galego (ou português que se fala na Galiza) e do português que se fala em Portugal, semelhante à *taalunie* (o tratado da União da Língua Neerlandesa). Acordo rubricado entre o Reino da Bélgica e Reino dos Países Baixos, que fixa em comum a ortografia e a gramática oficiais para o flamengo (o neerlandês que se fala na região belga de Flandres) e o neerlandês que se fala na Holanda, que não supôs que Flandres se tivesse de incorporar à Holanda.

É ridícula a pretensão, dalgumas organizações e instituições galegas, de que o galego com ortografia espanhola (defendida por Esquerda Unida, *Mesa pola Normalización Linguística*, Parlamento da Galiza e Reitorado da Universidade de Santiago na época do Reitor Villares) ou a de que o galego com ortografia próxima à portuguesa mas sem ser plenamente a portuguesa padrão (defendida pela *Associaçom Galega da Língua*) seja declarado oficial na União Europeia, quando o português padrão é para já uma das línguas oficiais da União Europeia. Os galegos perdem, assim, a possibilidade de usar a sua língua como língua oficial na União

Europeia, de querer usar uma versão ortográfica espanholizada não plenamente portuguesa do galego nas instâncias europeias, nas que tais versões não poderão chegar a ser oficiais por não ser oficiais nalgum dos Estados membros da Unidade Europeia. A sumptuária pretensão de que o português, uma das línguas oficiais da União Europeia, tenha –de ser admitido, como língua oficial na União Europeia, o galego escrito com ortografia espanhola duas ortografias oficiais, deveria ser denunciada pelas autoridades académicas e governamentais portuguesas, como já o estão a fazer certas organizações não-governamentais galegas (Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, Associação de Amizade Galiza-Portugal e a Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa de 1990), partidárias da plena reintegração ortográfica do galego à sua ortografia histórico-etimológica e internacional, qual é a portuguesa. Luxo asiático esse, o de ter línguas com duas ortografias oficiais[12], com o que nunca deverá adornar-se a União Europeia, a não ser que acredite que é pobre em línguas oficiais (atualmente doze[13] e que, com as ampliações previstas, chegaram a ser vinte e três[14]) e se queira munir também de distintas versões ortográficas oficiais das suas já numerosas línguas oficiais!

Na direção de servir-se de um galego muito próximo ao português têm dado bom exemplo o professor castelhano residente na Galiza, António Gil Hernández, e os eurodeputados galegos José Posada (do Partido Nacionalista Galego, uma das entidades parceiras da Coligação Galega, formação política nacionalista de direita) e Camilo Nogueira (do Bloco Nacionalista Galego, formação política nacionalista de esquerda). Abrindo, com o primeiro e o melhor, a via desses bons exemplos, o professor António Gil Hernández –em qualidade, naquela altura, de Presidente da *Associação de Amizade "Galiza-Portugal"*– dirigia-se, em 10 de março de 1992, por escrito em português à Sr.ª Presidente da Comissão de Petições do Parlamento Europeu, para solicitar de tal instituição que não aceitasse as petições de reconhecimento do galego como idioma das instituições da Comunidade Europeia por ser já, como variante do português, uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia, pois, caso contrário, passariam as instituições europeias a sancionar a conculcação dos direitos linguísticos dos cidadãos espanhóis lusófonos e lusógrafos da Galiza (aqueles que utilizam o português oral e escrito como forma culta e internacional do galego), constantemente discriminados, por esse motivo, pelas autoridades e administração autonómicas da Galiza espanhola[15]. O eurodeputado José Posada apresentara um relatório com ortografia próxima à portuguesa na sessão do 10 de outubro de 1993 e interviera, na sessão do 8 de fevereiro de 1994, numa forma oral do galego foneticamente similar ao do português do Norte de Portugal, que foi recolhida na grafia padrão portuguesa no Diário de Sessões do Parlamento Europeu. E o eurodeputado Camilo Nogueira, em 14 de setembro de 1999, interveio no Parlamento Europeu numa forma de galego (a que se pronuncia com a fonética própria do dialeto galego das Rias Baixas, muito próxima à portuguesa), que provocou a intervenção do porta-voz do PP espanhol em Estrasburgo, o qual solicitara que tal intervenção não fosse recolhida nas atas por estar "num idioma que, na sua opinião, não era castelhano, nem galego, nem português". Intervenção que, não obstante, tinha sido traduzida para o português pelos tradutores do Parlamento Europeu e merecedora de felicitação pelo "bom português" usado, em palavras do mesmo ex-presidente da República de Portugal, Mário Soares. Desde aquela altura, Camilo Nogueira empregou o português nas suas iniciativas parlamentares escritas. E as suas intervenções orais -no português da Galiza foram transcritas para o português padrão quando interveio no Parlamento Europeu.

Não se pense que a questão ortográfica é um problema bizantino. A unificação ortográfica de galego e português (ou melhor, a reintegração ortográfica do galego no português) é de uma importância vital para a sobrevivência do galego (o português da Galiza), porque –nas condições de proximidade estrutural entre duas línguas românicas (como são o galego e o espanhol) e de concorrência desleal do espanhol, que o galego tem de suportar no seu próprio território histórico a defesa do galego deverá tirar partido simbólico da diferença gráfica frente à língua espanhola com a que tem de concorrer diretamente. A ortografia portuguesa é o instrumento ideal para impedir a assimilação do galego pelo espanhol pela via de que não se distinga praticamente deste, pois, como diz o professor galego Fernando Vázquez Corredoira:

"*Pode-se formular, como princípio geral, que o caráter distintivo e delimitador da ortografia é singularmente evidente nas situações de contacto linguístico em que os utentes de uma das línguas sentem a necessidade de marcar a distância em relação à outra e que esta necessidade é tanto mais premente quanto menor a distância estrutural entre as línguas em contacto. Pretende–se, então, em primeiro lugar, diferenciar quanto possível no plano gráfico a língua em questão em ordem a tornar mais visível a sua singularidade e, em segundo lugar, capitalizá-la simbolicamente de modo prestigiante*" [18].

Parecido argumento está presente nas palavras doutro professor galego, José Henrique Peres Rodrigues, quando escreve:

"*As grafias empregadas na representação de uma língua levam parelho […] um valor simbólico de identificação […] Ter isto em conta é fundamental à hora de dotar de um sistema escrito a uma língua minorada. Um sistema que lembre demasiado o da língua dominante com certeza constituirá um obstáculo para a consideração autónoma e para o prestígio dessa língua, aspeto que muito provavelmente não se verá compensado em termos de uma possível maior eficácia normalizadora deduzível de uma maior presumível maior facilidade existente para aceder ao novo sistema gráfico desde o já conhecido*" [17].

A distância que há entre uma estandardização espanholizadora do galego e uma estandardização que procura a reintegração plena do galego no português é a distância que medeia entre uma língua arcaizante e uma língua modernizada, entre uma língua rústica e uma língua urbana, entre uma língua com só um registo coloquial e uma língua com registo culto, entre uma língua crioula (o "portunhol", um híbrido mestiço de galego-português e galego espanholizado) e uma língua não hibridizada (a galego-portuguesa), entre uma língua colonizada e uma língua descolonizada, entre uma língua em estado de fragmentação dialetal e uma língua integrada num estândar unificado, entre uma língua regional e uma língua nacional, entre uma língua regional não nacional e uma língua nacional com dimensão de língua de relação internacional. A formalização gráfica do galego perpetrada pelo oficialismo institucional é uma estandardização do galego efetuada a partir de um galego que, com ironia, poderíamos chamar "coloquial-colonial". *Coloquial* por elevar a registo culto da língua a maneira de falar coloquial, cheia de vulgarismos e tipismos, e *colonial* por estar muito poluída por interferências do idioma espanhol colonizador. Esta forma de normativizar o galego –com a ortografia do espanhol, que codifica as formas gramaticais (morfológicas, sintáticas e fonéticas) mais distantes do português e que adota um léxico culto tomado basilarmente do espanhol ou hiperdiferencialista a respeito do português padrão amputa-lhe ao galego as funções de língua nacional, de língua de cultura universal e de língua de relação internacional.

A codificação espanholizadora do galego nega-lhe a este o caráter de língua nacional na medida em que o converte numa simples língua "regional" do Reino da Espanha, num dialeto do espanhol, numa espécie de castelhano antigo ou de português aldeão. Esta normativização, que isola o galego do português, desintegra o galego, ao desagregá-lo da comunidade linguística lusófona, da que faz parte, e ao facilitar a conversão do mesmo num dialeto do espanhol. A estandardização espanholizadora do galego priva ao galego da função de língua de cultura na medida em que o desvincula da própria tradição cultural dos cancioneiros líricos medievais galego-portugueses, na medida em que também o desliga da literatura portuguesa e brasileira (a forma mais culta, mais "cultivada" do galego), na medida em que não se serve do léxico científico já acunhado no português, que segue a orientação erudita das restantes línguas românicas. Assim também, a normativização espanholizadora e/ou hiperdiferencialista do galego usurpa-lhe ao galego a função de língua internacional, extensa e útil, pois afasta-o da forma em que é escrito por mais de duzentos milhões de utentes dos países lusófonos disseminados pelos cinco continentes do globo terráqueo.

A reintegração ortográfica do galego no português interessa a Portugal e deveria ser apoiada pelas instituições políticas e culturais portuguesas, pois também acrescentaria a presença da língua portuguesa na União Europeia ao somar aos dez milhões de portugueses os quase três milhões de galegos, com o qual o português passaria a ser a sexta língua (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol) mais falada na União Europeia de antes do seu último alargamento a vinte e cinco Estados, ao praticamente igualar em número de falantes ao neerlandês e ultrapassar ao catalão. Para Portugal, os quase três milhões de galegos que falam o português da Galiza podem significar pouco comparados com os mais de 150 milhões de falantes do português no Brasil e os 35 em África, mas são de uma grande importância pelo seu valor simbólico para o mundo lusófono (por ser a Galiza parte do berço territorial onde nasceu o galego–português), pelo nível educativo e pela estratégica ubiquação dos galegos numa União Europeia de grande influência económica, cultural e política. Seria uma grande perda para toda a Lusofonia que desaparecesse o português da Galiza. Para a Lusofonia qualquer perda, embora for pequena, é perigosa, porque se começa por perder uma parte e se acaba por perder todo o conjunto. Agora que há um futuro certo para a nossa língua no Oriente, após o Timor Oriental conseguir libertar-se da ocupação indonésia, a Galiza tem de deixar de ser uma espécie de "Timor Ocidental linguístico" sob o domínio do espanhol e de formas espanholizadas do galego, que, de persistirem, levarão o galego à sua desaparição definitiva. Não se pode esquecer que o passado do galego são os cancioneiros lírico medievais galego-portugueses e não se pode desconhecer que o futuro do galego está no português da Lusofonia.

A unificação ortográfica de todo o mundo lusófono permitiria a Portugal exigir em Bruxelas uma parte das ingentes quantidades que a União Europeia destina à indústria do cinema e dos audiovisuais, pois a comunidade linguística portuguesa, com mais de 200 milhões de utentes e possíveis consumidores, está em condições de igualdade para fazer parte da distribuição dos recursos que a União Europeia realiza entre as suas comunidades linguísticas (inglesa, espanhola e francesa) de extensão internacional. A eliminação da alfândega

ortográfica que separa o português do galego e a unificação ortográfica de toda a Lusofonia (já lograda, pelo menos no papel[18]), com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1990, pela Academia Brasileira de Letras, pela Academia de Ciências de Lisboa, pelas delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com a adesão de observadores da Galiza) criaria um maior mercado para os editores e livreiros de toda a Lusofonia e poria a disposição dos utentes do galego –que contam com uma raquítica industria editorial galega de abundantes e baratas edições em galego moderno e internacional (o português) de livros escolares e dos clássicos da literatura universal e de muitas obras científicas modernas, que já estão traduzidas à nossa língua. A língua nacional da Galiza, embora estar minorada no território da Galiza, conta com o enorme reforço de ser uma língua demograficamente não minoritária (como o são, por exemplo, o catalão e o euscaro), por ser uma língua de extensão universal com mais de 200 milhões de falantes e mais estendidos geograficamente (presentes significativamente em América e África e inclusive em Ásia, embora neste caso escassamente) do que os falantes do espanhol (só presentes significativamente em América e minimamente em África). A Galiza deve aproveitar essas vantagens estratégicas (a sua língua ser oficial no Estado vizinho e na União Europeia, e de difusão internacional) para recuperar a sua língua nacional. De não evitar a Galiza e Portugal esse estar de costas viradas, Portugal "perderá o Norte" e a Galiza "não receberá o sol do meio-dia".

Uma direção que poderiam tomar as relações políticas entre a Galiza e o Portugal, seria que ambas as partes da mesma nação cultural trabalhassem para uma confederação ou federação do estilo do Benelux entre elas dentro da União Europeia. Afinal, até poderiam chegar à união ou fusão política, formando o que hoje haveria que chamar uma comunidade política com poder constituinte e já não chamar Estado, devido a que a forma de organização política estatal soberana clássica está entrando em crise. Já Otero Pedraio, deputado galeguista nas Cortes da II República espanhola, tinha ameaçado, num debate parlamentar[19], com a união da Galiza a Portugal, caso de que o Estado espanhol não atendesse as reivindicações galegas. E o hino nacional da Galiza diz, em dois dos seus versos, que "*A nobre Lusitânia/ os braços tende amiga*".

A ideia de uma federação com Portugal já tem uma forte tradição no galeguismo histórico. É algo que já tem sido apresentado precisamente em ligação com a integração ortográfica do galego no português, como um instrumento que coadjuvaria positivamente a uma re-estruturação federal democrática do Estado espanhol e a uma confederação ibérica, que beneficiaria igualmente a ambos estados ibéricos. Vejam–se estas esclarecidas palavras de João Vicente Biqueira, publicadas em 1930:

"*O galego, pela sua semelhança com o português, é um instrumento de comunicação internacional que à Espanha inteira convém cultivar e conservar [...] Ainda pela semelhança do galego com o português podemos servir à Espanha e à humanidade em outra forma: trabalhando pela inteligência de Espanha e Portugal para formarem os dois estados unha grande Ibéria. A importância disto é enorme se se considera que só pelas sucessivas confederações nacionais se chegará à paz perpetua [...] Mas de nenhuma maneira se fará a futura confederação ibérica sem uma Galiza totalmente galega, e isto quer dizer falando galego, já que a língua é essencial à sua personalidade. A razão é que uma Galiza autónoma, dona de si, dissipará os receios da absorção castelhanista que Portugal sentiu sempre e sente justificadamente, motivo do seu distanciamento de nós. Portanto, a Galiza, se é fiel a si própria, está-lhe reservada, pela sua língua e pela sua história, tão portuguesas quanto espanholas, a missão de fazer a união Ibérica, que (indico de passagem) exige também na própria Espanha um regime geral federal*" [20].

Mesmo um setor do nacionalismo histórico galego tentou dar natureza de problema internacional a esse delineamento de deixar a porta aberta a uma possível união da Galiza e Portugal, ao reivindicarem uma autonomia plena para a Galiza, que desse passo a um achegamento a Portugal, como chave para facilitar o caminhar na direção de uma união federal ibérica. Com efeito, Antão Vilar Ponte tinha apresentado na Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918 uma proposição com a intenção de que os nacionalistas galegos se dirigissem ao Governo português com o objeto de que este –na Conferencia de Paz, que logo remataria no Tratado de Versalhes, e dentro da Liga das Nações se fizesse intérprete desse desejo de uma autonomia integral para a Galiza, na perspetiva de que Portugal e a Galiza pactuassem "um regime dual como nações que reconhecem-se atraídas por uma unidade superior, filha da natureza comum, que somente assim sem receios teria ingresso numa grande Ibéria" [21].

A decomposição do Reino da Espanha nas suas quatro nações constitutivas e a simultânea consolidação de um bloco galego-português na faixa atlântica da Península Ibérica constitui a pré-condição da possibilidade de uma federação ou confederação edificada sobre três pilares de parecida potência, pois o peso da "Espanha pequena" (os países castelhanos que formam a faixa ibérica central) estaria compensado pela presença das duas faixas, a ibérica-ocidental (ou galego–portuguesa) e a ibérica–oriental (a formada pelos países catalães), de parelhas dimensões demográficas e económicas e que somadas igualariam à castelhana central em importância demográfica, económica, cultural e política. Isso também permitiria que o encrave basco-navarro

euskaldun, assente na zona norte do faixa central, de menores dimensões territoriais e demográficas, se pudesse sentir protegido pelo "empate técnico" entre o polo da faixa românica castelhana ou "pequeno-espanhola" e o outro polo conformado pelas faixas românicas galego-portuguesa e catalã. Assim mesmo, uma Península Ibérica conformada numa ligação "federal-confederal" das quatro comunidades nacionais (castelhana ou espanhola, galego-portuguesa, catalã e basca) representaria um maior obstáculo contra a periferização da Galiza e Portugal no quadro do desenvolvimento desigual, que não é capaz de impedir – quando não o promove– o fundamentalismo de mercado da União Europeia.

Uma federação ou confederação peninsular de cinco membros de muitos dispares território, demografia e recursos económicos –um grande (o castelhano ou espanhol), dois médios (o português e o catalão) e dois pequenos (o galego e o basco), onde o elemento castelhano ou espanhol seria o dominante estaria desequilibrada e não chegaria a persistir por muito tempo. Os Estados federais ou as confederações, onde não exista uma certa igualdade entre os parceiros, não têm muito futuro. Para terem futuro, uma federação ou confederação de nações ibéricas e uma União Europeia federal ou confederal precisarão de estar constituídas por entidades de dimensões equiparáveis à média das ibéricas ou a média das europeia, como seriam as dimensões de uma PORTUGALIZA.

---

[1] Salvi, Sérgio (1973), *Le nazioni proibite. Guida a dieci colonie "interne" dell' Europa occidentale*, Firenze: Vallecchi Editore, pp. XVII e XVIII.

[2] Assim se intitulava, precisamente, um dos artigo inicidores da polémica atual sobre o tema, o de J. M. Barbosa, que leva o rótulo de "Galiza e Portugal: Umha ou duas naçons" (in *Agália*, nº32, 1991). Artigo que opta pela defesa da tese de a Galiza e Portugal ser duas nações diferenciadas. Segundo Barbosa, de a Galiza e Portugal fazer parte de uma única nação comum, só estaria integrada pela Galiza e a região norte de Portugal, a existente entre os rios Minho e Douro (a antiga *Gallaecia* romana), por ser as únicas terras com similitudes étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas. O resto de Portugal, quer dizer a *Lusitânia*, a região que se estende do Douro até ao Algarve, teria caraterísticas étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas (pela influência do substrato moçárabe) distintas. Os precedentes desta ideia podem Rastejar-se já no Castelao de *Sempre em Galiza*. Para Barbosa, mesmo admitindo os factos da substancial identidade linguística entre o galego e o português e de que se escreva com uma ortografia muito próxima à portuguesa padrão, não se deve chegar a uma unidade ortográfica total entre a variante galega e a portuguesa, senão a escrever o galego com as caraterísticas próprias do galego da Galiza e não com as do *galego do Algarve* (sic).

[3] Miragaia, Manuel (1990), "A realidade galega no pensamento galeguista", in *Agália. Revista Galega da Associaçom Galega da Língua*, nº 23, outono , pp. 269-288.

[4] Angueira, José Ângelo Cristóvão (1991), "Nacionalismo galego: questões a debater", em *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, pp. 233-242.

[5] "Dos mapas Cor–de–rosa", in *Agália*, nº 11, outono 1987, pp. 265–291; e *Portugal no quadro peninsular*, editado pela AGAL (Associaçom Galega da Língua), 1987.

[6] Se bem que não tem coalhado socialmente, não é exato que não tenha havido um certo irredentismo e/ou unionismo entre galegos e portugueses, embora tivesse sido episódico e basicamente de natureza cultural-retórica. Com efeito, o poeta Lôpez Viera diz nuns conhecidos versos "*deixa Castela e vem a nós*"; o filósofo da saudade Teixeira de Pascoaes fala de "*Galiza, troço de Portugal sob o domínio castelhano*"; e o formidável escritor Fernando Pessoa reclama a anexação da Galiza, que "*Integrada em Portugal, fica parte do Estado a que por natureza e raça pertence*" (citados todos por Miragaia, *op. cit*.). Por parte galega, o unionismo está presente, por exemplo, em textos como o Manifesto, que a Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas redigira na Corunha em 1922 –assinado pelo secretário, Carlos Monasterio, e Xohán V. Viqueira, primeiro conselheiro, no que se dizia que "*Galiza tem com ele* [Portugal] *afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos*...". Manifesto publicado em *A Nosa Terra* (nº 168, 15 de agosto de 1922) e citado por Ramón Villares (em *Figuras da nación*, Edicións Xerais, Vigo, 1997, nota 30, p. 198), quando escreve sobre as relações da Galiza com Portugal na época contemporânea (pp. 183-204). Para uma consideração ainda menos positiva da que faz Villares, das referências a Portugal no nacionalismo galego anterior a 1936, veja-se o trabalho de X. M. Núñez Seixas ("Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, janeiro-março, 1992), no que se estimam tais relações cheias de referentes míticos, retóricos, contraditórias e limitadas ao âmbito cultural e a individualidades intelectuais.

[7] Não sabemos por que a pegada da história pode ser superada no campo do separação linguística entre o galego e o português com o reintegracionismo linguístico, que Lôpez-Suevos defende, e não no campo da separação política entre Galiza e Portugal com a promoção de algum tipo de unificação política.

[8] Não é afortunada a utilização do termo *absorção* por parte de Lôpez-Suevos, porque o resultado da unificação das duas partes de uma mesma nação não poderá ser uma absorção de uma pela outra, mas um fusão entre as duas.

[9] Lôpez–Suevos, Ramón (1983), *Dialética do desenvolvimento: nação, língua, classes sociais*, A Corunha: AGAL, pp. 66–68.

[10] Rodrigues Lapa, M. (1979), *Estudos galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada*, Lisboa: Sá da Costa Editora, nota 1 da p. 27 e pp. 63-64.

[11] Viqueira, X. V. (1919), "Pela reforma ortográfica", em *A Nosa Terra*, núm. 102, do 5 de outubro de 1919. Citamos por A. Gil Hernández (ed.), *João Vicente Biqueira. Obra seleta (poesia e ensaio)*, Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, Pontevedra/Braga, 1998, p. 130.

[12] Na Europa o habitual tem sido a unificação ortográfica das variedades de uma mesma língua (unificação do flamengo e o neerlandês, do romeno e o moldávio, do valão e o francês). As exceções dão-se no "diferente" Reino da Espanha, onde se pretende consagrar oficialmente uma forma ortográfica para o galego distinta da portuguesa e uma para o valenciano distinta da catalã. Um caso diferente é o do croata e o sérvio, que praticamente são a mesma língua, mas grafadas com alfabetos distintos –com o latino pelos croatas e com o cirílico pelos sérvios por razões histórico-culturais (a pegada que deixaria a linha divisória entre o Império Romano do Ocidente, no que o latim daria a pauta linguística, e o Império Romano do Oriente, no que o grego seria quem a daria; linha divisória, que, precisamente, passava pelo meio dos que hoje são os territórios fronteiriços entre os croatas e os sérvios) e por razões religiosas (desde o chamado cisma do Oriente, os croatas são católicos e os sérvios ortodoxos).

[13] Alemão, dinamarquês, espanhol, finês, francês, grego, irlandês, italiano, neerlandês, português e sueco.

[14] Checo, estoniano, letão, lituano, húngaro, maltês, polaco, eslovaco, esloveno, romeno e búlgaro.

[15] *Vide*. Petição de 10 de março de 1992 (Assunto: O idioma galego-português já é oficial na C.E.), em Arquivos da Associação de Amizade Galiza-Portugal e em *Hífen. Boletim do Instituto de Estudos Luso-Galaicos da Associação de Amizade "Galiza–Portugal"*, núm. 2, 1993, p. 4 (multicopiado).

[16] Vázquez Corredoira, Fernando (1998: 11), *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

[17] Disponível em http://webs.uvigo.es/h06/weba573/persoal/henr/graf/graf2.htm, pág. atualizada em 30-05-2003 (fragmento transcrito, por nós, desde a ortografia reintegracionista do prontuário da Associação Galega da Língua para a ortografia padrão portuguesa).

[18] Dizemos no papel, porque na prática não tem um seguimento efetivo, sobretudo em Portugal, apesar de ter sido aprovado pelas assembleias legislativas de Portugal e do Brasil, por algum dos países africanos de língua oficial portuguesa e ratificado pelos respetivos governos. As inércias adquiridas (e talvez os temores de Portugal a perder uma soberania linguística, da que julga ser usufrutuário por história, face ao colosso demográfico brasileiro de mais de 160 milhões de habitantes) têm dificultado a implementação prática de um Acordo ortográfico, que –embora feito com cedências tanto pela parte portuguesa quanto pela brasileira possivelmente beneficie um pouco mais à que vinha sendo a mais simplificada prática ortográfica brasileira do português.

[19] Quintana X. R. e Valcárcel M. (1988) sustentam (in *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento*, Vigo: Ir Indo), que palavras parecidas de Otero Pedraio (afirmando que se a Galiza não conquistava um *status* federal dentro da recém-proclamada República espanhola, demandaria o apoio de Portugal para obter a sua liberdade) foram pronunciadas no restaurante *La Bombilla* de Madrid em 1931. Referência que recolhemos de X. M. Núñez Seixas, "Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, janeiro-março, 1992, p. 65.

[20] Biqueira, João Vicente (1998 [1918]), *Obra Seleta (Poesia e Ensaio)*, edição ao cuidado de António Gil Hernández, Pontevedra/Braga: Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, pp. 65-66. Considerações semelhantes podemo-las achar também em *Pensamento e sementeira* de A. Villar Ponte (Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires, (1971) e no *Sempre en Galiza* de Castelao (Edição crítica do Parlamento de Galicia e da Universidade de Santiago de Compostela, 1992 [1944], coordenada por Ramón Máiz). As citações, que fazemos de textos em galego escritos com ortografia não portuguesa, transcrevemo-las na ortografia do português padrão (que é a que é utilizada na redação deste trabalho), com as únicas exceções dos títulos dos livros e dos artigos das revistas das referências bibliográficas.

[21] Villar Ponte, Antón (1971[1918]: 212), *Pensamento e sementeira*, Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.

A língua do romanceiro transmontano e a sua proximidade com o galego: algumas questões sintáticas

17. Xosé Manuel Sánchez Rei (Universidade da Corunha, Galiza) www.udc.es/principal/ga

Xosé Manuel Sánchez Rei

Natural da Corunha (1973) é Professor Titular na Área de Filologia Galega e Portuguesa na UDC.

PUBLICAÇÕES (LIVROS)

– Se o vós por bem teverdes. A interpolación pronominal en galego (1999, Laiovento).

– O fidalgo e o teatro. Tres textos dramáticos de Ramón Otero Pedrayo (1999, Biblioteca-Arquivo Teatral "Francisco Pillado Mayor").

– Os pronomes demonstrativos: do latín ao galego contemporáneo (2002, Monografía 1 da Revista Galega de Filoloxía).

– A língua literária galega no século XIX (em colaboração com Xosé Ramón Freixeiro Mato e Goretti Sanmartín Rei) (2005, UDC).

– Curso de Linguística Xeral de Ferdinand de Saussure. Introdución, tradución e notas de... (2005, Laiovento).

– A língua galega no cancioneiro

A linguagem dialetal e popular do Norte de Portugal apresenta, como é sabido, vários traços comuns com a variedade galega, pouco usuais nos falares lusitanos setentrionais e na norma padrão do português europeu. Relativamente às falas trasmontanas, e em especial à língua transmitida pelo seu romanceiro, sobranceiam algumas questões com a sintaxe como protagonista: por um lado, estruturas pleonásticas com clíticos, muito habituais na Galiza, estão presentes nesses textos, nomeadamente em casos de CI; por outro, a interpolação pronominal, recurso antigo singularmente presente nos textos medievais e hoje ainda registável, está bastante bem atestada. O presente contributo tenciona, a este respeito, ponderar tais construções sintáticas, sempre nos baseando em romances tradicionais de Trás-os-Montes, por servirem como mais um ponto de união entre as falas galegas e as da margem portuguesa. Para este labor, tivemos em conta, fundamentalmente, a obra de Manuel da Costa Fontes, Romanceiro da Província de Trás-os-Montes, ainda que, em menor medida, também usámos outros trabalhos, sempre com o desejo de oferecermos uma visão o mais completa possível mas necessariamente adaptada a estas páginas.

A LÍNGUA DO ROMANCEIRO TRASMONTANO E A SUA PROXIMIDADE COM O GALEGO:ALGUMAS QUESTÕES

Sintáticas

sanrei@udc.es

A linguagem dialetal e popular do Norte de Portugal apresenta, como é sabido, vários traços comuns com a variedade galega, pouco usuais nos falares lusitanos setentrionais e na norma padrão do português europeu. Relativamente às falas trasmontanas, e em especial à língua transmitida pelo seu romanceiro, sobranceiam algumas questões com a sintaxe como protagonista: por um lado, estruturas pleonásticas com clíticos, muito habituais na Galiza, estão presentes nesses textos, nomeadamente em casos de CI; por outro, a interpolação pronominal, recurso antigo singularmente presente nos textos medievais e hoje ainda registável, está bastante bem atestada. O presente contributo tenciona, a este respeito, ponderar tais construções sintáticas, sempre nos baseando em romances tradicionais de Trás-os-Montes, por servirem como mais um ponto de união entre as falas galegas e as da margem portuguesa. Para este labor, tivemos em conta, fundamentalmente, a obra de Manuel da Costa Fontes, Romanceiro da Província de Trás-os-Montes*, ainda que, em menor medida, também usámos outros trabalhos, sempre com o desejo de oferecermos uma visão o mais completa possível mas necessariamente adaptada a estas páginas.*

1. Introdução

Num trabalho publicado há pouco tempo (Sánchez Rei 2005), fazíamos uma chamada de atenção sobre os falares populares e regionais portugueses dos séculos XVI-XIX e o seu muito rendível aproveitamento para nos aproximarmos, com uma notável dose de veracidade, do galego dessa época, um período de tempo em que a Galiza não contou com gramáticas nem com estudos que se ocupassem da sua língua. Nesta ocasião, voltamos a refletir sobre as variedades populares e regionais do português, agora as de Trás-os-Montes, parcialmente recolhidas pelo *Romanceiro* de Fontes publicado em 1987 (em adiante *RT*)[69]. Verificar-se-á que a sintaxe popular e coloquial do sistema galego-português também proporciona, às vezes, curiosos dados que incidem na unidade do sistema linguístico galego-português, como podem ser os das estruturas pleonásticas com

[69] Qualquer texto escrito é uma reprodução imprecisa de um oral e, neste caso, não nos achamos perante uma exceção. A este respeito, o próprio responsável da compilação declara que a edição deixou de lado alguns traços fonéticos mais que reproduziu ´"óbvias incorreções e contrasensos" (*RT* I, LXIX).

clíticos redobrados ou mesmo os casos em que se intercala um ou vários elementos entre o pronome átono proclítico e o nó verbal ou, inclusivamente, diversas hipóteses que apresentam alguns verbos para selecionarem um argumento.

No entanto, a constituírem os romances trasmontanos a nossa fonte de estudo, e no desejo de os não sacralizarmos nem de os valorizarmos exageradamente, parece pertinente, antes de mais, clarificarmos algumas questões no que diz respeito à sua caraterização linguística. Em primeiro lugar, a informação gramatical e até lexical que proporciona o romanceiro tem de ser percebida no contexto de geração e de transmissão de uma modalidade de textos orais muito particular; isto implica (i): que determinados dados que ali se atestarem, com independência da frequência do seu aparecimento, podem não ter uma equivalência totalmente exata na oralidade normal nessas regiões; (ii): que a proliferação de versões de um mesmo romance produz, não raro, que a informação linguística registada em todas elas não seja idêntica, pois certos fenómenos podem estar presentes nalguma das versões e não se acharem noutras[70]. E em segundo lugar, mais uma circunstância que temos de ter em conta consiste no facto de, muito embora se podendo constatar o fenómeno do variacionismo de versão a versão, os romances, como também outras manifestações literárias de caráter tradicional e anónimo, como as quadras, costumam possuir certa fixação rí(t)mica, morfossintática e até lexical; assim, um texto apreendido de determinado modo vai ter muitas possibilidades de ser transmitido a manter uma grande parte dessa fixação linguística.

Partindo destes princípios, e após a leitura dos 1.673 textos coligidos nos dois volumes de *RT*, a quantidade de dados e de informação gramatical que pudemos apontar foi grande, mas vimo-nos na necessidade de selecionarmos apenas alguns exemplos e de centrarmos o nosso interesse em questões muito concretas. Outros aspetos também mereceriam uma maior dedicação, como, por exemplo, podermos verificar as diferenças entre o romanceiro trasmontano e o galego no que diz respeito à documentação de determinados fenómenos gramaticais ou até constatarmos em profundidade esse grau de variacionismo linguístico nas diversas versões existentes para um mesmo romance nas terras de Trás-os-Montes. Assim, terão de ficar para uma outra ocasião os comentários à volta de dativos sem actância registados em *RT* cujo uso os faz situarem-se muito próximos dos pronomes de solidariedade galegos (*aquí* ***t'****está teu marido*, *RT* I, 199; *qu'aqui* ***te*** *ficam as ovelhas*, *RT* I, 403; *a vida já* ***t'****é sagrada*, *RT* I, 459; etc.)[71], os apontamentos para a notória ausência de mesóclise nos tempos que normalmente a exigem (***darei-te*** *qual tu quiseres*, *RT* I, 193; ***darei-te*** *a minha mão*, *RT* II, 1197; ***daria-t'****uma delas*, *RT* I, 201; etc.), as anotações para a esporádica documentação de possessivos tipo *de meu*, *de teu*, etc. (*eu tenho bastante* ***de meu***, *RT* II, 929), as reflexões sobre a atestação de determinado léxico dialetal e popular (*astrever*, *cavaleiro*, *ceia*, *cear*, *home*, *longes* empregado como adjetivo, *onte*, *outrem*, *somentes*), etc.

2. As estruturas pleonásticas

Deste modo, o primeiro dos fenómenos de caráter morfossintático a que nos vamos referir consiste nas construções pronominais do tipo, em galego, *Dálle o libro* ***ao teu amigo***, em que o clítico, morfema verbal, marca a concordância entre o verbo e o tipo de complementação que exige, particularmente no contexto de um CI representado mediante unha FN (embora também se detetem para o CD frequentemente com a ordem de elementos da cláusula alterados). Não se trata, portanto, de um clítico com função sintática, mas com uma responsabilidade coesiva no interior intraclausal, seguindo aqui o exposto em Cidrás Escáneo (1992). Neste sentido, corresponde a um tipo de construção o suficientemente presente na língua para que na Galiza cláusulas como *Dá o libro ao teu amigo*, em que não figura o pronome átono de dativo, sejam na atualidade pouco representativas, ainda que se conhecem alguns exemplos; os que seguem provêm de compilações de literatura oral contemporâneas: *non teño* ***á quen dar as queixas*** / *para* ***dar ô meu rapás*** (*CPG* III, 20-21); *O secreto d'o teu peito* / *Non* ***contes ó teu amigo*** (*LPG*, 67); *Vou* ***dicir a miña nai*** / *Que andan as vacas n-a chousa* (*LPG*, 99); *Unha vella* ***dixo a outra*** / *Polo burato d'a porta* (*LPG*, 195); etc. Repare-se, aliás, que a existência destas construções incide no facto de os pronomes átonos terem uma responsabilidade sintática menos importante do que puder parecer, pois trata-se simplesmente de morfemas verbais que, às vezes e somente às vezes, desenvolvem essas funções.

As antecitadas estruturas com pleonasmo e outras similares, vigorantes portanto no galego atual, parece não acharem um correlato quanto à sua possibilidade de utilização para o caso da variedade padrão lusitana de hoje em dia, que prefere estruturações do tipo *Dá o livro ao teu amigo*. Mas o facto de não ser

[70] Assim, por pormos um exemplo, ainda se tratando do mesmo romance, aparecem diferenças nos textos 1.334 e 1.335 (*RT* II, 950), em que pode ler-se, respetivamente, *outrem não m'há-dem lograre* e *outro não hei de lograre*, o que ilustra de alguma forma esse variacionismo do género romancístico

[71] Sobre os diferentes tipos de dativos e de CI no português, veja-se o trabalho de Vilela (1992: 117-127). Para o caso específico do galego, veja-se o contributo de Pita Rubido (2006).

habitual hodiernamente em Portugal não significa que o não fosse outrora ou que o não seja em certas variedades de português. A este respeito, contamos com o testemunho de Francisco José Freire, quen, nos anos finais do século XVIII, clarificava que essas construções não eram senão "graças" da língua, tirando-lhes a carga pejorativa que supunha o qualificá-las de "redundantes":

> *Chamam igualmente redundancia a estoutro modo de fallar: 'Deram-lhe a Pedro', devendo-se dizer deram a Pedro: elle via-nos a nós, postoque nós o não víssemos a elle, bastando que se dissesse 'elle via-nos postoque nós o não víssemos', &c. Porem os que fallam do primeiro modo tem sempre em seu favor a Vieira [...]. No tom. 5 pag. 314 diz tambem: 'Deram-lhe a S. Gonçalo' &c. E no tom. 7. pag. 39. 'Elle via-nos a nós em quanto Deus.' Estes modos de falar, longe de serem redundancias, são graças da indole da nossa lingua" (Freire 1842, parte 3ª: 123).*

As gramáticas portuguesas modernas, em geral, secundarizam a existência destas construções pleonásticas; assim, por exemplo, em Cunha & Cintra (1992: 300) são identificadas apenas com um "emprego enfático" para ressaltar o complemento, ao passo que em Vilela (1999: 333-335) ou Mateus *et aliae* (2003: 289-290) não se faz nenhuma referência a elas; contrastivamente, Bechara (2002: 422) assinala a "possibilidade de poder esse pronome [o clítico] duplicar o complemento indireto na mesma oração, sem que este termo esteja obrigado a topicalizar-se, isto é, a aparecer antecipado na oração". Não obstante, a língua documentada no romanceiro trasmontano dá sinais de conservar em maior medida tais estruturas tão comuns na Galiza. Os exemplos mais abundantes, a que não vamos conceder atenção por se acharem também normalmente no português, correspondem aos casos em que se deteta o pronome tónico oblíquo regido pela preposição *a* acompanhado do clítico pertinente, como os casos seguintes, verdadeiramente frequentes em *RT*[72]: *também* ***me*** *vendo* ***a mim*** [...] / *nem* ***te*** *vendas* ***a ti*** [...] / *também* ***me*** *condenas* ***a mim*** (*RT* I, 184); etc. Ora, junto a estes, muito habituais, acham-se outros, num número relativamente alto, em que o CI é representado por uma FN com núcleo e adjacentes concordando com o correspondente pronome átono, como nos casos que se seguem: *– Já* ***lhe*** *deixo vinte contos —****a essa triste, desgraçada*** (*RT* I, 45); *oh quem* ***le*** *tirara a vida — ****a um grande militare*** (*RT* I, 327); *foi-****l****'a dizer* ***ao marido*** *— Vai-la já entregare* (*RT* II, 945); *não* ***lhe*** *dou a i-alma* ***a Deus*** *— sem me despedir do amor* (*RT* I, 237); *– A senhora i-Ana, senhora i-Ana, — dê-le*[73] *conselhos* ***à filha*** (*RT* I, 434); *vai-****lhe*** *entregar esta carta* ***ao meu pai****, — escrita pela minha mão / vai-****lh****a dar* ***a meu pai****, — que de nós tenha compaixão* (*RT* I, 489); *vai-****le*** *ensinar / — o camino* ***ao ceguinho*** (*RT* I, 564); *tão triste me vim a achar / de pedir-****lhe*** *a filha* ***à condesa*** (*RT* I, 879); etc.

Outrossim, é normal que a alteração da ordem de elementos clausais mais habitual, com os subsequentes constituintes tematizados ou focalizados, favoreça o aparecimento das estruturas pleonásticas, consoante ilustram estes exemplos[74]: *–****À serrana de Plasencia*** *—pousada* ***le*** *pedia* (*RT* I, 398); ***às almas*** *nada* ***le*** *fazeis* (*RT* II, 1069); *vou-lhe fazer um pedido — se* ***à menina lhe*** *convém* (*RT* II, 931); *e* ***a Deus le*** *agradeceu — com devoção verdadeira* (*RT* I, 62); *todas sete* ***lhe*** *tocaram —* ***ao bom velho de seu pai*** (*RT* I, 14, 18, 20); *Sete sortes* ***lhes*** *deitaram —****a quem no havia d'ir buscare*** (*RT* I, 21); *Todos os homes que via, —* ***a todos lhe***[75] *punha chata* (*RT* I, 516); *Ela como é muita coisa, —****a todos le*** *põe falta* (*RT* I, 517); *E o maroto de seu irmão —****ao seu pai lh****o foi contar* (*RT* I, 541); etc.

Por outro lado, convém pormos em destaque que a estrutura reiterativa que possuem certas partes dos romances facilita que num mesmo texto possam ser atestados vários exemplos, o que sem dúvida se torna num ricaz recurso expressivo e estilístico produtivamente aproveitado pelas pessoas transmissoras do romanceiro: *–A quem deixas os teus sapatos, —que bem lh'há-dem ficar? / – Deixo-lhos* ***às tuas irmãs****, —que bem nos há-dem passear. / – A quem deixas os teus vestidos, — que bem lh'há-dem ficar? / – Deixo-los* ***às tuas irmãs****, —que bem nos há-dem passear. / –A quem deixas o teu menino, —que bem to há de criar? / – Deixo-lho* ***à besta da tua mãe****, — que bem mo há de estimar* (*RT* I, 280); etc.

Finalmente, existirem várias versões de um mesmo romance implica duas consequências: em primeiro lugar, a relativa proliferação de exemplos que, no fundo, são apenas variantes uns dos outros, questão que já comentámos mais arriba: *– D. Eugenia, D. Eugenia, — que* ***le*** *botastes* ***ao vinho*** (*RT* I, 366); *– Que* ***lhe*** *fizeste* ***ao teu vinho****, — que me fez tanto mal* (*RT* I, 391*); – D. Augenia, D. Augenia, — que* ***le*** *deitaste* ***ao teu vinho*** (*RT* I, 371); etc. E, em segundo lugar, a atestação de versões em que não se encontra nenhum tipo de pleonasmo,

---

[72] Cumpre salientarmos, a este respeito, que a sintaxe do romanceiro não deixa sem exemplo casos de pronomes tónicos oblíquos introduzidos pela preposição *a* mais sem o morfema clítico: *–Que matasse* ***a ti****, mulher, —que é p'ra casar co'a sua filha* (*RT* I, 241); *–Esse sim, ó meu paizinho, —esse era o que* ***a mim*** *servia* (*RT* I, 242); etc.

[73] A forma de dativo *le* é dialetal e, nos inicios do século XX, segundo afirmava Vasconcellos (1987: 107), podia achar-se ao longo e largo de Portugal: "Pour le datif, nous avons *le* 'lhe' partout, soit au singulier, soit au pluriel"

[74] Cfr. também com CD: ***Minha mulher*** *como* ***a*** *matarei* (*RT* I, 243); ***a i-auga*** *nunca* ***a*** *bebia* (*RT* I, 445); ***A minha mulher*** *eu matei-****a*** (*RT* II, 971); etc.

[75] Repare-se na neutralização que se verifica nos dativos entre a P3 e P6, resolvida, como também acontece nas falas galegas, a favor do singular.

conforme se vê nos seguintes exemplos, harmónicos com o que é mais habitual no português moderno: – *O que fizestes **ao teu vinho**, — que me fez tanto male?* (*RT* I, 372); *Que fizestes **ao vinho**, D. Ausenia, — que me fez tanto male* (*RT* I, 379); etc.

3. A interpolação pronominal

A possibilidade de intercalarmos um ou vários elementos tónicos entre o pronome átono preverbal e o verbo recebe o nome de interpolação pronominal e corresponde a uma ordem muito representada na língua antiga, a qual foi, com o passo do tempo, minguando a sua rendibilidade. Na atualidade é possível, para além dos testemunhos literários, registarmos o fenómeno com um marcado caráter de assistematicidade em todo o domínio linguístico galego-português, pelo menos nas variedades europeias. As palavras mais produtivas nestas casuísticas são o advérbio *não* e o pronome sujeito, as quais já são as mais facilmente documentáveis na época medieval. Quanto à explicação ao porquê da míngua que se manifesta na língua atual, aquela é, em nossa opinião, tripla: por um lado, temos que a próclise, condição necessária para se produzir a interpolação, não é a ordem de palavras, no que diz respeito do verbo e do pronome átono, que triunfou espontaneamente no galego-português europeu; em segundo lugar, a linearidade resultante de praticarmos o recurso da interpolação não é obrigatória, isto é, alterna com outra disposição de elementos em que o clítico vai também antes do verbo; finalmente, e em particular para o caso galego, não nos devemos esquecer de que a colonização linguística, e não só, que ainda sofre hoje a Galiza tem como responsável o espanhol, língua que modernamente não se carateriza pela utilização das sequências que aqui tratamos.

No tocante ao romanceiro trasmontano, interessa ponderarmos, em primeiro lugar, o facto de que a interpolação se documenta numa cifra de exemplos muito alta, sobretudo a termos em conta que a oralidade popular doutras áreas não parece possibilitar a sua documentação. A este respeito, não podemos perder de vista que muitas das ocasiões em que se deteta respondem a versões do mesmo romance, como acontece, por exemplo, com o texto CXL (*RT* I, 883-895, versões 1.289-1.277), em que se atesta em 14 casos o advérbio *não* em quase idênticas construções sintáticas com interpolação (*para que me **não** queimasse o sol*, *pra que **não** me queimasse o sol*, *para me **não** queimar o sol*, etc.). E em segundo lugar, debe fazer-se referência à tipologia de elementos que achámos inseridos entre o clítico e o verbo, relativamente diversa e coincidente, em termos gerais, com a situação do galego contemporâneo quando menos em manifestações de literatura oral, segundo veremos mais abaixo. Assim, do ponto de vista frásico, aparecem em *RT* os seguintes tipos:

1. Uma FAd a desenvolver a função de CC. Dentro deste primeiro grupo, sobranceia pela sua quantidade o advérbio *não* que é, com muito, a palavra mais documentada interposta entre o pronome átono e o nó verbal: – *Donde está a minha esposa —que me **não** vem visitare* (*RT* I, 105); – *Oxalá que te **não** logre — nem uma hora nem um dia!* (*RT* I, 222); *virou a face p'r'ò lado — fingindo que o **não** viu* (*RT* II, 954); *Ao dia que te **não** vejo, — ponho-me louco de repente* (*RT* II, 1004); etc. No entanto, embora seja *não* o elemento mais registado, outros advérbios podem ocorrer a protagonizarem estas sequências morfossintáticas, como se aprecia nos exemplos a seguir (em tais circunstâncias, *lá* e *aqui* conhecem certa documentação, ainda que neste segundo caso em particular a dívida com a proliferação de versões do mesmo romance é muito grande): *com as asinhas abertas, — sem as **nunca** ensanguentar* (*RT* I, 5); – *Quanto darias, Helena, — a quem to **aquí** trouxera?* (*RT* I, 124); *Estando o rei à sua mesa, — logo se **lá** iam poisare* (*RT* I, 139); *por bem muito que a grites / ninguém te **lá** vai valer* (*RT* II, 1082); – *Quanto deras tu, ó Helena, — a quem aquí to **agora** trouxera* (*RT* I, 199); *quem me **bem** souber tratar / por bem dou o meu coração* (*RT* II, 1271-1272); *ainda onte me casei — e já m'**hoje** apartei dela* (*RT* I, 187)[76]; etc.

2. Uma FN, habitualmente representada através de um pronome tónico com função de SUJ, dos quais *eu*, *tu* e *ele*, e em especial o primeiro, são os mais registados: – *Que queres que t'**eu** faça, — Manuel, que queres que t'**eu** vá fazer* (*RT* I, 805); – *Isso não lho **eu** digo, — nem lho hei de dizere* (*RT* I, 555); – *Pelas novas que me **tu** dás, — tu és ũa irmã minha* (*RT* I, 758); – *Darei-te tanto dinheiro — que nem o **tu** possas contar* (*RT* I, 810*); 'Inda não era meia-noite — já s'**ele** andava a gabar* (*RT* I, 573). Não estão sem exemplo outras possibilidades, mas com uma presença menor. Nesta situação é que se acham, entre outras unidades frásicas, a FN realizada mediante a palavra lexical *Deus* e com função de SUJ, o pronome *ninguém* com idêntica responsabilidade sintática ou o demonstrativo *isso* a funcionar como um CD: *agora é do D. Francisco, — se a **Deus** deixar lograre* (*RT* I, 113); *já me **Deus** criou — para teu criado* (*RT* I, 566); *e ela tudo l'**isso** disse — até como se chamava* (*RT* I, 234); *com os sapatos na mão — para o **ninguém** sentire* (*RT* I, 497); etc.

[76] No entanto, Matos & Duarte (1984: 480) consideram que os pronomes átonos exigem "adjacência imediata à forma verbal", condenando para a agramaticalidade quaisquer estruturas com interpolação, pois nada pode "ocorrer entre o clítico e o verbo". Exemplificam esa ocorrência con *Já lhe, **é óbvio**, telefonamos hoje* e con *Já lhe **hoje** telefonamos*. É claro que o primeiro caso quebra a linearidade mais comum, mas não assim o segundo, a teor dos exemplos com adverbios e em particular deste último, *hoje*.

Igualmente, sem possuir uma presença em *RT* tão significativa como as duas possibilidades anteriores, vale a pena ponderarmos aqui os casos em que se deteta um pronome pessoal tónico oblíquo introduzido pela preposição *a*. Consoante corresponder à respetiva construção sintática, tais formas desenvolvem funções de CD ou de CI e, não raro, aparecem em estruturas pleonásticas, já comentadas com anterioridade: *– Esse conde, ó meu pai, — era o que m'**a mim** servia* (*RT* I, 245); *– Que é que ela terá escrito —p'ra m'**a mim** fazer chorare* (*RT* I, 537); *Levou-me sete léguas — sem m'**a mim** dar fala* (*RT* I, 602); *– Não encontro neste reino, — filha, quem te **a ti** merecia* (*RT* II, 263); *pega duzentos réis, — compra o que t'**a ti** parecer* (*RT* II, 1005); etc.

3. Uma FPrep. Com uma documentação certamente menor do que as situações anteriores, atesta-se no romanceiro a possibilidade de acharmos uma construção destas caraterísticas a desempenhar responsabilidades de CC: *cem balas le **por lá** matem, — novas me venham a mim* (*RT* I, 345); *que mais dás tu, Helena, — a quem novas te **dele** dera* (*RT* I, 203); *– Queres tu, ó menina? — Quem te **p'r'aqui** trouxe?* (*RT* I, 765); etc.

4. Mais de uma frase inserida. Do mesmo modo que o caso anterior, outro pouco registado é detetarmos mais de um elemento intercalado entre o pronome e o predicado verbal, habitualmente dois[77]. Sempre se tratando de uma disposição pouco representativa, podemos distinguir duas modalidades: (i) a primeira combina um pronome tónico sujeito com um advérbio, habitualmente *não*: *Mangas desta camisa — as **eu não** chegue a romper, / assim que vier o meu pai, —se l'**eu não** fôr dizere* (*RT* I, 354); *lá no reino de Deus Pai — três cadeiras t'**eu lá** tinha* (*RT* I, 659); etc. (ii) e a segunda, por sua vez, decide-se pela intercalação de dous elementos adverbiais, dos quais um costuma ser, mais uma vez, *não*: *– Quanto deras mais tu, ó Helena, — quem to **aqui agora** trouxera* (*RT* I, 199); *– Cem balas o **lá não** matam, —que o tens ao par de ti* (*RT* I, 345); *'inda me **cá não** chegaram — e já m'estou a sentir* (*RT* II, 923); etc.

Como é lógico pressupormos, estas quatro modalidades de interpolação acham-se também no galego e nas suas manifestações de literatura tradicional, como é o caso do cancioneiro de Pérez Ballesteros. Assim, nesta coletânea dos anos finais do século XIX vamos encontrar uma FAdv (*¿Cómo queres que che dea / o que che **non** podo dar*, *CPG* II, 243; etc.), uma FN (*cando ti me olvidache / xa ch'**eu** tiña amores novos*, *CPG* I, 73; *veu un galán e engañóume / ¡nunca ch'**outras penas** teña!*, *CPG* III, 160; etc.), uma FPrep (*se me **por outra** deixas / eu por outro te deixei*, *CPG* III, 154; *¡Se che **no camiño** morre / conta d'ela m'has de dar!*, *CPG* III, 266; etc.) ou, com muito poucos exemplos, mais de uma frase intercalada (*fú-n-o á ver –e non tiña nada, / mália-ô pai que m'**a filla non** daba*, *CPG* III, 200; etc.).

Deixando de parte os tipos de frase que se atestam em *RT* dentro de estruturas com interpolação e os seus equivalentes galegos, parece pertinente fazermos também referência a outros aspetos de relevo. Um deles tem que ver com as condições que obrigam o pronome átono a situar-se antes do verbo, quer dizer-se, certos elementos (conjunções subordinantes, pronomes exclamativos, interrogativos, etc.) ou determinados processos de tematização ou de focalização que fazem com que a ordem dos constituintes clausais se modifique. Precisamente, dentro destes últimos, chaman a atenção os seguintes exemplos, pois resultam disposições muito produtivas do ponto de vista expressivo; neles, achamos CD, SUJ ou CC estilisticamente ponderados: *Tristes novas, tristes novas, —**tristes novas** t'eu vou dare* (*RT* I, 112); *–São cravos, minha senhora, —**rosas** lh'eu trago aquí / –Se tu és o João de França, —**a porta** t'eu vou a abrire* (*RT* I, 248); *–Bons dias, ó Juliana, —**bons dias** t'eu venho dar*e (*RT* I, 383); ***O peito** se não partia / quando a Mãe piedosa via* (*RT* II, 1007); *–Se tu estás em enáguas / **em enaguas** t'eu quero* (*RT* II, 1185); etc.

Aliás, já fizemos notar anteriormente que a sintaxe do romanceiro, devido ao modo em que foi transmitido, pode apresentar certas caraterísticas. Nesse contexto de sintaxe singular é possível encontrarmos isoladamente algumas reiterações dos elementos clíticos, do que parece deduzir-se que a compreensão dos versos se viu afetada e que foi preciso repetir as unidades pronominais para a significação desses trechos poder ser captada, tal com se ilustra com os casos a seguir: *–E os braços com que t'abraçava, —já **os** de terra **os** enchi* [...] / *–Os lábios com que te eu beijava, —já **os** de terra* os *enchi* (*RT* I, 147); *os lábios com que t'eu beijava, —já **os** de terra eu **os** enchi* (*RT* I, 172); *Mas como a eu vou matare, —s'ela a morte **ma** não **na** merecia* (*RT* I, 246); *Ao cabo dos sete-i-anos —**lh**'eu a casa **lhe** lembrara* (*RT* I, 113); etc. Nalgum caso, porém, o que se repete é o elemento intercalado, como no seguinte verso: *–Se teu pai não te mata, —já **eu** t'**eu** vou a matare* (*RT* II, 974).

[77] Na época medieval, no entanto, vários elementos podiam ocorrer nas construções com interpolação. Cfr. a este respeito a sequência tirada do trabalho de Martins (1994, I: 181): *por as sobreditas vinha e oliual e cãpo e mato que lhys **assy os sobreditos Prior e Raçoeiros ẽ nome da dita Eigreia de Sam Bertholameu escambhadas e pela guisa que suso dito he e declarado ẽ escambho dadas e outorgadas** auyã*. Este exemplo, datado nos finais do século XIV, levou a autora a afirmar que, apesar de ser um caso "excecional", parece não haver limites gramaticais na língua antiga "relativamente ao número de constituintes interpoláveis" (Martins 1994, I: 182).

Por último, em vários romances trasmontanos deteta-se a influência do espanhol, ao qual teríamos de acrescentar a circunstância de alguns deles serem cantados (praticamente) nessa língua[78], mas, inclusivamente em tais condições, não estão sem exemplo, muito minoritariamente, casos de interpolação em textos influenciados polo castelhano. Tal como fizemos para algum caso que se também documenta no galego (Sánchez Rei 1999)[79], gostaríamos de interpretar, com as obrigadas cautelas, as ocasiões em que atestam elementos intercalados como evidências de o recurso morfossintático possuir uma relativa vigência na oralidade popular e coloquial da época: *– Carne da minha vida —já la **nós** tenemos; / Vinho da mi morte — como lo encontraremos* [...] */ – Vinho da minha vida — já lo **nós** tenemos* (*RT* I, 744*); – Eu não lh'abrira a porta — emquanto* [sic] *não venha o dia, / que se Galharda soubesse — a mi m'**ela** mataria* (*RT* I, 400).

4. Outras questões sintáticas de interesse

Finalmente, para além da interpolação e das estruturas pleonásticas com clíticos, não quereríamos concluir estas palavras sem fazermos uma rápida menção a um par de aspetos que, igualmente, incide na identidade linguística galego-portuguesa. O primeiro deles consiste na seleção de determinadas preposições por parte de alguns verbos para introduzirem argumentos, mudando o A_2 ou CD por um A_4[80] ou CPrep representado por um verbo, como se atesta para *ver*, *preparar*, *desejar*, *esperar* ou *estimar*; em tais casos, achamo-nos diante de predicados verbais com uma actância variável no que diz respeito ao tipo de elemento argumental que exigem (A_2 ou A_4)[81]: *– Inda m'é melhor ir eu só — para ver de lha tirar* (*RT* I, 32); *– Se eu tardar sete anos — preparas de te casar* (*RT* I, 109); *Desejava de saber —se vinhas por outra vida* (*RT* II, 911); *espero de te convencere — com o meu palavreado* (*RT* II, 924); *Ainda espero de ir convosco — lá para o vosso santo reino* (*RT* II, 1014); *Eu estimava de saber / de que condição viria* (*RT* II, 1271); etc. A mudança da tipologia de actante nestas casuísticas acha uma muito boa correspondência na língua oral contemporânea da Galiza. Neste sentido, convém notarmos que os textos orais colecionados por Pérez Ballesteros proporcionam, dado que a língua ali transmitida é popular e dialetal, homólogos casos aos coligidos em *RT*: *o que estime de saber* / que *se propoña axustar* (*CPG* I, 88); *estimaba de saber* / *si me ti queres tamén* (*CPG* II, 6); *anque son moza solteira* / *espero de ser casada* (*CPG* I, 73); *fun por ver os meus amores* / *¡deseaba de os ver!* (*CPG* II, 12); etc. Talvez se deva pôr em relação estas construções populares com estádios antigos da língua em que se documenta um uso distinto ao atual, e, igualmente, com alguns fenómenos de flutuabilidade no uso das preposições que se acham em certas modalidades de português extraeuropeu. A este respeito, Vázquez Cuesta (1994: 641), a desenvolver alguns dos traços mais representativos da linguagem literária de Mia Couto, salienta como típico do seu português "a utilização abusiva da preposição *de*" em casos como *Começaram de construir uma ponte de cimento*, *A sobrinha, coitada, conseguira de carregar o pilão*, etc. A autora termina de falar das preposições ponderando "uma certa anarquia" na sua utilização, ora no que se refere ao uso, ora no tocante à sua omissão[82].

E em segundo lugar, a valência verbal ou actância, en ocasiões, pode ampliar-se ou reduzir-se na mesma entrada lexical, de modo que tal "variabilidade de construção de um mesmo verbo deixa-nos, por vezes, na dúvida sobre se estamos perante o mesmo verbo ou verbos diferentes" (Vilela 1999: 345). Neste sentido, relativamente às alterações que se podem produzir no quadro actancial dos predicados verbais, um assunto digno de nota é aquele em que se modifica consideravelmente o seu significado a depender do actante que selecionar; assim se verifica com o verbo *dar*, verbo que é atestado em *RT* com diversas estruturações argumentais[83], também presentes no galego:

[78] Afirma ao respeito o próprio coletor: "A riqueza linguística de Trás-os-Montes documenta-se especialmente nas aldeias situadas junto à fronteira. Embora o mirandês pertença geograficamente a Portugal, não parece haver muitos romances nesse dialeto. Coligimos muitos mais no castelhano pouco correto e eivado de portuguesismos que se fala nas zonas raianas. Também há muitos romances portugueses cantados em espanhol" (*RT* I, LIII).

[79] No galego contamos com uns poucos exemplos em que aparecem estruturas com interpolação em versos cantados em espanhol ou muito influenciados por esta língua. Um deles é o seguinte, proveniente do cancioneiro de Saco Arce, obra compilada nos anos finais do século XIX: *Adiós no te lo digo, / por te **no** dar sentimiento* (*LPG*, 173). Julgamos que se o esmorecimento do fenómeno estivesse num estado avançado de desuso não poderia ser utilizado pela cantora tradicional para produzir versos numa língua em que, com certeza, se não expressava fluída e espontaneamente e de cujas estruturas sintáticas desapareceram havia já séculos estas ordens de palavras.

[80] No referente à classificação dos elementos argumentais ou actantes, seguimos muito de perto o exposto em Vilela (1999: 332-339).

[81] Veja-se também Peres & Moia (1995: 127-138).

[82] Deixando de parte o escritor angolano, cumpre também fazermos referência a outras áreas do espaço linguístico galego-português, como é a brasileira, pois ali deteta-se a preferência por diferentes regências preposicionais. Num trabalho destinado a abordar os problemas de ensino da língua "na encruzihada das normas" lusitana e sudamericana, Vilela (2002: 327-328) salienta o conflituoso que pode ser, em ocasiões, decidir-se por uma tendência diferente que aparece "na regência verbal, adjetival e nominal", já que "estão a definir-se algumas divergências".

[83] Diz ao respeito Freixeiro Mato (2000: 640) no tocante ao galego: "Hai verbos que se poden construír con CD ou con suplemento [= A_4], implicando unha ou outra fórmula cambios de significado léxico". Cfr. também o exposto em Álvarez & Xove

a) A_1, A_2 e A_3: *'inda tenho o meu pai vivo, —já me querem* ***dar*** *padrasto* (*RT* I, 357) ['proporcionar']
b) A_1, A_3 e A_4 [introduzido por *com*]: *á* ***dão*** *com a mãe morta, —o filho tinha* fugido (*RT* II, 979) ['achar']
c) A_1, A_3 e A_4 [introduzido por *por* no contexto de uma construção pronominal ou CP]: *qual de baixo, qual de cima, —até que s'ela* ***deu*** *por vencida* (*RT* I, 485) ['considerar']
d) A_1, A_3 e A_5 [introduzido por *a*]: *Foi a* ***dar*** *àquela casa —daquele justo pecador* (*RT* II, 1037) ['confluir']

Noutros casos, porém, a modificação da actância verbal não implica necessariamente uma mudança significativa, mas apenas uma pequena alteração de certos matizes. Participa desta situação, por exemplo, o verbo *esquecer*, de que se afirma em Peres & Moia (1995: 116) que pode "corresponder a pelo menos dois predicados distintos"[84]:

a) A_1 e A_3: *lá no meio do caminho —* ***esqueceu-me*** *a aguilhada* (*RT* I, 335)
b) A_1, A_3 [com CP]: *no meio do caminho —* ***esqueceu-se-me*** *a aguilhada* (*RT* I, 339)
c) A_1, A_4 [com CP]: *lá no meio do caminho —* ***esqueci-me*** *da aguilhada* (*RT* I, 336)

Estas três construções são normais no galego contemporâneo com idênticas possibilidades de estruturação sintática e, no referente a essas sequências, há indícios de que existem preferências diatópicas no referente à escolha de um ou doutro tipo de actantes. Assim se assinala em ILG (1995: 214- 215), trabalho de que se deduz que a opção A1, A3 [com CP] (Esqueceu-se-me *a guilhada*) tem certo atestamento nas falas orientais do país. É preciso notarmos, neste sentido, que particularmente para o caso de *esquecer* o português se decidiu na língua *standard* pela construção *esquecer-se de*, existindo igualmente o uso destes verbos com outras possibilidades actanciais, como se viu, ainda que em registos populares. Quiçá num futuro poderiam ser delimitadas com as mesmas equivalências diastráticas para o galego ambas as estruturações, por as duas estarem perfeitamente vivas e por significar uma outra aproximação e re-encontro do galego, certamente pequena mas não por isso intranscendente, com o seu tronco linguístico.

Do mesmo modo, *chamar* acha-se em similares circunstâncias, pois deteta-se com várias hipóteses de estruturação actancial:

a) A_1, A_4: *não sei se é ofensa, — o meu Deus,* ***chamar*** *por vós* (*RT* I, 715)
b) A_1, A_2: *estou muito doentinha*, *— mande* ***chamá****-l'o barbeiro* (*RT* I, 845); etc.

Repare-se que no galego também existe uma construção con *chamar* + A_1 + A_4, equivalente a 'reclamar a presença': *–¿Qué quères á San Antonio / que tanto* ***chamas*** *por él?* (*CPG* III, 274). Esta estrutura sintática foi considerada como um galeguismo no espanhol pretendidamente falado pelos galegos e pelas galegas dos anos finais do século XIX, como o demonstra a crítica que lhe dedicou Álvarez Giménez (1909: 67-68): "Muchos dan al verbo *llamar* un régimen que no tiene en castellano, v. gr,: *Llame V.* POR *la criada; ¿Han llamado* POR *mi?* debe ponerse la preposición *á* en vez *por*" [sic]. Igualmente, Valladares (1970: 124), curiosamente, censurava esta estrutura no galego a basear-se nas impressões deste autor:

> *Además de los defectos de lenguaje atrás mencionados, otros hay que publicó también el señor Álvarez Giménez y de los cuales indicaremos aquí algunos, sin omitir los que á nosotros se nos ocurren. Dícese, así en gallego como en castellano chama po-l-os jornalèiros, v.g.; chama po-l-os veciños; créo que chaman por mim.*

5. Conclusão

As páginas precedentes tiveram como objetivo refletirmos sobre alguns aspetos de caráter sintático que afloram nos falares populares trasmontanos, e em especial no seu romanceiro. Após a sua análise e a sua comparação com equivalentes estruturas no galego, não resulta difícil chegarmos a algumas elementares conclusões. As variedades de português não consideradas *standard* permitem obtermos preciosos dados sobre fenómenos gramaticais, neste caso sintáticos, que incidem em duas questões: (i) na sua notável documentação, o que faz com que não pareça serem marginais ou pouco representativos; e (ii) na sua constatação também ao Norte do rio Minho, igualmente em textos tradicionais ou populares. Desta maneira, as estruturas pleonásticas com pronomes átonos, a interpolação pronominal ou a mudança do tipo de elementos argumentais exigidos pelo predicado verbal servem para ilustrarem a unidade linguística galego-portuguesa, também nos registos dialetais, populares ou coloquiais, em ocasiões muito mais próximos do que as respetivas variedades padrões.

(2002: 103): "Algúns verbos poden construírse ou con CD ou con CPrep., e dentro deste con distintas preposicións, o que xeralmente conduce a diferentes significados, máis ou menos distantes".

[84] Assinalam os dois autores que um "destes predicados [...] vem sempre associado a uma forma pronominal intrínseca, variável em pessoa e número, pelo que deveria ser identificado como [...] *esquecer-se*. O outro predicado é o que podemos identificar pela simples forma verbal, sem elemento pronominal" (Peres & Moia 1995: 116).

6. Referências bibliográficas

Álvarez Giménez, E. (1909) [1870] *Los Defectos del Lenguaje en Galicia y en la Provincia de León. Estudio Gramatical Basado en la Doctrina de la Academia y en el Uso de los Buenos Escritores*, Valladolid: Imprenta y Librería de Andrés Martín.

Álvarez, R. & X. Xove (2002) *Gramática da Lingua Galega*, Vigo: Galaxia.

Bechara, E. (2002) [s.d.] *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna.

Cidrás Escáneo, F. A. (1992) "Sobre a función da concordancia. Consideracións a propósito das concordancias verbais anómalas" in *Verba* Vol. 19, 41-53.

CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [fac-similar da edição de 1885-1986] *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, Madrid: Akal.

Cunha, C. & L. F. L. Cintra (1992) [1984] *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa.

Freire, F. J. (1842) [redigidas na segunda metade do século XVIII] *Reflexões sobre a Língua Portugueza*, Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Freixeiro Mato, X. R. (2000) *Gramática da Língua Galega. II. Morfosintaxe*, Vigo: A Nosa Terra.

ILG [Instituto da Lingua Galega] (1995) *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. II. *Morfoloxía non Verbal*, A Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza".

LPG = Saco Cid, Juan Luis (ed.) 1987 [1910] *Literatura Popular de Galicia. Colección de Coplas, Villancicos, Diálogos, Romances, Cuentos y Refranes Gallegos. Recogidos por D. Juan Antonio y Arce*, Ourense: Deputación Provincial.

Martins, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português* [Tese de Doutoramento, inédita], Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Mateus, M. H. Mira *et aliae* (2003) [1983] *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

Matos, G. Ardisson & I. Silva Duarte (1984) "Clíticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de **pro**", in *Boletim de Filologia* Vol. 29, 479-538.

Peres, J. Andrade & T. Moia (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

Pita Rubido, M. L (2006) "Algunhas consideracións sobre os dativos non argumentais" in *Revista Galega de Filoloxía* Vol. 7, 143-165.

RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987) *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*, 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra.

Sánchez Rei, X. M. (1999) *Se o vós por ben Teverdes. A Interpolación Pronominal en Galego*, Santiago de Compostela: Laiovento.

Sánchez Rei, X. M. (2005) "Os falares populares portugueses dos séculos XVI-XIX: información (in)direta sobre o galego da época". In M. Gonçalves & A. Soares da Silva & J. Coutinho & J. Cândido Martins & M. J. Ferreira (eds.) *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio e Homenagem a Amadeu Torres*, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, II, 615-630.

Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901] *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica.

Vázquez Cuesta, P. (1994) "Observações sobre o português de Moçambique". In Lorenzo, R. (ed.) *Atas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, VI, 631-647.

Vilela, M. (1992) *Gramática de Valências. Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina.

Vilela, M. (1999) *Gramática da Lingua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.

Vilela, M. (2002) *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Almedina.

Algumas considerações a propósito do português na Galiza

18. Xosé Ramón Freixeiro Mato (Universidade da Corunha, Galiza) ***www.udc.es/principal/ga***

Xosé Ramón Freixeiro Mato

Doutorado em Filologia Galego-Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade da Corunha.

PRÉMIOS E TÍTULOS

1979 – Concurso para professor de Língua e Literatura Espanhola. Ensino Secundário

1984 – Concurso para catedrático de Língua e Literatura Galegas. Ensino Secundário

1993 – Concurso para professor de Filologia Galega. Universidade da Corunha

1993 – Obtenção do 7º Prémio Literário "Ánxel Fole" com a obra "Da montaña o corazón (Produción literaria e lingua en Noriega Varela) ".

2006 – Obtenção do Prémio da Crítica na modalidade de investigação com a obra "Os marcadores discursivos. Conetores contra-argumentativos do galego escrito".
2006 – Obtenção do 20º Prémio Literário "Ánxel Fole" com a obra "Cucou o cuco cuqueiro (Lingua e estilo na obra de Manuel María) ".

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Produção bibliográfica - Trabalhos completos em eventos

- FREIXEIRO MATO, X. R. "A lingua en Rafael Dieste". In: *Congreso Rafael Dieste*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1995, pp. 137-188.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "O diminutivo entre a Galiza e Portugal". In: *Atas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, vol. 2, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1996, pp. 101-121.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Sobre o infinitivo xerundial galego-português". In: *Atas del Congreso* Internacional de Lengua y Cultura en la Frontera, Universidad de Extremadura, vol. 2, 2000.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "A misión galeguizadora de Dieste e a conformación da lingua literaria moderna". In: *Xornadas sobre Rafael Dieste*, Xunta de Galicia, 1999, pp. 49-87.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "O pensamento linguístico de Castelao". In: *Castelao. Co pensamento en Galiza*, AS-PG/Concello de Pontevedra, pp. 245-258.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Murguía, testemuña do declive do galego e adaíl da súa dignificación". In: *Congreso sobre Manuel Murguía*, Xunta de Galicia, 2001, pp. 247-277.

Trabalhos completos publicados em revistas

- FREIXEIRO MATO, X. R. "Vicente Risco en família: cartas inéditas ao seu curmán Sebastián". Vigo, *A Nosa Terra* - Extra nº 14, Decembro 1993.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "A lingua de Crecente Vega (*Codeseira*, 1933): un paso adiante no proceso de estandarización do idioma". A Coruña, *Cadernos de lingua*, nº 8, 1993, pp. 25-54).
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Unha visión das relacións culturais galego-portuguesas nos anos vinte através da correspondencia entre Teixeira de Pascoaes e Noriega Varela". Santiago de Compostela, Boletín Galego de Literatura, nº 11, 1994, pp. 71-98.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Interferencias e niveis de uso dalgunhas construcións con pronome posesivo en galego". A Coruña, *Revista Galega de Filoloxía*, nº 2, 2001, pp. 69-88.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "A imposición legal do princípio de unidade de lingua". Santiago de Compostela, *Terra e Tempo*, nº 17, 2001, pp. 20-28.

Livros publicados

- *A cara oculta de Noriega Varela*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1992.
- *Da montaña o corazón*. Lugo, Fundación Caixa Galicia/El Progreso, 1993.
- *Sebastián Martínez - Risco na cultura galega*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1994.
- *Rafael Dieste*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1995.
- *Os diminutivos en galego.* Vigo, A Nosa Terra, 1996.
- *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1997, 5ª ed. 2002.
- Gramática da Lingua Galega I. Fonética e fonoloxía. Vigo, A Nosa Terra, 1998.
- Gramática da Lingua Galega III. Semántica. Vigo, A Nosa Terra, 1999.
- Gramática da Lingua Galega II. Morfosintaxe. Vigo, A Nosa Terra, 2000.
- *Manual de Gramática Galega*. Vigo, A Nosa Terra, 2001.
- Gramática da Lingua Galega IV. Gramática do texto. Vigo, A Nosa Terra, 2003.
- *A lingua literaria galega no século XIX* (con X.M. Sánchez Rei e G. Sanmartín Rei). A Coruña, Universidade da Coruña.
- Os marcadores discursivos. Conetores contraargumentativos do galego escrito. A Coruña, Monográfico 3 da Revista Galega de Filoloxía, Universidade da Coruña.

Capítulos de livros publicados

- FREIXEIRO MATO, X. R. "Os diminutivos na poesía en galego de Rosalía de Castro". In: *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, vol. 2, Universidade da Coruña, 1996, pp. 837-862.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Sobre os usos do infinitivo flexionado e do futuro de Subxuntivo no galego moderno". In: Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Alonso Montero, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Noriega Varela, poeta lusófilo". In: *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, vol. 2, Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela, 2000, pp. 275-299.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Algunhas cuestións arredor da transitividade en galego". In: *Professor Basílio Losada. Ensinar a pensar con liberdade e risco*, Xunta de Galicia / Universitat de Barcelona, 2000, pp. 387-395.

– Livros organizados ou edições:

- Antonio Noriega Varela. Estudio e edición da obra completa. Lugo. Deputación Provincial, vol I e II, 1994. Autor e editor.
- Sebastián Martínez-Risco, ensaísta e poeta (Obra inédita e esquecida). Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 1996. Autor e editor.
- *Antoloxía da prosa literaria medieval.* Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996. Autor e editor.
- Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996. Autor e editor.
- Poesía e teatro interseculares. Poesía. Antoloxía. A ponte. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra. Coautor e coeditor.
- Cos pés na Terra. Personalidade e obra inédita ou esquecida de Manuel García Barros. A Estrada, A Fouce, 1999. Autor e editor.
- *Castelao na Galiza do século XX*. Asociación Socio-Pedagóxica Galega / Departamento de Filoloxías Francesa e Galego-Portuguesa, A Coruña, 1999. Coordenador e coeditar das atas do Simpósio
- *História da literatura galega*. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996-1997. 5 Volumes e 50 antologias. Membro da Comisión Científica.

Textos em jornais de notícias:

- FREIXEIRO MATO, X. R. "Noriega Varela no *Gaiteiro de Lugo*. Sobre a autoria de três textos poéticos escritos en galego durante a guerra civil". Vigo, *A Nosa Terra*, 26/11/1992.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Os intentos da Académia por elaborar gramática e normas ortográficas do galego a partir de 1960". Vigo, *A Nosa Terra*, 16/12/1993.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Manuel Garcia Barros, un rebelde con causa". Vigo, *A Nosa Terra*, 17/2/1994.

ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS

- *O xénero en galego*. Tese de doutoramento de Xoán Carlos Lagares Diez, Universidade da Corunha, 2000.
- *Os demonstrativos en galego*. Tese de doutoramento de Xosé Manuel Sánchez Rei, Universidade Corunha, 2001.

Algumas considerações a propósito do português na Galiza

Evidentemente, não é o mesmo falarmos do português na Galiza do que do português da Galiza. Ainda partindo de que galego e português são uma mesma língua, o português da Galiza deverá denominar-se galego na mesma medida, pelo menos, em que o galego de Portugal e do Brasil se denomina português. Afirma o estudioso brasileiro Júlio César Barreto Rocha (1998: 28), num artigo intitulado "O Brasil fala a língua galega", que a língua falada em Portugal veio de fora de suas fronteiras de hoje e é anterior aos cancioneiros galego-portugueses e inclusive ao Estado português, pois nasceu numa terra que constitui o que antes era a Gallaecia e ainda hoje é a Galiza; portanto, para ele o idioma aqui gerado e desenvolvido deve ser chamado "galego". Antes de conhecer este trabalho, atrevera-me, um pouco timidamente, a dar a uma comunicação da minha autoria, apresentada num congresso celebrado na cidade "galega" de Braga, o título de "O galego de Portugal" (Freixeiro 2005) e nele queria chamar a atenção para o papel da Galiza e do galego na história de Portugal e da sua língua, sempre na procura de uma maior aproximação galego-portuguesa. Nas páginas que vêm a seguir tentar-se-á complementar e aprofundar nalguns aspetos relativos a esta questão.

1. Sobre a primitiva denominação do romance hispânico ocidental

Se admitirmos que a Galiza e Portugal são dois reinos galegos em origem (Nogueira 2001: 233), também há de resultar lógico assumirmos que a língua romance comum falada nas duas margens do rio Minho se deve chamar com propriedade *galego* por ser a língua da Gallaecia. Ao dividir-se esta com a criação primeiro do condado e logo do reino de Portugal, o galego será a língua da Galiza e também a língua de Portugal, facto que possibilitará o aparecimento do nome composto *galego-português*, por pertencer a estes dois reinos peninsulares. Mas galego-português é uma denominação serôdia, introduzida pelos eruditos portugueses nos finais do século XIX. Assim a justificava a própria Carolina Michaëlis (1904: 779): “Esta fragmentação da Galliza em duas metades, occorrida exatamente no momento psychologico da primeira florescencia da supposta poesia popular, obriga-nos a empregar o termo composto *gallego-português*”. José Joaquim Nunes (1989: 13), a falar dos numerosos dialetos em que se dividiu o hispano-romano, afirma que “tem para nós particular interesse o que se usava nas margens do rio Minho e ao qual podemos dar o nome de *galécio-português*”. Ora, se esta denominação não se empregou na época medieval, qual foi, então, o nome que se deu ao idioma da Gallaecia (e dos reinos da Galiza e de Portugal quando a primeira se dividiu) durante a Idade Média?

Na *Historia Compostellana*, texto latino do século XII, aparece a expressão *gallaeco vocabulo*; e numa relação de livros da biblioteca do arcebispo de Compostela Bernaldo II dá-se notícia, arredor de 1226, de um livro velho de sermões *de littera galleca*, que com segurança quererá indicar que estava escrito em galego e

não em latim (Monteagudo 1994: 171). Porém, a denominação predominante era, em contraposição a *latim*, a de *romanço* (aparece nos finais do século XIV na *Crónica Troiana* e também nos *Miragres de Santiago*, por exemplo), juntamente com a de *lenguagem, linguagem* ou *a nossa linguagem*, estas mais frequentes em textos escritos em território português. O catalão Jofre de Foixá, autor de umas *Regles de Trobar* escritas em occitano arredor de 1290, cita as línguas que el considera naquela altura habilitadas para a lírica: o francês, o provençal, o siciliano e o galego; *galego*, pois, e não *galego-português* nem *português*, é a denominação que se dava à língua dos cancioneiros, pelo menos nos ambientes eruditos e trovadorescos (Monteagudo 1994: 173). E nada pode resultar mais natural do que esta denominação, pois o galego é a língua da Gallaecia, e Portugal, como dizia Carolina Michaëlis, surge no interior da primeira.

No entanto, não cabe dúvida de que, ao converter-se Portugal em reino independente da Galiza e ao esta ir entrando progressivamente na órbita de Castela, os portugueses vão acabar por denominar o galego que falam com o nome político de 'português'. Na *Crónica Portuguesa de 1344* já aparece a expressão *segundo a linguagem de Portugal*. Em território galego, pelo contrário, nos *Miragres de Santiago*, de finais do XIV ou de princípios do XV, figura a expressão *lingoajem galego*. A meados do século XV o Marquês de Santilhana terminará por denominar a língua dos trovadores como "gallega o portuguesa", entendemos que por ser a língua da Galiza e de Portugal, ainda que se tem discutido sobre o sentido inclusivo ou exclusivo da expressão; Monteagudo (1988: 145-6) inclina-se por este último, mas também afirma não ter constância da denominação de 'português' até ao século XV.

Contudo, a divisão política da Galiza em dois reinos, consolidada a meados do século XII, não rompe a unidade linguística, continuando a língua a ser a mesma a ambos os lados do Minho. Ora, a partir da segunda metade do século XII a política portuguesa desloca-se definitivamente para o sul, até se estabelecer finalmente Lisboa como capital do reino; o galego de Portugal converte-se assim em língua protegida pelos reis e, cada vez mais, irá transformando-se num poderoso instrumento cultural e mesmo político. Como consequência dos descobrimentos, em que Portugal participou como grande potência colonizadora, o galego (português) vai estender-se por diferentes continentes, até chegar a ser também uma das línguas mais faladas no mundo. Mas só alguns eruditos farão referência a que essa língua teve a sua origem na Galiza. Como também afirma Rocha (1998: 129), durante quase um milênio "foi muito interessante para Portugal ignorar a existência da Galiza, pois isto mantinha o mito de que a língua dita portuguesa fora gerada e era originária exclusivamente de seu território, de seus habitantes".

2. O tratamento do galego nalguns estudos portugueses

Os primeiros gramáticos e estudiosos da língua portuguesa costumam distinguir os falares do norte, que eram sentidos como arcaicos ou próprios de camponeses, dos da capital, onde consideravam os primeiros como atrasados e desagradáveis, caso de Fernão de Oliveira (2000); porém, João de Barros manifesta admiração pelas formas antigas do norte devido à sua maior proximidade do latim e Duarte Nunes de Leão observa na sua *Ortografia da Linguagem Portuguesa*, de 1576, caraterísticas fonéticas específicas do norte de Portugal e da Galiza, sendo "sensível à existência do galego como variante muito próxima do português do norte" (Castro 1991: 42), ainda que na *Origem da Lingua Portuguesa*, de 1606, fala dele como língua já diferente do português: "ficou naquela província sabor da língua francesa e, se apartou, lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase üa mesma" (Leão 1983: 219).

Resulta também de interesse aqui fazermos menção da feliz expressão de Piel (1989) "Gallaecia Magna", ou "Maior", definidora da área inicial do galego-português, a que atribui como limite meridional a ria de Aveiro, e que compreenderia aquele território cujos dialetos apresentam de modo exclusivo as caraterísticas que individualizam o português e o galego ainda hoje no plano fonético e lexical, correspondentes às atuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho, ocidente de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza e a parte ocidental de Astúrias (Castro 1991: 167). Como essa língua da Gallaecia se estendeu para o sul no período medieval acompanhando o deslocamento do centro de poder político de Portugal para Lisboa, pode falar-se ainda hoje de um *continuum* linguístico desde a Galiza ao Algarve no referente à realidade dialetal, independentemente das normas cultas que se puderem estabelecer (Castro 1991: 24).

Mas os dialetólogos portugueses modernos nem sempre reconheceram a existência dessa continuidade linguística que, com forma retangular, se estende de norte a sul da faixa atlântica peninsular. Assim, nem Leite de Vasconcellos nem Paiva Boléo incluíram o galego no espaço dialetal português, pois os dialetos mais ao norte que assinalam são, respetivamente, o 'interamnense' e o 'falar minhoto' (veja-se uma síntese das suas propostas em Cintra 1995: 125-137).

Contudo, as opiniões de Leite de Vasconcellos a respeito do galego merecem uma atenção especial pela novidade que supõe a sua introdução do termo 'codialeto', sobretudo à luz do estudo realizado por García Turnes (2003); considera esta autora que o galego é um problema para Leite de Vasconcellos que não sabe muito bem como encaixar e harmonizar com a língua nacional portuguesa. Num artigo de 1895 mesmo afirmara existirem razões para pensar que a língua portuguesa não fora formada no norte e depois propagada para o sul (ainda que posteriormente eliminaria tal afirmação), mas que o romance falado baixo domínio muçulmano no sul já era português, argumento que lhe serviria para situar a origem do idioma nacional dentro do próprio estado, tirando assim ao galego o privilégio de ser o pai do português. Em ocasiões chega a reclamar a integração política da Galiza em Portugal para dessa forma não ter de situar a origem da língua fora da nação, mas numa parte dela que por razões conjunturais passageiras faz parte do reino vizinho (García Turnes 2003: 378). Por esta via, de acordo com a opinião desta estudiosa, seria como adotaria o termo 'codialeto', que não tomaria diretamente do 'con-dialeto' de Sarmiento, mas através de Luís Luciano Bonaparte, com quem manteve correspondência, e que define os codialetos como variedades independentes de uma língua. A noção de *codialeto* do galego para Leite parece implicar uma maior independência estrutural a respeito do português da que apresentam os dialetos portugueses como o trasmontano ou o beirão, por exemplo, mas com a particularidade de não existir uma dependência equivalente no plano sociolinguístico por o português padrão não agir como língua teto para o galego. Por isso García Turnes considera que o *codialeto* de Leite seria "o que hoxe chamariamos *exodialecto*, un vernáculo pertencente a unha área linguística e cuberta por unha variedade pertencente a outra área diferente"; também deixa claro que Leite exclui o galego do grupo dos dialetos portugueses propriamente ditos.

No entanto, em estudos de dialetologia portuguesa mais modernos costuma incluírem-se os dialetos galegos, pois os linguistas aceitam pelo geral a classificação formulada por Lindley Cintra por primeira vez em 1970 baixo o título de "Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses" (veja-se Cintra 1995: 117-163), onde distingue entre dialetos galegos, dialetos portugueses setentrionais e dialetos portugueses centro-meridionais, classificação que, embora reformulada, se adota também em Cunha & Cintra (1991: 10-19).

Também inclui o galego entre os dialetos portugueses Manuela Barros Ferreira (1992: 30-1), que, no entanto, formula a pergunta de se galego e português são a mesma língua ou duas línguas diferentes. A análise desta autora não deixa de se ajustar bastante à realidade: galego e português são a mesma língua tanto do ponto de vista histórico como mesmo sincrónico, mas a nível institucional "verifica-se que o galego tem já uma norma escrita e oral diferente da portuguesa, uma ortografia adequada à sua maneira mais comum de pronunciar, dicionários e gramáticas próprios, os seus Institutos de defesa e ensino da língua".

3. O português perspetivado desde o galeguismo moderno

Se os gramáticos quinhentistas portugueses, no melhor dos casos, ignoraram o galego, também se deve dizer que os primeiros gramáticos galegos, que aparecem no século XIX, ignoraram pelo geral o português e tiveram a olhada posta no castelhano, que funcionou como modelo de comparação e contraste; assim, dos quatro trabalhos de natureza gramatical que apareceram no Ressurgimento, só no primeiro deles, o de Mirás, se cita no prólogo o português, destacando a sua proximidade do latim e a considerar o galego como uma 'ramificação' dele, ainda que logo se estabelecerá o paralelismo com o espanhol como critério a seguir; os outros três (Saco, Cuveiro e Valladares) utilizam este mesmo critério e já começam estabelecendo alguma referência comparativa ao castelhano e mesmo ao francês, mas sem citarem o português. No entanto, no século do Ressurgimento o português si vai estar presente no debate linguístico na Galiza e normalmente como argumento de prestígio na defesa do galego, que se apresenta em muitos casos a formar uma mesma língua com aquele e projetada por diferentes continentes. E vai estar especialmente presente o português, como elemento de referência positivo para o galego, no pensamento linguístico do galeguismo cultural e político dos séculos XIX e XX, como se põe de manifesto em três das suas mais significadas figuras (Murguia no XIX, Castelao na primeira metade do XX e Carvalho Calero na segunda), a que a seguir nos referiremos.

No discurso de Tui de 1891 Murguia fala do “noso idioma” que ali perto, ao outro lado do rio Minho, é língua oficial “que serve a máis de vinte millóns de homes” (Murguía 1996: 159). No discurso de 1906 na Academia Galega também reincide na projeção internacional do galego através de Portugal e do Brasil, agora como argumento para contrarrestar o tópico do próximo desaparecimento do idioma. No primeiro volume da *Historia de Galicia*, publicado em 1865, também afirma que o galego alcançara o seu completo desenvolvimento no português e que este não era outra coisa que o galego literário, tese defendida um século depois por Rodrigues Lapa e que desencadeará a polémica com Ramón Piñeiro. Afirma Hermida (1996: 112-115) que, entanto autores como Balbín de Unquera, López de la Vega ou Juan Valera defendiam a identificação

e fusão entre galego e português, Martínez Padín, António de la Iglesia e Murguia eram partidários de uma identificação sem fusão, por não realizarem nenhuma manifestação a favor do lusismo ortográfico. No entanto, Vázquez Sousa (2004: 82-83) dá a conhecer um texto de Murguia onde propugna a adoção da ortografia portuguesa e diz: "El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. Por que no aceptar la ortografía portuguesa? Si nos fue comun en otros tiempos, por que no ha de serlo de nuevo?"

Castelao tem plena consciência do processo histórico que levou ao aparecimento de Portugal como reino galego e do português também como idioma galego, de modo que a crise deste na escrita durante os séculos obscuros vai afetar só o território galego e não a língua galega no seu conjunto, pois esta continua a ser veículo de uma literatura que nesse período alcança grande esplendor em Portugal (Castelao 1961: 454). Castelao era, pois, muito consciente de que Portugal nasceu dentro da Galiza e de que a sua língua é o galego. E também, em consequência, afirma que o galego é a língua do Brasil, apesar de que se lhe negue interessadamente o caráter hispano (Castelao 1961: 455). Fica claro que Castelao não só se adere ao pensamento galeguista dominante que propugna uma identidade essencial entre galego e português, mas é uma das personalidades que mais tem insistido no tema e que tem proporcionado argumentos mais sólidos, sobretudo desde a perspetiva histórica. Talvez a cita mais explícita, e ao mesmo tempo mais polémica, é a tirada da carta a Sánchez Albornoz, onde, após expressar o desejo de que na Galiza se fale tão bem o galego como o castelhano, e vice-versa, acrescenta: “Deseo, además, que el gallego se acerque y confunda con el portugués, de modo que tuviésemos así dos idiomas extensos y útiles” (em Carvalho Calero 1989: 91). Está claro que Castelao deseja “a restauraçom da unidade linguística galego-portuguesa” (Carvalho Calero 1989: 105). Mas não a subordinação do galego ao português, ou a disolução do galego no português. Em *Sempre en Galiza* diz-nos que “o povo galego fala un idioma de seu, fillo do latín, irmán do castelán e pai do portugués” (Castelao 1961: 41), dando continuidade ao pensamento de Feijóo, Sarmiento e Murguia; e reforçando a primazia histórica do galego sobre o que ele considera mal chamado português, porque “o portugués non é outra cousa que o galego, pois da Galiza pasou a Portugal” (Castelao 1961: 161).

Carvalho Calero mantém no substancial os mesmos postulados teóricos a respeito do idioma que Murguia e Castelao, a defender portanto a identidade linguística galego-portuguesa. Porém, a diferença de ambos, acaba por praticar coerentemente o reintegracionismo linguístico na última fase da sua vida, após sucessivas etapas de achegamento. Também Carvalho inaugura, em certo modo, um novo tipo de relação da intelectualidade galeguista com Portugal e com os portugueses, uma nova olhada sobre o país vizinho que o leva a estabelecer projetos de colaboração mútua na procura de passos em positivo que suponham romper a tradicional declaração de irmandade, centrada em muitos casos na poesia e no sentimento de saudade, e avançar na aproximação linguística e mesmo ortográfica. Assim, Carvalho Calero e Rodrigues Lapa iniciam na editora lisboeta Sá da Costa uma coleção 'Noroeste' dirigida por ambos e que dá como fruto dois volumes de estudos sobre questões linguísticas galego-portuguesas (Lapa 1979 e Carballo 1981). Na correspondência de Lapa existem cartas de Carvalho que demonstram este afã comum em que ambos se empenharam; numa delas, que Lapa anota como "muito importante" e que leva data de primeiro de outubro de 1980, fala o professor galego da publicação do seu livro e de outros textos em Portugal, manifestando-se partidário de que vaiam "decididamente com ortografia basicamente portuguesa"; mas também faz outras interessantes e clarificadoras considerações que explicam os passos que foi dando como professor universitário na última etapa da sua vida académica, na perspetiva de avançar no reintegracionismo linguístico entre galego e português (em Marques *et al.* 1997: 381). As suas propostas de futuro para o galego, que passam pela aproximação do português, também vão achar eco e continuidade nalguns dos setores mais conscientes da sociedade galega, como demonstra a existência da Associaçom Galega da Língua (AGAL) e outras correntes reintegracionistas.

4. O português na Galiza de hoje: perspetivas de futuro

A aposta linguística galega para este novo tempo deve passar por conseguirmos a plena normalização do galego como língua natural e própria de Galiza, tal como o define o atual Estatuto de autonomia; e deve passar também por incluir a obriga de os galegos e as galegas conhecermos o galego no novo Estatuto que se está a elaborar. A partir daí, as possibilidades que se nos oferecem em matéria de língua são extraordinárias, de estabelecermos uma planificação académica adequada. O nosso sistema educativo deveria e poderia garantir, sem grandes problemas, que todas as alunas e os alunos galegos acabassem o ensino médio dominando três idiomas oficiais da União Europeia e três dos idiomas mais falados no mundo: o galego (português) como língua que nos identifica e nos abre as portas a países e culturas de diferentes continentes, o castelhano como língua do Estado também com projeção mundial e o inglês como língua franca internacional; nas atuais

circunstâncias, das duas primeiras só a segunda tem garantido plenamente entre nós o seu futuro nas capas sociais mais novas.

Como garantirmos o futuro do galego como língua extensa e útil? Na última parte do ano 1999 o jornal *La Voz de Galicia* deu acolhida nas suas páginas a um debate tranquilo sobre a possibilidade de uma revisão da normativa do galego, em que participaram pessoas de todas as tendências e onde predominava a opinião favorável a uma reforma consensuada, marcando-se em muitas das colaborações a tendência para uma aproximação da norma portuguesa, ideias também presentes nalgum foro de debate e nalguma proposta a título individual de pessoas relevantes: o então presidente do Conselho da Cultura Galega, Carlos Casares, falou de uma "ortografía sensata" que nos una a Portugal (*La Voz de Galicia,* 3-9-99) e "empraza á Académia a reformar a normativa" (*A Nosa Terra,* 4-11-99); num debate celebrado pelas mesmas datas em Santiago de Compostela com a participação de especialistas de tendências opostas (a oficial e a reintegracionista), segundo reflete a imprensa "avanzouse un posible achegamento á norma portuguesa" e os linguistas que intervieram declararam-se abertos às mudanças na normativa em vigor (*El Correo Gallego,* 5-11-99).

Com esta perspetiva e tendo também em conta que a maioria dos linguistas que estão na Academia pertencem ao Instituto da Lingua Galega (ILG), a Asociación Socio-Pedagóxica Galega (AS-PG), organização nacionalista de ampla trajetória no âmbito do ensino e na defesa da língua e da cultura galegas, tomou a iniciativa de promover un diálogo entre representantes do ILG e das áreas de Filologias Galega e Portuguesa das três universidades galegas (Santiago de Compostela, A Corunha e Vigo), oferecendo-se também para moderar as reuniões que se produzissem. Uma vez aceitado isto por cada uma das partes, iniciaram-se as reuniões com três representantes por cada instituição ao longo do ano 2000 e 2001, até que se chegou a um princípio de acordo que logo uma comissão técnica se encarregou de redigir. Ratificado este pelos departamentos universitários correspondentes, em setembro de 2001 foi apresentado como proposta na Real Academia Galega (RAG), que inicialmente o rejeitou e finalmente, após a pressão social a que se viu submetida, acabou por o aprovar em 2003. Como costuma acontecer com qualquer tipo de acordo, este não resultou plenamente satisfatório para nenhuma das partes que intervieram nele. Mas em conjunto foi o acordo possível nas circunstâncias em que se produziu.

Parece lógico também pensarmos que um grupo de pessoas ou associações, ainda a considerarem positivos alguns aspetos do acordo, não optassem finalmente pelo seu seguimento por terem escolhido a norma portuguesa ou outra muito próxima dela. Isto não se deve considerar especialmente negativo, sobretudo se a discrepância se circunscrevesse a âmbitos determinados, sempre partindo da opinião pessoal de que o português não deve ser considerado como língua alheia à Galiza. Inclusive pode desempenhar um papel positivo na perspetiva de marcar horizontes de longo prazo para o futuro do galego. Mas parece claro que a norma do galego na situação atual não pode ser a portuguesa, pois nas presentes circunstâncias, pela correlação de forças existente na vida política e académica, não parece possível outra solução sem causar grave dano ao idioma, pela frontal oposição de setores maioritários que se movem política, social e profissionalmente ao redor da língua. Ora, também não se podem virar as costas ao português e a Portugal, e muito menos agora em que com a integração europeia a Galiza e o norte do país vizinho constituem uma única região da UE.

Pelo contrário, deve procurar-se no possível um achegamento a Portugal e ao português que neste momento parece mais conveniente por via do léxico e por via da aproximação e intercâmbio cultural do que pela via da ortografia. Primeiro é necessário convencermos o povo galego de que não é inferior a outros, de que tem uma língua digna, de que a sua cultura é importante; é imprescindível recuperarmos na consciência social a dignidade do idioma próprio, coisa que não se pode conseguir falando-lhe do 'português da Galiza' nem escrevendo-o hoje por hoje com a grafia portuguesa. Também não se pode conseguir, decerto, apresentando o galego como um apêndice do espanhol, com uma forma gráfica completamente subordinada a ele e com umas soluções morfológicas ou lexicais que o aproximem ainda mais da língua oficial do Estado e língua tradicional do poder na Galiza. Neste sentido, consideramos que os passos dados com esta última reforma da norma, sem serem tão profundos como alguns queríamos, cumprem os mínimos necessários para garantirem um modelo de língua digno e acaído às circunstâncias atuais.

Porém, a aceitação de uma norma de consenso não implica uma renúncia aos postulados ideológico-linguísticos pessoais a respeito do que se consideraria a melhor norma possível ou a respeito da relação entre galego e português. Pode, em teoria, acreditar-se na unidade linguística galego-portuguesa e, ao mesmo tempo, fazer uso da norma oficial que foi produto de um consenso entre especialistas, como também se pode ser republicano ou comunista e exercer responsabilidades públicas num regime monárquico ou capitalista. Uma coisa é acatar uma norma linguística e outra muito distinta é renunciar às próprias ideias ou inclusive deixar de trabalhar por elas; como também se pode acatar uma lei, mesmo a Constituição, e não estar de acordo com todos os seus princípios ou inclusive ser partidário da sua profunda modificação.

Pode-se, pois, utilizar a norma oficial e, ao mesmo tempo, defender o reintegracionismo linguístico? A resposta virá dada em função do que se perceber por reintegracionismo. Partamos do princípio, não difícil de assumir, de que o galego comummente falado na atualidade está muito interferido pelo espanhol e de que tal modelo não se pode consagrar como irreversível, pois, segundo este parecer, isso ía supor a dialetalização progressiva do galego a respeito daquele e o seu futuro desaparecimento como língua autónoma. Parece lógica e necessária, pois, uma intervenção cirúrgica sobre esse galego falado para o ir reintegrando no seu próprio sistema, de onde nalguns aspetos foi arrincado pela pressão secular da que foi única língua oficial durante séculos. Desde esta perspetiva parece muito defendível a reintegração linguística, entendendo por tal o facto de reconduzirmos o galego para a sua plena autenticidade, liberando-o das interferências forâneas. Neste sentido, as novas normas podem ser consideradas como reintegracionistas na medida em que reafirmam o galego nas suas raízes e tradição. Ou não acontece assim com o reforçamento de *ao, -bel, -aría*, com o reconhecimento de *até, porén, após, ouvir, Galiza*, ou com a prescrição de *presenza, diferenza, sentenza, graza, conduta, ditado* e os femininos *alemá, catalá, bretoa, por* exemplo?

Nessa reintegração do galego em si próprio, o português deve ser o modelo orientador ou, de o preferirmos, o espelho que nos há de confirmar em muitos casos o que é ou não é galego. E temos o convencimento de que o galego só terá assegurada a sua independência a respeito do castelhano de se manter unido o mais estreitamente possível ao tronco linguístico galego-português de que faz parte. Ou, como disse Rafael Dieste, quanto mais galego for o galego, mais se parecerá com o português. Com outras palavras, o galego tem de unir a sua sorte à do português como garantia de não ser absorvido pelo espanhol. Não há dúvida de que nesse achegamento ao português a ortografia é um elemento simbólico importante que deve marcar uma primeira fronteira com a língua de Castela. Ora, também pensamos que a ortografia não é o elemento fundamental nem imprescindível para avançarmos na reintegração antes mencionada. Disfarçado de espanhol, o galego pode ser autêntico galego ou galego-português; e disfarçado de português ou de galego-português, o galego pode ser um castrapo evidente se não se preservarem as suas caraterísticas intrínsecas. A ortografia é uma convenção que se pode mudar de modo relativamente simples, mas as estruturas internas da língua não se podem mudar com a mesma facilidade. Por isso é necessário pôr uma atenção muito especial nos aspetos morfossintáticos. Convém, neste sentido, termos presente que as normas oficiais são ortográficas e morfológicas. As regras sintáticas ou morfossintáticas vêm fixadas pela gramática e a respeito delas não se tem suscitado praticamente discrepâncias, ainda que certos aspetos foram mais ou menos enfatizados ou preteridos, segundo os casos. É claro que não são as novas normas aprovadas aquelas que o movimento reintegracionista propunha ou desejava. Mas o aproveitamento de todas as possibilidades recolhidas nelas, juntamente com o uso e potenciação dos traços morfossintáticos genuinamente galego-portugueses, que em nada as contrariam, assim como o explícito reconhecimento do português como recurso para o acrescentamento lexical, permitem o assentamento de um modelo de língua mais autêntico e, por isso, mais 'reintegrado'.

Por outra parte, nos últimos tempos produziu-se uma mudança de governo na Galiza após dezasseis anos de maioria absoluta do Partido Popular com Fraga como presidente, período em que a língua galega experimentou un recuo alarmante no número de falantes e em que as relações com o mundo lusófono foram praticamente inexistentes ou simplesmente retóricas, com um presidente galego que utilizava o espanhol em Portugal. Bem é sabido que os partidos políticos de obediência estatal não têm o idioma galego como uma das suas preocupações políticas. Mas hoje está no governo, por primeira vez na história, o nacionalismo galego através do BNG, ainda que como sócio minoritário num governo presidido por um membro do Partido Socialista. Nos programas eleitorais do Bloque Nacionalista Galego (BNG) para as eleições autonómicas vem figurando sempre um ponto referido a que o governo galego manterá uma política de intercâmbio de produtos culturais entre a Galiza, Portugal e outros países de língua portuguesa, na linha de naturalizar o necessário interconhecimento e fluxo de comunicação bilateral. O BNG assinou um acordo programático de governo com o PSdeG-PSOE onde expressamente se diz que a Xunta "potenciará o intercambio cultural cos países de lingua oficial portuguesa, erixíndose como relevantes nese proceso os medios de comunicación públicos". Aguardemos que isto se vá cumprindo e que o português se faça cada vez mais presente na Galiza para que todas as pessoas galegas tenham a oportunidade de se familiarizarem com ele e de comprovarem a sua fundamental identidade com a língua galega. Por essa via é como avançaremos no processo de garantirmos o futuro do galego. A isto há de se acrescentar a inclusão do dever de os galegos e galegas conhecermos o galego no novo Estatuto de autonomia da Galiza que agora se está a debater. E também se deveria ir generalizando a presença do português como matéria de ensino nos diferentes níveis educativos.

5. Conclusão

O galego, língua nacional da Galiza e denominação originária do sistema linguístico galego-português, deve neste momento histórico consolidar-se como língua natural e própria do país mediante o decidido avanço do processo de normalização linguística levado a cabo, com pouca vontade por parte do poder político e com insucesso geral na sociedade, durante os anos precedentes. Ao mesmo tempo, deve continuar o processo de aperfeiçoamento do modelo de língua escrita, e também oral, através da depuração dos castelhanismos e do fortalecimento das estruturas morfossintáticas próprias, assim como dos traços fónicos mais caraterísticos e da depuração e renovação lexical com o português como modelo, de acordo com as próprias orientações normativas. A isto deve acrescentar-se uma geral abertura da sociedade galega a Portugal e aos países lusófonos, tanto no âmbito cultural como económico, desportivo ou da informação, facilitando a circulação pelo território galego dos diferentes meios de comunicação e de outros produtos veiculizadores da língua, assim como fazendo normal a presença de pessoas de expressão portuguesa nos meios de comunicação galegos. Parece-nos que só desta forma se poderá progredir no re-encontro e reintegração linguística galego-portuguesa.

Mas também parece o momento e o lugar oportunos para demandar de Portugal e dos portugueses, nomeadamente daqueles que possuem uma maior formação em temas históricos e linguísticos, uma olhada diferente sobre a Galiza e sobre a língua galega, abandonando a rotineira e simplista consideração de ambas como meros apêndices da Espanha e do espanhol. Entanto que desde a Galiza se está a viver a conflituosa relação galego/português (e também em parte Galiza/Portugal) com paixão e com grande interesse nos últimos séculos e mesmo na atualidade, sobretudo desde o âmbito galeguista, também ao norte do Minho temos a impressão de existir uma grande indiferença em Portugal a respeito da própria existência do galego (e da Galiza) e dos seus vínculos históricos com o português (e com Portugal), com as consabidas e muito destacadas exceções. Muitos galegos e galegas gostariam de que se nos falasse em português quando nos dirigimos a alguém de Portugal na nossa língua comum, apesar da diferença de sotaque e da inevitável interferência do castelhano na nossa forma de nos expressar. E, igualmente, que não se se nos considere espanhóis, sem mais matizes, só com dizer que somos da Galiza. Decerto que a importância que o português tem para o futuro do galego não é equiparável com a que este representa para o português. Bem o compreendemos. E por isso mesmo quero insistir neste velho tema, porque os galegos e galegas que estamos a luitar por garantirmos o futuro do nosso idioma na Galiza necessitamos da ajuda de Portugal para o conseguirmos. E penso que, por razões e compromisso históricos, Portugal também não pode virar as costas à Galiza e à sua língua própria, que também, no fundo, o é deste país que tantos galegos e galegas sentimos como nosso.

Referências Bibliográficas

Carballo Calero, Ricardo (1981) *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa.

Carvalho Calero, Ricardo (1989) *Escritos sobre Castelao*. Barcelona: Sotelo Blanco.

Castelao, [Afonso Daniel Rodríguez] (1961) *Sempre en Galiza*. Buenos Aires: Edición “As Burgas”.

Castro, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cintra, Luís F. Lindley (1995) *Estudos de Dialetologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Cunha, Celso & Lindley Cintra (1991) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

Ferreira, Manuela Barros (1992) *"Dialetologia da área galego-portuguesa".* In António Luís Ferronha (org.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, 30-38. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Freixeiro Mato, Xosé Ramón (2005) *"O galego de Portugal. Algunhas observacións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-portugués"*. In M. Gonçalves, A. Soares da Silva, J. Coutinho, J. Cândido Martins e M. J. Ferreira (orgs.) *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Vol. 1, 357-371. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia - Universidade Católica Portuguesa.

García Turnes, Beatriz (2003) *"José Leite de Vasconcellos e o codialeto galego"*. *Verba* 30, 367-397.

Hermida, Carme (1996) *"Galego e portugués durante o século XIX".* In *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, 107-119. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Lapa, Manuel Rodrigues (1979) *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.

Leão, Duarte Nunes de (1983) *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Marques, Maria Alegria *et al.* (orgs.) (1997) *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina (1904) *“A Galliza, centro de cultura peninsular de 800 a 1135. Santiago de Compostella, foco onde desabrochou o lyrismo gallego-português”.* In *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada por... Vol. 2, 769-835. Halle: Max Niemeyer.

Monteagudo, Henrique (1988) *"Portugués e galego nos gramáticos portugueses do quiñentos".* In Dieter Kremer (ed.) *Actes du XVIIIe Congrès Internacional de Linguistique et de Philologie Romanes (Université de Trèves 1986)*. Vol. 5, 144-158. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

Monteagudo, Henrique (1994) *"Aspetos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)".* In Elvira Fidalgo & Pilar Lorenzo Grandín (orgs.) *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, 169-185. Santiago de Compostela: CILL Ramón Piñeiro.

Murguía, Manuel (1996) *En prosa. Textos en galego*. Oseiro-Arteixo: Asociación 'Manuel Murguía'.

Nogueira, Camilo (2001) *A memória da nación. O reino de Gallaecia*. Vigo: Xerais.

Nunes, José Joaquim (1989) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Fernão de (2000) *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Piel, Joseph Maria (1989) *"Uma antiga latinidade vulgar galaica refletida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza".* In *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, 55-60. Lisboa: Instituto Nacional-Casa da Moeda.

Rocha, Júlio César Barreto (1998) *"O Brasil fala a língua galega". Análise empresarial. Revista Galega de Economía e Ciencias Sociais* 28, 127-135.

Vázquez Souza, Ernesto (2004) *Desta beira do Leteu. Artigos de história cultural, literatura e sociedade desde o esquecemento*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica: uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português

19. Zenóbia Collares Moreira Cunha (Natal***/RN - BRASIL)***

www.ufrn.br/ufrn

Zenóbia Collares Moreira

Nascida em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, é Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade Nova de Lisboa. Realizou Pós-Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco.

Em 1975, com o apoio de uma bolsa concedida pelo governo francês, fez curso de aperfeiçoamento em pedagogia e métodos de ensino da língua francesa e, em 1985 foi contemplada com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para desenvolver pesquisa sobre a literatura de autoria feminina nos acervos bibliotecários portugueses.

É professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte onde lecionou Literatura Portuguesa e Literatura Comparada no Curso de Letras e no Mestrado em Ciências da Linguagem. Em 2003, foi eleita para a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte.

OBRAS PUBLICADAS

Pequeno Dicionário do Português Medieval (em parceria com o Prof. Annecildo Batista de Carvalho), Natal EDUFR, 1993.

A poesia maneirista português. Natal: EDUFRN, 1999 (2ª. Edição, Natal: Central de Cópias - Editora, 2002).

O Pré-Romantismo Português. Natal: Central de Cópias - Editora, 2000.

A poesia pré-romântica portuguesa. Natal: Central de Cópias - Editora, 2000.

O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão. Lisboa: Editora Colibri, 2001

O auto da barca do inferno de Gil Vicente, Natal: Central de Cópias - Editora, 2003.

Humor e crítica no teatro de Gil Vicente. Natal: RN-Econômico-Editora, 2005.

Comédias da vida privada: Gil Vicente. Natal: RN-Econômico Editora, 2005.

Dicionário da língua portuguesa arcaica. Natal: EDUFRN e RN-Econômico-Editora, 2005.

Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica: uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português

Em várias ocasiões, tenho encontrado pessoas da minha cidade natal que expressam seu espanto ao tomarem conhecimento de que escrevi um dicionário da língua portuguesa arcaica, crivando-me de perguntas sobre a utilidade ou a pertinência de tal empreendimento. Quando respondo que meu objetivo é resgatar, pelo menos, parte do idioma galaico-português, que aquele vocabulário, hoje desconhecido, era o mesmo que os descobridores do Brasil usavam para se expressar, que pertence à língua trazida para o nosso país pelos primeiros colonizadores portugueses, olham-me com espanto. Claro que depois das explicações mais detalhadas acerca da importância histórica deste idioma para os lusófonos espalhados pelo mundo,

compreendem as minhas razões e o valor do meu trabalho, mas não sem um meneio de cabeça típico de quem se sente diante de algo inusitado, quiçá excêntrico.

Considerando que resido em uma cidade situada no nordeste do Brasil, tais indagações são compreensíveis e até naturais, visto que grande parte das pessoas que não frequentam as universidades e os cursos de letras desconhecem os textos produzidos no período arcaico da nossa língua, principalmente as crianças e os adolescentes. Mesmo assim, o lançamento do dicionário foi um sucesso, especialmente pelo público culto que compareceu e adquiriu o livro, pela presença de representantes das imprensas falada e escrita que filmaram e divulgaram o evento, entrevistaram-me e publicaram elogiosas referências ao livro nos jornais, nas revistas culturais e nos programas da TV Cultura local.

Todavia, não foi somente o desejo de resgatar o já extinto idioma galaico-português o que, inicialmente, nos motivou. Na verdade, o que nos levou à ideia de organizarmos um dicionário foi a nossa própria experiência e dificuldades na sala de aula do curso de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde os professores de literatura portuguesa, de gramática histórica e de filologia, juntamente com os seus alunos, viam-se confrontados, a cada ano letivo, com a ilegibilidade dos textos produzidos no período arcaico da nossa língua. Para solucionar o problema de forma mais imediata, preparávamos glossários para os textos que selecionávamos para estudo, sempre de forma muito lacunar e precária. Outras vezes, quando fazíamos uso de obras que dispunham de glossários, as coisas se complicavam ao constatarmos que tais glossários eram incompletos. E não poderiam ser diferentes, como mostrou-nos a própria experiência com a preparação de alguns deles, vez que a nossa subjetividade e os nossos conhecimentos da linguagem interferem no momento de decidir quais vocábulos devem integrar a lista das palavras supostamente desconhecidas do leitor que eventualmente irá fazer uso do texto.

O contínuo trabalho com obras medievais, que vêm acompanhadas de glossários, nos fez descrer da eficiência dos mesmos. Eles funcionavam, na maioria dos casos, apenas como uma modesta ajuda, dando a impressão de que se destinavam a um leitor que já trazia suficientes conhecimentos da língua portuguesa arcaica para ler grande parte dos textos, com desafogo e autonomia.

Os alunos universitários não se ajustam a este perfil de leitor. Em suas incursões no universo das obras produzidas, entre os séculos XII e XVI, necessitavam de uma ajuda bem mais substancial que só um bom dicionário e estudos de certos aspetos gramaticais da língua do período arcaico poderiam subsidiar, principalmente quando abordavam textos em prosa.

O estudo da poesia era menos problemático, em razão das antologias que traziam os textos originais, em galaico-português, e a sua adaptação para o português contemporâneo. Todavia, tal recurso é muito redutor, na medida em que não nos deixa muito espaço para escolhas mais condizentes com o programa de estudos que desejávamos aplicar. Demais, não considerávamos adequado o uso de tais adaptações, salvo nos casos em que os textos adaptados se faziam acompanhar pelos originais, permitindo o convívio dos alunos com as formas que revestem a nossa língua escrita no período medieval, principalmente.

Nossa primeira tentativa para solucionar o problema resultou no *Pequeno Dicionário do Português Medieval*, elaborado em parceria com o Prof. Annecildo Batista de Carvalho. Publicado em 1992, este despretensioso trabalho teve, para surpresa nossa, a sua primeira edição logo esgotada, principalmente em razão da grande procura por parte de outras universidades do país.

O resultado positivo do nosso trabalho, além de gratificar-nos pelo esforço empreendido, serviu, dentre outras coisas, como indicador de que os nossos problemas e aflições eram compartilhados por professores de outras faculdades, principalmente os que eram responsáveis por disciplinas que lidam com textos do período arcaico, inclusive alunos da pós-graduação em letras e história ou aqueles envolvidos em projetos de pesquisas, que trabalham com obras medievais.

É oportuno lembrar que não fomos os primeiros a empreender esforços para resgatar o vocabulário arcaico. Antes de nós, há mais de duzentos anos, outras tentativas foram levadas a efeito por três sacerdotes. O primeiro deles, D. Bernardo da Encarnação, não chegou a publicar a sua obra, deixada em manuscritos. Em 1727, Raphael Bluteau publicou o seu *Vocabulário Portuguez e Latino*, em 14 tomos. Esta obra, de grande valor documental, está ultrapassada, além de esgotada há muitos anos, encontrando-se disponível para consultas apenas nos acervos bibliotecários portugueses e em alguns brasileiros. Ainda no século XVIII surge o *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram,* de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, obra pioneira que, mesmo com as imperfeições que apresenta, é um valioso documento. Na década de 40 do século XX, Augusto Magne, sacerdote e filólogo brasileiro, deu início à organização do Dicionário da língua portuguesa dos períodos medieval e clássico; todavia não chegou a concluir o primeiro volume da obra. Contudo, o contributo de Magne para a elaboração de um novo dicionário é de suma importância, especialmente em razão dos inúmeros glossários que escreveu para obras do período medieval.

Com o avanço da filologia, a partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu um sopro de renovação nesta área do saber, destacando-se várias personalidades que prestaram valiosos contributos para o estudo e conhecimento da língua e dos textos antigos. Surgem, então, críticas ao *Elucidário de Viterbo,* o único instrumento disponível para subsidiar a compreensão da língua portuguesa do período galaico-português.

Em suas Lições de filologia portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, escritora de grande erudição na área dos estudos filológicos, mencionou a necessidade de um dicionário que oferecesse um repertório mais completo dos vocábulos em uso no período arcaico da nossa língua. Mesmo reconhecendo o valor do *Elucidário* de Viterbo, a autora não se eximiu de referir à insuficiência do vocabulário nele reunido:

Faz imensa falta [...] um dicionário só do 1° período da língua portuguesa, em que se registrem e se documentem, ampla e cuidadosamente, todos os termos contidos nos textos arcaicos [...]. O Elucidário de Viterbo é uma contribuição preciosa, insubstituível pelas citações, tiradas de documentos públicos, em parte perdidos. Mas ainda assim é muito pobre, porque ele não podia no seu tempo aproveitar nenhum dos principais monumentos literários da época galego-portuguesa. (1945. p. 275-76).

Depois dela, outros estudiosos da língua apontaram uma série de falhas no *Elucidário* que respaldavam e justificavam os comentários de Carolina Michaëlis. O mais incisivo de todos, no entanto, foi Mário Fiúza, prefaciador da terceira e última edição de referido *Elucidário,* em 1962, que inicia o seu texto com as seguintes palavras:

Há muito tempo já que o Elucidário de Viterbo devia de estar definitivamente arrumado num museu de antiguidades Mostrar-se-ia ao visitante como a primeira tentativa dum dicionário da nossa língua arcaica, um antepassado longínquo dos modernos dicionários, elaborados com espírito crítico e beneficiando do enorme desenvolvimento que a filologia e a história tiveram nos séculos XIX e XX. Mas ao invés disto, inicia-se hoje a publicação duma nova edição do Elucidário, que continua a ser o único dicionário da nossa língua arcaica. Apesar dos modernos e grandiosos progressos da filologia e da história, ninguém meteu ombros à empresa de elaborar um novo dicionário da nossa língua medieva. Justifica-se, portanto a necessidade de publicar esta nova edição porque a obra continua a estar em uso e ainda não foi substituída (e quando o será...?) por outra mais moderna e mais aperfeiçoada (1962. p. 7).

Ao pretendermos elaborar um novo dicionário dedicado à recuperação do vocabulário galaico-português, julgamos pertinente não postergarmos a valiosa contribuição da obra que abriu os caminhos: o *Elucidário* de Viterbo. A obra pioneira não poderia deixar de estar incluída na base do seu repertório, principalmente por nos legar uma quantidade considerável de termos da fase medieval do nosso idioma, impossível de serem localizadas em outras fontes. Despojados dos excessos e da superfluidade de informações contidas em muitos deles, constituíram um alicerce preciosíssimo, ao qual foram acrescentados milhares de novos vocábulos recolhidos em nossas pesquisas, que não constam da primeira tentativa do frade dicionarista. Nestes termos, o *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica* assimilou parte do valioso contributo do *Elucidário* de Viterbo, acrescido de todos os outros legados hauridos em textos antigos de que foram escritos edições críticas, notadamente no século XX, além da contribuição de tantas obras consultadas, produzidas no período arcaico da língua portuguesa arcaica, que não foram incluídos no repertório do Elucidário.

Escusado dizer das dificuldades que enfrentamos para levar ao termo as pesquisas que resultaram na elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica.* Mantivemo-nos resolutamente laboriosas ao longo dos quatro anos de pesquisa, ou melhor, de exercício de paciência e de cumplicidade com o nosso propósito de resgatar centenas e centenas de palavras relegadas ao esquecimento e desconhecidas do público dos dias atuais. Foi, portanto, sob o estímulo decisivo da nossa inabalável convicção acerca da pertinência e importância do nosso trabalho que empreendemos quatro viagens a Portugal, em nossos períodos de férias, para, em "peregrinação" nos seus acervos bibliotecários, empenharmo-nos numa exaustiva busca, em um universo bibliográfico constituído por obras publicadas desde o século XII até o século XVI, percorrendo fichários de "Reservados", folheando catálogos, devassando livros antigos, obras poéticas e em prosa, além de inúmeros dicionários etimológicos, elucidários e glossários de obras surgidas no período mais recuado, no qual vigorava o uso do idioma galaico-português.

O título do nosso trabalho, *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*, evidencia claramente que o único e exclusivo interesse que nos moveu foi o de resgatar da dispersão o vocabulário da nossa língua em uso no período historicamente considerado arcaico, ou seja, o que vai do século XII até o século XVI.

Salvo em casos especiais, deixamos de registrar as palavras que conservam o mesmo sentido no português contemporâneo, mesmo quando apresentam diferenças de grafia que não interferem na compreensão do seu significado.

No âmbito da linguagem arcaica, foram consideradas as contribuições dos povos que invadiram a Península Ibérica nas fases pre-histórica e proto-histórica da língua portuguesa e que legaram ao idioma em formação palavras e expressões que se incorporaram naturalmente ao repertório autóctone. Foram

igualmente considerados os vocábulos de línguas estranhas ao idioma que se incorporaram à linguagem da época, principalmente nos livros de historiadores, cronistas e viajantes que, em seus relatos, inseriram termos indispensáveis à compreensão das suas mensagens, como, por exemplo, os livros que tratam de assuntos das colônias portuguesas na África, em Goa, em Macau, relatos provenientes de viagens, etc. Nestes casos, as palavras foram incluídas no dicionário com o registro do seu significado e de sua procedência, visto que essas informações facilitam a compreensão dos textos nos quais aparecem.

No que diz respeito à ortografia, procuramos ser o mais fiéis possível à forma gráfica original das palavras, evitando atualizá-las, por considerar que qualquer modificação poderia resultar em dificuldades para os futuros usuários do dicionário.

Devido à imensa variedade gráfica dos antigos escritores galegos e portugueses, em razão da falta de uniformidade na expressão escrita, nem sempre incluímos todas as possíveis variantes de uma mesma palavra usada em épocas diferentes, ou mesmo numa mesma época.

Não oferecemos informações no campo da etimologia em razão das dificuldades de natureza vária que teríamos nas investigações com vistas a elucidar o étimo de todas as palavras colhidas. Assim, cada verbete está acompanhado apenas da informação acerca da classe gramatical a que pertence a palavra-base, de forma abreviada, conforme o código de abreviaturas devidamente apresentado no início do volume.

Apesar do nosso esforço para abonar o significado das palavras com enunciados extraídos das obras escritas no período arcaico, muitas ficaram sem esse importante complemento.

Considerando que esta língua moderna está prodigamente resguardada pelo uso e pelos modernos dicionários, enquanto a língua arcaica, de modo geral, estava relegada ao olvido e, consequentemente, sob ameaça de perder-se na memória dos tempos futuros, deixamos à margem da nossa compilação os vocábulos surgidos a partir do século XVII, seja porque transcendem os limites do período arcaico, seja por estarem fartamente dicionarizados em Portugal e no Brasil.

Não obstante termos colhido cerca de 14.000 vocábulos do idioma galaico-português, acreditamos que ainda não é esta primeira edição do nosso dicionário que conseguiu recuperar todo, ou quase todo, o vocabulário da língua portuguesa arcaica, ou galaico-português. Apesar das nossas exaustivas buscas, muitos vocábulos, decerto, ficaram por ser localizados, à espera de outra pesquisa que dê conta de todas as leituras necessárias à tarefa de resgatá-los. A nossa contribuição, mesmo imperfeita e provavelmente lacunar, não cessa com a presente publicação. Temos consciência que "obras desta natureza não se constroem duma só vez." e que teremos que dar prosseguimento às nossas investigações, com o mesmo empenho e entusiasmo que nos moveram desde o início dos nossos trabalhos, em 1983. É do interesse da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte apoiar e subsidiar as pesquisas necessárias à elaboração de uma segunda edição do dicionário mais completa que a primeira.

Sabemos ser impossível colher todo o repertório vocabular do galaico-português, mas estamos certas de que todo o esforço será válido, toda tentativa será pertinente, para resgatar a maior quantidade possível de um patrimônio linguístico que pertence tanto a Portugal quanto à Galiza, que faz parte da nossa história, que constituiu um importante elo de ligação entre portugueses e galegos durante uma período bastante alargado da nossa história comum, conforme está fartamente documentado em milhares de páginas escritas em prosa e verso por autores galegos e portugueses, que viveram naqueles remotos tempos. Nestas páginas encontramos a confirmação das palavras de Hélio Pires, segundo as quais "a Galiza é a nação gêmea da portuguesa e, até à segunda metade do século XV, a língua dos dois lados do rio Minho era uma e a mesma" (2006. p. 1-2).

Motivada pelo interesse que sempre me despertou a relação entre galegos e portugueses, empenhei-me em comparecer a este Colóquio, com imenso interesse em acompanhar as discussões, em inteirar-me dos problemas que tentam solucionar, enfim disposta a sair daqui com muito mais motivação para dar continuidade às minhas pesquisas sobre um idioma que também é o meu, apesar do tempo e das modificações que sofreu ao transferir-se para um outro continente.

BIBLIOGRAFIA

FIÚZA, Mário. "Advertência Preliminar desta Edição", in Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, 2ª ed., 1962.

PIRES, Hélio. "A Galiza aqui tão perto" In *Portal Galego da Língua*, ACAEL, 2006.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëllis. "Lições de filologia" in *Revista de Portugal*, vol. VII, 1945.

Tema 2 - Tradução

O Schriftstella (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa

20. Adelaide Chichorro Ferreira (professora na Universidade de Coimbra e membro do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos)

Adelaide Chichorro Ferreira

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003 Professora na Faculdade de Letras de Coimbra (Grupo de Estudos Germanísticos), tendo feito um doutoramento em Linguística Contrastiva, numa área de interface entre Linguagem e Ecologia. Foi leitora de português na Alemanha, e em Portugal tem lecionado Linguística, Tradução, Didática do Alemão ou Linguagem e Ambiente. Pertence a várias associações ligadas à Germanística, à Linguística e à Ecologia. É mãe de 4 filhos e, por vezes, escreve pequenos textos em jornais ou noutros meios de comunicação. É membro do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG http://www.uc.pt/cieg/). Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

Versão escrita das comunicações apresentadas em Bragança, a 2 de outubro de 2006, no Colóquio da Lusofonia, e no encontro «O CIEG abre as suas portas», que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a 24 de novembro de 200685.

O Schriftstella (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa

Novembro de 2006[86].

1. Alemão: língua ameaçada?

Tendo começado tarde a aprender o idioma alemão (apenas no ora chamado 10º ano), dele me aproximei de um modo que poderá parecer invulgar, uma vez que tal afinidade não é simplesmente de índole profissional. Há muito que me liga afetivamente a esta língua, empatia essa que, de alguma forma, me aproxima também daqueles que denodadamente cuidam da Lusofonia (e da ortografia) na Galiza. Porém, no contexto da proteção das línguas em risco, eu incluo também, em Portugal, a defesa do alemão como língua estrangeira (na linha da temática a que o semanário *Spiegel* dava honras de capa, por coincidência no mesmo dia em que me desloquei a Bragança, a fim de proferir a presente comunicação[87]). Os poucos da minha geração que, em Portugal, investiram mais de 20 anos a estudar alemão (e algo de semelhante é válido para quem se aventurou com outras linguagens exigentes, como a da matemática ou da música clássica) não deixam de ser, em época de crise económica e social, detentores de saberes a não desbaratar, equivalendo um deles àquilo a que chamei, num colóquio na Alemanha (onde algumas das ideias que aqui defendo foram apresentadas[88]), a capacidade de «ver mais longe do que a borda do prato». Por muitos anos de vida que alguns de nós tenhamos dedicado a esta língua, o facto é que, sendo ela substancialmente «diferente» das línguas românicas, tal facto simultaneamente torna mais interessante (diria que obsessivamente estimulante) o exercício de ginástica cognitiva associado a qualquer tradução. Justamente por isso, ela exige um tempo de maturação diferente daquele que é típico de outros pares de línguas. Uma tal experiência fi-la recentemente com uma tradução do alemão para o português em que, tanto eu como o autor do original, o Professor Konrad Ehlich (Ehlich, 2006: 9-61), concluímos ser desejável um estudo mais aprofundado de «evidências» que, interculturalmente, não são da mesma forma óbvias, ou dadas como adquiridas, em ambas as culturas.

É certo que falar alemão em Portugal me separa um pouco daqueles que comigo diretamente convivem, e que experimentarão, relativamente a mim, a mesma perplexidade, ou sensação de incomunicabilidade, que

[85] Embora não tenham podido estar presentes em nenhuma das ocasiões onde apresentei as comunicações que deram origem ao presente texto, dedico-o tanto à professora universitária que mais me ensinou a apreciar literatura, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille, recentemente jubilada pela Universidade de Coimbra, como ao seu marido Karl Heinz Delille, meu colega de Linguística e orientador na mesma universidade, mas também, durante muitos anos, ativo e multifacetado diretor do Instituto Goethe (Casa Alemã) em Coimbra, de quem gostaria de ter herdado um milionésimo da capacidade para ver um pouco mais longe.

[86] Embora não tenham podido estar presentes em nenhuma das ocasiões onde apresentei as comunicações que deram origem ao presente texto, dedico-o tanto à professora universitária que mais me ensinou a apreciar literatura, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille, recentemente jubilada pela Universidade de Coimbra, como ao seu marido Karl Heinz Delille, meu colega de Linguística e orientador na mesma universidade, mas também, durante muitos anos, ativo e multifacetado diretor do Instituto Goethe (Casa Alemã) em Coimbra, de quem gostaria de ter herdado um milionésimo da capacidade para ver um pouco mais longe.

[87] Cf. Schreiber (2006).

[88] Refiro-me ao encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* (GAL), que se realizou em Münster (Alemanha), de 21 a 23 de setembro de 2006.

sinto relativamente a peritos em matemática. Será essa sensação algo de «anormal»? Não o creio, pelo que se verá a seguir. Uma vez que estou cultural e temperamentalmente mais próxima de um sul efusivo e exuberante do que de um norte frio e distanciadamente racional, não deixa de constituir para mim motivo de tristeza não poder partilhar facilmente com quem está mais perto de mim[89] excertos curiosos de leituras que vou fazendo – por estranho que, neste caso concreto, até possa parecer – na «língua dos poetas e pensadores». A sensação que ultimamente venho experimentando relativamente a esta língua, vivendo como vivo em Portugal, é a de que ela se (me) esvai, tal como na Galiza há quem o sinta relativamente ao galego. Não obstante ser a língua materna mais falada em toda a União Europeia, o facto é que o alemão, como língua estrangeira, não tem sido escolha apetecível para a maioria dos portugueses, que assim mal se apercebem de que há cidadãos lusófonos a escrever textos interessantíssimos na língua de Goethe.

2. Alemão com açúcar e pimenta

... Ou, mais precisamente, num (?) «idioleto» da mesma, que o autor a que dedico este trabalho designa, alternadamente, por *Kauderdeutsch, Siegfriedisch, Ultradeutsch* ou *Wunschdeutsch*..., designações que talvez se pudessem adaptar à nossa língua como *algaravês* (analogia para com *algaraviada* – sem ofensa para o Sul de Portugal), *viriatês* (em homenagem ao lusitano Viriato, tal como em *Siegfriedisch* se retoma uma mítica figura germânica), ou até como *ultraportuguês* e *português desejado*, esta última expressão evocando na cultura portuguesa – uma vez que tal não se aplica ao caso brasileiro – qualquer coisa como...uma espécie de *sebastianês* (já propor, numa tradução para o galego, um eventual *rosaliês* geraria incómodos no seio de certa lusofonia, dadas as conotações feministas assim convocadas).

Com tudo isto me refiro a um escritor, cabaretista e também realizador[90] de origem brasileira, mas com antecedentes familiares na Alemanha e até mesmo no Báltico. Tendo vivido a sua infância e juventude no Brasil, país por onde vagabundeou de lés a lés (assim como por alguns outros da América Latina), acabou por adotar o nome artístico de Zé do Rock. Não lhe conheço, de facto, o verdadeiro nome, mas como o meu interesse por este autor é sobretudo motivado pela minha «costela» de linguista, deixo aos colegas de Literatura o prazer de investigarem a complexa questão biográfico-identitária que, a par e passo, se revela na sua irreverente escrita. Quem, aliás, me recomendou esta refrescante leitura – ainda assim exigente, mesmo para germanistas –, foi um dos mais reconhecidos estudiosos da língua alemã, o já atrás citado professor Konrad Ehlich. Ora, sem dúvida que Zé do Rock trabalha a língua alemã duma forma tão singular quanto divertida, uma vez que é como se, em simultâneo, nela habitasse culturalmente e com ela não se sentisse verdadeiramente «em casa», necessitando amiúde de a alterar. Uma sensação que eu própria, na minha vertente ecolinguística[91], não deixo de experimentar com relativa frequência, facto que me conduz por vezes a períodos de um certo mutismo.

Na contracapa de um dos livros de Zé do Rock (*Deutsch gutt sonst geld zuruck*), ao lado duma foto do próprio sentado no chão, com um chapéu virado para cima, à frente das pernas, e um letreiro onde se lê *Ich bin Schriftstella* (que poderíamos traduzir por *sô iskritô...*), o autor apresenta-se-nos como uma espécie de mendigo ou vagabundo, que, e traduzo, «nasceu há uma carrada de tempo no Brasil, viveu 14630 dias, bebeu 1357 litros de álcool, tocou 949 horas de flauta e jogou 648 horas de futebol, tendo percorrido à boleia 200 000 quilómetros em 1457 carros, aviões, barcos, comboios, carros de bois e tratores, além de ter visitado 104 países e 16 prisões. Apaixonou-se 8 vezes, rodou um filme, inventou uma língua artificial, criou um alemão simplificado, não estudou nada e vive ainda hoje, a maior parte do tempo, em Munique». Nos títulos dos vários livros[92] que publicou incorre em «erros» semelhantes ao que vimos acima, mas na realidade toda a sua escrita é desconcertantemente rica na violação das regras ortográficas do alemão, pelo que constitui uma certeira reação crítica à polémica, durante anos instalada no contexto germanófono, em torno da nova ortografia

[89] Nem mesmo posso partilhar esta realidade com os meus alunos, que, em virtude das tendências atuais ao nível do ensino de línguas em Portugal, são agora em menor número do que nas décadas de 80 e 90 do milénio passado, além de necessitarem de estar bem mais contextualizados linguística e culturalmente para poderem acompanhar com a devida profundidade alguns temas (cf. Ferreira / Athayde, 2006: 63-82).

[90] Estão, com efeito, disponíveis no mercado duas versões, uma em alemão e uma em português, de um filme que produziu a respeito das comunidades germanófonas no Brasil (onde se refere, entre outras coisas, a uma cidadezinha brasileira de nome Schröder). Desde logo o título, «Deutschland liegt in Brasilien» («a Alemanha fica no Brasil»), é revelador do conteúdo: com muito humor, Zé do Rock desmonta a vida de brasileiros na Alemanha, assim como o modo de vida, lembrando as vivências ensolaradas de Copacabana, de muitos habitantes alemães – por exemplo, na faceta de imediatamente se dirigirem para a beira dos lagos, em biquíni, mal faça um bocadinho de sol.

[91] Embora muito mais bibliografia pudesse ser encontrada neste domínio, por razões históricas não podia deixar de citar aqui alguém, Celso Álvarez Cáccamo, que pela primeira vez me fez aproximar da questão linguística galega, algo que aconteceu na sequência da leitura que fiz deste artigo: Cáccamo (1997).

[92] Cf. Zé do Rock (1995, 2000, 2002).

(muito contestada por filólogos, escritores e até pelas redações de vários jornais e magazines alemães). Mesmo quando usa o português para comunicar por escrito, Zé do Rock mantém essa sua «imagem de marca», facto que pude constatar ao receber uma resposta sua, redigida num perfeito «zedorockês» de matriz lusófona[93].

Em didática das Línguas não é possível passar ao lado da reflexão teórica em torno da temática dos erros. Faz parte da atividade de cada professor tê-la em conta, sendo pois no tocante a este aspeto que a escrita de Zé do Rock se revela inspiradora. Em regra, distinguimos entre «erro» e «lapso», mas não seria menos importante insistir numa outra diferenciação – entre «erro» e «colapso» –, uma vez que há que medir as consequências que advêm de se catalogar simplisticamente como errada a maneira de falar ou de escrever de determinada pessoa. De alguma forma, a literatura vive do erro, já que se constitui como desvio, não involuntário, relativamente a uma norma. Ora, que tem tudo isto a ver com a Galiza? De facto, na origem desta minha comunicação esteve um pedido dum amigo galego, Ângelo Cristóvão, que penso estar representado neste volume, interessado em saber coisas sobre a história e a ortografia do alemão. Na Galiza pugna-se por aquilo que o mesmo colega vem designando por uma língua (ou ortografia) «normal», havendo muitos galegos que entendem que o ideal seria a adoção da norma ortográfica consagrada para o português. Ora, tal colide com a intenção expressa do Estado espanhol, que tem vindo a promover uma norma acusada de promover uma excessiva castelhanização. Enquanto portuguesa que viveu quase toda a sua vida alheada desta problemática, a descoberta do problema linguístico e ortográfico galego fez-me tomar consciência duma realidade política e identitária sujeita não só a oscilações várias, por vezes dramáticas, como a melindrosas disputas, inclusivamente em tribunal, situação essa merecedora de atenção. Entendo todavia que não é de se sobrevalorizar desmesuradamente aquilo que, numa perspetiva ecológica, continua a equivaler, para muitas atividades do quotidiano, a um sistema linguístico *secundário* relativamente ao plano da oralidade, forma de comunicação por excelência duma «língua de proximidade» (na comunicação entre mãe/pai e filho, nos primeiros anos de vida, ou em geral dentro da família), cujo estatuto de «cidadania» plena não me parece existir, pois tendemos a valorizar muito mais a língua pública, usada fora desse espaço. O conceito acima colocado entre aspas vem merecendo alguma atenção internacional, conforme pude constatar no recente colóquio a que me desloquei na Alemanha, em que frequentes vezes surgia o termo *Nähesprache* (língua de proximidade), quando se tratava de caraterizar uma realidade emergente e multifacetada, de contornos porém não totalmente clarificados – assim, em que aspetos nos é próxima (a nós portugueses, especialmente) a língua da Galiza? Como é que ela diverge da que se fala em Portugal? Um assunto que, a ser escrutinado cientificamente, daria origem, não a uma, mas a várias dissertações de doutoramento. Finalmente, cabe interrogarmo-nos sobre se aquilo que por vezes, até impensadamente, à primeira vista classificamos como «erro» tolda ou, em vez disso, constrói de forma exata o sentido, o que nos habilitaria a perspetivar a questão do significado que *de facto* possui determinada norma linguística – isto é, acerca de quão «normal» ela será afinal de contas, no mundo complexo, incontornavelmente diverso, que habitamos.

Mesmo fazendo uso duma «língua» individual, e nessa medida não «normal» – ou até da negação duma língua naquilo que a define normativamente, a ortografia padrão –, Zé do Rock faz-nos refletir sobre este problema, sem que deixe de presentear o leitor com uma escrita, aqui e ali, hilariante, e ao mesmo tempo comoventemente universalista – aspetos a que, por falta de espaço, não posso aludir com o pormenor necessário. Um detalhe em que tal caraterística se manifesta é quando se deixa contagiar, *literalmente*, com os inúmeros modos de falar com que se vai deparando nos países que atravessa, assim demonstrando que permanece viva aquela espécie de estranhamento deslumbrado com que os portugueses «infetaram» o mundo[94] aquando das Descobertas – um estranhamento desta feita oriundo do outro lado do Atlântico, e depois transplantado para a Europa, partindo em todo o caso duma perspetivação, também no tom que a informa, moldada por uma cultura lusófona. Cingir-me-ei na minha abordagem apenas às descobertas que o autor vai fazendo ao deambular pela tão vasta e complexa Europa em que vivemos. E começo precisamente por um dos extremos da mesma, sabendo nós entretanto quão difícil se vem tornando estabelecer fronteiras rígidas a leste, a sul (cf. Ehlich 2006: 39), e eu diria que também a Ocidente.

Zé do Rock relata num dos seus livros, por exemplo, a sua passagem por Istambul, simulando o modo como é abordado pelos habitantes locais. Recorre, para tanto, a determinados sinais caraterísticos da escrita turca, que desde logo saltam à vista a quem quer que já tenha passado por um quiosque duma estação de comboios alemã (*döyţ**,** einigermaszen, kömmen, Frankfürt, öder...*):

[93] Sei também que o primeiro dos seus livros, *Fom winde ferfeelt*, conheceu uma edição brasileira, mas fui informada pelo autor de que ela se encontraria esgotada, pelo que não a pude ter em conta para a presente análise. Seria porventura interessante averiguar se se trata realmente duma tradução, ou antes de uma adaptação.

[94] Desta forma aludo, não sem alguma ironia, ao conceito de «meme», trazido para a ribalta da ciência por um carismático, porém não menos controverso, biólogo inglês, Richard Dawkins (cf. Dawkins 1976, 2006).

> *...manchmal können di türken döytş. »şprechen si döytş?« »ia, einigermaszen.«»wo kömmen si her?«»aus Brasil.«»Brasil? wö is das? näe Frankfürt öder Berlin?«*
>
> *(fom winde ferfeelt, p. 118.)*
>
> *Língua alemã padrão:*
>
> *[...manchmal können die Türken Deutsch. »Sprechen si Deutsch?« »Ja, einigermaßen.«»Wo kommen Sie her?«»Aus Brasilien.«Brasilien? Wo ist das? Nahe Frankfurt oder Berlin?«]*
>
> *Português:*
>
> *[...Por vezes os turcos sabem alemão. «Fala alemão?»«Sim, um pouco». «De onde é?»«Do Brasil.»«Brasil? Onde é que isso fica? Lá para as bandas de Frankfurt ou Berlim?»]*

Entretanto, Zé do Rock vai comentando que, para lidar com os turcos, de pouco serve o inglês, dando de seguida o exemplo dum taxista que apenas conhecia três palavras desta língua, as quais diligentemente aplicava em cada frase: *i am* (usado para *eu sou/estou, eu vou*), *yours* e *conversation*, pelo que dizer *adoro as flores no campo* (no alemão de Zé do Rock: *ich lib di blumen auf der wize = Ich liebe die Blumen auf der Wiese*) se pronunciaria «em turco» (ou em inglês?) como: *i am, yours, conversation, çimen deki çiçekleri sevyorum.* Por vezes, é exatamente esta a sensação que um viajante obtém na Alemanha, país onde a comunidade turca é muito abundante, pelo que, relatando embora um episódio aparentemente vivido no estrangeiro, de algum modo ele se consubstancia na mente dum leitor alemão, ou conhecedor da realidade quotidiana germânica, como *déjà vu* (apenas com a diferença de que, onde se encontram as palavras inglesas, poderiam igualmente ocorrer palavras alemãs).

Ora, Zé do Rock vê-se igualmente «grego» ao viajar pela Grécia, onde uma fonte de inspiração parece ter sido, além das terminações em *-on*, a leitura da lista telefónica – algo que, no estrangeiro, e na falta de outros indícios, não deixa de permitir avaliar o valor que, numa ou noutra cultura, parece ser atribuído a elementos exógenos. Deixemos agora de parte a tradução das peculiaridades que a grafia memeticamente «infetada» de Zé do Rock revela, simulando a pronúncia da língua grega – designadamente, a terminação de certas palavras com vogal velar aberta, seguida de consoante nasal, ou a transposição de chiantes fazendo tábua rasa da diferença entre as associações grafemáticas <sch> e <ch> no alemão, para já não falar no quase inexistente uso de maiúsculas (que, no alemão padronizado, ocorrem nos substantivos, ou a seguir a ponto final), a não ser em topónimos ou antropónimos – uma regra lusófona que o autor parece aplicar, neste livro pelo menos, de forma não inconsistente. Atentemos pois no exemplo seguinte (que ocorre após um outro em que o autor relata ter recorrido a todos os seus conhecimentos de grego antigo para comunicar neste país, deparando-se embora com a súbita dificuldade de não conseguir, num bar, pedir uma simples água – que, em grego moderno, não se diz *hidro*):

> *im grichisson sreibt ma fremdwörter in lateinisser srift. speiseeis heisst pagota und ice-cream, pagota wird grichiss gessribon, ice-cream in lateinisser srift. auch namon wie John Murray oder Hans Peter Schmidt im telefonbuch, das in grichisser srift gedruckt is, sind in lateinisser srift angegebon. auf Deutssland übertragon, is es als wäron di russisson namon im telefonbuch von Berlin in kyrilliss gessribon und Mao Tse-Tung in kinesisson karakteron.*
>
> *(fom winde ferfeelt, p. 116.)*
>
> *[em grego («grégon») os estrangeirismos escrevem-se no alfabeto latino. Gelado chama-se pagota e ice-cream, mas pagota é escrito em grego, e ice-cream na escrita latina. Também nomes como John Murray ou Hans Peter Schmidt na lista telefónica, escrita em grego, são indicados em alfabeto latino. Se quiséssemos verter esta situação para a língua alemã, era como se os nomes russos, na lista telefónica de Berlim, estivessem redigidos em cirílico, e Mao Tsé Tung em carateres chineses*].

Em Estocolmo, por sua vez, «apanha» com mestria a inconfundível abertura de certas vogais (*vollar insellar und kanälar* (= *voller Inseln und Kanäle*); *sär deusk* (para *sehr deutsch*), que se parecem ajustar ao caráter mais direto que vê no povo sueco, em comparação com dinamarqueses e alemães. Não deixa de classificar parte da arquitetura com que aí se depara como... muito «alemã», o que denota, mais uma vez, a proveniência estrangeira do viajante, que parte da realidade que conheceu primeiro para nomear aquela com que entra em contacto posteriormente, porém não da forma intercultural (ou politica)mente mais correta – um pouco como se, despreocupadamente, chamasse «alemão» a um austríaco ou a um suíço:

> *Stockholm is gut, follar inselar und kanälar. Der baustil get von sär deusk, sär schwär, bis sär modärn. de svenske liven reformen wi sonst nimnd in der wält. de dänen mögen si auch, aber hinken ätwas hinterher. im gegensatz zu de deusken, di ärstmal en studie maken myssen, um zu sen, ob und wie en studie nötig sein wird, und vor alle warum, sind de svenske da ziemlich diräkt.*
>
> *(Fom winde ferfeelt, p. 124.)*

> *[Estocolmo é uma cidade boa, cheia de ilhas e de canais. A arquitetura vai de um estilo muito alemão, muito pesado, até ao muito moderno. Os suecos adoram reformas, como mais nenhum povo no mundo! Os dinamarqueses também gostam de reformas, mas ficam-lhes um bocado atrás. Comparados com os alemães, que primeiro têm que fazer um estudo para verem se é preciso um estudo, em que moldes e sobretudo porquê, os suecos são bastante diretos.]*

À passagem pela Holanda sente-se, por sua vez, reconfortado quando se apercebe de que se trata duma língua com muito de alemão e de inglês (diz mesmo: *hollands is een spraach twischen duits en englis, ma kan vele woorde uismaken* (*fom winde ferfeelt*, p. 127), pelo que imagina conseguir entender (*uismaken* – al. *verstehen*, à letra: *aus* + *machen*) muitas palavras. O problema é que, partindo do termo alemão *Ausfahrt* (para os letreiros indicando a saída numa autoestrada), não consegue ir longe: os holandeses não transformaram simplesmente o prefixo *aus* do alemão em *uit*, colando-o a *waart* (al. *fahrt*), uma vez que *uitwaart* é a palavra holandesa para... *cortejo fúnebre* (al. *Trauerzug*), conforme terá sido dito ao viajante por um anfitrião holandês que, apesar de tudo, o entendeu (caberia perguntar: não existirão semelhantes falsos amigos entre o português e o galego mais castelhanizado?). Tal designação espelha, apesar de tudo, uma realidade que hoje se observa pelas autoestradas do mundo inteiro, pelo que talvez não fosse impossível mudar, em conformidade, a língua portuguesa, para que as populações pudessem entender melhor que o investimento exclusivo em autoestradas ou em linhas ferroviárias de alta velocidade / aeroportos não lhes resolve os problemas, enquanto houver ferrovias e estradas secundárias ao abandono, ou em condições de aviltante degradação. Há uns tempos atrás, Fernando Venâncio, professor de Estudos Portugueses na Universidade de Amesterdão, mas também escritor e cronista, referia-se indiretamente a isto mesmo, no blogue «Aspirina B» (11 de novembro de 2006), ao dar como exemplo de um estimulante paradoxo linguístico (semelhante a outros como *crescimento negativo* ou o alemão *Schadenfreude*, 'comprazimento na dor alheia'), a expressão holandesa, que eu classificaria como «colocação» (um tipo especial de fraseologia), *remmende voorsprong*, traduzindo-a por *avanço retardante* ou por *progresso inibidor.*

Porém, dizer aos teimosos povos «latinos» que é possível mudar, renovando-as e até brincando um pouco com elas, as suas tão celebradas, mas por vezes desatualizadas línguas pode nem sempre revelar-se tarefa fácil. Disso se terá apercebido Zé do Rock, quando confrontado, desta feita, com a língua francesa, tal como se pode ler no excerto seguinte, retirado do capítulo intitulado «Froncraisch und konsorten» (a França e os seus consortes), em que a sequência grafemática *ch*, onde deveria realizar-se o som [ç], tão típico do alemão, muda para *sch*, do mesmo modo que a vogal velar fechada é afrancesada com a grafia <ou>. Assinale-se aliás a (literalmente...) deliciosa 1ª pessoa do plural do modal *müssen*, no presente do indicativo, como *ma mouss* (= *wir müssen*), sendo que, por um estranho fenómeno de harmonia grafemática, o tão caraterístico trema ou *Umlaut* deixa também de adornar a preposição *für* > fur, onde deveria constar uma vogal palatal arredondada do alemão (que, por sinal, até existe, de forma semelhante, na língua francesa, o que prova que Zé do Rock nem sempre se socorre devidamente da Linguística nas suas «brincriações», para usar um termo do escritor Mia Couto...)

> *die français sind da etwas empfindelisch, was ire sprache angeet. einmal var isch gast bay einer franceusischen familie. ain grosses essen, mindestens 20 leute waren da. da fing isch an, vorschlege fur die verbesserung der franceusischen sprace zu macen. glaisch nach dem ersten saz gab s ain aoufrour. Sophie neben mir fragte: »was hast du gesagt?« »ya, isch main nour, ma keunnt aous der franceusischen sprace aine laischte, logische spr..«» habt ir gehört, was er gesagt hat?«» moment, ma mouss es aouch nisch so erns...« isch connte den saz nisch beenden, da haoute misch das medchen aine rain, das maine nase hinten raous geschaout hat.*
>
> *(fom winde ferfeelt, p. 128)*
>
> *[Os franceses são muito cheios de melindres, no que toca à sua língua. Um dia estive de visita em casa duma família francesa. Um grande repasto, com pelo menos 20 pessoas. Aí eu comecei a dar algumas sugestões sobre como se poderia melhorar a língua francesa. Logo após a primeira frase gerou-se a confusão. A Sophie, que estava ao meu lado, perguntou: «Que é que tu disseste?»«Pois, eu só acho que se podia tornar a língua francesa mais fácil, mais lógic...» «Ouviram o que ele disse?»«Calma, não é preciso levarem as coisas tão a sér...». Não pude finalizar a frase, pois nesse momento ela me espetou uma nas ventas com tanta força que o meu nariz acabou furando a minha nuca.»]*

À medida que o texto avança, descreve-se uma rocambolesca perseguição em que cada vez mais pretéritos de verbos são grafados com acento (*erreichté*, *sagté*, etc.), o que é ilustrativo do caráter inebriantemente dinâmico deste *Ultradeutsch*, mas também do perigo que reside em tentar convencer os fogosos latinos de que a sua língua já «deu o que tinha a dar», para certas coisas pelo menos.

Noutro dos seus livros (*Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk*, de que retomo aqui um excerto da p. 14), o autor encena-se como professor de línguas, no sentido de, precisamente, fornecer as regras ortográficas e gramaticais do chamado *Siegfriedisch* ou *Wunschdeutsch*. Porque, como o próprio título do livro indica: «o alemão ou é para ser bom, ou então mais vale pedir o dinheiro de volta!» Com a «autoridade» criativa dum estrangeiro residente em Munique, imbuído daquela ligeireza exótica tão apreciada pelos alemães nos brasileiros, o autor redige as suas «lições» num idioma por si recriado, não se inibindo de inventar (ou de simplesmente os preferir, quando existam, como no caso de *Rüsseltier*, termo usado em biologia, ou *lustwandeln*, que soa a arcaísmo literário), novos vocábulos «vernáculos» pelo recurso habilidoso a uma mestria que, se virmos bem, se encontra embutida no próprio sistema linguístico alemão (se bem que não na norma, na terminologia de Eugenio Coseriu). No que se segue, traduzi tudo, apenas assinalando com sublinhados os substantivos «germanizados» do autor:

O Rüsseltier

Lição nº 1 do manual

O que é isto? É um Rüsseltier. E o que é isto? Também é um Rüsseltier. O que fazem os Rüsseltiere? Vão lustwandeln. Onde vão lustwandeln? Na zona de bares/tabernas de Katzenmanndu. O que é Katzenmanndu? É a capital de Höchstbergien. De início, quando não os conhecemos bem, por uma questão de deferência é preferível que se diga Katzenmannsie. Onde fica Höchstbergien? Höchstberbien fica em Schlitzaugerdteil. E onde fica Schlitzaugerdteil? Schlitzaugerdteil fica a leste. Onde fica o leste? No sítio onde o sol se levanta. Onde o sol se levanta?! Ó meu, abre mas é o Windauge e olha lá para fora!

Façamos uma explicação vocabular, apenas um pouco mais extensa do que a que o próprio autor fornece no fim da «lição»:

Rüsseltier = Elefant / elefante (à letra: «animal com tromba»);
Lustwandeln = passear (lust + wandeln = «cirandar por prazer»; hoje diz-se mais spazieren gehen);
Katzenmanndu = Katmandu (Katze = «gato» + Mann = «homem» + du = «tu»);
Katzenmannsie = Katze + Mann + sie («devia» ser Sie, com maiúscula, na língua padrão, para a forma deferencial de tratamento «você / o senhor / a senhora», mas o facto é que no alemão de Zé do Rock quase não há maiúsculas)
Höchstbergien = Nepal (höchst + Berg + ien = «onde as montanhas são mais altas»)
Schlitzaugerdteil = Ásia (Schlitz + Auge + Erde + Teil; = «continente (Erdteil) [das pessoas com] olhos em bico» (Schlizaugen))
Windauge = Janela (Fenster, o termo hoje normal, vem do latim fenestra. Wind + Auge = «vento» + «olho» = «olho de vento / olho virado para o vento / olho que apanha vento» / «olho da casa por onde entra o vento». Trata-se portanto duma «repatriação» do termo a partir do inglês wind-ow (veja-se, no eslavo, o parentesco entre os termos para olho e janela, de acordo com o dic. de Grimm).

Tudo isto, e muito mais, para substituir os muitos «estrangeirismos» (incluindo aqueles que não o chegam a necessariamente a ser, como os nomes próprios ou os internacionalismos...) que pululam na língua teutónica, e a respeito dos quais proliferam, de há décadas ou séculos a esta parte, congressos e tomadas de posição diametralmente opostas por parte de linguistas e filólogos. Porventura descontente com a polémica que se gerou em torno da nova ortografia alemã[95] (entrada em vigor em 2005, após um conturbado período de transição iniciado em 1998, pautado por críticas veementes e mesmo pela rejeição por figuras públicas ou alguns jornais, mas com emendas já de 2006, Zé do Rock decidiu ir ao ponto de reinventar a escrita teutónica de forma tão absoluta quanto radical, criando as suas próprias regras com a eloquência de quem possui, afinal de contas, um conhecimento apurado do alemão e, simultaneamente, de quem se movimenta à vontade em ambas as culturas. Relativamente ao hábito de germanizar palavras de origem estrangeira, afirma o seguinte:

Wenn di reformagegner wirklich gegen eindeutshungen wären, müssten si dafür eintreten, das man die horae zurük dret und alle wörter, die nich ursprünglich aus dem deutschen kommen, originalis scribit (Ufo in der küche, p. 182-3.)

[Se os adversários da reforma estivessem mesmo contra a germanização de termos, então teriam de defender que as horas / os relógios andassem para trás, a fim de que todas as palavras que não tiveram origem no alemão passassem a ser escritas na sua versão original]

Não me sendo possível alongar-me sobre questões de norma, ou acerca do que numa língua é correto e incorreto fazer, fico-me pela partilha com este auditório do genuíno prazer – inacessível a muitos leitores

[95] Sobre esta reforma, veja-se também: Delille (2003), Dudenband 1 (2004).

lusófonos, e em larga medida intraduzível... – que representa este pequeníssimo fragmento da cultura brasileira em alemão, e também da cultura alemã, através do filtro cultural dum escritor brasileiro (mas naturalizado alemão). Deparamo-nos com uma língua imprevisível e saltitante, um surpreendente «alemão-fique-à-vontade» (com «sotaque» brasileiro), não somente com açúcar, mas inúmeras vezes refinadamente apimentado. Interrogo-me como seria a escrita duma «Maria do Rock», ou se semelhantes ousadias gloto-estilísticas seriam expectáveis na pena duma mulher oriunda da diáspora lusófona! Desta leitura, feita embora em diagonal, retenho a convicção de que um certo caos lusófono, irmão gémeo daquela virtude intraduzível do «desenrascanço», faz imenso bem à rígida e circunspeta língua alemã, pois que, filtrada pelo olhar latino, esta acaba por se tornar muitíssimo mais alegre, não deixando esse olhar latino, «a-brincar-a-brincar», de permitir que se digam algumas boas verdades também.

A um estrangeiro que se abalance a ler Zé do Rock com poucos conhecimentos de alemão, este linguajar interlinguístico acaba por se revelar, por vezes, não menos intragável do que a versão canónica da língua alemã naquela área de atividade em que parece ser mais útil aos portugueses e brasileiros que a estudam: a linguagem jurídica. Simular, em suma, a linguagem do «povão» (brasileiro) na língua teutónica constitui, afinal de contas, façanha de se lhe tirar o chapéu, uma prosa que corresponde a um uso literário ou ensaístico da língua alemã, numa variante *muito individual* da mesma, por parte dum cidadão culturalmente híbrido, mesmo que não formalmente estrangeiro. Não obstante tratar-se duma situação excecional, não deixará uma tal realidade de corresponder um pouco ao que se apresenta, cada vez mais, no dia a dia linguístico em muitos lugares do mundo, e até por uma questão de resistência cultural. Mais tarde ou mais cedo, o trabalho intensivo com uma dada língua, ou a convivência de perto com uma cultura particular, acaba por moldar os falantes sujeitos a esses contextos, tornando-se imperativa uma maior recetividade para com identidades híbridas.

É em parte nesta zona de passagem entre culturas que se situa a atividade que vem sendo praticada no centro de investigação a que pertenço, o Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, não estando portanto deslocada a minha presença num colóquio em que o tema é, em simultâneo, a Lusofonia, a Tradução e a situação de miscigenação linguística na qual se encontra hoje, também, a língua galega. A escrita de Zé do Rock demonstra-nos quão difícil se tornou adotar uma perspetiva essencialista no estudo das línguas. Lendo o programa do Colóquio da Lusofonia de 2006, contendo passagens em alemão do séc. XVIII, deparei-me com aliás com mais uma prova de que a miscigenação acontece, mesmo quando se trata de atividades particularmente apreciadas, eruditas ou tidas em elevada consideração, por parte dos falantes duma comunidade linguística, e nessa medida cultivadas pelas elites: refiro-me à música a que, com razão (porque de difícil acesso a leigos), chamamos «erudita», aí descrita através dum excerto em alemão «pejado» de estrangeirismos (oriundos do francês ou do italiano) e, nessa medida, difícil de entender pelo «povo» de então (o que também seria, porventura, intencionado...).

Estamos hoje, igualmente, numa era de desconcertantes pontes ou interceções entre estilos, registos e estratos sociais, sendo cada vez mais difícil definir o que se entende por um estilo ou registo «culto». Embora pouco do que disse até aqui o possa fazer adivinhar, aquilo que pretendi demonstrar é, todavia, que a proverbial dificuldade de acesso suscitada em Portugal por uma língua como o alemão não impede que existam escritores lusófonos extremamente criativos na língua de Goethe, mas também, como veremos, que a dificuldade suscitada pelo português, nas suas variantes ditas cultas, será porventura para nós, e para o nosso tão depauperado sistema de ensino, porventura bem maior (e talvez a polémica em torno da TLEBS – Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário – sirva para o demonstrar). Em certas ocasiões, eu própria me dou conta de que não domino determinados registos da minha língua materna! É essa uma razão para dela desistir? E será que Zé do Rock desistiu da norma culta alemã, ao optar por escrever em «Siegfriedisch»? Uma coisa se pode concluir de todo este introito: se a língua que a Pátria (mesmo que seja uma Pátria adotada...) nos oferece nem sempre é totalmente *cosa nostra*, tal não quer necessariamente dizer que, com outra, ou mesmo com outra variante da nossa língua, estejamos necessariamente mal servidos. Tratemos de conhecer um pouco melhor a língua que tanto trabalho deu a Zé do Rock, não sem antes procedermos a uma incursão pela questão da diversidade linguística.

3. O mito português do monolinguismo fecha-nos em casa?

Tudo isto suscitou já uma série de considerações a respeito da «norma», do «normal», da gramática e seus pressupostos, cabendo agora refletir acerca da língua como realidade por longos séculos inquestionada, a qual, em certos locais – um deles Portugal – se veio a plasmar numa outra evidência: a do país, ou nação, bem como na da respetiva independência e destino (não raras vezes concebido como expansionista). Se é lícito dizer-se que a Europa, porque multilingue, é intimamente devedora da diversidade, não devemos salientar este aspeto sem problematização. O confronto com perspetivas diferentes, precipitadamente catalogadas como

inferiores, moldou desde o tempo das Descobertas as culturas e línguas de matriz europeia, e de alguma forma fez com que, até aqui, o mundo inteiro venha falando «europeu», por via da influência exercida pelas línguas de colonização, transportadas juntamente com as pessoas nas naus desde a época de Quinhentos (são elas: o português, o espanhol, o francês, o neerlandês, o inglês e também, mas de forma residual, o alemão). Todavia, o impacto da globalização sobre as línguas não trouxe consigo apenas benefícios. Foram os missionários, por exemplo no Brasil (como, também, em muitas outras partes do mundo), quem mais cedo se dedicou a descrever as línguas autóctones, registando-as em dicionários e gramáticas, e nessa medida prestando um inestimável serviço à Linguística. Convertendo as culturas locais, todavia, simultaneamente aniquilaram aspetos fundamentais da sua especificidade linguística, até porque – gostemos ou não de o admitir – fazia parte do modo de ser de muitas línguas o facto de não possuírem escrita. Apesar de o bem-intencionado esforço missionário ter permitido preservar a memória de algumas dessas línguas, acabou sendo por sua intervenção que algumas delas se vieram a destacar relativamente às demais, adquirindo um estatuto de língua geral que, de outra forma, não alcançariam, o que não é necessariamente uma boa notícia, se o objetivo consistir na preservação do máximo de diversidade linguística. Não terá aliás sido no sentido de proteger os indígenas que Pombal expulsou os jesuítas do Brasil (assim fazendo cair no esquecimento os seus também muito meritórios esforços linguísticos), mas antes para promover a rivalidade geoestratégica entre o português e o espanhol, em linha com o tratado de Tordesilhas:

> *(...) no Brasil o português impôs-se como ferramenta de conquista da coroa lusitana. O padre José de Anchieta, que aqui chegou em 1554, tanto sabia disso que providenciou um idioma para a comunicação com os nativos. Sua famosa obra leva o título de A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil. A realização profunda e duradoura de Anchieta e seus companheiros jesuítas, justiça seja feita, pode ser testemunhada até hoje, como tive ocasião de comprovar recentemente em viagem a fronteira do Brasil com a Venezuela, pelo uso dessa língua geral até os dias atuais por indígenas brasileiros e por caboclos da Amazônia. A chamada língua boa, ou nheengatu em tupi, sobrevive até hoje mesmo tendo sido proibida em 1757 pelo Marquês de Pombal. Estrategista refinado, o marquês percebera que superado o Tratado de Tordesilhas e vigorando o de Madri que ampliou os domínios do império luso para o Oeste e para o Norte, o melhor a fazer seria transformar a língua em arma geopolítica para consolidar a presença portuguesa em rivalidade com a espanhola. Pombal proibiu o ensino da língua geral e expulsou os jesuítas seus criadores.*
>
> *(Aldo Rebelo, «a globalização da língua»,*
> *http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling09.htm, pesquisado em setembro de 2006).*

Tidas como inferiores ou como recursos ao serviço dos interesses de quem detinha o poder, as línguas locais eram submetidas à administração territorial europeia e, não menos importante, ao poder entendido pelos autóctones como mágico da escrita, essencialmente no «livro dos livros», a Bíblia, que era onde à época se pressupunha existir «a verdade» (Mühlhäusler 1996: 212-240). Sobretudo nos países onde o movimento da Reforma se fez sentir, as línguas que davam corpo a essa verdade transcendente consignada pela escrita eram vistas como mais importantes. Sendo todas iguais (ou «normais») perante Deus, umas acabavam por ser mais iguais («normais», melhores) do que outras, donde que um código, em rigor, secundário haveria de se tornar, para muitas funções do quotidiano, primordial, definindo por excelência, cada vez mais, aquilo que se entende por «cidadania». Sintomas de tal conceção de «normalidade», bem enraizados numa cultura particular (a cultura europeia), são expressões como: «palavras [não escritas] leva-as o vento», ou «nem tudo o que ela diz se escreve» (= é verdadeiro). Hoje deveríamos ter em atenção aquilo que *não* se escreve, e porventura *nunca* se poderá escrever em certos contextos ou de determinadas formas, mas que é verdadeiro e importante.

O chavão autoconfiante do português como «língua falada nos quatro cantos do mundo» suscita uma admiração algo ingénua, que não deveria ofuscar a interrogação acerca de quantas outras línguas e saberes não terão sucumbido no processo de dispersão geográfica da língua lusa (por muito que hoje se verifique o processo inverso: as diversas tentativas de recuperação dos crioulos de base portuguesa). É, não obstante, legítima a empatia para com aqueles que, face a um processo de colonização, se empenham na defesa da sua língua e cultura, mesmo que se arrisquem a fugir de Satanás para cair nos braços de Belzebu. A enorme tendência homogeneizadora trazida pela globalização fez com que a abertura de horizontes determinada pela expansão ultramarina, implicando até alguma consciência da diversidade, tenha decorrido, afinal de contas, não totalmente isenta de erros. A emancipação relativamente à *lingua franca* que foi na Europa, para muitos usos relevantes, na ciência ou na cultura, o latim, revelou-se incapaz de nomear exaustivamente toda a complexidade do mundo que se abria perante os olhos renascentistas, não obstante, ao dar origem às várias línguas nacionais (inicialmente consideradas como as línguas do vulgo, ou do povo), ter também suscitado a

emergência de alguma diversidade linguística. Tendência emancipatória análoga marcou a Europa mais a norte, ou a leste, onde os vernáculos conquistaram não só o mundo da religião, como o da ciência e da administração, prolongando-se ainda hoje este processo em vários locais da Europa onde ca da vez mais se busca maior visibilidade para línguas por vezes reduzidas folcloristicamente a meras «especialidades» regionais (sobre outra noção de «especialidade» confronte-se **Ferreira 2007, in: Atas do Colóquio da Lusofonia de Bragança de 2005**). Associando-se embora a um conceito emergente, em si oposto ao de império – o de nação –, os vernáculos nacionais não deixaram de funcionar como instrumento para a consolidação deste, sob novas formas e noutros lugares.

O olhar do europeu sobre os demais habitantes do mundo acabou por se pautar, genericamente, por preconceitos antigos, um dos quais, segundo Ehlich (2006: 38-43), foi precisamente o preconceito monolingue. Portugal constitui, na Europa, uma realidade que o materializa de forma quase perfeita: entre nós, a língua parece ser decalcada da nacionalidade, sendo vista pelo comum dos cidadãos como realidade mais ou menos estável (ou antes: estabilizadora) e inquestionada (uma espécie de facto consumado, de evidência sobre a qual não é preciso questionarmo-nos). Mas tal como num supermercado é legítimo que nos interroguemos sobre se queremos comprar o produto ou antes a respetiva embalagem, em inúmeros casos excessiva, não menos útil é questionarmo-nos sobre se muitos dos «brindes» que nos vão sendo oferecidos como invólucro da nossa língua são realmente necessários. Ao associarmos simplisticamente em Portugal a língua quase estritamente à cultura *nacional*, junto dela tendemos a colocar, através da fugaz comunicação mediática, mas reificadamente, realidades como o futebol, o fado, a religião católica, o fiel amigo, a guitarra portuguesa, etc. Uma tal especificidade portuguesa na relação com a língua parece, além disso, ser sublinhada pelo facto de, ao contrário do que acontece noutros países europeus, boa parte dos estrangeiros que nos procuram (oriundos dos PALOP, do Brasil ou de Timor) falarem o *português* (a par de outras línguas). O preconceito monolingue sai também reforçado pelo facto de a língua em si se denominar *portuguesa* (e não galega ou brasileira), tal como nos Estados Unidos ou na Austrália se fala o inglês, e não o norte-americano ou o australiano. Por fim, algum provincianismo leva-nos a olhar sobranceiramente para o português das elites de Portugal como o paradigma da perfeição. Mas nada, nem ninguém, é perfeito.

Também sobre os portugueses Zé do Rock tem algo a dizer (*fom winde ferfeelt*, p. 137), num capítulo aliás intitulado «África». Nele começa por relatar a sua entrada em Portugal, vindo de Espanha (nessa fase, não se refere de forma especialmente elogiosa às tapas que em Espanha são «serbidas» (*serbiert berden*)... Quanto aos portugueses, se antes foram orgulhosos descobridores do mundo, e se por isso os reconhece, neste mesmo capítulo, como os melhores mediadores em África ou na Ásia (o que se deve precisamente à língua, que o autor partilha connosco), não deixa de os retratar como provincianos (porventura acompanhando com palavras a imagem, por certo lindíssima e até bucólica, que se obtém quando se entra no país, de carro, pelo nordeste de Portugal). Aludindo às anedotas sobre portugueses que conhece do Brasil (também não especialmente elogiosas...), considera-os, ainda assim, os pais da palavra *saudade*, que definitivamente carateriza os lusitanos como povo melancólico e triste, como se já não bastasse ser «mais pequeno e pobre do que a Espanha» – isto, apesar de, recentemente, um grupo musical galego, os Luar na Lubre, ter feito sair um CD lindíssimo, não menos melancólico, onde as diferentes melodias versam situações de desterro involuntário devido à pobreza que afetou durante muito tempo a região da Galiza... e cujo título de capa é, justamente, a palavra *saudade*! Zé do Rock chega mesmo a atirar um lacónico mas taxativo veredito, a respeito dos hábitos quotidianos dos portugueses, que julgo poder resultar da sua longa convivência com a língua alemã, ao referir o seguinte episódio:

»Dasch prtgisische nationalgerischt isch die bacalhoada, ein cabliaueintopf. der cabliau wird ausch kälteren ländern importiert. da frag isch ein prtugeisch:»hör mal, euer nationalgerischt isch importiert. so wasch kann nur sein, wenn dasch volk ser reisch oder ser blöd isch.«»ja«, antwortet er, »Prtgaul isch ein armesch land.«(fom winde ferfeelt, p. 137)

[O prato nacional dos portugueses é a bacalhoada, um guisado à base de bacalhau. O bacalhau é importado de países frios. Pergunto então a um português: «Ouve lá, o vosso prato nacional é importado. Isso só é possível se o povo for ou muito rico, ou muito burro». «Sim», responde ele, «Portugal é um país pobre.»]

4. Alemão, língua «caseira» mas diversa...

Se necessitamos de tecnologia encontramos, após uma ronda pela internet, explicações muito mais detalhadas em alemão do que em português. A tentativa de partilhar esse conhecimento com outros portugueses suscita porém, invariavelmente, reações como: «Pois, *mas* está em alemão!». Fortemente associado ao *mas*, e ao preconceito de que dá trabalho a aprender, o alemão continua a ser visto como uma língua difícil. Quem em Portugal possui mais afinidades com o mundo anglossaxónico e latino-americano (após

meio século de intensa exposição a uma cultura mediática maioritariamente oriunda da América ou do mundo iberoamericano), tende a não atribuir qualquer importância a uma língua como o alemão. Devido a outros estereótipos que afetam negativamente a relação de muitos portugueses para com a língua alemã, impõem-se, no que se segue, algumas palavras a respeito da história desta língua, não sem antes partir dum exemplo do presente, retirado dum glossário europeu multilingue de terminologia ambiental[96]. O resultado obtido para *particulate matter* (termo usado no contexto das discussões em torno das alterações climáticas e da poluição do ar no inglês) foi o seguinte:

Língua	***Traduções***
Bulgarian:	*вещество под формата на малки твърди или течни частици*
Czech:	*jemné částice v ovzduší*
Danish:	***partikulært stof***
Dutch:	*stof in deeltjesvorm (vast of vloeibaar), fijn stof*
English:	***particulate matter***
Estonian:	*osakeseheide*
Finnish:	*hiukkaset*
French:	***particules***
German:	***Schwebstoff, Schwebstaub, Staubpartikel, Schwebepartikel, Schwebstoffteilchen, Schwebeteilchen***
Greek:	*σωματίδιο*
Hungarian:	*levegõben terjedõ finom részecskés anyag*
Icelandic:	*smásæ efni*
Italian:	***sostanza particellare***
Latvian:	*cietvielu vai šķidrumu daļiņas atmosfērā*
Lithuanian:	*atmosferos kietos dalelės*
Norwegian:	*svevestøv*
Polish:	*cząstki stałe*
Portuguese:	***matéria particulada***
Romanian:	***Substanţă în particule***
Slovak:	*sypká hmota, pevné častice*
Slovenian:	*trdni delci*
Spanish:	***materia particulada***
Swedish:	***partiklar***

O facto de todas as línguas onde a influência dum vocabulário latino foi maior (inglês, italiano, português, espanhol, romeno e até o dinamarquês, acima assinalados a negrito) de alguma forma recorrerem a um tipo de linguagem claramente associado a um registo abstrato e erudizante permite-nos perceber quão importante é aprender línguas *realmente* diferentes, a fim de se perceber *como* está a ser referido determinado assunto, e assim melhor se compreender, de facto, a própria Lusofonia, bem como o conjunto mais vasto de culturas com as quais ela, de forma privilegiada, vem interagindo.

Traduzamos pois as palavras acima inventariadas da língua alemã, já de si em maior número do que as soluções encontradas para as restantes línguas[97]. Além disso, não nos preocupemos para já, na tradução, com questões de registo ou de adequação sociolinguística: trata-se simplesmente de, sem tabus de qualquer espécie e de mente aberta, recolher o que nos vem à mente quando confrontados com determinado termo. Obteremos, em português, uma série de traduções, algumas quase com laivos «poéticos», donde que a atividade tradutológica em domínios de natureza técnica também beneficia de alguma experiência criativa, possa ela considerar-se, ou não, verdadeiramente como «literária»:

a) partícula volante / pairante (que paira no ar [schweben = pairar]);
b) pó volante / pairante;
c) partícula de pó;
d) partículas de substâncias pairantes, ou: pedacinhos [minúsculos] de substâncias pairantes;
e) [minúsculos] pedacinhos pairantes.

Curiosamente, a palavra *Staub*, que vemos em algumas das construções acima, é a mesma que qualquer dona de casa articula regularmente numa palavra como *Staubsauger* (à letra, *aspirador de pó*, se bem

[96]Disponível em: http://glossary.eea.europa.eu/EEAGlossary e pesquisado em setembro de 2006.
[97] Curiosamente, não se inclui aqui o termo *Feinstaub*, que surgiu recorrentemente na imprensa alemã em 2005 (cf. Ferreira 2006: 88 e segs.), e a respeito do qual é possível encontrar inúmeras páginas *online* – termo este com manifesta semelhança formal para com um dos vocábulos neerlandeses constantes desta mesma lista: *fijn stof*. Dir-se-ia que quanto mais próximas as línguas, mais os seus falantes (ou quem os governa) insistem em as afastar entre si...

que, eufemisticamente ou não, apenas digamos *aspirador* em português). O elemento *Staub* faz parte, portanto, daquilo a que poderíamos chamar uma genuína «língua de proximidade» (*Nähesprache*), conforme a defini atrás, ainda que de forma muito incompleta. Dentro do domínio temático em questão procurei, no mesmo glossário, a palavra *Mitverbrennung*, que já tenho visto em documentação alemã, e que significaria o mesmo que *coincineração* em português, caso as realidades designadas não fossem, também elas, necessariamente diferentes também. De imediato verifiquei que ela nem sequer ocorria neste glossário online, apenas se detetando a expressão mais recorrente em alemão *Müllverbrennung* («queima de lixo»), o que, a par de evidência adicional por mim recolhida ao longo dos anos, me leva a concluir que há zonas da terminologia ambiental em que a língua portuguesa parece ser, digamos, mais «papista que o papa», mas nem por isso mais transparente, devendo pois sublinhar-se, como manifestamente importante, a abrangência e o interesse com que o tradutor acompanha, ao longo dos tempos, determinada temática de natureza técnica e/ou específica.

Que acontece, a este respeito, com a língua alemã? Regressemos, por uns instantes, a Zé do Rock, mais propriamente ao seu livro *UFO in der Küche* («um ovni na cozinha»), em que relata o regresso a Munique, vindo dum planeta distante, do herói Pé do Jazz, que assim se vem a deparar com uma realidade entretanto totalmente alterada, quer pela reforma ortográfica, quer ao nível dos mais diversos pormenores quotidianos (o utor chega inclusivamente a sugerir, no seu estilo jocoso, que nesse futuro, porventura não muito longínquo, até os automóveis viriam a ser movidos a lixo, no Brasil!). No que toca à língua alemã, não deixa de reconhecer o contributo das grandes figuras que a moldaram ao longo dos tempos, não para que ele seja preservado museologicamente, mas para que elas possam, de facto, servir de exemplo aos atuais utentes da língua, como se vê nos excertos a seguir, que um tanto dessacralizadamente pugnam, acima de tudo, pelo direito à criatividade linguística:

> *Martin Luther und Konrad Duden ham die deutsche rechtschreibung mer geändert als sich das ein heutiger reformer träumen könnte.Und sie ham immer dem Volk aufs maul geshaut, was reformgegner heutzutage »die sprache an halbanalfabeten anpassen« nennen würden (Zé do Rock, Ufo in der Küche, ein autobiographischer seiens-fikschen, p. 18).*
>
> *[Martinho Lutero e Konrad Duden mudaram mais a ortografia alemã do que alguma vez um reformador de hoje o poderia imaginar. E «olharam sempre para a boca do povo» (Lutero), coisa a que os adversários da reforma hoje chamariam «adaptar a língua aos semianalfabetos»]*
>
> *Du kannst mit deiner sprache spilen! Si ham sie bereichert, der Luther, der Göte, in dem sie mit ir gespilt ham. (Ufo in der küche, p. 183)*
>
> *[Podes brincar com a tua língua! O Goethe e o Lutero enriqueceram-na, brincando com ela.]*
>
> *Übrigens, ich shreib »Göte«, weil er selber sein namen auf 4 vershidene weisen geshriben hat, und ich hab mich statt für die komplizirteste für die einfache version enthiden (Ufo in der küche, p. 182.)*
>
> *[Aliás: eu escrevo «Göte» porque ele próprio escrevia o seu nome de 4 maneiras diferentes, e em vez de optar pela versão mais complicada escolhi a mais simples.]*

No contexto germânico, um fator relevante no surgimento da língua alemã foi, efetivamente, a ousadia de Lutero ao traduzir a Bíblia, a fim de que pudesse ser compreendida pelo cidadão comum (pela mãe em casa, as crianças nas ruas e o homem no mercado). Também nessa altura (e à semelhança do que hoje acontece com o binómio informática-inglês), a tecnologia calhou associar-se à língua, uma vez que a magnitude deste evento foi multiplicada devido à invenção da imprensa (Stedje 1989: 120-128; Polenz 1970: 137-150; Walter, H. 1986: 310-311). No período que se seguiu, o número de publicações em língua alemã aumentou drasticamente (Betten: 37-40), pelo que se deve, em larga medida mas não exclusivamente, ao movimento da Reforma protestante, e também à atividade científica então emergente, o facto de a língua alemã se ter estabelecido, em boa parte do território dos países germanófonos, como língua da ciência e da cultura. Porém, de certa forma *a partir de baixo*, isto é, sem a intervenção centralista de algum governante. Se nem tudo durante este processo foram rosas (ou não tivesse ocorrido a devastação provocada pela Guerra dos Trinta Anos), a verdade é que o território a que hoje se chama a Alemanha, após um longo período de pulverização política, se carateriza atualmente pelo federalismo (e, a nível linguístico, por significativas variações dialetais, todavia com tendência para se irem diluindo por interferência de uma vasta panóplia de fatores sociais). Nenhum soberano ou governante, em território alemão, estaria em condições de decretar com sucesso, pela via estritamente administrativa, a defesa da língua alemã – ao contrário da França, onde se levou ao extremo uma cultura centralista, assente na valorização dum idioma entendido como o da da *grande nation française*, e contraposto a tudo aquilo que era falado fora do círculo central parisiense, então descaraterizado como «patois» (cf. Born, 2006: 114; Ehlich 2006: 20 / 46). Se, também na gastronomia, se cultivou compensatória e criativamente o apreço pelo local, também no que toca às línguas, da mesma forma que nos movimentos em prol da *slow food* e das *slow cities*, se pode hoje observar atitudes de resistência cultural contra as acelerações

da época moderna, em regra induzidas por um princípio organizativo fortemente centralista, sem o qual os dispendiosíssimos Concorde e TGV, bem como as centrais nucleares, não seriam possíveis.

O caso alemão, ao contrário do francês (e assim o demonstra Ehlich, 2006), ilustra que as línguas nacionais não crescem necessariamente por influência da administração que delas se faz, sendo lícito interrogarmo-nos acerca do poder que possui a normalização emanada pelos centros de decisão linguística financiados (ou não) pelos Estados, e pelos interesses que se lhes associam. A consciência destas realidades (tanto no tocante ao excesso como à própria omissão) pode conduzir a uma certa rebeldia relativamente à administração da língua e sua «normalização», ou não fossem tantas vezes poetas e escritores, inerentemente desviantes relativamente àquilo que é a norma, os promotores indiretos (quantas vezes não intencionais!) da língua. Por tudo isto, o alemão, «língua sem estado» segundo Konrad Ehlich, e «policêntrica» na designação há muito estabelecida por Ammon (1995), uma vez que contempla vários centros difusores, constituídos pelos vários estados nacionais onde é falada, como a Alemanha, a Suíça ou a Áustria, não é exemplo a invocar por quem se empenhe em associar a língua nacional à ideia dum estado nacional, independente. No entanto, embora perca terreno, a língua alemã continua a ser atrativa em determinadas áreas do conhecimento (Ammon, 1998), observando-se também movimentos (é o caso do Verein für Deutsche Sprache), oriundos da sociedade civil, que, recentemente, visam «puxar» um pouco por esses, e outros «galões» da língua alemã (um pouco como acontece com a recentemente constituída Associação Galega da Língua Portuguesa).

É portanto necessário distinguir o produto «língua» (em muitos casos transnacional e envolvendo fronteiras fluidas entre variantes, bem como zonas de contacto com alguma hibridização) do produto «embalagem», muitas vezes fabricada artificialmente pelos Estados e interesses associados. Nem tão pouco se deve ignorar que um braço de ferro centralista é suscetível de conduzir a um acentuar, reativamente, dos movimentos dispersivos. Aos meus olhos de portuguesa (como diriam alguns reintegracionistas galegos: falante de uma língua «normal»), não deixa de ser curioso que certas peculiaridades ortográficas adquiram na Galiza um valor de bandeira política, claramente extravasando aquilo que constitui uma língua, a qual supostamente deve desempenhar um número variado de funções, desde a gnosiológica à comunitária, e não apenas um conjunto restrito das mesmas, como acontece com uma tacanha *lingua franca* (Ehlich, 2006: 57-58[98]).

É ainda um pouco tabu falar em «nação» no contexto da Alemanha, se bem que o fenómeno futebolístico e outros aspetos da economia alemã recente tenham contribuído para um recolocar destas questões na agenda política. Perto de Gelsenkirchen vi em setembro, do comboio, uma série de bandeiras alemãs colocadas num jardim, óbvia remanescência do campeonato mundial de futebol em parte ali realizado. Ainda assim, é conveniente recordar que, não só a arrogância imperial que conduziu à 1ª Guerra Mundial deixou marcas profundas na paisagem europeia, como a loucura hitleriana haveria de descredibilizar por completo, e duradouramente, o projeto duma língua alemã intimamente ligada *apenas* a uma dada nação ou cultura. O facto de, desde o pós-guerra até aos anos 90 do séc. XX, terem existido dois estados alemães, aliás associados a projetos político-ideológicos diametralmente opostos mas falando a mesma língua, fez esbater as pretensões de associar o estado alemão que é hoje a República Federal da Alemanha à questão linguística. Ele funda-se, isso sim, numa série de outros aspetos, bem distintos da língua, pelo que, se a língua alemã é hoje prestigiada a nível mundial, e uma das mais aprendidas em todo o mundo por estrangeiros, tal se deve sobretudo à ação discreta do «milagre» alemão e ao gosto que os cidadãos germanófonos manifestam pela cultura e pelas viagens. Os apelos a uma vida mais sustentável, mas também a própria globalização, com a deslocalização de empresas poluidoras para regiões periféricas, fazem-se notar no facto de a paisagem alemã se achar hoje mais atraente do ponto de vista turístico do que em pleno período de industrialização, o que se constitui como outro atrativo a não menosprezar. Mais do que numa política cultural exacerbadamente assertiva, outra globalização da língua alemã parece estar patente em detalhes como o facto de, em qualquer local do mundo (até mesmo em zonas do chamado «Portugal profundo», onde nem mesmo a imprensa portuguesa chega...), ser hoje fácil aceder a canais em língua alemã na TV. Um mercado de 100 milhões de leitores falantes nativos, com toda a diversidade de escolhas – e de conhecimento – que isso implica no seio da União Europeia, faz desta língua uma «ferramenta» imprescindível para a Lusofonia. Não é, de resto, esse o argumento tão invocado por galegos no sentido de a esta acederem? E que têm todas estas considerações a ver com a *minha* relação linguística com a Galiza?

[98] Numa mesa-redonda realizada no último dia do encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* realizado em Münster, em setembro de 2006, dedicado ao tema da globalização e seu impacto linguístico, uma outra (pujante) função da linguagem, de que se vem falando nos debates em torno da proteção das línguas ameaçadas pelo inglês, foi salientada por Rudi Keller, a propósito da permeabilidade da língua alemã ao inglês, para efeitos de *marketing*. Referia-se este autor à ideia de que todas as línguas possuem a faceta de servirem para... *imponieren*. À função linguística correspondente eu chamaria «exibicionista».

5. A minha língua e a Galiza

Devido ao *handicap* monolingue a que cada vez mais me vejo exposta, sinto necessidade de outras línguas, ou então de poder fazer uso da minha língua individual de formas (para mim) menos monótonas. Falo português desde os dois anos, e foi também em Portugal que fiz a minha escolarização. Aprendi, no entanto, o inglês ou o alemão na universidade, e isso foi imprescindível para que me abalançasse a escrever certas coisas em português. De outra forma, no meu contexto cultural era provável que as calasse, atitude que me faz recordar um episódio observado numa piscina onde, em agosto de 2006, levei os meus filhos mais novos: um homem português, na casa dos 30 anos, comodamente sentado numa espreguiçadeira, discorria longamente sobre modelos de automóveis, respetivos preços, caraterísticas, consumos, etc., num claríssimo ostentar de língua. Duas mulheres que o acompanhavam permaneciam mudas, mas tinham todo o ar de somente fingirem ouvi-lo... Necessitamos de poder dizer coisas que o consenso social no qual estamos inseridos censura – se bem que, na maior parte das vezes, acabemos por as calar...

Que fazer? Que língua usar para escapar a um silêncio castrador? O facto de se ter uma língua a que chamamos *nossa* será sempre desejável? Eis pois o que me liga à Galiza: uma fronteira, uma barreira que se transpõe e que, como tal, *simbolicamente* nos faz falta. Se por cá me calo, para lá do «muro» já tenho algumas vezes falado... Tudo porque, tal como Zé do Rock (embora de modo necessariamente diferente), só concebo a minha língua em trânsito: é que em mim se foi ao longo dos tempos tornando *normal* não ser monolingue. Tomada em exclusivo, a minha língua materna deixou portanto de me ser *normal,* tal como deixaram de fazer parte dela certos invólucros excessivos. Sinto-me *naturalmente* estrangeira onde quer que escreva, e talvez isso me aproxime um pouco de Zé do Rock. Aproxima-me também da Galiza, na realidade, a sua incontornável proximidade, isto é: o poder encontrar «lá fora» uma cultura tão próxima da nossa, ainda que também tão diferente... Daqui até eu ter o poder de criar a minha própria norma linguística, ou para decidir acerca da norma na Galiza, vai, no entanto, uma enorme distância!

Bibliografia

Ammon, Ulrich (1995), *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz. Das Problem der nationalen Varietäten*, Berlin / New York: de Gruyter.

Betten, Anne (1987), *Grundzüge der Prosasyntax. Stilprägende Entwicklungen vom Althochdeutschen zum Neuhochdeutschen*, Tübingen: Niemeyer.

Born, Joachim (2006), «O confixo euro- nos países românicos e germânicos», in: Athayde, Maria Francisca (coord.), *Estudos sobre Léxico e Gramática*, Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 111-138.

Cáccamo, Celso Álvarez (1997), «Da Biolinguística à Ecolinguística: um câmbio de paradigma necessário», in: revista *Communicare*. *Revista de comunicação*, APECDA, sob a Direção de Arnaldo Lucas, Porto, 87-92.

Dawkins, R. (1976), *The selfish gene*. Oxford. Oxford University Press.

Dawkins, R. (2006), *The God Delusion*, Bentham Press.

Delille, Karl Heinz (2003), « », in: Delille, Karl Heinz / Athayde, Maria Francisca, *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar*, Caderno do cieg n.º10, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Dudenband 1 (2004), *Die deutsche Rechtschreibung*, Hg. v. d. Dudenredaktion, 23., völlig neu bearb. u. erw. Auflage. Mannheim, Leipzig.

Ehlich, Konrad (2006),»Die internationale Valenz des Deutschen und die europäische Sprachenpolitik« / «A valência internacional do Alemão e a política linguística europeia», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspetivas*. Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 9-61.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *Dito €-feito: (co)incineração, produção limpa e (crio)reciclagem. Ensaio de Ecolinguística Aplicada* (inclui a tradução portuguesa da brochura «*Reciclar em vez de Queimar*»). Caderno do CIEG n.º 21, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Ferreira, Adelaide Chichorro / Athayde, Maria Francisca (2006), «O Alemão em números – O ensino do Alemão na Região Centro», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspetivas*. Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos 63-82.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2007?), «O admirável mundo das linguagens de especialidade», in: Chrystello, Cr. (ed.) / 2003-2006, Atas dos encontros I-IV da Lusofonia de Bragança.

Mühlhäusler, Peter (1996), *Linguistic Ecology*, London, New York: Routledge, 212-240.

Polenz, Peter v. (1970), *História da Língua Alemã*. Fundação Calouste Gulbenkian.
Schreiber, Mathias (2006), *Deutsch for sale*, in: *Der Spiegel,* nº 40, 2.10.2006 (Título de capa: *»Rettet dem Deutsch!« Die Verlotterung der Sprache*), 182-198.
Stedje, Astrid (1989), *Deutsche Sprache gestern und heute*, München: W. Fink.
Walter, Henriette (1996), *A Aventura das línguas no Ocidente. A sua origem, a sua história, a sua geografia*, Lisboa, Terramar.
Zé do Rock (1995), *Fom winde ferfeelt, ain buch von Zé do Rock*, Edition Diá, Berlin.
– (2000), *Ufo in der küche. Ein autobiografischer seiens-fikschen*, München / Zürich: Piper.
– (2002), *Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk von Zé do Rock*, München: Antje Kunstmann.

Anexo

Descobrimentos

Adelaide Chichorro Ferreira, 28-29 de Setembro de 2006

A minha língua não é de todo normal
Nem mesmo sei se alguma vez nasceu
O ar que respira é o de Portugal
Mais além o futuro não é meu.

O copo da minha língua levantaste
(Lá dentro a bandeira a meia haste...)
Com a língua cruzo sempre uma fronteira
Só assim eu sei que a trago inteira.

A minha língua não me contém só a mim:
Também contém quem não fala assim
Se nela cabe o que me é diverso
nela cabe certamente o universo.

Calando ou não, a minha língua estiola.
Resgato-lhe eu o som enquanto escrevo.
Carrego num saco verde a viola
Se me travam por cá, lá longe m' atrevo.

A minha língua não tem só o cheiro a mar
Não singraram nela somente as caravelas
Mais que a distância ou que o altar
fizeram-na assim as portas e as janelas.

A Edição Bilingue

21. Anabela Mimoso (Confraria Queirosiana) ***www.feq.pt***

Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP
ATIVIDADE LITERÁRIA
Livros para crianças e jovens:
História de um Rio Contada por um Castanheiro (esgotado);
O Manuscrito da Grad'Ouro (coautora), (esgotado) – Porto Editora;
Era um Azul tão Verde (1992);
O Tesouro da Moura (1993);
Dona Bruxa Gorducha - (1995 e distinguido em 1996 pela Revista Whiteravens) – Coleção "Barquinhos de Papel" – Porto Editora (esgotados);
"O Arrumador"- em Contos da Cidade das Pontes;
O Último Período, (2002);
Um Sonho À Procura De Uma Bailarina (2002);
Parabéns, Caloira! (2003);
Quando nos Matam os Sonhos (2005) - ed. Âmbar;
Como um Pé de Vento (coautora), Xunta da Galiza (2005);
O Tesouro do Castelo do Rei (2006), etc..
Outras obras:

1972/5 Traduções para a Livraria Civilização Ed.,"Coleção Hoje"; coautora de manuais escolares para o ensino de Português do 5º,6º,7º,8º e 9º anos – Porto Editora (entre 1980 e 2000);
Colaboração na coletânea de poesia da Associação de Escritores de Gaia, Antologia (1992) e com o conto "A Casa" na coletânea de Contos da Associação de Escritores de Gaia - Contos e Ditos - (1993); Coordenação da coleção "Barquinhos de Papel" – Porto Editora;
Autora dos trabalhos de investigação: "Contos e Histórias de Gonçalo Fernandes Trancoso - um Livro Exemplar" in Revista de Línguas e Literatura da FLUP, 1998; "O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral", in Pedagogias do Imaginário (coord. de Armindo Mesquita), Ed. Asa, 2002 (coautora);
"O Porto na Literatura Infantojuvenil contemporânea", Malasartes, nº 10, dezembro de 2002; "Didática de uma Visita", O Docente, julho, 2004;
"Para o Estudo da Paremiologia", Revista de Portugal, nº 1, 2004;
"São brancas e vermelhas…" – texto para o catálogo da Expocamélia 2005;
"Morte Redentora" – J.L. nº 900;
"O Paratexto no séc. XVII: a folha de rosto" –
Revista de Portugal, nº 2, 2005, etc.
ATIVIDADE CULTURAL
Autora e apresentadora do programa Infantil **O Cantinho da Pequenada** na Rádio Clube de Gaia (1987) e coordenadora da página "Ensino e Educação" do jornal Contemporâneo (1988). Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da "Revista de Portugal", e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e Património, presidente do Clube Literário Queirosiano e da Comissão de Itinerários. Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas. Participou no projeto "Malas Viaxeiras" e "Estafeta do Conto" com a Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura.

A Edição Bilingue

A partir do relato de uma experiência implementada em Bibliotecas do Norte de Portugal e da Galiza, pela Xunta da Galiza e pela Delegação Norte do Ministério da Cultura, no ano de 2005, chamada ***Estafeta do Conto,*** *em que participaram quatro escritores galegos e quatro portugueses e de que resultaram dois livros escritos a quatro mãos, mas com ideias de mais de duzentas crianças do 2º ciclo, pretende-se mostrar que:*

1º- O contacto entre as duas variantes da língua no seu registo oral ou escrito deve ser feito precocemente através da Literatura e com o envolvimento de bibliotecas municipais ou escolares, contando com a participação de escritores das duas nações;

2º- As edições das obras resultantes dessa colaboração devem ser bilingues, de maneira a que cada criança conheça melhor a sua variante linguística e a do outro;

3º- Como já demonstrámos em anterior trabalho, entre falantes de variantes da mesma língua só as edições bilingues permitem que se proceda, simultaneamente, o conhecimento da outra variante, possibilitam o confronto entre as duas, bem como o trabalho de reflexão sobre a própria língua.

Se bem que estes Encontros sejam dedicados, essencialmente, à discussão das questões linguísticas, é evidente que as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza não se reduzem a essas questões, na medida em que a História e a continuidade geográfica entre as duas regiões propiciam a existência de muitos aspetos culturais comuns. No sentido de consolidar os laços culturais que unem a Galiza ao Norte de Portugal, a Junta da Galiza e a Delegação Regional da Cultura do Norte têm vindo, desde longa data, a trabalhar em conjunto.

Ao dar a conhecer estes programas de cooperação, como participante neles, pretendo testemunhar como, na prática, foi possível fomentar a aproximação entre os povos das duas regiões e, consequentemente, o melhor conhecimento da cultura de ambos, nomeadamente da literatura e da língua. As discussões académicas são úteis para o estabelecimento das normas que, por motivos históricos ou práticos, deverão ser seguidas, mas não serão essas discussões que hão de modificar o *status quo* do galego junto das populações galegas ou das portuguesas, nem junto das populações do resto da Espanha.

Criar hábitos de contacto com a língua falada e escrita desde a mais tenra idade é o meio mais seguro para a vivificar e conservar. Confrontá-la com a norma seguida na margem esquerda do Minho é um meio de a usar, de a fortificar, de a estudar, logo, de a manter. Por outro lado, deste contacto, a língua portuguesa sai também reforçada, pois pode reintegrar vocábulos há muito caídos em desuso, "emprestar" outros, enfim, refletir sobre ela própria.

Obviamente que na avaliação destes programas há que ter em conta a limitação no tempo e no espaço da sua implementação, mas o que interessa é perceber qual o caminho que pode ser seguido e quais os resultados obtidos.

Graças ao programa Comunitário Interreg III – Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha – foi possível facilitar essa cooperação e possibilitar a realização de eventos culturais em zonas culturalmente mais carenciadas, uma vez que 75% dos custos totais do projeto, que ficou por mais de um milhão de euros, foram pagos com fundos europeus. Assim nasceu, em 2003, o projeto "Cultura sem Fronteiras", subdividido em duas vertentes: "Maletas Viageiras" e "Caminho das Letras", em torno da Literatura, e "Sendas", dedicada à música, ao teatro, à dança e a congressos especializados. A "Cultura sem Fronteiras" - CUSEFRO - teve a duração de dois anos.

Este projeto visava, globalmente, lutar assim contra a «desertificação humana e o desenraizamento social e cultural, consequência do isolamento inerente a estas áreas contíguas» (CSF: 14), tentando «estimular o enraizamento da população, manter o património histórico, artístico e cultural, reforçar e melhorar o seu conhecimento» (CSF:16). Por sua vez, as "Maletas Viageiras" e "Caminho das Letras" visavam, especificamente: «provocar o conhecimento da língua e da literatura nestas duas regiões tão próximas, com o fim de aprofundar o seu estudo e favorecer a sua divulgação e transmissão entre as gerações mais novas, incumbindo-as de conservar a sua riqueza e vigência no futuro» (ECUS: 7,8) e é precisamente sobre estes dois programas que nos iremos debruçar um pouco mais atentamente.

Assim, no âmbito do "Caminho das Letras", em 2003 e 2004, foram realizados vários roteiros em torno da vida e obra de escritores de ambas as regiões (Rosalía de Castro, Álvaro Cunqueiro, trovadores da Ria de Vigo - Mendinho, Martin Codax e Juan de Cangas -, Eça de Queirós, João de Araújo Correia, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes, Camilo Castelo Branco) permitindo assim o conhecimento dos grandes vultos das letras destas duas regiões, mas também o conhecimento da gastronomia, do património natural e cultural das áreas visitadas. Os seus destinatários eram os professores do secundário e a bibliotecários que tinham como missão a divulgação destas experiências junto dos colegas, dos alunos e dos frequentadores das bibliotecas.

Por sua vez, as "Maletas Viageiras" eram constituídas por lotes de livros e material audiovisual e dirigiam-se ao público de todas as idades. Havia doze lotes de seis maletas cada (seis escritores galegos e seis portugueses) que percorreram as bibliotecas ou centros culturais das duas regiões. Cada lote era constituído por:

- Narrativas para adultos
- Literatura para adultos (outros géneros)
- Literatura Infantil
- Literatura infantil e juvenil
- Livros de viagens, guias, História e Geografia
- Música, vídeos e DVD

As bibliotecas contempladas foram, na Galiza: Redondela, Rosal, Tui, Ribadavia, Salvaterra do Miño, Baiona, Celanova, A Guarda, Barro, Nigrán, Xinzo de Limia e Sandiás; em Portugal: Alijó, Tomás Figueiredo, Barcelos, Caminha, Chaves, Esposende, Forjães, Fafe, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Monção, Ponte de Lima, Valença, Vieira do Minho, Vila Pouca de Aguiar e Vila Verde.

Paralelamente realizaram-se encontros com escritores nas instituições que acolheram as maletas. Desta forma, os leitores galegos (crianças, jovens ou adultos) puderam conhecer e ouvir os escritores portugueses e os leitores portugueses puderam conhecer e ouvir os escritores galegos: Viale Moutinho, Miguel Miranda, Alexandre Parafita, Braga Amaral, Pires Cabral, Alexandre Honrado e Anabela Mimoso; Paco Martin, Xabier Docampo; António Garcia Teijeiro, Neira Cruz, Fina Casalderrey, Gloria Sanchez, Agustín Paz, Vazquez Freire, Yolanda Castaño, Luísa Castro, Marina Mayoral e Marilar Alexandre.

Particularmente importantes foram os encontros realizados com o público infantil ou juvenil nas bibliotecas ou nas escolas. As crianças puderam constatar que a língua, «com alguma corrupção» era a mesma e que era possível a um galego ler e perceber o português, bem como a um português ler e entender o galego, ao mesmo tempo que amadureciam e aprofundavam o conhecimento da sua própria língua.

Com este projeto conseguiu-se lograr um melhor conhecimento e difusão da literatura de ambas as regiões; o reforço de equipamentos culturais; a rentabilização dos espaços culturais; a criação (ou intensificação) de hábitos de intercâmbio cultural; o contacto entre criadores e entre estes e um público transfronteiriço, bem como uma aproximação à identidade cultural, mercê do melhor conhecimento de si e do outro. Pôde-se constatar através deste projeto, embora isso não possa ser mensurável, «um grande interesse pelo conhecimento da literatura do outro país, assim como da música», mas, mais importante ainda é que se pôde perceber que «o público mais interessado foi o de menor idade, porque os livros mais consultados foram os de literatura infantil e juvenil» (CSF: 139).

Se bem que o projeto não fosse, nem pudesse ser extensivo a todas as crianças de ambas as regiões, permite-nos esperar que no futuro um bom número dos seus cidadãos conhecer-se-ão melhor, mas também que estava aberta de par em par a porta para a segunda fase do projeto, levada a cabo no ano seguinte (2005): o programa ECUS, ou seja, Encontros de Culturas.

Os objetivos continuavam a ser os mesmos, portanto, «intensificar as relações culturais entre ambos os lados da fronteira e estabelecer canais fluidos de comunicação no âmbito da cultura» (ECUS: 8). O programa assumia três vertentes: "Musicarte", "Encontros" e "Estafeta do Conto". Obviamente que iremos centrar-nos na "Estafeta do Conto", por ser esta a vertente dedicada à literatura e à língua.

Este projeto desenvolveu-se então em torno da ideia de favorecer o conhecimento da língua e da literatura galega e portuguesa. «Com este objetivo selecionaram-se oito espaços culturais na Galiza e no Norte de Portugal, fundamentalmente bibliotecas, mas também escolas, casas de cultura ou espaços compatíveis para o efeito, em função da sua disponibilidade. Para os locais selecionados enviaram-se diversos materiais como os denominados "Maletas Viageiras", que já funcionaram no anterior projeto "Cultura sem Fronteiras", renovando os lotes de livros, CD, vídeos e DVD existentes.

Para além de tudo isto, desenvolveu-se um novo projeto com o objetivo de conseguir o contacto direto com o mundo da criação através da presença de escritores e escritoras. Nesta parte do projeto, cada espaço foi visitado por um(a) escritor(a) que tinha como missão escrever uma parte de um conto, contando com a ajuda dos meninos e meninas. Os textos resultantes foram publicados, acompanhados pelo trabalho gráfico de um ilustrador galego e outro português, nas duas línguas» (ECUS: 49). Participaram neste projeto oito escritores: Fina Casalderrey, Xabier Docampo, Paco Martin e Gloria Sanchez; Ana Luísa Amaral, Vergílio Alberto Vieira, João Pedro Messeder e Anabela Mimoso, divididos em duas equipas mistas (chamadas Barriga Verde e Salta Pocinhas): cada par era formado por um escritor galego e uma escritora portuguesa ou vice-versa: uma escritora galega e um escritor português. Nos espaços galegos o(a) dinamizador(a) era português ou portuguesa, nos espaços portugueses era galego(a). Nasceram assim dois livros: *Passos de Música, Caminhos de Água* e *Como um Golpe de Vento*, ilustrados, respetivamente, por Xosé Cobas e por António Modesto. O projeto envolveu cerca de meio milhar de crianças, além de professores e bibliotecários.

Foram visitadas na Galiza: Bueu, Ponteareas, Oleiros, Cambre, Xinzo de Limia, Celanova, A Guarda e Cangas e em Portugal: Chaves, Santa Marta de Penaguião, Ponte de Lima, Amares, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Celorico de Bastos e Amarante.

O que mais nos impressionou neste contacto direto com as crianças, foi o prazer que elas sentiram em poder dialogar com o(a) autor(a) da outra banda do Minho sem necessidade de intermediário (tradutor), sem constrangimentos, nem equívocos que não fossem fácil e prontamente resolvidos. Através deste envolvimento no jogo da "invenção" da história, estas crianças tiveram, no decurso da atividade, o ensejo de desenvolver o seu raciocínio (encadeamento lógico de ideias), a sua própria língua falada, a socialização, exatamente como se tivessem feito a sua entrada na "oficina" de um escritor. Mas, paralelamente, foi-lhes propiciado o conhecimento da língua falada e da cultura do outro, num claro exercício de democracia, permitindo descobrir e assumir na alteridade, a sua própria identidade.

Mais importante ainda é que esta atividade não se limitou às duas horas de contacto direto com os criadores de sonhos. Implicando as crianças no mecanismo de produção da narrativa, criou-se-lhes um vínculo com a obra que jamais esquecerão e que é recordado pelo nome de cada uma delas inscrito no livro. Ao transformar essa participação num livro pôde-se abrir o caminho para o contacto com a variante da língua escrita pelo outro, prática ainda menos frequente do que o contacto com a língua falada. Este contacto com o escrito é duplamente útil, pois, não só se dá acesso ao conhecimento da variante utilizada na outra margem do Minho, como permite a reflexão sobre a sua própria língua, enriquecendo-a, tornando-a mais dúctil. Isto só foi possível porque a edição das duas obras apresentava, a par um do outro, os textos nas duas variantes da língua.

Como defendemos numa comunicação anterior, apresentada no 4º Colóquio de Lusofonia dedicado a Timor, no caso de se tratar de variantes ou normas de uma mesma língua, deve-se, sempre que possível, promover a edição de obras bilingues, pois, a acessibilidade a ambas as normas desperta a curiosidade, logo a descoberta das semelhanças e diferenças e, posteriormente, a reflexão sobre as razões da sua existência e o enriquecimento mútuo.

Se é verdade que o mercado do livro é mais reduzido ainda na Galiza do que em Portugal, então há que alargá-lo, somando os leitores portugueses (pelo menos os do Norte) aos leitores galegos, apostando nas edições bilingues. Aquilo que foi iniciado pelas instituições políticas pode, deve, ser retomado pela sociedade civil. A verdade é que esta não tem sabido dar resposta à questão. As editoras galegas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil, têm, até agora, apostado nas traduções dos seus autores em português, mas esta estratégia meramente comercial não tem interesse para o conhecimento da língua. Convém também

referir que não tem havido reciprocidade na aceitação da comercialização da tradução de obras dos escritores portugueses, pelo que não se pode falar em intercâmbio, mas sim numa tentativa de dominar o mercado português do livro. Claro que esta iniciativa, que em nada serve os interesses dos escritores e da literatura portugueses, torna-se pouco credível no nosso país.

De qualquer das maneiras, é fundamental, porém, que a tradução seja feita com especial esmero e não por um mero conhecedor de ambas as línguas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil. Ela deve ser feita também por um escritor, de preferência, e conhecedor da obra do outro para que possa perceber e respeitar as caraterísticas que o individualizam. Foi assim que os escritores envolvidos no processo procederam ao inteirar-se primeiro da obra do seu par. Claro que a tradução foi revista pelos oito autores, mas sobretudo pelo autor traduzido que, assim pôde sentir e ter voz ativa no texto na outra variante da sua língua.

Mas a implementação da edição bilingue não se deveria limitar ao público português: deveria ser tomada também em relação às restantes línguas faladas em Espanha: o castelhano, o catalão e o basco. Só assim se pode esperar que num futuro, não muito distante, o galego seja amado por sevilhanos, madrilenos, valencianos…, portugueses e galegos e só se ama o que se conhece.

BIBLIOGRAFIA:

Como um Golpe de Vento (2005),ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
Cultura Sem Fronteiras, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
ECUS, 2005, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
Passos de Música, Caminhos de Água (2005) ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

Línguas minoritárias e a importância da tradução

22. Barbara Juršič Terseglav (Associação Eslovena de Tradutores Literários) administrativo da Associação eslovena de tradutores literários, Ljubljana, Eslovénia

Barbara Juršič Terseglav

Nascida em Ljubljana, Eslovénia.

TRADUÇÕES LITERÁRIAS

do português:

– José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira* (editora Cankarjeva), 1997
– Paulo Coelho, *Manual do Guerreiro da Luz* (editora Vale Novak), 1998
– Paulo Coelho, *Verónica decide morrer* (editora Vale Novak), 1999
– Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego* (editora Cankarjeva), 2001
– Irmã Lúcia, *Apelos da Mensagem de Fátima* (editado pelo Secretariado dos Pastorinhos), 2003
– António Lobo Antunes, *Exortação aos Crocodilos* (editora Cankarjeva), 2003
– Mia Couto, *O último voo do flamingo*; (editora Študentska založba, Beletrina), 2005
– José Saramago, *Evangelho segundo Jesus Cristo* (editora Cankarjeva), 2005.
– Irmã Maria Celina de Jesus Crucificado, *Irmã Lúcia – a memória que dela temos*, 2006.

do espanhol:

– Laura Esquível, *Como Agua para Chocolate* (editora Mladinska knjiga), 1999
– Enrique Barón, *Europa en el alba del milenio* (editora Vale Novak), 2002
- Carlos Fuentes, *Aura* (editora Celjska Mohorjeva), 2006.

EMPREGO **ATUAL**

– Ministério da Administração Interna; tradutora e intérprete das línguas francesa, espanhola e portuguesa (desde 1996); muitas traduções técnicas.

EDUCAÇÃO

– licenciada em língua & literatura francesa e espanhola pela Universidade de Ljubljana, Faculdade de Letras
– diploma de estudos de língua e literatura portuguesa, Universidade de Coimbra.
– Muitos artigos escritos ou traduzidos (sobre autores lusófonos, eslovenos, a cultura eslovena ou portuguesa, os dois países, temas atuais...) para jornais e revistas eslovenas e portuguesas, emissões para a Rádio Nacional.
– membro do Comité administrativo da Associação eslovena de Tradutores literários.
– membro do júri pela atribuição dos apoios aos tradutores literários.

Línguas minoritárias e a importância da tradução

SINOPSE

Na primeira parte falo da tradução e a interpretação e as diferenças entre elas. Depois, abordo o tema das novas tecnologias que representam um precioso instrumento de apoio tanto à tradução como à interpretação. Escrevo sobre os cursos de tradução e de interpretação nos países da União europeia e das diferenças que há entre os dois, da prioridade que dá a Europa unida à interpretação e dos meios que se investem na interpretação, que, por outro lado, escasseiam na área da tradução de, especialmente, literatura séria e de qualidade.
Na segunda parte trato o tema da tradução como instrumento de preservação e revitalização linguística. Tomo o exemplo do esloveno, comparando-o com o galego e também o português, para mostrar como é imprescindível preservar as línguas minoritárias através da tradução, onde se refletem não só a língua mas também a cultura e os costumes das nações da língua da que se traduz e da língua-alvo. Falo da importância da formação do tradutor como vínculo entre as duas culturas, literaturas, nações. Saliento que as línguas minoritárias, que são as nossas, representam uma riqueza que é necessário preservar, e falo da multiculturalidade que existe na Europa. No mosaico dela incluem-se também as nossas duas línguas e os nossos países com as suas identidades. Sublinho que o aspeto intercultural é importante para a abertura do espírito do cidadão europeu. Dedico um ponto à apresentação da lusofonia na Eslovénia.
Concluo com a constatação de que o facto de a nossa língua materna ser uma língua minoritária tem de ser considerado como uma riqueza e que a tradução tem de ajudar a preservá-la de uma forma intensa e responsável.

1.1. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A tradução e a interpretação são irmãs mas têm carateres muito diferentes. Uma mais solitária, mais analítica, lenta, meticulosa, outra mais exteriorizada, rápida, superficial. Ambas têm de ter os valores da outra mas desenvolver sobretudo aqueles, próprios a cada uma. A tradução é mais antiga, e, como, no passado, se ocupavam dela sobre tudo nos conventos, os tradutores modernos também se parecem aos monges e as monjas, que, em vez de ficarem sentados nas frias salas dos edifícios sacros ou nas celas, trabalham no seu canto em computador, sucessor das folhas de papel e das plumas. Das minhas experiências posso dizer que a tradução, esta paixão muito especial, não é para a gente que não pode ficar sentada horas a fio e que não tem paciência para aperfeiçoar as palavras e as frases durante horas. Mas, o que me dá mais prazer, é que os resultados deste trabalho cansativo são perenes e dão muita satisfação ao tradutor, porque o trabalho de tradução o transporta para outros mundos e o faz viver outras vidas, um pouco, acho, a experiência do autor que escreve o livro, porque o tradutor, como finalmente fica reconhecido nos anos 70 do século XX, é também coautor do texto e não uma simples "máquina" que reproduza o texto em outra língua. O seu trabalho é perene, porque o que nasce é um livro, um fruto que poderão colher, ler também os outros e assim começar a fazer parte destes mundos já visitados pelo tradutor. Assim, o tradutor dá a conhecer também uma cultura, um mundo diferente, um país que não é o seu à gente do seu país e desvenda outras identidades aos seus leitores. Como mencionarei à continuação, a tradução é também uma maneira de aproximar os países, os mundos, os costumes, as culturas diferentes e de nos conhecermos melhor a nós e ao nosso país.
A interpretação, por outro lado, é sobre tudo fruto da globalização, das relações e contactos cada dia mais frequentes por entre diferentes povos. É, por exemplo, uma das maiores despesas da União europeia porque, claro, cada país defende a sua língua (ao que tem direito) e não quer deixar perder a sua em favor das "grandes línguas" como são o inglês, o alemão e o francês. A interpretação exige sobre tudo um bom conhecimento da língua em que se reproduz a mensagem, normalmente se trata da língua materna do intérprete, ou seja uma "fluidez" na fala de uma língua, como costumam chamá-lo os profissionais. A interpretação não exige um aprofundamento, é muito mais superficial, o que conta é a mensagem e, para cada reunião, o conhecimento dos termos técnicos usados nas discussões. Exige muita concentração e muito treino, mas, segundo as minhas experiências, sobre tudo a interpretação simultânea, aquela na cabina, não te da uma satisfação especial, só deixa ao intérprete exausto. A interpretação consecutiva é mais agradável porque o intérprete está em contacto com as pessoas com quem trabalha. O intérprete consecutivo tem a sensação de fazer parte do grupo, enquanto o intérprete simultâneo se sente mais como uma máquina, fazendo um trabalho muito duro mas a ficar fisicamente fora do "cenário".

1.2. NOVAS TECNOLOGIAS – PRECIOSO INSTRUMENTO DE APOIO À TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

As novas tecnologias, os computadores e o software permitem trabalhar com mais facilidade; corrigir os erros, ordenar o texto, melhorar o texto simultaneamente em qualidade e em rapidez (comparando-o com as máquinas de escrever do tempo dos nossos pais, por exemplo). O tradutor dispõe de um corretor ortográfico, o

que é imprescindível sobre tudo quando traduz um texto longo. As novas tecnologias dão-lhe também a oportunidade de fazer consultas em dicionários instalados diretamente no computador ou que facilita muito o seu trabalho (não precisa "treinar" tanto os músculos dos braços) e proporcionam também uma maior rapidez na execução do seu trabalho. Um bom dicionário é uma ferramenta indispensável do tradutor e uns bons dicionários em CD são uma ferramenta *sine qua non* no seu trabalho quotidiano. Outro recurso precioso do tradutor é sem dúvida a Internet onde pode encontrar praticamente todas as informações que precisa para trabalhar, os dicionários on-line (para os assuntos europeus é por exemplo indispensável o Eurodicautom), pode verificar as palavras, a construção da frase etc.
O tradutor/intérprete tem acesso às leis, à quase toda a regulamentação europeia, aos tratados, os convénios... tudo à distância de um clique. Somando todo o mencionado, o tradutor pode trabalhar de uma maneira mais eficaz, mais rápida, com uma palavra só – melhor. As minhas experiências mostram também que o correio eletrónico facilita muito os contactos entre os autores e os tradutores, sobre tudo quando vivem nos países muito afastados. Na minha experiência, foi o caso de Mia Couto, do Moçambique, com quem pude aclarar as minhas dúvidas por este meio, por correio eletrónico, de maneira fácil, rápida e também barata.
As novas tecnologias fazem o mundo mais pequeno e fazem-nos sentir as distâncias mais insignificantes. Nada e ninguém fica longe demais.
Temos de aproveitar bem as novas tecnologias porque são feitas para nos servirem, mas não devemos tornar-nos escravos delas e esquecer o mundo ao pé de nós. Muitas vezes, também na tradução, é muito preciosa a ajuda da gente que vive connosco ou perto de nós. Se perdemos o contacto com a realidade imediata também não podemos reproduzir fielmente as realidades da ficção que são, na maioria das vezes, nada mais, nada menos um reflexo da nossa realidade quotidiana.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Surgiram vários cursos de tradução mas sobre tudo de interpretação, como impacto das necessidades na União europeia. Os países membros organizam vários cursos de tradução e de interpretação no âmbito das Faculdades de Letras, uns existentes já antes da adesão deles à União europeia, outros instaurados no tempo da candidatura à adesão à União europeia. No meu país, a Eslovénia, antes não existiam cursos especiais de tradução ou de interpretação. No período da nossa candidatura à adesão à UE, as necessidades e as pressões foram tais que foi inaugurado um curso especial de interpretação no seio da Faculdade de Letras da Universidade de Ljubljana. Lá, formam-se os futuros intérpretes de conferência europeus. Pelo menos assim deveria ser, mas como constatam muitos, os cursos não são bem ajustados à realidade profissional e os jovens que terminam o curso não têm bastantes experiências para poderem efetuar o duro trabalho de interpretação. A interpretação é uma profissão que exige muita prática, melhor dizer muito treino. Acho que nas faculdades ainda se fazem demasiadas horas de teoria e poucas demais de prática. Um bom conhecimento de língua pode ajudar mas para interpretar bem precisa-se muito mais – uma boa concentração, uma boa preparação psicológica (para não ficar nervoso demais nas reuniões, sobre tudo naquelas mais importantes de alto nível), uma memória bem treinada, para enumerar só algumas das caraterísticas mais importantes. Talvez os cursos devam ser orientados mais à prática, à simulação de reuniões verdadeiras, e se devam acrescentar também as aulas da psicologia, da língua materna (o que é importantíssimo, porque normalmente considera-se que os alunos já conhecem bem a sua língua materna, mas, em prática, a imagem resulta completamente diferente) e das técnicas de interpretação ou de tradução.
Falando do meu país, a situação no que respeita os cursos de tradução é a seguinte: praticamente não os há. Trata-se de uma profissão que se tem de aprender por si mesmo, uma vocação que se descobre em si e, depois, se desenvolve segundo os esforços de cada um. Como diz um dito popular esloveno: Cada um é forjador do seu próprio destino. Para dizer a verdade, a modernidade, o nosso mundo de hoje, não é muito favorável aos romances de qualidade, complicados e exigentes, se já favorece a literatura, então se trata dos livros "new age", da assim chamada literatura "fast food", do estilo da comida rápida, cuja leitura não exige muito esforço intelectual e "satisfaz" as massas. Assim também ficam prejudicadas as traduções das obras de grande valor porque há sempre menos dinheiro para elas, ou simplesmente cada vez menos editoras interessadas em publicações dos livros comprados pela elite intelectual que não é bastante grande para as editoras poderem sacar benefício dela. Sobre o Plano Nacional de leitura, lançado pelo Ministério da Cultura português há pouco tempo, o Premio Nobel português Saramago disse que não servia para nada porque "ler sempre foi e sempre será coisa de uma minoria". A modernidade é então mais favorável à interpretação e ao seu financiamento e desenvolvimento porque se inclui no âmbito das aspirações, esforços, iniciativas políticas da União europeia (vendo a situação através dos óculos da nossa grande família europeia). Comparando-a à

tradução, dedica-se, no âmbito europeu, muitos mais meios, muita mais energia, cursos e atenção à interpretação que é uma das grandes preocupações da Europa unida.

2.1 TRADUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

O que li sobre a língua galega e a situação da Galiza faz-me pensar na situação da minha língua materna, o esloveno. Têm muitas coisas em comum – as duas são línguas minoritárias, faladas num espaço bastante limitado. O esloveno, agora língua de um país independente a partir do ano 1991, era sempre uma língua bastante desfavorecida. Na História, durante diferentes soberanias (sobre tudo germânicas; por exemplo a dos Habsburgo, o Império austro-húngaro), a primeira língua era o alemão e o esloveno era uma língua do povo, até ao século XVI raramente escrita e quase sem livros para o povo (na maioria analfabeto) se formar nela e eventualmente poder lê-la. (A primeira literatura em língua eslovena, acessível ao povo, foi a tradução (!) da Bíblia no século XVI). Foram precisos séculos para o nosso povo se independentizar, ultimamente do estado comum com as outras repúblicas jugoslavas (a ex-Jugoslávia), onde tinha status de língua oficial, como o galego em Espanha, e era falado na nossa república e usado pelos meios de comunicação e nas escolas. Hoje em dia, o esloveno é falado por quase 2 milhões de pessoas. Vivemos na encruzilhada dos três mundos: eslavo, latino e germânico. A nossa língua, na base eslava, tem alguma influência latina e sobretudo germânica. Do que temos por exemplo comparável com o latim, são as declinações (temos 6 casos, o vocativo, ainda vivo nas línguas das restantes repúblicas da ex-Jugoslávia, desapareceu), do alemão temos por exemplo a lógica da construção das frases, e temos também algumas particularidades. Uma delas, própria só da nossa língua (e a outra língua minoritária eslava na Alemanha perto da fronteira polaca e checa) é: o dual. Acho muito importante preservar as particularidades que tendem a desaparecer sobre tudo na língua falada. É uma prioridade incrível poder usar uma forma especial quando se fala de duas pessoas. O nosso povo persistiu graças a uma língua em redor da qual permaneciam firme os nossos antepassados sob tantos soberanos diferentes e durante tantos séculos da soberania estrangeira.
A tradução, feita bem e pelos tradutores competentes e cultos, ajuda a preservar a língua no seu estado mais puro, enriquecida das "boas" influências modernas e rejeitando o que a empobrece e faz mais banal. O tradutor é um vínculo importante por entre diferentes culturas e povos mas também um elo importantíssimo da cadeia de preservação da língua materna e um guardador do seu brilho no céu das línguas mundiais.
A tradução é um instrumento preciosíssimo de preservação linguística e por isso, como já salientei, os tradutores têm de ser bem formados para poderem assegurar esta preservação, bem informados para proporcionarem a revitalização linguística e conscientes da sua responsabilidade pelo trabalho que fazem.

2.2 PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS – MULTICULTURALIDADE

Quais seriam as linhas de ação para a propagação e preservação das línguas minoritárias?
Tomemos como exemplo o esloveno, a minha língua materna, cuja situação conheço melhor. Na visita recente da Ministra da Cultura portuguesa na Eslovénia falamos também na diversidade das línguas e na importância da multiculturalidade. O ano 2008 será dedicado ao Diálogo intercultural, quer dizer à propagação de todas as línguas existentes na União europeia e aquelas da gente que vive de maneira permanente ou temporária na Comunidade europeia. Mas não só das línguas mas também das diferentes culturas, os costumes, as identidades com as quais cada um dos nossos povos pode orgulhar-se. Precisamente durante a presidência portuguesa no segundo semestre do ano 2007, serão finalizados os preparativos do Ano do Diálogo Intercultural e a sensibilização para este tema será feita por Portugal. Não só o galego mas também o português são línguas que não são muito presentes no céu europeu, o mesmo podemos dizer do esloveno. Durante a presidência portuguesa e logo a seguir, no primeiro semestre do 2008, durante a presidência eslovena, devemo-nos esforçar para mostrarmos ao mundo quanto valemos no sentido cultural. São previstas várias iniciativas e diversos projetos conjuntos de Portugal e da Eslovénia que permitirão aos cidadãos dos nossos dois países conhecermo-nos melhor mas também teremos a oportunidade de mostrar a todos os europeus o que podemos oferecer, o que podemos dar e também fazer ouvir a nossa voz na Europa. Também no sentido literal; fazer ouvir as nossas línguas e incentivar para que mais gente as aprenda. Acho que, tomando o exemplo do esloveno, a gente estrangeira não aprecia a língua (nem o país) porque não a/os conhece. Então, nos deveríamos perguntar o que podemos fazer para dar a conhecer as nossas línguas; o galego, o português, o esloveno, ao mundo? Como atrair, interessar as pessoas por elas? A propagação pode-se fazer se existe vontade política, as grandes campanhas e os grandes projetos só se podem fazer apoiados pelos Estados respetivos, mas nos, tradutores, autores, profissionais linguistas, temos a força da palavra para propagarmos a língua, a literatura, a cultura, a identidade dos nossos países e dos países que "representamos"

conhecendo a língua deles. Assim, contribuímos para propagar e preservar, mas só com conhecimentos suficientes da língua materna e a língua-alvo, as duas culturas e os costumes. A qualidade não pode passar desapercebida.
Outra coisa que acho importante é o debate sobre as línguas minoritárias nas ocasiões como esta – o Colóquio da lusofonia, onde se pode debater a lusofonia (neste caso) de maneira mais ampla – nos contextos diferentes e nas áreas geográficas distintas. Apresentar a lusofonia no seu entorno natural, em Portugal e nas áreas fronteiriças, mas também nos outros países da Europa.

2.3 LUSOFONIA NA ESLOVÉNIA

Na Eslovénia, conhece-se bastante mal não só a língua portuguesa mas também Portugal (e vice-versa) e ainda menos os outros países lusófonos, com exceção do Brasil. Mas, felizmente, em setembro do ano passado (2005) abriu em Ljubljana, a capital da Eslovénia, a embaixada de Portugal. Em quase um ano de existência, já se pode notar um certo desenvolvimento, um progresso na aproximação dos nossos povos. Abriu um leitorado esloveno em Lisboa, já existiu um português na Faculdade de Letras de Ljubljana mas, por falta de meios, fechou, mas pelos vistos, reabrirá em breve, como concordaram os dois ministros da cultura.
Ambos os países são conscientes da importância do aprofundamento das relações e do importante papel que têm as duas línguas neste contexto. Ambas as nações podem aprender muito uma da outra e também prestar-se ajuda na preservação e propagação das línguas respetivas.
As línguas minoritárias e as nações mais pequenas têm de ser aliados nesta iniciativa nobre que é a preservação e a propagação da língua materna e a propagação da outra cultura, língua e literatura no seu país.

3. CONCLUSÃO

Todas as línguas são igualmente importantes. Mas, umas são mais divulgadas e faladas por mais pessoas e por isso mais fáceis por preservar. Também não é muito difícil propagá-las porque se propagam quase por si mesmas e porque usadas como línguas de comunicação entre as pessoas dos quais não são língua materna.
As línguas minoritárias não têm uma presença tão fácil no panorama das línguas mundiais. Mas, talvez porque menos presentes, menos espalhadas, podem ser consideradas como uma maior riqueza dos que as utilizam. Talvez as pessoas que se servem delas, as sintam mais como alguma coisa muito própria delas, muito mais enraizada nelas, o que as leva a preservá-las melhor (esperemos!). Temos de nos orgulhar por falar uma língua que falam só poucas pessoas no mundo e fazer tudo para que também os outros possam ouvi-la, conhecê-la, talvez ainda aprendê-la. Os tradutores são responsáveis pela propagação e a preservação da nossa língua e da língua, literatura e cultura da nação cuja língua traduzimos.
É uma responsabilidade bonita mas por isso não deixa de ser uma responsabilidade frente à língua materna e à língua da que traduzimos, frente aos dois povos que de certa maneira representamos, e frente a nós.

O lugar do tradutor no mundo hodierno

23. Isabelle Oliveira (Université Lumière, Lyon2, França)

Isabelle Oliveira

Licenciada em "Langues, Littératures & Civilisations Etrangères" e doutorada em Linguística – Terminologia pela Université Lumière Lyon2, é docente do Dept.º de Línguas Românicas desta faculdade desde 2005. É também investigadora científica no CNRS, desde 2006, tem-se dedicado, em particular, ao estudo da metáfora em ciência como processo linguístico e cognitivo, em modelização e no tratamento automático das línguas.
Publicou, entre outros,
La Métaphore terminologique en cardiologie, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p.250 (sous presse);
«La Métaphore terminologique sous un angle cognitive», *Meta*, Journal des traducteurs, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2006;
«Pour une approche de la métaphore terminologique», *La Banque des mots*, Revue de terminologie française, Paris, 2006, pp.59-80;
«La Metáfora: estrategia de aprendizaje e sistema de conocimiento», in Actes de AETER
«Comunicar y enseñar a comunicar el conocimiento especializado», Centro Virtual Cervantes, Universidad de Alcalá, Madrid, 2006;
«Le Rôle de la métaphore dans les interactions entre médecin et patient», *Terminologias*, Revue de l'Association de Terminologie Portugaise, Lisbonne, Université Nouvelle de Lisbonne, 2000, pp.11-23;

«O Caso da metáfora: um indicador de diversidade cultural», *in Actes de «IX Simposi Iberoamericà de* Terminologia. La Terminologia al segle XXI: contribució a la cultura de la pau, la diversitat i la sostenibilitat», Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, (sous presse).

O lugar do tradutor no mundo hodierno

Resumo

As práticas e as teorias da tradução fundamentam-se numa abordagem de linguagem múltipla, definida a partir da conceptualização e perceção que o homem tem de si próprio e do mundo que o rodeia. A linguagem utilizada pelo tradutor assenta portanto numa filosofia da linguagem que se diversificou ao longo dos séculos: objeto de debate que parte da dialética na Idade Média, das discussões do nominalismo, da teoria dos signos no século XVIII, da origem das línguas no idealismo alemão. Na época contemporânea, para certos linguistas, a linguagem torna-se frequentemente um sistema autónomo de dependências internas.

Defende-se uma simbiose entre terminologia e tradução que proporciona uma formação interdisciplinar nas áreas da teoria da tradução, das indústrias da língua, da terminologia e engenharia do conhecimento, da lexicologia e da linguística de corpora, com particular incidência nos domínios científico e técnico. Este ambiente de investigação completo cria condições necessárias para que os tradutores abordem os últimos desenvolvimentos nas áreas das novas tecnologias da linguagem humana. Os tradutores profissionais têm de saber situarem-se num contexto de modernidade para melhorarem as suas capacidades e para aprofundarem os seus conhecimentos em relação aos últimos desenvolvimentos na sua área de especialidade.

Para finalizar, a garantia das saídas profissionais no campo da tradução passa necessariamente pela afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

Nesta nossa análise procurámos saber se existe alguma correlação entre a Formação do tradutor, o Trabalho do tradutor e as Saídas profissionais. Rapidamente, verificámos que em Portugal não existe, na nossa opinião, nenhuma relação entre as três componentes que apresentam alguns défices.

1. Reforçar o estudo das línguas estrangeiros nas escolas

No Livro Branco lançado em 1995, « *Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva* », a Comissão Europeia fixou um objetivo primordial para o desenvolvimento da comunidade europeia: encorajar e ensinar os cidadãos a dominarem três línguas europeias: a língua mãe e duas línguas estrangeiras. Este objetivo foi facilmente alcançado pela maioria dos países europeus, cujas políticas de organização do sistema educativo incluem o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde os níveis mais elementares da escolaridade.

É de salientar que Portugal também se associou ao Grupo Restrito de quinze países que, a partir de 1998, aderiram ao Projeto Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural. No quadro do Projeto acima referido foram elaborados dois Instrumentos de grande relevância e valor pedagógico. No âmbito de uma política linguística: *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECRL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação* e o *Portfolio Europeu de Línguas*." <http://www.dgidc.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp>. Ficamos praticamente convencidos de que em Portugal, o ensino de línguas estrangeiras cumpre o QECRL, que já não há universidades nem escolas secundárias que utilizam um sistema de nivelação (I, II, III, etc.) que é perfeitamente desconhecido e não reconhecido no mundo inteiro, mas recorrem ao sistema europeu A1, A2, B1, B2, etc. A partida, acreditámos mesmo que Portugal tinha uma política de ensino de línguas estrangeiras, se não soubéssemos que, em média, 17% dos cidadãos da União Europeia aprenderam a primeira língua estrangeira (LE) na escola primária, contra os 2% que se regista entre nós; se não soubéssemos que o último relatório do Eurobarómetro (2006) nos confirma que dos 25 países da União ninguém tem menos competências do que nós e, pior do que isso, ninguém está interessado em aprender línguas estrangeiras, porque partimos do principio que somos autossuficientes em termos de comunicação linguística. Hoje, é sabido que 45% dos cidadãos europeus pode participar numa conversa numa língua diferente da sua língua materna e que 8 em cada 10 indivíduos no Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia falam corretamente uma outra língua para manterem a comunicação com outros locutores estrangeiros. Em Portugal, Reino Unido e Irlanda, apenas cerca de um terço da população o consegue fazer. (Cf. < http://ec.europa.eu/education/policies/lang/languages/index_pt.html>). Não iremos querer seguir o sistema de ensino de línguas estrangeiras das Ilhas Britânicas, nem devemos ter como referência o facto de na Irlanda, Itália e Grécia apenas se ensinar, em regra, apenas uma LE durante os primeiros onze anos de escolaridade.

Com todos estes sinais de decadência linguística nacional, esperaríamos uma mudança séria em termos de política educativa para as línguas, esperaríamos que pelo menos fosse verdade que Portugal respeita os princípios do Livro Branco da Comissão Europeia, mas a recente reconfiguração do ensino de línguas nos

nossos Ensino Básico e Secundário arrasta-nos para um pântano fechado sobre si, porque parece que gostamos de viver em águas escuras. Essa reconfiguração, no que respeita às línguas, ilustra a falta de uma visão global para todo o sistema. Os ciclos de escolaridade não foram programados, uma vez mais na história recente das reformas educativas, de forma integrada.

Na atual configuração do sistema educativo português, apenas podemos esperar que os nossos estudantes terminem o Ensino Secundário com um nível elementar de conhecimento de uma LE, que se perderá rapidamente no tempo, se o estudante não procurar aperfeiçoar essa aprendizagem na etapa seguinte da sua vida académica ou profissional.

Aquilo que um responsável pela política educativa nacional devia perguntar é qual o verdadeiro nível de competência em línguas estrangeiras que os alunos portugueses vão conseguir atingir no final da sua escolaridade obrigatória? Esta questão não está ainda respondida por nenhum país da UE, por isso os Chefes de Estado e de Governo da União solicitaram, por ocasião do Conselho Europeu de Barcelona, que essa avaliação fosse uma promovida para medir com rigor o *status quo* de cada país. É fácil prever o resultado dos estudantes portugueses em matéria de aquisição de competências em LE, daqui a três anos, quando se completar este novo ciclo do Ensino Secundário a iniciar em 2006-07: na melhor das hipóteses, estarão no nível elementar de conhecimentos de uma LE, isto é, terão a capacidade de realizar uma comunicação básica e troca de informação simples e a capacidade para lidar com vocabulário simples e habilidade para se expressar em contextos familiares (nível A2.2 do QECRL), enquanto os seus colegas europeus, em média, terão esse mesmo nível numa terceira LE, porque terão uma formação mais sólida numa segunda língua, sendo capazes, como são já, de se exprimir embora com certas limitações, em situações familiares e saber lidar de uma forma geral com informação rotineira (nível B1.2, pelo menos).

Cumprir o compromisso do Livro Branco da Comissão Europeia, que hoje tem um comissariado justamente com o título de "Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo". Basta que se ajuste a configuração do Ensino Secundário e se permita a todos os estudantes, qualquer que seja a sua formação, o poder continuar o estudo de uma língua mais forte (aquela cujas competências tenham sido adquiridas no final do 3º ciclo com maior acuidade) e continuar ou iniciar uma segunda LE. Parece e é simples. O que não é simples nem lógico é que se prefira que um estudante estuda uma língua no 1º ciclo (Inglês), continue com essa língua no 2º ciclo, escolha uma outra língua (por exemplo, Francês) no 3º ciclo, mantendo o Inglês, e descontinue toda a sua aprendizagem no Secundário, escolhendo agora uma língua nova (por exemplo, o Espanhol), abandonando toda a formação anterior. Este quadro de aprendizagem em círculo fechado é um sintoma de falta de sensatez na organização do sistema educativo.

O lema atual da política da Comissão Europeia para as línguas é: *"Aprende línguas e serás alguém",* mas em Portugal isso parece não fazer muito sentido, porque acreditamos antes que aquilo que somos como cidadãos modernos está contido na nossa competência exclusiva para falar apenas a língua materna e andar aos saltos nas outras línguas, o que significa que Goethe tinha razão quando referia que quem « não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio ». Assim, esse défice de aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo da escolaridade manifesta-se mais tarde na universidade nos cursos de tradução Com efeito, os tradutores necessitam de conhecer profundamente as línguas com as quais trabalham, principalmente a sua própria língua. Conhecer a cultura dos países onde essas línguas são faladas é também indispensável, nomeadamente no que se refere à sua atualidade política, económica e social. Todavia, isso não acontece em Portugal e a maior parte dos tradutores apresentam grandes competências Tradutivas. Não nos esqueçamos que o trabalho do tradutor é um exercício de competências específicas, cultura geral, técnica e teoria, sem descurar a intuição e a sensibilidade (o que se entende por arte de traduzir) e as condições de trabalho.

Na nossa ótica, não basta dar uns rudimentos de tradução ministrados por professores de línguas e de literatura para formar tradutores profissionais (literários ou técnico-científicos). É necessário que a formação de tradutores seja encarada num quadro institucional que aponte para uma estabilidade do ensino e a sua evolução constante dentro da área do conhecimento.

2. A formação do tradutor profissional

Na área da tradução o diploma não é suficiente para ser um excelente profissional. Sabemos que existem bons profissionais sem formação superior e licenciados que são péssimos tradutores. O que é essencial no campo da tradução profissional, é que o tradutor possua profundos conhecimentos da área do conhecimento, sejam eles adquiridos através da experiência quotidiana ou pela formação.

Acontece que as estatísticas em Portugal e na UE indicam que cerca de 90% dos tradutores fazem traduções não literárias. Seria de esperar que a formação incidisse sobre a tradução técnica ou de especialidade. O que na prática não acontece. Em Portugal, ao contrário do que se passa nos outros países da

UE, a maioria das escolas de tradução procuram formar tradutores literários e desprezam a tradução de especialidade. Devido a uma ausência de especialização no ensino tradicional, os tradutores técnicos muitas vezes conscientes de suas limitações são levados a cometerem um elevado índice de erros.

Em Portugal, os professores de Técnicas de Tradução limitam-se, geralmente, a ensinar a língua e a literatura. É óbvio que estes professores são competentes na sua área de especialidade, mas não no domínio técnico-científico. Somos da opinião que sem experiência tradutoral não é possível ensinar tradução. Pode-se ensinar línguas, teoria e história da tradução, mas não a tradução sem uma experiência na matéria. Devia-se pensar em abrir mais cursos em Terminologia e Tradução a fim de proporcionar uma formação interdisciplinar nas áreas da Teoria da Tradução, da Tradução, da Informática da Tradução, da Terminologia, da Lexicologia e da Linguística de Texto de Especialidade, com particular incidência nos domínios científico e técnico. Deste modo, pretende-se assim formar pessoal especializado capaz de satisfazer exigências terminológicas e de normalização (por exemplo tradução/redação de normas) por parte da investigação e da indústria portuguesas, bem como de contribuir para a afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

É de salientar que, por enquanto, os melhores tradutores especializados fizeram o ensino primário e secundário em colégios estrangeiros ou completaram o ensino tradicional com o estudo de línguas em escolas privadas e, mais tarde, especializaram-se no estrangeiros por falta de meios em Portugal. Deduzimos que para ser um bom tradutor é necessário viver no estrangeiro, onde é possível complementar estudo e uma atividade profissional, adquirindo com o decorrer dos anos uma consciência linguística diacrónica e sincrónica. O que se espera do trabalho do tradutor profissional é que domine perfeitamente e espontaneamente a língua estrangeira e a linguagem especializada. O resultado do trabalho obtido dos tradutores com estas dupla formação é, obviamente, diferente das traduções técnicas feitas por licenciados em línguas e autodidatas na área do conhecimento. Há áreas onde podemos admitir erros na linguagem especializadas pois não têm repercussões graves, o que não é o caso das ciências da saúde.

Outra observação relevante, é a percentagem insignificante de tradutores profissionais que lecionam nas universidades. Será que não há tradutores profissionais com valor pedagógico ? Uma outra constatação de ordem geral, é que as universidades públicas dão-se ao luxo de lecionar programas completamente desfasados da realidade do mercado de trabalho. A maior crítica que se pode tecer à formação de tradutores em Portugal, é que as universidades (públicas ou privadas) se preocupam quase exclusivamente com o ensino das línguas quando o ensino da tradução começa onde acaba a aprendizagem das línguas.

3. A importância do cultivo da língua portuguesa

Poder-se-á realçar desde já que Portugal nunca se distinguiu por uma politica linguística agressiva por oposição a outros países da Europa. As palavras que seguem inscrevem-se no coro de vozes que se têm manifestado em defesa da língua portuguesa e no apontar à necessidade urgente de uma política da língua. Podemos citar Eduardo Prado Coelho que afirma o seguinte: «temos uma retórica da língua portuguesa, temos uma gestão da língua portuguesa, temos demagogos da língua, temos mesmo “gangsters” da língua, mas não temos uma política da língua». Um esforço terá de ser feito para tentar dar um colorido a este cenário sombrio da difusão e promoção da língua portuguesa que é, indiscutivelmente, relevante e suficientemente viva para que a sua valorização não seja descurada como apreciável veículo cultural e político que se estima para quase 260 milhões de enunciadores dentro de quinze anos. É importante promover a língua portuguesa para ser cada vez mais utilizada nas diferentes organizações internacionais como o Banco Mundial, o Conselho da Europa, a Cruz Vermelha, a EFA, a EFTA, a FOA, o FMI, o INTELSAT, a NATO, os Médicos sem Fronteiras, a OMS, a OCDE, a ONU, a OIT, a UE, a UNESCO e a UNICEF. Assim, estes centros decisivos internacionais, potenciais mercados de trabalho, confiarão a tradução a um intermédio especializado: o tradutor institucional. Porém, relembramos que o maior empregador é o Serviço de Tradução da Comissão das Comunidades Europeias, do Parlamento Europeu, do Conselho das Comunidades, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Comissão Económica e Social. Estes serviços de tradução estão organizados em cinco grupos temáticos situados em Bruxelas e no Luxemburgo. O subtítulo de um artigo de Mónica Yanakiew resume bem o que ela designa de “Babel comunitária”: “Sem tradutores, ministros não se entendem”.

4. A tradução automática e o lugar do tradutor

As primeiras "máquinas" para a tradução mecânica foram inventadas entre 1930 e 1940 por Georges Artsruni, um engenheiro francês (inventor do "Cérebro Mecânico") e pelo engenheiro russo P. Trojanskij que inventaram, isoladamente, aparelhos mecânicos para o *scanning* de uma banda perfurada com expressões numa língua natural e para relacionar essas "palavras" com palavras de outra língua contidas numa segunda banda perfurada. Só depois da Segunda Guerra Mundial, no final da década de 40, quando as primeiras grandes máquinas calculadoras começaram a ser usadas em matemática, é que os cientistas começaram a

pensar que essas máquinas poderiam ter um uso além do numérico e poderiam servir, por exemplo, para decodificar mensagens codificadas ou para passá-las para a língua natural. No seu famoso Memorando para a Fundação Rockefeller em 1949, Warren Weaver fez a sua conhecida analogia entre tradução e decodificação. Contudo, nos anos seguintes, a tradução automática tornou-se mais complicada. Não se tratava simplesmente de relacionar um código ou um símbolo com outro, mas de organizar o significado gramatical e semântico da língua para poder traduzir de uma língua para outra (pode-se encontrar mais informação sobre a tradução automática em Hutchins, 1986). A primeira demonstração de um sistema de tradução automática que teve "sucesso" aconteceu no dia 7 de janeiro de 1954 na Universidade de Georgetown, em Washington D.C. Foi implantado um sistema de tradução do russo para o inglês num *mainframe* IBM que continha um dicionário bilingue com aproximadamente 250 entradas. O sistema conseguiu traduzir com êxito um *corpus* de 60 frases simples em russo por um processo de substituição palavra por palavra, e com algumas regras adicionais para conseguir a ordem correta das palavras em inglês. Dez anos depois, aproximadamente, o governo americano criou uma comissão para analisar o mercado da tradução e conhecer as últimas novidades em relação à pesquisa e ao desenvolvimento realizados no âmbito da tradução automática. Este Comité de Assessoria no Processo da Automatização de Línguas publicou um relatório em 1966, o conhecido Relatório ALPAC, que passou a ser conhecido como o "Livro preto da tradução automática", também por causa da capa preta do documento. A Comissão chegou à conclusão de que não havia necessidade de dar apoio à pesquisa e ao desenvolvimento da tradução automática e que era mais importante investir na melhoria da qualidade da tradução tradicional que realizavam os tradutores humanos. É bom relembrar que quando se fala de tradução automática por oposição a tradução humana, esquecemo-nos que o conhecimento sobre tradução tem sido codificado e descrito por seres humanos (linguistas ou linguistas computacionais). Além disso, a nova geração de sistemas de tradução automática (ou de tradução assistida) recorre a *corpora* de traduções prévias (efetuadas por seres humanos), deste modo esbatendo ainda mais a pretensa oposição. Parece, pois, inútil insistir na primazia da atividade humana, e investir sim na melhoria da sua prática, assim como na ajuda preciosa que os computadores nos podem vir a dar nessa e noutras atividades intelectuais. Todavia, é imprescindível refletir sobre os novos modelos computacionais de tradução. A principal lição a tirar é que não existe máquinas sem homens mas com homens. A tradução automática é, sem dúvida, uma mais-valia, mas sendo uma obra do ser humano terá sempre suas imperfeições e, neste momento, o tradutor profissional não precisa temer este tipo de concorrência.

4. Conclusão

Atualmente, as profissões de tradutor e de intérprete desempenham um papel importante no funcionamento das sociedades modernas, dado que estas necessitam cada vez mais de comunicar entre si, em virtude de fenómenos generalizados como a internacionalização da economia, a rapidez da circulação da informação pelo mundo ou o crescimento da concertação entre países perante questões mundiais (como a defesa do ambiente ou o respeito pelos direitos humanos, por exemplo). Neste contexto, o mercado de trabalho para os tradutores e intérpretes - que é bastante sazonal - conhece altos e baixos consoante a situação económica que as sociedades atravessam e apresenta perspetivas bastante variadas.

As novas exigências do mercado de trabalho, aliadas ao crescente número de pessoas que conhecem e utilizam línguas estrangeiras, têm conduzido a uma crescente especialização destas profissões. Deste modo, quem inicia uma carreira de tradutor e/ou de intérprete deverá deparar-se com um mercado de trabalho exigente e cujo acesso não é garantido pelo mero conhecimento de línguas estrangeiras. Deverá adquirir, por isso, técnicas especializadas em tradução/terminologia e/ou interpretação e é essencial que invista em conhecimentos técnicos e conhecimentos gerais, através, por exemplo, de estágios curriculares e profissionais no país e no estrangeiro e de um esforço constante na autoformação.

O domínio aprofundado de um maior número possível de línguas estrangeiras é, entre outros, um trunfo importante que pode aumentar significativamente as hipóteses de trabalho. Apesar do inglês, do espanhol e do francês continuarem a ser línguas bastante requisitadas, a oferta dos que trabalham com esses idiomas é elevada, pelo que é aconselhável estudar outras línguas consideradas raras ou minoritárias que começam a ser cada vez mais utilizadas devido à integração dos novos membros na União Europeia.

Por último, é necessário criar uma regulamentação que dê acesso às atividades de tradução e de interpretação a fim de impedir que pessoas sem qualificação apropriada exerçam este tipo de atividade. Daí, o problema de uma mão-de-obra não qualificada e batata, sem os conhecimentos técnicos e linguísticos exigidos para assegurar o elevado nível de qualidade e rigor destes serviços, e que acaba por retirar oportunidades de trabalho e denegrir a imagem da profissão.

5. Referências bibliograficas

García Y.V,. *En torno a la traducción, Teoría, Crítica, Historia*, Editorial Gredos, Madrid, 1989.

Grellet F., *Apprendre à traduire – Typologie d'exercices de traduction*, Presses Universitaires de Nancy, Nancy, 1991.

Gouadec D., *Le traducteur, la traduction et l'entreprise*, Afnor, Paris, 1989.

Ladmiral J.R., *Traduire : Théorèmes pour la traduction*, Payot, Paris, 1979.

Larose R., *Théories contemporaines de la traduction*, Presses de l'Université du Québec, Québec, 1987.

Lederer M., *La traduction aujourd'hui – Le modèle interprétatif*, Hachette, Paris, 1994.

Magalhães F.J., *Da tradução profissional em Portugal*, Edições Colibri, 1996.

Mounin G., *Les problèmes théoriques de la traduction*, Gallimard, Paris, 1963.

Oliveira I., « La Métaphore terminologique sous un angle cognitif », *Meta*, Journal des traducteurs, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2006, pp. 49-68.

Oliveira I., « Pour une Approche de la métaphore terminologique », *La banque des Mots*, Revue de terminologie française, Conseil international de la langue française, Paris, pp. 23-49.

Serres M., *La traduction*, Les Editions de Minuit, Paris, 1989.

THOIRON Ph., & CLAS A., (eds), *Lexicomatique et dictionnairiques :* in *Actes des IVèmes Journées scientifiques du Réseau L.T.T. (AUPELF-UREF)*, Beyrouth/ Montréal : FMA / Aupelf-UREF, 1997.

Os cursos superiores de tradução no Brasil e uma proposta para a introdução do ensino dos aplicativos computorizados de auxílio à tradução

24. Kelson dos Santos Araújo/Jacqueline H. Araújo (Centro Univ. da Cidade – Soc. Educ. São Paulo Apóstolo, Brasil)

Kelson dos Santos Araújo

Professor formado em Letras, habilitação português/inglês pelo Centro Universitário da Cidade, Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo, Rio de Janeiro, é Consultor de Empresas e Tradutor Técnico para clientes no Brasil, EUA, Inglaterra e Espanha desde 1988. Atuou como contrapartida brasileira em dois projetos da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) no Brasil com vistas a transferência de tecnologia nas áreas técnica e educacional. Participa regularmente de Feiras, Seminários e Congressos Técnicos e Acadêmicos em suas áreas de especialização com trabalhos já publicados nas revistas Química Têxtil e Cerâmica Industrial. É também Formador de Instrutores pela Metodologia CEFE - Competência Econômica via Formação de Empresários, Centro CAPE - Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor, Luso Consult Ltda., Cooperação República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha. Membro atuante da ABQCT (Associação Brasileira de Químicos e Coloristas Têxteis, São Paulo - Brasil) e membro patrocinador da AATCC (American Association of the Textile Chemists and Colorists, EUA) e membro da SDC (The Society of Dyers and Colorists, Reino Unido).

Jacqueline Heggdorne Araújo

Professora formada em Letras, habilitação português/inglês pelo Centro Universitário da Cidade, Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo, Rio de Janeiro, possui ainda a habilitação de Formação de Professores de primeira à quarta Séries do primeiro Grau (Brasil) pelo Instituto de Educação de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Produziu e apresentou em âmbito acadêmico várias palestras/aulas de 50 minutos de duração sob temas de Educação e Ensino de Línguas e Literatura. Tradutora dos pares francês/espanhol/português sendo usuária de ferramentas de tradução buscando constante aprimoramento das técnicas de apoio computadorizado. Iniciará seu Curso de Mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas na Universidade do Minho a partir de outubro de 2006.

Os cursos superiores de tradução no Brasil e uma proposta para a introdução do ensino dos aplicativos computorizados de auxílio à tradução

Sinopse:

O presente trabalho pretende apresentar de forma breve alguns exemplos de grades curriculares extraídas de Cursos Superiores de Tradução oferecidos por instituições de ensino prestigiadas no Brasil. Os conteúdos de tais grades curriculares são analisados à luz do contexto acadêmico em que se inserem atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos no setor de Tradução. O trabalho prossegue apresentando uma lista dos mais novos recursos computadorizados de apoio ao Tradutor, muitos deles gratuitos e acessíveis à maior parte dos alunos para trabalhos práticos. O uso de tais aplicativos computadorizados vem sendo ensinado regularmente mediante diversos cursos particulares de curto prazo

oferecidos nos grandes centros brasileiros, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Sendo assim, como conclusão, considerando que existe de fato demanda da parte dos profissionais que querem ingressar no mercado de tradução, o presente trabalho inclui também uma proposta de fusão dos conteúdos dos Cursos Superiores com o conteúdo de tais cursos práticos, pelo menos em termos parciais inicialmente (conforme os recursos técnicos e humanos disponíveis), com vistas a se alcançar uma melhor adequação à realidade do mercado global que exige obrigatoriamente um bom domínio de diversas ferramentas de auxílio à tradução.

1. Introdução

Conforme reconhecido pelo Tema 2 do presente Colóquio Anual da Lusofonia 2006, existe atualmente uma abundância de cursos superiores de Tradução, porém o conteúdo acadêmico oferecido pela maior parte de tais cursos apresenta-se fora da realidade do mercado. Considerando que isto se constata em Portugal, a situação é ainda mais problemática no Brasil, país que, infelizmente por decisão estrategicamente política, permanece há décadas extremamente carente de recursos suficientes destinados à Educação e à formação adequada de Recursos Humanos em termos gerais.

O presente trabalho, então, apresenta inicialmente um breve apanhado do conteúdo médio geral das grades curriculares de alguns cursos superiores de Tradução de universidades brasileiras (consideradas de prestígio nacional) seguido de sua análise correspondente. Tal análise transcorre à luz do contexto acadêmico em que as disciplinas oferecidas inserem-se atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos adequados à formação de bons profissionais da área de Tradução.

A partir daí, lembramos que, já por vários anos, o mercado global de tradução vem exigindo que o profissional tradutor tenha o domínio de diversas ferramentas computadorizadas de tradução, ferramentas estas capazes de lhe conferir agilidade, precisão e confiabilidade geral nos serviços por ele executados. Particularmente no caso de tradutores independentes (também conhecidos como autônomos ou *freelancers*), muitos dos quais trabalham para agências especializadas, a aquisição das habilidades anteriormente citadas representa um fator chave para seu sucesso no mercado de trabalho altamente competitivo que se nos apresenta. Vale também lembrar que não estamos somente considerando o mercado de traduções técnicas, mas também se inclui o mercado de traduções literárias pois as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução são coadjuvantes fundamentais ao trabalho do tradutor literário no que toca a se manter a terminologia e estilo utilizados durante toda a extensão da sua tarefa.

O trabalho prossegue apresentando uma lista não definitiva de algumas ferramentas (aplicativos computadorizados) de auxílio ao tradutor que estão disponíveis de forma gratuita na Internet. Porém, tal gratuidade realmente não reflete o quão preciosos são no sentido de facilitarem enormemente as tarefas preliminares à tradução propriamente dita, entre elas: conversão de dados, elaboração de glossários, pesquisa em corpus, gestão de terminologia, enfim, tudo aquilo que contribui para o famoso trinômio-alvo: agilidade, precisão e confiabilidade que caracteriza o tradutor de sucesso. Infelizmente, como perceberemos mais à frente, poucos são os cursos superiores de tradução que preparam seus alunos para tirarem proveito destas ferramentas de apoio.

É importante notar que nem todos os estudantes que procuram um curso superior de Tradução desejam se formar com vistas a abraçar a carreira de ensino acadêmico, notadamente, objeto de muita vocação e extrema dedicação. De fato, embora os bons profissionais de línguas saibam que têm o seu lugar facilmente garantido nas posições de professores ou de instrutores de idiomas em quaisquer Universidades ou Cursos de Idiomas, muitos outros querem graduar-se para poderem atuar bem como tradutores independentes em busca, obviamente, de uma pequena fatia do imenso mercado global de tradução, o qual gira em torno de 10 bilhões de dólares. Trabalhar como *freelancer* é uma das atividades consideradas mais atraentes pelos recém-formados, pois a oferta de trabalhos ainda é relativamente alta e o tradutor pode oferecer e executar seus serviços a partir da própria casa. Contudo, a situação atual com que se deparam os estudantes, especialmente no Brasil e, acreditamos nós, também em Portugal, consiste em serem obrigados a cursar um número elevado de disciplinas teóricas e de interesse exclusivamente literário que não atendem às suas expectativas técnicas e práticas. Reconhece-se também a necessidade de separar os currículos oferecidos em dois tipos distintos: graduação como tradutor de textos escritos e graduação como tradutor-intérprete, sendo que as necessidades de formação específica para este último tipo de graduação não será tratada aqui. Como é costumeiro, a escolha das disciplinas específicas para cada tipo pode ser feita a partir do terceiro semestre com as mesmas disciplinas básicas sendo cursadas nos primeiros dois semestres do período escolar.

Desta forma, faz-se mister que os profissionais acadêmicos, gestores das grades curriculares dos cursos superiores de Tradução, tomem providências no sentido de adequarem a preparação acadêmica que é

fornecida aos alunos às reais demandas existentes. Do contrário, tais demandas continuarão a ser supridas apenas por parte de cursos independentes, de curta duração, os quais proliferam pelo eixo Rio de janeiro-São Paulo justamente porque a procura pelo conhecimento da utilização dos aplicativos computadorizados de auxílio à tradução é imensa. Isto configura uma grande pena pois assim se perde a grande oportunidade de fornecer tal conhecimento aos estudantes ainda no ambiente universitário, quer público ou particular, com ou sem bolsas de estudos, de acordo com as provisões de cada instituição de ensino. Deste modo, o acesso às preciosas informações acaba ficando limitado a uma pequena parcela de profissionais que podem posteriormente pagar pelos cursos particulares de curta duração. Finalmente, não é arriscado afirmar que, sem o domínio satisfatório das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, o destino dos profissionais tradutores será semelhante ao daquele das máquinas de escrever e do antigo aparelho de telex, ou seja, ainda hoje há quem faz uso dos seus serviços, porém em uma escala muito limitada.

2. Exemplos de grades curriculares de cursos superiores de Tradução oferecidos por instituições de ensino prestigiadas no Brasil

Nossa pesquisa demonstrou que há cerca de 31 instituições de ensino superior listadas como oferecendo cursos de graduação como Tradutor e/ou Intérprete (Bacharelado). Deste total, apenas 11 instituições efetivamente podem ser consideradas como tituladoras da graduação em Tradução aos seus alunos devido à oferta de (algumas) disciplinas específicas. De fato, a Tabela 1 demonstra que há um desbalanceamento muito grande entre a quantidade de disciplinas orientadas para as formações geral/humanística, linguística, literária e a quantidade daquelas disciplinas voltadas para a formação específica do tradutor, formação esta mormente relegada a apenas uma ou duas disciplinas de teoria e/ou de prática de tradução e que, mesmo assim, passam a estar presentes apenas a partir do segundo ano de estudos.

TABELA 1.

Exemplo de grade curricular com disciplinas tipicamente oferecidas por Cursos Superiores de Letras em Instituições de Ensino brasileiras com habilitação como Tradutor

Graduação: Bacharel em Letras - Tradutor	
Período/Semestre	Disciplinas
1	- CONCEITOS BÁSICOS DE LINGUÍSTICA - INGLÊS I - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL - LEITURAS ORIENTADAS I - LITERATURA BRASILEIRA I
2	- ELEMENTOS DE LATIM I - INGLÊS II - ESTUDOS LINGUÍSTICOS I - LEITURAS ORIENTADAS II - LITERATURA BRASILEIRA II - NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA
3	- ESTUDOS LITERÁRIOS - INGLÊS III - ESTUDOS LINGUÍSTICOS II - TEORIA DO TEXTO - LITERATURA BRASILEIRA III - TRADUÇÃO: TEORIA E TÉCNICA
4	- INGLÊS IV - LITERATURA BRASILEIRA IV - SINTAXE DO TEXTO - LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO - TRADUÇÃO DO INGLÊS I
5	- CULTURA INGLESA - INGLÊS V - PANORAMA DA LITERATURA PORTUGUESA - SEMÂNTICA DO TEXTO - TRADUÇÃO DO INGLÊS II
	- CULTURA NORTE-AMERICANA

6	- INGLÊS VI - PRODUÇÃO TEXTUAL I - TRADUÇÃO DO INGLÊS III - VERSÃO DO INGLÊS I
7	- ESTILÍSTICA DO INGLÊS - INGLÊS VII - PRODUÇÃO TEXTUAL II - TRADUÇÃO DO INGLÊS IV - VERSÃO DO INGLÊS II
8	- ESTÁGIO SUPERV. DE TRADUÇÃO DO INGLÊS - INGLÊS VIII - TERMINOLOGIA I - VERSÃO DO INGLÊS III

A partir da Tabela 1 podemos também constatar a total falta de atualização das poucas disciplinas específicas de tradução oferecidas pois nenhuma das ementas respetivas nem mesmo menciona, sequer na teoria ou na prática, as ferramentas computadorizadas de tradução indispensáveis ao profissional realmente capacitado. Outro aspeto preocupante na análise deste exemplo de grade curricular diz respeito à oferta de disciplinas que rezam sobre o tema da versão para a língua estrangeira, neste caso, o inglês. Nossa experiência demonstra que é totalmente desaconselhável que profissionais ainda sem extensa experiência com tradução para sua própria língua materna (como é o caso da imensa maioria dos alunos que procuram um Curso Superior de Tradução) venham a se aventurar em trabalhos de preparação de versões para sua segunda língua. Os resultados do ensino obtidos nesse tipo de disciplinas dificilmente refletiriam uma produção de textos com qualidade aceitável comercialmente.

Decerto que um Curso Superior para formação de Tradutores deva ser capaz de conferir os fundamentos básicos teóricos aos estudantes para que adotem uma postura reflexiva quanto à sociedade e aos desafios com os quais se depararão. Porém, o que se constata é que a teoria acadêmica vem sendo por demais privilegiada e o resultado acaba sendo a geração de profissionais diplomados com poucas chances de serem bem-sucedidos no mercado globalizado de tradução. Mesmo mediante esta breve análise, não é temeroso afirmar-se que a quase totalidade dos cursos superiores de Tradução disponíveis no Brasil não oferece grades curriculares capazes de prepararem adequadamente seus alunos. A leitura das ementas das disciplinas específicas amplamente indica que nem sequer se faz menção da utilização da informática aplicada à tradução nem da especialização em novas tecnologias e muito menos ainda se fala sobre as tendências do mercado de tradução (veja a Tabela 2).

TABELA 2.
Exemplos das ementas de algumas disciplinas específicas sobre Tradução oferecidas por Instituições de Ensino Superior brasileiras

Disciplina	Ementa
Teoria da Tradução I	Reflexão científica sobre a tradução. Fundamentos teóricos: elementos constitutivos da teoria de tradução. Terminologia e significado em prospetiva interlinguística Questões fundamentais dos contatos de Língua. Linguagem, língua e cultura. Tipos e técnicas de tradução. O contato entre línguas e o problema da equivalência. O conceito de fidelidade: ganhos e perdas. Os limites da tradução.
Teoria da Tradução II	Tipologia do texto aplicado à tradução. Diferentes modelos de classificação de textos. Abordagem empírica de textos em diferentes línguas. Determinantes extralinguísticos e suas aplicações à tradução. Tipologia de culturas. Relações entre língua e cultura. Adequação do processo de tradução à língua de destino. A tradução literária. Problemas da tradução computacional.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Gerais	Introdução: problemas gerais de tradução. Características e diferenças das duas línguas. Exercícios e tradução de textos gerais sobre: organização social e administrativa; comércio, indústria, meios de transporte, serviços, meios de comunicação, sindicatos, assistência social.
Prática de Tradução	Natureza do discurso jurídico (discurso fechado): necessidade de

Inglês-Português: Textos Jurídicos	precisão e de eliminação de ambiguidades Tradução de textos da constituição, dos códigos civil, penal e comercial, de documentos jurídicos, acórdãos e pareceres, de textos jornalísticos sobre assuntos jurídicos. Natureza do discurso político: considerações sobre mensagem e estilo - frases de efeito, retórica. Diferenças de estilo no discurso político em inglês e português. Tradução de textos de análise política e de discursos. Pesquisa de bibliografia e formação de glossários de termos jurídicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Técnicos	Natureza do discurso científico e técnico: implicações para a tradução. Tradução de textos científicos e técnicos em diversas áreas. Pesquisa bibliográfica e formação de glossários de termos técnicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Literários	Textos literários: prosa, crítica comparativa de traduções existentes. Natureza do discurso literário: problemas específicos da tradução literária. Tradução de textos de prosa de autores contemporâneos.
Terminologia	Aspetos teóricos da pesquisa terminológica. Técnicas e atualidades. Exercícios práticos de pesquisa de terminologia. Terminologia mono e multilíngue como atividade de apoio à ciência e à tecnologia e ao trabalho do tradutor/intérprete. Conceituação. Escolas terminológicas (correntes de pensamento). Problemas terminológicos dos países em desenvolvimento. O caso brasileiro. Relações com a linguística geral e com os setores da linguística (lexicologia, semântica etc. A pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada. Polissemia e homonímia. A relação sinonímica. Sistematização terminográfica. Tipos de termos. Dicionários, vocabulários, tesauros etc. Padrões terminológicos nacionais e internacionais. Trabalho prático dos alunos.

Observamos que as breves menções do uso de computadores no trabalho do tradutor já vêm sob uma ótica desfavorável ("os problemas da tradução computacional", por exemplo) ou são abordados de uma forma muito superficial ("a pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada"), dispersa entre uma grande quantidade de outros tópicos teóricos da mesma disciplina. Desta forma, uma rápida análise das ementas das disciplinas dos cursos oferecidos indica que não visam dar a conhecer aos alunos as ferramentas de auxílio à tradução, muito menos realizar tarefas práticas com elas, algo que seria de extrema valia para o futuro profissional formado. No universo de Instituições de Ensino Superior estudado, pouquíssimas são as que tentam implementar o ensino da teoria e da prática com memórias de tradução, da terminologia de áreas técnicas e com o estabelecimento de parcerias com empresas do campo da informática e/ou com agências de tradução. Estas últimas atividades representam um componente interessante do ponto de vista prático pois, por exemplo, pode envolver a prestação por parte dos alunos de serviços gratuitos de tradução e interpretação a projetos especiais de ajuda humanitária no Brasil e no exterior (serviço oferecido, de fato, por apenas uma das instituições de ensino pesquisadas cuja orientação possui cunho religioso), além de poderem atender, também, a instituições parceiras da instituição de ensino com oportunidade de remuneração real, ampliando seu portfólio e desde já conferindo aos alunos uma prévia de situações reais do mercado de trabalho. Apenas uma das instituições pesquisadas oferecia palestras virtuais com tradutores profissionais já estabelecidos cujos temas giravam ao redor do mercado de tradução e suas exigências. Tais instituições citadas anteriormente foram exceções à regra.

3. Cursos independentes de curta duração para Tradutores - um nicho de mercado

Dada a grande necessidade que têm os profissionais de Tradução, formados ou não em nível Superior, no tocante a se adequarem às exigências atuais do mercado (não somente por parte das agências de tradução, mas também por parte dos clientes finais), existe uma ampla variedade na oferta de cursos de curta duração, presenciais ou à distância, que abrangem exatamente a parte prática do ferramental que todo Tradutor profissional precisa dominar para tornar-se bem-sucedido em sua carreira.

Alguns exemplos dos componentes curriculares oferecidos em tais cursos incluem: O Mercado de Tradução, Ferramentas de Tradução: Trados, Wordfast, Novas Estratégias de Pesquisa para o Tradutor: "Sites" de Busca, Internet, Pesquisa de Corpus e CD-ROMs Multimídia, Oficina: Uso de Corpus para Otimizar o Texto Traduzido, Corpus: Como Fazer seu Próprio Corpus: Tamanho, Balanceamento, Tipos, Representatividade, Prática de Tradução "Corpus Based", Word Avançado para Tradutores.

Percebe-se aqui que os conteúdos de tais cursos podem ser adaptados de forma a serem abrangidos no âmbito do sistema de créditos acadêmicos para cada semestre ou período escolar nas Instituições de Ensino Superior. Os alunos seriam beneficiados por não mais precisarem ter que recorrer a formação especializada adicional (após a obtenção do seu diploma) para que possam começar efetivamente a trabalhar em nível profissional.

Além dos conteúdos de informática próprios do ensinamento prático das disciplinas específicas sobre tradução auxiliada por computador, vale ainda citar alguns aplicativos computadorizados disponíveis gratuitamente na Internet e que são de extrema importância para o trabalho do tradutor. Em um país como o Brasil em que o valor do salário mínimo nacional é aviltante (cerca de 100 euros líquidos), aplicativos gratuitos (e úteis) são quase que uma questão de sobrevivência ao tradutor autônomo iniciante. A Tabela 3 apresenta uma compilação não abrangente de alguns de tais aplicativos.

TABELA 3.
Alguns valiosos aplicativos computadorizados de auxílio ao trabalho dos tradutores

Aplicativo	Descrição	Utilidade	Disponível gratuitamente em
A.F.7 Merge Your Files 1.3	Funde o conteúdo de vários arquivos em apenas um.	Tradução de centenas de pequenos arquivos .htm que exigiriam trabalho de abrir, traduzir, salvar e fechar os arquivos um a um.	http://www.fauland.com/af7.htm
CSV to TMX Converter 1.0-7	Extrai o texto dos glossários bilíngues no formato CSV e o converte para o formato TMX compatível com Trados/Wordfast.	Abastecimento de memórias de tradução com o conteúdo de centenas de glossários já prontos (da Microsoft, por exemplo).	www.maxiprograms.com
CSVed 1.3.11	Manipulador de arquivos CSV, delimitados com qualquer separador. Possui várias funções de edição, busca e substituição.	Para arquivos CSV cujo conteúdo não foi possível extrair com o aplicativo CSV Converter.	http://home.hccnet.nl/s.j.francke/software/software.htm
ApSIC Xbench 2.6	Permite fazer busca simultânea em múltiplas referências bilíngues (arquivos de texto tabulado, memórias TMX, .txt, .ttx, .rtf, .doc, SDLX .itd, dicionários e glossários nos formatos IBM TranslationManager, STAR Transit, Wordfast e Microsoft .csv)	Manutenção da mesma terminologia empregada em trabalhos anteriores para o mesmo cliente. Possibilidade de consulta fácil e rápida a corpus extremamente vasto com definição de prioridade de importância.	www.apsic.com
Convert 4.08	Conversor de unidades de medida.	Conversão rápida e fácil de diversos tipos de unidades de medida, sempre presentes em textos de traduções técnicas.	http://joshmadison.net/software/convert/
FreeBudget 4.1.1.0	Aplicativo para contagem de palavras em arquivos nos formatos RTF, MSWord, WordPerfect e TXT.	Geração de relatórios para orçamentos aos clientes com estimativa de tempo de execução dos projetos.	www.webbudget.com

Xpdf 3.01pl2	Visualizador de arquivos PDF.	Extração do texto, conversão de PDF para PostScript e outras.	http://www.foolabs.com/xpdf/download.html

4. Conclusão

No Brasil, algumas possíveis barreiras ao aprimoramento do conteúdo dos Cursos Superiores de Tradução incluem a falta de experiência do corpo docente na utilização avançada das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, deficiências crônicas na formação dos alunos que ingressam nos cursos (muitos pensam que irão aprender inglês ou espanhol nos cursos de Letras das Universidades quando, na verdade, já deveriam apresentar conhecimentos avançados do idioma estrangeiro) e carência de equipamentos e de instalações adequadas ao ensino prático.

Contudo, tais barreiras não podem permanecer eternamente como estão. Elas existem, sim, e são de grande dificuldade, mas não intransponíveis. Como acreditamos que existe interesse na busca por qualidade nos cursos superiores de tradução, aquelas Universidades que, mesmo de forma tímida inicialmente, conseguirem começar a quebrar os paradigmas e assim incluírem em suas grades curriculares mais e mais disciplinas voltadas inteiramente ao atendimento das necessidades práticas do trabalho do tradutor moderno, serão as que mais se destacarão no meio acadêmico no quesito integração com o Mercado.

Algumas propostas de intervenção com o objetivo de atualização dos currículos das disciplinas oferecidos atualmente são:

a) a preparação adequada dos professores universitários do quadro atual das Instituições de Ensino Superior aproveitando a oferta dos cursos independentes de curta duração. Com os novos conhecimentos práticos adquiridos pelo corpo docente, a reelaboração das ementas das disciplinas poderá efetivamente adequá-las àquilo que realmente um tradutor recém-formado precisa saber atualmente para conquistar o seu lugar no mercado global;

b) o estabelecimento de parcerias/convênios com agências de tradução, nacionais e estrangeiras, sempre interessadas no aproveitamento dos melhores jovens profissionais para seus quadros, quer como efetivos, quer como tradutores autônomos. Isto permitirá também garantir a oferta de estágios de qualidade aos formandos que é uma parte importante e obrigatória dos parâmetros curriculares nacionais.

c) o estabelecimento de parcerias/convênios com fornecedores/fabricantes de equipamentos de informática para a criação ou reequipamento de laboratórios para o ensino prático sobre as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução. Se a aquisição de licenças de utilização dos aplicativos for uma questão importante em termos de custos, é possível utilizar as versões de demonstração dos principais programas como o Trados, Wordfast, SDLX Light, Déjà Vu, entre outros.

Certamente, a análise da situação curricular atual da maior parte das Instituições de Ensino Superior de Cursos de Letras voltados para a formação de Tradutores no Brasil demonstra que há um longo caminho a ser percorrido no tocante à modernização do conteúdo das disciplinas oferecidas com vistas a um melhor atendimento das necessidades do mercado global de tradução. A aparente cristalização teórica/acadêmica das matérias presentes no ensino universitário sobre tradução precisa ser quebrada. As tecnologias transformam o modo de trabalhar, de ensinar e de informar. Por conseguinte, os cursos universitários não mais devem deixar a parte prática relegada a um segundo ou terceiro planos pois o mercado somente acolherá bem os profissionais cuja formação tenha incluído o domínio das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, domínio este capaz de lhes possibilitar o fornecimento de serviços de forma rápida, confiável e de custo acessível aos seus clientes.

5. Referências Bibliográficas

Oren, T. (2004) 'Machine Translation and the Global Blogosphere' in 'Global Voices session' - Harvard Berkman conference. Disponível em http://www.windsofchange.net/archives/006011.php

ABRAPT - Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (2006), 'Lista de Cursos de Tradução no Brasil'. Disponível em http://www.abrapt.org.br

Lavor, Cecília S. de; Freire, Gustavo N. de; Gorovitz, Sabine (2006) in 'O Mundo na Ponta da Língua'. Disponível em http://www.unb.br/portal/graduacao/cursos/sobre/letras.php

Excertos do 7º Prêmio União Latina/CBL de Tradução Especializada (2006) in 'As Novas Tecnologias e a Necessária Adaptação do Tradutor' - Seminário organizado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo

Stupiello, M.S. Prof. Érika N. A. (2006) in 'Letras - Tradutor e Intérprete' - Apresentação do Curso. Disponível em http://www.unilago.com.br/graduacao/info/?Curso=9

O tradutor e o problema da multicultura

25. Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa, Nápoles, Itália)

Licenciada em História (variante de Arqueologia), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Especialização no curso "Qualificação em Ciências da Educação" realizado na Universidade Aberta do Ministério da Educação.
Vence o concurso do Prémio Jornalístico Internacional "Theodor Mommsen 2001" – Sezione Coppa di Nestore - Campi Flegrei (NA), com o artigo: "Il vino Porto"- "O vinho do Porto", in Notiziario Flegreo Pozzuoli 07/08 – nov. 2001 (NA).
Desde 1977, realiza traduções da língua portuguesa para a língua italiana e vice-versa.
Prática de traduções e de simultâneas: Italiano - Português, Inglês - Italiano, Francês -Italiano, Espanhol - Italiano.
Prática de intérprete de Italiano - Português.
Intérprete oficial de língua portuguesa, do Tribunal Penal de Nápoles, Itália.
Durante 4 anos desenvolveu a função de Leitora de Português no Instituto Universitário Suor Orsola Benincasa – Nápoles.
Hoje é:
– Docente de Língua e Cultura Portuguesa no Instituto Universitário Suor Orsola Benincasa – Nápoles ao abrigo do Protocolo de Cooperação realizado com o Instituto Camões de Lisboa.
– Docente de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade dos Estudos de Palermo – Faculdade de Letras e de Filosofia, onde realizou uma Conferência sobre a influência dos Descobrimentos na música lusófona moderna.
ALGUMAS PUBLICAÇÕES
"*Cuma – colónia miceneia*" in "Cronache di Napoli", 05/11 – nov. 2001 (NA).
"O vinho do Porto" in Notiziario Flegreo Pozzuoli, 07/08 – nov. 2001 (NA).
"A Falangina D.O.C. – o seu porquê" in Notiziario Flegreo Pozzuoli, 09 – nov. 2002 (NA)
Tradução
"Benvenuti a Napoli" Diritti degli immigrati, Edizione Laboratorio Città Nuova, Napoli (Italiano - Portoghese 2000).
"Eça de Queiroz - O Homem. A Obra." In Atas do Congresso "Eça de Queiroz e a Europa". org. Consolato del Portogallo a Napoli, I. U. Orientale e I. S. O. Benincasa, 2000.

O tradutor e o problema da multicultura

> *"(...) Traduzir literatura é exercer a paixão literária: é seduzir a palavra, namorar a entrelinha, apalpar o silêncio, é esvaziar-se de si para deixar que o outro se manifeste, um pouco como num caso de amor. Trabalho difícil, tão fácil de criticar, tão pouco considerado, mas que se faz porque esse também é um preço a se pagar: em lugar de um emprego público, permanecer horas e horas no reino do seu pequeno escritório, com livros, discos, silêncios e cada vez mais indagações. (...)*"
>
> Luft, Lya, *Somos o material da nossa arte*. São Paulo. PUC, Imprensa Oficial, 1997:14

O fenómeno mundial da globalização, reduziu o mundo a uma aldeia global, a uma comunidade aberta a todos os povos, comunidade múltipla nas suas diferenças e no seu legado comum, estimulando contactos multiculturais que permitem uma dinâmica de reconhecimento recíproco cada vez mais estreito, no âmbito histórico e cultural.
O diálogo intercultural leva à comunicação, à informação, ao conhecimento dos diversos usos e costumes, das tradições, da história, da língua de um país. No mundo contemporâneo está-se a desenvolver uma atitude mental da pluralidade, da cultura do outro, da riqueza que constituí a identidade cultural de cada povo, de cada etnia.
O que é que a globalização tem a ver com a tradução?
Se entendermos o ato da tradução, como uma mera operação linguística e técnica, não se sabe que relação existe entre a globalização e o tradutor. Mas, se a entendermos como um ato de comunicação e de interpretação, o caso muda completamente de perspetiva.

As diferentes traduções que hoje se realizam podem ser classificadas, seguindo uma tipologia simples em: traduções técnicas, científicas e literárias. Diversos são os fatores que levam à realização de uma determinada tradução. Mas, é em conformidade com esses fatores que se pode definir a qualidade do trabalho realizado. É primordial conhecer a finalidade da tradução, porque muitas vezes, considera-se uma tradução de qualidade, aquela que corresponde inteiramente *"às exigências expressas pelo cliente*", onde a tradução é vista como uma simples operação económica, uma simples troca de mercadoria.

Num mundo caraterizado pelo "*compra e vende",* a economia tende a dominar também a atividade de tradução. O critério é aquele de que o *cliente compra uma propriedade* e portanto, consequentemente, essa propriedade tem um caráter absoluto. Esta ação, não exige do tradutor um trabalho intelectual e ao mesmo tempo, afasta o cliente do pagamento dos Direitos de Autor previstos pela Lei. Através do pagamento da tradução, o tradutor perde o direito de decidir o que fazer com a sua tradução, seja ela de caráter técnico, científico ou literário.

Se em relação à tradução técnica e científica, é mais fácil aceitar este fenómeno, o mesmo não acontece para a tradução literária. Na tradução de um livro de instruções, ou de um texto de caráter jurídico, não é fundamental respeitar a personalidade artística do autor e a originalidade do estilo da obra.

Tratamos aqui, evidentemente, da tradução de obras literárias.

No início do século XIX, os estudos sobre a tradução desenvolveram-se principalmente na Europa do Oriente, onde a influência dos formalistas russos, do círculo linguístico de Praga e das teorias homskianas era mais forte.

O século XX, assiste a um notável florescer de estudos e investigações no âmbito da tradução. Lentamente a tradução deixa de ser considerada como um apêndice da ciência linguística ou da literatura comparada e começa a afirmar-se como uma disciplina autónoma, possuindo o seu próprio campo de investigação. O trabalho dos tradutores começa a ser visto com mais atenção.

Mas, o que provocou a expansão dos estudos de tradução no Ocidente, foi a persecução de objetivos que miravam satisfazer os aspetos práticos e económicos no sentido da tradução automática realizada por máquinas e que considerava a tradução como uma atividade meramente mecânica. Esta visão da tradução vai determinar a realização de erros sucessivos, que levam a uma revisão de todo o processo até então, desenvolvido.

Durante os anos Trinta, incrementam-se contemporaneamente, a teoria tradutológica e os estudos que se orientavam para a automatização do trabalho da tradução. De um lado, temos a União Soviética e do outro, os Estados Unidos da América. Vivia-se uma conjuntura económica, social, política e cultural típica dos tempos da Segunda Guerra Mundial que exigia medidas imediatas para a resolução dos problemas militares daquele tempo. Existiam, então, razões diferentes que motivavam a tradução:

- A União Soviética desenvolvia a técnica da tradução, traduzindo a literatura mundial numa linguagem acessível à maioria da população, e fazia-o utilizando a língua russa, conhecida em todos os países pertencentes à União Soviética,
- Os Estados Unidos da América utilizavam já a informática para a realização de traduções.

Duas diretrizes que seguiam estradas divergentes: a primeira, levou à tradução como criação artística e a segunda, à obtenção imediata de uma tradução.

> "...*os serviços secretos americanos sonhavam com um sistema capaz de traduzir rapidamente e a baixo custo as comunicações intercetadas aos soviéticos* (...)" (J-F Dortier 1999 : 13).

Depois do grande interesse demonstrado pela tradução automática de textos não literários, com a utilização de computadores, a tradução que se fazia durante os anos Cinquenta, é definida como ciência. Um grupo de teóricos da informação, especialistas da linguística, matemáticos e engenheiros, procuraram aplicar ao ato de tradução a estatística e a teoria linguística.

> "(...) *A disciplina que se queria fundar foi denominada com diversos nomes, cada um dos quais refletia uma certa perspetiva teórica. Na verdade, é suficiente percorrer a história destes nomes - ciência da tradução, teoria da tradução, tradutologia e finalmente translation studies - para conhecer os diferentes pontos de vista, com os quais se estudou o traduzir.* "[99] (Nergaard 1995 : 3)

Nos anos Sessenta, assiste-se a uma verdadeira viragem, no que diz respeito, aos estudos da tradução. Roman Jakobson, é um dos principais atores desta mudança, e no âmbito do formalismo russo elabora novas teorias válidas ainda hoje. Segundo Jakobson, a tradução è um ato de comunicação, principalmente entre culturas diferentes, porque a tradução consiste em transpor o significado de uma palavra com outras palavras; sem ela não seria possível o conhecimento de objetos que não pertencem a uma própria cultura. O autor fala do "*equivalente na diferença*".[100]

---

[99] Tradução realizada por mim.

[100] Jakobson, Roman (1966), "Aspetti linguistici della traduzione", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão, pg 56.

Portanto, a tradução deve ser entendida num sentido amplo como uma forma de comunicação. O tradutor além de dominar a língua de partida e aquela de chegada, tem de ser capaz de satisfazer os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho e pelo leitor, que hoje é de caráter multilingue e multicultural.

Explicar por outras palavras o significado de uma expressão, é um ato de interpretação que varia dependendo da pessoa que o faz e portanto, é sempre diferente de indivíduo para indivíduo. Todos sabemos, que existem diferentes interpretações de um mesmo texto, mas que no entanto, conservam o núcleo essencial do texto original. Trata-se portanto, de tudo aquilo que não se modifica ao nível do significado, por exemplo, o sentido de uma poesia, ou a visão do mundo que o autor deseja revelar ao leitor.

Contemporaneamente, o pensamento de Lotman abre a Escola de Telavive às teorias da tradução. Desta escola faz parte o estudioso Itmar Even-Zoahr que abre novas perspetivas para o estudo da tradução.

A literatura traduzida é um elemento daquele complexo de sistemas interativos, que se definem como cultura. Tornam-se determinantes os fatores sociais, culturais, ideológicos, além dos literários e linguísticos. A tradução passa a ser considerada cada vez mais, como um fenómeno de comunicação intercultural e social.

Assim, a problemática global da formação do tradutor é essencial para o desempenho de uma profissionalidade de qualidade. O tradutor, além de possuir uma formação de dimensão técnica e científica deve desenvolver o seu trabalho de modo correto e eficaz, procurando articular as duas componentes do "saber" e do "saber-fazer". Esta dimensão profissional supõe a existência de uma bagagem cognitiva e de uma aptidão eficiente, no que diz respeito à utilização dos conhecimentos úteis no momento certo.

A formação cultural do tradutor, constituí uma das componentes mais complexas, pouco definida, mas, fundamental para o exercício da profissão. Esta componente é reconhecida de modo inequívoco e unânime como uma parte intrínseca do desempenho correto da profissão de tradutor.

Não é por acaso que, por exemplo, os curricula que se referem aos Cursos de tradução nas Universidades Portuguesas são analisados e discutidos pela Associação Portuguesa dos Tradutores e pela Representação Portuguesa do Serviço de Tradução da Comissão Europeia.

O trabalho dos tradutores manifesta-se de modo determinante na receção das obras literárias, determinando contemporaneamente um enriquecimento linguístico e cultural do sistema de chegada, o qual amplia os seus horizontes.

O tradutor deve ter bem presente a cultura fonte e a cultura de chegada, respeitando a identidade e a diferença cultural. É necessário então, conhecer o conceito de cultura e de identidade cultural porque através da tradução são duas culturas que se comparam, que entram em contacto.

A cultura de um povo faz-se, através da sua língua, da sua literatura, dos seus usos e costumes, das suas memórias, das suas tradições, da sua história e dos seus feitos heroicos. Pertence à cultura de um país, os mecanismos que conduzem à conceção e à difusão de descobertas científicas, tecnológicas e de todas as formas de arte e de diálogo. O que é a alma, o que é o profundo social e mental das manifestações do espírito de um povo, isso também é cultura. Toda esta riqueza transparece nas obras literárias de um país. É necessário traduzi-la.

Dedicar maior atenção à dimensão cultural da função do tradutor é pois, indispensável. O desaparecimento das fronteiras culturais e políticas, típico do nosso tempo, atribuiu consequentemente ao tradutor um papel social, especial.

Cada ato de tradução é uma atividade interpretativa, na qual as escolhas feitas pelo tradutor têm consequências em cadeia, como por exemplo, impedir determinadas potencialidades semânticas para evidenciar outras ou criar determinadas notas intratextuais ou intertextuais em vez de outras.

Inevitavelmente, cada ato de tradução sofre também as mudanças no tempo, pois a língua e a sociedade estão em constante devir; por isso, cada época sente a necessidade de traduzir novamente os mesmos textos já traduzidos anteriormente. Neste sentido afirma Maria Corti:[101]

> "(...) *Cada época produz um tipo próprio de sinais, que se manifesta nos modelos sociais e literários: apenas esses se consumam e a realidade parece esmorecer, novos sinais são necessários para cativar de novo, daí o valor informativo das estruturas dinâmicas da literatura.* (...)" (Corti 1976 :183/4)

Portanto, é preciso pegar no texto original, lê-lo e considerá-lo em relação ao contexto político, histórico, social e cultural que o produziu.

Antes de começar a traduzir é preciso compreender o texto, interpretá-lo em todos os seus aspetos e examiná-lo nas suas diferenças entre os dois sistemas, o sistema fonte e aquele de chegada. A observação do texto de partida serve para entender a estrutura do texto, depois realiza-se uma leitura atenta que permite ao tradutor

[101] Tradução realizada por mim. Corti, Maria (1976) *Principi della della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão, pgs183-184. (citada também por Bassnett).

entrar na atmosfera mental do autor e de chegar a compreender realmente o texto. Segue-se então, a decodificação do texto, através da utilização de todos os instrumentos à disposição do tradutor.

Umberto Eco, afirma que a tradução é uma das formas de interpretação e que como tal, tem como finalidade a criatividade da intenção do texto, aquilo que o texto diz ou sugere em relação à língua na qual é expresso e o contexto cultural no qual nasceu. Só deste modo, se pode dizer que a tradução é "fiel", isto é, aceitável. Eco não fala de normas, mas aconselha a escolha alternativa dos diversos tipos de tradução, dependendo dos problemas apresentados pelo texto original a traduzir. O importante é que, o texto traduzido, mesmo se diferente, tenha o sentido, ou grande parte do sentido do texto original, isto é, o pensamento do outro, a alteridade fechada nele.[102]

> *"(...) Para concluir [...], deve-se dizer que uma tradução satisfatória deve dar [isto è conservar muito imutado, e possivelmente aumentar sem contradizer] o sentido do texto original ... Traduzir significa interpretar e interpretar quer dizer também aposar que o sentido que nós reconhecemos num texto é de algum modo, e sem contradições cotextuais evidentes, o sentido* ***daquele*** *texto.*
>
> *O sentido que o tradutor deve encontrar, e traduzir, não está depositado em nenhuma língua. É simplesmente o resultado de uma pura conjetura de interpretação [...] a decisão é tomada contextualmente, mas entender um contexto é um ato hermenêutico. (...)"*[103] (Eco, 1995:38)

O tradutor tem a responsabilidade de se manter distante das tradições nacionais e de agir como um agente intercultural. Ele funciona como um intermediário que põe em contacto duas culturas diferentes, ato no qual, pode agir de maneira parcial ou imparcial. É necessário pois, recorrer ao campo da ética profissional e usar eticamente o poder e o papel de *agente intercultural*.

A prática da tradução profissional exige um modelo novo de formação, deve ser de caráter interdisciplinar, multidisciplinar. O ensino da componente - cultura - deve preparar o tradutor a não cometer erros de cariz histórico e cultural na tradução, e deve prepará-lo a agir numa realidade multifacetada, fornecendo-lhe todos os elementos metodológicos e teóricos de que necessita para compreender tal realidade.

Se um tradutor possui um texto original para traduzir, ao tentar compreender qual o contexto cultural que o originou, deve preocupar-se ao mesmo tempo, em conhecer mais sobre a época no qual o texto nasceu. Assim, realizará uma tradução o mais fiel possível ao texto original.

É indispensável pois, conhecer a história do país da língua de partida, para poder deste modo transmitir o sentir real do autor.

É importante, salientar ainda que, nem sempre o tradutor pertence ao conjunto dos fatores sociais, culturais, políticos e históricos considerados desejados. Se o tradutor é de outro país, com certeza que não condivide o mesmo universo de referências intelectuais e culturais do autor. Se por acaso, pertence a outra época, o contexto histórico de referência não é o seu e pode até ser-lhe desconhecido.

O tradutor é considerado como um sujeito integrado num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico, que não pode ser ignorado ou simplesmente eliminado ao elaborar a tradução. A sua vivência no presente, influenciará sem dúvida, voluntária ou involuntariamente, a sua tradução. O tradutor pode encontrar-se completamente alheio aos princípios ideológicos e às correntes filosóficas e literárias que inspiraram o autor do texto.

É pois, exatamente nesta situação que o tradutor faz a sua escolha, realizando uma tradução literalmente "fiel", usando a sua competência linguística ou então procurando estabelecer uma atitude comunicativa, estudando as referências culturais que sustentam o texto, compreendendo o autor na sua época e integrado na sua história.

Por isso, deve existir uma convergência entre o texto original e o universo mental do tradutor.

Receber um texto para traduzir então, é como receber o próprio autor em casa carregado dos seus sentimentos e emoções.

Exagerado?!

O tradutor deve tentar analisar e compreender o universo interior do autor, para depois, conseguir transmitir realmente aquilo que o autor escreveu, através da utilização da linguística .

Quer isto dizer então que, para realizar uma tradução de qualidade é fundamental a realização de um trabalho de investigação, que vai dar **"personalidade"** à obra traduzida.

Não se trata portanto, de uma sucessão de palavras perfeita ou imperfeitamente ajustadas ao original, que deturpa a intenção verdadeira de comunicação do autor. A tradução ideal, pois, não é uma correspondência perfeita a nível de vocabulário.

---

[102] Eco, Umberto (1995), "*Sulla traduzione*". in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
[103] Idem. Tradução realizada por mim.

Assim, é evidente que o objetivo principal do tradutor deve ser aquele de ficar o mais próximo possível ao original na sua totalidade e ser transparente no texto traduzido, isto é, a finalidade última é aquela de reproduzir o texto fonte noutro código linguístico.

A este propósito a estudiosa brasileira Rosemary Arrojo afirma:

> *"(...) traduzir [...] implica [...] em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz.*
>
> *Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário do seu tempo e lugar e, consequentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permite ter do texto e do autor que interpreta. (...)"*[104] (Arrojo, 1992:104)

Depois de quanto foi dito, é óbvio, que traduzir não significa apenas conhecer a língua de partida e aquela de chegada. É muito mais do que isso.

Esta é a consciência a adquirir para oferecer produtos de qualidade aos leitores e para poder competir no mercado de trabalho global.

O tradutor escolhido pela casa editora, certamente não pode ser o autor da obra a traduzir, mas também não poderá ser o estudante que fez apenas um exame de língua.

Infelizmente, este é um dos casos que ainda se verifica em Itália. Não último, o caso de algumas traduções apresentadas na Feira do Livro de Turim de 2006, onde Portugal era o país convidado. As Casas Editoras não pagam as traduções e por isso, muitas são confiadas a alunos de língua Portuguesa. Estes, não dominando a realidade cultural, social, história de Portugal e dos países de expressão portuguesa, cometem erros de tradução bastante graves.

Os Estudos Portugueses em Itália, estão a desenvolver-se muito neste momento. Existe um grande interesse manifestado pelos estudantes, a nível Universitário, pois o número de alunos inscritos nas diversas cadeiras de Língua, de Cultura, de Tradução e de Literatura está a aumentar.

Contudo, conhecer a Língua Portuguesa não quer dizer conhecer também a história, a cultura, as tradições e o sentir das gentes que se exprimem em Língua Portuguesa.

É necessária uma promoção correta e eficaz da língua e da literatura lusófona. O Mundo Lusófono constituí um "desconhecido" para a maioria dos italianos. Vê-se sempre um ar de grande surpresa, nos rostos dos estudantes, quando descobrem que o Português, é uma língua na qual se exprimem muitos povos, muitas etnias, muitos países situados nos diversos continentes.

É urgente, a consciência da importância da nossa língua no mundo para assim poder promover traduções de qualidade que realmente divulguem a verdadeira Cultura Portuguesa e Lusófona. Para isso, é necessário e inevitável entrar na alma do povo Português.

Apesar de tudo, nos últimos anos, a relação do leitor italiano com os escritores portugueses tem aumentado. Esta aproximação à literatura portuguesa deve-se, sem dúvida, à grande circulação de ideias e de notícias, proporcionada pela *Casa Comum*, que constituí a União Europeia.

A Comunidade Europeia, facilita a circulação e o conhecimento das raízes culturais de todos os Países europeus e portanto também de Portugal.

Por outro lado, Portugal tem participado recentemente em grandes acontecimentos internacionais, que desenvolvem um papel de primordial importância. É o caso da Exposição Mundial realizada em Lisboa, denominada Expo 98, de "Porto Capital Europeia da Cultura" de 2001 e do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

O desenvolvimento da cidade de Lisboa, em 1998, foi motivado pela Exposição Mundial "Expo", que provocou um aumento enorme dos fluxos turísticos. Contemporaneamente, a política favoreceu o melhoramento das estruturas hoteleiras e o melhoramento do acolhimento dos turistas em Portugal.

Ainda, a atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor José Saramago e o grande intercâmbio de notícias, levam a intensificar o número de traduções de obras literárias portuguesas endereçadas ao público italiano.

A ação divulgativa e de promoção da tradução de autores portugueses e de expressão portuguesa, feita nos últimos anos, pelo Instituto Camões e pelo Instituto Português do Livro, tem sido muito importante para o conhecimento de um ato de comunicação que exige o reconhecimento de territórios autónomos, que se estão abrindo a um diálogo intercultural.

O leitor italiano tem vindo a descobrir e a conhecer um "*mundo novo*" ligado à língua portuguesa, que de um modo inacreditável, é falada em vários Países. Esta, constituí a maior *descoberta*.

---

[104] Arrojo, Rosemary (1992), *O signo desconstruído*. Campinas:Pontes, pg 104. Citada por Bolunovsky.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, a tradução de obras literárias portuguesas em Itália, era realizada por estudiosos, eruditos italianos apaixonados pela realidade portuguesa.
No entanto, quando os Estudos Portugueses se afirmam nas Universidades Italianas essa realidade transforma-se.
Fundamental, foi a ação de promoção e divulgação da Língua Portuguesa realizada pelo Professor Giuseppe Carlo Rossi. Primeiro, como professor na Universidade de Roma, depois como impulsionador, durante 20 anos, do ensino da Língua Portuguesa no Instituto Universitário Oriental da cidade de Nápoles e em 1957, com a abertura da Cadeira Universitária dos estudos de Língua e Literatura Portuguesa.
A Giuseppe Rossi, muitos outros se seguiram no panorama da divulgação dos Estudos Portugueses nas Universidades Italianas. Mas incansável, divulgadora e colaboradora com a ação portuguesa de difusão e promoção da língua e da cultura, tem sido a atividade desenvolvida pela Professora Maria Luísa Cusati, apesar das grandes dificuldades que frequentemente se apresentam.
Começou assim, uma escola de lusitanistas em Itália, que se tem vindo a desenvolver, quer na vertente da investigação quer na vertente das traduções.
António Paula, por exemplo, desenvolveu uma grande atividade de propagador da Cultura Portuguesa. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e fundou em Nápoles a Società Camoens, que viu a sua atividade diminuir com o início da Segunda Guerra Mundial, na qual a Itália, desenvolveu um papel muito dinâmico.
Atualmente, na livraria encontramos obras traduzidas não só de autores portugueses, mas já se entreveem algumas obras de outros países de expressão portuguesa, nomeadamente de autores brasileiros, pois este país desperta muito interesse nas gentes italianas.
No entanto, como já foi dito, não é suficiente conhecer o vocábulo correspondente entra a língua fonte e a língua de chegada para realizar uma tradução de qualidade.
Uma das tradutoras de Português para Italiano, Rita Desti (que tem traduzido principalmente obras de José Saramago e de Paulo Coelho), define-se como uma grande defensora da fidelidade total à obra de partida. Por isso, ela nas suas traduções procura transferir o sentido de cada palavra e reproduzir o mesmo nível do texto. Trata-se de uma visão extremamente essencial. É necessário ter presente que uma palavra em língua portuguesa, muitas vezes não tem um significado estável inerente e talvez em italiano não exista a palavra correspondente, tendo o mesmo significado.
Este tipo de tradução, corre o risco de despir o texto traduzido da profundidade que ele apresenta no original.
Frequentemente a tradução da Literatura Brasileira, é realizada a partir de edições posteriores à primeira e muitas vezes não fiéis às intenções do autor. Traduzir Clarice Lispector ou Guimarães Rosa, exige um importante trabalho de investigação, para tentar compreender o interior destes autores e conseguir dar ao leitor italiano a profundidade das obras escritas por eles. Segundo alguns estudiosos italianos, como Alfredo Bosi, Luciana Stegagno Picchio, António Cândido, estes autores têm um tipo de narrativa que renova e fortalece a prosa brasileira.
O romance de Clarice Lispector "Perto do coração selvagem", foi traduzido pela Desti - *"Vicino al cuore selvaggio" Editora Adelphi* - respeitando a forma e sendo-lhe fiel, mas dificilmente transmite o sentido do mundo interior desta autora e ao mesmo tempo, não consegue manter o seu estilo narrativo.
Edoardo Bizzarri, na sua nota de tradução à obra de João Guimarães Rosa, "Grande Sertão: Veredas" de 1963 - *"Grande Sertão" editado pela Editora Feltrinelli, em 1970*[105] - expõe a sua dificuldade em traduzir em língua italiana muitos dos vocábulos desta obra. Além disso, Bizzarri revela a sua dificuldade em introduzir o leitor europeu no mundo lírico-narrativo brasileiro e ainda por cima, aquele de Guimarães Rosa. A linguagem que funde estrutura e flexões da língua regional, com as novidades e o mundo natural, os sons que chamam a natureza tropical, não têm nada de semelhante na terminologia de um país europeu.
Muitas vezes, o tradutor recorreu à tradução de nomes de localidades e de pessoas, enquanto nomes correspondentes à flora, à fauna, às danças, à natureza, aos alimentos manteve-os escritos na língua original. A edição apresenta um glossário, mas seriam necessárias algumas notas, para introduzir mais o leitor no mundo do Grande Sertão.
Em relação à tradução de autores africanos e timorenses, muito lentamente se está despertando a editoria italiana.
No que se refere à Literatura Portuguesa as obras traduzidas são já de diversos autores. Através dos estudos realizados por Jaime Raposo Costa (naqueles anos Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa em Roma) e

[105] Tradução de Edoardo Bizzarri, Rosa, João Guimarães (1970) "*Grande Sertão*", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão, 7.

da recolha feita pelo Instituto Camões/Instituto Português do Livro e da Biblioteca[106], temos um quadro geral das obras traduzidas em Italiano, entre as quais sem dúvida, os autores mais traduzidos são: Fernando Pessoa, que detém o primado; Eça de Queirós, que estimula o interesse do leitor italiano, segue-se Jorge de Sena e Eugénio de Castro.

A "língua" é o instrumento fundamental para o contacto entre os povos, e foi esse, o instrumento utilizado pelos portugueses durante a sua atividade marítima, durante os Descobrimentos. A língua portuguesa deu origem à criação de estudos gramaticais das línguas locais (no Oriente, por exemplo) para facilitar o contacto entre dois povos, entre duas culturas, para facilitar a comunicação.

Mas, cada obra literária é um texto único, original que detém os seus problemas intrínsecos. É necessário então que o tradutor dê o verdadeiro enquadramento social e cultural, aquele que o autor pressupõe. A língua portuguesa tem uma riqueza própria de léxico e um tipo de estrutura que resultam dos percursos históricos e culturais complexos e muitas vezes híbridos, que muitas vezes, podem não encontrar imediata correspondência na harmonia da construção da língua de chegada.

A Língua Portuguesa e a Língua Italiana possuem as mesmas raízes latinas, por isso, é possível realizar um trabalho de tradução respeitoso e digno.

Na sequência da minha experiência pessoal, penso que a tradução de obras literárias deve contar com um grupo de pessoas, onde o domínio da língua de partida e aquela de chegada, pressupõe também o conhecimento respetivo da história, das tradições, dos usos e costumes, numa palavra da cultura de um povo. Eis então que, expressões linguísticas, provérbios, modos de dizer antigos e sempre novos, encontram os seus específicos correspondentes na língua de chegada, mesmo se a tradução não corresponde palavra por palavra.

O sentido que o autor quis dar àquela frase e à sua obra é transmitido ao leitor.

Na formação do tradutor é indispensável portanto, a componente do saber que compreende campos como a história e a cultura de um país.

Bibliografia:

- Adragão, José Victor (1988) "*A autonomia do tradutor*", in Revista ICALP, vol. 1 março, 24-33.
- Arrojo, Rosemary (1992) "*O signo desconstruído*", Campinas: Pontes. Disponível em www.cadernos.ufsc.br.
- Barreiros, José Colaço (2005) "*O que é uma boa tradução",* in Revista Babilónia, Ensaios, junho, 129-145.
- Bassnett, McGuire, Susan (1993) *La traduzione. Teorie e pratiche*. Bompiani, Milão.
- Cossudovsky, Michel (2003) *"A Globalização da pobreza e a nova ordem mundial*", Editora Caminho, Lisboa. Disponível em www.solagral.org.
- Corti, Maria (1976) *Principi della della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão.
- Costa, Jaime Raposo (1999*) "Autori Portoghesi. Tradotti ed editi in Italia. Narrativa Poesia Saggistica* (1898-1998), Catalogo Ragionato, Ambasciata del Portogallo-Roma.
- Cusati, Maria Luísa (1999) *"L'uomo del paese azzurro"* de Manuel Alegre, O Homem do País azul, Editora Liguori, Nápoles.
- Cusati, Maria Luisa (2006) "*Quando il diavolo ci mette la coda, racconti fantastici portoghesi*", Editora l'Ancora del Mediterraneo, Nápoles.
- Dortier, Jean-François (1999) "*Pensèe et langage: les limites de la traduction automatique*", in Sciencies Humaines, n° 90 Janvier.
- Eco, Umberto (1995), "*Sulla traduzione*". in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Even-Zoahr, Itmar (1995) "La posizione della letteratura tradotta all'interno del polissistema letterario", in A.A. V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Furlan, Mauri (2004) "*Tradutor ou cotradutor*", in Suplemento Cultural do Diário Catarinense, novembro, Florianópolis.
- ICA/IPLB (2005), "*Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano*", Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.
- Jakobson, Roman (1966) "*Aspetti linguistici della traduzione*", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão.
- Lispector, Clarice, (1998) "*Perto do coração selvagem* ", Editora Rio de Janeiro: Rocco.

[106] ICA/IPLB (2005), *"Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano",* Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.

- Nergaard, Siri (1995) "*Introduzione*", in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Rosa, João Guimarães (1970) "*Grande Sertão*", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão.
- Pais, Carlos Castilho (2000) *"Tradução, tradutores e traição na comunicação social*", disponível em http://premiotraduçao.itds.pt/trabalho/seminario2000.htm.
- Picchio, Luciana Stegagno (1997) História da literatura brasileira
- Torquato, Carolina (2001) "*La traduzione dell'Intraducibile*", in Cadernos de Tradução. Florianópolis: NUT, v. 2, n. 8, 81-96. Disponível em www.cadernos.ufsc.br/online/8/carolina.htm.
- Veschi, Gabriella "*Tra arte e scienza: il fascino della traduzione",* disponível em http://circ**e**.l**e**tt.unitn.it/html
- Zurbach, Christine (2005*) "Da Formação Cultural do tradutor no esino Superior: Algumas reflexões*", in Revista Babilónia, Ensaios, junho, 43-55.

IV Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 outubro 2005

DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS À LITERATURA CONTEMPORÂNEA:

A língua portuguesa em TIMOR-LESTE

Com o apoio **da Câmara Municipal de Bragança** Portugal

Angola	Brasil	Cabo Verde	Galiza	Guiné-Bissau
Macau	Moçambique	Portugal	S. Tomé	Timor Leste

Comunicado À Imprensa

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA APOIA O 4º COLÓQUIO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA 3-5 OUTUBRO 2005 ***(4ª CIRCULAR)***

Após o sucesso das anteriores edições, a ***Câmara Municipal de Bragança****, decidiu manter a sua aposta cultural no apoio à realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizarmos aqui - em pleno coração do Nordeste e da Terra Fria - um* ***Colóquio Anual Internacional da Lusofonia*** *assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua e Cultura Portuguesas, suas diversidades, e de propostas inovadoras de ensino.*

Para este ano, o 4º Colóquio (e o 3º a ser apoiado pela CMB) subordinado ao título ***DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA****, irá ter como tema central o problema da* ***Língua Portuguesa em Timor-Leste:*** *como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projetos e perspetivas presentes e futuras. Ainda em debate estarão os problemas da Tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo.*

Igualmente se irão manter as atividades paralelas como a Mostra de Artesanato e de Livros, a que se acrescentarão uma Exposição de Fotografia sobre ROSTOS DA LUSOFONIA, o que só vem demonstrar a vitalidade e a – cada vez mais lata – abrangência destes Colóquios.

"O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade", defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro ***Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional.*** A língua portuguesa *"tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas" e é tanto mais plausível porque "o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense" e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial "não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli",* afirma Hull. *"A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender" a língua portuguesa."*

Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema, pois são as comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas os agentes fundamentais de mudança. Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professor Dr. LUÍS CANOTILHO, IPB (Instituto Politécnico de Bragança)
Dra. HELENA CHRYSTELLO, Universidade Aberta (Porto) EBI Maia (S. Miguel, Açores),
Dr. CHRYS CHRYSTELLO, UTS (Australia Council, University of Technology Sydney), Austrália
Dr. JOÃO CARAVACA, Universidade Católica (Porto)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. CHRYS CHRYSTELLO, Australia Council, UTS Sydney
Dra. ISABEL LOPES, Vereadora da Cultura, Ensino, Turismo, Desporto e Ação Social da CMB
Dr. ELEUTÉRIO ALVES, Diretor do Departamento Sociocultural da CMB

SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO

DIVISÃO DE CULTURA DA CMB
VOLUNTÁRIOS — Alunos do IPB

I. A. - TEMAS DO 4º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA:

1. Literatura oral – Línguas e sentidos
2. Língua Portuguesa em Timor-Leste
   2.1 Como *se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes – Análise da situação,*
   2.2 Desenvolvimento *nos últimos cinco anos,*
   2.3 Projetos *e perspetivas presentes e futuros*
3. Estudos de Tradução:
   3.1. A *busca de ferramentas para Tradutores*
   3.2. *Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa*
   3.3. *O Ensino da Tradução e a Tradução no Ensino*

Objetivos:

As línguas não mudam em bloco como a sociolinguística tem mostrado nas últimas décadas, uma língua, um dialeto, mesmo um idioleto não são homogéneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Se o objeto da linguística histórica é a mudança linguística, o objeto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente.

Conhecer a Literatura Timorense, incluindo o problema das origens, para perceber globalmente a sua evolução e principais momentos de inovação. Compreender o papel histórico desempenhado pelos intelectuais e políticos timorenses. Extrair conclusões sobre os conflitos e respetivos desenlaces da História. Conhecer as principais linhas de rumo da literatura timorense no período pós-independência.

A explosão das novas tecnologias permitiu criar preciosos instrumentos de apoio à tradução. Graças a eles, o tradutor torna-se cada vez mais eficaz, melhorando o seu trabalho simultaneamente em qualidade e rapidez. As tarefas de coordenação ou o trabalho em equipa que caraterizam a profissão de tradutor são igualmente simplificados mediante a colocação em rede de competências.

I. B. - INSCRIÇÕES E DATAS

1. Inscrições e datas:

1.1. Oradores com comunicação, dentro do prazo	€ 30.00
1.2. Oradores com comunicação, fora do prazo	€ 40.00
1.3. Presenciais (participantes sem comunicação) pagamentos até 1 agosto 05	€ 20.00
1.4. Presenciais (participantes sem comunicação) pagamentos após 1 agosto:	€ 25.00

2. Datas limites

2.1. Data limite de envio de propostas de trabalho a apresentar:	15 julho 05
2.2. Comunicação de aceitação de oradores:	1 agosto 05
2.3. Data limite de receção de trabalhos finais pronto para publicação	15 set.º 05

I. C. - INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

1. Importante**:** Deve enviar o **trabalho completo a apresentar/publicar ou por correio eletrónico/disquete/CD** para o Comité Científico. Caso não sejam recebidos dentro da data indicada, o Comité não garante a sua publicação nas Atas – CD do Colóquio.
2. Formato**:** Microsoft Word (97, 2000, XP, ou MS Word 2003) em disquete ou correio eletrónico.
3. Tipo **de letra (Font)**: Times New Roman 12
4. Número **de páginas**: Máximo 10 (espaçamento 1.5) incluindo notas de rodapé e de fim, bibliografia e gráficos.
5. Título**:** letras maiúsculas, tipo negrito; não centrar.
6. Autores**):** letras maiúsculas, incluir nome completo,
7. Instituição **Ensino/Trabalho:** espaçamento simples entre o nome do autor e o da instituição; não centrar.
8. Sinopse: Deve seguir-se ao cabeçalho em itálico. **Máximo de 300 palavras**. **Deve ser escrita em Português.**

9. Subtítulos: letras negrito; não centrar. Use algarismos árabes com decimais.
10. **Outras divisões:** negrito; não centrar. Use algarismos árabes com decimais.
11. **Citações e referências:** autor, data de publicação, vírgula e número(s) de página(s): i.e. *como Sager afirma* (1998:70-71)

Referências Bibliográficas:

Livro: Melby, Alan K. (1995) *The Possibility of Language,* Amsterdam: John Benjamin's.
Artigo sobre livros: Bessé, Bruno. (1997) '*Terminological Definitions'*. In Sue Ellen Wright (ed.) *Handbook of Terminology* Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company.
Artigos de jornal/revista: Corbeil, Jean-Claude (1991) *"Terminologie et banques de données d'information scientifique et technique*" in *Meta* Vol. 36-1, 128-134.
Internet: Pym, A (1999) *'Training Translators and European Unification: A Model of the Market'* in 'Translation Theory and practice' - seminars organised by the Translation Service of the EC. Disponível em http://europa.eu.int/comm/translation/theory/gambier.htm
Notas: incluídas no fim do texto.
Gráficos e tabelas: numeradas consecutivamente. Deve ser feita menção ao seu título no texto.

****

II. ATIVIDADES PARALELAS: ARTES (COORDENAÇÃO PROFESSOR DR. LUÍS CANOTILHO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA)

1) CONCURSOS de Pintura/Escultura/Fotografia lusófonas (incluindo países da CPLP) –
2) EXPOSIÇÃO COLETIVA de Pintura e Escultura lusófonas

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE ARTÍSTICA PARALELA

a) Divulgar os artistas do espaço lusófono;
b) Aproximar, contactar e dinamizar os países de língua oficial portuguesa, possuidores uma riquíssima diversidade cultural e social e que comungam da mesma língua e passado;
c) Desenvolver a criatividade e a expressividade

CONTACTO ATIVIDADES PARALELAS: ARTES E LITERATURA/REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES sobre Concursos e Exposições: PROFESSOR DOUTOR LUÍS CANOTILHO, a/c *Departamento Sociocultural Forte de S. João de Deus – Câmara Municipal de Bragança – 5301-902 Bragança* LUISCANO@IPB.PT

III. COMPONENTE LÚDICA (COORDENAÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA)

1) Roteiro turístico da Bragança. Histórica e Visita a locais de relevo (PARQUE DE MONTESINHO)
2) EXPOSIÇÃO E MOSTRA DE LIVROS – A lusofonia na escrita
3) ARTESANATO LOCAL

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE LÚDICA

a) Dar a conhecer a cidade, Parques Naturais e outros locais da região como elementos de divulgação da região e suas gentes
b) Indução da região como destino privilegiado de saber e lazer.

Local do colóquio: CENTRO CULTURAL MUNICIPAL (Anfiteatro) Praça da Sé – 3-5 outubro 2005

HORÁRIO DAS SESSÕES **DIA 3 outubro 2005 (2ª fª)**

08.30	REGISTO DE PRESENÇAS E OBSERVAÇÃO DO ECLIPSE SOLAR
09.45	CERIMÓNIA OFICIAL DE ABERTURA DOS TRABALHOS com a presença da Exma. Senhora Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste Dra. Pascoela Barreto e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Engenheiro Jorge Nunes
	Sessão 1
10.45	**Virgínia Abrahão** - **Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil** "A metonímia no conto London London de Caio Fernando Abreu" **Mª Penha Lins - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil** "A metáfora no conto London London de Caio Fernando Abreu"
11.15	**Ângelo Cristóvão - Associação de Amizade Galiza - Portugal** **"**A República Literária e a Lusofonia. Semelhanças, diferenças e exemplos"
11.35	**DEBATE**
11.45	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 2
12.00	**Cláudia Costa Rodrigues - Instituto Politécnico da Guarda, Portugal** "Histórias de manhas e patranhas de ontem e de hoje: rasgos de contemporaneidade na literatura oral portuguesa"
12.20	**Adelaide Chichorro Ferreira - Instituto de Estudos Alemães, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra / Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Portugal** "Linguagem de especialidade"
	Orador suplente para estas sessões: (ausente) **Natália Albino Pires – Escola Superior de Educação de Coimbra, Portugal** " O romanceiro transmontano da tradição oral moderna uma abordagem lexical"
12.40	**DEBATE**
12.50	PAUSA PARA ALMOÇO VIAGEM AO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO, CIDADELA E OUTROS LOCAIS
18.30	FIM DAS ATIVIDADES LÚDICAS

DIA 4 outubro 2005 (3ª fª)

08.30	REGISTO DE PRESENÇAS
	Sessão 1
09.15	**Vera Hanna e Neusa Bastos - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil** "Estudos Culturais: uma visão pluralística de *ser outro constantemente"*
09.35	**Gisele Calgaro - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil** "Reflexões sobre a questão leste-timorense aos olhos de F'Santos"
09.55	**Jaime Sales Luís – UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) Vila Real, Portugal** "O clima e a vegetação de Timor Lorosae. Homenagem a Rui Cinatti"
10.15	**DEBATE**
10.45	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 2
11.15	**António Bento – Escola Básica e Secundária de Santana, Madeira, Portugal** "Timor-Leste e a lusofonia: contributo para sua compreensão e estudo"
11.35	**Otília Oliveira – Escola Secundária com 3º ciclo António Gedeão** "A Língua Portuguesa e as Profissões – relato duma experiência e apresentação do manual"
11.55	**José Carlos Guerreiro Adão – Parlamento Nacional de Timor-Leste / Assembleia da República**

	"O ensino e desenvolvimento da língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste"
12.15	**DEBATE**
	Oradores suplentes para esta sessão **1. Edson Luiz de Oliveira - Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste (MECJD Cooperação Brasileira)** "A língua Portuguesa em Timor Leste no Período Pós-Conflito" **2. Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Busquets - Universidade Presbiteriana Mackenzie** "Comunicação intercultural em Português: a música e cultura brasileiras em Timor-Leste"
12.45	PAUSA PARA ALMOÇO
	Sessão 3
15.00	**Anabela Mimoso – Escola Superior de Educação Jean Piaget, Portugal** "Da Literatura do Povo à Literatura Infantil"
15.20	**Lino Moreira – Universidade do Minho, Braga, Portugal** "O presente e o futuro da língua portuguesa em Timor Lorosae – relato de uma experiência"
15.40	**A. Barbedo de Magalhães – Presidente do IASI (INTERNATIONAL** INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE) / **FEUP, Universidade do Porto, Portugal** "A Língua Portuguesa e a luta pela independência de Timor-Leste"
16.00	**DEBATE**
16.30	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 4
17.00	**Regina de Brito – Universidade Presbiteriana Mackenzie e Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste** "Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste"
17.20	**D. Carlos XIMENES BELO, Bispo Resignatário de Díli** Impromptu / Improviso
17.40	**Benjamim Côrte-Real – Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste e Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste** "Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste"
18.00	**DEBATE**
	Oradores suplentes para esta sessão **1. Edson Luiz de Oliveira - Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste (MECJD Cooperação Brasileira)** "A língua Portuguesa em Timor Leste no Período Pós-Conflito" **2. Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Busquets - Universidade Presbiteriana Mackenzie** "Comunicação intercultural em Português: a música e cultura brasileiras em Timor-Leste"
18.30	NOTAS FINAIS E DISCURSO DE ENCERRAMENTO com a presença da Exma. Senhora Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste Dra. Pascoela Barreto, de Sua Exa. Rev.da Bispo D. Ximenes Belo e Sr. Presidente da Câmara de Bragança

A EMBAIXADORA DE TIMOR-LESTE DRA. PASCOELA BARRETO NA SUA ALOCUÇÃO DE ABERTURA DAS SESSÕES, LADEADA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA ENG.º JORGE NUNES E PELO PRESIDENTE DO COMITÉ EXECUTIVO, CHRYS CHRYSTELLO

Bragança (Portugal)

· Discurso de abertura do Presidente da Comissão Executiva, Chrys Chrystello:
Sra. Embaixadora da Republica Democrática de Timor-Leste
Exa. Rev.d[a] D. Ximenes Belo
Sr. Reitor da Universidade de Timor-Leste
Sr. Presidente da Câmara,
Demais entidades
Ilustres Conferencistas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.
Antes de mais quero agradecer ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara por dar o seu patrocínio a este raro evento cultural do panorama português. No passado, sem hesitar, apoiou esta iniciativa e decidiu incorporá-la com caráter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é atualmente proporcionada aos habitantes de Bragança.
Agradecimentos são igualmente merecidos ao Dr. Eleutério Alves, e aos Srs. Pedro Santos da Assembleia Municipal e Alexandre Castro da Divisão Cultural da Câmara. É igualmente devido o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Miranda do Douro e à Lidel que se juntaram a nós promovendo livros. O nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respetivamente, Marco Paz, Alexandra Machado Reis, Sandra Duarte e Sílvia Fidalgo.
Os nossos agradecimentos para os professores Helena e Luís Canotilho que aqui apresentam uma exposição de fotografia sobre Rostos da Lusofonia, incluindo fotografias de Timor-Leste da autoria do Presidente Xanana Gusmão gentilmente cedidas pela Câmara Municipal de Odivelas e pela Dra. Helena Espadinha para este evento, e uma palavra de lembrança pelo nosso patrono desde o início, o embaixador professor doutor José Augusto Seabra que nos deixou há pouco mais de um ano
Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por 5000 estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes da sua rica história, e a sua modernização está representada nas novas avenidas decoradas com peças escultóricas e no trabalho da ubíqua Polis que veio recuperar e embelezar espaços que o tempo e a incúria haviam deixado ao abandono, como as margens deste Rio Fervença que serpenteia pela urbe. Do Teatro ao Centro Cultural nada falta.
Queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história. A antiga Cidade, de origem neolítica, foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona atual da Sé, onde nos encontramos.
Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que ora podem ser observados em exposição neste edifício. Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Ali se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*, precioso exemplar da arquitetura românica portuguesa do século XIII. Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, o Rei D. Sancho I[1] no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo. Em 1464, a pedido do 2º Duque, D. Fernando de Bragança, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade e a partir daí cresceu depressa.

[1] D. Sancho I (O **Povoador)**

Nasceu em Coimbra a 11 de Novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar ativamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de conquistar pelos Mouros, já que não havia neles

qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D. Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao surgimento de um diferendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de Março de 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguedo. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença altiva do *Parque Natural de Montesinho* http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html [2].

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade.

Da R. Direita, subindo pela "Costa Grande" entramos no labirinto da Cidadela com ruas de aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa "A Porca da Vila," um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. Depois de admirada a Domus Municipalis devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar.

Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre *Museu Abade de Baçal*[3], http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt que aguarda a vossa prolongada visita. Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos carretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e aqui disponíveis como tiveram oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes.

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, por todos os países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Convém, porque o tempo urge, lutar por uma política da língua para defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para

---

[2] PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

Com uma superfície de 75000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído.

Ver mapa do Parque... Ver mapa de acessos rodoviários

O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais. A região é caraterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As atitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho.

Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maçãs. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela. Os terrenos são dominantemente xistosos, tendo no entanto expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais.

Clima

Sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspetos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental. O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a caraterística mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caraterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».

Como Ir: De Lisboa ou do Porto pela A1, pelo IP4 em direção a Bragança. Da Zona Centro, apanhe a N102 em Celorico da Beira até Macedo de Cavaleiros e depois o IP4 até Bragança.

[3] Museu do Abade de Baçal

Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as coleções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com coleções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

a sedimentação da língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto de bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma conivência.

Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com um falso *jet set* que nem é *jet* nem *set.* Para este ano, o 4º Colóquio (e o 3º a ser apoiado pela CMB) subordinado ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA** irá ter como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-Leste:** como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projetos e perspetivas presentes e futuras. Ainda em debate estarão os problemas da Tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo.

"*O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade*", defende o linguista australiano Geoffrey Hull (que por razões de saúde não pode estar presente), no seu recente livro **Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional**.

A língua portuguesa "*tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas" e é tanto mais plausível porque "o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense" e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial "não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de já falarem o Tétum-Díli*", afirma Hull. "*A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender a língua portuguesa.*"

Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema, pois são as comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas os agentes fundamentais de mudança. Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

Este colóquio como pedrada no charco que sempre pretendeu ser, visa alertar-nos para a existência duma língua nacional em Timor-Leste que pouco era falada ao fim de 25 anos de neocolonialismo indonésio e cujo progresso é já bem visível em meia década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. É bem provável que o Português seja hoje mais falado em Timor do que quando lá vivi entre 1973 e 1975 ao cabo de 450 anos de ocupação portuguesa. A língua portuguesa em Timor enriquecida pelos idiomas e dialetos locais e enriquecendo aqueles, precisa de tradutores e de leitores e aí ainda quase tudo está por fazer. Neste colóquio alertámos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

O Presidente da Comissão Executiva 4º Colóquio Anual da Lusofonia,

Chrys Chrystello MA

© outubro 2005

Local do colóquio: ***CENTRO CULTURAL MUNICIPAL (Anfiteatro) Praça da Sé - 3 a 5 de outubro 2005***

1) ***ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA***

CIEG – CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS GERMANÍSTICOS - LINHA DE INVESTIGAÇÃO EM LINGUÍSTICA CONTRASTIVA E INTERDISCIPLINAR, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA ADELAIDE@CI.UC.PT

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003, Professora Auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, tendo desempenhado a sua atividade científica essencialmente no domínio da Linguística Contrastiva, com trabalho desenvolvido através de várias publicações, nacionais e internacionais, nos últimos tempos em torno das relações entre Ecologia e Linguagem. Tem lecionado na Universidade de Coimbra, e não só, em vários domínios, desde o alemão, o português e o inglês como língua estrangeira à Didática do Alemão, passando pela Linguística Alemã e mesmo pela Tradução. Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

SINOPSE

Tendo entrado em contacto com uma tecnologia desenvolvida na Alemanha no âmbito ambiental, e respetivo inventor, traduzi uma brochura concebida para que ela fosse divulgada no contexto alemão, coisa que tem entretanto sido feita por movimentos cívicos locais, auto-organizados e autofinanciados. Assim, o cotejo e explicação de alguns termos com que me deparei, numa perspetiva crítica e contrastiva, partindo da minha vivência de portuguesa, é o assunto a que dedico a minha comunicação. De facto, em algumas circunstâncias é o confronto com uma língua diferente, não românica, que nos suscita o desafio de recriar a nossa própria língua materna, de a fazer evoluir com um certo travo diferente, mas ainda assim como língua viva que é. Sendo atualmente o alemão a língua materna mais falada na União Europeia, pretendo deste modo dar a conhecer a necessidade de reservar, nas escolas portuguesas, um «caudal mínimo» de aprendizagem do alemão que nos permita, também em tempo real, acompanhar realidades emergentes que podem (vir a) ser de importância estratégica à escala europeia, possibilitando um certo ginasticar da mente que é garantido, em particular, pelo desafio sempre empolgante que é a tradução, mesmo tratando-se de um texto de teor técnico. A especificidade do texto em análise e do contexto em que surgiu obriga, aliás, a uma reflexão minha em torno do conceito de «linguagem de especialidade», que reputo ser, no plano da temática ambiental, por vezes um tanto difícil de definir ou pelo menos de compartimentar de forma absolutamente inequívoca, ainda por cima quando se está perante duas línguas e culturas bastante diferentes. É que a tecnologia (e respetiva linguagem técnica) depende do marketing que dela se faz, e este aspeto reflete-se particularmente no texto em questão.

O ADMIRÁVEL MUNDO FÉRTIL DAS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE

1. ABDICANDO DUMA LINGUAGEM DE ESPECIALISTA

A presente comunicação incide sobre o conceito de linguagens de especialidade, não para as caraterizar de forma absolutamente precisa, mas antes no sentido de sublinhar a importância que possuem para o enriquecimento da língua portuguesa, se entendidas de modo renovado. Sendo o tema global do congresso que aqui nos reúne a questão linguística de Timor-Leste, um jovem país onde nunca estive mas relativamente ao qual se coloca a questão da herança cultural portuguesa, e portanto europeia, abdicarei duma terminologia muito técnica, não porque ela não seja importante, mas antes porque estaria deslocada neste (con)texto, em que é a língua como um todo que está primeiramente em causa.

2. A LINGUAGEM TÉCNICA «É O QUE ESTÁ A DAR»

O termo «linguagem técnica» enfatiza a vinculação num saber menos feito de elaboração teórica ou estilística do que de *know-how*, um «saber-fazer» que, sendo embora imprescindível, acaba num significativo número de vezes por não passar de um mero executar de instruções, sem participar na sua definição ou crítica. Também no domínio da Informática, ao qual parece aplicar-se como uma luva o sentido que o adjetivo *técnico* possui na

linguagem comum, os profissionais mais especializados recorrem ainda, de forma direta, ao inglês. É disso sintoma a tentativa malograda de cunhar a noção de *software* como 'suporte lógico' em português.

Apesar de um número considerável de aplicações correntes de informática já se encontrar disponível em versão portuguesa, com tendência aliás para aumentar, tal acontece sobretudo em mercados de grande utilização, «na ótica do utilizador comum», e não junto dos especialistas propriamente ditos. Ainda que se procure com afinco estabelecer correspondências para o português, isso só não chega: a rapidez com que surgem novos produtos e, consequentemente, novos conceitos, aliada ao facto de tais tecnologias se virem disseminando por todo o planeta, tornaram incontornável que, em domínios fortemente dependentes da internacionalização, o inglês (ou melhor: um determinado tipo de inglês) continue a ser a principal fonte terminológica, processando-se não raras vezes a comunicação diretamente nesta língua, tanto em artigos para publicação como em teses de mestrado ou de doutoramento que entretanto, neste como noutros campos, se realizam em Portugal[4].

A rapidez de que falo tem todavia o seu quê de incompatível com a escrita das Humanidades, podendo até contribuir para que ela se torne mais lenta ainda, uma vez que, à prioridade ainda conferida ao anglicismo, todavia ainda tabu nas áreas a que agora me refiro, se associa hoje um estilo parcialmente induzido de forma automática pelas próprias aplicações informáticas, pelo menos aquelas que envolvem processamento de texto, nas quais certos *defaults* (ou: 'opções por defeito', 'escolhas por omissão') porventura só raramente «adivinham» o que um determinado utente da língua pretende escrever a seguir. Ao pré-selecionarem irritantemente, na sequência de um movimento no teclado, um certo mecanismo de estruturação textual, em detrimento de outros, tais programas, configurados *a priori* para a produção de manuais de instruções e/ou relatórios técnicos, podem até contribuir para, em vez de facilitar (imaginemos que se está a escrever um texto literário ou um ensaio), *atrapalhar* o trabalho de pessoas oriundas de áreas situadas no tão rico quanto vastíssimo domínio das Línguas e Literaturas, hoje em acentuado refluxo[5]. A razão de tal desajuste está no facto de em Filologia se fazer uso duma textualidade tendencialmente mais associativa e argumentativa do que funcional ou hierárquico descritiva, por muito que desta última, apesar de tudo, alguns dos seus representantes se tentem desesperadamente aproximar.

Nada do que venho afirmando é pois suscetível de pôr em causa, aliás bem pelo contrário, os esforços meritórios, designadamente no âmbito do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), mas também por parte de outras entidades, no sentido de estabelecer uma terminologia informática em língua portuguesa. Porém, não basta estarem disponíveis entretanto algumas aplicações em português, ou realizarem-se conferências sobre processamento digital da fala humana, incluindo na língua portuguesa. Soluções terminológicas (e não só) já adotadas, ou a adotar por terminólogos, necessitam ainda, em muitos casos, não só de ser encontradas como melhoradas, e também testadas quanto à sua facilidade de utilização (*user-friendliness*), evitando-se, por exemplo, o recurso a expressões de extensão incompatível com a rapidez que, de resto, está na origem da profusão também algo irritante de siglas em linguagens técnicas. Uma extensão que, além disso, colide frequentemente com efetivas limitações de espaço, sendo desejável caminhar no sentido de eliminar excesso de carateres sem destruir a harmonia do resultado. Também quanto à sua adequabilidade, tais linguagens técnicas devem ser avaliadas: em telemóveis mais antigos, o comando *resume call*, 'terminar chamada', continua a surgir no ecrã como 'resumo chamada', o que acarreta porventura consequências não despiciendas junto dos seus utentes, hoje cada vez mais incapazes de resumirem o que quer que seja, porque porventura não saberão já sequer o que isso quer dizer. No que toca ao vasto domínio que comummente se designa, aliás erradamente, por «interface em linguagem natural», caberia investigar, de igual modo, até que ponto o atendimento telefónico por vozes automaticamente geradas é ou não uma verdadeira conquista da Humanidade, algo que, em rigor, mereceria o epíteto de *natural*.

Tudo isto nos interpela quanto à definição do que é que se poderia entender, no campo concreto da Informática, por uma linguagem de especialidade especificamente lusófona, se é que ela *de facto* existe, para além dos circuitos associados ao consumo de aplicações informáticas na ótica do utilizador. E se a investigação neste domínio, em que a internacionalização assume um papel muito relevante, continua a ser praticada maioritariamente em inglês, não é possível ignorar que um tal fenómeno se tem vindo a estender a muitas outras áreas de especialidade que vão, habitualmente, «a reboque» da Tecnologia. Veja-se, de resto, como se apresenta uma linguagem supostamente científica, na área da gestão turística:

«Os *outcomes* consubstanciam-se, quer nos *outcomes* dos *stakeholders* (turistas, residentes, investidores e empresários); quer no *outcome* do turista que pode ser a sua satisfação no usufruto do destino, no *outcome* do residente que pode ser os problemas ou os benefícios do desenvolvimento do turismo na localidade onde vive quer

[4] Por conviver com pessoas que trabalham neste domínio, acostumei-me de facto, ao longo dos anos, ao modo como espontaneamente recorrem ao inglês, mesmo que se esforcem por traduzir certos conceitos, à medida que eles se vão impondo como termos técnicos locais junto dos parceiros de investigação ou colegas de trabalho, ou à medida que essa necessidade se torna incontornável.

[5] Um fator que poderá levar a que se pense não ser este um problema estatisticamente relevante (ou, pelo menos, suficientemente relevante para merecer atenção) está na gritante disparidade constatável no número de alunos inscritos na Zona do Baixo Mondego em Portugal, no ano letivo de 2004-2005, no agrupamento de Línguas e Literaturas do Ensino Secundário (1,8% do total), face à pujança numérica dos que se inscrevem em Ciências e Tecnologias (68.3%), segundo dados do GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Educação, adstrito ao Ministério da Educação português), não diferindo aliás esta situação, de forma significativa, daquela que se verifica no resto do país. Uma análise destes números será a breve trecho publicada como caderno do CIEG (Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos) por Francisca Athayde e Adelaide Chichorro Ferreira.

nos impactos (económicos, societais, ambientais e ecológicos) quer ainda na forma como cada grupo de interesses reage face a eles.»

Este exemplo[6], que se carateriza ainda pelo facto de inúmeros assuntos, de forma só aparentemente ordenada, serem colocados «no mesmo saco», atitude demonstrativa de um duvidoso poder de síntese, poderia induzir um leitor incauto a pensar que é útil, e sobretudo prático, saber inglês. A interpretação contrária é porém igualmente verosímil: a de que mais valeria nem sequer apostar num maior envolvimento com esta língua, caso tal aprendizagem levasse os utilizadores do português a produzir semelhantes textos! Não se pense portanto que se deve a um súbito apreço pelas línguas (e por «línguas» os cidadãos – até mesmo aqueles que, em termos de escolarização, pertencem à «nata» nacional – entendem em Portugal quase somente o «inglês»!), ou, ingenuamente, por um especial carinho pelas Humanidades (até no sentido de encontrar colocação para inúmeros professores desempregados), que se vem ultimamente apregoando a necessidade supostamente imperiosa de as crianças em Portugal aprenderem inglês desde a escola primária. Na realidade, uma das principais motivações para o estudo das linguagens de especialidade, e, a elas diretamente associada, para a aprendizagem do inglês, diz respeito à transferência tecnológica, que se configura hoje em dia, em economias periféricas, como produto de «tradução», mais até do que de inovação a partir de tecido endógeno.

Ora sendo essa tarefa de transmediação acelerada, à escala planetária, pelo recurso ao inglês (uma língua que há quem considere ser *for colonials*[7]), com resultados de resto nem sempre recomendáveis para a própria língua inglesa, o mais provável é que nem tudo o que é relevante possa ser dito, escrito ou sequer pensado nesta língua, devendo dar-se a possibilidade de as crianças aprenderem *outras* línguas estrangeiras na escola primária, antes mesmo do inglês, em função das caraterísticas do seu contexto social, que hoje não se pode pressupor homogéneo. É que, muitas vezes, a motivação para a aprendizagem de línguas está ligada, não a requisitos de ordem profissional, mas a afinidades do tipo familiar (ou mesmo de outros tipos).

Continua igualmente a ser importante alertar para o facto de uma linguagem de especialidade de pleno direito poder não se caraterizar necessariamente por ser «técnica», no sentido que este termo, no uso corrente, vem adquirindo. É esse o caso do tipo de discurso que configura uma área do saber como a Filosofia, ou o Direito, cuja tecnicidade, quando está em causa o pensamento de determinados autores, em parte passa pelo conhecimento do alemão comum, língua-fonte de onde provêm tradicionalmente, ainda hoje, muitos conceitos centrais. Assim sendo, estamos perante um caso até certo ponto paralelo ao atrás comentado a propósito da Informática, porém numa escala substancialmente diferente, dado que, por razões que, ao longo do que venho afirmando, se vão tornando óbvias, muitas áreas técnicas ou de especialidade não usufruem da visibilidade de que dispõem quer a Informática, quer as tão procuradas Ciências da Vida.

Em Portugal, essa falta de visibilidade é patente na minha própria área de especialidade, a Germanística, cujo objeto de estudo se define, em larga medida, pela língua alemã (daí decorrendo que a respetiva linguagem técnica deveria, acima de tudo, passar por um uso intenso da mesma). Pese embora a sua enorme tradição no contexto universitário, e até a significativa internacionalização da investigação portuguesa neste domínio, o facto é que a língua alemã detém atualmente uma presença apenas residual no sistema de ensino português. Do mesmo modo se constata, perversamente, a penetração do inglês para fins de internacionalização dos contributos produzidos nos próprios estudos germanísticos, ao ponto de ser usado em congressos que têm lugar em países germanófonos, inclusivamente em situações nas quais são frequentados maioritariamente por falantes nativos do alemão...

3. PONTES DE OUTRO TIPO

Ao discutir aqui a situação da língua portuguesa no capítulo das Linguagens de Especialidade, como vimos nem sempre «técnicas», faço-o com o intuito de alargar horizontes talvez «nunca antes navegados», ou só raramente, na Linguística praticada em Portugal. Se bem que as linguagens técnicas possam contribuir para um inestimável enriquecimento da Língua Portuguesa, tal não quer dizer que isso se verifique sempre, devendo no entanto sublinhar-se igualmente que tal enriquecimento não depende hoje em dia, ao contrário do que é tradicional pensar-se, (quase) exclusivamente da promoção da Literatura e do património histórico-cultural, enquanto matérias que dizem respeito ao mundo das chamadas Humanidades, ou das Artes e Letras. É que não se deve ignorar o papel que, neste processo, pode e deve desempenhar o conhecimento de outras línguas, também no respeitante às mais comezinhas finalidades

[6] Extraído, como nos casos inventariados no Anexo colocado no final, de uma obra recentemente publicada em Portugal, fruto talvez de uma dissertação na área do turismo, que, por razões óbvias, me escuso de identificar, mas que não é mais do que um caso por entre muitos similares.

[7] Confronte-se, a este respeito, a opinião de Harald Weinrich no Akademie Journal (2/2001), «Deutsch in Linguafrancaland» (em Novembro de 2005 ainda disponível em: http://www.akademienunion.de/_files/akademiejournal/2001-2/AKJ_2001-2-S-06-09_weinrich.pdf), onde o autor, aplica ao inglês a definição de Henry e Renée Kahane para *lingua franca*, «a prestige language reduced to a mini-structure – for colonials», designadamente quando diz: «Englisch also, zur Reduktionsstufe einer *lingua franca* heruntergemodelt, mit Minimalstrukturen und Billigvokabeln: das ist keine Sprache für freie Bürger, sondern – ich zitiere noch einmal Kahane – ein Pidgin *„for colonials"*» [O inglês, portanto, modelado de forma abusiva até à insignificância de uma lingua franca, com estruturas mínimas e um vocabulário baratucho, não é uma língua para cidadãos livres mas, e cito de novo Kahane, um pidgin *for colonials»*].

do quotidiano. Na realidade, o esforço de tradução, interpretação ou intermediação, qualquer que seja o domínio, é hoje deixado demasiadas vezes a cargo de tão frequentes quanto inaceitáveis acasos.

Ainda há pouco tempo me foi solicitado um serviço de interpretação não pago, num voo de Munique para Lisboa cujos passageiros eram maioritariamente falantes nativos do português, por parte de uma hospedeira alemã em apuros, quando me encontrava prestes a entrar para o avião: uma jovem brasileira, manifestamente com fracos ou nenhuns conhecimentos de outras línguas, necessitava de voar para Hamburgo, e não para Lisboa, tendo ficado sem o cartão de embarque por engano, ao colocar-se na fila errada. Por sorte ela própria deu pelo erro a tempo, mas por mais que gesticulasse não conseguia fazer-se entender junto da hospedeira, que, pela sua parte, também não sabia português. Este episódio, que poderia ter redundado numa situação complicada, demonstra eloquentemente o muito que há a fazer pela língua portuguesa no mundo, nele se incluindo também a Europa. Sem tradução e sem a ginástica mental que ela pressupõe, no sentido de se estabelecerem eficazmente pontes com outras línguas e culturas, uma língua – qualquer língua – não evolui, porque os seus falantes talvez nem se deem plenamente conta de quem são, ou, literal e metaforicamente, de *para onde vão*... Traduzir acaba por implicar, para quem o faz e para quem desta atividade beneficia, a consciência nítida de se estar situado em algum lugar, nem que seja num lugar intermédio entre dois outros lugares, e consequentemente a perceção de que há mais mundo para além do mundo de cada um. Como saber ou «tecnologia» de hoje, considero esta atividade uma competência chave.

4. O QUE É UMA ÁREA DE ESPECIALIDADE?

Uma vez que não me é possível referir aqui tudo o que, em torno deste assunto, seria interessante dizer, tentarei centrar agora a minha atenção, antes de mais, na complexidade inerente ao próprio conceito de «Linguagem de Especialidade», se observado sob um prisma intercultural e não meramente intradisciplinar, o que aconteceria se eu me baseasse estritamente na subárea da Linguística que, entre nós, mais se vem ocupando deste objeto de estudo, essencialmente a Terminologia (e que, como já deixei claro atrás, se dedica apenas a uma parte daquilo que se entende por «Linguagem de Especialidade»). No sentido de sublinhar o prisma intercultural de que parto, fornecerei agora outro exemplo.

Em comunidades humanas tradicionais (porventura já dizimadas ou dispersas em resultado da mundialização), nas quais as pessoas viviam ainda em razoável harmonia com a natureza, de certa forma entrosadas ou em união cósmica com ela, a palavra para *ambiente* nem sequer existia, e com ela a consciência da respetiva necessidade de proteção, enquanto problema ou «objeto» de estudo com plena dignidade teórica, matriz temática, inclusivamente, de toda uma área de especialidade a que hoje chamamos *Ecologia*, historicamente herdeira da Biologia. Com as suas práticas culturais, todavia, essas comunidades até acabavam por proceder da forma correta – aplicando o *know-how* adequado, digamos assim –, mesmo não conhecendo as designações latinas das plantas e animais que são, ainda hoje, imagem de marca da Biologia de orientação taxonómica (porventura também em refluxo, devido à hegemonia hoje constatável por parte da Microbiologia, maioritariamente dedicada ao estudo da célula). Tanto assim era que os membros de algumas dessas comunidades (creio que em Timor isso acontecia) não penetravam na floresta durante alturas do ano coincidentes com a época de procriação de certas espécies. Um comportamento prudente que não se devia, nem à mesma sensação de perda que, na década de 80, era muito típica dos europeus, em resultado dos excessos da industrialização (veja-se, na Alemanha, a emotiva discussão em torno do *Waldsterben,* a 'morte da floresta'), nem ao facto de, para tais comunidades, a Ecologia ser algo de que possuíssem uma consciência muito nítida: antes as crenças animistas locais assim o determinavam. Ora será que, tendo em conta os efeitos pretendidos, uma área de especialidade como a que se vem designando por «Conservação da Natureza», a par de toda a miríade de conhecimentos específicos que abarca, se aproximaria, num determinado local do mundo, a uma seita, religião ou cosmologia particular, sendo portanto suscetível de ser «arrumada» cognitivamente junto das mesmas? Ou junto das literaturas, porque muitas cosmologias que determinam o agir das pessoas num dado local resultam de lendas e narrativas contadas de geração em geração?

Assim sendo, e na linha das considerações anteriormente tecidas, mas também de outras que, por falta de tempo, me escuso de fazer, torna-se necessário olhar com a prudência e o sentido crítico necessários para as catalogações atualmente existentes de áreas de especialidade e respetivos subdiscursos, uma vez que poderão revelar-se como possuindo o seu quê de etnocêntrico ou mesmo de arbitrário. Tornou-se-me em todo o caso óbvio, ao longo dos tempos, que existem maneiras muito diversas de concetualizar (decompondo-o em conceitos, e, por conseguinte, em sucessivos termos de especialidade) um determinado domínio do conhecimento.

Situando-me eu cientificamente na Germanística, o prisma mais acentuadamente intercultural que carateriza a minha reflexão incidirá agora no que as diferenças entre as línguas alemãs e portuguesa parecem revelar, não deixando de me orientar também pela consciência a respeito dos muitos problemas e dinâmicas novas que afetam o mundo contemporâneo. É porventura cada vez mais desconcertante a cartografia global dos domínios do saber, quer em resultado dessas mesmas novas dinâmicas, quer também das especificidades (culturais, económicas, físicas, etc.) de cada lugar e/ou perspetiva sobre a realidade. Não fossem, todavia, os intensos esforços de homogeneização vigentes em muitos países, determinados sobretudo pelos objetivos do comércio mundial, e poder-se-ia mesmo

afirmar que, «a cada língua, seu catálogo de áreas de especialidade», mas também sua constelação específica associada ao conceito.

5. INCURSÕES PELO ALEMÃO

A minha abordagem confere naturalmente, pela minha própria filiação científica, uma especial ênfase ao léxico com que venho trabalhando mais, o da língua alemã, pelo que começarei por analisar a palavra composta *Fachsprache*, que se traduz por 'linguagem de especialidade'. Trata-se de um termo que integra duas partes, sendo habitual designar-se a primeira por «elemento determinante» e a segunda, especificada pelo sentido do primeiro elemento, por «elemento determinado». Se o elemento determinado, *Sprache*, se verte para português ora como 'língua', ora como 'linguagem' (é o contexto que marca neste caso a diferença), já *Fach*, o elemento determinante, corresponde, quando usado isoladamente, a um substantivo que designa conceitos diferenciados, todavia possuindo algo em comum: 'compartimento', 'divisão', 'gaveta', 'cacifo', 'estante', 'prateleira'. No domínio da Botânica, pode designar 'célula' ou 'alvéolo', assim como, do ponto de vista da organização do sistema de ensino, 'cadeira' ou 'disciplina'. Finalmente, designa também o 'ramo de negócio', a especialidade[8].

Curiosamente, encontro este elemento em palavras tão corriqueiras do alemão como *mehrfach* (= 'múltiplo', 'muitas vezes') e *einfach* (= 'simples'). Numa leitura porventura arrojada da minha parte, mas não menos legítima por isso, provavelmente será então «simples» aquilo que cabe num só recipiente ou compartimento, tornando-se evidente por que razão tantos filósofos prezam, e muito, a língua alemã na sua atividade: ela permite a transparência necessária ao trabalho por vezes extremamente inglório de definir com o máximo de rigor os conceitos com que pensamos, articulando-os de forma eficaz com outros que com eles se relacionam (é esse o caso da polaridade intralinguisticamente gerada entre *einfach* e *mehrfach*), pelo que, para um lusófono, aprender alemão equivale diretamente a enriquecer a nossa própria língua com outros contributos e interpretações possíveis, *além* daqueles que ela já de si permite.

Também em Ciência é crucial saber reduzir descritiva ou explicativamente à expressão mais simples (*einfach*) um determinado fragmento do real: uma fórmula matemática é tão mais eloquente quanto mais simples for. Transpondo agora a mesma lógica (e ideologia subjacente, plasmada também no modo como se têm vindo a subsumir numa só várias áreas de especialidade...) para o assunto que aqui nos ocupa, poder-se-ia então dizer que um termo técnico será tão mais 'simples' de entender quanto menos forem as leituras para o mesmo, daqui se inferindo que o ideal seria que possuísse uma única leitura ou significado. Ora sabemos também que, no mundo real da atividade linguística (raramente isomórfico com a matemática pura), nem tal acontece, em parte devido ao que me esforçarei por explicar a seguir, nem a simplicidade expressiva é realmente tida por virtude estilística bem cotada, pelo menos em Portugal, e particularmente em certas linguagens técnicas, um aspeto que, ainda que decorra da própria definição que porventura fazemos do conceito, considero não ser necessariamente benéfico para os nossos índices de literacia.

Quanto à etimologia do elemento *Fach*, apurei que a sua origem remontará à ideia da construção de pequenos diques com vista à pesca ou até com a finalidade de servirem como viveiros para peixes. O termo terá designado um local delimitado por um muro ou parede, o que pode acontecer até mesmo com um canteiro. Por uma razão similar se designam como *Fachwerkhäuser* as tradicionais casas alemãs construídas com base numa estrutura de traves de madeira cujos intervalos eram preenchidos, nas paredes, ora com tijolo, ora com argila, eventualmente misturada com elementos de origem animal ou vegetal. Em todo o caso, subentende-se a ideia de uma estrutura, de um enquadramento que depois é preenchido com um determinado conteúdo. Não é também de estranhar o parentesco de *Fach* para com *fangen* ('agarrar', 'caçar'). A ideia de delimitação do saber, circunscrevendo-o para melhor o «capturar», a fim de que permaneça estável e, nessa medida, «trocável por miúdos», comunicável, evidencia-se a partir destes exemplos retirados de um simples dicionário alemão de etimologia escolhido aleatoriamente[9], um instrumento de trabalho que parece ter sido esquecido nas últimas décadas, em parte por o estudo das línguas, movido pelo imediatismo das necessidades do mercado e contingências similares, ter deslocado o seu fulcro de atividade daquilo que era antes a Filologia para o nem sempre admirável mundo das linguagens de especialidade.

6. O SEGREDO É A «ESPECIALIDADE» DO NEGÓCIO

Na análise do problema que aqui nos ocupa, não me centrarei mais do que o estritamente necessário na concatenação dos dois elementos da composição *Fachsprache*. No correspondente português *linguagem de especialidade* deparamo-nos com uma construção progressiva (o primeiro elemento é especificado pelo segundo, neste caso um sintagma preposicional atributivo), caraterizando-se o termo alemão, em sintonia com as exigências estruturais da língua alemã, por se organizar de forma regressiva (em que o inverso se verifica), aspeto que, só por si, suscitaria inúmeras especulações. Omitirei também a questão, complexa mas não menos pertinente, de saber se, em

[8] Baseei-me no Dicionário de Alemão-Português. De acordo com a nova ortografia alemã. Porto: Porto Editora, edição de 2000 (1ª ed. de 1986).
[9] cf. Etymologisches Wörterbuch des Deutschen, elaborado sob a coordenação de Wolfgang Pfeiler, edição de 1997[3] (1ª edição 1995 da edição de bolso é de 1995; a que lhe serviu de base é de 1989). München: DTV.

função de alterações registadas na esfera do social, uma linguagem de especialidade pode ou não ser equiparada, nos dias de hoje, a uma língua, mais até do que a um subconjunto da mesma, uma «linguagem» ou um certo «linguajar», enquanto simples código de utilização restrita (refira-se que *Sprache* remete, consoante o contexto ou a determinação que se lhe apuser, para todos estes sentidos).

Acima de tudo, interessa-me que se retire do que constatámos atrás a ideia de que um determinado léxico (pelo menos!) pode ser, e é seguramente, em muitos casos, ciosamente guardado ou resguardado de olhares indiscretos. Ou então, talvez, a ilação de que os seus utilizadores ou detentores (convinha averiguar se é ou não pertinente esta distinção) poderão correr o risco de ficar retidos ou *gefangen* ('apanhados', 'presos', 'em cativeiro'), numa espécie de alvéolo mental. Por razões que se poderiam relacionar com a questão que, pelos corredores das instituições científicas, se vem designando informalmente como *territórios de poder* (ou, metafórica e pejorativamente, por *quintinhas* ou *feudos*), não gostaria de dizer que os que trabalham no seio de uma determinada área de especialidade se devam considerar como «estando na prateleira» (algo que não deixaria de ser potencialmente abarcado por uma das leituras do termo alemão *Fach!*). O sentido correspondente ao que tal expressão idiomática do português designa acaba por ter a ver, porventura na maior parte dos casos, apenas com um subconjunto dos mesmos trabalhadores, designadamente os que são colocados, ou se autocolocam, de fora ou à margem dum saber ciosamente delimitado e mantido rigorosamente impoluto.

Infelizmente, qualquer semelhança entre a situação que acabo de descrever e a realidade que se vem vivendo em muitos lugares, assim as restrições orçamentais o vêm determinando, não será apenas coincidência. O processo de Bolonha, com a concomitante seriação das universidades, concentração de mercados, afunilamento de ofertas, revela-se um condicionalismo que, mais tarde ou mais cedo, levará a que, num determinado local, só estejam disponíveis umas quantas linguagens de especialidade (correspondentes aos ramos de negócio mais atraentes), e não outras, o que coloca a questão (ou antes as questões) de saber quais são as linguagens de especialidade específicas de uma dada região ou país, ou por ela/ele *escolhidas*, se é que tal escolha é realmente possível.

Para muitos domínios do saber, continua a ser no centro que está a virtude, e não nas margens, porém estas têm vindo a aumentar em tamanho e em visibilidade, podendo conceber-se que delas possa emergir aquilo que já se vem designando por «novas centralidades», um termo que transpõe para a Linguística um conceito frequentemente ouvido na boca de urbanistas e de arquitetos. Abalanço-me a tal transposição no sentido de exemplificar quão difícil é estabelecer fronteiras rígidas, conceber compartimentos totalmente estanques nas línguas (e respetivas linguagens de especialidade), sobretudo num mundo em acelerada mudança. Um mundo em que, mais do que a inércia do centro, pode fazer toda a diferença, afinal, a agilidade do pequeno nicho, de que também se torna necessário cuidar adequadamente.

Depreende-se da argumentação até aqui que uma linguagem de especialidade, pese embora a pretensão frequentemente apregoada de que se deve constituir acima de tudo como veículo privilegiado de entendimento mútuo, corresponde, em todo o caso, a um código restrito, por vezes mesmo *secreto*. Assim sendo, sê-lo-á de igual forma em minha casa a própria língua alemã? Com efeito, tanto eu como o meu marido, depois de termos frequentado o Goethe Institut de Coimbra (encerrado desde 1996), ainda a usamos esporadicamente no seio da família, sobretudo naqueles momentos em que *não* desejamos que os nossos filhos nos entendam. Aguçada todavia por esta via informal a curiosidade dos mais novos, gostaríamos agora que eles, já maiorezinhos, de facto nos entendessem, mas a possibilidade de aprenderem este «código secreto» (por sinal a mais falada língua materna em toda a União Europeia...) nas escolas públicas da região onde vivo tem vindo a tornar-se cada vez mais reduzida, o que, não só possui óbvias implicações para a própria área de especialidade em que trabalho, como me impede, na prática, de transmitir um saber que, para mim, foi muito importante aos meus próprios filhos (a menos que desista da profissão e do respetivo vencimento).

Independentemente de todas estas situações, a muito menos alunos nas escolas, por via duma demografia recessiva, correspondem hoje, em resultado de prosaicas economias de escala, cada vez menos opções letivas e portanto também cognitivas. Ainda assim, continua a haver áreas de especialidade que em muito dependem do conhecimento da língua alemã: o Direito e a Filosofia são dois exemplos disso mesmo, mas uma série de outros domínios temáticos, que emergiram da conjugação de áreas antes vistas como estanques, não deixam de reivindicar crescentemente o conhecimento do alemão, desde a Arquitetura à Biologia, passando pela Engenharia Mecânica, pela Medicina e até pela Matemática. O curioso é que esta procura se regista *adicionalmente* ao inglês, no sentido, não tanto de se adquirir uma terminologia restrita, de cariz profissionalizante (para usar um termo da moda), mas antes com vista a potenciar relações humanas consabidamente determinantes para o sucesso profissional.

Após o percurso até aqui encetado pela estrutura e etimologia da língua alemã, dirijo o meu olhar apenas para a palavra portuguesa *especialidade*, procurando assumir a pele da cidadã comum que também sou (um exercício que, de resto, recomendo a qualquer terminólogo). Ao ouvir o termo, não me lembro imediatamente de uma gaveta ou de um cacifo, como poderá acontecer a um alemão ao ouvir *Fach*, e muito menos de um dique ou de um muro, já para não falar numa prateleira. Também não creio que me evoque noções ligadas a 'arrumação', 'simplicidade' ou mesmo 'multiplicidade'[10]. Em vez disso, vem-me imediatamente à lembrança a ideia aquilo que é único por ser

[10] Num sentido em que ela é passível de ser contada, contabilizada e, nessa medida, organizada, «racionalizada», uma vez que aquela que não se perspetiva essencialmente desta forma quantitativa se designa, em alemão, por *Vielfalt*.

também especial, num sentido aliás mais afetivo que efetivo, e como tal não verdadeiramente contável (ou contabilizável), mas em todo o caso não necessariamente simples (no sentido de 'simplório', 'corriqueiro'). Embora, é claro, também o possa ser, dependendo da arte ou criatividade do cozinheiro: o facto é que imediatamente me lembro, ao ouvir o termo português, de um prato gastronómico – a *especialidade da casa*, ou duma dada região, tantas vezes um segredo bem guardado («caseirinho», não transferível ou «normalizável»), verdadeira fonte de negócio e/ou sobrevivência.

Logo neste pormenor encontramos uma diferença substancial entre as maneiras de verter o mundo por palavras, de o nomear, de o designar e também de o organizar. Lidamos aqui, apesar de tudo, com duas línguas de matriz europeia, que como tal têm muito em comum. Ainda assim, se não fosse ousado estabelecer nexos de causalidade em matéria tão fluida, diria que a diferença que acabámos de constatar se reflete na importância que adquire em Portugal a área ou domínio concetual e profissional do Turismo, com todo o seu cortejo de categorizações e de conceitos acoplados (estendendo-se do domínio da gastronomia para o da construção civil e artes decorativas, hotelaria, etc.). Reconheça-se porém que poderemos igualmente ser confrontados com as suas disfunções, conforme se poderá constatar a seguir, sendo disso aliás sintoma, em parte, a respetiva linguagem de especialidade. Ora uma das disfunções a que me refiro poderá ter-se refletido no episódio que relatarei a seguir, de forma incontornavelmente subjetiva (que «vale o que vale», para usar uma tautologia da moda, a carecer, ainda assim, de olhar atento por parte da Linguística).

A propósito das atribuições dos prémios Nobel, deu-me nas vistas, no ano passado, que alguns meios de comunicação social portugueses, em particular a rádio, colocassem uma ênfase que então me pareceu desmesurada na ementa do jantar oferecido pelo Comité Nobel aos laureados. Porém, era óbvio que alguma empresa de hotelaria portuguesa estava envolvida no serviço, e, se bem me lembro, algum vinho luso constava do repasto, pelo que aquilo que não passava de um pormenor relativamente insignificante (tendo em conta a temática em questão, e do ponto de vista de quem olhasse do exterior) mereceu afinal no nosso país amplas divagações mediáticas. Quanto às questões científicas ou políticas relacionadas com tal evento internacional, as notícias tendiam a ser, todavia, duma pobreza inquietante. É pois quando se pretende aceder a pormenores que a nossa língua e cultura, através da comunicação social e não só, tendem a secundarizar, secundarizando dessa forma os seus falantes, que o conhecimento de outras línguas acaba por revelar o seu valor incomensurável, nem que seja como complemento à nossa cultura (mas também, tantas vezes, como verdadeiro «suplemento de alma»).

Retomando a ideia da especialidade gastronómica, concluiria esta parte da minha abordagem afirmando que, por muito bem que nos saiba, a nós portugueses, o bacalhau com natas, não deixa de ser relevante para o nosso bem-estar a atitude, condicente com o papel histórico que desempenhámos na época dos Descobrimentos, de *über den Tellerrand schauen*, ou seja, de 'olhar para lá da borda do prato', assim traduzindo à letra para o português, enriquecendo nessa medida a nossa língua, esta expressão idiomática do alemão, que não está ainda disponível na língua lusa com recurso a tal metáfora. Mantendo a minha argumentação no mesmo domínio temático da gastronomia, acrescentaria que não faria mal que os falantes do português de Portugal (aquele com que mais me identifico) ficassem a saber, por exemplo através da simples consulta de jornais estrangeiros (atividade imprescindível em muitas áreas de especialidade, de que destaco as que se ligam, direta ou indiretamente, às questões ambientais), que o nosso «fiel amigo», o bacalhau, é hoje uma espécie da qual se tem dito estar entretanto ameaçada em virtude da respetiva sobrepesca.

Dados os desconcertantes efeitos recíprocos observáveis numa natureza amplamente modificada por fatores antropogénicos, poderíamos talvez dizer que um forte candidato a fiel amigo dos portugueses seria hoje o lagostim da Louisiana, espécie exógena que há uns anos atrás era catalogada pelos ecologistas como infestante, tendo-se de resto revelado uma conhecida praga dos nossos campos de arroz. Entretanto, porém, tem vindo a contribuir para o aumento da população das tão simbólicas quanto «inúteis» cegonhas no nosso país. Se há reais vantagens ou não no esforço, assente na observação empírica da realidade e, por conseguinte, nos dados das Ciências da Vida, no sentido de enriquecer ou adequar aos tempos modernos o património lexical, idiomático e até gastronómico da lusofonia, é algo que carece de um amplo consenso, na Linguística e não só.

7. POR UM PENSAR OBLÍQUO EM CIÊNCIA

O hábito de pensar por gavetinhas mais ou menos estanques, constitutivo das linguagens de especialidade, deixa prever, porventura ingenuamente, como entidades (incont)estáveis a existência da linguagem da Biologia, da Química, da Linguística, etc. Dentro da linguagem da Biologia é útil, por exemplo, subdividir os animais em vertebrados e invertebrados, em herbívoros, carnívoros e omnívoros, em machos, fêmeas e hermafroditas, etc., sendo este um conhecimento de valor inestimável que todavia corre o risco de se perder ou de se ter já perdido, em toda a sua substância, em muitos locais. Porém, a organização estruturada e hierárquica de uma determinada área de especialidade e respetivo subdiscurso pode também, de forma indesejável, transferir-se para a cabeça dos seus utentes, moldando-a (ou, recorrendo a um termo da Informática que, com este mesmo sentido, se vem insinuando no português comum: *formatando-a*). Por paradoxal que possa parecer, não é de excluir a hipótese de que a aplicação ou utilização (a simples existência, aliás, de determinado saber) exija que ele não circule demasiado, que se mantenha

reservado apenas a um número restrito de eleitos que passem determinado crivo e ascendam a um patamar hierarquicamente superior, o que, por sua vez, suscita não raras vezes alguma falta de transparência, bem como as estratégias e mecanismos retóricos ou expressivos que lhe estão associados.

Em contrapartida, certos novos domínios temáticos obrigam a que os seus frequentadores deixem temporariamente de lado determinados pormenores, uma vez que algum arcaboiço cognitivo herdado pode revelar-se um lastro impeditivo de uma penetração ágil e célere de temáticas igualmente essenciais. Não quer isto dizer que tais pormenores não sejam necessários, apenas não são é ativados necessariamente a todo o momento. Assim, todas as áreas que se definem pela interface obrigam a uma tal síntese (que, como tal, equivale a algo de novo, com a sua estruturação própria). Um termo que vem sendo usado na Alemanha para dar conta da emergência destas novas formas de pensar, muitas vezes em rede, é a palavra *querdenken*, proposta por Hans Peter Dürr[11]. Como o autor afirma, este é um tipo de pensamento que permite fazer com que emerjam estilos de vida sustentáveis[12]. O morfema *quer*, que nos leva, na tradução, para a ideia de obliquidade, poderia fazer-nos pensar em algo que frontalmente se opõe (como que «atravessando-se-lhe» à frente) ao pensamento analítico, porém o autor rejeita tal simplismo interpretativo: não se trata, em seu entender, de entrar no pensamento fragmentador, objetivador, analítico *por portas travessas*, mas antes de considerar que há um saber mais abrangente ainda do que o das Ciências Exatas (*Naturwissenschaften*), ou mais generoso do que o das Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*), dado que conseguimos sempre perceber mais do que aquilo que *apreendemos* (aqui, num sentido próximo de «agarrar», *be-greifen*). Diz-nos ainda Dürr (p. 61): «a ciência moderna já estabeleceu que, em rigor, a realidade não é *conhecível*»[13].

Ora este pensar oblíquo, por vezes algo transgressivo, que não se deixa agarrar simplisticamente num só alvéolo, nem sempre é tido em conta nas suas plenas potencialidades: costuma ser encarado como uma maneira de pensar «desarrumada», que «não encaixa», que não «bate certo». Porém, como alguma desarrumação não deixa de ser inevitável e até útil, sobretudo em momentos de acelerada mudança, passarei a seguir de perto, associativamente, o fio argumentativo a que me conduz a expressão idiomática que acabo de usar, uma vez que se torna empolgante explicá-la sem a tentação de «arrumar» o assunto, de forma expedita, com o já algo estafado argumento da arbitrariedade do signo linguístico: assim, ela remete para uma área de especialidade no seio da Medicina, hoje quase esquecida mas em tempos remotos de importância vital, a *Pulsologia* (a arte ou técnica de medir as pulsações). Dei aliás por mim, neste ano letivo, a falar de História da Medicina aos meus alunos de Linguística, dado que fiquei a saber da sua existência quando também eu não resisti a «olhar para lá da borda do prato», conduzida por um linguista a quem já atrás me referi, Harald Weinrich, através do seu livro mais recente[14].

Um livro, de resto, não diretamente sobre Linguística: divagando em torno das noções de tempo, nele o romanista alemão demonstra a enorme sageza do seu pensar, bem como a multifacetada generosidade que o carateriza como literato genuinamente curioso, não só ao retirar cuidadosamente dos escombros de alguma Linguística moderna essa tão esquecida mas fascinante arte que ainda hoje pode ser a Etimologia, como também ao promover a consulta inteligente, madura e deliciosamente diletante dessas maravilhosas «ferramentas» de cognição que são os vários autores, de diversas áreas – incluindo simples escritores –, que sobre o tema «tempo», ao longo dos séculos, se pronunciaram. O que unifica todo este domínio cognitivo é pois um determinado *tema*, mas será Weinrich, por ter escrito este livro, perito em *Tempologia*? Com o excesso de designações para cursos ou áreas de especialidade, e a urgência em eliminar muitas delas, em nome da harmonização de ofertas induzida pelo Processo de Bolonha, o mais provável é que nunca o viesse a poder ser.

Numa altura em que, apesar de tudo, continua a ser recorrente sublinhar a importância das interseções entre áreas de especialidade, enfatizando a tão apregoada «transdisciplinaridade», não deixa de ser triste constatar uma espécie de encapsulamento progressivo. Em parte, fruto de fatores exógenos às dinâmicas próprias da atividade cognoscitiva, e, em particular, como resultado, também, da erosão do papel dos Estados, por via das restrições orçamentais que vêm pondo em causa a sobrevivência de uma miríade de áreas do saber, algumas de importância crucial. Refiro-me não só àquelas a que qualquer amante das línguas se dedica, as Filologias, como também (porque não?) à própria Pulsologia, no domínio da Medicina. Continua a ser relevante tomar o pulso à realidade, senti-la ou palpá-la, e não apenas *monitorizá-la* com recurso a meios de diagnóstico caros e sofisticados! Na Alemanha existe

[11] Hans Peter Dürr é um reputado físico alemão, discípulo de Werner Heisenberg mas também Prémio Nobel Alternativo, em virtude da sua vertente ambientalista e pacifista. Foi laureado em 2004 com a cruz de mérito do Estado Alemão. O artigo em que me baseio (publicado num volume em homenagem ao ecolinguista Peter Finke, seu colega e amigo, também ele detentor em 2004 de um doutoramento *honoris causa* em Ecologia pela universidade de Debrečen, na Hungria) intitula-se da seguinte forma: «Was heißt wissenschaftliches Querdenken? Modelle und Thesen zum wissenschaftlichen Querdenken» [traduzindo: «o que significa 'pensar oblíquo' em ciência? Modelos e teses em torno duma ciência oblíqua»], encontrando-se publicado na antologia vinda a lume, sob a organização de Nilgün Yüce & Peter Plöger (2003), *Die Vielfalt der Wechselwirkung. Eine transdisziplinäre Exkursion im Umfeld der Evolutionären Kulturökologie*[A diversidade das relações recíprocas. Uma excursão transdisciplinar em torno da Ecologia Cultural Evolucionista]. München: Karl Alber.

[12] Acerca da linguagem da «sustentabilidade», termo que, segundo alguns, configura uma área de estudos só por si, refira-se o trabalho de Adelaide Chichorro Ferreira (2005), *Léxico e Estilo do Desenvolvimento Sustentável (Alemão-Português).* Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos. Coimbra: coleção Cadernos do CIEG, nº 13.

[13] Por razões que se prendem com o que venho afirmando, mas também com os exemplos que fornecerei adiante, evito na tradução (preservando por literalidade intencional o aroma exótico da língua de partida) o eruditismo *cognoscível* que, a meu ver, não dá tão bem conta da enorme transparência que carateriza a língua alemã.

[14] Harald Weinrich (2005), *Knappe Zeit. Kunst und Ökonomie des befristeten Lebens* [«O tempo que escasseia. Arte e economia da vida a prazo»] München: Beck.

aliás um neologismo em circulação para designar as áreas de especialidade que mais têm sido afetadas por este processo desagregador: *Orchideenfächer*, ou «disciplinas orquídea», porque muito belas mas também raras, autênticas *especialidades* a não destruir, relíquias a não pisotear desleixada e arrogantemente.

Um tal encapsulamento e, mais do que isso, a supressão de muitas das gavetinhas do saber que antes enriqueciam a nossa paisagem cognitiva e cultural, é prejudicial àquilo que, ainda assim, deveria subjazer às linguagens de especialidade: permitir aumentar o saber que o ser humano consegue codificar, cartografar e nomear, não para que esse saber permaneça estático, petrificado, por séculos e séculos, mas para que seja partilhado e mantido pelos utentes do mesmo, a fim de que, em caso de necessidade, possa também ser usado e aplicado, sempre que tal se mostre relevante. Em suma, se, por um lado, nos deparamos com um *bias* cultural mediante o qual só é dado valor (económico) ao que «encaixa» – e sobretudo ao que «encaixa» no mundo das tecnologias, ou de uma retórica que simule um pensar tecnológico –, não menos verdade é que, para se poder «encaixar» em algum lado, tem de definir-se, ou conceber-se, uma caixa ou uma gaveta (nem que seja provisória, uma espécie de «caixa de sapatos»...) em que arrumar determinado assunto ou tema de que se fale.

Pode não ser consolo para alguns de nós, que vemos esvaírem-se os edifícios em que vimos morando intelectualmente de há décadas a esta parte, mas o facto é que sempre houve, ao longo da história da Ciência e da Cultura, e da Linguística em particular, fenómenos que armazenámos temporariamente numa chamada *Restgruppe*, ou grupo restante, por a sua classificação extravasar os meios concetuais existentes num dado momento. Só por si, este dado seria suficiente para que pudéssemos sentir-nos mais tranquilos. Todavia, e para usar a terminologia de Boaventura de Sousa Santos, dá-se hoje o fenómeno não escamoteável da «produção de ausências», tanto no saber como nas democracias[15].

8. «ÁREAS-HÍFEN»

Se na área da Construção Civil tais ausências continuamente a serem produzidas contemplam em Portugal as vertentes ainda híbridas (o hífen sinaliza tal hibridismo), ou marginais, que em alemão cruzam, por exemplo, a Construção Civil em sentido convencional (à base de betão) com a Biologia (designadamente, a construção de edifícios biologicamente adaptados ao ser humano, mediante uma escolha refletida, e alternativa, dos materiais, ou mediante a simples manutenção em boas condições do que já existe), no que toca à Linguística essa produção de ausências vem afetando a Ecolinguística (na sua vertente mais crítica e interventiva), que cruza pelo menos duas áreas do saber distintas, a Linguística e a Ecologia. Ora um entrecruzar de domínios de especialidade não passa simplesmente por colocar um hífen entre a designação de uma área e da outra, uma vez que implica, antes de mais, um trabalho de fertilização mútua, pela articulação de duas culturas em alguns pontos totalmente diferentes, embora em muitos aspetos também semelhantes. Que esta *cross-fertilization* de facto existe, nota-se numa série de outras tendências que, aqui e ali, venho observando, e que enumerarei de seguida.

Em abono da verdade, refira-se que também na área da Física se publicam hoje textos sobre literatura (muito embora relacionados com a história da Física), quase dando a sensação de que são os físicos, e não os formados em Letras, que mais deleite encontram nas «belas letras». Há também livros com alto grau de tecnicidade todavia redigidos um pouco à maneira de obras literárias (veja-se o caso de António Damásio, e o seu livro sobre Espinosa[16]), e, inversamente, anúncios publicitários que vivem da simulação o mais rigorosa possível de uma linguagem «puramente» técnica (bata branca e tudo, como num recente *spot* televisivo sobre um dentífrico). Numa obra dedicada à Química[17], deparei-me com profusas referências à terminologia técnica da Linguística. Seja como metáfora ou artifício decorativo, para efeitos de *marketing* da área ou tecnologia em causa, ou com finalidades pedagógicas, talvez valesse a pena as filologias descerem um pouco do pedestal que a si próprias ao longo das décadas erigiram, no sentido de olharem em volta e se deixarem fertilizar pelo mundo – em muitos pontos agressivo e imperfeito – no qual vivemos *em tempo real* (para de novo recorrer à linguagem informática).

Estudar linguagens de especialidade implica ter em conta todos estes aspetos, e não somente aqueles que dizem respeito às particularidades lexicais que mais se costuma colocar em evidência, designadamente a utilização de uma terminologia própria, constituída por termos técnicos cuja definição é o mais possível inequívoca para o universo dos seus utentes. Nem ela é realmente sempre inequívoca (vai em muitos casos sendo construída ao longo dos tempos, e redefinida em função das novas aquisições cognitivas, que todavia não podem ser alcançadas sem algum entendimento prévio relativamente aos degraus terminológicos a percorrer até se alcançar um nível ou patamar superior de conhecimento), nem a linguagem de uma área de especialidade se limita a ser a daqueles que nela trabalham.

---

[15] cf. Boaventura de Sousa Santos (2005), *O Fórum Social Mundial. Manual de uso*. Edições Afrontamento, pp. 19-23 (cap. 2.1. O fórum Social Mundial e a sociologia das ausências), em particular o seguinte excerto (pp. 19-20): «São várias as lógicas e os processos através dos quais os critérios hegemónicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe neles. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível e descartada de um modo irreversível.»

[16] cf. António Damásio (2003), *Ao Encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do Sentir*. Publicações Europa-América.

[17] Pierre Laszlo (1995), *A palavra das coisas ou a linguagem da química*. Trad. de Raquel Gonçalves e Ana Simões. Coleção Ciência Aberta, Gradiva.

Assim descrita, não é uma mera nomenclatura, um sistema organizado de conceitos associados a determinadas designações que abarcam um domínio particular do saber ou área de atividade, normalmente de natureza profissional, havendo lugar, nesse mesmo sistema concetual, não só a hierarquizações de conteúdos como também à interferência da própria circunstancialidade do seu uso na respetiva manifestação e evolução concreta. Se, por definição, se vira para dentro do universo daqueles que através dela comunicam, ficando de alguma forma inacessível, em todos os seus detalhes, àqueles que fora dela se localizam, não deixa também de constituir, nessa medida, um instrumento ao serviço do exercício de um poder que se carateriza ainda, na maioria dos casos, por ser essencialmente hierárquico, como é tendencialmente hierárquica a própria organização das sociedades humanas. Mais do que separar-nos das sociedades dos primatas, cada vez mais bem estudadas, convém dizer que este mesmo aspeto, caso não seja interpretado da maneira mais correta, antes de pelo menos algumas delas nos aproxima um pouco.

Há pois que estudar uma linguagem de especialidade não só no modo como ela se organiza dentro do universo dos detentores desse saber particular, como também na forma como ela se relaciona com o exterior, ou como acaba por se hibridizar e miscigenar com esse e com muitos outros mundos exteriores possíveis para cada uma delas. Assim, da linguagem da Medicina, por exemplo, não está ausente o polo do paciente. Também ele é abrangido ou tocado, de forma muito evidente, por essa mesma linguagem de especialidade. Pode acontecer que falar em *neoplasia* seja mais eficaz entre médicos do que dizer *cancro*, mas também não é de excluir que usar o termo aparentemente mais «técnico», e não o outro mais «comum», acabe por surtir um desejável efeito tranquilizador junto de pessoas fragilizadas e suscetíveis, os pacientes. Mas urge também não esquecer a própria linguagem do médico enquanto «paciente», ou ser humano sujeito à pressão que pode representar o ter de lidar quotidianamente com casos de extrema gravidade, por exemplo com doentes terminais. Na edição inglesa de maio de 2005 da revista «Scientific American» conferia-se destaque, precisamente como subárea de especialidade em expansão nas universidades americanas, à chamada «narrative medicine», vertente que combina a arte e ciência da interpretação literária com a Psicologia e Psiquiatria.

Além de o número de áreas de especialidade ter aumentado em flecha no último século (muitas desapareceram também), a par do aumento exponencial do número de produtos e áreas de produção que caraterizam as sociedades modernas, aconteceu também ter entrado em cena o conceito de inter-, e mesmo de transdisciplinaridade, que acabou por tornar muito mais complexa e até fluida toda esta questão. Efetivamente, se na génese do próprio conceito de áreas de especialidade está a ideia de divisão social *do trabalho*, o paradigma da industrialização, o facto é que, hoje em dia, existe pesca profissional e não profissional, futebol profissional e amador, turismo do ponto de vista da oferta e também do ponto de vista da procura! Nem sempre as linguagens de especialidade dizem respeito a domínios que contemplam uma determinada atividade profissional/industrial, um «ramo de negócio», uma vez que, pelo menos em Portugal, e a julgar pelo número e diversidade de produtos à venda, parece haver cada vez mais «profissões» (ou antes: «profissão») mas cada vez menos empregos. Podemos até estar perante áreas de especialidade que contemplam áreas de lazer («ramos de ócio», por assim dizer), se bem que nem sempre nos deparemos hoje em dia com o lazer em estado puro, uma vez que há toda uma indústria que a ele diz respeito, bem como toda uma indústria ligada ao desporto, aspetos que de novo introduzem complexidade neste sistema definitório. Até no tocante às atividades de voluntariado (?) cívico podemos distinguir aquelas que são levadas a cabo por gente habilitada por formação profissional específica a trabalhar numa dada área, e, por outro lado, o voluntariado por parte de pessoas que, desempenhando uma outra profissão ou atividade, dão o contributo que podem nos seus tempos livres. Costuma também ser diferente (porém não demasiadamente diferente) o discurso de um biólogo a trabalhar para uma ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente) e de um outro a trabalhar numa universidade. Tudo isto predispõe a que a linguagem usada, mesmo sendo técnica, se molde às caraterísticas dos seus destinatários, e em particular a um determinado universo temático e contextual, ele sim, específico.

Finalmente: se podemos manter que um termo técnico não é, em princípio, muito compatível com infindáveis teimas de parte a parte, sendo costume distinguir-se a linguagem de especialidade da linguagem comum, é precisamente com base neste pressuposto que é habitual estabelecer-se uma clivagem ou hierarquia, muito nítida, entre peritos e leigos. Nem sempre, todavia, os peritos se agarram eternamente a uma determinada linguagem de especialidade, havendo por outro lado leigos que, enquanto autodidatas e/ou profissionais num determinado *métier*, superam o nível de conhecimentos de muitos técnicos habilitados pelos esquemas normais do ramo, mas sem experiência operacional. Tal não invalida porém que, com enorme sentido estratégico, haja também muitos leigos que introduzem no seu discurso termos de especialidade no sentido de, enquanto leigos no essencial, passarem mais despercebidos. Espero portanto que a minha ignorância na miríade de assuntos que aqui fui aflorando de forma tão superficial tenha também passado inteiramente despercebida, e passemos então em revista algumas dessas técnicas de disfarce.

9. O PLÁSTICO NA LINGUAGEM

O facto é que, sendo eu uma mulher de Letras, tenho realizado algum trabalho em áreas científicas que se situam em domínios próximos dos das Ciências ou Tecnologias, nem que seja pela via da tradução, pelo que em breve

será publicado no Centro Universitário de Estudos Germanísticos (CIEG) um fruto dessa minha atividade: como achei que era necessário que em Portugal se soubesse mais acerca de reciclagem de plástico, e como vi que na Alemanha havia quem tentasse promover uma tecnologia inovadora nesse campo, traduzi, em colaboração, uma brochura de um movimento de cidadãos cuja temática cruza a Ciência e Tecnologia com questões sociológicas, económicas e mesmo políticas[18]. Porque, mal ou bem, nos mais variados produtos de consumo há imenso plástico em circulação, e tendo-me eu sempre pronunciado contra a respetiva queima, era o mínimo que estava ao meu alcance fazer. Não sendo embora perita no assunto, o facto é que, pela via do conhecimento de línguas, e em particular da tradução, tive acesso a conhecimento de natureza tecnológica de que raramente se falava em Portugal.

Porém, ao ler outros textos produzidos nos domínios das tecnologias, ou da política tecnológica, a vontade de fugir é por vezes tanta que acabo redigindo aquilo que, em Linguística, ciosa das suas boas relações com a objetividade e o rigor científico, seria pouco recomendável. Porque não sou a única linguista a reagir de forma um tanto desconcertante a certos aspetos das linguagens técnicas, fornecerei agora alguns exemplos que correspondem, na sua tecnicidade mais simulada que efetiva, a *linguagem de plástico* (analogia, aqui, para com *comida de plástico*, o oposto de uma verdadeira especialidade gastronómica), um tipo de escrita que necessita, antes de mais, de ser «reciclada». Para o linguista Uwe Pörksen, o plástico é de resto a metáfora que melhor descreve a linguagem de uma ditadura internacional em que leigos se disfarçam de peritos e peritos não fornecem qualquer informação relevante[19]. No português, ela acaba por se refletir em manifestações como aquelas com que deixarei o leitor autonomamente entretido, através dos exemplos em anexo, na convicção todavia de que todo este assunto mereceria, só por si, um estudo aprofundado, a realizar noutra ocasião.

Anexo, Exemplos da «linguagem de plástico»

1. Repetição compulsiva e «cadavezmaísmo»

Plástico duro de moer:

«Estes tipos de turismo articulam-se com a diversidade das formas de turismo que, por sua vez, se associa à segmentação do turismo (vide capítulo II) e ao reconhecimento de que o turismo é cada vez mais uma atividade com impactos em múltiplos domínios da sociedade»

Plástico parcialmente reciclado:

«Estes tipos de turismo articulam-se com a diversidade das respetivas formas, que, por sua vez, se associa à sua segmentação (vide capítulo II) e ao reconhecimento de que esta área de atividade possui cada vez mais impactos em múltiplos domínios da sociedade.»

a) É necessário recuperar alguma agilidade na maneira como se articulam as cadeias anafóricas, dado ser essencial para num dado texto se ficar a saber qual é o tema ou assunto dominar os processos que permitem desenvolvê-lo no plano sintagmático. Se não se domina esta técnica em português, pergunto-me como se conseguirá alguma vez aprender a ler textos numa língua como o alemão, em que a existência de marcação de caso (por exemplo em pronomes, mas não só) pode, ou bloquear, ou desambiguar determinadas interpretações apressadas, devendo no entanto ser devidamente tida em conta na leitura.

b) O recurso à expressão «cada vez mais», sobretudo em situações das quais está ausente a sustentação empírica (e em que seria desejável que ela fosse tida em conta), é paralelo ao que, mais abaixo, deixo comentado a propósito do fenómeno do «multiplismo».

2. Desresponsabilização do emissor: abuso de se, nominalização e «multiplismo»

«*Também quando se fala de turismo urbano e na necessidade de compreender a sua complexidade, considera-se essencial o estabelecimento de um modelo analítico capaz de sintetizar a multiplicidade de fatores e processos associados a este tipo de turismo.»*

a) Quem fala, quem considera? De quem é a necessidade? Quem estabelece o modelo analítico? Porque não escrever simplesmente: «é essencial um modelo analítico...etc.».

b) Falar em multiplicidade de fatores não será uma maneira de evitar nomear cada um desses fatores por si, detalhadamente? Não resulta disto uma imagem de complexidade que acaba por ser ilusória?

3. Complicação vocabular e pruridos excessivos

«Uma outra dimensão problematizante refere-se à dificuldade em conciliar o planeamento e a gestão dos espaços públicos com as estratégias das empresas turísticas, podendo-se mesmo falar em diferentes «velocidades» entre a administração pública e os sinais provenientes do mercado turístico.»

a) Haveria algum problema em que, neste excerto, se falasse simplesmente em «problema»? E por que razão se usa aspas na palavra «velocidades», quando na realidade o que se pretende dizer é isso mesmo? Porque abusamos

[18] O caderno do CIEG em questão, de minha autoria e organização, está no prelo, com o título: «Dito e feito: como se fala (e o que não se diz) acerca de crio-reciclagem, (co)incineração e produção limpa».

[19] Cf. Uwe Pörksen (1992[4]): *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*[Palavras de plástico. A linguagem de uma ditadura internacional]. Stuttgart: Klett-Cotta.

tanto das aspas em português, dando a impressão de não assumirmos aquilo que dizemos, ao ponto de a expressão «entre aspas» já se ter tornado num idiomatismo?

4. Reflexos da pressão da imagem, rima e contradição por má sequenciação sintagmática

«O setor público, fundamentalmente a partir de meados dos anos 70, tem-se destacado na tentativa de inversão da situação de degradação em que muitos centros históricos caíram através de processos de revitalização, os quais se contextualizam na revitalização mais lata da(s) cidade(s).»

a) De novo, aqui, a metáfora da velocidade... Porque será que sentimos tanto essa necessidade de nos «destacarmos» uns dos outros, de nos colocarmos à frente dos demais, de protagonizarmos algo? E porquê tanta rima em «ão», num texto que não deveria rimar? Finalmente, o sintagma «através de processos de revitalização» deveria ser colocado imediatamente a seguir a «tem-se destacado», pois só assim se dá conta do sentido que presumo se pretenderia veicular: o de que a tentativa de inversão da situação de degradação se fez por meio da revitalização. Tal como está, dá ideia que a revitalização contribuiu de facto para a degradação. Pode ser plausível, dependendo do assunto de que se fale, e nesta área de especialidade tudo é possível.

5. Encher o texto (e a paciência do leitor...)

A. Plástico duro de moer:

«Constituindo-se fundamentalmente como segmento do turismo urbano, o turismo cultural tem inserção privilegiada no espaço urbano».

(16 palavras e 127 carateres, com espaços)

A1 Plástico reciclado:

«O segmento do turismo cultural insere-se privilegiadamente no espaço urbano.»

(10 palavras e 75 carateres, com espaços)

B Plástico duro de moer (antes de se mostrar um gráfico na página seguinte):

«No quadro desta problemática estabelecemos uma interconexão concetual e analítica que pode ser percecionada quer no plano vertical quer no plano horizontal (fig. 0.1)»

B1 Plástico reciclado:

«Atente-se agora na figura 1»

a) Sem comentários.

6. O Bingo da Asneira[20]

Este jogo é para quando se está numa reunião ou conferência que constantemente nos faz bocejar. Cada jogador deve possuir uma grelha de palavras como a reproduzida abaixo, devendo assinalar-se com um x cada palavra inventariada sempre que ela seja ouvida. Quando se conseguir alcançar 5 palavras em linha, seja na vertical, seja na horizontal ou mesmo obliquamente, o jogador deve pôr-se de pé e gritar: «Asneira!»

Intervenção	**Implementação**	**Instrumento**	**Planeamento**	**Sustentado**
Percecionar	**Marcante**	**Multifacetado**	**Emergência**	**Assume-se**
Integrado	**Reconhecimento**	**Primordial**	**Privilegiado**	**Linha**
Constituem / constitui-se	**Protagonismo**	**(quadrado livre)**	**Crescente**	**Cada vez mais**
Estruturante	**Valorizar**	**Potenciar**	**Analíticos**	**Desafio**
Desígnio	**Competitividade**	**Fazer uma Abordagem a**	**Operacionalizar**	**Produto**

2) ANABELA MIMOSO

ESE Jean Piaget

ANABELA BRITO CORREIA DE FREITAS MIMOSO da ESE Jean Piaget; Natural de Lisboa; Licenciada em História pela FLUP; Mestre em Cultura Portuguesa pela FLUP (dissertação de mestrado: "*Contos e Histórias de Proveito e Exemplo" de Gonçalo Fernandes Trancoso*); Doutoranda de Cultura Portuguesa na FLUP (dissertação de doutoramento: *As Novelas Breves Portuguesas do século XVII*).

Professora efetiva do 2º ciclo; docente de Literatura Infantojuvenil da ESE Jean Piaget.

Autora de manuais escolares para o ensino de Português; escritora de literatura infantojuvenil, tem-se deslocado inúmeras vezes a escolas, bibliotecas e feiras do livro para encontro com as crianças, pais e docentes e feito comunicações em colóquios, congresso e encontros sobre a literatura infantojuvenil e literatura popular.

Bibliografia:

[20] Adaptação livre por Adelaide Chichorro Ferreira ao português do «bullshit bingo» (versão inglesa disponível em: http://www.perkigoth.com/home/kermit/stuff/bullshitbingo/), para onde se pode até enviar sugestões, pelo que o site está em constante reformulação (as primeiras versões pareceram-me, aliás, mais certeiras do que a última, visitada em Novembro de 2005).

D. Bruxa Gorducha (distinguido pela revista White Ravens, 1996),
Era um Azul Tão Verde,
O Tesouro da Moura (esgotados);
O Último Período,
Parabéns, caloira!,
Um Sonho à Procura de uma Bailarina,
Quando nos Matam os Sonhos,
O Tesouro do Castelo do Rei (no prelo), etc.
"O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral", in *Pedagogias do Imaginário*;
"*Contos e Histórias* de Gonçalo Fernandes Trancoso – um livro exemplar", *in Revista de Línguas e Literatura*, FLUP, etc.

SINOPSE:

Para a formação de leitores e falantes de uma língua há que apostar no ensino dos mais jovens, o que nos leva àquilo que se convencionou chamar Literatura Infantil. É um facto adquirido que esta nasceu sob o signo da Literatura Oral. Ora, este processo tem sido e é suscetível de ser repetido, com sucesso, nas literaturas das jovens nações.

O que propomos não é um método de aprendizagem do PL2 ou PLE, mas uma forma de tornar essa aprendizagem mais sedutora, eficaz, útil e duradoura. Estando em Timor o Português reduzido a ser falado pelos mais velhos, é a partir deles que deve emergir: o caminho a seguir é o de implicar essa camada da população na divulgação da língua, através da recolha de lendas, contos, cantigas, provérbios… promovendo assim o (re)conhecimento simultâneo da língua e da cultura.

DA LITERATURA DO POVO À LITERATURA INFANTIL

Sendo a língua portuguesa apenas uma das línguas oficiais de Timor Lorosae e não a sua língua materna, para mais tendo sido sujeita a uma tentativa de apagamento sob a ocupação militar indonésia, ela terá de ser aprendida como uma segunda língua.

Língua da resistência, como lhe têm chamado (ANÇÃ: 2005; 38), o português assume, neste país, especificidades *sui generis* que, se é verdade que dificultam o seu domínio, sobretudo por parte da população mais jovem que não contactou com ela, também podem constituir uma mais-valia para a sua aprendizagem.

Na realidade, o português é uma L2 e não inteiramente uma LE[21], pelo menos para uma parte da população, na medida em que a nossa língua estabelece com o povo timorense laços históricos, religiosos e culturais que marcaram a identidade deste povo. O desprezo por esta realidade inviabilizará a apropriação de um modelo sociocultural e de valores que foram eles que deram personalidade a Timor do Sol Nascente. A identidade de Timor tem, pois, de ser encontrada na língua e na cultura portuguesa, bem como na sua relação com a língua e a cultura tétum Só a apropriação destes dois modelos complementares permitirá perceber e assumir plenamente a cultura timorense como um cadinho de influências, como uma cultura única, rica e tão forte que se conseguiu e consegue impor num meio geográfico altamente desfavorável do ponto de vista económico, político, social e cultural. Só esta assunção poderá funcionar como um facilitador da aprendizagem da língua portuguesa, na medida em que, desta maneira, essa aprendizagem deixa de ser uma obrigação e passa a ser uma necessidade cultural. Só a consciencialização deste facto contribuirá para introduzir o português no quotidiano timorense.

Convém ainda considerar que, nos anos mais próximos, a instabilidade ortográfica do tétum, língua, por excelência, oral, confere de imediato ao português uma responsabilidade acrescida e um papel de primeira água na comunicação escrita.

Por outro lado, o facto de não ser língua materna não é novidade num país em que o tétum oficial (tétum praça), sendo a língua franca, também não é a língua materna de todos os timorenses que, aliás, também já tiveram como LE o bahasa. Muitos tiveram/têm ainda o inglês como LE. O povo timorense está, pois, habituado a conviver com a necessidade de aprender mais do que uma língua e tem conseguido superar esta situação.

No entanto, a aprendizagem da língua portuguesa apresenta-se com uma dificuldade acrescida, na medida em que, para uma maioria dos jovens timorenses, ela é também a língua da colonização, do passado, do imobilismo. Não podemos esquecer que para esta camada da população o português é efetivamente uma LE[22]. Não podemos também deixar de ter em conta a sedução que o inglês exerce sobre os jovens timorenses, já que esta língua é-lhes apresentada como a língua do sucesso económico. Este facto leva à desvalorização da língua falada pelos pais com a subsequente desvalorização da imagem parental, implicando, concomitantemente, a desvalorização de toda a sua cultura.

Logo, a par do ensino da língua portuguesa, convém criar condições para que o sistema sociocultural que a suporta, ou seja, a religião católica, a História de Timor e o seu passado comum com Portugal, seja também

[21] Utilizo aqui a classificação da LP como L2 baseando-me não num critério linguístico, mas sociolinguístico, na medida em que considero, não a cronologia da aquisição, mas na aceção de uma língua não materna adotada como língua das instituições.
[22] O português assume assim uma dupla condição: é «L2 para uma população menos jovem e LE para os nascidos depois de 1975» (ANÇÃ; 2005).

valorizado. Assim, o conhecimento da língua portuguesa não deve ser meramente institucional, antes deve propiciar aos jovens a possibilidade de forjar a sua própria identidade, proporcionando-lhes a possibilidade de conhecer e perceber as diferenças culturais do país.

Este facto não é novidade, insere-se nos objetivos do próprio ensino, já que hoje ninguém duvida que «Todo o ensino visa construir, no aluno, certas formas de pensar, falar/escrever, agir, em contextos específicos, formas que constituem uma iniciação à **cultura** de uma sociedade» (AMOR: 2002; 11 - sublinhados nossos).

Mas não é menos importante perceber que é no conhecimento da nossa identidade que podemos entender e respeitar a alteridade, logo a cultura dos estrangeiros cooperantes no país, o vizinho indonésio, o vizinho australiano[23].

Penso que será mais importante ter em conta que devem ser estas as motivações que as crianças deverão sentir para aprender a escrever e a falar a língua portuguesa, e não o facto de ela ser a língua burocrática.

Como não sou linguista não venho aqui defender um método de aprendizagem da língua, aliás, penso como Inês Sim-Sim que esse método «é secundário, o importante é os miúdos serem expostos a dois tipos de estratégias: o reconhecimento global da palavra e a correspondência letra/som» (2004; 13). Como professora de Literatura Infantil e investigadora daquilo que se chama "literatura popular", mas também como escritora de literatura para crianças, só poderei falar, com alguma propriedade, de literatura.

Ora, como é do conhecimento geral, é consensual que nenhum ensino da língua deve estar desfasado do ensino da leitura. E se a leitura é o conteúdo prioritário a desenvolver na escola, na família e na comunidade, é através dos textos que o seu ensino terá de ser levado a cabo, até porque se se aprende a fazer fazendo, aprende-se a ler lendo.

Partindo, pois, da constatação do facto de que o ensino de qualquer língua (como de qualquer saber) tem de passar, em primeiro lugar, por uma forte motivação, o que defendo aqui é uma forma de tornar essa aprendizagem mais implicada, logo mais útil, mais eficaz e duradoira, mas também que os meios utilizados nessa aprendizagem possam servir toda a comunidade. Quando referimos **meios**, obviamente que nos estamos a referir a textos.

Mas se este não é um método de ensino da L2, é, efetivamente, um processo adjuvante, complementar à aprendizagem da língua e, ao mesmo tempo, o reencontro com as raízes.

Assim, embora os métodos de ensino da língua e da leitura possam ser os já testados no ensino de qualquer L2 ou LE, a escolha dos textos base, dos textos que pretendemos que os alunos descodifiquem e que deles se venham a apropriar, tem de ser específica e adequada à realidade timorense.

Na verdade, se anteriormente referimos o facto da língua portuguesa apresentar em Timor especificidades próprias, só faz sentido defendermos a ideia de que a sua aprendizagem neste país terá de ser alvo de soluções particulares. Logo, o seu ensino não se compadece em ter por base manuais e outros materiais de apoio que não tenham sido produzidos propositadamente para a realidade timorense. Mas os manuais, por mais bem elaborados que estejam, por mais necessários que se tornem, são sempre redutores da aprendizagem, na medida em que propõem um modelo único e em que veiculam uma perspetiva de fora (a do adulto, a do citadino, a do português…).

Claro que nenhum método de ensino de uma língua, ou de qualquer outro saber, pode ser tão autista que tenha apenas como material o manual. O que proponho é um recurso complementar ao manual que, em caso extremo, pode mesmo ser o recurso único ou fundamental, como por exemplo, na alfabetização de adultos.

Não podemos, no entanto, esquecer também que a aprendizagem de uma língua é não só um saber que se adquire, mas sobretudo um saber-fazer que se tem de atualizar e de ser capaz de exercer em situação[24]. E se tivermos em conta o que nos diz Vygotsky quando defende que não se ensina a língua e a cultura, antes se criam as condições ou os meios para que o aluno se aproprie delas e as possa reconstruir, reinventar ou reinterpretar a seu modo, então poderemos/deveremos tornar o aluno agente do seu próprio conhecimento.

Assim, se o que se pretende é, não só implicar o aluno na sua própria aprendizagem, mas também alargar os seus horizontes ao conhecimento da sua cultura, será na leitura dos textos "autênticos", dos textos que construíram a sua memória, mesmo quando ela é veiculada através da memória dos pais ou avós, que deverá assentar o ensino da língua. De facto, a memória dos nossos pais é a memória do nosso país, da nossa identidade, do sustentáculo para a nossa independência cultural.

Ora, sendo o português falado apenas pelos mais velhos que resistiram heroicamente na defesa do direito à sua independência política e à sua independência cultural, há que valorizar e divulgar a riqueza cultural de que eles são portadores. Urge, pois fazer recolhas dos seus saberes (contos, histórias da vida, ensalmos, orações, canções, receitas de mezinhas e receitas culinárias…) em suporte escrito e informático, junto dos informantes ou levando, quando possível, os informantes às escolas.

Estas recolhas devem ir sendo divulgadas em livros que podem ser despretensiosos, porém sérios, isto é, não há necessidade de edições luxuosas, cartonadas e coloridas: não vale a pena suspirar por verbas que não há, por

[23] O ensino do PL2 deve situar-se exatamente, conforme Regina Sena preconiza em relação ao ensino do português aos filhos dos emigrantes, «na base das trocas pluriculturais, não se impondo agora um modelo cultural único, mas tentando que se estabeleçam as múltiplas relações entre as várias culturas» do país em que o aluno está inserido (1983; 19).

[24] Bem se pode dizer como Emília Amor que, atualmente, «a Didática da Língua Materna (D.L.M.) centra-se em **saberes** e **saberes-fazer** específicos, no que se demarca da Pedagogia, inscritos em **atos de ensino e aprendizagem**, no **contexto escolar formal**, no que também se distancia das disciplinas científicas de referência» (2002; 7).

subsídios que não vêm. As ilustrações podem ser a preto e branco, mas devem ser precisas e minuciosas, elucidativas das realidades focadas para cumprirem a sua principal missão: trazer luz aos textos. Subsidiados pelo governo ou por entidades privadas, estas publicações, estes registos da memória de um povo, podem ser assim preservados e divulgados.

Se se fomentar uma política de troca, a lista de publicações nem precisa, numa primeira fase, de ter grandes tiragens. Constituindo-se em pacotes ou "malas viageiras", organizadas segundo um critério genológico, passarão assim a circular pelo país. Deste modo, por exemplo, enquanto as escolas de uma região trabalham, durante um período, textos narrativos (contos, lendas, histórias da resistência…), outras estão a trabalhar os textos poéticos (canções de berço, rimas para jogos, orações, ensalmos, provérbios, adivinhas…), outras ainda descobrirão os saberes práticos ancestrais (receitas gastronómicas, de medicamentos…). No período seguinte, são trocadas as obras, cabendo ao primeiro grupo agora os textos poéticos, ao segundo os saberes, ao terceiro os textos narrativos, etc.

Outra hipótese a ter em conta, que baixará significativamente os custos, é a elaboração de livros gigantes, isto é, de livros utilizados, ao mesmo tempo, pelo grupo todo. O ideal será repetir, mais tarde, o estudo de cada um destes livros, agora acompanhados de livros em formato normal, um por aluno ou um para cada dois alunos[25]. Numa primeira fase, o importante é que esses saberes cheguem aos alunos.

Este processo pode ainda ser implementado no sistema de trocas a que acima fizemos referência, pelo que terá baixos custos. Evidentemente que as recolhas serão faseadas, tendo em conta o número de indivíduos implicados nelas, a sua disponibilidade e a capacidade de deslocação no terreno, mas também a capacidade e a forma de apresentação.

Destes registos poderão surgir edições bilingues em português e tétum. Em alternativa, poder-se-á optar por registar apenas o resumo em tétum dos textos em português, incluídos nessas obras. A vantagem deste sistema é a de que uma mesma edição pode servir o ensino do português mas, mesmo tempo, servir de leitura formativa e/ou recreativa, a jovens e a adultos alfabetizados, mas não familiarizados ou já esquecidos da língua portuguesa.

Como qualquer recolha do património oral, estas devem respeitar rigorosamente a forma como a língua subsiste entre esse povo que a soube defender ciosamente, tal como defendeu o seu direito à liberdade. Caberá depois ao professor de português explorar as diferenças entre o registo efetuado e a norma.

Finalmente, temos criadas as condições para que sejam os próprios alunos a apropriar-se dos meios para preservar os textos da memória de seus pais e avós, passando eles então a pôr em ação o saber-fazer que lhes permite a apropriação de uma realidade a que se sentirão mais fortemente ligados e com a qual podem interagir. Estarão também eles aptos a fazer as recolhas na sua própria família, na sua rua, na sua aldeia.

Deste modo, não só se vencem os desafios que se colocam à educação e que são: «ensinar a ler criticamente; ensinar a gostar de ler; criar hábitos de leitura vitalícios» (CASTANHO: 2002; 43) - ou seja, não nos limitarmos a ensinar a decifrar palavras -, mas criámos também leitores e ajudámos os mais novos a conhecer e a amar a sua riquíssima cultura (e só se ama o que se conhece).

Simultaneamente estamos a promover a vitalização da língua, quer dizer, o seu uso efetivo, pois aprender uma língua é *«non seulement apprendre à construire et à comprendre des phrases correctes, mais aussi utiliser ces phrases de manière appropriée pour accomplir une intention communicative quelconque» (WIDDOWON, citado por FRAGA: 1983, 55).*

Mas, ao mesmo tempo, com este processo de ensino/aprendizagem também se está a garantir a possibilidade de resgatar a identidade timorense, de amar a complexidade cultural que faz a riqueza de um povo.

Estas recolhas constituirão assim um *corpus,* real, vivo e devidamente estruturado, da Literatura Infantil timorense. À semelhança do nascimento da chamada Literatura Infantil na civilização ocidental, a literatura infantil timorense deverá também nascer das recolhas do património popular. Foram também as recolhas levadas a cabo sistematicamente nos séculos XIX e XX, em Portugal, por homens como Almeida Garrett, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos ou Consiglieri Pedroso que constituíram a base da nossa L.1.

Porém, estes textos não têm de ficar congelados, podem servir de hipertextos para a criação de um rico e vasto *corpus*, pois é partindo da matriz que se pode depois criar (que é sempre recriar), ou seja, essas recolhas servirão para depois, a partir delas, os escritores as trabalharem, criando textos literários novos destinados às crianças, mas textos com alma e identidade. Este é um processo que na Literatura portuguesa atual continua a beneficiar de grande vigor, como demonstram os trabalhos de António Mota, António Torrado, Luísa Ducla Soares, entre outros.

No fundo, estamos também a utilizar uma metodologia de projeto**,** centrada na ação, ou seja, em trabalhos de intervenção na comunidade. Mas estamos ainda a ser mais ambiciosos, pois propomos simultaneamente uma incursão na investigação, promovendo o alargamento dos saberes e promovendo a sua reconstrução (AMOR: 2002; 23).

[25] A elaboração do livro gigante foi também proposto pelo projeto de literacia ALL - Aprender a Ler Lendo – que se destinaria, nas palavras de G. Castanho a «cativar todas as crianças portuguesas – as que vivem no país e fora dele – com livros que garantam a eficácia da leitura, através de textos organizados por níveis de dificuldade» (2002; 41), mas o processo difere um pouco deste que proponho.

As “jovens” línguas conhecem bem este processo e temos aqui bem perto de nós, exemplos semelhantes: o galego e o mirandês. A Literatura Infantil galega, realidade pós-franquista, teve como base matricial as recolhas do património popular galego. Também os primeiros textos escritos em mirandês, se bem que ainda não formem uma L.1, foram as recolhas do património oral. O que é óbvio, já que, se estas duas línguas foram carinhosamente conservadas e alimentadas pelo povo como línguas orais, o primeiro trabalho a fazer quando se pretende a constituição de uma Literatura é proceder ao registo escrito dos saberes desse povo.

Claro que a verificação da importância dada à cultura dos pais despertará nas populações jovens a ideia da sua importância e o dever de a preservar. As recolhas levadas a cabo ensinar-lhes-ão a, futuramente, serem eles a sentir a necessidade de preservar essa cultura e a dominar o saber promovê-la.

Os materiais assim elaborados também podem ser utilizados na alfabetização da população adulta e o percurso que atrás preconizámos tem a vantagem de se poder aplicar também ao ensino do tétum.

Não se pretende, porém, que este trabalho seja só para uso interno, mas para dar a conhecer a essa vasta comunidade que é o mundo lusófono, as variantes da sua língua, dos seus saberes, das suas culturas.

Lutando contra a globalização e a perda de identidade, as regiões da Europa comunitária reagiram à união com a constituição de confrarias que, regionalmente, promovam, defendam e preservem os seus saberes e sabores. Assim, a par de confrarias gastronómicas ou enológicas que lutam contra a comida de plástico, contra a perda dos hábitos alimentares ancestrais, há outras, também culturais, mas num sentido mais elitista, sendo mesmo três delas literárias, estando em formação mais uma.

Pelo contrário, o isolamento cultural, a distância geográfica, a resistência militar são também ótimos meios de preservação da cultura. Porém, a velocidade das comunicações, as novas tecnologias de informação e a curiosidade e simpatia que pôs Timor na boca do mundo, atraindo boas e más intenções, acabarão rapidamente por descaraterizar a sua cultura. Cabe assim à população timorense inventar ou adaptar formas de organização, a nível regional ou nacional, para a defesa da variadíssima e riquíssima cultura luso-tétum.

Caberá ao governo timorense garantir que a escola pratique um ensino que faça os jovens compreender o pluralismo cultural, estabelecendo pontes entre a escola, a família e a sociedade, garantindo a preservação das línguas e da cultura de todo um povo, promovendo a formação de brigadas para as primeiras recolhas do património oral, mas cabe também ao governo e às instituições culturais dos restantes países lusófonos, sobretudo a Portugal, a defesa e divulgação desses mesmos valores. Essa ajuda pode ser feita, por exemplo, através da criação de estágios, de bolsas de estudo, mas também da produção de filmes, livros, revistas da lusofonia, de apoios à criação desses bens culturais, bem como da mobilização dos profissionais de vários ramos.

Tendo em conta as dificuldades económicas destes países, este sistema pode funcionar por permuta, no caso dos recursos humanos, ou por cedência temporária, no caso das trocas de produtos.

É evidente que Portugal terá uma responsabilidade acrescida na preservação da língua, sobretudo através da construção das “pontes” interculturais de que falava Chrys Chrystello, necessárias à criação daquele «fluxo constante de trânsito lusofalante, qualquer que seja o fuso» (2002).

Só com a conjugação dos esforços de professores, do povo, das instituições de ensino, do governo timorense e dos governos dos outros países da CPLP poderemos ouvir em Timor a doce língua de Camões falada com sabor a café e a sol nascente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Amor, Emília (2002) “Didática da Língua Materna” in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.

Ançã, Maria Helena (2005) “O ensino/aprendizagem de uma língua a falantes de outras línguas”, in Palavras, nº 27.

Castanho, Graça (2002) “ALL – Aprender a Ler Lendo: Projeto de Literacia para o Século XXI” in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.

Chrystello, Chrys (2002) “Mitos da Lusofonia”, disponível em: http://www.cfth.pt/public/elo_online/chrystello.htm

Fraga, Albano (1983) “Subsídios para uma Metodologia do Ensino do Português como Língua Estrangeira” in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.

Sena, Regina (1983) “O Ensino do Português aos Filhos dos Emigrantes”, in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.

Sim-Sim, Inês (2004) “Sabe-se hoje o que é preciso fazer para formar bons leitores – João Pedro Aido entrevista Inês Sim-Sim” in Palavras, nº 26.

ÂNGELO CRISTÓVÃO (à esquerda)

3) ÂNGELO CRISTÓVÃO

<u>ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA - PORTUGAL, SANTIAGO DE COMPOSTELA</u>

ÂNGELO CRISTÓVÃO, empresário e escritor, nasceu em Santiago de Compostela em 1965.
Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, especializando-se em Métodos e Técnicas de investigação nas Ciências Sociais.
Casado desde 1995 com Mónica Batalha, licenciada em Ciências Empresariais pela mesma universidade. O casal Cristóvão-Batalha tem 2 filhas (Cristina, 8 anos e Fátima, 3 anos). A atividade empresarial não o impede de desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacional: Em 1987, sendo estudante, participou no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", resultado de um projeto de investigação e publicada posteriormente na revista Agália. No mesmo ano de 1987 ajuda a constituir um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu secretário até 1990. Fruto deste trabalho são diversos artigos publicados em revistas e congressos internacionais. Em 1990 publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunha) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", posteriormente editada também em Braga na revista lusófona *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*. Em 2004 organizou o livro de Lluís V. Aracil *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, Publicado em Braga. Atualmente exerce a função de secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

Artigos e comunicações publicadas:

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in Nós, n.º 16-20, pp. 139-146.

(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in Agália, n.º. 14 (verão), pp. 157-77.

(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. IV-V, n.º. 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, n.º. 21-26, pp. 71-99; in Noves de Sociolinguística, n.º. 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in Atas I Congreso de Planificación Lingüística, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero". Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, Comunicações suprimidas, n.º. 2.
(2003): "Paradoxos da Galiza", Semanário Transmontano, 3 de julho.

Sinopse

A leitura da bibliografia recente sobre *a lusofonia*, produzida em Portugal, permite afirmar que não existe uma noção comum entre os diversos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As notícias sobre esta matéria, regularmente difundidas pela comunicação social, as conclusões de congressos, simpósios e encontros lusófonos, e mesmo a experiência quotidiana pessoal confirmam esta observação, podendo concluir que *a lusofonia* é um conceito em construção e um espaço de relações a desenvolver. Se quisermos dar um futuro ao nosso passado comum, o modelo de relações e a sua posta em prática deverá ser comummente discutido e aplicado por todos os países que o integram. A história cultural da Europa oferece na República das Letras um exemplo para a lusofonia, entendida como República Literária em português. Surgida no último renascentismo -em grande parte, como consequência desta etapa –, no contexto das guerras de religião do século XVI, simultaneamente entre o público e do privado, realizando o ideal da unidade e fraternidade das pessoas, em rigorosa crítica do estado absolutista e a sociedade de classes, prolongou-se até meados do século XVIII, em que o iluminismo logrou transformar a cultura e as nações. Ainda depois dessa altura histórica, a sua continuidade foi garantida pela permanência dos valores que representou. No seu seio, e entorno ao latim como língua comum, produziu-se o humanismo vulgar (e, dentro deste, a gramaticalização das línguas vulgares), nasceu uma forte consciência europeia e criaram-se as literaturas modernas, até à chegada dos movimentos nacionalistas que organizaram a Europa contemporânea.

Longe do saudosismo por uma antiguidade idealizada, o conhecimento da nossa história cultural pode fornecer alguns exemplos notáveis que podem ajudar a pensar a lusofonia do presente.

A República Literária e a Lusofonia. Semelhanças, Diferenças e Exemplos

1. AS ORIGENS DA REPÚBLICA DAS LETRAS[26]

A *Respublica Litterarum* ou das letras é um dos fenómenos culturais mais importantes da história da Europa, paradoxalmente, pouco conhecido e escassamente citado. Consistiu numa comunidade de pessoas identificadas por um discurso e um âmbito de relações comuns, cuja regra principal era a livre difusão das ideias. Sem limite geográfico preestabelecido, mas desenvolvendo-se especialmente nos países do Centro da Europa, circunscreve-se em termos temporais, entre meados do século XVI e XVIII; em termos culturais, entre o humanismo renascentista e o iluminismo. E, por citarmos personagens históricos, entre Erasmo de Roterdão e Voltaire.

Fazendo uma breve referência à origem, esta situa-se no contexto da recuperação dos *studia humanitatis*[27]; nas novas conceções do saber e da dignidade do homem[28]; no contexto das guerras de religião e a consequente perda da unidade europeia; finalmente, na descoberta dos novos mundos e a generalização da imprensa. Tudo isto constituiu o fermento intelectual de uma nova *sodalitas*, a comunidade internacional dos sábios, a República das Letras.

Dizem Bots e Waquet, neste sentido (1997: 31):

> *«Essas grandes mudanças religiosas e mentais que teriam lugar a partir do fim do século XV, constituiriam o substrato de desenvolvimento da República das Letras. O seu impulso foi, certamente, o cansaço pelas guerras civis que despedaçavam a Europa de aquela época assim como pelas divisões nacionais que se reforçariam. Então, é na mesma altura e por causa destas oposições e rasgamentos internos que a noção da República das Letras ganhou toda a sua consistência: foi pensada como um Estado ideal para benefício de um Estado real: um Estado que ignora – ao menos, teoricamente - os conflitos e as fronteiras e onde reinarão, só, a paz e a harmonia*».

Por palavras do sociólogo catalão Lluís V. Aracil[29] (2004b), o aspeto mais salientável da República das Letras, nucleado no Centro-Europa (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Bélgica), e espalhado por todo o Continente e as Américas, era ter pensado e praticado a nível dos indivíduos uma fórmula de convivência para os países e a

[26] Bibliografia consultada para redigir este apartado: Hans Bots & Françoise Waquet (1997); Dena Goodman (1994).
[27] Ver Kristeller (1979).
[28] Nomeadamente, de Giovanni Pico Della Mirandola (1463-1494) a *Oratio de Hominis Dignitate*, Discurso sobre a dignidade do homem (1496).
[29] Esta comunicação não seria possível sem o magistério do sociólogo valenciano, cujo livro *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, organizei em 2004 junto do também valenciano prof. Josep Conill.

Humanidade inteira. Era uma proposta ideal para uma convivência em paz e respeito mútuo[30]. No seu seio, diversos modelos de relacionamento, de caráter político[31] ou religioso[32] foram propostos.

A primeira referência escrita do rótulo *Respublica Litteraria* data de 1417. A começos do século XVI o nome tornou-se mais comum, contudo, adquiriu uma variedade de significados em diferentes épocas e lugares. A reflexão pública generalizada sobre a matéria chegaria no século XVII, podendo agrupar-se as noções utilizadas em dois conjuntos: as *fracas* (significando a literatura e os escritores), e as *fortes* (significando a comunidade dos escritores e toda a sua atividade).

A noção de *República Literária* foi de uso corrente na época de Erasmo[33], tornando-se num lugar-comum no âmbito cultural e político europeu. Durante um século esteve integrada apenas pelos eruditos. Para Erasmo essa reunião ou comunidade dos sábios era indissociável do projeto de unidade cristã a recuperar. A paz de Vestefália em 1648 daria um final a este ideal, confirmando definitivamente a divisão religiosa entre países da reforma e países católicos. Depois de meados do século XVII adquiriu, especialmente na França de Louis XIV uma significação mais ampla, mais abrangente, incluindo todos os que, não sendo doutos, têm curiosidade pela cultura e, ao mesmo tempo que leitores, se sentiam parte dessa comunidade.

A República Literária europeia, convertida em República dos Filósofos[34], diluiu-se com a Revolução francesa, afirmando-se desde então as *repúblicas* de cada país diferente, porém, a ritmos diferentes conforme os territórios. Os *doctorum* converteram-se em *Savants*, *Gelehrten*, *Dotti*, etc., e a *Respublica litterarum* em *République des lettres, Republic of letters, Gelehrten Republik, Republyk der Geleerden, República das Letras.* Em Portugal foi o rei D. João V, o Magnânimo, o maior protetor dos literatos latinos. Sob o seu reinado publicou-se de 1745 a 1748 o *Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum*[35], prova da vitalidade da literatura latina em Portugal e da integração portuguesa nos movimentos culturais europeus da época. A dissolução deste espaço – comum para os educados – foi um grande acontecimento, um cataclismo cultural de consequências políticas conhecidas *a posteriori*. O sociólogo catalão Lluís V. Aracil denominou o período nacionalista, entre 1789 e 1979 a «Guerra dos duzentos anos», e em cuja origem salienta a perda de sentido da comunidade, do conjunto, da civilização europeia.

Alguns dos membros da República Literária viam o caminho que estava a tomar a Europa com desassossego. Madame D'Estäel (1766-1817), no seu livro *De L'Allemagne* fazia um apelo aos que ainda acreditavam nesse espaço comum que era a Europa, para manter esse ideal de universalismo cuja desaparição era levada a termo, na França, pelos partidários de Napoléon Bonaparte[36]. No plano linguístico, os enciclopedistas eram plenamente conscientes da rutura que estavam a levar a termo. O seu projeto estava endereçado a um público mais amplo, não apenas aos sábios. Assim, por exemplo, muitos assinantes e colaboradores da Encyclopédie fizeram parte do projeto editorial e do movimento enciclopedista, alargando-se o número de leitores e escritores do projeto, o que, paradoxalmente, o levaria finalmente à dissolução do projeto. Dalgum modo pode dizer-se que a causa da sua desaparição da República Literária foi o seu enorme sucesso.

A República das Letras teve, no século XVI, vários sinónimos, como *República das boas letras* ou *República das ciências*, *República das Musas*, *Povo das letras*, *Povo sábio*, mas também *Latine Republike*, expressão que se acha num texto do médico inglês Thomas Browne (1605-1682), em referência à língua comum. Também o termo *República das Letras* foi utilizado num sentido restrito, apenas como referida aos literatos, sendo assim uma parte e não o conjunto de todos os sábios. Assim, o redator do Giornale Veneto de'letterari, em 1671, referia-se aos domínios particulares do saber, utilizando-se também as expressões *República dos médicos*[37], *República histórica*, etc. (Bots e Waquet, 1997, p. 16).

1.1. Caraterísticas mais importantes da República Literária, segundo Bots e Waquet (1997)

a) Era um estado dentro de todas e cada uma das monarquias europeias, com as suas próprias regras, cujos membros se proclamavam voluntariamente *cidadãos* dessa República. Isto conduzia a pôr em questão a sua legitimidade e representatividade com os outros estados da sociedade, nomeadamente face à nobreza.

b) Era universal, estendida a toda a terra, o que implicava um forte contraste com a organização política europeia do seu tempo. Na verdade, estavam separados em diferentes monarquias e principados, com fronteiras delimitadas e rígidas. Existia, também, uma problemática pessoal originada numa dupla pertença: o compromisso com um ideal de comunidade universal, e o facto mais real de pertencer a um estado particular com interesses concretos.

---

[30] Conferência de Lluís Aracil durante o II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela. Novembro de 2004. Veja-se também do mesmo autor *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias* (2004).

[31] A começar pela ideia da *Respublica Christiana*, ideal também promovido em Portugal. Veja-se do Padre António Vieira *História do Futuro*.

[32] Um dos textos mais conhecidos sobre a matéria é a Carta sobre a Tolerância de John Locke, com o intuito de melhorar a relação entre a igreja católica e as reformadas. No texto defende a tolerância como valor que melhor define o cristianismo.

[33] A sua primeira defesa da República das Letras está contida no seu Antibarbarorum líber (1520).

[34] Voltaire, na sua definição da *Gens de Lettres* na *Encyclopédie* (1757) refere a queda do modelo de sábio renascentista, que tinha sido o dos membros da república literária até essa altura. Da *Respublica litteraria* passaram à *République des Philosophes*.

[35] Veja-se Luís Miguel Cardoso (2004).

[36] Esse livro transmitia uma ideia nada «patriótica» para a época: as nações podem aprender mutuamente umas das outras. A autora comentou o que de bom havia na Alemanha, incluídas as suas universidades, os seus valores culturais...fazia-o em francês, endereçado aos seus concidadãos. Isto não foi tolerado pela polícia de Bonaparte. Proibiram a sua publicação, que teria lugar, finalmente, em Inglaterra.

[37] Esta generalização foi tão corrente que ainda em Portugal se utiliza a expressão República dos estudantes, referida aos prédios geridos por eles.

c) Estava constituída por cidadãos *iguais*, como irmãos, o que entrava em conflito com a divisão social em hierarquias, caraterístico do *Ancien Régime*.

d) Era pluriconfessional. Esta caraterística unitária afirmou-se com a Reforma. As guerras de religião reforçaram mais essa diversidade entre os membros e o respeito mútuo, nomeadamente entre católicos e reformados. Erasmo dedicou a maior parte da sua vida à procura da unidade perdida no cristianismo. Posteriormente outros autores procuraram uma convivência pacífica. Exemplo claro destes intentos é a *Carta sobre a Tolerância* de Leibniz[38].

e)) A liberdade dos membros era essencial para a sua continuidade. A independência de cada membro era plena, em forte contradição com os estados contemporâneos, os reinos absolutistas e oligárquicos, que partilhavam um mesmo sentido autoritário da política. Neste sentido, a República literária era um espaço antiautoritário.

f) Era uma comunidade intelectual, cujo intuito se concretizava por palavras de Loeber, "Servir, ensinar o saber verdadeiro e a verdadeira erudição, e transmiti-los à posteridade". Esta atividade, afastada de todo interesse particular, de todo individualismo, promovia o ideal da comunicação generosa do saber, reconhecido como útil. Os próprios membros da república salientam o caráter de associação voluntária e livre, sem poder supremo nem forma de governo estabelecida. Contudo, houve projetos para a sua organização, como o *Projet pour l'établissement d'un Bureau general de la Republique des Lettres.*

g) O seu discurso estava articulado em forma de crítica, seguindo o modelo clássico de exposição de uma tese e posterior defesa e crítica da tese. Goodman (1984:14) explica como, através das conversas de salão e da imprensa, verdadeiros foros de discussão, em Paris, indivíduos privados conformaram a sociedade civil e constituíram-se em opinião pública, nos fins do século XVIII.

h) Acrescente-se o que Goodman afirma (1984:23) dos homens de letras franceses, na época do enciclopedismo: no seu relacionamento tinham como princípios fundamentais «a reciprocidade, o cosmopolitismo, o rango baseado no mérito e a fidelidade à verdade». Noutra página insiste neste aspeto, salientando que «a igualdade e a fraternidade tinham de ser a base de todo o relacionamento não só entre os homens de letras, mas também entre todas pessoas». Todas estas caraterísticas levaram a República Literária ao confronto com o absolutismo em geral e a monarquia francesa em particular.

1.2. A ORGANIZAÇÃO

As entidades em que se organizou o conjunto dos membros da República das Letras foram variadas, como as academias e universidades. A publicação das obras e a sua necessária difusão fizeram necessário o intercâmbio de informação, aliás, este era um dos seus princípios, abrangendo todo o âmbito da atividade intelectual da época, para o qual foi fundamental a circulação de revistas e jornais criados a tal fim, com diversos títulos como *Journal des Savants* (Paris, 1665), *Philosophical Transactions* (Londres, 1665); *Giornale de'letterari* (Roma, 1668); *Ata Eruditorum* (Leipzig, 1682-1776) e *Nouvelles de la Republique des Lettres* (Holanda, 1684). Como no humanismo, os membros da República das Letras incluíam a comunicação como elemento essencial do seu vocabulário, assim, um bom sábio devia comunicar generosamente as suas descobertas para contribuir ao bem comum. Dizem Bots e Waquet (1997:119):

> *«O ideal de colaboração internacional inspira as academias de Londres e Paris desde os primeiros dias. Em seguimento da lição baconiana, os membros destas instituições estavam persuadidos de que, para o avanço das ciências, era imprescindível o intercâmbio e a posta em comum à escala europeia dos resultados das investigações».*

Sobeja dizer que os valores representados pela República das Letras não desapareceram totalmente no século XVIII. De alguma forma, os herdeiros são a comunidade científica dos séculos XIX e XX.

1.3. O MODELO LINGUÍSTICO DA REPÚBLICA DAS LETRAS

A organização linguística da Europa tinha uma caraterística comum: em toda a parte coexistiam as línguas vulgares com o latim. De facto, esta foi por séculos o modelo, e os autores clássicos, o exemplo a emular. Esta relação e o lugar que deviam a *Grammatica* e o vulgar foi objeto de discussão pública. Já Comenius (1592-1670) propunha no seu *Janua Linguarum Reserata* (1640) um modelo de equilíbrio em que se devia manter o ensino de ambas as línguas. Em Itália, paralelamente à *Questione della lingua*, essa hierarquia entre o latim (superior) e o vulgar (inferior) era discutida desde o século XIV. Mas continuava a ser o elo de união, o lugar-comum, a língua em que se relacionavam as pessoas e os países no presente, mantendo uma continuidade cultural com o passado.

Em meados do século XVII o francês começou a substituir o latim, a língua comum, tornando-se maioritário na comunidade dos sábios a fins desse século[39]. Os enciclopedistas eram conscientes, por um lado, da posição privilegiada da língua de Molière e, por outro, do perigo que esse caminho implicava para o mundo da cultura. No Discourse Préliminaire da Éncyclopédie, de D'Alembert fica patente esse desassossego[40] (1751:153-4). O facto de

[38] Dizem Bots e Waquet: «Leibniz, que conhecera as consequências da guerra dos Trinta Anos, refletiria toda a sua vida sobre as possibilidades de estabelecer uma *Republica Christiana*, a mais bela de todas as utopias» (p. 39).

[39] Ver Bots e Waquet (1997:135-6; 146-8).

[40] «Tendo-se estendido a nossa língua por toda a Europa, julgámos que era a altura de esta substituir a latina que, depois da renascença das letras, tinha sido a dos sábios. Acho que é bastante mais escusável, para um filósofo, escrever em francês do que um francês fazer versos latinos; concordando que seja o mesmo difundir o espírito do povo que acrescentar a sua difusão. Entretanto, daí resulta um inconveniente que devíamos ter previsto. Os sábios das outras nações a quem nós temos dado exemplo podem acreditar, com razão, que poderiam escrever ainda melhor nas suas línguas do que na nossa. Então, Inglaterra imitou-nos; Alemanha, onde o

estarem a experimentar um período de grandes mudanças ficou patente também no seu «*Tableau de l'esprit humain au milieu du XVIII siècle*», introdução ao *Essai sur les éléments de philosophie* (1759)[41].

Com efeito, ao passo que se suprimia o latim como língua comum perdia-se a visão da Europa, do mundo, como um conjunto. Aracil (2004a) salienta a importância da mudança epistemológica, deste facto histórico -o que era parte (cada país), começa a ser todo, começam a proliferar mundos autárquicos e antagónicos. A mudança teve múltiplas implicações como uma nova explicação da história da língua em que o latim, como elemento comum, acabaria desaparecendo totalmente e sendo substituído primeiramente pelo Francês e depois pelo inglês. Ora, isto provocou também, desde essa altura, a realização de múltiplos esforços de diversas inspirações, na procura de uma língua comum. O mito de Babel ressurgiu, as línguas filosóficas proliferaram, quer com modelos matemáticos, quer ecléticos[42].

Naturalmente, a República Literária latina foi o modelo para a criação da República Literária portuguesa, em mais de um sentido. O português substituiu o latim nas suas funções como língua comum, já sob o rótulo de língua nacional, o que em Portugal não oferecia dúvidas significativas[43].

2. A LUSOFONIA PRESENTE

Para além da distância sociológica e política que a história determina, o maior contraste entre a República Literária latina e a lusofonia é que, enquanto aquela era promovida, e desenvolvida por indivíduos organizados com relativa independência dos Estados, na lusofonia presente a maior parte das iniciativas pertence aos governos. O mais ambicioso destes projetos é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O exercício habitual nos artigos de opinião sobre a CPLP é a reflexão sobre a sua unidade e sentido, em comparação com a francofonia, a hispanofonia, a Commonwealth, ou outros espaços e organizações multinacionais constituídos durante o século XX. O senso comum diz-nos que, nas antigas metrópoles, a reflexão sobre o passado colonial resulta mais fácil e acertada quanto maior for a distância temporal do observador.

No caso de Portugal, trinta anos parece um prazo insuficiente para ultrapassar os traumas do passado. No nível da investigação universitária, resulta chocante a escassez ou, por acaso, a dificuldade de acesso a estudos sobre a história sociolinguística do português em África e Ásia. Isto resulta mais evidente considerando a ampla bibliografia existente nos casos do inglês[44] e o francês[45]. No nível do estado, contra o que estabelece a Constituição portuguesa, a política oficial de passividade na defesa e promoção da língua apenas é quebrada pela teimosia dos novos países africanos ou Timor que, depois de muita insistência, recebe alguns professores portugueses, contudo, insuficientes para atender a demanda. Estudarmos a CPLP (mais projeto do que realidade) apenas como facto presente, sem acompanhá-la de uma explicação do passado, seria equivalente a apresentar esta entidade internacional como novidade histórica absoluta. Este discurso, carente de perspetiva, contém o mesmo intuito legitimador do modelo nacional de organização das sociedades europeias, iniciado com a revolução francesa. A consolidação das línguas nacionais nos seus respetivos territórios veio acompanhada do progressivo abandono do ensino do latim, até à sua total desaparição do bacharelato.

Este facto, acompanhado pelo alargamento do sistema de ensino primário facilitou a alfabetização maciça da população. Durante o século XX as histórias da língua ignoraram o facto de o português ter convivido, secularmente, com a língua comum europeia, numa distribuição de funções variável, mas permanente nos âmbitos universitário e institucional. Afirmar que, por séculos, o português não foi em Portugal a única língua da cultura é uma forma de tornar relativa a sua importância, e talvez isto seja incómodo e irreverente para a história oficial, caraterizada pela pretensão de unanimidade, interpretando o passado em função do presente. Mas isto não é só caraterístico de Portugal. No nosso continente, o facto de ter havido uma língua comum para a maior parte dos países, continua a ser tratado como assunto anedótico, residual ou mesmo inexistente.

Na República Literária, observámos um exemplo histórico de um grupo de países relacionados, no plano académico e cultural, por uma língua comum. Pessoas de países e religiões diferentes mantiveram um diálogo permanente, criando uma rede de relações independente e duradoura. A lição que podemos tirar para a lusofonia presente é que só convertendo a sociedade civil em protagonista da lusofonia poderemos dar-lhe um conteúdo

---

latim parecia ter-se refugiado, começa lentamente a perder o seu uso: não duvido que serão seguidos em breve pelos suecos, daneses e russos. Assim, antes do fim do século XVIII, um filósofo que quiser instruir-se bem nas descobertas dos seus predecessores, terá de carregar na sua memória entre sete a oito línguas diferentes e, depois de ter consumido para as aprender o tempo mais precioso da sua vida, morrerá antes de se começar a instruir» (1751:153-4).

[41] «A pouco que for considerado, com olhos atentos, o centro do século em que vivemos, os acontecimentos que nos ocupam, ou pelo menos nos abalam, os nossos costumes, as nossas obras e até as nossas conversas, um descobre, apercebe-se sem pena, que isso se tem feito em vários sentidos uma mudança salientável nas nossas ideias, mudança que, pela sua rapidez semelha nos prometer ainda um mais grande» (Bots e Waquet, 1997:56).

[42] Uma das últimas compilações de línguas pretensamente universais é a de Umberto Eco (1993).

[43] Diferente era a situação do Brasil e os territórios africanos. O ensino veiculado pelas ordens religiosas, nomeadamente os jesuítas, deu lugar a dúvidas sobre a língua a utilizar. Lembremos a ordem do Marquês de Pombal para tornar obrigatório o ensino em português no Brasil, face ao costume que muitos jesuítas tinham de utilizar a língua nativa como língua veicular no ensino.

[44] Ver Peter Burke e Roy Porter (1987: 191-234), um esclarecedor estudo sobre a alfabetização na Nova Zelândia no século XIX.

[45] Ver o muito citado livro de Michel Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel: *Une politique de la langue. La révolution française et les patois* (1975).

duradouro. Só levando a iniciativa dos governos para um segundo plano é que a lusofonia poderá ter um futuro claro. Depois do período histórico do nacionalismo (1789-1989), universalmente difundido, em que cada nação pretendia representar *o mundo* em todos os sentidos, parece chegada a altura de abandonar o modelo de língua como propriedade nacional. Neste sentido, um recente artigo de Fernando Cristóvão incide na ideia da república do português, explicada pelo modelo dos círculos concêntricos.

Na sua comunicação ao encontro a Língua Portuguesa: presente e futuro, Solange Parvaux[46] realizava umas propostas que me pareceram da maior sensatez, e que assumo como próprias:

1. *«A nível da CPLP, a medida prioritária é a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990», em que a Galiza participou como observadora através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico.*
2. *«O estabelecimento de acordos entre os países lusófonos nos exames para a certificação dos conhecimentos de português-língua estrangeira...»*
3. *«Definir regras, em comum, para a integração das palavras estrangeiras». É nas linguagens técnicas que precisamos de uma maior unidade de critério. A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa deveria facilitar esta aproximação entre as variantes americana e europeia da nossa língua.*

BIBLIOGRAFIA

AA.VV (2005) A língua portuguesa: presente e futuro (Conferência Internacional «A língua portuguesa, presente e futuro», Lisboa, dezº 2004): Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.

Aracil, Lluís V. (2004a) Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias, Braga: Associação de Amizade Galiza-Portugal.

---------- (2004b) "Contextos que geram textos", conferência editada no DVD do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela, 24 a 26 de nov. Discos 3-4.

Bots, Hans & Françoise Waquet (1997) La République des Lettres, Paris: Belin-De Boeck.

Burke, Peter e Roy Potter (1987) The Social History of Language. London: Cambridge University Press. Trad. Brasileira (1996): História Social da Linguagem, São Paulo: Editora Unesp e Cambridge University presos.

Cardoso, Luís Miguel Oliveira de Barros (2004) Retórica, comunicação e teoria do texto: análise a um Thesaurus do séc. XVIII – tessitura retórica e discurso apologético, in: http://ipv.pt/forumedia/3/3_fi5.htm

Cristóvão, Fernando (2005) «Os três círculos da lusofonia», no endereço eletrónico http://ciberduvidas.sapo.pt/php/portugues.php?id=27

D'Alembert (1751) «Discours préliminaire» in L'Encyclopédie ou Dictionnaire Rasoinné des Sciences, des Arts et des Métiers (articles choisis), tomo I. Paris Éditions Flammarion, 1986.

Eco, Umberto (1993) La Ricerca della Lingua Perfetta, Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli.

Goodman, Dena (1984) The Republic of Letters. A Cultural History of the French Enlightenment, Ithaca-London: Cornell Univ. Press.

Kristeller, Paul Oskar (1979): Renaissance Thought and its sources. New York: Columbia University Press.

Locke, John (1982) Carta sobre a Tolerância, Lisboa: Edições 70.

Pico Della Mirandola, Giovanni (1496) Oratio de hominis dignitate. Trad. Portuguesa:
Discurso sobre a felicidade do homem (bilingue). Lisboa: Edições 70, 1989.

Vieira, António (1953) História do futuro, in: Obras Escolhidas. Lisboa: Sá da Costa.

Voltaire (1751) Siécle de Louis XIV: particularités et anecdotes, Paris.

[46] Solange Parvaux: «Convergência e divergência no espaço da língua portuguesa» in: AA. VV (2005) *A língua portuguesa: Presente e futuro*.

4) ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES

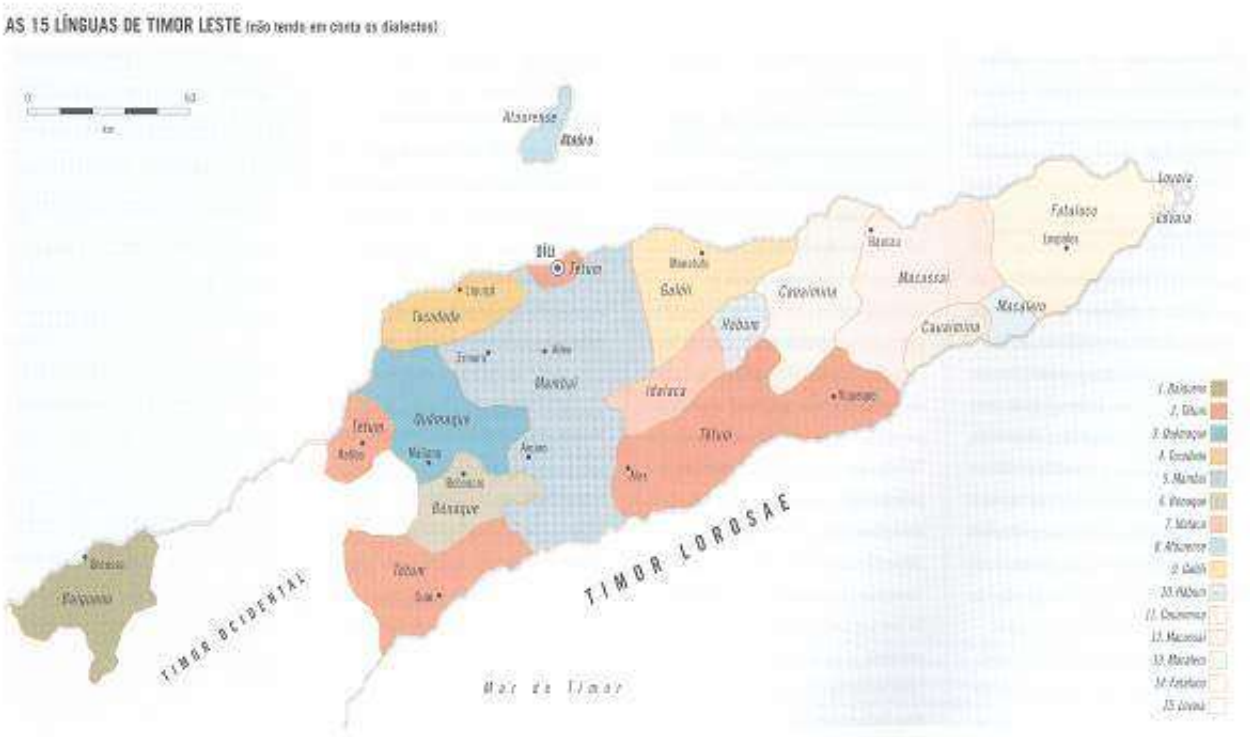
PRESIDENTE DO IASI (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE), PROF. CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ANTÓNIO PINTO BARBEDO DE MAGALHÃES, Professor Catedrático da FEUP

- Presidente do IASI – *International Institute for Asian Studies and Interchange* desde outubro de 2001.
- Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, de 1989 a 1998.
- Coordenador da Comissão Executora da Reestruturação do Ensino em Timor, maio - agosto 1975.
- Coordenador da Comissão para a Reestruturação do Ensino em Timor, de janeiro a maio de 1975.
- Professor Convidado da disciplina de *"Geografia Económica e Política da Ásia Contemporânea"* do **Curso de Pós-Graduação em Estudos Orientais Gerais** da **Universidade Católica Portuguesa** (Lisboa) 2002-2003.
- Professor Convidado do ***European Master Degree in Human Rights***, **na Universidade de Coimbra** desde a sua criação, em 1999, até 2004.
- Conferencista Convidado do **Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta** em 1998/99, em 1999/2000 e em 2000/2001.
- Professor de *"História Contemporânea de Timor-Leste e da Indonésia"* no **Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, em 1999/2000 e em 2000/2001.
- Em agosto de 2000 lecionou sobre História de Timor-Leste e da Indonésia no **Curso de Treino Diplomático** promovido conjuntamente pelo CNRT e a UNTAET, em Díli, Timor-Leste.
- Investigador responsável do projeto de investigação sobre "**O Processo de Transição em Timor-Leste: 1998-2005".**
- Coordena o **projeto de livro sobre a influência do contexto internacional na história de Timor-Leste e da Indonésia**.
- Autor de sete livros sobre a Indonésia e Timor-Leste.

Sinopse

A luta pela independência de Timor-Leste ainda não terminou. No domínio sobre os recursos naturais, tal como no da língua e outros, ainda há muito a fazer. As dificuldades são grandes e colocam importantes desafios para o futuro da jovem Nação.



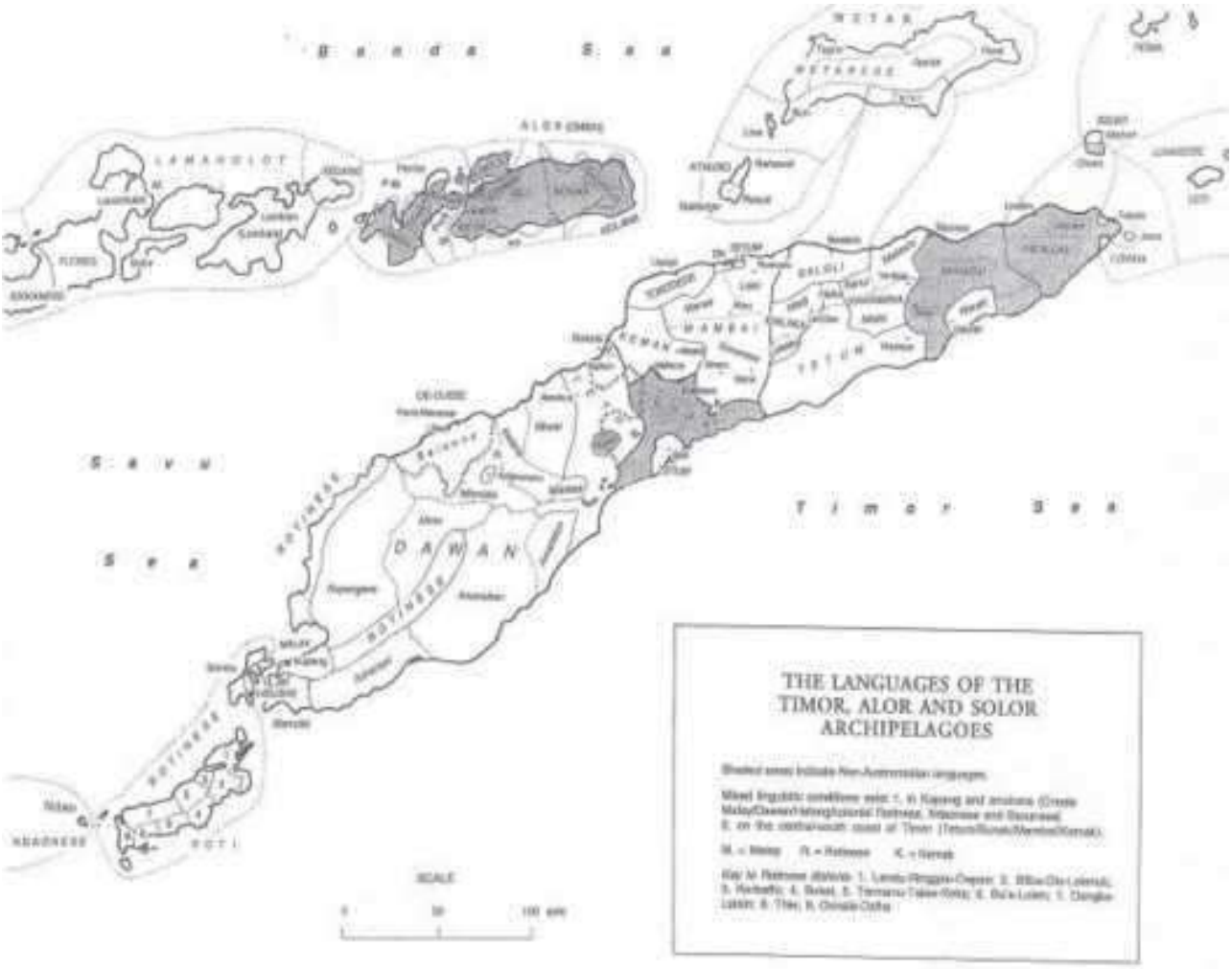
A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE

1. UMA BABEL LINGUÍSTICA ONDE NEM O TÉTUM É FALADO POR TODOS.

Em dezembro de 1974 o antropólogo António de Almeida mostrou ao autor, em Díli, um mapa ético linguístico da metade oriental da ilha de Timor, onde registara a existência de pequenas zonas com algumas dezenas ou centenas de habitantes de clãs com origem étnica e línguas muito diferentes das dos povos vizinhos. A natureza montanhosa do terreno e a economia de subsistência tinham mantido, ao longo dos séculos, a diversidade resultante de sucessivas vagas migratórias.

O linguista australiano Dr. Geoffrey Hull da University of Western Sydney MacArthur, na brochura "*Timor-Leste: - Identidade, Língua e Política Educacional*" publicada pelo Instituto Camões em 2001, e na comunicação apresentada por este académico australiano ao Congresso Nacional do CNRT em agosto de 2000, afirma que Timor-Leste, em 1975, era único, "*do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorense*" (ou seja, não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialetos locais (num total da ordem dos 30). Algumas dessas línguas tinham origens significativamente diferentes, de uns grupos para os outros.

O mapa 1, publicado no livro editado por Geoffrey Hull e Lance Eccles, com o título "*Studies in Languages and Cultures of East Timor*", mostra essa diversidade.



A essas 15 línguas autóctones havia que acrescentar o Português (até 1975) e o Bahasa Indonésio (a partir de 1976).

O Tétum, língua franca de uma parte significativa de Timor-Leste, era língua materna apenas em algumas regiões de Timor-Leste e numa parte de Timor Ocidental junto da fronteira.

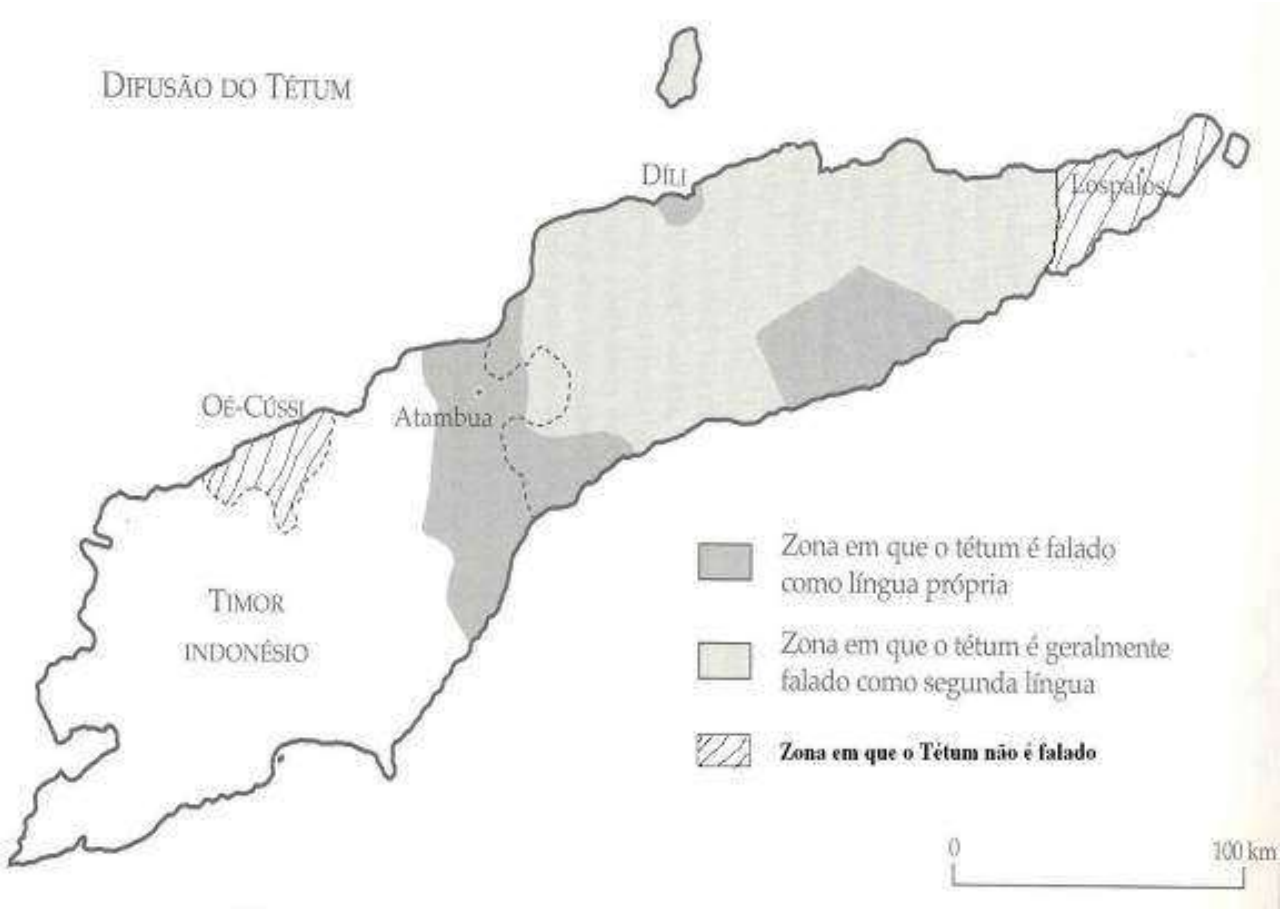
Mesmo depois de 24 anos da ocupação indonésia, em que a Língua Portuguesa foi proibida e o Tétum teve uma forte divulgação, não só por passar a ter utilização generalizada nas igrejas como língua litúrgica, a partir de 1980, mas como fator de afirmação nacional, em reação ao ocupante, um número significativo de timorenses ainda não falava a Língua Tétum.

Quer na parte leste (Lospalos) quer no Oé-cusse, o Tétum não é usado nem mesmo como língua veicular. O mapa 2, publicado pelo historiador Luís Thomaz no seu livro "*Babel Loro Sa'e: - o problema linguístico de Timor-Leste*", mostra isso mesmo.

Segundo Luís Thomaz, o uso do Tétum como língua franca parece ser anterior à chegada dos portugueses (THOMAZ, L., 2002).

A sua divulgação poderá estar associada a conquistas feitas em Timor-Leste por *datos* (nobres) "*belos*", não muito antes da chegada dos portugueses, e à hegemonia sobre grande parte de Timor Oriental por parte de dois reinos de Língua Tétum, o de Luca, perto de Viqueque, e o de Behale, situado no que é hoje o lado indonésio da ilha, mas não muito longe da fronteira.

Mais tarde os missionários generalizaram o uso do Tétum ao utilizá-lo, em muitos reinos, como língua de catequese e de orações, e ao fazer os primeiros dicionário e gramática de Tétum. Nalguns casos os missionários utilizaram também outras línguas locais para o ensino religioso, tendo mesmo feito, nos inícios do século XX, também um dicionário de Português – Galoli.



2. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA ADMINISTRAÇÃO, DE ENSINO E DE CULTURA, SOB O DOMÍNIO DE PORTUGAL.

Luís Thomaz considera que o domínio português sobre Timor-Leste, e com ele a língua portuguesa no território, passou pelas seguintes quatro fases:

1ª Fase: - De 1515, a data provável dos primeiros contactos com Timor-Leste, até 1556, em que a presença portuguesa foi apenas comercial, através de escalas mais ou menos regulares de navios portugueses que trocavam tecidos, armas e ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel.

2ª Fase: - A partir de meados do séc. XVI, na sequência do Concílio de Trento, a missionação ganhou novo fôlego. Em 1562 foi criado o primeiro convento dominicano em Solor e em 1590 o herdeiro do reino de Mena, de Timor, foi batizado. Desde 1606 havia em Larantuca um seminário ou colégio «*onde aprendem os filhos dos cristãos a ler e a contar*» (THOMAZ, L., 2002, p. 136).

Em 1738 foi instituído outro colégio em Timor, provavelmente em Manatuto. Estes colégios terão tido um papel importante na difusão do Português entre as elites das regiões onde se situavam. As igrejas (em 1640 seriam 22 em Timor) teriam também algum papel nessa difusão. A queda de Malaca em poder dos Holandeses, em 1641, determinou que os bispos de Malaca passassem a residir em Timor, contribuindo para uma maior influência da Igreja Católica na Ilha.

3ª Fase: - Em 1702 desembarcou em Timor, depois de várias tentativas falhadas, o primeiro Governador Português, com uma força de cerca de trinta homens.

Apesar de sua extrema fragilidade, a administração política portuguesa terá contribuído, também, para a difusão da Língua Portuguesa, como língua da administração.

Com base na obra de Luís Thomaz, já referida (p 137), citamos um comandante de um navio francês que em 1772 visitou Timor, e que diz:

> "*«L'isle de Timor [...] est divisée en 30 petits royaumes, qui obéissent chacun à leur roi [...]. Il y a un missionaire par royaume et deux dans les grands; tout les chefs son chrétiens et catholiques et une partie des habitants [...]. Il y a des églises dans touts les villages sur la côte [...]. Presque touts les chefs parlent portugais et dans les royaumes voisins des Portugais c'est la langue générale [...]. J'en ai connu de très sensés, spirituels, ingénieux, sincères et de bonne foy, entr'autres un qui m'a paru fort versé dans l'histoire de l'Europe»*"

Com a extinção das ordens religiosas, pela Revolução Liberal, em 1834, desapareceram os seminários e os conventos dominicanos e o clero chegou a reduzir-se, no terceiro quartel do século XIX, a dois padres diocesanos goeses.

A Língua Portuguesa continuou a ser usada como língua de administração, apesar de esta ser extremamente débil. Com efeito, em 1800 as forças portuguesas em Timor eram 12 soldados, 4 oficiais deportados e 3 oficiais não deportados. Nessa altura, dos cerca de 50 reinos timorenses, só três, Hera, Lacló e Manatuto, pagavam a "*finta*", taxa imposta pela administração portuguesa. Todos os restantes reinos viviam a sua vida própria, sujeitos a uma vassalagem meramente simbólica ao Rei de Portugal.

Apesar disso, em 1885 o viajante inglês Henry Forbes que visitou Díli constatou, com espanto

> *«in going into the various offices and shops I was struck to find all business conducted not as in the Dutch possessions in the lingua franca of Archipelago, Malay, but in Portuguese»*
> (ver THOMAZ, L., 2002, p 137)

Entretanto, o Governador Afonso de Castro (1859-1863), que desenvolveu as culturas do café, algodão, tabaco, coco e mandioca, criara já um colégio para filhos dos liurais (reis) timorenses.

4ª Fase: - Luís Thomaz considera que a 4ª e última fase do domínio português começou com o governo de José Celestino da Silva (1894-1908).

Na sequência da Conferência de Berlim (1884-85), em que as potências europeias não só definiram fronteiras coloniais mas também fixaram as regras de legitimação da posse de colónias, ficou estabelecido que as potências coloniais ou controlavam, efetivamente, as suas possessões, ou perdiam o direito a elas.

Tendo isso em conta, Portugal, tal como outras potências coloniais europeias, organizou campanhas militares nas suas colónias africanas e em Timor, para impor um domínio efetivo dos territórios. A essas campanhas militares muitos reinos responderam com revoltas e guerras que se estenderam ao longo de anos.

No caso de Timor começaram em 1895 (1ª Guerra de Manufahi) e só terminaram, de facto, em 1913. Foram implantados postos militares espalhados pelo território, incluindo o seu interior. É possível que junto de alguns deles tenham sido criados postos escolares. Os régulos perderam alguns dos seus poderes. A administração portuguesa estendeu-se a todo o território. Quadros timorenses, letrados em Português, foram integrando a administração em número crescente. O uso da Língua Portuguesa no interior foi aumentando lentamente

Em 1874 foram reintroduzidas as ordens religiosas em Portugal e o bloqueio à missionação foi suspenso. A Igreja voltou a ter um maior papel em Timor, nomeadamente no campo educativo, em geral, e no ensino do Português, em particular.

Em 1877 chegou a Timor o Padre António Joaquim de Medeiros, na qualidade de Vigário Geral e Superior das Missões, e que levava consigo sete padres do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim. Foi ele o principal obreiro da reconstrução destas em Timor.

Em 1879 chegaram ao território as primeiras Filhas de Caridade Canossianas (ou Irmãs da Caridade), que criaram uma escola e um internato para meninas. Este último durou pouco tempo, porque o poder político opôs-se à existência destes internatos e em 1881 obrigou à sua eliminação.

Em 1880 foi criado o 1º colégio-internato para rapazes em Lahane (arredores de Díli).

O Padre António de Medeiros foi nomeado Bispo Coadjutor de Goa em 1881 e feito Bispo de Macau (de que dependia Timor) em 1885.

Em 1896 Timor foi constituído em distrito autónomo, separando-se o seu governo do de Macau.

Em 1900 entraram em Timor os Jesuítas, que refundam, em 1903, o colégio masculino de Soibada (em 1898).

Em 1905 abriu o colégio feminino de Soibada.

Em todos estes colégios o ensino era feito em Português e não na língua veicular local, ao contrário do que faziam os holandeses, que ensinavam os nativos na língua veicular malaia ou em línguas locais, deixando a Língua Neerlandesa para os holandeses e alguns assimilados.

Em 1910, na sequência da implantação da República, surgem novas dificuldades para as missões. O número de padres, em Timor, passa de 22 para 10. As religiosas Canossianas são obrigadas a fechar as suas escolas (onde tinham 400 alunas) e a abandonar Timor, onde só regressam em 1923.

O ensino, em geral, incluindo o ensino do português, sofreu novo golpe, apesar de, segundo Luís Thomaz, ser criada em Díli, em 1915, uma escola oficial do estado. Antes haveria escolas das missões, com ou sem o apoio direto do Estado, algumas escolas ou postos escolares dos comandos militares ou das comissões municipais, quando e onde as havia.

De notar que, no quadro de acordos entre a Igreja e o Estado, as escolas das missões eram financiadas por este, e que, muitas vezes, aos missionários era contado o tempo de serviço como funcionários do Estado. Tal não impede que se considerem essas escolas como sendo escolas da Igreja e não propriamente do Estado.

Em 1920 é nomeado bispo de Macau e de Timor D. José da Costa Nunes (1920 a 1940) que além de criar várias missões, fundar e construir Igrejas, cria escolas de professores catequistas, de grande importância para o desenvolvimento religioso e educacional das populações. A primeira dessas escolas é estabelecida em 1924.

Com um curso de três anos a seguir à 4ª classe, essas escolas formam professores de grande qualidade, com a dupla função de serem professores (em Português) e catequistas (em Português ou em Tétum).

Em 1940 é assinado o Acordo Missionário, entre Portugal e a Santa Sé. Ao mesmo tempo é criada a diocese de Díli e nomeado seu Administrador Apostólico D. Jaime Garcia Goulart, padre açoriano que missionava em Timor desde 1924.

Durante a ocupação japonesa, na II Guerra Mundial (de 1942 a 1945) D. Jaime Goulart refugia-se na Austrália, onde é sagrado bispo de Timor em 1945.

Em 1971 a diocese de Díli estava dividida em três paróquias, 15 missões e 65 estações missionárias.

O número de sacerdotes era de 42, sendo 31 diocesanos e 11 missionários. Dos 31 padres diocesanos 13 eram timorenses, e os restantes 18 europeus, indianos ou de origem chinesa. Dos 11 padres missionários três eram jesuítas e oito salesianos.

O número de irmãos religiosos era de 10 (3 jesuítas e 7 salesianos). O número de irmãs religiosas ascendia a 49 – 30 Canossianas, 12 dominicanas e 7 Servas da Sagrada Família. Além disso havia 173 catequistas e 168 professores nas escolas das missões.

Como instituições educativas a Igreja tinha a seu cargo:

- Um seminário menor;
- Quatro colégios masculinos;
- Quatro colégios femininos;
- Sete escolas masculinas;
- Três escolas femininas;
- Duas escolas mistas;
- Dezasseis postos escolares masculinos;
- Cinco postos escolares femininos;
- Sete postos escolares mistos.

O número total de seminaristas era de 140. A Filosofia era estudada no Seminário de Évora e a Teologia no de Leiria.

Numa população total recenseada (em 1970) de 628.842 havia 196.861 católicos (31,3%); 2.227 protestantes (0,3%); 234 maometanos (0,04%); 5942 budistas (0,95%); sobretudo entre a comunidade chinesa, e os restantes (67,4%) eram animistas.

O número de catecúmenos ascendia a 15.950, nessa altura (1971) (Barbedo de Magalhães, A, 1987)

Até 1961 a participação direta do Estado na educação, nas colónias portuguesas, foi mínima.

Em 1938 foi criado em Díli o primeiro colégio-liceu, semioficial, arruinado pela ocupação japonesa (1942-45) durante a II Guerra Mundial. Só em 1952 é que recomeçou as suas atividades como liceu. O Seminário Menor de Dare começou as suas atividades em 1954. A Escola Técnica de Díli foi criada em 1965.

Por volta de 1972 são criadas escolas do ciclo preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) em Bobonaro, Pante Macassar (Oé-cusse), Maubisse, Baucau e Lospalos.

Em 1970 o censo registava 90,8% de analfabetos entre a população maior de dez anos, e 92,8% entre os maiores de 20 anos. Esse censo revelava que apenas 3,3% dos maiores de dez anos tinham a 4ª classe!

Com o início da revolta anticolonial em Angola, em 1961, o Estado Português acordou para a necessidade de educar e, através da educação, de "*portugalizar*" as populações das então chamadas "*Províncias Ultramarinas*".

O ensino oficial, quer do estado quer através da Ação Social do Exército (a cargo das unidades militares), desenvolveu-se rapidamente. A Igreja perdeu o quase completo exclusivo da educação, que tinha tido durante séculos, nomeadamente em Timor.

Os quadros seguintes, retirados em grande parte do Projeto do Grupo Coordenador para a Reestruturação do Ensino, nomeado em janeiro de 1975 para definir o ensino de transição, no período de descolonização, mostram a rápida evolução que teve esse ensino entre 1963-64 e 1973-74.

É provável que alguns dados estatísticos estejam inflacionados, sobretudo os que dizem respeito à década de sessenta, como lembrou no 4º Colóquio Anual de Lusofonia, Amílcar Dias, marido da Embaixadora de Timor-Leste em Portugal.

A enorme avalanche de candidatos aos cursos de reciclagem que se previa fazer em Díli, a partir de 11 de agosto de 1975, com vista à descolonização do ensino (330 professores inscritos, embora, teoricamente, houvesse em Timor apenas 270 professores nas condições exigidas à partida para frequentar esse 1º curso de reciclagem) leva o autor a pensar que os números da década de 70 não estarão muito longe da realidade.

Infelizmente a instabilidade e insegurança criada no território, pelo golpe desencadeado pela UDT na noite de 10 para 11 de agosto de 1975, manobrada por interesses estrangeiros (australianos, americanos, britânicos, indonésios e até do Vaticano), obrigaram a suspender a concretização desse curso de reciclagem, e bloqueou, na prática, todo o processo de descolonização em curso, que estava a ter tão grande e tão entusiástica participação da maior parte dos timorenses a que dizia respeito.

Ensino Primário – Timor, Dados estatísticos dos Serviços de Educação de Timor (sob administração portuguesa)

Ano letivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização

1963-64	14 228	411	
64-65	18 403	386	
1965-66	18 488	450	
66-67	20 813	467	
67-68	23 059	490	
68-69	27 299	513	
69-70	29 382	559	
1970-71	33 115	662	27,0%
71-72	36 208	637	31,0%
72-73	60 233	1 100	52,8%
73-74	94 689	1 336	77,0%

Número de ALUNOS em escolas a cargo:

	Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	Total
1961/62	2 562	5 171	-	1 262	8 995
1962/63	4 814	5 764	1 010	1 406	12 994
1963/64	4 672	6 577	1 556	1 423	14 228
1964/65	6 384	7 849	2 713	1 457	18 403
1965/66	6 970	7 268	3 004	1 246	18 488

Número de PROFESSORES

	Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	Total
1961/62	34	134	-	61	229
1962/63	77	150	101	63	391
1963/64	73	163	116	59	411
1964/65	98	161	69	58	386
1965/66	120	155	75	100	450

QUADRO III – ESCOLAS PRIMÁRIAS E POSTOS ESCOLARES EM 1973/74

Número de Escolas

Concelho	Dos Serviços de Educação	Da Ação Social do Exército	Da Diocese (missões) relatório de 1973	Total
Aileu	29	7	4	40
Ainaro	33	4	2	39
Baucau	57	9	12	78
Bobonaro	99	8	5	112
Cova-Lima	53	4	2	59
Díli	10	10	4	24
Ermera	40	6	3	49
Lautém (Lospalos)	32	7	4	43
Liquiçá	23	5	2	30
Manatuto	32	5	8	45
Oé-cusse	13	15	3	31
Same	29	3	4	36
Viqueque	28	10	2	40
Total	478	93	55	626

Com esta evolução a percentagem de população capaz de falar minimamente o Português terá chegado, em 1975, a cerca de 15 a 20% dos timorenses. Mas talvez só cerca de metade destes (7 a 10% da população) estivesse em condições de poder ler o Português.

O retrato do ensino em Timor feito em 1975 pelo GCRET pode sintetizar-se como se segue (Barbedo de Magalhães, 2004)

CICLO PREPARATÓRIO (2 anos)

1974/75 - 2177 alunos . 15 escolas

ENSINO LICEAL (5 anos em Díli, 3 anos nos restantes estabelecimentos)

1974/75 - 761 alunos . 4 = 3 escolas + 1 seminário menor

ENSINO TÉCNICO (3 anos)

1974/75 - 318 alunos . 1 Escola Técnica em Díli

Escola de **H**abilitação **DE PROFESSORES DE POSTO** (4 anos)

1974/75 - 282 alunos . 1 escola em Díli

ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS (3 anos) (dos Salesianos)

1974/75 - cerca de 100 alunos . 2 escolas (Díli e Fatumaca)

ESCOLA DE PRÁTICA AGRÍCOLA (3 anos) (dos Salesianos)

1974/75 - cerca de uma dezena de alunos . 1 escola (Fatumaca)

Ensino **CHINÊS** (1974/75)

15 escolas primárias e do ciclo preparatório (1 ano de pré-primário + 4 de ensino primário + 2 de ciclo = 7 anos): 14 no interior, com 400 alunos no total, e uma em Díli com cerca de 800 alunos;

1 escola secundária em Díli (6 anos), com cerca de 300 alunos.

Do estudo efetuado sobre a situação do ensino em Timor o GCRET tirou as seguintes conclusões:

- "*O governo Português só muito tarde se interessou pelo ensino em Timor.*";
- "*A preocupação de lançar o ensino liceal precedeu a do ensino técnico.*";
- "*O ensino das Artes e Ofícios mereceu muito pouco interesse ao Governo Colonial.*";
- "*O ensino agrícola está ainda exclusivamente a cargo duma escola particular.*";
- "*O ensino em Timor foi, até agora, uma cópia do ensino metropolitano e angolano, desajustado portanto às realidades e às necessidades de Timor.*".

3. O ENSINO E A LÍNGUA SOB OCUPAÇÃO INDONÉSIA.

Com a ocupação o ensino passou a fazer-se em Bahasa Indonésia, e a Língua Portuguesa foi banida do ensino com exceção, até 1991, do Externato São José e do Seminário, que continuaram a ensinar com o curriculum Português e mesmo em Português.

Na sequência do massacre de Santa Cruz o externato foi encerrado e, quando reabriu, em 1993, o ensino já era em Língua Indonésia e segundo o curriculum indonésio.

Com a ocupação todas as escolas chinesas foram encerradas.

Nas zonas controladas pela FRETILIN, até à destruição, em 1979, de todas as bases da Resistência, o ensino era feito em Português, em "escolas" improvisadas onde as cascas de árvores substituíam o papel.

Nos primeiros anos de ocupação, o simples facto de saber ler e escrever em Português era, muitas vezes, razão suficiente para se ser morto.

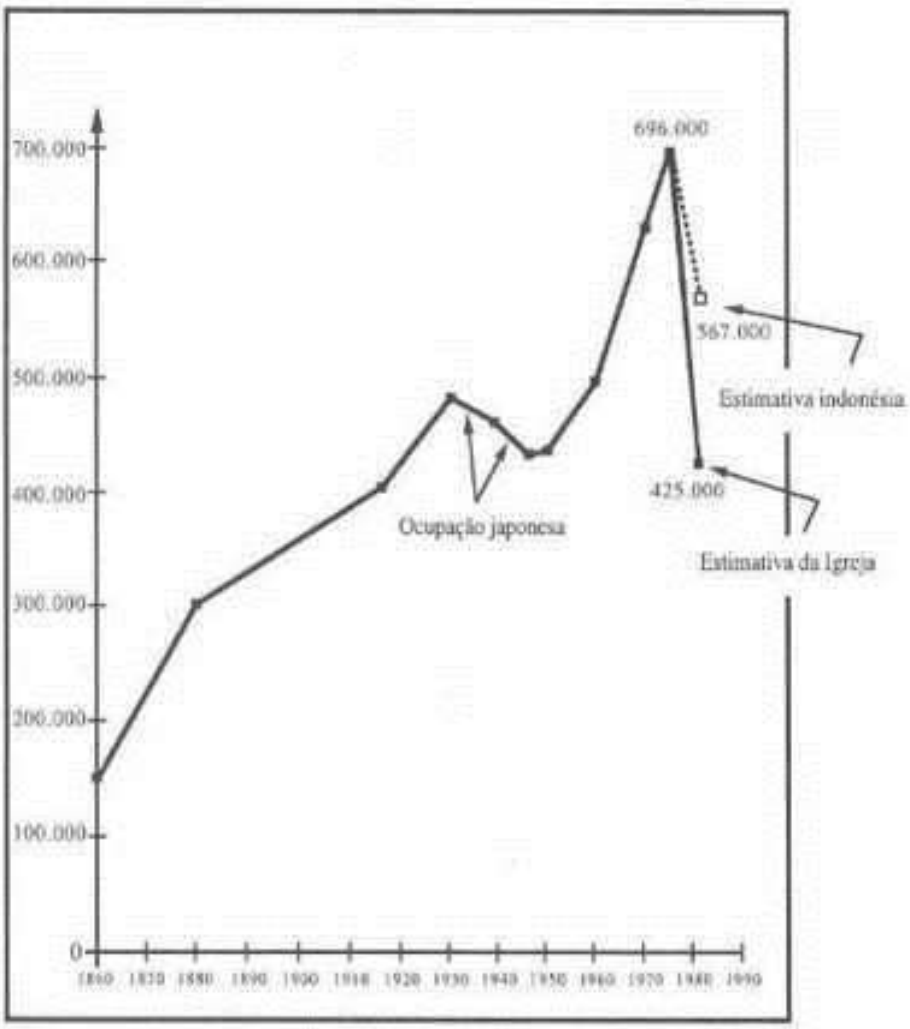
Como escrevia um sacerdote, no "*Relatório Deste Triste Cativeiro*" publicado no número de fevereiro de 1982 da revista Magnificat dos Padres Jesuítas (Barbedo de Magalhães, 1983, p. 46), "*no Posto de Uato-Lari do concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a 2ª classe da Instrução Primária para cima.*"

Os primeiros anos de ocupação foram de razia quase total.

Segundo relatório do Parlamento da Austrália publicado em 1983, das cerca de novecentas mil cabeças de gado existentes em Timor Oriental em 1973, restavam, em 1979, cerca de cem mil… Nessa altura quase todas as aldeias e culturas tinham sido destruídas… perto de um terço da população tinha sido dizimada.

Os restantes timorenses deslocados para campos de concentração controlados pelas forças ocupantes, sofriam fome extrema.

Quando não eram presos, torturados e mortos, muitos timorenses continuaram a morrer de fome nesses campos de concentração. (Barbedo de Magalhães, 1997, p. 14)



O impacto da invasão Indonésia na população (Defert, 1992).

	1973 (milhares)	1979 (milhares)	Redução em percentagem
Búfalos	141	24	83%
Cavalos	139	15	89%
Porcos	305	27	91%
Ovelhas e Cabras	318	36	88%

Impacto da invasão Indonésia no número de cabeças de gado (Relatório do Parlamento da Austrália: Austrália, 1983, p. 106)

Nestas condições não admira que durante os primeiros anos de ocupação as escolas entretanto criadas pelas autoridades indonésias tivessem muito menos alunos do que os que frequentavam em 1973-74, o sistema de ensino português.

A transitória e aparente vitória da força, e a transferência da luta, predominantemente, para o plano político diplomático, com uma componente militar reduzida ao imprescindível para manter a chama da esperança e criar espaço para uma solução no plano internacional e no quadro das Nações Unidas, levou a uma aparente "*normalização*" que tornou possível a implantação de um sistema educativo indonésio progressivamente mais extenso.

De acordo com dados do Department of Information of Republic of Indonésia, possivelmente bastante inflacionados, tal como foram publicados em "*East Timor After Integration*", o número de alunos evoluiu, de 1976-77 a 1982-83 conforme o quadro seguinte:

" East Timor After Integration ", Dados do Department of Information of Republic of Indonesia			
Ano letivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização
1976-77	13 501	499	
77-78	23 041	614	
78-79	41 543	959	
79-80	59 072	1 610	
1980-81	68 709	1 515	
81-82	77 658	1 821	
82-83	90 437	2 226	

Estes dados estarão, provavelmente, muito inflacionados, como se sabe terem sido exageradas muitas das estatísticas das autoridades indonésias ocupantes.

Em comunicação às VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997, David Odling-Smee apresentou dados sobre o ensino em Timor-Timur, durante a ocupação, de que destacamos os seguintes dados:

Provision of Schools and Teachers, Table 1: Number of government schools, students and teachers in 1993

	Schools	Students	Teachers
Primary School	650	110,815	6,528
Junior High School	101	22,495	1,258
Sénior High School	34	11,447	772
Vocational Schools			
~Mechanical	2	830	92
~Commerce/Scrtrl	8	3,149	186
~Agricultural	4	867	55
~Home Economics	1	284	28

Source: Pemerintah Daerah Propinsi Daerah Tingkat I Timor Timur: Rencana Pembangunan Lima Tahun Keenam 1994/95 – 1998/99

Table 2: Number of Catholic Schools (1993)

Primary School	115
Junior High	30
Sénior High	12
Vocational High	4

Sources: Catholic figures from Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies Vol 1 Nº 2 February 1996

Nessa altura o Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies estimava que o número de alunos em escolas católicas era de cerca de 30.000.

Entretanto, e de acordo com documentos das autoridades indonésias, em 1987 o Governador, Eng.º Mário Carrascalão, criou a Universitas Timor Timur (UNTIM), com três faculdades: - Agricultura, Ensino (formação de professores) (FKIP) e Ciências Sociais e Políticas (Fisipol).

Em 1990 foi criado o Instituto Politécnico de Hera, a 10 km de Díli e entretanto foi criado o Institut Pastoral Indonesia (IPI), para formar catequistas num curso de quatro anos que não conferia grau.

O número de professores e alunos destas instituições era, em 1993, o seguinte:

	Lecturers	Students
Universitas Timor Timur	126	1154*
Politeknik	27	900
Institut Pastoral Indonésia (IPI)		500
University Terbuka (Open U)		242

Source: Daniel Kameo p 53.

* 60% are Timorese

Quanto ao emprego só cerca de um quinto dos formados o conseguia obter, apesar do engrossamento dos quadros do funcionalismo público, como se pode ver no quadro seguinte:

	Primary	Junior High	Senior High	University	Total
Job-seekers	518	1,159	7,526	791	9,994 (100%)
Employed	210	432	927	172	1741 (18%)
Unemployed	308	727	6,599	619	8,253 (82%)

Source: Kantor Statistik Timor Timur 1992

Em 1995 o Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo determinou que as escolas católicas pudessem ensinar até 6 h de Língua Tétum por semana. Mas a ausência de textos escritos em Língua Tétum dificultou a aplicação desta diretiva. Segundo o autor citado (Odling-Smee, 1997) em 1993, 52% da população timorense continuava iletrada. Os 48% literatos incluíam muitos imigrantes indonésios.

4. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA DESCOLONIZAÇÃO, DA INDEPENDÊNCIA E DA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO.

Com a liberdade política resultante da revolução de 25 de abril, que derrubou a ditadura do Estado Novo instalada em Lisboa desde 1926, criaram-se em Timor, em maio de 1974, dois partidos ou associações políticas com grande implantação popular:

- A UDT (União Democrática Timorense), fundada em 11 de maio de 1974, que começou por preconizar a ligação a Portugal para, mais tarde, defender a independência do território;
- A ASDT (Associação Social Democrática Timorense), criada a 20 de maio e que em 11 de setembro de 1974 deu origem à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), que sempre pugnou pela independência.

Com o apoio das autoridades indonésias foi criada também, em 27 de maio de 1974, a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), que defendia a integração do território na Indonésia, com um estatuto de autonomia especial. Este partido nunca terá tido um apoio superior a cerca de 5% da população.

No seu programa, A UDT não fala na língua, mesmo quando se refere, longamente, ao sistema de ensino e à alfabetização de adultos.

O programa político da FRETILIN afirma que "*A Língua Portuguesa será mantida como a língua oficial do país*". Nessa altura (1974) não era feita qualquer referência ao Tétum.

No seu primeiro manifesto a APODETI declara defender "*os seguintes princípios*":

1º. "*Viabilidade, em termos de Direito Internacional, de uma integração, com autonomia da comunidade indonésia.*"

2º. "*A necessidade da introdução da língua indonésia como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e abertura das escolas primárias da língua indonésia, não eliminando as portugueses já existentes;*"

(…)

7º. "*A língua e a civilização portuguesas;*"

Em 20 de janeiro de 1975 o Governador, Coronel Mário Lemos Pires, criou o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET), para definir "*as linhas mestras para o ensino de transição em Timor*", no quadro da política de descolonização em curso, elaborar programas e preparar quadros timorenses.

Constituído por quatro pessoas a tempo inteiro, duas timorenses e duas "*metropolitanas*" e por três delegados das três principais associações políticas timorenses, na primeira reunião que o grupo permanente teve com esses

delegados perguntou-lhes qual achavam que deveria ser a língua (ou línguas) de ensino a utilizar em Timor-Leste na fase de transição. A resposta foi unânime, a favor do Português.

O delegado da APODETI, o Sr. João Martins, manifestou o desejo de que a Língua Indonésia (o Malaio) fosse ensinada como segunda língua, o que os outros partidos fortemente rejeitaram, e que a Comissão de Descolonização e o Governador também rejeitaram.

Nas férias da Páscoa de 1975 o GCRET organizou uma Semana do Ensino Primário. Aproveitando a vinda a Díli de muitos professores do interior, para receberem os seus vencimentos em atraso, promoveu, de 17 a 22 de março, uma semana de reuniões e debates sobre os problemas do Ensino Primário (e Pré-primário) e as necessidades de Timor a esse nível. Numa dessas reuniões surgiu uma proposta para que o ensino Pré-primário fosse feito nas línguas e dialetos maternos, como era então recomendado por muitos bons pedagogos. Mas as dificuldades resultantes do tão elevado número de dialetos, por vezes falados por grupos sociais de muito reduzida dimensão e bastante isolados, tornavam impraticável essa hipótese.

Nem o ensino em Tétum, nem sequer o ensino do Tétum foram propostos ao GCRET por qualquer timorense. O facto de o Tétum ser uma língua sem qualquer tradição literária escrita (nessa altura) levava os timorenses a ligar a alfabetização à primeira língua escrita que lhes era dado conhecer, o Português.

Embora o Tétum e até diversos dialetos locais fossem utilizados nas reuniões e nos comícios das organizações políticas timorenses, os documentos destas eram escritos em Português. As campanhas de alfabetização de adultos que a FRETILIN lançou em 1975, nomeadamente através da União Nacional dos Estudantes Timorenses (UNETIN), eram feitas em Português e, muitas vezes, utilizando o método do pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Por tudo isto podemos dizer que a língua da descolonização foi, predominantemente, o Português.

Quando, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN declarou, unilateralmente, a independência, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, feita para entrar em vigor às 00h00 desse dia, não referia, sequer, qual era a língua oficial de Timor-Leste. Redigida em Português, ela pressupunha que o Português era a (única) língua oficial do novo país, tal como o Programa Político aprovado pela FRETILIN, cerca de um ano antes, preconizava. Não existia, nesta constituição de 1975, qualquer referência ao Tétum ou a qualquer outra língua ou dialeto falado em Timor-Leste.

Durante a ocupação de Timor-Leste, a Língua Portuguesa foi muito utilizada pela Resistência à ocupação indonésia, sobretudo pelas FALINTIL.

Em artigo publicado pela "*Camões*", Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14 (julho - setembro de 2001, p. 41), editada pelo Instituto Camões, o General Taur Matan Ruak, último comandante das FALINTIL explica porque foi o Português a língua usada, enquanto possível, pela Resistência Armada.

> "*Quando nos debruçamos sobre as relações entre a língua portuguesa e a Frente Armada, em particular, veremos que quatro fatores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural.*"
>
> "*Nos tempos da guerra de posições, de 1975 a 1979, a língua oficialmente utilizada pela resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até à base.*"
>
> "*Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.*"
>
> "*Porém quando se deu a queda das Bases de Apoio, as coisas mudaram, porque aquela classe detentora da língua portuguesa minguou fatalmente e esta quase que desapareceu da circulação, à exceção de certas correspondências entre os poucos dirigentes do topo ainda sobreviventes.*"

No plano internacional a opção pelo Português feita em 1974 foi também uma expressão das afinidades da FRETILIN com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas em África, e das ligações políticas, afetivas e culturais a Portugal.

Essas afinidades e ligações foram extremamente importantes. Com efeito, a colocação, por Portugal, de uma queixa no Conselho de Segurança da ONU, no próprio dia da invasão de Díli pela Indonésia, em 7 de dezembro de 1975, foi crucial para legitimar a luta contra a ocupação e envolver as Nações Unidas na resolução do Problema, até à autodeterminação em 1999.

Importantíssima foi, também, a solidariedade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que com as suas propostas e a sua solidariedade mantiveram a questão viva nas Nações Unidas, mesmo durante os longos anos em que Portugal praticamente nada fez em Nova Iorque.

O facto dos jovens timorenses rezarem em Português, no cemitério de Santa Cruz, aquando do massacre de 12 de novembro de 1991, teve um grande impacto em Portugal e ajudou a mobilizar a solidariedade portuguesa e lusófona.

No território ocupado e controlado pelas forças indonésias, a Língua Portuguesa foi proibida, com exceção para o Externato de São José. Mesmo neste o Português acabaria por ser banido, pouco depois do massacre de Santa Cruz.

Num artigo publicado no número 14 da Revista Camões, já atrás referida, o Padre João Felgueiras, S.J., fala do cuidado com que os seminaristas timorenses fizeram sucessivas transferências dos livros da biblioteca do Seminário de Nª Sr.ª de Fátima, em Dare (perto de Díli), depois de este ter sido bombardeado em 13 de dezembro de 1975, e, consequentemente, em grande parte incendiado, e depois, em 1978, para o Colégio Bispo de Medeiros, em Díli, e finalmente, para a Câmara Eclesiástica, onde acabaram, apesar de tudo, por arder em 5 de setembro de 1999, poucos dias depois do referendo de autodeterminação. Eram livros em Português e os militares indonésios insistiam em que deviam ser queimados. Mas os padres e seminaristas timorenses resistiram e guardaram-nos até à autodeterminação.

No já referido artigo o Padre João Felgueiras, jesuíta português que foi um dos pilares morais e culturais da Resistência à ocupação, fala do "*milagre da escola de formação lusófona*" nestes termos:

> "*Quando Monsenhor Martinho da Costa Lopes, com o apoio dos padres Felgueiras e Martins, reabriu o Seminário em maio de 1978, com 12 seminaristas, tivemos dificuldade em encontrar professores. O mesmo acontecia com os padres Leão da Costa e Domingos da Cunha que reabriram o Externato de São José. Juntámos forças e o Seminário passou a lecionar por completo, o curso dos Liceus. É a esta escola, sobretudo, que se deve o ensino regular do currículo de ensino em Língua portuguesa, desde a primária ao 7º ano do Liceu. Alguns dos nossos Ministros e Sacerdotes e muitos funcionários e senhoras timorenses por ali passaram. Foi um «milagre» que tivéssemos conseguido manter tantos anos esta escola de formação lusófona, cristã e nacionalista.*" (Felgueiras, 2001)

O Padre João Felgueiras, S.J., e o Professor Benjamin Côrte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, lembram que, tendo o Seminário sido aberto em maio de 1978 com 12 alunos, no Colégio Bispo de Medeiros, em Lahane (Díli) pouco depois os seminaristas passaram a frequentar as aulas do ensino liceal, com plano de estudos de Portugal e em Português, no Externato São José. Este, que era uma escola da Diocese de Díli a funcionar no ACAIT, até 1975, reabriu, por iniciativa e arriscado esforço dos padres timorenses Leão da Costa e Domingos da Cunha, nas instalações, entretanto abandonadas, que tinham sido o lar das irmãs Canossianas em Balide (Díli).

Enquanto o Seminário de Díli teve como reitores o Padre João Felgueiras, S.J., de 1978 a 1986, ou o Padre José Martins, S.J., de 1986 a 1992, aos Domingos muitas crianças e jovens iam ao Seminário não só para aprenderem a doutrina cristã, mas também para aprenderem Português. Com a mudança de Reitor, o ensino de Português foi negligenciado, mas manteve-se, apesar de tudo, com menos alunos.

> "*Após Santa Cruz, as forças ocupantes forçaram os responsáveis a fechar, de vez, o Externato de São José. Podíamos dizer: tinha cumprido a sua missão.*" (Felgueiras, 2001)

Referindo-se aos livros e revistas em Português clandestinamente lidos e guardados durante a ocupação, o sacerdote português conta:

> "*Os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes, de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos. Em geral o livro não sobrevivia enterrado, mesmo dentro de sacos de plástico. Era com tristeza que se ouvia o timorense a lamentar que os seus livros tinham apodrecido.*"
>
> (…) "*Quando começou a ser negligenciada a perseguição cultural, os livros começaram a emergir de variados modos, espalhando-se cautelosamente por toda a parte. E era um tesouro quando apareciam! Naturalmente que eram os livros religiosos os mais desejados.*"
>
> "*A compensar a anterior devastação de livros queimados ou estragados, começaram a vulgarizar-se as fotocópias. A princípio com grandes cautelas, ainda que fizéssemos fotocópias em Jacarta. Assim, muitas gramáticas de Ulisses Machado foram fotocopiadas às dezenas em Jacarta e, por amigos de confiança, trazidas para Díli. Até que, passado o medo ao olho vigilante da Intel, nos lançámos a sucessivas remessas de fotocópias do Ulisses Machado. Era quase um pequeno negócio. Vieram depois os pequenos livros das primeiras classes da Primária. Fomos fazendo sucessivas remessas de centenas desses livrinhos que eram levados aos recantos de Timor.*"
>
> "*Entretanto, havia em Timor um pequeno livro que certamente arrecada para si a medalha de invencível e de ter chegado a toda a parte e em todos os tempos, e ter chegado às mãos de toda a gente. Até o «*bapa*» (administrador indonésio) o queria. Era um livrinho de orações, editado ininterruptamente em Braga desde há anos. É o DIA*

*SANTIFICADO. Certamente não há um timorense que ignore este nome. Na verdade, desde 1971, foram chegando a Timor, continuamente, centenas de livros. Começada a guerra, todos os que passavam por Dare levavam no bolso da camisa o DIA SANTIFICADO. Como era livro religioso, passava mais facilmente. Durante estes 30 anos entraram centenas de milhares que escoavam para todos os lados. Em 1999, à falta de outro livro, o DS servia de livro de «*leitura*»*."

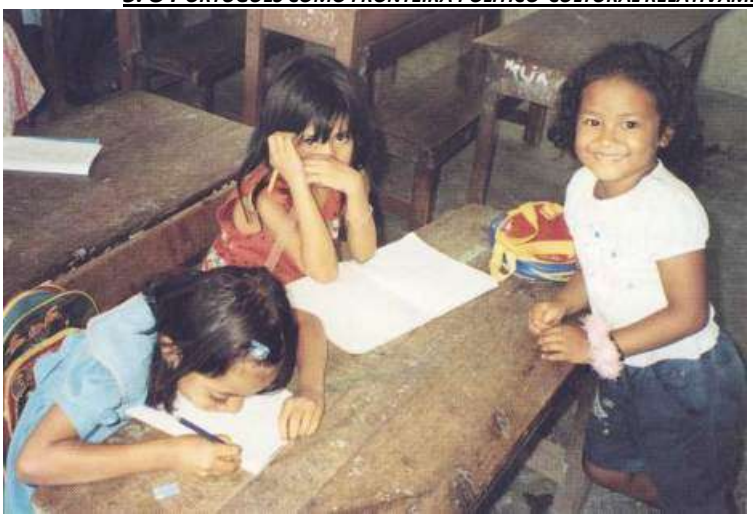
"*Uma revista periódica, a Cruzada Eucarística, também tem lugar de honra na promoção da Língua Portuguesa.*"

"*Os livros de cânticos religiosos em português foram também mantendo o uso da língua portuguesa.*"

Apesar das dificuldades, poucos anos depois do encerramento do Externato de São José é o próprio Padre João Felgueiras, S.J., quem assume o risco de relançar o ensino do Português. São, novamente, dele as palavras que citamos a seguir:

"*Uns 5 ou 6 anos antes do Referendo, começámos em Lahane o ensino da Língua Portuguesa a um grupo de «aspirantes» timorenses para Jesuítas. Embora fosse dedicado a esses jovens… e não faltassem imediatamente professoras voluntárias para ensinar, assim, como na clandestinidade, logo a seguir, correu a notícia. E começou um fluxo ininterrupto de crianças e jovens para se «*inscreverem*» no Curso de Língua Portuguesa. Eram às 10, às 20 e 50 por dia as inscrições. Chegámos a número «*limite*» de alunos, impossibilitados materialmente pelo espaço do lugar. Nem bastou o armazém e o terreno contíguo de um amigo vizinho. Era uma massa de 3.000 crianças e jovens que vinham aprender a Língua Portuguesa.*"

5. O PORTUGUÊS COMO FRONTEIRA POLÍTICO-CULTURAL RELATIVAMENTE AOS VIZINHOS – UMA ESCOLHA DIFÍCIL.



Tendo o Português sido substituído, em 1980, pelo Tétum, como língua litúrgica, a fim de travar as pressões indonésias para a substituição da Língua Portuguesa pela Língua Indonésia nas igrejas, o Tétum teve um grande desenvolvimento. Além disso algumas instituições, sobretudo australianas, nos últimos anos da ocupação, dedicaram-se, não só ao seu estudo, mas também à edição de livros infantis e didáticos em Tétum. Deste modo a língua veicular mais falada em Timor-Leste começou a ser uma língua também escrita, e não apenas oral.

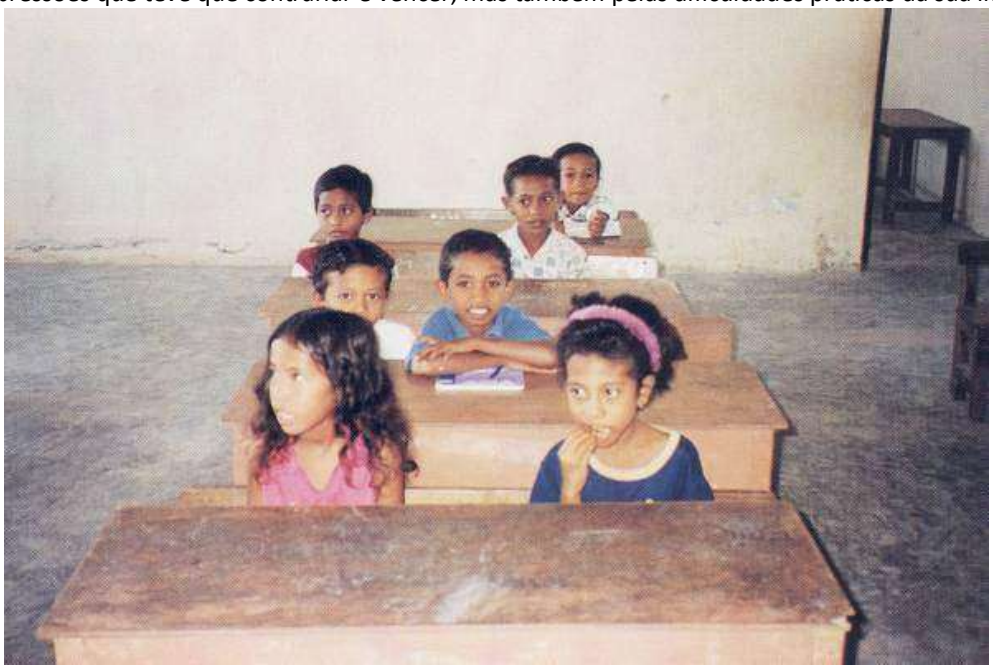
Essa evolução determinou, em fins de abril de 1998, poucas semanas antes da queda do regime do General Suharto, que a Convenção Nacional Timorense na Diáspora, reunida em Peniche, que criou o CNRT, uma estrutura unificada da Resistência Timorense (incluindo a FRETILIN e a UDT), definiu como objetivo dotar Timor-Leste de duas línguas oficiais, o Português e o Tétum.

Essa mesma decisão foi transformada em artigo da nova Constituição da RDT-L, que entrou em vigor em 20 de maio de 2002. Esse artigo foi aprovado sem votos contra, apenas com três abstenções, pela Assembleia Constituinte eleita em 30 de agosto de 2001.

A opção por essas línguas, com exclusão da Língua Indonésia e do Inglês, marcou a fronteira entre Timor-Leste e os seus dois grandes e poderosos vizinhos.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., e as pressões da Austrália e até de muitos funcionários da UNTAET, para que o inglês fosse escolhido como língua oficial. E muitas continuam a ser as propostas, pressões e tentativas de australianos, por entrepostos timorenses, para atrasar a idade de começo da aprendizagem do Português pelas crianças timorenses. Com o pretexto de que é pedagogicamente melhor alfabetizar nas línguas maternas, procuram adiar para o 3º ou 4º ano do ensino básico o ensino do Português, aproximando as idades do começo deste com a do ensino do inglês, como diz o Reitor Benjamin Côrte-Real.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., caso fosse essa a opção dos timorenses. Mas a liderança timorense e, com ela, a Assembleia Constituinte, incluindo os partidos da oposição ao Governo, foram firmes na sua demarcação face aos vizinhos e na afirmação da sua identidade própria. Foi uma opção difícil, não só pelas pressões que teve que contrariar e vencer, mas também pelas dificuldades práticas da sua implementação.



Quase toda a população timorense, em 2002, falava (e ainda fala) o Bahasa Indonésio. Em contrapartida, segundo a UNTAET haveria, em 2001, cerca de 11% de timorenses capazes de entender o português, língua que a grande maioria dos jovens desconhecia, então, completamente.

Acontece que a Língua Portuguesa é uma língua muito complexa e difícil. Enquanto em Tétum ou Indonésio os verbos têm uma única forma, em português, são muitas dezenas as formas verbais em que cada verbo, com os seus tempos, modos e pessoas, pode ser conjugado…

Portugal comprometeu-se a apoiar o ensino do Português. Mas alguns gestos grandiloquentes, de fácil mediatização, como o envio para Portugal de centenas de jovens timorenses para estudarem em universidades portuguesas, quase sem seleção prévia, sem saberem o Português, muitos deles, e com fracas bases do ensino secundário, quase todos, transformou em frustração aquilo que, feito com sensatez e devidamente preparado, deveria ser um valioso contributo para o futuro de Timor-Leste e dos jovens bolseiros.

A própria realização de ações de formação avulsas, por professores portugueses, em vez da formação de formadores, e erros cometidos na seleção de futuros professores timorenses de Português, com exclusão dos mais velhos, eventualmente menos qualificados, mas com melhores conhecimentos do Português, aprendido ainda nos tempos da administração portuguesa, reduziu a utilidade e alcance que essas ações de formação em Português poderiam ter tido.

Felizmente alguns erros foram já corrigidos e podem-se registar ações de formação para o Português com grande êxito.

No entanto, a frustração da juventude timorense que não fala Português, e que, por isso, é rejeitada em concursos para a função pública, tem sido um fator de tensões.

O Povo Timorense venceu, até ao referendo, desafios extremamente difíceis.

Tem continuado, depois disso, a enfrentar os desafios dos interesses petrolíferos e as sucessivas ações de pressão australianas sem ceder ingloriamente e sem hipotecar o futuro.

O desafio da Língua Portuguesa, que foi duro durante a ocupação, continua a ser difícil. Depende dos timorenses, do seu Governo, de Portugal e dos PALOP vencer melhor ou pior esse desafio.

A opção pelo Português e pelo Tétum foi a opção estratégica da liderança e do povo timorense, tomada livremente, através da sua Assembleia Constituinte democraticamente eleita pelo povo. Ela é muito importante para a identidade de Timor-Leste e para o seu futuro.

São as Línguas Portuguesa e Tétum que marcam a diferença entre Austrália e Timor-Leste, e se impõem como barreira cultural e psicológica à "*anexação*" pela Austrália, como seu prolongamento ou colónia.

É a Língua Portuguesa, e só ela, que separa, de forma clara, a Indonésia de Timor-Leste.

Escolhida desde o início da descolonização, em 1974, pelas três principais forças políticas, escolhida pela autoproclamada RDT-L em 1975, mantida viva, apesar das perseguições e todo o tipo de dificuldades, na montanha e nas cidades, durante a ocupação, mantida e novamente consagrada na Constituição, em 2002, apesar das inúmeras pressões de países e organizações em que a anglofonia domina, foi e é um elemento importante do imaginário coletivo que define Timor-Leste como uma nação independente.

Em outubro de 1975, o grande líder timorense, Nicolau Lobato, dizia ao Padre João Felgueiras, no Quartel-general de Taibesse:

> "*Nós escolhemos como Língua Nacional de Timor a Língua Portuguesa.*" (FELGUEIRAS, Pe. J., 2001)

Vinte e seis anos mais tarde, o General Taur Matan Ruak, último Comandante das FALINTIL, dizia:

> "*Queremos, enfim, afirmar que nunca perdemos a vontade de manter a língua portuguesa, tanto oral como ortograficamente, apesar das várias dificuldades e limitações impostas na redução física dos falantes da língua portuguesa. Sempre com o espírito de que a mesma será a nossa língua oficial, logramos conseguir aquilo que para muitos foi um sonho.*
> *Com muita razão dizemos: Valeu a pena lutar!*" (RUAK, T., 2001)

BIBLIOGRAFIA

BARBEDO DE MAGALHÃES, António. A Igreja Católica e Timor-Leste. Documento de base para uma reflexão sobre a situação do povo de Timor-Leste, e o papel da Igreja: - Leigos, Padres, Hierarquia Católica e Movimentos Cristãos; Porto, 1987.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António. Descolonização do Ensino em Timor. 18 de fevereiro de 2004.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António. Mensagem aos vivos. Limiar; Porto, 1983.

BARBEDO DE MAGALHÃES, António. Timor-Leste e as Jornadas da Universidade do Porto. Reitoria da Universidade do Porto; Porto, 1997.

CÔRTE-REAL, Benjamin. Comunicação ao 4º Colóquio Anual da Lusofonia; Bragança, 2005.

DEFERT, Gabriel. Timor Est. Le Génocide Oublié – Droit d'un peuple et raisons d'États. Coleção «Recherches asiatiques» - L'Harmattan ; Paris, 1992.

Documentos da FRETILIN e do Governo na República Democrática de Timor-Leste. Timor-Leste: Uma Luta Heroica – 1976.

FELGUEIRAS, Padre João. As Raízes da Resistência. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas – julho – setembro 2001 nº 14; Lisboa.

GCRET - Apresentação de propostas para o ensino de transição em Timor . 23 de abril de 1975

HULL, Geoffrey ECCLES, Lance - Studies in Languages and Cultures of East Timor. Volume 1 Language Acquisition Research Centre. University of Western Sydney MacArthur: Sydney, 1998.

Manual Político (Princípio - Ideário - Programa de ação) da União Democrática Timorense. 1974.

ODLING-SMEE, David. Future Planning: Language and Educations in East Timor - VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

PIRES, Governador Mário Lemos. Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975) - Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa, 1981.

RUAK, Taur Matan. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas – julho - setembro 2001 nº 14; Lisboa.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. – Babel Loro Sa'e. O Problema Linguístico de Timor-Leste – Instituto Camões. 1ª Edição: Lisboa, 2002.

Voz de Timor, (A). Sábado, 17 de maio de 1975. Ano XVI, nº 283. Em Timor - Reformulação do Ensino - Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET).

5) ANTÓNIO MARIA VELOSO BENTO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DA MADEIRA/ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTANA

António V. Bento, doutorado em Educação pela Universidade de Massachusetts, Lowell, Estados Unidos.
É atualmente Professor Auxiliar no Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira, Funchal. bento@uma.pt

ANTÓNIO V. BENTO (à direita)

SINOPSE

A singularidade da cultura portuguesa foi enraizada na comunidade Timorense durante quatro séculos de convivência e miscigenação Lusa. Após 24 anos de dominação e repressão Indonésia, Timor integrou a comunidade lusófona de quase 200 milhões de falantes. A língua e a cultura Portuguesas constituem uma fonte de largas oportunidades e uma imensa riqueza para a comunidade Timorense.

A lusofonia é um conceito que designa o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo. Para além de Portugal, há sete países que utilizam o Português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste. É uma comunidade de quase 200 milhões de falantes da língua Portuguesa.

Timor-Leste é o mais jovem país do mundo, ocupando a parte oriental da ilha de Timor. Foi uma colónia portuguesa, até 1975, altura em que foi invadido pela Indonésia. Permaneceu oficialmente como território português por descolonizar até 1999. Foi considerado pela Indonésia como a sua 27ª província. Quase 80% do povo Timorense optou pela independência em referendo organizado pela ONU.

Esta comunicação sobre Timor-Leste e a lusofonia pretende revelar a expansão e vitalidade da língua Portuguesa ligada à cultura construída durante quatro séculos. O autor conclui que a língua Portuguesa constitui uma janela de oportunidades e uma riqueza cultural para a comunidade Timorense.

TIMOR-LESTE E A LUSOFONIA: CONTRIBUTO PARA SUA COMPREENSÃO E ESTUDO

"A língua Portuguesa foi a melhor coisa que os Portugueses nos deixaram".

Amílcar Cabral

1. INTRODUÇÃO

A lusofonia é um conceito que designa o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo. Para além de Portugal, há sete países que utilizam o Português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste. É uma comunidade de quase 200 milhões de falantes da língua Portuguesa.

Timor-Leste é o mais jovem país do mundo, ocupando a parte oriental da ilha de Timor. Foi uma colónia portuguesa, até 1975, altura em que foi invadido pela Indonésia. Permaneceu oficialmente como território português por descolonizar até 1999. Foi considerado pela Indonésia como a sua 27ª província. Quase 80% do povo Timorense optou pela independência em referendo organizado pela ONU.

Esta comunicação sobre Timor-Leste e a lusofonia pretende revelar a expansão e vitalidade da língua Portuguesa ligada à cultura construída durante quatro séculos. O autor conclui que a língua Portuguesa constitui uma janela de oportunidades e uma riqueza cultural para a comunidade Timorense.

2. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO

A ilha de Timor pertence ao grupo da Pequena Sonde, arquipélago da Insulíndia ou Malaio e tem cerca de 32.225 km^2. A parte da ilha pertencente a Timor Oriental é a maior ilha e mede cerca de 18.845 $km^{2.}$

A capital de Timor Oriental foi transferida de Lifau (no enclave do Oé-cusse) para Díli em 10 de dezembro de 1769, no tempo do Governador António José Telles de Meneses.

A ilha de Timor foi dividida entre Portugal e a Holanda pelo Tratado de 20 de abril de 1859 mas só teve execução em 1861. Por este tratado, Portugal ficou com a região dos reinos dos Belos, a parte a que hoje chamamos de Timor Oriental, cabendo à Holanda a remanescente parte ocidental da ilha, também chamada de Servidão.

A ilha de Timor, que forma parte do arco mais meridional do arquipélago de Sonda, ficou definitivamente dividida pela Convenção de 1904, em duas metades. A parte oriental, com capital em Díli, de domínio português; a metade ocidental, com capital em Kupang, foi atribuída aos Holandeses para passar, depois da independência das colónias holandesas em 1946, a formar parte integrante da república da Indonésia.

Com a queda do regime português em 1974, alguns partidos da antiga colónia portuguesa vinculados à Indonésia pediram a anexação a esse mesmo país, chocando assim com a FRETILIN, apoiada pela maioria da população e que defendia a independência de Timor-Leste. Em 1981, o governo Indonésio mudou a denominação para a de Lorosae, anexando o território administrativo como sua província.

A ilha foi descoberta pelos Portugueses, quando estes lá chegaram em 1512, em busca do sândalo, madeira nobre utilizada na fabricação de móveis de luxo e na perfumaria, que cobria praticamente toda a ilha. Durante quatro séculos, os portugueses apenas utilizaram o território Timorense para fins comerciais, explorando os recursos naturais da ilha.

Após a Revolução dos Cravos, o governo Português decidiu abandonar a ilha em agosto de 1975, passando o poder à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste), que proclamou a república em 29 de novembro do mesmo ano. Porém, a independência durou pouco tempo.

O general Suharto, governante da Indonésia, mandou tropas do exército invadirem a ilha. Em 7 de dezembro, os militares Indonésios desembarcavam em Díli, ocupando brevemente toda a parte oriental de Timor, apesar do repúdio da Assembleia-geral da ONU.

Sob pressão internacional, foi somente em 1999 que a Indonésia aceitou a execução de um referendo sobre a independência do território.

Timor-Leste tem uma população de 749,298 (2001) e 56% de literacia. Tem duas línguas oficiais: Português e Tétum. Tétum é a língua de 23% da população seguindo-se Mambae com 20% da população.

3. A LÍNGUA

Linguisticamente, Timor-Leste é um mosaico. Há doze línguas indígenas, quatro Austronésias e oito não-Austronésias, que podem ser subdivididas em trinta e cinco dialeto e subdialetos (Lutz, 2001). O grupo de línguas Austronésio consiste em: Tétum, Galoli, Mambai e Tocodede; o grupo não-Austronésio é composto por Bunak, Kémak, makassai, Dagada, Idaté, Cairui, Midiki e baikenu.

Tétum atua como uma espécie de língua franca entre estas doze línguas indígenas. Antes de 1975, o Português era a língua oficial em Timor-Leste, sendo, portanto, a língua da Igreja e do Estado. É de notar que a religião e o estado sempre tiveram uma associação íntima durante a história da colonização Portuguesa.

A língua Portuguesa desenvolveu-se desde a sua descoberta com os Dominicanos (1562)[47]. Em 1973-1974, 77 por cento das crianças de Timor frequentavam o ensino elementar na língua oficial (Português). O Português nunca se tornou a língua normal de comunicação oral, nem mesmo como língua de contacto entre etnias de diferente falar: tal função continuou a ser desempenhada pela língua veicular tradicional, o Tétum.

O Português teve uma função relevante, quer no plano interno como cimento de unidade cultural entre as populações da metade oriental da ilha, retalhada em múltiplos grupos étnico linguísticos, através de uma pouco numerosa mas omnipresente elite de letrados nativos; quer no plano externo como cordão umbilical que articula as culturas locais, em maior ou menor grau ocidentalizadas por uma aculturação de quatro séculos mas de expressão exclusivamente oral com todo o universo mental do cristianismo e de cultura lusíada, de expressão predominantemente escrita de que aquelas tradicionalmente se alimentam.

A capacidade de ler e escrever Português era um pré-requisito para obter a cidadania Portuguesa, e a política de "assimilado" encorajou a assimilação linguística e cultural. Contudo, apenas uma pequena percentagem de Timorenses foram "assimilados" ou "civilizados" como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 1 População residente em 1950 em Timor-Leste

Europeus	Mestiços	Chineses	Outros	Indígenas civilizados	Indígenas não-civilizados	Total

[47] "De Ceuta a Timor" de Luís Filipe Thomaz

568	2.022	3.128	212	1.541	434.907	442.378

Fonte: Worldbank data & statistics

De acordo com estes números, Portugueses falantes civilizados e mestiços juntos representavam menos que um por cento da população total. Todavia, a importância destes dois grupos era maior do que estes números sugerem, especialmente na altura da descolonização, 1975, quando a maior parte da elite indígena Timorense teria uma educação portuguesa.

Apesar destes números pequenos, esta elite Portuguesa emergiu como a maior força representante de uma era pós-colonial; esta elite teve também um papel importante como líder da resistência e como intermediária durante administração Indonésia.

Antes de 1975, a educação era Portuguesa. De acordo com Lutz (2001), muitas das escolas em Timor-Leste eram administradas pela Igreja Católica e o Português era a língua de instrução (em algumas escolas privadas católicas mais rigorosas, os alunos eram castigados se falassem Tétum, chinês ou outras línguas indígenas entre eles, mesmo fora das salas de aula). O chinês era ensinado em escolas fora do sistema oficial católico, mas não havia instrução formal em Tétum nem em qualquer outra língua indígena.

Depois de 1975, a Indonésia rapidamente aboliu o uso do Português e impôs a língua Indonésia no seu lugar como a nova língua "nacional" de Timor-Leste. Note-se, contudo, que a preocupação da Indonésia foi unicamente como um meio de controlo ou no que Foucault chamaria de "governamentabilidade" [48]

Isto pode ser visto mais explicitamente na ligação que o governo Indonésio fazia da ligação entre língua e educação. Desde 1975, a Indonésia entrou numa corrida desesperada de construção de escolas em Timor-Leste e publicitaram o facto de que haviam construído mais escolas entre 1975 e 1980 que Portugal nos 100 anos anteriores a 1975.

Vejamos nos quadros seguintes a evolução do número de escolas, alunos e professores após 1975:

Quadro 2 Número de escolas em 1976, 1986 e 2002

	1976	1986	2002
Escolas Primárias	47	498	560
Escolas Preparatórias	2	71	112
Escolas Secundárias	0	19	42

Fonte: Worldbank data & statistics

Quadro 3 Número de alunos em 1976, 1986 E 2002

	1976	1986	2002
Escolas Primárias	13.501	109.844	125.203
Escolas Preparatórias	315	17.351	37.734
Escolas Secundárias	0	2.948	20.869

Fonte: Worldbank data & statistics

Quadro 4 Número de professores em 1976, 1986 E 2002

	1976	1986	2002
Ensino Primário	499	2.978	2.219
Ensino Preparatório	10	322	1.128
Ensino Secundário	0	79	579

Fonte: Worldbank data & statistics

O que é interessante notar é que o governo Indonésio justificava a construção de escolas e de outras infraestruturas pela necessidade de estabelecer a lei e a segurança e evitar a influência e propaganda levada a cabo por um pequeno grupo de anti-indonésios (Lutz, 1991).

Isto torna-se ainda mais crítico à luz do facto que de acordo com os censos de 1980, menos de 30% da população de Timor-Leste falava ou compreendia a língua Indonésia.

O importante papel da igreja católica na instrução durante a colonização Portuguesa foi eliminado a partir de 1975. A Igreja Católica nunca se integrou no sistema Indonésio e ficou dependente de Roma. Em 1981, o governo Indonésio tentou forçar a Igreja a aceitar a integração linguística estipulando que o Português devia ser substituído pela língua indonésia nas missas. O clero rejeitou esta diretiva e pediu licença ao Vaticano para substituir o Português por Tétum, o que foi permitido.

O Português continuou a ser o meio de comunicação externa para a Igreja Católica assim como para a resistência anti-indonésia. Este facto tornava difícil a censura externa dado o facto de que poucos militares Indonésios e pessoal administrativo Indonésio compreendiam o Português.

Sem a ligação Portuguesa não haveria aspirações a uma nação independente, Timor-Leste. Foi a influência Portuguesa que fez de Timor-Leste um povo único, distinto de todos os outros à sua volta.

[48] Ver Burchell e al, eds.,1991

Antes dos Portugueses, a única influência estrangeira que teve algum impacto foram os negociantes de Java, Macassar e das Molucas, que visitaram Timor à procura da madeira de sândalo e cera de abelhas. Estes negociantes falavam Malay e foram responsáveis pela introdução de muitas palavras Malay nas línguas de Timor.

4. CONCLUSÃO

O Português é uma língua significativa no contexto global. É a 6ª maior língua em termos de falantes, sendo mais usada que o Francês, Alemão e Russo.

Apesar dos 24 anos de dominação e tentativa de estrangulamento da língua e cultura lusófonas em Timor-Leste por parte da Indonésia, a lusofonia marcou o seu poder, vigor e grandiosidade; cerca de um quarto da população pode ainda falar, com alguma fluência, o Português.

A liderança da comunidade Timorense ao adotar o Português como língua oficial de Timor demonstra a lucidez de aceitar as influências indeléveis de quatro séculos de cultura Portuguesa e simultaneamente reconhecerem as oportunidades e benefícios da língua Portuguesa para Timor-Leste:

a) A capacidade de construir laços fortes com outros países lusófonos com cultura, experiências e interesses comuns;

b) A contínua ligação com quatrocentos anos de história escrita de Timor, incluindo estatísticas, informação sobre a população, sistema ecológico, zoológico, agricultura, etc.

c) A ligação a mercados Europeus, outras oportunidades e línguas (o Português abre o caminho para outras capacidades linguísticas tais como o Espanhol, Francês, Italiano, etc.).

O estabelecimento do Português como língua oficial provou o enraizamento da herança histórico-cultural lusófona e marcou, pela singularidade, a identidade nacional Timorense no espaço geográfico e cultural do sudeste Asiático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Burchell, G., Colin, G., and Peter, M. (eds) (1991). The Foucault Effect: Studies in Governmentability. Chicago: University of Chicago Press

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – http://www.cplp.org/

Hull, G. (2000). Aspetos das línguas correntes em Timor-Leste. Comunicação na Universidade de Adelaide: Austrália em 29 de março de 2000.

Lourenço, E. (1999). Imagem e Miragem da Lusofonia. Lisboa: Gradiva.

Lutz, Melissa, N. (2001). Colonização, Descolonização e Integração: políticas linguísticas em Timor-Leste, Indonésia. Chicago. Disponível em http://www.uc.pt/timor/language.htm

Worldbank: http://www.worldbank.org/data/wdi2005/index.html

O REITOR DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR, PROFESSOR BENJAMIM Côrte-Real

6) BENJAMIM DE ARAÚJO CÔRTE-REAL

UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR-LESTE, INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA (TL)

- Benjamim de Araújo Côrte-Real., Mestrado obtido em julho de 1994 da Macquarie University, Sydney, Austrália – Mestrado em Linguística Aplicada; Tese – "*Grice's Cooperative Principles in the Key Ministerial Speeches on (Australian) Native (Land) Title (in the Mabo Debate*) ";
- Doutoramento (Ph D) obtido em abril 2000 da Macquarie University, Sydney, Austrália - Ph D em Linguística Antropológica, Tese - "*Mambae and Its Verbal Art Genres - A Cultural Reflection of Suru-Ainaro, East Timor";*
- Desde julho 2001 – Diretor Geral do Instituto Nacional de Linguística (INL) da Universidade Nacional Timor Lorosae; desde 1 de outubro 2001 – acumula o cargo de Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosae; desde julho de 2002, Vice-Presidente da ONG Timor Aid sediado em Díli; desde julho de 2002, Presidente da Cruz Vermelha de Timor-Leste; Membro do Conselho Diretivo do Centro Juvenil Padre António Vieira sediado em Díli; Membro do Conselho Diretivo da Fundação Paz e Democracia.
- Desde agosto 2002, Assistente do Vice-Presidente da Federação Internacional de Línguas e Literaturas Modernas (FILLM); desde outubro de 2003, Membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa; desde novembro de 2002, Membro da *Asian Christian Faculty Fellowship;* desde janeiro de 2004, participante da *Asian Universities Leadership Program;* de 1998-1999 - Representante dos professores no Senado da Universitas Timor Timur e Supervisor do Centro de Estudo de Língua Inglesa da Universitas Timor Timur.
- Tradutor de Português a Tétum (2001) do livro da autoria do jornalista português António Veladas – "Timor – Terra Sentida"; e Tradutor de Inglês a Tétum (2000) do discurso do Prof. Doutor Geoffrey Hull – "Língua, Cultura e Identidade Nacional" proferido no Congresso Nacional do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

SINOPSE

A escolha do português como uma das duas línguas oficiais de Timor-Leste destaca-se como um ato natural, em que a língua camoniana é um dado sobejamente maduro no auge de uma árdua e prolongada marcha de afirmação histórico-cultural e política do povo timorense. Orientada por este pensamento, a presente conferência aborda o papel da língua portuguesa como elemento indispensável para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos timorenses, no momento em que o país se torna independente, após vinte e quatro anos de dominação Indonésia (1975-1999).

Neste contexto, a língua portuguesa – elevada ao estatuto de língua oficial ao lado da língua nacional (o Tétum, idioma indígena mais difundido no território) – consolida sua posição de ter sido sempre, ao longo da história de Timor-Leste, uma parceira fiel do Tétum, hoje também considerada língua oficial da República Democrática de Timor-Leste. Esta exposição apresenta reflexões sobre os raciocínios contracorrentes à decisão parlamentar timorense de oficialização do português, procurando compreender e descortinar as origens, a relevância e natureza políticas desses raciocínios e suas implicações.

Por fim, relata, também, alguns dos esforços que vêm sendo realizados por diversas instâncias dos âmbitos governamental e académico visando à reintrodução do português e ao posterior desenvolvimento de estudo e descrição das outras línguas locais. Após a libertação do seu território nacional, o timorense está novamente em teste;

desta vez, num engajamento mais subtil. Em seu auxílio está a sua capacidade de caução e coerência para consigo próprio como povo que, condenado a assistir o dizimar da sua população, teimou acreditando no legado dos seus antepassados e em si próprio. Neste processo, indubitavelmente, a língua obvia-se como fator estratégico de relevo.

Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste

Benjamim de Araújo Côrte-Real. [49] e Regina Helena Pires de Brito[50]

ANTECEDENTES

Timor-Leste chegou finalmente à liberdade com o reconhecimento de sua independência pela ONU, em 20 de maio de 2002. Para trás ficaram anos de brutal ocupação pela nação vizinha, a Indonésia - ocupação que só esmoreceu com a crescente inconveniência da continuidade do conluio e apoio dos países potentes da guerra fria nos anos precedentes (*conluio económico do vizinho do sul, a Austrália*).

Uma das questões geradoras de debates viciosos durante os últimos anos, principalmente a partir de 1999, tem sido o critério de atribuição de estatutos às línguas faladas pela população timorense, em particular, no que tange ao estatuto oficial de qual ou para qual dessas línguas.

Importa saber que, desde a primeira hora da resistência (como ficou comprovado pelo CNRT[51], a organização supradirigente da luta conjunta pela autodeterminação e independência do território) a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática).

Assim, a Assembleia Constituinte, resultante das primeiras eleições livres organizadas pela e sob direta observação da ONU e da comunidade internacional após a retirada das forças ocupantes, ficou incumbida de elaborar a Constituição do país. Aquele órgão, composto por doze partidos políticos com assento proporcional, deliberou exaustivamente na matéria e acabou por consagrar o tétum e o português como as línguas oficiais de Timor-Leste. Hoje, para se manter a devida precaução perante possíveis distúrbios aos planos e programas de difusão das mesmas, não se pode dispensar uma contínua reflexão sobre o porquê, a origem, a natureza, a causa da polémica respeitante a essa questão que, para uns, é um dado consumado, para outros, uma ilógica circunstancial, uma decisão insensata.

II. POSTULAÇÕES CONTRACORRENTES

As primeiras equações sobre qual língua adotar como oficial de um Timor-Leste independente surgiram publicamente depois de 1996, numa conferência realizada em Melbourne, Austrália, intitulada ***"it is time to lead the way!".*** O raciocínio discorria ao redor de dois considerandos:

(1) os países dispersos onde se encontravam os timorenses como consequência direta da ocupação, e

(2) que língua cada grupo falava nesses países. Assim, identificavam-se três pontos principais, tanto pelo número populacional da comunidade timorense, quanto pela importância política dos países anfitriões dessas mesmas comunidades, nomeadamente, (a) Portugal e outros países lusófonos, (b) a Austrália e (c) a Indonésia. As línguas seriam, então, o português, o inglês e o indonésio. Além disso, as três frentes na classificação da resistência - a armada, a clandestina e a diplomática - também não deixavam de merecer peso considerável na abordagem dessa questão.

Começou-se a sentir, com certa estranheza, uma *intromissão atrevida* por parte de alguns internacionais, numa questão que, em última análise, pertence aos timorenses deliberar. A massa, assim, foi atropelada por campanhas que foram nem sinceras nem bem-intencionadas por parte dos internacionais e coagida a expressar-se 'livremente' sobre o assunto de estatutos sobre as línguas. A tentativa dessas campanhas era de, desta vez, desviar a população da adesão e da lealdade para com os seus líderes. Segundo esses internacionais, não se pode sustentar o estável ordenamento sócio-político-cultural da sociedade timorense, assentando-se no pioneirismo dos líderes timorenses e na fidelidade do povo para com os mesmos.

Das muitas postulações do chamado discurso "contracorrente", destacam-se:

- **A língua portuguesa é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente** - *implicando impraticabilidade de escolha, ou desafio sem retornos mediante a alternativa anglófona ou Indonésia*. E ainda: **O português é uma língua que nunca foi falada pela maioria da população** – *sugerindo a pertinência do indonésio, língua retratada como entendida pela maioria*. Na verdade, essa perceção superficial e desviada da realidade originou-se das múltiplas propostas de 'sondagens' e 'pesquisas' realizadas entre 2001 e 2003 com iniciativa e apoio financeiro das agências internacionais. Tais "estudos" careciam de rigor, de profundidade e de imparcialidade, uma vez que os resultados eram como que conhecidos previamente. As distorções transpareciam já na articulação das perguntas, comprovando-se pelo subsequente tratamento tendencioso dos dados propositadamente colhidos, muito mais em função da conveniência pretendida por aquelas agências e seus agentes do que pela autenticidade e clarividência de um trabalho científico.

[49] Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, docente da Faculdade de Educação e Diretor do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste.

[50] Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pesquisadora do IP/PUC-SP e representante brasileira no Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste.

[51] CNRT é a sigla do Conselho Nacional de Resistência Timorense.

▪ **A opção pelo português não é mais do que o saudosismo da velha geração ao colonialismo português** e **A opção pelo português é um neocolonialismo cultural português** - *induzindo a uma total aversão ao português e insinuando a imagem da 'neutralidade' anglófona e de um futurismo que estende promessas ao 'culto' da nova geração*. Essas colocações ignoram que em 1975 todos os cinco partidos políticos do território tinham a língua portuguesa com estatuto oficial, mesmo a APODETI, que preconizava a anexação do território à Indonésia.

▪ **A escolha do português é uma imposição linguística como forma de monopólio de poder político e exclusão da maioria desse poder** – *ignorando que os timorenses têm o sentido de direito – tanto que teimaram pela independência – e desconsiderando que, além do português, os timorenses se comunicam por meio da outra língua que os une – o tétum.* Cabe lembrar que esta postulação esquece que o português, ao assegurar a preservação e desenvolvimento do tétum, facilita o acesso dos timorenses a outras línguas – inclusive ao inglês.

▪ **O português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal** - *dito por cinegrafistas amadores australianos em maio de 2001 no aeroporto de Díli e repetido por um jurista australiano em 2002, citando nomes dos líderes como "mestiços*", *incutindo o divisionismo através de ridículos escrutínios de racismo, ignorando o heroísmo da liderança política e a sua cabal entrega aos nobres ideais dos seus concidadãos, de fato, do povo inteiro - como se isto tivesse algum sentido no meio dos timorenses.* Uma afirmação dessa natureza ignora que os timorenses convivem sem discriminação racial; antes, apreciam o multiculturalismo – já na Austrália isso só é assegurado pela lei, com pouca efetividade pragmática.

▪ **A nova geração, fala a bahasa indonésia no seu dia-a-dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende** – É mais correto afirmar que a maioria da população entendia (entende ainda) o indonésio, devido à omnipresença indonésia (civil ou militar) que a predispunha exatamente para isso; mas não que o quotidiano da população se realizasse via bahasa indonésia. O repertório da população, mesmo da juventude, quotidianamente é na língua nacional – seja esta o Tétum-Praça ou qualquer um dos vernáculos do país. Durante a ocupação, exceto nas situações formais, o uso da língua indonésia entre os timorenses, até mesmo entre os jovens, era tido como algo estranho para a cultura. Isto, apesar de a bahasa indonésia ter sido a única língua de instrução, e as línguas que mais tinham a ver com a cultura e a história do território, o tétum e o português, terem sido excluídas do sistema de ensino, a fim de fazer com que estas, com o tempo, se tornassem, elas mesmas, estranhas no seu próprio contexto histórico-cultural.

▪ **O português é uma língua estrangeira e não reflete a cultura de Timor-Leste** - *implicando contemplação ao purismo cultural – em paradoxo à ingénua e comummente entendida inevitabilidade ou incontornável agressividade da globalização, ou seja, a inerte abertura ao mundo;* como se no primeiro instante da invasão australiana em 1942, ou da invasão indonésia em 1975, a língua portuguesa não estivesse já em terras timorenses havia mais de 400 anos. O fato é que os bisavôs timorenses já falavam e entendiam o português antes mesmo de o Capitão Cook ter pisado o solo australiano; ou seja, antes de os australianos terem uma sua língua dita oficial; ou, da mesma maneira, centenas de anos antes de uma língua oficial indonésia ser entendida nacionalmente, o português já havia sido assente em Timor-Leste.

O inglês é a língua que garante o desenvolvimento económico e tecnológico - *implicando o inútil esforço da aprendizagem do português a ser remediado pelo critério anglófono*. Este raciocínio aponta que falar inglês é garantia desenvolvimento económico; como se de entre os países anglófonos não houvesse nenhum que não fosse rico; como se não houvesse países não-anglófonos que não fossem ricos, ou economicamente prósperos; como se os japoneses ou sul-coreanos, ou taiwaneses fossem prósperos devido ao inglês. Além disso, carrega a ideia de que saber inglês significa também estar científica e tecnologicamente avançado.

▪ **O português não é uma língua de trabalho** - *implicando o nulo valor pragmático do português*.

▪ **A CPLP[52] só tem países distantes de Timor-Leste e sem recursos e não são uma potência económica** - *implicando a impropriedade da adesão; ignorando o valor e a convivência entre os países da CPLP*. Mais ainda: como se os países vizinhos estivessem a ofertar tudo a Timor-Leste, inclusive suas águas e seu depósito subterrâneo (gás natural e petróleo); como se a noção de globalização estivesse a isentar-se dos países da CPLP; como se a proximidade geográfica se tivesse provado como o fator de garantia de independência e não ao contrário; como se o que verdadeiramente salvou Timor-Leste não tivesse sido a sua fé e a sua língua – a sua história; como se nos países ricos, não houvesse setores da população ainda pauperrimamente tratados; como se os países pobres pudessem partilhar da prosperidade dos países ricos, ou dois países vizinhos pudessem partilhar ilegalmente a riqueza de um terceiro vizinho, ou um país rico e poderoso apoderar-se das possessões do vizinho pobre.

▪ **O português é uma língua muito difícil** - *incutindo mais medo e trauma a uma juventude habituada a um sistema de educação de fraca qualidade e sem rigor académico* Parece ser o português uma novidade no contexto timorense, como se no passado os timorenses não tivessem conhecido, falado, escrito, pensado nessa língua, na sua vida educativa, social, administrativa, etc. ...como se a língua portuguesa nunca fosse dominada por timorenses, no passado, agora, e como se os timorenses não tivessem o dom de poder aprender bem a língua portuguesa. Sem saber,

[52] CPLP é a sigla da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

estão a insultar o povo timorense, em especial as novas gerações, de *incapacidade*; como se Timor-Leste não pudesse, agora, que consagrou constitucionalmente a Língua Portuguesa, enfrentar esse desafio.

▪ **Quanto aos meios e ajuda financeira, compete a outras agências (o Banco Mundial, a UNICEF, a UNDP, a UNESCO, os doadores) decidir, sem problemas. Os timorenses devem limitar-se a pensar no uso das línguas maternas como línguas de instrução à criança, através das quais a criança aprende mais depressa e melhor do que em outra língua** - *implicando uma maior disponibilidade financeira pela língua materna e um trabalho logístico de muitos anos sem garantia de sucesso, mas com efeito certo no atraso na difusão ampliada da língua portuguesa e no atraso da passagem dos saberes e de promoção de um sistema de educação com qualidade*. Uma afirmação dessas ignora o contexto sociolinguístico de Timor-Leste, a complexidade da questão etnolinguística, a escassez dos meios para a implementação do ensino via línguas maternas e suas implicações políticas, e, o mais grave de todos, o retardamento deliberado no processo da difusão das duas línguas oficiais e da transmissão do saber escolar e académico A insistência (e a teimosia viciosa) nesta política demonstra ser a orquestração de um *serendipity* – a encantadora "solução ao acaso" da anglofonia. A verdade é que Timor-Leste está na sua melhor forma de sempre ao atribuir estatuto oficial à parceria do idioma mais difundido no território nacional – o tétum – e a sua língua tradicional de contacto com a civilização mundial – o português.

▪ **As traduções devem fazer-se em tétum, *bahasa indonesia* e inglês, porque o povo não lê em português** - *implicando a necessidade de se manter a língua indonésia e da urgência de aprender o inglês, ambas obstáculos eficazes da difusão da língua cooficial portuguesa*.

▪ **Não há professores de português suficientes** - Como se os timorenses não pudessem formar professores dentro de uns poucos anos; como se os timorenses, que ficaram no esquecimento do mundo durante 24 anos, não pudessem agora fazer as coisas em seu tempo próprio; como se não houvesse (como há, especialmente por parte de Portugal e, embora em menor escala, do Brasil) a possibilidade de cooperação com outros países com vistas a superar a falta de professores entrementes.

Note-se que a injustiça, com que o raciocínio contracorrente tem tratado o português reside no paradoxo exibido por dois regimes cúmplices: o regime ocupacionista, que reprimiu efetivamente a 'circulação da língua' a poços da resistência (linguística, sociocultural e política); e o regime da 'libertação' (o de grande abertura e emancipação precoce), que impõe inacessíveis parâmetros de realização social da língua.

Como se vê, contrariamente ao que pretendem disseminar, a imposição nunca veio da liderança política. A imposição tem vindo, sim, do raciocínio contracorrente promovido originariamente por alguns internacionais, na maioria, anglófonos e anglófilos vizinhos, de tal modo a parecer que os timorenses não respeitam a democracia quando os seus líderes insistem na coerência para com a identidade histórica, cultural e política do seu país. Como se os líderes das lutas pela libertação estivessem a contemplar uma condenação sistemática de morte aos seus próprios jovens e à sua própria pátria. Então, antes de ser um fator limitante aos jovens, a escolha do português é um plano de contra orquestra à subjugação e satelização regional, pretendida por esses internacionais. Por isso, não se pode permitir na sociedade timorense o pensamento diminutivo da importância do português para o país lusófono na Ásia.

III. TÉTUM E PORTUGUÊS - LÍNGUAS PARCEIRAS

A parceria secular das duas línguas – tétum e português –, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena – o tétum – ao longo dos tempos, do seu caráter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escolha da sua cooficialidade ao lado do português.

Neste aspeto, pioneiro e preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua nacional, o tétum. Este processo de uniformização e unificação linguística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial de sempre – o português –, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante fator de caraterização linguística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efetivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural.

O tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caraterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austromelanésio com ingredientes de sabor latino-luso-cristão.

Assiste-se, portanto, a uma naturalidade na escolha do português, pela parceria secular com o tétum - que lhe valeu a elevação estatutária - que resulta numa interpenetração mútua entre as duas línguas, em que se tipifica o português falado por timorenses e em que o tétum absorve do português influências nos níveis fonológico, morfológico, sintático-semântico e pragmático. Se tentássemos eliminar todos os termos de origem portuguesa numa conversa dentro do contexto dos preparativos para a realização de uma atividade sociocultural – por exemplo, o casamento católico timorense – diríamos que os noivos não chegariam a casar-se, pois, o casamento tornar-se-ia inviável.

É por causa da cultura, da história, da política que se optou pela parceria estratégica do tétum-português para o estatuto oficial no país. Um puritanismo a ponto de considerar o português uma língua estrangeira em Timor-

Leste, levaria o povo a um recuo absurdo e não ao senso comum e ao progresso. O primeiro levaria os timorenses a voltar ao cavalo e à carroça e a rejeitar os carros como meios de transporte, por ser o cavalo o seu transporte mais original; e o segundo conduziria Timor-Leste a acelerar a autonegação às suas caraterísticas marcantes no tempo - caraterísticas essas que lhe conferem distinção na linha de uma consciência nacionalista para um povo cuja estratégia de defesa contra a absorção é precisamente a sua singularização - e a política linguística faz parte dessa estratégia.

Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha do português como língua oficial. É um fato comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade linguístico-histórico-cultural e política timorense.

Frente à luta de resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses - elementos indiciais da especificidade da metade de ilha, distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio) como também do resto da região. Por isso, as campanhas da ocupação aconteceram sempre no sentido de destruir ou desmantelar a estrutura identitária timorense, em que os referidos elementos são índices por excelência.

Tanto tem bebido o tétum do português que este se tornou constante fonte de caraterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse o português, linguisticamente falando, e se não fossem os portugueses, politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena como língua oficial. A cooficialidade responde a e explica-se por essa parceria secular e por essa mutualidade pura e não simplesmente para preencher eventuais lacunas do tétum.

Neste ponto, o caso de Timor-Leste contrasta, por exemplo, com a situação do país vizinho do sul – a Austrália –, em que o inglês (ou os ingleses) eliminou em 200 anos mais de 100 línguas nativas.

Hoje, há documentos comprovativos de como os ingleses perseguiam, caçavam e exterminavam os aborígenes de helicóptero e de armas - portanto, em tempos bem recentes. Quer-se dizer que, se não suprimiram as línguas, mataram seguramente os seus falantes, resultando na morte certa dessas mesmas línguas.

Muito dessas tendências continuam vivas ainda hoje e já estão em atuação em território de Timor-Leste, de forma descarada e sem etiquetas. Frente à imponência devastadora das omnipresentes forças ocupantes, junto às suas instituições pela fidelidade aos princípios norteadores da sua luta, não foi a sua geografia imediata - ou seja, *não foi* o critério da regionalidade - que resgatou o povo. Pelo contrário, a geografia acabou por ser a causa direta do genocídio. Timor-Leste *foi salvo*, sim, pela coordenada da sua história. A história legou-lhe elementos distintivos, irredutíveis como a língua portuguesa e a fé católica, que embasam a teimosa recusa à integração e a pertinaz negação à submissão às armas ocupacionistas.

A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver com a identidade linguística, a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade linguística e cultural, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores. A geografia foi enganadora e traiçoeira, e ainda não deixou de ser: mudou de cor. O resgate, se algum houve, tem vindo, infalivelmente, da força da razão do povo timorense que se estriba no seu passado histórico e quer ir ao encontro do futuro, ativa, criativa e soberanamente.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Regina Helena Pires de. (2004) A língua adormecida: o caso Timor-Leste. BASTOS, Neusa. (org.) Língua portuguesa em caleidoscópio. São Paulo, EDUC/FAPESP. p. 319-329.

BRITO, Regina Helena Pires de et Côrte-Real, Benjamim. (2003) Língua Portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético fonológicas. Atas do VIII Simpósio Internacional de Comunicacion Social. Santiago de Cuba. V.1, p. 147-151.

HULL, Geoffrey (2001) Timor-Lorosae - Identidade, Lian no Polítika Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa, Instituto Camões.

THOMAZ, Luís Filipe (2002) Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste. Lisboa, Instituto Camões.

CLÁUDIA COSTA RODRIGUES (à esquerda)

7) CLÁUDIA COSTA RODRIGUES,

DOCENTE DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS NO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, MESTRE EM ESTUDO PORTUGUESES PELA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ana Cláudia Costa Rodrigues (n. 10 agosto de 1974) claucosta@ipg.pt

- Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro (1999). Tema da dissertação: "*Clepsidra*: a viagem de Camilo Pessanha ao seu universo simbólico".
- Docente de Língua e Cultura Portuguesas no Instituto Politécnico da Guarda, desde 1996. Assistente do 2º Triénio.

Publicações

1996 – "A Aparição da morte", Coletânea Vergílio Ferreira: a vida, a morte, o amor, IPG.

2001 – "Camilo Pessanha e o processo da despersonalização do eu poético em Clepsidra", Atas do 6º Encontro de Estudos Portugueses, ALAEP.

2001 – "O batismo pela luz: conquista e purificação do eu", RUA – Letras, Universidade de Aveiro.

1999-2000 – Colaboradora periódica no Semanário Diário da Guarda, com artigos sobre várias vertentes da temática literária.

2004 – Colaboradora no Jornal O Interior (recensão da coletânea de contos Histórias para ler à sombra – vários autores).

(no prelo) – "Impressões culturais da civilização chinesa novecentista: um olhar de Camilo Pessanha" – Atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada.

(no prelo) – "Do texto aos novos suportes tecnológicos: a era do audiovisual e da interatividade em dois contos infantis dos Irmãos Grimm" – Atas do II Congresso Internacional de Literatura Infantil.

Workshops

2003 – ESTG do Instituto Politécnico da Guarda – Workshop "Oficina de palavras" – II Jornadas de Línguas e Culturas.

2005 – ESTG do Instituto Politécnico da Guarda – Workshop "Palavras de cor e com cor" – III Jornadas de Línguas e Culturas.

2005 – ESTT de Seia – Workshop "Criatividade literária e imagem na publicidade turística" – I Jornada de Línguas e Turismo.

SINOPSE

Contar é um movimento criador de cultura, como sublinha João Seabra Diniz. Contar as nossas pequenas histórias populares é, para além disso, revisitar o nosso património cultural, preservando-o e defendendo-o dos limites da memória. António Torrado é um dos nomes mais reconhecidos no panorama português da literatura infantojuvenil. Um dos seus entreténs é recontar algumas das histórias tradicionais portuguesas, dando-lhe na maioria das vezes uma roupagem nova, com o objetivo de ensaiar a sua adaptação ao novo público infantil português, necessariamente distinto daquele ancestral que foi ouvindo, mas à moda antiga, a mesma história defronte à lareira.

Assim, o objetivo desta nossa comunicação é apreciar rasgos de contemporaneidade nos três volumes da coletânea Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo (2002, 2003, 2004) deste contador de "histórias de manhas e patranhas", como o próprio refere. Ao mesmo tempo, pretende-se mostrar como é mantida a identidade portuguesa, ao salientar marcas da nossa literatura popular de tradição oral.

Convém frisar que os contos que se inserem nesta coletânea, recomendada pelo Júri de Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças 1984-1985, constam da lista de obras de leitura orientada do 5º ano do Ensino Básico português, o que justifica este nosso atual interesse e nos exige, mesmo que breve, uma referência à atitude pedagógica que o professor/educador deve assumir ao abordar em contexto de sala de aula este material de valor cultural inesgotável, suscetível de outras leituras e impregnado de incontornáveis sentidos.

"HISTÓRIAS DE MANHAS E PATRANHAS DE ONTEM E DE HOJE: RASGOS DE CONTEMPORANEIDADE NA LITERATURA ORAL PORTUGUESA"

Escrever livros para crianças não é tarefa fácil. Fernando Pessoa, que dispensa qualquer tipo de apresentações, em alturas afirmou que "nenhum livro para crianças deve ser escrito para crianças" (1946: 33). De facto, há muito de complexo em toda a literatura dirigida ao público mais pequeno, mas escrita por adultos que sabem da influência que os contos infantis podem ter na evolução psicológica das mesmas, que veem neles projetadas situações de vida, mesmo que subentendidas no universo do maravilhoso e do fantástico. Por isso, e segundo analisa Cármen Bravo-Villasante, "as crianças divertem-se com eles, e contentam-se com o aparente, e nós, os adultos, descobrimos um profundo simbolismo" (1977: 33).

Para todos os efeitos, temos a convicção de que os autores que se dedicam a escrever literatura infantil, ao tentarem mergulhar "num reino de infâncias, [já] atingiram o reino da infância" (1984: 106), nas palavras de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, dado o respeito que se tem pelo espírito que envolve essas histórias. Tal cuidado torna-se mais vinculativo se se tratar de breves narrativas de tradição oral popular que, apesar do histórico geracional, de muitos séculos, continuam atuais pela mestria com que vão sendo contadas. Os contos de António Torrado, reunidos em *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, em tudo respeitam esta visão e ir-nos-ão ocupar nos próximos minutos. Mas antes de mais qualquer coisa, é conveniente fazermos algumas reflexões, dada a natureza deste trabalho.

António Torrado desde há muito que se dedica a (re)contar histórias para um público infantojuvenil, que se tornou seu fã, se bem que entre os adultos também encontra muitos admiradores do seu trabalho. Começou a escrever com 18 anos, ao alinhar depois a sua principal atividade profissional nesse sentido, sendo hoje consensualmente considerado um dos autores mais emblemáticos da literatura infantil portuguesa. Possui uma obra muito extensa e

diversificada que se vem afirmando desde os anos sessenta. Esta integra textos de raiz tradicional e popular, textos estes que repetidamente estão envoltos pelo misticismo e pelo fantástico, e por isso estabelecem conexões com a realidade da infância. Segundo Mircea Eliade, "a criança vive num tempo místico, paradisíaco" (2000: 73).

Na verdade, o escritor em causa, preocupado com os sinais do tempo, que afastam cada vez mais a realidade popular da erudita, tem feito um constante esforço para fixar no papel, isto é, num suporte eventualmente mais duradouro, as narrativas que fazem parte da consciência coletiva do povo. Na sua prolixa obra há, portanto, uma necessidade urgente de fixar este património cultural de natureza volátil, através do uso de uma capacidade criativa singular que lhe é caraterística e que já lhe deu direito a merecidos reconhecimentos e vários prémios ao longo da sua carreira.

Contar é, então, o que António Torrado melhor faz. João Seabra Diniz entende que "contar é um movimento criador de cultura" (1991: 75). Contar as nossas pequenas histórias populares recheadas de ancestralidades, é, para além disso, revisitar a nossa identidade cultural, defendendo-a, assim, dos limites da memória. Na visão de Carlos Reis, estas narrativas enraízam-se "em ancestrais tradições que faziam do ritual do relato um fator de sedução e de aglutinação comunitária" (1998: 79), pois há um investimento na capacidade de seduzir o recetor. Por outro lado, funcionam como uma espécie de estímulo mental, e tanto assim é que Óscar Lopes é de opinião que "a arte de narrar tem uma importância primordial, dado que contar faz parte dos atos fundamentais da vida psíquica – é a organização do mundo exterior e do mundo interior" (1991: 65). Lembremo-nos que etimologicamente o verbo contar se confunde entre os sentidos matemático e narrativo, uma vez que o segundo compreende a ordenação e enumeração mentais de várias ideias.

António Torrado tem muitas vezes por objeto a recriação, no puro sentido da palavra, de textos populares, revelando-se um conhecedor profundo desta herança cultural. A partir deles, e com um maior ou menor grau de afastamento, constrói a sua narrativa, sendo esta a reinvenção da história primeira, mesmo que às vezes lhe conheça várias versões, diferentes enredos ou fins menos parecidos. Sobre isto, Alexandre Parafita defende que "dada a ausência de um suporte material de fixação, a literatura popular de transmissão oral apresenta múltiplas variantes, que traduzem, por um lado, os espaços geográficos em que fluem, e, por outro, as «conveniências» das gerações por que foram passando" (1999: 45).

Doutra parte, Vítor Quelhas advoga que a transmissão tradicional do saber passa essencialmente pela oralidade que, segundo ele, "está por certo condenada a desempenhar um papel cada vez menor, tanto mais que tende a ser considerada pela cultura dominante – a elite letrada urbana – como vestígio residual, apanágio ancestral dos iletrados ou marcas de uma inferioridade sociocultural" (1999: 8). Tanto quanto se nos afigura, nas produções literárias da nossa literatura popular, tais manifestações de tradição oral estão ainda muito vivas no quotidiano das gentes que continuam a reeditá-las, através da sua transmissão entre gerações, contribuindo, assim, para demonstrar a sua eficácia e a sua força comunicativas. De facto, este género literário não só permite cimentar a identidade cultural de um povo, como facilita a construção de uma dada imagem do mundo, por parte das crianças, já que também se assume como veículo de comunicação e reprodução sociais.

António Torrado mantém-se, então, fiel às fontes populares. Há, efetivamente, por parte deste escritor um profundo desejo de regressar às origens, demonstrando com tal atitude possuir um conhecimento abrangente não só da literatura de tradição oral, mas da literatura em geral, uma vez que se movimenta com todo o à-vontade nas águas revoltas do cânone literário. À conta deste assunto, é imprescindível escutar as palavras do próprio no seu livro *Milhões de Livros, Biliões de Histórias* onde ele assume uma posição entre a literatura a que chama institucionalizada e a de tradição oral, ao colocar estas irónicas questões: "E o que é a literatura, avaliando todo o percurso da humanidade, senão uma recém-vinda, um meio de expressão relativamente recente para veicular invenções, idiossincrasias, fastos, ornamentos do espírito? Se até alguns dos primeiros escritores antologiáveis, um tal Homero, um tal Esopo, se confundem com as histórias e lendas que improvavelmente escreveram, de que vale estabelecer e entulhar sob o peso de milhões de livros o caudal imenso do património narrativo tradicional que, não obstante, resiste e brota em fontes de inspiração inesgotáveis?" (1996: 5).

De resto, este saber permite-lhe, através de uma original e encantadora, senão encantatória, técnica de escrita, estabelecer nexos entre a tradição de um povo e de um país com referentes, por vezes díspares, de uma realidade que inclusivamente pode ser contextualizada na contemporaneidade.

Após estas considerações, debruçar-nos-emos em particular sobre a escrita de António Torrado. Olhamos, então, os contos da coleção de que nos ocuparemos daqui para a frente, composta por três volumes, cujo primeiro foi publicado em 2002, o segundo em 2003 e o último em 2004, todos com ilustrações de Maria João Lopes e todos pela Editora Civilização, apesar de cada texto ter sido originalmente dado a conhecer ao público pela Editora Comunicação, a partir de 1984.

Este *corpus* literário, recomendado pelo Júri de Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças 1984-1985, inclui textos cujas temáticas agradam sem dúvidas às crianças, como desde sempre deliciaram o povo que as escutava em ambiente descontraído. Há neles um aspeto comum. Com efeito, todos têm a sua origem no povo, como o título indica, e ao mesmo tempo são dirigidos ao pequeno público. Por isso, tal exige-nos algumas reflexões quanto ao vínculo entre o conto popular e o infantil. Sem pretender obviamente esgotar este assunto, o que seria impensável

nesta nossa comunicação, é interessante salientar que, no plano da expressão, os dois recorrem invariavelmente a um discurso conciso, havendo portanto uma concentração e unidade dramáticas.

Dispõem de uma linguagem assinalada pela coloquialidade e um estilo simples, onde são visíveis formas verbais estereotipadas, ao ponto de se saberem de cor, para além de possuírem um vocabulário bastante acessível, auxiliador do contacto com os ouvintes, pois facilitam a familiarização com a realidade narrada. Aliás, em ambos os casos explora-se a proximidade discursiva entre o narrador e o narratário o qual, não em poucas ocasiões, é transformado em cúmplice do primeiro, o que torna a matéria textual interessante e bastante peculiar. No que diz respeito ao plano do conteúdo, também há pontos de contacto que unem os contos populares aos infantis.

De entre outras coisas, com frequência estamos perante personagens que lidam com a fantasia que, em último grau, torna as histórias algo inverosímeis. Movimentam-se na intriga em busca da sua felicidade ou de um ideal, que obriga a um autoconhecimento e às vezes à consciencialização da sua identidade cultural. Por esse motivo, as histórias em causa têm normalmente um final feliz, detetando-se nas entrelinhas o recado moralizante. Apresentam um único núcleo dramático, repudiando estruturas complexas, visto que se apoiam num esquema simples que vai ao encontro da elementaridade e da simplicidade da mente popular e, claro, da infantil.

Estes aspetos podem ser observá-los na escrita de António Torrado. Na realidade, em *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, é ponto assente a diegese terminar com um final feliz. Porém, há duas situações curiosas a este respeito que merecem o nosso comentário. Em primeiro lugar, no conto *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz* há dois desfechos para a mesma história que o narrador faz questão de frisar, ao empregar as palavras "como ma contaram, não fechava assim". Conquanto, decide dar a conhecer ao leitor um outro final, inventado por ele, desabafando no texto "desconsolado desfecho este, que não adoto no meu contar". No segundo caso, e em contraste com os outros contos da coletânea, há um cujo fim não é o desejado, destoando do lugar-comum "viveram felizes para sempre". Trata-se de *A Bela Micaela e o Monstro da Pata Amarela*.

Nesta coleção, quase todas as narrativas começam por "era uma vez…", que Carlos Reis diz ser própria da tradição popular e infantil e que denuncia uma clara associação a "uma atmosfera quase mágica instaurada pela expressão" (1998: 79). Por seu turno, António Torrado tem por hábito, o que se tornou num estilo pessoal, de finalizar as suas reinvenções com a frase-parágrafo "e a história acaba aqui", se bem que no último volume publicado o mesmo ser dito mas por outras palavras. Parece-nos que esta maneira de iniciar e terminar os contos revela-se numa espécie de ritual que lhes dá sentido, já que sem isto é como se eles não tivessem valor ou deixassem de ser populares e/ou infantis, pura e simplesmente.

Para além do enredo da diegese em si, este contador de "histórias de manhas e patranhas", como o próprio se autodefine, faz questão de as rechear com pormenores narrativos de bastante interesse e funcionalidade, como é o caso da onomatopeia, que Alexandre Parafita diz ser "um recurso carateristicamente oral, e com ela o emissor amplia o seu poder de comunicação com a audiência" (1999: 126). Para servir de exemplo, em *As Três Fortunas do Lobo Feroz* aparece "rru-rru-rru" do ressono e "atchim", "zás, catrapás, pás" surge em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, e "bzz-bzz" no conto *Vem Aí o Zé das Moscas*, sendo estas mais clássicas e reconhecidas sem dificuldade pelo auditório. Em *Sebastião e Bastião contra a Bicha das Sete Cabeças* o som dos sinos é reproduzido textualmente em "tão-baladão", que, reparamos, já não é uma onomatopeia tão vulgar e que o escritor teve o cuidado de adaptar à fonética portuguesa.

Para além destas, há outras marcas de oralidade, identificadas em interjeições, como "caramba" ou "viste-la", ou em expressões mais elaboradas que provam a intencionalidade do escritor em revestir a sua escrita de um estilo mais coloquial e, por isso, mais próximo do pequeno público. Tal verifica-se, por exemplo, nas histórias *Olho Vivo, Pé Ligeiro e Mais Amigos* onde se lê "mas isso pertence a outra história que já não é da nossa conta. Cala-te, boca", em *As Três Finórias* que regista "mas adiante que há mais para contar", ou em *Vem Aí o Zé das Moscas* que diz "mas a nossa história é outra. Estamos a desviar-nos. Onde é que nós íamos?". De facto, é como se estivessem ambos reunidos, como comprova o pronome pessoal "nós", num qualquer local a escutar a história popular, como à maneira antiga, o que ajuda a criar, de resto, uma predisposição por parte dos leitores para acompanhar o evoluir da narração, criando-se, segundo conclui Maria Emília Traça, "uma tensão-atenção mútua em que as mínimas reações são lidas e inscritas nos meandros do relato, que assim se vai moldando e fluindo" (1992: 130).

Outra particularidade da escrita de António Torrado, que nos remete para um ambiente tipicamente popular, é o facto de ele usar com frequência a pergunta, com o objetivo de indagar diretamente os leitores, cuja resposta muitas vezes vem logo a seguir. Isto sucede, por exemplo, no conto *Sapateiro Remendeiro, Muito Trabalho e Pouco Dinheiro*, onde o narrador questiona "e sabem o que achou dentro do estômago da garoupa? Uma pedra muito brilhante…" ou naquele cujo título é *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, em que ele diz "querem apostar a quem coubera o cavalo ou nem vale a pena?", continuando mais à frente "há que dizer já, para não alarmar os leitores". É, porventura, uma maneira de atrair a atenção de quem lê com resultados mais vinculativos, porque a curiosidade infantil, como a do povo, é rapidamente saciada. Assim, as crianças sentem que o narrador está a dirigir-se a elas, criando-se deste modo elos de afinidade mais firmes com a intriga. Outro momento caricato acontece quando o narrador entra numa espécie de diálogo com os leitores, ou para fazer considerações sobre o que narrou, como se lê em *D. Pimpão Saramacotão e o Seu Criado Pimpim*, visto ele dizer "não perceberam patavina, pois não?", ou para lhe adiantar dados da intriga e

avisá-lo, como faz em *Sebastião e Bastião contra a Bicha de Sete Cabeças*: "Respiremos, descansemos, serenemos, ainda que por pouco tempo, porque o pior ainda está por vir".

Nos textos de António Torrado aparecem de igual modo expressões de índole popular. Selecionamos apenas algumas. Para além de "gandulo", "lá para arriba", "adentro", todas elas em *Toca que Toca, Dança que Dança*, "a catraia" ou a "cachopa" que se podem ler em *Maria Rosa e os Sete Veados Barbudos*, assim como "ó da casa… é gente de paz" usada no conto *Quarenta e Dois mais Vinte e Um*, são similarmente empregues verbos como "abalar", "atinar", "amandar-se", "acudir" e, vezes sem conta, o substantivo "vossemecê(s)", forma de tratamento que ainda hoje ouvimos pelas aldeias na boca dos mais velhos. Ainda quanto a expressões vocabulares, e em contraponto com as da tradição popular, o autor utiliza umas tantas mais atuais e juvenis. Por exemplo, na história *Sabino Fez-se Leve* lemos a páginas tantas "avisar o pessoal" e "não tinha cheta". Este é um sinal de modernidade da escrita que se vê adaptada às novas realidades, o que vem provar os rasgos de contemporaneidade da sua obra.

Ainda no que concerne à proveniência popular da história, em *Quarenta e Dois mais Vinte e Um* esta informação é fornecida pelo narrador de forma expressa na introdução, fazendo o contraponto da situação com a atualidade ao usar a expressão "nós da cidade". Aliás, esta narrativa merece-nos uma atenção mais demorada, porque o narrador, entidade onde o autor sempre se esconde, comunica claramente que se entretém, não raras vezes, a recolher histórias por entre o povo. Assim, coloca na boca de um personagem, que por sinal admite tratar-se de um velho amigo já falecido, o Dr. José Pedro Dias, a quem ele dedica o texto, a seguinte passagem: "Ouvi dizer que o amigo maquina umas histórias para arrumar nos livros…". E desenvolve um pouco adiante: "E se lhe contasse uma que eu cá sei, desde que a minha avó ma contou, que já lha tinha contado a avó dela? Apetecia-lhe?". Reparemos nas marcas de caráter oralizante que imperam no discurso. Numa outra narrativa, designadamente em *O Senhor de Bengala de Castão de Prata*, para além de se repetirem locuções como "naquele tempo" ou "no diz que diz", há logo de início o registo textual de que a história já foi contada ao narrador, cabendo-lhe também a ele essa função, ao se enquadrar, assim, no perfil dos contos de tradição popular oral. Curiosamente, e mesmo no fim da diegese, é dado o entender de que o protagonista podia bem ser um familiar do avô do autor, havendo deste modo a interligação entre a ficção e a realidade, entre o passado e o presente. Na história *Sapateiro Remendeiro, Muito Trabalho Pouco Dinheiro* torna-se a ter a sensação de que a personagem mais nova do entrecho existiu na realidade, pelas insinuações que o narrador faz, lendo-se no seu fecho "havia de ser um homem de muita fama. Até parece que foi…".

Episódio semelhante é apresentado em *Dr. Grilo, Médico de El-Rei*, onde o narrador, com subtil argúcia, deixa antever, sem nunca o declarar abertamente, que esta história se teria passado de verdade, o mesmo acontecendo em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, que utiliza truques discursivos semelhantes. O desabafo "segundo consta", que vem no conto *O Menino Grão de Milho*, ainda confirma mais esta ideia, já que ao narrador cabe unicamente contar apenas aquilo que ouviu, sem responsabilidades no enredo, que nós sabemos ser pura ilusão criada pelo universo da escrita de ficção. Por outro lado, em *A Máquina Prodigiosa de Pedro Ovelheiro*, o narrador insinua que uma verdade de há muitos anos passou a ser ficção por força do tempo, como acreditamos ter acontecido no passado a muitas histórias populares. Citamos: "Não tinha importância a demora, porque as novidades, passado tempo, transformam-se em histórias para entreter os serões".

Ainda no que toca a esta questão, leem-se com frequência no *corpus* textual em estudo versos em rima ou canções populares que enriquecem a história e normalmente adiantam ou rematam partes fundamentais desta. Tal acontece, por exemplo, nas narrativas *O Menino Grão de Milho*, *O Macaco de Rabo Cortado* ou *A Tristeza da Princesa e o Coelho Vermelho*. Com efeito, António Torrado obrigou-se a conservar o mais tradicional destas histórias populares, se bem que investiu com alguma originalidade nos pormenores que lhes acrescentou. Por seu turno, há também a reportação a realidades relativas ao passado histórico português, no que concerne ao tema da emigração para o Brasil e para África, em busca de fortuna, como exploram as narrativas *Quatro Ovos Quanto Custam?* e *Olho Vivo, Pé Ligeiro e Mais Amigos*. Na história *A Raposa das Botas Altas* aparece uma raposa a cantar o Hino da Maria da Fonte e no texto *A Máquina Prodigiosa de Pedro Ovelheiro* pode ser recolhida a expressão idiomática "mais velho que a Sé de Braga", sendo que ambas reúnem um potencial sociocultural bem português.

Por fim, faz-se em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz* uma menção direta ao "cavalo do Terreiro do Paço", realidade do património nacional, como todos sabemos. Contrastando com o exposto até aqui, em *Pedro Malasartes*, a história começa a ser contada na atualidade e a prova disso são as várias referências àquilo que se usa hoje em dia, como é o caso da máquina de lavar a roupa ou o relógio de pulso que o miúdo traz posto. Contudo, tal serve para fazer a ligação com a outra história, a que contavam os antepassados. O antigo e o atual também se amalgamam em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, já que o narrador, para explicar o que significa a profissão referida no título, recorre a exemplificações pertencentes ao mundo moderno como "repuxos, no meio de uma rotunda, com automóveis a andar à volta".

Ao pular constantemente da tradição para a atualidade, António Torrado permite algumas interferências pessoais nas narrativas, misturando com isso os dois planos, o da ficção e o da realidade, quando recorre a expressões textuais como "desconfio que", no conto *Sebastião e Bastião contra a Bicha das Sete Cabeças*, "eu sei lá que mais" em *As Três Finórias* ou "vá-se lá saber porquê" no conto *A Tristeza da Princesa e o Coelho Vermelho*. Porém, o exemplo mais significativo é aquele que se averigua na narrativa *Sabino Fez-se Leve*, dado que o narrador em parágrafo introdutório avisa desde logo os leitores que "esta história vai meter um bocado de impressão", advertência que fica justificada

quando, mais à frente da intriga, alguns personagens se automutilam, o que o leva a defender-se com o seguinte desabafo: "Eu não avisei, ao princípio, que a história era de meter impressão? Até a mim me custa contá-la. Poupem-me. Por favor, dispensem-me pormenores".

Porque são marcas visuais dos tempos de agora, uma palavra para as ilustrações de Maria João Lopes. Estas concorrem em paralelo com o texto e muito iluminam a história apresentada por escrito, chegando mesmo a esclarecer o leitor de um ou outro pormenor mais difícil de descrever, através das considerações que vão sendo feitas, normalmente em tom jocoso. O principal objetivo é o de estabelecer pontos de conexão entre as mensagens verbal e icónica, esta última assumindo um papel preponderante neste género literário. Há, de resto, referências explícitas de António Torrado às ilustrações e, claro, à ilustradora, designadamente na narrativa *Sabino Fez-se Leve*, da qual transcrevemos este pedaço: "Deitou as mãos à cabeça, quando viu o que na ilustração estão vendo. Porque hei de eu cansar-me a descrever o que está bem à vista e desenhado e pintado com todo o apuro? Sorte tenho eu em poder valer-me da arte da Maria João para aliviar-me da escrita".

No conto *A Bela Micaela e o Monstro de Pata Amarela*, a uma certa altura aparece uma ilustração com um aspeto tenebroso, tal como a passagem da intriga. As cores escuras e carregadas contrastam com as vulgarmente utilizadas nesta coletânea que são vivas e que, aliás, associamos rapidamente ao ambiente infantil. Outro exemplo curioso é a sugestão que o narrador dá ao pequeno leitor para apreciar o aspeto do desenho para mais facilmente ficar a conhecer caraterísticas físicas da personagem, como acontece no conto *Pedro Malasartes*, cuja referência é assim feita: "Peço a especial atenção da amiga ilustradora para o pormenor". Cumpre-nos ainda informar que o narrador também faz apelos explícitos para que os leitores apreciem os desenhos que acompanham a mensagem verbal, como se verifica, por acaso, em *Sebastião e Bastião contra a Bicha de Sete Cabeças*, que textualmente propõe: "Se repararem bem, hão de ver que o rei é o único que não traz armadura".

Para concluirmos este nosso trabalho, convém ainda acrescentar que os contos que se inserem nesta coleção de três volumes constam da lista de obras de leitura orientada do 5º ano do Ensino Básico português. Assim, é importante que a atitude pedagógica do professor/educador em contexto de sala de aula se faça respeitando este material de valor cultural inesgotável. Afinal, António Torrado reconhece a vital importância da literatura infantil enquanto veículo de mensagens de cariz essencialmente educativo e pedagógico, promovendo valores de vida que toda a criança deve interiorizar, ao eleger por excelência a liberdade de expressão e o respeito pela diferença.

A aposta na comicidade ajuda a passar a mensagem. De facto, o humor é comum neste género de narrativas que, na perspetiva de Blanco Pérez, têm a função socialmente aceite de "divertir, ensinar, estabelecer laços de união entre os membros do grupo, ridicularizar defeitos" (1994: 17). Porque o riso pode ter uma fundamentação pedagógica, António Torrado utiliza-o com alguma frequência nas suas histórias, para além de esta caraterística ser muito apreciável pelas crianças. Não obstante, o registo poético com recurso a imagens simbólicas é também uma constante na sua obra, ainda mais porque para o autor os valores poéticos assumem um posicionamento central em qualquer projeto educativo.

Em suma, é fundamental que os nossos alunos conheçam estas histórias que culturalmente lhes pertencem, e que, como legado intergeracional, já foram também pertença dos seus antepassados que garantiram a fiação do novelo da memória. Estas crianças, que prontamente se tornarão adultos, familiarizados desde tenra idade com a sua cultura popular, adquirirão, segundo Lopes Graça "um reportório que, continuando a ser praticado e enriquecido pela vida fora, constituir[á] um tesouro de alegrias e estímulos que, a todas as horas e em todas as ocasiões, […] os identificar[ão] consigo mesmo e com a terra-mãe" (s/d: 40). E como João Seabra Diniz conclui "a memória partilhada torna-se um património de emoção e sabedoria" (1991: 75).

Tal e qual. Assim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bravo-Villasante, Cármen (1977) História da Literatura Infantil Universal, Lisboa: Editorial Veja.

- Carvalho, Bárbara Vasconcelos de (1984) A Literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica, São Paulo: Global Editora.

- Diniz, João Seabra (1991) "Era uma Vez, Outrora, Agora…", In Atas do Segundo Encontro de Literatura para a Infância, Coimbra: ESE – Instituto Politécnico de Coimbra.

- Eliade, Mircea (2000) Mito e Realidade, São Paulo: Editora Perspetiva.

- Graça, F. Lopes (s/d) A Canção Popular Portuguesa, Lisboa: Edições Europa-América.

- Lopes, Óscar (1991) "O Conto: Algumas Leituras", In Atas do Segundo Encontro de Literatura para a Infância, Coimbra: ESE – Instituto Politécnico de Coimbra.

- Parafita, Alexandre (1999) A Comunicação e a Literatura Popular, Lisboa: Plátano Editora.

- Pérez, domingo Blanco (1994) História da Literatura Popular Galega, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

- Pessoa, Fernando (1946) Páginas de Doutrina Estética [sel., pref. e notas de Jorge de Sena], Lisboa: Inquérito.

- Reis, Carlos (1998) Dicionário de Narratologia, Coimbra: Almedina.

- Traça, Maria Emília (1992) O Fio da Memória – Do Conto Popular ao Conto para Crianças, Porto: Porto Editora.

- Torrado, António (1996) "Milhões de Livros, Biliões de Vozes", In Boletim Cultural, VIII Série, nº 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.
- Torrado, António (2002) Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo, vol. 1, Porto: Civilização Editora.
- Torrado, António (2003) Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo, vol. 2, Porto: Civilização Editora.
- Torrado, António (2004) Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo, Porto: Civilização Editora.

8) EDSON LUIZ DE OLIVEIRA,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO DO TIMOR-LESTE – COOPERAÇÃO BRASILEIRA

EDSON DE OLIVEIRA E O REITOR DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR NA CIDADELA DE BRAGANÇA

EDSON LUIZ DE OLIVEIRA nascido em São Paulo, formou-se em Cinema pela Escola de Comunicações e Artes, com doutoramento em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambas filiadas à Universidade de São Paulo. Participou do Mestrado Interinstitucional, no Estado de Mato Grosso, onde orientou dissertações de mestrado na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Encontra-se radicado em Díli desde abril de 2005, sendo membro da Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Educacional na República Democrática de Timor-Leste. No momento, participa da organização do Fórum Internacional da Língua Portuguesa no Timor-Leste que pretende estabelecer um amplo debate sobre a situação da Língua Portuguesa no contexto da contemporaneidade, levando-se em conta, diversidades e propostas inovadoras num mundo em constantes transformações.

SINOPSE

Com base nos mais recentes relatórios apresentados por observadores do Banco Mundial e Nações Unidas radicados no Timor-Leste, pretendemos realizar um diagnóstico da situação da língua portuguesa nesse país no período que vai do restabelecimento da normalidade política até os dias atuais. Esse período vem sendo comummente denominado de "período pós-conflito", embora muitas questões fundamentais referentes à aplicação da política linguística não tenham ainda sido inteiramente solucionadas. Essa situação pode ser analisada e comparada com os casos de outras ex-colônias portuguesas como Macau, Goa, Moçambique e Angola. Momento atual, os acontecimentos políticos se entrelaçam a todo o momento com os fatos linguísticos Depois da pacificação do país, a ONU se retira gradativamente, deixando a tradição do multilinguismo e da tolerância. Um novo período se inicia, a paz é a continuação da guerra por outros meios, os conflitos linguísticos continuam. A partir dos relatórios deixados pelas comissões de trabalho é possível se observar as tendências predominantes no cenário político no Timor-Leste. Metas educacionais se associam às normas de uso das línguas oficiais – o Tétum e o Português. A implementação da nova política linguística tem sido um desafio por uma série de razões.

A implementação da nova política linguística no Timor-Leste, que tem o Tétum e o Português como línguas oficiais, vem sendo um desafio por uma série de razões. Historicamente falando, essa é uma ocasião especial para se discutir a situação da Língua Portuguesa nesse jovem país do sudeste asiático. A língua portuguesa, que chegou a ser proibida no Timor-Leste durante a ocupação indonésia, hoje está garantida pela Constituição. O período atual vem sendo

comumente denominado de "período pós-conflito", embora muitas questões fundamentais referentes à aplicação da política linguística não tenham ainda sido completamente solucionadas.

A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE NO PERÍODO PÓS-CONFLITO.

Na ocasião da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 17 de julho de 1996, o Timor-Leste ainda estava anexado à Indonésia e o Português era uma língua proibida. Muitos fatos se sucederam nesses últimos anos: o Timor-Leste é hoje um país independente e multilíngue, sendo o mais jovem país da CPLP. O retorno da estabilidade política deu origem a uma fase que vem sendo apontada como "período pós-conflito". No entanto, ainda resta um país para ser reconstruído. Na área da Educação, muitas decisões devem ser tomadas. Há que se digerir o passado colonial que não se apaga com decretos. O que fazer com um currículo escolar todo escrito em língua indonésia? Como estabelecer o Português como língua de instrução, quando a maioria dos professores não domina essa língua? São apenas algumas questões, dentre muitas, a serem respondidas. Porém, as soluções nem sempre são facilmente encontradas.

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Tétum e o Português são hoje garantidos pela Constituição da República Democrática do Timor-Leste como línguas oficiais. A Constituição também garante que o Tétum e as outras línguas nacionais sejam valorizadas e desenvolvidas pelo Estado(1). No entanto, num passado não muito remoto, durante a ocupação indonésia, o Português foi uma língua banida: "*o português era oficialmente proibido. Proibido em todas as escolas, meios de comunicação, a imprensa em português foi proibida. O único órgão social que continuou a defender o Português era a Igreja Católica, que teve o papel de defender o patrimônio português, que é o canal principal da influência portuguesa." (2)*

Mas, não somente o Português, também o Tétum que é a língua franca do Timor-Leste, já foi reprimido. Referindo-se aos tempos de sua infância, José Ramos-Horta, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1996, nos narra o seguinte episódio: "*Durante sete anos, essa foi a rotina em Soibada. Apanhávamos por motivos insignificantes, como falar Tétum ou qualquer outra língua timorense. Entre centenas de alunos que chegavam a Soibada a cada ano, menos de um por cento sabia falar algumas palavras em Português! A única maneira de contornar o problema era ficar sem falar durante dias e dias a fio, ou então se dirigir aos outros com o máximo de discrição."(3)*

Nos últimos instantes do século XX, Portugal finalmente encerra sua era de pretensões imperiais. Em 1999 a China retoma o exercício da soberania sobre a Cidade-Estado de Macau, de acordo com o princípio "um país, dois sistemas", Macau passa a ser uma Região Administrativa Especial da República Popular da China. Enquanto isso, o Timor-Leste dizia um glorioso "sim" ao Referendo sobre sua total autonomia da Indonésia, num clima da mais completa insegurança, e pagando muito caro pelo seu termo de opção.

Durante o período da ocupação indonésia, os timorenses pouco participaram da administração e do ensino. As posições de gestão, administrativas, profissionais e técnicas, foram na sua maioria ocupadas por cidadãos indonésios. No setor da educação, enquanto 20 por cento dos professores da educação primária não eram timorenses, essa cifra chegava a 90 por cento dos professores da educação secundária.

Depois do Referendo sobre a Independência de Timor-Leste em relação à Indonésia, a violência invadiu o país, edifícios foram incendiados, e 95 por cento das escolas foram danificadas, quatro em cinco escolas foram destruídas. Porém, os danos não foram unicamente físicos. Quase todos os professores não timorenses abandonaram o país, precipitando o colapso geral do sistema de educação (4).

A situação somente vai começar a se reverter com a chegada dos Capacetes Azuis das Nações Unidas. Então, o país iniciou uma campanha rápida de reconstrução, logo que a Força de Paz chegou e depois do estabelecimento de uma Administração de Transição, período em que o saudoso Sérgio Vieira de Melo assume a liderança do País. No curto período de dois anos, com a ajuda de muitos educadores timorenses dedicados e o apoio financeiro e técnico da comunidade internacional, muitas escolas foram reconstruídas, contratados novos professores, e o sistema de educação, enquanto ainda não completamente restabelecido, tornou-se operacional outra vez em inícios do ano letivo de outubro de 2001 (5).

2. PERÍODO PÓS-CONFLITO

No período pós-conflito que estamos vivenciando agora, a implementação da nova política linguística tem sido um desafio por uma série de razões, metas educacionais se associam às normas de uso das línguas oficiais.

Na maioria das vezes, somente aqueles professores que concluíram a educação secundária antes da invasão indonésia em 1975 falam razoavelmente o português. Os demais, compondo a vasta maioria de professores, foram educados em língua indonésia. É verdade que o governo vem organizando cursos de português de poucas horas semanais, mas isso pode não ser o bastante para que os professores adquiram a nova língua suficientemente bem para se comunicar de modo eficaz com os alunos, desenvolver conhecimentos e habilidades, observar e avaliar resultados envolvendo uma porção de assuntos acadêmicos.

Os alunos que estudam com professores os quais não possuem eles próprios proficiência em português estão menos aptos a atingir o domínio da língua. Uma vez que a linguagem governa o pensamento e o processo cognitivo, uma proficiência precária na língua de instrução tende a impedir o domínio do professor sobre os conceitos, comprometendo seu desempenho.

O português é a terceira ou quarta língua para muitos alunos. Também, aquelas crianças que a língua materna não é o Tétum, terão que aprendê-la primeiro. Embora sendo a língua materna de apenas 16 por cento da população, o Tétum se tornou a língua franca para muitos outros e não aparenta grande dificuldade de aquisição. Porém, isso significa que muitas crianças aprenderão a própria língua materna em casa e depois terão que aprender o Tétum (quando esse não é a sua língua materna), e depois o Português, para compreenderem a instrução que irão receber na escola. Os alunos que iniciaram a escola antes de 1998 também tiveram que aprender a língua indonésia.

O Tétum é mais usado nas escolas frequentadas por alunos das camadas mais pobres, e a língua indonésia e o Português são mais comumente usados em escolas frequentadas por crianças provenientes de camadas com maior rendimento. Portanto, a introdução de uma nova língua de instrução tende a ser mais problemática nas áreas mais pobres que nas áreas mais abastadas. Além disso, os materiais didáticos para o ensino de língua são escassos, o que torna difícil para os alunos desenvolverem habilidade de leitura em qualquer das línguas, principalmente para aqueles provenientes dessas camadas de menor poder aquisitivo.

O papel do Ministério da Educação e Cultura (MEC) consiste em prestar acesso à educação de qualidade desde o ensino primário até o secundário, através de bons materiais de ensino, professores bem formados, equipamentos e instalações escolares adequadas; desenvolver um quadro para prestação de ensino superior de qualidade; aumentar a produtividade e os níveis de vida por intermédio da educação não-formal; dar sustentação à identidade nacional, apoiar as manifestações artístico-culturais do Timor-Leste. Quanto à língua de instrução, o objetivo a médio prazo é o seguinte: acelerar a reintrodução efetiva do Português e do Tétum nas escolas. (6)

Por encomenda do Banco Mundial, o professor brasileiro Amâncio Nunes Chateaubriand fez um diagnóstico a partir de questionários e roteiros de observação. Chateaubriand ensina a disciplina de Matemática, mas de imediato constatou-se que o problema maior é de comunicação, ou seja, da língua de instrução. Os questionários buscavam verificar o domínio da língua portuguesa, aplicados a professores timorenses. Entre as considerações retiradas de tais instrumentos, reforçadas por um encontro inicial com os professores durante um curso de capacitação, “verificou-se que não dominam o uso do Português.” (7)

No que se refere aos recursos didático pedagógicos utilizados, constata-se que os professores ainda se limitam ao uso de livros didáticos em língua indonésia por falta de material disponível em Tétum ou Português.

Por outro lado, eles próprios não dominam suficientemente o Português a fim de traduzirem esses manuais para os alunos. Recomenda-se, então, a elaboração de livros didáticos bilingues (Português e Bahasa Indonésia) para os professores, pelo menos nesse momento transitório. Uma vez que o Tétum não atende à demanda de termos matemáticos, os quais são emprestados da língua portuguesa. E como fazer quando o professor não domina o Português? Esta, portanto, é uma fase de transição, mas que já poderia resultar em produções de materiais didáticos mais condizentes com a síntese que os professores timorenses fazem diante das diferenças e semelhanças encontradas por eles em suas práticas docentes (8).

Com a chegada de 47 professores da Missão brasileira de Cooperação Técnico-Educacional, em abril de 2005, essas lacunas começaram a ser preenchidas. Uma equipe composta de participantes dessa Missão iniciou, no Instituto de Formação Contínua de Professores a elaboração de “um material institucional em língua portuguesa para colaborar com o desenvolvimento das disciplinas do primeiro ano do Ensino Pré-Secundário, objetivando alargar e aprofundar a visão dos professores e alunos sobre a cultura do Timor-Leste e a ciência universal (9). São as chamadas “sebentas”, manuais escolares para as disciplinas de Geografia, História, Biologia e Química. Essa parece ser uma iniciativa que avança na direção certa, mas ainda é apenas um primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido. É importante também destacar que esses recursos didático pedagógicos não podem ser importados de outras realidades, sem vínculo com o contexto pós-colonial timorense.

Baseado nas oficinas que ofereceu no Instituto de Formação Contínua de Professores, Chateaubriand fez as seguintes recomendações: “Considerando a adoção da língua portuguesa como língua de instrução, e a necessidade de um ensino de Matemática pautado na melhoria da qualidade de vida do timorense, e ampliação do acesso às novas tecnologias, recomendo a criação de grupos de professores de Matemática compostos por timorenses e não-timorenses. Esses grupos devem se dedicar à elaboração de metodologias de ensino de Matemática mais apropriadas para o atendimento das demandas locais a partir das diferentes realidades vivenciadas em suas escolas.” (10)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, refletindo as prerrogativas constitucionais, o Currículo Base da Educação Secundária observa a seguinte diretriz: a utilização da Língua Portuguesa e do Tétum como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (11). Os resultados da aplicação dessa norma se fazem sentir gradativamente.

As crianças estão recebendo sua educação fundamental em Língua Portuguesa e já podem conversar com suas avós que aprenderem essa língua nos tempos anteriores a 1975.

No entanto, a maior carência agora é de uma infraestrutura linguística capaz de dar sustentação às iniciativas do MEC. Nesse particular, é a Cooperação Portuguesa que parece estar mais avançada: nos dois últimos anos letivos foram criadas 33 bibliotecas em 12 distritos. A área de comunicações também é uma preocupação da Cooperação Portuguesa, que conta com dois programas diários em língua portuguesa, com duração de uma hora, na RDP; um programa cultural com curso de língua portuguesa na Rádio de Timor-Leste (RTL); além da participação de docentes em programas nos distritos de Baucau e Manufahi, em colaboração com as rádios locais (12).

Esse setor das comunicações é fundamental para a criação de uma atmosfera favorável à revitalização da língua portuguesa no Timor-Leste. Pois, no momento atual, ainda há uma atitude negativa com relação ao emprego do Português, principalmente por parte dos alunos que foram educados em língua indonésia. Entre esses jovens, há também "um medo generalizado de que não sejam capazes de competir com outros timorenses que dominam o português. Esses jovens têm medo de se tornar cidadãos de segunda categoria, sem acesso aos bons empregos e outros cargos, o que é perfeitamente compreensível." (13).

Esse clima de negatividade quanto ao uso da língua portuguesa deve ser substituído por uma predisposição positiva de aprendizagem, para que essa língua volte a ser parte integrante do dia-a-dia dos timorenses. Por outro lado, não é de grande consequência que os jovens sejam levados a se dedicar à aprendizagem do Português na escola e ao chegarem em casa sejam bombardeados por uma programação televisiva em língua indonésia ou inglesa.

Em questão de motivação, vale a pena lembrar a interessante proposta de Regina Helena Pires de Brito, (14) da Universidade Mackenzie de São Paulo, Brasil, que propõe o ensino do Português através da canção. Dezoito jovens universitários estiveram em Díli durante quatro meses ensinando a língua portuguesa, tendo como referência didática músicas brasileiras de grande popularidade no Timor-Leste.

Esse projeto foi muito bem aceito pelos jovens timorenses, pois a música brasileira já faz parte do imaginário timorense. Ainda que os timorenses nem sempre saibam o que diz a letra da canção, eles cantam: "*Meu amor está tão longe de mim/Meu amor não seja tão ruim/ Escreva uma carta meu amor/ E diga alguma coisa por favor/ Diga que você não me esqueceu/ E que o seu amor ainda é meu/ Escreva uma carta meu amor/ E diga alguma coisa por favor*." (15)

Mas, para que um meio-ambiente favorável à revitalização da língua portuguesa no Timor-Leste se instale, é fundamental uma participação efetiva dos países membros da CPLP. Já que, em conformidade com a Lei Maior, "a República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa", (16) espera-se que num futuro próximo, haja mais intercâmbio e colaboração entre os países membros dessa comunidade: que os livros publicados no Brasil, Portugal ou África circulem livremente em território timorense; que o audiovisual de qualidade produzido em São Paulo ou em Lisboa venham a fazer parte da programação das emissoras de televisão timorenses; para que o pequeno Timor-Leste se insira definitivamente no contexto maior da Comunidade Lusófona.

4. REFERÊNCIAS

1. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*, Parte I, Art. 13º, Díli: UNDP, 2002, p. 14.
2. *Forganes, Rosely. Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: Das Cinzas à Liberdade. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002, p. 216.*
3. *Ramos-Horta, José. La Saga des Timor-Oriental. Lausanne: Editions Favre SA, 1996, p. 26.*
4. *Política Nacional de Educação 2005-2009, p. 1-2.*
5. *Política Nacional de Educação 2005-2009, p. 2.*
6. *Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento – abril 2005, p. 82.*
7. *Chateaubriand, Nunes Amâncio - Educação Matemática em Timor-Leste – Relatório Final*
1. *Ministério da Educação e Cultura, Fundamental School Quality Project, Díli: abril 2005, p. 10.*
8. *Chateaubriand, Nunes Amâncio. Idem.*
9. *da Silva, Augusta Maria. História, Timor-Leste, Construindo uma identidade, primeiro ano Pré-secundário. Díli: Ministério da Educação de Cultura, 2005, introdução.*
10. *Chateaubriand, Nunes Amâncio. Idem.*
11. *Lei de Base do Sistema Educativo, MEC, art. 15º - Currículo.*
12. *Cooperação Portuguesa IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Educação para Todos, 2005)*
13. *Forganes, Rosely. Idem, p. 213.*
14. *O projeto "Universidades em Timor-Leste" tem a coautoria de Benjamin Abdala Jr. e Magda Carneiro. Realizou-se em Díli entre 25 de agosto e 3 de dezembro de 2004.*
15. *Canção de Roberto Carlos, composição de Pilombeta e Tito Silva.*
16. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Idem.*

9) GISELE CALGARO

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

GISELE CALGARO (à esquerda)

GISELE CALGARO é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Há 12 anos exerce atividades ligadas à educação. Atualmente participa do grupo de pesquisa *Língua e Identidade no Universo da Lusofonia*, coordenado pela Doutora Regina Helena Pires de Brito. Sua produção recente destaca a participação com apresentação oral em um evento científico nacional, o 53º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

SINOPSE

Este estudo apresenta algumas reflexões acerca da perceção do cartunista António Ferreira dos Santos (F'Santos) diante da questão leste-timorense. Procuramos demonstrar, analisando a charge na qual um soldado da ONU chega a Timor-Leste e, entre escombros e fumaça, é rececionado por uma caveira (veiculada em 1999, no jornal português O Regional e, posteriormente, no site http://www.timortoons.8m.com), o surgimento de uma voz (ethos) que busca chamar a atenção do público leitor para o que ocorria em Timor-Leste ainda no período de dominação Indonésia.

Essa voz que habita a enunciação do texto nada mais é do que um modo de dizer, segundo Maingueneau, uma maneira de habitar o espaço social. O ethos, nesta charge, faz com que "tome corpo" uma enunciação que brinca com o mundo e, enquanto critica, provoca reflexões e inquietação.

Reflexões sobre a questão leste-timorense aos olhos de F'Santos.

1. APRESENTAÇÃO

Neste artigo procuramos apresentar a visão do cartunista António Ferreira dos Santos (F'Santos) acerca da situação vivida em Timor-Leste no ano de 1999 – período em que o país caminhava para se libertar (o que ocorre em setembro) do domínio indonésio – através da charge.

A charge de F'Santos aqui apresentada foi gentilmente cedida pelo proprietário do site http://www.timortoons.8m.com Fernando Manuel G. de Gouveia (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD), com a devida autorização do cartunista.

Iniciamos o presente estudo com uma breve contextualização histórica acerca de Timor-Leste necessária para o entendimento da charge.

Depois, introduzimos alguns conceitos relacionados à charge, mostrando suas caraterísticas e sua importância como meio de comunicação.

Apresentamos o conceito de ethos, na linha da Análise do Discurso, segundo Dominique Maingueneau.

Por fim, aplicamos tais conceitos na charge de F'Santos.

A intenção deste artigo não é esgotar as possibilidades de leitura da charge de F'Santos, ao contrário, pretendemos estudar a voz (ethos) que busca chamar a atenção e, enquanto critica, provoca inquietação e reflexão no público leitor.

2. TIMOR-LESTE

A ilha de Timor, desde o século XIII, atraia comerciantes chineses e malaios pela abundância de sândalo, mel e cera. Por volta de 1512, os portugueses chegaram à ilha em busca dos mesmos recursos naturais. Porém, os portugueses não foram os únicos, os holandeses também chegaram à ilha e, só em meados de 1914, com a Sentença Arbitral assinada pelos dois países, as fronteiras foram fixadas e os conflitos entre Portugal e Holanda foram resolvidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha foi invadida pelos Japoneses. Timor-Leste era considerado um ponto estratégico para as forças japonesas por estar próximo à Austrália. A ocupação durou três anos, e o povo leste-timorense lutou ao lado dos Aliados. Em 1945, com o final da Segunda Grande Guerra, a administração portuguesa foi restaurada.

A revolução de 25 de abril de 1974 – Revolução dos Cravos – que fez cair a ditadura Salazarista em Portugal, abriu as portas simultaneamente à democracia em Portugal e à autodeterminação e independência para as suas antigas colônias. Em 1974 e 1975 foram criados partidos políticos em Timor-Leste. Os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor Leste (Fretilin).

Em 28 de novembro de 1975, após uma breve guerra civil, a República Democrática de Timor-Leste foi proclamada. No entanto, apenas alguns dias depois – 7 de dezembro de 1975 – o exército Indonésio começou a bombardear Díli e invadiu Timor-Leste. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) condenou a invasão Indonésia numa resolução aprovada no dia 12 de dezembro de 1975, porém nada de efetivo foi feito.

Dezesseis anos se passaram sem que o povo leste-timorense fosse lembrado pela comunidade internacional, até que, no dia 12 de dezembro de 1991, dois jornalistas britânicos, Max Stahl e Steve Cox registraram o massacre ocorrido no cemitério de Santa Cruz. Max Stahl conseguiu trazer à imprensa o horror vivido pela população leste-timorense, as imagens correram o mundo, e, só então, os governos das grandes potências se viram forçados a condenar a atitude do exército indonésio, mas sempre com cautela, pois havia interesses econômicos envolvidos.

Países como Estados Unidos da América e Austrália apoiaram a invasão da Indonésia, pois realizavam vastas operações de mineração, extração de madeira e de petróleo em solo Indonésio. Além disso, os EUA vendiam armas para exército Indonésio e a Austrália tinha grande interesse econômico pelo Mar de Timor onde há um campo de petróleo submarino que se acreditava ser um dos 25 mais ricos em depósito do mundo. "O apoio às ações da Indonésia em Timor-Leste e em outros lugares é um preço pequeno a pagar pelas oportunidades de investimento (e o apoio político) que a Indonésia oferece" (Jardine, 1997: 45)

Apesar da grande exposição ocorrida em 1991, só em 22 de setembro de 1999 a ONU promoveu um plebiscito para decidir a questão da união ou separação com a Indonésia. A população, mesmo temendo novas represálias, decidiu-se a favor da independência.

Militantes ligados à Indonésia massacraram milhares de civis e, para piorar, o exército da Indonésia queimou e destruiu tudo durante a retirada. Só pararam quando as Nações Unidas intervieram, enviando uma força para impor a paz.

Em abril de 2002, os leste-timorenses foram novamente às urnas, desta vez para escolher um presidente para o país. As eleições consagraram Xanana Gusmão como o novo presidente, e em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se totalmente independente.

Após esta sucinta contextualização histórica de Timor-Leste, passamos aos apontamentos teóricos acerca do que é charge e qual sua importância para a comunicação.

3. CHARGE

Segundo Scott McCloud,

> *O meio "quadrinhos" se baseia na visão. Todo o mundo da iconografia visual está à disposição do criador de histórias. Incluindo toda a gama de estilos pictóricos, da arte representacional realista ao mais simples cartum até o totalmente abstrato e o mundo invisível de símbolos e linguagem! (Scott McCloud, 2005: 202-203).*

Assim, temos a caraterização da charge como representação pictórica que não se restringe apenas a imagens, as palavras são igualmente importantes.

O "simples cartum" a que se refere McCloud é definido como "forma de amplificação através da simplificação" (2005: 30), isto é, quanto mais simplificada a representação pictórica do real, mais ampla se torna sua identificação. O cartum deve ser entendido como a representação da realidade mais abstrata possível e é por meio dessa imagem simplificada que nos identificamos mais com as personagens.

Dessa maneira, "*quando você olha pra uma foto ou desenho realista de um rosto você vê isso como o rosto de outra pessoa. Contudo, quando entra no mundo do cartum você vê a si mesmo."* (McCloud, 2005: 36).

As personagens de uma charge podem ser ou mais próximas ao cartum ou a caricatura de algum personagem real, depende muito do tema que está sendo abordado pelo cartunista e do efeito de proximidade que ele quer provocar entre a personagem e seu público leitor. Já o cenário, na maioria das vezes, é extraordinariamente realista.

A combinação entre um cenário realista e uma personagem icônica faz com que o leitor entre num mundo sensorialmente estimulante disfarçados numa personagem.

Encontramos no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* esta definição para charge:

> *Charge [Do fr. charge.] S.f. Representação pictórica, de caráter* ***burlesco*** *e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público. (negrito nosso) (Ferreira, 1986: 392).*

Porém, comumente vemos charges que falam de temas dito sérios e, ao invés de provocarem o riso pelo riso, que visa apenas à diversão, ou provocarem a liberação, que busca romper a censura social, temos a denúncia, que mostra comportamentos e situações enfatizando seu lado negativo.

Essas charges não levam ao riso, sua ironia leva o público leitor à reflexão. Essas charges buscam incomodar o leitor e é essa inquietação, essa indignação causada pela charge que o leva à reflexão sobre o tema apresentado.

Entretanto, para que a reflexão ocorra é imprescindível que o tema abordado – geralmente de caráter político e social – seja de conhecimento público, pois o cartunista não alcançaria seu objetivo se o tema abordado não fosse reconhecido pelo público leitor.

Com efeito, o entendimento de uma charge depende muito do conhecimento de mundo do seu leitor.

Esse tipo de relação marcada pela intertextualidade é fundamental e cabe ao cartunista dirigir seus temas de acordo com o seu público.

Cabe ainda destacar a importância da charge como meio de comunicação. Por se tratar de um texto imagético concentrado, geralmente, em um único quadro, a charge chama a atenção do leitor por sua forma e sua leitura rápida. Como sugeriu McCloud:

> *[...] imagens são informações* ***recebidas****. Ninguém precisa de educação formal pra* ***'entender a mensagem'****. Ela é* ***instantânea****. A escrita é informação* ***percebida****. É preciso conhecimento especializado pra decodificar os símbolos abstratos da linguagem. [...] Quando as palavras são mais audaciosas, mais diretas, requerem níveis* ***inferiores*** *de percepção e são recebidas com mais* ***rapidez, como imagens****. (negrito do autor) (2005: 49).*

Muitas vezes, em jornais da imprensa dita séria, a charge resume o editorial que a acompanha e chega até ser mais mordaz do que o texto escrito.

No próximo sub-item trataremos de alguns pressupostos teóricos sobre a voz (*ethos*) que habita a enunciação do texto e a ideologia nela contida.

4. ETHOS

Para tentar compreender o ethos, iniciamos com uma definição do termo encontrado no *Dicionário de Análise do Discurso*:

> ***Ethos*** *– Termo emprestado da retórica antiga, o* ***ethos*** *(negritos do autor) [...] designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. (Charaudeau e Maingueneau, 2004: 220).*

Maingueneau, em *Análise de textos de comunicação*, inscreve o ethos no quadro da Análise do Discurso, assim, ao contrário da teoria encontrada na *Retórica* de Aristóteles, para Maingueneau, o ethos não está reservado apenas à eloquência judiciária ou à oralidade; qualquer discurso, seja qual for sua forma de inscrição material, possui uma vocalidade específica, que implica em uma determinação do corpo do enunciador (não do autor efetivo), e uma relação com um fiador associado a uma corporalidade e a um caráter, mesmo que imaginário.

Dessa maneira, o enunciador deixa suas ideias inscritas nas entrelinhas de seu enunciado. O destinatário, para Maingueneau, coenunciador – por desempenhar um papel ativo na enunciação – "dá corpo" ao fiador e "incorpora" [1] suas ideias.

A maneira de dizer, que se remete a uma maneira de ser do enunciador, impõe ao discurso sua ideologia. Por intermédio da enunciação, o coenunciador irá "incorporar", assimilar, uma forma específica de habitar o mundo, um estilo próprio do enunciador. Na charge, encontramos a "incorporação" do coenunciador facilitada pelo cartum, já que tendemos a nos identificar com representações mais simplificadas e abstratas do real do que com fotos realísticas.

Parafraseando Maingueneau (2005: 73), o caráter e a corporalidade do fiador são estereótipos culturais cristalizados que podem ser valorizados ou desvalorizados, sobre os quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-los ou não.

A ideologia presente na enunciação é assimilada como uma forma própria de se inscrever no mundo. A charge, em sua enunciação, traz mais do que o tema sociopolítico atual, traz a ideia, a maneira do enunciador (e não do autor) se inscrever no mundo, seu estilo, sua ideologia.

Essa é a voz que está presente na enunciação da charge que inquieta seu coenunciador e o leva à reflexão.

5. ANÁLISE

© F'Santos

Na charge em análise, um soldado da ONU chega a Timor-Leste. Reconhecemos a personagem por sua vestimenta peculiar (botas, capacete, uniforme) e pela arma que segura nas mãos, porém, como se pode notar, não se trata de uma representação fotográfica da realidade. Os traços que constituem a arma, por exemplo, nos fazem chegar à *conclusão*[2] de que se trata de uma representação do objeto real arma, mas seu traçado simplificado e abstrato amplia sua identificação, não podemos dizer, com precisão, qual é a arma representada.

Do mesmo modo, a personagem é uma caricatura do soldado, seus traços não nos lembram ninguém em específico, ao contrário, nos remetem à lembrança de qualquer soldado em combate, qualquer um, um parente, um amigo, nós mesmos, diante de uma situação adversa. Podemos, apenas, afirmar ser um soldado da ONU pela inscrição explicitada, deixada pelo enunciador, no uniforme e no capacete.

O soldado chega disposto a lutar, com arma em punho, e, diante do cenário de horror, fica perplexo. Notamos pela expressão em seu rosto – a boca semiaberta, os olhos arregalados – que o soldado não esperava encontrar tal cenário de destruição. Atônito, o soldado permanece paralisado, como que entorpecido, sem nenhum movimento[3]. Diante do cenário marcado pela morte, representada pelo símbolo da caveira, o soldado se "desarma", não há o que fazer para ajudar seu anfitrião, posto que a ajuda demorou demais.

Mediante a enunciação, o fiador confere a si mesmo uma identidade compatível com o mundo que ele fez surgir no enunciado. O fiador toma corpo e caráter na enunciação e provoca sobre o coenunciador a reflexão sobre a perplexidade e a falta de ação diante do cenário encontrado. O coenunciador "incorpora" tal perplexidade, porém, não se paralisa, ao contrário, como já dissemos, passa à reflexão.

A segunda personagem presente na charge é a caveira que identificamos como o leste-timorense - personagem metaforizada pela figura símbolo da morte (caveira). Esse símbolo enfatiza a destruição do país e justifica a perplexidade do soldado ao chegar lá. A caveira rececionou o soldado da ONU, foi sua anfitriã em meio aos escombros da guerra. O timorense estava sendo massacrado e há muito tempo precisava de ajuda; no entanto, a ajuda veio tarde demais para cerca de 300 mil timorenses que perderam a vida no longo período de domínio indonésio.

"*O estilo do letreramento e a simulação de entonação são as pistas que habilitarão o leitor a ler o texto com as nuances emocionais pretendidas pelo narrador*" (Eisner, 2005: 65). A caveira é a única personagem que possui um balão de diálogo. Neste contexto, o letreramento funciona como uma extensão da imagem simula o volume e a emoção do texto; "Benvindo a Timor!" Não é uma mensagem calorosa como seria fora do contexto desta charge.

O cenário apresentado é simplificado e abstrato, não se trata de uma fotografia de escombros e fumaça e sim a representação abstrata disso. Da mesma forma que o cartum emprega imagens simplificadas de pessoas que podem ser facilmente identificadas, os objetos e o cenário tem seu vocabulário próprio na linguagem visual das charges. Aqui, o cenário é simbólico e, exatamente por isso, consegue transmitir instantaneamente a dimensão do massacre ocorrido no país.

O coenunciador "incorpora" a perplexidade diante da morte e do sofrimento do leste-timorense e a crítica à ONU por demorar tanto para enviar ajuda. Essa "incorporação" permite que enunciador e coenunciador comunguem de um mesmo discurso. O coenunciador partilha a forma de habitar no mundo do fiador, partilha a ideologia enunciada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta charge de F'Santos, como pudemos observar, é a crítica feita à ONU por intervir tão tardiamente em Timor-Leste.

O cartunista lançou mão de imagens estereotipadas (cartum) para estabelecer por meio delas uma familiaridade com o leitor. Por exemplo, ao criar o soldado, o cartunista adotou um conjunto de caraterísticas que o leitor aceitou instantaneamente, ou seja, essa imagem foi criada tanto a partir da experiência social quanto da forma que o leitor acha que um soldado deveria se parecer (Eisner, 2005: 22) – uma espécie de repertório partilhado.

Contando com imagens simplificadas, o cartunista atraiu a atenção do leitor. A personagem metaforizada do leste-timorense pela figura da caveira criou o impacto desejado pelo cartunista para chamar a atenção do leitor, e a organização lógica e inteligente das imagens reteve sua atenção. Além disso, a rápida leitura proporcionada pela simplificação das imagens é outro fator que contribuiu na manutenção do controle do leitor.

Somente o leitor que não reconhecesse o contexto histórico em que a charge está inserida, deixaria de interpretá-la e, consequentemente, não chegaria à reflexão alguma. Caso contrário, ao nosso ver, seria impossível fazer uma leitura da charge e, no mínimo, não se impressionar ou ir buscar informações a respeito do assunto. Como se trata de charge publicada em Portugal, onde o tema "Timor-Leste" era bastante comentado, mesmo antes de 1999, provavelmente a maioria dos leitores sabia do que se tratava e o objetivo do criador foi atingido. O impacto causado pela leitura da charge já é um despertar para a reflexão, muito embora, a reflexão a que o leitor chegaria fosse subjetiva e dependesse de seu envolvimento com o tema.

Como citamos anteriormente, a charge em análise visa à denúncia (não provoca o riso pelo riso, ou a liberação). Podemos afirmar, com efeito, que o cartunista atingiu seu objetivo pois controlou a atenção e a retenção do leitor e, por meio da denúncia, provocou a reflexão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2004) Dicionário de análise do discurso, São Paulo: Contexto.

EISNER, Will. (2005) Narrativas Gráficas, São Paulo: Devir Livraria.

_____. (2001) Quadrinhos e Arte Sequencial, São Paulo: Martins Fontes.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986) Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Nova Editora.

MAINGUENEAU, Dominique. (2001) Análise de textos de comunicação, São Paulo: Cortez.

_____. (2005) Ethos, cenografia, incorporação. In AMOSSY, Ruth (org.). Imagens de si no discurso – a construção do ethos, São Paulo: Contexto.

McCLOUD, Scott. (2005) Desvendando os quadrinhos, São Paulo: M. Books.

JARDINE, Matthew. (1997) Timor Leste – genocídio no paraíso. In SANT'ANNA, Sílvio L. (org.). Timor leste – este país quer ser livre, São Paulo: Martin Claret.

SARAIVA, José Hermano. (1993) História de Portugal. Lisboa: Europa-América.

NOTAS

[1] Maingueneau fala de "*incorporação* para designar a ação do ethos sobre o coenunciador" (2001: 99).

[2] McCloud chama de conclusão o "fenômeno de observar as partes, mas perceber o todo" (2005: 63).

[3] As linhas de movimento são linhas estilizadas responsáveis pela representação da trajetória de objetos e personagens em movimento no espaço. Não há linhas de movimento circundando o soldado.

10) JAIME F. SALES LUÍS

PROF. ASSOCIADO C/ AGREGAÇÃO DO DEPARTAMENTO FLORESTAL DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO - VILA REAL, PORTUGAL.

- JAIME F SALES LUÍS, nasceu, em 1954, em Fatubéssi, Timor. Estudou em Portugal, tendo-se licenciado, em 1977, no Instituto Superior De Agronomia, em Lisboa, como engenheiro silvicultor.
- Entre 1977 e 1979, trabalhou como engenheiro silvicultor, no então Fundo de Fomento Florestal, em Vila Real.
- Em 1979, foi admitido no então Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (futura UTAD), como assistente no departamento florestal
- Em 1984, obteve o Master of Science In Forest Management, na Oregon State University, Corvallis, Oregon.
- Em 1990, defendeu o doutoramento em engenharia florestal, na UTAD, com louvor e distinção
- Em 2000, obteve, em provas públicas, a agregação em planeamento florestal, na UTAD
- É atualmente professor associado com agregação no departamento florestal da UTAD.
- É coordenador do curso de engenharia florestal da UTAD e do mestrado em engenharia dos recursos florestais da UTAD.

- Desde 1990, tem participado em diversos projetos de investigação nacionais e internacionais, colaborando nomeadamente com a Sociedade Portuguesa De Ciências Florestais (SPCF) e com a International Union of Forest Research Organizations (IUFRO)
- Desde 2000, está envolvido na coordenação e na docência, na área florestal, do curso de ciências agrárias, na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), no âmbito do programa de cooperação entre os estados português e timorense, através da FUP-CRUP e da UNTL.
- Tem publicados diversos trabalhos técnicos, didáticos e científicos, relacionados com a temática florestal.

JAIME SALLES LUÍS (à esquerda)

SINOPSE

Timor Loro Sae é um território que ocupa a parte leste da ilha de Timor, localizada na parte oriental do arquipélago da Sonda, na confluência dos oceanos Pacífico (a Norte) e Indico (a Sul). Além da parte leste da ilha, ocupa ainda o enclave de Oé-cusse, na costa Norte, a ilha de Ataúro, em frente de Díli e o ilhéu Jaco, na ponta Leste, totalizando uma área de 18.997 km2.

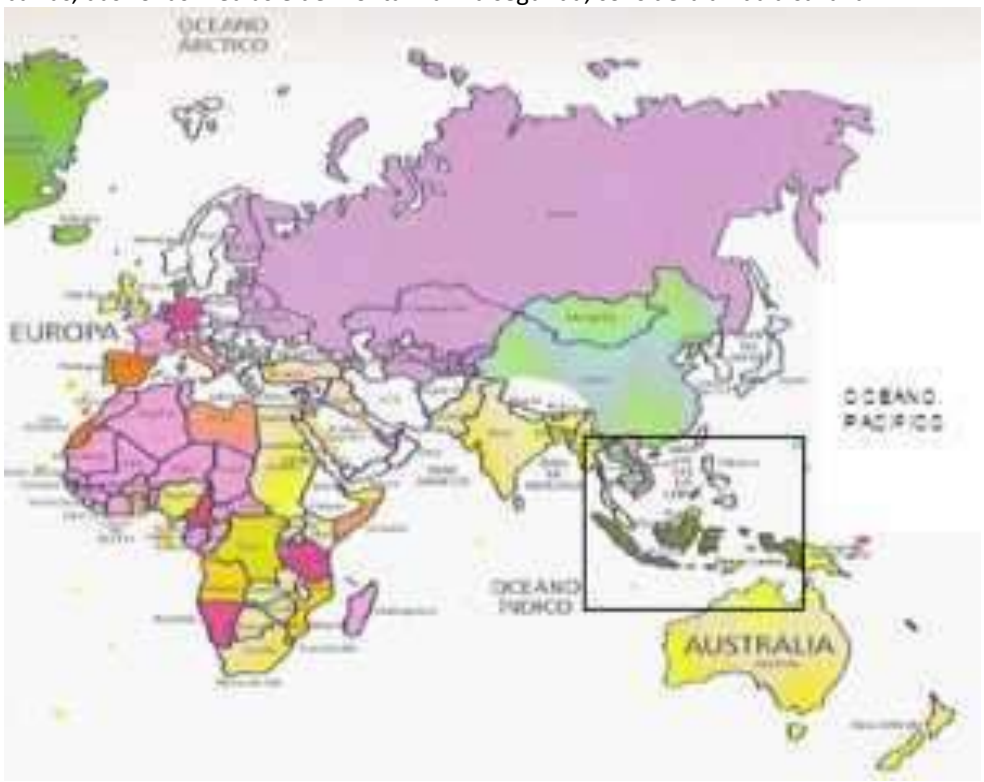
Os portugueses aportaram nesta ilha em 1514, vindos de Malaca que haviam conquistado em 1511, em busca de sândalo. A fundação da cidade de Díli pelo governador António Teles de Meneses, data de 1769, que transferiu a capital de Lifau, devido à forte pressão dos holandeses. Em 30 de agosto de 1999, na sequência do *referendo* realizado em Timor-Leste, sob a vigilância das Nações Unidas, o povo Maubere declarou claramente o seu desejo de se tornar independente no território de Timor Loro Sae, facto sem precedentes na História.

O território de Timor Loro Sae está situado na zona intertropical o que lhe confere certas caraterísticas próprias, a principal das quais é a existência de duas estações anuais bem definidas, a estação seca e a das chuvas, devido ao regime das monções.

A diversidade climática do território de Timor Loro Sae deve-se, principalmente, ao relevo acidentado, à orientação das cadeias montanhosas e à proximidade do continente australiano. F. A. Soares, em 1957, com base na temperatura média anual, na precipitação anual e na altitude, divide o território de Timor-Leste em três zonas.

O território de Timor Loro Sae inclui-se na unidade fitogeográfica e florística conhecida como Malásia que se estende, de Norte para Sul, junto à linha equatorial, desde a península da Malásia até às ilhas Salomão, numa extensão de 8000 km, entre as longitudes 95º e 160º Este.

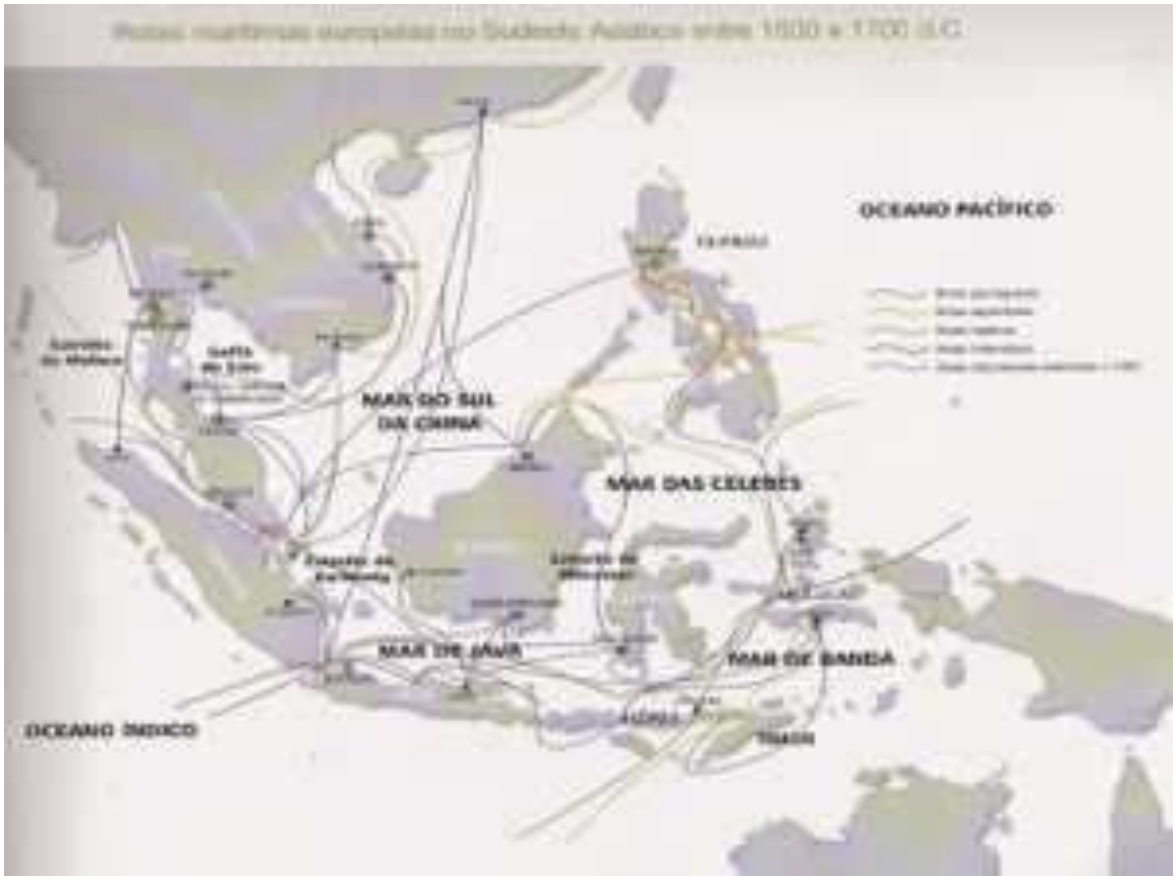
Ruy Cinatti, em 1950, no reconhecimento das formações florestais em Timor, considera, principalmente, a existência das florestas primária e secundária. Na primeira, identifica o mangal, as formações do litoral, das zonas baixas, das zonas médias e de montanha. Na segunda, considera ainda a savana.



O CLIMA E A VEGETAÇÃO DE TIMOR LORO SAE. HOMENAGEM A RUY CINATTI.

Southeast Asia
THAILAND
VIETNAM
PHILIPPINES
MALAYSIA
INDONESIA
INDIAN OCEAN
AUSTRALIA

East Timor
Timor Sea



1. INTRODUÇÃO

Timor Loro Sae é um território que ocupa a parte leste da ilha de Timor, localizada na parte oriental do arquipélago da Sonda, na confluência dos oceanos Pacífico (a Norte) e Indico (a Sul). Além da parte leste da ilha, ocupa ainda o enclave de Oé-cusse, na costa Norte, a ilha de Ataúro, em frente de Díli e o ilhéu Jaco, na ponta Leste, totalizando uma área de 18.997 km^2. A capital deste território é a cidade de Díli, junto ao mar, cujas coordenadas geográficas são 8º 34' Sul e 125º 33' Este.

Os portugueses aportaram nesta ilha em 1514, vindos de Malaca que haviam conquistado em 1511, em busca de sândalo. Desde essa época até à atualidade Timor-Leste passou por inúmeras convulsões, devido à sua importante posição estratégica. Primeiro entre holandeses e portugueses que apenas em meados do século XVIII, estabeleceram a atual fronteira, incluindo o enclave de Oé-cusse Ambeno. É desta época (1769) a fundação da cidade de Díli, pelo governador António Teles de Meneses que transferiu a capital de Lifau, devido à forte pressão dos holandeses.

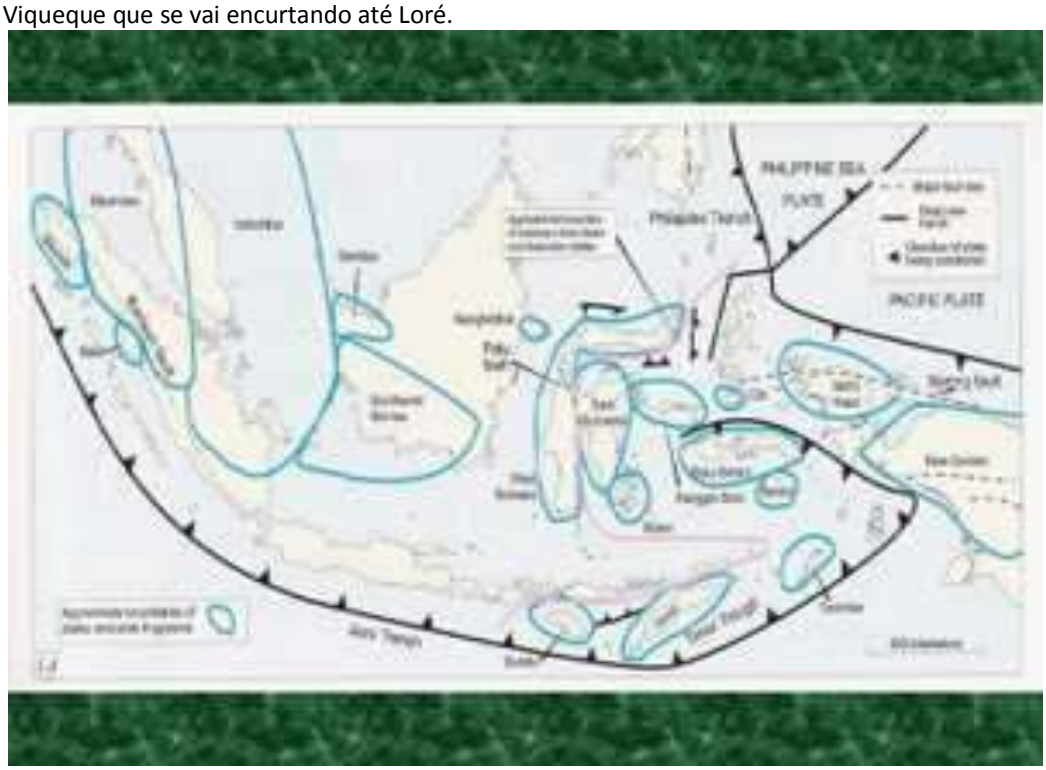
Já no século XX, durante a II guerra mundial, primeiro os australianos e holandeses e, por essa razão, depois os japoneses ocuparam Timor-Leste, onde se mantiveram durante 3 anos e meio (fevereiro de 1942 a setembro de 1945). Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor-Leste, na sequência do processo de descolonização que decorria em Portugal desde abril de 1974, embora a comunidade internacional nunca tenha aceitado esta situação, considerando Portugal como a potência administrante.

Em 30 de agosto de 1999, na sequência do referendo realizado em Timor-Leste, sob a vigilância das Nações Unidas, o povo Maubere declarou claramente o seu desejo de se tornar independente no território de Timor Loro Sae, facto sem precedentes na História. Em 20 de setembro de 1999, as forças internacionais entraram em Timor-Leste, sendo este território considerado como um território não autónomo sob administração internacional das Nações Unidas. As eleições para a formação do novo Estado de Timor Loro Sae estão previstas para o ano de 2001.

Estima-se que a população atualmente residente no território ronde os 750.000 habitantes, sendo o português a língua oficial, embora o tétum seja a língua falada pela maioria dos timorenses.

Timor Loro Sae é um território de formação geológica recente, onde o intenso processo erosivo, devido ao regime das chuvas, ainda prossegue, originando um relevo muito acidentado, sendo o Monte Ramelau o ponto mais elevado do território, com 2964 m de altitude. Deste partem cadeias montanhosas segundo o eixo longitudinal da ilha, algumas terminando abruptamente no mar, como no Subão grande, na costa Norte, a Oeste de Baucau. A ilha vulcânica de Ataúro emerge majestosa do mar, a 23 km a Norte de Díli, atingindo, em Mano Coco, os 1000 m de altitude.

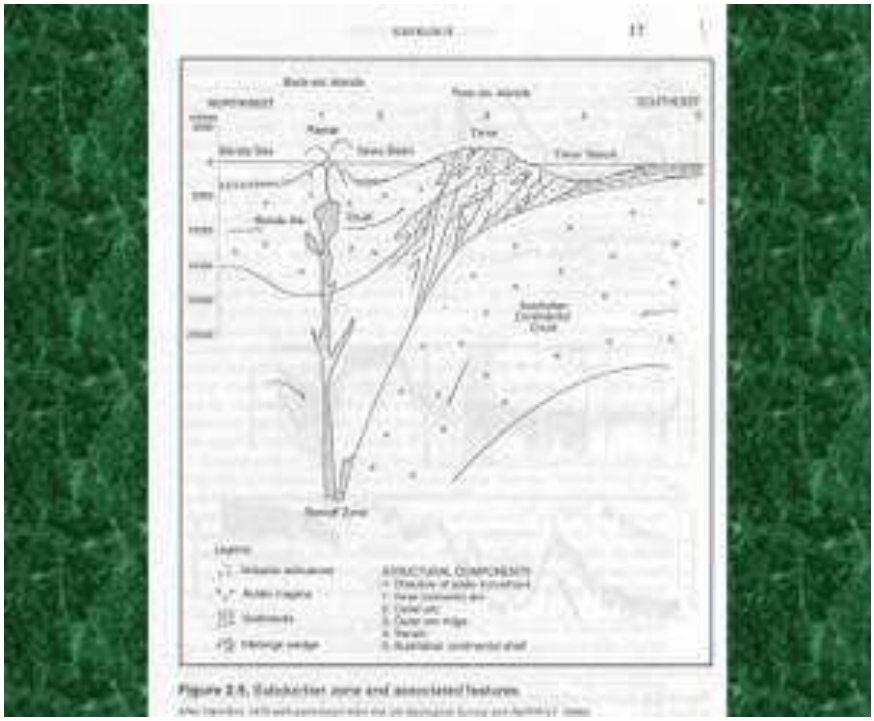
Entre as diversas cadeias montanhosas, ocorrem a Norte zonas planálticas de altitude, em Lospalos e Baucau ou ao nível do mar, em Batugadé, Díli, Metinaro e Manatuto. A costa Sul constitui uma vasta planície, desde a fronteira até Viqueque que se vai encurtando até Loré.



Encravados entre as cadeias montanhosas, correm diversos cursos de água de regime torrencial, na intensa estação das chuvas. Devido a este regime os rios não são navegáveis, dificultando, por outro lado, a comunicação entre as diversas localidades pelos fortes aluimentos de terras que provocam. Na costa Norte as mais importantes são as ribeiras de Lóis, Comoro, Lacló e Laleia. Na costa Sul temos as de Suai, Alas, Viqueque e Loré.

2. O CLIMA

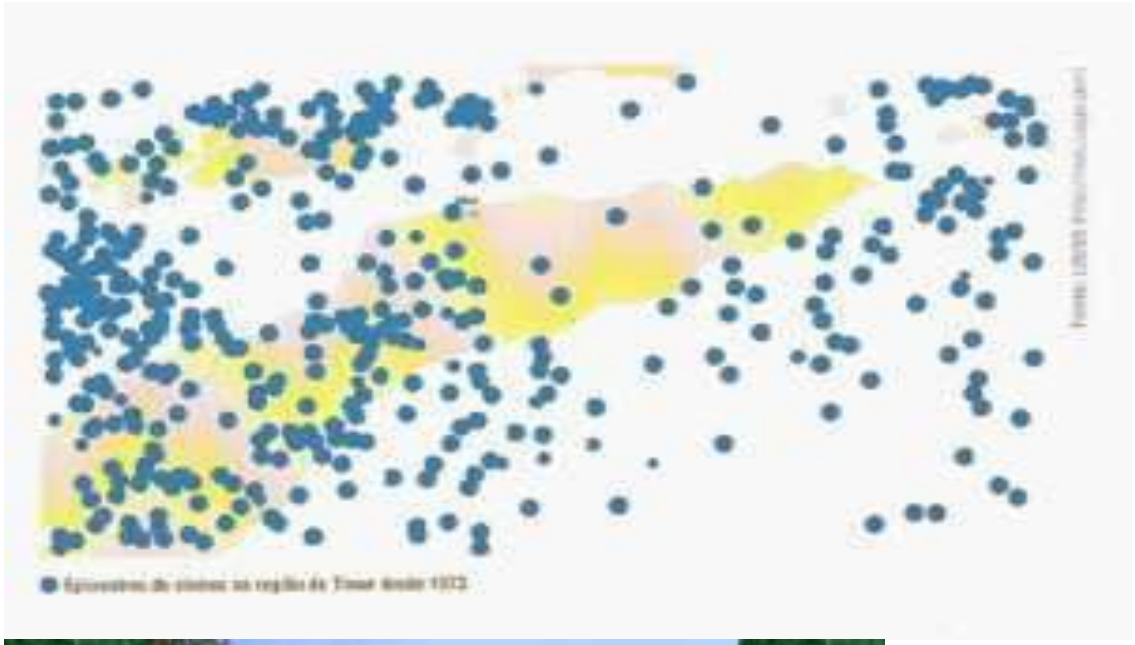
O território de Timor Loro Sae está situado na zona intertropical o que lhe confere certas caraterísticas próprias, a principal das quais é a existência de duas estações anuais bem definidas, a estação seca e a das chuvas, devido ao regime das monções. Na zona intertropical a variação térmica anual é muito pequena, pelo que é o regime pluviométrico que determina o tipo de meteorização dos solos, a vegetação existente e, portanto, a possibilidade de expansão de diversas culturas e, ainda, a localização dos agregados humanos.



O regime de monções determina, na zona intertropical, a existência de duas estações anuais, a estação seca e a das chuvas, com períodos variáveis dependendo da zona geográfica. Este fenómeno é mais marcado em Timor-Leste do que noutras ilhas do arquipélago da Sonda, devido à sua proximidade (500 km) em relação ao continente australiano.

De novembro a abril, durante a monção húmida, os ventos sopram do quadrante NW, trazendo chuva acompanhada de tempestades frequentes. De maio a outubro, durante a monção seca, os ventos sopram moderados do quadrante SE, transportando alguma chuva e reduzindo a temperatura, principalmente durante a noite.

A diversidade climática do território de Timor-Leste deve-se, principalmente, ao relevo acidentado, à orientação das cadeias montanhosas e à proximidade do continente australiano. F. A. Soares, em 1957, com base na temperatura média anual, na precipitação anual e na altitude, divide o território de Timor-Leste em três zonas.



A primeira, na costa Norte, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual de 24º e uma precipitação anual inferior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a abril (5 meses) e a estação seca de junho a outubro (5 meses). Maio e novembro são meses de transição. A segunda, na montanha, ocupa as vertentes Norte e Sul, acima dos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual abaixo de 24º e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a abril (5 meses) e a estação seca de julho a outubro (4 meses). Maio, junho e novembro são meses de transição. A terceira, na costa Sul, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, de relevo menos acidentado, com uma temperatura média anual acima de 24º e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de dezembro a junho (7 meses) e a estação seca de agosto a outubro (3 meses). Julho e novembro são meses de transição. Nas três zonas, o mês de novembro marca a transição entre as estações húmida e seca.

A distribuição das chuvas é condicionada pela orografia, nomeadamente pela disposição das cadeias de montanhas, pela distância ao mar, e depende, ainda, do regime de monção, sendo que a fração da precipitação anual que cai no período húmido é muito elevada, contrastando claramente com a do período seco.

Na costa Norte esta diferença é muito marcada, atenuando-se na zona de montanha, devido à altitude, sendo menos acentuada na costa Sul, devido à orografia mais suave e à posição relativamente aos ventos dominantes de SE (na estação seca), vindos do continente australiano.

A temperatura mantém-se praticamente constante durante todo o ano, devido à pequena oscilação da duração dos dias e das noites e, do zénite do sol ao longo do ano.

Durante a monção húmida, com ventos dominantes de NW a perceção do calor é mais intensa, uma vez que a humidade relativa é muito elevada. Durante a monção seca, com ventos dominantes de SE, mais frescos, a temperatura baixa ligeiramente, principalmente durante a noite.

As variações térmicas são devidas, principalmente, à altitude o que torna as regiões costeiras mais quentes que a zona de montanha. No entanto, as diferenças absolutas não ultrapassam os 10 º e, localmente, a variação anual não excede os 3 º.

De forma genérica e global podemos dizer que o clima de Timor-Leste é quente (T > 20º), embora a altitude desempenhe um papel moderador acima dos 1200 m, como por exemplo em Ermera e Maubisse, húmido (H > 80%) e chuvoso (R ≈ 1500 mm).

3. A VEGETAÇÃO

O território de Timor Loro Sae inclui-se na unidade fitogeográfica e florística conhecida como Malásia que se estende, de Norte para Sul, junto à linha equatorial, desde a península da Malásia até às ilhas Salomão, numa extensão de 8000 km, entre as longitudes 95º e 160º Este. Dentro desta extensa unidade pertence ao grupo ocidental, juntamente com a península da Malásia, Sumatra, Java, Bornéu e arquipélago da Sonda.

Embora a vegetação seja abundante em Timor-Leste, ela não tem o aspeto luxuriante de outras zonas desta unidade, devido, por um lado, à intensa ação humana, nomeadamente através da agricultura itinerante e, por outro, à natureza geológica, principalmente rochas sedimentares, da sua constituição.

Os estudos desta natureza são muito escassos, constituindo referência essencial o trabalho realizado por Ruy Cinatti, em 1950. Embora os valores relativos às diferentes categorias descritas devam ser tidos com a natural reserva que o intervalo de tempo (50 anos) impõe, mantêm-se, no entanto, o seu grande interesse relativamente à classificação proposta e à descrição apresentada.

Ruy Cinatti, no reconhecimento das formações florestais em Timor, considera, principalmente, a existência das florestas primária e secundária. Na primeira, identifica o mangal, as formações do litoral, das zonas baixas, das zonas médias e de montanha. O mangal e a floresta do litoral são descritos separadamente, por constituírem tipos muito definidos sem grande variabilidade florística e fisionómica. As formações das zonas baixas, médias e de montanha são descritas como florestas mistas, dada a especificidade que apresentam no território de Timor-Leste. Na segunda, inclui ainda a savana.

O mangal ocupa uma área reduzida, de aproximadamente 7500 ha (hectares), devido à configuração da linha de costa que, ao contrário das outras ilhas do arquipélago da Sonda, não é muito recortada. O mar é bastante batido pela ondulação, principalmente na costa Sul, e os cursos de água não se resolvem em estuários dilatados. Assim, não se reúnem "as condições topográficas necessárias ao desenvolvimento do mangal que procura sempre as enseadas, as baías e outros recortes da costa, onde as águas do mar tomam um aspeto de relativa tranquilidade.

É na costa Norte que os arvoredos caraterísticos ocupam áreas mais extensas, como em Metinaro, Tibar e Maubara. Na costa Sul, reduzem a sua área de expansão à foz das ribeiras ou aos terrenos alagadiços e pantanosos. Podem, além disso, ser constituídos por uma só espécie, ao contrário do que sucede com a maior parte das formações ocorrentes nos trópicos."

> *"As espécies componentes das várias associações da formação distribuem-se, regularmente, em linhas paralelas ao litoral ou às margens das ribeiras atingidas pelas marés."*

Primeiro aparecem, ainda no mar, grupos isolados de *Rhizophora conjugata* que junto à costa se reúnem em maciços arbóreos de largura variável. De seguida aparecem, normalmente associados às primeiras, povoamentos de *Sonneratia alba* e de *Bruguiera sp.,* conforme a natureza dos terrenos em que vegetam.

> "*As zonas interiores, inundadas simultaneamente pelas águas fluviais e pelas marés, são povoadas por maciços gregários de Avicennia marina e por representantes secundários de Rhizophora e outras espécies em regime misto, tais como: Excoecaria agallocha, Aegiceras corniculatum, Xylocarpus granatum e Heritiera littoralis*."

> "*A floresta primária do mangal é uma fonte de riqueza, visto que a madeira das árvores é de ótima qualidade e da casca extraem-se substâncias taninosas de alto valor*."

A floresta do litoral ocupa uma estreita faixa entre a zona costeira do mangal e as formações das zonas baixas mais para o interior. A sua flora é pobre, relativamente, em géneros e espécies.

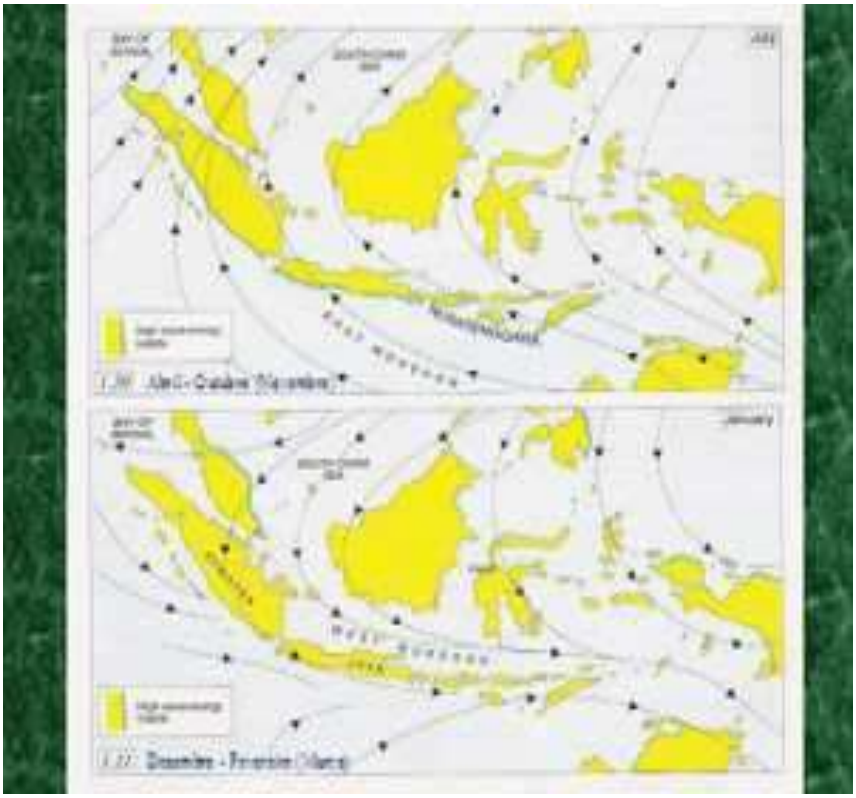
"*Uma das caraterísticas essenciais deste tipo de vegetação consiste em as espécies serem providas de frutos adaptados à disseminação pelas correntes marítimas. Daí ocuparem uma vasta área de distribuição litoral. Do ponto de vista fisionómico, esta vegetação compreende várias formas, todas elas submetidas às condições climáticas e edáficas. Desde as árvores de alta estatura às plantas herbáceas, sucedem-se comunidades várias, que de modo algum estão relacionadas com os graus reconhecidos da sucessão. Excetuando a Casuarina equisetifolia, são raras as espécies que se encontram em povoamentos puros*."

Em Timor-Leste, a área fitogeográfica considerada não difere floristicamente das restantes ilhas do arquipélago da Sonda. A composição e exuberância deste tipo de floresta dependem naturalmente da precipitação e do grau de humidade.

"*Na costa Norte, com regimes de chuva sujeitos à influência das monções e a um período de seca de 5 a 6 meses no máximo, a vegetação do litoral sofre, evidentemente, na sua complexidade e pujança." De Maubara a Lautém, "esta vegetação ora se aproxima do seu aspeto normal ora desaparece completamente, dando lugar a revestimentos de gramíneas invadidos, aqui e ali, por exemplares pioneiros da savana e da floresta secundária, tais como o Eucalyptus alba, Zizyphus mauritania e Tamarindus indica e, ainda, indicadores de climas secos, tais como espécies de Opuntia, Aloes e Euphorbia*."

"*Na costa Sul, onde se verificam duas épocas de chuva, com um mínimo de tempo seco não superior a três meses, a vegetação do litoral atinge o seu apogeu, já pela quantidade de espécies que a compõem, já pela densidade dos seus agrupamentos. A formação Calophyllum, Hernandia, Heritiera, Cerbera, Terminalia, Barringtonia, debruça-se em rolos de verdura sobre as praias cobertas, em parte, pela consociação Spinifex littoreus-Ipomoea pes caprae. Noutros sítios, porém, as extensões arenosas são marginadas por faixas estreitas de Casuarina, a que se associam, aqui e ali, exemplares de Pandanus*."

A floresta primária mista ocupa uma área de pouco mais de 200.000 ha, devido a fatores antropogénicos, como sejam as queimadas na estação seca e a agricultura itinerante.



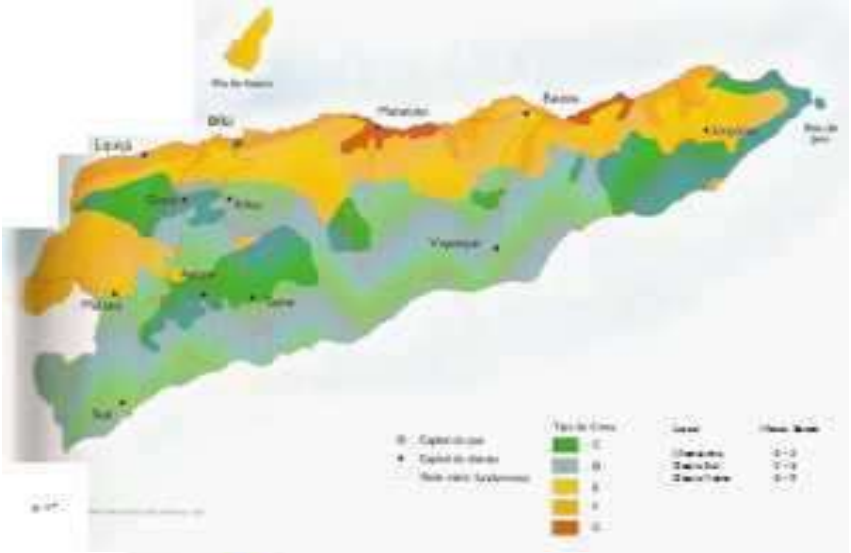
As formações das zonas baixas, médias e de montanha ocupam territórios por vezes sobrepostos, pelo que são consideradas aqui como florestas mistas. Nas formações das zonas baixas e médias podem ainda ocorrer florestas sempre verdes (de chuva) e decíduas (de monção), cuja vegetação se diferencia com o regime pluvial e também com a natureza das formações geológicas e pedológicas em que se inserem, embora essa diferenciação não seja aparente nas regiões submetidas a um regime climático de chuvas mais ou menos constante.

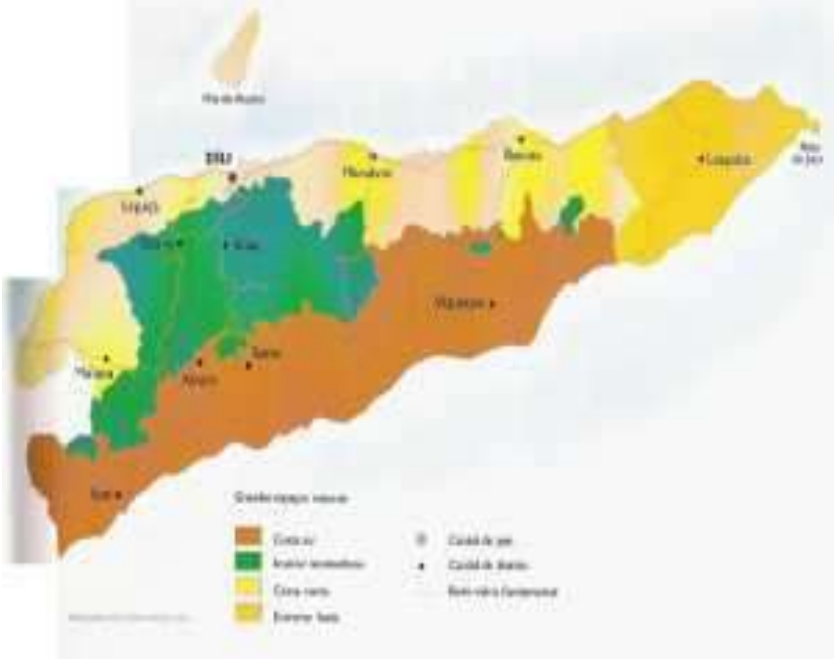
"*A floresta sempre verde (de chuva) tem como dominantes espécies dos géneros Eugenia, Intsia, Elaeocarpus, Canarium, Dysoxylum, Ficus, Litsea, Sarcocephalus, Terminalia, Parinarium e Pometia. Se na definição inicial de floresta primária considerarmos apenas o estádio final da sucessão ou clímax, independentemente do centro de difusão dos géneros, teremos que incluir na floresta de folha perene as vastas manchas de Eucalyptus decaisneana, espécie endémica que, a partir de 800 m, cobre quase todas as elevações de Timor.*"

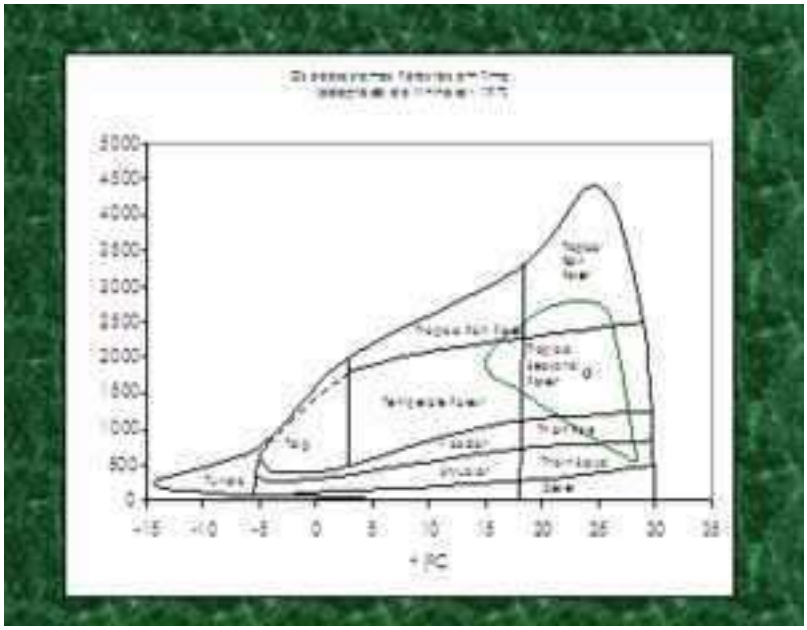
"A floresta decídua (de monção) é inteiramente dominada pelos géneros Schleichera e Pterocarpus a que se associam espécies dos géneros Acacia, Vitex, Corypha, Wrigthia, Sterculia, Zizyphus e Bauhinia."

"A floresta de montanha, devido a sua localização em altitude, inclui-se na floresta sempre verde (de chuva) e afirma-se pela presença do Podocarpus imbricata, Casuarina junghuniana, Pygeum, Vaccinium, Palaquium, além do Eucalyptus decaisneana."

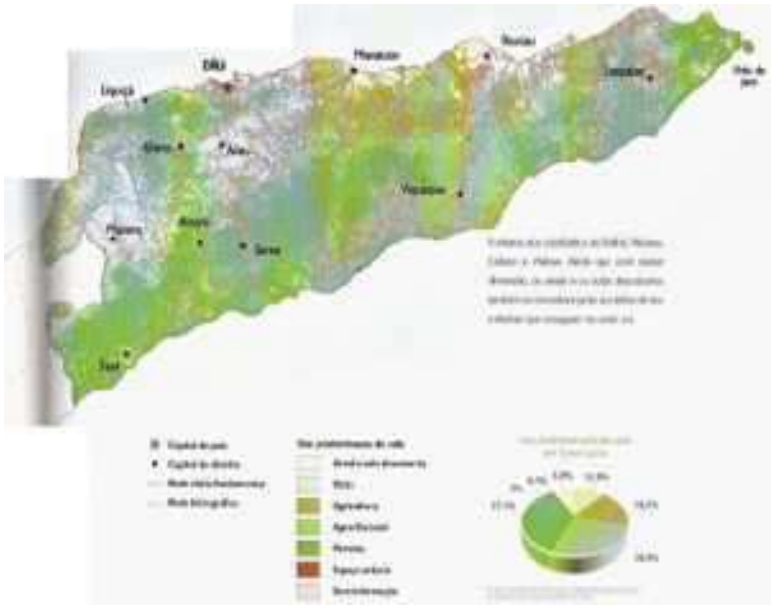
"A proximidade dos cursos de água afeta a composição da floresta primária, assim como a presença das toalhas de água superficiais. Algumas das espécies distribuem-se à volta dos terrenos mais ou menos pantanosos ao longo das ribeiras que servem de traço de união a comunidades semelhantes situadas paralelamente a diferentes alturas. Daí, o caráter misto da floresta que possui componentes da floresta de chuva, da floresta das monções e ainda da floresta secundária, distribuídas independentemente das zonas climáticas a que pertencem."

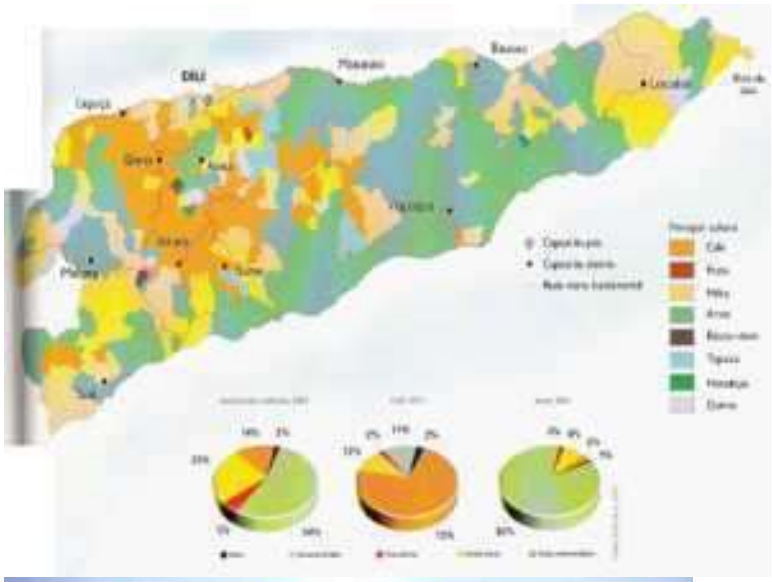





5000
4500
4000
3500
3000
2500
2000
1500
1000
500
0
-15
-10
-5
0
5
10
15
20
25
30
35
°C

CNIG - 1999


DILI
Manatuto
Baucau
Lospalos
Viqueque
Aileu
Ainaro
Same
Suai


DILI
Manatuto
Baucau
Lospalos
Viqueque
Ainaro
Same
Suai

Quando a influência do Homem "*se manifesta de modo contínuo e persistente através das queimadas, do pastoreio, da penetração agrícola e da derrubada, a floresta primária cede passo a outro tipo de vegetação denominado floresta secundária, constituída, em geral, por géneros e espécies diferentes.*"

"A floresta secundária encontra-se distribuída por extensas regiões. A ela se pode aplicar com propriedade o denominativo inglês de jungle, por ser composta por uma grande quantidade de árvores de pequeno porte, arbustos e trepadeiras."

"Nas clareiras abertas recentemente no manto florestal primário, começa por aparecer certo número de espécies pertencentes aos géneros Trema, Macaranga, Mallotus, Homalanthus. Nas áreas de rejuvenescimento mais adiantado, encontram-se representantes de outros géneros, como, por exemplo, Litsea, Premna, Vitex, Cordia, Pterospermum, Kleinhovia, Melochia, Sterculia. Aleurites moluccana é muito frequente e por vezes dominante em pequenos bosques, assim como Jatropha curcas, espécie exótica que se encontra habitualmente em terrenos que foram cultivados."

"A transição para a savana, faz-se progressivamente e adquire aspetos muito variados. Onde os incêndios se manifestaram de forma contínua e persistente, encontra-se a savana-prado, composta por extenso revestimento de Imperata cylindrica, Saccharum spontaneum, Themeda quadrivalvis e outras gramíneas. As árvores dominantes da savana são, nos terrenos do litoral, Borassus flabellifer, Eucalyptus alba, Zizyphus mauritania e Dichrostachys cinerea, aparecendo Acacia leucophloea nos terrenos mais elevados de constituição calcária."

"Distingue-se também um outro tipo de savana composta por Opuntia sp., Euphorbia sp. e Aloes sp., que refere a vegetação a um clima muito seco e, correlativamente, a uma formação lotori-sicidesértica."

4. DOCUMENTOS CONSULTADOS

Altavista Company 2001. Timor-Leste.

Cinatti, R. 1950. Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português. JIC. Lisboa. 80 p.

Jacobs, M. 1988. The Tropical Rain Forest. A first encounter. Springer-Verlag. Berlin. 295 p.

Thomas, L. F. 1994. De Ceuta a Timor. Difel. Lisboa. 778 p.

11) JOSÉ CARLOS GUERREIRO ADÃO

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA / INSTITUTO CAMÕES

José Carlos Guerreiro Adão, 25 anos, natural de Almodôvar, licenciado em Ensino de Português e Inglês pela Universidade de Évora, mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, foi professor do ensino secundário em Alcácer do Sal e Estremoz. Neste momento exerce funções de formador de Língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor, pelo segundo ano, através da Assembleia da República em protocolo com o Instituto Camões. Apresentou comunicações em congressos na Universidade de Navarra, em Pamplona, subordinadas aos estudos literários e culturais, na Universidade de Évora e na Universidade do Porto, também relacionadas com estudos literários e políticos.

SINOPSE

Esta comunicação pretende abordar com profundidade o projeto de desenvolvimento da Língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste. O traçado do percurso do ensino no Parlamento Nacional. Uma nova etapa foi iniciada no ano académico transato com a presença a tempo inteiro de um formador da Assembleia da República/Instituto Camões. Deste modo, desenvolveu-se uma nova forma de encarar o ensino da Língua Portuguesa neste órgão de soberania de Timor-Leste. Serão abordados os métodos utilizados no ensino e desenvolvimento da língua, o apoio dado a todo o Parlamento no contexto parlamentar e extra letivo.

Na abordagem a todas as outras funções que cabem ao Formador, far-se-á a avaliação dos aspetos positivos e negativos deste primeiro ano do projeto, dos aspetos que necessitam ser melhorados e aqueles que devem ser continuados.

"O ensino e desenvolvimento da Língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste."

A força de uma pessoa reside na sua inteligência e na sua língua.
Provérbio árabe

O Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) é uma das mais importantes instituições desta nova nação que é Timor-Leste. Sendo a Língua Portuguesa uma das duas línguas oficiais do território, torna-se essencial que exista, por parte dos intervenientes no campo parlamentar um adequado domínio da língua. Para isso, torna-se essencial também que o ensino seja focalizado no sentido de possibilitar uma aprendizagem dos conhecimentos linguísticos básicos, mas simultaneamente de competências específicas do seu campo de trabalho.

Este projeto de ensino e desenvolvimento da Língua Portuguesa junto do Parlamento Nacional torna-se, então, muito importante para assegurar uma relação cada vez mais profunda e um intenso contacto com a Língua Portuguesa. Em termos históricos, o ensino de Português no Parlamento iniciou-se em 2001, com aulas lecionadas em parceria pelo Instituto Camões e pela Fundação das Universidade Portuguesas. Os cursos realizavam-se, tal como agora, no edifício do Parlamento Nacional e tiveram bom acolhimento pelos Deputados e pelos Funcionários deste Parlamento. Coube, nos anos seguintes ao Ministério da Educação, através da Embaixada de Portugal, proceder ao ensino de Português, em moldes semelhantes aos anteriores.

Todavia, através da assinatura de um protocolo de cooperação entre a Assembleia da República e o Instituto Camões em quatro de fevereiro de 2004, o projeto, método e forma de ensino foram alterados de modo a poder ir de encontro às necessidades dos membros do Parlamento. Este novo projeto pretende continuar o trabalho de ensino de Língua, colmatar e desenvolver alguns aspetos que não tinham até esse momento sido contemplados.

Assim, no novo projeto, o formador designado não se limita a lecionar as aulas em hora marcada para o efeito mas está presente nas instalações do Parlamento Nacional de Timor-Leste a tempo inteiro, constantemente atento aos trabalhos quotidianos e consciente para o facto de que acompanha adultos e que é necessária uma atenção diferente daquela prestada a crianças e jovens. Por outro lado, torna-se também imprescindível por parte deste, a consciência de que o trabalho é realizado com pessoas detentoras de diversos graus de formação.

Ao mesmo tempo que há formandos com formação superior, outros há que são elementarmente alfabetizados, o que dificulta a escolha de metodologias e estratégias de ensino adequadas. Por isso é muito benéfica a presença permanente de um formador sensível a estes factos. Pequenos elementos subjetivos de alguém que esteja atento, podem fazer a diferença no quotidiano e na relação de aprendizagem, em contextos tão específicos como este. A proximidade que se consegue com os membros do Parlamento e com os funcionários e técnicos é muito superior àquela que se conseguiria numa relação estritamente formador/formando e que permite um maior sucesso na aprendizagem de Língua Portuguesa.

Concomitantemente permite também que os técnicos, funcionários ou Deputados possam, no momento em que encaram dúvidas ao nível da língua, resolvê-los cabalmente e evitar que se prolongue a ocorrência do erro.

O trabalho deste formador é, portanto, lecionar cursos de Língua Portuguesa, de vários níveis[53] e com conteúdos muito direcionados para os diferentes públicos a quem tem que lecionar. Para além das aulas, o trabalho de desenvolver, em contexto laboral, as capacidades de comunicação é também uma importante faceta do ensino e desenvolvimento da Língua Portuguesa.

Há igualmente um envolvimento grande em rever textos relacionados com o quotidiano parlamentar. Promove também, o contacto informal com todos os membros do Parlamento, o que é uma enorme mais-valia para a aprendizagem de Português que tem resultados práticos, sem querer exagerar, por vezes mais visíveis do que o próprio ensino tradicional em sala de aula, que termina no momento em que os alunos abandonam a sala de aula.

Quanto às aulas, na sua planificação e execução, há determinados fatores que foram e, creio, devem ser tidos em conta para esta situação específica. Os conteúdos devem ser simultaneamente atraentes e úteis para os formandos, cumprindo os seus objetivos. No ano de 2004/2005, os cursos lecionados forma cursos de nível inicial e intermédio. Sobre o primeiro, há a sublinhar que se destinou a funcionários e deputados cujo domínio da Língua Portuguesa fosse muito reduzido ou mesmo nulo. Nele foram transmitidos conteúdos básicos e estruturas essenciais para a comunicação diária e os pilares para um futuro aprofundamento das capacidades linguísticas dos falantes. No entanto, sempre que possível, houve recurso a situações muito próximas da realidade conhecida e que pudessem ser úteis para além das fronteiras da sala de aula.

Este curso foi frequentado por duas turmas de funcionários e uma turma de deputados. Quanto às turmas de funcionários, precisamente no seguimento daquilo que evidenciámos, o programa sofreu algumas adaptações para que pudesse responder às necessidades dos alunos. Na primeira das turmas[54], os formandos, pelas suas caraterísticas necessitam utilizar, com uma prevalência muito superior, a oralidade. Foram, por esse motivo, privilegiados conteúdos dos domínios de falar e ouvir, sem que tivessem sido negligenciados os domínios ler e escrever. Porém, os

[53] De acordo com as caraterísticas dos alunos e com o nível de aprendizagem em que se encontram.
[54] Turma onde nove elementos realizaram prova escrita.

falantes utilizam muito mais a Língua Portuguesa para falar e para ouvir, e aí foram depositadas as atenções, através de exercícios práticos e simulações de situações reais.

No caso da segunda turma de funcionários[55], dado que estes desempenham funções de Secretariado e de apoio ao Plenário e Comissões, privilegiavam-se os domínios de ler e escrever, sem esquecer obviamente os de falar e ouvir, com o objetivo de desenvolver as capacidades de comunicação escrita, absolutamente essencial para os funcionários que referimos.

Na comunicação interna e externa do PNTL torna-se imprescindível um conhecimento da Língua Portuguesa que facilite e viabilize essa comunicação. Refira-se a este propósito que praticamente todas estas comunicações são feitas em português e não em tétum. No curso inicial foram então transmitidos alguns conteúdos que permitem agora, nos cursos seguintes, aprofundar e aperfeiçoar a Língua enquanto falada e escrita.

Na terceira turma que referimos[56], a turma de Deputados, o nível foi igualmente o inicial e o método utilizado não divergiu substancialmente daquele empregue nas duas primeiras turmas. No entanto, os materiais didáticos que foram selecionados aproximaram-se mais da realidade do quotidiano parlamentar ao nível de simulações de debates, artigos jornalísticos e de opinião com uma linguagem ainda bastante acessível a estes alunos[57].

As aulas foram intercaladas durante a semana e foram marcadas principalmente de tarde, de modo a não prejudicar os trabalhos parlamentares e possibilitar aos alunos a frequência das aulas. Na duração das aulas foram igualmente tidas em atenção as caraterísticas dos alunos e preferimos lecionar aulas de duração mais reduzida, mas onde fossem transmitidos os conteúdos essenciais e onde houvesse lugar à prática desses conteúdos, estimulando o uso recorrente à língua portuguesa para comunicação no quotidiano.

Sobre os materiais utilizados, estes foram numa fase inicial muito básicos e procuraram desenvolver os conhecimentos que pudessem apoiar outros conhecimentos futuros. Numa parte final do curso inicial, os materiais evoluíram para outros mais específicos e que não se dedicavam já só a situações iniciais de língua, mas incidiam mais em conteúdos relacionados adequados e que captassem a atenção dos formandos para a língua, eliminando barreiras no ensino do Português. Os materiais devem ser, ao mesmo tempo, concisos e atraentes, acessíveis e com um grau de dificuldade superior aos conhecimentos destes alunos. Só assim se conseguirão os melhores resultados neste contexto.

Ao curso inicial que terminou em março, seguiu-se um curso intermédio e, para outros membros do Parlamento que não tinham frequentado o curso inicial, foi elaborado mais um curso para que pudessem acompanhar as aulas de Língua Portuguesa. No que respeita a este curso intermédio, as aulas foram idealizadas e planificadas de acordo com a metodologia utilizada no curso anterior, mas compostas de uma aplicação à prática e ao quotidiano.

Foram bastante frequentes os exercícios onde era pedida a elaboração de cartas e documentos úteis ao quotidiano para conseguir precisamente criar interesse no ensino da língua e encontrar as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Materiais audiovisuais e materiais autênticos relacionados com a linguagem parlamentar foram predominantemente utilizados, possibilitando um maior paralelo com a realidade do ensino de Língua.

O número de turmas foi superior ao anterior e conduziu à voluntariedade de outros elementos para aprender português. Funcionaram, durante quatro meses, os cursos intermédios e, em simultâneo, os cursos iniciais orientados para as diferentes funções desempenhadas no Parlamento Nacional. Observando os resultados obtidos, estes foram bastante positivos e deverão ser continuados no próximo ano, progredindo sempre para graus de maior dificuldade procurando eliminar os obstáculos e aperfeiçoando aqueles que já estão ultrapassados.

Sobre a avaliação aplicada aos formandos no PNTL, realizada principalmente para verificar os progressos e não apenas para atribuir uma classificação, o método adotado foi o de uma avaliação contínua, culminando num exame escrito para todas as turmas e com um segundo elemento para as turmas de Deputados consistindo na apresentação oral e escrita de um discurso sobre um tema escolhido pelos alunos. Este elemento foi primeiro realizado no curso inicial e, avaliando os progressos neste segundo curso, um discurso sobre os mesmos temas foi pedido a cada um dos alunos. Os resultados são de acentuar quer quantitativamente quer qualitativamente.

É evidente também uma maior predisposição para falar português e conhecer a língua portuguesa nas suas mais variadas vertentes por parte de todos.

Abordada que está a área de ensino formal, vejamos agora a parte não-formal de ensino, ou seja, o apoio quotidiano aos formados no seu local de trabalho. Existindo um formador próximo dos diferentes Serviços de Apoio ao Parlamento, os funcionários não hesitam, neste momento em abordá-lo e questioná-lo sobre dúvidas que surjam e sobre outros aspetos da Língua Portuguesa. O formador deverá ter aqui a função aqui de esclarecer as dúvidas, explicando de forma didática os motivos pelos quais tal dúvida/problema se comporta assim em português.

Deverá igualmente aproveitar para abordar outros aspetos que se possam relacionar com este e informar os interessados sobre estes. Deverá procurar comunicar com os funcionários, técnicos e Deputados, mesmo que não seja

[55] Turma onde cinco elementos realizaram a prova escrita.

[56] Desta turma fizeram parte oito Deputados, dos quais seis receberam certificado de aproveitamento no final do curso inicial. Dois deles não receberam devido ao facto de os seus compromissos políticos não lhes permitirem frequentar um número de aulas razoável para puderem realizar o exame.

[57] Cujo grau de dificuldade foi sendo progressivamente aumentado.

requerido, e informalmente interagir com eles para poderem praticar a língua portuguesa, a qual muito provavelmente não utilizarão em casa nem em outras situações que não seja aquela do seu trabalho.

Pelo que dissemos torna-se fundamental, a nosso ver, que durante o dia sejam várias vezes abordados no sentido de comunicar, interagir, perguntar e responder em português. Sem esta presença diária, não cremos serem pouco mais de duas horas de aprendizagem que farão a diferença no sucesso de Língua Portuguesa, embora reconheçamos a importância das mesmas para o desenvolvimento das capacidades relacionadas com a aprendizagem desta língua.

Reconhecemos igualmente que sem estas horas o ensino da língua estaria comprometido. Mas o português tem que fazer parte do seu dia-a-dia e acompanhá-los constantemente. Se houver alguém que estimule e encoraje a prática, tudo ficará mais facilitado e tornar-se-á natural. Em simultâneo, é função do formador apoiar a redação e se necessário redigir documentos de comunicação interna e externa que lhe sejam requeridos por qualquer elemento ligado ao Parlamento Nacional. Há sempre o cuidado em apresentar os modelos e normas que são utilizados para a redação de tais documentos, tal como foram designados em 2001[58]. O formador procede também à revisão de diversos textos do quotidiano parlamentar e todas as necessidades que sejam requeridas pelo Presidente do Parlamento Nacional ou pelo seu Diretor.

Igualmente a presença constante de jornais portugueses no Parlamento será um estímulo à leitura e compreensão em Português, sobre notícias das mais variadas áreas de interesse, desde o desporto até às notícias internacionais e de economia. Neste momento estão semanalmente disponíveis os jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, cedidos pelo Centro de Língua Portuguesa.

Em suma, neste momento o trabalho de formação e ensino e desenvolvimento de língua no Parlamento é um trabalho encarado de forma global que tem que ser estimulado diariamente e que tem que ser entendido em todas as suas vertentes. Seria um erro tremendo insistir apenas num dos seus pontos, esquecendo que as capacidades linguísticas, principalmente de adultos não se resolvem com horas letivas acumuladas. A aposta deverá continuar, concluímos, neste moldes e deverá concentrar-se em transmitir, além do resto, instrumentos úteis para o quotidiano parlamentar.

Independentemente do formador ou do professor que lecionar as aulas e prestar o apoio, será este o caminho, ou mesmo outro de inspiração semelhante a seguir para conseguir um desenvolvimento cada vez mais profundo do português no Parlamento. Será sempre uma árdua tarefa com a responsabilidade de conseguir um fluente domínio do português e pela importância que o mesmo possui nesta instituição.

12) LINO MOREIRA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

Lino Moreira da Silva é professor na UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

SINOPSE

Desde o fim da ocupação Indonésia, em Timor-Leste, para o que Portugal contribuiu com meios humanos e diplomáticos de grande persistência (e, em muitos aspetos, de exemplaridade até), e sobretudo desde a independência desse território que foi português, que a cooperação de Portugal com o novo país se instituiu e tem vindo a intensificar. Há diversos meios no terreno, a intervir em âmbitos diversificados, que importa apreciar e procurar compreender, na sua globalidade e especificidade, comparando a proporcionalidade da sua aplicação com os resultados obtidos, focalizando a sua eficácia. O autor da presente comunicação, partindo de referências que possui, de experiências que colheu no terreno e de conhecimentos relacionados com projetos em que se encontra envolvido, vai referir-se às seguintes realidades sobre a Língua Portuguesa em Timor Lorosae: o passado e o presente da Língua Portuguesa; a escolha do Português como língua oficial; o futuro previsível para a Língua Portuguesa.

PRESENTE E O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSAE – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

Não considero que esteja cabalmente explicada a razão pela qual, entre Portugal e Timor-Leste, se estabeleceu uma interação tão forte como aquela a que se tem assistido, já desde 1992 (por ocasião do massacre de Santa Cruz), mas principalmente a partir de 1999. Se antes disso já se fazia notar um sentimento de consideração profundo pelo povo timorense, tal sentimento foi crescendo e, de tal maneira, que, sobretudo após esta última data, não houve, praticamente, em Portugal, um único cidadão ou um só meio de comunicação social (da imprensa, da rádio ou da televisão) que se mantivessem indiferentes face à triste realidade vivida em Timor-Leste.

Os milhares de quilómetros que separam Portugal de Timor-Leste não foram suficientes para que Portugal se esquecesse da sua antiga colónia, e por parte dos portugueses ela não foi, quando mais precisava, abandonada à sua

[58] Tanto no quotidiano, como nas aulas, foram transmitidos aos alunos para os quais era relevante, as normas e modelos dos mais diversos documentos (requerimentos, memorandos, contratos, atas, entre outros).
Estas normas referidas foram elaboradas pelos técnicos da Assembleia da República.

sorte. Pelo contrário, e muito mais do que qualquer outro seu ex-território ultramarino, Timor-Leste recebeu dos portugueses apoios que nunca antes haviam sido produzidos.
Como estaremos certamente todos recordados, em agosto desse ano de 1999 os indonésios (ou quem eles mandataram para isso), num gesto de retaliação, inqualificável e inadmissível, por verem os timorenses reagir, corajosamente, contra a sua ocupação, incendiaram quase todos os espaços edificados da capital timorense, e até de fora dela (por exemplo, em Baucau), e atacaram e mataram um grande número de timorenses, calculando-se esse número em mais de mil. Tudo isto porque o povo de Timor-Leste, chamado a eleições, acorreu em massa às urnas, do que resultou que, dos 97% dos timorenses votantes, 78,5% se pronunciaram a favor da independência, dando desse modo uma grande lição ao mundo que durante 24 anos os tinha ignorado.
A distância, a emoção causada pelo deflagrar da guerra, a dor e o sofrimento provocados nos timorenses pela invasão indonésia, as atrocidades cometidas contra inocentes, as imagens difundidas pelas televisões mostrando os timorenses a morrer rezando em Português… justificam muito, mas não justificam tudo. As outras colónias portuguesas, em África, passaram por realidades semelhantes e, embora tenham tocado a sensibilidade dos portugueses, tal não aconteceu de modo tão intenso como com Timor-Leste.
Mas se houve, para isso, porque assim foi, uma manifestação de grande altruísmo por parte da alma portuguesa, que mostrou assim ser capaz de se envolver em grandes causas, houve, no meu entender, uma outra razão de fundo que ajudou a que se desencadeasse essa onda de solidariedade portuguesa – muito mais, e sobretudo muito antes, que qualquer outra solidariedade internacional se fizesse sentir.
Na leitura que faço, e apesar da grandiosidade dos objetivos propostos, os portugueses não ficaram agradados com o modo como a descolonização das suas colónias se processou. Se atendermos às consequências dela, nem poderia ter sido de outro modo. Sem querer abrir, aqui, quaisquer polémicas em torno desta matéria (sobre que a história muito terá ainda que investigar e esclarecer), há três pontos que não podem ser contraditados: as boas intenções e o desejo de respeitar e corresponder às decisões da ONU, por parte dos governos portugueses de após 25 de abril, que herdaram uma situação colonial insustentável; a falta de visão política que existiu, antes do 25 de abril (que deu motivo, em boa parte, ao movimento revolucionário operado), em matéria de autodeterminação das colónias; as pressões de diversa proveniência, que se instituíram, depois de abril; a falta de clarividência suficiente para se resolverem as questões coloniais em ambiente de mais serenidade e ponderação, sopesando-se todas as consequências.
Sem querer aqui clarear razões, o certo é que os territórios bruscamente desligados de Portugal, se antes não viviam um período bom, porque havia guerra em quase todos eles, entraram num período de convulsões profundas e envolveram-se quase todos em deploráveis guerras civis.
A realidade é que, hoje, no rânquim dos países mais necessitados e desfavorecidos do mundo estão, infelizmente, integrados quase todos os países descolonizados por Portugal - situação que nos deve fazer pensar e, muito mais que pôr-nos a procurar culpados, estimular-nos a agir, ajudando a encontrar soluções para essa realidade.
Ora, desde o fim da ocupação indonésia que Portugal tem contribuído com meios humanos e materiais muito consideráveis, tendo em conta a sua dimensão, para o desenvolvimento de Timor-Leste, que tem sido olhado pelos portugueses como uma "causa nacional".
Vítima inocente às mãos da Indonésia, Timor-Leste foi sentido pelos portugueses como uma oportunidade de procurarem, não desfazer, porque tal não era possível, mas de algum modo compensar os insucessos resultantes dos erros antigos e da descolonização em geral (J. C. Chrystello, 2000). Eles viram em Timor-Leste, o último território (que era, de facto, em termos de direito internacional) a descolonizar, uma oportunidade de reencontro com a descolonização que gostavam de ter feito mas não foram capazes ou não puderam fazer.
Num misto de racionalidade e emoção, as lágrimas e as orações dos portugueses foram direcionadas para o ponto mais extremo do sudeste asiático, onde sofriam injustamente os timorenses, lutando pela independência que lhes era negada e a que tinham direito. E, de facto, ninguém bem informado se atreverá a contraditar que, se Timor-Leste é hoje independente, o deve, claro, ao seu próprio povo, à Resistência timorense e a alguns dos seus dirigentes (X. Gusmão, 1994), mas também, em grande medida (os próprios timorenses o reconhecem), à persistente luta travada por Portugal e pelos portugueses.
Mas a independência de Timor-Leste, para lá de todas as visões românticas que pôde acarretar, trouxe consigo dificuldades. Timor-Leste precisa, e muito, de continuar a ser ajudado. A economia timorense não está dinamizada, o desemprego (melhor: a falta de emprego) é elevadíssimo, as más condições de vida são indisfarçáveis, as tensões internas de desagrado e até de alguma revolta (ainda que contidas) pressentem-se quando se convive com timorenses.
Timor-Leste, embora sendo um país rico (sobretudo pelo petróleo que tem, mas de que não lhe tem sido permitido tirar proveito), sobrevive ironicamente à custa de doadores. O preço dos 24 anos de ocupação indonésia está a ser pago pelos timorenses, na generalidade dos domínios, de forma muito dura.
E o que acontece no domínio da língua não é exceção.

2 – DO PASSADO AO PRESENTE DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSAE

2.1 –

Os portugueses não se empenharam, verdadeiramente, de um modo consciente (pelo menos como fizeram ingleses, franceses, espanhóis) no ensino da sua língua nos territórios que descobriram e/ou ocuparam.
Tudo o que fizeram foi *acontecendo*, mais fruto das circunstâncias e do momento (A. Almeida, 1994), do que resultado de uma política de língua estruturada (que não existiu no passado, e mesmo hoje, ainda que as circunstâncias sejam diferentes, continua a não existir).
Veja-se, por exemplo, o caso de Macau. Contrariamente ao que se passa com o inglês, em Hong-Kong, que em poucas décadas se enraizou e permanece, o Português não é aí falado senão por uma minoria de residentes no território (L. M. da Silva, 2004). Durante séculos de permanência, não se deu o valor necessário à sedimentação da língua, e hoje, apesar do interesse que o governo local declara abertamente ter em que o Português não desapareça (o turismo, a tradução, a diplomacia, as interações com a União Europeia e o mundo que fala Português... são razões estratégicas importantes), a Língua Portuguesa não é, e dificilmente será no futuro, língua de comunicação entre a generalidade dos macaenses.

2.2 –

Mesmo assim, sobretudo até ao séc. XVIII, a Língua Portuguesa teve grande projeção no sudeste asiático, sendo língua de comunicação, de cultura, do comércio e da diplomacia nessa região do mundo. Aí se situa Timor-Leste, onde os portugueses chegaram entre 1512 e 1520 (L. F. Thomás, 2001), com o objetivo de recolher o sândalo e outras mercadorias (como o mel e a cera).
A história da Língua Portuguesa em Timor-Leste começou a fazer-se, desde então, andando ligada, por vias que nunca deixaram de ser esforçadas (R. M. Loureiro, 2001, p. 96), muito de perto com a evangelização (L. F. Thomás, 1998, p. 638).
Juntamente com os colonos, os missionários entraram em Timor-Leste e tal como eles relacionaram-se com os chefes locais, criando laços afetivos e contribuindo para o enraizamento da Língua Portuguesa ensinando-a aos seus filhos.
É assim que o Português, em Timor-Leste, anda ligado, desde o início da ocupação, à Igreja, que, muito antes de o estado o fazer, abriu escolas e deteve a responsabilidade do ensino (L. F. Thomás, 1998, p. 643), além de proceder à alfabetização e à escolarização, a pesquisas e ao inter-relacionamento de línguas locais, traduções do catecismo, publicação de documentos, conceção de materiais didáticos, elaboração de dicionários, vocabulários, gramáticas, sobretudo em Tétum e em Português.
Em 1562, deu-se a primeira concentração de dominicanos em Solor, e em 1590 é batizado o primeiro chefe timorense, com o nome de Lourenço.
Tratou-se de uma opção estratégica, por parte dos portugueses, que, com poucos recursos, respeitando os usos e costumes dos naturais, estabeleceram laços com a população e instituíram, com o Português, uma base comunicativa com o território de muitas línguas que era (e na realidade não deixou de ser) Timor-Leste.
Na passagem do séc. XVI para o séc. XVII, a Holanda e a Inglaterra, grandes potências militares e marítimas, voltaram-se para as índias orientais em busca sobretudo da madeira de sândalo. Os portugueses (luso asiáticos) estavam estabelecidos em Malaca e tinham fortalezas em Tidore, Amboim e Solor. Mas devido às pressões que suportaram, foram fixar-se na ilha das Flores (nomeadamente em Larantuca) e em pontos de Timor-Leste, procurando resistir diversificando as rotas e os espaços de comércio.
Nos anos 30 do séc. XVII, a presença portuguesa em Timor-Leste começou a crescer, tornando-se a ilha de Timor espaço de interações, nem sempre pacíficas, entre portugueses (R. M. Loureiro, 2001, p. 103).
Com a Restauração de 1640, com o fim da União Ibérica, os portos filipinos e japoneses fecharam-se às embarcações portuguesas. Os holandeses conseguiram conquistar Malaca, em 1641, levando as comunidades luso asiáticas a reagir, transferindo-se os mercadores que aí viviam para Macassar e para a ilha de Timor.
O primeiro governador da parte oriental desta ilha, António Coelho Guerreiro, chegou em 1702, com o título de Governador e Capitão Geral das Ilhas de Timor e Solor.
Com a maior visibilidade dada ao território, o ensino do Português, fortemente marcado pela Igreja, intensificou-se. Mas após a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, a instrução e o uso do Português reduziram-se em Timor-Leste, desaparecendo os seminários e os conventos religiosos. Todavia, o Português manteve aí o seu uso corrente.
Sobretudo com a República e os ideais humanistas que a acompanharam e se lhe seguiram, desenvolveu-se o esforço para instituir escolas de Português e em Português, em Timor-Leste.
Em 1915, abre a primeira escola oficial, em Díli, seguindo-se outras por todo o território. O governador Filomeno da Câmara (1910-1917) mandou imprimir livros escolares também em Tétum, embora o ensino tenha continuado a ser em Português.
Em 1938, criou-se em Díli o Liceu oficial, que foi destruído pela ocupação japonesa na 2ª grande guerra, e reconstruído em 1952. A Escola Técnica de Díli aparece em 1965, e por 1972 surgem outras escolas em Bobonaro, Maubisse, Baucau, Lospalos, enclave de Oé-cusse.
Nos anos 60 do séc. XX, abriram-se ainda mais escolas no território, dirigidas pelo exército.
Mesmo assim, continuava muito alta a taxa de analfabetismo entre os timorenses, sendo ela, pelo censo de 1970, de 90,8%, em indivíduos com mais de 10 anos, e de 92,8%, em indivíduos acima dos 20. Os indivíduos com a 4ª classe não passavam de 3,3% da população com mais de 10 anos e de 25% nos indivíduos com mais de 30.

Por essa altura, a população a falar Português rondava os 15 a 20% (L. F. Thomás, 1998, p. 648). Mas a realidade dava sinais de mudar. Em 1970-1971, frequentavam a escola 28% das crianças em idade escolar, em 1972-1973, 51%, e em 1973-1974, 77% (L. F. Thomás, 1998, p. 648), mantendo-se estes níveis até à invasão indonésia, em 1975, a partir da qual o Português foi proibido no território, até 1999, quando os timorenses decidiram instituir o Português como sua língua oficial.

2.3 –

Atualmente, é do conhecimento geral que existe alguma contestação ao uso da Língua Portuguesa em Timor-Leste. É o próprio Presidente da República, Xanana Gusmão, quem o reconhece. Segundo ele, as "enormíssimas dificuldades" que estão a ser sentidas pelos timorenses em relação ao Português (jornal *Diário de Notícias*, de 20.04.2004) devem-se ao "desvio" da juventude timorense "do seu destino", em consequência do 25 de abril, em Portugal, e à ocupação indonésia, por via da qual os timorenses foram "obrigados a viver de outra maneira" (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

Também Mari Alkatiri, Primeiro-ministro de Timor-Leste, salientou (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 17.04.2004) que a decisão de fazer o Português língua oficial de Timor-Leste foi tomada com "a consciência clara de que iria levar anos para fazer vingar e generalizar" o seu uso no território.

E como faz notar o ex-embaixador de Portugal em Timor-Leste, Quartim Santos (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 19.06.2004), embora as autoridades timorenses sejam "os melhores aliados na defesa da Língua Portuguesa", em Timor-Leste, "recuperar para a Língua Portuguesa o lugar que teve antes da ocupação indonésia é uma coisa complicada… vai durar muitos anos", dado "o hiato de quase um quarto de século em que foram cortadas todas as ligações com a língua e a cultura portuguesas".

2.4 –

E de facto, quem contacta com a realidade timorense verifica que, em Timor-Leste, se vive uma situação linguística complexa, que poderemos caraterizar deste modo:

A)

Antes de 1975, apesar do pouco dinamismo posto por Portugal no desenvolvimento da sua colónia, uma parte da população timorense falava ou entendia o Português, ainda que muita dela o fizesse de modo incipiente, nos limiares das necessidades de comunicação. Na prática, os timorenses falavam a sua *língua materna* (um dos muitos dialetos timorenses) e uma parte deles falava ainda o Tétum (língua materna de uma parte deles) e o Português.

Até à invasão indonésia, em 1975, o Português foi sendo ensinado nas escolas. A partir de então, o seu ensino foi proibido pelos indonésios, que impuseram *"a tiro"* (R. Forganes, 2002, p. 435) a sua língua (o bahasa), recorrendo a um ensino de "baixíssimo nível". Os alunos eram levados a "repetir lições e a decorar, sem espírito criativo", os professores indonésios agrediam-nos, na sala de aula, "com varinha, com tapas e socos na cabeça, beliscavam nas pernas e nos braços, batiam na cabeça das crianças que não faziam os trabalhos para casa, ou que se comportavam mal" (R. Forganes, 2002, p. 402). Os professores de Português de então foram abandonados, ou morreram ou desapareceram (diga-se cruamente: foram mortos) depois da invasão indonésia (R. Forganes, 2002, p. 403).

Em todo o território, só no Externato de São José, orientado pelo vimaranense Padre João Felgueiras, foi tolerado o ensino em Português e da Língua Portuguesa. Mas o Externato foi encerrado, em 1992, por ocasião do massacre Santa Cruz, quando os indonésios verificaram que aí radicava um núcleo fundamental da ânsia timorense pela liberdade.

B)

Uma circunstância deverá ser referida, a propósito da *língua materna* dos timorenses. Uma parte da população tinha, e tem, como língua materna o Tétum. Todavia, é preciso dizer-se que em Timor-Leste coexiste um número muito elevado de línguas e dialetos. Chega-se a falar em 35 (R. Forganes, 2002, p. 433). Eles são língua materna de muitos timorenses.

O linguista australiano Geoffrey Hull, com a autoridade que lhe é reconhecida, fala em 18 línguas nacionais, em Timor-Leste, línguas "não flexionais, aglutinantes, do ponto de vista morfológico bem distantes do Português" (M. J. A. Carvalho, 2001, p. 65), que ele classifica, de um modo que diz ser provisório, em "dois grupos definidos" e "algumas outras línguas mais":

Grupo A: na parte ocidental - o Dawan, com o seu dialeto Baiqueno; na parte central - o Tétum, com os seus dialetos terik, Belu, Bekais, Praça ou Díli, Habu; na parte norte - o Raklungu, o Rasuk, o Raklungy, o Galoli; na parte oriental - o Cairui, o Waimata, o Midiki, e o dialeto Nauéte.

Grupo B: na parte ocidental - o Kémak e o seu dialeto Nogo, o Tocodede e o seu dialeto Keta; na parte central - o Mambae, com o seu dialeto Lolein; na parte oriental - o Idaté e o Lacalei.

Línguas extra grupo: Hull identifica ainda mais cinco línguas (que não constituem grupo, mas partilham das caraterísticas dos grupos A e B), no território de Timor-Leste - o Bunak, com o seu dialeto Marae, o Macassae, o makalere, o Fataluku, o Lovaia, com o seu dialeto Maku'a.

C)

Como se verifica, não existe, em Timor-Leste, apenas uma língua materna e não se fala apenas uma variedade de Tétum. Este impôs-se como língua veicular, língua de comércio, língua franca, garantindo uma relativa unificação linguística através do seu dialeto Praça ou Díli (M. J. A. Carvalho, 2001, p. 68), que é específico de Timor-Leste, desconhecido em qualquer outra região, e figurando, desde o séc. XVI, ao lado do Português como língua de

comunicação. Aliás, o Tétum retoma do Português uma parte significativa do seu vocabulário, ficando a dever a ele boa parte da sua sustentabilidade (G. Hull, 2001, p. 41).

D)

A ocupação indonésia (de 1975 a 1999) obrigou os timorenses a aderirem em massa ao bahasa. O Tétum apenas foi tolerado e o uso do Português fortemente reprimido.

Sendo a taxa de natalidade timorense muito elevada e a população extremamente jovem (cerca de 50% dos timorenses estão abaixo dos 20 anos), compreende-se que, hoje, uma parte significativa (a mais jovem) da população timorense fale e compreenda o bahasa, comunique mal em Tétum (que não é língua materna em todo o território) e reaja ao Português. Foi a consequência dos 24 anos de ocupação indonésia, que se repercutiu sobretudo nos mais novos (a designada *geração timtim* - de Timor Timur, Timor-Leste em bahasa), que são a maior parte da população.

Mesmo assim, o bahasa é impopular junto de boa parte dos timorenses, que manifesta um "sentimento justamente provocado pelo repúdio da língua do ocupante", falando a sua dignidade "mais alto do que qualquer outro interesse" (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12).

E)

O Português é falado sobretudo pelos timorenses mais velhos (acima dos 30 ou 35 anos). A percentagem global de falantes do Português foi dada, pela Untaet, como sendo de cerca de 11% da população (G. Hull, 2001, p. 70), mas a quem conhece o território fica a convicção de que esse número é claramente exagerado. Mesmo muitos dos jovens a frequentarem o ensino secundário e a universidade não falam Português. É com as crianças que a realidade, e ainda assim não em todos os casos, dá mostras de se transformar. Estão em campo a cooperação portuguesa e a brasileira. Mas vai levar tempo para que os esforços desenvolvidos deem frutos.

Mesmo assim, é preciso ver que a globalidade das disciplinas na escola é lecionada em bahasa, e não em Tétum ou Português, o que ajuda a instalar a complexidade linguística entre os timorenses e mostra indefinições dificilmente explicáveis a nível das decisões políticas.

F)

A situação linguística dos timorenses não se encontra, como se vê, nada facilitada. Eles foram, ao longo dos tempos, e continuam a ser, plurilingues, com grande facilidade de apreensão linguística (A. Castro, 1867, p. 328).

E se esta caraterística atesta em favor dos timorenses, eles não deixam de ser grandemente penalizados por isso, dado que, exprimindo as línguas o que exprimem, em termos de personalidade, identidade e cultura dos povos, é a quadruplicar que o seu esforço, nestas matérias, tem de ser desenvolvido.

Por seu lado, a Constituição da República Timorense, art.º 13.º, relativo a línguas oficiais e línguas nacionais, proclama o Tétum e o Português como "línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste". Mas no seu art.º. 159.º, relativo a *línguas de trabalho*, enuncia as línguas indonésia e inglesa como aceitáveis para uso na administração pública, a par das línguas oficiais, "enquanto tal se mostrar necessário".

Esta realidade (na prática, o timorense, para ter sucesso em termos de literacia, tem de conhecer pelo menos 4 línguas) tem trazido "dificuldades na difusão e na sedimentação do Português, especialmente, como se nota, quando são organismos do estado que teimam na sua utilização" (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12).

O Português, apesar de ser língua oficial de Timor-Leste, não deixa de se encontrar, hoje, em luta pela sobrevivência perante as outras línguas de Timor-Leste.

3 - A ESCOLHA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL DE TIMOR-LESTE

3.1 - Antes de mais, e sobre a escolha do Português como língua oficial de Timor-Leste, é preciso referir dois aspetos:

O primeiro é que, para além de todas as razões, de todos os motivos e justificações, na base de tudo está o facto inquestionável de ter sido Timor-Leste, e ninguém em seu nome, a adotar a Língua Portuguesa como língua oficial, ao lado do Tétum.

Trata-se de uma escolha livre e determinada por parte dos timorenses, tomada de modo responsável pela "liderança timorense", que se alicerçou na vontade do povo (R. Forganes, 2002, p. 208).

O segundo é que o interesse de Portugal nesta decisão existe, de facto. Mas ele não é (não pode ser), como por vezes se assinala, de ordem 'patriótica', que é um sentimento que só faz sentido existir, e de forma muito comedida, dentro de portas. Portugal tem interesse (deve tê-lo) em que a Língua Portuguesa seja língua oficial de Timor-Leste por duas razões essenciais: por solidariedade para com a memória de quantos, no passado, deram corpo a esse ingente projeto das descobertas e da expansão, abrindo novos mundos ao mundo (de lá e de cá), e por respeito para com os novos países que adotaram o Português como língua oficial, que precisam de se integrar numa família de países e povos forte, que lhes confira efetivamente *identidade*, para em interajuda serem capazes de se desenvolver e promover o bem-estar de todos os cidadãos que os habitam.

3.2 - Por parte de Timor-Leste, como país soberano e livre que é, a decisão de tomar o Português como língua oficial, ficou a dever-se a razões do tipo:

A) RAZÕES HISTÓRICO-CULTURAIS.

Atesta o Padre Felgueiras que “a cultura, a fé, a comunidade que se criou em 4 séculos explicam muito o mistério da epopeia de Timor-Leste Lorosae" (J. Felgueiras, 2001, p. 46). Escreve João Carrascalão (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 13.03.2004) que “não foi em vão" que os portugueses estiveram em Timor-Leste durante 450 anos.

Foi a sua presença que deu aos timorenses "o direito de lutar" pela independência e motivou a que Timor-Leste não fosse província indonésia. Salienta José Mattoso (J. Mattoso, 2001, pp. 6-13) que, tendo os timorenses de leste e oeste origens comuns, "foi a experiência e os contactos coloniais e as influências civilizacionais que dividiram a ilha em dois e favoreceram a distinção de Timor-Leste das sociedades indonésias vizinhas".

Reforça Geoffrey Gunn (G. Gunn, 2001, p. 17) que “o maior legado civilizacional dos portugueses… no arquipélago foi, sem dúvida, a criação de numerosas comunidades crioulas”, que “refletem uma cultura híbrida” que vai “da cozinha ao vestuário, religião, transferências linguísticas e musicais”.

Estas referências servem para dizer que a escolha do Português como língua oficial, por parte dos timorenses, muito fica a dever às marcas que os portugueses e a Língua Portuguesa deixaram no território, desde os primeiros anos do séc. XVI.

b) Razões da Resistência Timorense.

Como destaca Taur Matan Ruak, antigo chefe da Resistência e atual chefe das forças armadas timorenses, o Português foi o símbolo da Resistência, visto que era em Português que os guerrilheiros e os seus líderes mais carismáticos se exprimiam. Salienta ele que a Resistência timorense nunca perdeu a vontade de manter a Língua Portuguesa, apesar das dificuldades por que passou (T. Matan Ruak, 2001, p. 41).

c) Razões de identidade e diferenciação cultural.

A escolha do Português foi uma decisão "político estratégica, pautando-se a sua preferência pela disposição de assinalar a identidade nacional timorense” (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12). Encontrando-se Timor-Leste inserido numa zona de influência e domínio anglo-saxónico, e apesar de admirações e reações importantes, como a de Nicholas Ostler, o presidente da Foundation for Endangered Languages (P. Anunciação, 2005, pp. 7-10), é reconhecido que “seria um desastre para o Tétum se o inglês fosse adotado” (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12).

A Austrália e a Nova Zelândia falam inglês, e a própria Indonésia, apesar de falar bahasa, está longe de possuir homogeneidade linguística, servindo-se por isso mesmo também do inglês. Esta língua deu ainda uns primeiros passos em Timor-Leste, quando a Interfet, e depois a Untaet, entraram no território, com o argumento de que eram forças das Nações Unidas, sendo o inglês a sua língua oficial. Daí que o esforço de cimentar o Português em Timor-Leste tenha de ser, em Díli, mais intenso do que no resto do território, dado que foi aí que permaneceram mais funcionários da ONU a falar inglês e é aí que mais se concentra a população timorense (H. Carvalho, 2000).

É o próprio Xanana quem reconhece que o Português representa, para Timor-Leste, "uma marca identitária", e explica que as dificuldades existentes "não dizem absolutamente nada do afeto dos povos, da irmandade que a língua como veículo de comunicação pode transmitir", acrescentando que "sonhar e realizar em Português vale a pena", sendo a Língua Portuguesa “determinante para a afirmação de Timor-Leste no mundo” (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

d) Razões emotivas.

Uma das cenas que emocionaram o mundo foi ver que, enquanto eram agredidos e metralhados, nas ruas de Díli e no pequeno largo fronteiro ao cemitério de Santa Cruz, os jovens rezavam em Português (R. Forganes, 2002, p. 435). Isso ajudou a aproximar Portugal de Timor-Leste e representou para muitos portugueses o acordar para a realidade. E Timor-Leste retribuiu e retribui, com a gratidão e a afabilidade do seu povo.

Estes aspetos a acrescerem ao “afeto resultante de séculos de prática e de convívio com... falantes do Português” (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12), levaram a que, na opção pelo Português, também pesasse, de considerável maneira, o lado emotivo.

e) Razões pela necessidade de aderir a uma língua e uma comunidade fortes.

O Tétum, língua tradicional de Timor-Leste, é uma língua fraca (J. Felgueiras, 2001, p. 46). O Português é uma língua em expansão, falada em todos os continentes por muitos milhões de pessoas. As comunidades constituem-se, reforçam-se. Há no espaço do Português, com os 8 países e grande diversidade de povos que o constituem, muitas potencialidades que, nos tempos futuros, não poderão deixar inevitavelmente de se revelar. A construção de um mundo monolítico, que certa globalização, que se insinua, pretende construir, não faz qualquer sentido que exista, e será o bom senso a prevalecer e a impedir que ele se consuma.

A diversidade das línguas acabará por estar tanto na moda, no futuro (com um eficaz apoio tecnológico), quanto hoje está na moda a aceitação de algumas, ou quase de uma língua apenas.

E é Xanana Gusmão quem salienta a vantagem de Timor-Leste pertencer ao grupo “do Portugal dos navegadores", de que o seu país "herdou uma identidade cultural e histórica que o liga aos irmãos de África e a um pedaço da China (Macau)", de que ele se orgulha, "uma vez que torna Timor-Leste diferente de uma imensidão de ilhas que formam o arquipélago indonésio” (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

f) Razões de resistir a uma globalização mal estruturada.

Complementarmente ao ponto anterior, é preciso que os povos se associem, constituindo-se em famílias linguísticas e culturais, de modo que os malefícios de uma globalização descoordenada e injusta os não afetem. É a sua

sobrevivência como país e como povo que está em causa, em todos os domínios - político, económico, sociocultural... Importa quebrar o isolamento para enfrentar os desafios.
No caso do mundo em Português, a CPLP pode e deve desempenhar uma função aglutinadora neste domínio, como aliás se passa com outros modos de organização, aplicados pelos países anglófonos, francófonos, hispânicos... (a Commonwealth, a Organização Internacional da Francofonia, a Organização dos Estados Ibero-Americanos, a União Latina...).
Ao mesmo tempo, importa instituir "vivências em Português", de que participem todos quantos falam essa mesma língua, estabelecendo entre si interações nos mais diversos domínios, em que o económico-financeiro e o empresarial não sejam os de menor relevância.

4 - QUE FUTURO PARA A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSAE

Apesar de todas as dificuldades que se levantam, hoje, à Língua Portuguesa em Timor-Leste, não se pode afirmar que a sua implantação neste território seja uma causa perdida. Mas para que assim não seja, é preciso que exista empenhamento, por parte dos timorenses, mas também visão lúcida por parte de Portugal e de todo o mundo lusófono.
Em ambas as partes, há que ter paciência (e persistência), porque a correção linguística que é necessário fazer não demorará nunca menos de duas ou três gerações a operar-se. Em linhas muito gerais, há alguns aspetos que devem ser tidos em conta relativamente ao enraizamento da Língua Portuguesa em Timor-Leste, no futuro:

A) INTEGRAR A COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA LÍNGUA EM TODOS OS TIPOS DE COOPERAÇÃO.

Timor-Leste, fruto de vivências sobretudo recentes, está carente de quase tudo. Encetar a cooperação linguística sem que ela seja acompanhada, e até precedida, de outras cooperações, nomeadamente no âmbito das necessidades vitais, porá indubitavelmente em risco o sucesso de tal empreendimento.
Igualmente, há um esforço de postura perante a realidade que é preciso desenvolver entre os timorenses. É preciso contrariar o espírito de letargia que os últimos ocupantes de Timor-Leste insuflaram no país (como a política do *tudo bom e fácil* e o mito do *funcionário público*, pago para não trabalhar), mas também alguma tendência, visível entre os timorenses, para ficarem à espera de que o que é preciso fazer... apareça já feito... É uma questão de hábitos e mentalidade, fundamente enraizados, e que vai levar o seu tempo a contrariar. Mas é importante que tal seja feito, sendo prévio a todos os sucessos o trabalho com e sobre a língua.

B) É PRECISO CIMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE DOIS POVOS, EM IGUALDADE E RESPEITO MÚTUOS, COM INTENSO ENVOLVIMENTO, prestando-se ajuda efetiva e calculada (jornal *Público*, de 05.10.1999), impedindo-se que se desvirtuem, de algum modo, as ajudas operadas (jornal *Público*, de 25.02.2000) e que elas não sejam adequadas às necessidades timorenses (jornal *Público*, de 26.02.2000).
Uma manifestação disto, no campo da língua, está na veiculação das culturas a operar com ela. A Língua Portuguesa, em Timor-Leste, se não deve perder de vista o conhecimento da cultura portuguesa, e em geral das culturas de todos os países e comunidades lusófonas, deve sobretudo privilegiar a cultura timorense. Não parecendo ser isso o que está a ser feito, a riqueza da cultura timorense tem urgentemente de ser priorizada nas preocupações com a Língua Portuguesa em Timor-Leste.

C) É PRECISO ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA A DISPERSÃO LINGUÍSTICA QUE AFETA OS TIMORENSES, CRIANDO ESTRUTURAS QUE privilegiem a inculcação do Tétum e do Português. Definir línguas oficiais e permitir, até favorecer, ainda que indiretamente, outras línguas, é uma falta de respeito para com as decisões dos próprios timorenses.

D) A PRESENÇA DE PROFESSORES COOPERANTES PORTUGUESES NO TERRITÓRIO, SE EM PRINCÍPIO É MUITO POSITIVA, SERÁ, todavia, necessário avaliá-la periodicamente e redefinir, continuamente, o alcance que lhe é pedido. Importa, nesse particular, combater um sentimento muito português, com raízes seculares (e que já estamos a exportar para Timor-Leste, onde ele não fazia falta), de inferioridade que muitos portugueses manifestam (e certos responsáveis institucionais portugueses têm ajudado a interiorizar, com palavras e atos) relativamente ao Português face às línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês.
A denúncia parte de uma timorense, Maria Ângela Carrascalão, que escreve: "não entendo como é que cidadãos portugueses, cooperantes... Utilizam o inglês em detrimento do Português", revelando "falta de amor-próprio" (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12). Além disso, segundo ela (e muito bem), "o ensino da língua não deve ater-se apenas às escolas, nem deve ser apenas da responsabilidade dos professores", sendo que "o papel dos cooperantes... não deveria ater-se à transferência do saber técnico" (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12).
Tem total atualidade este reparo, relativamente a Timor-Leste, em dois aspetos – no sentimento de inferioridade referido e na envolvência dos cooperantes em campanhas de alfabetização/escolarização e ajuda, de todo o modo possível, ao povo irmão de Timor-Leste.
O âmbito do trabalho de quem vai a Timor-Leste para trabalhar (o que significa que as escolhas têm de obedecer a rigoroso critério) terá obrigatoriamente de ser revistas, exigindo-se mais colaboração, no domínio da língua, por parte dos cooperantes. E deixe-se dito que não deveria ser preciso focalizar este ponto, pois que deveriam ser os próprios cooperantes a aperceberem-se de que assim não pode deixar de ser.

e) É preciso tudo fazer para que sejam os timorenses a assumir o seu futuro, intensificando para isso os meios de cooperação no terreno. Impõe-se, também no domínio da língua, a formação de formadores timorenses.
É um esforço que está prometido começar a ser feito. Mas importa desligá-lo de paternalismos e sobretudo dotá-lo de rigor e competência.
f) É preciso encorajar o esforço que tem sido feito (para que se continue a fazer, cada vez mais e melhor) **pelo** Centro de Língua Portuguesa, sediado em Díli, desde 2001, bem como da cooperação do Instituto Camões em geral.
O mesmo deverá acontecer relativamente à Fundação das Universidades Portuguesas, ao Ministério da Educação português e a todas as instituições que se encontram em Timor-Leste, a trabalhar no terreno. Importa que se trabalhe em espírito colaborativo, nunca cedendo a tentações de individualismo, e muito menos de antagonismo, o que não ajudará em nada os timorenses.
g) Muito há a esperar da CPLP e do envolvimento ativo de todos os países de Língua Portuguesa na causa de Timor-Leste.
O grande desafio da Língua Portuguesa em Timor-Leste só se vencerá se existir determinação, num esforço conjunto, por parte de todos. E se isso é positivo para Timor-Leste, sê-lo-á igualmente para todos os países de Língua Portuguesa, que desse modo sairão fortalecidos e mais capacitados para resistir aos desafios do mundo globalizado em que vivemos.
h) Por último, importará referir que, também em matéria de língua, não há lugar, em Timor-Leste, para qualquer tipo de neocolonialismo. Seja-me permitido, sobre este ponto, referir que o já citado Geoffrey Hull, numa das declarações que fez a favor da Língua Portuguesa em Timor-Leste, afirmou que Portugal era um país economicamente muito fraco, e "por isso" estava longe de poder alimentar "ambições imperialistas ou neocolonialistas" sobre Timor-Leste (G. Hull, 2001, p. 70).
Foram palavras sem rigor e, no mínimo injustas, de quem esqueceu, estou em crer que passageiramente, a "causa" que foi Timor-Leste para os portugueses, e mostrou não conhecer a realidade atual portuguesa. No *verdadeiro* Portugal de hoje, apesar de todas as limitações que se lhe reconhecem, há uma circunstância que garantidamente não existe.
Em nenhuma das suas forças suficientemente representativas e significativas do Portugal de hoje existe espírito colonialista ou neocolonialista, seja por que ex-colónia for, e muito menos por Timor-Leste. Refira-se, aliás, que Portugal, depois de tão instado, que foi, antes do 25 de abril, para descolonizar, é hoje o único estado ex-colonial do mundo que desencadeou e consumou totalmente a independência de todas as suas ex-colónias, mantendo uma relação de total transparência e cordialidade com todas elas.

5 – CONCLUSÃO

A língua, enquanto sistema de expressão de um grupo de indivíduos e da consciência de uma coletividade, é um meio pelo qual essa coletividade concebe o mundo que a envolve e sobre ele age. Ela representa a identidade de um país e de um povo, é fator de unidade e coesão.
Não se adere a uma língua irracionalmente nem se muda de língua por capricho.
Por detrás da adoção de uma língua, há perigos. Podem estar aí perigos neocolonialistas escondidos, de hegemonia, poder, quebras de autonomia, pressões ocultas, subtilezas de funcionamento, embora também ajudas humanitárias e apoios, mas que podem ser jogados com o intuito de uma clara ou oculta dominação.
A adesão a uma língua não pode funcionar como meio de colonização cultural. Ela representa a identidade de um povo, deve ser difundida pela afetividade e diálogo, interesse, modo vivo e criativo (M. A. Carrascalão, 2004, p. 12).
Foi a consciência destes aspetos que presidiu à escolha do Português como língua oficial, em Timor-Leste, sendo reconhecido, como refere Luís Filipe R. Thomás, que "o Português é, desde há quase meio século, o veículo de uma presença cultural que condicionou profundamente as relações externas do espaço de Timor-Leste, como a sua própria individualidade étnica", não sendo presumir que ele pudesse "ser levianamente alijado por qualquer político autenticamente representativo do povo de Timor-Leste" (L. F. Thomás, 1998, p. 665). Timor-Leste adotou a Língua Portuguesa. Outra opção poderia revelar-se "um crime cultural tão inqualificável como a destruição das imagens de Buda pelos Talibãs, com um valor histórico incalculável" (R. Forganes, 2002, p. 443), já que, como refere o Padre Felgueiras, "o Português, em Timor-Leste, é como o capim, está em toda a parte enraizado, está no coração do povo" (R. Forganes, 2002, p. 433).
Para a permanência e expansão da Língua Portuguesa em Timor-Leste há muito a fazer. Mas a principal palavra não pode senão ser otimista.
O primeiro passo está dado: os timorenses adotaram o Português como língua oficial. Agora, importa darmos os passos seguintes em conjunto (cooperação, ensino da língua, desenvolvimento conjunto, colaboração cultural, sociológica, económica, empresarial… para não virmos a ser acusados de termos perdido esta oportunidade para a Língua Portuguesa (por Timor-Leste, e por todos nós), e podermos dizer, com Celso Oliveira *(C. Oliveira, 2002, p. 67)*, sempre e sem reservas: *"a língua de Camões até mim, sem limite... de Portugal até Timor-Leste, sem fronteira".*

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, António de (1994). Timor-Leste, Goa e outros confrontos etnográficos. In António de Almeida (org.). O oriente de Expressão Portuguesa. Lisboa: Fundação Oriente – Centro de Estudos Orientais, pp. 39-76 [separata do vol. 84 de Estudos, Ensaios e Documentos, de 1959].
ANUNCIAÇÃO, Paulo (2005). O inglês não está seguro, pelo menos a longo prazo – Nicholas Ostler. Revista Pública, de 03.07.2005, pp. 7-10.
CARRASCALÃO, Maria Ângela (2004). A Língua Portuguesa em Timor-Leste. Jornal Timor-Leste Semanário, de 10.04.2004, p. 12.
CARVALHO, Hernâni (2000). Os dias da Unamet. Crónicas de uma reportagem em Timor-Leste. Lisboa: Hugin.
CARVALHO, Maria José Albarran de (2001). Panorama linguístico de Timor. Identidade regional, nacional e pessoal. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 65-79.
CASTRO, Affonso de (1867). As possessões portuguesas... Oceânia. Lisboa Imprensa Nacional.
CHRYSTELLO, J. Chrys (2000). Timor-Leste: o dossier secreto 1973-1975. Porto: Contemporânea Ed.
FELGUEIRAS, João (2001). As raízes da resistência. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 42-49.
FORGANES, Rosely (2002). Queimado queimado, mas agora é nosso. Timor-Leste: das cinzas à liberdade. São Paulo: Labortexto Editorial.
GUNN, Geoffrey (2001). Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 14-25.
GUSMÃO, Xanana (1994). Timor-Leste . Um povo, uma pátria. Lisboa: Edições Colibri.
HULL, Geoffrey (2001). Timor-Leste, identidade, língua e política educacional. Camões. Revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, pp. 69-73.
LOUREIRO, Rui Manuel (2001). Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, 2001, nº 14, pp. 93-104.
MATAN RUAK, Taur (2001). A importância da Língua Portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 40-41.
MATTOSO, José (2001). Sobre a identidade de Timor-Leste Lorosae. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 6-13.
OLIVEIRA, Celso (2002). Timor-Leste: Lun Turu. Díli: Instituto Camões de Díli.
SILVA, Lino Moreira da (2004). Entrevista. Jornal O Povo de Guimarães, de 29.07.2004.
THOMÁS, Luís Filipe R. (1998). De Ceuta a Timor-Leste. Miraflores: Dífel.
THOMÁS, Luís Filipe R. (2001). A descrição da ilha de Timor-Leste de João Marinho de Moura. Camões, revista de letras e culturas lusófonas, julho-setembro, nº 14, pp. 118-124.

NEUSA BASTOS (à direita)

13) NEUSA M. DE OLIVEIRA BASTOS
(UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE; IP-PUCSP) E
14) VERA L. HARABAGI HANNA
(UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE; IP-PUCSP)

Neusa Maria de Oliveira Bastos e Vera Lúcia Harabagi Hanna são professoras na Universidade Presbiteriana Mackenzie IP-PUCSP, Brasil.

SINOPSE

Sempre que tratamos de diversidade cultural, deparamo-nos com uma nomenclatura extensa para definir esse fenômeno. Grandes dificuldades surgem quando da escritura e da nomeação das ocorrências, dado que a definição de estudos culturais também pode ser vista como a própria tensão entre a discursividade e os assuntos que discutem. A crescente fragmentação e especialização que caraterizam esses estudos explicam a proposta da adoção de uma visão

polifônica, que traduz a complexidade dos encontros e interações culturais. Considerando a multiplicidade de pontos de vista que têm marcado esse tipo de diálogo, sempre acompanhado de uma teorização complexa da questão paradigmática da teoria cultural, este trabalho propõe-se a ressaltar os diferentes 'estudos culturais', construídos a partir de considerações acerca da diversidade do espaço lusófono, destacando, por exemplo, a 'Hibridização', não só das práticas culturais, mas também das populações e das identidades – especialmente no caso de Timor-Leste. Ampliando-se a questão, reflete-se, aqui, acerca do fato de os Estudos Culturais fazerem sentido não na busca de uma chamada universalidade, mas sim na perceção de um melhor entendimento de quem 'nós' somos, onde 'nós' estamos e para onde ' nós' podemos ir, no confronto com as múltiplas realidades que a comunhão linguística pode oferecer (aqui, em particular, nos lugares onde o português é língua oficial).

Estudos Culturais: uma visão pluralística de 'ser outro constantemente'

"*Viajar! Perder países!*
Ser outro constantemente,
Por a alma não ter raízes
De viver de ver somente!

Não pertencer nem a mim!
Ir em frente, ir a seguir
A ausência de ter um fim,
E da ânsia de o conseguir!

Viajar assim é viagem,
MAS FAÇA-O SEM TER DE MEU
Mais que o sonho da passagem,
O resto é só terra e céu."

Fernando Pessoa, 1933

Mia Couto, um dos mais conhecidos escritores moçambicanos e considerado um dos nomes mais importantes da nova geração de escritores africanos que escrevem em língua portuguesa, falou certa vez que a riqueza cultural de seu país provinha da disponibilidade de seu povo em efetuar *trocas culturais* com os outros - "não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma." (2003). Ao discorrer a respeito da profunda diversidade e das complexas mestiçagens do continente africano afirmava que um dos maiores e mais valiosos patrimônios dos africanos residia nas longas e irreversíveis misturas de culturas, que esse mosaico de diferenças podia ser visto como uma verdadeira magia, "essa magia nasce, sim, da habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens." E concluía, em seguida, "Essa magia nasce da capacidade de ***sermos nós, sendo outros*.**" É a partir da soma de nossos diálogos com o escritor Mia Couto e com o poeta Fernando Pessoa, distanciados por várias décadas, separados geograficamente, oriundos de mundos tão diversos, mas unidos pela língua, a portuguesa, que iniciamos nossa discussão sobre os princípios teóricos que versam sobre a interação centro-periferia e que tentam explicar a diversidade no mundo multifacetado e globalizado do século XXI.

A '*teoria da viagem*', desenvolvida por Said, nos remete tanto a Couto como a Pessoa quando este observa o mundo todo como uma terra estrangeira "*Viajar! perder países!* ***Ser outro constantemente****, Por a alma não ter raízes De viver de ver somente!*". A noção da capacidade de '*sermos nós, sendo outros*, constantemente', aliada ao conceito de '*viagem*', relida como '*deslocamento*', '*nomadismo*', '*peregrinação*' - nomenclaturas mais utilizadas no pensamento pós-moderno - interpretada como *transferência*, como ***passagem***, protagonizada por viajantes, turistas, migrantes, ou, como quer Hall (1999), pelo 'flaneur', caraterizam o movimento de trânsito e provisionalidade enfatizados por Canclini (2003), percebido na intensificação de intercâmbios e hibridações nos movimentos recentes de globalização.

> *Para entendermos mais amplamente o processo de interação cultural e suas consequências, examinamos teóricos do Hibridismo que ora louvam, ora temem, ora exaltam, ora condenam ou ainda celebram esse crossover, mas que se dedicam cada vez mais à pesquisa dos processos de encontro, contato, interação, troca e hibridação cultural. São unânimes em afirmar que a globalização cultural, a tendência global para a mistura, começou com as primeiras luzes dos tempos modernos, com as grandes navegações, desde a colonização europeia e o comércio de escravos, quando surgiram as primeiras 'zonas de contato', e que, a partir de então existiu o processo de hibridização.*
>
> *Se tivéssemos que justificar o critério de seleção dos estudiosos da hibridização cultural citados nesse trabalho diríamos que nos concentramos em suas próprias 'viagens' como parte de suas obras e beneficiamo-nos de suas biografias para tentar entender a significação de continuum cultural. Não é nenhuma coincidência o fato de que esses pesquisadores vivem ou viveram no cruzamento de culturas, na periferia, ou na fronteira – seja ela física ou metafórica - e que, ao avaliarem suas próprias experiências de vida, encontraram componentes*

para uma reflexão teórica, o que nos ajuda, igualmente, a compreender o significado da pluralidade de identidades.

*Discorrer sobre suas biografias dá ensejo para exemplificar a proposição de Hall (2003: 12-13) de que uma pessoa assume diferentes identidades em diferentes momentos, sendo esta uma das razões porque as identidades nacionais estão declinando, dando lugar a novas. Ele ainda sugere que as culturas híbridas constituem uma dos muitos tipos de identidade distintivamente novas produzidas na era da modernidade tardia; o indivíduo pós-moderno é visto como deslocado e instável no mundo social e cultural e, pelo fato de ele se confrontar com uma enorme variedade de identidades possíveis, assume papéis diferentes, com os quais pode ser identificado - pelo menos temporariamente***.***

Em geral, esses *scholars* carregam uma identidade cultural dupla ou mista, em outras palavras, que não é essencial, permanente ou fixa. Como explica Hall (1999), o fato de um indivíduo possuir identidades diversas, não unificadas – às vezes contraditórias ou não totalmente resolvidas – leva a uma fragmentação e à ausência de uma identidade autêntica. Apreciemos então um pouco de suas biografias: basicamente, nomeiam-se indivíduos híbridos, como afirma sobre si mesmo Peter Burke, historiador da cultura, de nacionalidade inglesa, filho de mãe judia polonesa e de pai católico irlandês. É casado com uma brasileira e seus livros já foram traduzidos para, aproximadamente, 30 línguas. Stuart Hall, nascido na Jamaica, de ascendência mista, vive na Inglaterra desde 1951, intitula-se "culturalmente um vira-latas, o mais perfeito híbrido cultural", considera-se um 'estrangeiro *familiar'* em seu próprio país de origem, tendo hoje em dia que fazer o que ele chama de '*negociar a Jamaica'*. (Hall, 2003: 415). Ele usa essas palavras para explicar a experiência de "*estar dentro e estar fora*", ou o que ele denomina ainda de '*alienação*' ou '*desarraigamento*'. Com a primeira expressão ele se refere à separação do ambiente que lhe dava apoio e com a última, o 'desenraizamento', ele enfatiza o fato de ter sido arrancado pela raiz (de determinado lugar). Esse ajuizamento nos remete mais uma vez a Pessoa: "*por a alma não ter **raízes**, de viver de ver somente*", ao mesmo tempo, em que entendemos sobre a ponderação de Hall a respeito do estranhamento de ser removido de seu ambiente familiar e que ao ser envolvido nessa situação, pode surgir um sentimento de indiferença no lugar em que antes havia confiança. Em relação à Inglaterra, por sua vez, ele afirma, 'Não sou nem nunca serei inglês. Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertenço completamente a nenhum deles." (Hall, 2003: 415).

> *Edward Said, professor de Literatura Comparada, morto em 2003, palestino nascido em Jerusalém, de uma família árabe-cristã, cresceu no Egito, estudou nos EUA, e lecionou em Harvard, Yale e Columbia. Nestor G. Canclini, antropólogo argentino, estudou em Paris com Paul Ricoeur, é professor na Universidad Autônoma Metropolitana de México. O escritor Mia Couto, moçambicano de primeira geração, que se autodenomina um "contrabandista entre dois mundos" – entre "o mais profundo, de África, ao qual não pertenço, ou melhor, pertenço em certos momentos da minha vida, e o ocidental. Nasci aqui, nunca saí daqui, mas não posso invocar raízes porque os meus pais eram europeus." (2000). O poeta Fernando Pessoa, nascido em Lisboa e educado na África do Sul, viveu nos dois mundos, escreveu e publicou seus primeiros trabalhos em língua inglesa. Os autores aqui citados, ao "Viajar! Perder países!", contrastam suas lembranças com o novo ambiente, geram uma visão original, podem, enfim, modificar-se e produzir a magia advinda de "sermos nós, sendo outros" ou aquela de "ser outro constantemente".*

Paralelamente a essas questões podemos mencionar o sentimento lusófono, que nos povoa, observando o contato entre as culturas indígena, negra, europeia que interagem, num imbricamento de fatores diferenciadores: atitudes, comportamentos e costumes que se apresentam como pontos indiciais de contrastes entre culturas sérios e relevantes para o desenvolvimento humano e para as relações entre os países. É preciso que saibamos dar importância a um investimento na valorização da "bagagem" cultural e pessoal dos falantes que tem interesse em interagir com membros de outras comunidades lusófonas, em um processo produtivo para o contato das diversas faces: timorense, angolana, cabo-verdiana, moçambicana, brasileira, portuguesa etc. (Bastos, 2003)

Dessa maneira, podemos afirmar que a coincidência de pontos de vista relativa à ideia de trânsito, pode haver correspondência entre o *viajante* e o *tradutor*, sobretudo na maneira como este vê, sente e de alguma forma 'doma' o que é estrangeiro e seus elementos estranhos e quando transfere sua lealdade de uma cultura para a outra. Além disso, o *viajante*, assim como o *tradutor,* exerce um papel importante no processo de interpretar uma cultura específica, em outras palavras, atua como um 'mediador cultural' (Said, Clifford, Canclini, Hall, Burke).

Além da nomenclatura '*viagem*', a metáfora linguística '*tradução cultural'*, parece-nos bastante adequada nesse processo de interação cultural, haja vista que, na década de 50, antropólogos já defendiam que, ao aprender uma cultura estrangeira, estávamos aprendendo uma língua estrangeira, ao que os linguistas completavam que o inverso também era verdadeiro. Burke garante que, se tivesse que selecionar um termo ou conceito que descrevesse as consequências dos *cruzamentos culturais*, escolheria a metáfora da '*tradução de culturas*' no lugar de '*hibridismo cultural',* pois entende que expressa a ideia de que as consequências dos encontros culturais não são automáticas e que os 'viajantes' têm que trabalhar arduamente para adaptar itens de uma cultura para outra. (2004:78).

Pessoa parece indicar, como Said, que, quando se passa a ver o mundo inteiro como uma terra estrangeira onde o ambiente novo e o anterior se mesclam, surge uma visão pluralística, que como num contraponto, cria uma composição polifônica. Ao mesmo tempo, o poeta nos ajuda a definir o sentido de instabilidade quando viajamos e

descobrimos que não pertencemos nem àquela localidade nem a nós mesmos: "***Não pertencer nem a mim!*** *Ir em frente, ir a seguir. A ausência de ter um fim, E da ânsia de o conseguir!"*. Pessoa ainda vê a viagem como '*passagem*' e prevê o infinito de possibilidades que ela representa: "*Viajar assim é viagem, Mas faça-o sem ter de meu, Mais que o sonho* ***da passagem.*** *O resto é só terra e céu****"***.

'Tradução cultural' é também considerado um termo lógico para se entender as diásporas multiculturals do mundo pós-colonial e, uma das razões da preferência em utilizá-la, reside no fato de que seus participantes têm um sentimento de 'estar dentro/estar fora,' pois implica um processo interminável de apropriação, assimilação, adaptação, acomodação, além de, talvez o mais difícil, o processo de *negociação* das diferenças do outro.

> *Tais diferenças levam-nos a considerar a cultura lusófona como a totalidade dos padrões comportamentais transmitidos socialmente: artes, crenças, instituições e todos os outros produtos do trabalho humano e pensamento caraterísticos de uma comunidade ou população que, refletidos na língua portuguesa, influem não só na cultura, mas também nas diferenças linguísticas Entendendo dessa forma, estaremos aptos a criar uma nova moldura de referência em relação ao povo português, o que nos levará a entender os diversos aspetos linguístico culturais que se cruzam numa rica diversidade.*

Assim, ao discutirmos a *hibridização* ou *hibridação cultural*, terminologia por nós escolhida nesse trabalho, mas apenas uma das denominações entre a diversidade de termos metafóricos utilizados para o estudo do fenômeno do cruzamento das culturas, deparamo-nos com uma série de indagações a respeito dos efeitos desses encontros culturais e das mudanças constantes e cada vez mais aceleradas que enfrentam as sociedades modernas, assim como dos resultados das experiências de convivência com essas mudanças rápidas, abrangentes e contínuas. Hall define essas mudanças como uma das principais distinções entre as sociedades 'tradicionais' e as 'modernas' (1999: 15).

O Hibridismo, visto a partir de uma perspetiva da teoria cultural contemporânea, está ligado aos movimentos demográficos que admitem o contato entre identidades dessemelhantes, justificando, portanto, a ideia de movimento, de identidade móvel que abrange outras metáforas relacionadas à de hibridização, como a de *viagem*, de *deslocamento,* de *nomadismo, de diáspora,* de *cruzamento de fronteiras.* Grupos em movimento – intencionalmente ou não – quando cruzam as fronteiras ou permanecem na fronteira - física ou metafórica – apresentam uma identidade ambígua, pois a situação provoca o contato com diversas culturas que transformam, desorganizam, desestabilizam a original. Silva, quando discorre sobre o hibridismo em relação ao processo de identidades nacionais, raciais e étnicas, descreve o processo de *hibridização* como segue*,* "confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas*.* (2000: 87). Ele complementa sua ideia em concordância com os outros autores, no sentido de que a identidade construída através da hibridização está longe de estar integrada com a original, embora conserve alguns de seus traços.

A partir dessas considerações, destacamos o que Canclini (2003a: XIX) compreende por *hibridização*. Ele defende que a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas (isto é, resultado de hibridações, não podendo ser chamadas de fontes puras) que, sem planejamento, geram novas estruturas e novas práticas, frequentemente, resultados de processos migratórios, turísticos ou de intercâmbio econômico ou comunicacional e deixa claro que, repetidas vezes, a hibridação surge da capacidade criadora, da inventividade individual e coletiva. O autor vê o processo de hibridação como uma fusão entre diferentes tradições culturais, e ainda argumenta que é um "processo de interseção e transações, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade*." (2003a: XXVII). Apresentados dessa maneira, constatamos que os estudos sobre hibridação reformulam a pesquisa intercultural, acabando por descrever o que podemos chamar de *misturas interculturais*. Ainda segundo Canclini, "A hibridização não é sinônimo de fusão sem contradições, mas, sim, pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade." (2003a: XXII.).

Além de reformular a investigação no que diz respeito aos estudos interculturais, um dos objetivos das pesquisas do Hibridismo Cultural é livrar-se da guerra entre culturas, ou 'guerras civilizatórias' e tentar descrever *fusões*, ou ainda a interpenetração *cultural.* Canclini defende que a hibridização, em relação à identidade, é "construída mediante uma negociação da diferença" (Canclini b, 2003: 186). A esse respeito, Hall também enfatiza a importância de 'negociar as diferenças', ao mesmo tempo em que se respeita o espaço heterogêneo e pluralístico em que ocorrem os encontros culturais. Àqueles que condenam a inevitabilidade da hibridização, ele indica as considerações de Laclau: "a hibridização não significa necessariamente um declínio pela perda da identidade. Pode significar também o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades." Laclau ainda pondera que somente uma identidade conservadora poderia considerar a hibridização uma perda. (in Hall, 2003: 87).

Concordamos com Burke quando admite que, embora o termo *hibridismo* seja frequentemente usado em estudos pós-coloniais, como na obra de Said, é "um termo escorregadio, ambíguo, ao mesmo tempo literal e metafórico, descritivo e explicativo" (2003: 55), mas que cuida de acentuar a interculturalidade moderna e que, como Canclini, somos partidários da utilização do termo *hibridação*, por combinar, não somente elementos étnicos e religiosos mas também processos sociais modernos e pós-modernos.

Debates relativos a trocas culturais sempre originam questões sobre as consequências do que muitos teóricos preferem chamar de "invasões culturais" – a interação cultural nem sempre ocorre fácil e similarmente – há várias e diferentes maneiras de recetividade que podem, por uma lado, estimular rejeição, segregação, resistência, e, por

outro, aceitação, adaptação, acomodação. Os resultados ou consequências das trocas culturais são imprevisíveis, haja vista que as tradições estão constantemente sendo construídas e reconstruídas (Hanna, 2005).

Para finalizar, a modernidade mistura as fronteiras do interno e do externo, confunde o significado de estar dentro e estar fora. Entendemos que a cultura mundializada leva nossas 'raízes' a diferentes lugares, como Pessoa expõe quando ele escreve "*Viajar, perder países/ Ser outro constantemente/Por alma não ter raízes".* Ela muda 'eles', ela muda 'nós' e, assim o fazendo, a ideia que temos dos 'outros' também muda; 'eles' se tornam parecidos com 'nós', 'nós', nos tornamos parecidos com 'eles': é quando a troca de culturas produz a hibridização e faz com que reavaliemos o entendimento de nossas próprias vidas, ao mesmo tempo que pomos em dúvida os estereótipos em relação a 'eles'. É quando "*a habilidade de sermos nós, sendo outros*" se torna verdadeira. É quando Pessoa e Couto se encontram: "*Não pertencer nem a mim/Ir em frente, ir a seguir",* quando Pessoa confessa que *"Viajar assim é viagem"* e, mais precisamente, podemos acrescentar que as *viagens*, diferentemente do passado, não descobrem mais o bizarro, na verdade, parece que parte de nós está refletida nos outros e que nos sentimos mais próximos daqueles que estão distantes. *Viagens* são *passagens* eternas com infinitas possibilidades de trocas culturais, como se o mundo pudesse se tornar uniforme, exceto pelo fato de que as fronteiras ainda existem e apesar de serem menos rígidas, novas fronteiras são criadas, ora agrupando, ora excluindo pessoas que continuarão a cruzá-las.

Viajar assim é viagem,
Mas faça-o sem ter de meu
Mais que o sonho da passagem,
O resto é só terra e céu."
Fernando Pessoa, 1933

BIBLIOGRAFIA

Bastos, Neusa Barbosa (2003) "O mundo globalizado e a importância do domínio de línguas materna e estrangeira". In Pereira, Helena Bonito & Atik, Maria Luiza Guarnieri. Língua Literatura e cultura em diálogo. São Paulo: Editora Mackenzie.

Burke, Peter. (2003) Hibridismo Cultural, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Canclini, Nestor G. (2003) Culturas Híbridas, 4ª. ed., São Paulo: Edusp.

Canclini, Nestor G. (2003) A Globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras.

Chacon, Vamireh (2002) O futuro político da lusofonia. Lisboa / São Paulo: Verbo.

Clifford, James (1999). Itinerários Culturales. Barcelona: Gedisa.

Couto, Mia. (2000) "Sou um contrabandista entre dois mundos". Entrevista in A Capital, Lisboa, 25 de maio de 2000. Disponível em: http://www.institutocamoes.pt/arquivos/literatura/

Couto, Mia. (2003) "O meu nome é África, in Continente Multicultural", Companhia Editora de Pernambuco, Edição Nº 34 - outubro de 2003. disponível em: http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia.

Geertz, Clifford (1973) The Interpretation of Cultures. Nova Iorque: Basic Books.

Hall, Stuart (1999) A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: D.P. & A Editora.

Hall, Stuart (2003) Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Hanna, Vera (2005) "Cultural Continuum: A matter of celebration, condemnation or consternation?" Simpósio apresentado no International American Studies Association Congress, 18 - 20 agosto de 2005, Ottawa, Canada.

Laclau, Ernesto (1996) Emancipations. London: Verso.

Mira Mateus, Maria Helena (coord.) (2002) Uma política de língua para o português. Lisboa: Colibri

Silva, Tomaz. (2000) A Produção social da identidade e da diferença, p. 73-102. Em: Silva, Tomaz (org.), Hall, Stuart. Identidade e Diferença – a Perspetiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes.

Said, Edward (2003) Culture and Imperialism. New York: Vintage Books.

15) OTÍLIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA

PROFESSORA DO QUADRO NOMEAÇÃO DEFINITIVA – ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3º CICLO DE ANTÓNIO GEDEÃO

Otília de Fátima dos Santos Oliveira, Professora Efetiva, 8º grupo A, na Escola Secundária com 3º Ciclo de António Gedeão. Para além dos cargos que desempenhou como Coordenadora dos Diretores de Turma (1986/1987), vogal do Conselho Diretivo (1987/1988), Delegada de Grupo disciplinar e Delegada à Profissionalização (1988/1989), trabalhou como Leitora de Português, na Guiné-Bissau, onde formou professores do Ensino Básico, colaborou na elaboração de Manuais para o Ensino da Língua Portuguesa, como Língua Segunda (1989/1985) e coordenou Pedagogicamente o Centro Cultural Português (1995/1997). Entre 1997 e 2002, foi Coordenadora da Biblioteca/Centro de Recursos da Escola onde é efetiva, Representante de projetos, no Conselho Pedagógico, e Coordenadora da Secção Cultural.

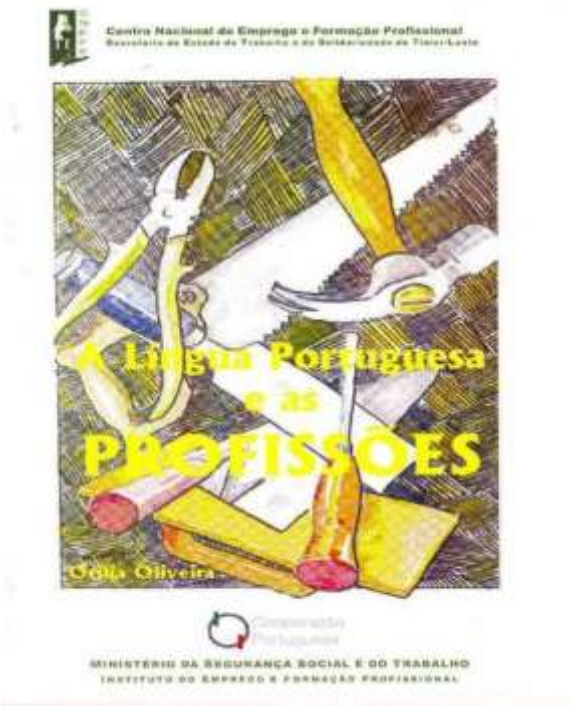
Em Timor-Leste (2002/2005), lecionou Língua Portuguesa aos cursos técnico-profissionais, coordenou pedagogicamente o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, formou professores e publicou o livro *A Língua Portuguesa e as Profissões*. Tem colaborado em revistas e jornais guineenses e timorenses**.**

SINOPSE

Apresentação da experiência de três anos de trabalho no Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Timor-Leste (2002-2005), como professora de Língua Portuguesa e coordenadora pedagógica dos cursos de alvenaria/pedreiros, canalização, carpintaria e eletricidade.
Apresentação do manual "A Língua Portuguesa e as profissões", da autoria de Otília oliveira, prefaciado pelo Professor Doutor Benjamim Côrte-Real., da Universidade Nacional de Timor-Leste, e especialmente concebido para a iniciação ao estudo da Língua Portuguesa nos cursos técnico-profissionais.

A Língua Portuguesa e as Profissões - relato de uma experiência e apresentação de manual

Começamos pela capa do manual *A Língua Portuguesa e as Profissões*, o Programa de apoio à formação de professores de Português nos cursos de Formação Profissional do CNEFP e o Programa de apoio à formação de monitores de diferentes áreas profissionais.



Centro de Emprego e Formação Profissional

Programa de apoio à formação de monitores de diferentes áreas profissionais

Destinatários: Monitores de diferentes áreas profissionais cuja função será ministrar cursos técnicos a timorenses que se candidatam aos cursos do CNEFP

Duração do curso: 50 horas

Objectivos:
- Reconhecer o papel do formador na aprendizagem de uma profissão
- Analisar diferentes métodos e técnicas pedagógicas
- Utilizar métodos e técnicas adequados à formação de adultos

Conteúdos:

Módulo 1 - **Métodos e Técnicas pedagógicas**
. o processo de aprendizagem
. a pedagogia de adultos
. a motivação
. a criatividade e o ensino
. dinâmica de grupos

Módulo 2 - **Perfil e competências do formador num contexto de formação profissional**

. O papel do formador
. o formador e o grupo
. o formador e a comunicação
. o formador e a comunicação não verbal

Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional

2003

Programa de apoio à formação de professores de Português nos cursos de Formação Profissional do CNEFP

Metodologia do Ensino das Línguas

Destinatários: Duas professoras que, após a formação, poderão ministrar os cursos de Língua Portuguesa, no CNEFP, aos formandos de diferentes profissões

Duração do curso: 270 horas (90 horas de aulas teóricas, 120 horas de observação da prática docente e regências, 50 horas curso de monitores)

Objectivos

- Compreender princípios teóricos subjacentes à aprendizagem de uma Língua
- Analisar diferentes metodologias e materiais de ensino – aprendizagem da Língua Portuguesa
- Reconhecer o papel do professor no desenvolvimento das diferentes competências
- Construir práticas educativas adequadas ao contexto de trabalho

Conteúdos

Módulo 1 – Língua e Comunicação

- Conceitos de Língua (Língua materna / Língua estrangeira e segunda)
- A Língua/ O aluno / O contexto do uso da Língua
- Competência linguística / competência comunicativa
- Tarefas comunicativas e finalidades

Módulo 2 – Língua e Aprendizagem
- Ouvir e Falar / Ler e Escrever
- Fases de aprendizagem
- Importância da oralidade nos cursos profissionais
- Estratégias para o desenvolvimento da oralidade
- Estratégias para o desenvolvimento da compreensão escrita

Módulo 3 - Planificação e avaliação das actividades de ensino – aprendizagem

- Planificar – o que é?
- Planificação a longo, médio e curto prazo
- Componentes de uma planificação
- Avaliação e suas funções

- Avaliação da oralidade e da escrita

Módulo 4 – Materiais de aprendizagem

- Análise da proposta do manual "A Língua Portuguesa e as Profissões"

Módulo 5 –

- Perfil e funções do professor/formador de Língua Portuguesa num contexto de formação profissional

Metodologia

trabalho autónomo
análise e discussão de textos
reflexão (oral e escrita) sobre a prática docente
prática em sala (regências)

Avaliação

observação directa
elaboração de um dossier de práticas (com todo o material utilizado – adaptado ou elaborado pelos próprios)
relatório final

Referências bibliográficas

Dicionário da Didáctica das Línguas

Casteleiro, J. Mateo, Amâncio e Pascual, José (1992).Nível Limiar – para o ensino/aprendizagem do português como língua segunda/língua estrangeira. Ministério da Educação

Conselho da Europa. (2001). Quadro europeu comum de referência para as línguas: edições Asa

Nunes de Figueiredo, J., e Gomes Ferreira, A., Compêndio de Gramática Portuguesa, Porto Editora

Freire,M.A. (1985).Lacuzaes da Conjugação. Porto Editora

Leão, Margarida e Filipe, Helena. 7C + 7 Propostas de Escrita Lúdica. Porto Editora

No âmbito dos acordos de Cooperação entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e a Secretaria de Estado do Trabalho e da Solidariedade da República Democrática de Timor-Leste, foi criado, em Timor-Leste, um Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, inicialmente em Bécora (2001) e transferido, em 2002, para Tibar, no Distrito de Liquiçá.

Quando, em dezembro de 2001, nos candidatámos em concurso aberto pelo IEFP (Instituto do Emprego e da Formação de Portugal) ao lugar de Professora de Língua Portuguesa, perseguindo o ideal de contribuir para a

autonomia dos povos e promoção do seu desenvolvimento – ideal que já tínhamos anteriormente servido em Terras Africanas, durante oito anos – não vislumbrávamos até onde nos iria conduzir o desafio que, então, ousámos aceitar.

Partimos, pois, para Timor-Leste com a incumbência de ensinar Língua Portuguesa aos candidatos aos cursos de Formação Profissional, de modo a tornar possível a comunicação entre estes e os formadores portugueses que se deslocariam àquele país para ensinar diferentes áreas – Alvenaria/Pedreiros; Canalização; Carpintaria e Eletricidade – num curto espaço de tempo (3 a 5 meses) e não falavam Tétum.

Como resolver este problema?

Chegados a Timor, em junho de 2002, começámos por ministrar um curso de Língua Portuguesa a 16 candidatos que revelavam alguns conhecimentos a nível da compreensão e expressão oral. Na compreensão e expressão escritas apresentavam um maior grau de dificuldade.

Ao longo de dois meses, num curso intensivo de cem horas, trabalhámos a Língua e pusemos em prática atividades que nos permitiram definir o perfil dos alunos, com o objetivo de selecionar, pelo menos um para cada Área de Formação, como "tradutor" junto dos formadores portugueses.

Assim, para além da utilização de diferentes e variados tipos de exercícios inerentes à aprendizagem de uma Língua (audição, repetição, exercícios de substituição e lacunares, exercícios de associação, exercícios de verdadeiro/falso, trabalho de "pastiche", reconto, canções…) fomos apresentando "situações problema" e pedimos a respetiva proposta de resolução, refletimos, com os alunos, sobre a especificidade do ato pedagógico em trabalho com adultos e sobre os diferentes "modelos de alunos", apoiados em texto de publicações do IEFP, cuja linguagem simplificámos. Estas atividades permitiram-nos adquirir conhecimentos básicos da Língua Tétum, o que nos facilitou o apoio posterior a outros alunos.

Após avaliação final, oral e escrita, foram selecionados quatro alunos que apoiaram o início da Formação nas áreas de Alvenaria/Pedreiros, Canalização, Carpintaria e Eletricidade, traduzindo, para Tétum, as orientações dos formadores portugueses e expondo, em Língua Portuguesa, as dúvidas e problemas apresentados pelos alunos.

Apesar deste "apoio", sabíamos que era importante a aprendizagem da Língua Portuguesa, por parte dos alunos, não só por ser uma das duas Línguas Oficiais, mas por permitir o contacto direto com o formador, constituir um fator facilitador do alargamento de horizontes, possibilitando o acesso a informação audiovisual e *scripto*, em Língua Portuguesa, relacionada com as diferentes áreas de formação e também porque esse era o desejo manifestado pelos candidatos aos cursos.

Note-se que os cursos são destinados a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e os candidatos não revelavam quaisquer conhecimentos da L.P.

Atendendo a que era necessário rentabilizar a permanência dos formadores portugueses em terras de Timor, optámos por ministrar um curso intensivo de vinte horas, antes do início da formação técnica, para que os formandos pudessem compreender as principais diferenças estruturais entre a Língua Portuguesa e Língua Tétum (género, número, tempo verbal) e depois dois dias por semana – dois blocos de 90 minutos – ao longo de toda a formação, perfazendo um total de 60 horas.

Saliente-se que as aulas de Língua Portuguesa não podiam impedir o normal funcionamento da formação técnica, pelo que esta opção viabilizava a aprendizagem da L.P. e permitia o cumprimento de 500h de formação técnica.

No primeiro curso que decorreu no período compreendido entre agosto e dezembro de 2002, selecionámos oito alunos que se distinguiram a nível de execução técnica e aprendizagem da L.P e apresentaram perfil adequado a futuro formador, pela demonstração de atitudes de sensatez, discrição, idoneidade, preocupação pedagógica…

Uma vez que não existiam materiais adequados ao ensino da L.P. a este tipo de profissões, vimo-nos forçados, desde o início, a elaborar os nossos próprios materiais, a fim de obter resultados satisfatórios em curto espaço de tempo.

No fim deste primeiro curso, os materiais por nós concebidos tinham sido testados, em aula, e modificados de acordo com a observação feita, mas funcionávamos, ainda com fotocópias para todos os alunos.

Em junho de 2004, numa edição totalmente subsidiada pelo IEFP e prefaciada pelo Professor Doutor Benjamim Côrte-Real., Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste e Diretor-geral do Instituto Nacional de Linguística, fizemos a apresentação pública do manual *A Língua Portuguesa e as Profissões*.

Quando falamos em desenvolvimento, não podemos deixar de pensar em construção da paz, o que se obtém tornando possível a organização e facilitação de recursos para que os povos sejam autónomos e não fiquem sujeitos ao tempo de vida dos projetos que, por serem projetos, têm uma duração limitada. Por isso, começou a ser para nós motivo de preocupação a continuidade deste trabalho, após o nosso regresso a Portugal. Era preciso formar professores. Assim fizemos.

Abrimos inscrições para pessoas desempregadas que dominassem a L.P. – de preferência, antigos professores - a fim de os introduzirmos na metodologia por nós experimentada – metodologia ativa, centrada no aluno, nas suas necessidades e na sua capacidade de resposta - e assim deixarmos esta tarefa entregue totalmente a timorenses.

Criámos um programa (anexo) e ao longo de seis meses ministrámos aulas que foram totalmente observadas pelos professores estagiários que também fizeram regências nas turmas cujas aulas de L.P. observavam. Os professores receberam ainda formação teórica adequada, concretamente formação relacionada com a educação de adultos em contexto de formação profissional.

Desta formação, foram selecionadas duas professoras que começaram, em outubro de 2003, a ministrar aulas de L.P. a todos os formandos das diferentes áreas técnicas.

Abriu-se, por esta data, a área de Canalização, pelo que, no que a esta área diz respeito, foi ministrado o curso técnico e, no fim, à semelhança do que tinha sido feito com as outras três áreas, foram selecionados dois dos alunos para as funções de monitor de canalização.

Estávamos então mais disponíveis para acompanhar os monitores estagiários, timorenses, ajudando-os a aperfeiçoar as compreensão e expressão escrita – o nosso trabalho tinha incidido, principalmente, nas compreensão e expressão oral e pouco nas compreensão e expressão escrita – e a realizar algumas planificações, articulando-as com os quadro-programa das respetivas áreas de formação e fazendo-os sentir a necessidade de adequação aos diferentes grupos de formandos.

Em fevereiro de 2004, os monitores (8, dois por cada uma das quatro áreas de formação) assumiam o início dos cursos contando com a presença dos formadores portugueses apenas para a verificação da consecução dos objetivos e colaboração na realização da avaliação final.

Estes monitores vieram completar a sua formação em Portugal, no Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, durante seis semanas, de outubro a novembro de 2004. Por esta razão, retardámos a nossa ida para Timor, após gozo de férias, a fim de podermos acompanhar o respetivo grupo.

Na Guarda, receberam formação técnica e frequentaram aulas de Língua Portuguesa, por nós ministradas, numa vertente direcionada para o texto utilitário (resposta a anúncios, pedido de emprego, encomenda de materiais, carta comercial, atas, relatório).

Em fevereiro de 2005, os oito monitores timorenses – agora designados formadores – assumiram totalmente os cursos técnicos contando apenas com o nosso acompanhamento no âmbito da coordenação pedagógica (planificação, concretização da planificação e avaliação das tarefas específicas de cada uma das quatro áreas).

No plano da formação técnica, que engloba formação teórica e formação prática, formadores e formandos dispõem de manuais constituídos a partir da compilação de materiais especialmente concebidos para Moçambique.

Numa tentativa de adequarmos, o mais possível, os recursos aos seus utilizadores, demos também início à re-estruturação dos manuais, do Professor e do Aluno, da área de Alvenaria/Pedreiros, simplificando a linguagem e incluindo subtítulos solicitados pelos formadores timorenses. Este trabalho foi feito em conjunto com um Engenheiro Civil, detentor de conhecimentos técnicos de que não dispomos, e foi concluído em julho de 2005.

Decididos, após três anos, a deixar Timor-Leste, por considerarmos estarem reunidas as condições para serem os timorenses a dar continuidade ao trabalho por nós realizado, faltava-nos preparar alguém (timorense) que assumisse a Coordenação Pedagógica do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional (CNEFP) e desse também continuidade às atividades extracurriculares por nós desenvolvidas, nomeadamente à dinamização de um grupo coral constituído por todos os formandos, formadores, professoras e alguns trabalhadores do CNEFP, num total de 75 pessoas.

Durante 30 dias, fomos acompanhados por um candidato timorense em todas as nossas atividades, desde o encerramento de um curso de formação à preparação do início de outro (acompanhamento da avaliação, organização de dossiers, testes escritos e preparação de entrevistas para seleção dos candidatos aos cursos, elaboração de horários das aulas e do transporte…), e organização/dinamização do Centro de Recursos que, entretanto, tínhamos iniciado.

Fomos substituídos por um cidadão timorense que se formou em Sociologia, em Portugal.

Quando a Língua materna do aprendente é marcada, essencialmente, por uma estrutura oralizante e o meio envolvente não é facilitador da divulgação de informação relacionada com a Língua que se quer aprender, há que desmistificar o grau de complexidade da Língua que vamos ensinar, a fim de que o aluno não levante obstáculos à aprendizagem e se estabeleça uma relação de empatia com a Língua em estudo.

Foi esta a estratégia que tentámos seguir de modo a que, num curso de apenas 60 a 80 horas, os alunos pudessem comunicar em Língua portuguesa, de acordo com as suas necessidades.

Como podemos verificar no manual *A Língua portuguesa e as Profissões*, a conjugação verbal é praticada essencialmente com verbos regulares, nos Tempos Presente do Indicativo, Pretérito Perfeito e Modo Imperativo. Os verbos irregulares, essencialmente doze, são estudados depois de dominados os verbos regulares, apenas. Todas as estruturas são interiorizadas por audição/repetição (o Manual é acompanhado de cassete áudio) de pequenos diálogos, simulando situações reais, concebidos em função das principais dificuldades sentidas pelos alunos e pelo "relato" de situações apresentadas em pequenos textos narrativos, ilustrativos de realidades conetadas com situações vividas pelos formandos. A especificidade de alguns adjetivos é apreendida nas frases ouvidas e depois explicitada em exercícios lacunares.

Para facilitação da aprendizagem, organizámos o manual em cinco temas e nele incluímos atividades que exercitam a capacidade de observação (sopa de palavras), estimulam o raciocínio (exercícios de associação, provérbios) e fazem apelo à capacidade criativa (acrósticos).

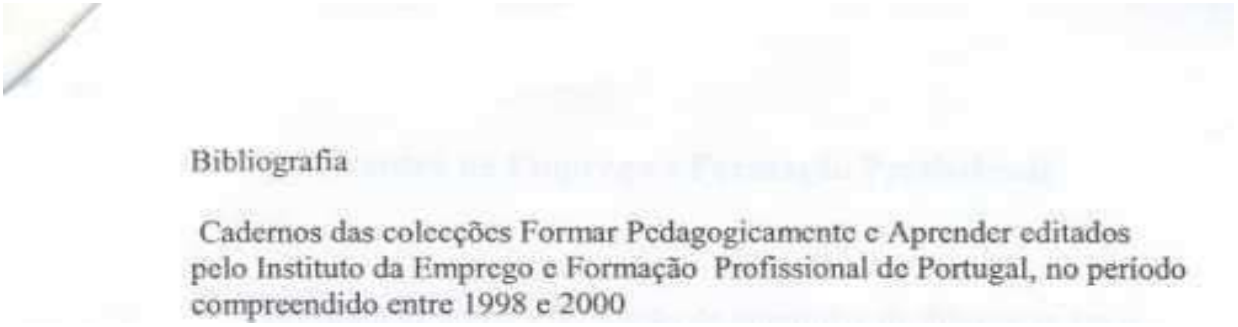
Dos 250 alunos que acompanhámos ao longo de cinco cursos, apenas seis não obtiveram média positiva na disciplina de Língua Portuguesa, o que representa uma percentagem de 2,4%.

Se outro mérito não tivesse, este manual convence que é possível comunicar, sem grande dificuldade e com correção, em L.P. É este o testemunho das professoras que o utilizaram (também dos trabalhadores da Companhia de Eletricidade de Timor-Leste - EDTL) e dos formandos que por ele estudaram.

Trabalhámos com a formação técnico-profissional e, por isso, tentámos adequar-nos às necessidades dos formandos.

Apraz-nos contribuir para a construção da paz, divulgando a Língua que, no dizer de Agustina Bessa-Luís, é a Língua dos *afetos* e ajudando a ver o mundo com o olhar filtrado por uma Língua que permite o enriquecimento ao mesmo tempo que se enriquece, numa dinâmica de dar/receber de que a Língua Tétum também dá testemunho.

Almada, 12 de setembro de 2005



Bibliografia

Cadernos das colecções Formar Pedagogicamente e Aprender editados pelo Instituto da Emprego e Formação Profissional de Portugal, no período compreendido entre 1998 e 2000

16) REGINA HELENA PIRES DE BRITO,

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE , PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS /NÚCLEO DE ESTUDOS LUSÓFONOS, INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA – (INL-TL)

REGINA HELENA PIRES DE BRITO é mestre e doutora em Letras/Linguística pela FFLCH-USP. Realizou recentemente estágio Pós-Doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga – Portugal). Há 15 anos exerce atividades ligadas à educação e, hoje, é docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e pesquisadora do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 2001, como linguista do Projeto Brasileiro "Alfabetização Solidária", esteve em Timor-Leste onde, além do contato com as dezenas de línguas locais, começou a estudar a variante do português ali praticado. Em 2003, retornou a Timor-Leste em missão acadêmico diplomática para apresentar às autoridades do país um projeto visando à sensibilização da comunicação em língua portuguesa, que se efetivou em 2004. Esteve em Moçambique, discutindo com linguistas locais acerca da problemática do português no país. Atualmente, coordena o Projeto "Universidades em Timor-Leste" (ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica-SP) para a difusão da língua portuguesa no território timorense por meio da música brasileira. Além disso, coordena o subprojeto brasileiro do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste*. Sua produção recente destaca a participação com

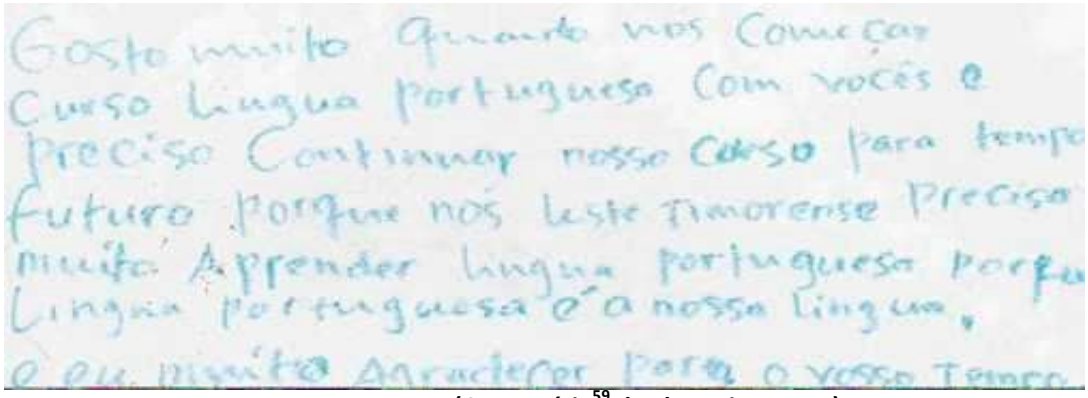
apresentações orais em eventos científicos nacionais e internacionais e a publicação de artigos focalizando a relação entre língua, realidade cultural e identidade em países de expressão lusófona.

SINOPSE

A primeira edição do projeto "Universidades em Timor-Leste", uma ação conveniada entre universidades brasileiras - Mackenzie, USP e PUC-SP – e a Universidade Nacional de Timor-Leste, com apoio do Instituto Nacional de Linguística, objetivou difundir e estimular o processo de comunicação e expressão em língua portuguesa em terras timorenses. Atendendo aos interesses dos âmbitos governamental e acadêmico do país, buscou-se a sensibilização para a fala em nossa língua comum, de modo a incentivar o regresso ao sistema formal de ensino em português, especialmente a parcela da população que foi educada em língua indonésia. Preliminarmente, o público-alvo era a faixa dos 12 aos 25 anos, que, graças à demanda, foi em muito ampliada, passando a abranger, também, crianças e adultos.

Pesquisas sociolinguísticas sugeriram-nos a utilização da música como motivação para o trabalho linguístico: apreciada entre os timorenses desde os tempos da colonização portuguesa, a presença da música brasileira foi revigorada, a partir de 1999, com a chegada dos contingentes do Exército Brasileiro e das missões de cooperação brasileiras e portuguesas, que acabaram difundindo uma diversidade de novos ritmos e melodias: ao lado de antigos sucessos, aparecem novos sons, que vão do pagode, axé, *pop rock* até a moda sertaneja. Esta primeira edição do Projeto ocorreu de agosto a dezembro de 2004, tendo sido enviada a Timor-Leste uma equipe de 19 universitários brasileiros. Apresentamos nesta oportunidade aspetos do desenvolvimento, da prática didática e da recetividade dos timorenses com relação à ação realizada. Quanto aos resultados linguísticos, percebe-se uma alteração na postura frente à língua portuguesa que, afinal, "não é tão difícil assim" – como registram vários depoimentos. Além disso, conforme atestam instâncias políticas e acadêmicas timorenses, chegou a Timor-Leste uma perspetiva diferente para se pensar a disseminação da língua portuguesa, uma outra forma de "fazer-querer-saber" a língua que nos une.

Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste



(Comentário[59] de aluno timorense)

Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, e foi palco da invasão indonésia em 7 de dezembro de 1975, que se arrastou até 1999. Vítima de repressão, como tortura e assassinatos, e exploração, como trabalho escravo e semiescravo, cerca de 300 mil timorenses foram mortos. Como parte da sua estratégia de dominação, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, a bahasa indonésia, proibiram o uso da língua portuguesa e minimizaram a expressão na língua nacional, o tétum. Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum - acrescente-se a esse painel, as outras dezenas de línguas locais ali faladas.

No quadro atual, expressar-se em português, para os timorenses, tal como aparece em documentos oficiais do governo desse novo Estado, é uma forma de mostrar uma face diferenciada do país, em relação aos projetos hegemônicos da Austrália e da Indonésia. Neste sentido, o futuro do português, língua de cultura, como língua oficial "de" e "em" Timor-Leste, dependerá muito da política educacional e cultural, da mobilização dos vários setores da sociedade timorense, da disposição da comunidade e do apoio dos países lusófonos.

É no âmbito da cooperação internacional[60] que se insere o "Projeto Universidades em Timor-Leste", realizado, neste primeiro momento[61], em ação conveniada entre a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pelo lado brasileiro, com o apoio da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) e do Instituto Nacional de Linguística (INL), pelo lado timorense. Foi com o subprojeto *Canção Popular e Cultura Brasileiras em Timor-Leste: Hibridismo cultural e*

[59] Todas as citações foram transcritas sem alterações ou correções.
[60] A iniciativa foi apoiada pelo Governo Federal e Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pela ABBA (Academia Brasileira de Belas Artes).
[61] Esta primeira edição do Projeto teve patrocínio da INFRAERO – *Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária* e apoio cultural da Nestlé.

comunitarismo linguístico em execução e discussão, de nossa autoria e coautoria de Benjamin Abdala Júnior (USP), que a ação ocorreu entre agosto e dezembro de 2004.

Apoiando-se em investigação de natureza sociolinguística[62], aliada a debates acadêmicos com Benjamin Côrte-Real [63] e Geoffrey Hull[64], o Projeto fundamenta-se em estudos descritivos da situação linguística e cultural do país, a partir de entrevistas feitas com a população em geral (consultando indivíduos pertencentes a diferentes faixas etárias, classes sociais, graus de escolaridade, profissões e sexo). Complementarmente, foram recolhidos e analisados textos produzidos por timorenses e coletados elementos de natureza diversa, tais como letras de músicas, receitas, jornais, cartazes, panfletos etc. Este levantamento forneceu subsídios para análises contrastivas[65] que evidenciaram especificidades linguísticas e culturais de cada Distrito timorense (e, por vezes, de determinados grupos menores).

Esta iniciativa, que foi submetida à aprovação de instâncias governamentais, educacionais e linguísticas timorenses, define-se como um programa pedagógico cultural a fim de auxiliar na difusão e sensibilizar os timorenses para a comunicação e a expressão em português, em conformidade com a política nacional de cooperação entre os países de língua portuguesa, utilizando-se, neste caso, da canção popular brasileira como motivação didática. Diante da proposta do Projeto, em documento datado de outubro de 2003, assim se expressou o Exmo. Sr. Presidente Xanana Gusmão:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Para

Regina Helena Pires de Brito
e Rosely Forganes

Díli, 30 de Outubro de 2003

Antes de tudo, quero agradecer-vos esta belíssima prova de carinho ao povo timorense, naquilo que é inegavelmente fundamental e que é o sector da educação, tanto para as crianças como para os adultos.

Em segundo lugar, o meu enorme apreço também à vossa preocupação sobre a "difusão da língua portuguesa em Timor-Leste".

Li o projecto e devo dizer que é interessantíssimo.

Eu dou todo o meu apoio a este projecto e espero que seja implementado o mais rapidamente possível, como um complemento significativo para o processo de afirmação de identidade timorense.

Kay Rala Xanana Gusmão

O Projeto envolveu a preparação, o deslocamento e a fixação de um grupo de alunos (graduação e pós-graduação, ligados, sobretudo, às áreas de Letras, Comunicação, Artes e Educação das três universidades brasileiras conveniadas) que reuniam competência musical e linguística para a realização das apresentações e oficinas linguístico-musicais, numa divisão por módulos e que compõem o "descritivo das atividades módulo a módulo", um guia para uso diário com a explicitação básica das atividades a serem desenvolvidas.

Com relação à constituição da equipe, segundo as avaliações das autoridades timorenses, o fato de ser uma equipe constituída de jovens universitários (e não de profissionais formados) foi um grande diferencial do Projeto, facilitando o entrosamento pela horizontalidade entre universitários brasileiros e participantes timorenses. O acompanhamento das atividades didáticas foi realizado *in loco* por uma "coordenação acadêmica", que se dirigia ao Conselho Executivo das Universidades e à Coordenação Linguística e Didático-Pedagógica, baseados no Brasil. Toda a atividade encontra-se registrada em documentos escritos, recursos audiovisuais, tendo já sido editado um vídeo e prevendo-se a publicação de um livro.

---

[62] Pesquisa desenvolvida pela linguista Regina Helena Pires de Brito e documentada em relatórios enviados ao Programa Alfabetização Solidária, em artigos e comunicações realizados em congressos nacionais e internacionais e na monografia – **Timor of several languages, Timor of all the people, Timor of all the world**. Trabalho enviado para: UNESCO – Institute for Education International Award For Literacy Research. Germany, 2001.

[63] Linguista timorense com o qual realizamos trabalhos acadêmicos, Diretor do Instituto Nacional de Linguística (INL) e atual Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL).

[64] Linguista australiano especialista em tétum e grande defensor da oficialização do português em Timor-Leste.

[65] Ver, por exemplo, BRITO R.H.P. de et CORTE-REAL, B (2003) "Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético fonológicas". **Atas VIII Simposio Internacional de Comunicación Social**. Santiago de Cuba, Centro de Linguística Aplicada e Ministério e Ciência, Tecnologia y Medio Ambiente.

Convém assinalar que, situando-se no âmbito da cultura brasileira, se, por um lado, o Projeto não privilegia o ensino da gramática normativa, por outro, não deixa de contribuir como meio auxiliar do processo de reintrodução da língua portuguesa no país, apoiado em música popular brasileira e em textos literários, objetivando atender timorenses com idade entre 12 e 25 anos.

Quanto ao público-alvo, é preciso esclarecer que, inicialmente, o projeto fora idealizado a fim de atingir a um recorte específico da população timorense que oferecia (oferece) maior resistência ao aprendizado do português e que ainda não tinha sido contemplada, diretamente, por nenhum projeto de cooperação internacional. No entanto, quando da apresentação do projeto às autoridades timorenses, em 2003, verificou-se o interesse de outros segmentos para que o projeto tivesse sua clientela ampliada. Foi deste modo que passamos a abranger os alunos da Escola Primária Duque de Caxias[66], os integrantes das Forças de Defesa de Timor-Leste, funcionários do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Organização da Juventude e dos estudantes de Timor-Leste e, ainda, *docentes*[67] da Faculdade de Letras e Educação da Universidade Nacional de Timor-Leste.

Deste modo, as atividades do Projeto foram desenvolvidas em diversas instituições oficiais, escolares e comunitárias, atendendo a cerca de 600 leste-timorenses, de 8 a 60 anos e de diversos níveis socioeconômicos. Abaixo, segue a relação dos locais e das turmas oficialmente formadas:

- *Universidade Nacional de Timor-Leste*
  - Faculdade de Engenharia Técnica — 25 Alunos
  - Faculdade de Economia — 25 Alunos
  - Faculdade de Ciências da Educação (FCE) — Turma A 27 alunos
  - FCE — Turma B 28 alunos
  - FCE Departamento de Língua Portuguesa — 28 Alunos
  - Faculdade de Ciências Sociais e Políticas — 30 Alunos
  - Faculdade de Agricultura — 18 Alunos
- *Forças de Defesas de Timor-Leste (FDTL)* — Díli 28 Alunos
  - FDTL — Metinaro 25 Alunos
- *Centro Juvenil Padre Antônio Vieira (CJPAV)* — Turma A 30 alunos
  - CJPAV — Turma B 30 alunos
- *Organização de Jovens e Estudantes de Timor-Leste (OJETIL)* — 25 Alunos
- *Direção de Educação Não Formal* — Turma A 25 alunos
  - Direção de Educação Não Formal — Turma B 28 alunos
- *Colégio Sagrado Coração de Jesus* — Turma A 15 alunos
  - Colégio Sagrado Coração de Jesus — Turma B 20 alunos
- *Escola Primária Duque de Caxias* — Turma A 30 alunos
  - Turma B 30 alunos
  - Turma C 30 alunos
  - Turma D 30 alunos
  - Turma E 30 alunos

Cada uma dessas turmas participava de duas aulas semanais com duração de 1h40 cada, ministradas por equipas compostas de 3 universitários brasileiros, que planejavam as atividades tendo em vista o *Descritivo de atividades módulo a módulo*[68] - material elaborado não como um manual de instruções, mas como um elemento norteador das ações didáticas que garantisse a homogeneidade dos trabalhos desenvolvidos, sem, contudo, coibir a criatividade dos monitores responsáveis pela aplicação das atividades.

Na Escola Primária Duque de Caxias, as aulas foram incorporadas à grade curricular das 4as e 6as séries e, para abranger um número maior de crianças, duravam uma hora cada, duas vezes por semana.

As atividades didáticas organizaram-se em 14 módulos, formados por músicas populares brasileiras e textos que giravam em torno de um tema, como amor, religiosidade e fé, futebol, carnaval, saudade, futuro, esperança, tempo, passado/presente/futuro, loucura, construção poética, saudações e cumprimentos. As músicas foram selecionadas considerando-se o interesse do público-alvo e canções já conhecidas por eles, às quais foram acrescentadas outras relacionadas com os temas selecionados. Subjaz, aqui, uma conceção sociofuncional dos fatos da linguagem, associando elementos musicais e linguísticos ao conjunto da cultura brasileira, em atividades epilinguísticas, de operação e de reflexão sobre as canções e textos complementares e alguns fatos da língua. Após os 7° e 14° módulos, foram realizadas avaliações parciais, de que constou a preparação e a apresentação de trabalhos dentro de cada turma, e uma avaliação final, com a apresentação de coral, peças de teatro, jogral etc., preparados por cada turma e apreciados pelo público timorense presente no auditório da UNTL.

[66] O nome da escola é uma homenagem ao patrono do Exército Brasileiro, uma vez que esta escola foi "apadrinhada" pelos diversos contingentes brasileiros no período de 1999 a 2005, quando lá estiveram, atuando como forças de paz das Nações Unidas.

[67] Deste modo, além de oferecermos aos professores universitários timorenses uma espécie de "curso de difusão cultural", possibilitamos a formação de agentes multiplicadores da metodologia por nós utilizada.

[68] De nossa autoria, juntamente com Rosemeire Leão Faccina e Vera Lúcia Consoni Busquets.

Não se pode pensar num trabalho eficaz sem estabelecer uma relação com a realidade cultural local e desconsiderando a visão de mundo que a modalidade do português timorense (e, naturalmente, a das línguas locais) revela; dessa forma, é impossível ignorar que as línguas são fatos culturais e que o aprendizado de uma língua supõe, ao lado do seu domínio, o conhecimento da cultura que a sustenta e o respeito à multiplicidade de olhares. A esse respeito, vale o comentário abaixo, extraído de relatório dos universitários brasileiros**:**

> *Iniciamos a aula mostrando, no mapa-múndi, Brasil e Timor, e apontando a identidade de tropicalidade que envolve os dois países. Logo começamos a comparar os dois e o que os caraterizavam países tropicais. (...) Passamos então a mostrar o que diferenciava os países; logo pontuaram a questão das vestimentas e nós falamos dos porcos nas praias de Timor. A briga de galo, que é tão comum e que faz parte dos costumes timorenses, também foi citada e por último falamos da mão de direção que é diferente. Levamos um longo tempo para explicar essa diferença, precisamos desenhar na lousa, interpretar, interpretar junto com um aluno, apontar para a rua, mas alguns ainda continuaram com olhares de dúvida. Então passamos revistas sobre o Brasil e logo identificaram a diferença da mão de direção. Ficaram muito curiosos com todas as fotografias, os animais, a vegetação etc. Essa atividade nos tomou bastante tempo da aula, queriam saber sobre a vegetação, o que era a escalada e ficaram espantados com uma catarata, pois só conheciam uma pequenina que existe em Timor.*
>
> *(subequipe Alexandre, Nara, Rodrigo Silva)*

Também são significativas, neste aspeto, as impressões do entrosamento entre brasileiros e timorenses registradas no Relatório Avaliativo do Projeto que nos foi encaminhado pela UNTL:

> *O sucesso de fundo do projeto não deixa de ser o ter-se promovido uma interação cultural entre jovens da comunidade e do espaço lusófonos, um principiar tentativo, mas de evidente rendimento; o gerar-se de uma amizade e solidariedade entre gente que nunca imaginava antes poder cruzar-se. A eletricidade que se sentiu no aeroporto, aquando da despedida dos estagiários serve de ilustração. Foi uma singular e espontânea exibição de cantares e danças tradicionais, assinalando uma camaradagem invejável entre jovens de latitudes tão opostos mas unidos por um denominador comum que é o do seu passado histórico, a língua e a cultura portuguesas.*
>
> *(Benjamim Côrte-Real, Reitor da UNTL e Diretor do INL)*

Outra preocupação reside no plano da expressão linguística: procurar tornar os usuários conscientes de que cada sistema linguístico configura-se diversamente, mostrando, por exemplo, que a estrutura da língua portuguesa é diferente da língua tétum ou da língua indonésia, embora o conteúdo da mensagem que o locutor deseja transmitir seja preservado - em outros termos, além das palavras e das regras gramaticais, é preciso aprender, também, a "pensar" na outra língua.

Assim é que a estruturação de um projeto como este se reveste de algumas peculiaridades (além das linguística apontadas), dentre as quais destacam-se o conhecimento das transformações e das condições socio-históricas timorenses e a importância do estudo dos valores e das relações culturais e da visão de mundo subjacente, que não deixa de trazer suas marcas em cada uma das línguas ali faladas**.**

O contato com músicas e, eventualmente, com textos de modalidades várias permitiu a abordagem, ainda que indiretamente, de tópicos como: os papéis da cultura brasileira e da língua portuguesa no contexto mundial e em Timor-Leste; a diversidade da música brasileira e de suas variantes linguística; o conhecimento de outras culturas expressas via língua portuguesa; aspetos da multiplicidade linguística de Timor-Leste; as implicações e a importância da comunicação; a relação entre língua e cultura e a problemática tradução "palavra-por-palavra".

As aulas recorreram tanto à reprodução original das canções em CD *player,* quanto à execução ao vivo, com instrumentos diversos (violão, flauta, pandeiro e instrumentos de percussão vários), procurando a sensibilização para o aprendizado do manuseio do instrumento, da atividade de composição musical e do manejo de recursos linguísticos básicos.

Ainda é preciso assinalar que a equipe brasileira demonstrou acelerado processo de integração com a comunidade local, por exemplo: frequentou cursos de tétum e de cultura geral timorense; participou de jogos de futebol e passeios turísticos organizados pelos timorenses; tomou parte de eventos familiares; recebeu no alojamento visitas constantes, seja de alunos, seja de autoridades (acadêmicas e governamentais).

Os primeiros relatórios das atividades didáticas enviados pelas subequipas de monitores brasileiros demonstravam o entusiasmo de ambos os lados – de brasileiros e de timorenses – destacando-se a acolhida e a recetividade dos timorenses. Trechos de um desses relatórios ilustram os primeiros contatos em sala de aula:

> *Depois [da apresentação] perguntamos o porquê de quererem fazer o curso e o que esperavam dele (...). Um [aluno] contou sobre a influência do professor que havia falado que o curso seria dado por universitários brasileiros e teria como estratégia de ensino a utilização da música brasileira; o outro falou que o português é a língua oficial do país, por isso era importante aprendê-la, e o último falou que era preciso para Timor poder se integrar à CPLP e assim ampliar o seu comércio. Cabe observar que esse último foi calorosamente aplaudido pelos demais.*
>
> *(subequipa Nara, Alexandre e Rodrigo Santos)*

A seleção dos temas dos módulos permitiu reflexões sobre a Língua Portuguesa e sobre o próprio Projeto:

> *Para mim, a língua portuguesa é muito bonita, muito importante e assim como os nosso herança (riqueza) que a gente tem que desenvolver. Então quem amar do seu país tem que amar da sua Língua oficial, por isso que eu queria estudar muito com língua português com vocês.*
>
> *(depoimento de aluno timorense)*

A discussão com a turma foi muito produtiva e mostrou-nos o quanto os alunos timorenses estão preocupados e conscientes da situação política e linguística de seu país. Alguns deles ainda têm muitas dificuldades para se expressar em Língua Portuguesa, por isso, formulavam as questões em tétum e um aluno que falava bem Português traduzia para nós e vice-versa. Começaram perguntando sobre a possibilidade de continuação do projeto, uma vez que este só tem duração de três meses.

(...)

Expuseram suas dúvidas e angústias em relação à importância da Língua Portuguesa para Timor, ainda mais porque, segundo nos disseram, a partir de 2008, terão que produzir trabalhos de conclusão de curso em Português, mas estão preocupados, pois os próprios professores não sabem falar a língua em que terão que avaliar as teses. Além disso, embora a Língua Portuguesa tenha sido instituída, ao lado do Tétum, como língua oficial, há muita deficiência de material e de pessoas capacitadas para ensiná-la.

(subequipa Alexandre, Nara e Rodrigo Silva)

Destacamos, quanto aos resultados obtidos:

(a) A sistemática e a dinâmica desenvolvidas que se mostraram inovadoras e eficazes para atingir os objetivos no contexto timorense;

(b) o material didático, elaborado especificamente para a situação timorense e que se revelou fundamental para o sucesso das atividades de sala de aula, garantindo a homogeneidade de conteúdo na sua aplicação e que permitiu a criatividade dos universitários brasileiros na condução das aulas;

(c) a ideia de ter uma equipe constituída de jovens universitários (e não de profissionais formados) foi um grande diferencial, facilitando o entrosamento pela horizontalidade;

(d) após momentos iniciais de certo estranhamento em relação à proposta, os timorenses, paulatinamente, passaram de uma posição tímida, submissa e retraída, para uma atitude mais participativa, entusiasmada, ativa, altamente recetiva;

(e) o novo espaço acadêmico resultante do processo, em que foram parceiras universidades do Brasil e de Timor-Leste;

(f) o intercâmbio cultural proporcionado aos participantes e a todos os que se envolveram com o projeto;

(g) a total aceitação da sociedade leste-timorense, manifestada nas conversas formais e informais mantidas entre os envolvidos,

(h) o número (oficial) de timorenses beneficiados chegou a 594 alunos, excluindo-se deste total aqueles que assistiam às aulas esporadicamente, os que participavam sem estarem regularmente inscritos e, ainda, os timorenses que tiveram nossos próprios alunos como multiplicadores das atividades do Projeto, numa atitude natural do convívio cotidiano. Também é de se computar a presença de professores timorenses que utilizam nosso método e nosso material didático em suas aulas.

Quanto ao grande objetivo da empreitada, ou seja, à sensibilização para a comunicação em língua portuguesa, registramos que o fato de as turmas serem constituídas por indivíduos de diferentes níveis de conhecimento, domínio e uso da língua portuguesa não influenciou no resultado geral observado, no que diz respeito a: aproximação com a Língua Portuguesa; simpatia pela expressão em Língua Portuguesa; interesse pelo aprendizado da Língua Portuguesa; curiosidade pela cultura brasileira e pelas semelhanças com a timorense e com a portuguesa; certa desinibição para a expressão oral em português; notável esforço para o registro escrito em português:

Percebe-se, nitidamente, uma alteração na postura de muitos frente à língua portuguesa que, afinal, "não é tão difícil assim" – como registram relatórios dos participantes e de autoridades e depoimentos de alunos timorenses. Além disso, seguramente, chegou a Timor-Leste uma maneira diferente de se pensar a disseminação da língua portuguesa, uma nova forma de "fazer-querer-saber", uma outra possibilidade de acesso à educação formal em português, um enriquecimento cultural mútuo, conforme atestam trechos extraídos do relatório elaborado pela Universidade Nacional de Timor-Leste, assinado pelo Prof. Dr. Benjamin Côrte-Real:

> *[...] de caráter informal e recreativo, além do usufruto do material pedagógico selecionado para adequar ao gosto do público-alvo, o projeto conseguiu relaxar uma tensão que nem deveria existir, mas que subsistiu por muito tempo no seio da juventude e a larga população não escolar. O projeto, através da sua seriedade científica e dos seus excelentes atores, conseguiu conquistar novos espaços fora das paredes do ensino formal, abrindo canais auxiliares para o florir efetivo e afetivo da língua na larga sociedade timorense. A música e a poesia permitiram ao aprendente informal o empolgar do conceito do espaço lusófono e das mais-valias que lhe são inerentes.*

[...] Deve-se notar que um dos fatores importantes do sucesso do projeto foi o fato de o público timorense adorar as músicas brasileiras. Estas possuem um poder cativante, donde brota toda uma curiosidade que pode levar à voluntária busca da compreensão dos dizeres.

Ainda há muito a ser feito para que se efetive a expansão do uso da língua portuguesa em Timor-Leste, e governos e universidades podem contribuir para o processo, assumindo os papéis de membros ativos e cooperativos na *CPLP* - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e na sua vertente cultural, a *AULP* – Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Após 24 anos em que a voz da língua portuguesa teve que se calar no território leste-timorense, as atividades desenvolvidas pelo Projeto "*Canção popular e cultura brasileiras em Timor-Leste"* procuraram propiciar um lugar de interação em que foi garantido o direito à expressão em português e em que o sujeito foi protagonista de seu aprendizado. Para quaisquer outras atividades semelhantes que venham a se concretizar no futuro, os aspetos aqui tratados podem ser levados em conta como determinantes para o bom desenvolvimento de um programa sociocultural e educativo que objetive a motivação para a aprendizagem de uma língua.

Embora nunca tenha atentado para este pedaço do Atlas,
Muito menos pensado em crocodilos e porcos e búfalos,
Nem ouvido de minha língua um sussurro de sobrevida
Ou conhecido seu apelo de resistência,
Nem me ocupado de lamentos reais,
De dores reais,
De vidas reais...
Timor Loro Sa´e existe.
E toda a gente espera por todo o mundo
Neste canto do mapa-múndi.
("Geografia", Regina Brito).

17) REGINA HELENA PIRES DE BRITO.
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (SÃO PAULO – BRASIL) PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / NÚCLEO DE ESTUDOS LUSÓFONOS/ INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA – (INL - TIMOR-LESTE)
18) ROSEMEIRE LEÃO DA SILVA FACCINA.
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (SÃO PAULO – BRASIL) /PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / NÚCLEO DE ESTUDOS LUSÓFONOS
19) VERA LÚCIA CONSONI BUSQUETS.
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (SÃO PAULO – BRASIL) /MESTRANDA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

REGINA HELENA PIRES DE BRITO é mestre e doutora em Letras/Linguística pela FFLCH-USP. Realizou recentemente estágio Pós-Doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga – Portugal). Há 15 anos exerce atividades ligadas à educação e, hoje, é docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e pesquisadora do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 2001, como linguista do Projeto Brasileiro "Alfabetização Solidária", esteve em Timor-Leste onde, além do contato com as dezenas de línguas locais, começou a estudar a variante do português ali praticado.

Em 2003, retornou a Timor-Leste em missão acadêmico diplomática para apresentar às autoridades do país um projeto visando à sensibilização da comunicação em língua portuguesa, que se efetivou em 2004. Esteve em Moçambique, discutindo com linguistas locais acerca da problemática do português no país. Atualmente, coordena o Projeto "Universidades em Timor-Leste" (ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica-SP) para a difusão da língua portuguesa no território timorense por meio da música brasileira. Além disso, coordena o subprojeto brasileiro do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste*. Sua produção recente destaca a participação com apresentações orais em eventos científicos nacionais e internacionais e a publicação de artigos focalizando a relação entre língua, realidade cultural e identidade em países de expressão lusófona.

ROSEMEIRE LEÃO DA SILVA FACCINA Formada em Letras, Mestrado e Doutorado em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ministra aulas de Língua Portuguesa; Produção e Revisão de Textos em LP; Metodologia Científica e Análise do Discurso na Faculdade de Filosofia, Letras e Educação. Faz parte do corpo docente do Instituto Presbiteriano Mackenzie desde 1978. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Historiografia Linguística e do Grupo de Estudos de Gramática Funcional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos de Português – Lusofonia –, do Projeto

Universidades em Timor-Leste, pela Mackenzie. Líder do Grupo de Pesquisa – Da textualização à Textualidade, também na Mackenzie, desde 2003.

VERA LÚCIA CONSONI BUSQUETS Graduação em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora de Português como Língua Estrangeira no Equador (1983) e no Panamá (de 1997 a 1999). Professora de Espanhol como Língua Estrangeira desde 1999. Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora acadêmica *in loco* do Projeto "Universidades em Timor-Leste", realizado na capital Díli, de agosto a dezembro de 2004.

SINOPSE

Esta exposição objetiva apresentar, em linhas gerais, o material didático especialmente elaborado para o desenvolvimento das atividades do Projeto Universidades em Timor-Leste – "Canção Popular e Música Brasileiras em Timor-Leste" -, implantado no período de agosto a dezembro de 2004, em território timorense. O material didático, intitulado "Descritivo das atividades módulo a módulo", foi produzido com o intuito não só de direcionar o trabalho realizado pelos monitores em Timor-Leste, sistematizando as orientações dadas durante a preparação/capacitação dos integrantes da equipe brasileira, mas também de funcionar como elemento que garantisse a homogeneidade de ação por parte das subequipas constituídas, nos diferentes locais de atuação, nas várias turmas de alunos timorenses. Trazendo uma seleção de músicas populares brasileiras – sendo a maior parte conhecida pelos timorenses – e de diversos textos literários e não literários, o material foi distribuído em módulos temáticos, abordando diferentes questões linguísticas, visando à sensibilização para a comunicação em língua portuguesa. Para os alunos timorenses, elaborou-se uma Antologia contendo as letras das canções, os textos-base e parte das atividades aplicadas.

COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL EM PORTUGUÊS: A MÚSICA E A CULTURA BRASILEIRAS EM TIMOR-LESTE

1. O PROJETO "UNIVERSIDADES EM TIMOR-LESTE" E O DESCRITIVO DAS ATIVIDADES MÓDULO A MÓDULO

O Projeto Universidades em Timor-Leste[69], uma ação conjunta entre três universidades brasileiras e a Universidade Nacional de Timor-Leste, tem como finalidade sensibilizar timorenses para a comunicação e expressão em língua portuguesa. Fundamenta-se em pesquisas, descrições e análises de caráter sociolinguístico, que vêm sendo desenvolvidas desde 2001 pelos linguistas Regina Brito, pelo lado brasileiro, e Benjamim Côrte-Real, pelo lado timorense.

Na sua primeira edição, o Projeto atendeu a uma clientela heterogênea, desde crianças até pessoas idosas, num total oficial de 600 timorenses beneficiados. Os locais de atuação foram, também, bastante diversificados, de modo a atender a uma demanda superior ao imaginado pelos seus idealizadores.

O trabalho didático, organizado em módulos temáticos (cada um previsto para duas aulas, com duração de 1h40min cada), desenvolveu-se com a atuação de seis equipes, compostas por três monitores (todos universitários, de diferentes áreas), previamente selecionados e preparados e que, além da orientação da Coordenação Geral do Projeto, baseada no Brasil, recebiam o apoio de uma Coordenação Local.

Usado como material de apoio pelos monitores, o "Descritivo das atividades módulo a módulo" sistematizou as orientações dadas aos universitários brasileiros durante sua preparação/capacitação para atuarem em Timor-Leste, direcionando o trabalho realizado em sala de aula, e funcionando como elemento garantidor da homogeneidade de ação das subequipas responsáveis pelas turmas timorenses participantes:

Não se trata de um manual, mas sim de um material pensado e discutido para ser utilizado como norteador, como base, como princípio de homogeneidade, como ponto de partida para a execução do nosso Projeto. (Brito, Faccina, Busquets, 2004, p. 8).

[69] Para detalhes acerca do Projeto Universidades em Timor-Leste, neste mesmo volume, o artigo *Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste.*

Primeiras palavras

O material que aqui apresentamos foi elaborado com o intuito não só de direcionar o trabalho a ser realizado pelos monitores em Timor-Leste, sistematizando as orientações dadas no Curso de Capacitação, mas também de funcionar como elemento que garantirá o mínimo de unidade de ação por parte das diferentes equipas constituídas, nos diversos locais de atuação e nas várias turmas de interessados timorenses. Não se trata de um manual, mas sim de um material pensado e discutido para ser utilizado como norteador, como base, como princípio de homogeneidade, como ponto de partida para a execução do nosso Projeto. A observação atenta das instruções aqui colocadas será fundamental para assegurar a eficiência, a eficácia e os resultados satisfatórios tão esperados em ambos os lados do planeta. É a força do trabalho conjunto que garantirá o sucesso desta nossa missão. É assim que temos atuado até aqui. É assim que queremos prosseguir.

Regina Helena Pires de Brito
Rosemeire Leão Faccina
Vera Consoni Busquets

Reprodução da Capa e do Prefácio do *Descritivo* utilizado pelos monitores brasileiros

O material descreve, passo a passo, as atividades desenvolvidas com as músicas propostas, muitas escolhidas entre um repertório conhecido e apreciado pelo público timorense, e outras selecionadas para auxiliar na motivação e no trabalho linguístico que se pretendia desenvolver. Além dessas músicas, foram adicionados textos diversos de temáticas afins, ampliando a possibilidade de discussão intercultural de aspetos do Brasil, do Timor e das demais culturas do mundo lusófono.

Os módulos foram pensados tendo em vista sugerir temas geradores (na aceção freireana do termo) de discussão – franco diálogo entre timorenses e brasileiros. Temas como *amor, futuro, futebol religiosidade* foram o centro das aulas, em torno dos quais, abordaram-se questões lexicais, fonético fonológicas e morfossintáticas sem, no entanto, usar a terminologia do ensino gramatical tradicional. Isso posto, esses tópicos conhecidos e compartilhados permitiram não só conhecimento e entrosamento, mas também um verdadeiro intercâmbio cultural.

Os temas de cada módulo abarcam pelo menos uma canção já conhecida pelos timorenses e outras capazes de suscitar interações com o público. Adotou-se uma conceção sociofuncional dos fatos da linguagem, associando elementos musicais a fatos de língua, em atividades epilinguísticas, de operação e de reflexão sobre as canções e textos complementares e alguns aspetos de ordem gramatical.

No caso específico do Projeto *Universidades em Timor-Leste*, a escolha de músicas como instrumento de trabalho previa que o aprendiz estaria atento ao que ouvia. Grande parte das músicas selecionadas era já conhecida dos alunos, motivados por uma grande curiosidade em relação à cultura brasileira, e particularmente interessados, por exemplo, em nossos intérpretes, nossa dança e em nosso futebol - mas nem esse interesse previsível poderia dispensar uma pré-atividade que, de alguma forma, contextualizasse a canção que a ser trabalhada, por exemplo, questionando os alunos sobre

a. Quem lhes mostrou a canção pela primeira vez?
b. Qual a compreensão que têm da letra: de que trata a música?
c. Têm alguma curiosidade com relação aos intérpretes?
E outras questões semelhantes.

(BRITO; FACCINA; BUSQUETS, 2004: 10)

Para que se tenha uma visão global do material elaborado, apresentamos, de forma esquemática, cada um dos módulos, a temática tratada e as músicas e textos sugeridos para as atividades. Com isso, pretendemos exemplificar as canções e os temas recorrentes e preferidos pela população timorense e que nos serviram de instrumental para o trabalho de incentivo à comunicação e expressão oral em língua portuguesa.

1º Módulo – Tema: Amor
"Pense em Mim" (Leandro e Leonardo)
"Eu só quero um xodó" (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
"Eu te amo, te amo, te amo" (Roberto Carlos)
"Seu nome" (KLB)
"Garota de Ipanema" (Vinícius de Moraes)

2º Módulo – Tema: Religiosidade e fé
"Jesus Cristo" (Roberto Carlos e Erasmo Carlos)
"Maria de Nazaré" (Padre Zezinho)
Músicas para atividades suplementares:
"Andar com fé" (Gilberto Gil)

3º Módulo – Tema: Futebol
"Futebol" (Nando Reis)
"País Tropical" (Jorge Ben Jor)

Textos complementares: “A língua e o fato” (Carlos Drummond de Andrade)
“Regras do futebol de rua” (Luís Fernando Veríssimo)
Músicas para atividades suplementares:
“Camisa Dez” (Luiz Américo)
‘”O futebol” (Chico Buarque)

4º Módulo – Tema: Carnaval
“Beija-flor” (Timbalada)
“Yes, nós temos bananas” (João de Barros e Alberto Ribeiro), “Chiquita Bacana” (João de Barros e Alberto Ribeiro) e “A filha da Chiquita Bacana” (Caetano Veloso)
Músicas para atividades suplementares:
O sol brilha eternamente sobre o mundo de Língua Portuguesa (Samba-enredo da Unidos da Tijuca, 2002)
Textos complementares: “Unidos da Tijuca exalta a Língua Portuguesa na Avenida”
“Exaltação à Língua Portuguesa” (Aldo Rebelo)

5º Módulo – Tema: Saudade
“É o amor” (Zezé di Camargo e Luciano)
“Quando” (Roberto e Erasmo Carlos)
Músicas para atividades suplementares:
Para as Forças Armadas: “Coração de luto” (Teixeirinha)
”Chega de saudade” (Vinícius de Moraes e Tom Jobim)

6º. Módulo – Tema: Terra e Origem
“Felicidade” (Caetano Veloso)
“Aquarela Brasileira” (Silas de Oliveira)
Texto Complementar: “Comentário do carnavalesco Ilvamar Magalhães a respeito do enredo revivido no carnaval de 2004 pela Império Serrano”
Músicas para atividades suplementares:
“Morango do Nordeste” (Walter dos Afogados e Fernando Alves)
“Cio da Terra” (Chico Buarque e Milton nascimento)

7º. Módulo – Tema: Futuro
“Um sonhador” (Leandro e Leonardo)
“A paz” (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
“Amanhã” (Guilherme Arantes)
“Mandei avisar” (Gabriel, o pensador)

8º Módulo – aferição parcial
Produção coletiva e apresentação dos alunos timorenses.

9º Módulo - Tema: Esperança
“Era uma vez” (Toquinho - Sandy e Júnior)
Texto Complementar: “A origem da ilha de Timor” (adaptação livre)
“Enquanto houver sol” (Brito - Titãs)
Músicas para atividades suplementares:
“Além do horizonte” (Roberto Carlos e Erasmo Carlos)
“Força Estranha” (Gal Costa)

10º Módulo – Tema: Tempo
“Tempo Rei” (Gilberto Gil)
Texto complementar: “A coruja e a águia”
“Sobre o Tempo” (Pato Fu)
Músicas para atividades suplementares:
“Oração ao Tempo” (Caetano Veloso)
“Tempo Perdido” (Legião Urbana)
“Vou deixar” (Skank)

11º Módulo – Tema: Passado/Presente/Futuro
“Não Chore Mais” (B. Vicent, versão: Gilberto Gil) / “La bele tanis” (versão em tétum)
“Tempos Modernos” (Lulu Santos)
Músicas para atividades suplementares:
“Nada Será Como Antes” (Milton Nascimento / Ronaldo Bastos)
“Lilás “ (Djavan)

12º Módulo – Tema: Loucura
“Balada do Louco” (Arnaldo Batista / Rita Lee)
“Maluco Beleza” (Raul Seixas / Cláudio Roberto) / La bele tanis
Músicas para atividades suplementares:
“Dona Doida” (Rita Lee)

13º Módulo – Tema: Construção poética
“Amar como Jesus amou” (Padre Zezinho)
“Batmacumba” (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
“Construção” (Chico Buarque)

14º Módulo – Tema: Saudações e cumprimentos
“Não aprendi a dizer adeus” (Leandro e Leonardo)
“Sinal Fechado” (Paulinho da Viola)
Músicas para atividades suplementares:
“Como vai você?” (Roberto e Erasmo)
“Canção da América” (Milton Nascimento)

15º Módulo - aferição final
Produção coletiva e apresentação dos alunos

2. O DESENVOLVIMENTO DE UMA ATIVIDADE PASSO A PASSO: A SUGESTÃO DO DESCRITIVO E UM RELATÓRIO DE AULA

Nas aulas de língua é possível trabalhar a música como pretexto para atividades orais e escritas na língua-alvo, a partir da discussão a respeito dos autores, dos intérpretes, da banda e do tema, além da oportunidade de, a partir da letra, criar paródias, traduções, dramatizações, simular entrevistas etc. O Projeto foi pensado de modo a possibilitar aos monitores atuações diversificadas com as músicas selecionadas para as aulas. A fim de direcionar as atividades desenvolvidas em sala de aula, o *Descritivo* traz, além dos objetivos da aula e do material necessário para realizá-la, uma sugestão de passos para o desenvolvimento das atividades pelos monitores. Reproduzimos, a seguir, do *Descritivo das Atividades Módulo a Módulo* as sugestões de atividades para a segunda aula, que trazia a canção “Eu só quero um xodó”, que acabou por se tornar o grande “hit” do Projeto.

2ª. Aula – “Eu Só Quero um Xodó”

LETRA E MÚSICA: GILBERTO GIL
INTÉRPRETE: GILBERTO GIL

Que falta eu sinto de um bem
Que falta me faz um xodó

Mas como eu não tenho ninguém
Eu levo a vida assim tão só

Eu só quero um amor

Que acabe o meu sofrer *Um xodó pra mim*	*Do meu jeito assim* *Que alegre o meu viver*

Objetivos: *sociabilização, desinibição, reconhecimento de sequências linguísticas.*
Material necessário*: violão, CD player, CD*
Estratégia de apoio*: relacionar as colunas (a música é dividida em duas colunas (a da direita desordenada) e o aluno deve relacioná-las à medida que ouve a música). Trava-línguas para atividades de pronúncia e dicção.*
Etapas:

1. *Tocar a gravação em CD.*
2. *Tocar novamente o CD, acompanhando o ritmo com palmas, batidas na mesa e/ou batidas de pé.*
3. *Verificar se os alunos reconhecem a melodia. Registrar as manifestações / reações: sorrisos, gestos, se cantarolam a canção; se reconhecem o intérprete etc.*
4. *Sondar se alguns conhecem e sabem cantar trechos da canção. Aproveitar para dialogar com os participantes, com questões como:*
   a. *Quem lhes mostrou a canção pela primeira vez?*
   b. *Qual a compreensão que têm da letra: de que trata a música?*
   c. *Têm alguma curiosidade com relação aos intérpretes?*
   E outras questões semelhantes.
5. *Apresentar a letra da música, lendo-a, pausadamente, para os alunos.*
6. *Verificar possíveis problemas de compreensão de significado de palavras, como: "xodó" (= bem, amor).*
   - Levantar (e anotar) expressões usadas localmente para se referir ao "ser amado".
7. *Com a música tocando ao fundo, ler novamente verso a verso, fazendo o grupo repetir após cada emissão.*
8. *Tocar novamente a canção, procurando fazer com que os alunos cantem em conjunto.*
9. *Destacar a pronúncia de algumas palavras: XODÓ e JEITO. Observar a dificuldade na emissão de "X" e "J", que, no caso, correspondem a fonemas que não são realizados nas línguas locais. Relacionar outras palavras com a mesma sonoridade, fazendo com que as repitam em grupo.*

Por exemplo:

XODÓ	*JEITO*
CHEFE	*JANELA*
CHOCOLATE	*GENTE*
CHÁVENA	*REGISTO (segundo a grafia do PE)*
BICHOS	*GESTO*
CHORAR	*HOJE*

9. Introduzir uma atividade lúdica, neste caso, os trava-línguas, a fim de desinibir e treinar a pronúncia desses sons:

Larga a tia, largatixa!
Lagartixa, larga a tia!
Só no dia em que sua tia
Chamar lagartixa
De lagartixa!

A Sasha fez um charco de xixi no chão da sala.
A chave do chefe Chaves está no chaveiro.

O caju do Juca
E a jaca do cajá
O jacá da Juju
E o caju do Cacá

Pode-se ampliar o exercício, dependendo do entusiasmo dos alunos, explorando outras dificuldades fonéticas que aparecem na canção, como é o caso dos sons nasais (bem, ninguém, mim):

O tempo perguntou pro tempo
Qual é o tempo que o tempo tem.
O tempo respondeu pro tempo
Que não tem tempo
Pra dizer pro tempo
Que o tempo do tempo

É o tempo que o tempo tem.

Observação:
O que faz as pessoas gostarem de repetir os trava-línguas é a sensação de desafio; isto é, tentar reproduzi-los sem o mínimo de erros. Além das dificuldades fonéticas, entra em jogo a própria questão do ritmo, pois é

fácil perceber que, quanto mais rápido se tenta falar um trava-língua, maior é a chance de não o concluir. Embora o trava-línguas seja um recurso eficiente para exercitar a oralidade, deve-se atentar para não expor demais os participantes – na verdade, o exercício deve funcionar como uma atividade lúdica, uma brincadeira verbal.

11. Voltar à canção-tema da aula: colocar o CD para que o grupo cante em conjunto.

(BRITO, FACCINA et BUSQUETS, 2004: 13-6)

Após a descrição das etapas, transcrevemos abaixo o relatório de uma das equipes referentes ao desenvolvimento dessa aula:

Doze alunos estiveram presentes na segunda aula do primeiro módulo, ministrada ao grupo de professores e funcionários da Universidade Nacional de Timor Leste, no dia 13 de setembro de 2004. Como na aula anterior, foram feitas as apresentações dos presentes e cada aluno disse seu nome, sua profissão, estado civil e número de filhos, já que alguns deles não haviam comparecido à aula anterior.

*Retomou-se o tema **Amor** e **Felicidade,** fazendo-se tocar, mais uma vez a música da primeira aula "Pense em mim. Os alunos completaram oralmente a frase "a felicidade pra mim é...", obtendo-se como respostas:*

- *com "minha namorada",*
- *"a minha noiva e chama-se Ermy",*
- *"a minha colega",*
- *"a música",*
- *"irmãos, família e ficar alegre na minha vida com quem seja amigo",*
- *"ouvir música brasileira",*
- *"a família",*
- *"filhos e família",*
- *"a minha marida" etc.*

A palavra "marida" suscitou um exercício informal de gêneros feminino e masculino:

minha esposa	*meu marido, meu esposo*
minha noiva	*meu noivo*
minha namorada	*meu namorado*
mãe	*pai*
amiga	*amigo*
filha	*filho*

Um monitor desenhou, na lousa, uma menina chorando com a finalidade depara retomar o verso "em vez de você viver chorando por ele", da música "Pense em mim". Os alunos foram incentivados a responder perguntas como: - por que ela está chorando? – ela não tem namorado? – ela sente falta de alguém? – ela não tem ninguém? – ela vive sozinha? E a atividade serviu para introduzir o vocabulário da canção tema central da segunda aula: "Eu só quero um xodó". Ao serem arguidos sobre o vocábulo em tétum que corresponderia a xodó, os alunos disseram a palavra doben.

Perguntou-se para que serve ter um xodó, um doben: para casar, para ter filhos, para alegrar a vida, para não chorar mais, para não sofrer? Que qualidades deve ter um namorado/noivo/marido? Deve ser de que jeito? Honesto, trabalhador, carinhoso?

Após essa atividade, que foi bem-sucedida, a letra foi escrita na lousa em duas colunas: versos 1,3,5 e 7 ordenados, ao lado dos versos 2,4,6 e 8 desordenados, para que os alunos encontrassem a ordem em que eles aparecem na letra. Ao ouvirem pela primeira vez a música, os alunos procuraram ordenar, logicamente, os versos, conferiram a resposta com os colegas e com os monitores, copiaram os versos e todos cantaram juntos, primeiro com o CD, depois com o violão. Dois alunos mostraram-se interessados em aprender como se tocava, e foram convidados a trazerem seu instrumento na aula seguinte.

Um dos monitores, brevemente, apresentou uma pequena biografia de Gilberto Gil, cantor e compositor brasileiro que participou da Tropicália, atual Ministro da Cultura do Brasil, que os timorenses não conheciam. Também foi abordado o gênero musical forró e seus instrumentos específicos, mostrando que esse ritmo é propício para dançar. A música foi tocada, novamente, e os timorenses quiseram aprender como se dança o forró. Os alunos gostaram muito dessa atividade e depois lhes foi pedido que ensinassem aos monitores brasileiros uma dança típica timorense. Dançaram todos enquanto um dos alunos tocava violão.

Logo após, a música foi cantada novamente, os versos foram lidos e repetidos um a um e a música foi cantada mais uma vez, com acompanhamento de violão.

Fizeram-se os exercícios de pronúncia do /x/ e do /j/ propostos no Descritivo e os trava-línguas foram colocados na lousa para que os alunos os lessem, e vencessem o desafio de repeti-los sem erros. Foi um momento de descontração, mas muito importante para a prática da emissão desses 2 fonemas não presentes nas línguas locais. Alguns apresentaram dificuldade, outros já conseguiram. Voltou-se a cantar a música para encerrar a aula.

Relatório encaminhado à Coordenação Geral do Projeto

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Quanto ao conteúdo do *Descritivo*, é fundamental observarmos o material como um elemento norteador das ações didáticas e não como uma cartilha a ser rigorosamente obedecida. Na realidade, a elaboração desse material deveu-se, sobretudo, a dois fatores: (1) procurar garantir o mínimo de homogeneidade no trabalho de sala-de-aula; (2) servir como orientação – e oferecer uma certa segurança – aos membros da equipe, uma vez que ela se constituiu com graduandos de áreas não ligadas diretamente às atividades docentes (como Jornalismo, Artes Cênicas e Relações Exteriores).

Após o término das atividades em sala de aula, cada equipe de monitores fazia um relatório das reações, dificuldades, aspetos positivos e negativos, resultados, etc., que eram discutidos com a coordenação acadêmica local e, em seguida, encaminhados para análise da Coordenação Linguística e Didático-Pedagógica, via correio eletrônico, baseada no Brasil. Pelo exame do relatório, pode-se verificar que os monitores, de fato, nortearam o desenvolvimento das atividades a partir das sugestões dadas no *Descritivo*, ampliando-as sempre que lhes pareceu conveniente.

Embora não constando do *Descritivo*, uma nova apresentação dos alunos foi feita, visando a que todos se conhecessem como forma de se sentirem mais à vontade, tendo sido importante dar oportunidade a todos de falarem de si e de suas famílias usando, na medida do possível, a língua portuguesa, uma vez que *a utilização de experiência pessoal em sala de aula neutralizaria o problema de o aluno ter de produzir um texto sobre um tema do qual nada tem a dizer* (Ramos, 1999: 78).

Como pré-atividade, a música da aula anterior foi retomada, preparando a introdução de uma novidade relacionada ao tema já discutido, ou seja, o *amor relacionado à felicidade*. Ao surgir uma oportunidade, introduziu-se, ainda que informalmente, a distinção de gênero masculino / feminino, estimulando uma reflexão sobre a formação do feminino em português, no momento em que um dos alunos introduziu a palavra “marida”.

O recurso à imagem parece ter auxiliado no desencadear da discussão sobre a tristeza provocada pela falta de um *xodó*, de um *benquerer,* um *doben* (em tétum) permitindo associar a falta de amor às lágrimas da menina desenhada na lousa, e possibilitando o trabalho com o vocabulário que seria encontrado na letra da nova canção a ser apresentada na aula. Foi igualmente relevante demonstrar interesse pela língua nacional dos alunos, valorizando-a e reconhecendo seu papel fundamental na cultura do país. Mais uma vez, a sala de aula transformou-se num espaço para o diálogo e o intercâmbio cultural em língua portuguesa, e os presentes tornaram-se autênticos interlocutores que puderam expor suas ideias sobre casamento, filhos, qualidades desejáveis em um parceiro amoroso, amor, alegria, tristeza.

A atividade de ligar os versos da música, proposta pelo *Descritivo*, representa um desafio que estimula os ouvintes da música a prestarem atenção na letra, a fim de poderem resolver o exercício. A possibilidade dada aos presentes de conferir as respostas entre si tornou a correção menos autoritária e deixando os alunos mais descontraídos, já que não precisam “temer” a reprovação de um “professor”.

O intérprete da música “Eu só quero um xodó”, Gilberto Gil, é o atual Ministro da Cultura do Brasil, e o monitor, oportunamente, aproveitou para falar não apenas do cantor que se tornou ministro, mas também do movimento Tropicalista (que liderou ao lado de Caetano Veloso), do *forró* (dança, ritmo e música brasileiros de origem nordestina) o que levou a uma troca de informações sobre Brasil e Timor-Leste. Por fim, seguindo as orientações do *Descritivo*, os exercícios fonéticos propiciaram a descontração prevista.

Com o término da segunda aula, esclarece-se que, além da empatia demonstrada já no primeiro encontro, quando se trabalhou a canção “Pense em mim”, o método utilizado mostrou-se satisfatório e adequado ao contexto, na medida em que, tendo havido entrosamento entre alunos e monitores, as atividades didáticas puderam transcorrer num clima de confiança e descontração, mas sem perder a seriedade das diretrizes do Projeto – conforme pudemos contatar ao longo da realização do Projeto.

Assim, com a explanação de uma das aulas, deixamos um mote para uma reflexão sobre a importância de ações educacionais que considerem, acima de tudo, o indivíduo inserido no seu contexto sócio-histórico-cultural. Além disso, é preciso acreditar que o processo de ensino/aprendizado somente é possível quando se alia ao saber-fazer, o saber-respeitar o outro:

É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar [...]. É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico, senão anticientífico. É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blantemente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos,

com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-lo, com vantagens materiais" (FREIRE, 1993: 10)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito, Regina Helena Pires de; Faccina, Rosemeire Leão da Silva; Busquets, Vera Lúcia Consoni Busquets (2004). Descritivo das atividades módulo a módulo. São Paulo: Projeto Universidades em Timor-Leste. Texto digitado. Em vias de publicação.

Freire, Paulo. (1993) Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**.** São Paulo, Olho D´Água.

Ramos, Jânia M. (1999). O espaço da oralidade na sala de aula. São Paulo: Martins Fontes

[Chrys Chrystello]:

Quero agradecer a D. Ximenes Belo por ter acedido a partilhar conosco alguns momentos da sua vasta experiência, é desnecessário qualquer apresentação pois como o professor Bento e o professor Barbedo de Magalhães frisaram, há momentos, o papel da igreja ao longo dos séculos foi absolutamente inexcedível para a divulgação do português. Eu relembro os dados que ele citou… 1915 data da primeira escola oficial portuguesa em Timor, antes disso foram os missionários, e depois disso continuaram a ser os missionários. Durante a Resistência, o Português foi uma língua da Resistência, o clero foi obrigado a adotar o Tétum nas missas mas o clero continuou a falar para todo o mundo em Português, as elites políticas continuaram a falar português e é graças a isso que hoje sejam 5 sejam 10 sejam 25% de timorenses que falam português, é graças a todos esses esforços e é por isso que estamos hoje aqui. Desde o 1º Colóquio temo-nos dedicado à língua portuguesa em Timor, e eu desde já deixo aqui os votos para que os timorenses no próximo ano possam prolongar este colóquio em Díli ou qualquer outro sítio do território com as pessoas que lá estão, para que elas possam partilhar as suas próprias experiências juntamente com as que hoje aqui já foram partilhadas e as que ainda vamos ouvir, para que o Português seja ainda mais falado em Timor. Eu vou pedir a Monsenhor Belo para que diga algo – seja o que for – da sua imensa experiência, e aquilo que ele pensa sobre a língua portuguesa, a língua de todos nós independentemente das muitas nacionalidades.

20) MONSENHOR CARLOS FILIPE XIMENES BELO

PRÉMIO NOBEL DA PAZ E BISPO RESIGNATÁRIO DE DÍLI: *(IMPROVISO)*

Muito obrigado. Exmo. senhor vice-presidente da câmara de Bragança, Sr. Dr. Chrystello, Sr. Dr. Benjamim Corte Real, senhora embaixadora de Timor-Leste em Lisboa, minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar peço desculpa por que não tenho nada escrito. Somente ontem à noite, o meu assessor disse-me que eu iria falar, por isso estas coisas à última hora atrapalham um pouco, mas seja como for com a vossa paciência e um pouco de esforço que vou fazer, vou tentar descrever aquilo que foi o papel da igreja católica em Timor-Leste na preservação, eu diria da cultura, ocidental, cristã, portuguesa, timorense.

Em primeiro lugar, devo dizer que quando a Igreja Católica está presente num território, não está para ensinar, preservar, defender uma determinada língua, nem português, nem inglês, nem russo ou chinês, mas sobretudo para transmitir os grandes valores religiosos da salvação. Naturalmente quando transmite esses valores promove também os valores humanos, a pessoa humana em toda a sua dimensão total, a dimensão incluindo a dimensão humana, cultural e histórica.

Sabemos que a igreja está presente em Timor-Leste desde 1556, para o ano vamos fazer 450 anos de evangelização, as crónicas dizem que o primeiro missionário a batizar cerca de cinco mil pessoas foi em 1556 um frade dominicano António Taveiro ou Taveira, está em discussão, também está em discussão a sua filiação, se era ou não dominicano ou franciscano, há esta controvérsia, os franciscanos puxam a brasa à sua sardinha, os dominicanos dizem que é dominicano, eu por mim acho que talvez haja documentos que ele é dominicano. Ele depois voltou e a partir das notícias sobre este Frei António Taveira, a Santa Sé nomeou o 1º bispo de Malaca Frei Jorge de Santa Lúcia, um dominicano de Aveiro e depois mandou para ali, para Solor, quatro missionários.

Depois, só a partir do século 17 os missionários se estabeleceram, digamos assim, permanentemente na ilha de Timor, abrindo escolas, naturalmente rudimentares feitas de palapa, que funcionavam junto das igrejas também de palapa, de colmo. Não temos documentos sobre este período do século 16, 17 e 18.

Porém, o professor Luís Thomás nas suas investigações fala dum comandante francês, dum barco francês, o comandante Etienne de Rosely, que entre 1578-79, aportou a Díli e ali recolheu impressões agradáveis junto dos régulos que todos eles falavam português. Este comandante dizia naturalmente que estes régulos aprendiam nas escolas dos dominicanos em Manatuto. De facto, em 1578 em Manatuto havia uma comunidade de seis dominicanos e vivia nesta comunidade um célebre dominicano que depois escreveu um livro As Plantas Medicinais de Timor, Frei Alberto de Santo Tomás, que escreveu este livro e sem dúvida os padres mantinham a escola aberta em Manatuto porque naquela altura diziam que as gentes de Manatuto falavam muito bem Português.

Nestas investigações o professor Luís Thomás diz mais ou menos isto, fontes diziam que quando as pessoas daquela área percorriam aquelas áreas falavam o malaio – a língua franca daquela altura – mas quando chegavam a Timor não tinham vontade de ir a Timor, porque as pessoas de Timor régulos que viviam nos postos, nas povoações fronteiriças falavam pouco o malaio, e falavam antes o Português, já naquela altura.

Depois ao longo dos séculos, sobretudo com a restauração das missões em Timor a partir de 17.. em 1875 com a ida dos padres dos seminários das missões ultramarinas com a sede no Externato de Bonjardim chefiados pelo vigário geral superior das missões padre António Joaquim Medeiros que depois foi bispo de Timor, 1º bispo de Timor que começou com a fundação de dois colégios, um para o sexo masculino, outro para o sexo feminino. Em 1863 foi seu sucessor, foi daqui um padre de Paredes, João Gomes Ferreira, depois foi Superior e mais tarde Bispo de Cochim fundou também uma escola de Artes e Ofícios, e assim a língua portuguesa acabou por se implantar. Assim, quer os missionários quer idos do Externato do Bonjardim no fim do século 19, princípio do século 20.

Depois com a República, a separação das leis do estado e da Igreja, os missionários já começavam a diminuir e começavam também a sair do Seminário de Macau. Além do trabalho propriamente pastoral catequístico, de pregação, do ensino do Evangelho para conversão dos timorenses, muitos deles eram professores da instrução primária, diretores de escolas. Há relatórios que falam sobre isto. Por isso, além do padre propriamente missionário, dedicado à obra de evangelização, há outros que se dedicavam totalmente ao ensino, à promoção da juventude timorense, juventude masculina. Depois para a juventude feminina, o Bispo Medeiros convidou as Irmãs Canossianas de Macau para se estabelecerem em Timor a partir de março de 1879, também aí houve outros quer fossem italianos, de Hong-Kong ou Malásia, também utilizavam o português como língua veicular.

É portanto a partir de 1917, um padre Manuel Mendes de Laranjeiro, também missionário de Cernache do Bonjardim que fez a primeira eucaristia em Português-Tétum. Depois o governador na altura nomeou três missionários para fazerem um Regulamento de exame, não é? para a Instrução Primária em Timor-Leste.

Portanto, a Igreja, a partir daí, já 1920 e até 1935, o governo da Colónia decidiu entregar todo o ensino às Missões, portanto foi preponderante o papel da igreja na formação dos timorenses sobretudo no campo da educação e da instrução e naturalmente usando a língua portuguesa.

Ainda ontem à noite li um relatório em que estando o governador Teófilo Duarte a visitar o Colégio da Soibada em 1927 porque já crianças da segunda e terceira classe declamavam poesias em português e cantavam em português. O governador perguntou a um para dividir as orações, sujeito, complemento direto, complemento circunstancial, creio que os nossos jovens agora já não sabem dividir… naquela altura éramos obrigados, também eu, a saber a gramática na ponta da língua e dividir as orações, já naquela altura.

Depois com a mudança de sistema de ensino, o estado começou a abrir escolas primárias, e mais tarde o exército também abriu as suas escolas mas a igreja continuava a manter as suas escolas sobretudo vendo o objetivo da evangelização e da promoção da educação dos timorenses. Devo também acrescentar que já a partir do século 19, os missionários tinham como objetivo não propriamente a instrução, ensinar Português ou Geografia, História, ensinar a teoria, já naquela altura os missionários falavam já que para os timorenses era preciso, por causa da sua maneira de ser, da sua índole era preciso ensiná-los nas escolas profissionais, nas escolas técnicas, nas escolas agrícolas para combinar entre a teoria e a prática.

Ora bem, isto manteve-se até 1975, portanto a Igreja começou já com a renovação do Concílio do Vaticano II a traduzir dos textos litúrgicos para Tétum portanto mas continuava a ensinar Português nas escolas. Entramos portanto no tempo da integração a partir de 1975 até ao ano de 1999. Como eu dizia, nesse período o papel da Igreja não era manter o Português, era defender a identidade do povo timorense, a sua identidade étnica como povo, a sua identidade religiosa, cristão e católico para se distanciar e distinguir da maioria muçulmana e da sua identidade histórica, porque não fazia parte das Índias Orientais mas era uma colónia de Portugal, por isso, desde sempre o povo timorense mantinha na sua maneira de ser, na sua cultura réstias, digamos assim, da cultura portuguesa. Isto manifestava-se sobretudo na reza de orações, na manutenção de nomes.

Os indonésios durante aquele período de 75 até 99, sempre se admiraram por que é que estando integrados os timorenses na República da Indonésia não usavam nomes indonésios mas continuavam a usar nomes portugueses: Alberto, José, Carlos, Manuel, etc. É uma tradição, claro, quando os pais levam os filhos para serem batizados o padre pergunta "Que nome escolhestes para o vosso filho menino", Domingos, claro que no tempo indonésio Domingos aparecia soletrado como dê ó éme i éne guê guê u ésse (DOMINGGUS), que é a maneira indonésia de escrever o nome mas as pessoas continuavam a escrever Domingos. Portanto, é nas rezas, na manutenção dos cânticos, dos cânticos marianos do 13 de maio "*Salve Nossa Padroeira, salve Virgem Pura"* mesmo que rezando em diversos dialetos como Galole, ou Tocodede ou Mambae quando recorrem a cânticos cantam sempre em português.

E depois também, enfim, a maneira de comer, enquanto o indonésio come com a mão, o timorense come já com um garfo, uma faca e com um guardanapo, não limpando os lábios com a mão mas com um guardanapo e o resto, enfim da cultura portuguesa.

Depois, concretamente no período da invasão indonésia, é preciso ver que claro que era obrigatório o uso da língua *(indonésia)* e foi por isso que mesmo que a Igreja católica tivesse mantido as suas escolas primárias, secundárias ou pré-secundárias, em muitas dessas escolas, quase na maioria, ou mesmo em todas elas, não se ensinava Português a não ser no Externato de S. José onde também frequentou o Dr. Benjamim, agora reitor da Universidade de Timor-Leste e no Colégio Salesiano de Fatumaca dirigido por Baltazar Pires, um vosso conterrâneo que é aqui de Bragança, ainda está lá, está há mais de trinta anos em Timor-Leste.

Em Fatumaca ensinava-se uma vez por semana, o Português. Mas no tempo da ocupação indonésia o facto mais saliente da resistência era a Escola de S. José e posso dizer que depois no meu tempo eu a mandei fechar porque os padres, as famílias, as crianças estavam mesmo a correr o perigo de serem presos, torturados, mortos e por causa disso fechamos.

Mas, depois, claro que houve a reviravolta e então abriram-se de novo.

Além disso, na Igreja de Motael nós para mantermos a nossa identidade timorense, portanto, decidimos ensinar a doutrina e rezar a missa em Tétum e eu muitas vezes fui pressionado pelas autoridades indonésias e chamado ao Comandante Militar, o comandante dos Comandos "*Porque é que você não reza a missa em indonésio*" e eu respondia sempre que o Evangelho se devia rezar na língua local. Jesus Cristo não pregou o Evangelho em latim mas na língua dele, por isso em Timor-Leste também rezamos em Tétum.

Mas, na nossa Câmara Eclesiástica, um ofício da Diocese, os documentos oficiais, as provisões, a nomeação duma paróquia, a abertura duma estação missionária, as condições da nomeação dum pároco ou, enfim, dum catequista desde 1975 até 1999, os documentos eram todos escritos e publicados em Português.

Porquê? Porque segundo a nossa opinião Timor era uma colónia portuguesa e o problema ainda estava nas Nações Unidas, as Nações Unidas ainda não tinham resolvido o problema portanto iríamos manter a língua portuguesa nos documentos oficiais, embora na prática, no convívio com as populações usássemos o Tétum para maior facilidade de comunicação e de transmissão daquilo que nós desejávamos fazer chegar.

Finalmente, no ano de 1999, penso que em outubro ou novembro, não se deu, não se falou muito mas reuniu-se na Casa das Canossianas em Bécora, o Presidente Xanana, o ministro Ramos Horta, os dois na altura ainda faziam parte do CNRT [*Conselho Nacional da Resistência Timorense]* e os dois administradores apostólicos, o de Baucau e o

de Díli, que era eu, e os nossos Vigários Gerais para fazer um comunicado dizendo que a língua oficial seria o português. Portanto, nós os quatro, depois fizemos um comunicado, assinado, para dar o apoio à instituição oficial da língua portuguesa em Timor.

Depois, os nossos deputados ao fazerem a Constituição da Republica de Timor-Leste concluíram como esperávamos que o Português, além do Tétum, fosse uma das duas línguas oficiais. Claro que isto não foi fácil, posso dizer-vos que também recebemos muitas críticas, sobretudo por parte da Igreja, por que é que a Igreja promove a cultura, a preservação do Português em Timor-Leste. Porque não o fez com o Indonésio? E fá-lo com o Português assim abertamente.

Tínhamos razões para isso, por que durante a guerrilha, os nossos guerrilheiros usavam o Português como língua de comunicação entre eles e também de comunicação com o exterior, com a diáspora, com os governos no exterior e também porque pensávamos que era parte, digamos assim, da cultura. A língua portuguesa era parte, entrava no acervo cultural do povo timorense, e por isso o fizemos.

Claro que nos anos de 2001, 2002 e 2003 eu ia visitando as paróquias e tinha também encontros com os estudantes nas escolas e eles faziam-me esta pergunta "*Sr. Bispo porque você defende tanto o Português como língua oficial e porque não a indonésia? Os portugueses estiveram quatrocentos anos e não fizeram nada. Só houve um doutorando, o engenheiro Carrascalão. Quando estiveram cá os indonésios tivemos, temos, muito mais gente formada apenas em vinte e cinco anos e depois a língua indonésia é muito mais fácil*". A minha resposta era de que os nossos líderes, os nossos políticos decidiram que devia estar na Constituição e vamos segui-la. Quando vierem outros líderes e quiserem modificar nós também vamos obedecer, mas para já fica a língua assim. Mas custa muito, a Indonésia é a mesma coisa e em Português é muito diferente. "*Se tu com o indonésio que é muito diferente do Tétum conseguiste aprender, também vais a conseguir aprender o Português, nada é difícil, conquanto tenhas boa vontade".*

Claro que isto continua a ser uma dificuldade, como os senhores podem verificar, sobretudo por parte da juventude universitária, ainda estão arredios, esses jovens, ao uso da língua portuguesa e compreende-se porquê durante vinte e quatro anos foram criados na língua deles e eu digo-vos que recebi muitas queixas nas paróquias quando os jovens foram esbofeteados, foram presos pelos comandos, torturados, só pelos soldados terem ouvido esses jovens aos sacerdotes nas missões, "*Boa tarde senhor padre, bênção senhor padre, bom dia".*

Depois, os indonésios chamavam e perguntavam porque é que cumprimentas o padre com um bom dia e não dizes *selamat siang,* por que dizes por favor e não dizes *silakan?* Porque não dizes *terimah kasi* e dizes obrigado em português? São termos que já entraram na nossa língua e por isso nós usamos, mas queria vos dizer também que os Portugueses querem que os de Timor falem Português mas talvez não apanharam bofetadas, os timorenses apanharam para falarem a vossa língua, foram torturados, por isso tem de haver maior atenção, maior investimento, maior carinho, maior dedicação para que os timorenses falem Tétum a cem por cento e falem também Português bem. Tenho dito, muito obrigado.

VIRGÍNIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO E MARIA DA PENHA PEREIRA LINS
MODERADOR JOÃO PEDRO CARAVACA (AO CENTRO) E ÂNGELO CRISTÓVÃO (À ESQUERDA)

21) VIRGÍNIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO / BRASIL
22) MARIA DA PENHA PEREIRA LINS,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO / BRASIL

VIRGÍNIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO: Formada em Letras - Português pela Universidade Federal de Minas Gerais. Cursou mestrado em Língua Portuguesa, na mesma universidade, defendendo o trabalho dissertativo intitulado: *A Produção do Sentido: Leitura e Redação*. No doutorado em Linguística, cursado na PUC-RJ, defendeu a tese: *A Construção do Sujeito e do Tempo nos usos do Presente*. Trabalha da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) desde 1991, como professora em regime de Dedicação Exclusiva, onde ministra aulas de Linguística Realiza pesquisas na área de *Semântica e Discurso* e na área de *Produção de Textos*. Desde 1999, mantém um projeto de extensão que trata da influência das bioenergias na comunicação humana, envolvendo a comunidade externa à universidade, bem como seus alunos, através de cursos, palestras, seminários e biblioteca. Antes de chegar à Universidade, trabalhou na rede pública de ensino. Possui 11 artigos publicados em livros e revistas brasileiras, dentre eles destaca: *Sujeito e linguagem*; *Funcionalismo e gerativismo, pressupostos sociológicos e filosóficos*, *A perspetiva da produção do sentido*; *O ensino da metonímia*. Atualmente participa de um grupo de pesquisa que analisa a metáfora e a metonímia como estratégias de produção de sentido, dentro da linha Texto e Discurso.

SINOPSE

O presente artigo propõe-se a analisar a produção de sentidos advinda da utilização metonímica no conto London London. Dentro da perspetiva aqui apresentada, a metonímia é entendida para além de uma questão de estilo para ser compreendida dentro dos processos histórico sociais e culturais que lhe dão suporte para significar. A análise do conto, a partir de algumas metonímias, levou-nos a reconhecer o seu personagem numa tentativa de se situar a partir do específico, do imediato, dos detalhes da realidade palpável, em contraposição do existir desumanizador das grandes metrópoles cosmopolitas, no caso, Londres, identificada pelo autor como Babylon City. Nesse sentido, as metonímias aparecem como estratégias de construção da autorreferencialidade do personagem.

MARIA DA PENHA PEREIRA LINS cursou Licenciatura em Letras - Português / Inglês na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Fez Mestrado em Linguística na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que desenvolveu estudo sobre estratégias de produção de humor em texto de quadrinhos, sob a perspetiva da Sociolinguística Interacional. Em 2004, defendeu tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) sobre a organização tópica em textos constituídos de tiras de quadrinhos, com base nas noções da Linguística Textual. È autora do livro O humor em tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda (Vitória, Grafer, 2000) e organizadora dos livros Recortes linguísticas (Vitória, Saberes, 2000) e Caminhos em linguística (Vitória, NUPLES / DLL / UFES, 2002). É presidente do Conselho Editorial da Revista Saberes – Letras, que pública pesquisas inéditas sobre o funcionamento da língua e sobre questões relacionadas ao ensino de português. È professora de Linguística do curso de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena pesquisa sociolinguística. Atua ainda como orientadora de monografias de alunos em final de curso. Dos artigos que publicou em periódicos diversos cita os seguintes: À guisa de etnografia da fala: análise de um sermão da pastora Valnice Milhomens (Caminhos em linguística, 2002), A conegociação e a individualização na construção de textos; o discurso das narrativas orais e escritas (GELNE, 2004), Os quadrinhos de Mafalda: a provocação pela ironia (ABRALIN, 2001), O português falado na cidade de Vitória: formação de um banco de dados (ABRALIN, 2001), Desconstrução do simulacro como estratégia de produção de humor: uma análise semiótica das tiras de quadrinhos de Quino (Signum, 2003), Ética e ensino: Mafalda ensina a ensinar (Psicopedagogia, 2000), Mas, afinal, o que é mesmo Pragmática? (Fala Palavra, 2002).

SINOPSE

A metáfora é classificada tradicionalmente, a partir de uma visão aristotélica, como “figura de linguagem”, vista, assim, como qualificação da linguagem literária. Atualmente, no âmbito da Linguística, dentro de uma perspetiva funcionalista da língua, a metáfora é compreendida como um instrumento de interação verbal, com função de estabelecer relações comunicativas entre interlocutores. A necessidade de expandir significados, por força da expressividade natural das interações cotidianas, leva ao uso de expressões em sentidos outros que não o literal, como modo de explicitar em termos simbólicos o pensamento abstrato.

A metáfora exerce esse papel de propiciar a extensão da capacidade de conceituar e, por conseguinte, de facilitar a comunicação, porque institui o jogo entre o concreto e o abstrato que permeia o exercício mental na comunicação linguística. A partir dessa noção e fundamentando-se principalmente em Lakoff e Jonhson (1980), este trabalho tem por objetivo analisar o uso de metáforas na construção do conto London London, de Caio Fernando Abreu, do livro Estranhos Estrangeiros (1996), de modo a verificar a expressividade, norteando-se pelo conceito de “experienciar uma coisa em termos de outra”.

a) A Metonímia no Conto London London de Caio Fernando Abreu

1. METONÍMIA E PRODUÇÃO DE SENTIDO.

"Suor, sangue e lágrimas."
Winston Churchill

Talvez a metonímia em epígrafe seja aquela mundialmente mais conhecida, pois representou uma fala de resistência contra as forças de dominação e opressão. Nesse contexto o papel da metonímia é preponderante porque, além de situar o fato a partir da realidade imediata, corporal, bem próxima de todos os ingleses de então, traz para a batalha a força do humano a partir de fatores físicos a serem doados por cada inglês, diante da então premente batalha quase impossível. A força dessa expressão é muito maior do que se Churchill pedisse coragem, ou conclamasse o povo à defesa da pátria. Consciente da fragilidade de seu povo e de seu exército para enfrentar o exército alemão, após a derrota da França, as metonímias: *suor, sangue e lágrimas*, colocam a situação de modo o mais realista possível, o que provoca no povo o efeito de sentido de necessidade de resistência.

A metonímia, tão conhecida como "figura de linguagem" ou mais especificamente "figura de palavra", dentro da tradição aristotélica de estudos da linguagem, é compreendida como estabelecendo uma relação de contiguidade entre palavras ou entre as ideias que elas evocam, estabelecendo uma interdependência entre elas. Hoje a metonímia tem merecido um tratamento menos reducionista à palavra e aos fatores de estilo, usos especiais da linguagem, para ser encarada como processo cognitivo ou processo de produção de sentido, que produz efeitos de sentido social e historicamente bem demarcados, como os acima apresentados.

Segundo Lakoff e Johnson (2004: 92-3):

> *"Metáfora e metonímia são processos de natureza diferente. A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em temos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento."*
>
> Para demonstrar a sistematicidade no uso das metonímias, sem pretender enquadrar esses usos em blocos rígidos, os autores levantam exemplos representativos na nossa cultura, dos quais destacamos alguns:
>
> "*Ponha seu traseiro aqui!" (parte pelo todo)*
> *"Ele comprou um Ford." (produtor pelo produto)*
> *"Os ônibus estão em greve." (objeto pelo usuário)*
> *"Napoleão perdeu em Waterloo." (controlador pelo controlado)*
> *"Eu não apoio os atos do governo." (instituição pelos responsáveis)*
> *"A Casa Branca não está se pronunciando."*
> *(Lugar pela instituição)*
> *Lakoff e Johnson (2004: 94-96)*

O que fica bastante firmado, dentro das abordagens mais recentes, é que a metonímia embasa esquemas representacionais, que se estruturam em linguagem, e que são altamente dependentes de fatores histórico-culturais. Desse ponto de vista, não pode analisá-las somente a partir de uma relação de contiguidade entre palavras, já que são altamente dependentes dos processos de significação que se estruturam na dependência dos contextos de que participam.

Ao mesmo tempo, a substituição que provocam, no nível do significante, não é casual. Para muitos autores, trata-se de uma relação prototípica, pois o falante identifica determinado elemento como mais representativo, em detrimento de outro, como o *teto*, no caso da casa, ou o *chão*, no caso da propriedade rural. Mas nem sempre esses esquemas prototípicos são obedecidos e nem por isso a significação deixa de se efetivar. Brandão (1989:83) afirma mesmo que *"a possibilidade praticamente infinita de se encontrar um termo que englobe outros dois torna o processo metonímico um recurso extremamente produtivo de significação".*

Os processos de significação promovidos pela metonímia possuem a força do específico, do particular, provocando no leitor/ouvinte um olhar para a materialidade, para o imediato. A metonímia seleciona o específico como modo de olhar e isso quase nunca passa por escolhas pessoais e sim culturais, sociais. Nesses momentos em que o homem se localiza a partir do específico, do particular, ele alicerça na realidade objetiva a sua referencialidade.

Desse ponto de vista, a metonímia é aqui percebida como uma construção de realidade, um modo de representação em linguagem, que nem sempre passa pelo consciente, mas que estrutura olhares e sujeitos, a partir da linguagem que os instauram como tais. Afinal, os indivíduos se constituem em sujeitos porque participam de processos simbólicos, que se fazem em linguagem.

Estamos entendendo, portanto, que os processos de significação, ao mesmo tempo que estruturam realidades, são por elas estruturados. Assim, as metonímias não são consideradas como mecanismos de manipulação do código operados por indivíduos autônomos e totalmente conscientes, tendo a linguagem como mero instrumento de comunicação. Se entendermos que os sujeitos são constituídos em linguagem, que vivem nela e por ela, eles não são autônomos em relação aos processos de significação, pois estes estão inseridos dentro da cultura. Portanto, tal como outros processos de significação, as metonímias estruturam-se a partir de conceções de realidade histórica e socialmente articuladas e podem ser identificadas a partir de formações discursivas específicas.

Portanto, quando utilizamos metonímias estamos a articular a linguagem, dentro das possibilidades previstas pelo código, mas cabíveis dentro da história e conforme às condições sociais de uso da linguagem. Assim se articulam os processos de produção de sentido em linguagem, pois estruturam-se a partir de sujeitos historicamente determinados em função de um momento histórico específico, mas dentro das possibilidades que o sistema linguístico oferece. Os indivíduos são porém responsáveis por provocar determinados efeitos de sentido pouco previstos ou inusitados, ainda que possíveis. Desse modo, constituem-se em suporte para os processos de significação.

Essa perspetiva da linguagem como constituidora dos sujeitos sociais encontra-se já em Wundt, nos seus escritos de Psicologia datados de 1863 para quem *a linguagem de um povo, sua gramática e seu vocabulário particular é o que determina a "constituição psíquica" desse povo, constitui seu "gênio", seu "espírito" próprio, é o "corpo" de sua "alma coletiva"*. (Wundt, apud Henry, 1994:32)

> *Logo, para Wundt, a linguagem 'die Sprache', não é, em sua evolução, algo de individual; ela tem sua vida, sua dinâmica e seu determinismo próprio. Os indivíduos são presos a ela e pensam por ela mais do que a produzem ou a enriquecem. Pela linguagem, a consciência individual participa de algo que não é individual, algo que não é um simples "contexto" mas é constitutivo da própria consciência: sem linguagem não há consciência. E como a linguagem tem uma história própria, há formas históricas da consciência. Há então uma "psicologia dos povos" que não é a simples soma ou combinação das psicologias dos indivíduos que compõem esses povos. (idem, ibidem)*

Dentro dessa perspetiva é que estamos nos propondo a analisar a metonímia em seus usos. Ou seja, a metonímia não parte da ação de indivíduos isolados que configuram formas inusitadas de uso da linguagem. Ela faz parte de processamentos possíveis dentro da linguagem, os quais estamos chamando de *processos de produção de sentido*. Desse modo, esse trabalho se insere dentro da perspetiva da Produção do Sentido.

> *A partir da influência de Hegel e da importância da interpretação histórica da cultura, as ciências humanas são vistas carateristicamente como ciências que se fundam na interpretação das manifestações simbólicas da cultura em seus vários contextos. A interpretação, a reconstrução do sentido é portanto o modo de compreensão mesmo de nossa realidade cultural. A própria experiência humana passa a ser vista como produção de sentido. (Marcondes, 1994:201*)

Ao nos propormos a analisar a metonímia em um conto específico, estamos nos propondo, então, a identificar o processo de produção de sentido e o efeito de sentido por ele articulado. Para tanto vamos fazer as seguintes perguntas: por que o autor escolheu essa forma em lugar de outra? Com que outros discursos ele dialoga? Em função de que momento histórico? A partir de que formações discursivas? Que estratégias linguísticas específicas ele utiliza? De que modo ele articula essa estratégia com outras? Que efeito de sentido essas estratégias provocam, nesse momento específico, histórica, social e culturalmente falando?

Isso porque estamos considerando que:

> *"Os signos não funcionam, numa dada situação histórica, apenas como o substrato conceitual que se pode a eles atribuir numa dimensão puramente estrutural e universal. Os signos são também produto de todo itinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo. Ao incorporar a determinação histórica, a questão da Produção do Sentido abre espaço, então, para uma série de fatores que afetam uma configuração final do sentido, fatores que se materializam numa manipulação do código para produzir efeitos de sentido." (Mari, 1991:62)*

2. O CONTO LONDON LONDON

Escolhemos o conto *London London ou Ajax, Brush and Rubbish*, de Caio Fernando Abreu, por ser um autor contemporâneo, e nesse sentido, refletir a realidade histórica atual. Esse conto foi publicado inicialmente em 1977 no livro *Pedras de Calcutá*, do mesmo autor. No entanto, escolhemos o livro Estranhos Estrangeiros, publicado pela primeira vez em 1996, porque retrata, em seu conjunto, o exílio voluntário de pessoas que pretendem um certo distanciamento da realidade social e seus rituais, mas que sentem-se isolados da terra natal, indiferentes aos ideais sociais de ascensão e integração coletiva, mas saudosos de identidade, solidários a outros indivíduos de mesmo tipo.

Por isso traz uma epígrafe de Miguel Torga (Diário 1, 5 de março de 1934), de todo significativa: *Pareço uma dessas árvores que se transplantam, que têm má saúde no país novo, mas que morrem se voltam à terra natal.*

Esse contexto em que pessoas se exilam de sua pátria como uma afirmação de identidade, é importante para a leitura do conto em questão, pois nele o personagem é identificado como tendo algo a mais (*But I've got something else. Yes, I do*.) Deste modo, o livro retrata os estrangeiros que assim se identificam porque são diferentes.

Quando o autor preparava o livro teve morte prematura, mas seus desejos foram todos atendidos quando da publicação. Trata-se de um livro que faz uma leitura social intrigante e ao mesmo tempo desconcertante, pois apresenta um olhar externo, desligado da sociedade, como o olhar de um estrangeiro, ao mesmo tempo em que se apresenta à sociedade com um novo modo de existir dentro dela.

No conto *London London* o personagem faz faxina para sobreviver como estrangeiro latino-americano em Londres, ao mesmo tempo em que evoca personagens do mesmo tipo que cantam ou dançam pra sobreviver, ou simplesmente empurram um carrinho de bebê vazio. A questão da homossexualidade feminina é levantada, mas negada pela personagem Carmen Miranda, por uma questão social.

Nesse conto o personagem encontra-se atolado na cidade cosmopolita, sem qualquer estímulo para viver, se arrastando a cada dia no outono da cidade cosmopolita, indiferente a seus pares. No entanto, apresenta-se com um "uniforme de guerra" curioso: tênis francês, jeans sueco, casaco marroquino, suéter inglês, típico de quem vagueia pela Europa há tempos, alguém deslocado do espaço, que simplesmente transita por ele.

A linguagem do conto mistura o português com o inglês, o espanhol e o francês, como quem tenta se comunicar sem possuir a língua do país em que habita, comunicando-se como é possível. Para respeitar essa forma, vamos evitar a tradução, sempre que possível, pois entendemos que a sua estrutura linguística reflete a condição do personagem nas suas inter-relações estrangeiras e sua realidade mesma, de latino-americano.

Dentro do contexto aqui situado, trata-se de um interessante conto, porque constrói uma realidade a partir da linguagem que o conto apresenta, dos personagens que articula, das relações que os personagens estabelecem, entre olhares, falas e gestos, montando um quadro de isolamento social do estrangeiro, mas ao mesmo tempo de uma realidade social extremamente desumanizadora e mortificadora, a partir do olhar de quem simplesmente prefere navegar "nas *waves* de seu próprio assobio".

3. A METONÍMIA NO CONTO LONDON LONDON

Segundo Jakobson (2000:57):

> *"é a predominância da metonímia que governa e define efetivamente a corrente literária chamada de "realista", que pertence a um período intermediário entre o declínio do Romantismo e o aparecimento do Simbolismo, e que se opõe a ambos. Seguindo a linha das relações de contiguidade, o autor realista realiza digressões metonímicas, indo da entrega à atmosfera e das personagens ao quadro espácio-temporal. Mostra-se ávido de pormenores sinedóquicos."*

Se no Realismo a metonímia tinha o papel preponderante de situar os fatos dentro da realidade maçante, terrificante, do cotidiano e da corporeidade; na modernidade ela parece ter o papel de constituir estratégias de referencialidade, dentro da avalanche da globalização e da desumanização. Ao contrário dos autores realistas, os autores modernos não se encontram ávidos por metonímias, mas comedidos em seus usos que aparecem juntamente com as múltiplas metáforas e simbolizações.

Nesse sentido, as metonímias provocam um efeito de oposição, de transposição de estados de espírito, ou seja, um efeito surpreendente, em lugar do seu corriqueiro uso, dentro do realismo, que luta por construir um olhar que compreenda a realidade por ela mesma, pelo corpo, pelas sensações imediatas, e não por uma compreensão a partir de um olhar desviante, como acontece com as metáforas.

No conto *London London* encontramos logo no seu título uma metonímia, pois estranhamente o autor acrescenta ao título: ou *Ajax, Brush and Rubbish* (produto de limpeza, escova e lixo) que pretendem contrapor a realidade do personagem faxineiro em Londres à metáfora presente na música *London London*, que metaforiza Londres como um lugar de encantamento. Logo de início, portanto, a realidade do imigrante latino, que vai trabalhar na Europa para sobreviver, é apresentada.

Na primeira frase do conto, aparece uma metáfora de base metonímica: Meu coração está perdido, mas eu tenho um mapa de *Babylon City* entre as mãos. Essa frase reflete o estado de espírito do personagem principal, aquele que conduz o olhar do leitor como sendo o seu próprio olhar por essa cidade cosmopolita e desumanizadora. *Coração, mapa, mãos,* assim o olhar para o específico é arquitetado como modo de referencialidade, desde o início do conto.

O ambiente é de outono, por dentro e por fora, do personagem. Este é caraterizado pela neblina (*fog*) e pelas folhas caídas no *Hyde Park*. "*Vou navegando nas waves de meu próprio assobio até a porta escura da casa vitoriana."* Desse modo, o *assobio*, fato concreto, representa o pensamento solto, abstrato, e assim ele vai ao encontro de uma *porta escura*, específico, e não de uma residência, sem referência, uma qualquer.

No Hyde Park o personagem assiste ao encontro de duas latinas a quem denomina Carmen Miranda e Remédios ou Esperanza. Nomes que refletem metonímias, mas ao mesmo tempo identificam as origens brasileira e castelhana das personagens, respetivamente. Sobre elas, além de discutir a homossexualidade negada pela brasileira, apresenta o consumismo típico daqueles que vão para os grandes centros e perdem sua referencialidade, comprando desnecessariamente e incontroladamente, além de apontar para as condições de habitação dos estrangeiros clandestinos:

Sobre a castelhana: "*Su pequeña habitación* em *Earl's Court Rd, W8, está quase toda tomada. Ainda ontem substituiu o travesseiro por uma caríssima peça da dinastia Ming*".

Sobre a brasileira: "*Aos sábados compra velhos tamancos de altíssimas plataformas, panos rendados e frutas nas barracas de Portobello – para preencher el hueco de su (c)hambre*."

Nesse momento recorre ao estranhamente específico: travesseiro – peça da dinastia Ming – tamancos – panos – frutas, caraterizando o nonsense de quem encontra-se culturalmente deslocado, vivendo em condições desumanas.

As metonímias são fortemente buscadas para refletir o seu cotidiano de faxineiro: "*Ajax, brush and rubbish*. Cabelos duros de poeira. Narinas cheias de poeira. *Stairs, stairs, stairs. Bathrooms, bathrooms*. (...) *corners, places, gardens, squares, terraces, streets, roads.* Dor, *pain*, *Blobs*, bolhas."

Novamente as metonímias são chamadas para um rude contraste com os sonhos esfacelados:

"Mas onde os castelos, os príncipes, as suaves vegetações, os grandes encontros – onde as montanhas cobertas de neve, os teatros, balés, cultura, História - onde?"

Mas um trecho lembra o realismo: "*Blods in strangers'hands, virando na privada o balde cheio de sifilização, enquanto puxo a descarga para que Mrs. Burnes (ou Lancelley ou Hill ou Simpson) não escute meu grito".*

Nesse trecho as bolhas, as mãos estrangeiras, a privada, o balde, a descarga, os nomes específicos das patroas, representando todas, e o grito, representando a dor, o desespero, todas essas metonímias provocam um clima realista bastante degradante, mostrando a condição humana dentro da civilização ou "sifilização" moderna.

Novamente encontramos mais adiante um uso metonímico que reflete uma existência em pedaços: "*Mon cher, apanhe suas maracas, sua malha de balé, seus pratos chineses – apanhe todos os pedaços que você perdeu nessas andanças e venha para o meu tapete mágico*." O 'tapete mágico' que leva ao lugar encantado.

E então, o autor ou o personagem, retomam a metonímia do olho que diz da pessoa, a conhecida metonímia do olhar, citando César Vallejo: "*Tenemos en uno de los ojos mucha pena, y también en el otro, mucha pena, y en los dos, cuando miran, mucha pena".*

Novamente a dureza da realidade é refletida no uso metonímico, no trecho que segue, quando o personagem especifica despesas indispensáveis: o aluguel, o maço de cigarros, o sanduíche, o ônibus, o metrô, bem como quando levanta seus pertences na bolsa, o que reflete as suas andanças de estrangeiro latino na europa:

> "*Primeiro, a surpresa de não encontrar. Surpresa branca, longa, boca aberta. £10. O aluguel da semana mais um ou dois maços de Players Number Six. Alguns sanduíches e ônibus, porque metrô a gente descola, five na entrada e five, please, na saída. Reviro a bolsa: passaporte brasileiro, patchuli hindu, moedas suecas, selos franceses, fósforos belgas, César Vallejo e Sylvia Plath. Olho no chão. Afasto as pernas das pessoas, as latas de lixo, levanto jornais, empurro bancos. Tenho duas opções: sentar na escada suja e chorar ou sair correndo e jogar-me no Tamisa Prefiro tomar o próximo trem para a próxima casa, navegar nas waves de meu próprio assobio e esperar por Mrs. Burnes, que não vem, que não vem."*

Já ao final do conto, destaca o estado de espírito do personagem que se confunde com o autor: "*como se fosse necessário acender todas as velas e todo o incenso que há pela casa para afastar o frio, o medo e a vontade de voltar*." Velas e incensos representam, portanto, os objetos palpáveis, os amuletos, capazes de diluir o mal-estar.

E continuando, no mesmo trecho: *"A pedra de Brighton parece um coração partido. O tarô esconde a Torre Fulminada. As flores amarelas sobre a mesa branca ainda não morreram. O telefone existe, mas não chama. Na parede tem um mapa-múndi do século não sei quantos. O cato. A agulha faz a bolha na ponta do dedo de Saturno libertar um líquido grosso e adocicado. Sinto dor: estou vivo*".

Nesse trecho a metonímia representa um papel de construção de referencialidade a partir do específico, dos pedaços de realidade que o tocam, até o ponto em que ele se sente vivo. A reconstrução do ser pelo específico. E, então, mais a frente ele afirma: "*meu coração é atlante*" e ao final: "*Meu coração está perdido, mas tenho um London de A a Z na mão direita e na esquerda um Collins dictionary*." Novamente o se situar pelo específico quando o coração atlante está perdido.

No conjunto, podemos analisar o papel das metonímias no conto como três processos específicos, o primeiro é o da autorreferencialidade buscada, em que o específico denota os únicos espaços possíveis para que o personagem possa garantir a sua existência. Por outro lado, as metonímias refletem a crua realidade de uma cidade cosmopolita, dentro da civilização moderna que cria a ilusão do consumo, o sonho da igualdade de possibilidades aos bens culturais e o deslocamento dos lugares específicos em função da massificação exacerbada. Também as metonímias situam o

lugar do estrangeiro auto exilado, que possui "passaporte brasileiro, patchuli hindu, moedas suecas, selos franceses, fósforos belgas", aquele que nega os costumes sociais, a vida comedida pelos ritos sociais, para ter o estrangeiro como um modo de ser social, deslocado, diferente.

Enquanto conto moderno, autor e personagem se confundem e olham os traços de realidade marcados pelo algo mais (*something else*) que possuem dentro de si. Na sua construção o conto se faz orgânico, ainda que aparentemente desconexo. A sua linguagem reflete um modo de ser estrangeiro, pouco calcado em estruturas fixas, sem muitas reflexões existenciais, marcado pelas metonímias que o jogam para a realidade mais crua e mais deplorável, mas ao mesmo tempo, uma realidade que sustenta a sua existência a partir do corpo, daquilo que pode ser visto e tocado, do que é experimentável. Desse modo, a torturante existência estrangeira é apresentada sem traumas, mas terrificante em sua realidade calcada no específico, tendo o olhar como modo de ser.

Podemos concluir que a grande metonímia do conto é aquela do olhar, porque os leitores são colocados no olhar do estrangeiro, não do estrangeiro que chora pela pátria que deixou pra traz e sim daquele que se situa como estrangeiro em relação à sociedade e que tem no distanciamento de si, da sua terra, da sua cultura, um único modo de sobreviver.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA:

Abreu, Caio Fernando. (1996) Estranhos Estrangeiros. SP: Companhia das Letras.
Brandão, Roberto de Oliveira. (1989) As figuras de linguagem. SP: Ática.
Henry, Paul. (1994) A história não existe? In: ORLANDI, Eni (org.) Gestos de leitura: da história ao discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
Jakobson, Roman. (2000) Linguística e comunicação. Trad. de Izidro Bliktein e José Paulo Paes. SP: Cultrix.
Lakoff, George e Johnson, Mark. (2004) Metáforas da vida cotidiana. SP: Mercado das Letras.
Marcondes, Danilo. (1994) Ciência da linguagem e filosofia da linguagem: uma perspetiva histórica. In: Vertentes, São João Del Rei, MG, nº 3.
Mari, Hugo. (1991) Os lugares do sentido. BH: Faculdade de Letras, UFMG. (Cadernos de Pesquisa/ NAPq, 1)
Verón, Eliseo. (1980) A produção do sentido. SP: Cultrix

****

B) A Metáfora no Conto London London de Caio Fernando Abreu

1. – REDEFININDO A METÁFORA

Numa visão tradicionalista, a metáfora é definida como figura de ornamento. Aristóteles, em sua obra *Poética*, concebe essa figura como "*a transladação do nome de uma coisa para outra coisa*". Desse modo, compreende-se que o recurso do uso da metáfora permite transportar não apenas o nome de uma coisa para outra, mas também de uma espécie para o gênero, de uma espécie para outra espécie, por via de analogia.

Moisés (1993) em um estudo exaustivo de conceituação da metáfora, admite que é com Michel Bréal (*Essai de Semantique*, 1908), no interior dos estudos linguísticos e com Charles Sanders Pierce (*Collected Papers*, 1931, 1958), no arcabouço dos estudos sobre semiótica, que a metáfora passa a ser estudada a partir de novos vieses semânticos e semióticos, passando a ser vista como transformação de sentido, deixando-se, assim, de lado o que se refere à forma, considerada no que diz respeito à comparação.

Entre os estudiosos que cita, Moisés lembra que dentro desse contexto faz-se necessário salientar a teoria de I. A. Richards, que define a metáfora como a junção de duas ideias: teor e veículo; a primeira equivaleria à "ideia original" e a segunda à "ideia tomada emprestada"; "aquilo que está sendo dito ou pensado" e "aquilo com que está sendo comparado"; "ideia subjacente" e "qualidade imaginada"; "significado e metáfora"; ideia e sua imagem".

Evidencia-se, então, a união de teor e veículo gerando um terceiro sentido, diferente daquele que cada um apresenta isoladamente. Esse sentido gerado representaria o resultado de caraterísticas comuns a ambos.

Além de Richards, o autor cita também Philip Wheelwright (1968), que bifurca o termo "metáfora" em dois:

1) epífora, que assinalaria a "*transferência de extensão de sentido através da comparação*" e

2) diáfora, que indicaria a "*criação de um significado por justaposição e síntese*". Assim, ocorreriam dois movimentos semânticos (phora); o primeiro constituiria uma "base literal de operações", e o segundo pressuporia o "*surgimento de novos significados e qualidades em consequência do agrupamento de vocábulos ou frases*".

Para Moisés (1993), a metáfora, caraterizada como "máscara", "embuste", "abstração", constitui uma equação semântica e não sintática, pois é o sentido que importa, não a ortografia, a fonética ou a morfossintaxe. A sintaxe exerceria o papel de assessoria complementar à semântica.

Vendo, assim, a metáfora como equação semântica, Moisés conclui que não seria um recurso exclusivo da linguagem literária, pois também ocorre na linguagem falada com igual frequência e densidade, distinguindo-se pela

função e pelo objetivo. A metáfora seria, por isso, instrumento universal, implicado no próprio ato verbal de qualquer espécie. Seria "*um princípio onipresente da linguagem";* metáfora e signo verbal constituiriam quase sinônimos.

Nesse ponto, o autor remete novamente a I. Richards para, em outros termos, explicar que metáfora e pensamento, ainda que o mais rudimentar se entrelaçam a ponto de admitir-se que "*o pensamento é metáfora".*

Refletindo sobre a polêmica que há no que diz respeito à distinção entre metáfora linguística e metáfora literária, Moisés (1993: 207) sumariza:

1. Toda metáfora é linguística;
2. a distinção entre níveis de articulação da metáfora depende de sua natureza, função e objetivo.

Assim, a classificação da metáfora pode ser representada na forma de um "*continuum*" ordenado de 0 a 10, em que a metáfora linguística não literária (científica, religiosa, filosófica) se aproximaria do número 1 e a metáfora linguística literária se encaminharia para o número 10, incluindo-se nesse "*continuum*" desde a metáfora cotidiana até a filosófica, passando pela metáfora científica. Desse modo, a metáfora não literária estaria mais ligada ao espaço da denotação, enquanto a literária se ligaria ao espaço da conotação.

Essa é uma visão que se aproxima do enfoque funcionalista dado à linguagem. Entendendo a língua como instrumento de interação verbal, com a função de estabelecer relações comunicativas entre usuários, evidencia-se a necessidade de expandir significados na expressividade do dia-a-dia. Isso leva ao uso de expressões em sentidos outros que não o literal, como modo de explicitar em termos simbólicos o pensamento abstrato.

A metáfora exerce esse papel de propiciar a extensão da capacidade de conceituar e, por conseguinte, de facilitar a comunicação. Servindo a essa função deixa de ser vista como uma simples figura ornamental do discurso, para se apresentar como um elemento fundamental no processo de compreensão entre interlocutores. Institui, assim, o jogo entre o concreto e o abstrato que permeia o exercício mental de comunicação linguística.

Nessa linha de definição que considera a metáfora mais como questão de linguagem e menos como ornamento retórico, Lakoff e Jonhson (2002) afirmam que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, no que diz respeito ao pensamento e a ação. Esses dois autores se referem às metáforas a partir da importância que elas ganham no dia-a-dia, por estruturarem o pensamento. Exemplificam com o fato de que quando pensamos em certos conceitos abstratos, como o tempo, nós o fazemos, sobretudo através de metáforas.

O domínio significativo "tempo é dinheiro", por exemplo, permite o uso de um conjunto de expressões metafóricas do tipo: "estamos perdendo tempo", "ganhando tempo", "gastando tempo", "investindo tempo", "economizando tempo", entre outras. Isso explica que nosso sistema conceitual ordinário é fundamentalmente metafórico por natureza. Esses autores elaboraram a seguinte conceituação: "a essência da metáfora é compreender uma coisa em termos de outra".

Outro exemplo citado por Lakoff e Johnson (2002) é "discussão é guerra", a partir do qual estruturam-se expressões cotidianas tais quais: "seus argumentos são indefensáveis", "ele atacou todos os pontos fracos", "suas críticas foram direto ao alvo", "destruí sua argumentação", "jamais ganhei uma discussão com ele", "se você usar essa estratégia, ele vai esmagá-lo", "ele derrubou todos os seus argumentos", que explicitam que quando falamos sobre discussão estamos falando em termos de guerra.

Os autores explicam que discussão e guerra são atividades completamente diferentes – discurso verbal e conflito armado – e as ações correspondentes são igualmente diferentes, mas discussão é parcialmente estruturada, compreendida, realizada e tratada em termos de guerra. O conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, em consequência, a linguagem é metaforicamente estruturada. Essa maneira ordinária de se falar sobre discussão em termos de guerra pressupõe uma metáfora da qual raramente tomamos consciência. Desse modo, a linguagem da discussão não é poética, ornamental ou retórica; é literal.

Além dessas metáforas chamadas estruturais, em que um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro, Lakoff e Johnson focalizam também as metáforas orientacionais e as ontológicas. As primeiras, ao contrário das estruturais, organizam todo um sistema de conceitos em relação a outro. A maioria delas têm a ver com a orientação espacial do tipo para cima/ para baixo, dentro/ fora, trás/ frente, em cima de/ fora de, fundo/ raso, central/ periférico. Essa orientação espacial faz gerar conceitos como "feliz é para cima" e "triste é para baixo", que permitem dizer "estou para cima hoje" ou "estou me sentindo para baixo". Esse tipo de metáfora é de ordem arbitrária, tem base em nossa experiência física e cultural; não é construída ao acaso, e pode variar de uma cultura para outra.

As metáforas ontológicas referem-se ao fato de podermos compreender nossas experiências em termos de objetos e substâncias, o que nos permite selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme.

Lakoff e Johnson afirmam que uma vez que podemos identificar nossas experiências como entidades ou substâncias, podemos referir-nos a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, dessa forma, raciocinar sobre elas. É a experiência com objetos físicos, principalmente com nosso corpo, que fornece a base para uma variedade de

metáforas ontológicas, isto é, formas de conceber eventos, atividades, emoções, ideias, etc. como entidades e substâncias.

Para esses autores, talvez as metáforas ontológicas mais óbvias sejam aquelas em que ocorre a personificação; os objetos físicos são concebidos como pessoas, como nos exemplos: "A sua teoria me fez compreender o comportamento de frangos criados em máquina industrial", "Este fato ataca teorias clássicas", "A vida me trapaceou", "A sua religião lhe diz que ele não pode beber bons vinhos franceses".

Como se vê, a personificação representa uma categoria que recobre uma enorme gama de metáforas ontológicas, permitindo dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, o que facilita conceber algo abstrato em termos explicativos, com vistas a fazer sentido para a maior parte das pessoas.

Vilela (2002) utiliza as propostas de Lakoff e Johnson para analisar a linguagem no domínio da economia e avisa que ao se tratar a metáfora sob o ponto de vista da teoria cognitivista, é bom lembrar que os cognitivistas veem não só a metáfora em si, mas a metáfora em relação à metonímia e a sinédoque, como instrumento de linguagem, quer como criações novas, quer como enriquecimento dos processos de configuração da realidade circundante: a existente e a emergente. Assim, o significado é interpretado como "conceituação", como um processo ou o seu resultado.

2 – As metáforas no conto London London de Caio Fernando Abreu

Sabe-se que a metáfora envolve a categorização que as línguas fazem da nossa experiência. No entanto, Vilela (2002) faz a seguinte indagação: Em que medida estamos perante a metáfora (em sentido amplo) ou perante a conceituação literal; perante o protótipo/ estereótipo ou "semelhança de família"? Assim, ao se ordenar objetos, acontecimentos, experiências numa gama de categorizações, pode-se ir do mais prototípico ao mais periférico, mas considerados dentro de dada categoria com vistas a algum objetivo.

É com essa visão que será analisada a linguagem metafórica no conto *London London,* do livro *Estranhos Estrangeiros*. A epígrafe, de Miguel Torga, já dá o tom do livro, segundo seu editor: "*Pareço uma dessas árvores que se transplantam, que têm má saúde no país novo, mas que morrem se voltam à terra natal*".

O título *Estranhos Estrangeiros* remete à ideia de "diferentes" "outros", "estranhos". Assim, título e epígrafe já apontam para uma metaforização de forma generalizada, ou periférica, de experiência de viver em terras outras.

Lê-se na orelha do livro: "a ambiguidade do exílio, em que a distância da terra natal – fonte do desgarramento típico do emigrado – é também a afirmação da identidade de seres humanos de um determinado tipo, aqueles que se veem como exilados voluntários do cotidiano da colmeia – os estranhos".

O conto *London London* é de pouca extensão, refere-se a um período em que Caio Fernando Abreu viveu em Londres e descreve as experiências vividas por ele na condição de estrangeiro.

Desse modo, a narrativa desenvolve-se em torno do domínio conceitual que se estrutura em termos da metáfora estrutural SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO.

Perdido no sentido de que "o desgarramento é criador de um espaço de liberdade indispensável para a própria sobrevivência, mas não é uma liberdade alegre a que se obtém com a distância". Fica "aquele mal-estar aqui dentro', com a sensação de que "tudo o mais ficou fora".

A partir desse domínio significativo, pode-se perceber que as metáforas utilizadas pelo autor não têm a função de meros recursos ornamentais com intenções literárias, mas atuam com vistas a construir linguisticamente pensamentos abstratos referentes a esse domínio semântico.

Assim, a estruturação linguística da ideia de que ser estrangeiro é sentir-se fragmentado e solitário pode ser exemplificada com o seguinte trecho:

"Meu último olhar do dia repousa, como um poema antigo, sobre o uniforme da Terceira Grande Guerra jogado no chão para a ofensiva da manhã seguinte: tênis francês (trinta francos), blue jeans sueco (noventa coroas), suéter inglês (quatro libras), casaco marroquino (novecentas pesetas).

No que diz respeito às metáforas ontológicas, e atuando a partir do conceito estruturado de que SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO, o autor constrói seu discurso identificando as experiências em forma de objetos e substâncias. Partes do corpo – olhos, coração, músculos – são referenciadas como entidades na perceção dos sentimentos experienciados. Assim esses elementos são referidos como objetos que podem perder-se, estar duros, cansados, dizer algo. As estruturas com metáforas ontológicas mostradas a seguir permitem-nos fazer tal constatação:

"**Meu coração está perdido**, mas tenho um mapa de Babylon City entre as mãos"

"**Os olhos azuis são duros**, e quando se contraem, fazem oscilar de leve a rede salpicada de vidrilhos (belgas) que lhe prende o cabelo"

"Pero siempre puede ser que **sus ojos digan** todo"

"Dor nas costas. **Músculos cansados**"

"Look deep on **my eyes**. Can you see? They **are lost**. They're **completely lost**"

"…. Mas meu coração é atlante"

"**Meu coração está perdido**, mas tenho um London de A a Z na mão direita..."

Também objetos físicos são personificados, revelando que experiências referentes a entidades não humanas possam ser vistas como humanas, conforme trechos abaixo:

"É muito jovem, ***mas a heroína levou embora a rosa de suas faces****"*

"Aquele ***amor*** *ledo e cego acabaria por* ***matá-la****"*

"... mio cuore es una brasura, but your **body hurts me** as the **world hurts God**"

Ao falar de eventos, ações e atividades, o autor os conceitua como objetos, estados, como recipientes:

"Vou **navegando nas waves de meu próprio assobio**, até a porta escura da casa vitoriana"

"... **navego, navego nas waves** poluídas de Babylon City"

"... apanhe todos os pedaços que você perdeu nessas andanças e venha para o meu tapete mágico"

"... primeiro **procura** apartamento, depois trabalho, depois escola, depois, se sobrar tempo, **amor** (...) se preciso for, e sempre é, **motivos para rir ou chorar**"

"... **morrer de amores** por alguém que tenha nojo de sua pele latina"

"Agora **custo um pouco mais caro** e meu preço está sujeito a oscilações da bolsa"

Ao se referir à cidade fictícia – Babylon City – o autor a apresenta ora como uma substância que pode inflamar-se, ora como um ser que pode sofrer estertores e afogar-se. Como um caldeirão cheio de coisas inusitadas, inesperadas, misturadas, confusas:

"Babylon City ferve"

"Babylon City estertora*, afogada no lixo ocidental"*

Também objetos e sentimentos são vistos de modo a executarem ações:

"Há um fantasma em cada esquina de Hammersmith"

"... e **frutas** nas barracas de Portobello – para **preencher el hueco de su hambre**"

"Nenhuma deixará ***transparecer qualquer emoção por detrás do make up****"*

"Blobs in stranger's hand, virando na privada o ***balde cheio de sifilização****"*

Como se vê, os exemplos acima mostram que objetos físicos e sentimentos são personificados, revelando experiências referentes a entidades não humanas que passam a ser vistas como humanas.

Também, ao falar de eventos, ações, atividades, o autor os conceitua como objetos, estados, como recipientes.

Do ponto de vista das metáforas orientacionais, a partir das quais pode-se inferir que feliz indica para cima e triste indica para baixo, pode-se dizer que a narrativa se constrói a partir da orientação PARA BAIXO.

"Tem uma saia de retalhos coloridos **até quase o chão**"

"... hay outra (terra) **más al súr**"

"Look **deep** on my eyes"

A intensa metaforização presente no conto *London London* é um indicativo de que o autor a utiliza como instrumento de expressão de sentimentos, eventos, ações, etc. na construção da história que quer narrar. Parece não haver a intenção com estética literária, ornamental. Surge da necessidade de dizer o cotidiano, de expressar-se Linguisticamente E, ao expressar em línguas várias esse cotidiano da cidade-cenário em que eventos, performances, situações vão passando como em uma fita de cinema *cult*, Caio Fernando Abreu mostra o estrangeiro como aquele que, trabalhando em subserviço de limpeza numa cidade grande, às vezes encanta-se, extasia-se; às vezes choca-se, assusta-se com a cidade, mas, mesmo meio perdido dentro desse panorama de metrópole, sentindo um mal-estar por dentro, também já não se vê integrado com uma possível volta à terra natal.

Daí, então, que SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO, sem uma identidade definida, composto com 'tênis francês", blue jeans sueco", "suéter inglês", casaco marroquino" e sofrendo com "bolhas nas mãos", "calos nos pés", "dor nas costas", "músculos cansados", pelo trabalho duro com "ajax, brush and rubbish", terminando o dia com "cabelos duros de poeira", "narinas cheias de poeira". Subindo e descendo por "stairs, stairs, stairs". "bathrooms, bathrooms", suportando "dor nas pernas", por ter que "subir, descer, chamar, ouvir", "up, down". Perdido entre túneis, esquinas, praças, jardins, terraços, ruas, estradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Caio Fernando. (1996) Estranhos estrangeiros. São Paulo, Cia das Letras.

Carvalho, Sérgio N. de. (2003) A metáfora conceitual: uma visão cognitivista. Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. Vol VII, nº 12.

Carvalho. Maurício Brito de. (2003) Uma abordagem sócioconstrutivista para as metáforas. In: Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Rio de Janeiro. Ano 2. nº 2. Disponível em: www.unirio.br. Acessado em 13/01/2005.
Lakoff, George & Jonhson, Mark. (2002). Metáforas do cotidiano. São Paulo, Mercado de Letras.
Moisés, Massaud. (1993). A criação literária. São Paulo, Cultrix.
Pontes, Eunice. (1990). A metáfora. Campinas, Ed. da UNICAMP.
Rivano, Emílio. (2005) Un modelo para a descripción y análisis de la metáfora. Cuadernos interdisciplinares de estudios latinoamericanos. In: www.userena.cl. Acessado em 13/01/2005.
Vilela, Mário. (2002) Metáforas do nosso tempo. Coimbra, Almedina.

Sessão de encerramento

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, ENG.º RUI CASEIRO E O PRÉMIO NOBEL DA PAZ, BISPO D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO NA CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

RTP

Évora, Braga, Guarda, Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra eram algumas das Universidades e Politécnicos portugueses representados presencialmente, além da Inspeção-geral do Ministério da Educação e de várias universidades estrangeiras.

DURANTE A VISITA À CIDADELA

Dois bolseiros timorenses em Doutoramento na Universidade do Minho, o reitor de Timor, Ângelo Cristóvão e Edson de Oliveira

Muito apreciada a visita a este ex-líbris de Bragança, único no mundo

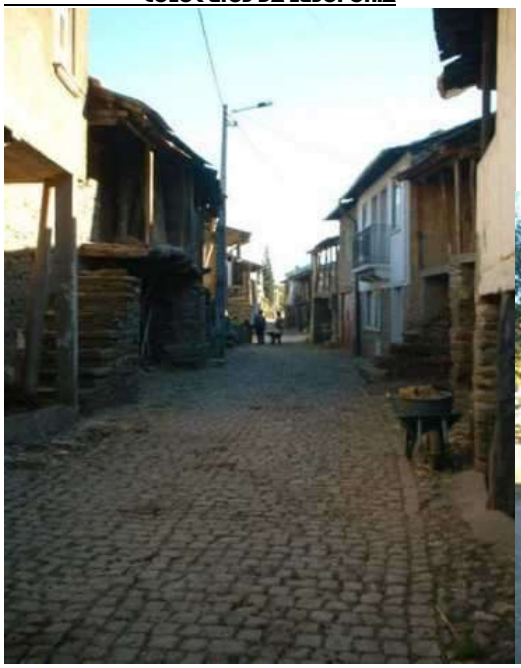
DURANTE A VISITA A RIO DE ONOR

Pascoela Barreto (embaixadora de Timor-Leste), Barbedo de Magalhães, Edson de Oliveira e Benjamim Côrte-Real.

Dois habitantes de Rio de Onor

A personagem ao meio era a única que ainda mantinha vivo e fluente o falar de Rio de Onor, as restantes já o usavam adulterado com Português ou Castelhano. Aliás na parte espanhola em Rio Honor a comitiva encontrou Maria, uma ex-emigrante na Argentina que nos falou de que ali estivera em sua casa e conhecera Torga, ali lera Saramago em Português, tinha o último livro de Paulo Coelho e ouvira Ximenes Belo na rádio em português. Esta

setuagenária notável lia os autores portugueses na edição original, apesar de ter nascido em Castilla y León e ser viúva dum habitante de Rio Honor. Para terminar declamou para nós um pouco de Fernando Pessoa.



Jovens professores e ex-alunos do IPB não perderam a oportunidade da visita e do convívio que estes Colóquios sempre proporcionam.

com o apoio da Câmara Municipal de Bragança por **J. Chrys Chrystello ©**
publicado na Revista Agália

O 4º **Colóquio Anual Internacional da Lusofonia** a 3 e 4 de outubro de 2005, foi decerto um novo sucesso com o apoio da **Câmara Municipal de Bragança**. Uma das razões preponderantes para organizarmos estes colóquios em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras.
Subordinada ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA**, o Colóquio da Lusofonia 2005 teve como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-Leste:** como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projetos e perspetivas presentes e futuras.
Segundo a organização, "uma das razões para realizar este colóquio em Bragança, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes, sem permitir a regiões desertificadas e afastadas ter ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras".
"O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade", defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional. A língua portuguesa " *tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas*" e é tanto mais plausível porque "*o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense"* e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial *"não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico". "O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli",* afirma Hull. "*A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender"* a língua portuguesa.
Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para este Colóquio. Não sabíamos que teríamos entre nós a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Filipe XIMENES BELO, e muito menos imaginávamos que teríamos uma exposição de fotografia do Presidente Kay Rala XANANA GUSMÃO (Rostos da Lusofonia), e que o Colóquio coincidia com o maior eclipse anular do sol desde o início do século passado.
Para além disto havia uma exposição de Rostos Transmontanos da autoria da pintora Helena Canotilho, uma Mostra de Artesanato local e uma Mostra de Livros para o mercado de Timor e de livros mirandeses.
Esta edição, submetida ao tema «Dos contadores de história à literatura contemporânea – A língua portuguesa em Timor-Leste», iniciou-se com a observação do eclipse solar. Depois, o auditório do Centro Cultural de Bragança acolheu cerca de uma centena de pessoas no primeiro dia do 4º-Colóquio Anual de Lusofonia. Os trabalhos tiveram início de manhã, depois da observação do eclipse solar. A abertura oficial esteve a cargo do presidente da autarquia, António Jorge Nunes, que anunciou o compromisso de manter em Bragança a realização dos colóquios de Lusofonia, tendo falado a Sra. Embaixadora de Timor-Leste, Pascoela Barreto.
Durante dois dias foi debatido o futuro do português na ex-colónia lusa, além de temas mais genéricos como as tradições, a literatura e a tradução em geral. As razões desta temática orientada para Timor-Leste têm a ver com um dos aspetos "que consideramos de certo modo controverso. Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo: impor-se uma língua oficial numa nação onde não existe uma língua própria, mas várias línguas: a franca, o tétum e vários dialetos". O objetivo destas iniciativas é "aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada pessoa dentro da sua especialidade para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades".
Contudo, de acordo com várias fontes, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos. A organização do Colóquio entende que "foi sobremodo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", e dai a relevância da presença do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.
O evento permitiu também aos participantes observarem a exposição com 33 fotografias de Timor e dos seus rostos, da autoria do presidente Xanana Gusmão, gentilmente cedida pela C. M. de Odivelas e pela Dra. Helena Espadinha. A primeira-dama timorense, Kirsty Sword Gusmão, contribuiu também para a iniciativa com peças de artesanato que vão estar expostas durante um mês no centro cultural municipal de Bragança, onde decorreu o colóquio da

Lusofonia. Estas peças foram já todas compradas, revertendo a receita para a Fundação ALOLA, que se dedica a apoiar mulheres timorenses.

A ideia transversal e principal deste colóquio era o futuro do português em Timor. "O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do português, e não do inglês. Enquanto as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o português como o tétum".

Os colóquios anuais de Lusofonia abordam, desde 2002, as problemáticas da língua portuguesa no mundo e desde 2003 que se realizam em Bragança. No ano passado debateu-se a evolução e o progresso da segunda língua oficial de Portugal: o Mirandês. Esta quarta edição contava com mais de 20 oradores de diversas nacionalidades, que analisaram o desenvolvimento do português nos últimos cinco anos em Timor-Leste ao longo de dois dias.

Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que *"de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português*". Por isso "*não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países*".

> *Francamente positivo. É este o balanço que a organização do 4º Colóquio da Lusofonia, faz do evento. Chrys Chrystello, um dos organizadores, classificou o 4º Colóquio da Lusofonia como de longe o melhor dos quatro já organizados. Uma classificação que a muito se fica a dever à presença de bons oradores e em especial do prémio Nobel da Paz, o bispo Dom Ximenes Belo. O organizador fala ainda numa atmosfera especial de proximidade e convívio, entre participantes, durante os dois dias de duração do Colóquio, que decorreu no Centro Cultural de Bragança.*
>
> *Porém, o público continua a não aderir como esperado a este evento. Apesar disso, Chrys Chrystello prefere dar ênfase à qualidade das pessoas presentes que ficaram de início a fim do colóquio. Para o ano fica no ar um 5º Colóquio da Lusofonia, também em Bragança. O repto já foi lançado pelo presidente da Câmara, porém, o tema ainda não foi escolhido. O destaque deste colóquio acabou mesmo por ir para a presença de Ximenes Belo, uma presença bastante fugaz.*
>
> *Depois de alguma insistência, o prémio Nobel da Paz em 1996 lá acabou por transmitir algumas palavras para os microfones e afirmar que é preciso também investir na formação de professores de português timorenses e não só mandar de Portugal. Dom Ximenes Belo parco em palavras para os jornalistas, apesar de uma intervenção bastante personalizada no 4º Colóquio da Lusofonia, que decorreu em Bragança. (Rádio Brigantia)*

As declarações da embaixadora e do bispo de Timor tiveram bastante mais eco nos meios de comunicação social do que os próprios temas debatidos. Vejamos de seguida o que se escreveu a esse respeito:

> *A embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Pascoela Barreto, admitiu hoje que, em menos de uma década, a língua portuguesa falada atualmente por um quarto dos timorenses deverá ser generalizada a todo o país. A diplomata admitiu que o português ainda não faz parte do quotidiano dos timorenses, mas assegurou que o governo de Timor-Leste "está a tomar medidas" para que dentro de alguns anos isso seja uma realidade.*
>
> *A embaixadora falava na abertura do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, que vai debater hoje e terça-feira a realidade de um país - Timor-Leste - que adotou como oficial uma língua que não é falada pela maioria dos seus habitantes. Os timorenses expressam-se, maioritariamente, em tétum.*
>
> *Segundo Pascoela Barreto, "há ainda alguma resistência à aprendizagem do português, devido aos 24 anos de ocupação indonésia, durante os quais a língua portuguesa foi proibida". "Esta reintrodução [do português] acaba por ser um pouco mais difícil, porque muitos dos nossos jovens fizeram a sua formação na língua indonésia, mas as nossas crianças até ao sexto ano já aprendem o português e portanto todo o ensino é feito em língua portuguesa", disse a diplomata à agência Lusa.*
>
> *A embaixadora timorense acredita que esta geração contribuirá para que dentro de "cinco, seis ou sete anos o português seja uma realidade generalizada no quotidiano de Timor-Leste". A diplomata realçou também o empenho e espírito de sacrifício e de missão dos professores portugueses que estão a ensinar a língua e a formar os professores" do seu país.*
>
> *"Portugal tem feito um grande esforço nesta recuperação da língua portuguesa, mas também não quero deixar de enaltecer as iniciativas dos outros países da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], nomeadamente o Brasil, assim como os outros países", afirmou.*
>
> *Além do ensino, Pascoela Barreto realçou o "esforço" que o Governo timorense está a fazer para o desenvolvimento da língua portuguesa, fazendo questão de que todos os documentos oficiais sejam escritos em português. "Há, pelo menos, esse esforço de ir transpondo para o português toda a documentação oficial, incluindo a legislação", disse.*

A Justiça é "uma das aéreas sensíveis em que, para a embaixadora, Timor precisa de continuar a contar com a ajuda" lusófona. Os magistrados timorenses estão atualmente a receber formação, enquanto os tribunais funcionam essencialmente com juristas de outros países. Pascoela Barreto espera que, também em menos de uma década, a língua portuguesa seja a língua usada nos tribunais de Timor-Leste.

O número de falantes do português em Timor-Leste tem vindo a aumentar desde a independência do país, em 1999, estimando-se que passou de entre cinco a dez por cento para 25 por cento da população - um em cada quatro timorenses….

HFI. Lusa/fim

Ximenes Belo, pediu em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses. Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adotaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".

"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Díli "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste:"é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infraestruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".

D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a batizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.

"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse. A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong-Kong, onde as pessoas falam esta língua.

"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou. Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou. D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor). Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFT. LUSA. FIM

A propósito do 4º Colóquio Anual da Lusofonia cumpre-me, como organizador, tecer alguns considerandos.

Eram objetivos dos três Colóquio já realizados em Bragança: **Colocar Bragança em cena.**

Este ano pretendia-se discutir como **Tema Principal o problema da língua portuguesa em Timor-Leste** através dum painel de peritos mundiais. A cobertura da Comunicação Social foi superior à de anos transatos, embora grande parte dessa cobertura se deva à presença de Sua Ex.ª Rev.da D. Carlos F. Ximenes Belo.

1. Presença de peritos nas áreas em debate: tivemos a presença para além de D. Ximenes Belo, o Professor Doutor Benjamim Côrte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste (corresponsável pela política de implantação do Português em TL), a Dra. Pascoela Barreto, Embaixadora daquele país, a Prof. Dra. Regina de Brito (corresponsável pela política de implantação do Português em Timor-Leste), o Prof. Doutor Eng.º Barbedo de Magalhães, inúmeros professores cooperantes atuais e recentes em Timor-Leste.
2. Uma das razões preponderantes para organizarmos estes colóquios em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras. Mas os resultados não condizem com as queixas de interioridade e afastamento das forças locais: a assistência e presença de pessoas locais era mais reduzida ainda que em anos anteriores poucos e a título individual por interesse na temática. Houve uma ausência total das instituições de ensino da cidade e distrito. ***São estes quem mais se queixa da sua interioridade e isolamento, mas sendo-lhe dada esta oportunidade única de ter durante um dia um Prémio Nobel da Paz, e ouvir tantas e tão distintas personagens do mundo da Língua Portuguesa, preferem ignorar o evento e continuar a queixar-se? Os Colóquios estão já muito ligados ao nome de Bragança mas Bragança continua a ignorá-los***.

Não obstante estiveram registadas PRESENCIALMENTE mais de seis dezenas de pessoas, além de mais duma vintena de oradores. Essas pessoas vieram de TIMOR-LESTE, LISBOA, SINTRA, ALMADA, AVEIRO, BRAGA, COIMBRA, GUARDA, ÉVORA, VISEU, SEIA, ILHA DA MADEIRA, BRASIL (VÁRIOS ESTADOS), PORTO, GALIZA, VILA REAL, ALMODÔVAR, representando UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS de TIMOR-LESTE, BRASIL, LISBOA, AVEIRO, COIMBRA, ÉVORA, GUARDA, MADEIRA, VILA REAL, PORTO, VISEU. A nível académico e, dado o tema, melhor não seria possível e dificilmente essas pessoas viriam a Bragança.

3. Este Colóquio serviu para o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa, uma entidade supra política, supranacional que visa englobar todas as instituições de ensino e autarquias da CPLP, sendo Bragança uma das primeiras autarquias convidadas a subscrever o Protocolo.
4. A componente lúdica deste Colóquio permitiu uma vez mais, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caraterizada por almoços e jantares de trinta pessoas e um passeio a Rio de Onor em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se irão manter a nível pessoal e profissional. Este o segredo por trás da recente campanha que "salvou" o Ciberdúvidas, conforme foi dito por um responsável do site numa alocução ao público. É que os Colóquios da Lusofonia neste momento já movem cerca de duas mil pessoas através dos seus contactos na Internet.

Dados os pontos anteriores, pretendo aceitar o repto do Sr. Presidente da Câmara, engenheiro Jorge Nunes para um 5º Colóquio da Lusofonia em Bragança. Estes Colóquios podem ser marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver. Em Timor-Leste as pessoas ousadas que criaram novas respostas à realidade tiveram melhores resultados e muito mais progresso na implantação da língua portuguesa do que aqueles que se limitaram a papaguear a cartilha do ensino da língua portuguesa. Os timorenses agradecem e a comunidade de Lusofalantes ficou mais rica, mesmo que os bragançanos não tenham dado conta.

Cumpre realçar que o convívio existente entre os oradores e participantes não se restringiu aos almoços e jantares (refeições típicas regionais a preços económicos) desde domingo à noite até terça-feira, ele teve o seu ponto alto na visita guiada à Cidadela e a Rio de Onor, e em vez de ter terminado pelas 17.30 apenas se concluiu pelas 20:15…

As pessoas puderam trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informar que são os Colóquios Anuais da Lusofonia e que ainda recentemente mostraram o seu valor ao subscreverem uma petição internacional para salvar o sítio Ciberdúvidas, conforme foi realçado por um dos seus responsáveis durante as sessões do Colóquio.

Dentre os temas debatidos focando aspetos curiosos da Geografia à História de Timor, passando pelo Ensino e Cooperação, é importante realçar que os projetos com melhor e maior acolhimento foram aqueles que saíram das linhas institucionais rígidas. Trata-se de projetos em que os professores e cooperantes adaptaram os programas à realidade timorense e assim conseguiram uma adesão e participação entusiástica dos timorenses, que hoje os substituem já nessas tarefas. Este aspeto é notável, pois colide com a burocracia oficial e rígida que estipula quais os programas a aplicar sem conhecimento da realidade local e suas idiossincrasias. Em especial dois destes temas foram abordados por cooperantes brasileiros e portugueses, esperando-se que iniciativas semelhantes possam ser reproduzidas no futuro, pois só estes permitem preparar os timorenses para tomarem os seus destinos e os da sua Língua Portuguesa nas suas próprias mãos.

E deixo para outra oportunidade outras considerações sobre as propostas debatidas.

Lomba da Maia, S. Miguel, Açores, 8 outubro 2005

O Presidente da Comissão Executiva
4º Colóquio Anual da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO
Telefone: (+351) 296 446940 /Telemóvel: (+ 351) 91 9287816 /E-fax (E-mail fax): + (00) 1 630 563 1902
Correio eletrónico: lusofonia@sapo.pt /Página da internet: www.lusofonias.net

recortes de jornais

JORNAL LUSITANO

Porte pago

LUSITANO

Semanário • 845 | JORNAL DOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO | 24 de Setembro de 2005

ANO XVIII | Director: João Leite | Preço: 1,15€ + IVA INCLUÍDO À TAXA DE 5%

Irlanda do Norte

Bomba atinge casa com portugueses

No dia 18, a residência de três cidadãos emigrantes, dois deles portugueses, em Portadown, na Irlanda do Norte, foi atingida por uma bomba incendiária, sendo os seus ocupantes ocupado. Segundo a polícia norte-irlandesa, [illegible] com motivações racistas, que levou já à detenção de um suspeito. Desde 2001 que se têm verificado vários incidentes envolvendo portugueses emigrados na Irlanda do Norte.

Pág. 7

Ensino

'Escola Virtual' já em Outubro

No seu deslocação à Galiza – que terá como ponto alto a inauguração do consulado em Ajacio – Antonio Braga anunciou que o projecto *Ensino Virtual – Comunidade Portuguesa* irá arrancar no dia 24 de Outubro. Trata-se de uma iniciativa divulgada há alguns meses que visa a aprendizagem do Português através da Internet, por parte dos jovens filhos de portugueses emigrados e luso-descendentes.

Pág. 9

Língua Portuguesa em debate

Colóquio Internacional da Lusofonia

Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea é o tema do IV Colóquio Internacional da Lusofonia. O debate vai centrar-se no lugar da Língua Portuguesa em Timor-Leste e conta com a intervenção de vários especialistas que, através da troca de experiências, irão traçar um quadro dos principais problemas e soluções para o Portugal que, apesar de ser o idioma oficial no país não é falado pela maioria da população. A iniciativa engloba ainda actividades paralelas, como exposições lúdica que inclui um roteiro turístico de Bragança e mostra de livros. O evento conta com o apoio da autarquia bragantina e decorre nos dias 3 e 4 de Outubro, no Centro Cultural da cidade.

ENTREVISTA

Nelson Magalhães Fernandes,

pré-candidato à Presidência da República

10 GRANDE PLANO

Colóquio Internacional
Língua Portugu

Maria Leonor Vicente

GRANDE PLANO 11

da Lusofonia
esa em debate

«Em Portugal não se dá valor às pessoas com deficiências, mas é importante defender as minorias e o seu direito à informação»

1. AGÊNCIA ECCLESIA.PT 3 OUTUBRO 2005

Opinião | 1.ª Página | Editorial | Nacional | Internacional | Documentos | Dossier | Entrevista | Agenda

D. Ximenes Belo convidado especial do colóquio da lusofonia 3/10/2005

O Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, é convidado do Colóquio Anual da Lusofonia, que decorre segunda e terça-feira em Bragança, sob o tema "a Língua Portuguesa em Timor-Leste", anunciou hoje fonte da organização.

A iniciativa, da Câmara Municipal de Bragança aborda há quatro anos consecutivos as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

Na edição deste ano terá especial atenção o desenvolvimento do português em Timor-Leste, uma língua que não é falada pela maior parte dos habitantes, que se expressam em tétum.

A organização do Colóquio revelou à agência Lusa que "foi sobre modo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", dai a relevância das presenças do antigo administrador apostólico de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

Nacional | Agência Ecclesia| 03/10/2005 | 10:00 | 906 Carateres | © Copyright Agência Ecclesia - agencia@ecclesia.pt Ficha Técnica | Mapa do

Site Ecclesia Web Design > Terra das Ideias Copyright © Agência

www.DiarioDeTrasOsMontes.com

2. WWW.DIARIODETRASOSMONTES.COM 4 OUTUBRO 2005

Diário de TRAS-OS-MONTES

Garantida a continuação Bragança

D. Ximenes Belo encerra IV Colóquio Internacional de Lusofonia

O auditório do Centro Cultural de Bragança acolheu quase uma centena de pessoas no primeiro dia do IV Colóquio Anual de Lusofonia. Os trabalhos tiveram início de manhã, depois da observação do eclipse solar.

A abertura oficial esteve a cargo do presidente da autarquia, António Jorge Nunes, que anunciou o compromisso de manter em Bragança a realização dos colóquios de Lusofonia.

A sessão contou ainda com as presenças de Pascoela Barreto, embaixadora de Timor-Leste, e de Benjamim Côrte-Real, reitor da Universidade de Timor-Leste. Os debates interromperam para almoço, seguido de viagem ao Parque Natural de Montesinho.

Hoje de manhã, as conferências começam pelas 9h00 e prolongam-se até às 18h30, altura em que uma alocução de D. Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz, encerrará os trabalhos.

Da vasta lista de oradores, destacam-se as intervenções de Regina Brito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste; de Benjamim Côrte-Real, também membro do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste; e de Barbedo de Magalhães, presidente do IASI (International Institute for Asian Studies and Interchange)/FEUP.

Chrys Chrystello, membro da comissão executiva desde a criação do evento, sublinha o caráter autónomo da iniciativa, autossuficiente desde 2001. São os convidados que suportam os seus custos de deslocação, contando o colóquio com o apoio institucional da Câmara Municipal de Bragança, na cedência do espaço, na logística e na divulgação do evento.

ASR, 2005-10-04

www.DiarioDeTrasOsMontes.com

Diário de TRÁS-OS-MONTES
5 OUTUBRO 2005

IV Colóquio Internacional de Lusofonia Bragança

D. Ximenes Belo pede maior investimento na língua portuguesa

Ximenes Belo, pediu em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses.

Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adotaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque \"há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".

\"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Díli "não chega haver professores portugueses em Timor-Leste: "é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infraestruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".

D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a batizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.

\"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse.

A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong Kong, onde as pessoas falam esta língua.

\"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou.

Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

\"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou.

D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor).

Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFI.

Lusa, 2005-10-05

4. SBS - SPECIAL BROADCASTING SERVICE, AUSTRÁLIA 8 OUTUBRO 2005

SBS Sites
SEARCH SBS THE WEB

PROGRAM HOMEPAGE
ABOUT THE PROGRAM
WHO WE ARE
WHEN TO HEAR US
HOW TO CONTACT US

LISTEN TO THE LATEST BROADCAST

AUDIO HIGHLIGHTS

VER EM PORTUGUÊS

homeland

Chrys Chrystello on Portuguese Language in Timor-Leste: 8.10.2005
Nesta entrevista a Beatriz Wagner, Chrys Chrystello fala da quarta edição do Colóquio Anual de Lusofonia, em Bragança, Portugal, que teve como tema este ano o futuro da língua portuguesa em Timor-Leste, e que contou com a participação do Bispo Dom Ximenes Belo.
Duração: 8'15"
Play MP3 | Play Real

About SBS | Feedback
© 2002 Special Broadcasting Service
Terms and Conditions | Privacy | Disclaimer

MENSAGEIRO DE BRAGANÇA 2005-10-07 19:21

Mensageiro de Bragança
... uma nova visão da região transmontana!

Texto a Pesquisar
Pesquisar

- Primeira Página
- Editorial
- O Olhar
- Igreja
- Atual
- Cultura
- Desporto

- Assinaturas
- Publicidade
- Ficha Técnica

Atual

Bragança **Português em Timor**, 2005-10-06

Colóquio anual de Lusofonia traz D. Ximenes Belo para debater a situação da língua portuguesa em Timor Loro Sae

"O português foi a língua usada pelos guerrilheiros timorenses, foi uma língua de colonizadores, usada por uma comunidade para se tornar independente" – foi com estas palavras que D. Ximenes Belo, bispo resignatário de Díli, explicou, durante o quarto colóquio de Lusofonia, a importância de manter e defender a língua portuguesa em Timor Loro Sae.

Proibida durante anos, devido à ocupação de Timor Loro Sae pela Indonésia, a língua portuguesa resistiu, em parte, "devido à ação da Igreja católica". Hoje, segundo Chrys Chrystello, organizador do evento, "estima-se que, em três anos, a comunidade de falantes portugueses tenha aumentando de 5 por cento para 25 por cento".

CAPA

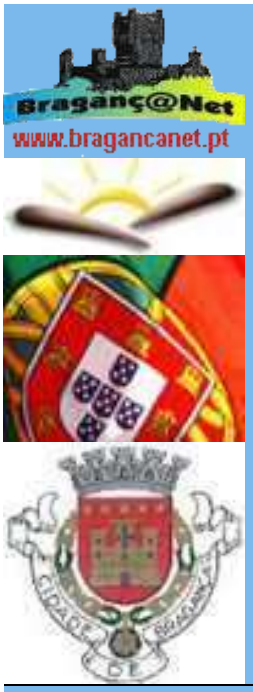
- Contactos

Ainda assim, D. Ximenes Belo alertou para "a resistência dos jovens em aprender o português", uma vez que consideram " a língua indonésia de mais fácil aprendizagem". O Nobel da Paz lembra, ainda, que "é preciso que o Estado português apoie mais Timor Loro Sae, uma vez que não existem praticamente infraestruturas, nem bibliotecas, que possam formar os timorenses".

"Durante 450 anos de ocupação portuguesa não se fez nada, e ainda se torturam timorenses para que aprendessem o português, por isso, hoje, a resistência à aprendizagem da língua, por parte dos jovens, tem tendência a crescer", explicou D. Ximenes Belo. O português é a segunda língua oficial de Timor Loro Sae, a par com o tétum, o idioma indígena mais difundido no território. Com a organização deste colóquio, Chrys Chrystello pretende que "Timor dê o passo seguinte e organize, já no próximo ano, um colóquio dedicado ao tema, com os cooperantes que lá estão, para que partilhem experiências e possam aplicar os melhores métodos na defesa e divulgação do português".

O organizador foca que "a partilha de experiências de quem está no terreno é o nosso principal objetivo". Desde há quatro anos na organização do evento, Chrys Chrystello assegura a "independência" através das inscrições dos participantes e com o apoio, ao nível logístico, da autarquia. Fotos inéditas de Xanana Gusmão em exposição no Centro Cultural

A par do quarto colóquio anual de lusofonia, este ano dedicado a Timor Loro Sae, o Centro Cultural recebe uma exposição fotográfica do líder Xanana Gusmão. Sob o título "rostos da lusofonia", Xanana Gusmão apresenta um conjunto de 33 fotografias inéditas. Para além da mostra de fotografia, estão patentes algumas peças de artesanato típico timorense, cuja venda reverte integralmente a favor da fundação "Alola", associação presidida pela primeira-dama Kirsty Gusmão, que se dedica a apoiar as mulheres. timorenses. Carla A. Gonçalves



6. RTPi 30 SETEMBRO 2005 EMITIDO EM 7 DE OUTUBRO

:: *RTPi NOTÍCIAS*
-Transmissão Semanal
Emissão de 7 de outubro
Cedido por: RTP ©

Bragança: D. Carlos Ximenes Belo convidado especial do colóquio da lusofonia *9/30/2005 às 14:44*

O Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Ximenes Belo, é convidado do Colóquio Anual da Lusofonia, que decorre segunda e terça-feira em Bragança, sob o tema "a Língua Portuguesa em Timor-Leste", anunciou hoje fonte da organização.

A iniciativa, da Câmara Municipal de Bragança aborda há quatro anos consecutivos as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

Na edição deste ano terá especial atenção o desenvolvimento do português em Timor-Leste, uma língua que não é falada pela maior parte dos habitantes, que se expressam em tétum.

Contudo, de acordo com Chrys Chrystello, da organização, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos.

A organização do Colóquio entende que "foi sobre modo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", dai a relevância das presenças do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

O evento vai permitir também aos participantes observarem a exposição com 33 fotografias de Timor e dos seus rostos, da autoria do presidente Xanana Gusmão.

A primeira-dama timorense, Kirsty Sword Gusmão, contribuiu também para a iniciativa com peças de artesanato que vão estar expostas no centro cultural

municipal de Bragança, onde decorre o colóquio da Lusofonia.
Estas peças poderão se compradas, revertendo a receita para a Fundação ALOLA, que se dedica a apoiar mulheres timorenses.
Durante os dois dias do colóquio terão lugar também debates sobre a tradução como forma de perpetuar a língua, exposições e concursos.
Segundo a organização, "uma das razões para realizar este colóquio em Bragança, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes, sem permitir a regiões desertificadas e afastadas ter ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras".
Lusa

7. LUSA 3 OUTUBRO 2005

Timor-Leste: Língua portuguesa dominante em menos de uma década - embaixadora

Bragança, 03 Out. (Lusa) - A embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Pascoela Barreto, admitiu hoje que, em menos de uma década, a língua Portuguesa falada atualmente por um quarto dos timorenses deverá ser generalizada a todo o país. A diplomata admitiu que o português ainda não faz parte do quotidiano dos timorenses, mas assegurou que o governo de Timor-Leste "está a tomar medidas" para que dentro de alguns anos isso seja uma realidade.
A embaixadora falava na abertura do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, que vai debater hoje e terça-feira a realidade de um país - Timor-Leste - que adotou como oficial uma língua que não é falada pela maioria dos seus habitantes. Os timorenses expressam-se, maioritariamente, em tétum. Segundo Pascoela Barreto, "há ainda alguma resistência à aprendizagem do português, devido aos 24 anos de ocupação indonésia, durante os quais a língua portuguesa foi proibida".
"Esta reintrodução [do português] acaba por ser um pouco mais difícil, porque muitos dos nossos jovens fizeram a sua formação na língua indonésia, mas as nossas crianças até ao sexto ano já aprendem o português e portanto todo o ensino é feito em língua portuguesa", disse a diplomata à agência Lusa.
A embaixadora timorense acredita que esta geração contribuirá para que dentro de "cinco, seis ou sete anos o português seja uma realidade generalizada no quotidiano de Timor-Leste".
A diplomata realçou também o empenho e espírito de sacrifício e de missão dos professores portugueses que estão a ensinar a língua e a formar os professores" do seu país.
"Portugal tem feito um grande esforço nesta recuperação da língua portuguesa, mas também não quero deixar de enaltecer as iniciativas dos outros países da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], nomeadamente o Brasil, assim como os outros países", afirmou.
Além do ensino, Pascoela Barreto realçou o "esforço" que o Governo timorense está a fazer para o desenvolvimento da língua portuguesa, fazendo questão de que todos os documentos oficiais sejam escritos em português.
"Há, pelo menos, esse esforço de ir transpondo para o português toda a documentação oficial, incluindo a legislação", disse.
A Justiça é "uma das aéreas sensíveis em que, para a embaixadora, Timor precisa de continuar a contar com a ajuda" lusófona. Os magistrados timorenses estão atualmente a receber formação, enquanto os tribunais funcionam essencialmente com juristas de outros países.
Pascoela Barreto espera que, também em menos de uma década, a língua portuguesa seja a língua usada nos tribunais de Timor-Leste. O número de falantes do português em Timor-Leste tem vindo a aumentar desde a independência do país, em 1999, estimando-se que passou de entre cinco a dez por cento para 25 por cento da população - um em cada quatro timorenses.
A organização do colóquio da lusofonia, a cargo da Câmara de Bragança e da Fundação "Os nossos Livros", entende que a ação da Igreja Católica contribuiu para que a língua portuguesa se mantivesse em Timor, mesmo durante a ocupação indonésia. Daí a relevância atribuída à presença, em Bragança, do bispo resignatário de Díli e Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, que é o convidado especial no segundo dia de trabalhos, terça-feira.
HFI. Lusa/fim

8. LUSA 4 OUTUBRO 2005

Timor-Leste: D. Ximenes Belo pede maior investimento na língua portuguesa

Bragança, 04 Out. (Lusa) - O bispo resignatário de Díli, D. Ximenes Belo, pediu hoje em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses.
Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adotaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".
"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.
Para o antigo bispo de Díli "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste:"é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infraestruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".
D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a batizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.
"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse. A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong Kong, onde as pessoas falam esta língua.
"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou. Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.
"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou.
D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor).
Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.
HFI. Lusa/Fim

MENSAGEIRO DE BRAGANÇA 2005-10-07 19:21

Mensageiro de Bragança ...uma nova visão da região transmontana!

Actual

Bragança, **Português em Timor** , 2005-10-06

Colóquio anual de Lusofonia traz D. Ximenes Belo para debater a situação da língua portuguesa em Timor Loro Sae

"O português foi a língua usada pelos guerrilheiros timorenses, foi uma língua de colonizadores, usada por uma comunidade para se tornar independente" – foi com estas palavras que D. Ximenes Belo, bispo resignatário de Díli, explicou, durante o quarto colóquio de Lusofonia, a importância de manter e defender a língua portuguesa em Timor Loro Sae.

Proibida durante anos, devido à ocupação de Timor Loro Sae pela Indonésia, a língua portuguesa resistiu, em parte, "devido à ação da Igreja católica". Hoje, segundo Chrys Chrystello, organizador do evento, "estima-se que, em três

anos, a comunidade de falantes portugueses tenha aumentando de 5 por cento para 25 por cento".

Ainda assim, D. Ximenes Belo alertou para "a resistência dos jovens em aprender o português", uma vez que consideram " a língua indonésia de mais fácil aprendizagem".

O Nobel da Paz lembra, ainda, que "é preciso que o Estado português apoie mais Timor Loro Sae, uma vez que não existem praticamente infraestruturas, nem bibliotecas, que possam formar os timorenses".

"Durante 450 anos de ocupação portuguesa não se fez nada, e ainda se torturam timorenses para que aprendessem o português, por isso, hoje, a resistência à aprendizagem da língua, por parte dos jovens, tem tendência a crescer", explicou D. Ximenes Belo.

O português é a segunda língua oficial de Timor Loro Sae, a par com o tétum, o idioma indígena mais difundido no território. Com a organização deste colóquio, Chrys Chrystello pretende que "Timor dê o passo seguinte e organize, já no próximo ano, um colóquio dedicado ao tema, com os cooperantes que lá estão, para que partilhem experiências e possam aplicar os melhores métodos na defesa e divulgação do português".

O organizador foca que "a partilha de experiências de quem está no terreno é o nosso principal objetivo". Desde há quatro anos na organização do evento, Chrys Chrystello assegura a "independência" através das inscrições dos participantes e com o apoio, ao nível logístico, da autarquia.

Fotos inéditas de Xanana Gusmão em exposição no Centro Cultural

A par do quarto colóquio anual de lusofonia, este ano dedicado a Timor Loro Sae, o Centro Cultural recebe uma exposição fotográfica do líder Xanana Gusmão.

Sob o título "rostos da lusofonia", Xanana Gusmão apresenta um conjunto de 33 fotografias inéditas. Para além da mostra de fotografia, estão patentes algumas peças de artesanato típico timorense, cuja venda reverte integralmente a favor da fundação "Alola", associação presidida pela primeira-dama Kirsty Gusmão, que se dedica a apoiar as mulheres timorenses.

Carla A. Gonçalves [Imprimir artigo]

Os comentários são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. À entidade gestora reserva-se o direito de não publicar os comentários. Os campos assinalados a asterisco (*) são de preenchimento obrigatório.
Copyright ©, 2004 - Mensageiro de Bragança. Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a cópia, total ou parcial, dos conteúdos do presente Site.

9. O PRIMEIRO DE JANEIRO* *09 DE OUTUBRO DE 2005

FUNDADO EM 1868
O PRIMEIRO DE JANEIRO
www.oprimeirodejaneiro.pt

nomatica.pt

JANEIRO DIRECTO | QUEM SOMOS | ARQUIVO | ASSINAR | PEÇA NOTICIAS | CONTACTOS 09 de outubro de 2005

11. O PRIMEIRO DE JANEIRO 1 NOVEMBRO 05

O PRIMEIRO DE JANEIRO

PRIMEIRA PAGINA
EDITORIAL
PORTO
CASOS DO DIA
REGIÕES
NACIONAL
INTERNACIONAL
ECONOMIA
DESPORTO
CULTURA
ANÚNCIOS PESSOAIS
OPINIÃO
SOCIEDADE
INFORMAÇÕES ÚTEIS
ULTIMA

ARTES E LETRAS > Lusofonia

Balanço do 4.º Colóquio Anual da Lusofonia

ATÉ PARA O ANO e obrigado à Câmara Municipal de Bragança e seu Departamento Sociocultural .A Comissão Executiva

ATAS - ANAIS III COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA 2004

BRAGANÇA, PORTUGAL 21-22-23 OUTUBRO 2004 NO CENTRO CULTURAL NA PRAÇA DA SÉ

BRAGANÇA **PORTUGAL** 21-23 outubro 2004

: www.lusofonias.net

Comunicado à imprensa

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA ORGANIZA O 3º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

Após o sucesso da anterior edição, a **Câmara Municipal de Bragança**, decidiu manter a sua aposta cultural na realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizar um **Colóquio Anual Internacional da Lusofonia** assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino. Para o Colóquio deste ano (21 a 23 de outubro) pretendeu-se chamar à ribalta a "outra" língua oficial de Portugal, o MIRANDÊS cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema. A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar essa realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal renegou durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acorda para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, desconhecendo que assim se empobrece e dá uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmo.

O nordeste transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas milenares, como o mirandês e outras falas asturo-leonesas. O feito que estes povos conseguiram é hoje, com todo o mérito, património da humanidade. A essas línguas vem agarrada uma cultura riquíssima que se expressa na literatura popular de tradição oral, na música, na dança, e num conjunto de saberes e de saber fazer que se decantaram ao longo de milhares de anos. Refletir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas "minoritárias" (apenas em sentido quantitativo) não continuem a ser, de facto, menorizadas. Mas é também refletir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento que não tenha como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de autoestradas.

Iremos debater a problemática da Língua Portuguesa no Mundo, não somente em termos das suas formulações históricas e teóricas mas e sobretudo, **analisar as suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança.**

Por fim, salientemos que se pretende

- Contribuir para a presença, difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias que persistem em Trás-os-Montes e noutras regiões do país.

- Explorar e analisar as questões da tradução como forma privilegiada de divulgação, expansão e revitalização da Língua Portuguesa no Mundo.
- Analisar o Ensino de Português como língua materna e língua estrangeira (segunda)
- Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

LOCAL DO COLÓQUIO: Anfiteatro Centro Cultural De Bragança, Praça Da Sé

1. TEMAS DO COLÓQUIO:

I.1. LÍNGUAS, CULTURAS E DIALETOS MINORITÁRIOS

Coordenação Dr. Amadeu Ferreira, Professor Convidado da Universidade Nova de Lisboa

1.1. LÍNGUAS, CULTURAS E DIALETOS MINORITÁRIOS
1.1.1. O MIRANDÊS.
1.1.2. O QUE RESTA DO RIODONORÊS?
1.1.3. O BARRANQUENHO AINDA SE FALA?
1.1.4. DIALETOS E LÍNGUAS MINORITÁRIOS EM PORTUGAL (ex.º Russo, Moldavo, Ucraniano, Crioulo Cabo-verdiano, Tétum, etc.)

I.2. LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS DE TRADUÇÃO

Coordenação Drs. Helena, IPB, & Chrys Chrystello, UTS Sydney Austrália

2.1. LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS DE TRADUÇÃO
2.1.1. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE TRADUÇÃO
2.1.2. A TRADUÇÃO DE AUTORES PORTUGUESES
2.1.3. O ENSINO DA TRADUÇÃO E OS DESAFIOS EUROPEUS E MUNDIAIS

I.3. ENSINO DE PORTUGUÊS (LÍNGUA MATERNA E ESTRANGEIRA)

Coordenação Drs. Helena, IPB, & Chrys Chrystello, UTS Sydney Austrália

3.1. ENSINO DE PORTUGUÊS (LÍNGUA MATERNA E ESTRANGEIRA)
3.1.1. ENSINO DE PORTUGUÊS como língua materna
3.1.2. ENSINO DE PORTUGUÊS como LE/L2

II. ATIVIDADES PARALELAS: ARTES E LITERATURA

Coordenação Professor Dr. Luís Canotilho, Instituto Politécnico de Bragança

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE ARTÍSTICA PARALELA

Divulgar os artistas do espaço lusófono;

Aproximar, contactar e dinamizar os países de língua oficial portuguesa, possuidores uma riquíssima diversidade cultural e social e que comungam da mesma língua e passado;

Desenvolver a criatividade e a expressividade

REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: LUISCANO@IPB.PT

III. COMPONENTE LÚDICA

Coordenação da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Bragança

O paraíso é aqui: roteiro turístico de Bragança

Visita à Cidade e ao Parque Nacional de Montesinho, Incl. Montesinho e Rio de Onor

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE LÚDICA

Visitar aquela que foi a última aldeia comunitária da península

Dar a conhecer a cidade e o seu parque natural de Montesinho como elemento de divulgação da região e suas gentes

Indução da região como destino privilegiado

2. HORÁRIO DAS SESSÕES DO COLÓQUIO

1º DIA	21 OUTUBRO quinta-feira TEMA 2
08.45- 09.15	REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS
09.30	ABERTURA OFICIAL DOS TRABALHOS
11.30	1º ORADOR ISA MARA ROSA ALVES 2.1.3
12.00	2º ORADOR REBECA HERNANDÉZ 2.1.1
12.30	3º ORADOR **M.ª ROSA ADANJO CORREIA** 2.1.1

13.00	FIM DA SESSÃO. ALMOÇO SEGUIDO DE VISITA
2º DIA	22 OUTUBRO sexta-feira TEMA 3
08.45- 09.15	REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS
10.00	1º ORADOR HELENA MATEUS MONTENEGRO 3.1.1
10.30	2º ORADOR LUCIANO BAPTISTA PEREIRA 3.1
11.00	INTERVALO
11.30	3º ORADOR ELIZABETE APARECIDA MARQUES 3.1.2
12.00	4º ORADOR M.ª D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO 3.1.2
12.30	5º ORADOR LINO MOREIRA DA SILVA 3.1.2
13.00	FIM DA SESSÃO. ALMOÇO SEGUIDO DE VISITA
3º DIA	23 OUTUBRO sábado TEMA 1
08.45- 09.15	REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS
09.30	1º ORADOR ÂNGELO CRISTÓVÃO 1.1
10.00	2º ORADOR CECÍLIA FALCÃO, CLÁUDIA FERREIRA, CLÁUDIA MARTINS,, MANUEL MOREIRA DA SILVA 2.1.1
10.30	3º ORADOR JOÃO CABRITA 3.1.1
11.00	INTERVALO
11.30	4º ORADOR CHRYS CHRYSTELLO 2.1.
12.00	5º ORADOR DOMINGOS RAPOSO 1.1.1
12.30	6º ORADOR MÁRIO CORREIA 1.1.1
13.00	INTERVALO PARA ALMOÇO
15.30	7º ORADOR DUARTE MARTINS 1.1.1
16.00	8º ORADOR AMADEU FERREIRA 1.1.1
16.30	INTERVALO
17.00	9º ORADOR ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES 1.1.1
17.30	10º ORADOR CARLOS FERREIRA 1.1.1
18.00	CONCLUSÕES FINAIS, DEBATE E ENCERRAMENTO

3. ORADORES, INSTITUIÇÕES, TÍTULOS E HORÁRIOS

CONFERENCISTA	TÍTULO	Sub tema	Dia Hora
1. AMADEU FERREIRA, FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	A LÍNGUA MIRANDESA: UNIDADE E DIVERSIDADE. NOTAS DE UM PERCURSO	1.1.1	23 16.00
2. ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASS. DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL	O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA	1.1	23 09.30
3. ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES, CENTRO ESTUDOS ANT.º Mª MOURINHO – CEAMM	A LÍNGUA MIRANDESA: VERDADES, DISCÓRDIAS E UTOPIAS	1.1.1	23 17.00
4. CARLOS FERREIRA, UNIVERSIDADE DE SALAMANCA	O LEVANTE DO NORDESTE TRANSMONTANO – A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO.	1.1.1	23 17.30
5. DOMINGOS RAPOSO, COORDENADOR ENSINO MIRANDÊS/MIRANDA DO DOURO.	LITERATURA MIRANDESA	1.1.1	23 12.00
6. DUARTE MARTINS, ESCOLAS DE SENDIM/E. S. MIRANDA DO DOURO.	EXPERIÊNCIA DE UMA RECOLHA DE LITERATURA ORAL E TRADICIONAL MIRANDESA NUA ALDEIA DA TERRA DE MIRANDA – MALHADAS	1.1.1	23 15.30

7. MÁRIO CORREIA, CENTRO DE MÚSICA TRADICIONAL SONS DA TERRA/ FESTIVAL INTERCÉLTICO DE SENDIM	RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA. A TRADIÇÃO NÃO MORRE COM A MUDANÇA. CONTINUIDADE, VARIABILIDADE, SELETIVIDADE. AUTENTICIDADE E PUREZA. O SUPORTE FONOGRÁFICO E A QUEBRA DA ORALIDADE. MUDANÇA DOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE. TRADIÇÃO E MODERNIDADE.	1.1.1.	23 12.30
8. AUSENTE RUI GUIMARÃES, UNIV. TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO – UTAD	O DIALETO BARROSÃO E O PORTUGUÊS ANTIGO – PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DAS RAÍZES DA LÍNGUA PORTUGUESA NA DIMENSÃO LUSÓFONA DE HOJE	1.1	23 11.30
9. CECÍLIA FALCÃO, E.S. MIGUEL TORGA 10. CLÁUDIA FERREIRA, UNIV. AVEIRO; 11. CLÁUDIA MARTINS, ESEB/IPB 12. FANTINA PEDROSO, AUSENTE 13. MANUEL MOREIRA DA SILVA, INST. SUP. CONTÁBIL. E ADMIN. PORTO – ISCAP	RECURSOS PARA A TRADUÇÃO TÉCNICA E CIENTIFICA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	2.1.1	23 10.00
14. ISA MARA DA ROSA ALVES, UNIV. DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS	A AMBIGUIDADE E A TRADUÇÃO AUTOMÁTICA: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO	2.1.3	21 11.30
15. REBECA HERNÁNDEZ, UNIVERSIDAD DE SALAMANCA	A INTEGRAÇÃO CONCETUAL E A TRADUÇÃO DAS LITERATURAS PÓS-COLONIAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA	2.1.1	21 12.00
16. M.ª ROSA ADANJO CORREIA, E.S. MARQUES DE POMBAL, LISBOA	LUSOFONIA E A PROBLEMÁTICA DA TRADUÇÃO DAS "OUSADIAS VERBAIS" DE LUANDINO VIEIRA E DAS "ESCREVÊNCIAS DESINVENTOSAS" DE MIA COUTO	2.1.1	21 12.30
17. ELIZABETE APARECIDA MARQUES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	VALORES SEMÂNTICOS DOS TURNOS DE APOIO CONVERSACIONAIS EM PORTUGUÊS E SEUS EFEITOS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	3.1.2	22 11.30
18. HELENA MATEUS MONTENEGRO, UNIVERSIDADE AÇORES	DESGRAMATICALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – DO DESVIO AO ERRO	3.1.1	22 10.00
19. JOÃO CABRITA, ESC. EMÍDIO GUERREIRO BRAGANÇA	A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUSOFONIA: A PERENIDADE DE UMA MUNDIVIVÊNCIA	3.1.1	23 10.30
20. LINO MOREIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO	O PRESENTE E O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSAE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	3.1.2	22 12.30
21. LUCIANO BAPTISTA PEREIRA, ESE SETÚBAL	A CULTURA E O IMAGINÁRIO AÇORIANO CATARINENSE NA OBRA LITERÁRIA DE FRANKLIN CASCAES	3.1	22 10.30
22. M.ª D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA	ERROS OU EQUIVOCAÇÕES NO USO DOS CONETORES ARGUMENTATIVOS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE	3.1.2	22 12.00

CRUZ - UESC HISPANOFALANTES
APRENDIZES DE PORTUGUÊS?

4. FICHA TÉCNICA:

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Eng.º Jorge Nunes, Presidente Da Câmara Municipal De Bragança
Dr.ª Isabel Lopes, Vereadora Da Cultura, Ensino, Turismo, Desporto E Ação Social Da CMB
Dr. Eleutério Alves, Diretor Do Departamento Sociocultural Da CMB

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. Amadeu Ferreira, Professor Convidado Da Universidade Nova De Lisboa
Professor Dr. Luís Canotilho, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)
Dra. Helena Chrystello, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)
Dr. Chrys Chrystello, UTS, Sydney, Austrália

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professor Dr. Luís Canotilho, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)
Dr. Amadeu Ferreira, Professor Convidado Da Universidade Nova De Lisboa
Dra. Helena Chrystello, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)
Dr. Chrys Chrystello, UTS, Sydney, Austrália
Dr. João Pedro Caravaca, Universidade Católica, Porto

SECRETARIADO E LOGÍSTICA

DIVISÃO DE CULTURA DA CMB: ALEXANDRE CASTRO e PEDRO SANTOS
VOLUNTÁRIOS Alunos do IPB

****

ARTESANATO LOCAL EM EXIBIÇÃO:

DE LA LLENGUA MIRANDESA
Centro de Recursos da Língua Mirandesa

ASPETO DO ANFITEATRO ANTES DAS SESSOES

A TUNA DO IPB NA SESSÃO DE ABERTURA

DISCURSO DE ABERTURA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, Eng.º JORGE NUNES

professional
translator, an
Australian
viewpoint

5. DISCURSO DO PRESIDENTE DO COMITÉ EXECUTIVO DO COLÓQUIO CHRYS CHRYSTELLO:

Bragança (Portugal)

Sr. Presidente da Câmara,
Sr. Eng.º Frias representando o Exmo. Sr. Governador Civil
Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Esc. Superior de Educação de Bragança
Sra. Diretora do Arquivo Distrital
Srs. Presidentes da Junta de Freguesia da Sé e de Santa Maria
Demais entidades
Excelências,
Ilustres Conferencistas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero agradecer ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara que patrocina e organiza este raro evento cultural do panorama português. No ano passado, sem hesitar, apoiou esta iniciativa e decidiu incorporá-la com caráter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é atualmente proporcionada aos habitantes de Bragança. Agradecimentos são igualmente merecidos à Dra. Isabel Lopes, vereadora da Cultura, ao Dr. Eleutério Alves, e aos Srs. Pedro Santos e Alexandre Castro da Divisão Cultural da Câmara, sempre incansáveis e prontos a resolver os mil e um desafios que uma organização desta envergadura acaba por acarretar. É igualmente devido o nosso reconhecimento às livrarias e editoras que se juntaram a nós promovendo livros e descontos nalgumas publicações, e o nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e por último o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respetivamente, Ana Botelho, Patrícia Nogueira, Marco Paz e Catarina Rabaçal.

Uma palavra muito especial aos Coordenadores das várias vertentes do Colóquio deste ano: ao Dr. Amadeu Ferreira que teve a seu cargo a coordenação do ponto alto deste Colóquio nomeadamente o tema das *Línguas, Culturas e Dialetos Minoritários* e muito em especial LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL; à Dra. Helena Chrystello e ao Dr. João Pedro Caravaca coordenadores dos

Temas *Língua Portuguesa e Estudos de Tradução* e o *Ensino de Português como Língua Materna e como Língua Estrangeira*., e ao Professor Luís Canotilho que perseverou na componente de Artes e que este ano nos trás uma mostra fotográfica e a promessa de novos voos em futuros colóquios.

Embora hoje seja um dia de festa para nós, a Lusofonia está de luto desde 27 de maio por José Augusto Seabra[1,] meu mentor intelectual e colega de várias iniciativas, que nestes três anos foi o patrono dos Colóquios de Lusofonia iniciados sob a égide da SLP – Sociedade da Língua Portuguesa – em 2002 no Porto, e em Bragança 2003. Era também um dos membros dos Comités Cientifico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALFE – Associação dos Lusofalantes na Europa – que serviu como elo motivador de algumas iniciativas culturais sempre ligadas à defesa e preservação da língua portuguesa. Sem ele vai ser difícil prosseguir, pois sempre teve o estímulo certo para os momentos de desânimo, e as palavras de incentivo rumo a uma utopia alicerçada nos seus múltiplos saberes. Foi no seu reinado como ministro da Educação que deu o aval ao Politécnico de Bragança, onde ainda há meses proferiu a Oração de Sapiência. José Augusto Seabra, um literato no mais amplo sentido, um homem das Letras, um republicano indefetível na senda dos verdadeiros republicanos da Iª República. Como Embaixador promoveu a Linga e a Cultura portuguesas de forma ousada e inovadora nos países onde exerceu, como diretor da Revista Internacional de Língua Portuguesa das Universidades da CPLP editava-a com o labor e a minúcia de quem ama a língua, sempre em busca de autores menos consagrados que merecessem ser apoiados. Para trás ficam inúmeros projetos por acabar e inúmeros sonhos por realizar. Infelizmente, nem os políticos nem os meios de comunicação social portugueses deram o relevo devido à sua passagem para o lado outro deste espelho que é a vida. Ao ajudarmos a organizar o Colóquio deste ano, prestamos-lhe aqui uma singela homenagem nestes três dias, onde a sua presença se fará sentir e decerto nos ajudará a conseguir os almejados objetivos deste evento que vem colocar Bragança no lugar cimeiro e rarefeito das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua portuguesa, a sexta mais falada em todos os continentes, por 200 milhões de pessoas.

Antes de mais queria porém dar-vos a conhecer um pouco desta terra que em tão pouco tempo me soube cativar, despertando em mim heranças transmontanas obnubiladas e laços de coração e sangue que eu olvidara. Sim, esta terra que me acolhe como quem trata um filho emérito, soube adotar-me engalanada nas suas belezas que contrastam com a agrura excessiva do seu clima.

A sua qualidade de vida faz corar de inveja os habitantes das grandes urbes portuguesas pois Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por mais de 6000 estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes da sua rica história, do seu comércio tradicional e do mais recente. A sua modernização está representada nas novas avenidas decoradas com peças escultóricas e no trabalho da ubíqua Polis que veio recuperar e embelezar espaços que o tempo e a

---

I[1] JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Poeta, Ensaísta, Crítico, Professor Universitário e Diplomata. Opositor democrático ao regime de Salazar, quando estudante, foi preso e condenado por motivos políticos, tendo de exilar-se na URSS e só regressando a Portugal com a queda da ditadura em 1974. Em Paris doutorou-se em Letras, pela Sorbonne, em 1971 com uma tese sobre Fernando Pessoa, sob a orientação de Roland Barthes, tendo sido professor na Universidade de Paris X e na Escola Normal Superior.

Professor catedrático na Universidade do Porto, foi fundador do Centro de Estudos Pessoanos e do Centro de Estudos Semióticos e Literários, sendo Diretor da Revista "Nova Renascença".

Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi Ministro da Educação do IX Governo Constitucional (1983-1984). Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL:

1. Poesia:
A Vida Toda (1961)
Os Sinais e a Origem (1967)
Tempo Tátil (1972)
Desmemória (1977)
O Anjo (1980)
Gramática Grega (1985)
Fragmentos do Delírio (1990)
Do Nome de Deus (1990)
Enlace, em colaboração com Norma Tasca (1993)
Sombras de Nada (1996)
Amar a Sul (1997)
Conspiração da Neve (1999)
Oximoros (2001)
Tangos Mentais (2002)
2. Ensaio:
Fernando Pessoa ou o Poetodrama (1974)
Poética de Barthes (1980)
O Heterotexto Pessoano (1985)
Cultura e Política ou a Cidade e os Labirintos (1986)
Poligrafias Poéticas (1994)
O Coração do Texto / Le Coeur du Texte 81996)
Edição crítica de Mensagem e Poemas Esotéricos de Fernando Pessoa (1993)
Tradução de Poemas de Mallarmé Lidos por Fernando Pessoa (1998)
: www.lusofonias.net

incúria haviam deixado ao abandono, como as margens deste Rio Fervença que serpenteia pela urbe. Do novo Teatro ao novo Centro Comercial, ao novo Centro Cultural e a uma oferta variada em todos os aspetos da vida quotidiana nada nos falta.

Tudo isto serve para me encher de orgulho por viver aqui. Como tal queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história que é **Bragança**: basta um curto passeio pela Rua Direita e pela Rua de Trás para consumarmos uma verdadeira viagem no tempo. A antiga Cidade de origem neolítica foi, posteriormente, um importante centro romano localizado na zona atual da Sé, onde nos encontramos. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e essa Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme recentes escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que hoje podem ser observados em exposição neste edifício.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Foi assim que surgiu Benquerença e nela se edificou o castelo que nos olha sobranceiro. Ali se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*, precioso exemplar da arquitetura românica portuguesa do século XIII.

Depois duma primeira tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família de D. Afonso Henriques, o Rei D. Sancho I[2] concedeu a Bragança, em 1187 foral com grandes privilégios, no intuito de fixar moradores, tendo sido construído nessa época o castelo. Em 1464, a pedido do 2º Duque, D. Fernando, Bragança recebe de D. Afonso V, o foral de cidade. A partir de então a terra cresceu depressa.

Dentre as lendas mais antigas da cidade está a da visita de S. Francisco de Assis que, aqui parou quando ia em peregrinação a Compostela, e fundou o mais antigo convento franciscano em Portugal. O Santo de Assis nunca veio à Península, mas é muito verosímil que o convento franciscano de Bragança esteja relacionado com um albergue para peregrinos de Compostela, que já existia no séc. XII. Essa função de escala no Caminho de Santiago pode ajudar a compreender a fixação de uma importante colónia de judeus, cuja atividade foi decisiva para o desenvolvimento económico da região.

A paisagem é rude e bravia, e numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguedo. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e nos séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro manufator de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo.

Noutro extremo menos agradável, a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança. Vitimou ao todo 734 artesãos segundo os números averiguados pelo sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil artesãos) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença altiva do *Parque Natural de Montesinho*

http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html[3].

---

[2]

D. Sancho I (O Povoador)

Nasceu em Coimbra a 11 de novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar ativamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de conquistar pelos Mouros, já que não havia neles qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao surgimento de um diferendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de Março de 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

: www.lusofonias.net

---

[3] ***PARQUE NATURAL DE MONTESINHO***

Com uma superfície de 75 000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído.

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois peregrinou pela cidade para voltar a ser reposto e reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade.

Da Rua Direita, subindo pela "Costa Grande" entramos no labirinto da Cidadela onde as ruas têm um aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa "A Porca da Vila," um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. A escultura representa um animal do tipo da famosa Porca de Murça.

Depois de vista a Domus Municipalis de datagem e fins indefinidos, devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar. Não vos falarei hoje aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre *Museu Abade de Baçal*[4], http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt que aguarda a vossa prolongada visita.

Outra das lendas diz que foi a 50 metros do Museu, na Igreja de S. Vicente, que se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas em barro de habitações da região ou das máscaras de madeira típicas de tantas festas transmontanas e aqui disponíveis como tiveram decerto oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes. Por fim, esqueçam as dietas e degustem a ótima cozinha regional, como mais tarde iremos todos comprovar.

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Convém então, porque o tempo urge, lutar por uma política efetiva de língua para defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria.

O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais. A região é caraterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As atitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho. Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maçãs. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela.

Os terrenos são dominantemente xistentos, tendo no entanto expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais.

CLIMA

Sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspetos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental. O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a caraterística mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caraterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».

Como Ir:

De Lisboa ou do Porto pela A1, pelo IP4 em direção a Bragança. Da Zona Centro, apanhe a N102 em Celorico da Beira até Macedo de Cavaleiros e depois o IP4 até Bragança.

[4] ***MUSEU DO ABADE DE BAÇAL*** ! Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as coleções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com coleções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Além dos tratos de polé que a língua sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real. Temos o que merecemos, porque à flácida e ignorante exigência a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma conivência. Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância. Confundimos quase sempre a esperteza com inteligência sem distinguir a demagogia e o populismo das políticas sérias e profícuas. Raramente usamos ideias próprias mesmo quando as temos, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com um falso *jet* set que nem é jet nem set.

Este colóquio, como pedrada no charco que pretende ser, visa alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. Visa alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Para tal importa reformular grande parte dos cursos que hoje proliferam pelo país sem qualquer contacto com a realidade do mundo da tradução e interpretação. A atual crise portuguesa não é meramente económica mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade ilustrada pelo seu falar. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer.

: www.lusofonias.net

Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o uniformismo é a regra de referência, a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, e a posse de um diploma superior constitui ainda uma inegável vantagem competitiva, continua a grassar a desresponsabilização. Os cursos estão desajustados ao mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais, e ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?

Recentemente o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia "O Português parece-me que tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas. O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas." [1]

Posteriormente manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de línguas aborígenes e espantado pelo desenvolvimento de outras contactei aquele distinto linguista. Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno solo do Reino Unido, tal como ele afirma para os casos do Cúmbrico, Norn e Manx, perguntei-lhe qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos. A sua resposta[5] pode-nos apontar um de muitos caminhos.

Diz David Crystal: "As palavras de empréstimo mudam, de facto, o caráter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto é, sem dúvida, a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do

[5] Em Março 2002

vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românicas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que alguns dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de Latim e de Francês na sua origem.

Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. A realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.

Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como, por exemplo, debati no meu livro Language Death. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção. Existe de facto uma necessidade de haver uma POLÍTICA DA LÍNGUA, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo." Por partilhar esta opinião do professor David Crystal espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

Chrys Chrystello MA ©2004

6. SINOPSES, BIODADOS E TRABALHOS FINAIS

1. AMADEU FERREIRA, UNIVERSIDADE DE LISBOA

Amadeu José Ferreira, natural de Sendim, concelho de Miranda do Douro, 54 anos.

Mestre em direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, professor auxiliar convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde rege a cadeira de Títulos de Crédito e Valores Mobiliários.

Vogal do Conselho Diretivo da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Tem várias publicações na área do direito e da língua mirandesa (estudos, poesia, prosa, teatro, tradução).

É presidente da Associaçon de Lhéngua Mirandesa, coordena a página, em mirandês, do Jornal Nordeste "Tierra Giente i Lhéngua" tem ensinado língua e cultura mirandesa em diversos cursos.

A LÍNGUA MIRANDESA: DA DIVERSIDADE À UNIDADE E A SUPERAÇÃO DO COMPLEXO DE PATINHO FEIO.

I. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A diversidade da língua mirandesa é um dos principais aspetos em que se manifesta a sua riqueza. Essa diversidade é pouco conhecida e está pouco estudada com rigor. Essa diversidade, porém, em nada atenta contra a unidade da língua mirandesa, essencial ao seu desenvolvimento. É importante traçar os contornos dessa unidade para que aquela riqueza diversa não seja beliscada.

No seu percurso, a língua mirandesa não se tem mantido estática. Evoluiu, como qualquer realidade que está viva. Importa ter presentes os contornos dessa evolução e incentivá-la. Ao longo desse percurso, os próprios mirandeses têm vindo a alterar a sua perceção da própria língua e a consciência linguística. É importante passar em revista essas conceções dos falantes sobre a língua mirandesa e verificar até que ponto têm sido um obstáculo ao seu desenvolvimento e podem prejudicar a sua subsistência.

Quando, em 1882, José Leite de Vasconcellos descobriu o mirandês e o deu a conhecer ao mundo, deparou com uma realidade: uma visão negativa dos próprios falantes relativamente ao valor da sua própria língua, uma espécie de complexo do patinho feio.

Quando, no verão de 1883, visita pela primeira vez a Terra de Miranda, aquele autor descobre algo que é inerente ao próprio ser da língua mirandesa: a diversidade de uma língua exclusivamente oral, moldada ao longo de séculos por inúmeras e diversificadas influências, e acantonada dentro de cada aldeia.

Quer um quer outro destes aspetos foram sendo, posteriormente, valorados e aprofundados por outros autores de modo diverso. Como dados objetivos que são, apresentam uma evolução muito particular de então para cá, já lá vai mais de um século. É à análise daqueles dois elementos e à sua evolução que dedico a breve reflexão que se segue, procurando, por um lado, pôr em destaque a diversidade da língua mirandesa e os caminhos de unidade que tem vindo a trilhar, e, por outro, atender a algumas das manifestações que mostram uma conceção negativa dos próprios falantes quanto à sua língua, noutras palavras, procuro indagar até que ponto os mirandeses ultrapassaram o complexo de patinho feio que tem marcado a sua relação com a própria língua.

II. DA DIVERSIDADE À UNIDADE

1.

José Leite de Vasconcellos fez a sua mais desenvolvida investigação sobre o mirandês em Duas Igrejas porque daí era natural o seu condiscípulo Branco de Castro, isto é, por mero acaso e não devido a uma escolha previamente programada, de acordo com critérios que lhe permitissem, por exemplo, ir em busca dos falantes do melhor ou do verdadeiro mirandês.

Com efeito, nunca José Leite de Vasconcellos se pôs o problema que, de vez em quando, parece atormentar algumas pessoas: onde se fala bem o mirandês? Existirá um sítio onde se fala melhor mirandês que nos restantes? A pergunta, apesar de infantil, tem sido feita, esquecendo que a língua é um facto das pessoas e das sociedades e não uma entidade quimicamente pura, forjada em laboratório. Reflete vivências específicas, encarna uma história diversa, sofre influências distintas. A diversidade é a natural maneira de ser de uma língua, seja ela qual for. Assim, a única atitude séria a adotar é respeitá-la, que o mesmo é dizer, respeitar as pessoas que a falam. À pergunta, onde se fala bem mirandês, a resposta só pode ser: onde se fala mirandês, fala-se bem mirandês. Esta atitude de respeito é um pressuposto essencial de que devemos partir para uma abordagem séria de qualquer língua.

2.

Muito cedo, José Leite de Vasconcellos detetou esta diversidade, de aldeia para aldeia. As próprias pessoas das aldeias, de todas as aldeias, sempre tiveram consciência dessa diversidade e dela procuraram fazer motivo de chacota, assentes numa convicção muito simples: nós é que somos os bons falantes. A diferença podia ser uma só palavra, um som, mas bastava para os propósitos pretendidos. No entanto, nem por isso deixavam de usar a sua língua nos contactos entre eles e a forma como o fazem permite-lhes, quase sempre e de modo imediato, identificar a origem do interlocutor. Enfim, nada que, a uma escala mais ampla, não se passe com o português ou outras línguas.

A atitude daquele sábio foi respeitar essa diversidade, registando-a e estudando-a. Apesar dos avanços feitos, o estudo dessa diversidade encontra-se ainda por fazer com a devida profundidade. É interessante a esse respeito o trabalho de recolha efetuado por Duarte Martins na aldeia de Malhadas, já publicado no bonito livro "Bozes de l Praino". Um exemplo a seguir noutras localidades, de modo sistemático.

Deixemos clara uma ideia: a diversidade é uma riqueza extraordinária da língua mirandesa. Por isso nada deve ser feito para impedir a manutenção dessa riqueza, nos mais diversos modos do seu uso oral ou escrito. Deve, porém, ficar bem claro o campo onde essa diversidade deve ceder o passo à unidade: a ortografia, essa espécie de *design* em que uma língua se materializa e com que se apresenta.

3.

Apesar da diversidade verificada de aldeia para aldeia, José Leite de Vasconcellos procurou agrupá-la por grandes áreas com caraterísticas próximas, tendo adotado para o efeito um critério externo, de natureza geográfica. Assim, distinguiu entre: o mirandês do Norte ou raiano; o mirandês do Centro; e o mirandês do Sul ou sendinês. Depois dessa classificação e da descrição, desigual, das principais caraterísticas de cada uma das zonas alguns estudos se fizeram, sem no entanto se considerar que os existentes sejam suficientes e devidamente aprofundados.

Em lado algum dos escritos de José Leite de Vasconcellos se diz que há mirandês mal falado, nem os seus estudos vão nesse sentido. Porém, alguns têm interpretado a sua observação das diferenças e das parecenças entre variedades como uma definição de "bom mirandês", de facto inexistente. Por isso, desde muito cedo se tentou uma exclusão dos que, supostamente, falam mal em relação ao que falam bem, em nome de uma pureza que se procura manter e que não pode ser adulterada. Como se os estudos feitos por José Leite de Vasconcellos fossem um ato fundante da língua em vez do povo que a fala e a sua história. Porém, foi o próprio sábio da Ucanha o primeiro a alertar para a necessidade de estudos que aprofundassem os por ele efetuados.

Algumas pessoas, em vez de estudarem a realidade, tomam como realidade o que foi descrito por José Leite de Vasconcellos, num certo sentido se produzindo em relação ao mirandês o chamado "efeito Rio de Onor", como lhe chamou Joaquim Pais de Brito (BRITO, 1996, 19), isto é, toma-se como essencial realidade a que resulta dos trabalhos de José Leite de Vasconcellos em vez de se estudar a realidade em si mesma. É óbvio que aquele sábio nenhuma culpa tem deste uso que é dado à sua obra.

4.

Verificada a diversidade, apesar de necessitar ser melhor descrita e estudada, coloca-se o problema da unidade, capaz de, a um tempo, manter essa diversidade e que permita à língua aparecer como uma língua una, elemento essencial da sua subsistência e desenvolvimento. De entre os vários instrumentos de unificação vou abordar um deles, que me parece essencial: o caminho da unidade pela escrita.

Se repararmos na primeira fase de escritores mirandeses, verificamos que a maioria é constituída por escritores da zona do mirandês raiano, se excetuarmos o próprio José Leite de Vasconcellos, que reflete sobretudo o mirandês de Duas Igrejas, tal como Francisco Brandão, de Cércio, embora este escreva por interposta pessoa. Com efeito, nos anos 90 do século XIX encontramos como principais escritores de mirandês o abade Manuel Sardinha e o reitor Francisco Meirinhos, ambos de São Martinho de Angueira, e Bernardo Fernandes Monteiro, da Póvoa.

Apesar da origem e caraterísticas do mirandês destes escritores, José Leite de Vasconcellos não deixa de os utilizar com frequência para ilustrar a sua gramática, chegando a pedir a Bernardo Fernandes Monteiro para rever textos seus em mirandês. Assim, desde o início, o mirandês é apresentado através dos seus textos sob um signo de unidade, apesar da falta de norma ortográfica então existente e das variantes de mirandês em que cada um deles poderia ser incluído. O reduzido número de pessoas que sabiam ler e escrever não permitiu que esta unificação fosse muito longe. Mas ficou a sua prova.

5.

Ao longo de quase todo o século XX são fundamentais dois escritores mirandeses: António Maria Mourinho e Manuel Preto. O primeiro significa a entrada da variedade sendinesa na escrita do mirandês e o segundo mantém a tendência anterior para uma prevalência de escritores da variedade raiana do mirandês, uma vez que o padre Manuel Preto era natural de São Martinho de Angueira.

Embora a forma adotada por António Maria Mourinho seja a correspondente ao mirandês central, nomeadamente quanto ao uso de *lh* em início de palavra e dos

ditongos crescentes, seguindo José Leite de Vasconcellos, único modelo então disponível, uma análise atenta da sua obra mostra que o essencial do seu léxico e a sintaxe que utiliza são tipicamente sendinesas, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer e do que alguns têm escrito ou apenas dado a entender. O estudo da obra de Manuel Preto e de António Maria Mourinho nesta perspetiva está por fazer, mas a prática da escrita por estes dois autores maiores aprofunda de modo decisivo os caminhos de unidade do mirandês, representando uma conquista que não admite recuo. Esta é uma lição que me parece nunca ter sido devidamente salientada até ao presente.

6.

A partir do fim do século XX, na década de 90 e em particular após a lei nº 7/99, a escrita do mirandês começa a generalizar-se progressivamente. O problema da escrita coloca o problema dos leitores: não há leitores se não houver quem escreva e, em certa medida, a escrita é incentivada pela existência de leitores. Dá-se, então, um salto qualitativo: da escrita para mera memória futura, prevalecente com José Leite de Vasconcellos e António Maria Mourinho, passa-se a uma escrita viva que pretende ser lida. Passa a haver leitores que exigem a escrita e documentos de apoio à sua aprendizagem. Hoje temos escritores de mirandês, oriundos de todas as suas variedades, e a convivência entre elas tem-se vindo a aprofundar, trilhando um caminho de unidade que é já património inalienável da língua mirandesa e dos mirandeses. Tudo isso sem que a ninguém tenha sido necessário abandonar as diferenças que caraterizam a variedade linguística em que se insere.

7.

A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa surge como pressuposto essencial da unificação. Ela contribui decisivamente para a unificação da língua. Embora a unificação total ainda não tenha acontecido, creio que não devemos sobrevalorizar a diversidade ainda existente. Em Portugal até há bem pouco tempo a variação na escrita era enorme e só com a generalização da imprensa e, sobretudo, do ensino é que essa unificação se conseguiu. Não creio que isso tenha trazido graves problemas à língua. O mesmo se passa com a língua mirandesa. Subsistem algumas diferenças, mas creio que chegou a altura de serem encaradas naturalmente e não serem sobrevalorizadas. Não creio que um acento circunflexo, é isso que está em causa, seja suficiente para por em causa a unidade e o caminho de unificação da língua mirandesa. Chegados ao ponto a que chegamos, o essencial não passa por aí. O essencial é que ninguém seja excluído, o essencial que não se permita que alguém creia transformar o secundário em essencial. Deixemos que o tempo, a continuidade da discussão e o assentar de alguma poeira possam realizar o seu trabalho.

8.

Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a poucos reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritos por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer no trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

9.

Penso que neste momento estamos em condições de continuar um caminho de unificação ortográfica que preserve a diversidade e permita, até certo ponto, a sua identificação. O surgimento recente de um extenso vocabulário, elaborado pelo Sr. Padre Moisés Pires, embora mais orientado para a variedade específica do mirandês raiano e, em particular, da aldeia de Ifanes, bem como o início de publicação de um dicionário de mirandês que pretende abranger todas as variedades do mirandês, são contributos essenciais para a unificação do mirandês. Creio que este é um caminho que ajudará a prestigiar a língua mirandesa, apesar de alguma diversidade de escrita, pois, sendo um problema, não creio que o desenvolvimento e subsistência da língua mirandesa dependam de um acento circunflexo a mais ou a menos. Não sermos capazes de conviver com a diversidade que a língua mirandesa comporta, resultado de uma longa história, será um sinal claro da nossa menoridade. A leitura que faço do caminho percorrido, leva-me a concluir que a maturidade dos mirandeses tem vindo a saber ultrapassar este problema que nunca é fácil de ultrapassar e que tem enredado muitas línguas minoritárias em situações que não deixam olhar o futuro.

III. CAMINHO PARA UMA CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA DE LÍNGUA PRESTIGIADA

1.

A descoberta da língua mirandesa por José Leite de Vasconcellos dá-se, numa primeira fase, através do seu encontro, em 1882, com o estudante, natural de Duas Igrejas, Manuel António Branco de Castro, que o convidou para passar as férias do verão de 1883 em sua casa. É interessante recordar o espanto de Branco de Castro perante o entusiasmo de José Leite de Vasconcellos, que assim relata o encontro:

> *Branco de Castro, reclinado sobre a cama, no seu pequeno quarto de estudante, recitava vocábulos, conjugava verbos, declinava nomes; eu, sentado numa cadeira ao pé, ia apontando fervoroso tudo o que lhe ouvia, e que para mim era como aquellas maçãs de ouro que, segundo um conto popular bem conhecido, saíam da bôca de uma virgem bem fadada, quando fallava ao seu noivo.*
>
> *Num quarto vizinho estavam alguns estudantes tocando guitarra (...); os estudantes interromperam a musica e vieram ouvir. Ao contrário de Orpheu, que, ao som da sua lyra, arrastava os penhascos e fazia parar os rios, aqui a musica cedia ao encanto da lingoa de Miranda! Isto constituia de facto uma novidade para os estudantes, que não sabiam que em Portugal se fallava outra lingoa além do português de Bernardes e Garrett. O mais encantado, porém, era eu. Com certeza não se escutavam com maior atenção os oraculos de Apollo em Delphos, ou os de Zeus em Dodôna, do que eu as palavras que o meu Branco de Castro proferia, sereno e resignado, deante de mim.*
>
> *Dizia elle a principio: - "Isto é uma giria de pastores, uma fala charra, não tem regras, nem normas!". Mas, quando eu lhe mostrava que as correspondencias d'ella com o latim era certas, que a conjugação seguia com ordem, - elle pasmava, e admirava-se que entre os cabanhaes Genizio, e em meio dos huortos de Ifánez se pudesse ter feito cousa tão regular como era a lingoa que velhos cabreiros lhe haviam ensinado em pequeno. E tambem se enthusiasmava, e começava comigo a venerar esta desherdada e perdida filha do latim. Subia então ao auge o seu espanto, quando, não se lembrando casualmente de* um vocábulo, ou não lhe acudindo logo á memoria a *flexão de um verbo, eu lh'os indicava teoricamente, apenas baseado nas leis que pouco a pouco ia deduzindo dos factos observados. (VASCONCELLOS, 1900, 4-5).*

José Leite de Vasconcellos aponta claramente a razão de conceções com a de Branco de Castro: "*tinha-se perdido o fio à história daquela "desherdada e perdida filha do latim".* (vd. FERREIRA, 2004). É esse fio da história que importa retomar e explicar cada vez de modo mais claro, removendo a poeira e o ruído que séculos de história foram acumulando.

O contraponto às conceções de Branco de Castro, que na altura seriam as mais generalizadas, é-nos dado pelo abade Manuel Sardinha e por Bernardo Fernandes Monteiro. O abade Manuel Sardinha, em carta que dirigiu a José Leite de Vasconcellos em 1882 diz o seguinte da língua mirandesa (VASCONCELLOS; 1882, 11):

> *"... You mesmo, que sei bien este dialeto, solo agora, grácias al buosso bun eisemplo, i tamien al bun gusto que m'apeguestes, ampeço a descubrir filones d'ouro nesta antressantíssima lhéngua, que se ten cunserbado stacionária, cumo las gentes senzielhas que la fálan, Dius sabe quantos seclos haberá yá. I todo esto debemos nusoutros, los anfelizes mirandeses, a los gobernos paternales de l rei nuosso sinhor, que siempre nos há despreziado, i a los sábios nun menos paternales de las nuossas academias, que nin sequiera sáben de la eisisténcia de tal mina, esto ye, de tal lhéngua. Bergonha aterna a todos eilhes!...".*

Qualquer comentário parece-me desnecessário.

Já no que toca a Bernardo Fernandes Monteiro a sua conceção resulta sobretudo da sua atitude. Com efeito, num breve espaço de tempo deixa-nos uma tradução integral de Os Quatro Evangelhos e excertos de uma Epístola, bem como traduções de poemas de Camões, de um conto de Manuel Ferreira Deusdado, de poemas populares e algumas histórias originais. Como referiu José Leite de Vasconcellos quer um quer outro dos dois autores tentou dar ao mirandês foros de língua literária (VASCONCELLOS; 1900, 31).

A atitude geral, já acima ilustrada com a postura de Branco de Castro, fica bem expressa nos receios que o Padre Manuel Preto expressa nestes versos, ditos em público:

You sinto mie alma an pena
Cula gana de cantar,
Cumo ua spiga chena
Chora por se zgranar!

You tengo no coraçon
Uas ánsias d'agonia
Uas fúrias de lion,
De cantar nesta oucajon
Mas temo que l mundo se ria!

Temo-me de algum abuso!
Mas you digo cousas sérias,
Anque dígan que l çcurso
Nun passa de quatro lérias!

You temo las gargalhadas
D'oubir falar mirandés!
Las tachas arreganhadas,
Las bielhas canhas rachadas

Que stan siempre purparadas
Para cantar d'alrobés!
Para cantar d'alrobés,
La solfa de las risotas
Para cantar d'alrobés
Cumo s'un samartinés
Nun fura bien portugués
De l chapéu anté las botas!

Temo l mirar todo mal
Al toque de la galhofa!
La nuossa tierra, afinal,
Ye um cacho de Portugal
Que nun merece la mofa!

Temo abaneis la ceranda
Cuidando que l trigo ye broça,
Cumo se l ir a Miranda
Fura «mira la sé i anda»
Dito assi cun air de troça!

3.

Vem de muito longe o movimento que visa impor o português como língua única de Portugal. Esse movimento ganha força sobretudo no século XV, altura em que a maioria dos nossos escritores se expressava tanto em castelhano como em português (TEYSSIER, 1980, 71), o que deu origem à queixa amarga de António Ferreira (FERREIRA, 1528 – 1569):

Renova mil memórias,
língua aos teus esquecida,
ou por falta d'amor ou falta d'arte;
sê para sempre lida
nas portuguesas glórias,
qu'em ti a Apolo honra darão, e a Marte.

A mim pequena parte
cabe inda do alto lume
igual ao canto: o brando Amor só sigo,
levado do costume.
Mas inda em algua parte
- Ah, Ferreira – dirão –, da língua amigo!

É por essa altura que se desenvolve um poderoso movimento a favor da língua portuguesa, que também na Terra de Miranda teve grande reflexos através das Constituições dos bispos da altura que impuseram o rezar em português. Como refere Elsa Maria Branco da Silva

> *"No século XV a língua vernácula sofre uma valorização inquestionável em face da língua latina, como o provam as diferentes traduções que entretanto vão sendo feitas. Este fenómeno de publicação e de divulgação de obras em linguagem tem de ser interpretado como consequência da necessidade de afirmação da língua vernácula, pois temos a certeza que neste período de finais da Idade Média se começava a alargar o conhecimento do latim" (SILVA, 2001, 74).*

É dentro deste movimento que devem ser integradas as *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, de 1563, elaboradas por D. Julião D'Alva, 3º bispo de Miranda, que prescreviam:

> *"Mandamos a todos os abbades, priores, reitores, curas & capellães deste nosso bispado, que cada um em suas ygrejas, assi nas matrizes como nas annexas, ponham em hua taboa bem concertada hua folha que agora mandamos imprimir, em que se contém a doutrina christãa: a qual estará pendurada de hũa cadea posta nas grades ou paredes das ditas ygrejas em altura conveniente: por que todos os que quiserem possam nella ler e aprender a dita doctrina, e pola mesma taboa a possam os ditos curas ensinar". Os párocos deviam ensinar os moços de 5 a 12 anos "muy de*

vagar, em voz alta e intelligível, de maneira a que de todos possa ser entendida". (in VASCONCELLOS, 1900, 155).

Porém esse movimento levou o seu tempo a dar frutos, nomeadamente devido ao grande "complexo de inferioridade linguística que tinha produzido no povo português a anexação subordinada à monarquia espanhola", mais uma vez se confirmando que "*os povos submetidos sacodem mais depressa o jugo das armas do que o jugo da língua*" (VÁSQUEZ CUESTA, 1986, 151-152). O caso na Terra de Miranda teve caraterísticas próprias dadas ser terra de fronteira, mas a imputação de língua inferior atribuída ao mirandês ter-se-á verificado quer face ao português quer face ao castelhano. Também nos dão uma ideia negativa da língua mirandesa, Severim de Faria (1609) e Contador de Argote (1725). Diz este referindo-se aos falares raianos:

Há alguns (dialetos) de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não pòdem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares.

Ainda no início do século XX, um visitante de Miranda diz sobre a sua língua:

A região mirandeza com as suas aldeias de casario sujo e lobrego, mas muito unido, não tem sequer uma estrada de macadam que a ligue ao resto do paiz. Os seus habitantes, cujo typo anthropologico é vigoroso e moreno, estão, pois, sequestrados a todo o convivio do progresso, o que os mantem na ignorancia, na superstição e na rotina. (...) O homem de Miranda falla un dialeto proprio, que dá a impressão d'uma hybrida mistura de castelhano e portuguez, vasados no mais vicioso e corrupto plebeismo. (MONTEIRO, 1911, 2-3).

Já mais perto de nós, e a título de exemplo, recorde-se ainda a alcunha de *palhantros* aplicada aos mirandeses pelos trabalhadores que vieram para as barragens do Douro, nos anos 50 do XIX, indicadora de desprezo por quem, segundo eles, não sabia falar. Os exemplos poderiam continuar, mas são sobejamente conhecidos. Em conclusão, todo este ambiente, ao longo de séculos deu os seus frutos e acabou por produzir em muitos mirandeses um sentimento de inferioridade em relação à sua língua e a que eu chamo o complexo de patinho feio. Estará esse complexo ultrapassado? Como se manifesta nos dias de hoje, numa altura que já não é popular a assunção nua e crua daquele complexo? Terá ele desaparecido ou apenas se tem vindo a travestir com manifestações mais subtis?

4.

: www.lusofonias.net

As conceções relativas a uma certa ideia de inferioridade da língua mirandesa estão vivas, têm manifestações diversas e têm variado com os tempos. Vou apenas enumerar algumas delas, que não são as únicas e podem nem ser as mais importantes:

- *A sua redução a uma língua rural;*
- *A ideia de que a língua está a morrer, bastando deixar algo para memória futura;*
- *A ideia de que tem um vocabulário tão limitado que não pode ser usada com eficácia em situações normais da vida;*
- *A ideia de que não deve ser usada para tratar temas abstratos, para falar de filosofias;*
- *A ideia de que a língua não se aprende, mama-se;*
- *A ideia de que a língua mirandesa não pode ser uma língua de doutores*.

5.

Uma primeira manifestação tem a ver com a tentativa de confinar a língua ao campo: seria uma língua rural, próprias de agricultores tradicionais, já não dos modernos, incapaz de entrar por outras áreas de atividade, de assentar arraiais na cidade. Esta manifestação tem procurado o seu alicerce numa expressão de José Leite de Vasconcellos que afirmou ser a língua mirandesa a língua do língua do campo, do trabalho e do amor. Ora José Leite de Vasconcellos fez aquela afirmação como resumo da situação existente no tempo em que ele estudou a língua mirandesa, no último quartel do século XIX. Tratou-se da enunciação de um facto. Foi também assim que António Maria Mourinho entendeu essa afirmação:

O meio em que esta linguagem nasceu e se desenvolveu, foi sempre de plena rusticidade ou vida agropecuária dos seus habitantes, lavradores, boieiros e pastores, e foi sempre e apenas língua falada e não escrita – a "língua do campo, do lar e do amor, como lhe chamou Leite de Vasconcellos até os fins do século XIX na sua última década, em que começou a ser cultivada por alguns mirandeses mais ou menos letrados. (MOURINHO, 1993, sublinhado meu).

Numa pirueta capaz de provocar calafrios na espinha do ilustre estudioso alguns têm entendido aquela afirmação como a afirmação de uma essência da língua e, como tal, inultrapassável sob pena de a língua ser totalmente adulterada. O Padre Moisés Pires, na apresentação do seu Vocabulário deixa bem expressa a ideia de que uma língua está sempre a mudar: *"La Fala, feita de palabras, que múdan culs tiempos i culas gientes"* (PIRES, 2004).

António Maria Mourinho, num escrito recente observou de modo certeiro, que o caminho normal da língua mirandesa é o de se tornar uma língua escrita e culta:

> *O futuro da Língua Mirandesa (só Deus o sabe!) mas pelo interesse que já o povo aldeão e culto vai criando por ela, poderá deixar de ser língua falada, mais cedo ou mais tarde, e passará também a ser língua escrita e culta. (MOURINHO, 1993).*

6.

Uma segunda manifestação é mais subtil e prende-se com a afirmação de que a língua está a um passo da sua morte e, portanto, tudo o que for feito deve ser condicionado por esse fim. Desde as posturas puramente quietistas até outras mais elaboradas há de tudo um pouco. A mais conhecida tem a ver com a literatura mirandesa: mais que uma verdadeira literatura importa escrever textos que sejam um registo para memória futura, quando a língua já tiver morrido. Tal conceção foi claramente assumida por José Leite de Vasconcellos e, mais tarde, por António Maria Mourinho (MOURINHO, 1961, V), embora me pareça que, neste autor, foi sobretudo uma posição de juventude, pois em textos posteriores aponta em sentido inverso. Não quero no entanto deixar a ocasião sem notar a contradição entre as palavras de José Leite de Vasconcellos e a sua prática: tinha em suas mãos a tradução integral de *Os Quatro Evangelhos*, feita por Bernardo Fernandes Monteiro, no entanto preferiu publicar algumas traduções suas em vez de uma obra que teria sido fundamental para o mirandês. Enfim, os grandes homens também sucumbem às suas pequenas vaidades, e não é por isso que deixam de o ser.

7.

Uma terceira manifestação tem a ver com a afirmação de que a língua mirandesa tem um vocabulário tão limitado que não pode ser utilizada com êxito em contextos tão normais da vida como, por exemplo, namorar. O exemplo mais acabado desta conceção retiro-o do livro de Abílio Pires *O Silêncio das Pedras,* que é um importante repositório da vida de uma aldeia mirandesa, em concreto Constantim, nos 50 e 60 do século passado. Assim, presto aqui a minha homenagem ao meu amigo Abílio Pires, que compreendeu bem a importância e valor do mirandês:

> *Era o falar, esse mesmo falar, rude e desgracioso que deitava por terra todos os disfarces, porque as pessoas de cultura modesta – que eram quase todas – outra forma não conheciam de exprimir as suas ideias além do uso da língua que lhes deu o berço e lhes ensinou a dar nome às primeiras coisas.*
>
> *Quem quisesse ganhar importância e prestígio não deveria expressar-se em Mirandês. O dialeto era sinónimo de parolice, próprio de quem não dominava o falar das pessoas elegantes. Deveria falar fidalgo, tal como os naturais da cidade de Miranda.*
>
> *Tempos virão talvez em que as gentes estudiosas doutras paragens nos hão de visitar para escutarem o nosso falar e reconhecerão que se trata dum valor cultural inestimável que não deve ser menosprezado e muito menos pelos seus falantes.*
>
> *O nosso dialeto poderá não ser doce ao paladar nem melodioso aos ouvidos, mas é com ele que os homens rezam e dialogam entre si e com a terra e com os animais. É com ele também que a mãe acaricia e embala o seu menino. E o menino aprende a dizer coisas lindas que deliciam e enternecem a mãe.*
>
> *O dialeto parece ter de facto uma tonalidade menor. É rude e pouco sonante, mas está profundamente enraizado nas gentes do concelho. Cada aldeia tem as suas variantes e faz chacota dos outros falares querendo impor-se como modelo linguístico. O Sendinês é como que um subdialeto com caraterísticas próprias e é objeto de muitos gracejos.*
>
> *É provável que a ideia da não-sonância e subalternidade do nosso falar seja mais fictícia que real. A importância duma língua parece estar condicionada à influência e prestígio das pessoas que dela fazem uso. Ou não será verdade que a classe dominante impõe aos outros as regras do seu viver, incluindo as suas normas linguísticas?*
>
> *E o dialeto identificou-se sempre com a gente modesta das aldeias que vivia curvada para a terra dura e afastada de todos os resquícios de modernidade. Era subestimado pelo próprio falante porque também ele se sentia pequeno quando confrontado com os fidalgos mirandeses que tudo sabiam e nas repartições oficiais eram os modernos publicanos. (PIRES, 1995, 156-157).*

Não posso, no entanto, deixar de transcrever uma passagem em que transparece de forma clara e fundamentada aquela manifestação quanto à inferioridade da língua mirandesa, supostamente por ter um vocabulário restrito:

O que sempre me pareceu deveras redutor no nosso dialeto era o seu restrito vocabulário.

Se é verdade que não há pensamento sem uma linguagem que lhe dê expressão, daqui resulta que a pobreza lexical impedia o florescimento de novas ideias e o

consequente atrofiamento no despertar de novas formas de encarar a vida. É que as ideias precisam de ser sacudidas e varejadas e a palavra é indispensável neste processo. Ela própria já parece comportar significados ocultos que a pouco e pouco se vão clarificando. As palavras são a seiva fértil de que o pensamento se alimenta.

> *Ao falante da minha terra faltavam-lhe palavras para traduzir sentimentos. Claro que podia socorrer-se de termos lusos e castelhanos, mas para isso era preciso conhecê-los e ainda assim o discurso perdia elegância e era pouco convincente. (PIRES, 1995, 157-158*).

Como pode ver-se pela conclusão do autor, o problema não era da língua em si mas das pessoas que a falavam. Eram estas que tinham um vocabulário reduzido e não a língua.

8.

Similar às anteriores, também há muito a ideia de que a língua mirandesa não é adequada a tratar temas abstratos, falar de filosofias, como se diz. Não que não tenha capacidade para tal, mas porque isso redundaria na sua descaraterização. Essa ideia é claramente veiculada por António Maria Mourinho:

Não seria bom pôr esta língua ao serviço de filosofias ou abstrações subtis, embora ela tenha capacidade para as receber, definir e explicar: seria tirá-la do seu âmbito e do seu fim. Como a nossa vida é simples e ingénua, a fala anda simplesmente ao serviço dessa simplicidade pastoril e campestre, familiar e social, só entre os quinze milhares de mirandeses. (Mourinho, 1961, VI).

E no entanto, em muitos textos que escreveu, não podemos deixar de reconhecer que António Maria Mourinho pôs a língua ao serviço de ideias filosóficas muito subtis, nomeadamente em alguns dos seus poemas. O mesmo fez Manuel Preto, nomeadamente no seu poema "Lhuç", onde fala da maravilha que é a energia atómica, do átomo constituinte de todas as coisas:

Todo ye feito de graninas
Que só Dius puode cuntar.
cada granina ye un átomo
Cumo l costúman chamar.
Látomo ye tan pequeinho
Que l uolho nun l puode apanhar;
Só cun máquinas de ber
se puode ber i studar!

Pus drento del, bien metidas,
Hai tantas cousicas, tantas,
Cumo cien bezes no mundo
Hai personas, bichos, plantas!

I además, ten tanto fuorça
Cumo d'homes un melhon!
La lhuç que bota, tan fuorte,
Que cega e mata num pronto
A quien delantre se pon!

(Perguntai-lo a dues cidades
Que nistante fizo an cinza,
Ambas a dues no Japon!)
Barraiges ándan sin auga:
L átomo las fai andar...
Hai panes, hai batatales
Que l átomo fai medrar...
Barcos hai cun fuorça atómica
Que dan seis buoltas al mundo
Sien ser preciso parar!

Pensa bien: sol, lhuna, streilhas,
Piedras i palos i gaç,
Tierra i mar, pan, auga i bino,
Todo ye lhuç, nada más!
(PRETO, 1993, 134-135).

9.

Uma das mais perigosas conceções quanto à dita inferioridade da língua mirandesa prende-se com a recusa de meios de transmissão da língua que não sejam a família e a comunidade. Como expressão dessa conceção diz-se: a língua não se ensina, ou se mama ou não se aprende. Numa altura em que os meios de transmissão familiares estão em crise, esta conceção contra o ensino da língua significa, de facto, a morte da língua. Trata-se de uma conceção ridícula: todas as línguas do mundo poderiam ser ensinadas nas escolas, menos uma, a mirandesa.

10.

Por último, não posso deixar de referir uma outra conceção que esteve em voga bem recentemente e que também significa a atribuição de um estatuto de inferioridade à língua mirandesa. Dizem que a língua mirandesa não se pode transformar numa língua de doutores, isto é, deve ser uma língua de analfabetos. Esta conceção significa excluir da família da língua todos os letrados, aqueles que a escrevem, aqueles que a estudam. O mais curioso é que são alguns doutores que têm vindo a defender esta conceção. É como se alguém, que falou toda a vida a língua mirandesa, estivesse proibido de o fazer a partir do momento em que se licenciou. Essa foi de facto a atitude de sempre da maioria dos intelectuais mirandeses ao longo dos tempos, com honrosas e contadas exceções, e os seus resultados não são nada abonatórios dos mirandeses e em nada ajudaram a língua mirandesa.

11.

É altura de concluir. As manifestações a que acabei de me referir e outras similares estão bem vivas e são um importante obstáculo ideológico à afirmação da língua, ao seu desenvolvimento, ao seu prestígio e, em última instância à sua preservação. Que caminhos devem ser seguidos para inverter essa tendência? Penso que a resposta é complexa e não é minha pretensão apresentar aqui um programa político. Gostaria apenas de salientar três vetores que me parecem essenciais, acrescentando-lhe um quarto como alicerce de tudo.

Assim, diria que o prestígio da língua, a sua preservação e desenvolvimento passam pela necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento. O quarto aspeto que referi como essencial parece mais simples, mas é o mais complicado de todos: é necessário que o mirandês se continue a falar, a começar na família, e que o seu uso se alargue a novas zonas e a novas entidades, inclusive as entidades oficiais. Se a língua não se falar, então tudo o resto é tempo perdido e o esforço será infrutífero. Lisboa, 15 de outubro de 2004, Amadeu Ferreira

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOTE (1725), Jerónimo Contador de, Regras da Lingua Portugueza. Citação extraída de Ivo de Castro, Curso de História da Língua Portuguesa, Universidade Aberta, 1991, p. 44.

BRITO (1996), Joaquim Pais de, Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FARIA (1609), Manuel Severim, Itinerario da jornada q. fez o Sôr M.el Seuerim d'faria chantre e Cónego da See d'Euora a Miranda no anno d'1609, in Nação Portuguesa, vol. VII, fasc. XI-XII, 1933.

FERREIRA (2004), Amadeu, "Uma mentira que foi tomada como verdade", in Mensageiro de Bragança, de 04/06/2004.

FERREIRA (1528 – 1569), António, Poemas Lusitanos, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

MONTEIRO (1911), Manuel, O Douro, principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes (fac-simile da edição de 1911, Emílio Biel &Cª - Editores), Edições Livro Branco, 1998.

MOURINHO, António Maria (AMM, 1961) Nuossa Alma i Nuossa Tierra, ed. Imprensa Nacional de Lisboa.

MOURINHO, António Maria (AMM, 1992) "O Romance cantado no Nordeste Português", in AA.VV. Literatura Popular Portuguesa. Teoria da Literatura Oral / Tradicional / Popular, coord. de Manuel Viegas Guerreiro, ed. ACARTE / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MOURINHO (1993), António Maria, "Breves Notas sobre a língua mirandesa desde há cem anos", publicado com o 2º vol. dos Estudos de Philologia Mirandesa de J. Leite de Vasconcellos.

PIRES (1995), Abílio, O Silêncio das Pedras, ed. do Autor.

PIRES (2004), Moisés, "Dicionário de Mirandês-Português. Palavra do Autor", in Mensageiro de Bragança, de 08/10/2004.

PRETO (1993), Manuel, Bersos mirandeses, ed. Salesianas.

SILVA (2001), Elsa Maria Branco da, O Catecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu, edições Colibri, Lisboa.

TEYSSIER (1980) Paul, História da Língua Portuguesa, Livraria. Sá da Costa, Lisboa, 8ª ed., 2001 (trad).

VASCONCELLOS (1882) J. Leite de, Flores Mirandezas, Porto.

VASCONCELLOS (1900-1901), J. Leite de, Estudo de Philologia Mirandesa, Lisboa.

VÁSQUEZ CUESTA (1986), Pilar, A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988 (tradução do espanhol La lengua y la cultura portuguesa en el siglo del Quijote, Espasa Calpe, Madrid).

ÂNGELO CRISTÓVÃO (À DIREITA)

2. ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA PORTUGAL

ÂNGELO CRISTÓVÃO nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua atividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacionais.

Em 1987, sendo estudante, participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", resultado de um projeto de investigação desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade de Santiago -publicada posteriormente na revista Agália. No mesmo ano colabora ativamente na constituição de um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu coordenador até 1990. Neste ano publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunha) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", posteriormente editada também na revista *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística* (Braga).

Em novembro de 2004 sai a lume a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. (AAG-P, Braga). O texto é apresentado o dia 26 de novembro de 2004, durante a realização do *II Seminário de Políticas Linguísticas* da Associação de Amizade Galiza-Portugal, na que e exerce a função de secretário. É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

Artigos e comunicações publicadas:

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in Nós, nº 16-20, pp. 139-146.

(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in Agália, n.º 14 (verão), pp. 157-177.

(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, n.º 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolingüística*, n.º 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in *Atas I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, *Comunicações suprimidas*, n.º 2.

(2003): "Paradoxos da Galiza", *Semanário Transmontano*, 3 de julho. Na internet: http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>

(2004): "Questione della lingua: introdução e bibliografia", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 de setembro. Na internet: http://www.questione.org/node/view/210 >

O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do "conflito linguístico" ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) — que o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat*— e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolinguismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, chamamo-lo da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente a obra de António Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986cd, 1988a), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (cuja primeira edição é de 1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

Um dos aspetos mais atuais, esclarecidos e polémicos do discurso giliano é o do *correlacionamento diglóssico como condição de normalidade linguística*. Trata-se de uma série de quatro textos, iniciados com a publicação -em colaboração com o professor Henrique Rabunhal - de «O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglóssico é condição de normalidade» (apresentado ao Congresso de Sociologia de Línguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajeitado à Galiza» (1989). Estes constituíram um complemento do modelo de normalização já antecipado no seu artigo "Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza" (Temas de O Ensino, 1986).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano -e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise dos problemas da língua da Galiza de um modo diferente ao habitual. Em vez de culpabilizar ao castelhano dos problemas do galego, e propor como solução a desaparição da língua de Cervantes (por arte de magia?), orienta-se *para dentro,* esforçando-se na construção da comunidade linguística lusófona da Galiza começando pelo princípio: definindo o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebeu o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística lusófona consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística galega, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da "outra" língua.

1. O HOMEM

O professor António Gil Hernández nasceu em Valladolid em 1941. Vindo para a Galiza em 1968, o seu interesse pela língua da Galiza foi originado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago, onde se licenciou em Filologia em 1973, com os professores cujas obras, poucos anos mais tarde, seriam objeto dos seus estudos. Tendo ministrado aulas na Escola Universitária da Corunha durante três anos, na altura regressou ao liceu *Salvador de Madariaga*, onde continua a ministrar aulas.

O que faz especial a obra de António Gil nos últimos 25 anos é a intensa tarefa intelectual em prol da sociolinguística galega. Esta atividade, brilhante e contínua, só é explicável, numa pessoa de origem castelhana e no contexto sociopolítico da Galiza, pelo seu compromisso ético e pela defesa da verdade antes de qualquer outra consideração. O resultado deste labor, desenvolvido em congressos, seminários, encontros, revistas e em diversas associações culturais, fica patenteado nos mais de cinquenta artigos e um livro publicados.

O personagem e a sua obra representam, em grande medida, o arquétipo do intelectual que combina o compromisso da análise rigorosa da realidade, participando na *questione della lingua* da Galiza - visando a superação da desigualdade existente entre o português (língua nacional) e o castelhano (língua favorecida pelo estado) - com a intervenção social, fazendo parte dos movimentos associativos e culturais da Galiza desde a mudança de regime político espanhol em 1978 - contudo, sempre afastado das atividades políticas partidaristas.

Um aspeto muito relevante da sua personalidade é a sua disposição generosa para fazer parte de projetos, pessoais e coletivos que, na realidade, se deviam total ou maioritariamente à intervenção, tendo relegado, no entanto, o seu nome para o último lugar ou mesmo mantendo-o oculto. Assim aconteceu em diversos artigos e comunicações como a "Tese reintegracionista" dos Encontros Labaca (1984), primeira formulação completa da tese que, anos depois, seria assumida genericamente como posicionamento comum a todos os grupos reintegracionistas; "Questionário de História Contemporânea", comunicação assinada por diversas pessoas e apresentada no Seminário *O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária* (Ourense, 1993), organizado pela AGAL; *Fogo Cruzado*, livro coletivo publicado pela AGAL, ou o estudo "A Catástrofe, relato breve de Eça de Queirós", em colaboração com Yolanda Aldrei e Ângelo Brea, em que apresenta a situação que o Eça imaginou para Portugal como válida para perceber a situação da nação galega, resumível na frase: "Já que não há pátria, há família".

De ampla formação linguística, os seus artigos têm sido recebidos, mesmo entre os seus correligionários, com uma mistura de admiração pela qualidade e contrição pela exigência da leitura. O estilo da sua redação tem sido qualificado como *barroco*, podendo acrescentar também a qualidade de *preciso* e *exato*. São estas auto exigências que o levam a utilizar com profusão recursos estilísticos que tornam a leitura mais exigente e, por vezes, mais demorada. Cursivas, aspas, sublinhados, parênteses, além de múltiplas orações subordinadas, fazem parte do seu nível de exigência que, não sendo exclusiva dele, acha nos seus textos a máxima expressão. Contudo pode afirmar-se que a exigência na correção escrita é também uma caraterística de outros autores da chamada «geração da lusofonia» galega. Todavia, a escolha deste estilo tem-lhe acarretado algumas críticas dos leitores menos atentos ou pouco interessados. Em geral, os seus artigos não estão endereçados ao grande público, não são divulgativos mas vão endereçados a um público seleto, ao leitor de revistas especializadas de linguística, sociolinguística e literatura.

Gil é, com muita diferença, o mais importante investigador no âmbito da sociolinguística galega e, pela quantidade e profundidade das suas análises, comparável só com outros esclarecidos colegas, como o seu amigo Lluís V. Aracil, de quem se considera discípulo. Esta afirmação fica demonstrada pelo grande número de alunos, hoje professores ou simples amadores desta disciplina, que têm sido aliciados pela leitura dos artigos do professor corunhês, se têm interessado através da relação epistolar ou com longas conversas em diversos encontros. A sua obra e a sua dedicação pessoal constituem um modelo e referente indispensáveis.

Para além da sua obra sociolinguística, Gil é autor de diversas obras literárias no âmbito da poesia, como *Baralha de sonhos* (1984), livro humorístico de denúncia, com argumentos linguísticos (e até ortográficos), a fazer parte de uma anunciada trilogia (inacabada) e *Luzes e espírito* (1990), livro de poemas existencialista não isento de caráter épico, endereçado ao falecido poeta Eusébio (à Galiza, realmente), em que o país é sujeito da ação histórica, passada, presente e futura.

2. A OBRA

Analisar a obra de António Gil implica mais de uma dificuldade. A primeira é a necessidade de conhecer e estudar a sua extensa bibliografia, nem sempre de fácil acesso. Em segundo lugar, avaliar a sua obra implica em grande medida um posicionamento em relação com as propostas que Gil tem publicado respeito da situação e futuro da língua da Galiza, e desta em relação com o português

Escrever sobre sociolinguística galega implica referir-se a autores e publicações que têm sido excluídos dos âmbitos institucionais e mesmo académicos. Este facto evidencia uma distância que é, pelo menos, de ordem intelectual. Dificilmente pode afirmar-se existir alguma sociolinguística amparada nos âmbitos do poder oficial da Galiza autonómica, para além de algum inquérito quantitativo e algum outro texto anedótico e folclórico. O âmbito extraoficial é aquele no que se insere plenamente a obra de António Gil e de quase todos os outros investigadores galegos. O caso que nos ocupa é, em grande medida, o de um *outsider*.

Começando pelos conceitos, faremos patente a conceção giliana sobre o objetivo a conseguir pela sociolinguística como disciplina científica, e o modelo proposto sobre a função da atividade investigadora e científica. Primeiro, numa carta endereçada aos sociolinguistas catalães Toni Mollà e Carles Palanca (a propósito do seu *Curs de Sociolinguística*, vol. I, 1987). Trata-se do artigo "A língua como facto social (duas missivas) " concretamente da segunda delas diz:

«É possível a elaboração académica, quer dizer, institucional, de uma sociolinguística imparcialmente libertadora?» (pág. 204) A esta pergunta dá várias respostas concatenadas, da que saliento: «Destarte, acho que com justeza cumpre duvidarmos da existência de alguma sociolinguística que caiba considerarmos "oficial", nem sequer em Catalunha».

Continua na seguinte página:

«Na realidade o discurso (ou multidiscurso) teórico-prático para a normalização das comunidades linguísticas "desequilibradas" diverge profundamente do discurso académico supostamente correlativo e reconhecido pola oficialidade constituída, justamente porque questiona primo et per se o estado de cousas estabelecido e, criticando-o desde a raiz, tenta consciente e conscienciosamente mudá-lo para uma situação de liberdade e igualdade certas».

Este trecho serve como exemplo para compreender a diferença que medeia entre a sociolinguística galega e outros modelos onde uma língua nacional é utilizada com normalidade, dedicado os esforços às diferenças regionais ou a quaisquer usos linguísticos diferenciadores entre as diferentes camadas da população. Um claro exemplo deste último tipo são, em Portugal, os trabalhos de Marinus Pires de Lima. A sociolinguística giliana -e, por extensão, a lusófona da Galiza - tenciona entender a situação anormal em que se acha o português e fornecer instrumentos para corrigir essa situação, concretizados num discurso sobre a língua capaz de devolver a Galiza à normalidade, o que implica, em primeiro lugar, aplicar às falas galegas a mesma conceção da língua de que se têm dotado as declaradamente nacionais - contudo, adaptando-as parcialmente ao nosso caso. Reiteradas vezes Gil tem utilizado o exemplo das falas andaluzas em relação com o castelhano, ou mesmo os dialetos flamengos em relação com o neerlandês.

O segundo exemplo é o da comunicação "O correlacionamento diglóssico é condição de normalidade", intervenção na Mesa Redonda sobre "A unidade da língua e as Literaturas Lusófonas: para quê?" nas XII Jornadas do Ensino da Galiza e Portugal (Ourense, 30 de agosto de 1988):

> «*Em particular, considero que na Galiza não seria nem honesto nem decente fazer cientismo puro e incontaminado nem, menos ainda, elaborar simples textos eruditos, como se, para entender o estado de cousas sociolinguístico e glotopolítico, bastasse com editar com pulcritude crónicas medievais ou executar com precisão inquéritos dialetosos.*
>
> *Talvez esses sejam tarefas convenientes e necessárias até; mas, a meu ver, nem são primeiras nem indispensáveis. Há outras tarefas imediatas e urgentíssimas a verificarmos, como é a de descobrir e patentear as inflexões do discurso dominante, investigar e teorizar os processos que possibilitem e verifiquem a organização da Comunidade Cultural Galega*".

A obra giliana no âmbito da sociolinguística pode classificar-se em quatro grandes temas ou linhas de análise

a) Teorização, fundamentos e história da sociolinguística;

b) Análise do discurso «oficial» sobre a língua na Galiza e sobre as normas de correção idiomática existentes;

c) Análise do ordenamento jurídico relativo à língua;

d) Língua e nacionalismo galego. História das «concórdias normativas» e das organizações normalizadoras;

e) Análise de textos literários. Estudaremos brevemente os dois primeiros temas.

2.1. TEORIZAÇÃO, FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DA SOCIOLINGUÍSTICA

A análise do discurso castelhanista para o galego é a parte mais conhecida da obra giliana mas não é, a nosso entender, a mais significativa. Maior atenção deveria prestar-se aos seus intentos de produzir um modelo teórico -ou, quando menos, dos alicerces para a sua elaboração. Digamos à partida que, com ligeiros matizes, tem muitas semelhanças com o esquema geral de qualquer língua nacional. Exemplo claro é o artigo "Epílogo para Galegos, portugueses, brasileiros e

africanos de expressão portuguesa: Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística" (1986). No seu conteúdo – sem dúvida, um dos mais relevantes – assentam os delineamentos que orientam toda a sua teorização sociolinguística. Este texto fica complementado por outros três, dedicados ao conceito de diglossia e à sua explicação como condição de normalidade (fergusoniana).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano – e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise interna do problema da língua da Galiza de um modo diferente ao tradicional. Em vez de culpabilizar a língua castelhana dos problemas do galego (i.e. identificar uma causa externa), centra-se na construção da comunidade linguística começando pelo princípio: o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebe o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística giliana e lusófona na Galiza consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da outra língua, que a política secular espanhola tem levado a termo.

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do "conflito linguístico" ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) -quem o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat* - e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolinguismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, devemos chamá-la da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente, como temos indicado, a obra de Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986, 1988), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

As explicações sobre o correlacionamento diglóssico, como condição de normalidade linguística, acham-se numa série de quatro artigos iniciados com a publicação, em colaboração com o professor Henrique Rabunhal, de *«O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação*», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglóssico é condição de normalidade» (apresentado ao Congreso de Sociología de Lenguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajeitado à Galiza» (1989), que serviram para delinear suficientemente este conceito. Conforme à perspetiva giliana, a diglossia, situação linguística relativamente estável que carateriza todas as sociedades bem estabelecidas, surge da correlação ou tensão dialética entre os seguintes pares concetuais:

TRADITIO (potestas) versus HABITUS (communitas)
Auctoritas vs. Usus
Antiquitas (+público) vs. Modernitas (+ privado)
Urbanitas vs. Ruralitas

2.2. ANÁLISE DO DISCURSO «OFICIAL» SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA E SOBRE AS NORMAS DE CORREÇÃO IDIOMÁTICA EXISTENTES

O texto que iniciou esta linha de investigação foi a sua comunicação para *o I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, de 1983. O título é suficientemente esclarecedor: "Aproximação à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da «filologia oficial» na Galiza. (Traços fascistoides no discurso e na

prática (dos) isolacionistas sobre o galego) ". Esta comunicação foi motivada por três textos significativos do Instituto da Língua Galega (ILG), nomeadamente o livro *Galego 3,* terceiro de uma série que recolhia as primeiras "ideias" sobre o galego que essa instituição espanhola tinha produzido. Na comunicação o autor corunhês realiza a primeira análise pormenorizada do/s discurso/s isolacionistas, em que utiliza um método formalizado, apoiando-se na conceção foucaltiana e adotando o critério de sequência discursiva de Júlia Kristeva. As hipóteses de trabalho, explicitadas logo no começo, foram as seguintes:

"1ª O(s) discurso(s) sobre os idiomas galego e castelhano, quanto diassistemas linguísticos em uso, segundo se manifesta(m) nos textos da Filologia oficial, reproduz(em) a inequivalência entre a parte e o todo, entre a região e a nação, a Galiza e a Espanha, ao próprio tempo que a configura(m) e intensifica(m).

2ª Os textos a analisarmos, e outros, ficam, consequentemente, sobredeterminados pela função poética ou «retórica» e não pela metalinguística nem pela representativa ou referencial, que, porém, haveriam de caraterizar textos pretensamente científicos.

Inscrevem-se, por conseguinte, num tipo de discurso radicalmente retórico ou retorizado, em que habitualmente se situam os textos políticos".

Já nas suas cartas publicadas no último semestre de 1980, na revista *Man Común*, em debate com membros do ILG (os professores castelhanistas Francisco Fernández Rei e Charo Álvarez) se adivinhava a sua intenção de análise do discurso para além da literalidade. Nessa revista publica «Sobre o normal e as normas» I e II, respetivamente em outubro e novembro, e «Carta aberta a amigos (e inimigos)», em dezembro. Nestas "cartas" que introduz uma expressão muito significativa, identificando os posicionamentos isolacionistas com metodologias "empiristas", primeira crítica metodológica que desenvolveria posteriormente noutros textos.

2.3 Silêncio Ergueito

Como no caso de outros colegas, Gil tem recebido, pela sua coerência, o boicote dos adversários castelhanistas e, também por vezes, a incompreensão dos esperáveis colegas "reintegracionistas". O silêncio, como ausência de discussão e respostas aos problemas patentes na sociedade, que se acha na origem da frustração entre os interessados na lusofonia da Galiza, é o *leitmotiv* de algumas das suas reflexões e nomeadamente do seu Silêncio Ergueito (1996) – com o que continua e amplia um texto anterior, "Sobre dicionários galegos...", de 1987. Trata-se de um livro de denúncia e esperança em apelo constante ao leitor, onde analisa a partes iguais língua, literatura e notáveis, reproduzindo e comentando textos que já editara vários anos antes com uma clareza premonitória. A leitura deste livro remete continuamente para textos e contextos sociais anteriores, contudo, inevitavelmente atuais. O título reflete uma situação ou sensação percebida duplamente pelo autor: no aspeto pessoal e no grupal ou sociológico. O silêncio, os seus atores e os seus sofredores, a sua compreensão e explicação constituem o núcleo da primeira parte desta publicação.

Certamente o Silêncio está endereçado para o público mais implicado nas questões da língua. Isto deduz-se tanto do estilo de redação como do conteúdo. O autor interpela a um tempo os "Notáveis nacionalizadores galegos" e o povo galego, representado na comunidade linguística, pretendendo mostrar a deslealdade daqueles para com este. A contradição principal que Gil entende ser explicativa do comportamento irracional dos notáveis galeguizadores é o "duplo ligame", processo e relação de ordem sociolinguística (por implicar um modo de conceber a língua) e psicológica (porquanto remete para *mecanismos de defesa*), diríamos, psicossocioliguística.

Cito da página 48:

"Em suma, eis para mim a explicação suficiente e satisfatória: Nem a notabilidade nacional espanhola nem nos Notáveis nacionalizadores galegos (por submissão [talvez] incônscia àqueles) permitirão "sem sangue, suor e lágrimas (ou báguas)" qualquer atividade, sobretudo comunicacional, que pudesse iniciar algum processo, simultaneamente, a interromper o duplo ligame vigente e a promover um outro entre os cidadãos da Galiza (espanhola)".

Aguardamos que a obra do professor Gil e, em geral, do movimento lusófono da Galiza, contribua decisivamente para devolver este velho país ao espaço cultural e linguístico a que pertence por origem e vontade: a lusofonia.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, António (1984) "Tese reintegracionista" in: AA.VV.: Que galego na escola? I Encontros Labaca**,** Ed. do Castro,1985: (Com o pseudónimo Amado L. Caeiro: Baralha de sonhos. Coleção Cadernos do Povo. Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Ponte Vedra - Braga. Livro de poemas. 47 páginas.

---- (1986) “Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza. (Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa)” in: Temas de O ensino nº6/10, 1986 (volume II), pp. 247-283.

---- (1987) “Sobre dicionários galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravíz, diretor e autor do Dicionário da Língua Galega Comum”, in: Isaac Alonso Estravíz: Estudos filológicos galego-portugueses, pp. 251-334.

---- (1988) “A língua como facto social (duas missivas)”, in: Agália nº14, pp. 191-210.

---- (1989)"O conceito de «diglossia» segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação" (Com Henrique Rabunhal), in Nós, Revista Internacional da Lusofonia, Ponte Vedra - Braga, pp.361-388.

---- (1993) "Questionário na Europa Contemporânea (quase manifesto)" (junto com outros autores, da Associação de Amizade Galiza-Portugal), in AA. VV: O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária. AGAL, Corunha, pp.49-60.

---- (1996) Silêncio ergueito. Apontamentos sociopolíticos sobre questões aparentemente idiomáticas (infelizmente certificados apenas dez anos depois). Ed. do Castro, Corunha.

Foucault, M. (1976) L’arqueologie du savoir. Eds. Gallimard, Paris, 1969. [Trad. Castelhana, Siglo XXI, México, 1976, 3ª Ed., pp.152 e ss.]

Kristeva, Julia (1969) «L’engendrement de la formule», in Semiotikè. Recherches pour une sémanalyse. Eds. Du Seuil, Paris, pp.278-371.

Uma bibliografia de António Gil pode ler-se em ***http://www.lusografia.org/antoniogil-bibliografia.htm***

3. ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES, CENTRO DE ESTUDOS ANTÓNIO MARIA MOURINHO

ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES É Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Professor do Quadro com Nomeação Definitiva do Ensino Secundário.

Diretor e Investigador do Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Trabalhos e publicações mais recentes (relacionados coma língua e a cultura mirandesas):

2004 - “A estética discursiva nos contos da literatura oral mirandesa: uma abordagem estatístico pragmática”, in Estudos de Literatura Oral, 9-10, pp. 7-38.

2004 - L diabo que nun acreditaba no einfierno, Apenas Livros, Lisboa, 2004.

2004 - Cuntas de bruxas, Apenas Livros, Lisboa, 2004

2003 - “A variabilidade no conto: ensaio de aplicação de um modelo estatístico” in El filandar, Publicação ibérica de cultura tradicional editada pela Asociación Etnográfica Bajo Duero de Zamora, n° 14, pp. 39-47.

2002 - Palavras de identidade da Terra de Miranda: uma abordagem estatístico pragmática de contos da literatura oral mirandesa. Universidade de Toulouse - Le Mirail. Tese de Doutoramento (inédita).

1997 - A língua mirandesa - contributos para o estudo da sua história e do seu léxico. Universidade do Minho. Tese de Mestrado (inédita).

2000 - “O mirandês: uma outra expressão da lusofonia?” in Atas do Colóquio de Homenagem a R.A. Lawton, Universidade de Nice, CUMFID, pp. 33-43.

2000 - Cuntas de la Tierra de las Faias, Porto, Campo das Letras.

1999 - “La lhiteratura oral de la Tiêrra de Miranda: saber, tradiçon i eidentidade de ls mirandeses” in Lletres asturianes, Boletim da Academia da Llingua Asturiana, n° 73, pp. 41-64.

1999 - “Le mirandais, langue du Portugal” in MicRomania, 3.99, pp. 3-15.

1999 - Lhiteratura oral mirandesa: recuolha de textos an mirandés, Porto, Granito Editores (coordenação de edição).

1999 - “Lhiteratura oral mirandesa”, in *Estudos mirandeses: balanço e orientações*, Atas do Colóquio Internacional de homenagem a A. M. Mourinho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Granito Editores, Porto, pp. 78-85.

1999 - *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Lisboa / Miranda do Douro (coautor).

A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS, VERDADES E UTOPIAS

1. AS LÍNGUAS DO MUNDO: DIVERSIDADE E VITALIDADE

Descrever a situação da língua mirandesa é um trabalho pluridisciplinar, aturado e profundo, necessário, mas ainda por fazer. Tentarei responder a este repto com algumas impressões e com base nos meus dados empíricos. As línguas que, como o mirandês, vivem sobretudo no seu estado natural que é a fala, umbilicalmente ligadas a culturas rurais, ameaçadas ou em vias de extinção, carregam com elas o terrível fardo da inadequação ao mundo moderno, sedento de novas coisas, de

realidades, de mundos, que é necessário nomear. O desaparecimento parece ser o caminho mais lógico e a saída única.

Contudo, a morte das línguas não tem que ser inexorável, embora a crueza dos números e a dureza da realidade nos possa insinuar, ou aconselhar, o contrário. Se é verdade que situação do mirandês é difícil ela deve ser vista num quadro global que é o futuro das línguas, existindo elementos que apontam para a sua manutenção e outros que anunciam o seu desaparecimento.

Com esta comunicação pretendo descrever a situação atual do mirandês, o seu grau de vitalidade assim como os sintomas da sua obsolescência, apontando algumas das contradições internas e externas que vêm perseguindo este idioma; perspetivar o futuro desta língua no quadro dos idiomas nacionais, internacionais e ancestrais; indicar algumas razões pelas quais o mirandês, enquanto língua ancestral, deve ser preservada e quais as vantagens dessa preservação.

Por ano, desaparecem da face da terra algumas dezenas de línguas. Claude Hagège, no seu livro em forma de apelo, Alto à morte das línguas6, faz a lista, enumera algumas das causas, indica algumas formas de medir a sua vitalidade, e apresenta também alguns caminhos para a sua recuperação (uma vez que dificilmente se pode falar em salvação!). Para além dos cataclismos naturais e da fúria humana, responsáveis pela morte de línguas como os idiomas ameríndios falados antes da chegada dos europeus ao continente americano, este linguista alerta também para o perigo que pode constituir a aporia do purismo, consubstanciada na exaltação de um fundo lexical autóctone e na recusa da importação linguística. Voltarei mais à frente a questão. Mas fica desde já esta opinião pessoal: a recusa da importação linguística e a exaltação do fundo lexical puro podem ser fatores de degenerescência das línguas na sua globalidade e sobretudo das chamadas línguas minoritárias.

De qualquer forma, forçoso é de concluir que não há grande relação entre a forma como desaparecem as línguas hoje e outrora.

Em primeiro lugar, assinale-se que não se trata de línguas não documentadas, sem registos orais e até escritos, nem tão pouco devido a genocídios. Pode acontecer que alguns cataclismos naturais ou transformações sociais ponham fim à existência de alguns povos, mas o desaparecimento das línguas que testemunhamos todos os dias faz-se em nome de um fenómeno bem mais cavernoso e englobante que as antigas raivas da natureza e dos homens.

Não sei se podemos continuar a isto mundialização, visto que por detrás desta etiqueta se escondem hoje muitos truísmos que, como se diz, só não vê quem não quer. Sobretudo, não vale a pena ceder à tentação de repreender ninguém por tudo aquilo que nos acontece, visto que a envergadura do fenómeno a que fazemos face ultrapassa as manigâncias de um indivíduo, de um estado ou de uma coligação de estados. Ocorrem desgraças para as quais é necessário procurar explicações e contravenenos sem gastar energias a colecionar acusações ridículas.

A verdade é que os linguistas não sabem quantas línguas morrem por ano, nem tão pouco se as línguas que não estão em perigo o estão ou não verdadeiramente, nem quantas palavras os jovens conhecem, quantas são capazes de utilizar, nem qual é o destino das chamadas línguas nacionais. Poderíamos ainda acrescentar muitas outras interrogações a esta pequena lista de adivinhas, sem com isso esgotar a nossa total falta de informações sobre o que se cozinha do grande panelão da família mundial das línguas.

Mas antes de tentar fazer uma descrição mais ou menos convincente da situação, é necessário anunciar uma notícia bastante reconfortante: as línguas ancestrais nada têm a perder neste acerto infernal. Aliás, elas têm mesmo muito a ganhar se soubermos encarar convenientemente os desafios. Contudo, antes de dissertar, ainda que brevemente, sobre este assunto, é necessário que nos entendamos sobre o conceito de línguas ancestrais.

Uma língua ancestral é aquela que representa a herança cultural de um povo, de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma pessoa só. Não é um idioma especial, um dialeto, uma língua minoritária ou em vias de extinção. As línguas não servem apenas para comunicar. E muito menos para uma comunicação unicamente eficaz mas destituída de dimensão interior, limitada à função de nomear e de mostrar as coisas, em vez de sonhar o presente como um deslumbramento constante. Uma língua é o corpo de uma cultura, e uma cultura é uma energia, uma vontade portadora de valores, de sonhos de utopias e de mitos.

Um grande pensador da Idade Média, que influenciou a soma do saber humano durante largos séculos, Isidoro de Sevilha, escreveu que “as gentes nasceram das línguas e não as línguas das gentes.” Entendida à luz do saber medieval, em que as “etimologias” eram uma forma de pensamento, esta frase lembra-nos que os idiomas não servem apenas para falar ou reconstituir a nossa história: são eles que a contêm. Qualquer filólogo ou simples amante das línguas sabe que elas são o fiel depositário de tesouros que contam a evolução das sociedades e da aventura

6 Hagège, Claude (2000) Halte à la mort de langues, Paris: Odile Jacob. Retomo, no início deste artigo, algumas reflexões já manifestadas numa crónica intitulada “Las lhénguas de l mundo: l mirandés, la calor de l'alma i l cheiro de l fumo” in Loa, Nº 19, Ano III, Dezembro de 2003, p. 16.

humana. As línguas são as guardiãs dos vestígios das gerações que as falaram. São o meio que melhor permite ao indivíduo lembrar e construir, através da memória, a sua própria existência. Isto é, a sua história e a sua identidade. São um tesouro onde se guardam as recordações, o reflexo das culturas e das ideias. As palavras, quer para o filólogo, quer para o poeta ou para o simples interessado por idiomas, guardam traços, cheiros e sabores impossíveis de reproduzir ou imitar por outro meio. Perdê-las significa ficar mais pobre.

Em termos antropológicos, a pluralidade linguística é essencial à sobrevivência da espécie, assegurando a multiplicação, a delimitação e solidez dos grupos, a diferenciação das invenções e, por fim, a riqueza das culturas[7].

Ora o panorama linguístico mundial, não é muito animador. Cotejando diferentes fontes concluímos pela existência de cerca de 6000 línguas faladas em todo o mundo. Segundo um estudo da UNESCO dentro de um século apenas ficarão algumas 500. Na Europa, o continente menos ameaçado, encontram-se recenseados 123 idiomas. Destes, 9 encontram-se "moribundos", 26 "próximos da extinção" e 38 "em perigo"[8].

Morte, massacre, cataclismo, são algumas das palavras com que vêm caraterizando este fenómeno. Algo que ocorre todos os dias, sem que disso nos demos conta porque se trata de um acontecimento silencioso, sem a espetacularidade necessária para merecer a atenção dos media ou a revolta da opinião pública.

Vejamos um pouco como isto se passa.

Exatamente como em patologia se pode perder um membro por causa de uma atrofia progressiva, em muitos países assistimos à perda de línguas locais por expropriação progressiva dos lugares chave, sem que se produza qualquer protesto. Eis alguns exemplos:

O Instituto Pasteur, de Paris, só publica artigos científicos em inglês. As Universidades portuguesas fazem gáudio em publicar artigos em inglês, em anunciar congressos em inglês, em escrever em inglês, etc. etc. Alguns Ministros e figuras públicas do nosso país fazem igualmente questão de se exprimir nessa língua quando, publicamente e em representação da nação, fazem intervenções públicas. Poupo-lhes os meus comentários sobre a erudição deste ou doutro ministro e dos seus conselheiros sobre a utilização da língua inglesa quando se encontram a representar Portugal.

Eis mais alguns dados bastante interessantes sobre o futuro a curto prazo das línguas nacionais europeias.

Para os jovens apaixonados das novas gerações europeias, 2,8% dos casamentos serão feitos entre casais de diferentes etnias (ou, se preferirem, de países ou línguas), quase metade destes casais viverão noutro país onde se fala uma língua diferente da língua materna de um deles. Estes dados correm o risco de terem de ser revistos em alta a curto prazo.

Nas fábricas, nas casas comerciais, as indústrias que vivem hoje em dia do *import-export* (como agora se diz), pouco interessando se esses comércios estão localizados nos grandes centros ou na periferia, em cada 10 vezes que o telefone toca, 6 serão chamadas oriundas de outro país europeu.

Os jovens europeus que se preparam para estudar Química, Física, Medicina, Informática, Biologia, etc., terão à sua disposição manuais mais atualizados e bem mais em conta em inglês do que nas suas línguas nacionais. Muitas Universidades europeias dispensarão aulas e diplomas na única língua que garantirá aos seus licenciados um posto de trabalho na União. Os carros de combate, os aviões daquilo que é o embrião do futuro exército europeu têm os seus comandos em cerca de 20 línguas. Mas as ordens recebidas por rádio serão dadas exclusivamente numa.

Os adolescentes que se conheceram em virtude de intercâmbios, tal como o programa Erasmus, contactar-se-ão e namorarão por telemóvel ou internet na única língua disponível. Brevemente a vontade de escutar apenas música em inglês se propagará às outras formas de espetáculo, tais como o teatro e o cinema.

Nas cimeiras mundiais de chefes de Estado e de Governo segue-se já o mesmo comportamento quer seja nos passeios desentorpecimento, nos jantares ou em encontros não oficiais. Ou seja, as línguas nacionais são apenas uma fachada, uma vez descida a cortina, voltamos à realidade. O anglo-europeu é uma gíria com algumas centenas de palavras, mas é dela que nos estamos a servir para dar forma à região mais rica do mundo. Rica em quê, é uma pergunta que deixo no ar.

Os deputados europeus, para quem já foi montado um exército de tradutores e de intérpretes, podem servir-se das suas línguas nacionais nas sessões oficiais, mas servir-se-ão de uma língua comum nas suas relações pessoais e diretas: esta língua é o anglo-europeu, um idioma que se supõe ser compreendido por todos.

Se assim não fosse por que razão somos bombardeados pela publicidade com expressões do tipo: *How are you? Cheap expectations?!* Sem que nos digam o que isso quer dizer? Nós somos aquele país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi *We love Footbal?* O mesmo em cujas

7 Ver Zumthor, Paul (1998) Babel ou o inacabamento, Lisboa: Bizâncio, p. 206.

8 Ver : http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/Langues/2vital_mortdeslangues.htm
www.lusofonias.net

entradas fronteiriças ainda se pode ler *Welcome to the Stadium of Europe?* Que língua se fala aqui?

Ouçam a rádio, a televisão, folheiem um jornal. O que encontrarão? Anúncios para trabalhar em Portugal, em que se pede para falar inglês (anglo-europeu), e em que os candidatos serão entrevistados por portugueses que falarão inglês entre eles! Poupem-me os comentários a cenário tão idílico.

2. NÃO HÁ ESPAÇO PARA AS LÍNGUAS NACIONAIS.

Dir-me-ão que esta afirmação é alarmista, abusiva e sem nenhum fundamento. E sobretudo, uma vez mais, serão os pais, em casa, a jogar a cartada decisiva. Uma vez que não se servem dos engenhos modernos que fazem as delícias dos seus filhos, visto que a maioria deles não precisa de falar qualquer outra língua para ganhar a vida, nem sequer colocam o desaparecimento das línguas nacionais como uma possibilidade.

É preciso que os responsáveis das políticas linguísticas dos estados membros nos expliquem como pensam salvaguardar as suas línguas nacionais quando os jovens das novas gerações as veem já como gírias utilizadas pelos cotas e pelos marginais ou, de qualquer forma, como uma algaraviada incompreensível que não serve para participar na vida social, à escala europeia, e muito menos para ganhar o pão-nosso de cada dia a não ser em empregos do terceiro mundo.

É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral de uma comunidade que a trouxe até nós como meio de comunicação, de fixação, como instrumento de cultura que informa e conforma os quadros de apreensão da realidade, de capital simbólico da comunidade mas também como poderoso elemento identitário. Muitos têm sido os debates, os dissensos, as discórdias, as opiniões sobre a importância ou não da conservação língua mirandesa. Deixemos para os historiadores o trabalho de vir a escalpelizar esta questão, porque a língua mirandesa para além de ter de enfrentar os interesses mais ou menos legítimos, mais ou menos mesquinhos daqueles que a falam, confronta-se quotidianamente com a terrível pergunta do para que serve. Uma questão que, como veremos de seguida, a persegue há mais de cem anos.

3. A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS E VERDADES

Em 1887, numa carta dirigida a José Leite de Vasconcelos e publicada na *Revista Lusitana*, José Barbosa Leão, que ficou conhecido na discussão em torno da ortografia da Língua Portuguesa por defender a chamada "tese sónica" (por oposição à etimológica), depois de atacar ferozmente a ortografia seguida por Leite de Vasconcelos, critica também a sua proposta de divisão dialetal do português e escreve a propósito da descoberta do mirandês que o filólogo acabava de anunciar. Transcrevo (respeitando a ortografia):

> *"Mas àlem d'isto s. e.ª aprezenta-nos em Tràz-os-Montes – o "idioma da Térra de Miranda" que diz falado por alguns milhares de pesoas, que xama co-dialéto, e que diz conter «vários subdialétos», como o «mirandez de Duas Igrejas, o sendinez, etc.»*
>
> *(...) Nóte-se também que o Sr. L. De Vàsconcélos considéra o mirandez um idioma, portanto igual ao portuguez; e s. eª diz d'ele: «o mirandez é um co-dialéto, que serà cértamente num futuro mais ou menos remóto, para mal da filolojia, substituído pelo portuguez».*
>
> *Ora, neste ponto, em primeiro lugar direi: «se esse idioma, falado por alguns milhares de pesoas, tem forçòzamente de ser substituído pelo portuguez, como poderão deixar de o ser os tais idiomas ou co-dialétos riodonorez e guadramilez falados em minúsculas povoaçõis. (...) Em segundo lugar direi, que me espantou ver o sr. Vàsconcélos lastimar que o idioma portuguez venha a substituir o tal idioma da Térra de Miranda. Não imajino que mal d'ai pósa vir á filolojia: nem podia imajinar que a paixão dialèctal levasse á cegueira."*

O diagnóstico de Barbosa Leão, que era médico, já se verificou em parte: o riodonorês e o guadramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade como uma vaga lembrança de uns sons diferentes falados nuns povoados esconsos do distante nordeste lusitano.

Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspetivas de futuro para os seus filhos é abandonada. É exatamente o que se tem passado com o mirandês.

É óbvio que o essencial é a vontade dos locutores. E a vontade própria é ela também um resultado. Não adiantam discursos cor-de-rosa, boas vontades, se não houver intervenção séria. E essa intervenção tem de ser feita, em primeiro lugar, junto dos falantes. Em alguns países, normalmente considerados mais avançados e certamente mais ricos que o nosso – estou a falar do Canadá e da Austrália, por exemplo – as Universidades desenvolvem projetos e pesquisas no âmbito da dimensão económica das línguas e nomeadamente das línguas ancestrais (muitas

delas autóctones). Este trabalho é extensivo às instituições locais. Os resultados são eloquentes.

Ouçamos as conclusões de um relatório sobre a situação no Canadá[9].

Os canadianos e as canadianas que trabalham na área internacional devem reconhecer que mesmo se os países em desenvolvimento tenham conservado muitas vezes a língua do colonizador, tentam tirar o máximo das possibilidades económicas e outras ofertas através da utilização das suas línguas locais. A este propósito, a política linguística controversa da Austrália oferece lições preciosas. Uma política baseada nas línguas comerciais mas que não tem em conta as línguas realmente faladas no país pode marginalizar certos grupos linguísticos, sem necessariamente melhorar a performance comercial.

Mude-se a escala, façam-se as devidas adaptações, mas tirem-se as necessárias conclusões. A língua e a cultura mirandesa são o capital mais durável da região de Miranda. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar.

Sei, no entanto, que o investimento exige esforço e corre o risco de não dar resultados imediatos. Mas obriga sobretudo a uma mudança, que leve a uma postura ativa por parte das pessoas e instituições. Não se pode continuar a cair no discurso do desvalido, do coitadinho, quando o que temos à nossa frente é uma herança valiosa à espera que saibamos merecê-la.

Ora, o que se passa hoje com o mirandês e os mirandeses não abona nada a que sejamos merecedores deste legado. Muitos jovens abandonaram a sua língua porque, como disse, ela não permite a ascensão social, direito legítimo, diga-se, de qualquer cidadão. Têm pais ou avós que se exprimem em mirandês, enquanto eles próprios, se encontram num meio linguístico que lhes exige que se exprimam numa língua internacional. Para muitos, que procuram emprego nas lojas que vendem roupa desportiva, sapatos, móveis, telemóveis e vinho do porto, a língua internacional é o castelhano.

O que fazer portanto, do ponto de vista estratégico, para responder às exigências do futuro?

Em primeiro lugar não devemos desencorajar os jovens da sua correria para o inglês (anglo-europeu) ou para outras línguas, como o castelhano, em Miranda. É inútil criar ilusões. Ninguém poderá travar este processo de mundialização do comércio e das relações humanas. A Europa das próximas décadas falará anglo-europeu e talvez Miranda fale portunhol (talvez melhor mirpornhol, uma mistura de mirandês, português e espanhol). Os jovens que não acertarem o passo com esta tendência serão postos de lado, nomeadamente em relação ao mercado de trabalho. É, pois, necessário dissociar completamente a sobrevivência das línguas ancestrais com as macrotendências atuais.

A segunda operação consiste em conhecer perfeitamente a natureza do anglo-europeu ou do portunhol, de Miranda. E aqui um pequeno aparte para reafirmar que o inglês e o castelhano também são também línguas ancestrais para milhões de pessoas que as aprenderam como línguas materna. É o inglês da melhor literatura nesta bela língua que, infelizmente, poucas pessoas conhecem e falam convenientemente fora das suas terras de origem. Por isso, o mal não é o inglês, mas a forma como esta língua se transformou fora do seu país de origem, falada por milhões de pessoas que não a dominam, mas dispõem apenas de um léxico de base e não conhecem nenhuma expressão idiomática.

Em terceiro lugar o que devemos fazer é estudar as línguas que são ou poderão ser línguas ancestrais, a fim de descobrir e documentar todo o seu potencial. O estudo da situação do mirandês na sociedade, o seu presente e o seu futuro, é uma tarefa vasta, que exige um trabalho interdisciplinar. Esta é, aliás, uma das primeiras tarefas que se exige aos linguistas e outros estudiosos. Só os resultados deste trabalho poderão contribuir, de forma clara e rigorosa, para a tomada de consciência sobre a situação da língua. E isso é primordial quer para os falantes, que assim verão a sua língua ser objeto de interesse e de estudo pela comunidade científica, quer para o Estado que, legalmente, reconheceu "o direito a cultivar e promover a língua mirandesa"[10].

O que se pede aos linguistas é que estudem a língua. Neste particular, podemos distinguir pelo menos dois campos de trabalho muito vastos e complementares, um de descrição do idioma, outro de divulgação. No primeiro incluo a conceção de materiais auxiliares de escrita: gramáticas, dicionários, glossários, manuais, corpora de textos, etc. No segundo, a publicação desse material, dando a conhecer a língua aos que não sabem que existe, aos que a conhecem mas não a falam ou não sabem o que é, e aos seus falantes que não a estimam como ela merece.

Sobre o primeiro aspeto, para além do trabalho de levantamento do fundo lexical vernáculo, que pode contribuir para enriquecer e estabelecer a genealogia histórico-cultural da região e das suas gentes, devemos também salientar a

[9] Disponível em:- http://www.pch.gc.ca/progs/lool/perspectives/francais/econo/partie2a.htm : www.lusofonias.net

[10] cf. o artigo 2º da Lei n.º 7/99, de 29 de Janeiro.

necessidade da criação de neologismos. Este trabalho técnico de adaptação de uma terminologia moderna para os vários domínios do saber deve valer-se, desde logo, das matrizes idiomáticas da língua e fazer uso das possibilidades técnicas hoje à nossa disposição. Por outro lado, estes estudos não se devem basear unicamente em doutrinas ou impressões semânticas, mesmo se estas são, muitas vezes, bastante corretas, mas antes em descrições e em inventários formais e funcionais do fenómeno estudado.

Não resisto, desde já, a trazer alguns exemplos do mirandês, "língua rural", como alguns dizem, querendo com isso significar que estaria condenada a falar apenas do passado e de um mundo já desaparecido ou em ruínas.

Quando falamos desse meio campestre, da terra, essa mesma que lavramos e preparamos para receber a semente, dizemos que ela pode estar *seca* ou *molhada*, como em português. Mas em mirandês ela também está *aceçunada*, e pode ainda ser *criançosa* porque, tal como o útero materno, é ela que engendra e cria.

Aproximamo-nos agora do período em que as plantas e as flores entram como que em hibernação. Mas quando chegar a primavera e os casulos, ou *capulhos*, começarem prontas a sair do seu aconchego invernal diz-se que já vão *namorados*. Que outra metáfora mais bela podíamos encontrar!

No mundo da magia encontramos também outra riqueza de termos e conceitos. O bruxo, como em português, pode ser aquele que enfeitiça. Em mirandês é também aquele que cura e ainda aquela figura mágica que consegue metamorfosear-se, em borboleta, em cobra, em galinha ou mesmo em serpente. Assim, as cobras, animais malignos e encarnação das forças demoníacas, nem sempre são chamadas pelo seu nome de *culuobras*. Acredita-se que a palavra tem o poder de convocar as coisas ou os seres chamados, por isso se designam por *bichas* ou *la bicha*. Não compreendendo o chamamento, não podem responder a ele.

Nas chamadas "formas fixas"[11] da literatura oral, a língua mirandesa foi consolidando saber milenar das bocas que as foram repetindo. Os adágios, os ditos dezideiros, são um dos resultados mais belos e poéticos desta sabedoria. Neles se expressam conceitos filosóficos profundos, sátiras contundentes, assim como bizarrias desconcertantes ou angústias justificadas. Apreciem-se estes quatro exemplos, nos quais se revela um pouco da plasticidade da língua e da criatividade dos autores anónimos. A pureza, a simplicidade e a graça do vocabulário são transmitidas por estas fórmulas onde se retrata a alma, o modo de ser e de sentir do povo.

La nubrina de l'auga ye madrina;
L ferreiro, a martelhadas, a martelhadas, deixou çquecer l'oufício;
Nun te mates pedrica, naciste para pobre nun chegas a rica;
L afogado l que quier ber ye ua silba.

Esta sabedoria milenária constituiu-se como um autêntico calendário hagiográfico em linguagem poética. As expressões, lapidadas e consagradas pelo tempo, definem o bem e o mal, predizem as estações, pressentem o tempo, auguram as boas e más colheitas, amaldiçoam os inimigos, bendizem os amigos, ditam a justiça, apontam comportamentos, aconselham nos trabalhos agrícolas, criando na singeleza da linguagem a profundidade duma filosofia de vida.

No més d'adbento poucas damas fílan o lhienço, a ua cun dias santos a outra cun ruin tiempo.
De ls Santos a Santo Andrés bai un més; de Santo Andrés al Natal outro tal. Mas la bielha que bien cuntou solo trés semanas ancuntrou.

Nas adivinhas, de sabor campestre e telúrico, e uma linguagem simples e castiça, consolidam-se autênticos compêndios de pedagogia o prazer da descoberta se pode estimular com pequenas doses de suave malícia.

sou amigo de las mulhieres
Cun eilhas fago cuntrato
Fágo-le cuçquinhas la barriga
I méten-me l pie no buraco.
L sedeiro.

Crudo por fuora
Crudo por drento
Alça la pata
I mete-lo an drento.
La meia.

11 A expressão é do folclorista de origem alemã Arnold Van Gennep (1937) Manuel de folklore français contemporain, Paris: A. Picard, 1937, vol. IV, pp. 654-716, que propôs a distinção entre "littérature populaire mouvante" e "littérature populaire fixée". A primeira compreenderia os contos e outras narrativas e a segunda os provérbios, os adágios, etc.

Nenhuma língua nacional possui esta série de palavras ou expressões, pura e simplesmente porque as línguas nacionais não são chamadas a exprimir estas realidades.

Como qualquer outra língua, o mirandês constitui um sistema semiótico de compreensão do mundo. Seremos mais ricos ou mais pobres consoante formos capazes de preservar, compreender e estimular a sua capacidade de descrever o mundo. E isto leva-nos a outra tarefa essencial fundamental para a preservação do mirandês: a formação de linguistas entre os locutores do idioma. Embora este domínio não esteja exclusivamente reservado aos falantes, são eles que melhor do que ninguém podem descrever a sua língua, uma vez que conhecem aspetos que outros linguistas teriam mais dificuldade em descobrir.

Os caminhos da extinção – visto ser difícil falar de morte a respeito das línguas – são muitos e variados. É inegável que, no caso do mirandês, são visíveis sinais de sentido contrário que ora apontam para a sua obsolescência, ora nos dão mostras de alguma vitalidade e até de renascimento. Contudo, ninguém poderá dizer, com exatidão, qual dos dois sinais brilha com mais vigor. A lista de ambos correria o risco de ser demasiado extensa e sobretudo inconclusiva, pois não saberíamos avaliar, com rigor, o grau de importância a conferir a cada um deles.

Do lado da conservação – porque assim me aproximo do último subtítulo que dei a esta minha intervenção: utopias – o mirandês dispõe hoje de alguns instrumentos que podem ser essenciais para a sua sobrevivência ou continuidade. Entre eles, destaco a existência de uma Norma Ortográfica[12] e do Reconhecimento Político através da Lei justamente intitulada *Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa*[13].

Estes dois elementos despoletaram um interesse renovado pelo mirandês que se traduziu, entre outros resultados, no aparecimento de uma literatura escrita, de páginas de jornais, de programas de rádio e de vários sítios na internet, e ainda naquilo que parece ser uma certa mudança de atitude social perante a língua. Também o ensino que, em rigor, anda aos tombos desde 1987 (ano em que começou a ser ensinado, a título opcional, na Escola Preparatória de Miranda do Douro), ganhou um novo impulso, alargando-se a outras escolas da região (sempre a título precário, opcional, sem professores formados, nem supervisão pedagógica ou outra) e mereceu mesmo o interesse de algumas associações e instituições de Ensino Superior que o têm proposto nomeadamente a título opcional[14].

Parece inegável que todas estas atividades, ensino, publicações, emissões radiofónicas, estudos, traduções, etc., são importantes para o mirandês. Mas ninguém, com rigor, saberá dizer qual a sua verdadeira importância e se estamos a ir no bom caminho ou nem sequer se estamos a progredir no caminho.

4. A LÍNGUA MIRANDESA: UTOPIAS

Comecei esta minha intervenção dizendo que a situação do mirandês deveria ser vista no quadro global do estado geolinguístico do planeta e sobretudo da Europa. O velho continente não pode deixar de escutar os gritos polifónicos das línguas humanas que pululam dentro das fronteiras dos velhos estados-nação. Esta realidade polimórfica constitui a nossa riqueza e é sobre ela que devem assentar os pilares identidade europeia. Mas não pode resistir eternamente a discursos meramente propagandísticos. Exigem-se medidas imediatas e concretas.

Como tantos outros idiomas europeus – como o aragonês, o provençal, o sardo, o asturiano, e o ladino, para só citar alguns, – o mirandês vive numa situação paradoxal. Só nos damos conta de que há necessidade de o preservar porque tomámos consciência de que o mesmo está em situação agonizante, sem vitalidade, longe do seu pleno desenvolvimento, e se encontra em riscos de desaparecer. Um paradoxo que é, afinal, o espelho das nossas sociedades contemporâneas, tão obcecadas pelas relíquias museológicas como fascinadas pelo presente, e sempre à procura do futuro através dos últimos gritos tecnológicos. Por outro lado, nem sempre os autóctones conseguem dar-se conta da importância da sua cultura. Seja porque não têm a distância suficiente para reconhecer o seu valor, seja porque se encontram envolvidos em situações de conflito motivadas por interesses materiais, pessoais ou simplesmente mesquinhos.

A prática duma língua local favorece o desenvolvimento intelectual e a abertura para outras culturas. Por isso o domínio da língua mirandesa tem ainda mais importância se se considerar que a mesma constitui uma chave de acesso ao património comum das culturas que se exprimem através das línguas românicas,

12 A.A.V.V. (1999) Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Miranda/Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

13 Lei n.º 7/99, de 29 de Janeiro.

14 Nesta matéria é de justiça referir que o único Curso verdadeiramente estruturado e organizado até hoje foi levado a cabo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a direção da Prof. Doutora Olinda Santana e de mim próprio. Decorreu no Verão do ano 2001 e formou pelo menos um dos docentes que no último ano letivo lecionou mirandês.

assim como o conhecimento destas culturas permite enriquecer a aprendizagem e o domínio da língua mirandesa.

Importa assim reconhecer a língua e a cultura mirandesa não como um obstáculo à circulação da informação e das ideias, mas antes afirmar as vantagens que ela traz na abertura a uma dimensão regional da modernidade.

Nada impede que dentro de pouco tempo falemos todos a mesma língua. Contudo, não me parece que sejam as línguas internacionais a fazer concorrência às línguas ancestrais. Elas encontram-se para além de qualquer perigo, porque constituem as únicas e verdadeiras línguas da humanidade.

4. CARLOS FERREIRA, UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

CARLOS FERREIRA nasceu em Sendim em 1961. É Geógrafo pela Universidade Nova de Lisboa (1986). É Mestre (2003) pela Universidade de Salamanca (defesa de tese com 610 páginas "Toponímia, Paisagem e Ambiente, Uma abordagem geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda). Atualmente é doutorando pela Universidade de Salamanca (tema da tese: Modelos de povoamentos e modelos de desenvolvimento na Terra de Miranda). Foi dois anos professor de mirandês. Tem várias obras publicadas, científicas e literárias (escritas em mirandês e português), assim como variadíssimos artigos sobre a temática do mirandês e da Terra da Miranda.

O Levante do Nordeste Transmontano - a Terra de Miranda como território de transição e fronteira.

I. Introdução

O Levante do Nordeste Transmontano aqui em estudo, do ponto de vista físico natural, circunscreve-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla em Aliste (Espanha), a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo, a Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional e a Norte pela Serra de Montezinho. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição (paisagística, histórica, cultural, política, linguística), prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. Em termos humanos, reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de "limites, fronteira e transições".

A singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permite-nos compreender as razões que originaram as línguas e dialetos que ainda hoje povoam esta região.

Sendim, 6 de setembro de 2004

1.

Dentro do contexto espacial da geografia Trasmontana, os mais eminentes geógrafos concedem alguma individualidade etnográfica à Terra de Miranda, mas no âmbito geográfico todos fazem uma análise essencialmente de cariz agronómico, propondo a clássica divisão entre Terra Quente a Sudoeste e Terra Fria a Nordeste. Porque a informação tratada nessas análises é limitada e setorial, os contornos propostos ressaltam imprecisos e decalcam-se sempre pelos artificiais limites concelhios. Na senda dos trabalhos de ilustres geógrafos como Vergílio Taborda (TABORDA, V. (1932) e Orlando Ribeiro[15], abordaremos a geografia desta região, fazendo uma análise complexa, transversal e multidisciplinar do espaço, propondo uma visão integrada para a Terra de Miranda que consideramos como um espaço com grande homogeneidade assumida nas suas feições de transição.

2.

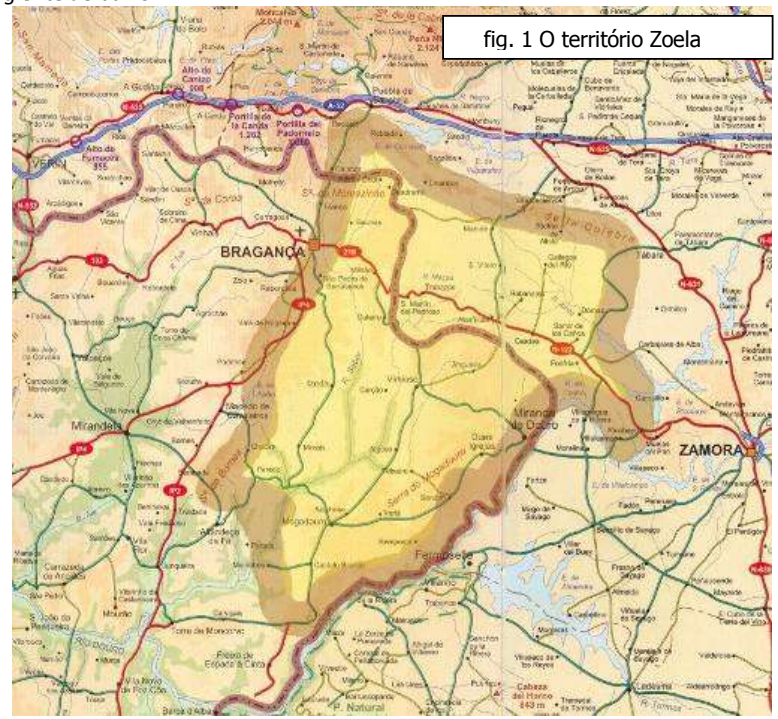
O antigo território da Terra de Miranda já integrou todo o levante do Nordeste Transmontano. Antes da romanização da Península foi o *país* onde os Zoelas, tribos Celtas do povo Asture, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. Esta primórdia região, do ponto de vista físico natural, circunscrevia-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla quando entronca no Douro em Aliste (Espanha), a Norte pela Serra de Montezinho, a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo e a

[15] Orlando Ribeiro aflora algumas destas questões num opúsculo sobre a "Meridionalidade de Leão", (RIBEIRO, O. (1995)121-157) e refere o conceito de região de transição no opúsculo "Uma região portuguesa de Transição: a Beira Baixa", (RIBEIRO, O. (1995) 431-444). Também Valentín Cabero refere: "Es precisamente en las fronteras, en las márgenes del territorio, en estos lugares de encuentro y de encrucijada, en estos espacios de transición y de alternancia, donde las identidades territoriales se muestran con mayor complejidad y pluralidad", (CABERO DIÉGUEZ, V. (1998) 197).

Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição paisagística ecológica, histórico-geográfica, etnográfico cultural, político-administrativa e linguística, prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. O povoamento humano reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de "limites, fronteira e transições"[16].

A partir da Idade Média o velho território Zoela míngua e passa a constituir uma região administrativa, formando-se a Terra de Miranda que engloba no seu seio a área da fig. 1 O território Zoela ocupa atualmente três concelhos: Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, as localidades de Fornos e Lagoaça do norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta e o antigo concelho de Outeiro, integrado no concelho de Bragança desde a reforma administrativa de Mousinho da Silveira em 1835. Para efeitos de ordenamento agrícola esta região é conhecida pela designação de Planalto Mirandês. A História, singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permitiram a emergência de uma cultura e etnografia peculiares dentro do contexto português. Destacamos nomeadamente a língua (*lhéngua*) mirandesa (lei 7/99 de 29 de janeiro), os pauliteiros e o gaiteiro tocador de gaita-de-foles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Um conjunto de raças autóctones com denominação de origem certificada como o burro mirandês, a vaca mirandesa, o porco bísaro e a ovelha churra galega mirandesa, reforçam ainda mais a panóplia de endemismos existentes nesta região. A população que vive neste espaço faz também a distinção entre os habitantes que a povoam e os que vivem fora dela, apelidando estes por "*giente de baixo*".

fig. 1 O território Zoela



II. A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO

1.

Em longitude faz a transição geomorfológica entre a submeseta norte castelhana aplanada e monótona, com rede hidrográfica pouco ou nada encaixada e os planaltos do nordeste Português de relevo já mais movimentado e com a rede

[16] Situados ligeiramente a norte de Zamora, a localização da velha cidade medieval de *Castrotorafe*, hoje em ruínas e a localização do convento cisterciense de Santa Maria de Moreruela, também em ruínas, bem como o convento de San Martín de Catañeda na Sanábria, constituem excelentes marcas políticas de interface por parte do reino de Leão, para intervir e assegurar uma velha área de transição. Sobre a questão ver (ANTON, I. A. (1986) 49-58) e (PRADA, M. F. (1998) 1117). Já mais tarde, o reino de Portugal em 1545 através de D. João III e o Papa Paulo III (MOURINHO, A. R. (1995) 65), em sentido inverso, com a criação da diocese de Miranda, toma uma decisão para enfraquecer o poder dos mosteiros de Moreruela e San Martin de Castañeda, ambos em território espanhol, mas controlando boa parte das terras do nordeste transmontano. Quando os velhos mosteiros e castelos medievais entraram em decadência, a elevação de Miranda do Douro a cidade, a criação da diocese e a edificação da Sé vieram trazer remédio à falta de autoridade forte na região. Por outro lado é centralizada a propriedade de todos os bens da Igreja na região do Nordeste Transmontano e tirados todos os bens de mosteiros espanhóis situados do outro lado da fronteira. Desta forma a criação da diocese de Miranda é acompanhada de uma certa visão política, para definitivamente controlar e consolidar todos os territórios da coroa portuguesa a leste de Mirandela. Continuando o processo de estabilização desta vasta área de transição, a diocese apressa-se a instalar seminários em toda a linha de fronteira da raia seca (Vinhais, Bragança e Miranda). É interessante notar, que dentro dos domínios dos mosteiros povoadores, por exemplo Moreruela, as suas pertenças e igrejas estendem-se até à serra de Nogueira e até à linha de cumeada das serras de Montesinho-Nogueira-Bornes-Reboredo, que é o limite do velho território Zoela.

fluvial muito encaixada. Em latitude faz a transição entre os cimos aplanados das fraldas sul da cordilheira Cantábrica e os planaltos mais baixos do nordeste português. Em termos geológicos faz a transição entre a imensidão avermelhada dos depósitos recentes da meseta e a mistura de rochas granitoides, xistentas e quartziticas, por vezes também recobertas de depósitos cenozoico, dos planaltos do nordeste português. Em termos climáticos faz a transição entre o clima de feições marcadamente continentais da meseta e o clima marcadamente atlântico dos montes de Leão e Sanábria, para um clima de feições mistas dos planaltos do nordeste português, multiplicando-se frequentemente em variadíssimos microclimas, originados pelo encaixe da rede fluvial e pela exposição das encostas a ela adjacentes. Refletindo o clima, em termos florísticos faz a transição entre os azinhais de Quercus ilex ssp. Rotundifolia da meseta e os bosques de carvalho negral, Quercus pirenaica Willd do maciço Cantábrico, para os bosques mistos do planalto e dos vales encaixados dos rios, onde a vinha e a oliveira encontram alargada expressão. Como alguns botânicos têm apontado, a transição significa riqueza em biodiversidade.

2.

Dentro dos cambiantes humanos da paisagem, podemos destacar a transição entre o grande campo cerealífero e aberto (openfield) da meseta e o pequeno campo fechado (bocage) dos Montes de Leão e Sanábria, para uma estrutura fundiária mista de enclausures e campo aberto, nos planaltos do nordeste transmontano, onde os lameiros (cerrados) assumem a maior expressão de identidade na paisagem da Terra de Miranda. Sendo a geologia diferente, os materiais empregues na construção das casas e o tipo de arquitetura, vêm neles refletida a transição. Também ao longo da história, as práticas e produções agrícolas tiveram maior diversificação na Terra de Miranda que na meseta castelhana.

3.

Por fim é necessário dizer que a transição que se vai efetuando na Terra de Miranda, além de se ver no relevo, na geologia, no encaixe dos rios, no clima, no tipo de vegetação, na estruturação da paisagem, no tipo de atividades agrícolas, no tipo de povoamento e na etnografia, vê-se também na língua, o asturo-leonês, língua de transição segundo Menéndez Pidal[17], que evoluindo a partir do latim popular foi durando nesta região, mas que cedo começou a perder vigor frente aos ataques do castelhano e do galaico-português, depois da independência do reino de Portugal e da aglutinação do reino de Leão pelo reino de Castela, acantonando-se hoje a sua vitalidade a pouco mais que as localidades do concelho de Miranda do Douro.

[17] Ramón Menéndez Pidal *(Las Origenes del Español)* citado por José Matoso (org) (1992), "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. I, 511: "O idioma romance encontrava-se durante o século X no seu período de origem ou de formação, e o que mais essencialmente distinguia a linguagem dessa época da que se seguiu depois era a falta de uma norma linguística fixa. Várias normas lutavam entre si, cada qual sem força suficiente para vencer rapidamente a sua oposta (...) A fala vulgar da corte de Leão no século X tinha uma grande debilidade constitutiva: a sua vacilante indecisão. Nela concorriam tendências vindas da Galiza, com o grande prestígio da cultura, riqueza e grande densidade de população dessa terra ocidental; tendências vindas das Astúrias, antiga sede da monarquia; tendências vindas de Castela, região que já então se distinguia por uma firme orientação linguística, muito diferente das grandes vacilações leonesas. Leão gozou o seu grande prestígio político numa época em que a qualidade da corte a prejudicava linguisticamente pela mistura de gentes e influências muito diversas que a ela concorriam e na qual não existia ainda uma literatura romance capaz de reduzir a uma harmónica unidade essas várias tendências."

Também Orlando Ribeiro cita Menéndez Pidal, referindo: "MENÉNDEZ PIDAL, por sua vez, notara como a cunha asturicense na Terra de Miranda explica a persistência de um falar leonês no território de Portugal.", (RIBEIRO, O. (2001) 78). Esta ideia de cunha encravada de que nos fala Menéndez de Pidal, mostra não apenas a fragilidade política em "aguentar" os territórios que a ladeiam, mas mostra sobretudo a ideia de transição que está subjacente a este espaço.

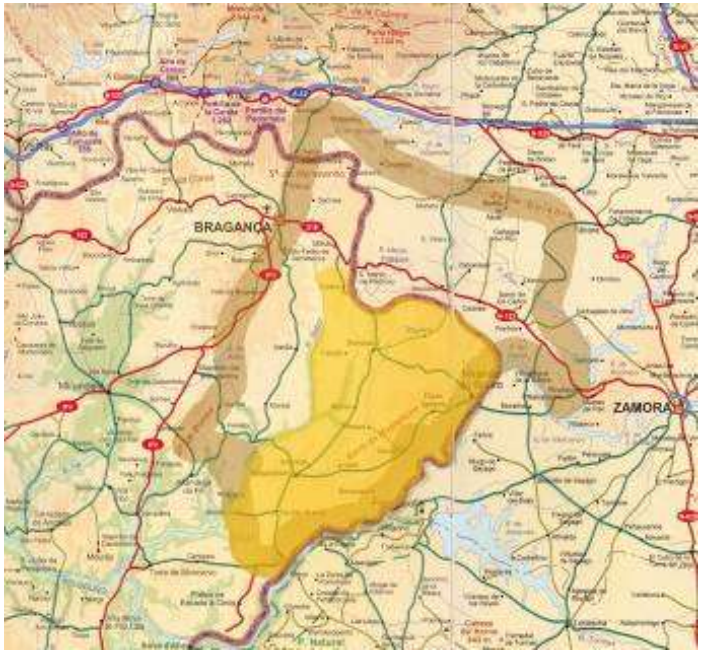


Fig. 2. A Terra de Miranda Medieval

4.

Segundo Julio Davalillo Larrea (DAVALILLO LARREA, J. L.(2000), na pré-história o espaço da região da Terra de Miranda constituía já uma fronteira. Em 1500 a. C. constituía fronteira entre a zona do Bronze Atlântico e a zona do Bronze do Final da Meseta chamado "*grupo de las cogotas*". Por volta do ano 1000 a. C. constituía fronteira entre Celtas e Celtiberos.

Nos termos proto-históricos e históricos[18] da ocupação humana da Terra de Miranda, antes das invasões romanas chegarem à Península Ibérica, o território Zoela, espaço cultural das tribos celtas pertencentes ao povo Asture, ocupava uma região que delimitava os seus contornos da seguinte forma: partindo do ponto de confluência entre o rio Esla e o Douro, continuava para N/NE pelos cimos da Serra da Culebra, para NO pela cumeada da serra de Montesinho, para O e SO pela linha de cumeada das Serras de Nogueira e Bornes, servindo o vale jusante do Sabor e a serra do Reboredo como fecho até ao vale do Douro quando este entra em território português e daí sobe até encontrar novamente a foz do rio Esla, (MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) 18). No limite O. da submeseta norte castelhana, o rio Esla com orientação norte-sul e o talvegue profundamente encaixado do rio Douro, com orientação NE - SO, serviam de eixo vertebrador na divisão entre os *populi* dos *Astures Cismontanos*, dos *Callaeci*, dos *Lusitani*, dos *Vaccei* e dos *Vettones*, (ALARCÃO, J. (2002) 31-33). Este ponto de encontro entre Esla e Douro serviu depois para estabelecer os limites entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis*.

Durante o domínio romano, embora muitos estudos se tenham debruçado sobre os limites dos dois conventos, nomeadamente Joaquim Neto (NETO, J. M. (1975), ressalta que a Terra de Miranda se integrou no convento de *Asturica Augusta* em determinados períodos e no de *Bracara Augusta* noutros períodos.

No ano de 420 d. C. era por aqui que passava a fronteira entre Suevos e Alanos, no ano 450 d. C. entre o Reino Suevo e o Campus Gothorum e no ano 500 d. C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. No ano de 950 d. C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reveses Cristão e Árabes, a chamada "*extremadura*".

Dentro do próprio topónimo *Miranda*[19] encontramos também esta ideia de transição e fronteira que segundo Garcia Árias[20] se explica a partir do céltico *MIRO*-

[18] Sobre a história da Terra de Miranda, Cidade e Diocese, consultar vários documentos na obra do Abade de Baçal, nomeadamente (ALVES, F. M. (1910) I e IV), a obra de Artur Carlos Alves (ALVES, A. C. (1973), (ALVES, A. C. (1974) e (ALVES, A. C. (1978), (MOURINHO, A. M. (1980), (MOURINHO, A. R. (1995) e (FERNANDES, M. C. C (2001).

[19] Pensamos que o topónimo *Miranda* antes de se fixar no nome da localidade, devia referenciar o nome de uma região, ainda mais vasta que o espaço atribuído pelos primeiros reis portugueses à Terra de Miranda. Teria sido primeiro a "reconquista cristã" e depois o início da nacionalidade, com todas as querelas político-militares ligadas ao processo de independência, que teriam fragmentado esse espaço original mais vasto. O facto de na região, três importantes reinos (Leão, Castela e Portugal), se terem guerreado, aglutinado, dividido, feito alianças e tornado independentes, não favoreceu a continuidade política regional. Num documento de 1358, emitido pelo rei D. Pedro de Portugal faz-se referência a " (...) **mijanda a noua de Riba de doiro** (...) ", (FERNANDES, H. P. (1996) I. 53). Por aqui podemos verificar que a vila de Miranda tem uma fundação que nasce para estabilizar os limites da nacionalidade emergente.

[20] Ver (ARIAS, X. L. G. (2000) Miranda) e também (ZAPATERO, J. G. A. (1985). José Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, J. L. (1900) 33-35) e o Abade de Baçal (ALVES, F. M. (1910) X. 131), referem ambos que a palavra Miranda vem do adjetivo-particípio latino *miranda*, do verbo *miror*, e significa «digna de admiração», e, por ampliação de sentido, «evidente», ou ideia análoga; na mesma ordem de ideias: *mirar*, *mirante*, *miradoiro*. Não estamos completamente de

RANDA com sentido de limite ou fronteira. Segundo Juan Zapatero, estamos claramente perante um território de velhos "limites, fronteiras e transições", (ZAPATERO, J. G. A. (1985) 22).

A este respeito também refere Valentín Cabero:

> *"algunos topónimos como Muga de Sayago, San Felices de los Gallegos o Vilarinho dos Gallegos, por ejemplo, son un testimonio más de las raíces comunes, y contribuyen a entender la identidad de un espacio regional fronterizo, calificado de marginal y extremo.", (CABERO DIÉGUEZ, V.(1998) 198).*

5.

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa pela expressão **Terra**[21], entendia-se distrito administrativo, militar e judicial, utilizando-se bastante esta designação no Norte de Portugal como para o caso da Terra de Vinhais, Terra da Feira, Terra de Ledra, etc. Ainda hoje na vizinha Espanha encontramos na Galiza cerca de uma dezena de pequenas regiões com a designação **Terra** e na província de Castela e Leão não anda longe da vintena, não a encontrando praticamente noutras províncias. Aníbal Varizo, insere na baixa Idade Média, o fermento administrativo que viria a fomentar a constituição da chamada Terra de Miranda medieval, referindo-nos este autor:

> *"O paroquial suévico deve ter sido escrito entre 572 e 582. Mensiona 18 igrejas e 12 pagi. Os pagi seriam as igrejas mais afastadas de Braga, de organização mais rudimentar, mais longe do Arcebispo. (...) «Astiático» será, o território correspondente à futura «Terra de Miranda». (...) No princípio da nacionalidade, Miranda do Douro impõe-se pela sua situação estratégica, pelo que não admira que seja a sede de circunscrição administrativa (Terra) e de circunscrição religiosa (arcediago). (...) «Aparecem na documentação dos séculos X e XI, relativa à região onde depois veio a ser Portugal, as palavras «TERRA» e «TERRITÓRIO» com o significado de divisão administrativa.", (VARIZO, A.(1990)81-83).*

A denominação *Terra de Miranda* aparece pela primeira vez em documentos do séc. XII[22] e, a partir dessa data não voltou a deixar de se utilizar. Os seus contornos nunca foram rigorosamente delimitados, mas segundo José Leite de Vasconcellos[23], durante a Idade média entendia-se por esta designação, todo o território limitado a Sul pelo rio Douro a Norte e Este pela fronteira política com a Espanha e a Oeste pelo rio Sabor.

III. A UNIDADE DA TERRA DE MIRANDA VS. REGIÃO NATURAL

1.

Depois da Idade Média a designação Terra de Miranda deixou de ter o seu caráter administrativo e depressa evoluiu para um significado essencialmente geográfico, histórico, ver etnográfico. Mantendo-se a homogeneidade territorial que sempre teve, podemos dentro da transição apontar como traços mais marcantes da unidade deste espaço os seguintes:

1.1. A geografia física confere uma homogeneidade muito particular a este território na sua forma de relevo de planalto[24] que produz linhas de águas extremamente encaixadas em vales profundos, alcantilados e escarpados, assumindo transição em relação à Submeseta Norte Espanhola.

1.2. Na sua altitude média aplanada de 700m de onde se elevam pequenas colinas eruditas e arredondadas chamadas *cabeços* e alguns cimos como os de Mogadouro, Variz e Castanheira que apesar de terem uma altitude absoluta de aproximadamente 1000m, não se elevam mais de 150m em relação ao planalto

acordo com estes nobres autores. Por um lado pensamos que a palavra *miranda* se reportava a uma região e será muito mais antiga que a localidade, por isso o que seria ali digno de admiração se não havia localidade? Por outro se Miranda do Douro fica localizada num miradouro frente ao rio, a mesma coisa já não se pode dizer de Mirandela que fica numa depressão. A Verdade é que ambas referenciam faixas de fronteira físico paisagísticas. Da mesma forma que José Leite de Vasconcelos batizou a língua leonesa destas terras, apelidada aqui por "*nuossa fala*" por Mirandês, também os "fundadores" de Miranda teriam cristalizado o nome da região para designar a localidade.

21 Artur Carlos Alves, refere-se também à origem e evolução da palavra ***Terra***, (ALVES, A. C. (1973) 24-27).

22 Ver (ALVES, A. C.(1973)46) e (MOURINHO, A. M. (1980)93). Erradamente em 1136, o Abade de Baçal, atribui a Miranda do Douro o foral que Don Afonso I, atribui a Miranda do Corvo, (ALVES, F. M.(1910)IV.81).

23 (VASCONCELLOS, J. L.(1941)179-189).

24 Amiúde as pessoas e os próprios dicionários de português, não sabem fazer a verdadeira distinção entre planície e planalto, pensando que a diferença está na altitude, mas a verdade é que podemos ter planícies elevadas a mais de 3000m de altitude absoluta. Independentemente da altitude, um planalto e uma planície, constituem ambos vastas superfícies aplanadas, mas o primeiro produz uma rede hidrográfica muito encaixada, com grande poder de transporte de materiais grosseiros, erosão recente e regressiva, enquanto a segunda produz redes hidrográficas não encaixadas, divagantes, sem poder de transporte, atulhando-se o seu leito com várias camadas de depósitos finos.

circundante, sendo o perímetro na sua base muito reduzido, constituindo belos exemplares de "inselbergs".

1.3. Na distribuição da escassa precipitação anual (+/ – 550mm), que ocorre na grande maioria no fim do outono e no inverno e na distribuição das temperaturas médias diurnas anuais (12,3°C), com grandes frios no inverno e elevadas temperaturas no verão dizendo-se do clima que são *nuobe meses d'Ambierno i trés d'Anfierno*.

1.4. Na sua geologia complexa de xistos, granitoides, quartzitos e depósitos recentes de cobertura e ainda na sua vegetação[25.] A diversidade de microclimas produz uma grande diversidade florística, que por sua vez produz uma fauna rica e diversa.

Devido a esta tão grande uniformidade geográfica Vergílio Taborda (TABORDA, V. (1932) e Dionísio Gonçalves (GONÇALVES, D. (1985) consideram este espaço uma região natural.

2.

Em termos pré-históricos, proto-históricos e históricos já vimos com se esboça a constituição de uma unidade de povoamento humano, cultural e administrativo[26].

Em termos etnográficos estamos também perante uma região com caraterísticas muito próprias e peculiares em relação a todo o resto da península Ibérica, podendo destacar em traços muito largos a dança dos paulitos, a capa de honras e a língua mirandesa.[27]

Se nos nossos dias estas três singularidades etnográficas estão muito confinadas ao concelho de Miranda do Douro, ainda há apenas meio século escrevia António Maria Mourinho relativamente à dança dos pauliteiros: "*Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro, talvez desde Rio de Onor, até aos limites Sul do concelho de Mogadouro, confrontando com os de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo*.", (MOURINHO, A. M. (1984) 454).

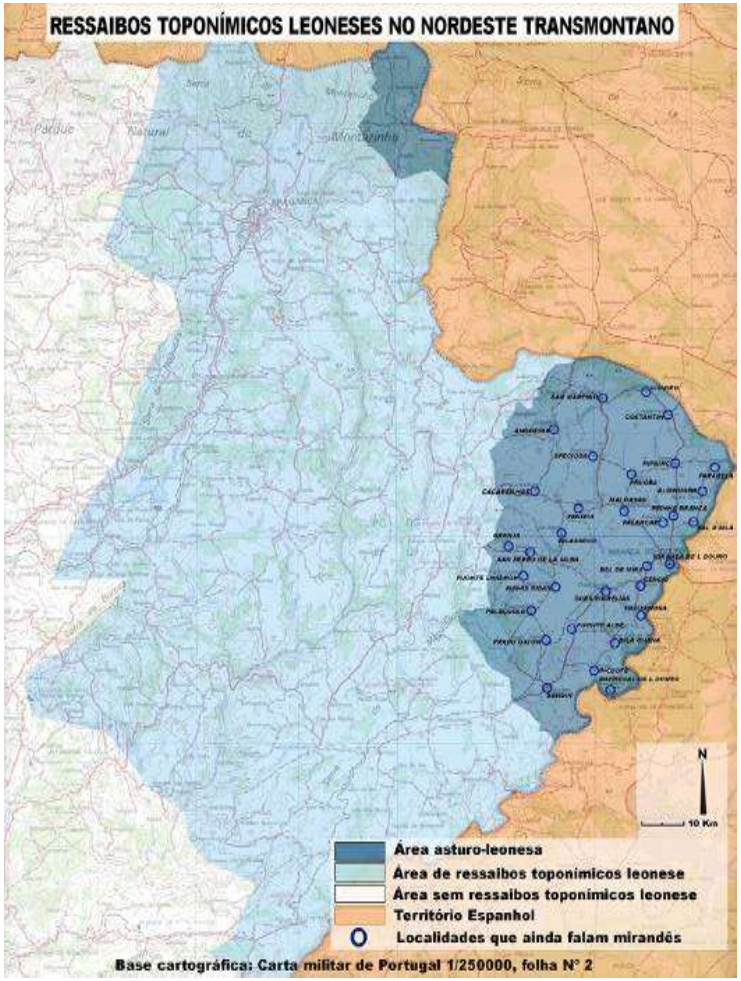


Fig.3: A área de ressaibos toponímicos leoneses no Nordeste Transmontano corresponde ao antigo território celta das tribos Zoela.

25 Entrecruzam-se nesta área dois domínios floríscos bem demarcados o do carvalho pardo ou negral – Quercus pirenaica Willd. – mais acentuadamente atlântico, com espécies caducifólias como o carvalho alvarinho – Quercus robur L.-, o castanheiro – Castanea sativa Mil. -, o ulmeiro – Ulmus capinifolia Gled. -, o amieiro – Alnus glutinosa L. -, o choupo – Populus nigra L. - Populus alba L. -, o freixo – Fraxinus angustifolia - e o do domínio das quercínias perenifólias, acentuadamente mediterrâneo com espécies como a azinheira - Quercus ilex ssp. rotundifolia -, o sobreiro – Quercus suber L. -, o carvalho cerquinho - Quercus faginea - e o zimbro - Juniperus oxycedrus.

26 Sobre o assunto ver (SANCHES, M. J.(1992) e (LEMOS, F. S.(1993).

27 Outras particularidades poderíamos apontar, mas estas parecem-nos ser as mais representativas. Ver também sobre a gaita de foles (CORREIA, M.(2002) e sobre o teatro popular mirandês (GONZÁLEZ, F. C.(2001).

IV. As fronteiras da Terra de Miranda

1.

Como vimos o espaço da Terra de Miranda, começou por ser o extremo e a fronteira entre os territórios ocupados pelos vários povos celtas e pré-celtas. Continuou a constituir fronteira entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis* e entre os conventos de *Asturica Augusta* e de *Bracara Augusta*. Também durante as invasões árabes, o rio Douro, particularmente no seu troço NE-SO mais encaixado, constituía fronteira de reveses e consolidação de percas e aquisições militares por parte de infiéis e cristãos. Com o início da nacionalidade portuguesa, constituiu fronteira entre o reino de Leão e o Condado Portucalense e por fim entre Espanha e Portugal. A Terra de Miranda é portanto, uma região de fronteira com caraterísticas específicas dentro do retângulo português. A sua área tem a particularidade de ser a única região portuguesa que faz fronteira com a Espanha pelo seu lado Norte e ao mesmo tempo pelo lado Este e Sul (rio Douro).

2.

Não levando em conta velhos conceitos que associam a fronteira a uma linha, debruçamo-nos apenas sobre a noção de faixa de fronteira, onde os povos que estão em contacto se enriquecem de experiências e trocas. A convivência humana entre as populações que vivem de um e do outro lado da fronteira desenvolve atividades variadas, estados de espírito específicos, bem como uma economia, sociologia e antropologia particulares aos espaços de fronteira. Acrescemos a este facto, as diligências desenvolvidas ao longo dos tempos pelas entidades políticas que administram esses espaços, para gerir esses territórios no sentido da proibição ou permissão das passagens. Como sabemos, entre Espanha e Portugal, só depois da adesão dos dois países à União Europeia[28] em 1986, as vontades e decisões políticas têm ido no último sentido.

3.

Na Terra de Miranda podemos considerar três tipos de fronteira que não coincidem: as da região histórico-natural são as mais velhas, as políticas estão praticamente fixas desde o início da nacionalidade e as linguísticas datam de tempos anteriores à nacionalidade.

Do primeiro caso penso que já dissemos o suficiente.

No segundo caso podemos considerar duas secções distintas. A Norte e Este, a cumeada da Serra da Senhora da Luz e do Mourigo materializa a linha imaginária e despovoada que constitui a linha de fronteira entre Portugal e Espanha, dividindo também a Terra de Miranda do Campo de Aliste, também chamada *raia seca*. A sul da Terra de Miranda, desde que inflete o seu curso de O para SO, o vale encaixado do Douro, materializa a linha imaginária divisória entre Portugal e Espanha, também chamada *raia molhada*. Este troço de fronteira divide também as Terras de Miranda, Sayago e La Ribera.[29]

28 Com algumas exceções históricas, antes desta data, as fronteiras estiveram fechadas, para pessoas e bens, limitando-se a colaboração dos estados, à gestão dos recursos hídrico energéticos do rio Douro.

29 Sobre as antigas divisões da província de Salamanca, ver (LLORENTE PINTO, J. M.(1999)499-530).

Fig.4: A Terra de Miranda e a linha de fronteira Este entre Portugal e Espanha.

4.

No terceiro caso, a fronteira linguística, desde a "reconquista cristã" e enquanto o reino de Leão se manteve como um espaço político forte, existiu um grande *continuum* linguístico asturo-leonês, que entrava pelo nordeste transmontano português e aí se manteve durante vários séculos. Primeiro com a independência do condado portucalense em relação ao reino de Leão, que logo adotou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adotou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encravado, apenas na parte mais oriental da velha Terra de Miranda medieval.

A língua Mirandesa, como o definiu pela primeira vez em 1906 Ramon Menéndez de Pidal (Menéndez Pidal, R.(1990)21), pertence ao *continuum* linguístico asturo-leonês. Podemos pois analisar a sua difusão não apenas em função da sua área de acantonamento atual, o concelho de Miranda do Douro, mas também em função de todos os ressaibos que aquele *continuum* linguístico deixou no nosso país, sobretudo presentes no terço Este da província Transmontana. Estes ressaibos, para além de todos os vestígios de falares asturo-leoneses que ainda perduram em Rio de Onor, Guadramil, Petisqueira e Deilão, ficaram também, embora de forma mais subtil, na toponímia e sobretudo na microtoponímia de toda esta região do nordeste transmontano.30 Assim para ser possível tirar algumas conclusões sobre os limites do espaço histórico-natural que tentamos delimitar, fiz o levantamento de toda a toponímia maior e de cerca de cinco mil microtopónimos em todo o distrito de Bragança.31 Considerei para a minha análise todos os topónimos e microtopónimos que encerram caraterísticas bem marcantes do asturo-leonês, nomeadamente a conservação de -n- e -l- latinos, a presença do diminutivo -ico-, a palatalização de -l- inicial ou intermédio, os microtopónimos marra e ourrieta32 e o aparecimento do artigo definido mirandês (l, la, ls, las) associado a microtopónimos, bem como os nomes dos arbustos *scoba*[33] e *xara*[34].

30 Os filólogos e linguistas sempre foram muito perentórios na inventariação da quantidade de influências que o português e o castelhano tiveram na língua mirandesa, mas nunca se deram ao trabalho de construir estudos que analisassem a influência do mirandês/leonês, no chamado português de Trás-os-Montes.

31 Na grande maioria a partir das cartas militares à escala de 1/25000 e também com base nas listas cadastrais das finanças de Miranda do Douro que o Sr. Amável Falcão prontamente colocou á minha disposição e a quem muito agradeço. No concelho de Miranda e Mogadouro fiz também várias recolhas através de inquéritos in loco. Também a Doutora Manuela Barros Ferreira, num artigo sobre "A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal", se ocupou desta questão, (FERREIRA, M. B.(2001). Muito lhe agradecemos o envio do seu artigo, do qual recomendamos a leitura por ser esclarecedor e muito sério no tratamento dos limites linguísticos asturo-leoneses em Portugal.

32 Este microtopónimo aparece nas formas: orreta, ourieta, urreta, urrita, urrieta, reta, reta, rita e ruta.

33 Scoba, giesta - Cystisus striatus (Hill) Rothm. – cystisus scoparius L. – cytisus multiflorus (L'Hér.) Sweet. Em São Pedro da Silva encontramos os topónimos Lombo da Esteveira e Cabeço da Esteveira, mas um documento de 1172, (ANTON, I. A.(1986)312-13), diz-nos tratar-se de um antropónimo "que stat in monte de Stevam", e não de um fitotopónimo como se pensaria.

34 Xara, esteva - Cistus ladanifer – Cistus laurifolius.

Fig.5: A Terra de Miranda 'arrancada'

Da espacialização das ocorrências de microtopónimos com estas caraterísticas linguísticas resultam três espaços bem distintos. Em primeiro lugar pela elevada ocorrência destes microtopónimos destaca-se o concelho de Miranda do Douro acrescido das localidades do concelho de Vimioso onde se fala e se falou até há pouco tempo a língua mirandesa e da área leonesa de Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Pestiqueira. Em segundo lugar destaca-se uma área mais vasta que é delimitada dentro do nosso país pela linha de cumeada das serras de Montesinho, Nogueira e Bornes até ao baixo Sabor, passando depois pelas fraldas NE da serra do Reboredo indo fechar este território contra o Douro Internacional que serve de fronteira Hispano-Lusa à altura do Norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta, onde os microtopónimos com as caraterísticas que selecionamos, embora mais raros, têm ainda um peso significativo, esparsando-se à medida que nos afastamos da área onde hoje ainda se fala Mirandês.

Por fim a área a Oeste da linha das cumeadas que enunciamos, que se carateriza pela quase completa ausência de ocorrência de microtopónimos com as caraterísticas asturo-leonesas que tínhamos selecionado.

A área onde se encontram ressaibos de asturo-leonês, corresponde também grosso modo à comarca de Miranda do século XVI, na qual Bragança e Vinhais se integravam, ver (VARIZO, A. (1990) 88).

V. A Terra de Miranda e a linha de fronteira política entre Portugal e Espanha

14.

Neste ponto desenvolvemos uma pequena reflexão que se debruça e pensa a longitude da fronteira política na Terra de Miranda e o resto da fronteira Leste, entre Portugal e a Espanha. Se no meridiano de 6° W traçarmos uma faixa de 10' entre os 45' e 55', ao longo da longitude média da linha de fronteira entre Portugal e Espanha, que "nasça" no Mar Cantábrico e siga a fronteira entre a Galiza, o Principado das Astúrias e a Província de Castela e Leão, continuando depois ao longo da fronteira portuguesa com a Espanha até ao Algarve, verificamos que essa faixa acompanha o rio Navia que corre de Sul para Norte e vai desaguar no Mar Cantábrico e o rio Sil a sul de Ponferrada que corre de Norte para Sul. Esta faixa passa depois em San Martin de Castañeda e em Castro de Avelãs. Continuando para Sul passa por algumas cumeadas de serras da Cordilheira Cantábrica, dos Montes de Leão e Serra de la Cabrera: Serra de Ancares (pico de Peña Rubia 2214m), Serra de Chaira (pico de Peña Trevinca 1925m), Serra Segundera (pico de Moncalvo 2044m e Cabril 1850m), Serra de la Gamoneda (pico de Mugo 1738m). Já em Portugal passa igualmente pelas cumeadas das Serras de Montesinho (1474m), Nogueira (1318m), Bornes (1174m), pelo vale muito encaixado e aberto do baixo Sabor, pela Serra do Reboredo (920m) e continua a partir daí pela faixa de fronteira entre Portugal e Espanha.

15.

Em primeiro lugar podemos verificar que a faixa de fronteira entre Portugal e Espanha se situa na mesma faixa de longitude que a fronteira entre as Astúrias e a Galiza e esta e Castela e Leão. Em segundo lugar podemos verificar que o único território português a Leste desta faixa de 10' é a Terra de Miranda em sentido histórico Medieval, prolongando-se pela Lombada até à fronteira Norte com a Espanha, ou melhor, toda a área que correspondeu ao território dos Zoelas e onde hoje ainda se encontram influências ou ressaibos linguísticos asturo-leoneses. Verificamos também, como curiosidade, que depois do rio Douro entrar definitivamente em Portugal em Barca de Alva, a única localidade que quase toca esta faixa de 10' é Barrancos no Alentejo com um falar[35] próprio e tradições que se identificam mais com as da Estremadura e Andaluzia espanholas que com as Portuguesas.

16.

Colocando a Terra de Miranda em "negativo", podemos também observar que este território, situado a Este da nossa faixa de 10' parece como que "*arrancado*" à província de Castela e Leão e que esta província espanhola que abarca toda a Submeseta Norte, em todo o seu perímetro está delimitada das outras nove províncias com que confina por muito altos e sempre contínuos acidentes orográficos: da Galiza separa-a a Serra de Ancares e os Montes de Leão com altitudes médias de 1700m, das Astúrias e Cantábria a Cordilheira Cantábrica com os Picos de Europa a altitudes médias de 2000m, do País Basco a Serra Valnera com altitudes médias de 2000m, de la Rioja e Aragón o Sistema Ibérico com altitudes médias de 2000m, de Castela la Mancha, Comunidade de Madrid e Estremadura o Sistema Central com altitudes médias de 2000m. Verificamos então que única fronteira desta província que não é delimitada por altas serras é o Planalto Mirandês que faz a transição da Submeseta Norte, para os planaltos do nordeste transmontano. No entanto se formos à procura dessa "*fronteira natural de Serras*" que fechasse as altitudes que delimitam a Submeseta Norte encontramo-las na nossa faixa de 10': Serra de Montezinho (1474m), Nogueira (1318m), Bornes (1174m) e Reboredo (920m), que constituem a última "cadeia" de serras com orientação Sudoeste-Nordeste no Leste de Trás-os-Montes. As três primeiras delimitam a Oeste e Norte a bacia hidrográfica do rio Sabor e a última delimita-a a Sul.

VI. CONCLUSÕES

17.

Não pretendendo subscrever uma tese que radica a origem da Terra de Miranda numa visão de pura continuidade cultural localista, creio no entanto ressaltar do exposto uma individualidade histórica, cultural e geográfica, com longa tradição. Estamos portanto de acordo com Francisco Sande Lemos quando afirma: *"Terra de Miranda é uma designação medieval aplicada a um território individualizado por uma história e cultura comum e por caraterísticas geográficas homogéneas."36, (LEMOS, F.S. (1993) I.a.129*).

18.

É comummente aceite que a língua mirandesa se manteve viva até hoje no concelho de Miranda do Douro, apenas devido ao grande isolamento desta região. Não estando este espaço mais isolado e encravado que outros do Nordeste Transmontano, acreditamos que a grande e longa continuidade cultural desta Terra, forjou nos '*genes sociais*' dos seus habitantes, uma consciência que os faz resistir à aculturação da sua velha forma de estar e entender o mundo. Nos alvores do III milénio, percebermos como se forjou esta consciência íntima de pertença a uma cultura específica é perceber o porquê da obstinação em manter vivos velhos ritos solstícios com mais de três mil anos, ao mesmo tempo que se teima em falar uma língua que nos ata às sucessivas camadas de história que são o cordão umbilical que nos liga aos nossos primórdios. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: "*hai que saber tener-se na raiç*".

VII. BIBLIOGRAFIA

[35] Relativamente às re-entrâncias e saliências dos recortes da linha de fronteira entre Portugal e Espanha podemos ainda verificar algumas curiosidades linguísticas: na re-entrância em território português à altura de Penamacor temos do lado espanhol o "Galego" do vale do Ellas; na re-entrância em território português à altura de Vila Velha de Ródão temos em território espanhol o Português de Cedillo e da franja de Alcântara; na re-entrância em território português à altura de Alendroal temos o português de Olivença e por último na re-entrância em território espanhol à altura de Barrancos temos o Barranquenho que é um falar com caraterísticas castelhanas.

[36] No nosso entender, homogeneidade não significa unidade monótona, mas sim transição de feições. A riqueza da diversidade materializa portanto uma forma de homogeneidade.

ALARCÃO, J. (2002) O domínio romano em Portugal, Lisboa: Publicações Europa-América

ALVES, A. C. (1973) Cadernos Históricos Mirandeses, II, A terra de Miranda (Tentame Histórico), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

ALVES, A. C. (1974) Cadernos Históricos Mirandeses, III, A terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

ALVES, A. C. (1978) Cadernos Históricos Mirandeses, I, Retalhos de História, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

ALVES, F. M. (1910) Memórias arqueológico históricas do Distrito de Bragança, Tomos I a XII, Bragança: Edição Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade Baçal, (2000).

ANTON, I. A. (1986) La Colonizacion Cisterciense en la Meseta del Duero, Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos "Florian de Ocampos" Diputacion de Zamora

ARIAS, X. L. G. (2000) Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres, Gigón: Edic. Alborá llibros, 2ª ed. Corregida y aumentada.

CABERO DIÉGUEZ, V.(1998) "Dos Márgenes" In: AZEVEDO, J.(editor) (1998) 195-201

CORREIA, M.(2002) Bi Benir la Gaita, Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social

DAVALILLO LARREA, J. L. (2000) Atlas histórico de España y Portugal Desde el Paleolítico hasta el siglo XX, Madrid: Editorial Sínteses, S.A

FERREIRA, C. (2003) Toponímia, Paisagem e Ambiente uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra De Miranda. (Um Estudo de Geografia Rural e Regional). Dissertação apresentada à Faculdade de Geografia da Universidade de Salamanca para obtenção do "Grado de Salamanca".

FERNANDES, H. P. (1996). Bibliografia do Distrito de Bragança, Documentos (textos) Publicados, Tomo I, 569-1870, Tomo II, 1871-1950. Bragança: ISPB/CMB/BPADB

FERNANDES, M. C. C. (2001) Uma História da Diocese de Bragança – Miranda, Lisboa: Diocese de Bragança-Miranda

FERREIRA, M. B. (2001) "A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal." In: Revista de Filologia Românica vol. 18 (2001) 117-136.

GONÇALVES, D. (1985) "O clima de Trás-os-Montes" Vila Real: IUTAD

GONZÁLEZ, F. C. (2001) Sayago, viaje al interior, ermitas y romerías, Zamora: Francisco Colino González

LEMOS, F.S. (1993) Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga (policopiado)

LLORENTE PINTO, J. M. (1999) "Las divisiones del espacio provincial. Salamanca y sus comarcas", In: Salamanca, Revista de Estudios, 43, (1999), 499-530

MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) "Los Zoelas: sociedad y antroponimia" In: Brigantia vol. XIX Nº 1/2 (1999) 17-36

MENÉNDEZ PIDAL, R. (1990) El Dialecto Leones, Leon: Diputación Provincial de León

MOURINHO, A. M. (1980) "Roma na Terra de Miranda" In: Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, vol. III, Guimarães

MOURINHO, A. M. (1984) Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas, I vol. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro

MOURINHO, A. R. (1995) Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro – Bragança, Miranda do Douro: Câmara Municipal

NETO, J. M. (1975) O Leste do território bracarense, Torres Vedras

PRADA, M. F. (1998) El real monasterio de San Martín de Castañeda, Madrid: San Pablo

RIBEIRO, O. (1995) Opúsculos Geográficos, vol. VI. Estudos regionais, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

RIBEIRO, O. (2001) Introduções Geográficas à História de Portugal, Lisboa: João Sá da Costa.

SANCHES, M. J. (1992) Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes), Porto: Edic. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto

TABORDA, V. (1932) Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico, Lisboa: Livros Horizonte (2ª edição 1987)

VARIZO, A. (1990) "Mogadouro — Apontamentos Históricos" In: Brigantia vol. X (1990) 303-317

VASCONCELLOS, J. L. (1900) Estudos de Philologia Mirandesa. vol. I. Lisboa Imprensa Nacional. (Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro 1992)

VASCONCELLOS, J. L. (1941) Etnografia Portuguesa vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional.

ZAPATERO, J. G. A. (1985) Sobre os nomes Peñaranda, Aranda, Arandilla, Miranda do Douro, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

5. DOMINGOS RAPOSO, COORDENADOR ENSINO MIRANDÊS, MIRANDA DO DOURO

DOMINGOS ABÍLIO GOMES RAPOSO nasceu em Malhadas, concelho de Miranda do Douro, sendo licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1980 e Mestrando em História das Populações na Universidade do Minho.

É Professor da Escola EB2 de Miranda do Douro e colaborador da UTAD (desde 1999/2000).

Foi Coordenador Concelhio (Miranda do Douro) do Ensino Recorrente e Educação Extraescolar, 1984-2003, Corresponsável/Redator do Jornal "Planalto Mirandês", Associação de Municípios do Planalto Mirandês (Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso), 1984-88.

Lançou as bases para a criação do Ensino do Mirandês (1985) e assegurou o magistério do mesmo na Escola EB2 de Miranda do Douro desde 1986/87 e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com a realização de 3 Cursos Livres (1999-2000 no Mestrado em Ensino da Língua e Cultura Portuguesas - Polo de Miranda do Douro e 2000-2001 e 2001-2002 em Vila Real) e a lecionação das disciplinas de Mirandês no Curso de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento (3º e 4º anos-2002/2003) e Leituras Antropológicas em Línguas Ibéricas (3º e 4º anos do mesmo Curso), 2003/2004, Polo de Miranda do Douro.

Lecionou, ainda, as disciplinas de Língua Escrita 1 e 2 nos Primeiros Cursos de verão, UTAD - Miranda do Douro, 2001. Alertou a APL - Associação Portuguesa de Linguística para a necessidade de elaboração de uma Convenção Ortográfica para o mirandês (1993), de que viria a ser coautor/coordenador (1994-1999).

Colaborou no processo de oficialização para cujo projeto-lei escreveu um pequeno texto nesta língua.

É desde 2002-2003, por nomeação da DREN, o Coordenador do Ensino do Mirandês no concelho de Miranda do Douro. É autor e realizador do Programa semanal de Rádio "Las alas de la lhéngua", falado em mirandês, com a duração de uma hora em direto nas Rádios Mirandum FM-100.1 (e Brigantia-97.7), desde novembro de 2001.

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

(1987) "Vitalidade, Valor e Estudo da Língua Mirandesa", in *Atas das 1.as Jornadas de Língua e Cultura Mirandesas*, Escola Preparatória de Miranda do Douro, pp. 55-60.

(1995) (Coautor/coord.) *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa*, ed. da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

(1998) "Mirandés - Un muolo de cultura biba", in *Entre Duas Margens - Douro Internacional*, João Azevedo Editor, Mirandela, pp. 63-74.

(1999) (Coautor/coord.) *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Miranda do Douro/Lisboa.

(2000) "Ansino de l Mirandés", in *Estudos Mirandeses: balanço e orientações: Homenagem a António Maria Mourinho* (Atas do Colóquio Internacional: Porto, 26 e 27 de março de 1999), Granito, Editores e Livreiros, Porto.

(2003) "Monografia de Miranda do Douro e biografias de mirandeses ilustres", in *Dicionário dos mais Ilustres Transmontanos e Alto-Durienses* de Barroso da Fonte, III volume, Editorial Cidade Berço, Guimarães.

L Probe Ancantado, (em ultimação).

Ua Alhembrança... (em ultimação, a publicar brevemente).

DISCOGRAFIA DO AUTOR – RECOLHAS/MÚSICA TRADICIONAL

(1999) (An)cantos Mirandeses - Tradiçones Musicales d'Aldinuoba - Miranda de l Douro, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(1999) *Cantigas da Segada, Caçarelhos - Vimioso*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(1999) Cantos de la Nuossa Tierra, Malhadas, Miranda de l Douro, Ed. Sons da Terra, V. N. de Gaia.

(1999) Domingos Esteves Afonso - Paranjolas d'Afonso - Palaçuolo - Miranda de l Douro, Ed. Sons da Terra, V. N. de Gaia.

(1995) Em colaboração com Daniel Loddo, *Mirandun, Mirandela,* GEMP/LA TALVERA, Cordes-sur-Ciel, France.

(1987) Em colaboração com Martin, Pablo Madrid, Leal, Alberto Jambrina, Matellán, José M. González) *Música Tradicional Terra de Miranda*, Centro de Estudios de Folklore de Zamora/Tecnosaga, Madrid, Espanha.

(1999) Em colaboração com ACREFA-GALANDUN Galundaina, *Gueiteiros de l Praino Mirandés*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia,

(1999) Em colaboração com a Associação Cultural e Recreativa Renascer das Tradições da Póvoa, Fiesta *de la Gaita de Fuolhes*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(2003) *Gueiteiros de la Pruoba* (em ultimação, a sair brevemente).

O autor aborda a literatura mirandesa escrita, desde 18884, ano da publicação de "Flores Mirandesas" por José Leite de Vasconcellos, até aos nossos dias, mostrando como essa literatura tem vindo a desenvolver-se e a ganhar maturidade.

A LITERATURA MIRANDESA

(TRABALHO FINAL NÃO APRESENTADO)

6. DUARTE M. M. MARTINS, ESCOLAS DE SENDIM E E.S. MIRANDA DO DOURO

DUARTE MANUEL MENDES MARTINS é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e no Ramo de Formação Educacional EM L.L.M. – Estudos Portugueses.

Publicou em **2004 –** *Bozes de l Praino,* "Recuolha de testos an lhiteratura oural mirandesa"; Livro de recolhas com vários géneros da literatura oral e tradicional mirandesa. É autor de vários artigos e recolhas de literatura oral e tradicional em língua mirandesa no jornal semanal *Nordeste* e na revista *Unearta* e nos jornais escolares" L Pouliteiro" i "L Cartolica".

Elaborou e organizou "La Gameta", revista escolar de língua e cultura mirandesa, nos Agrupamentos de Escolas de Sendim e Miranda do Douro**;** *Cuontas de la pulga i de l piolho,* pequeno livro sobre temas infantis, para crianças, em língua mirandesa que ainda se encontra no prelo.

É Docente de língua e cultura mirandesa nos Agrupamentos de Escolas de Sendim e na Escola Secundária de Miranda do Douro.

EXPERIÊNCIA DE UMA RECOLHA DE LITERATURA ORAL E TRADICIONAL MIRANDESA NUMA ALDEIA DA TERRA DE MIRANDA — MALHADAS.

A literatura oral e tradicional mirandesa é de uma grande riqueza e variedade cultural, contrariando as palavras de José Leite de Vasconcelos que a reverenciava de "muito pobre"… por lhe faltarem "as orações" e pelo facto "das cantigas" serem "quase sempre, senão sempre, em português… Os vários géneros continuam a ser transmitidos, em alguns casos algo desfuncionalizados como consequência da mecanização da agricultura e das alterações da vida das gentes das comunidades rurais. Cada aldeia apresentava-se como um mundo fechado sobre si mesmo, capaz de reproduzir e modificar determinado tema no seu quotidiano sem, contudo, devido a este mesmo isolamento, deixar de estar alheio a novas influências vindas de aldeias vizinhas, das terras de Espanha ou de outras paragens mais longínquas.

Atualmente, apesar de algumas aldeias ficarem praticamente vazias, (devido ao envelhecimento, à emigração e ao êxodo para os meios rurais mais próximos) há outras que, conseguiram manter parte desta riqueza cultural, a sua maneira de ser e agir perante a vida e a morte, reconvertendo os ritos e símbolos que lhe foram transmitidos de geração em geração em sabedoria popular.

(não entregou trabalho final)

7. **CHRYS CHRYSTELLO,** *UTS (UNIVERSITY OF TECHNOLOGY SYDNEY, AUSTRALIA)*
8. **HELENA CHRYSTELLO,** *ESEB – IPB*

BIODADOS CHRYS CHRYSTELLO

Assessor de Literatura, Australia Council, UTS (University of Technology Sydney, Australia) e MENTOR para finalistas ACL na Bristol University, UK.

Chrys Chrystello, trabalhou em rádio, televisão e imprensa escrita, tendo sido correspondente estrangeiro da agência noticiosa portuguesa ANOP/LUSA, da RDP/Rádio Comercial, TDM (Macau), J. N., Europeu, PÚBLICO, etc., ao longo de mais de três décadas de jornalismo político, tendo sido publicado em inúmeros jornais e revistas em todo o mundo, para além de ter escrito guiões de filmes e documentários australianos sobre Timor.. Entre 1976 e 1994, data em que se retirou do jornalismo ativo, esforçou-se por divulgar a saga do povo timorense que o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) teimava em não querer ver.

Noutra área, interessou-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor, e descobriu na Austrália provas da chegada ali dos Portugueses (1521-1525) mais de 250 anos antes do capitão Cook, e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) desde os anos 80, e pertencendo a vários órgãos internacionais congéneres, Chrys dedicou as últimas décadas à sociolinguística e tradução, tendo apresentado trabalhos em dezenas de conferências internacionais (da Austrália a Portugal, Espanha, Brasil, e Canadá) onde os temas da língua e cultura portuguesas estão presentes, e apresenta regularmente os seus temas sobre Língua Portuguesa, Aboriginalidade Australiana e Tradutologia na Austrália, em diversas arenas internacionais.

Para além de dezenas de trabalhos em publicações académicas de linguística e psicologia, publicou (em 1999) a sua obra de ensaio político (versão portuguesa) Dossier Timor Leste 1973-1975 cuja primeira edição esgotou ao fim de 3 dias. Mais tarde publicou a monografia Crónicas Austrais 1976-1996. Atualmente continua a ser Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sydney e é Mentor dos finalistas de Literatura ACL para a Universidade de Bristol no Reino Unido, para além de organizar os Colóquios Anuais da Lusofonia que desde 2001 têm como patrono o Embaixador José Augusto Seabra.

BIODADOS HELENA CHRYSTELLO

Desde cedo ligada aos estudos franceses, Helena continua a ensinar e a traduzir com o mesmo vigor, energia e dedicação com que iniciou a sua carreira. Nos últimos anos, tem estado ativa em conferências internacionais e em estudos de tradução, tendo organizado seminários internacionais de tradução para académicos e profissionais. Na Austrália impressionou-a o elevado número de turistas que afinal eram habitantes dessa multicultural nação. Depois de estudar o percurso do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e da NAATI (National Accreditation Authority of Australia) para se estabelecerem na vanguarda do profissionalismo na Tradução, foi ao Canadá estudar a situação naquele país onde a Tradução e o Ensino andam de mão em mão. Depois, regressou a Portugal tendo terminado uma licenciatura na área da Educação e um mestrado em Relações Interculturais aplicadas ao Ensino de Línguas, sendo professora no Dept.º de Francês da ESEB do Instituto Politécnico de Bragança de 2002 a 2005, regressando ao ensino do 2º ciclo nos Açores a partir de 2005-2006. É Membro da CATS/ACT (Association Canadienne de Traductologie) já tem trabalhos publicados e apresentados em várias conferências.

1. *FORMAM-SE TRADUTORES, IGNORA-SE O GENOCÍDIO LINGUÍSTICO*

A acreditação de tradutores e intérpretes na Austrália é da exclusiva competência da NAATI para 90 das mais de 200 línguas comunitárias. Existem cursos ministrados nas Universidades onde os candidatos se podem preparar para exercer a profissão. O sigilo profissional não protege nenhum tradutor ou intérprete face à lei. Mas enquanto se treinam tradutores para as várias línguas comunitárias pouco está a ser feito para as línguas nativas aborígenes. Há mais de 420 línguas quase extintas, o que é equivalente ao desabar dum ecossistema mundial. Os Direitos Humanos têm forçosamente de incorporar os direitos à língua. Aquando do início da colonização branca da Austrália havia 600 dialetos: apenas 250 sobrevivem. Enquanto as línguas comunitárias dos vários grupos étnicos que definem o australiano atual continuam a aumentar, havendo cerca de 35% de falantes em todo o país as línguas nativas definham e morrem. A ameaça à diversidade linguística é maior do que a ameaça à biodiversidade. Não são as línguas que dividem os países mas sim as pessoas, a intolerância, a xenofobia[37].

2. *INTRODUÇÃO*

O Governo da Commonwealth criou a NAATI (National Accreditation Authority for Translators and Interpreters/ Autoridade Nacional de Acreditação para Tradutores e Intérpretes) em 1977 para definir e acompanhar os padrões profissionais pelos

37 SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights', Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback

quais se devem reger os tradutores e intérpretes na Austrália, e para apoiar o desenvolvimento da profissão que posteriormente levaria ao nascimento da associação profissional: AUSIT.

AUSIT (The Australian Institute of Interpreters and Translators Inc. /Instituto Australiano de Intérpretes e Tradutores, Inc) é a organização nacional australiana que regulamenta a profissão e dentre os seus membros contam-se tradutores e intérpretes, para além de indivíduos e organizações ligadas ao ramo. A sua criação data de 1987, e a sua ação centra-se na promoção de elevados padrões de T&I, criação de ações de desenvolvimento pessoal e profissional, elevação do nível de reconhecimento do trabalho dos tradutores e intérpretes na comunidade, manutenção e desenvolvimento dos elevados níveis éticos dos profissionais e coordenação com as autoridades estatais e federais do governo para obstar à prática, cada vez mais generalizada, do conceito de utilizador–pagador, que tem vindo a tornar-se norma na maior parte dos serviços públicos.

O Código de Ética do AUSIT, que é um dos mais completos em todo o mundo, foi revisto e aprovado em 1995, tendo sido lançado no Congresso Mundial da FIT (the International Federation of Translators/Federação Internacional de Tradutores) que teve lugar em Melbourne em fevereiro 1996. Pode ser consultado na página do AUSIT, e foi adotado posteriormente pelos serviços de Tradução e Interpretação do Governo Australiano.

3. COMO FORMAR TRADUTORES NA TERRA DE OZ

Na Austrália, a acreditação pela NAATI é a única forma de qualificação profissional aceite para mais de 90 línguas comunitárias e seus praticantes. Os candidatos à profissão para além de poderem efetuar um teste, têm outro método para obter tal acreditação, que é o de concluir um curso aprovado pela NAATI, em conformidade com as suas linhas orientadoras quanto a conteúdo, duração, avaliação, pessoal encarregue de ministrar o curso e recursos disponíveis. Este ano há 12 cursos aprovados pela NAATI, proporcionando diplomas a nível paraprofissional, a nível avançado, a nível de Mestrado e de bacharelato. Todos os candidatos têm de possuir um curso superior básico (3 anos) duma instituição australiana ou estrangeira. Os estudantes estrangeiros terão de demonstrar, pelo menos, possuírem uma classificação de 580 pontos TOEFL[38] em Inglês. Para além disso, os candidatos terão de passar num teste de avaliação de admissão para Inglês e LOTE[39], no qual terão de obter 60% em cada língua para serem admitidos[40].

Os estudantes devem completar estudos em oito disciplinas que são avaliadas de várias maneiras, incluindo exames, ensaios, projetos de pesquisa, exercícios práticos, apresentações orais, etc., tudo de acordo com as diretivas da NAATI. Durante o curso são feitos exames práticos semelhantes aos da NAATI e um teste final, que é o único que conta para classificação final e para se obter a acreditação, é necessário conseguir pelo menos uma classificação de 70%. A maior parte dos estudantes faz um exame unidirecional, normalmente na língua mãe.

Os exames são classificados por dois examinadores, linguistas, falantes nativos das respetivas línguas e qualificados pela NAATI. Os professores do curso têm de ser intérpretes e/ou tradutores e devem utilizar material autêntico e atualizado de documentos, incluindo procedimentos judiciais em tribunal, documentação médica, hospitalar, legal, etc.…

Há poucos anos chegou a equacionar-se a possibilidade de se terminar com esta forma de acreditação, mas as regras foram reforçadas e existem agora testes rigorosos na língua inglesa, escrita, oral e de compreensão que substituíram o antigo método da entrevista para avaliar o nível dos candidatos. Os testes são gravados e posteriormente classificados.

É minha opinião que a acreditação não deveria fazer parte dum determinado currículo, mas que os alunos dum determinado curso se submetessem à acreditação pela NAATI, após terem efetuado um programa de formação e treino adequado, a disponibilizar nas línguas com maior procura, dentre as 200 línguas comunitárias faladas na Austrália.

Embora um diploma ou uma licenciatura não confiram automaticamente o direito a exercer esta difícil e exigente profissão, é necessário institucionalizar o sistema de mentores que permita uma **aprendizagem prática** aos recém-licenciados durante, pelo menos, seis meses. Igualmente é necessário manter-se a atual política de formação contínua com a atribuição de pontos para que um tradutor ou intérprete possa continuar a exercer a profissão.

[38] Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: Teaching of English as a Foreign Language ou a classificação de 6 no teste IELTS
: www.lusofonias.net

[39] LOTE = Languages other than English (línguas que não o Inglês) como definido em 1991 por Michael Clyne. CLYNE, M. G. 81991) Community Languages: The Australian Experience, Cambridge University Press, London, UK

[40] Uma média de 150 candidatos para 20 vagas a tempo inteiro.

Creio que o formato de testes da NAATI necessita ser revisto, após mais de duas décadas, praticamente inalterado, para ter em conta as constantes mudanças que a globalização e a evolução tecnológica nos impõem.

Confrontei-me, inúmeras vezes, com a falta de consciencialização, a todos os níveis da comunidade quer na Europa quer na Austrália, sobre o papel e as capacidades dos T&I profissionais. Na maior parte dos casos o que mais choca é depararmo-nos com pessoas não qualificadas a desempenharem um papel que só um profissional qualificado deve desempenhar, tal como acontece na maior parte das profissões. A esses amadores que impunemente se autodenominam de tradutores e de intérpretes devia ser dada a oportunidade de, num certo contexto temporal, obterem as qualificações necessárias, sem as quais não poderiam exercer livremente a profissão.

Muita gente ainda hoje diz que trabalha com intérpretes quando na realidade quer dizer que trabalha com pessoas bilingues sem qualificações. Além de insultuoso para os profissionais, este aspeto é responsável pela aleatoriedade de preços que existem nos vários mercados. Para se evitar este estado de coisas seria necessário que os países constituíssem uma **Comissão Nacional de Acreditação e Reconhecimento de Qualificações**, apoiada em legislação que limitasse o exercício da profissão aos profissionais, sem os biscateiros que pululam por aí.

Nos últimos anos, na Austrália, assistiu-se a introdução do conceito de utilizador-pagador e cremos que esse problema devia ser encarado pelo governo português face as constantes necessidades criadas pelos novos fluxos migratórios.

Em Portugal encontrei estudantes de cursos de tradução com parcos recursos linguísticos e a falta de conhecimentos aplica-se a todas as variantes de todos os cursos, onde muitas vezes o idioma Português é o mais maltratado de todos. Isto torna impossível criar uma base de trabalho credível para a formação de profissionais qualificados. Repito: devemos erradicar todos os autoproclamados pseudoprofissionais e lutar por uma mão-de-obra qualificada e profissional na área.

4. *O TRADUTOR, O INTÉRPRETE E A LEI*

Intérpretes e tradutores tentam, muitas vezes, resolver os dilemas éticos invocando o princípio de que não serem mais do que meros fios condutores de palavras. De facto, é correto dizermos que eles transportam informação que se destina a ser alvo duma conversão correta noutra língua, mas não são responsáveis nem pelo conteúdo nem pela intenção de tal informação.

No que à lei concerne, isto pode não ser um refúgio tão seguro quanto parece. Em todos os tribunais australianos pouca é a informação que está verdadeiramente protegida pelo sigilo profissional. Podem ocorrer situações em que seja necessário, à face da lei, comunicar às autoridades competentes situações das quais o intérprete tomou conhecimento: e aqui se incluem casos de abusos sexuais, abusos sobre crianças, violência doméstica, rapto de crianças, evasão fiscal, fraude financeira e imigração ilegal, entre outros.

A maior parte dos profissionais na Austrália carece de formação legal capaz de lhes permitir distinguir entre algo que pode ser criminoso e algo de ordem meramente cível. É aconselhável, que, para além de formação profissional adequada nesta área, os profissionais obtenham apoio e clarificação legal em vez de ignorarem os factos e se arriscarem a violar a lei ou a divulgarem tudo o que sabem.

5. *GENOCÍDIO LINGUÍSTICO*

O número de línguas existentes no mundo está a diminuir rapidamente, e não se trata de uma morte natural, nem de acidente, nem tampouco de causas naturais. O genocídio linguístico acontece quando as línguas são sistematicamente eliminadas da mesma forma que acontece o genocídio físico. Entre nós, alguns há que promovem e, simultaneamente, destroem a diversidade linguística. Alguns nem sequer admitem a existência das linguagens gestuais – tradicionalmente ignoradas – enquanto outros professam uma forma de darwinismo proclamando que línguas – como a inglesa – são suficientemente fortes e mais bem preparadas para uma comunicação internacional.

Quando se fala em direitos linguísticos devemos ser mais ousados e falar de *DIREITOS HUMANOS LINGUÍSTICOS OU DA LÍNGUA,* neles incorporando os direitos humanos básicos e aquilo que SKUTNABB-KANGAS[41] designa como ***"****direitos necessários, ao apoio de identidade com a língua mãe e, a nível coletivo, permite aos grupos existirem e reproduzirem a sua língua e a sua cultura. Existem sérios danos psicológicos quando se nega uma identidade associada à própria língua e à sua utilização que ocorre quando indivíduos e grupos são "psicologicamente transferidos para outro grupo."*

Os governos ocidentais têm ajudado a silenciar centenas de línguas. O Ethnologue Languages of The World[42], indica existirem atualmente 420 línguas ***quase extintas'***:

[41] SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights', Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback

[42] 14ª Edição do ano 2000.

160 na Oceânia,
103 na América do Norte,
53 na América do Sul,
59 na Ásia,
39 na África,
8 na América Central e
4 na Europa.

Já outros autores[43] como Nettle e Romaine declaram que "Quase 100 línguas nativas dantes faladas na Califórnia estão hoje extintas e, pelo menos, metade das línguas que hoje existem podem desaparecer durante este século." Ao explicitarem esta ligação entre a sobrevivência linguística e assuntos ambientais, estes autores argumentam que "*A extinção das línguas faz parte do quase total colapso dos ecossistemas mundiais*."

A luta para preservar recursos ambientais preciosos – tais como as florestas tropicais húmidas – não pode ser dissociada da luta para manter a diversidade cultural, e as causas de morte das línguas assemelham-se às da destruição ecológica, e têm a sua raiz na interação de ecologia e política.

Duma forma geral, existe um grande desconhecimento sobre línguas – desde o seu total ao número de falantes de cada uma, aos locais e nomes dos lugares onde são faladas. Embora a ameaça a diversidade linguística seja maior do que a ameaça à biodiversidade[44] existe uma casualidade indireta entre os terrenos, o clima, os ecossistemas, etc.

Cerca de metade das 6 mil línguas hoje faladas extinguir-se-á dentro de cem anos, enquanto 80 a 90%[45] morrerá dentro de duzentos anos. A esta média, uma língua extingue-se em cada duas semanas.

Os antropólogos descrevem o massacre das línguas como se cada uma fosse uma enorme catedral, um monumento à beleza e um produto de intenso esforço criativo, recheado de tapeçarias de conhecimentos. Dado que jamais permitiremos que destruam a Capela Sistina ou a Mona Lisa sem guardarmos delas toda a memória, assim devemos fazer com as línguas.

Os colonizadores europeus da Austrália traziam, com eles, pragas virulentas e caçaram os aborígenes como se animais se tratasse, até lhes retirarem as suas terras. Durante o século XX "***"civilizaram"*** os Aborígenes, ao darem-lhes valores ocidentais, vestuário e escolaridade, mesclados com cristianismo e Inglês. Como sabemos, isto chegou ao ponto de lhes raptarmos as crianças e tirá-las à força – à média de uma em cada dez crianças –, com o intuito de as assimilarmos à força na sociedade branca ocidental.[46]

De igual modo, os governos dos EUA obliteraram dos mapas tribos de Índios e forçaram as crianças nativas americanas a frequentarem escolas onde lhes era proibido a utilização de línguas que não o Inglês, considerando que lhes estavam a fazer um grande favor, pois as outras línguas eram inferiores.

Claro que estes dois países inverteram o rumo nas últimas décadas. A partir de 1990, o Native American Language Act [47] promove os direitos dos Nativos Americanos para desenvolverem a sua língua, com alguns apoios e subsídios governamentais. Na Austrália os governos trabalhistas durante 13 anos financiaram programas de preservação e expansão das línguas aborígenes que restavam e dalgumas em vias de extinção. Infelizmente, esta tendência inverteu-se com a coligação conservadora nestes últimos oito anos.

Culturalmente as colónias australianas nasceram com pessoas vindas de Inglaterra e de mais 26 países.[48] Na época em que se iniciou a colonização branca havia 250 Línguas incorporando 600 dialetos Aborígenes, dos quais aproximadamente só 250 sobrevivem hoje. Os seus vocabulários descreviam a sua intricada sociedade, chegando a ter 10 000 palavras englobando especificidades terminológicas específicas para aqueles que deviam ser mantidos a distância dos povos nativos. Muitos casais falavam mais do que um dialeto, e as pessoas identificavam-se quer pela geografia quer pela língua que falavam.

As tradições eram preservadas oralmente ou não-oralmente, através de música, dança e pintura. Cada grupo de línguas constituía uma nação definida por

[43] Daniell Nettle and Suzanne Romaine, Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages", Oxford University Press, 2000

[44] SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights', Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback

[45] Daniell Nettle and Suzanne Romaine, Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages", Oxford University Press, 2000

: www.lusofonias.net

[46] Aboriginal Stolen generation described in the play "Stolen" commissioned by the Ilbijerri Aboriginal and Torres Strait Islander Theatre Company, 1992, played at London's Tricycle Theatre, July 4-15, 2000 and described initially by Archie Roach celebrated 1987 hit song "Took the children away".

[47] Newsweek, The Sounds of Silence, p.62-63, June 19,2000

[48] Grécia, Itália , Escócia , País de Gales, Irlanda, Austria, Canadá, Gibraltar, Holanda, Hungria, Índia, Madagáscar, Maurícias, Polónia, Rússia, Suécia, EUA; Índias Ocidentais, Cabo da Boa Esperança, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Pérsia, Portugal e Letónia. (Registos da 1ª Armada, Jan. 26, 1788.)

fronteiras, cultura, e regras comunitárias. Os casamentos intertribais eram habituais e ajudavam a preservação socioeconómica da identidade do grupo.

A História deixou por explicar o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos que foi vital para o desenvolvimento das colónias australianas. Sabemos apenas que o Governador King publicou mensagens tipo de banda desenhada nas quais eram explicadas as regras penais e legais. O domínio colonial foi responsável pelo desaparecimento de muitas línguas e dialetos. Desapareceram com as populações que eram dizimadas e através de outras influências externas: doença, trasladação de comunidades, proibições de uso das línguas tribais, assimilação forçada, etc.

Cerca de 10% da atual população aborígene fala um dos 250 dialetos originalmente remanescentes. Destes desapareceram já 160 ou são falados por uma minora de anciãos. Dos restantes 90, apenas 20 dialetos são falados numa base diária por jovens e velhos transmitindo-se assim às gerações vindouras.[49] De todos os dialetos sobreviventes metade dispõe apenas de grupos de 10 a 100 pessoas que os falam.[50]

Um relatório governamental, em 1996, declarava que a nossa diversidade linguística era o resultado mais visível e positivo da política de imigração australiana. Em 1991, 15% da população falava outra língua que não o Inglês. Este número duplicou na última década. Mas enquanto as línguas comunitárias crescem, as línguas nativas aborígenes como Karrara, Warlpiri, ou Wiradjuri desaparecem.

Hoje é bem melhor ser-se tradutor na Austrália do que no Japão antigo onde uma pessoa era obrigada a ajoelhar-se e a negociar no mercado negro para sobreviver. Não é frequente sermos presos, a menos que trabalhemos em locais conturbados como o Iraque, Rússia ou países semelhantes onde podemos ser presos e acusados de traição, embora já não haja o perigo de sermos condenados à fogueira como Etienne Dolet, em 1546. Contudo, mesmo após a criação duma entidade mundial como a FIT[51] em 1953, e após as suas recomendações de Nairobi em 1976, houve tradutores mortos por exercerem a sua profissão como aconteceu com os *"Versos Satânicos"* de Salman Rushdie*"*.

A língua inglesa substituiu o francês no decurso da minha vida para se tornar num instrumento notavelmente rico e diverso que é uma *Lingua franca* universal. Como Winston Churchill já então assinalava ***"Os Ingleses e os (Norte) Americanos são um mesmo povo dividido pela mesma língua comum."***

Nas últimas décadas, tem sido política australiana a da simplificação linguística do Australiano falado diariamente para aquilo que designamos de *Plain English* ou Inglês Simples. O ensino deve regressar às origens. As línguas na escola primária devem começar por promover a igualdade social com respeito pelas línguas minoritárias.

O professor David Crystal[52] salienta que "o Inglês destronou muitas línguas nativas, sendo uma ameaça às línguas nativas britânicas como o Câmbrico, Cornualhês, Norm e Manx[53], embora esteja a ser progressivamente substituído pela variante norte-americana". Quando uma língua cresce cria barreiras comunicacionais, e se bem que tenha mais falantes, tem menos pessoas capazes de intercomunicarem. Mais palavras representam mais confusão e menos clareza. A Bíblia do **Rei James**[54] tinha 8,000 palavras; os vocabulários de **Shakespeare**[55] e de **Camões** rondavam as 30 000 e o dicionário familiar da **Oxford** já tem 100,000, enquanto a versão mais completa atinge as 500 000.

Dada a sua especificidade, as pessoas da área de informação tecnológica comunicam apenas inter-pares, enquanto os restantes ficam numa mera posição de espetadores, incapazes de compreenderem uma conversa mesmo que distingam algumas palavras. Este é um problema típico da especificação, a que têm de se dedicar muitos colegas em Interpretação Simultânea ou em Conferências quando a língua de origem é mais rica e detalhada que a língua de chegada. Assim se criam também neologismos na língua de chegada.

Ao ler originais de escritores laureados com o Prémio Nobel como o português **Saramago**, o Colombiano **Garcia Marquez**, ou o egípcio **Naguib Mahfouz**[56], uma pessoa tem de parar, para reconhecer a relevância dos nossos colegas ***tradutores*****,** capazes de rendilharem minuciosamente o Português, Espanhol e Árabe para nos darem uma equivalência em tons doutra qualquer língua.

Jamais esquecerei quando o jornal The Boston Globe relatou em 1998, a venda dum depilador na Rússia que foi comercializado como ***tónico capilar*** para desespero de todos os recém-convertidos a carecas. Outro exemplo dum anúncio infeliz é o da água mineral ***"Blue Water***" que em Ucraniano soa a "***bluvota"***

49 Dr. Annette Schmidt, 1990. Os quatro maiores grupos têm entre 3 – 4 000 falantes e as outras seis línguas têm 1 000 falantes. Há ainda 15 000 pessoas a falar Aboriginal Krill e Crioulo das Ilhas do Estreito de Torres.

50 In Aboriginal Australian Encyclopedia

51 Fédération Internationale des Traducteurs.

52 Cambridge Encyclopaedia of the English Language

53 Da Ilha de Man.

54 1611.

55 1590-1612

56 Nem metade dos seus trabalhos foi traduzida para Português

[vómito] ou então o anúncio para o champô **"Wash and Go"** que em Russo faz com que ***'wash'*** soe a '***vosh'*** ou ***parasitas/piolhos***. Admitamos que estas são duas das piores associações possíveis para um êxito comercial. Ignoro se eles empregaram um tradutor humano, uma máquina ou um daqueles pseudoprofissionais de que vos falei há pouco.

Não tenho tempo para definir aquilo a que devemos chamar de *língua mãe,* mas lembrarei apenas que na sua definição além da origem, identificação e função de competência se deve incluir o já mencionado nível de consciencialização do direito humano básico que cada pessoa tem face à língua mãe. As línguas não dividem nem unem países mas a intolerância fá-lo. Muita gente desconhece a existência de muitas línguas e se elas desaparecerem poucos sentirão a sua falta. Há mesmo quem acredite que a miríade linguística tem sido uma praga desde os tempos da imemorial Torre de Babel. Há quem pense que as línguas devem ser para comunicar e não para confundir. Felizmente já são muitas as vozes que clamam e para as quais a morte duma só língua é uma ameaça ao bem-estar da espécie humana, maior do que a morte duma espécie. **Tal como a biodiversidade é já considerada vital para a saúde da Terra também a diversidade linguística, cultural e intelectual deve ser considerada vital para a nossa sobrevivência como espécie**.

Esperemos caros colegas, que os nossos vindouros sejam eficazmente treinados e estejam conscientes destes desafios, senão morrerão em paralelo com as línguas. Elevemos o interesse público e a discussão sobre a sobrevivência das línguas sem a qual não teremos uma profissão. Façamos ouvir as nossas vozes neste deserto de mediocridade e laxismo para que seja reconhecido o nosso valor para a comunidade em geral e especificamente para as sociedades multiculturais e multiétnicas que existem já em quase todos os países. "***Nós, Tradutores somos paradoxais trabalhando para criar o idioma enquanto apresentamos o autor dos livros que acabámos de traduzir.***[57]***"***

A sobrevivência das línguas neste século depende de todos nós enquanto as novas tecnologias criam um mundo instantâneo e sem fronteiras onde a autoridade se desvanece com a incapacidade dos governos para imporem regras sem serem questionados, o que nos cria novos dilemas éticos. Esperemos sermos capazes de honrar tão grandes desafios sem traduções como a doo piolho e do vómito. ***"A Tradução hoje é essencial para reconhecer esta nova Europa em que pomos em contacto as culturas de todos os países diferentes***[58]***".***

[57] Muñoz, Lopéz (Madrid 1934-?) vencedor do Prémio Anual de Tradução 2000 em Espanha pelo seu trabalho com Jane Austen, John dos Passos, William Faulkner, F. Scott Fitzgerald, Henry James, etc., traduzido do Inglês para espanhol

: www.lusofonias.net

[58] Palazón, Reina, convencedor do Prémio Anual de Tradução 2000 em Espanha pelo seu trabalho com as Obras *Completas de Paul Celan, traduzidas de alemão para espanhol*

MÁRIO CORREIA

9. MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA, CENTRO DE MÚSICA TRADICIONAL SONS DA TERRA/FESTIVAL INTERCÉLTICO DE SENDIM

MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA nasceu em 26 de março de 1952, na Praia da Granja, concelho de Vila Nova de Gaia. Durante a sua adolescência e juventude, Mário Correia repartiu o seu tempo entre as tarefas e exigências académicas (na área da economia) e o estudo e divulgação das músicas tradicionais. E a partir de 1970 passou a integrar o quadro de colaboradores regulares da revista de música popular MC - Mundo da Canção, da qual se tornou diretor entre 1976 e 1998. Integrando o grupo de divulgadores da música tradicional e popular, nos últimos anos tem desenvolvido intensa colaboração dispersa pelos mais diversos jornais nacionais (Diário de Notícias, Público e Blitz, entre outros) e revistas internacionais da especialidade.

Entre 1971 e 1998, Mário Correia foi o responsável pela programação e produção executiva do Festival Intercéltico do Porto e em 2000 criou o Festival Intercéltico de Sendim (do qual já se realizaram cinco edições) e, em 2002, o Festival Intercéltico de Vizela (com três edições realizadas).

Para dispor das condições necessárias e adequadas à concretização de toda uma série de projetos pessoais, criou em março de 1999 a SONS DA TERRA – Edições e Produções Musicais, Lda., cujas atividades são as seguintes:

Edição de recolhas musicais da tradição oral portuguesa, um projeto que conta já com mais de quatro dezenas de edições discográficas;

Edição de obras bibliográficas, direta ou indiretamente relacionadas com a música tradicional e popular;

Edição da TradiFolk, uma publicação consagrada ao estudo e divulgação da música e das tradições populares e tradicionais.

Em setembro de 2000 criou o Centro de Música Tradicional Sons da Terra, com sede em Sendim, concelho de Miranda do Douro.

RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA: A TRADIÇÃO NÃO MORRE COM A MUDANÇA

As recolhas musicais da tradição oral constituem registos de uma memória coletiva possível, num dado momento e em circunstâncias e contextos bem determinados. Assumem-se como documentos estáticos de uma dinâmica cultural, sendo de toda a relevância denunciar a ideia de que a tradição morre com a mudança ou que a tradição se opõe à mudança. O que desde logo nos remete para conceitos amplamente vulgarizados e pseudo-regionalistas como os de autenticidade e de pureza do legado musical tradicional. A quebra da oralidade tal como a conhecemos ao longo dos últimos séculos, num presente em que a civilização da palavra é sufocada pela civilização da imagem, determina uma análise crítica das mudanças nos espaços de visibilidade e nos contextos expressivos (e respetivos usos e funções), sem se perder de vista o referencial interativo do binómio tradição – modernidade. Em resumo: a tradição é o que é, diferente do que foi ou do que será.

De uma maneira infeliz e estranhamente ainda muito generalizada, encontra-se vulgarizada a ideia de que tudo quanto se refere ou relaciona com a dinâmica inerente ao conceito de "mudança" está ou pode ser diretamente associado ao desaparecimento e morte da tradição. Tendo por base este equívoco, não escasseiam tomadas de posição que consubstanciam atitudes puristas e passadistas. Nada de mais inadequado, pela noção de estatismo que confere à tradição.

Como se esta não tivesse a sua própria dinâmica evolutiva, resultante do próprio processo de transmissão. Atente-se, por exemplo, na evolução das sociedades e desde logo se constata a permanência contínua de dinâmicas que determinam os "caminhos" percorridos e os "saberes" acumulados. As modificações da "tradição" sempre se verificaram, renovando-a e reformulando-a ao longo dos tempos. Do mesmo modo, só pode concluir-se que uma determinada música só pode tornar-se tradicional através de um processo de constantes renascimentos, de continuadas modificações (H. Schippers).

De facto, a palavra "mudança" reflete um determinado processo de apropriação e de integração de elementos mais ou menos "estranhos": mas não foi precisamente isto que sempre sucedeu, ao longo dos tempos, com a música tradicional? Assim, a palavra "mudança" não é só um fator de irreversível como também inerente à própria noção de "continuidade", indispensável e indissociável do processo de transmissão da música tradicional.

Já vai sendo tempo de se afirmar com toda a veemência que são manifestamente inadequadas e desajustadas da realidade as ciências sociais quando insistem em afirmar que uma cultura é perfeita em si mesma e que não há qualquer necessidade de a modificar, que as mudanças são traumatizantes para todos e as migrações transnacionais são fatores de angústia e que o indivíduo em contacto com outras culturas perde a sua identidade.

As reflexões multidisciplinares têm vindo a revelar que estes postulados (que nos remetem para a célebre equivalência de Platão; estabilidade = equilíbrio) estão a ser preteridos por análises rigorosas e científicas, mais de acordo com o facto de ser na proximidade do equilíbrio que as estruturas se destroem (Ilya Prigagine, Prémio Nobel da Química). Os fatores de "mudança" são garantes da "continuidade" expressiva da música tradicional, constituindo mesmo uma espécie de húmus revivificante e renovador, ao longo de todos os tempos (se bem que a distintos ritmos). A tradição não morre com a mudança: a música tradicional sempre se reafirmou, revigorou e sobreviveu com a integração de outrora "novos"elementos, num processo de apreensão e de integração que se assume como energia de continuidade. A ideia de mudança leva-nos a concluir que, em boa verdade, nunca houve uma sociedade totalmente tradicional. Anthony Giddens não hesita em afirmar que é um mito pensar que as tradições são impenetráveis à mudança, na medida em que elas próprias são inventadas e reinventadas (E. Hobsbawm).

Comment [cc1]: Não foi alterar automaticamente e

1. CONTINUIDADE, VARIABILIDADE, SELETIVIDADE

O Congresso Internacional de Música Folclórica, realizado em 1954 na cidade de São Paulo, no Brasil, avançou com uma definição de música folclórica – como sendo o produto de uma tradição musical que foi evoluindo e se transmitiu oralmente - que consigna em si três elementos fundamentais: continuidade, variabilidade e seletividade.

O fator da continuidade determina uma corrente coletiva como garante de uma dinâmica de evolução, ligando-se o passado ao presente. E, neste sentido, importa reconhecer que o conceito de mudança faz parte integrante da própria noção de continuidade. O que de imediato nos remete para a necessidade de se compreender a música tradicional como sendo uma realidade de uma cultura em movimento.

Quanto ao fator da seletividade, desde logo importará reconhecer que apenas se conserva bem o que é cultural e socialmente relevante para uma determinada comunidade, que vai assegurando o corpo e a substância da tradição ao eleger instintivamente as variantes mais apreciadas ou as que melhor e mais adequadamente satisfazem as necessidades e exigências culturais e sociais da mesma.

E, no que se refere ao fator da variabilidade, resulta que não podemos considerar a existência de originais mas sim de variantes de um mesmo espécime do repertório da música tradicional: sujeitos a um processo de transformação/confronto constante, recebem contributos, individuais e coletivos, podem ser mais ou menos expressivas e significantes, mas são todas legítimas "representantes" do património musical tradicional. Não deixa de ser digno de registo o fator de se ter consignado nesta definição a extrema importância do conceito de "mudança". De facto, não residirá a verdadeira essência da tradição na sua dinâmica de mudança como garante da sua continuidade expressiva?

2. AUTENTICIDADE E PUREZA

Resulta claro que os fatores da continuidade, variabilidade e seletividade introduzem elementos de desequilíbrio nos conceitos de "autenticidade" e "pureza" da música tradicional que superabundam nos mais diversos e distintos discursos regionalistas e localistas, não raro proclamando que este ou aquele espécime ou corpus musical exprime a singularidade deste ou daquele povo, por constituírem "autênticas joias" desse tesouro, único e singular, que querem ver ciosamente guardado e protegido de toda e qualquer contaminação vinda de fora. Trata-se de um discurso confuso, passadista e isolacionista: a tradição seria (ou deveria ser) algo de imutável, estático, parado e situado num tempo passado bem determinado; a tradição confinar-se-ia a um espaço bem concreto e definido, isolado (ou a isolar para preservar a sua identidade).

A este propósito escreveu Bruno Nettl:

> *Nenhuma cultura pode reivindicar como própria uma música sem admitir que partilha muitas caraterísticas e provavelmente muitas composições com outras culturas vizinhas. Mas deve também aceitar-se que uma parte das qualidades essenciais e distintivas de uma determinada cultura de alguma maneira se infiltram na música. Um dos atrativos desta área reside em encontrar um equilíbrio entre a ideia da música tradicional como um fenómeno nacional ou regional e o conceito de música folclórica como um tipo de música supranacional*.

Anthony Giddens, por sua vez, considera que o conceito de tradição, tal como chegou aos nossos dias, não passa de uma criação da modernidade. Importa ter bem presente que, na Idade Média não existiu o conceito de tradição tal como chegou aos nossos dias, na medida em que se trata, de facto, de um conceito que foi criado pela modernidade: em plena época das Luzes, os Iluministas identificavam a tradição com o dogma e a ignorância para justificar o gosto e a fixação pelo que é novo, "moderno".

Nesta ordem de ideias, uma das muitas questões que se podem levantar em torno do âmbito e dos limites da tradição remete-nos para a velha mas sempre nova (ou renovada) questão do purismo. A noção de purismo na música tradicional (não raro associada à noção de autenticidade) apresenta desde logo uma rigidez contrária à dinâmica da mudança registada nas sociedades tradicionais ou no seio das quais se pretende enquadrar uma determinada tradição. Sendo um repertório tradicional um conjunto básico das diferentes expressões literárias e musicais que, seguindo um esquema semelhante e repetido (produção do tema, interpretação, divulgação e aceitação) correspondem a um "estilo" comum (Joaquin Diaz), a eventual submissão do mesmo à rigidez dos purismos é de todo irrealista e fantasiosa. Não corresponde à dinâmica evolutiva da sociedade.

O purismo recusa a mudança: como se uma sociedade pudesse mudar sem que esse facto se refletisse nas suas próprias tradições. A única atitude correta será, naturalmente, a de estudar as causas e a fenomenologia das alterações, verificar de

que modo afetam o fundamental (esse legado que atravessou séculos de mudança constante, porque, como escreveu Luís de Camões, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e todo o mundo é composto de mudança...). Tradição inteiramente pura não passa de uma invenção. As tradições sempre incorporaram a mudança, a diferentes ritmos e de acordo com as dinâmicas da evolução global das sociedades tradicionais. As mais recentes investigações (Hobsbawm, Ranger, Giddens...) permitem-nos hoje concluir que todas as tradições foram inventadas e que nunca houve uma sociedade inteiramente tradicional: as tradições e os costumes foram criados por uma infinidade de razões, entre as quais ressalta a sua criação pelos agentes detentores do poder para proveito próprio e como forma de legitimação desse mesmo poder.

Por outro lado, é sabido que o progresso só é possível mediante uma certa heterodoxia, como bem o referiu José Fernandes Salas: O progresso nas artes, nas ciências na sociedade só foram possíveis admitindo uma certa heterodoxia – "*se fechas a porta a todos os erros deixarás de fora a verdade",* disse Rabindranath Tagore – que permite transgredir as normas e ultrapassar as regras de vez em quando. O mundo sempre avançou com o esforço coletivo quotidiano mas também graças ao facto de um certo dia alguém, com génio e inspiração, se atreveu a ser heterodoxo, com delineações que rompiam os moldes do politicamente correto...

No de todo inevitável confronto da tradição com a modernidade, regista-se, pois, um processo permanente de invenção e de reinvenção. Este confronto sempre existiu mas nos tempos presentes a sua intensidade é muitíssimo maior do que o foi nos séculos passados: o ritmo de incorporação dos elementos da modernidade na tradição obedecia a um processo lento, a tradicionalização acontecia a um ritmo que estava em consonância com o ritmo da evolução dos tempos. O processo de tradicionalização - receção do material, decantação do mesmo e, finalmente, transmissão - tornou-se progressivamente mais complexo devido à ação de múltiplas variáveis.

3. O SUPORTE FONOGRÁFICO E A QUEBRA DA ORALIDADE. MUDANÇA DOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE.

No que se refere à música tradicional interpretada pelos respetivos depositários e transmissores, o "suporte" desse legado reside nos mecanismos da memória cultural coletiva. Trata-se de uma memorização do repertório total e permanente: porque não podia falhar a função quando requisitado para interpretar publicamente as músicas e os cantos dessa tradição. Assim o intérprete tradicional assume uma dupla função: memória e transmissão.

Com o advento dos suportes de registo fonográfico (bem como da internet), assistiu-se a uma verdadeira deslocação dessa função de memorização do plano mental para o plano físico. O que determinou uma espécie de "arrumação" inerte, de algum modo "arquivando" o legado da oralidade.

Deste modo, quebra-se justamente esse elo da oralidade, numa perda evidente da funcionalidade e contextualização. Com o aparecimento dos suportes de registo fonográfico, a fruição do tempo cultural descoletivizou-se em termos de acessibilidade. E a função cultural coletiva assentava na força da oralidade.

Regista-se, importa reconhecê-lo, uma democratização do acesso (fruição do produto cultural pela via da sua mercadorização). Há mais ouvintes/assistentes do que tradicionalmente havia: a comunidade rural dá lugar à comunidade mundial. No entanto, esta mercadorização das expressões das chamadas culturas-tradição não tem sido acompanhada pela divulgação/ /mercantilização de conteúdos informativos de natureza cultural. Registada a quebra da oralidade, esta seria, para muitos estudiosos e analistas destas questões a única via para obviar aos problemas de deslocalização, destemporalização, desfuncionalização e descontextualização.

São merecedoras de análise e de reflexão as implicações da mudança nos espaços de visibilidade da música tradicional: os espaços tradicionais (segadas, fiadouros, festas patronais, romarias...) foram perdendo funcionalidade, surgindo novos espaços de visibilidade (campanhas políticas, atos promocionais de natureza turística, feiras e mostras, comemorações...). As implicações desta mudança refletem-se nos repertórios, nos tempos festivos, na expressividade cultural, na relação com as comunidades de origem, etc. O que deve ser relacionado com a alteração dos tempos festivos.

Um dos aspetos porventura a exigirem mais reflexão será a questão da internet, na qual o sujeito coletiva dá lugar ao sujeito conetivo. Até há bem pouco tempo - em termos históricos - para se ouvir um tocador tradicional era necessário demandar a comunidade rural onde o mesmo residia e, normalmente, numa determinada ocasião festiva. Hoje, com uma simples manipulação tecnológica, esse tocador pode ser visto e/ou escutado onde quer que seja e em qualquer ocasião. Há aqui, por outro lado, uma questão de deslocalização do contexto no qual o tocador tradicional se exprimia, obedecendo às regras de uma certa funcionalidade.

Deste modo, o respetivo repertório poder ser escutado e/ou visto em qualquer altura, surgindo, pois, além de deslocalizado, também destemporalizado. Ou seja,

um produto cultural oriundo de uma cultura-tradição transforma-se, pela via dos meios tecnológicos ao nosso dispor, num objeto de consumo. Ou seja, a informação é mercadorizada.

Uma outra reflexão situa-se no facto de a globalização da cultura não ir anular as questões da territorialidade, bem como da inerente temporalidade. Filma-se ou regista-se, por exemplo, um determinado ato cultural que se coloca posteriormente na rede da internet ou se disponibiliza através de um suporte digital. A tradição já não corre o risco de desaparecer, a transmissão é eterna. Mas não é dinâmica, não incorpora a mudança e, como tal, não está de modo algum garantida nem criadas as condições para que possa ser garantida a respetiva continuidade expressiva. Tornou-se um produto cultural objeto de consumo. Neste contexto, as modas de baile, por exemplo, já não se destinam a ser bailadas coletivamente mas sim a serem exibidas e de uma forma que não fomenta a participação. Na internet continua a haver uma audição coletiva do tocador tradicional mas não como reunião física, antes como um somatório de individualidades.

Neste contexto, afigura-se-nos ser absolutamente necessária uma redefinição dos conceitos de "público" e de "coletivo" no que se refere à fruição (pública) do ato cultural. Ou seja, o que mudou e de que forma é que mudou em termos de assistência/audição? Claro que se registam problemas de acesso (infoexclusão), de democratização da cultura mas, de um modo geral (e não só potencial mas concreto e real) alarga-se de forma quase incomensurável o público recetor.

Mas haverá que refletir, ainda, sobre as questões da interatividade: como lidar com esta possibilidade em termos de informação e de comunicação, como gerir esta partilha global extraordinariamente alargada? É um facto que, por outro lado, não podemos ser só recetores de informação: é importantíssimo criar conteúdos, porque existem plataformas para tal efeito mas com grande carência de conteúdos.

4. TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Trata-se de um singular confronto entre a tradição e a modernidade, num tempo bem concreto e definido, em mudança permanente, que nos exige uma reflexão permanente sobre os caminhos feitos. Com a certeza de que as certezas são muito poucas e as dúvidas muitas e em constante redefinição. Um confronto que procura compreender e intervir no processo do esquecimento de forma prática e adequada a contextos de mudança permanente. Como afirmou Aldo Rossi, a função passa e a forma permanece. No entanto, deverá ter-se bem presente que desaparece da memória tudo o que perde vigência, que deixa de ter interesse, até porque não é nem nunca foi possível conservar tudo. Um estudioso como Walter Ong considera que o processo da chamada amnésia seletiva (esquecimento de todo um repertório desfuncionalizado normalmente associado a um conjunto de tarefas ou de atividades que deixaram de ser efetuadas ou a rituais extintos) é um aspeto do fenómeno da homeostasia: as culturas de tradição oral tendem a eliminar ou a substituir as expressões correspondentes a estados de coisas que perderam funcionalidade ou significação na vida quotidiana.

Em algum momento o que hoje consideramos ser antigo já foi novo: o presente é o passado do futuro e a memória coletiva dos povos retém os sinais de identidade produzidos pela acumulação do que é importante e positivo da sua história. Quando amamos o passado devemos fazê-lo com consciência a mais plena possível de que esse passado deve continuar a ser passado. E, deste modo, estamos a amar o presente, fazendo com que, no futuro, fique um rastro indelével da cultura do nosso tempo.

Sendim, 4 de setembro de 2004

10. CECÍLIA FALCÃO, *E.S. MIGUEL TORGA, BRAGANÇA,*

11. CLÁUDIA FERREIRA, *UNIVERSIDADE DE AVEIRO*

12. CLÁUDIA MARTINS, *ESEB, IP BRAGANÇA*

FANTINA TEDIM PEDROSA, ~~(AUSENTE)~~ ***~~FAC. LETRAS, UNIVERSIDADE DO PORTO~~***

13. MANUEL MOREIRA DA SILVA, *ISCAP, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO*

APRESENTAÇÃO DE GRUPO /BIODADOS NÃO APRESENTADOS

RESUMO:

A presente comunicação enquadra-se na assunção de que a Terminologia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e evolução da tradução técnica e científica. Através da análise do domínio concetual da Geografia da População, um domínio de grande atualidade e de natureza marcadamente interdisciplinar, tem vindo a ser construído um dicionário terminológico em alemão, espanhol, francês, inglês e português, que resulta de um trabalho de equipa entre especialistas e terminólogos.

Este dicionário, sob a forma de uma base de dados do conhecimento que usa várias ferramentas de processamento da informação linguística, pretende funcionar como uma obra de referência para especialistas e estudantes de Geografia da População e servir como ferramenta de apoio ao trabalho do tradutor de e para Português. Paralelamente, tem ainda a intenção de harmonizar e normalizar à medida que a língua se adequa à evolução e à necessária divulgação do conhecimento técnico e científico, enquadrando-se nos objetivos de uma política de língua consciente e eficaz.

Desta forma, o contributo dos linguistas e dos terminólogos apresenta-se como fundamental no âmbito da linguagens de especialidade e da tradução através da tradução fidedigna de conceitos, que contribui para uma delimitação de fronteiras entre áreas concetuais contíguas, do aproveitamento pelos especialistas dos recursos linguísticos existentes e mais adequados e mesmo da criação de novos termos para conceitos novos ou sem designação.

"RECURSOS PARA A TRADUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO" (TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE)

CLÁUDIA FERREIRA (SENTADA) E CECÍLIA FALCÃO (EM PÉ)

MANUEL MOREIRA DA SILVA

14. ISA MARA DA ROSA ALVES *UNISINOS – SÃO LEOPOLDO – RS – BRASIL* **E ROVE LUIZA DE OLIVEIRA CHISHMA (AUSENTE)**

ISA MARA DA ROSA ALVES é professora na *PPG* - Linguística Aplicada - UNISINOS – São Leopoldo – RS – Brasil e Aluna de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS – Brasil.

SINOPSE

Este trabalho apresenta uma visão crítica sobre os tradutores automáticos e o fenômeno da ambiguidade.

A meta principal desta pesquisa é mostrar como os tradutores automáticos tratam desse complexo fenômeno linguístico.

No intuito de fundamentar tal avaliação, iniciaremos apresentando brevemente a área da Tradução Automática (TA), comentando sua importância, bem como os tipos de tradutores existentes e as técnicas por eles empregadas.

Posteriormente, tratamos do fenômeno da ambiguidade sob a ótica da Linguística Propomos, então, uma nova organização para o tratamento teórico do referido fenômeno, haja vista que na literatura nos deparamos com definições imprecisas e sobrepostas.

O critério fundamental adotado para essa classificação é a fonte de ambiguidade, a qual pode estar no léxico, na sintaxe, ou no contexto extralinguístico.

Concluímos o trabalho com uma síntese do estudo empírico, no qual os tradutores automáticos foram submetidos a um teste no intuito de avaliar seu desempenho frente aos casos de ambiguidade apresentados na seção anterior.

A AMBIGUIDADE E A TRADUÇÃO AUTOMÁTICA: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO

1. Introdução

Este é um estudo interdisciplinar, comprometido com a Linguística, porém, trata de questões que fazem interface com a Linguística Computacional, subárea da Inteligência Artificial.

Neste trabalho apresenta-se uma visão crítica sobre os *tradutores automáticos* e o fenômeno da *ambiguidade*, procurando mostrar como os *tradutores automáticos* processam esse complexo fenômeno linguístico Para tanto, inicialmente, faremos uma sintética apresentação dos tradutores automáticos; em um segundo momento, analisaremos o fenômeno da ambiguidade propondo uma reorganização de suas nomenclaturas; por fim, relataremos o desempenho dos tradutores automáticos submetidos ao teste.

2. Tradutores Automáticos

Para realizar um bom trabalho, um tradutor humano precisa se preparar bem para a tarefa da tradução, além do domínio da estrutura linguística é fundamental o conhecimento sobre o tema a ser traduzido. Um tradutor automático, da mesma forma, pode desempenhar melhor sua função se for realizado estudo linguístico

minucioso e empregados métodos adequados para processar da melhor forma as *ambiguidades, anáforas e ideias implícitas* da língua natural.

Há diferentes formas de utilização de sistemas de tradução, bem como diferentes graus de interferência humana permitida/exigida pelo tradutor. Os tradutores variam quanto ao número de línguas envolvidas no processo: *bilingues* ou *multilíngues*; quanto à reversibilidade do processo tradutório: *bidirecionais* ou *unidirecionais*; quanto ao papel do usuário no processo tradutório: *interativos* (possibilitando interferência humana durante o processo tradutório) ou *não-interativos* (possibilitando a interferência somente na pré ou pós-edição do texto).

Os tradutores são implementados com diferentes técnicas de tradução. A arquitetura mais simples é a *direta* ou *transformadora* (do Inglês: *transformer*), na qual não há nenhum estágio intermediário entre a passagem da língua-fonte (LF) para a língua-alvo (LA), há uma simples transformação de um-para-um nos níveis apenas gramatical ou morfológico. A arquitetura *indireta* ou baseada em *conhecimento linguístico* é uma técnica mais elaborada que consiste, quase sempre, técnicas de correspondências entre a LF e a LA nos níveis *sintático*, *semânticos* ou *sintático-semântico*; essa arquitetura pode basear-se em regras de *transferência ou interlíngua.*

3- AMBIGUIDADE

A ambiguidade[59] é um desafio tanto para a Linguística quanto para a Computação. A diferença é que sob a ótica da Linguística teórica, os autores consideram esse fenômeno *como* uma riqueza da língua. Para a TA, no entanto, a *ambiguidade é* um problema a ser superado. Contudo, termos como *polissemia*, *ambiguidade*, *homonímia*, *vagueza* ou *vaguidade*, *indeterminação*, muitas vezes, são empregados de forma indiscriminada entre os estudiosos. Tento em vista tal cenário, dedicaremo-nos a propor uma nova organização para o tratamento teórico do referido fenômeno, ressaltando que não se tem compromisso com nenhuma teoria em especial, o objetivo é apenas descobrir que tipos de fenômenos ambíguos realmente existem e como eles são denominados por diversos autores.

3.1 TIPOS DE AMBIGUIDADE

A partir da análise das classificações de ambiguidade estabelecidas por diversos autores (como Cruse, 1986 e 2000; Kempson, 1977; Moura, 2002; Poesio, 1996; Pustejovsky, 1995), optou-se por sistematizar os tipos de ambiguidade sob as três visões de significação que alternam-se como fonte da multiplicidade de sentidos: *semântica*, *sintaxe* e pragmática. Lembramos, no entanto, que determinar em que medida a significação tem como fonte o contexto ou é uma propriedade intrínseca ao léxico nem sempre é possível; conforme veremos na sequência, há tipos de ambiguidade que situam-se na fronteira entre uma fonte ou outra.

3.1.2 AMBIGUIDADE LEXICAL

A ambiguidade semântica lexical compreende os casos de ambiguidade que têm origem no léxico, ou seja, aqueles casos de multiplicidade de sentidos que ocorrem quando a própria palavra pode estar associada a mais do que um referente. Os tipos de ambiguidade lexical analisados foram: (i) polissemia; (ii) homonímia; (iii) vagueza ou vaguidade; e, (iv) uso conotativo da linguagem.

Adotamos aqui a conceção de *polissemia* que a define como a propriedade que uma palavra possui de apresentar diferentes sentidos sem que os mesmos sejam opostos ou excludentes. Os diferentes sentidos polissêmicos relacionam-se em maior ou menor grau dentro de um mesmo sentido geral. Exemplo clássico de polissemia pode ser encontrado na palavra *posição,* a qual pode se referir *postura física, local, disposição, situação* ou *circunstância,* situação *econômica*, ou ainda *opinião*. Percebemos que *posição* apresenta sentidos diferentes, porém há alguma relação entre eles. Há, no entanto, palavras que apresentam uma variação de sentido conforme o contexto em que são empregadas é ainda mais sutil, percebe-se apenas uma focalização maior em uma das propriedades de significação, os sentidos nestes casos não são nem excludentes, nem antagônicos. Esse e o caso de palavras como *universidade* nos seguintes exemplos: (i) A universidade está em festa. (= grupo de pessoas que fazem parte da *universidade*); (ii) A UNISINOS começa em fevereiro. (= processo de aprendizagem que se dá na *universidade*); (ii) A universidade foi fundada há 31 anos. (=instituição *universidade); (iv) A universidade está em obras. (=estrutura física da universidade). Universidade* é considerada sistematicamente polissêmica – de acordo com Cruse (2000) – ou *logicamente polissêmica* – de acordo com Pustejovsky (1995).

Esse tipo de polissemia apresenta duas propriedades básicas: (i) os sentidos não são excludentes, razão pela qual Pustejovsky (1995:150) denomina-a de *polissemia complementar*; (ii) o mesmo tipo de variação de sentido pode ser encontrado em

59 Empregamos aqui o termo ambiguidade como denominação geral que engloba todos os tipos e subtipos de multiplicidade de sentidos.

várias outras palavras, diz-se que é possível identificar conjuntos de palavras que apresentam o mesmo tipo de variação, por isso este fenômeno é chamado de *polissemia sistemática* ou *regular.*

3.1.2.1 HOMONÍMIA

A homonímia, ou ambiguidade contrastiva, ocorre quando um item lexical carrega dois significados distintos que se manifestam sob a mesma forma gráfica e/ou fonológica. Na literatura apresentam-se diferentes critérios para definir homonímia. Por se tratar de um estudo sincrônico do significado, como definição de base, será considerada aqui a seguinte: "A situação na qual um item lexical é associado com ao menos dois sentidos diferentes sem relação entre si" (Pustejovsky & Bouguraev, 1996, p. 2)60. Esta definição vem a justificar a denominação dada por Pustejovsky (1995:150) a este fenômeno de multiplicidade semântica: *ambiguidade contrastiva*. Bem como a *polissemia*, a *homonímia* ocorre tanto entre nominais quanto verbos. Contudo, ela e bastante representativa entre essa segunda classe. Ex.: *assistir* (cuidar ou observar), tomar (ingerir ou assumir/adotar), suspender (elevar ou privar-se de) entre outros.

Há quatro caraterísticas típicas do fenômeno da homonímia:

(i) as palavras homônimas possuem mais de um sentido;

(ii) o significado se dá através da interpretação da palavra em si dentro do contexto da frase; que

(iii) há um número relativamente determinável de significados que se restringe às possibilidades semânticas do léxico; por fim e decisivamente conclui-se que

(iv) não há relação semântica entre os significados e que eles são mutuamente excludentes. Tem-se, então, a comprovação de que entre homônimos não é possível estabelecer um sentido de base – como na polissemia –, pois os sentidos são totalmente incompatíveis, ou seja, contrastantes.

3.1.2.3 VAGUEZA OU VAGUIDADE

A fonte do fenômeno da vagueza ou vaguidade encontra-se no limite entre o léxico e o contexto. Pode-se considerar que uma palavra é *vaga* quando não é possível – apenas com as informações fornecidas por ela, ou seja, no léxico – recuperar seu referente ou sentido com precisão. Kempson (1977) diz que a *vagueza* ocorre quando uma palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações.

Exemplo claro de palavra vaga temos nos *adjetivos escalares* (rico, pobre, gordo, magro), bem como o clássico caso do adjetivo *bom.* Em ambos os casos, tanto os limites de aplicação quanto sua aplicabilidade é subjetivo. Para Pustejovsky (1995:120), adjetivos como *bom* devem ser considerados caso de *polissemia complementar* – ou seja, um termo que não é contrastivamente ambíguo – porque apresenta um diferente sentido dependendo do nome o qual está modificando.

Enfatizamos que o significado das palavras vagas inicia no léxico, porém, elas só têm seu significado completo se a elas forem somados elementos extralinguísticos Portanto, apesar deste tipo de ambiguidade ter sido considerada lexical, é importante destacar que as palavras vagas apresentam fortes influências de elementos extralinguísticos

A desambiguação é necessária no caso da homonímia, mas não no caso da polissemia e da vagueza. Moura (2002:97) apresenta uma escala de incompatibilidade entre as acepções dos itens lexicais indeterminados que coloca no mais alto grau de incompatibilidade das palavras homônimas, no mais baixo grau as palavras vagas e num ponto intermediário as palavras polissêmicas.

De um modo geral, a questão a ser abordada é a diferença entre o sentido lexical que é representado no léxico (polissemia) e o sentido lexical que é gerado pelo contexto extralinguístico (*vagueza*). No entanto, ainda falta um critério consistente para separar, nessa escala, a *polissemia* da *vagueza*.

3.1.2.4 USO CONOTATIVO DA LINGUAGEM

Nesta seção serão estudadas tanto palavras quanto expressões que variam entre o seu sentido literal e o conotativo. Ela é considerada por Cruse (2000:238) como um caso de "*polissemia não linear*", isso porque não liga *palavra a palavra*, mas sim, uma *palavra* a *conceitos* que foram a ela associados por semelhança. Determinado item lexical adquire duplo sentido por meio do uso metafórico através de alguma comparação mental que é feita em um dado momento da história da língua e acaba sendo incorporada no léxico, incluem-se aqui palavras isoladas ou *expressões idiomáticas*. Como exemplo podemos ter os dois sentidos da palavra *pegar*: (i) Vou correr para *pegar* aquele emprego (=*conseguir);* (ii) Vou correr para *pegar* aquela bola (=*agarrar).*

3.2.2 AMBIGUIDADE NÃO-LEXICAL

60 apud Moura (2000:95).

Serão apresentados aqui casos que envolvem *ambiguidade estrutural* ou *sintática*; classificados como *ambiguidade aberta* ou *pragmática*, na qual a consideração do contexto extralinguístico é indispensável na interpretação do significado.

2.2.2.1 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL OU SINTÁTICA

Os casos de *ambiguidade sintática* ou *estrutural*, como também são chamados, são talvez os mais simples de serem identificados, pois ocorrem pela combinação dos elementos frasais que exercem funções indeterminadas. Nesse caso, não há nenhum item lexical ambíguo, nem nenhuma indeterminação quanto ao referente de cada palavra; o que acontece é que há dúvidas sobre qual a relação entre os elementos dentro da frase.

Identificamos fundamentalmente dois tipos de ambiguidade sintática. No primeiro caso, há apenas uma ambiguidade sintática, mas observando o contexto extra sentencial da frase a ambiguidade se resolve, ex.: Lá vai a moça do carro que abanava.[61] No segundo caso, a ambiguidade realmente acontece no nível sintático e sintático-semântico, ex.: PFL tenta evitar manobras para salvar Jader. Fazendo apenas uma análise sintática da frase acima ficamos na dúvida se o SP *para salvar Jader* é um modificador da oração *PFL tenta evitar manobra* – dando o sentido de que o partido está pretendendo defender *Jader* e que as manobras são para incriminá-lo – ou apenas é modificador do N *manobra*, significando que *PFL* está contra o *Jader* e que as *manobras* que estão para serem feitas são para salvá-lo. A desambiguação nesse caso só é possível se o leitor ativar o conhecimento de mundo de qual é o partido de Jader. Esse segundo exemplo foi adaptado de uma reportagem jornalística, situação na qual muitos problemas podem acontecer por conta desse duplo sentido. Esse segundo exemplo foi adaptado de uma reportagem jornalística, situação na qual muitos problemas podem acontecer por conta desse duplo sentido.

3.2.2.2 AMBIGUIDADE ABERTA OU PRAGMÁTICA

Sob esse rótulo, emprestado de Cruse (2000:92), estão os casos de ambiguidade fortemente influenciados pelo contexto extralinguístico, que, portanto, só podem ser resolvidos a partir da análise da situação na qual a frase se situa. Há, nesses casos, uma fraca influência do conteúdo lexical na delimitação do significado, em oposição a uma forte e decisiva influência contextual. Uma segunda caraterística refere-se ao número de significados, os quais são infinitos dependendo do contexto em que ocorrem.

Cruse (2000:92) apresenta um exemplo de palavra que se torna ambígua devido a elementos implícitos que a asserção carrega, como é o caso de *caminhar* nas seguintes frases: (1) Alice já pode caminhar e ela tem apenas 11 meses; e (ii) Eu normalmente caminho até o trabalho. Tanto (i) quanto (ii) possuem o mesmo. Não são maneiras diferentes de caminhar, o que difere um enunciado do outro é a ideia implícita de que cada item lexical carrega devido ao conhecimento enciclopédico. No exemplo (i) fala-se em conseguir ficar em pé sem ajuda. No caso (ii) o enfoque é dado para o meio de locomoção utilizado pelo enunciador.

3.2.3 AMBIGUIDADE INTENCIONAL OU PERCEBIDA

Analisa-se o caso da *ambiguidade percebida* ou *intencional* como uma seção à parte, porém este não é um tipo de multiplicidade semântica distinto dos demais. Em qualquer um dos casos acima a propriedade da *intencionalidade* pode estar presente. O que carateriza esse fenômeno não é a fonte da ambiguidade, mas a intencionalidade do falante de fazer com que o leitor perceba a ambiguidade de determinada frase.

Dentre os autores estudados, Poesio (1996:173) é o único que trata desse tipo de ambiguidade como um fenômeno em especial. O autor enfatiza que a *ambiguidade intencional/percebida*, a qual é resolvível no contexto, presta-se a diferentes propósitos como a publicidade e o humor.

4- O DESEMPENHO DOS TRADUTORES FRENTE A CASOS DE AMBIGUIDADE

Nesta seção será apresentada uma avaliação do desempenho dos tradutores com relação a palavras, expressões e frases ambíguas, porém, não se pretende determinar qual o melhor tradutor, nem apresentar soluções para os problemas. Destaca-se, ainda, que não foi possível fazer uma análise comparativa entre os resultados e as arquiteturas com as quais são implementados por não haver documentação pública que permitisse a consideração de tais detalhes.

4.1 METODOLOGIA

O estudo apresentado aqui conta com quatro tradutores, são eles *Systran (SYS)*, *Free Translator (*FTR) – disponíveis na *Web* livremente -, *L&H Power Translator Pro*

61 Fonte da frase: Guedes & Moreno (1989:90)

(PTP) e *Micro Power Delta Translator 2.0* (DT) - comercializados. *SYS*, FTR e PTP são tradutores multilingues, já o DT é um sistema bilingue Todos eles são tradutores bidirecionais. É importante destacar que apenas o tradutor DT é interativo, possibilitando a interferência humana durante o processo tradutório na medida em que apresenta opções de traduções em palavras geralmente ambíguas ou que indica que determinada palavra não consta em seu léxico e possibilita a inclusão.

Os sistemas de TA acima citados foram avaliados de acordo com sua capacidade de tradução de casos ambíguos utilizando como LF o Português e como LA o Inglês. Para testar o desempenho das ferramentas, foram escolhidas frases referentes a 13 termos, incluindo verbos e nomes; 3 expressões idiomáticas; e 4 frases estruturalmente ambíguas.

A partir da seleção dos termos, procurou-se encontrar frases de múltiplas interpretações por ocasião do léxico, da sintaxe ou do contexto extralinguístico (pragmática), conforme explicitado na seção 3. Dessa forma, foram submetidas aos tradutores 38 frases de fontes variadas, tais como os *corpora* eletrônicos CETENfolha e ZERO Hora (Brasil) e CETENpublico e COMPARA (Portugal). É importante destacar que, visto que o foco deste trabalho é o tratamento dado à ambiguidade pelos TA, apesar de perceber a existência de vários outros problemas linguísticos nas traduções, atentamos exclusivamente à análise dos termos, expressões ou frases ambíguas em questão.

4.2 Avaliação dos resultados

Apesar de a TA ter sido a primeira aplicação não numérica das ciências da computação – 1949 com a calculadora científica de Booth e Weaver – no Brasil, o desempenho dos sistemas de tradução ainda está muito aquém do que seria ideal. Entretanto, apesar dos problemas enfrentados pela TA, a importância e a necessidade de um auxílio automático de tradução que possa agilizar o trabalho de um tradutor humano aumentam a cada dia.

Em linhas gerais, podemos dizer que o desempenho dos tradutores apenas parcialmente satisfatório. Com exceção do DT o qual, na maior parte das vezes, indicou que há multiplicidade semântica nas palavras, os demais tradutores, geralmente, não só não percebem a tradução mais adequada para o contexto, como não indicam que pode haver ali outra possibilidade de tradução. Dessa forma, acabam dificultando o trabalho do tradutor humano ao invés de auxiliá-lo.

Para ilustrar o desempenho dos tradutores, bem como a avaliação feita, apresentamos um caso de homonímia com mudança categorial. A palavra de ilustração será *canto*, como verbo ou como substantivo. No caso de *canto*, primeira pessoa do singular do presente do indicativo, todos os tradutores fizeram a escolha lexical correta sem sugerir segunda opção, traduzindo o termo como *sing*. No entanto, na tradução do nominal *canto*, nem todos acertaram. Conforme podemos observar na tabela 1 "Homonímia: *canto1"*:

Tabela 1 – Homonímia: *canto* 1

	FRASE – "O **canto** do quarto está sujo."
Ferramentas	Resultados
Systran	I **sing** it of the room is dirty.
Free Translator	The **corner** of the room you go dirty.
Delta Translator 2.0	The **corner/song** of the room/fourth is dirty.
Power Translator Pro	The **corner** of the room is dirty.

Fonte da frase: criação minha

Os resultados apresentados pelo FT e DT foram animadores neste caso. Isso porque, além de perceberem a ambiguidade do termo, o aplicaram corretamente. FT fez as escolhas certas – *sing* para verbo e *corner* para o substantivo – sem apresentar opções ao tradutor humano uma vez que não e um tradutor interativo. Já o DT optou pela tradução correta do verbo e em relação ao substantivo preferiu sugerir as opções *corner* e song.

Entretanto, os bons resultados não são verdade para todos os tradutores. Como podemos observar na tabela acima, o SYS apresenta uma tradução bastante problemática. A frase torna-se incompreensível e as razões para tamanha confusão não se pode imaginar. No entanto, é facilmente compreensível a escolha feita pelo PTP, pois ele realizou seleção inadequada de contexto semântico, porem não no gramatical.

5- Conclusão

Este trabalho evidenciou o fato de que há ainda muito a ser desvendado tanto pela TA quanto pela Lingüística no que se refere a palavras, expressões ou frases que apresentam múltiplos sentidos. A ambiguidade dificilmente se torna um problema na comunicação entre pessoas. Entretanto, para teorias semânticas e para o Processamento da Linguagem Natural (PLN) ela é o grande desafio.

O desempenho apresentado pelas ferramentas ressalta o fato de que é necessária a construção de um sistema que inclua informações semânticas. Contudo, ainda assim, da forma como se apresentam atualmente, os tradutores podem ser úteis a qualquer usuário, desde que ele conheça as vantagens e limitações da ferramenta a ser utilizada.

Por fim, lembramos a importância e quão produtiva podem ser pesquisas integradas entre linguistas e informatas a fim de construir ferramentas de PLN cada vez mais eficientes.

6- Referências bibliográficas

1. Arnold, Doug. et al. (1994) Machine translation: an introductory guide. NCC/Blackwell, Manchester: Oxford, 1994.
2. Cruse, D. Alan. (2000) Meaning in language: An introduction to semantics and pragmatics. New York: Oxford University Press.
3. Cruse, D. Alan. (1989)A. Lexical semantics. Cambridge: Cambridge University Press.
4. Guedes, P. C.; Moreno, C. (1989) Curso básico de redação. São Paulo: Ática.
5. Kempson, Ruth. (1997). Semantic theory. New York: Cambridge University.
6. Moura, H. M. Maurilio. (2002) "Polissemia: entre o léxico e o conhecimento enciclopédico". São Leopoldo, UNISINOS, 20 mar. Palestra.
7. Ortiz, A. Moreno. (1998/7) Diseño e implementación de un lexicón computacional para lexicografía y traducción automática. Servicio de publicaciones de la Universidad de Córdoba.
8. Poesio, Massimo (1996). 'Semantic ambiguity and perceived ambiguity'. In: Deemter K. V.; Peter Stanley. Semantic Ambiguity and Underspecification. Stanford: CSLI Publications.
9. Pustejovsky, James (1995). The generative lexicon. Mass., Cambridge: The MIT Press.

Uma versão completa deste trabalho foi apresentada em 2003 como requisito para conclusão do final do curso de Letras de Isa Mara Alves sob orientação da prof. Dra. Rove Chishman.

15. REBECA HERNÁNDEZ , UNIVERSIDAD SALAMANCA (APRESENTAÇÃO POR JOÃO PEDRO CARAVACA, UNIVERSIDADE CATÓLICA, PORTO/ESE IPB BRAGANÇA)

REBECA HERNÁNDEZ é licenciada em Filologia Portuguesa e mestre em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade de Salamanca. Tem uma pós-graduação em Edição do Grupo Santillana e a Universidade de Salamanca. Na atualidade, encontra-se a elaborar a sua tese de doutoramento sobre processos culturais e linguísticos na narrativa pós-colonial de língua portuguesa e os problemas da sua tradução para o espanhol. É tradutora e atualmente os seus principais interesses de investigação são a narrativa pós-colonial de língua portuguesa, a tradução literária e a relação entre as teorias cognitivas e a tradução literária de narrativa pós-colonial.

SINOPSE:

Os autores das denominadas literaturas pós-coloniais recorrem a uma série de complexas estratégias como a nativização, a africanição ou a relexificação (cf. Vega 2003) para representar o contexto de miscigenação em que se veem imersos. Deste modo, o processo tradutológico interlinguístico destes autores supõe um desafio de grande complexidade para o tradutor. Na sua obra *The Location of Culture* (1994), Homi K. Bhabha estabelece a noção de "Third Space" para designar esse espaço híbrido de mistura que reproduz esta realidade e que implica uma resistência cultural à imposição ocidental. No âmbito literário, este terceiro espaço vê-se reduzido a uma realidade mental que pode ser redefinida segundo os pressupostos da teoria cognitiva como um espaço mental intermédio (Fauconnier 1985, 1997). É neste espaço mental intermédio que se produz a chamada integração concetual (Fauconnier e Turner, 1994) e que representa a natureza híbrida da realidade recriada na ficção através da expressão linguística. Nesta comunicação vamos considerar como a visão da realidade textual desde esta perspetiva cognitiva pode ajudar na tradução de obras pós-coloniais em língua portuguesa para uma outra língua.

A INTEGRAÇÃO CONCETUAL E A TRADUÇÃO DAS LITERATURAS PÓS-COLONIAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Os autores das chamadas literaturas pós-coloniais recorrem a uma série de complexas estratégias como a nativização, a africanição ou a relexificação (cf. Vega 2003) para representar o contexto de miscigenação em que se veem imersos. Deste modo, o processo tradutológico interlinguístico destes autores supõe um desafio de grande complexidade para o tradutor. Na sua obra The Location of Culture (1994), Homi K. Bhabha estabelece a noção de "Third Space" para designar esse espaço híbrido de mistura que reproduz esta realidade e que implica uma resistência cultural à imposição ocidental. No âmbito literário, este terceiro espaço vê-se reduzido a uma realidade mental que pode ser redefinida segundo os pressupostos da teoria cognitiva como um espaço mental intermédio (Fauconnier 1985, 1997). É neste espaço mental intermédio que se produz a chamada integração concetual (Fauconnier e Turner, 1994) e que representa a natureza híbrida da realidade recriada na ficção através da expressão linguística. Nesta comunicação vamos considerar como a visão da realidade textual desta perspetiva cognitiva pode ajudar na tradução de obras pós-coloniais de língua portuguesa para uma outra língua.

No seu artigo "O conceito de equivalência na tradução inglesa de *A Ilustre Casa de Ramires"*, compara Manuel Gomes da Torre a ação de ler à de viajar, através do tempo e também através do espaço e das culturas; viajar faz com que nos encontremos com "o diferente, com o estranho, com o exótico" e, mesmo que não nos apercebamos destes aspetos de igual forma a como são apercebidos por aqueles que estão imersos nessa determinada cultura, atingimos um conhecimento, embora talvez superficial, destes elementos no seu próprio contexto. Conclui Gomes da Torre dizendo que, se algum dia chegarmos a conhecer bem estes elementos, "até podemos começar a senti-los da mesma forma que aqueles a que andam mais ligados. Essa, afinal, também é uma das funções da tradução como processo de ponte entre línguas e culturas" (1996:10-11). Segundo Simon, na atual era da globalização vivemos em mundos "traduzidos" e a tradução torna-se um fenómeno fulcral na criação e transmissão de valores culturais (1997: 462-463). Todavia, na tradução enquanto canal de transmissão cultural, e como argumenta Martín Ruano (2004: 265-266), podem gerar-se mal-entendidos, choques; pode desembocar a tradução num desencontro mais do que no encontro desejado. Como afirma Simon, os problemas com que o tradutor depara nas escritas pós-coloniais têm a ver com uma significação cultural que não aparece nos dicionários e que é preciso encontrar na perceção de como a língua está ligada à realidade local, às formas literárias e às identidades cambiantes (Simon 1997: 464).

Outro aspeto relevante é que, como afirma Venuti, a tradução não é senão uma assimilação à cultura de chegada; para ele, traduzir é inevitavelmente uma atividade domesticadora que não pode ser definida como uma comunicação entre iguais, já que é fundamentalmente etnocêntrica, sobretudo se atendemos às relações assimétricas que se dão entre as diferentes culturas e línguas que Venuti classifica, em termos de poder, em *major* e *minor languages* (cf. Venuti 1997, 1998b). Mais ainda, a *receção* cultural pode acabar por formar uma visão estereotipada do *outro* atendendo a interesses etnocêntricos (cf. Carbonell); neste sentido, estudos recentes têm chamado a atenção para a necessidade de transcender o etnocentrismo/eurocentrismo na tradução de, especialmente, textos pós-coloniais (cf. Bandia 1995; Carbonell 2003; Martín Ruano 2003). Entretanto, teóricos como Berman (1985), Venuti (1997,1998a), Vidal (1998), Bandia (2001, s.d.) ou Carbonell (1999) advogam por uma ética tradutológica que visa combater o etnocentrismo e escapar ao poder cultural (e não só) de chegada através da consciência e do respeito para com as caraterísticas intrínsecas do texto original.

Ora bem, na sua obra *The Location of Culture* (1994), Homi K. Bhabha propõe a necessidade de abordar os estudos pós-coloniais de uma perspetiva teórica que escape de uma perceção das culturas como elementos unitários e independentes categorizados em divisões dualísticas e polarizadoras do tipo mesmo/outro, colonizador/colonizado ou branco/negro, por exemplo. É completamente aceite o facto de as culturas não serem realidades monolíticas, mesmo por autores que num princípio puderam oferecer nos seus estudos a visão aparentemente binária à que se refere Bhabha. Este é o caso de Edward W. Said quem, no seu "Post-Scriptum" à edição de 1995 do *Orientalismo,* afirma " [...] um dos avanços da moderna teoria cultural é a consciência, quase universalmente aceite, de que as culturas são híbridas e heterogéneas e que [...] as culturas e as civilizações se encontram tão inter-relacionadas e interdependentes que não é possível subtrair a unidade ou a simples descrição da sua individualidade" (Said 2004: 412). Este ponto de vista aparece também noutra obra de Said, *Culture and Imperialism,* onde remete para o facto de a cultura ser híbrida, mesclada e impura (1993:14) e onde sublinha a questão de as chamadas culturas pós-coloniais acarretarem ao mesmo tempo a cultura do colonizador e a do colonizado (1993: 212-216). Em relação ao contacto entre culturas, encontramos também categorias de interesse como a "contact-zone" de Mary Louise Pratt, quem estabelece as chamadas zonas de contacto, espaços sociais que atuam como pontos de interseção e de co-presença de práticas e entendimentos entre culturas díspares e normalmente assimétricas através do fenómeno da transculturação (cf. Pratt 1992). Pode-se destacar também o conceito de heteroglossia de Bakhtin que James Clifford aplica às culturas para as definir

como a interseção, a justaposição e o diálogo aberto, criativo, entre subculturas (1988: 23, 46).

No caso de Bhabha, o seu ensaio "The Commitment to Theory" incluído em *The Location of Culture,* advoga, em oposição às categorias dualísticas a que já nos referimos, por um compromisso teórico que parta de uma conceção cultural situada na miscigenação, na hibridez. É aqui onde surge o conceito de espaço intermédio ou terceiro espaço, emergente do interstício que deixa de lado o multiculturalismo e a diversidade de culturas para dar lugar à articulação da hibridez cultural (1994: 38). Ora, como diz Maria Fernanda Afonso, no seu recente estudo sobre o conto moçambicano e em relação ao terceiro espaço de Bhabha e à literatura, "dentro do debate pós-colonial, a literatura tem uma função primordial na descolonização cultural e espiritual, originando interações entre sistemas linguísticos, religiões bíblicas e crenças animistas [...]. O resultado destas operações é um espaço propício à dialogicidade heterogénea, um texto híbrido, uma língua híbrida, que reflete a cosmogonia do homem pós-colonial" (2004: 241). Podemos afirmar assim, que as culturas pós-coloniais decorrem no terceiro espaço e que, como é óbvio, a literatura se produz também neste terceiro espaço e é, portanto, neste espaço de confluência que emerge a obra literária.

No terceiro espaço não só se dá a hibridação, miscigenação entre inúmeros elementos das diferentes culturas: é também onde se articula o lugar para a resistência. Afirma Bandia que a cultura se torna numa fonte para a identidade (1995: 490) e se olharmos para o panorama literário das literaturas africanas de língua portuguesa só temos de dar conta da imensa importância que tiveram os intelectuais e escritores africanos na luta pela formação e pela emergência das suas respetivas nações. Este facto é salientado por Pires Laranjeira no posfácio ao seu *De letra em riste* "A edificação das literaturas africanas de língua portuguesa acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e politicam." (Pires Laranjeira 1992: 14) A resistência, pois, surge e decorre no terceiro espaço. Assim e dentro do terceiro espaço temos também resistência às culturas europeias. Para desenvolver a resistência à imposição europeia, linguística, cultural e de outros tipos, é bem sabido (cf. Ashcroft *et al.* 1989, 1995; Vega 2003) que os autores pós-coloniais recorrem a estratégias tais como a apropriação, a ab-rogação, a mimetização das línguas e discursos coloniais que consistem em utilizar e transformar as armas do discurso colonial na própria cultura do colonizado para resistir ao controle político ou cultural. Recorrem também a fenómenos como o *code-switching,* o *code-mixing,* a relexificação, a africanização e a nativização que consistem, *grosso modo,* na inserção das línguas nacionais nos textos, bem através de palavras soltas ou expressões, estruturas gramaticais, recursos pragmáticos, para conseguir um discurso aparentemente escrito numa língua europeia mas que tendo em conta a estrutura, o ritmo, o léxico, pode ser considerado africano. Ana Mafalda Leite, em relação ao translinguismo e à transculturalidade das literaturas africanas de língua portuguesa, sublinha que "ler, ao mesmo tempo que é traduzir, é também recriar [...] obriga-nos ao esforço de movimentação dialética de lugares, [...] a encarar a língua como geologia de formas e uma complexa tessitura cultural" (Leite 2003: 38).

Além disto, existem estudos no campo da tradução que explicam estes fenómenos de um ponto de vista tradutológico e nos quais podemos ver aproximações que seguem a mesma linha das anteriormente referidas. Assim encontramos o caso de Bandia, quem em relação à tradução intercultural e nomeadamente à tradução das literaturas africanas em línguas europeias, chama a atenção para um processo duplo de tradução e estabelece um primeiro nível relativo *à escritura Euro-africana como tradução* e um segundo nível constituído pela *tradução entre línguas europeias* e embora exista a impressão de que neste segundo nível se está a traduzir de uma língua europeia para outra, o tradutor está de facto a trabalhar também com a cultura e as línguas vernáculas já traduzidas pelo autor (cf. Bandia s.d.). Por seu turno, Chan salienta que, embora as obras de autores multiculturais possam ser em aparência monolingues, são na realidade bilingues (Chan 2002: 62) e Venuti faz referência ao *translinguismo* que surge nas formas literárias híbridas nas quais o autor introduz variedades subversivas de tradução (1998a: 174).

Paralelamente à discussão suscitada por Bhabha acerca dos pares polarizantes do tipo colonizador/colonizado ou branco/negro e a consequente procura de um espaço intermédio, podemos encontrar um debate similar nos estudos tradutológicos no que concerne aos tradicionais opostos familiarização/exotização ou domesticação/estrangeirização à hora de focalizar a tradução. Ao contrário daquelas posturas que defendem uma aproximação ou outra, existem teóricos que questionam a validez destas dicotomias por as considerarem restritivas, e que advogam por uma relação dialética entre elas. Este é o caso de Rutherford (2002) ou de Carbonell (2003) quem, do mesmo modo que Bhabha propõe o terceiro espaço, estabelece a necessidade de espaços intermédios de negociação e transferência, de pontos de contacto entre as culturas, que ajudem a evitar os perigos que podem comportar as distinções domesticação/exotização, mesmo/outro.

É nesta complexa realidade acima descrita onde podemos fundamentar a aproximação ao terceiro espaço que queremos oferecer neste trabalho. Os denominados textos literários pós-coloniais, como já vimos, acarretam uma série de fatores convergentes que não podem ser obviados, e ainda menos no momento de uma tradução interlinguística, que deve também transportar para a cultura de chegada os elementos de resistência e os expoentes de uma determinada realidade que, em grande parte dos casos, podem aparecer em princípio velados. Estes elementos, como já argumentámos, e pelo seu marcado caráter híbrido e de confluência, devem ser situados no terceiro espaço de Bhabha. Neste sentido, se transladamos este conceito à obra literária, enquanto criação, podemos afirmar que o espaço terceiro ocorre a um nível mental[62]. Ora, tendo em conta a qualidade de criação mental de toda a obra literária (e consequentemente de toda a tradução literária), não só no momento da produção mas também no momento da receção, parece-nos de interesse estabelecer uma relação entre este espaço intersticial onde se produz a obra pós-colonial e o conceito de espaço mental desenvolvido por Fauconnier em vários dos seus trabalhos (1985, 1997). Trata-se de transferir para a esfera dos processos mentais o conceito mais amplo de terceiro espaço que atinge outros fenómenos não necessariamente de caráter cognitivo.

Como já dissemos, podemos afirmar que todo o discurso literário é um constructo mental, uma construção cognitiva que só existe como tal na mente do autor e na mente do leitor e é portanto produto das múltiplas operações cognitivas identificadas e descritas por numerosos autores: projeções metafóricas, metonímicas, integração, composição, elaboração, analogia, fusão de conceitos, etcétera; (cf. por exemplo Lakoff e Johnson 1980, Lakoff e Turner 1989, Lakoff 1993, Fauconnier e Turner 1994, 2001, Silva 2003). Estas projeções não têm por que ocorrer entre domínios amplos de conhecimento, (p.e. o domínio literário que pode corresponder às diferentes literaturas, o domínio cultural, etcétera); segundo Fauconnier na maior parte das vezes, as operações cognitivas têm, de facto, lugar entre espaços mentais criados *ad hoc* (no nosso caso pelo escritor, pelo tradutor, pelo leitor) para servir numa situação concreta (p.e. a literatura pós-colonial ou a tradução de literatura pós-colonial) e os participantes no discurso só ativam aqueles componentes necessários para essa situação determinada.

[62] Vamos considerar nesta comunicação, e devido às limitações de espaço evidentes, exclusivamente o processo cognitivo que implica o autor da obra literária e o tradutor como recriador e leitor ao mesmo tempo, reservando para estudos posteriores as complexidades próprias da hermenêutica literária que contempla questões relativas a processos tais como a recepção ou a interpretação de textos literários.

Portanto, se o escritor pós-colonial está situado e desenvolve a sua criação no espaço terceiro e a criação literária é um facto mental que se materializa através da linguagem, podemos afirmar que a obra literária pós-colonial surge num terceiro espaço cuja natureza é mental. Fauconnier e Turner argumentam que, na base das operações mentais que eles analisam, encontramos o fenómeno a que denominam *blending* e que, como eles próprios afirmam, não é uma operação restrita ao âmbito da linguagem: trata-se um fenómeno de integração concetual que abrange todos os aspetos vitais e humanos. Fauconnier e Turner dizem que o *blend* surge da fusão da estrutura concetual procedente de dois espaços mentais, fonte e alvo, que é projetada no que eles próprios coincidem com Bhabha à hora de denominar "terceiro espaço" (1994: 12). Este espaço terceiro de Fauconnier e Turner é construído de tal forma que a informação contida nas duas estruturas parciais colocadas no ponto de partida, paralelas neste caso às categorias binárias e polarizadoras de que fala Bhabha, confluem no espaço intermédio onde se desenvolve uma nova estrutura, à qual pertence e na qual se situa, no nosso caso, a obra pós-colonial. Esta nova estrutura híbrida e intersticial tem já a sua própria coerência interna. É neste espaço concetual intermédio onde são mescladas qualidades ou caraterísticas dos dois espaços *input* e é a partir dessa mescla de onde emergem as novas realidades e as inferências que comportam.

Fauconnier e Turner dizem que é possível chegar a este espaço mental mesclado intermédio porque o espaço fonte e o espaço alvo partilham um conteúdo essencial que faz com que sejam compatíveis (por exemplo, no fenómeno que estamos a analisar temos uma estrutura básica comum que inclui aspetos tais como a literatura como criação humana, o uso da linguagem, a expressão e a herança cultural, a imaginação, etcétera). Eles situam essa informação geral partilhada num espaço que denominam "genérico" e que forma parte dos mecanismos de integração concetual (Fauconnier e Turner 1994, 2001). É por causa destes fatores acima referidos que pensamos que o tradutor deve ser consciente e conhecer esse terceiro espaço assim como as operações cognitivas que têm lugar nele e que conferem à obra pós-colonial a sua própria identidade, diferente da identidade que carateriza as produções literárias e culturais das quais emerge.

A teoria da integração concetual dá-nos os instrumentos para analisar a dimensão cognitiva do discurso ao longo do decurso tradutológico, como parte "encapsulada", num processo que ocorre entre o autor como produtor do texto original, o tradutor, primeiro como leitor e mais tarde como re-criador produtor do texto traduzido que será, finalmente, recebido pelo leitor e que poderíamos representar da seguinte forma:

/produção [autor]/ → [TO] → /receção↔produção [tradutor]/ → [TT] → /receção [leitor]/

A teoria da integração concetual dá-nos também os procedimentos metodológicos para interpretar os sinais linguísticos que identificam estes processos cognitivos, algo que é de fundamental importância para o tradutor com o fim de perceber não só o terceiro espaço da obra original, mas também o terceiro espaço que pretende atingir com a sua tradução.

Para concluir devemos uma vez mais destacar a necessidade de ter em conta a complexidade intrínseca, que apresentam os textos pós-coloniais, derivada da condição multicultural e plurilinguística da qual emergem e que não pode ser obviada pelo tradutor. Apresentámos nesta comunicação a proposta de uma releitura do terceiro espaço formulado por Bhabha de uma perspetiva cognitiva. Perspetiva esta que focaliza o processo tradutológico como atividade mental e linguística que é, no fim de contas, a primeira realidade com que se confronta o tradutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, Maria Fernanda (2004) O Conto Moçambicano. Escritas Pós-Coloniais. Lisboa, Caminho.

Ashcroft, Bill, et al. (1989) The Empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures. London, Routledge.

Ashcroft, Bill, et al. (1995) The Post-Colonial Studies Reader. London, Routledge.

Bandia, Paul (1995) 'Is Ethnocentrism an Obstacle to Finding a Comprehensive Translation Theory?' In Meta vol. XL: 3, pp. 488-496.

Bandia, Paul (2001) 'Le concept bermanien de l' «Etranger» dans le prisme de la traduction postcoloniale' In TTR vol. 14:2, pp. 123-139.

Bandia, Paul (s.d.) 'African European-Language Literature and Writing as Translation:

Some Ethical Issues'. Disponível em

http://www.soas.ac.uk/Literatures/satranslations/Bandia.pdf

Bhabha, Homi K. (1994) *The location of culture,* London, Routledge.

Berman, Antoine (1985) Les tours de Babel: essais sur la traduction. Mauvezin, Trans-Europe Press.

Carbonell, Ovidi. (1999). 'Diáspora, hibridación y traducción cultural'. En Miguel Hernando de Larramendi y Juan Pablo Arias (eds.). Traducción, emigración y culturas. Cuenca, Ediciones Universidad Castilla - La Mancha, pp. 165-173.

Chan, Leo Tak Hung (2002) 'Translating Bilinguality. Theorizing Translation in the Post-Babelian Era'. In The Translator, 8: 1, pp. 49-72.

Clifford, James (1988) The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London, England.

Fauconnier, Gilles (1985) Mental Spaces. Cambridge, MIT.

Fauconnier, Gilles (1997) Mappings in Thought and Language. Cambridge, Cambridge University Press.

Fauconnier, Gilles and Mark Turner (1994) 'Conceptual Projection and Middle Spaces', USCD: Department of Cognitive Science Technical Report 9401. Disponível em http://www.cogsci.ucsd.edu

Fauconnier, Gilles and Mark Turner (2001) 'Concetual Integration Networks'. Disponível em http://www.inform.umd.edu

Lakoff, George (1993) 'The Contemporary Theory of Metaphor' In Andrew Ortony (Ed.) Metaphor and Thought. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 202-251.

Lakoff, George and Mark Johnson (1980) Metaphors We Live By. Chicago, University of Chicago Press.

Lakoff, George and Mark Turner (1989) More Than Cool Reason. Chicago, University of Chicago Press.

Laranjeira, Pires (1992) De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, Porto, Afrontamento.

Leite, Ana Mafalda (2003) Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais, Lisboa, Colibri.

Martín Ruano, M. Rosario (2003) 'Una (re)visión de la mirada sobre lo otro: el

discurso crítico de los estudios de traducción y sus límites'. In Emilio Ortega Arjonilla

(dir.) Panorama actual de la investigación en traducción e interpretación. (vol. I), Granada, Atrio, pp.241-255.

Martín Ruano, M. Rosario (2004) 'Al encuentro del Otro: la traducción de narrativa de autores de la diáspora africana en lengua inglesa'. In Olga Barrios y Frances Smith Foster (Ed.) La familia en África y la diáspora africana: Estudio multidisciplinar. Salamanca, Almar, pp. 265-274.

Pratt, Mary Louise (1992) Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation, London and New York, Routlegde.

Rutherford, John (2002) 'La domesticación de don Quijote'. In Román Álvarez (ed.) Cartografías de la traducción: del post-estructuralismo al multiculturalismo. Salamanca, Ediciones Colegio de España, pp. 215-232.

Said, Edward W. (1993) Culture and Imperialism, New York, Vintage Books.

Said, Edward W. (2004) Orientalismo, Lisboa, Edições Cotovia. Trad. de Pedro Serra.

Silva, Augusto Soares da (org.) (2003) Linguagem e Cognição. A Perspetiva da Linguística Cognitiva. Braga, Associação Portuguesa de Linguística. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga.

Simon, Sherry (1997) 'Translation, Postcolonialism and Cultural Studies'. In Meta, vol. XLII:2. pp. 461-477.

Torre, Manuel Gomes da (1996) 'O Conceito de Equivalência na Tradução Inglesa de A Ilustre Casa de Ramires'. In Atas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos. Vila Real, Serviços Gráficos da UTAD, pp. 1-12.

Vega, María José (2003) *Imperios de papel: introducción a la crítica postcolonial, Barcelona, Crítica.*

Venuti, Lawrence (1997) Writing a Minor Literature. Lliçó inaugural del curs acadèmic 1998-1999. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.

Venuti, Lawrence (1998a) *The scandals of translation: towards an ethics of difference. London:* Routledge.

Venuti, Lawrence (1998b) 'Introduction'. In Lawrence Venuti (ed.) Translation and Minority. The Translator (special issue), 4:2. pp. 135-145.

Vidal, África (1998) El futuro de la traducción. València: Institució Alfons el Magnánim.

16 Mª ROSA ADANJO CORREIA - ESCOLA SECUNDÁRIA. MARQUÊS DE POMBAL, LISBOA

MARIA ROSA ADANJO CORREIA, professora do Ensino Básico e Secundário, pertencente ao Quadro Permanente na Escola Secundária Marquês de Pombal, no 8º B grupo, em Lisboa. Leitora ICALP e do Instituto Camões de 1986 a 2003 nas Universidades de Perugia, Autónoma de Barcelona, Vigo e Genebra. Licenciada em Literatura Românica pela Universidade de Lisboa, mestranda em Literatura Portuguesa Clássica na mesma Universidade e doutoranda em Teoria da Tradução Literária na Faculdade de Traducció i d'Interpretació da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB).

Defendeu, em setembro de 1998, o "Treball de Recerca": *A Linguagem Literária de Luandino Vieira e a Tradução de um Caso-Limite: João Vêncio: Os Seus Amores.* Tese de doutoramento em fase de conclusão sobre as traduções para catalão, francês, italiano e inglês do romance de Mia Couto *A Varanda do Frangipani*.

Ao longo da carreira desenvolveu várias formas de difusão das Culturas Portuguesa, Africana de Língua Portuguesa e Brasileira não só promovendo e organizando ações culturais, com a presença de escritores e ensaístas, como também proferindo conferências e publicando pequenos ensaios em Portugal e no estrangeiro.

LUSOFONIA E A PROBLEMÁTICA DA TRADUÇÃO DAS "OUSADIAS VERBAIS" DE LUANDINO VIEIRA E DAS "ESCREVIVÊNCIAS DESINVENTOSAS" DE MIA COUTO

A tradução de qualquer autor das Literaturas Africanas de/em Língua Portuguesa levanta um triplo problema:

a situação de «marginalidade» destas literaturas no seio da Comunidade Internacional;

o desafio perante a concorrência de escritores oriundos de países mais prestigiados mundialmente;

o facto de, muitos deles, subverterem o português europeu (PE) para dar expressão a realidades, conceitos e factos culturais diversos.

A minha escolha recaiu em Luandino Vieira e Mia Couto, autores emblemáticos que, na esteira de Guimarães Rosa, assumiram opções linguísticas que os viriam a notabilizar e cujas obras estão editados em diversos países e são objeto de estudo nas mais prestigiadas universidades do mundo.

Luandino Vieira, fundamentando-se nas regras empíricas do discurso popular luandense, constrói uma linguagem literária baseada no registo do português falado nos musseques de Luanda.

Mia Couto, sentindo a necessidade de recriar uma linguagem que traduzisse o ambiente das suas «estórias», transgrediu limites da própria língua portuguesa para obter o espaço de magia adequado à carga poética das suas personagens.

Exemplos concretos da desconstrução do PE realizada pelos autores e as soluções seguidas pelos tradutores das edições francesa e inglesa das obras *João Vêncio: Os seus amores* (Luandino Vieira) e *A Varanda do Frangipani* (Mia Couto) serão o tema desta comunicação cujo objetivo pretende responder a:

Como adaptar essa «linguagem exótica» aos respetivos públicos?

Ser fiel à forma ou ao conteúdo?

Eventualmente, e para o caso de Mia Couto, poderão também ser apontados exemplos de outras línguas.

No seio dos povos que falam português há um fio condutor misto de fraternidade, solidariedade e amizade, fundamentado em raízes culturais onde, com alguma dificuldade, descortinamos o que veio de uns ou de outros. Na língua, na música, na gastronomia encontramos presenças e vestígios resultantes das vias percorridas nessas viagens que se iniciaram em finais do século XV e que hoje, com a «aldeia global», se acentuam.

No plano linguístico essa intercultura exerce sobre a norma padrão do português europeu (PE) ação renovadora e transfusão de «sangue novo»: povos de diversas latitudes «fazem português» incorporando-lhe novos termos e desviando-o para caminhos nunca antes imaginados levado pela mão dos seus falantes.

No [período] pós-independência dos PALOP houve uma "massificação" do uso do português que teve como consequência, segundo Gonçalves (1997)[63] "a formação de variedades locais desta língua, que, apesar de apresentarem ainda alguma instabilidade, constituem já um património linguístico de comunidades importantes. Em países como Angola e Moçambique - que partilham entre si o facto de estarem localizados na zona das línguas bantu - as normas locais desta língua distinguem-se do padrão europeu por alterações registadas a nível do sistema fonético fonológico, do léxico e também da sintaxe" abrindo a escritores, como Luandino Vieira e Mia Couto "um leque muito rico de escolhas linguísticas" que, dentre as várias possibilidades, optam por um discurso gerido basicamente pela norma do PE, "salpicado" de um léxico e de processos formais, que se baseiam nas regras empíricas do discurso popular criadas pelas comunidades em que estão inseridos e, ainda, por outros procedimentos da sua própria autoria e construindo um discurso literário baseado num registo de síntese entre o português falado em Angola (nos musseques de Luanda para o caso de Luandino Vieira) e em Moçambique.

A presença destes desvios, quer individuais quer nacionais, leva à criação de um português «subtilmente diferente» que não é nem regionalismo, nem dialeto, nem gíria, mas é capaz de comunicar novas realidades, novos conceitos, de exprimir outras formas de «dizer o mesmo».

1. LUANDINO VIEIRA E MIA COUTO

Em Angola, Luandino Vieira (1935, Lagoa do Furadouro, Portugal) escreve nas décadas de 60/70 e é, no momento da independência, para as novas gerações, uma referência fundamental, obrigatória. Ele é um dos escritores que mais se empenhou na criação de uma língua literária genuinamente luandense-angolana, fruto de uma simbiose entre o português vernáculo e as restantes línguas faladas em Angola. Na sua obra, a língua tornou-se tema, no entanto, este procedimento ficaria isolado no sistema literário angolano e seriam necessários alguns anos e uma travessia à contra-costa para que, com Mia Couto, surgisse a "*maneira moçambicana de re-trabalhar a língua portuguesa*" como afirma Tavares (2000)[64.]

Luandino Vieira manifestou-se um exímio, talentoso e prolífero contador de "estórias": narrativas curtas centralizadas na vida dos musseques, os bairros que circundavam a cidade de Luanda, que nos oferecem uma visão "antropológica" dos seus moradores, as suas atividades quotidianas, o sistema racial e as relações sociais e de trabalho, o folclore e as tradições.

O autor justifica, em entrevista a *Michel Laban*[65] (1991: 407-435), esta opção de linguagem com a necessidade de criar um discurso homólogo ao do povo, usando os mesmos processos de construção: *"conscientes ou inconscientes de que o povo se serve para utilizar a língua portuguesa, quando as suas estruturas linguísticas são, por exemplo, quimbundas [...] não me interessavam só as deformações fonéticas, interessava-me a estrutura própria da frase, a estrutura do próprio discurso, a lógica interna desse discurso."*

Mia Couto (1955, Beira, Moçambique), é, como já referido, a voz que, na contra-costa africana, prossegue o caminho aberto por Guimarães Rosa e continuado por

[63] Gonçalves, Perpétua (1997). «Para uma aproximação Língua-Literatura em Português de Angola e Moçambique». Luanda. 1º Encontro Internacional sobre Literatura Angolana. 10-13/10/1997
: www.lusofonias.net

[64] Tavares, Ana Paula (2000) "Especificidade e originalidade das literaturas africanas de/em língua portuguesa", (Conferência proferida na Universidade de Genebra em 22 de Maio 2000**)**

[65] Laban, Michel, (1991) *Angola, Encontro com Escritores*, Porto, Fundação António de Almeida

Luandino no sentido da experimentação da língua portuguesa. É igualmente *Michel Laban* (1994: 995-1040)[66] quem recolhe estas afirmações:

"*... eu me apercebi que não podia usar o português clássico, a norma portuguesa, para contar a história com toda a carga poética que ela tinha. Era preciso recriar uma linguagem que trouxesse aquele ambiente de magia [...] E aí eu comecei essa experiência [...] a experimentar os limites da própria língua e a transgredir no sentido de criar um espaço de magia. E depois, isto mais tarde, quando eu compreendi quanto isto era possível, era realizável, foi quando eu comecei a ler, tardiamente, o Luandino Vieira. A primeira vez [...] não gostei [...]* regressei ao Luandino depois de ter começado a escrever as primeiras histórias e disse : « *Não, aqui está uma prova de que é possível e se pode fazer literatura assim e depois, mais tarde, confirmei com Guimarães Rosa*."

Mia Couto iniciou-se na literatura através da poesia: *Raiz de Orvalho* (Maputo, 1983). Obra que é uma espécie de «pedrada no charco» no seio de uma literatura moçambicana ainda muito marcada pela militância política ao serviço da causa revolucionária.

Com este livro, o autor assume uma posição de recusa a esta *"...única forma de escrever [...] Pode-se falar da revolução sem falar de política no sentido explícito do termo [...] era preciso afirmar o* ***EU,*** *não contra o* ***NÓS,*** *mas a favor dum coletivo mais verdadeiro*"(Laban, idem). O livro foi bem recebido : venderam-se cinco mil exemplares em duas semanas.

Continuando na prosa, a primeira obra surge fruto da ideia acidental de escrever contos : "*...estive em Inhambane e lá me contaram uma lenda ligada às baleias. Era muito interessante contar essa história, ficcionar esta lenda. Eu estava com um grupo de amigos que me entusiasmaram :* « *Faz uma história* ! » *E eu fiz uma história* ." (Laban, idem).

Do contacto com os camponeses e pescadores, do retorno às histórias da infância, foram surgindo os contos. Mia Couto, como testemunha ativa e consciente, elege as suas personagens pela escuta de pessoas e incidentes perto de si. Craveirinha no Prefácio à 1ª edição portuguesa afirma que Vozes Anoitecidas nos remete "*para enredos e tramas cuja lógica se mede não poucas vezes pelo absurdo, por um irrealismo, conflituantes situações; pelo drama, pelo pesadelo, a angústia e a tragédia*." Pela mão do autor, entramos no quotidiano, nos lugares, nas paisagens, na linguagem e na atmosfera mágica e lendária de um Moçambique «profundo», através da criação dessa linguagem dúctil que lhe permite legitimar a transgressão gramatical, refletir vivências e adequar a cada personagem um discurso próprio.

Em *João Vêncio: Os seus amores,*[67] Luandino Vieira terá chegado ao limite da sua modernidade, da sua "ousadia verbal" e como sustenta, no prefácio da 1ª edição, Fernando Martinho "*raramente Luandino Vieira terá levado tão longe o princípio de que a marca do grande poeta (no sentido que os alemães dão ao termo) é o prazer das palavras. O prazer de as saborear, de lhes inventar o maior número possível de conjugações, de as abrir ao espaço ilimitado do jogo associativo*". São "ousadias" que vão desde frases em kimbundu, umbundu e crioulo (**Suku! ame yu ndasala ulika, vayongola omwenhu wange** - Deus! Estou sozinha, e querem a minha vida…[Umbundu] - GlosºP.104), a adaptação de palavras bantas à grafia do PE (**menequenos** - cumprimentos, **de ku menekena** - saudar, cumprimentar) e de construções típicas do português de Angola (**deu encontro o búzio amarelo**), à criação de amálgamas (**amorizade**) e de palavras novas formadas a partir das regras de composição e derivação do PE tendo como raiz o kimbundu (**quimbundice**) ou outras línguas. Coerente com uma perspetiva política, trata-se de violentar a língua colonial, de a subverter, de inovar, de criar, e de levar à Literatura o discurso do povo de acordo com as «regras» com que este se exprimia em português.

Em *A Varanda do Frangipani*[68] encontramos uma dimensão de afirmação da moçambicanidade literária. É nossa convicção que esta obra deverá ser lida como uma metáfora sobre o fim de um tempo e o início de outro, onde constatamos, uma vez mais, uma espécie de dimensão escatológica dos cânones literários europeus e do padrão linguístico do português. Mia Couto reproduz, através daqueles velhos, habitantes da Fortaleza de S. Nicolau, "vozes" guardadas na memória dos tempos e cria "estórias" fantásticas. Trata-se de um processo de "escuta" (sob a forma de "confissões") cuja "reprodução" não é compatível com o português clássico: o mágico, o mitológico, o simbólico da tradição africana não é "traduzível" nas estruturas do PE, por isso é necessário "des-construir" a gramática dessa língua: baralhar os sufixos e os prefixos (**açuraroso, desocultar**, **impestanejável**), alterar as categorias morfológicas (**os antigamentes**), inventar palavras amalgamando as existentes (**salpingar**). Senhor de um grande domínio da língua portuguesa, Mia Couto nunca inventa a partir do "nada": a "des-construção" e "re-construção" do PE, na área lexical, é uma espécie de "alquimia" linguística. As palavras criadas

[66] Laban, Michel, (1994) *Moçambique, Encontro com Escritores* Porto, Fundação António de Almeida
: www.lusofonias.net

[67] Vieira, José Luandino (1987). *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa, Edições 70.
[68] Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani,* Maputo, Njira, Lisboa, Caminho